



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2812

Segunda-feira - 29 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Dona Emma .....	450	Massaranduba .....	737
Águas de Chapecó .....	7	Doutor Pedrinho .....	451	Matos Costa .....	743
Alfredo Wagner .....	9	Ermo .....	452	Meleiro .....	752
Alto Bela Vista .....	16	Erval Velho .....	453	Mondaí .....	753
Anchieta .....	17	Faxinal dos Guedes .....	454	Monte Carlo .....	754
Anitápolis .....	24	Flor do Sertão .....	455	Morro da Fumaça .....	757
Antônio Carlos .....	34	Formosa do Sul .....	456	Navegantes .....	758
Apiuna .....	36	Fraiburgo .....	459	Nova Erechim .....	936
Arabutã .....	53	Frei Rogério .....	493	Nova Itaberaba .....	938
Arroio Trinta .....	55	Galvão .....	495	Nova Trento .....	940
Arvoredo .....	63	Garopaba .....	498	Nova Veneza .....	941
Aurora .....	79	Garuva .....	500	Novo Horizonte .....	942
Balneário Arroio do Silva .....	80	Gaspar .....	501	Orleans .....	950
Balneário Piçarras .....	81	Governador Celso Ramos .....	503	Otacílio Costa .....	956
Balneário Rincão .....	86	Grão Pará .....	504	Paial .....	957
Bandeirante .....	88	Guaraciaba .....	508	Palhoça .....	958
Barra Bonita .....	91	Guaramirim .....	509	Palma Sola .....	1001
Barra Velha .....	92	Guarujá do Sul .....	517	Palmeira .....	1003
Bela Vista do Toldo .....	95	Guatambú .....	530	Palmitos .....	1004
Benedito Novo .....	96	Herval d'Oeste .....	546	Papanduva .....	1005
Biguaçu .....	99	Ibiam .....	567	Paraíso .....	1007
Blumenau .....	129	Ibirama .....	572	Passos Maia .....	1009
Bom Jardim da Serra .....	145	Ilhota .....	576	Paulo Lopes .....	1012
Bom Jesus do Oeste .....	146	Imbituba .....	581	Penha .....	1059
Bom Retiro .....	171	Indaial .....	589	Peritiba .....	1063
Botuvera .....	176	Iomerê .....	592	Petrolândia .....	1065
Braço do Trombudo .....	177	Iporã do Oeste .....	597	Pinhalzinho .....	1066
Brusque .....	178	Ipumirim .....	602	Pinheiro Preto .....	1067
Caçador .....	210	Irineópolis .....	612	Planalto Alegre .....	1081
Caibi .....	214	Itá .....	613	Pomerode .....	1082
Camboriú .....	216	Itapema .....	631	Ponte Alta do Norte .....	1108
Campo Alegre .....	219	Itapiranga .....	636	Ponte Serrada .....	1110
Campo Erê .....	235	Ituporanga .....	637	Porto Belo .....	1125
Campos Novos .....	299	Jaborá .....	639	Porto União .....	1127
Canoinhas .....	302	Jaraguá do Sul .....	643	Pouso Redondo .....	1128
Capinzal .....	336	Jardinópolis .....	682	Presidente Castello Branco .....	1129
Caxambu do Sul .....	345	Joaçaba .....	685	Presidente Getúlio .....	1132
Chapadão do Lageado .....	347	Jupia .....	697	Presidente Nereu .....	1133
Chapecó .....	403	Lacerdópolis .....	698	Princesa .....	1177
Cocal do Sul .....	405	Lages .....	712	Quilombo .....	1178
Concórdia .....	406	Laguna .....	717	Rancho Queimado .....	1182
Cordilheira Alta .....	409	Lauro Muller .....	718	Rio do Campo .....	1184
Coronel Freitas .....	412	Lebon Regis .....	724	Rio do Sul .....	1185
Correia Pinto .....	416	Lontras .....	725	Rio Fortuna .....	1192
Corupá .....	436	Luiz Alves .....	726	Rio Negrinho .....	1193
Cunhataí .....	439	Luzerna .....	729	Romelândia .....	1200
Curitibanos .....	442	Mafra .....	731	Salto Veloso .....	1201
Descanso .....	446	Maracajá .....	733	Santa Cecília .....	1203
Dionísio Cerqueira .....	447	Maravilha .....	735	Santa Helena .....	1204

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2812

Segunda-feira - 29 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

Santa Rosa do Sul .....	1205	São Joaquim .....	1314	Três Barras .....	1540
Santa Terezinha do Progresso .....	1206	São José.....	1317	Trombudo Central.....	1547
Santiago do Sul.....	1207	São José do Cedro.....	1325	União do Oeste .....	1549
Santo Amaro da Imperatriz .....	1212	São Lourenço do Oeste.....	1329	Urubici .....	1550
São Bento do Sul.....	1213	São Miguel do Oeste.....	1332	Urussanga .....	1551
São Bernardino .....	1227	São Pedro de Alcântara.....	1337	Vargeão.....	1552
São Bonifácio .....	1268	Schroeder .....	1341	Vidal Ramos.....	1553
São Carlos .....	1283	Seara .....	1389	Videira.....	1555
São Domingos.....	1289	Sombrio.....	1391	Witmarsum .....	1563
São Francisco do Sul.....	1292	Sul Brasil .....	1393	Xanxerê .....	1564
São João Batista.....	1294	Tigrinhos .....	1400	Xavantina .....	1586
São João do Oeste .....	1303	Tijucas .....	1401	Xaxim .....	1589
São João do Sul .....	1304	Timbó .....	1403	Zortéa .....	1590

## Associações

AMESC .....	1592	AMMVI .....	1592	FECAM .....	1594
-------------	------	-------------	------	-------------	------

## Consórcios

CIMCATARINA.....	1601
CIMVI.....	1601
CIS Nordeste .....	1607
CIS/AMUREL .....	1607
Consórcio CISAMA.....	1608
CVC.....	1629
CIAPS.....	1665
CIGAMVALI.....	1665
CIRSURES.....	1666



# Agrônômica

## PREFEITURA

### CONTRATO 03/2019 FMS

Publicação Nº 1997525

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Contrato nº. 03/2019 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua XV de Novembro, nº 402 - Centro, cidade de Agrônômica/SC, CNPJ nº. 11.387.359/0001-80, neste ato representado pelo seu Diretor de Departamento, Sr. Osmar Frederico Korb, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 222.490.449-53 e RG nº 578.411.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI), com sede a Rua Tuiuti, nº 218 – Centro, na cidade de Rio do Sul (SC), CNPJ nº 73.433.427/0001-57, neste ato representado por seu presidente, Giovani Nascimento, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 523.143.409-49, RG nº 1.225.960.

Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal nº. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como na Lei nº. 8.666/93, e, ainda, no Edital de Inexigibilidade nº. 01/2019 e a Portaria 1.606/01/GM/MS RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com base no Art. 25, caput da Lei nº. 8.666/93 – Inexigibilidade de Licitação, Processo nº 04/2019 FMS Inexigibilidade nº 01/2019 FMS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PARTE DA CONTRATADA VISANDO O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO ORIUNDA DO MUNICÍPIO CONTRATANTE DURANTE AS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DO DIA, GARANTINDO ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS MUNICÍPIOS QUE BUSCAREM ATENDIMENTO JUNTO À CONTRATADA, SEJA POR DEMANDA ESPONTÂNEA OU POR ENCAMINHAMENTO DO CONTRATANTE OU DE OUTRA ENTIDADE DE SAÚDE, NOS CASOS QUE NÃO CONFIGURAREM ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA OU QUALQUER OUTRO TIPO DE ATENDIMENTO QUE JÁ CONSTITUA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA PERANTE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Os serviços ora contratados serão pagos de acordo com as especificações e valores constantes na presente cláusula .:

Consulta	Qde	Valor Unitário	Valor/mês	Valor/ano
CONSULTA MEDICA ELETIVA REALIZADA NO PRONTO SOCORRO	-	R\$ 60,00	R\$ -	R\$ -

Parágrafo Único: Os quantitativos mensais são estimados, assim, somente serão pagos à CONTRATADA os serviços efetivamente realizados e comprovados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA no Hospital Regional do Alto Vale, na cidade de Rio do Sul (SC) de acordo com as seguintes disposições:

- I- a CONTRATADA deverá manter atualizado junto ao CONTRATANTE o nome do responsável técnico pelos serviços ora contratados, encaminhando-lhe o respectivo documento de responsabilidade técnica;
- II – o horário de atendimento é de 24 horas diariamente, todos dias do ano;
- III – o atendimento médico será realizado após a classificação de risco da enfermagem;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual ou autônomo.

§ 1º - O CONTRATANTE ou agente público de município designado especialmente para esse fim terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato. Caso haja superveniência de legislação na área da saúde expedida pelo gestor público (local, estadual ou federal), a mesma será aplicada ao presente contrato, quando pertinente.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE .

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade.

Parágrafo Único. A CONTRATADA fica obriga a apresentar ao CONTRATANTE, juntamente a com a nota fiscal/fatura referente aos serviços prestados, todos os documentos comprobatórios da sua regularidade fiscal e trabalhista, válidos, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, sob pena de inviabilização dos pagamentos, até que a regularidade seja comprovada.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

I – cumprir as cláusulas do presente contrato;

II – manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico em questão;

III- não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

IV – atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V – justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não-realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

VI – manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

VII – notificar ao CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

VIII – apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista;

IX - fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

X - apresentar, mensalmente, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

XI- manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

XII - submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

XIII – submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

XIV - manter contrato que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

XV - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

XVI – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado; e,

XVII - Fornecer, sem custo adicional, todos os materiais inclusos na delimitação do objeto e do preço, constantes das Cláusulas Primeira e Segunda deste instrumento.

§1º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

§ 2º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e a CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se obriga a:

I – Efetuar o pagamento a CONTRATADA até o 10º dia útil após a apresentação de comprovação dos serviços, do valor mensal faturado, de acordo com as fichas de autorização assinadas pelos usuários e a comprovação da classificação do risco, sendo que o prazo de pagamento aqui mencionado fica condicionado à entrega da fatura/nota fiscal e demais documentos referidos no Parágrafo Único da Cláusula Quinta, nos termos do presente instrumento;

II - acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

III – providenciar a publicação da súmula do referido contrato no prazo da lei.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Caso haja responsabilização do CONTRATANTE, solidária ou subsidiária, por danos causados pela CONTRATADA, seus prepostos ou profissionais a ele vinculados, a pacientes ou terceiros em razão dos serviços ora contratados, é garantido ao CONTRATANTE o direito de regresso integral contra a CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

80 - 2 . 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.36 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

97 - 2 . 9002 . 10 . 301 . 25 . 2.39 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os serviços estipulados neste contrato serão pagos mediante as seguintes condições:

I – Apresentação pela CONTRATADA de nota fiscal/fatura, relação discriminadora dos serviços prestados devidamente assinada pelo paciente e relatório dos atendimentos realizados, devidamente conferidos com o sistema de classificação de risco ou de forma manual, no caso de o sistema apresentar algum problema técnico;

II – A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º dia útil de cada mês a documentação elencada no Inciso I, relativa aos serviços efetivamente prestados entre os dias 1º a 30 (ou 31) do mês anterior, bem como documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista. Após a validação dos documentos, realizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos serviços prestados, no prazo estabelecido pelo Inciso I da Cláusula Sétima;

III - Se a documentação descrita no inciso I for entregue fora do prazo estabelecido no inciso II, ou em desconformidade com o previsto nos parágrafos desta cláusula, a CONTRATADA não terá direito ao recebimento de juros, multa ou atualizações financeiras sobre o valor da fatura, podendo o pagamento ser postergado para a próxima fatura;

IV – O pagamento está condicionado à apresentação, validade e regularidade das Certidões Negativas de Débito do INSS, das Fazendas



Federal, Estadual e Municipal e do Certificado de Regularidade do FGTS e CNDT.  
V – As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise do CONTRATANTE;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE**  
O presente contrato não sofrerá reajuste no período de 12 meses.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do presente contrato será avaliada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, de acordo com o Decreto Municipal nº 61/2017, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Em casos específicos, definidos pelo CONTRATANTE, poderá ser realizada auditoria especializada.

§ 2º - Sempre que seja necessário e/ou do interesse do CONTRATANTE, este poderá vistoriar as instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste instrumento.

§ 3º - A fiscalização do CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, perante o CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros.

§ 4º - A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis, garantida a prévia e ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 3 (três) vezes a média mensal de faturamento realizado pela cadastrada nos últimos 12 (doze) meses;

III - suspensão temporária de participar de chamamento, licitação ou contrato com o CONTRATANTE por até dois anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo o CONTRATANTE incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>.

Parágrafo Único: As penalidades previstas nos incisos I a IV do caput, ainda poderão ser aplicadas à CONTRATADA que:

I - retardar injustificadamente a execução do objeto do contrato, ou de alguma de suas parcelas ou obrigações acessórias, ou descumprir qualquer condição estabelecida no Edital ou no contrato;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fizer declaração falsa ao CONTRATANTE;

IV – falhar ou fraudar na execução do contrato;

V – tenha sofrido condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal ou ato de outra improbidade administrativa;

VI – tenha praticado atos ilícitos visando à frustração dos objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente instrumento vigorará por doze (12) meses a contar da sua assinatura, não podendo ser prorrogado, tendo seu prazo final 31.12.2019.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

As alterações do presente contrato, desde que permitidas legalmente, somente vigorarão a partir da celebração do respectivo Termo Aditivo pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não-cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento e no art. 87 da referida Lei.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.

§ 2º - A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

§ 3º No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Agrônômica, 29 de Março de 2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA  
OSMAR FREDERICO KORB  
Diretor de Departamento

## Contratante

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI)  
GIOVANI NASCIMENTO  
Presidente  
Contratada

## Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO      JULIA FLOR SILVA TONON  
CPF : 595.245.459-34                      CPF: 071.059.899-80

Visto: \_\_\_\_\_  
Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC N° 32561

**Nº 159/2019**

Publicação Nº 1997535

PORTARIA Nº 159/2019 DE 29 DE ABRIL DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

## RESOLVE:

1-) Fica a partir de 01/09/2017 (primeiro de setembro de dois mil e dezessete), autorizada a Sra. CLEIDIANE DE OLIVEIRA, matrícula Nº 802, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga e lotação no departamento de Assistência Social, junto ao CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, com jornada laboral de 40 horas semanais, a realizar a carga horária de 4 horas nas sextas-feiras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/09/2017.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 29 DE ABRIL DE 2019.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 160/2019**

Publicação Nº 1997534

PORTARIA Nº 160/2019 DE 29 DE ABRIL DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

## RESOLVE:

1-) Fica a partir de 01/02/2018 (primeiro de fevereiro de dois mil e dezoito), autorizada a Sra. ROSANA MARIA MACHADO, matrícula Nº 329, ocupante do cargo efetivo de Professora e lotação no departamento de Assistência Social, junto ao CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, com jornada laboral de 20 horas semanais e alteração de jornada de 20 horas, totalizando 40 horas semanais, a realizar a carga horária de 4 horas nas sextas-feiras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 29 DE ABRIL DE 2019.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE 14º CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018

Publicação N° 1999167

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018

EDITAL DE 14º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO, para tomar posse, no respectivo cargo, junto ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, sito à Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó/SC, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:  
II.

EDITAL DE 14º CONVOCAÇÃO CONCURSO N° 001/2018		
CARGO: MONITOR SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	812	DEISI SEABRA

III. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, este perderá o direito a vaga;

IV. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

V. Este Edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

VI. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Águas de Chapecó, em 29 de Abril de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

### EDITAL DE 26º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

Publicação N° 1999177

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

EDITAL DE 26º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 26º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Assistente Social, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 30 de Abril de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – 1 VAGA

HORÁRIO: 9:30 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
426	LUCILENE LOCH	3º

Águas de Chapecó, 29 de Abril de 2019.

LEONIR ANTONIO HENTGES Prefeito Municipal

## EDITAL DE 9º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 002/2018

Publicação N° 1999185

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855

CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO N° 002/2018

### EDITAL DE 9º CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Michel Eichelberger, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 9º CONVOCAÇÃO para o provimento das vagas de Professores ACTs, conforme abaixo especificado. Em anexo o Quadro de Vagas ACT.

OBS: No dia da escolha da vaga o candidato deverá apresentar no ato da escolha o comprovante de escolaridade – habilitação na área de escolha (Histórico Escolar e Diploma). Os candidatos não habilitados deverão apresentar um atestado de frequência da fase em curso contendo qual habilitação ao término do curso.

1. Da data, horário e endereço:

DATA: 30 de Abril de 2019, às 8:00 h

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Rua Nossa Senhora Aparecida, 216, Centro, Águas de Chapecó-SC.

Águas de Chapecó, 29 de Abril de 2019.

MICHEL EICHELBERGER

Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO	ÁREA DE ENSINO	SÉRIE/ANO	PROFESSOR
01	40 h	Matutino e Vespertino	Ensino Fundamental	5º ano- Mat. 1º e 2º ano – Vesp.	

ÁGUAS DE CHAPECÓ, 29 DE ABRIL DE 2019

MICHEL EICHELBERGER

SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**Alfredo Wagner****PREFEITURA****210/2018**

Publicação N° 1998128

PORTARIA N°210/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA FERNANDA WERLICH COSTA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora FERNANDA WERLICH COSTA matrícula nº4180 ocupando o cargo de Psicóloga com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 19/06/2017 a 18/06/2018 a partir de 16 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 17 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**211/2018**

Publicação N° 1998134

PORTARIA N°211/2018  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABEL JOSÉ DA CUNHA JUNIOR.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias ao servidor ABEL JOSÉ DA CUNHA JUNIOR matrícula nº2908 ocupando o cargo de fisioterapeuta com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 07/06/2013 a 06/06/2014 a partir de 16 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 17 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**212/2018**

Publicação Nº 1998136

PORTARIA Nº212/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARINA WERLICH SCHMITZ.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora MARINA WERLICH SCHMITZ matrícula nº3353 ocupando o cargo de Enfermagem A da estratégia da saúde da família com exercício na secretaria de saúde e saneamento referente ao período de 19/06/2015 a 18/06/2016 a partir de 02 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 05 de julho de 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**213/2018**

Publicação Nº 1998139

PORTARIA Nº213/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DEBORA APARECIDA DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora DEBORA APARECIDA DOS SANTOS matrícula nº3848 ocupando o cargo de Técnico de enfermagem com exercício na unidade básica de saúde do centro, referente ao período de 15/02/2017 a 14/02/2018 a partir de 16 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 17 de julho de 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**214/2018**

Publicação Nº 1998142

PORTARIA Nº214/2018  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA  
BELAGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuição que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Orgânica do município.



**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 03 (três) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora BELAGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO matrícula n.º 3084 no dia 17 de julho 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 17 de julho de 2018

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**215/2018**

Publicação N° 1998144

PORTARIA Nº215/2018

CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO AO SERVIDOR PEDRO LUIS SEBERINO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 ((um) mês de licença prêmio ao servidor PEDRO LUIS SEBERINO ocupante do cargo de auxiliar de manutenção e conservação na Secretaria da Infra Estrutura, referente ao quinquênio de 01/06/2004 a 31/05/2009, a partir de 02 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo na data de sua publicação 02/07/2018

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 18 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**216/2018**

Publicação N° 1998147

PORTARIA Nº216/2018

ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDORA MARIA MADALENA WESSLER COSTA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Atribuir exercício a servidora- MARIA MADALENA WESSLER COSTA matrícula nº 51 para exercer o cargo de Assistente administrativo na Secretaria Municipal da Agricultura partir de 19/07/2018

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 19 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 217/2018

Publicação Nº 1998151

PORTARIA Nº219/2018  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA CHRISTINA MACE ALTMAYER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora CHRISTINA MACE ALTMAYER matrícula nº3386 no dia 20 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na efeitos data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 23 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 220/2018

Publicação Nº 1998154

PORTARIA Nº 220/2018.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO AO SERVIDOR GENILSON RABELO.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 60 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 08 (dias) de licença por motivo de casamento ao servidor GENILSON RABELO, no período de 21/07/2018 a 28/07/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 23 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**220A/2018**

Publicação Nº 1998159

PORTARIA Nº 220A/2018.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA FRANCINY NUMES DA SILVA PEREIRA COSTA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 60 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 08 (dias) de licença por motivo de casamento a servidora FRANCINY NUMES DA SILVA PEREIRA COSTA, no período de 21/07/2018 a 28/07/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 23 de julho de 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**221/2018**

Publicação Nº 1998156

PORTARIA Nº 221/2018.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORAKARINA AMORIM GELSLEICHTER.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 60 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 08 (dias) de licença por motivo de casamento a servidora KARINA AMORIM GELSLEICHTER, no período de 21/07/2018 a 28/07/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 23 de julho de 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**223/2018**

Publicação Nº 1998161

PORTARIA Nº223/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA TATIANE DE FATIMA HASCKEL.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias a servidora TATIANE DE FATIMA HASCKEL matrícula nº2368 ocupando o cargo de Técnica de enfermagem da ESF com exercício na unidade básica saúde Limeira, referente ao período de 05/08/2015 a 04/08/2016, a partir de 23 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 26 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 224/2018

Publicação Nº 1998168

PORTARIA Nº224/2018  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA  
LILIANA MARIANN.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (UM) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidora LILIANA MARIANN matrícula nº4188 no dia 24 de julho de 2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 26 de julho de 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

## 225/2018

Publicação Nº 1998175

PORTARIA Nº225A/2018  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% A SERVIDORA CARMELITA DE FATIMA SANTOS DE DEUS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o Artigo 81 da lei Complementar nº 005/2003, adicional de insalubridade à razão de 20% (vinte por cento) sobre o menor vencimento de cargo de assistente, a servidora CARMELITA DE FATIMA DE DEUS, por estar atribuindo exercício na Secretaria Municipal da Saúde e saneamento 01/08/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data da publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 01 de agosto 2018.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**226/2018**

Publicação Nº 1998179

PORTARIA Nº226A/2018  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% A SERVIDORA KARIANE ELIZA SOUZA.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o Artigo 81 da lei Complementar nº 005/2003, adicional de insalubridade à razão de 20% (vinte por cento) sobre o menor vencimento de cargo de Fonoaudióloga a servidora KARIANE ELIZA SOUZA, por estar atribuindo exercício na Secretaria Municipal da Saúde e saneamento 01/08/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data da publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 01 de agosto 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**226A/2018**

Publicação Nº 1998183

PORTARIA Nº226/2018  
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE 20% AO SERVIDOR ABEL JOSÉ DA CUNHA JUNIOR.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o Artigo 81 da lei Complementar nº 005/2003, adicional de insalubridade à razão de 20% (vinte por cento) sobre o menor vencimento de cargo de Fisioterapeuta NASF, o servidor ABEL JOSE DA CUNHA, por estar atribuindo exercício na Secretaria Municipal da Saúde 01/08/2018.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data da publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, 01 de agosto 2018.  
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

**DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2019**

Publicação Nº 1998332

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER  
AVISO DE DESERTA

A Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner S.C, através da Comissão Permanente de Licitações e Comissão Especial, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº05/2019 que tem como objeto aquisição de combustível para abastecimento dos veículos pertencentes ao município de Alfredo Wagner e o Fundo Municipal de Saúde, pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame foi declarado DESERTO por unanimidade dos membros da Comissão Licitação. Informações pelo site [www.alfredowagner.sc.gov.br](http://www.alfredowagner.sc.gov.br).

Alfredo Wagner em, 26 de Abril de 2019.

Naudir Antônio Schmitz  
Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 787, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1999084

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI 049 DE 07 DE OUTUBRO DE 1997, QUE "ESTABELECE NORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do artigo 2º da Lei 049 de 07 de outubro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Para atender esses serviços, o Executivo Municipal poderá conceder permissão, licenciamento, no máximo, até um veículo para cada 250 habitantes residentes no Município, apurada a população pelos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de abril de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PP 005/2019-FMS

Publicação Nº 1997225

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO PREGÃO PRESENCIAL 005/2019.

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Pregão Presencial 005/2019, visando a Aquisição de concentrador de oxigênio, para serem utilizados pelos pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde do Centro e João Café Filho, foi DECLARADA DESERTA, por não haver nenhum participante interessado no certame.

Anchieta, 26 de Abril de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

### CHAMADA PÚBLICA 003/2019 - PMA

Publicação Nº 1999166

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
CHAMADA PÚBLICA – Nº 003/2019

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados que estará realizando inscrição para: Contratação de empresa especializada em peça teatral para o evento Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Interessados deverão apresentar proposta até o dia 07/05/2019, no departamento de licitações, na Avenida Anchieta, 838, Centro. Dúvidas entrar em contato pelo telefone. (49)3653-3200.

Anchieta, 29 de Abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal.

### HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMS - PP 006/2019

Publicação Nº 1998054

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 013/2019 – Pregão Presencial nº 006/2019

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta/SC, torna público, que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 013/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Lote, para: Aquisição de materiais elétricos e mão de obra, para substituição do padrão elétrico já existente na Unidade de Pronto Atendimento do Município, e toldos com estrutura galvanizada para a nova Unidade Básica de Saúde do Centro, localizada na Rua Guilherme Wildner, Centro do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos do PMAQ.

EMPRESAS VENCEDORAS:

VANESSA MARIA VIEIRA DA SILVA - MEI.

VALOR R\$: 4.857,50

VALDIR ASTOR SCHMIDT – ME.

VALOR R\$: 2.451,00

Valor Total R\$: 7.308,50 (Sete Mil, Trezentos e Oito Reais e Cinquenta Centavos).

Anchieta, 26 de Abril de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

**PORTARIA Nº223/2019**

Publicação Nº 1997135

PORTARIA nº. 223/2019  
De, 25 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Lijane Teresinha Provin, ocupante do cargo de Monitora Social, matrícula 2263, designada para o cargo em comissão de Gerente de Erradicação do Trabalho Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 25 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº224/2019**

Publicação Nº 1997530

PORTARIA nº. 224/2019  
De, 25 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converter o mesmo período em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês e converte o mesmo período em pecúnia, para o servidor Público Municipal Sidney Godinho, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será convertida em pecúnia com efetivo pagamento no mês de Abril de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),  
Em, 25 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº225/2019**

Publicação Nº 1997531

PORTARIA nº. 225/2019  
De, 25 de Abril de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, à servidora pública municipal efetiva, senhora Rosângela Dondoefer, à qual desempenhará funções como responsável pelo Setor VISA - Vigilância Sanitária do Município.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 01/04/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 25 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº226/2019**

Publicação Nº 1998358

PORTARIA N. 226/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o princípio da continuidade a fim de garantir o atendimento à  
Atenção Básica de Saúde à população;

Considerando que foi lançado o Processo Seletivo o qual tem previsão para encerramento em 19/06/2019;

Resolve Prorrogar Portaria nº 211/2018,

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº 211/2018 da senhora Adriana Lúcia Longhini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A prorrogação será pelo prazo de 60 (sessenta) dias ou até a data de contratação dos aprovados no Processo Seletivo, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº227/2019**

Publicação Nº 1998360

PORTARIA nº. 227/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Daniela Aline Vidori, ocupante do cargo de Fisioterapeuta – NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula 2514, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº228/2019**

Publicação Nº 1998361

PORTARIA nº. 228/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Carine Bruneto, ocupante do cargo de Psicóloga – NASF, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula 2514, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº229/2019**

Publicação Nº 1998362

PORTARIA nº. 229/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Kelin Luana Lange Volpini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº230/2019**

Publicação Nº 1998363

PORTARIA N. 230/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o princípio da continuidade a fim de garantir o atendimento à  
Atenção Básica de Saúde à população;  
Considerando que foi lançado o Processo Seletivo o qual tem previsão para encerramento em 19/06/2019;

Resolve Prorrogar Portaria nº 215/2018,

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº 215/2018 da senhora Vanessa Mairi Pandolfo, ocupante do cargo de Enfermeira ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A prorrogação será pelo prazo de 60 (sessenta) dias ou até a data de contratação dos aprovados no Processo Seletivo, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº231/2019**

Publicação Nº 1998364

PORTARIA N. 231/2019  
De, 26 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o princípio da continuidade a fim de garantir o atendimento da Atenção Básica de Saúde à população;  
Considerando que foi lançado o Processo Seletivo o qual tem previsão para encerramento em 19/06/2019;

Resolve Prorrogar Portaria nº 214/2018,

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº 214/2018 da senhora Cladiane dos Santos, ocupante do cargo de Enfermeira ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A prorrogação será pelo prazo de 60 (sessenta) dias ou até a data de contratação dos aprovados no Processo Seletivo, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 26 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.



**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL Nº001/2019 CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 1997409

EDITAL Nº001/2019  
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº017/2019

A Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, e:

CONSIDERANDO que o projeto de lei nº 017/2019 objetiva autorizar o chefe do poder executivo a contratar operação de crédito, na Caixa Econômica Federal, no valor de até dois milhões de reais para empregar em obras públicas de uso comum (pavimentação de vias públicas e redes de energia trifásicas) e de uso especial (energia fotovoltaica de prédios públicos, edificação de galpão industrial, ampliação do Hospital Municipal Anchietaense), para pagamento com as cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

CONSIDERANDO a necessidade de estudo de impacto das deduções do FPM no custeio futuro das atividades públicas;

CONSIDERANDO a obscuridade do referido projeto quanto a caracterização do contrato, quantos anos de carência e prazo de pagamento, taxas e juros;

CONSIDERANDO a necessidade de detalhamento dos projetos de engenharias e arquitetura, com memorial descritivo, planilha de custo e cronograma da obra; e

CONSIDERANDO os princípios da publicidade e da transparência das ações públicas, com ampla participação da população, dos representantes dos órgãos públicos para suas ponderações, ante a necessidade de deliberações uniformes e o comprometimento integrado de todos os órgãos de gestão e fiscalização.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a População e as autoridades a participar de Audiência Pública a ser realizada às 19 horas, do dia 21 de maio de 2019, no Auditório da Câmara de Vereadores, situado na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01, centro de Anchieta-SC, para discussão e deliberação sobre os seguintes quesitos:

I – Qual é o endividamento atual do Município de Anchieta e o cronograma de amortização ou liquidação, valor das parcelas e o percentual da receita comprometida com essas parcelas;

II – Minuta do contrato com os índices de correção e juros aplicados, número e o valor das parcelas, prazo para iniciar e finalizar os pagamentos, o montante final a ser pago e o impacto desse no custeio das demais atividades do Município;

III - Poderá a população eleger prioridades dos investimentos ou rol de finalidades (obras) do art. 1º, do projeto de lei nº 017/2019 vinculam a aplicação do valor financiado;

IV – No caso de vinculação obrigatória de todas as finalidades arroladas no art. 1º, do projeto de lei nº 017/2019, e o valor for insuficiente para concluir uma ou mais, haverá outra fonte de recurso ou ampliação do valor financiado;

V – Qual o estágio se encontram os projetos de engenharias e arquitetura de cada obra arroladas no art. 1º, do projeto de lei nº 017/2019;

VI – Existem memoriais descritivo, planilha de custo e cronograma de desembolso para cada obra; e

VII – Outros quesitos relativos a matéria.

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta, 26 de abril de 2019.

MARIA HELENA TRENTIN

Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta

# Anitápolis

## PREFEITURA

### EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO 001.19

Publicação N° 1997728



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2019

**LAUDIR PEDRO COELHO**, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para atendimento de necessidade temporária e excepcional de interesse público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com as Leis n° 505/2000 e 506/2000 e suas alterações e Prejulgado TCE/SC n° 2041:

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
26/04/2019	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
29 e 30/04/2019	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
02/05/2019	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
03 à 10/05/2019	Período de Inscrições
13/05/2019	Publicação do Rol dos Inscritos
14/05/2019	Prazo para recursos e impugnação dos inscritos.
15/05/2019	Publicação do Julgamento dos recursos e impugnação de inscritos.
16/05/2019	Prova de conhecimentos específicos para os cargos estabelecidos neste edital
16/05/2019	Divulgação do gabarito às 17:00hs
17/05/2019	Publicação do resultado da classificação geral.
20 à 21/05/2019	Prazo para recurso contra Classificação.
22/05/2019	Homologação do Resultado Final



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

## **2. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

2.1. O candidato concorrerá aos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo, de acordo com a proporcionalidade, necessidade do Município, surgimento das vagas e de acordo com o quadro do funcionário efetivo afastado.

2.2. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado pela administração ou recusar a vaga oferecida, perde sua vaga.

2.3. O candidato aprovado no presente processo seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, bem como no item 12 deste edital os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, através do site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/> ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

## **3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

3.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.1.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais deverão preencher a declaração em anexo a este edital (Anexo II)

3.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos, obedecidos aos procedimentos dos itens 4.12 e 4.13 deste Edital.

## **4. DAS INSCRIÇÕES**

4.1. O candidato deverá comparecer no Setor Pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, localizada na Rua Gonçalves Junior, 260 – Centro neste município para realizar a inscrição com CPF e Documento de Identidade. A ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 03 à 10 de maio de 2019, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, e se necessário entregar os documentos solicitados para classificação.

4.2.1. Não serão aceitas as inscrições ou entrega de documentação fora do prazo estipulado neste edital.

4.3. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

4.4. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas somente através do e-mail [prefeitura@anitapolis.sc.gov.br](mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br)

4.5. A Prefeitura Municipal de Anitápolis não se responsabilizará por inscrições não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão de qualquer documento.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 07 de maio de 2019 será publicado o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

4.9. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, antes de encerrado o prazo para as inscrições:

4.9.1. Apresentar à comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado:

4.9.1.1 Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, na Secretaria Municipal de Administração.

4.9.1.2. Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

4.10. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

4.10.1 O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

4.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

## **6. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES**

6.1. Cargos de Nível médio: R\$ 30,00 (trinta reais)

## **7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

7.1. No dia 17 de maio de 2019, o Município de Anitápolis publicará o resultado da classificação.

7.2. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

- 7.2.1. Que tiver maior idade
- 7.2.2. Que obtiver maior tempo de serviço;
- 7.2.3. Que possuir maior número de dependentes.

7.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

7.4. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

7.5. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Anitápolis, será publicada no dia 15 de maio de 2019, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

## **8. NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

### **8.1 DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

8.1.1. O cargo de Técnico em enfermagem terá prova de conhecimentos específicos com 10 questões, sendo que cada questão valerá 01 ponto.

8.1.2. As provas de conhecimentos específicos serão realizadas no dia 16 de maio de 2019 às 09:00 horas nas dependências da Prefeitura Municipal de Anitápolis e terá a duração de 02 horas.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

## **8.2 DA PROVA DE HABILITAÇÃO:**

8.2.1. Para o cargo de Técnico em enfermagem no ato da contratação, o candidato terá que apresentar certificado de capacitação em sala de vacina emitido pela GEVIM/DIVE, conforme Portaria 556 de 14/07/16.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 9.1.1. Do presente Edital;
- 9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 9.1.3. Da nota da prova de conhecimentos específicos;
- 9.1.4. Da classificação provisória;
- 9.1.5. Da prova de conhecimentos específicos e da classificação.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo estabelecido no item 1 deste edital, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Anitápolis.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do email [prefeitura@anitapolis.sc.gov.br](mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br), não serão aceitos outras formas de recurso.

## **10. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

10.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 10.1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 10.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 10.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 10.1.4. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital;
- 10.1.5. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:
  - a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
  - b) Carteira de Identidade;
  - c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
  - d) Título de Eleitor;
  - e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
  - f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - h) Certidão de Nascimento dos filhos;
  - i) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;
  - j) PIS/PASEP (frente e verso);
  - k) Número da conta-corrente;
  - l) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
  - m) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;



**ESTADO DE SANTA CATARINA****Município de Anitápolis****Processo Seletivo 01/2019**

- n) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
- o) Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.
- p) Apresentar certidão de antecedentes criminais;

## **11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data da homologação.

11.2. A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

## **12. DA ESCOLHA DE VAGAS**

12.1. Os candidatos aprovados terão seus nomes publicados no site da Prefeitura Municipal de Anitápolis, bem como no órgão oficial do Município e serão comunicados conforme a necessidade do município, respeitada a ordem de classificação deste processo seletivo.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. A lista de inscritos, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no órgão oficial do Município e no site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/>.

13.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

13.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

13.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida;

13.4.2. Anexo II – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

13.4.3. Anexo III – Ficha de Inscrição;

13.4.4. Anexo IV – Conteúdo para prova – conhecimento específico;

Anitápolis, 26 de abril de 2019.

**LAUDIR PEDRO COELHO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

## ANEXO I

### QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FORMAÇÃO/MÍNIMA	SALÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	VAGAS
Técnico em Enfermagem	40h	Portador de certificado de nível médio técnico, com registro no órgão fiscalizador da profissão, experiência comprovada na área de atuação e certificado de capacitação em sala de vacina emitido pela GEVIM/DIVE	R\$ 1.320,25	ACT	01

Observar disposto no item 2.1 deste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

---

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

#### DECLARAÇÃO

**Declaro**, para os devidos fins, conforme item 3.1.1 do Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

---

**ANEXO III****FICHA DE INSCRIÇÃO**

Número da Inscrição:		
Cargo:		
Nome do Candidato:		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: ( ) Masc ( ) Fem

Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone:
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

.....



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Anitápolis/SC  
Processo Seletivo 01/2019

Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:

**VIA CANDIDATO**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Anitápolis  
Processo Seletivo 01/2019

## ANEXO VI

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROVAS CONHECIMENTO ESPECÍFICO

#### **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, tipos de curativos. Administração de medicamentos (diluição, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis. Doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contraindicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais). Conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: no controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros socorros. A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Constituição Federal, partes referentes à saúde (artigos 196 a 200). Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica do Município. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****87ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1998214

**87ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 29/04/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
Class.	Candidato	Inscrição
29º	AMANDA GONÇALVES CAMPOS SILVEIRA	72
30º	JOÃO VICTOR DE SOUZA	648

Antônio Carlos, 26 de abril de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 39/2019**

Publicação Nº 1998208

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório n. 56/2019. Modalidade: Pregão Presencial n. 39/2019. Tipo: Maior percentual de desconto. Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas e demais serviços correlatos para atendimento da demanda do Município de Antônio Carlos/SC e da Câmara Municipal de Vereadores. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de maio de 2019, as 14h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 26 de abril de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 40/2019**

Publicação Nº 1998256

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório n. 57/2019. Modalidade: Pregão Presencial n. 40/2019. Tipo: Menor preço por item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição e instalação de cobertura de toldo fixo, em estrutura de ferro galvanizado, e traves de proteção para o estacionamento da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de maio de 2019, as 09h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 26 de abril de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 199/2019**

Publicação Nº 1998204

PORTARIA Nº 199, DE 29 de ABRIL de 2019.

Concede pensão por morte, em face do óbito da servidora inativa DILMA RICHARTZ PETRY, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 845/1999, ao dependente presumido JOSÉ MARTIM PETRY, com efeitos a partir de 09/04/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito da servidora inativa DILMA RICHARTZ PETRY, brasileira, casada, ex-portadora do RG nº 1/R-2.227.565, inscrita no CPF nº 594.658.839-72, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 845/1999, ao dependente presumido JOSÉ MARTIM PETRY (cônjuge).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.326,41 (um mil trezentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 09/04/2019 – data do óbito da servidora inativa.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 29 de abril de 2019.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 32/2019

Publicação Nº 1997447



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE, PARA PRAÇAS DO MUNICÍPIO.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 32/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE, PARA PRAÇAS DO MUNICÍPIO**, conforme quantitativos e condições a seguir:

186554 - S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
8	ESQUI DUPLO CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" ½ X 2 MM; 1" X 1.50 MM; 1" ½ X 1.50 MM; METALÃO DE NO MÍNIMO 30X50X2MM, CHAPA ANTI-DERRAPANTE DE NO MÍNIMO 3MM; UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS), PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOUT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO, ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX, OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	ZIOBER	10	R\$1.300,00	R\$ 13.000,00
Total Fornecedor:				R\$ 13.000,00	
186627 - ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMOLDAGEM					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	MULTI-EXERCITADOR CONJUGADO COM 6(SEIS) FUNÇÕES DISTINTAS SENDO: 1°)FLEXOR DE PERNAS; 2°)EXTENSOR DE PERNAS; 3°)SUPINO RETO SENTADO; 4°)SUPINO INCLINADO SENTADO; 5°)ROTAÇÃO VERTICAL INDIVIDUAL; 6°) PUXADA ALTA. APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" ½ X 2 MM; ¾ X 1,50; 2" X 2 MM; 1" ½ X 3 MM; 1" X 1,50 MM; 1" ½ X 1.50 MM; OBLONGO DE NO MÍNIMO 20 X 50 X 1.50 MM. UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS), PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOUT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO, ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX, CARGA MÁXIMA DE PESO 5KG POR DISCO, OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 4(QUATRO) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E	MOBILEBRAS	10	R\$1.990,00	R\$ 19.900,00





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

	VERMELHO				
2	SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 2" X 2 MM; 1" X 1,50 MM; 1" X 1,50 MM; 1" X 1,50 MM; FERRO CHATO DE NO MÍNIMO 2" X 1/2 X 1/2; UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS), PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOUT); CORTES A LASER; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO; BANCOS ESTAMPADOS E ARREDONDADOS SEM QUINA; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, , O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$1.040,0000	R\$ 10.400,00
3	ALONGADOR COM TRÊS ALTURAS CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 1" X 1,50 MM; 3" X 4 MM; 4" X 3 MM; 3/4 X 1,50 MM, UTILIZAMOS PINOS MACIÇOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES COM FLANGE DE NO MÍNIMO 240 MM X 1/2 E COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO); CORTES A LASER; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 3(TRÊS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, , O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$700,0000	R\$ 7.000,00
4	SURF DUPLO CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 1" X 1,50 MM; 3" X 4 MM, CHAPA ANTI-DERRAPANTE DE NO MÍNIMO 3 MM; UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS) , PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES COM FLANGE 240 MM X 1/2 E COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, , O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$850,0000	R\$ 8.500,00
5	PRESSÃO DE PERNAS DUPLO CONJUGADO, APARELHO É FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 3" X 4 MM, 2" X 4 MM; 4" X 3 MM; BANCOS ESTAMPADOS E ARREDONDADOS COM CHAPA DE NO MÍNIMO 2 MM SEM QUINAS. UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS), PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES COM FLANGE DE NO MÍNIMO 240 MM X 1/2 COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO); CORTES A LASER; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, , O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$990,0000	R\$ 9.900,00
6	REMADA SENTADA, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 1" X 1,50 MM; 1" X 1,50 MM; ROLAMENTOS DUPLOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOUT); CORTES A LASER; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM IN*INOX; TAMPÃO DE METAL ESTAMPADOS E ARREDONDADO; BANCOS ARREDONDADOS SEM QUINA; CARGA (RELATIVA: DE NO MÍNIMO 10% A MASSA CORPORAL DO USUARIO ); OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE OS APARELHOS POSSAM SER INSTALADAS EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 1(UM) USUÁRIO, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E	MOBILEBRAS	10	R\$730,0000	R\$ 7.300,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

	VERMELHO				
7	SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO CONJUGADO, APARELHO É FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 2" X 2 MM; 1" X 1.50 MM; CHAPA ANTI-DERRAPANTE DE NO MÍNIMO 3MM; UTILIZAR PINOS MACIÇOS, TODOS ROLAMENTADOS (ROLAMENTOS DUPLOS), PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOUT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO, ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX, OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$1.030,0000	R\$ 10.300,00
9	ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA - APARELHO DUPLO CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 1" X 1,50 MM; 3" X 2 MM, ¾ X 1,50MM; ROLAMENTOS DUPLOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES COM FLANGE DE NO MÍNIMO 240 MM X ¼ E COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO); CORTES A LASER; PARAFUSOS ALLEN DE AÇO; BOLA DE RESINA ; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$700,0000	R\$ 7.000,00
10	ROTAÇÃO VERTICAL - APARELHO DUPLO CONJUGADO, APARELHO FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2" X 2 MM; 1" X 1.50 MM; 3" X 2 MM, ¾ X 1,50MM; ROLAMENTOS DUPLOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES COM FLANGE DE NO MÍNIMO 240 MM X ¼ E COM PARAFUSOS DE FIXAÇÃO); CORTES A LASER; PARAFUSOS ALLEN DE AÇO; BOLA DE RESINA; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO PORTANTO, QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO EM ÁREAS FECHADAS E AO AR LIVRE, RESISTENTES À AÇÕES CLIMÁTICAS E QUE PERMITAM A PRÁTICA DE 2(DOIS) USUÁRIOS SIMULTANEAMENTE, O APARELHO DEVERÁ SER ENTRE AS CORES AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO	MOBILEBRAS	10	R\$560,0000	R\$ 5.600,00
11	PLACA ORIENTATIVA FRENTE X VERSO. PLACA FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1.020, 2" X 2 MM, CHAPA 1.000 X 2.000 X 1.5 MM; 3" X 1,50 MM; PINTURA "EPOX" ELETROSTÁTICA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE NO MÍNIMO 50 CM ABAIXO DO CONCRETO; ADESIVADA SÓ UM LADO DA EXTREMIDADE CONTENDO TODOS OS APARELHOS COM ESPECIFICAÇÕES DE MUSCULATURA ENVOLVIDA E A LOGOMARCA DA PREFEITURA; A PLACA NÃO CONTÉM QUINAS E SIM MOLDURA TUBULAR	MOBILEBRAS	10	R\$1.093,4000	R\$ 10.934,00
<b>Total Fornecedor:</b>				<b>R\$ 96.834,00</b>	
<b>Total Geral:</b>				<b>R\$ 109.834,00</b>	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

## **2 DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 32/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## **3 VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará até 26/04/2020.

## **4 PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**4.1 Os produtos deverão ser entregues em até em 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de compras pela Secretaria responsável**, em local definido na referida ordem de compra, abrangendo a área urbana e rural do Município de Apiúna SC.

4.1.1 Deverá acompanhar na entrega um manual de orientação técnica para instalação dos equipamentos.

4.1.2 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.1.4 O valor dos objetos já estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive as despesas com fretes, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Contratante.

4.2 Não serão aceitos equipamentos ou quaisquer componentes usados ou recondicionados

4.3 O material somente será considerado devidamente aceito depois de testado, vistoriado e aprovado por responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para a sua aprovação.

4.4 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

## 5 DA GARANTIA DO OBJETO

5.1 licitante deverá fornecer os produtos com período de garantia de no mínimo, **3 (doze) meses** ou maior período se a garantia do fabricante for maior que este, a partir da data de entrega do objeto.

5.1.1 A garantia e assistência técnica dos produtos deverão abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso.

5.2 - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

5.3 - Durante o período de garantia, o fornecedor ficará obrigado a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do item fornecido for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

## 6 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, através de depósito bancário, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

6.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 79.373.767/0001-16 - Prefeitura Municipal de Apiúna.

6.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

6.2.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

6.3 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
122.13.1.2131.3449052990000000000.1000000
168.13.1.2130.3449052990000000000.1000000
92.8.1.2081.3449052990000000000.1000000

## 7 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

7.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

### 7.1.1 Reajuste de Preços:

7.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

### 7.1.2 Revisão de preços:

7.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

7.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

7.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

7.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## **8 DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

8.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

8.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

8.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

8.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

8.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## **9 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **9.1 Compete a CONTRATADA:**

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9.1.1 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

9.1.2 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

#### **9.2 Compete a CONTRATANTE:**

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

### **10 DA RESCISÃO DA ATA**

10.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

10.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

10.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

10.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

10.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

10.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

10.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

10.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

10.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

10.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

10.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

10.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

10.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

109.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

10.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 10.1.1 à 110.1.10 e 9.1.12 à 10.1.14.

10.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

10.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

10.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 10.1.9 à 10.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

10.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## **11 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

11.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

11.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

11.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

11.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

11.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

11.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

11.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do **item 02** do mesmo;

**11.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.**

11.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens **11.2.2.2 à 11.2.2.5 e 11.2.4.1 à 11.2.4.2**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIÚNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

**11.2.4 Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

11.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

11.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

11.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## **12 DO FORO**

12.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 26 de abril de 2019.

---

**JOSE GERSON GONCALVES**  
**MUNICÍPIO DE APIÚNA**  
Prefeito de Apiúna  
**CONTRATANTE**

**EMPRESA:**

S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA  
ESERON ROSE BUHRER FILHO  
Contratada

ROTOFABRIL PRODUTOS E SERVIÇOS DE ROTOMOLDAGEM  
MARCEL LIMA STACHETTI  
Contratada





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

**DECRETO Nº 3218**

Publicação Nº 1997818

DECRETO Nº 3218/2019

De 22/04/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 30.000 - Recursos Ordinário e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 9.560,00 (Nove mil quinhentos e sessenta Reais) as seguintes classificações orçamentárias:

07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0024.0722.0702.2071	Apoiar e Manter a Telefonia Rural	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinário	4.100,00
	Subtotal	4.100,00
0024.0722.0702.2071	Apoiar e Manter a Telefonia Rural	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinário	5.460,00
	Subtotal	5.460,00
	TOTAL	9.560,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de Abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3219**

Publicação Nº 1997822

DECRETO Nº 3219/2019

De 22/04/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 33.600 – Salário Educação e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil Reais) as seguintes classificações orçamentárias:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcion. do Transporte Escolar Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.600	Salário Educação	31.000,00
	TOTAL	31.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de Abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## EDITAL Nº 002/2019/CMDCA - PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1998033

Edital nº 002/2019/CMDCA

Dispõe sobre o Processo de Escolha Unificada 2019 para Membros do Conselho Tutelar do Município de Apiúna/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda nº 170/2014, Lei Municipal 744/2014 e Lei Municipal nº 849/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Apiúna, e dá outras providências.

### 1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Apiúna, para cumprimento de mandato de 4(quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Apiúna, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40 h	R\$ 1.800,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal vigente, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal vigente, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei Municipal vigente, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

### 2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Apiúna ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal vigente.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos e de informática de caráter eliminatório, bem como avaliações psicológicas;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, através da publicação de Resoluções do CMDCA, devidamente disponibilizadas em site oficial e em murais públicos;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Apiúna, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

### 3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura

fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 894/2019 a saber:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 01 (um) ano no trabalho com crianças e adolescentes ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - conclusão do ensino superior;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

VIII - Não ter sido advertido pelo CMDCA ou outro órgão competente, mais do que 03 (três) vezes no exercício da função no decurso de mandato anterior.

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

XI - Apresentar atestado de avaliação médica favorável.

XII - Apresentar laudo psicológico favorável ao exercício do cargo.

XIII - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos.

3.2 O preenchimento dos requisitos legais dipostos nos incisos I a XI, devem ser comprovados no ato da inscrição. Os requisitos dos incisos XII e XIII são procedimentos, os quais os(as) candidatos(as) se submeterão no decorrer do processo de escolha unificada, com agendamentos fornecidos pela CEE.

3.3 Deverão, nos termos deste edital ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Cópia de documento Oficial com foto (RG ou CNH);

II. Cópia de Certidão de Nascimento ou Casamento;

III. Cópia do comprovante de residência que comprove o tempo de moradia (02 anos na cidade de Apiúna/SC);

IV. Cópia do comprovante de residência atualizado;

V. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

VI. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VII. Certidão negativa da Justiça Federal;

VIII. Certidão da Justiça Militar da União;

IX. Cópia do Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Superior;

X. Atestado Médico;

XI. Comprovente de experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

3.4 A comprovação de residência também poderá se dar através de declaração do proprietário do imóvel com reconhecimento de firma.

3.5 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

#### 4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

IV.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

#### 5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

#### 6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será realizado no período de 08/04/2019 a 08/05/2019, das 13:30 às 17:00 horas na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizado a Avenida Florianópolis, 183 Centro – Apiúna/SC.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e realizadas pelo(a) próprio candidato(a) numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição, para registro da candidatura, conforme modelo disponibilizado em anexo a este edital, além dos documentos previstos no item 3.3 (três) deste edital.

6.5 Não serão aceitas inscrições por procuração.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nas Leis Municipais vigentes, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

## 7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 894/2019 e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A Comissão Especial Eleitoral analisará os pedidos de inscrições e fara publicar a relação de inscrições deferidas e indeferidas no site e no mural da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da publicação da resolução no horário de atendimento ao público, no CMDCA de Apiúna, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.8 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação da resolução no horário de atendimento ao público, no CMDCA de Apiúna, não se admitindo o envio por meio digital (e-mail).

7.9 O(a) candidato(a) que tiver sua candidatura impugnada será notificado pela CEE.

7.10 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral no prazo de 02 (dois) dias a partir da publicação da lista dos candidatos impugnados.

7.11 A Comissão Eleitoral Especial se manifestará acerca dos recursos apresentados, fazendo publicar nova Resolução no prazo de 02 (dois) dias.

7.12 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da Comissão Eleitoral Especial.

7.13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista dos candidatos aptos a participar do minicurso e da prova preambular, bem como da avaliação psicológica nos termos da legislação municipal vigente de participação obrigatória aos candidatos.

7.14 Imediatamente após publicação do CMDCA nos termos do item 7.13, a Comissão Eleitoral Especial fará publicar resolução com dias, horários e locais dos procedimentos supra.

7.15 A prova será realizada com base nos conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,0.

7.16 As notas serão divulgadas pela CEE, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da Publicação.

7.17 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, publicará Resolução no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

7.18 Os candidatos habilitados receberão um número de identificação, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

## 8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

7.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.12 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

## 9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao dia do pleito.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indepassível.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

9.13 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.14 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.15 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.16 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.17 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.18 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.19 Os candidatos poderão indicar 01 (um) fiscal por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do pleito.

## 10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público



e da Comissão Especial Eleitoral.

10.2 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

#### 11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, por Resolução do CMDCA em espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

#### 12. DO CALENDÁRIO

12.1 Consta no Anexo I deste Edital o calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

#### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal vigente, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar as resoluções, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de (nome da Comarca) para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Publique-se.

Encaminhem-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal local.

Apiúna, 05 de abril de 2019.

Jaison Bento

Vice-Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

#### ANEXO I – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ETAPA	DATA
Publicação do Edital	05/04/2019
Prazo para registro das candidaturas	08/04/2019 a 08/05/2019
Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE e Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos .	09/05/2019
Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado	10 e 13/06/2019
Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de resolução informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.	14/05/2019
Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.	15/05/2019 a 17/05/2019
Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e notificação aos impugnados	20/05/2019
Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.	21 e 22/05/2019

Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos	24/05/2019
Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.	27/05/2019 a 31/05/2019
Julgamento dos recursos pelo CMDCA e divulgação preliminar dos(as) candidatos(as) com inscrição validada	03/06/2019
Divulgação de datas, horários e local da Avaliação Psicológica pela CEE	Resolução da CEE normatizará o processo.
Divulgação de datas, horários e locais do minicurso e aplicação da prova pela CEE	Resolução da CEE normatizará o processo
Capacitação dos candidatos (minicurso)	Resolução da CEE normatizará o processo
Realização da prova	Resolução da CEE normatizará o processo
Divulgação do Gabarito	Resolução da CEE normatizará o processo
Divulgação dos resultados da Prova e da Avaliação Psicológica	Resolução da CEE normatizará o processo
Recurso dos candidatos não aprovados	Resolução da CEE normatizará o processo
Homologação Final pelo CMDCA	05/07/2019
Período eleitoral	05/07/2019 a 05/10/2019
Divulgação dos locais e votação	05/09/2019
Sessão Pública de apresentação dos candidatos a comunidade	Resolução da CEE normatizará o processo
Eleição	06/10/2019
Publicação da apuração	07/10/2019
Posse dos Eleitos	10/01/2020

## ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº da Inscrição:	_____/2019
Eu abaixo qualificado (a), nos termos do EDITAL/CMDCA 002/2019, venho, perante este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com sede nesta Cidade de Apiúna, REQUERER inscrição para o registro de candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar, apresentando em anexo todos os documentos comprobatórios exigidos, o qual, DECLARO, tomei inteiro conhecimento quanto a todas as regras para a minha participação enquanto candidato (a) neste processo.	
Nome Completo	
CPF	
Nº RG	
Endereço	
Telefone	
E-mail	
Estado Civil	
Escolaridade	
Profissão	

Apiúna, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do(a) Candidato(a)

## ERRATA EDITAL 54-2019

Publicação Nº 1997673

Prefeitura de Apiúna

Aviso de alteração de edital de licitação – Pregão Presencial nº 54/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ASFALTICA EM DIVERSAS LOCALIDADES DA ÁREA URBANA.

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alteração no edital acima referido. Em virtude da alteração afetar a formulação da proposta, a Data, hora e local de credenciamento será 10/05/2019, das 14h às 14h20min. Data e horário da abertura dos envelopes: 10/05/2019 – após 14h20min.

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

**PUBLICAÇÃO OFICIAL - PP050/2019**

Publicação Nº 1997962

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial. nº 50/2019

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que a licitação nº50/2019, a qual visava AQUISIÇÃO DE 02 CONTAINERS PARA PATRIMÔNIO/ALMOXARIFADO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, foi declarada deserta por não ter comparecido nenhum interessado.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna.



# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 148/2019

Publicação Nº 1997209

PORTARIA Nº 148/2019, de 26 de abril de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR por 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos no Processo Disciplinar instaurado através da Portaria nº 051/2019.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 26 de Abril de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 149/2019

Publicação Nº 1997430

PORTARIA Nº. 149/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor ANDRÉ LUIS WENTZ, inscrito no CPF sob nº. 047.464.529-03, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Motorista, licença paternidade conforme art.109 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 24 de abril de 2019.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 24 de abril de 2019;

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de abril de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

### PORTARIA 150/2019

Publicação Nº 1999160

PORTARIA Nº 150/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora ADRIANA URQUHART DUARTE, inscrita no CPF sob nº. 822.725.220-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, concedidas pela portaria nº 347 de 27 de dezembro de 2018, e suspensas pela portaria nº 44/2019 de 21 de janeiro de 2019, para serem gozadas no período de 17 a 26 de maio de 2019.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de abril de 2019.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

## **PREGÃO 21.2019**

Publicação Nº 1998238

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 31/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2019

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de óleos, lubrificantes e graxas destinados a Frota de Veículos e Máquinas do Município, conforme as características e quantidades Anexo “F” desse Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 14/05/2019.  
Abertura: às 09h00 do dia 14/05/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link “Licitações”. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 26 de abril de 2019  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0028/2019

Publicação Nº 1997963

CONTRATO Nº 0028/2019 DE FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA MISTA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2019.

Contrato de prestação de serviços e ou aquisição de material que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e a empresa PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.815.787/0001-49, com inscrição estadual nº 250.854.872, com sede na Linha São Paulo km 3,5, Interior, no Município de Treze Tílias - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor FÉLIX NEUHAUSER, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 434.454.899-04, e RG 11/R-857.588/SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Gaspar Coutinho, 235, Centro, no Município de Treze Tílias - SC,, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0063/2019, Pregão Presencial Nº0007/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 1091 M³ DE PEDRA BRITA MISTA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	29553 - Pedra brita mista. Material retirado nas dependências da empresa vencedora, localizada a uma distância máxima de 30 km do Município de Arroio Trinta, com caminhões de propriedade do Município de Arroio Trinta.	M³	4.054,07	36,50	147.973,69
Total					147.973,69

§ 1º - A entrega deverá ser após a Adjudicação e Homologação da Licitação, expedida pelo Sr. Claudio Spricigo, Prefeito Municipal de Arroio Trinta.

§ 2º - Os pedidos serão feitos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com prazo máximo para a entrega da pedra brita de 24 horas a partir da realização do pedido, a fim de garantir o bom andamento dos trabalhos de pavimentação, conforme descrito no Edital.

§ 4º - Todas as despesas com a entrega e transporte, correrão por conta da proponente vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$147.973,69(CENTO E QUARENTA E SETE MIL NOVE-CENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SESENTA E NOVE CENTAVOS), pela prestação dos serviços e ou aquisição de material, sendo que o valor não será reajustado.

1.2. O material será retirado pelo Município de Arroio Trinta na sede da licitante vencedora, que deverá estar localizada em um raio máximo de 30 km partindo-se da garagem do Município, localizada na Rua José Baldo, próximo ao Cemitério Municipal.

1.3. A entrega será feita de maneira parcelada, pelo período máximo de 1 ano a partir da assinatura do contrato, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

1.5. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0063/2019 - PR, Pregão Presencial nº 0007/2019 - PR

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será feito por transferência bancária, em até 5 dias após a entrega do material, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;

6.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

#### CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado através de termo aditivo e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação

administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 26 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Contratante

PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

CNPJ 75.815.787/0001-49

FÉLIX NEUHAUSER

Sócio Gerente

Contratada

#### TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

CONTRATO Nº 0028/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA

CONTRATADA: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2019

VALOR: R\$147.973,69

#### CONTRATO Nº 0030/2019

Publicação Nº 1998323

CONTRATO Nº 0030/2019 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA IRIO TASCA EIRELI - ME - TUBOS DE CONCRETO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2019.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRICIGO, inscrito no CPF sob o nº 551.995.939-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/

SC, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo nº 33, Centro de Arroio Trinta- Santa Catarina e a empresa IRIO TASCA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.462.059/0001-00, com inscrição estadual nº 253.459.907, com sede na Rua Francisco Nava 570, barracão, Bairro Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor IRIO TASCA, brasileiro, casado, do Comércio, Portador do CPF sob nº 613.139.989-15 e RG sob nº 2.111.278, Residente e domiciliado na Rua Francisco Nava, 420, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta - SC e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0051/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A contratada se obriga a fornecer os tubos de concreto, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0008/2019, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	32024 - Tubo de Concreto DN 30 x 100 cm Espessura mínima da parede de 30mm	Un	100	20,95	2.095,00
2	32025 - Tubo de Concreto DN 40 x 100 cm, espessura mínima da parede de 40 mm	Un	400	28,71	11.484,00
3	32026 - Tubo de Concreto DN 60 x 100 cm, espessura mínima da parede de 55 mm	Un	150	53,96	8.094,00
4	32027 - Tubo de Concreto DN 100 x 100 cm, com malha de ferro, espessura mínima da parede de 80mm	Un	20	241,67	4.833,40
Total				26.506,40	

1.2. Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Infraestrutura - Garagem da Prefeitura, aos cuidados dos fiscais de contrato.

1.3. O prazo para a entrega do material objeto deste Edital, pela licitante vencedora será de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da requisição, feita através de autorização de fornecimento, enviada à empresa vencedora.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0051/2019 - PR, Pregão Presencial nº 0008/2019 - PR

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será feito por transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega da mercadoria, acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não manter a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;

6.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019 ou até a entrega integral dos materiais.

**CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia



expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 29 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Contratante

IRIO TASCA EIRELI - ME

CNPJ 00.462.059/0001-00

IRIO TASCA

Contratada

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0030/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

CONTRATADA: IRIO TASCA – EIRELI ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2019.

VALOR: R\$26.506,40

## **PORTARIA Nº 173 - LICENÇA PATERNIDADE LODAIR**

Publicação Nº 1997951

PORTARIA Nº 173, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença Paternidade para Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Paternidade para o servidor LODAIR DE PAULA BARBOSA ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTO-RISTA, na forma do Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 06/04/2019 a 20/04/2019, ou seja, 15 (quinze) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/04/2019.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de abril de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 174 - PRORROGA PRAZO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 1997948

PORTARIA Nº 174, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Prorroga Prazo para Conclusão dos Trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade Art. 216 da Lei Complementar nº 1.713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:



Artigo 1.º - Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar Nº 0001/2018 e prorrogar por 60 (sessenta) dias prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar Nº 0002/2018, designados pela Portaria 357/2018, de 13 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em sua Edição de nº 2707, de 17 de dezembro 2018.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 26 de abril de 2019.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## **TERMO DE ADITIVO Nº 0005/2019 AO CONTRATO Nº 0027/2016**

Publicação Nº 1997469

TERMO ADITIVO 0005/2019 AO CONTRATO Nº0027/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2016, SEGURO DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, neste ato representada por Prefeito Municipal o Senhor CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta – SC, doravante denomina CONTRATANTE de outro lado à empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 – Bairro Campos Eliseus, São Paulo- SP doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos senhores Roberto de Souza Dias, brasileiro, divorciado, securitário, Portadora do CI sob nº 18.304.552-x e CPF sob nº 115.838.468-83, residente e domiciliada na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 – Bairro Campos Eliseus, São Paulo- SP, e NEIDE OLIVEIRA SOUZA, Brasileira, casada, securitária, portadora do CI sob nº 28.543.390-8 e CPF sob Nº 205.408.568-51, residente e domiciliado na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 – Bairro Campos Eliseus, São Paulo,- SP, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0025/2016, Pregão Presencial Nº 0012/2016, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, termos aditivos 0001 a 004 e demais normas legais) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – A CLAUSULA SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO 0027/2016, passam a vigor com a seguinte forma:

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

1 º - O valor total do contrato passa a ser de R\$54.665,56(CINQUENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), sendo R\$48.339,32 referente veículos e R\$6.326,24, de imóveis.

Parágrafo único: FICA INCLUÍDO NA RELAÇÃO, O VEÍCULO PÁLIO WK ATTRACTIVE 1.4, PLACAS MLP 3153, ANO 2012/2013, ficando a diferença no valor do seguro de R\$1.061,93(UM MIL SESENTA E UM REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), já incluído no valor acima.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O contrato terá a sua vigência de 22/04/2019 a 22/04/2020. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ sob nº.61.198.164/0001-60

CONTRATADA

ROBERTO DE SOUZA DIAS

CPF sob nº 115.838.468-83

NEIDE OLIVEIRA SOUZA

CPF sob Nº 205.408.568-51

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

TARCISIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

TERMO ADITIVO 0005/2019 AO CONTRATO Nº 0027/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00025/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2016  
OBJETO: SEGURO DA FROTA  
CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS  
VALOR: R\$ 54.665,56  
PRAZO: 22/04/2020

**Arvoredo****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2019**

Publicação Nº 1997589

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Que fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE ARVOREDO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, JANETE PARAVIZI BIANCHIN, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 345, centro de Arvoredo(SC) doravante denominada apenas MUNICIPIO e de outro lado a empresa DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA, pessoa jurídica com inscrição no CPF sob nº 19.278.326/0001-03, com sede na Rua Cuba, nº103, Bairro Lider, Chapecó SC, neste ato representada por JONEI BORTOLANZA, inscrição CPF sob nº 729.832.729-15, cédula de identidade nº 2.164.547 SSPSC, conforme estabelecidos no edital, RESOLVEM REGISTRAR, nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇO, as quantidades, e os preços, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL em que a empresa fora vencedora, conforme itens abaixo relacionados.

Item	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Marca	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
3	500,00	Sêmem de touro da Raça Red-Angus sendo: - Peso ano nascimento menor ou igual a 35 Kg; - Peso a desmama maior ou igual a 315 kg; - DEP para PC (Peso de Carcaça) positivos maior ou igual a 0. - DEP para Marmoreio positivo maior ou igual a 0. - Prova atualizada de acordo com a associação nacional da raça. - Avaliação de consangüinidade com base nos dados em anexos 01	NEGRO GALEGA HW232	12,90	6.450,00
6	100,00	Sêmen de touro da Raça Charolesa sendo: - Linhagem Genética Americana em seu Pedigree. - Peso ano nascimento menor ou igual a 45 Kg. - Peso aos 205 dias maior ou igual a 300 Kg. - Peso aos 365 dias maior ou igual a 420 Kg. - Nascimento do Touro não Inferior ao ano de 2015. Prova atualizada conforme associação nacional da raça.	KAIK 123776	19,00	1.900,00

As obrigações e condições descritas no Processo Licitatório nº 013/2019, Edital de Pregão nº 009/2019, bem como proposta de preços passam a integrar esta Ata de Registro de Preço, e contratos futuros, independentemente de transcrição.

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº022/2019

Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Arvoredo/SC, em 16 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE ARVOREDO  
JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA  
JONEI BORTOLANZA - CONTRATADA

Testemunhas:			
Nome: Antonio Luiz Conte CIC/CPF: 609.482.649-34 Testemunha	Nome: Edson Ezequiel Battiston CIC/CPF: 058.220.459-36 Testemunha		

Nome: Wilson De Souza OAB/SC 7829  
Assessoria Jurídica

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2019

Publicação Nº 1997593



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 013/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 009/2019**

1

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL**

Que fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARVOREDO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **JANETE PARAVIZI BIANCHIN**, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 345, centro de Arvoredo(SC) doravante denominada apenas **MUNICÍPIO** e de outro lado a empresa **LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA - ME**, pessoa jurídica com inscrição no CPF sob nº 31.047.654/0001-02, com sede na Rua Fiorello Zandoná, nº1175, Bairro Cristo Rei, Pato Branco, PR, neste ato representada por **LETICIA MARIA PALHARIM**, inscrição CPF sob nº 133.356.449-05, cédula de identidade nº 14.099.243-7, conforme estabelecidos no edital, **RESOLVEM REGISTRAR**, nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, as quantidades, e os preços, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL** em que a empresa fora vencedora, conforme itens abaixo relacionados.

Item	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Marca	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
1	600	Sêmem de touro da Raça Holandesa Preto e Branco, sendo: - PTA (habilidade prevista de transmissão) leite positivo maior ou igual a 550 libras, com no mínimo 75% de confiabilidade. - PTA para gordura e proteína percentuais (%) positivos maior ou igual a 0. - PTA para Tipo positivo igual ou acima de 2,15. - Composto de Úbere positivo igual ou acima de 2,25. - Composto Pernas e Pés positivos maior ou igual a 1,0. - PTA para Vida Produtiva positivo maior ou igual a 1,5. - PTA para Força Leiteira, Profundidade Corporal e Angulosidade positivos maior igual 0. - Contagem de Células Somáticas (C.C.S) menor ou igual a 2,99. - PTA para Inserção de Úbero Anterior maior ou igual a 1,90. - PTA para Altura de Úbere Posterior maior ou igual a 3,0. - PTA para Ligamento Médio maior ou igual a 1,10. - PTA para Profundidade de Úbere na faixa entre 1,80 e 3,0. - Livre para doenças genéticas CVM, Brachyspina, Blad e Haplótipos. - Facilidade de parto/touro menor ou igual a 8,8%. - Avaliação de consangüinidade com base nos dados em anexos 01. - Prova a partir de dezembro de 2018/ conforme base USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) disponível no site: Dairy Bulls/Interbulls	SNAPPY 011HO12257	9,52	5.712,00
5	250	Sêmem de touro da Raça Tabapuã sendo: - DEP (Diferença esperada da progênie) para PD (Peso a desmama) positivo maior ou igual a 6. - DEP para Peso ao Sobreano (PS) positivo maior ou igual a 10. - Prova a atualizada de acordo com a associação nacional da raça	CISQUEIRO 11TB00227	12,70	3.175,00
7	80 pct	Bainha para Inseminação Artificial tipo francesa (pacote com 50 unidades).	BOVIGAME	10,82	865,60

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 013/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 009/2019**

2

8	60 cx	Luva plástica para Inseminação Artificial em bovinos, cano longo 5 dedos especial flex, similar ao látex, comprimento 90 cm, (caixa com 100 unidades).	LM AGROP	44,10	2.646,00
---	-------	--	----------	-------	----------

As obrigações e condições descritas no Processo Licitatório nº 013/2019, Edital de Pregão nº 009/2019, bem como proposta de preços passam a integrar esta Ata de Registro de Preço, e contratos futuros, independentemente de transcrição.

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº023/2019**

Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Arvoredo/SC, em 14 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**JANETE PARAVIZI BIANCHIN**  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA - ME**  
**LETICIA MARIA PALHARIM - CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: **Antonio Luiz Conte**  
CIC/CPF: 609.482.649-34  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome: **Edson Ezequiel Battiston**  
CIC/CPF: 058.220.459-36  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome: **Wilson De Souza** OAB/SC 7829  
Assessoria Jurídica

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2019**

Publicação Nº 1997595

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL**

Que fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE ARVOREDO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, JANETE PARAVIZI BIANCHIN, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 345, centro de Arvoredo(SC) doravante denominada apenas MUNICIPIO e de outro lado a empresa MACROGEM COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS LTDA, pessoa jurídica com inscrição no CPF sob nº 10.266.033/0001-31, com sede na Avenida dos Pioneiros, nº2333, Bairro Centro, Carambei, PR, neste ato representada por Paulo Jeferson Kessler, inscrição CPF sob nº 040.456.749-50, cédula de identidade nº 8.274.249-2, conforme estabelecidos no edital, RESOLVEM REGISTRAR, nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇO, as quantidades, e os preços, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE SÊMEM BOVINO E MATERIAIS PARA PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL em que a empresa fora vencedora, conforme itens abaixo relacionados.

Item	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Marca	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
2	500	Semê de touro da Raça Gir Leiteiro sendo: - Produção da sua mãe igual ou acima de 10.000 Kg de leite na lactação. Prova atualizada, conforme associação nacional da raça. *Verificação de consangüinidade.	MAXIMO FIV DE BRAS/GL RRP 151041	7,50	3.750,00
4	250	Sêmem de touro da Raça Nelore sendo: - DEP (Diferença esperada da progênie) para PD (Peso a desmama) positivo maior ou igual a 0. - DEP para Ganho de Peso Diário (GPD) positivo maior ou igual a 15. - DEP para Peso ao Sobreano (PS) positivo maior ou igual a 2,0 - Prova a atualizada de acordo com a associação nacional da raça	CIA DILETO D329-D329 NE	7,35	1.837,50

As obrigações e condições descritas no Processo Licitatório nº 013/2019, Edital de Pregão nº 009/2019, bem como proposta de preços passam a integrar esta Ata de Registro de Preço, e contratos futuros, independentemente de transcrição.

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº024/2019

Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Arvoredo/SC, em 16 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE ARVOREDO  
JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Prefeita Municipal

MACROGEM COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS LTDA Paulo Jeferson Kessler - CONTRATADA

Testemunhas:			
Nome: Antonio Luiz Conte CIC/CPF: 609.482.649-34 Testemunha	Nome: Edson Ezequiel Battiston CIC/CPF: 058.220.459-36 Testemunha		

Nome: Wilson De Souza OAB/SC 7829  
Assessoria Jurídica

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2019**

Publicação Nº 1997597

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
Processo de Licitação nº 014/2019  
Modalidade: Pregão nº 010/2019

1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**

Que fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARVOREDO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **JANETE PARAVIZI BIANCHIN**, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 345, centro de Arvoredo(SC) doravante denominada apenas **MUNICÍPIO** e a empresa **FERRONATO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA**, pessoa jurídica com inscrição no CPF sob nº 07.262.047/0001-72, com sede na Rodovia BR 282 KM499, Bairro Joao Winckler, Município de Xanxerê(SC), representada neste ato por **EDUARDO FERRONATTO**, brasileiro, inscrição CPF sob nº 008.780.889-70, cédula de identidade nº 3.842.830-0 SSP/SC, conforme condições estabelecidos no edital, **RESOLVEM REGISTRAR**, nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, as quantidades, e os preços, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS** em que a empresa fora vencedora, conforme itens abaixo relacionados.

Item	Quant	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Distribuidor de calcário e adubo orgânico sólido, Capacidade de carga 6000 kg com 2,27m/3, sistema de distribuição com disco duplo com caixa lacrada e engrenagens banhada a óleo, sistema de acionamento da esteira por caixa redutora tipo coroa sem fim fixada na lateral do equipamento com eixo exclusivo de acionamento de 30mm de diâmetro, sistema de descarga com esteira de 800mm (peça única sem divisória ou engrenagem sobre o meio do eixo) de largura em aço temperado, sistemas de corrente com pino chavetado e buchas em aço temperado, travessas individuais arrebitadas(sem soldas na travessa), que garante uma vida útil prolongada mesmo em contato com materiais abrasivos como calcário, macaco de elevação que facilita o engate da máquina no trator, cabeçalho com destorcedor, chassi com espessura de 3/16", caçamba desmontável do chassi que facilita manutenção, fixada por		R\$ 25.500,00	R\$ 25.500,00

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 014/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 010/2019**

2

		parafusos (Não soldada), reforços laterais na caçamba, válvula de desarme automático com sistema de molas que facilita a saída de objetos maiores a protege a esteira de descarga, sistema de eixo rodado simples aro 20" com pneus, montados em aros com frisos, (não com rodas bi partidas), cubos de rodagem com parafusos de fixação das rodas de $\frac{3}{4}$ , eixo com largura de 2,15m com fixação por sapata e parafusos, construído em chapa de 6.35mm, com dimensão 140mm, com ponteira de 60mm sobreposta ao eixo para menor altura em relação ao solo, comprimento de 4,20m, cardan de acionamento com capa de proteção. Marca Fermaq			
02	02	Distribuidor de água e esterco líquido 4000 litros tratorizado, características mínimas: construído em chapa de aço com espessura mínima de 4,75mm, bomba lobular de 4" construída em chapa de metal (Não em ferro fundido) que proporciona regulagem conforme desgaste dos lóbulos, revestimento interno anti-Corrosão em epoxi alcatrão de ulha, pintura externa em esmalte PU, bocal de visita com mínimo de 570mm, sistema de abertura por borboletas que não requer utilização de chaves, mangote de sucção de 4" com 6m de comprimento, bico cônico e canhão lateral, macaco de elevação com regulagem que facilita o engate da máquina no trator, cabeçalho com destorcedor frontal, sistema de eixo rodado simples aro 20" com pneus novos montados em aros com frisos, (não com rodas bi partidas), cubos de rodagem com parafusos de fixação das rodas de $\frac{3}{4}$ , eixo com largura de 2,15m com fixação por sapata e parafusos, construído em chapa de 6.35mm, com dimensão 140mm, com ponteira de 60mm sobreposta ao eixo para menor altura em relação ao solo, comprimento de 4,20m, cardan de acionamento com capa de proteção. Marca Fermaq		R\$ 22.930,00	R\$ 45.860,00
Total Global					R\$ 71.360,00

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 014/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 010/2019**

3

As obrigações e condições descritas no Processo Licitatório nº 014/2019, Edital de Pregão nº 010/2019, bem como proposta de preços passam a integrar esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**.

Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Arvoredo/SC, em 16 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**JANETE PARAVIZI BIANCHIN**  
Prefeita Municipal

**FERRONATO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA EDUARDO**  
**FERRONATTO - CONTRATADA**

Testemunhas:

Nome: **Antonio Luiz Conte**  
CIC/CPF: 609.482.649-34  
Testemunha

Nome: **Edson Ezequiel Battiston**  
CIC/CPF: 058.220.459-36  
Testemunha

Nome: **Wilson De Souza** OAB/SC 7829  
Assessoria Jurídica

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2019

Publicação Nº 1997599



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 014/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 010/2019**

1

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Que fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARVOREDO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **JANETE PARAVIZI BIANCHIN**, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 345, centro de Arvoredo(SC) doravante denominada apenas **MUNICÍPIO** e a empresa **JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP**, pessoa jurídica inscrita CNPJ sob nº 06.161.649/0001-70, com sede no Rua Sagrada Família, 353, Bairro Floresta, cidade de Maravilha(SC), representada por **JEAN PYER VIVIAN**, inscrição CPF sob nº 058.020.639-47, cédula de identidade nº 4.906.295, conforme condições estabelecidos no edital, **RESOLVEM REGISTRAR**, nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, as quantidades, e os preços, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS** em que a empresa fora vencedora, conforme itens abaixo relacionados.

Item	Quant	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	02	Distribuidor de água e esterco líquido 3000 litros tratorizado, características mínimas: construído em chapa de aço com espessura mínima de 4,75mm, bomba lobular de 4" construída em chapa de metal (Não em ferro fundido) que proporciona regulagem conforme desgaste dos lóbulos, revestimento interno anti-Corrosão em epoxi alcatrão de ulha, pintura externa em esmalte PU, bocal de visita com mínimo de 570mm, sistema de abertura por borboletas que não requer utilização de chaves, mangote de sucção de 4" com 6m de comprimento, bico cônico e canhão lateral, macaco de elevação com regulagem que facilita o engate da máquina no trator, cabeçalho com destorcedor frontal, sistema de eixo rodado simples aro 20" com pneus novos montados em aros com frisos, (não com rodas bi partidas), cubos de rodagem com parafusos de fixação das rodas de 3/4, eixo com largura de 2,15m com fixação por sapata e parafusos, construído em	LUMECO	R\$ 22.400,00	R\$ 44.800,00

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 014/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 010/2019**

2

		chapa de 6.35mm, com dimensão 140mm, com ponteira de 60mm sobreposta ao eixo para menor altura em relação ao solo, comprimento de 4,20m, cardan de acionamento com capa de proteção.			
Total Global					R\$ 44.800,00

As obrigações e condições descritas no Processo Licitatório nº 014/2019, Edital de Pregão nº 010/2019, bem como proposta de preços passam a integrar esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**.

Nada mais havendo, encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes contratantes.

Arvoredo/SC, em 16 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**JANETE PARAVIZI BIANCHIN**  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP – CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: **Antonio Luiz Conte**  
CIC/CPF: 609.482.649-34  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome: **Edson Ezequiel Battiston**  
CIC/CPF: 058.220.459-36  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Nome: **Wilson De Souza** OAB/SC 7829  
Assessoria Jurídica

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2019**

Publicação Nº 1997603

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
Processo de Licitação nº 015/2019  
Modalidade: Pregão nº 011/2019

1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº027/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA UTILIZAÇÃO NA MELHORIA DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL E OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA.**

Que fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARVOREDO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **JANETE PARAVIZI BIANCHIN**, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, portadora da cédula de identidade nº 2.694.279-8, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 311, centro de Arvoredo(SC), doravante neste instrumento contratual identificação apenas como **MUNICÍPIO** e de outro lado a empresa **EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -EPP**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ- 80.119.514/0001-08, com sede na Rodovia SC 283, linha Vani, município de Seara (SC), representada neste ato pelo Sócio Gerente **ILSON EVANGELISTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jose Benetti, 177, Centro de Seara(SC), inscrito no CPF- 497.402.029/37 carteira de identidade sob nº 844.275-4SSP/SC doravante denominada **CONTRATADA** para nos termos estabelecidos no Edital resolver assinar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, para a **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO** referente aos **ITENS** abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários dos itens que compõe os itens em nome da empresa acima citada.

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
01	100	un	Tubos de concreto simples de 01m comprimento por 0,20m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa.	24,25	2.425,00
04	200	un	Tubos de concreto simples de 01m comprimento por 0,60m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa	61,38	12.276,00
07	50	un	Tubos de concreto CA-1 de 01m comprimento por 1,00m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa	247,00	12.350,00
Total Geral.....					27.051,00

**DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, terá validade de 12(doze) meses contados a partir da assinatura.

**DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

O prazo de entrega dos produtos requisitados será de no máximo, de 10(dez) dias, contados da ciência da requisição, sendo esta requisitada de forma parcelada, por item.

A entrega dos produtos requisitados será realizada conforme necessidade e deverá ser entregue na garagem da Prefeitura Municipal.

**DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 015/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 011/2019**

2

O objeto da presente licitação será recebido pelo responsável da Gerencia de Infra estrutura, devendo ser conferido e recebido e certificado de acordo.

Constatadas irregularidades na entrega, o Contratante poderá:

Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de complementação, a **Contratada** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Todos os produtos deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.

#### **DA FORMA DE PAGAMENTO**

O **MUNICÍPIO** pagará à **CONTRATADA**, pelo fornecimento dos itens requisitados dentro de um prazo de 10(dez) dias da entrega, mediante a apresentação das requisições e nota fiscal.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, rasuras ou outras imperfeições de preenchimento ou ilegalidades fiscais, serão devolvidas à **CONTRATADA** e seu pagamento ocorrerá em até 10(dez) dias corridos, após a data de sua apresentação válida.

#### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros e orçamentários para esta licitação têm fonte no orçamento do corrente exercício nas seguintes ações orçamentárias:

04.01.26.782.0011.2.020: Atividades Gerais de Infra Estrutura Rodoviária  
07.01.15.451.0018.1.020—Obras de Pavimentação Urbana e Passeios Públicos  
07.01.15.451.0018.1.021—Obras diversas de Infraestrutura 07.01.15.451.0018.2.039—  
Atividades Gerais de Urbanismo

#### **DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

À **CONTRATADA**, pelo não cumprimento com as obrigações assumidas, através desta contratação, ou através do processo licitatório, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades:

I – Advertência.

Rua do Comércio, 183 – Centro – fone/fax (49) 3356-3000 – e-mail: [prefeitura@arvoredo.sc.gov.br](mailto:prefeitura@arvoredo.sc.gov.br) CEP- 89778-000 – Arvoredo – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ARVOREDO**  
**Processo de Licitação nº 015/2019**  
**Modalidade: Pregão nº 011/2019**

3

II – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.

III – Suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo período de 2 (dois) anos.

IV – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

VI – Havendo necessidade de aplicações de sanções à **CONTRATADA**, estas serão precedidas de competente processo administrativo, à qual lhe será assegurado o contraditório e Ampla defesa.

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas, quando esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, no Foro da Comarca de Seara/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 3(três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Arvoredo (SC), em 16 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO**  
**JANETE PARAVIZI BIANCHIN**  
Prefeita Municipal

**EVANGELISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -EPP**  
**ILSON EVANGELISTA - CONTRATADA**

Nome: **Antonio Luiz Conte**  
CIC/CPF: 609.482.649-34  
Testemunha

Nome: **Edson Ezequiel Battiston**  
CIC/CPF: 058.220.459-36  
Testemunha

**WILSON DE SOUZA**  
Assessoria Jurídica - OAB/SC 7829

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 28/2019**

Publicação Nº 1997605

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº028/2019**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA UTILIZAÇÃO NA MELHORIA DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL E OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA.

Que fazem, de um lado o MUNICIPIO DE ARVOREDO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Comércio, 183, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.995.247/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal, JANETE PARAVIZI BIANCHIN, brasileira, casada, inscrita no CIC/CPF sob o nº 798.515.849-91, portadora da cédula de identidade nº 2.694.279-8, expedida pela SSP/SC, residente na Rua do Comércio, nº 311, centro de Arvoredo(SC), doravante neste instrumento contratual identificação apenas como MUNICÍPIO e de outro lado a empresa FERNANDO PRADELLA ME, pessoa jurídica inscrita no CNJ sob nº 18.224.997/0001-29, com sede na Rua 1º de Maio, 530, centro do Município de Arvoredo(SC), representada neste ato pelo senhor FERNANDO PRADELLA, brasileiro, solteiro, inscrição no CPF sob nº 046.671.479-38, carteira de identidade nº 3910551, SSP/SC, residente e domiciliado no mesmo endereço, doravante denominada CONTRATADA para nos termos estabelecidos no Edital resolver assinar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO, para a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO referente aos ITENS abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários dos itens que compõe os itens em nome da empresa acima citada.

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
02	300	un	Tubos de concreto simples de 01m comprimento por 0,30m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa.	30,29	9.087,00
03	400	un	Tubos de concreto simples de 01m comprimento por 0,40m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa	37,00	14.800,00
05	50	Um	Tubos de concreto CA-1, de 01m comprimento por 0,60m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa	94,50	4.725,00
06	50	un	Tubos de concreto CA-1, de 01m comprimento por 0,80m de diâmetro, com resistência a compressão de 20mpa	166,60	8.330,00
Total Geral .....					36.942,00
.....					
.....					
.....					

**DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO, terá validade de 12(doze) meses contados a partir da assinatura.

**DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

O prazo de entrega dos produtos requisitados será de no máximo, de 10(dez) dias, contados da ciência da requisição, sendo esta requisitada de forma parcelada, por item.

A entrega dos produtos requisitados será realizada conforme necessidade e deverá ser entregue na garagem da Prefeitura Municipal.

**DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

O objeto da presente licitação será recebido pelo responsável da Gerencia de Infra estrutura, devendo ser conferido e recebido e certificado de acordo.

Constatadas irregularidades na entrega, o Contratante poderá:

Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do MUNICIPIO, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Todos os produtos deverão estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado na Proposta, bem como o que foi solicitado no presente Edital.



**DA FORMA DE PAGAMENTO**

O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos itens requisitados dentro de um prazo de 10(dez) dias da entrega, mediante a apresentação das requisições e nota fiscal.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, rasuras ou outras imperfeições de preenchimento ou ilegalidades fiscais, serão devolvidas à CONTRATADA e seu pagamento ocorrerá em até 10(dez) dias corridos, após a data de sua apresentação válida.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros e orçamentários para esta licitação têm fonte no orçamento do corrente exercício nas seguintes ações orçamentárias:

04.01.26.782.0011.2.020: Atividades Gerais de Infra Estrutura Rodoviária

07.01.15.451.0018.1.020—Obras de Pavimentação Urbana e Passeios Públicos

07.01.15.451.0018.1.021—Obras diversas de Infraestrutura 07.01.15.451.0018.2.039—Atividades Gerais de Urbanismo

**DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

À CONTRATADA, pelo não cumprimento com as obrigações assumidas, através desta contratação, ou através do processo licitatório, serão-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades:

I – Advertência.

II – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta.

III – Suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo período de 2 (dois) anos.

IV – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

VI – Havendo necessidade de aplicações de sanções à CONTRATADA, estas serão precedidas de competente processo administrativo, à qual lhe será assegurado o contraditório e ampla defesa.

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas, quando esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, no Foro da Comarca de Seara/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 3(três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Arvoredo (SC), em 16 de abril de 2019.

MUNICÍPIO

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

FERNANDO PRADELLA - ME

FERNANDO PRADELLA - CONTRATADA

Nome: Antonio Luiz Conte  
CIC/CPF: 609.482.649-34  
Testemunha

WILSON DE SOUZA  
Assessoria Jurídica - OAB/SC 7829

Nome: Edson Ezequiel Battiston  
CIC/CPF: 058.220.459-36  
Testemunha

**LICITAÇÃO 17/2019**

Publicação Nº 1997611

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE Arvoredo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

Contrato Administrativo nº 036/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Arvoredo

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A- EPAGRI Valor: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fundamento Legal: inciso VIII do Art.24 da Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de Empresa Pública devidamente registrada com o objetivo de: Participar juntamente com órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, na formulação da Política de geração de tecnologia e Assistência Técnica Rural. Vigência: 02/05/2019 a 31/12/2019.

Arvoredo(SC), 26 de abril de 2019.

Janete Paravizi Bianchin

Prefeita Municipal.

## **PORTARIA 100/2019**

Publicação Nº 1998191

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 100, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, REGIS DANIEL LIMA, que ocupa o cargo de Instrutor de Informática, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 12 até 18 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 12 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 15 DE ABRIL DE 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

## **PORTARIA 101/2019**

Publicação Nº 1998192

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 101, DE 22 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento de servidora de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora, ANDREIA BIANCHIN GUARDA, que ocupa o cargo de Nutricionista, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 22 de abril até dia 06 de maio de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 22 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 22 DE ABRIL DE 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

## PORTARIA 99/2019

Publicação N° 1998186

PORTARIA N°. 099, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso IV, do Art. 2º., da Lei Complementar N°. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a classificação em Chamada Pública N°.04/2019.

Considerando, a Lei Municipal 1.146 de 19 de junho de 2018 que estabelece normas de educação especial no município.

Considerando, o resultado do exame, concluindo apresentar com severa perda auditiva a direita, e moderada perda auditiva a esquerda, na faixa de frequências avaliadas pelo click(2000 a 4000Hz).

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, REGIMARA ORLANDI PESAVENTO, brasileira, casada, Professora, portadora do RG. 3.583.782 e CPF. 030.648.719-51, residente e domiciliada na Linha Alegre – Interior - Arvoredo, para o cargo de Professor II – Habilitado Segundo Professor Bilingue, do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal de Arvoredo Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica, vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeita ao Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2019, e tem vigência até 15 de julho prorrogável até o final do ano letivo caso permaneça a necessidade.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE ABRIL DE 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN REGIMARA ORLANDI PESAVENTO

PREFEITA MUNICIPAL CONTRATADA

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

# Aurora

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 015/2019

Publicação Nº 1997902

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE ANULAÇÃO DO PP 015/2019

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que será alunado o processo licitatório na modalidade pregão presencial de nº 015/2019, devido a informações divergentes no horário de abertura, qualquer dúvida, estamos a disposição, PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA – SC.

Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS”.

Aurora, 26 de Abril de 2019.  
Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

### RESULTADO PP 015/2019

Publicação Nº 1997896

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

#### RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 016/2019. Vencedor a empresa: TEC POWER DESMONTE DE ROCHA LTDA ITEM 1 com o valor total de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Aurora, 26 de Abril de 2019.  
Alexsandro Kohl  
Prefeito Municipal

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 060/2019

Publicação Nº 1997766

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: LIGA ARARANGUAENSE DE FUTEBOL - LAF. OBJETO: Seleção e contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem, para a realização do Campeonato de Futebol de Campo no Centro Esportivo Severo Saini, Município de Balneário Arroio do Silva, no período de abril a junho de 2019, conforme termo de referência em anexo. VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.640,00 (dez mil, seiscentos e quarenta reais). VIGÊNCIA: 31/12/2019.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2-05/2019

Publicação Nº 1997771

EXTRATO DO CONTRATO ADITIVO Nº 2-05/2019 – PROCESSO 17/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA. OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo 1-05/2019 da ata de Registro nº 05/2019, fica alterada a cláusula segunda da referida Ata, com fundamento no inciso I, do art. 65, letra d, da lei 8.666/93..

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PORTARIA 068/2019

Publicação Nº 1997261

PORTARIA N.º 068/2019

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e por estar em conformidade com o Art. 3º da Emenda Constitucional 47/05 – Formula 85/95, e considerando o que consta no Processo nº 972/2019.

**RESOLVE:**

Art. 1. Conceder APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao servidor ROBERTO JOSE CATARINA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 420.056.479-34 e RG nº 1.200.045, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista I, lotado na Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, com proventos integrais, com paridade de acordo com a legislação.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de abril de 2019

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019 PMBP DE 11/04/2019

Publicação Nº 1998028

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019 PMBP de 11/04/2019

O objeto deste caracteriza-se Termo de Colaboração nº 001/2019 que entre si celebram o município de Balneário Piçarras por intermédio do Fundo Municipal de Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Balneário Piçarras, com valor total de R\$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), autorizado pela Lei Municipal 698/2019 de 10/04/2019. O presente termo terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2019.

Balneário Piçarras (SC), 26 de abril de 2019.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – FME SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1997712

**PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO GLOBAL para Registro de preços visando à contratação de empresa especializada para serviço de monitoramento de imagens com comodato dos equipamentos, para as unidades escolares e para a Secretaria Municipal de Educação. Recebimento dos Envelopes até: 09 horas do dia 14/05/2019. Data da Sessão Pública: 09 horas do dia 14/05/2019, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras (SC), 26 de abril de 2019. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretária de Educação.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 1997187

**PUBLICAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 - FMS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 – FMS****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para Registro de preços visando à aquisição de medicamentos para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde, Caps, Pronto Atendimento e Farmácia Municipal (Incluindo Medicamentos Judiciais) do Município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 10/05/2019 às 09h. Data da Sessão Pública: 10/05/2019 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 26 de abril de 2019. Bruna Emanuela de Araújo Machado - Secretária de Saúde.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE**

Publicação Nº 1997926

**PUBLICAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019 - PMBP****PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – PMBP****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****MULTIENTIDADE**

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para Registro de preços visando à futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviço gráfico. Recebimento dos Envelopes até: 14 horas do dia 14/05/2019. Data da Sessão Pública: 14 horas do dia 14/05/2019, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 26 de abril de 2019. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL****ERRATA 3 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019**

Publicação Nº 1997336



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
**CNPJ: 83.551.523/0001-53**



**EDITAL DE PREGÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019**  
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS**

**ERRATA**

A Câmara Municipal de Balneário Piçarras torna pública a errata referente aos termos do edital e seus anexos do Processo Licitatório Nº 08/2019, Pregão Presencial 03/2019 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de impressoras e multifuncionais, conforme segue:

**Onde se lê:**

Impressora multifuncional Monocromática laser, funções: copiadora, impressora, scanner. Tecnologia de impressão a Laser; Velocidade de impressão: 33ppm; Tempo de impressão para a 1º página de no máximo: 8,0 seg; Memória: 256MB; Formato do papel: A4 e Carta/ofício com gramatura de até 220g/m² (manual); capacidade de alimentação de folhas: gaveta 1: 250 folhas - manual: 50 folhas; frente e verso automático; conectividade: placa de rede 10/100 e USB 2.0; ciclo de trabalho: mínimo 10.000 páginas/mês (total). Fornecimento de Tonner e demais insumos (exceto papel). Equipamentos conforme o modelo acima descrito ou superior.

Impressora multifuncional COLORIDA, funções: copiadora, impressora, scanner. Tecnologia de impressão eletrográfica a Seco (laser, LED ou equivalente); Velocidade de impressão: 33ppm; Tempo de impressão para a 1º página de no máximo: 8,0 seg; Memória: 256MB; Formato do papel: A4 e Carta/ofício com gramatura de até 220g/m² (manual); capacidade de alimentação de folhas: gaveta 1: 250 folhas - manual: 50 folhas; frente e verso automático; conectividade: placa de rede 10/100 e USB 2.0; ciclo de trabalho: mínimo 1.000 páginas/mês. Fornecimento de Tonner, tinta e demais insumos (exceto papel). Equipamentos conforme o modelo acima descrito ou superior.

Página 1 de 3

Avenida Nereu Ramos, 299, centro – Balneário Piçarras-SC – CEP 88380-000

Fone: (47) 3345-1034 e-mail: [secretaria@camarapicarras.sc.gov.br](mailto:secretaria@camarapicarras.sc.gov.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
**CNPJ: 83.551.523/0001-53**



**Leia –se:**

Impressora multifuncional MONOCROMÁTICA , funções: copiadora, impressora, scanner. Tecnologia de impressão eletrográfica a Seco (laser, LED ou equivalente); Velocidade de impressão: 33ppm; Tempo de impressão para a 1º página de no máximo: 8,0 seg; Memória: 256MB; Formato do papel: A4 e Carta/ofício com gramatura de até 162g/m<sup>2</sup> (manual); capacidade de alimentação de folhas: gaveta 1: 250 folhas - manual: 50 folhas; frente e verso automático; conectividade: placa de rede 10/100 e USB 2.0; ciclo de trabalho: mínimo 10.000 páginas/mês. Fornecimento de Tonner e demais insumos (exceto papel). Equipamentos conforme o modelo acima descrito ou superior.

Impressora multifuncional COLORIDA, funções: copiadora, impressora e scanner. Tecnologia de impressão eletrográfica a Seco (laser, LED ou equivalente); Velocidade de impressão: 23 ppm; Tempo de impressão para a 1º página de no máximo: 12,5 seg; Memória: 256MB; Formato do papel: A4 e Carta/ofício com gramatura de até 220g/m<sup>2</sup> (manual); capacidade de alimentação de folhas: gaveta 1: 250 folhas - manual: 50 folhas; frente e verso automático; conectividade: placa de rede 10/100 e USB 2.0; ciclo de trabalho: mínimo 1.000 páginas/mês. Fornecimento de Tonner, tinta e demais insumos (exceto papel). Equipamentos conforme o modelo acima descrito ou superior.

**3.2.** Os valores acima descritos correspondem às franquias de:

**3.2.1.** Para o item 1 (impressoras monocromáticas) até 10.000 impressões mensais, compensável para o conjunto.

**3.2.2.** Para o item 2 (impressora colorida) até 1.000 impressões mensais.

**3.3.** O valor das páginas excedentes não poderá ser superior aos valores das páginas cobradas nas franquias correspondentes.

Em consequência da alteração acima descrita, os itens **2, 3 e 4** do edital sofrerão alteração quanto à data de entrega dos envelopes, abertura de propostas e credenciamento dos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
**CNPJ: 83.551.523/0001-53**



licitantes e onde se lê: "**dia 29 de abril**", leia-se "**dia 13 de maio**" em cumprimento aos prazos legais.

Esta errata substitui em sua totalidade a publicada anteriormente e os demais itens do edital permanecem inalterados.

Balneário Piçarras, 26 de abril de 2019

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMBR/2019

Publicação Nº 1997955

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMBR/2019

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 14/05/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Monitoramento Eletrônico (Alarme Monitorado e Atendente de Alarme 24 (vinte e quatro) horas, através de Botão de Pânico), Visita/Vistoria aos chamados de disparo/detecção de alarmes, compreendendo Monitoramento de alarmes, instalação e manutenção com fornecimento de equipamentos em comodato para atender as Unidades e Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Samae e Prefeitura do Município de Balneário Rincão/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (anexo I).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 25 de Abril de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 012/2019

Publicação Nº 1998060

RESOLUÇÃO Nº 12, 17 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a Prestação De Contas Referente O Exercício - 2018 Do CRAS Custeio – Fundo Estadual De Assistência Social – FEAS, e a Reprogramação Do Saldo Remanescente Para Execução No Ano De 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, atualizada pela Lei Federal nº 12.435, 06 de julho de 2011, bem como a Lei Municipal nº 30 de agosto de 2013, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente o exercício 2018, e reprogramação de saldo remanescente;

Art. 2º Os recursos disponibilizados pelo concedente, Fundo Estadual de Assistência Social;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Angelita Ferrão Barriquel

Presidente do CMAS

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2019

Publicação Nº 1998063

RESOLUÇÃO Nº 13, 17 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a Prestação De Contas Referente O Exercício - 2018 Do CRAS Investimento – Fundo Estadual De Assistência Social – FEAS, e a Reprogramação Do Saldo Remanescente Para Execução No Ano De 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, atualizada pela Lei Federal nº 12.435, 06 de julho de 2011, bem como a Lei Municipal nº 30 de agosto de 2013, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente o exercício 2018, e reprogramação de saldo remanescente;

Art. 2º Os recursos disponibilizados pelo concedente, Fundo Estadual de Assistência Social;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Angelita Ferrão Barriquel  
Presidente do CMAS

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 014/2019

Publicação Nº 1998064

RESOLUÇÃO Nº 14, 17 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a Prestação De Contas Referente O Exercício - 2018 Do CREAS Investimento – Fundo Estadual De Assistência Social – FEAS, e a Reprogramação Do Saldo Remanescente Para Execução No Ano De 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, atualizada pela Lei Federal nº 12.435, 06 de julho de 2011, bem como a Lei Municipal nº 30 de agosto de 2013, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019:

### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente o exercício 2018, e reprogramação de saldo remanescente;

Art. 2º Os recursos disponibilizados pelo concedente, Fundo Estadual de Assistência Social;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Angelita Ferrão Barriquel  
Presidente do CMAS

## RESOLUÇÃO CMDCA 003/2019

Publicação Nº 1997271

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003, DE 22 DE ABRIL DE 2019.

Aprova a prestação de contas do Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, do Município de Balneário Rincão – SC, referente ao exercício de 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de abril de 2019, no uso das atribuições do inciso XX, do artigo 8º, da Lei Municipal nº 23/2013, que dispõe sobre os Princípios e Diretrizes da Política dos Direitos da Criança e Adolescente,

CONSIDERANDO que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, a apreciação e aprovação da prestação de contas, apresentado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FIA, do município de Balneário Rincão – SC,

### RESOLVE,

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da execução orçamentária do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, do exercício financeiro de 2018, tendo sido aplicado o valor no montante de R\$ R\$ 246,50 (duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), referente ao pagamento de tarifas bancárias, conforme quadro abaixo, que apresenta a situação financeira do FIA.

Situação apurada no FIA	
Saldo inicial do exercício em 31/12/2017 –Caixa Econômica Federal Agência 1785 – Conta 62577	R\$ 6.221,41
Repasse efetuados pelo município durante o exercício – recursos próprios – Lei municipal nº 23/2013	R\$ 00,00
Restituição de adiantamentos durante o exercício – recursos próprios	R\$ 00,00
Arrecadação de receita de aplicação financeiras de outros recursos não vinculados.	R\$ 377,57
Rendimentos de aplicação financeira – FIA – Imposto de renda	R\$ 00,00
Rendimentos de aplicação financeira – FIA – recursos próprios	R\$ 00,00
Despesas pagas no exercício de 2018 – tarifa bancária	R\$ 246,50
Saldo para o exercício seguinte – 31/12/2018	R\$ 6.352,48

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão/SC, 22 de abril de 2019.

Júlio César Souza Garcia

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 022/2019

Publicação Nº 1998319

DECRETO Nº 022, DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Educação de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 73, de 22/12/1997 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Educação de Bandeirante, SC, a seguir:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Titular: Elisandra Demossi Previdi Suplente: Janaina Zarbielli Tonietto
II – Um representante da Rede Estadual de Ensino	Titular: Nelson Pedro Dal Bello Suplente: Marizéti Hayduk
III – Um representante das APPs Municipais	Titular: Maristela Oliboni Wasen Suplente: Albeneir Munerolli
IV – Dois representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino a) um do ensino fundamental b) um do ensino infantil	Titular: Giovanni Macedo Suplente: Claudete Maria Pacini Kuhn Titular: Sandra Madalena Zucolotto Marchezan Suplente: Jocelaine Santin
V – Um representante do Transporte Escolar	Titular: Gilmar Merlini Suplente: Walney Biasi
VI – Dois representantes das Entidades Religiosas	Titular: Gilmar Merlini Suplente: José Mascarello Titular: Tiago Zimmermann Suplente: André Gazzola

Art. 2º Em conformidade com o art. 6º, do Conselho Municipal de Educação, o desempenho da função de membros do Conselho Municipal de Educação não será remunerado, sendo considerados relevantes os serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 29 de abril de 2019.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 023/2018

Publicação Nº 1998322

DECRETO Nº 023, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 015, de 31/01/1997 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, a seguir:

I – Representantes do Governo	
a) um representante da área de assistência social	Titular: Kelin Patricia Lunardi Suplente: Vilza Aparecida dos Reis
b) um representante da área de educação	Titular: Zelci Benilde Nunes Bazzo Suplente: Jonas Claudino Gonzatti

c) um representante da área da fazenda	Titular: Graciele Lucia Bagnara Suplente: Eder Luiz Marcon
b) um representante do Conselho tutelar	Titular: Eliete Bagnara Gonzatti Suplente: Soeli da Silva Dal Bello
II – Representantes da Sociedade Civil	
a) dois representantes de todas as Associações de Pais e Professores - APP	Titular: Jocilei Scaravonatto Suplente: Norberto Degasper Titular: Roseli Cristina Wolmut Suplente: Tatiane Frare
b) dois representantes dos alunos da Rede Pública Escolar	Titular: Karoline Camatti Suplente: Sulayne Citolin de Brito Titular: Mariana Lopes Ribeiro Suplente: Michael José Scaravonatto

Art. 2º A atuação dos membros do Conselho não será remunerada sendo considerada de relevante interesse ao serviço público municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,  
em 29 de abril de 2019.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

## EDITAL 25 2019 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 01 2018 - ANDERSON KIELING

Publicação Nº 1997287

EDITAL Nº 25/2019.

Convoca para exercer as funções do Cargo de ENGENHEIRO CIVIL o Candidato aprovados pelo Edital de Teste Seletivo nº 001/2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 004/2018, de 01/03/2018;  
Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 033 datado de 21/06/2018;

### RESOLVE:

Art. 1º Convocar o candidato aprovado e classificado Senhor ANDERSON KIELING a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de ENGENHEIRO CIVIL.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- Cópia de CPF
- Cópia carteira identidade
- 01 foto 3x4 recente
- Cópia título de eleitor
- Comprovante última votação
- Cópia quitação militar (masculino)
- Carteira de trabalho
- PIS/Pasep
- Atestado de boa saúde física e mental
- Conta para depósito
- Certidão de nascimento/casamento
- Certidão de nascimento filhos
- Comprovante de residência
- Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- CNH
- Certidão de registro de pessoa física junto ao CREA /SC, dentro do prazo de validade.

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto as Secretarias Municipais de acordo com a conveniência da municipalidade.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.



Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 004/2018, de 01/03/2018, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 29 de abril de 2019.  
CELSO BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº51/2019

Publicação Nº 1998120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 51/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de Empresa para prestação de serviço e fornecimento de material para pinturas dos prédios das Escolas Municipais localizadas na Linha Treze de Maio e Águas do Araçá. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 21 de maio de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 21 de maio de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 26 de abril de 2019.

MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 177, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1998301

PORTARIA Nº 177, de 26 de abril de 2019.

“Concede Adicional Por Curso de Aperfeiçoamento aos servidores e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as disposições do Art.95 da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art.1º- Conceder Adicional por Curso de Aperfeiçoamento correspondente a vantagem de 2%(dois por cento) sobre o vencimento, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo
Agnaldo Deresz	Fiscal Tributário e Obras
Crisianne Baldin	Psicólogo
Davi Zacaron	Motorista
Emerson Filimberti	Contador
Jessica Bergmann	Auxiliar Administrativo
Luiz Antonio Zaccaron	Motorista
Rejane Sotilli	Telefonista
Vanderlei Ferronato	Motorista

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 26 de abril de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2019 PMBV

Publicação Nº 1997153

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019-PMBV

Contratada: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

Objeto: Aquisição de 01 (um) rebritador girosférico cone, novo, para pedreira do Município, equipamento destinado à desenvolver o fluxo de trabalho, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$303.000,00 (trezentos e três mil reais)

Data de Assinatura: 16/04/2019

Data de Vencimento: 16/04/2020

Barra Velha, 16 de abril de 2019

HEIMO ZWANG

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012 A 015/2019 PMBV

Publicação Nº 1997683

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

Contratada: RODA BRASIL PNEUS LTDA

Valor da Ata: R\$85.656,00 ITENS 02, 03, 04, 06, 07, 08, 10, 13 E 14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

Contratada: CP COMERCIAL S/A

Valor da Ata: R\$24.740,00 ITENS 01 E 09

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

Contratada: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Valor da Ata: R\$5.728,00 ITENS 11, 12 E 15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019

Contratada: SETIM &amp; TITON LTDA

Valor da Ata: R\$2.420,00 ITEM 05

Objeto - Aquisição de câmaras e pneus para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal da Educação, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor total: R\$118.544,00

Data de Assinatura: 22/04/2019

Data de Vencimento: 22/04/2020

Barra Velha, 22 de abril de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### PORTARIA Nº 949, 24 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997120

PORTARIA Nº 949, 24 DE ABRIL DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 e Lei Complementar nº 191/2015, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:



Art. 1º Nomear a candidata DEBORA DE AFELIS ISABEL para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II- 1, do Anexo V da Lei Complementar nº 125/2011, lotadona Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercíciona ERM Profº João Manoel da Silva e ERM Judite Bernardina Aguiar, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 24 de abril de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

## **PREGÃO PRESENCIAL 013/2019 PMBV**

Publicação Nº 1998274

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 027/2019 – Pregão Presencial nº 013/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por ITEM, visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para remendos em diversas ruas do município de Barra Velha/SC, conforme disposições constantes no Termo de Referência, Anexo I. Recebimento dos Envelopes até: 10/05/2019 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/05/2019 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 24 de abril de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

**PORTARIA Nº 0937-GAB, 23 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998495

**Gabinete do  
Prefeito****GP****PORTARIA Nº 0937-GAB, 23 DE ABRIL DE 2019.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º - Exonerar a pedido no dia 23/04/2019** a servidora Sra. **MIRIAM MARTINS BUENO**, matrícula funcional nº 2183, do cargo efetivo de **CIRURUGIÃ DENTISTA DA FAMÍLIA**, Nível 10.1, Letra “A”, do quadro de servidores ao Município, com fundamento no art. 32, da Lei Complementar nº 120/2011 de 11.11.2011.

**Artigo 2º-** Declarar vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. nº 32, I, da Lei Complementar Municipal nº 120/2011 de 11.11.2011.

**Artigo 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Barra Velha, 23 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
**VALTER MARINO ZIMMERMANN**  
Prefeito Municipal

**47 3446 7707**  
gabinete@barraVelha.sc.gov.br  
www.barraVelha.sc.gov.br

Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### PREGÃO Nº 014/2019 - MULTI

Publicação Nº 1997266

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 019/2019 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019 – MULTIENTIDADE

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é o Registro de Preços para Aquisição Parcelada de Areia e Pedregulho. ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 10/05/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 10/05/2019 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro, Bela Vista do Toldo/SC.

O Edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 29 de Abril de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Benedito Novo****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 65/2019**

Publicação Nº 1997133

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório Nº 56/2019  
EXTRATO DE CONTRATO 65/2019  
Contratada: YAMAGRIL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS DE PNEUS NOVOS  
Valor do Contrato: R\$ 232.000,00  
Vigência: 23/04/2019 a 31/12/2019  
Data Assinatura: 23/04/2019  
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO 37/2018**

Publicação Nº 1997254

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório Nº 26/2018  
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2018  
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL  
Finalidade do Aditivo: Prorrogação  
Valor do Contrato: R\$ 115.781,02  
Vigência: 17/04/2019 a 16/04/2020  
Data Assinatura: 12/04/2019  
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 124/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES**

Publicação Nº 1997144

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 124/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2019.  
HOMOLOGA A APROVAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar a aprovação do Estágio Probatório, realizado de acordo com a Lei Municipal nº 1.523, de 16 de setembro de 2009, que dispõe sobre as normas do Estágio Probatório, dos servidores conforme relação abaixo.

NOME	DATA DE ADMISSÃO
Aline Schmitt	06/04/2016
Elaine Koepsel	07/04/2016
Thandriane Laisy prestes Prochnow	14/04/2016
Andrieli Fagundes da Silva Padilha	18/04/2016



Marize Muller Mayer	02/05/2016
Loreci Franke Genske	12/04/2016
Valcir Cardoso	02/03/2016
Diego Maradona de Altino	02/03/2016
Mauro Uber	02/03/2016
Janir Jaison Kossmann + 1m	02/03/2016
Arno Norbert Rutz	07/03/2016
Iraci Krohn	10/03/2016
Herlon Wetzel	21/03/2016

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### PORTARIA Nº 125/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 116/2019

Publicação Nº 1997147

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 125/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 116/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 07 de maio de 2019, o prazo da Portaria nº 116/2019 de 09-04-2019, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora ISOLETE WILLRICH GESSNER, ocupante do cargo de Professor II-40, símbolo P-II-40, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério conforme a Solicitação de Prorrogação, Requerimento nº 195878108, Benefício nº 6273357670, de 17-04-2019 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### PORTARIA Nº 126/2019 - EXONERA OPERÁRIO

Publicação Nº 1997149

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 126/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA OPERÁRIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 83/2011; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, em 19 de abril de 2019, em razão de Óbito, o Servidor ONDINO WETZEL, que ocupava o cargo de Operário, símbolo OP, Anexo I, Sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal, Certidão de Óbito matrícula nº 104786 01 55 2019 4 00008 064 0002060 16.

Art. 2º - Fica igualmente declarado vago uma vaga no cargo de Operário, símbolo OP, Anexo I, Sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

## **PORTARIA Nº 127/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997197

PORTARIA Nº 127/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM MARÇO DE 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em março de 2019, da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 013/2019, de 22 de janeiro de 2019, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Juvenal Ricardo Junior	04/09/2017	03/19=56	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Alcemir Voitechen	01/03/2018	03/19=86	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO 02 PP 52/2019

Publicação Nº 1997923

#### COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2019-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 52/2019-PMB, que tem como objeto a "Contratação de empresa para eventual locação de veículos, para atender as eventuais necessidades da Prefeitura Municipal de Biguaçu pelo período de 12 meses", que devido a erros na edição do texto do Termo de Referência, altera-se o texto publicado, conforme segue:

O item 1.2.1 do Termo de Referência passa a ter a seguinte redação:

"1.2.1 –A CONTRATADA disponibilizará os veículos conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta."

As demais cláusulas do Termo de Referência e aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu/SC, 25 de abril 2019.

Giovani R. Gasparetto

Pregoeiro

### DECRETO Nº 070/2019

Publicação Nº 1999074

DECRETO Nº 070/2019 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3890/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3895/2018 - Lei Orçamentária para 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 3895/2018:

#### 09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	7.700,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	7.700,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.700,00
0902.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	40.200,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	40.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.200,00
0902.12.365.0003.2025	Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola	1.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

#### 16. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

1601.20.608.0007.2068	Manutenção da secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	3.500,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	3.500,00
	SUPLEMENTA:	

3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.500,00
-------------------------	--	----------

**23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

2302.08.244.0006.2058	Funcionamento e Manutenção do FMAS	6.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.000,00
2302.08.244.0006.2063	Manutenção do Bolsa Família	1.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes /Aplicação Direta	1.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Diretoria Executiva de

Legislação e Expediente

**EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 07/2018 FMS.**

Publicação Nº 1997797

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 07/2018 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA UPA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

ITEM 49 – HIDROCORTISONA 100 MG FRASCO AMPOLA

VALOR ATUALIZADA PARA: R\$ 2,208

ITEM 184 - METFORMINA 500 MG

VALOR ATUALIZADO: R\$ 0,0595.

VIGÊNCIA: 04/05/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, WWW.BIGUA.SC.GOV.BR

BIGUAÇU, 26 DE ABRIL DE 2019.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1099/2019**

Publicação Nº 1998953

PORTARIA nº 1099 de 24 de abril de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PRISCILA DA SILVA MARTINHO, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com regência, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços junto no Centro de Educação Infantil Municipal Cecília Alaíde de Carvalho Rosa da Secretaria de Educação, no período de 24/04/2019 a 01/10/2019, face Licença Maternidade da titular JEANE DE OLIVEIRA SCHWARTZ, matrícula 16190, conforme Portaria nº 967/2019, no período de 13/04/2019 a 09/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2019.

Biguaçu, 24 de abril de 2019.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 1100/2019**

Publicação Nº 1998954

PORTARIA nº 1100 de 24 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILDINEIA LONGEN, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviço Centro de Educação Infantil Municipal Dona Lili da Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/05/2019 a 17/08/2019, face Licença Maternidade da titular LAINE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 15398, conforme Portaria nº 370/2019, no período de 19/02/2019 a 18/08/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 02/05/2019.

Biguaçu, 24 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 1101/2019**

Publicação Nº 1998955

PORTARIA nº 1101 de 24 de abril de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRAZIELA NUNES, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com regência, com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviços junto no Centro de Educação Infantil Municipal Páscoa Regis Mendes da Secretaria de Educação, no período de 23/04/2019 a 13/05/2019, face Licença para Tratamento de Saúde da titular DEISE MARIA COELHO DE OLIVEIRA, matrícula 7568, conforme Portaria nº 907/2019, no período de 13/03/2019 a 15/03/2019 e 01/04/2019 a 05/04/2019, e conforme Portaria nº 1104/2019, no período de 08/04/2019 a 05/06/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2019.

Biguaçu, 24 de abril de 2019.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 1102/2019**

Publicação Nº 1998968

PORTARIA Nº 1102 de 24 de abril de 2019

Retifica a Portaria nº 2112/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Fica retificado o art. 1º da Portaria nº 2112/2018, nos seguintes termos:

"Art. 1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor LUIZ GONZAGA CORDEIRO, detentor da matrícula funcional nº 7959-01 e do cargo de provimento efetivo de Bioquímico - 30h, da Certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo INSS, sob o protocolo

nº 20001010.1.00051/16-0, da qual se extraiu o total de 25 anos, 01 mês e 16 dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e retroage seus efeitos a partir de 17/10/2018.

Biguaçu, em 24 de abril de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1103/2019**

Publicação Nº 1998962

PORTARIA nº 1103 de 25 de abril de 2019

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) FLAVIO BOTKE E SILVA, detentor do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, para exercer a Função e Confiança Gerência de Obras Públicas na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/05/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 1104/2019**

Publicação Nº 1998971

PORTARIA Nº 1104/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DEISE MARIA COELHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4711/2019 em anexo no período de 08/04/2019 a 05/06/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 1105/2019**

Publicação Nº 1998972

PORTARIA nº 1105/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CRISTIANE HAMMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 20/04/2019 a 16/10/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1106/2019**

Publicação Nº 1998974

PORTARIA nº 1106 de 25 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISE MARIA CARDOSO, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo PROFESSOR II - ENSINO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviço no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Dorvalina da Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/04/2019 a 20/06/2019, até a posse do candidato convocado através do Concurso Público 001/2016, Convocação nº 29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 26/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1107/2019**

Publicação Nº 1998975

PORTARIA nº 1107 de 25 de abril de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA JULIA CUNHA, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, conforme Decreto Municipal 038/1998, e parecer COMED Nº 002/98/COMED/Biguaçu que são referentes ao Programa de Educação para Jovens e Adultos, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR III - CIENCIAS, com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviços nas unidades escolares Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos da Secretaria Municipal de Educação, no período de 24/04/2019 a 19/07/2019, face o pedido de exoneração Marcelo Chitolina, salientamos que houve aumento considerado de matrículas no ano de 2019, por este motivo, se faz necessário a contratação de profissional, em vaga excedente para lecionar junto a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1108/2019**

Publicação Nº 1998976

PORTARIA Nº 1108 de 25 de abril de 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) JOAO ATHANAIR DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – 40H, da Secretaria Municipal de Obras, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 50/2019, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1109/2019**

Publicação Nº 1998977

PORTARIA Nº 1109 de 25 de abril de 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) INDIAMARA DAL AGNELLO PAULI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – 40H, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 51/2019, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1110/2019**

Publicação Nº 1998979

PORTARIA Nº 1110 de 25 de abril de 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) LILIANE DOMINGUES DE AZEVEDO, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM – 30H, da Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 49/2019, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1111/2019**

Publicação Nº 1998980

PORTARIA Nº 1111 de 25 de abril de 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) CARMEM LUCIA KAIR SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL – 30H, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 48/2019, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1112/2019**

Publicação Nº 1998981

PORTARIA nº 1112 de 25 de abril de 2019

Designar Servidor (a) para ocupar aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) JOSE THEOBALDO WENDLING, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III - LINGUA PORTUGUESA, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2019 a 20/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2019.



Biguaçu, 25 de abril de 2019.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1113/2019**

Publicação Nº 1998983

PORTARIA nº 1113 de 25 de abril de 2019

Designar Servidor (a) para ocupar aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) VALDNEY GOMES DA CRUZ, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III - INGLES, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/03/2019 a 20/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1114/2019**

Publicação Nº 1998984

PORTARIA nº 1114 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANTONIO CICERO RIBEIRO DE SOUZA, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III – MATEMATICA com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 22/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1115/2019**

Publicação Nº 1998986

PORTARIA nº 1115 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) KARIN GUENTHER, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 22/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1116/2019**

Publicação Nº 1998987

PORTARIA nº 1116 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 27/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1117/2019**

Publicação Nº 1998989

PORTARIA nº 1117 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIVONE SA DOS SANTOS, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 01/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1118/2019**

Publicação Nº 1998990

PORTARIA nº 1118 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANA PAULA DE CARVALHO DIAS SEVERINO, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 25/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1119/2019**

Publicação Nº 1998992

PORTARIA nº 1119 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) FERNANDA DA SILVA PINHEIRO, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 20/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1120/2019**

Publicação Nº 1998993

PORTARIA nº 1120 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) BRUNA DE ANDRADE, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 03/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1121/2019**

Publicação Nº 1998995

PORTARIA nº 1121 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) GRAZIELA NUNES, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 01/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1122/2019**

Publicação Nº 1998996

PORTARIA nº 1122 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 08/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1123/2019**

Publicação Nº 1998997

PORTARIA nº 1123 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ROSILENE REGINA PIERIN, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 11/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1124/2019**

Publicação Nº 1998998

PORTARIA nº 1124 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) NARA ROSANE FONSECA AMARAL, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 27/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1125/2019**

Publicação Nº 1998999

PORTARIA nº 1125 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) TATIANE ADRIANA DA SILVA, do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 11/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1126/2019**

Publicação Nº 1999001

PORTARIA nº 1126 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ISABELA ROSA, do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 08/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1127/2019**

Publicação Nº 1999003

PORTARIA nº 1127 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIAH CRISPIM CRUZ, do cargo de provimento temporário de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 25/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1128/2019**

Publicação Nº 1999004

PORTARIA nº 1128 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ALFONSO STRUCK NETO, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III – MATEMÁTICA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 04/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1129/2019**

Publicação Nº 1999006

PORTARIA nº 1129 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANTONIO CICERO RIBEIRO DE SOUZA, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III – MATEMATICA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 10/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1130/2019**

Publicação Nº 1999007

PORTARIA nº 1130 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) TATIANA BORDULIS, do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 11/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1131/2019**

Publicação Nº 1999008

PORTARIA nº 1131 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) CATARINA ANA DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 07/05/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1132/2019**

Publicação Nº 1999009

PORTARIA nº 1132 de 25 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) CARLOS ALBERTO DUNAJSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESCRITURARIO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 25/05/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1133/2019**

Publicação Nº 1999010

PORTARIA nº 1133 de 25 de abril de 2019

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) SANDRO ANDRETTI DA COSTA, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE VETERINÁRIO I com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, inscrito (a) na matrícula funcional nº 408-1.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 14/03/2019 a 13/03/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 14/03/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1134/2019**

Publicação Nº 1999011

PORTARIA nº 1134 de 25 de abril de 2019

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) GIORDANA BIANCON GANDOLFI OURIQUES, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, da Gerente de Serviços Hospitalares, da Secretaria Municipal da Administração a partir de 01/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1135/2019**

Publicação Nº 1999012

PORTARIA nº 1135 de 25 de abril de 2019

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CHARLES CORREIA, detentor do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE PATROLA, para exercer a Função e Confiança Coordenador da Patrulha Agrícola na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2019.

Biguaçu, 25 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1136/2019**

Publicação Nº 1999013

PORTARIA nº 1136 de 26 de abril de 2019

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARCELO FRANCA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, da Diretoria de Serviços Odontológicos, da Secretaria Municipal da Saúde a partir de 12/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 12/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1137/2019**

Publicação Nº 1999014

PORTARIA nº 1137 de 26 de abril de 2019

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) PATRICIA NAHIRNIAK DA SILVA, detentor do cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, para exercer a Função e Confiança Diretoria de Serviços Odontológicos na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1138/2019**

Publicação Nº 1999015

PORTARIA nº 1138 de 26 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARCIO AUGUSTO QUADROS DE ARAUJO, do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO ESPECIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 17/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1139/2019**

Publicação Nº 1999016

PORTARIA nº 1139 de 26 de abril de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VITOR MANOEL GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/04/2019 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

GENIVALDA RONCONI DE AMORIM  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1140/2019**

Publicação Nº 1999017

PORTARIA Nº 1140 de 26 de abril de 2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) SOLANGE MARIA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de RECEPCIONISTA – 30H, da Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Idade, de acordo com o Decreto Municipal 45/2019, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 31/03/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1141/2019**

Publicação Nº 1999018

PORTARIA nº 1141 de 26 de abril de 2019

Designar Servidor para receber adiantamento, e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a norma de controle interno constante do item 3.1.12, Anexo I do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores,

Considerando, as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado através da IN TC 14/2012;

Considerando, as normas de controle interno relacionadas a adiantamento e aprovada pelo Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) NAGIB ABRAHAO SALUM NETTO, detentor(a) da matrícula nº 187, ocupante do cargo efetivo TECNICO EM DESENHO, para receber adiantamento de recursos para realizar despesas miúdas e de pronto pagamento para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Biguaçu - PREVBIGUAÇU, na forma estabelecida na Lei (Municipal) nº 988/1995 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.12, do Decreto nº 91/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1142/2019**

Publicação Nº 1999019

PORTARIA nº 1142 de 26 de abril de 2019.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer,  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Saúde;  
ANDERSON CLEITON LANG, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,  
ANDERSON KLEITON DA SILVA, , ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias da Secretaria de Saúde;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;  
ANDREA MARGARIDA COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da Saúde;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CELSO ROBERTO CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;  
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Transportes,  
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Centro de Convivência dos Idosos;  
CLAUDIA VALERIA DARIO, ocupante do Cargo Temporário de Profissional de Educação Física;  
CONRADO BERNARDI PETERSON, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo,  
CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral,  
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional,  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia,  
DORIVAL MIGNONI, ocupante do Cargo Comissionado Assistente Técnico da FAMABI;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ELIANE ROCHA DE CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador De Maquinas E Equipamentos Pesados;  
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Social;  
EVANILDO ANTENOR DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;

FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDO FRANCISCO DE AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Fisioterapia;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
GUSTAVO PACHECO DOS REIS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Integração das Unidades de Saúde;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral,  
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOANA ALVES LINO DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de Técnico em Enfermagem;  
JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;  
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte;  
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;  
KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do Cargo Temporário Professor III;  
JOSUE BOUSON, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V - servente;  
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;  
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário,  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
LEONEL BRAZ BROCKVELD, ocupante do Cargo Temporário Técnico em Enfermagem;  
LEONARDO SIMOES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Pedagógico;  
LOURENI BATISTA GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente De Planejamento Participativo;  
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura;  
LUCAS RUBINI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
LUIS FERNANDO DOS SANTOS CHAVES, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Saúde Animal;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;  
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NILSON DE FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Obras,  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL DE OLIVEIRA PRAZERES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Índices Urbanísticos;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas;

ROGERIO FARIAS OLDANI, ocupante do Cargo Temporário de psicólogo NASF;  
ROLD ANDRADE PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Educação Infantil;  
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;  
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;  
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
SADI PEIXOTO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de administração de cemitérios,  
SALMIR GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Administração,  
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito,  
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal,  
VALDIR JOSE FERRARI, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
VITOR MANOEL GONÇALVES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 841/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1143/2019**

Publicação Nº 1999020

PORTARIA Nº 1143/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA MARIA FONSECA DE OLIVEIRA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 30HS - LINGUA PORTUGUESA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4994/2019 em anexo no período de 11/04/2019 a 23/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 1144/2019**

Publicação Nº 1999021

PORTARIA Nº 1144/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANAINA MARIA KAMMER, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR II 30HS- EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4985/2019 em anexo no período de 11/04/2019 a 15/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1145/2019**

Publicação Nº 1999022

PORTARIA Nº 1145/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELIANA AQUINO DA CRUZ MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III 30HS - EDUCAÇÃO ESPECIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 4986/2019 no período de 11/04/2019 a 17/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1146/2019**

Publicação Nº 1999023

PORTARIA Nº 1146/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), EDUARDA SANTOS COSTA, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4661/2019 em anexo no período de 03/04/2019 a 22/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1147/2019**

Publicação Nº 1999025

PORTARIA Nº 1147/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JAQUELINE DE SOUSA RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4958/2019 em anexo no período de 16/04/2019 a 22/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1148/2019**

Publicação Nº 1999026

PORTARIA Nº 1148/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JAQUELINE DE SOUSA RIBEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 4958/2019 no período de 09/04/2019 a 12/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 1149/2019**

Publicação Nº 1999027

PORTARIA Nº 1149/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NEIDE TERESINHA REGIS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 40HS-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5005/2019 em anexo no período de 11/04/2019 a 08/06/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1150/2019**

Publicação Nº 1999028

PORTARIA Nº 1150/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIA PRIMAK DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4979/2019 em anexo no período de 05/04/2019 a 19/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1151/2019**

Publicação Nº 1999029

PORTARIA nº 1151 de 26 de abril de 2019

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) PATRICIA DONADEL JOHANN, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II 20HS-ENSINO FUNDAMENTAL, inscrito(a) na matrícula funcional nº 17516, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1152/2019**

Publicação Nº 1999030

PORTARIA nº 1152 de 26 de abril de 2019

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá

outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7445, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1153/2019

Publicação Nº 1999031

PORTARIA nº 1153 de 26 de abril de 2019

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, ocupante do cargo efetivo TECNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanal no período de 04/04/2019 a 28/02/2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 04/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1154/2019

Publicação Nº 1999032

PORTARIA Nº 1154/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIANE RODRIGUES MARTINS, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4903/2019 em anexo no período de 09/04/2019 a 12/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA Nº 1155/2019

Publicação Nº 1999033

PORTARIA Nº 1155/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 30HS- EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5133/2019 em anexo no período de 09/04/2019 a 12/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1156/2019**

Publicação Nº 1999034

PORTARIA Nº 1156/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELIZETE SILVA SEVERINO GOMES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II 40HS-EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 5122/2019 no período de 10/04/2019 e 15/04/2019 a 17/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1157/2019**

Publicação Nº 1999035

PORTARIA Nº 1157/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VANESSA DE SOUZA MARQUES AMARAL, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5243/2019 em anexo no período de 15/04/2019 a 23/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1158/2019**

Publicação Nº 1999036

PORTARIA Nº 1158/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALVIM LEVI SIQUEIRA NETTO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 40HS - LINGUA PORTUGUESA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5307/2019 em anexo no período de 23/04/2019 a 20/06/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1159/2019**

Publicação Nº 1999037

PORTARIA Nº 1159/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANAYNA VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme



Processo nº 4883/2019 em anexo no período de 10/04/2019 a 07/06/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1160/2019**

Publicação Nº 1999038

PORTARIA Nº 1160/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA DE LOURDES DE AZEVEDO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 30HS-ARTES – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4953/2019 em anexo no período de 17/04/2019 a 16/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1161/2019**

Publicação Nº 1999039

PORTARIA Nº 1161/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALEXSANDRA DA SILVA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 40HS-EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5020/2019 em anexo no período de 15/03/2019 e 10/04/2019 a 12/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1162/2019**

Publicação Nº 1999040

PORTARIA Nº 1162/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALEXSANDRA DA SILVA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II 40HS-EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 5020/2019 no período de 04/04/2019 a 05/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1163/2019**

Publicação Nº 1999041

PORTARIA Nº 1163/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSANGELA DILMA DA CONCEICAO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4777/2019 em anexo no período de 08/04/2019 a 22/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1164/2019**

Publicação Nº 1999042

PORTARIA Nº 1164/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARCELO FRANCA, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5030/2019 em anexo no período de 15/04/2019 a 10/06/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1165/2019**

Publicação Nº 1999044

PORTARIA Nº 1165/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NILA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SAUDE I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 4682/2019 no período de 05/04/2019 a 25/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1166/2019**

Publicação Nº 1999045

PORTARIA nº 1166 de 26 de abril de 2019

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) JULIA NUNES ATRIB, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 25/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1167/2019**

Publicação Nº 1999046

PORTARIA nº 1167 de 26 de abril de 2019

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) LISLENE SINELANDIA FERNANDES ARDIGO, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7603, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1168/2019**

Publicação Nº 1999047

PORTARIA nº 1168 de 26 de abril de 2019

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) LISLENE SINELANDIA FERNANDES ARDIGO, ocupante do cargo efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O (a) servidor (a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanal no período de 15/04/2019 a 28/02/2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 15/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1169/2019**

Publicação Nº 1999048

PORTARIA nº 1169 de 26 de abril de 2019

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Evandro de Oliveira Dantas, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8945, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Unidade Básica de Saúde dos Fundos, desempenhando as atividades inerentes ao cargo de Recepcionista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 23/04/2019 a 14/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1170/2019**

Publicação Nº 1999050

PORTARIA Nº 1170/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CAROLINE SILVESTRI SOARES, ocupante do cargo efetivo de ARQUITETO – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4788/2019 em anexo no período de 06/04/2019 a 17/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1171/2019**

Publicação Nº 1999051

PORTARIA nº 1171 de 26 de abril de 2019

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Francisco Januário Machado, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7941, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as funções inerentes ao cargo de Vigia.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 24/03/2019 a 15/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/03/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1172/2019**

Publicação Nº 1999052

PORTARIA Nº 1172/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SHAIANY CHRISTINE MAEDA, ocupante do cargo temporário de PROCURADOR ADJUNTO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4969/2019 em anexo no período de 14/03/2019 e 02/04/2019 a 05/04/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1173/2019**

Publicação Nº 1999054

PORTARIA Nº 1173/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANSELMO AUGUSTINHO SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 4458/2019 em anexo no período de 30/03/2019 a 27/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA N° 1174/2019**

Publicação N° 1999056

PORTARIA N° 1174/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AMBIENTAL – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAMABI, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 5029/2019 em anexo no período de 15/04/2019 a 14/05/2019.

Biguaçu, 26 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**COMUNICADO PREGÃO 52/2019**

Publicação Nº 1997713



Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

**COMUNICADO – PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2019-PMB**

Comunicamos às empresas interessadas no **PP 52/2019-PMB**, que tem como objeto a **“Contratação de empresa para eventual locação de veículos, para atender as eventuais necessidades da Prefeitura Municipal de Biguaçu pelo período de 12 meses”**, que devido a erros de digitação, altera-se o texto publicado, conforme segue:

**1 - Da data de realização:**

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 52/2019 PMB

DATA DA REALIZAÇÃO: 08/05/2019.

HORÁRIO: 14:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:Até às 13:45 horas, do dia 08/05/2019;ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:Às 14:00 horas, do dia 08/05/2019**2 – Retira-se o item 1.5 e o texto passa fazer parte do item 17.1:****17- DA FORMA DE PAGAMENTO**

17.1- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida. **A empresa contratada deverá colocar na Nota Fiscal - NF o número da ordem de compra.**

**3 – o item 4.6 passa a ter a seguinte redação:**

4.6 Deverá ser entregue junto à documentação do credenciamento a ficha cadastral para a licitação conforme **Anexo 08.**

Praça Nereu Ramos, nº 90  
Bairro Centro – Biguaçu – CEP 88160-116  
Telefone (48) 3094-4100





Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

**4 – A unidade de medida dos itens 5 e 6 do anexo 1 passa a ser LOCAÇÃO/DIÁRIA conforme tabela a seguir:**

5	LOCAÇÃO/DIÁRIA	730,	139,2700	101.667,1000	VEICULO TIPO SW, NA COR BRANCA, ANO/MODELO 2017 OU SUPERIOR, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, MOTOR 1.8 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, OU ELÉTRICA E VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇAS EXIGIDOS POR LEI, SEGURO TOTAL, KM LIVRE E TODAS AS MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS INCLUINDO REVISÃO, TROCA DE ÓLEO, PNEU, ETC.
6	LOCAÇÃO/DIÁRIA	730,	139,2700	101.667,1000	VEICULO DE PASSEIO, NA COR BRANCA, ANO MODELO 2017 OU SUPERIOR CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS SENDO 2 LATERAIS CORREDIÇAS, MOTOR 1.8 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA E VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇAS EXIGIDOS POR LEI, SEGURO TOTAL, KM LIVRE E TODAS AS MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS INCLUINDO REVISÃO, TROCA DE ÓLEO, PNEU E ETC

Praça Nereu Ramos, nº 90  
 Bairro Centro – Biguaçu – CEP 88160-116  
 Telefone (48) 3094-4100





Diretoria de Compras, Licitações e Contratos

As demais cláusulas do edital e aviso de licitação permanecem inalteradas.

**Biguaçu/SC, 25 de abril 2019.**

---

**Giovani R. Gasparetto**  
**Pregoeiro**

Praça Nereu Ramos, nº 90  
Bairro Centro – Biguaçu – CEP 88160-116  
Telefone (48) 3094-4100





# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 089/2019 - SETERB

Publicação Nº 1998211

PORTARIA Nº. 089/2019

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE FUNCIONAL

nos termos dos artigos 26, §2º e 27, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, conforme memorando nº. 161/2019 da Comissão Especial de Servidores no Estágio Probatório – CASEP/SETERB, para a servidora BRUNA CORREA ZAGO, matrícula nº 780, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 22 de abril de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a contar do dia 22.04.2019.

Blumenau, 24 de abril de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente do SETERB

### PORTARIA Nº 090/2019 - SETERB

Publicação Nº 1998219

PORTARIA Nº. 090/2019

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE FUNCIONAL

nos termos dos artigos 26, §2º e 27, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, conforme memorando nº. 160/2019 da Comissão Especial de Servidores no Estágio Probatório – CASEP/SETERB, para o servidor JULIO CESAR DE ANDRADE, matrícula nº 764, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, a partir de 18 de abril de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a contar do dia 18.04.2019.

Blumenau, 24 de abril de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente do SETERB

### PORTARIA Nº 091/2019 - SETERB

Publicação Nº 1998220

PORTARIA Nº. 091/2019

DISPENSA SERVIDOR DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DISPENSAR

o servidor VOLNEI DO NASCIMENTO, matrícula 472, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Patrimônio – FGC 40%, concedida pela Portaria nº. 135/2014 de 05.06.2014, a contar de 02.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a contar do dia 02.05.2019.

Blumenau, 24 de abril de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente do SETERB

**PORTARIA Nº 092/2019 - SETERB**

Publicação Nº 1998225

PORTARIA Nº. 092/2019

DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNAR

a servidora ROSANE FRIZTKE SABEL, matrícula 099, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Patrimônio – FGC 40%, a contar de 02.05.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a contar do dia 02.05.2019.

Blumenau, 24 de abril de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente do SETERB

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998232

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 106/2019

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva e/ou corretiva de máquinas de costura, com fornecimento de materiais, para a Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 16 de maio de 2019, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 29 de abril de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998236

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 138/2019

Objeto: Contratação de serviços de locação de tendas, com montagem e desmontagem, para a 7ª Feira da Inovação e Empreendedorismo da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 15 de maio de 2019, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website [www.furb.br](http://www.furb.br), através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 29 de abril de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

**EXTRATO Nº 202/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998244

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 202/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 144/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 163/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE TESTES DE PROGRESSO PARA O DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE - DEPMED. Setor solicitante: DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE-DEPMED. Contratado (s): EDUDATA INFORMÁTICA S/S LTDA – ME ( CNPJ Nº 00.333.193/0001-00). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 163/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais e NF. Prazo de Entrega: Em até 20 (vinte) dias consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Compra. Valor Total/Programa de Trabalho/ Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 5.972,30 (cinco mil novecentos e setenta e dois reais e trinta centavos) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.65 (Serviço de Apoio ao Ensino). Blumenau, 25 de abril de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

**EXTRATO Nº 191/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998248

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 191/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E

Profª. Giselle Cristiane Seibel

OBJETO: Contratação de Professores para atuar no Curso de Curta duração de Fotografia, promovido pelo Instituto FURB..

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 134/2019 e Contrato nº 92/2019 firmado em 24 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.131,64 (dois mil cento e trinta e um reais e sessenta), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 134/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 45, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Fotografia; - Disciplina: Linguagem Fotográfica; - Disciplina: Saida Fotográfica II - Disciplina: Fotografia de Eventos - Prestação do Serviço: presencial.	R\$ 913,56 R\$ 609,04 R\$ 609,04
Preço Total (em R\$)				R\$ 2.131,64	
Preço Total (em reais, por extenso)				(dois mil cento e trinta e um reais e sessenta)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.  
DATA: 24/04/2019.

**EXTRATO Nº 192/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998251

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 192/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Guilherme Antonio Nothen Becker

OBJETO: Contratação de Professores para atuar no Curso de Curta duração de Fotografia, promovido pelo Instituto FURB..

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 134/2019 e Contrato nº 93/2019 firmado em 24 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 7.312,24 (sete mil trezentos e doze reais e vinte e quatro centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 134/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 16, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Fotografia; - Coordenação do Curso; - Disciplina: Equipamento Fotográfico - Disciplina: Fotografia Digital - Disciplina: Saida Fotográfica I - Prestação do Serviço: presencial.	R\$ 3.658,00 R\$ 1.522,60 R\$ 609,04 R\$ 609,04
Preço Total (em R\$)				R\$ 7.312,24	
Preço Total (em reais, por extenso)				(sete mil trezentos e doze reais e vinte e quatro centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 24/04/2019.

**EXTRATO Nº 193/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998253

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 193/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Guilherme Carlos Schäffer

OBJETO: Contratação de Professores para atuar no Curso de Curta duração de Fotografia, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 134/2019 e Contrato nº 94/2019 firmado em 24 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.740,68 (dois mil setecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 134/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 31, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Curso: Fotografia; - Disciplina: Fluxo de Trabalho Digital - Disciplina: Iluminação Básica	R\$ 1.522,60 R\$ 1.218,08
Preço Total (em R\$)				R\$ 2.740,68	
Preço Total (em reais, por extenso)				(dois mil setecentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.  
**DATA:** 24/04/2019.

### EXTRATO Nº 189/2019 - FURB

Publicação Nº 1998259

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº.189/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
 E  
 ADL Comercial EIRELI

**OBJETO:** Aquisição de diversos bens para atendimento aos empreendimentos incubados da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 068/2019 e Contratonº 087/2019, firmado em 29 de abril de 2019.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote: 04							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	39098	6	peças	Roupeiro (guarda volumes) em aço com 12 portas / tratamento especial da superfície com pintura eletrostática epóxi, portas com pitão para cadeado e pés com sapatas plásticas protetoras / Dimensões aproximadas: 2 x 1 x 0,35 m (AxLxP) Pode ser dividido em mais de uma peça (modular), desde que entregue montado	RCH	574,17	3.445,02
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				3.445,02			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Três mil reais, quatrocentos e quarenta e cinco reais e dois centavos			

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos bens desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRazo de Vigência:** Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.  
**DATA:** 29/04/2019.

### EXTRATO Nº 194/2019 - FURB

Publicação Nº 1998263

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 194/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
 E  
 Electroinox Comércio de Equipamentos e Eletrônicos Eireli

**OBJETO:** Aquisição de diversos bens para atendimento aos empreendimentos incubados da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 068/2019 e Contrato nº 088/2019, firmado em 29 de abril de 2019.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote: 02							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)

1	30125	Peças	20	Gazebo articulado / tamanho aproximado 3x3x2,5 m (LxCxA) / Cobertura em poliéster e estrutura de treliça de alumínio reforçada com aço / Cobertura em apenas uma cor. Preferencialmente na cor branca ou azul, com ou sem listras na lateral / Deve acompanhar bolsa de transporte / Todos devem ser do mesmo fabricante e modelo	MOR	338,95	6.779,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				6.779,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seis mil, setecentos e setenta e nove reais			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos bens desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93. DATA: 29/04/2019.

### EXTRATO Nº 195/2019 - FURB

Publicação Nº 1998269

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº.195/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
Regis Comércio de Brinquedos Ltda.

OBJETO: Aquisição de diversos bens para atendimento aos empreendimentos incubados da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 068/2019e Contratonº 089/2019,firmado em 29 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote: 03							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	39104	Peças	40	Mesa retangular / Suporte mínimo para 50Kg, com tampo em polietileno de alta densidade / Medidas aproximadas: 70 x 90 x 140 cm (AxLxC) Deve ser desmontável / Preferencialmente na cor branca / Todas devem ser do mesmo fabricante e modelo	Antares	120,40	4.816,00
2	39105	Peças	40	Cadeira dobrável em polipropileno, cor branca / Suporte mínimo 100Kg, dimensões aproximadas: 80 x 50 x 40 cm (AxLxC) Preferencialmente na cor branca / ripada / cadeira abauloada/ arredondada no encosto e no sentar / Todas devem ser do mesmo fabricante e modelo	Antares	56,23	2.249,20
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				7.065,20			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Sete mil, sessenta e cinco reais e vinte centavos			

PAGAMENTO:O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos bens desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93. DATA:29/04/2019.



**EXTRATO Nº 196/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998273

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº.196/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Sentinela do Vale Comercial Eireli

OBJETO: Aquisição de diversos bens para atendimento aos empreendimentos incubados da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 068/2019e Contratonº 090 /2019,firmado em 29 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote: 01							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	38064	Peça	1	Cortina de ar com controle remoto / Largura 120cm, tensão 220V, eficiência energética A Preferencialmente na cor branca / Sem instalação	Agratto car-12	491,62	491,62
2	39096	Peça	2	Ventilador de teto com luminária de 3 pás / Acompanha chave de velocidade, reversão e iluminação / Tensão 220V Preferencialmente na cor branca / Sem instalação	Ventisol 407	111,90	223,80
3	22714	Peça	1	Ar condicionado Split, 12.000 BTU 's, ciclo frio, com controle remoto, conjunto com unidades evaporadora e condensadora, selo PROCEL, classe A, sem instalação Serpentina de cobre	Agratto sa12	1.296,67	1.296,67
4	12859	Peça	6	Ventilador de parede oscilante, diâmetro de 1m / Tensão 220V Pás de aproximadamente 50cm, com controle de velocidade / Sem instalação	Agratto 1175	581,32	3.487,92
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				5.500,01			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Cinco mil, quinhentos reais e um centavo			

PAGAMENTO:O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos bens desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93. DATA:29/04/2019.

**EXTRATO Nº 204/2019 - FURB**

Publicação Nº 1998285

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 204/2019

Dispensa de Licitação nº. 145/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 166/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O PROJETO V&VINCFD - FASE II: DESENVOLVIMENTO DE "BENCHMARKS" PARA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO EM CFD DE ESCOAMENTOS MULTIFÁSICOS DA INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO (TERMO DE COOPERAÇÃO: 5850.0103010.16.9 PETROBRAS). Setor solicitante: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUÍMICA. Contratada(s): ACRILVILE COMÉRCIO DE ACRÍLICOS LTDA (CNPJ Nº 01.021.504/0001-50) Valor R\$ 704,00 e SYSMEC SISTEMAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ Nº 03.674.420/0001-41) Valor R\$ 968,43. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 166/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento dos materiais e NF. Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Compras. Local Entrega: CAMPUS II

- Complexo Tecnológico - Departamento Engenharia Química. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.672,43 (um mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.30.99.99 (Materiais de Consumo – Diversos)/3.3.90.30.24 (Material para Manutenção de Bens Imóveis).

Blumenau, 26 de abril de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

## EXTRATO Nº 203/2019 - FURB

Publicação Nº 1998287

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 203/2019  
Dispensa de Licitação nº. 142/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 167/2019/PROGEF e demais alterações, para o PAGAMENTO DE DESPESA PARA CONserto DO PARABRISA DO VEICULO MONTANA PLACA QJJ-1575 LOCADO DA EMPRESA FAST MOTO CENTER LOCADORA DE VEICULOS E COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA PARA USO DO LABORATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Setor solicitante: LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE COMBUSTÍVEIS.

Contratada(s): LN PARABRISAS LTDA – ME. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 167/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados após a entrega do serviço e da NF. Prazo de Entrega: Em até 02 (dois) dias contados a partir o recebimento da Ordem de Compra. Local Entrega: Laboratório de Combustíveis CAMPUS II Rua São Paulo 3250. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) / 01.09.12.122.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.30.39 (Material para Manutenção de Veículos).

Blumenau, 26 de abril de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB

## EXTRATO Nº 206/2019 - FURB

Publicação Nº 1998289

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 206/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 137/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 163/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DO ESPECTRÔMETRO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR - RMN DA CENTRAL LABORATORIAL DE ANÁLISE INSTRUMENTAL MULTIUSO E DE SERVIÇOS - CLEIMS DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA. Setor solicitante: DEPARTAMENTO DE QUÍMICA. Contratado (s): BRUKER DO BRASIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA. (CNPJ Nº 04.755.378/0001-56). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 165/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias a contar do término da execução do serviço e recebimento da NF. Prazo de Entrega: Em até 02 (dois) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.17.03 (Manutenção de máquinas e Equipamentos Gerais).

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola  
Reitora da FURB



**CÂMARA MUNICIPAL****MD 3200**

Publicação Nº 1997329

**RESOLUÇÃO MD Nº 3.200**

**CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO VILMAR SMANIOTTO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao servidor público Vilmar Smaniotto, a partir de 22 de março de 2019, promoção funcional, referente ao triênio março de 2016/março de 2019, no cargo de provimento efetivo de Motorista Parlamentar, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08/2019, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 22 de março.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                      Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

**MD 3201**

Publicação Nº 1997330

**RESOLUÇÃO MD Nº 3.201**

**CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO FERNANDO CELA NETO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao servidor público Fernando Cella Neto, a partir de 25 de março de 2019, promoção funcional, referente ao triênio fevereiro de 2015/fevereiro de 2018, no cargo de provimento efetivo de Motorista Parlamentar, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 07/2019, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 25 de março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                      Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

**MD 3202**

Publicação Nº 1997332

**RESOLUÇÃO MD Nº 3.202**

**EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 14 de abril de 2019, a servidora pública Julia Gomes Lottin, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, de provimento em comissão, lotado junto à Mesa Diretora - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 12 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN

Presidente

BRUNO CUNHA

Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA

1º Secretário

GILSON DE SOUZA

2º Secretário

## MD 3203

Publicação Nº 1997333

RESOLUÇÃO MD Nº 3.203

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 16 de abril de 2019, o servidor público Alessandro Dantas Neves Silva, ocupante do cargo de Assessor Legislativo, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Legislativa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN

Presidente

BRUNO CUNHA

Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA

1º Secretário

GILSON DE SOUZA

2º Secretário

## MD 3204

Publicação Nº 1997334

RESOLUÇÃO MD Nº 3.204

NOMEIA ANA DÉBORA GOMES EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 15 de abril de 2019, Ana Débora Gomes, no cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, de provimento em comissão, lotado junto à Mesa Diretora - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN

Presidente

BRUNO CUNHA

Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA

1º Secretário

GILSON DE SOUZA

2º Secretário

**MD 3205**

Publicação Nº 1997441

RESOLUÇÃO MD Nº 3.205  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO FERNANDO CELA NETO.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 45, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional ao servidor público efetivo Fernando Cella Neto, por 7 (sete) anos de tempo de serviço no cargo de Motorista Parlamentar - para a Classe D da carreira, com Referência de Vencimento 54 -, a partir de 21 de fevereiro de 2018, nos termos do art. 10 e seguintes, combinados com o Anexo III, da Resolução nº 407 e do Processo Administrativo nº 13/2019 da Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à 21 de fevereiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                  Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

**MD 3206**

Publicação Nº 1997443

RESOLUÇÃO MD Nº 3.206  
NOMEIA DEBORA CHRISTINA MATHIONI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 17 de abril de 2019, Debora Christina Mathioni, no cargo de Assessor Legislativo, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Legislativa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                  Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

**MD 3207**

Publicação Nº 1997444

RESOLUÇÃO MD Nº 3.207  
AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM EVENTO TÉCNICO.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do servidor público Eduardo Steiner Vronski, no Seminário de Comunicação Pública, no dia 7 de maio de 2019, em Balneário Camboriú (SC).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de taxa de inscrição, no valor de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) e de uma diária "B", conforme tabela própria, ao servidor público participante.

Parágrafo único. Acompanhará o servidor participante, o servidor público Nerival José Andrade, na condição de motorista transportador, a quem fica autorizado o pagamento da despesa de uma diária "B", conforme tabela própria.

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o servidor público deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                      Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

## MD 3208

Publicação Nº 1997446

RESOLUÇÃO MD Nº 3.208

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO MD Nº 864, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2004.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º da Resolução MD nº 864, de 26 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

IV – Felipe Rotermel;

[...]” (NR)

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN      BRUNO CUNHA  
Presidente                      Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

## MD 3209

Publicação Nº 1997448

RESOLUÇÃO MD Nº 3.209

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESA PARA VIAGEM DE VEREADORES MIRINS A FLORIANÓPOLIS.

MARCELO LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesa, no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para transporte e alimentação de Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Blumenau, em viagem a Florianópolis, no dia 22 de maio de 2019, para visitar o Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça.

§ 1º As despesas previstas neste artigo serão comprovadas mediante apresentação de notas fiscais, pelo Regime de Adiantamento, previsto na Lei Municipal nº 4.313, de 17 de dezembro de 1993.

§ 2º O numerário fixado neste artigo será entregue ao servidor público Wagner Schanaider.

§ 3º Os Vereadores Mirins serão acompanhados pelos servidores públicos Wagner Schanaider, Ramsés Oliveira Costa, Erlédio Pedro Pering e Paulo Roberto Bianchi Júnior, para os quais fica autorizado o pagamento de uma diária “B”, conforme tabela própria, a cada servidor.

Art. 2º As despesas com a execução desta Resolução da Mesa Diretora correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE ABRIL DE 2019.

MARCELO LANZARIN  
Presidente

BRUNO CUNHA  
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA      GILSON DE SOUZA  
1º Secretário      2º Secretário

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997451

Reunião Extraordinária do dia 16 de abril de 2019.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.627, 7.806, 7.817, 7.820, 7.824 e 7.841; e do Projeto de Lei Complementar nº 1.847. Destino: à sanção do Executivo.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997454

Reunião Ordinária do dia 16 de abril de 2019.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Destino: comunique-se.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.627, 7.806, 7.817, 7.820, 7.824 e 7.841; e o Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.847. Destino: à Comissão de Redação Final.

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 7.543. Destino do projeto: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 611, 612, 613 e 614/2019. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.841, (Mensagem nº 17/2019), que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO".

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.804.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.816.

Entrada da Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.829.

Entrada do Projeto de Lei que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 9º, DA LEI Nº 7.127, DE 02 DE AGOSTO DE 2007".

Entrada do Projeto de Lei Complementar, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 721, DE 21 DE AGOSTO DE 2009".

Entrada do Projeto de Lei, que "DISPÕE SOBRE O TEMPO DE ATENDIMENTO NO PROCON DE BLUMENAU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS".

Entrada do Projeto de Lei, que "ALTERA DISPOSITIVO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 4.493, DE 20 DE JULHO DE 1995".

Promulgadas as Resoluções MD nºs 3200 e 3201. Destino: comunique-se e publique-se.

Convertido de urgência para urgentíssimo, de conformidade com o art. 64, XVI, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 7.841 (Mensagem nº 17/2019).

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 7.805.

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997456

Reunião Ordinária do dia 18 de abril de 2019.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário ao Blumenau Convention Visitors Bureau. Destino: comunique-se.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 7.823.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.145. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 637/2019 e da Moção nº 67/2019. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 3202 e 3207. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.849 (Mensagem nº 18/2019), que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.857, que "ACRESCENTA O ARTIGO 157-G E ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 12, NA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.847, que "DENOMINA DE "BIA WACHHOLZ", PRAÇA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.848, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.362, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA INSTITUIR O DIA DE LUTA CONTRA O FEMINICÍDIO "BIA WACHHOLZ".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.849, que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.850, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 4º DA LEI Nº 8.471, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017".

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997459

Reunião Ordinária do dia 23 de abril de 2019.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.145. Destino: publique-se, ficando promulgado o Decreto Legislativo nº 1.089.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.803, 7.814, 7.821, 7.822 e 7.825. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 650, 651, 652 e 653/2019. Destino: à Secretaria para providências.

Retirada a Indicação nº 4752/2019. Destino: ao arquivo.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 3108 e 3109. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 7.830, 7.831 e 7.835. Destino: ao arquivo.

Entrada da Subemenda à Emenda nº 01 e da Subemenda à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.842.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.858, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 18 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 721, DE 21 DE AGOSTO DE 2009".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.851, que "ESTABELECE NORMAS BÁSICAS PARA PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO PROCON BLUMENAU, COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017".

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997463

Reunião Ordinária do dia 25 de abril de 2019.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcelo Barasuol Lanzarin	- Presidente da Câmara Municipal
Bruno Cunha	- Vice-Presidente
Almir Vieira	- 1º Secretário
Gilson de Souza	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Caminha	Alexandre Matias
Cezar João Cim	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Jovino Cardoso Neto
Marcos da Rosa	Oldemar Becker
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.803, 7.814, 7.821, 7.822 e 7.825. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.818. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.823. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além da Moção nº 77/2019. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 8.706. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 33 DA LEI Nº 8.362, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA INSTITUIR O DIA MUNICIPAL DO REMADOR EM BLUMENAU".

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.855.



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2019

Publicação N° 1998366

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2019  
PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 001/2019 DE PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital n° 001/2019 de Processo Seletivo, realizado no dia 07 de Abril de 2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 29/04/2019 a 06/05/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

O prazo para entrega de toda a documentação referente à contratação no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, após a convocação, será de 05 (cinco) dias úteis. O não comparecimento e entrega da documentação dentro desse prazo acarretará na desclassificação do candidato, sendo que será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo, conforme item 10.9.1 do Edital n° 001/2019.

Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente desclassificado do certame conforme item 10.14 do Edital n° 001/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: Psicólogo

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Juliana Cidade Soares	1440231	02/05/1995	1º

Cargo: Assistente Social

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Marinalda de Fatima Pereira	143997	11/02/1977	1º

Cargo: Recepcionista de Gabinete

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Richard Gabriel Fae Ximendes	1439431	22/07/2000	1º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 26 de abril de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 61-2019

Publicação Nº 1997585

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2019

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão médico -hospitalar, com corpo clinico especializado para o exercício de 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 783/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019

Valor: 119.680,00 (cento e dezenove mil seiscentos e oitenta reais).

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de abril de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 5315/2019**

Publicação Nº 1997418

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE****Decreto Municipal nº. 5315/2019 de 26 de  
abril de 2019****Homologa e Adjudica Julgamento proferido pelo  
Pregoeiro, do Processo Licitatório nº 0783/2019, dando  
outras providências.****O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO  
OESTE, SC**, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas  
atualizações;**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Fica homologado o julgamento proferido pelo  
Pregoeiro, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019, sob o Processo de  
Licitação nº. 783/2019, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão  
médico -hospitalar, com corpo clínico especializado para o exercício de 2019.

**Art. 2º.** Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor  
da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na  
Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Valor (R\$)
1	Sociedade Beneficiente Hospitalar MH	Contratação de serviço de plantão médico - hospitalar sendo: utilização das dependências físicas ; equipamentos ambulatoriais , plantonistas, funcionários , exames de Raio X, exames básicos de laboratório, medicação básica para realização de plantões de urgência e emergência durante todos os dias do mês incluindo sábados, domingos e feriados, contratação de consultas médicas nas seguintes especialidades básicas a saber, clínica médica, cardiológica, cirúrgica, obstetrícia, pediatria, anestesiologia no período integral, de segunda a segunda, compreendido entre 24 horas do dia todos os dias do mês. Contratação de consultas médicas nas seguintes especialidades oftalmologia, otorrinolaringologia u	8 119.680,00
Cento e dezenove mil seiscientos e oitenta reais			119.680,00

**Art. 3º.** Pelo presente, fica intimado os participantes da  
licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,  
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto  
Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 26/04/19.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**EDITAL Nº. 01/2019 CMDCA**

Publicação Nº 1999181

Edital n. 001/2019/CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Bom Jesus do Oeste, SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n.1.147/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, e dá outras providências.

**1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.**

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40h	R\$ 1.150,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 10/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 10/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 10/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

**2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de (nome do Município) ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 10/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Bom Jesus do Oeste, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

**3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO**

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n.1.147/2019:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. conclusão do ensino médio;

V. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI. não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência atualizado;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão da Justiça Militar da União;

VI. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

#### 4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo em mandato anterior e consecutivo, poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em lei federal superveniente.

#### 5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

#### 6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 29 (vinte e nove) de abril a 28 (vinte e oito) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 13:00 às 17:00 na Assistência Social em anexo a Prefeitura Municipal ou no CRAS.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n.1.147/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

#### 7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n.1.147/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, junto a Assistência Social, anexo a Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Assistência Social, anexo a Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Assistência Social, anexo a Prefeitura Municipal, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 8 (oito) de julho de 2019.

7.15 Após a homologação das inscrições dos candidatos considerados aptos será realizada a capacitação dos candidatos e posterior prova de conhecimento em data, horário e local a ser marcada e divulgada nos meios de comunicações locais.

7.16 Serão considerados aprovados para as etapas subsequentes do Processo de Escolha, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente e sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.

7.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 12 (doze) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019.

7.18 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 19 (dezenove) de agosto de 2019.

7.19 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

## 8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará ampla divulgação do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, bem como a divulgação dos nomes aptos ao processo eleitoral através dos meios de comunicações locais, rádios, jornais, entre outros.

## 9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.



- 9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- 9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.
- 9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.
- 9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.
- 9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.
- 9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
  - II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
  - III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 9.20 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

## 10. DA APURAÇÃO

- 10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.
- 10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
- 10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
- 10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

## 11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

- 11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
- 11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.
- 11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
- 11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.
- 11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

## 12. DO CALENDÁRIO

- 12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
26/04/2019	Publicação do Edital
29/04 a 28/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.

19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova.
	Capacitação dos candidatos e aplicação da prova.
A definir e divulgar	Realização da prova
A definir	Divulgação dos resultados
A definir	Recurso dos candidatos não aprovados
A definir	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1.147/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Jesus do Oeste, 26 de abril de 2019.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente  
CMDCA

## LEI MUNICIPAL Nº 1.147/2019

Publicação Nº 1997126

LEI MUNICIPAL Nº 1.147/2019, DE 23 DE ABRIL DE 2019

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Bom Jesus do Oeste e dá outras providências.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º. Fica mantido o Conselho Tutelar de Bom Jesus do Oeste, criado pela Lei Municipal n. 021/1997 e alterações da Lei Municipal Nº 851/2012, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus do Oeste, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida livre recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.



§ 2º. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Bom Jesus do Oeste constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º. Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus do Oeste, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º. Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

## SEÇÃO I

### Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - Manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º. Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º. O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º. Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º. Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º. É de Competência do Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V - Sala reservada para reuniões; e,

VI - Banheiros.

§ 2º. O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º. Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º. O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte

administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º. É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º. Compete ao Poder Executivo Municipal promover a contratação de empresa para fornecer cursos de capacitação preparatório, avaliação de conhecimento e psicológica dos candidatos a Conselheiros e dos Conselheiros se necessário.

Art. 6º. As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º. O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

## SEÇÃO II

### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º. O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para o atendimento da população das 07:30hs às 11:30hs e das 13hs às 17hs.

§ 1º. Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º. Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus do Oeste.

§ 1º. O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte, das 17hs às 07:30hs.

§ 2º. Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º. Para a compensação do sobreaviso, será concedido a cada Conselheiro Tutelar folga do expediente regular de um dia a cada semana.

§ 4º. O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º. Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

§ 6º. O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, além da carga horária semanal de trabalho, que corresponde ao expediente diário e plantão/sobreaviso, a participação em reuniões de trabalho realizada no próprio Município ou fora dele, bem como a presença em atos públicos.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º. Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

### SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º. A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º. Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º. As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º. Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º. A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º. Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º. A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 03 (três) até de 06 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a

importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 03 (três) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º. O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º. Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência no Município;
- IV - Conclusão do ensino médio;
- V - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatória e eliminatória, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VI - Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VII - Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- VIII - Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso V deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo em mandato anterior e consecutivo, poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

#### SEÇÃO V

##### Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º. Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º. Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º. Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º. Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação de conhecimentos em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### SEÇÃO VI

##### Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º. A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do Processo Eleitoral.

#### SEÇÃO VII

##### Da Campanha Eleitoral

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem a determinada candidatura.

IX - Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.



§ 5º. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º. A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º. É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizará ampla divulgação, do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, bem como a divulgação dos nomes dos candidatos aptos ao processo eleitoral através dos meios de comunicação locais, rádio, jornais, entre outros.

#### SEÇÃO VIII

##### Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º. Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º. A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º. Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

#### SEÇÃO IX

##### Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

#### SEÇÃO X

##### Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado

da eleição.

§ 1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º. O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º. Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º. Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º. No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas, exceto no ano corrente da eleição nacional unificada ficando assim a responsabilidade do CMDCA, bem como do estabelecimento de normas e critérios para realização de Processo de Seleção e Escolha dos candidatos que assumem por determinado período até a realização da eleição e posse dos novos Conselheiros;

§ 10. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - a coordenação administrativa;
- II - o colegiado;
- III - os serviços auxiliares.

### SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I - Coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - Convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - Assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - Zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - Participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - Comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações



e fornecendo os documentos necessários;

X - Encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - Exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO II

### Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - Exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - Definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - Organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - Propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - Destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - Elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º. As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º. A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

## SEÇÃO III

### Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - O atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - Receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º. O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

## SEÇÃO IV

### Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - Cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - Desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - Cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - Prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - Identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - Comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - Atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - Guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - Ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

## SEÇÃO V

### Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

## SEÇÃO VI

### Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º. A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º. Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º. Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º. Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

## SEÇÃO VII

### Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º. A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º. A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º. Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º. Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - Aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - Acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - Fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - Representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - Sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - Participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º. Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º. Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e

adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º. O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

- I - Colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;
- II - Entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;
- III - Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;
- IV - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V - Requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;
- VI - Requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;
- VII - Requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- VIII - Propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
- IX - Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- X - Participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XI - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º. As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º. A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º. A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º. Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º. O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º. Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;



- II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;
- III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

## SEÇÃO VIII

### Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
- III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
- IV - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
- V - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
- VI - Recusar fé a documento público;
- VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
- IX - Proceder de forma desidiosa;
- X - Descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
- XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
- XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
- XV - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
- XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
- XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
- XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
- XX - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
- XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
- XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
- XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
- XXV - cometer crime contra a Administração Pública;
- XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
- XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
- XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
- XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
- XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

## SEÇÃO IX

### Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - Destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e

disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º. Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

#### SEÇÃO X

##### Da Vacância

Art. 63. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município;

IV - Aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - Falecimento;

VI - Condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - Vacância de função;

II - Férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º. Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar à função quantas vezes for convocado.

§ 3º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º. O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

#### SEÇÃO XI

##### Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º. No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente a R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) com vigência para os novos Conselheiros, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º. A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º. A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.



§ 5º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I - Indenizações;
- II - Auxílios pecuniários;
- III - Gratificações e adicionais.

Art. 70. Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º. Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - Cobertura previdenciária;
- II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;

Art. 73. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus do Oeste, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

## SEÇÃO XII

### Das Férias

Art. 75. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º. Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º. Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Bom Jesus do Oeste.

§ 3º. Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I - A remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II - A remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81. O pagamento da remuneração das férias será efetuado na forma determinada pela Lei que regula as férias do quadro geral dos Servidores da Administração Pública.

Art. 82. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

#### SEÇÃO XIII Das Licenças

Art. 83. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º. É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º. As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus do Oeste, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

#### SEÇÃO XIV Das Concessões

Art. 84. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

#### SEÇÃO XV Do Tempo de Serviço

Art. 85. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º. Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º. A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 10 (dez) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º. A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus do Oeste, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 91. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal Nº 851/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 23 de abril de 2019.  
RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº. 02-2019

Publicação Nº 1999178

### RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Dispõe sobre a criação e constituição da Comissão Eleitoral responsável pela organização do Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação vigente: 1. Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente. 2. Lei 12.696/2012 que alterou os artigos 132, 134, 135 e 139 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e Adolescente) que dispõe sobre os Conselhos Tutelares. 3. Lei Municipal nº 10/2019 que dispõe sobre os Conselhos Tutelares. 4. Resolução Nº do Conanda (Anexo I) que dispõe sobre as diretrizes e parâmetros para criação, funcionamento e processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e CONSIDERANDO:

- O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial (§1º do ECA, Lei 8.069/90)
- O mandato dos atuais Conselheiros Tutelares encerra-se em 09/01/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta por três fases eliminatórias: inscrição, prova de conhecimento específico e eleição dos candidatos aprovados;

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

I – Representantes do CMDCA:

Titular: Roseli Simone Jandt,

Suplente: Maria de Lourdes Vogel Machado;

II - Representantes da Comunidade e Entidades;

Titular: Marilda Argenta

Suplente: Adriane Menin

III – Representante do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Cesar Majolo – Assessor jurídico.

§1º A Comissão Especial Eleitoral será presidida pela Srª Claísia Roessler Bohrer

§ 2º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrastra ou tios, que irão participar do processo;

§3º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art. 3º Compete a Comissão Eleitoral:

I - A escolha dos locais de votação e apuração, observando, em qualquer caso, a facilidade de acesso à população e as condições de acessibilidade de eleitores com deficiência, idosos e que possuam dificuldade de locomoção;

II - A realização de reunião destinada a informar aos candidatos, fiscais e demais participantes sobre as condutas vedadas durante a campanha e no dia da votação, com a elaboração de um termo de compromisso de que serão observadas as normas respectivas, a ser assinado pelos candidatos;

III - a realização de uma ou mais audiências públicas, para que os candidatos exponham suas propostas à população, assegurando a isonomia entre os mesmos;

IV - A ampla divulgação da eleição junto à população, assim como dos locais e horário de início e término votação, tanto por meio dos órgãos oficiais, quanto por meio de cartazes e chamadas em programas de rádio e televisão;

V - A ampla divulgação das demais informações pertinentes ao Processo de Escolha dos conselheiros tutelares, além do recebimento e apuração de denúncias acerca de irregularidades na propaganda;

VI - Providenciar a confecção das cédulas eleitorais, conforme modelo previamente aprovado, criando mecanismos de segurança que impeçam a duplicação daquelas por terceiros, de modo a evitar fraudes;

VII - providenciar a seleção e adequada capacitação dos mesários, secretários de mesa, escrutinadores e demais servidores designados para atuar no dia da eleição;

VIII - providenciar apoio junto aos órgãos de segurança pública, mediante contato prévio junto aos comandos da Polícia Militar, para garantir a segurança dos locais de votação e apuração de votos, além de coibir possíveis abusos e/ou tumultos (com o fornecimento, aos integrantes da própria Comissão, Presidentes de Mesa e Ministério Público, dos nomes e telefones de contato dos agentes que estarão de serviço no dia da votação);

IX - O transporte seguro das cédulas e urnas eleitorais até os locais de votação e onde ocorrerá a apuração dos votos, devendo prever, com a antecedência devida, a forma como isto ocorrerá;

X - A devida organização dos locais de votação, com a colocação das urnas e cabines de votação em locais adequados, fornecimento de canetas de cor padrão para as cabines de votação, mesas receptoras e apuradoras, cartazes contendo orientação aos eleitores, alimentação para os mesários etc.;

XI - o fornecimento de veículo e motorista para os membros da Comissão Especial e representante do Ministério Público, para que possam acompanhar de perto a votação e realizar o trabalho de fiscalização, efetuando as diligências necessárias para aferir possíveis irregularidades;

XII - a confecção, juntamente com as cédulas para votação manual, de crachás ou outras formas de identificação dos mesários, secretários, auxiliares, escrutinadores, membros da própria Comissão Especial (além de outros servidores que atuarão, em caráter oficial, no processo de escolha), assim como dos fiscais indicados pelos candidatos, seguindo modelo padrão previamente aprovado, que deverão ser a todos distribuídos com a antecedência devida;

XIII - a definição do número máximo de fiscais dos candidatos que poderão acompanhar os trabalhos de votação e apuração, como forma de evitar aglomeração, com a previsão de que, em sendo necessário, haverá "rodízio" entre os mesmos;

XIV - a designação de servidores para atuar nos locais de votação e apuração, orientando eleitores e prestando apoio administrativo aos mesários, escrutinadores e à própria comissão Especial.

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

XVI - Resolver os casos omissos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Bom Jesus do Oeste, SC, 26 de abril de 2019.

Claísia Roessler Bohrer

Presidente do CMDCA

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 528.04.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FERNANDA ROSA GORGES

Publicação N° 1997587

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 528/19 de 24.04.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 17 de abril de 2019, a Funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 529.04.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA ROSA GORGES

Publicação N° 1997588

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 529/19 de 24.04.19  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Pedro Celeste Gorges na realização consulta médica, no dia 22 de abril de 2019, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**530.04.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ADRIANA STEIMBACH**

Publicação Nº 1997592

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 530/19 de 24.04.19  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado meio dia de licença para acompanhar sua mãe na realização consulta médica, no dia 23 de abril de 2019, período vespertino, a funcionária Adriana Steimbach, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, 50 horas, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**531.04.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DANIELA MEURER**

Publicação Nº 1997594

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 531/19 de 24.04.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 23 de abril de 2019, a Funcionária Daniela Meurer, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**532.04.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIULA OLIVEIRA**

Publicação Nº 1997596

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 532/19 de 24.04.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 23 e 24 de abril de 2019, a Funcionária Fabiula de Oliveira, ocupante do cargo de Monitor de Creche, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**533.04.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANE GERBER**

Publicação N° 1997598

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 533/19 de 24.04.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2019, a funcionária Fabiane Gerber, ocupante do cargo de Professor de Educação Física - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**534.04.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação N° 1997600

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 534/19 de 24.04.19  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dia de licença para acompanhar sua mãe Iete Maria de Almeida Silveira na realização tratamento de saúde – pós operatório, nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2019, a funcionária Neide Maria Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda



**535.04.19 - P. FÉRIAS VALDIR W. HINCKEL**

Publicação Nº 1997602

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 535/19 de 24.04.19  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil e Dezenove) ao funcionário Marcos Antonio Capistrano, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 40/2019 de 23 de abril de 2019, e os 20 (vinte) dias para gozá-las a contar do dia 03 de maio com término no dia 22 de maio de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**536.04.19 - P. FÉRIAS OLIANDO J. BORBA**

Publicação Nº 1997606

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 536/19 de 26.04.19  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil e Dezenove) ao funcionário Oliando de Jesus Borba, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 26 de abril com término no dia 24 de maio de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
26 de abril de 2019.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**EXTRATO CONTRATOS 126 A 128/2019**

Publicação Nº 1997322

Extrato Contrato 126/2019 Dispensa de Licitação 09/2019  
Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

Objeto: Contratação do CISAMA para prestação dos serviços oferecidos pelos credenciados ao CISAMA, na área da medicina veterinária, para a prestação de serviços, compreendidos: procedimentos cirúrgicos com aplicação de microchip para identificação animal, diárias para o pós-operatório, aplicação de microchip e Registro Geral Animal - RGA para cães e gatos de responsabilidade dos Municípios consorciados (animais sem tutores responsáveis) e de famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas no Cadastro Único para Programas

Sociais do Governo Federal.

Valor Total: R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

Extrato Contrato 127/2019 Inexigibilidade de Licitação 04/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Chiquito & Bordoneio Ltda.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica ou física responsável pela apresentação de shows musicais nas Festividades da XIV Festa Estadual do Churrasco em Bom Retiro SC, nos dias 17, 18 e 19 maio do corrente ano, no Parque Municipal de Exposições desta cidade.

Valor Total: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)

Extrato Contrato 128/2019 Dispensa de Licitação 10/2019

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Andreza Marian 09831957903.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de portas de vidro, portas e divisórias de PVC e contratação de mão de obra para instalação das portas e divisórias novas, assim como mudança de divisórias já existentes, para o quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos vinte reais)

Bom Retiro, 29 de abril de 2019.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.316-2019 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1997573

=====

D E C R E T O Nº 2.316/2019

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2019”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 13.837,48 (Treze mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

11000 - Fundo Municipal De Saúde	
11001 - Fundo Municipal De Saúde	
10 - Saúde	
301 - Atenção Básica	
7 - Ações Gerais De Saúde	
1.87 - Construção Ampliação E Reforma De Unidades De Saúde	
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.6.33(321)	Superávit - Convênio da União ..... R\$ 13.837,48

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 26 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 26 de abril de 2019.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

**PORTARIA 065 2019 AUMENTA CARGA HORARIA**

Publicação Nº 1998344

PORTARIA Nº 065/2019

“Aumenta carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria da Educação do Poder Executivo do Município de Botuverá.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1382/2017.

Considerando:

1- A necessidade de uma servente escolar na parte de limpeza na CMEI Vereadora Zelita Zete Cestari Tachini;

Resolve:

Art. 1º- Aumentar de 20 para 40 horas semanais, a carga horária da Servidora Pública Municipal ROSELEI ALVES TACHINI, ocupante do cargo de Servente Escolar.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 26 de Abril de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 20/2019

Publicação Nº 1994663

#### EXTRATO DE CONTRATO 20/2019

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Anito Detzel ME

CNPJ: 22.329.556/0001-69

sito a Avenida Antonio Joaquim Tavares, 1536, Centro, Compl. Torre 6 – Ap 201

Penha -SC

Objeto: Locação de um imóvel para fins específicos da administração pública municipal, e/ou cessão para outros órgãos da administração pública, entes federados, conveniados, conforme detalhado no anexo I do edital.

Valor: R\$ 6400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

Vigência até 31/12/2019.

Data da assinatura: 25.04.2016

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 3/2019 FMS

Publicação Nº 1994272

#### EXTRATO DE CONTRATO 3/2019 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Anito Detzel ME

CNPJ: 22.329.556/0001-69

sito a Avenida Antonio Joaquim Tavares, 1536, Centro, Compl. Torre 6 – Ap 201

Penha -SC

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços técnicos e definição dos procedimentos, relativos a gestão patrimonial, cadastramento físico e digitação dos bens móveis e imóveis, atualização cadastral e treinamento funcional, sobre as rotinas no setor do Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência até 31/12/2019.

Data da assinatura: 24/04/2019

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO N. 8.359 -2019

Publicação Nº 1999096

DECRETO N. 8.359, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando o Memorando n. 078/2019, expedido pelo Diretor de Patrimônio,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado o servidor Davi Ribeiro Perotoni, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula n. 886955-1, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio, para solicitar informações, documentos, laudos, realizar vistorias, requerer transferências, especificamente, perante o CIRETRAN, DETRAN/SC, Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Brusque, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, sem ônus para o Município de Brusque.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de abril de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8356-2019**

Publicação Nº 1997934

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****DECRETO Nº. 8356, DE 23 DE ABRIL DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO**, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.186 de 19.12.2018, a Lei nº 4.153 de 04.09.18, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 181.849,52 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>25.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
4.4.90.00	Investimento Aplicações Diretas
0.3.33.54	Transferência de Convênios – União/Saúde
VALOR	R\$ 100.000,00
4.4.90.00	Investimento Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 47.925,90
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal da Saúde (BLGES)
4.4.90.00	Investimento Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 2.510,84
010.0302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
4.4.90.00	Investimento Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 24.646,78
010.0305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
4.4.90.00	Investimento Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 6.766,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

<b>25.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal da Saúde (BLGES)
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 2.510,84
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 47.925,90
010.0302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 24.646,78
010.0305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 6.766,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

1997934 - Pág.: 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
624025-8	FMS Emenda Parlamentar	0.1.33.54	R\$ 1.286,47
		0.3.33.54	R\$ 101.980,99
624039-8	FMS Emenda Parlamentar	0.1.33.54	R\$ 1.791,03
	Cesar Souza	0.3.33.54	R\$ 114.670,39
Total			R\$ 219.728,88

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.33.54	R\$ 0,00
	0.3.33.54	R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.33.54	R\$ 0,00
	0.3.33.54	R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.33.54	R\$ 219.728,88
Saldo a Utilizar	0.3.33.54	R\$ 219.728,88

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 23 de abril de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de abril de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**

Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**

Procurador Geral do Município

**HUMBERTO MARTINS FORNARI**

Secretária Municipal de Saúde

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**

Chefe de Gabinete



**EDITAL Nº 001-2019- HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -SAMAE**

Publicação Nº 1997936

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE

EDITAL Nº 001/2019

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, Dejair Machado, na qualidade de Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal número 1970/1994, de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faço saber:

Publicado o resultado provisório para todas as funções, que se deu em 11 de abril de 2019 e decorrido o prazo recursal constante no item 11.1 do edital, não havendo recurso interposto, HOMOLOGO em todos os seus termos o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 salientando a objetividade e lisura do citado certame.

Destarte, homologada a relação final dos candidatos aprovados, iniciaremos o processo de convocação dos futuros servidores desta Autarquia, em caráter temporário, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas e a medida das nossas necessidades, conforme item 12.1 do Edital.

Brusque, 23 de abril de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

SAMAE/Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 18 -2019**

Publicação Nº 1999098

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 19/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CINEIDE DO NASCIMENTO DE JESUS	06/03/2019 - 02/09/2019
TAMIRES DADA HODECKER	07/03/2019 - 02/09/2019
MAIARA PETRUSCHKY HANG	07/03/2019 - 02/09/2019
GENIVAL FARIAS DE SOUSA	11/03/2019 - 06/09/2019
MARCIA ERBS	21/03/2019 – 16/09/2019
SELMA DIEGOLI	21/03/2019 – 16/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 14/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 19 -2019**

Publicação Nº 1999099

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 19/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
KELLE CRISTINA LEITE	26/03/2019 - 24/06/2019

ORIGEM: Contrato Emergencial

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

### EXTRATO CONTRATO Nº 20 -2019

Publicação Nº 1999100

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 20/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CAMILA JORGE	06/03/2019 - 02/09/2019
LUCAS VITOR BAUMGARTNER	06/03/2019 - 02/09/2019
JEFERSON DE SOUZA	06/03/2019 - 02/09/2019
MARLY LIMA DOS SANTOS LUNARDELLI	06/03/2019 - 02/09/2019
SONIA MARTINS DE ARAUJO	11/03/2019 – 06/09/2019
MARCONDES CANDIDO DA SILVA	11/03/2019 – 06/09/2019
ROBERTI IACZCZAK	20/03/2019 - 16/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 14/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 30 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

### EXTRATO CONTRATO Nº 21- 2019

Publicação Nº 1999101

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 21/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ALINE VITORIA MELO DE SOUSA	21/03/2019 - 16/09/2019
JAQUELINE CACHOEIRA DIAS	25/03/2019 - 20/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 01/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 30 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

### EXTRATO CONTRATO Nº 22 -2019

Publicação Nº 1999102

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 22/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GEAMIMA MACHADO FLORIANO PAIXAO	06/03/2019 - 02/09/2019
LIRIANE TOMASI FRANZEN	06/03/2019 - 02/09/2019
MARIANE DUBIELLA DE FARIAS	06/03/2019 - 02/09/2019
LILIANE HAMES	06/03/2019 - 02/09/2019

SUZETE CATARINA DIEGOLI	06/03/2019 - 02/09/2019
ELIANE DA APARECIDA SILVA HUBER	'01/03/2019 - '27/08/2019
RUAN CASOLA	'06/03/2019 - '02/09/2019
ALINE DA SILVA MENDES	'06/03/2019 - '02/09/2019
GERUZA BREHM	'11/03/2019 - '06/09/2019
SABRINA HODECKER CARMINATI	'06/03/2019 - '02/09/2019
MARCIA DOS SANTOS PADILHA FERNANDES	'07/03/2019 - '02/09/2019
MARIA SABRINA MOTTA	'18/03/2019 - '13/09/2019
VALMI BRITO FAVACHO	'06/03/2019 - '02/09/2019
MARCIANA STEDILE	'06/03/2019 - '02/09/2019
SIMONE CASSARIEGO DA SILVA	'07/03/2019 - '02/09/2019
LUCIENE BATISTA DE LIMA	'18/03/2019 - '13/09/2019
BERENICE BEATRIZ LIMA NATIVIDADE	'18/03/2019 - '13/09/2019
PRISCILA BACCA	'06/03/2019 - '02/09/2019
DAIANE APARECIDA DOS SANTOS MIRANDA	'06/03/2019 - '02/09/2019
VANIA MAURICI	'06/03/2019 - '02/09/2019
JOSEANE DE SOUZA ESTEVAO	'07/03/2019 - '02/09/2019
VIVIANE BERNARDI	'06/03/2019 - '02/09/2019
JOELCI MACIEL	'07/03/2019 - '02/09/2019
ANDREIA PAULA DA SILVA	'06/03/2019 - '02/09/2019
APARECIDA ASSUNTA PALMA FERREIRA	'06/03/2019 - '02/09/2019
FERNANDA LIPPERT	'06/03/2019 - '02/09/2019
MAISA OLIVEIRA DE MENEZES SANTOS	'06/03/2019 - '02/09/2019
RAQUEL LEONILDA DOS SANTOS TOLEDO	'18/03/2019 - '13/09/2019
LINEIA CARLISE SAVARIZ MONTEIRO	'18/03/2019 - '13/09/2019
SAMANTA CRISTINA GALISA	'18/03/2019 - '13/09/2019
ANA PAULA DE MORAIS	'06/03/2019 - '02/09/2019
JOSELITA SOUSA ROCHA PEREIRA	'06/03/2019 - '02/09/2019
FERNANDA RAISER BORK	'06/03/2019 - '02/09/2019
FABIANA CORONEL DA SILVA	'06/03/2019 - '02/09/2019
MARIA NELI DE SOUZA DIAS	'21/03/2019 - '16/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 14/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

## EXTRATO CONTRATO Nº 23 - 2019

Publicação Nº 1999103

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 23/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
VALQUIRIA DE AMORIM	'21/03/2019 - '16/09/2019
MATHEUS PITZ BATISTA SCHAUFFERT EBERHARDT	'21/03/2019 - '16/09/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 01/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 10 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 24 -2019**

Publicação Nº 1999104

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 24/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
MARLETE MARIA RANGHETI DADA	'16/09/2019 – 21/03/2019
JOELCIO MIKALISKI	'16/09/2019 – 21/03/2019

ORIGEM: Processo Seletivo nº 14/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 10 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 25- 2019**

Publicação Nº 1999105

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 25/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
WESLEY CASTRO DE SOUZA	'06/03/2019 - '04/03/2020
DEYVISON RAISER	'12/03/2019 - '10/03/2020
MATHEUS MORESCO BECKER	'06/03/2019 - '04/03/2020

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE ENDEMIAS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 26 -2019**

Publicação Nº 1999106

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 26/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
OLIVIO KRESSIN	'06/03/2019 - '04/03/2020
GUIOMAR TEODORO DE SOUZA	'11/03/2019 – '09/03/2020

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE OBRAS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO N° 27 - 2019**

Publicação N° 1999107

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 27/2019

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ROBSON BUSS	'07/03/2019 - '05/03/2020
FILIPPI ORTHMANN LIDIO	'14/03/2019 - '12/03/2020

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE DEFESA CIVIL, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 28 -2019**

Publicação Nº 1999108

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**EXTRATO 28/2019**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO**  
**POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
LUIZ CLAUDIO SILVA SANTOS	'06/03/2019 – 04/03/2019
CLEOCIANE BATISTA DE OLIVEIRA	'06/03/2019 – 04/03/2019
CELIR APARECIDA RODRIGUES	'06/03/2019 – 04/03/2019
BRAULINO BISPO DOS SANTOS	'06/03/2019 – 04/03/2019
WYLLIAN MOREIRA CARDOSO	'07/03/2019 - '05/03/2020
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA	'21/03/2019 - '19/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 02/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997

**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.

**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 29 -2019**

Publicação Nº 1999109

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 29/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ROSANGELA PAULA DA ANUNCIACAO	'06/03/2019 - '04/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 05/2017**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ASSISTENTE SOCIAL, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**



**EXTRATO CONTRATO Nº 30 -2019**

Publicação Nº 1999110

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 30/2019  
EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ALINE CRISTINA MACHADO SANTANA	'06/03/2019 - '04/03/2020
SIMONE DE FREITAS	'11/03/2019 - '09/03/2020
LUCIANE PEREIRA PIRES	'07/03/2019 - '05/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 10/2018  
**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997

**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AUXILIAR CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 31 -2019**

Publicação Nº 1999111

**SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**EXTRATO 31/2019**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO**  
**POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
EDUARDO LOOS	'06/03/2019 - '04/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 10/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 32-2019**

Publicação Nº 1999112

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE****EXTRATO 32/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
MARIA MARCHI FANTINI	'21/03/2019 - '16/09/2019
EDINEIA SOARES DA SILVA	'21/03/2019 - '16/09/2019
LINDOMAR SILVA DE JESUS	'21/03/2019 - '16/09/2019
OSVALDO FERREIRA MENDES JUNIOR	'21/03/2019 - '16/09/2019
EMILIANA FACHINI HORT	'21/03/2019 - '16/09/2019
DAIANE RODRIGUES DOM	'21/03/2019 - '16/09/2019
VIVIAN MACHADO FLORIANO RIBEIRO	'21/03/2019 - '16/09/2019
MARIANA DE OLIVEIRA MADUREIRA	'21/03/2019 - '16/09/2019
JERUSA BRAGA DA SILVA	'21/03/2019 - '16/09/2019
IVANETE DA SILVA MAFRA	'18/03/2019 - '13/09/2019
TANIA LUIZA GRAUPNER DE MODESTI	'18/03/2019 - '13/09/2019
VERONICA ISABEL KORMANN	'18/03/2019 - '13/09/2019
PATRICIA MINELLA	'18/03/2019 - '13/09/2019
SILVIA HELENA DIAS BELLO	'18/03/2019 - '13/09/2019
SANDRA LUIZA ROGELIN LISBOA	'14/03/2019 - '09/09/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 01/2019**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de COORDENADOR PEDAGÓGICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais. Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 33-2019**

Publicação Nº 1999113

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 33/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ROSANIA SOARES CARMINATI	'12/03/2019 - '09/09/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 14/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de COORDENADOR PEDAGÓGICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 34 -2019**

Publicação Nº 1999117

**SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 34/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
GUSTAVO KNIHS ZIERKE	'06/03/2019 – 04/03/2020
JULIANA CUCHI	'06/03/2019 – 04/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 13/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MÉDICO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 34 -2019.**

Publicação Nº 1999116

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 34/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ALINE DE AZEVEDO	'25/03/2019 - '23/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 05/2017**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de FISIOTERAPEUTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 35 -2019**

Publicação Nº 1999118

**SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**EXTRATO 35/2019**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO**  
**POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA	'06/03/2019 - '04/03/2020
CLAUDETE DE FATIMA MANTOVANI DO AMARAL	'11/03/2019 - '09/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 10/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**



**EXTRATO CONTRATO Nº 36 -2019**

Publicação Nº 1999119

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 36/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ROBERTA DE FREITAS VITAL DO NASCIMENTO	'14/03/2019 - '12/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 14/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR I, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 37 - 2019**

Publicação Nº 1999120

**SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 37/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
JOAO HENRIQUE LEONI	'25/03/2019 - '20/09/2019
CAROLINI AMABILI BALONI	'06/03/2019 - '02/09/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 14/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR II, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 38 -2019**

Publicação Nº 1999121



**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**EXTRATO 38/2019**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO**  
**POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GIULIA AGUIAR	'06/03/2019 – 02/09/2019
VIVIANE MONTEIRO	'06/03/2019 – 02/09/2019
DINARA THAMIRES DE AZEVEDO	'06/03/2019 – 02/09/2019
BERENICE TERESA DE OLIVEIRA	'06/03/2019 – 02/09/2019
MARCIA CRISTINA DA COSTA SIQUEIRA	'06/03/2019 – 02/09/2019
TATIANE FAIAN	'06/03/2019 – 02/09/2019
VANESSA SCHMITZ	'06/03/2019 – 02/09/2019
ROSELI TERESINHA DE ARAUJO	'06/03/2019 – 02/09/2019
CAROLINE DELLAI	'06/03/2019 – 02/09/2019
ALINE RAFAELA MANTOVANI	'06/03/2019 – 02/09/2019
DANIELA PEREIRA	'06/03/2019 – 02/09/2019
VERENICE DE FATIMA FERREIRA	'06/03/2019 – 02/09/2019
LEILIANI ALTINO DE FRANCA BLASCZAK	'06/03/2019 – 02/09/2019
JOSIANI LEGAL FEUZER	'06/03/2019 – 02/09/2019
PRICILA FERNANDES CORREIA	'06/03/2019 – 02/09/2019
TALITA VARELA ZATELLI MARTINS	'06/03/2019 – 02/09/2019
AMABILE BETINELLI	'06/03/2019 – 02/09/2019
ELIS SIMONE SKLAR WEIMER	'06/03/2019 – 02/09/2019
SHEILA JERUZA GOMES PEREIRA	'06/03/2019 – 02/09/2019
EDILENE MEIRELES DA SILVA	'06/03/2019 – 02/09/2019
FRANCIESCA SOUZA PINTO	'06/03/2019 – 02/09/2019
NATALIA MARTINS DA SILVA	'06/03/2019 – 02/09/2019
AMANDA DALMOLIN	'06/03/2019 – 02/09/2019
GRASIELA SEVERINO	'06/03/2019 – 02/09/2019
JODELLE RAFAELLA LIMA FONSECA	'21/03/2019 - '16/09/2019
MARIA DALVA COSTA DE SOUSA	'14/03/2019 - '09/09/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 14/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997

**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR II, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
 Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 39 -2019**

Publicação Nº 1999122



SECRETARIA DE  
**ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

SECRETARIA DE  
**ORÇAMENTO  
E GESTÃO**

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**EXTRATO 39/2019**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO**  
**POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
THIAGO CORREA LEITE	'01/03/2019 - '27/08/2019
GUILHERME PEDRO OHLWEILER	'06/03/2019 - '02/09/2019
VALERIA ROCHA PEREIRA	'14/03/2019 - '09/09/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 14/2018

**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997

**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR III, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais. Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 40 -2019**

Publicação Nº 1999123

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 40/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:****SERVIDOR**

ANDRE TEODORO DE MELO

**VIGÊNCIA DO CONTRATO**

'01/03/2019 - '28/02/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 13/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais. Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 41 -2019**

Publicação Nº 1999124

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 41/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
NUBIA BRITO	'21/03/2019 - '15/11/2019

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 05/2017**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de NUTRICIONISTA, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 42-2019**

Publicação Nº 1999125

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 42/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
JULIANA CRISTINA DE OLIVEIRA E SOUZA	'06/03/2019 - '04/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 05/2017**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PSICOLOGO, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**



**EXTRATO CONTRATO Nº 43-2019**

Publicação Nº 1999126

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE****EXTRATO 43/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
ELIANA APARECIDA CAMARGO	'06/03/2019 - '04/03/2020
JORGE LUIS FOPPA	'06/03/2019 - '04/03/2020
JOAO APARECIDO CHREMONEZI	'06/03/2019 - '04/03/2020
CLENIR SOUZA DA COSTA	'06/03/2019 - '04/03/2020
CLAUDETE FREITAS DE SOUZA	'14/03/2019 – 12/03/2020
FERNANDA VEQUI	'14/03/2019 – 12/03/2020
TATICLEIA PEREIRA	'14/03/2019 – 12/03/2020
ANTONIO CARLOS DE QUADROS	'14/03/2019 – 12/03/2020
CLARICE BONFANTE PONTES	'14/03/2019 – 12/03/2020
JAILDA MARIA DE JESUS	'14/03/2019 – 12/03/2020
ISANA DAS VIRGENS GOMES FELIX	'14/03/2019 – 12/03/2020
ARIANA THAIZA DIDONE	'14/03/2019 – 12/03/2020
IVANOR BORGES DE CHAVES	'21/03/2019 - '19/03/2020
ELIZABETE GOULART VICENTINO COMANDOLLI	'25/03/2019 - '23/03/2020
SIRLENE CONCEICAO LIMA SILVA	'07/03/2019 - '05/03/2020
JOSIANE PINTO MARINHO	'18/03/2019 - '16/03/2020
SONIA GARCIA DE MELO	'21/03/2019 - '19/03/2020
MARIA RITA DOS SANTOS BORGES DE OLIVEIRA	'18/03/2019 - '16/03/2020
MARIO JORGE CARNEIRO DOS SANTOS	'20/03/2019 - '18/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 15/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 25/04/2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

**EXTRATO CONTRATO Nº 44 -2019**

Publicação Nº 1999127

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 44/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
MIRIAN GONCALVES MEDINA	'06/03/2019 - '04/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 10/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 45- 2019**

Publicação Nº 1999128

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 45/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
GILSON SILVA DOS SANTOS	'07/03/2019 - '05/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 01/2018**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**EXTRATO CONTRATO Nº 46-2019**

Publicação Nº 1999129

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****SECRETARIA DE  
ORÇAMENTO  
E GESTÃO****MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
EXTRATO 46/2019****EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO  
POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:**

<b>SERVIDOR</b>	<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>
MARIA JOSE GOMES	'12/03/2019 - '10/03/2020

**ORIGEM:** Processo Seletivo nº 05/2017**FUNDAMENTO:** Lei nº 2174/1997**OBJETO:** O empregado trabalhará para a contratante nas funções de TÉCNICO EM ENFERMAGEM , dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.  
Brusque, 25/04/2019.**ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA**

**PORTARIA Nº 735-2019**

Publicação Nº 1999130

## PORTARIA Nº 735/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

## RESOLVE:

Art. 1º – Remover o(a) servidor(a) JESSICA DE FARIA XAVIER, matrícula nº 1000112265 ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde/ALMOXARIFADO para a Secretaria de Orçamento e Gestão/ COMPRAS, a contar de 22/04/2019.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no Art. 45, c/c Art. 49 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

**VIGÉSIMO ADITIVO AO CONTRATO 02-2016**

Publicação Nº 1999097

**VIGÉSIMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016 – AD20.2019**

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO n.º 02/2016 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**PREÂMBULO**

**1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Saúde, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde **HUMBERTO MARTINS FORNARI**, ao final assinado;

**2. CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, **RAUL CIVINSKI DE SOUZA, brasileiro, portador do RG 4670899/SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 064.797.699-45**, assinado abaixo.

**RESOLVEM**, com base no presente termo aditivo, **alterar** o contrato original firmado em 13/03/2016, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
OBJETO**

1. O presente Termo Aditivo tem como objeto:
  - 1.1. Promover o repasse financeiro para realização de cirurgias eletivas, relativamente a estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o exercício de 2019 e a **DELIBERAÇÃO 022/CIB/2019** o qual aprova os critérios para aplicar a Campanha Estadual de Cirurgias Eletivas com recursos federais.
  - 1.2. O recurso é disponibilizado por repasse EXTRA TETO (FAEC), ou seja, conforme produção devidamente aprovado no sistema SIHD2 e SIA.
  - 1.3. O repasse será efetuado após a transferência de recursos federal por meio dos seus respectivos fundo nacional de saúde ao fundo municipal de saúde.
  - 1.4. As respectivas cirurgias eletivas serão autorizadas em numeração específica para esse fim, disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Saúde.
  - 1.5. As quantidades e valores estão descritos na Tabela I:

**TABELA I – Repasse dos recursos financeiros para realização de cirurgias eletivas da SES/SC**

<b>CIRURGIAS MULTIPLAS</b>	<b>VALOR</b>
VASCULAR GERAL GINECOLOGIA ORTOPEDIA OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	R\$ 1.031.485,08

<b>UROLOGIA OFTALMOLOGIA</b>	
----------------------------------	--

- a) O Contratante deverá disponibilizar previamente escalas de cirurgias à Contratada, sendo que esta será responsável por realizar o agendamento previamente, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III);
- b) O contratante deverá enviar à DPRCAA até o 5º dia de cada mês, planilha informando dados da cirurgia (código do procedimento, nome do procedimento, data de realização, nome do médico e o valor da cirurgia eletiva, bem como assinatura do responsável pelo faturamento e envio das informações).

## **CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL**

2. O valor mensal do presente Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2016 é de até **R\$ 1.031.485,08 (um milhão, trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oito centavos)** relativos a prestação dos serviços descritos no objeto do referido contrato, relacionados no Plano Operativo do anexo I do contrato vigente, referente a recursos federais de média e alta complexidade (MAC), variável de acordo com a produção efetivamente executada e apresentada pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3. As despesas decorrentes do presente aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro:

- |             |                           |
|-------------|---------------------------|
| a) DOTAÇÃO: | 2501.2273.33903950/10.200 |
| b) DOTAÇÃO: | 2501.2273.33903950/13.817 |
| c) DOTAÇÃO: | 2501.2273.33903950/16.717 |

## **CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

4. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, estando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 13 de março de 2016.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

**Brusque (SC), em 25/04/19**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATANTE  
HUMBERTO MARTINS FORNARI**

**HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM  
CONTRATADO  
RAUL CIVINSKI DE SOUZA**



**CONVÊNIO 03-2019 SEC. DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR**

Publicação Nº 1997932

MARÇO - 2019

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE</b> <b>CONVÊNIO: SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR</b> <b>BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE</b> <b>COMPETÊNCIA: 03/2019</b>				
<b>MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO 2019</b>				
<b>ÓRGÃOS</b>	<b>SALDO INICIAL</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>SALDO FINAL</b>
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	1.310.069,24			
POLÍCIA MILITAR	66.291,06			
POLÍCIA CIVIL	66.291,06			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		289.518,65		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA – R.A.		5.449,36		
DÉBITO CONTRATUAL (CIASC)		,00		
DÉBITO FUNSET		,00		
TARIFA DE COBRANÇA		9.363,86		
DESPESA – PAGAMENTO JARI		9.865,96		
DESPESA – PAGAMENTO CORREIO		17.272,98		
RESTITUIÇÃO DE MULTAS		260,31		
<b>RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA</b>		<b>258.204,90</b>		
<b>DISPONIBILIDADE SSP</b>		<b>258.204,90</b>		
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE		180.743,44		
POLÍCIA MILITAR		38.730,73		
POLÍCIA CIVIL		38.730,73		
<b>DESPESAS</b>				
DESPESAS – SETRAM			98.077,87	
POLÍCIA MILITAR (BANCO BRASIL C/C: 841.073-9)			66.291,06	
POLÍCIA CIVIL (BANCO BRASIL C/C: 307.851-5)			66.291,06	
<b>SALDOS</b>				
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE				1.392.734,81
POLÍCIA MILITAR				38.730,73
POLÍCIA CIVIL				38.730,73
<b>TOTAIS</b>	<b>1.442.651,36</b>	<b>258.204,90</b>	<b>230.659,99</b>	<b>1.470.196,27</b>

BRUSQUE, 03 DE ABRIL DE 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE  
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANO BITTENCOURT  
CONTADOR – CRC/SC 028895/O-9

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 03-2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1998964

#### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS DE OBSTETRÍCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, as dezoito horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto nº 7.375 de 10 de janeiro de 2018, em sessão reservada, para análise da documentação do edital de credenciamento para médicos especialistas em consultas de Obstetrícia. Inicialmente passou-se a análise da documentação dos seguintes profissionais e empresas que protocolaram os documentos para se credenciar: JUCELINO EULER OLIVEIRA, CLINICA MEDICA NEVES DA FONTOURA LTDA E ERICK SIQUEIRA MATOS. A Comissão realizou os seguintes apontamentos referente ao profissional JUCELINO EULER OLIVEIRA: a Comissão se manifesta a respeito destes: não há objeções aos documentos apresentados pelo preposto. Passando a análise dos documentos da empresa CLINICA MEDICA NEVES DA FONTOURA LTDA, a Comissão se manifesta a respeito destes: não há objeções acerca de alguns dos documentos apresentados pela empresa, exceto pela verificação que a Certidão de Regularidade do FGTS encontra-se vencida, a Comissão realizou diligências e emitiu a Certidão necessária, verificando-se que a mesma se encontra Negativa. Por conseguinte, passou-se a análise dos documentos do profissional ERICK SIQUEIRA MATOS, que merecem os seguintes apontamentos: não foram apresentados todos os documentos do Edital para PESSOA FÍSICA, como o Anexo I e o Atestado de Capacidade Técnica item 4.2.4.2 alínea 'c' do Edital, bem como o documento apresentado para atender o item 4.2.4.2 alínea 'a' encontra-se incompleto, uma vez em que não consta o nome do profissional, assim como o documento apresentado para o item 4.23.2 alínea 'a' não atende ao exigido no edital, sendo necessária a apresentação da Certidão Cível. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, a Comissão decidiu habilitar o profissional JUCELINO EULER OLIVEIRA e a empresa CLINICA MEDICA NEVES DA FONTOURA LTDA. Para o profissional ERICK SIQUEIRA MATOS, será concedido o prazo de 05 úteis para complementar os documentos do credenciamento, cujo termo inicial é após a publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios - <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e no site da Prefeitura de Caçador - <http://cacador.sc.gov.br/>, podendo ser prorrogado através de pedido por escrito à Comissão Permanente de Licitações. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 25 de abril de 2019.

Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt  
Presidente

Andrieli Perego  
Membro

Romaine Aparecida Dal Ponte  
Membro

### ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 10-2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1999060

#### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS DE PSIQUIATRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, as dezoito horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto nº 7.375 de 10 de janeiro de 2018, em sessão reservada, para análise da documentação do edital de credenciamento para médicos especialistas em consultas de Obstetrícia. Inicialmente passou-se a análise da documentação dos seguintes profissionais e empresas que protocolaram os documentos para se credenciar: ENIO CAETANO SCANDAROLLI e CLINICA MEDICA HENNING LTDA. A Comissão realizou os seguintes apontamentos referente ao profissional ENIO CAETANO SCANDAROLLI: a Comissão se manifesta a respeito destes: não há objeções quanto a alguns documentos apresentados pelo preposto, exceto pelos Anexos I, II, III e IV os quais foram apresentados de forma incompleta, ou seja, não foram adequadamente preenchidos. Passando a análise dos documentos da empresa CLINICA MEDICA HENNING LTDA, a Comissão se manifesta a respeito destes: não há objeções acerca de alguns dos documentos apresentados pela empresa, exceto pela verificação que a Certidão de Regularidade do FGTS encontra-se vencida, a Comissão realizou diligências e emitiu a Certidão necessária, verificando-se que a mesma se encontra Negativa e pela verificação de que o documento apresentado para o item 4.2.4.1 alínea 'a' encontra-se vencido. Entretanto, o profissional ENIO CAETANO SCANDAROLLI, CPF 301.113.038-85 trabalha, também, como médico com carga horária de 20 horas, servidor contratado da Secretaria Municipal de Saúde. Ainda, analisando as listas do processo seletivo e concurso público vigentes para os cargos de médicos nesta municipalidade, verifica-se que para o concurso público para médico psiquiatra não houve inscritos neste cargo. Ademais, os serviços de saúde podem ser terceirizados somente para complementar a estrutura já existente no Município, por ser uma atividade fim do Estado, ou seja, em tese, não passível de terceirização, no entanto, a Constituição da República abriu uma exceção e autorizou a contratação de serviços de saúde, mas apenas de forma complementar ao serviço único de saúde:

"Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."

Isto posto, como não houve interessados no concurso público para suprir a assistência à saúde complementar, resta a contratação por meio da Lei de Licitações. Contudo, cabe ao Secretário de Saúde verificar se o profissional ENIO CAETANO SCANDAROLLI exerce função como especialista na área de psiquiatria, mesmo sendo servidor como Médico, pois caso suas atividades estejam relacionadas a atendimento especializado, esta Comissão entende que não seria viável a contratação dessas profissionais, uma vez que o município já estaria pagando por esses serviços. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, a Comissão decidiu conceder o prazo de 05 dias úteis para complementar os documentos do credenciamento e aguarda o posicionamento do Secretário Municipal de Saúde a cerca da possibilidade de contratação do profissional ENIO CAETANO SCANDAROLLI com os devidos esclarecimentos acerca de sua função e carga horaria, cujo termo inicial é após a publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios - <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e no site da Prefeitura de Caçador - <http://cacador.sc.gov.br/>, podendo ser prorrogado através de pedido por escrito à Comissão Permanente de Licitações. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Caçador/SC, 26 de abril de 2019.

Antônio Carlos do Nascimento Bittencourt  
Presidente

Andrieli Perego  
Membro

Romane Aparecida Dal Ponte  
Membro

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019**

Publicação Nº 1998935

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PRESTADOS PELO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENSINO PARA MINISTRAR CURSOS NO CONTRA TURNO ESCOLAR ATRAVÉS DA MATRIZ CURRICULAR DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, DESTINADO AOS ALUNOS DE 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.774.688/0006-60, com sede na cidade de Caçador, neste ato representado pelo Sr Daniel José Tenconi. O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 257.920,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte reais). A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 30 de abril de 2020. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da servidora Beatriz Aparecida Pereira.

## **PORTARIA Nº 30.706**

Publicação Nº 1999068

PORTARIA Nº 30.706, de 24 de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	A contar de
9901	Pedro Roman Ros	Médico	08	20/04/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 24 de abril de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 30.714**

Publicação Nº 1999070

PORTARIA Nº 30.714, de 25 de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 40, § 19 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONSIDERANDO o Memorando nº 7826/2019 e o Parecer Jurídico nº 105/2019 emitido pela Procuradoria-Geral do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora JUSSARA APARECIDA HIRSCH PEREIRA, matrícula 865, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e lotada na Secretaria Municipal da Saúde, o abono de permanência por ter implementado os requisitos para aposentar-se e permanecer no desempenho de suas funções.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 25 de abril de 2019.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

---

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**

---

**PORTARIA Nº 1.360, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998897

PORTARIA nº 1.360, de 26 de abril de 2019.

Altera redação da Portaria nº 1.017, de 21 de fevereiro de 2017, que concedeu aposentadoria a SANDRA MARA MOSCHETTA DA SILVA.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

RESOLVE:

Alterar a redação do preâmbulo, da Portaria nº 1.017, de 21 de fevereiro de 2019, que concedeu aposentadoria a SANDRA MARA MOSCHETTA DA SILVA passando a vigorar com a seguinte redação:

“O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o § 5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, resolve,” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de abril de 2019.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE DO IPASC.

**PORTARIA Nº 1.361, DE 26 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998899

PORTARIA nº 1.361, de 26 de abril de 2019.

Convoca servidores inativos e pensionistas nascidos no mês de abril para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2017

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, nos termos do art. 2º, da Portaria nº 1.294, de 06 de dezembro de 2018, os servidores inativos e pensionistas abaixo listados, nascidos no mês de abril, para realização de recadastramento obrigatório e prova de vida junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC:

ADÃO OSMAR PEREIRA  
AMILQUER VITÓRIO GOTARDO  
CARMEN BOENO DE ALMEIDA  
HILDA FRANCISCA SIQUEIRA  
DOLVINA MASSEROLI LOCATELLI  
ELIETE CATARINA D´AGOSTINI  
EMA FERRON DAL ACQUA  
FRIDA ALVES RIBEIRO  
HENRIQUE MEDEIROS  
HILDA FRANCISCA SIQUEIRA  
IRIA LEZAN RIBEIRO  
ISABEL BUENO DE OLIVEIRA  
ITELVINA MARIA DA ROCHA  
IVONETE MARIA BAZZANELLA  
JAINE DE FATIMA BOENO DE ALMEIDA  
LAURENTINO RODRIGUES  
LIVERCINA DE OLIVEIRA BADLHUK  
MARGARETH SIMAS GOETTEN  
MARIA DE LURDES SICKA FERNANDES  
MARIA EDUARDA FERNANDES LANZINI  
MARIA LEDACI VISLOSKI DE AVILA  
MARIA SELITA BIALESKI  
MIRNA MINGOTTI  
MOACIR PASCOAL DE LIMA  
NELCY TEREZINHA FERREIRA LIMA  
NILCE FAITA FORNARI  
NILSE CASTANHA LESS  
ROSALINA MEIRELES PEREIRA  
SAMUEL FLORES ALVES  
SANDRA MARA MOSCHETA DA SILVA  
SIDNEI ZANATTA  
SUERO LUIZ MAFFESSONI  
TEREZINHA SALETE PEREIRA  
VANDERLEY DE LIMA  
VENICE DE CARLI TOSATTI DE CASTILHO  
VERA LUCIA LIPKA NEVES  
WALDIR LARA RIBAS  
ZENILDA APARECIDA RODRIGUES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de abril de 2019.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

**Caibi****PREFEITURA****DECRETO Nº 068/2019**

Publicação Nº 1997675

DECRETO Nº 068/2019, de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 260/2018 do objeto do Processo Licitatório de Nº 041/2019 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 025/2019 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELÓI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 260/2018, sobre o Processo Licitatório Nº 041/2019, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 025/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DO TIPO MARMITEX PARA O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO MUNICIPIO DE CAIBI-SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

LOTE Nº 01						
Proponente	ITEM	QUANT. ESTIMADA	UNID	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
MARCHESE RESTAURANTE E PIZZARIA EIRELI ME	01	1.400	Und	REFEIÇÃO PRONTA, com peso de 1,2 Kg, por unidade, acondicionada em embalagem descartável aluminizada e transportadas em caixas térmicas, contendo no mínimo: arroz, feijão, 2 (dois) tipo de carne (350 gramas), 1 (um) tipo de massa, (devendo haver variação periódica do tipo), batatinha, mandioca, polenta e refogados.	14,00	19.600,00
	02	1.400	Und	Salada Mista Pequena (alface, tomate, repolho, chuchu, radiche e pepino). Sendo que a salada deve ser embalada em embalagens separada.	2,00	2.800,00
	03	200	Und	Refrigerante 600 ml	5,00	1.000,00
	04	220	Und	Refrigerante 2 litros	9,00	1.980,00
Total lote nº 01						25.380,00

Total do proponente vencedor

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
MARCHESE RESTAURANTE E PIZZARIA EIRELI ME	25.380,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 26 de abril de 2019.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2019**

Publicação Nº 1998210

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2019  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI  
CONTRATADO: JAIR AGOSTINHO DA LUZ ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto E REPAROS DE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC  
VALOR: 12.420,20(doze mil quatrocentos e vinte reais e vinte centavos)  
FIRMADO: 25/04/2019  
VIGÊNCIA: 28/06/2019  
PROCESSO Nº 047/2019  
MODALIDADE: Dispensa por Limite Nº 012/2019

**PORTARIA 226/19**

Publicação Nº 1998217

PORTARIA N.º 226/19

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR A COVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PREMIO NÃO GOZADA , a Servidora ELIANA SALETE CECCON HALLVASS , matricula 7934-0, ocupante do cargo de TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO , com lotação junto ao Departamento Municipal de Finanças , com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2003 à 2008 , na folha de pagamento de 04/2019, conforme artigo 80, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 027/2013 de 27 de Julho de 2013 e alterações posteriores , conforme pedido protocolado em 24/04/2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 24 de Abril de 2019.

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de administração

**PORTARIA 227/19**

Publicação Nº 1998222

PORTARIA N.º 227/19

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR A COVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PREMIO NÃO GOZADA , ao Servidor EDSON ANTONIO CARLESSO , matricula 8240-6, ocupante do cargo de CONTADOR , com lotação junto ao Departamento Municipal de Finanças , com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2009 À 2014 , na folha de pagamento de 04/2019, conforme artigo 80, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 027/2013 de 27 de Julho de 2013 e alterações posteriores , conforme pedido protocolado em 24/04/2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 24 de Abril de 2019.

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de administração



# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 - FUNDESP

Publicação Nº 1998035

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2019 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 003/2019 – FUNDESP - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO MEDALHAS, TROFÉUS E TAÇAS PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEONATOS AMADOR DE FUTEBOL, CAMPEONATO DE FUTEBOL SÊNIOR, TAÇA CIDADE CAMBORIÚ DE FUTSAL, COPA FUTEBOL 7, CAMPEONATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E FESTIVAIS DESPORTIVOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 26/04/2019  
1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - FMS

Publicação Nº 1998030

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 013/2019 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 062 e 063/2019 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 26/04/2019  
1ª Publicação.

### PR 54/19 - PMC

Publicação Nº 1998152

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2019-PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 02 - 03 E 04 COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E CHUVEIROS, DESTINADAS A EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 13 (treze) de Maio de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 26 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**RESUMO CONTRATO DO DIA 22 AO DIA 26 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998039

**RESUMO DE CONTRATO****ADITIVO****PMC**

Sexto Termo Aditivo

Contrato: 057/2013

Processo: Concorrência Pública Nº 001/2013

Contratado: CONSULCON ESTACIONAMENTO LTDA – EPP

Data: 22/04/2019

Fundamento: artigo 65, IIº dº da Lei 8.666/933

Objeto do contrato: CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE RECEPÇÃO, TRANSPORTE E GUARDA DE VEÍCULOS INFRATORES AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E OUTRAS

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 180 (cento e oitenta) dias, vigorando de 23 de abril de 2019 a 20 de outubro de 2019, tendo em vista a entrada em vigor da Lei Municipal nº 3.153/2019, a qual determina em seu inciso X do Art. 6º que, caso sejam transportados mais de um veículo, o valor da remoção deverá ser rateado entre ambos. Tal lei interfere no andamento do novo processo de concessão, que deverá ter os termos e prazos alterados, sendo necessária lançar um novo processo, conforme solicitado no memorando encaminhado pela Secretaria de Administração.

Sexto Termo Aditivo

Contrato: 025/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 040/2017

Contratado: ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Data: 25/04/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO INDIRETA E CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL, INCLUINDO EMISSÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, ENTREGA DE BILHETES OU ORDEM DE PASSAGENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando de 28 de abril de 2019 a 27 de abril de 2020, para continuidade dos serviços prestados, conforme solicitado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Administração.

**FME**

Décimo Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 021/2014

Processo: Tomada de Preço Nº 001/2014

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Data: 26/04/2019

Fundamento: artigo 65, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO DE UMA ESCOLA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II FNDE) COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 854,00 M2

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem o valor contratual da obra em R\$ 13.846,45 (treze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), em razão do projeto padrão fornecido pelos técnicos do FNDE não constar na planilha orçamentária, a execução dos serviços conforme projeto básico e seus elementos constituídos em anexo. Se faz necessário a movimentação de terra, construção da passarela de acesso, e a colocação de brita para facilitar o acesso dos alunos até as salas de aula, além disso, não foi previsto pelo FNDE o tratamento de efluentes, sendo que sem essa previsão não há como finalizar o hidro sanitário, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

**FMS**

Sétimo Termo Aditivo

Contrato: 036/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2016

Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Data: 25/04/2019

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COLETA COM FREQUÊNCIA QUINZENAL, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE DO GRUPO A, B E E, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 38.637,90 (trinta e oito mil seiscentos e trinta e sete reais e noventa centavos) referente ao serviço para coleta com frequência quinzenal, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde do grupo A, B e E, tendo em vista a necessidade da prestação deste serviço, bem como ao atendimento das normas sanitárias vigentes, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração, por entender ser viável e satisfatório o serviço, baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

**TP 005/2019 - PMC**

Publicação Nº 1998006

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2019 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM DA RUA TAJUBA, BAIRRO TABOLEIRO, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Maio de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 26 de Abril de 2019

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**TP 006/2019 - PMC**

Publicação Nº 1998010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2019 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTOS DE ÔNIBUS NA AVENIDA SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Maio de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 26 de Abril de 2019

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

Publicação Nº 1997344

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2019, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de eletricitista (instalação elétrica e manutenção elétrica) para os órgãos e unidades da Administração Municipal de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MM SERVIÇOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ: 29.709.218/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 22/2019, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1.900	HORA	Serviço de eletricitista (instalação elétrica e manutenção elétrica) para os setores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre	20,80	39.520,00
VALOR TOTAL					R\$ 39.520,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

MM SERVIÇOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA  
Marco Aurélio Leite Alves  
Representante legal

### ATA PREGÃO Nº 18/2019

Publicação Nº 1997335

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 18/2019)

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 18/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Aquisição de Plana Agrícola Dianteira para instalação em trator para auxiliar nos trabalhos realizados em áreas e propriedades rurais (Recursos próprios e da União, conforme Contrato de Repasse Nº 871402/2018/MAPA/CAIXA). Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ: 02.464.226/0001-79 e VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA – CNPJ: 03.233.069/0001-53. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Valdir Fabro representante da empresa DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Sr. Aurelio Banaszek representante da empresa VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA. As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, a licitante DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA comprovou enquadramento como EPP e a licitante VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA não comprovou enquadramento como EPP ou ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial e passou-se aos lances. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. A licitante DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA usou do seu direito de preferência por ser Empresa de Pequeno porte e concedeu lance de desconto no último lance da empresa VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA, conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda	27.000,00	23.999,00	1ª	HABILITADA
Valfértil Máquinas Agrícolas Ltda	27.500,00	24.000,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital. A licitante

Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda foi declarada vencedora da presente licitação com o valor unitário de R\$ 23.999,00, conforme tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TP 21/2019

Publicação Nº 1997193

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2019

Processo Licitatório nº 21/2019.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, SC, no uso de suas atribuições, considerando decurso de prazo recursal, sem interposição de recurso; RESOLVE, HOMOLOGAR o processo licitatório nº 21/2019, modalidade Tomada de Preços, fornecimento de material e mão de obra para construção de Estrutura de Apoio Turístico na Cascata Paraíso. Contrato de Repasse 847744/2017/MTUR/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo e recursos do município (próprio), em favor da empresa OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, com o valor global de: R\$ 235.254,19. Campo Alegre-SC, 24 de abril de 2019. RUBENS BLASZKOWSKI

## CREDENCIAMENTO 01/2019 FMS

Publicação Nº 1997867

### PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

#### MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

(PREÇO FIXADO DA TABELA - SUS)

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade da contratação de serviços de saúde pelos gestores públicos, baseada em critérios uniformes, para suprir a necessidade da demanda dos usuários do sistema;

Considerando ainda, a RESOLUÇÃO Nº 02 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019, que aprova a publicação de Edital para o credenciamento de clínicas e/ou profissionais para prestação de serviços de saúde em consulta especializada e atendimento fisioterapêutico com valores constantes da TABELA UNIFICADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS;

#### RESOLVE:

Convocar os prestadores de serviços de saúde interessados em oferecer serviços aos usuários do sistema de saúde do Município de Campo Alegre - SC, nas condições aqui estabelecidas.

O Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 467, em Campo Alegre/SC, representado pela Gestora Sra. Carolina da Costa Telma, faz saber a todos quantos interessarem, que está aberto prazo para inscrições de clínicas e profissionais especializados para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde.

#### 1. Do objeto e condições

1.1. O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO de clínicas e profissionais para prestação de serviço de consulta em pediatria e atendimentos fisioterapêuticos, com valores constantes da TABELA UNIFICADA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, que o Município utiliza para seus usuários:

#### TABELA

CÓDIGO	SERVIÇOS	VALOR SUS	QTDE. PREVIS- TA MÊS
03.01.01.007-2	Consulta em pediatria	R\$ 10,00	100
03.02.01.001-7	Atendimento Fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgias uroginecológicas	R\$ 6,35	10
03.02.01.003-3	Atendimento Fisioterapêutico em paciente neonato	R\$ 6,35	10
03.02.02.001-2	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com cuidados paliativos	R\$ 6,35	10
03.02.02.002-0	Atendimento Fisioterapêutico em paciente oncológico clínico	R\$ 6,35	10
03.02.03.001-8	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes com alterações oculomotoras centrais c/ comprometimento sistêmico	R\$ 6,35	10
03.02.03.002-6	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com alterações oculomotoras periféricas	R\$ 6,35	10
03.02.04.001-3	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno respiratório com complicações sistêmicas	R\$ 6,35	10
03.02.04.002-1	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno respiratório sem complicações sistêmicas	R\$ 6,35	10
03.02.04.003-0	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular	R\$ 6,35	10
03.02.04.004-8	Atendimento Fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgia cardiovascular	R\$ 6,35	10
03.02.04.005-6	Atendimento Fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	R\$ 6,35	10

03.02.05.001-9	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas	R\$ 6,35	10
03.02.05.002-7	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	R\$ 6,35	10
03.02.05.003-5	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções musculoesqueléticas c/ complicações sistêmicas	R\$ 6,35	10
03.02.06.001-4	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com distúrbios neuro-cinético-funcionais sem complicações sistêmicas	R\$ 6,35	10
03.02.06.002-2	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com distúrbios neuro-cinético-funcionais com complicações sistêmicas	R\$ 6,35	10
03.02.06.003-0	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuro motor	R\$ 6,35	10
03.02.06.004-9	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ comprometimento cognitivo	R\$ 6,35	10
03.02.06.005-7	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós-operatório de neurocirurgia	R\$ 6,35	10

1.2. A contratação da clínica/profissional poderá ser realizada imediatamente após a homologação da inscrição pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e formalização do contrato (conforme minuta constante do Anexo II).

1.3. A homologação da inscrição que trata o item 1.2 somente poderá ser emitida após aprovação da documentação exigida neste Edital (item 6), através de emissão de Parecer da Comissão de Avaliação (que será criada para este fim).

1.4. A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

1.5. Os serviços serão prestados na sede da empresa credenciada.

1.6. Demais condições e cláusulas contratuais encontram-se no ANEXO II - Minuta de Contrato, parte integrante deste edital.

## 2. Dos Prestadores de Serviço

2.1. Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas do ramo, desde que "habilitadas" (conforme dispõe o item 6) e atendam todas as disposições deste Edital.

## 3. Da Remuneração dos Serviços

3.1. A remuneração dos serviços se dará unicamente com os valores fixados na Tabelas 1: (constante do item 1 deste Edital).

3.2. Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados (em até 05 dias após a entrega da nota fiscal), através de depósito em conta bancária da CONTRATADA, contra apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhadas da 1ª (primeira) via de requisição que deverá estar devidamente autorizada e assinada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC e ainda, deverá conter (na requisição) o nome do Usuário (município) atendido.

## 4. Dos Usuários dos Serviços

4.1. Os usuários dos serviços são aqueles atendidos nas unidades de saúde ou encaminhados pelas mesmas, com autorização assinada e contendo o nome do Usuário.

## 5. Do Credenciamento dos Prestadores de Serviço

5.1. As condições do credenciamento de prestadores de serviços do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos os prestadores de serviços, razão pela qual são firmadas num termo de disposições rígidas e inegociáveis, em que obrigam tanto o Município como os prestadores de serviços, após o deferimento de sua inscrição para o seu credenciamento.

5.2. O credenciamento se dá imediatamente após a homologação da inscrição pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

## 6. Das inscrições e habilitação para a prestação do serviço

6.1. Para a "habilitação" o prestador de serviço deverá inscrever-se para o credenciamento.

6.2. A inscrição (que trata o item 6.1) inicia-se no dia 29 de abril de 2019, sem data prevista para encerramento, e deverá ser feita através da entrega (no Serviço de Suprimentos, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, CEP: 89.294-000) da Solicitação de Credenciamento (modelo de requerimento constante do Anexo I) acompanhado dos seguintes documentos:

### PESSOA JURÍDICA

a) Requerimento de Credenciamento;

b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta para tal;

c) Cópia do Contrato Social, declaração de firma individual, Estatuto Social ou documento constitutivo, devidamente registrado no órgão competente e suas devidas alterações;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

j) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do(s) responsável(is) técnico(s);

k) Comprovante de inscrição e regularidade da unidade (clínica) e dos profissionais no respectivo "Conselho Regional";

l) No caso de prestadores de serviços Atendimento Fisioterapêutico relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);

### PESSOA FÍSICA



- a) Requerimento de Credenciamento;
- b) Cópia do alvará sanitário emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária, reconhecidamente apta(o) para tal;
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia do RG;
- e) Cópia de diploma, títulos e/ou certificados do profissional;
- f) Comprovante de inscrição e regularidade do profissional no respectivo "Conselho Regional".
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- k) Comprovante de inscrição e regularidade da unidade do profissional no respectivo "Conselho Regional";
- l) No caso de prestadores de serviços Atendimento Fisioterapêutico relacionar os equipamentos disponíveis (à prestação do serviço);

6.3. A falta de quaisquer documentos é razão para o indeferimento da inscrição e motivação para a "inabilitação".

6.4. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o Termo de Contrato (conforme minuta constante do Anexo II, parte integrante deste instrumento);

6.5. É de total responsabilidade do credenciado manter os documentos relativos à habilitação devidamente atualizados, sob pena de rescisão contratual e suspensão de pagamentos até que seja regularizada a documentação.

## 7. Das Disposições Finais

7.1. Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou ainda, solicitar o envio por e-mail (contato Serviço de Suprimentos 47- 3632-2266).

7.2. A íntegra do presente Edital será publicado no Diário Oficial do Município ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), e ainda no site do Município de Campo Alegre/SC ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)).

7.3. O resumo do presente edital será publicado em jornal de grande circulação local.

7.4. Fazem parte integrantes deste Edital, independentemente de sua transcrição:

7.5. ANEXO I - Modelo Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento);

7.6. ANEXO II - Minuta contratual

Campo Alegre, 26 de abril de 2019.

Carolina da Costa Telma

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I - MODELO REQUERIMENTO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2019)

## REQUERIMENTO

### 1. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

Pelo presente, atendendo aos preços fixados no Edital nº 01/2019, vimos oferecer aos usuários do Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre, nossos serviços médicos, abaixo assinalado(s):

TABELA 1:

CÓDIGO	SERVIÇOS	Destacar com "X" o procedimento requerido	VALOR SUS
03.01.01.007-2	Consulta em pediatria		R\$ 10,00
03.02.01.001-7	Atendimento Fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgias uroginecológicas		R\$ 6,35
03.02.01.003-3	Atendimento Fisioterapêutico em paciente neonato		R\$ 6,35
03.02.02.001-2	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com cuidados paliativos		R\$ 6,35
03.02.02.002-0	Atendimento Fisioterapêutico em paciente oncológico clínico		R\$ 6,35
03.02.03.001-8	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes com alterações oculomotoras centrais c/ comprometimento sistêmico		R\$ 6,35
03.02.03.002-6	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com alterações oculomotoras periféricas		R\$ 6,35
03.02.04.001-3	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno respiratório com complicações sistêmicas		R\$ 6,35
03.02.04.002-1	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno respiratório sem complicações sistêmicas		R\$ 6,35
03.02.04.003-0	Atendimento Fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular		R\$ 6,35
03.02.04.004-8	Atendimento Fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgia cardiovascular		R\$ 6,35
03.02.04.005-6	Atendimento Fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas		R\$ 6,35
03.02.05.001-9	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas		R\$ 6,35
03.02.05.002-7	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras		R\$ 6,35
03.02.05.003-5	Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções musculoesqueléticas c/ complicações sistêmicas		R\$ 6,35
03.02.06.001-4	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com distúrbios neuro-cinético-funcionais sem complicações sistêmicas		R\$ 6,35



03.02.06.002-2	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com distúrbios neuro-cinético-funcionais com complicações sistêmicas		R\$ 6,35
03.02.06.003-0	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuro motor		R\$ 6,35
03.02.06.004-9	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ comprometimento cognitivo		R\$ 6,35
03.02.06.005-7	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós operatório de neurocirurgia		R\$ 6,35

Declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições do Edital do Credenciamento nº 01/2019 (e seus anexos), bem como prestaremos o serviço de acordo com a legislação vigente.

Endereço para atendimento : \_\_\_\_\_.

Observação: Em anexo segue a documentação necessária à habilitação/inscrição.

Para fins de pagamento, informamos abaixo nossos dados bancários:

Banco \_\_\_\_\_

Agência nº \_\_\_\_\_

Conta nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

Assinatura do responsável

#### ANEXO II - MINUTA CONTRATO

(Parte integrante do Edital de Credenciamento nº 01/2019)

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2019.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Avenida Getúlio Vargas, 467, em Campo Alegre/SC, neste ato representado pela Gestora, Sra. Carolina da Costa Telma, CPF nº 061.299.189-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado \_\_\_\_\_ (qualificação pessoa jurídica), de agora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviço de Saúde para o Sistema de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, nos termos que seguem abaixo (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 4/2019/Credenciamento):

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços especializados no(s) seguinte(s) procedimento(s): \_\_\_\_\_, conforme homologação da inscrição por parte do Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em data de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Parágrafo único. Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão oferecidos aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, dentro dos limites quantitativos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS)/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional e serão ofertados aos usuários com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades de demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

Parágrafo primeiro. Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados no seguinte endereço \_\_\_\_\_.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

Parágrafo terceiro. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 31 de dezembro de 2019 (exercício financeiro), podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses (respeitando o exercício financeiro vigente), até o limite de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Cabe a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Credenciamento nº 01/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação.

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços.

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização e qualquer ato previsto no contrato.

V - Ficar responsável por todos os gastos relativos aos insumos, que forem necessários para a perfeita execução do presente contrato, exceto no caso de tomografia e ressonância nuclear magnética que será fornecido os contrastes.

VI - Notificar à SMS de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

VII - Cumprir com todas as obrigações de naturezas fiscais a parafiscais, que incidam ou venham incidir direta ou indiretamente sobre os produtos contratados.

VIII - Manter atualizadas (dentro do prazo de validade) todos os documentos de habilitação as Certidão Negativa emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social e Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e aos órgãos da SMS/Fundo e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

Parágrafo primeiro. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da SMS/Fundo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo segundo. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

A SMS/Fundo pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, desde que autorizados e aprovados pela SMS, nos termos do contrato e de acordo com os valores constantes na Tabela (em vigor), conforme transcreve-se:

##### VALORES...

Parágrafo primeiro. Fica estabelecido, de forma criteriosa, que os serviços objeto deste contrato serão remunerados segundo a Tabela acima informada, vedada qualquer taxa ou complemento, sendo que o valor abaixo estimado não caracteriza nenhum tipo de previsão de crédito, conforme descrito no item acima;

Parágrafo segundo. Estima-se em R\$ \_\_\_\_\_ (extenso) os gastos mensais com a execução deste contrato.

Parágrafo terceiro. A tabela de preços terá validade de 01 (um) ano, contados da publicação deste Edital, podendo ser prorrogada, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2019) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde: \_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato fica a conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Fica a CONTRATADA sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição pactuada neste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas, em especial as contidas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações), e demais disposições aplicáveis à espécie, assegurado o direito ao contraditório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão unilateral do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na cláusula décima.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da SMS/Fundo em caso de rescisão administrativo prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo segundo. Em caso de rescisão contratual, se a interrupções das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratualização de um prestador de serviço poderá ser, a qualquer tempo, alterada, suspensa ou cancelada, se o contrato deixar de satisfazer os interesses da Administração Pública Municipal ou as normas do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo primeiro. O presente contrato está vinculado aos termos do Edital nº 01/2019 SMS/Fundo.

Parágrafo segundo. Aplica-se ao presente Contrato, nas partes omissas, a legislação pertinente em vigor.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus efeitos, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

## DECRETO Nº 11.926 DE 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997505

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.926 DE 26 DE ABRIL DE 2019  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar as Resoluções nº 01 e nº 02 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de abril de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE ABRIL DE 2019

APROVA AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO À DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

Danielle Almeida da Guia, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, inciso IV, parágrafo único do artigo 9º, faz saber que os Conselheiros aprovaram na plenária realizada em data de 25 de abril de 2019, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as Prestações de Contas dos Recursos recebidos do Governo Estadual, referente ao período de janeiro à dezembro do ano de 2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.  
DANIELLE ALMEIDA DA GUIA  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

ANA LUIZA TELMA  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 25 DE ABRIL DE 2019

APROVA A PRESTAÇÃO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO PERÍODO DE JUNHO À DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

Danielle Almeida da Guia, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do artigo 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, faz saber que os Conselheiros aprovaram na em plenária realizada em data de 25 de abril de 2019, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas por este Conselho Municipal de Assistência Social, a Prestação das Contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelecido pela legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 25 de abril de 2019.  
DANIELLE ALMEIDA DA GUIA  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

ANA LUIZA TELMA  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 055/2019**

Publicação Nº 1998881

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 055/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGD – BF – Índice de Gestão Descentralizada do SUAS em data de 03 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 056/2019**

Publicação Nº 1998884

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 056/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGD – BF – Índice de Gestão Descentralizada do SUAS em data de 20 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 057/2019**

Publicação Nº 1998903

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 057/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGD –Índice de Gestão Descentralizada do SUAS em data de 12 de julho de 2018, no valor de R\$ 1.288,11 (um mil, duzentos e oitenta e oito reais, onze centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 058/2019**

Publicação Nº 1998949

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 058/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGD –Índice de Gestão Descentralizada do SUAS em data de 20 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 3.220,55 (três mil, duzentos e vinte reais, cinquenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 059/2019**

Publicação Nº 1998967

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 059/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO Proteção Social Básica do CRAS em data de 07 de fevereiro de 2018, no valor de R\$ 1.839,24 (um mil, oitocentos e trinta e nove reais, vinte e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 060/2019**

Publicação Nº 1998970

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 060/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO Proteção Social Básica do CRAS em data de 08 de fevereiro de 2018, no valor de R\$ 1.839,24 (um mil, oitocentos e trinta e nove reais, vinte e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 061/2019**

Publicação Nº 1998991

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 061/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 061/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO Proteção Social Básica do CRAS em data de 26 de fevereiro de 2018, no valor de R\$ 241,36 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 062/2019**

Publicação Nº 1999002

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 062/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 062/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO Proteção Social Básica do CRAS em data de 11 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 6.252,04 (seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos).



Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 063/2019**

Publicação Nº 1999005

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 063/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO Proteção Social Básica do CRAS em data de 14 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 19.705,09 (dezenove mil, setecentos e cinco reais e nove centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/04/2019.

## **EXTRATO CONTRATO 53/2019**

Publicação Nº 1997196

CONTRATO Nº 53/2019.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de execução de obra que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 29.937.206/0001-24, com sede a Rua Prefeito Aristides Largura, nº 286, Bairro AMÉRICA, Cidade Joinville – SC representada por Gabriel Vitor Gonçalves, CPF nº 124.487.089-75, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº 21/2019, modalidade Tomada de Preços):

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES**

O objeto do presente contrato consiste no Fornecimento de material e mão de obra para construção de Estrutura de Apoio Turístico na Cascata Paraíso.

Parágrafo primeiro. Para uma melhor compreensão do objeto, a Contratada deverá observar todos os anexos que fazem parte integrante ao Edital do Processo Licitatório nº 21/2019, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Segundo. A obra, objeto do presente contrato, não poderá ser iniciada sem a emissão da Ordem de Serviço, sem que a Placa da Obra esteja afixada no local da obra, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) do técnico de nível superior responsável pela execução da obra, sem a abertura do Diário de Obra, e sem a matrícula da obra no INSS - CEI (Cadastro Específico do INSS), se exigível.

Parágrafo Terceiro. A Contratada responderá pela mão de obra e materiais empregados, garantindo a solidez e segurança da obra, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro e a Lei Federal nº 5.194/66.

Parágrafo Quarto - Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a Contratada terá prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos para a conclusão da obra.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO**

A execução da obra, objeto do presente contrato será indireta no regime básico de empreitada por preço global. Na execução dos serviços serão observados, rigorosamente, os princípios básicos de engenharia e as normas da ABNT.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cabe ao MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE:

a) Definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado pelo edital e anexos contendo as referências necessárias ao perfeito entendimento



pelos licitantes;

- b) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas no prazo contratual;
- c) Encaminhar, às suas expensas, a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem.

Cabe à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto do presente contrato de acordo com o Edital e seus anexos, que declara conhecer;
- b) Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto executado, nos termos Código Civil, mesmo após a emissão do termo de Recebimento Definitivo;
- c) Assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução do objeto.
- d) Aceitar nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.
- g) Arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- h) Providenciar, as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de todos os serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- i) Permitir as atividades de fiscalização dos serviços, que serão realizados pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- j) Implantar na obra a sinalização preventiva, de acordo com as normas vigentes;
- k) Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras, todo material rejeitado pela fiscalização e desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- l) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente contrato;
- m) Afixar placa de identificação da obra antes do início da mesma;
- n) Apresentar ART do técnico de nível superior responsável pela obra, antes do início da mesma;
- o) Manter Diário de Obra atualizado, e visado pelo técnico do Município responsável, descrevendo detalhes e ocorrências verificadas na execução da obra, referente as condições do tempo, eventuais acidentes, dificuldades técnicas enfrentadas, nº de funcionários, quantidades executadas, e outras informações relevantes; e
- p) Responsabilizar-se pelas demais responsabilidades definidas no edital, anexos e minuta contratual.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especificamente, quanto as obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.

Parágrafo Primeiro. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em perfeito funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo. As multas e outras penalidades impostas à Contratada pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma.

Atrasos no cronograma, decorrente de penalidades impostas por infração, não serão consideradas, em hipótese alguma, motivo de força maior.

Parágrafo Terceiro. A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo, comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:

- a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- b) Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos previstos em lei;
- c) Fiscalizar a sua execução, diretamente, através de profissional designado;
- d) Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor certo e ajustado de R\$ 235.254,19 (duzentos e trinta e cinco mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos), pela execução da obra.

Parágrafo Primeiro. O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, obedecidas às condições abaixo:

- a) Os pagamentos serão realizados por depósito na conta corrente indicada pela empresa, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após o aceite dos serviços na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela contratada, atestada(s) e visada(s) pela fiscalização deste Município. O pagamento da última parcela ocorrerá, nos mesmos termos, mediante a apresentação do Termo de Recebimento Provisório - TRP, sendo que 10% (do valor a receber) ficarão retidos até que sejam resolvidas as pendências, caso haja, do TRP e a regularização da obra junto ao INSS, pela retirada da CND. Após, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e liberado os 10% (dez por cento) finais.
- b) A(s) nota(s) fiscal(is) que for(em) apresentada(s) com erro será(ão) devolvida(s) ao contratado para retificação e reapresentação, acrescentando-se ao prazo para pagamento desta cláusula, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- c) A(s) devolução(ões) da(s) nota(s) fiscal(is) não aprovada(s) pelo contratante, em hipótese alguma servirá de pretexto para que o contratado suspenda os serviços;
- d) Pela perfeita e completa execução do objeto do Contrato, o contratante procederá ao pagamento, apenas dos serviços efetivamente

executados.

Parágrafo Segundo. O contratado deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de recolhimentos e/ou pagamentos do mês anterior das:

- Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);
- Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);
- Guia de Recolhimento do ISS;
- Folha de Pagamento do Pessoal com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, bem como os comprovantes dos encargos sociais incidentes;
- No caso de subcontratação, a contratada deverá apresentar as notas fiscais, comprovantes da arrecadação de valores retidos, e informações à Previdência Social, previstos nos incisos I e II, elaborados pela subcontratada;

Parágrafo Terceiro - A não apresentação dos comprovantes enunciados, e a documentação de habilitação e qualificação exigida no Edital, implicam necessariamente na suspensão do pagamento da fatura, até a apresentação dos mesmos, não incidindo, neste caso, em hipótese alguma, quaisquer acréscimos de valores, referentes a juros, multa e correção monetária.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em 18/05/2020 (Vigência 390 dias, contados da assinatura do contrato).

Parágrafo Primeiro. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a Contratada terá prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, (23/04/2020) para a conclusão da obra.

Parágrafo Segundo. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, o pedido deverá ser encaminhado, por escrito, à Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo Terceiro. Caso haja necessidade de serviços complementares, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido ao Contratante, protocolizando o mesmo, no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do término da obra, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

As despesas oriundas do contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre			
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer			
Unidade	11.02	Coordenaria de Turismo			
Função	15	Urbanismo			
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana			
Programa	83	Destino: Campo Alegre			
Projeto	1.050	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação da			
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações			
Recurso	1030 - Federal	Código da Dotação	429	Valor	R\$ 235.010,44
Recurso	896 - Municipal	Código da Dotação	431	Valor	R\$ 243,75

Parágrafo Único - Serão utilizados recursos provenientes do Contrato de Repasse 847744/2017/MTUR/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Campo Alegre/SC, com valor de: R\$ 235.254,19, sendo R\$ 235.010,44 (duzentos e trinta e cinco mil, dez reais e quarenta e quatro centavos) de recursos federais e R\$ 243,75 (duzentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) de contrapartida municipal.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras, juntamente com o serviço de engenharia deste Município ou outro designado, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, sem prejuízo da obrigação do Contratado de fiscalizar seus prepostos ou subordinados.

Parágrafo Único - Uma vez apurado o descumprimento do presente contrato pela CONTRATADA, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar o termo de irregularidade e encaminhá-la a Gestora do Fundo Municipal de Saúde para instauração do competente processo administrativo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES À CONTRATADA

A recusa do contratado em assinar o contrato, no prazo determinado em edital implicará na multa de 5% (cinco por cento) do valor da proposta, ensejando a imediata convocação do segundo colocado.

Parágrafo Primeiro. Em caso de contratação, o contratado sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

Parágrafo Segundo. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação decorrente do contrato ou instrumento convocatório sujeitará o Contratado à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

- Atraso de até 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato;
- Atraso superior a 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Campo Alegre.

Parágrafo Terceiro. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município de Campo Alegre poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais bem como das multas e penalidades previstas neste edital ou no contrato, cumuladas ou não às seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando o Contratado deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução do objeto contratado/licitado;
- Multa compensatória com percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a falta for em decorrência ao não atendimento da solicitação de correção apontadas pela advertência escrita. Exemplos de aplicação da multa:
  - Quando a contratada se negar em refazer o serviço executado de forma irregular; empregar materiais que comprometam a qualidade dos serviços;
  - Quando não atender as especificações descritas no memorial descritivo/caderno de encargos/projetos/planilhas;

- iii. Prejudicar o serviço da fiscalização;
  - iv. Descumprir cláusulas contratuais e instrumento convocatório;
  - v. Outras falhas apontadas pela fiscalização do Município.
- c) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese em que o Licitante ou Contratado, convocado dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante o Município de Campo Alegre.
- Parágrafo quarto. Caso a multa não seja cobrada na forma prevista, deverá ser recolhido no Serviço de Tributação deste Município, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;
- Parágrafo quinto. As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo Município de Campo Alegre.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Parágrafo único. A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do inciso II do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os atos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O presente contrato fica vinculado a Licitação nº 21/2019, modalidade Tomada de Preços, sendo obrigatório, às partes naquele instrumento convocatório, mantendo durante todo o período de vigência deste contrato às condições de habilitação e qualificação apresentadas na fase respectiva do certame licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único. Os casos omissos no presente Contrato serão analisados de acordo com a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes a matéria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ENCARGOS

A despesa, decorrente dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, ficarão a cargo da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O contrato poderá ser alterado, mediante termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE no caso de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado, conforme art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro. Se o motivo para a alteração contratual for apontado pelo CONTRATADO, o mesmo deverá formalizar pedido e encaminhar ao Protocolo do Município, e somente poderá executar tais alterações, se aprovado pelo ordenador da despesa do Município e formalizado através de Termo Aditivo.

Parágrafo Segundo. Se o motivo da alteração contratual for apontado pelo Município, da mesma forma, o contratado somente poderá executar as alterações, após formalização de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de abril de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	GABRIEL VITOR GONÇALVES OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI. Contratado
---	--

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Daniela Saldanha CPF: 067.764.489-22
---	---

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019**

Publicação Nº 1998294

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2019  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do Município de Campo Alegre, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Calcário", criado pela Lei Municipal nº 2.619 de 02 de abril de 2002, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO
01	1.400	Tonelada	Calcário dolomítico tipo C, com PRNT mínimo de 75%.	R\$ 35,00	49.000,00
VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO				R\$ 49.000,00	

O critério de julgamento será pelo requisito: menor preço unitário por item, com fixação de valor máximo.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 13/05/2019, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 13/05/2019

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2019, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	7.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade	7.01	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente
Função	20	Agricultura
Subfunção	606	Extensão Rural
Programa	28	Agregação de Renda ao Produtor Rural
Projeto	1.039	Distribuição de Calcário
Elemento de Despesa	3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 33/2019".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 26 de abril de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997439

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE ABRIL DE 2019

APROVA AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO À DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

Danielle Almeida da Guia, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, inciso IV, parágrafo único do artigo 9º, faz saber que os Conselheiros aprovaram na plenária realizada em data de 25 de abril de 2019, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as Prestações de Contas dos Recursos recebidos do Governo Estadual, referente ao período de janeiro à dezembro do ano de 2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 26 de abril de 2019.  
DANIELLE ALMEIDA DA GUIA  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

ANA LUIZA TELMA  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

## RESOLUÇÃO Nº 03 DE 25 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 25 DE ABRIL DE 2019

APROVA A PRESTAÇÃO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., REFERENTE AO PERÍODO DE JUNHO À DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

Danielle Almeida da Guia, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial ao inciso IV, parágrafo único do artigo 9º da Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013, faz saber que os Conselheiros aprovaram na em plenária realizada em data de 25 de abril de 2019, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas por este Conselho Municipal de Assistência Social, a Prestação das Contas do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelecido pela legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 25 de abril de 2019.  
DANIELLE ALMEIDA DA GUIA  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

ANA LUIZA TELMA  
Primeira Secretária do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

# Campo Erê

## PREFEITURA

### Decreto 1643/2019

Publicação Nº 1997236

DECRETO Nº. 1.643, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional especial no Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manutenção das Ativ. Sec. Municipal da Cidade e Desenv.

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (8869) .....R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manutenção das Ativ. Sec. Municipal da Cidade e Desenv.

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (6126) .....R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 29 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

### Decreto 1641/2019

Publicação Nº 1997230

DECRETO Nº. 1.641, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

HOMOLOGA TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O INDESSC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57. Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o TERMO DE COOPERAÇÃO celebrado entre o Município de Campo Erê, estado de Santa Catarina e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina – INDESSC, celebrado em 25 de Março de 2019, para desenvolver o Programa de Regularização Fundiária – Reurb, no Município.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 25 de Março de 2019



Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1642/2019

Publicação Nº 1997233

DECRETO Nº. 1.642, DE 26 DE MARÇO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 44.460,98 (quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria da Cidade e Desenvolvimento

154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta ( ..... ) .....R\$ 44.460,98

Fonte de Recursos 03.34 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 44.460,98(quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e oito centavos), que trata o artigo 1º a utilização do saldo financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 26 de Março de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1644/2019

Publicação Nº 1997237

DECRETO Nº. 1.644, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

LIMITA VALOR PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA PAGAMENTO SEM PRECATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê, e o art. 2º da Lei Complementar nº 049/2010;  
Considerando que o INPC acumulado de abril de 2018 a março/2019 foi de 4,9403%.

DECRETA

Art. 1º. As obrigações de pequeno valor, para pronto pagamento, sem precatório, pela Fazenda Pública do Município de Campo Erê, nos termos dos §§ 3º e 4º, do Art. 100, da Constituição Federal e dos Arts. 78 e 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ficam limitadas a R\$ 6.772,19 (seis mil, setecentos e setenta e dois reais e dezenove centavos).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de Abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## **Decreto 1645/2019**

Publicação Nº 1997246

DECRETO Nº. 1.645, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

DENOMINA RUAS DO LOTEAMENTO VILA FELIZ DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO DE ARRUAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê, e as disposições do Memorial descritivo e mapa de arruamento da Lei Municipal n. 1.860/2015 de 27 de Abril de 2015;

DECRETA

Art. 1º. As Ruas do Memorial Descritivo e do Projeto de Arruamento do LOTEAMENTO VILA FELIZ contidos na Lei N. 1.860/2015 de 27 de Abril de 2015, Ficam assim denominadas:

I – Rua ERNESTINA MARQUES, iniciando no Loteamento Cohab entre os lotes n. 01 e 36, terminando na Estrada Linha Formosa entre os lotes n. 35 e 52;

II – Rua MARCIRIO DA SILVA, iniciando entre os lotes n.65 e 75 , terminando na Estrada Linha Formosa, entre os lotes n. 52 e 57;

III – Rua JOÃO RODRIGUES, iniciando entre os lotes n. 84 e 93, terminando na estrada Linha Formosa entre os Lotes n. 76 e 86;

IV – Rua ERASMO FERREIRA DA ROSA, iniciando entre os lotes n. 103 e 113, terminando na Estrada Linha Formosa, entre os lotes n. 94 e 104.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 08 de Abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## **Decreto 1646/2019**

Publicação Nº 1997247

DECRETO Nº. 1.646, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 2º. DO DECRETO N. 1.428, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê.

DECRETA

Art. 1º. O Art. 2º. Do Decreto n. 1.428, de 11 de Abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 2º. Os representantes da sala serão indicados pelas representações acima qualificadas mediante comunicação escrita e reunir-se-ão periodicamente, sendo que a coordenação da Sala estará a cargo da Servidora Municipal SAMARA RONCHI, lotada no cargo de Enfermeira, e responsável pela Vigilância Epidemiológica no Município”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 09 de Abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1647/2019

Publicação Nº 1997250

DECRETO Nº. 1.647, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.  
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Saúde, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo especificado:

11.00 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente  
11.01 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente  
082430802.2.033000 Manutenção das Atividades do FIA  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (7270) .....R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

11.00 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente  
11.01 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente  
082430802.2.033000 Manutenção das Atividades do FIA  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (7154) .....R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 09 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1648/2019

Publicação Nº 1997257

DECRETO Nº. 1.648, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA ATUAR COMO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no Art. 51 da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores; considerando o disposto no Art. 10º do Decreto Presidencial 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, considerando ainda o Decreto Municipal 079/2007.  
DECRETA

Art. 1º. Ficam designados os servidores municipais abaixo relacionados para atuarem nos processos licitatórios na modalidade de Pregão (presencial e/ou eletrônico) na qualidade de Pregoeiro e Equipe de Apoio, sendo:

I - PREGOEIRO: Clezio Comonelo – Diretor de Gestão Administrativa;  
II - SUPLENTE: Gilmar Fior de Medeiros – Técnico em Contabilidade.  
III - EQUIPE DE APOIO: Odenir Mafissoni – Assistente Administrativo, Fabiana Moras – Assessor de Secretaria e Claudete Wagner – Assistente Administrativo.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 1.510, de 25 de julho de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 10 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## **Decreto 1649/2019**

Publicação Nº 1997262

DECRETO Nº. 1.649, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES (CPL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 51 da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações que passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Membros Titulares:

- a) Clezio Comonelo;
- b) Fabiana Moras;
- c) Odenir Mafissoni.

II - Membros Suplentes:

- a) Gilmar Fior de Medeiros
- b) Loreni Dias de Oliveira;
- c) Lucineia da Silva Cavalheiro.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitação está vinculada ao Gabinete do Prefeito, que tomará as providências necessárias para o seu funcionamento.

Art. 3º. A Presidência da referida Comissão será executada pelo membro Clezio Comonelo, sendo que em caso de ausência ou impedimento dele ou de qualquer outro membro, serão substituídos pelos membros suplentes e na respectiva ordem.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.511, de 25 de julho de 2018.

Campo Erê, SC, 10 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**Decreto 1651/2019**

Publicação Nº 1997617

DECRETO Nº. 1.651, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA A COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 2º. DO DECRETO N. 1.614, DE 22 DE JANEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Central Organizadora dos eventos de que trata o Art. 2º. do Decreto n. 1.614, de 22 de Janeiro de 2019, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

- I – Suziane Teske – Coordenadora de Cultura e Eventos;
- II – Raquel Cristina K. Schrol – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- III – Paula Crestine Tonial – Professora Municipal;
- IV – Nelson Tresoldi – Coordenador de Desenvolvimento Comunitário;
- V – Maiara Bombieri – Assessora de Gabinete;
- VI – Ademar Alberton – Secretário Municipal de Assistência Social;
- VII – Danilo Cadore - Diretor de Esportes e Juventude;
- VIII – Carlos Ferlin – Secretário Municipal da Cidade e Desenvolvimento;
- IX – Elizandra da Silva - Secretaria Municipal de Saúde Pública;
- X – Antonio Teixeira da Rosa – Secretário Municipal de Agricultura e infraestrutura Rural;
- XI – Marcos Roberto Mariani – Vice-Prefeito Municipal

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 15 de Abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade. Mat. 00784-6

**Decreto 1652/2019**

Publicação Nº 1997628

DECRETO Nº. 1.652, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente Do Fundo Municipal de Assistência Social, Crédito Adicional Especial no Valor de R\$ 261.440,65 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082410801.2.029000 Manutenção do Bloco PSB-FNAS

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 11.150,17

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 36.066,66

Fonte de Recursos 03.61 Superávit Financeiro Exercício Anterior

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 84.259,93

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 31.028,13

Fonte de Recursos 03.35 Superávit Financeiro Exercício Anterior

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 34.018,73

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 39.456,32

Fonte de Recursos 03.61 Superávit Financeiro Exercício Anterior

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440801.2.030000 MANUTENÇÃO DO BLOCO GBF-FNAS

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 10.328,51  
Fonte de Recursos 03.35 Superávit Financeiro Exercício Anterior

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
082440801.2.031000 MANUTENÇÃO DO BLOCO GSUAS-FNAS  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 5.000,00  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas ( ..... ) ..... R\$ 5.132,20  
Fonte de Recursos 03.35 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial, no montante de R\$ 261.440,65(duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta cruzeiros e sessenta e cinco centavos), que trata o artigo 1º a utilização do saldo financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 16 de Abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1653/2019

Publicação Nº 1997634

DECRETO Nº. 1.653, DE 18 DE ABRIL DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.  
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme abaixo especificado:  
04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
04.02 Departamento de Cultura e Eventos  
133921301,2,17000 Manutenção das Atividades Culturais e Fest. Municipais  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (8929) .....R\$ 6.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:  
04.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
04.02 Departamento de Cultura e Eventos  
133921301,2,17000 Manutenção das Atividades Culturais e Fest. Municipais  
3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (3769) .....R\$ 6.000,00  
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**Decreto 1654/2019**

Publicação Nº 1997636

DECRETO Nº. 1.654, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (4827) .....R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

06.00 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

06.01 Secretaria Municipal da Agricultura e Infraestrutura Rural

206082001.2.020000 Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (8790) .....R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**Decreto 1655/2019**

Publicação Nº 1997641

DECRETO Nº. 1.655, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

06181061.2.005000 Manut. convênio com a Secretaria de Segurança Pública

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (0974) .....R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 01.11 Convênio Transito – Polícia Civil

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.01 Gabinete Diretoria de Defesa Civil e Cidadania

06181061.2.005000 Manut. convênio com a Secretaria de Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (0813) .....R\$ 2.000,00  
Fonte de Recursos 01.11 Convênio Transito – Policia Civil

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1656/2019

Publicação Nº 1997644

DECRETO Nº. 1.656, DE 18 DE ABRIL DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 247.213,07 (duzentos e quarenta e sete mil duzentos e treze mil e sete centavos), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (10986) .....R\$ 247.213,07

Fonte de Recursos 03.34 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 247.213,07 (duzentos e quarenta e sete mil duzentos e treze reais e sete centavos), de que trata o artigo 1º a utilização do superávit financeiro exercício anterior:

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1657/2019

Publicação Nº 1997649

DECRETO Nº. 1.657, DE 18 DE ABRIL DE 2019.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 100.379,18 (cem mil trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos), conforme abaixo especificado:

06.00 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento

06.01 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento



206082001.1.067000 Aquisição de Veículos e Ampl. Da Patrulha Agrícola  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (4593) .....R\$ 100.379,18  
Fonte de Recursos 01.34 Transferências de convênios da União

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 100.379,18 (cem mil trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos), de que trata o artigo 1º a utilização do excesso de arrecadação oriundos do contrato de repasse 848177/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1658/2019

Publicação Nº 1997654

DECRETO Nº. 1.658, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO 201/2019 – PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 10/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e os arts. 40, VIII, 49 §1º e 109, I, "c" todos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;  
Considerando a Comunicação Interna e a sugestão da Comissão Permanente de Licitações;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado integralmente o Processo Licitatório nº 201/2019, Pregão Presencial n. 10/2019, cujo objeto é a contratação de espaço físico para realização de Cursos do SENAI em parceria com o Município.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de Abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1659/2019

Publicação Nº 1997665

DECRETO Nº. 1.659, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento  
07.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

154511501.1.069000 Pavimentação de Ruas e Passeios  
4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (5424) .....R\$ 245.850,00  
Fonte de Recursos 01.34 Transferências de convênios da União

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), de que trata o artigo 1º a utilização do excesso de arrecadação oriundos do contrato de repasse 846547/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 18 de abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

## Decreto 1660/2019

Publicação Nº 1997666

DECRETO Nº. 1.660, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO, O EMPENHAMENTO E O PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 37, da Lei 4.320/64;

Considerando que ficou efetivamente demonstrada a realização da despesa referente aos serviços prestado pela empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, referentes ao exercício de 2018;

Considerando o Parecer Jurídico AJU/CJU n. 061/2019, de 18 de Abril de 2019;

### DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida administrativamente a despesa do exercício de 2018, no valor de R\$ 84.220,92 (oitenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e noventa e dois centavos), referente ao pagamento dos serviços prestado pela empresa T. O. S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, CNPJ 72.332.778/0001-80

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto serão empenhadas e pagas, sendo consignadas no orçamento em vigor na dotação:

07 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento

07.01 Secretaria Municipal Da Cidade e Desenvolvimento

267821501.2.022000 Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Cidade e Desenvolvimento

3.3.90.92.00.00.00 Despesas de Exercício anteriores ( ..... ) .....R\$ 84.220,92

Fonte de Recursos 100 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Campo Erê, SC, 18 de Abril de 2019.  
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN  
Téc em Contabilidade  
Mat. Nº 000784-6

**Decreto 1661/2019**

Publicação Nº 1997671

DECRETO Nº. 1.661, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2089/2018, de 18/12/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme abaixo especificado:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440801.2.030000 Manutenção do Bloco GBF-FNAS

3.3.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (6878) .....R\$ 1.200,00

Fonte de Recursos 01.35 Transferência do Sistema Único de Assist. Social

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440801.2.030000 Manutenção do Bloco GBF-FNAS

4.4.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (6995) .....R\$ 1.200,00

Fonte de Recursos 01.35 Transferência do Sistema Único de Assist. Social

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 24 de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

**EXTRATO ATA RP 20/2019**

Publicação Nº 1997169


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 20/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **DI DOMENICO E CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ Nº **03.527.483/0001-75**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
75	PCT	600,00	MASSA DE LASANHA - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura vegetal hidrogenada, sal, açúcar, conservante sorbato de potasio e corante betacaroteno. Embalagem de 500g sem mofos e rupturas em discos separados contendo data de fabricação e validade. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,6700	4.002,0000	SONHO MEU
76	KG	1.000,00	MASSA PARA PIZZA – Tamanho médio - Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, Água, Óleo Vegetal, Fermento, Açúcar, Sal, Conservadores: Propionato de cálcio (INS 282) e Sorbato de Potássio (INS 202), Estabilizantes: Monooléato de polioxietileno (20) Sorbitana (INS 433), e Corante natural cúrcuma (INS 100i) e urucum (INS 160b). Embalagem intacta.	9,7400	9.740,0000	SONHO MEU
83	UN	1.000,00	PÃO DE FORMA FATIADO: Pão de forma de massa leve, farinha de trigo/fermento/sal/açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca, fatiado. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas. Embalagens com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deverá conter nome do produto, informação nutricional, com data de fabricação recente e validade do produto. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,3600	6.360,0000	SONHO MEU
84	UN	20,00	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL: Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten, açúcar, gordura vegetal, fibra de trigo, farinha de cevada, emulsificante monoglicerídeos de ácidos graxos e conservador propionato de cálcio. ALÉRGICOS: CONTÉM TRIGO, DERIVADOS DE TRIGO E DERIVADOS DE CEVADA. PODE CONTER AVEIA, CENTEIO, SOJA, TRITICALE, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ, OVOS E LEITE. CONTÉM GLÚTEN.	6,6000	132,0000	SONHO MEU
85	KG	1.000,00	PÃO FRANCÊS UNIDADE DE 50 GR – Embalagens plásticas estéreis c/ 40 unidades ou quantidade solicitada – Características: produto	9,1800	9.180,0000	SONHO MEU



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			fermentado, preparado com farinha de trigo, sal e água, que se caracteriza por casca crocante de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branco-creme de textura e granulação fina não uniforme – Resolução RDC nº 90/2000 da ANVISA. OBS: Feito no mesmo dia da entrega (fresco).			
--	--	--	---	--	--	--

**VALOR TOTAL R\$ 29.414,00**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**DI DOMENICO E CIA LTDA ME**      **CNPJ**  
**nº 03.527.483/0001-75**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 21/2019**

Publicação Nº 1997171


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 21/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **ANILDA SCHOENINGER ME**, inscrita no CNPJ Nº **04.192.895/0001-64**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	UN	1.500,00	ALFACE - As folhas devem estar verdes e viçosas, não pode estar com as folhas amareladas ou murchas, deve estar intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas.	2,3600	3.540,0000	CRESPA
5	KG	100,00	ABOBRINHA VERDE DE 1ª – com casca lisa e brilhante, deve estar firme, não pode murchar nem melando.	4,2500	425,0000	NACIONAL
7	UN	5,00	ADOÇANTE FORNO E FOGÃO - Ingredientes: Maltodextrina Ciclamato de Sódio Sacarina Sódica - Uso oral. - Substitui o açúcar. - Forno e fogão. -Contém edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio e sacarina sódica.	13,1900	65,9500	ZEROCAL
17	LTS	400,00	BEBIDA LÁCTEA - Bebida láctea fermentada com polpa de frutas, diversos sabores conforme solicitação. Embalagem contendo 1 litro. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima 30 dias. Registro no SIE ou SIF. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	3,9500	1.580,0000	DANINHA
18	UN	80,00	BEBIDA LÁCTEA ZERO ADIÇÃO DE AÇÚCAR 160 ML – Prazo de validade longo e embalagem intacta.	2,9600	236,8000	BATAVO
19	CX	80,00	BEBIDA A BASE DE SOJA 200 ML – Embalagem intacta, validade mínima de 30 dias, isento de leite e derivados. Para alérgicos a proteína do Leite.	2,1900	175,2000	BATAVO
25	PCT	30,00	BISCOITO SEM GLÚTEN DE COCO 84 GR – Embalagem intacta, ingredientes: Ingredientes Amido modificado, farinha de arroz, maltodextrina, gordura de palma, fécula de mandioca, coco ralado sem açúcar, sal refinado, fermentos químicos (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), emulsificante lecitina de soja, aromatizante, regulador de acidez ácido láctico e edulcorante artificial sucralose.	7,5000	225,0000	PARATI



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

36	KG	300,00	CARNE MOÍDA, de 2ª (Músculo e Acém) com até 5% gordura, deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor e odor característicos) sem cartilagens e ossos, resfriada, boa qualidade, embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 Kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência.	17,0000	5.100,0000	BOFF
37	KG	600,00	CARNE BOVINA TIPO MÚSCULO, ACÉM – Sem osso – Cortada em cubos – Com o mínimo de gordura aparente – Deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor e odor característicos) – Resfriada – Boa qualidade – Embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência.	16,2000	9.720,0000	NOVO SUL
45	KG	3.500,00	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA EMBALADAS UMA A UMA SEM SAMBIQUEIRA – As embalagens deverão ter selo de procedência com data de validade e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA.	6,4500	22.575,0000	MAIS FRANGO
86	KG	450,00	PERNIL SUÍNO CONGELADO DE 1ª QUALIDADE, com Inspeção SIF. PEÇAS DE 1 kg – Lipídio máximo de 18% - As embalagens deverão ter selo de procedência com data de validade e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA	9,3000	4.185,0000	AFRIB
89	KG	110,00	PRESUNTO COZIDO SEM CAPA DE GORDURA - Embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade – Embalagem com no máximo 3 kg.	16,1000	1.771,0000	JCW
91	PCT	300,00	PEITO DE FRANGO CONGELADO EM FILÉS PEQUENOS - Sem osso e sem pele, congelado, em embalagens plásticas resistentes, transparentes. Pacotes com 1 Kg cada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência	10,9500	3.285,0000	MAIS FRANGO





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

			de sujidades. Com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto, prazo de validade de no mínimo 2 meses a partir da data de entrega, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.			
94	KG	180,00	QUEIJO TIPO MUSSARELA – de boa procedência, não pode apresentar sinal de mofo – Embalagem fechada, intacta, indicando o prazo de validade – Embalagem com no máximo 3 kg.	26,9000	4.842,0000	TERRA VIVA

**VALOR TOTAL R\$ 57.725,95**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANILDA SCHOENINGER ME**  
**04.192.895/0001-64**

**CNPJ nº**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 22/2019**

Publicação Nº 1997173


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 22/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **SCS COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº **13.995.853/0001-52**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
6	UN	5,00	ADOÇANTE DIETÉTICO: Líquido, com edulcorantes artificiais: sacarina e ciclamato, frasco com 100 ml. Com data de fabricação, validade E LOTE DO PRODUTO. Indústria brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,1500	30,7500	ADOCIL
14	Lta	60,00	ATUM EM PEDAÇOS COZIDO EM ÁGUA – conservado em água – latas de 170g - Embalagem intacta, sem amassados ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	8,2800	496,8000	COQUEIRO
15	KG	1.800,00	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE MEIO TERMO (não esteja verde nem totalmente madura) – devem estar sempre presas a penca, sem manchas ou amassados	2,4500	4.410,0000	REAL
16	KG	1.000,00	BATATA INGLESA – Tamanho médio, casca lisa, clara e brilhante - intacta com todas as partes comestíveis aproveitadas e não pode estar murcha e melando	4,5000	4.500,0000	REAL
23	PCT	1.500,00	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM - Pacote 400 GR – Com porcentagem de gordura máxima de 7% - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	5,1000	7.650,0000	PRODAS A
50	PCT	50,00	FARINHA LÁCTEA - Com o mínimo de 12 vitaminas e 5 minerais instantâneo - embalagem 400 gr. - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,0500	602,5000	NESTLE
52	PCT	70,00	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL PCT 5 KG – Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	16,7800	1.174,6000	ORQUIDEA
56	UN	500,00	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO 250 GR. Prazo de validade não inferior a 6 meses.	5,7500	2.875,0000	APTI
63	LTS	50,00	LEITE DE SOJA EMBALAGEM DE 1L – Embalagem intacta.	5,5900	279,5000	PURITY
66	PCT	600,00	MACARRÃO C/ OVOS GRAVATA PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma.	4,5000	2.700,0000	ORQUIDEA
71	KG	2.000,00	MAMÃO FORMOSA DE 1ª – não pode estar mole, rachado, escuro ou	5,8700	11.740,0000	REAL



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

			amassado – não pode estar verde nem totalmente maduro – deverá ser doce e suculento.			
78	UN	550,00	MILHO VERDE SACHE 200 GR – As embalagens não podem estar amassadas ou deterioradas – Devem estar dentro do prazo de validade	2,0100	1.105,5000	QUERO
82	UN	400,00	PÓ PARA PUDIM - Pudim Preparado em pó para pudim. Embalagem de 1kg, rendimento de 36 porções de 100g (3,6kg). Sabores: Baunilha, Caramelo, Chocolate, Coco e Morango. Produto livre de gordura trans, rico em vitaminas A, C, B1, B2, PP, Ferro e Zinco. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	8,4000	3.360,0000	MAXUL
98	UN	1.200,00	SARDINHA ENLATADA pré-cozida em conserva, elaborada com produto eviscerado, livre de cauda e cabeça. Conservado em óleo de soja – Latas de 125 gramas - As latas não podem estar amassadas ou conter ferrugens – Devem estar dentro do prazo de validade.	4,5000	5.400,0000	COQUEIRO
99	UN	200,00	SELETA DE LEGUMES – ingredientes: ervilha, batata, cenoura e salmoura (água e sal). Embalagem: longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, contendo 200g do produto. Prazo de validade mínimo 23 meses a contar a partir da data de entrega.	2,4800	496,0000	QUERO
101	gf	400,00	VINAGRE DE VINHO TINTO GARRAFA 750 ML	3,0500	1.220,0000	4 ES

**VALOR TOTAL R\$ 48.040,65**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**SCS COMERCIO LTDA EPP**  
**CNPJ Nº 13.955853/0001-52**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 23/2019**

Publicação N° 1997174

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ****EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 23/2019****PROCESSO LICITATÓRIO N° 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**, inscrita no **CNPJ N° 07.814.016/0001-87**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
12	PCT	1.000,00	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 PCT 5 KG - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	11,5700	11.570,0000	moenda
21	PCT	2.000,00	BISCOITO DOCE TIPO MARIA PCT 400 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	5,0200	10.040,0000	vitoria

**VALOR TOTAL R\$ 21.610,00**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS**  
**LTDA ME**  
**CNPJ N° 07.814.016/0001-87**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 24/2019**

Publicação Nº 1997176


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 24/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **A E M OESTE COMERCIAL EIRELI ME**, inscrita no **CNPJ Nº 12.144.365/0001-79**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
3	UN	650,00	ABACAXI DE 1ª qualidade, crista fechada, escamas grandes, doce e succulento, intacto o c/ todas as partes comestíveis aproveitadas.	6,1500	3.997,5000	REAL
4	KG	100,00	ABACATE DE 1ª (intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas)	5,6500	565,0000	REAL
10	PCT	200,00	ALHO GRAUDO 200 GR - Novo, grupo roxo, subgrupo nobre, tipo especial, classe 4, de primeira qualidade, limpo, não deverá apresentar problemas de coloração não característica, estar machucado, brotamento, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca embalados de acordo com solicitação. Acondicionado em embalagem plástica resistente e especial para alimentos, com identificação do fornecedor e prazo de validade. Embalagens de 200g. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar	6,3000	1.260,0000	REAL
20	KG	500,00	BETERRABA DE 1ª qualidade, tamanho pequeno a médio, cor viva, não pode estar murcha e deve estar com todas as partes comestíveis aproveitadas	4,2000	2.100,0000	REAL
40	KG	600,00	CHUCHU DE 1ª Qualidade – tamanho médio, não poder estar murcho, intacto com todas as partes comestíveis aproveitadas	3,8000	2.280,0000	REAL
41	KG	500,00	CEBOLA NACIONAL DE 1ª Qualidade, com casca cabeça tamanho médio, firme, não pode estar murcha ou melando.	3,8500	1.925,0000	REAL
42	KG	600,00	CENOURA DE 1ª Qualidade – cor viva, não pode estar murcha, nem melando e deve ter todas as partes comestíveis aproveitadas.	4,7500	2.850,0000	REAL
60	KG	500,00	LARANJA PÊRA DE 1ª – casca lisa, fina e brilhante, succulenta e doce, não podendo estar murcha.	3,8800	1.940,0000	REAL
64	KG	1.800,00	MAÇÃ TIPO EXPORTAÇÃO DE 1ª – casca lisa, fresca, tamanho médio 150 G, não pode estar murcha e nem com amassados.	6,4500	11.610,0000	REAL
69	PCT	12,00	MACARRÃO SEM GLUTÊN PCT DE 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	10,2500	123,0000	ORQUIDI A
72	KG	800,00	MANGA (ROSA, TOMMY OU CORAÇÃO DE BOI) DE 1ª – deve ter a casca lisa, não estar verde, nem totalmente madura, deve ser	6,3000	5.040,0000	REAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			doce e suculenta e não apresentar amassados.			
74	KG	200,00	MARACUJÁ DE 1ª – deve ter casca lisa e brilhante, não podendo apresentar manchas escuras ou rachaduras, não pode estar murcho.	10,8900	2.178,0000	real
77	KG	560,00	MELÃO AMARELO DE 1ª – a casca deve ser firme, cor vibrante, não pode apresentar rachaduras e deve ser doce e suculento.	4,7000	2.632,0000	REAL
81	DZ	800,00	OVOS VERMELHOS DE 1ª – Os ovos não podem estar trincados ou quebrados – Devem estar em embalagens com data de validade, selo de procedência e demais especificações exigidas pela Lei de Rotulagem da ANVISA	5,5800	4.464,0000	CARMIN AT
87	KG	50,00	PÊRA VERDE DE 1ª – a casca precisa ser lisa e macia, sem picada de inseto, amassada ou com imperfeições, deve ser doce e suculenta, não deve estar verde nem totalmente madura.	10,9000	545,0000	real
88	KG	100,00	PIMENTÃO VERDE DE 1ª - a casca deve estar lisa e brilhante, não pode estar murcho e nem melando.	5,7000	570,0000	real
90	PCT	250,00	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA GRANULADA em pacotes de 200gr.	6,1800	1.545,0000	vitao
95	PCT	350,00	REPOLHO BRANCO DE 1ª – as folhas devem estar verdes e viçosas, cabeça fechada, não pode estar com as folhas amareladas ou murchas, deve estar intacto c/ todas as partes comestíveis aproveitadas	4,0000	1.400,0000	real
100	KG	800,00	TOMATE EXTRA – Deve ser firme, com casca lisa, brilhante, sem manchas escuras ou moles, que não esteja nem maduro, nem totalmente verde.	4,9000	3.920,0000	REAL

**VALOR TOTAL R\$ 50.944,50**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME**  
**CNPJ Nº 12.144.365/0001-79**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 25/2019**

Publicação Nº 1997178


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 25/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ Nº **26.556.616/0001-39**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
8	PCT	500,00	AMENDOIM – PACOTE COM 500 GR. Cru com pele, grupo descascado, subgrupo industrial, classe média, subclasse clara, tipo único. Grãos secos, são e limpos, de primeira qualidade. Sem fermentação e mofo, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalado em pacotes de polietileno atóxico, transparente, resistente, vedado hermeticamente. Peso líquido de 500 gramas. Validade mínima de 4 meses. Embalagem contendo informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. Indústria Brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	6,4000	3.200,0000	DAJU
22	PCT	60,00	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA PCT 400 GR Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,3800	262,8000	LUAM
38	PCT	1.000,00	CHAS: Chás sabores: ENDRO (Anethum graveolens), ERVA DOCE (Pimpinella Anisum), Camomila Flor ( Matricaria Chamomila) ERVA-CIDREIRA E HORTELÃ vegetal dessecado, peso líquido 10g, 100% natural. A embalagem deve ser de polietileno transparente e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega Deve conter informações nutricionais. Indústria brasileira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	2,1000	2.100,0000	CHILENO
39	UN	300,00	CHOCOLATE EM PÓ 500 G – 32% de cacau, contendo açúcar, cacau em pó solúvel e aromatizante. Embalagem intacta e com prazo de validade de pelo menos 3 meses.	7,2500	2.175,0000	CELLI
54	PCT	1.100,00	FEIJÃO PRETO TIPO 1 PCT DE 1KG – Pacote de 01 kg, feijão classe preto, grupo/tipo 1, 100% feijão preto (Phaseolus vulgaris L.), de safra nova. Constituído de	5,8000	6.380,0000	SUPER GOSTO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos diformes e/ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofos, caruncho, rendimento inadequado. A embalagem deverá ser de plástico, transparente e atóxico, resistente, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo e acondicionados em fardos lacrados. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses apartir da e			
59	UN	800,00	GELATINA EM PÓ 35 GR – Sabores: abacaxi, uva e morango	0,7900	632,0000	LEO
68	PCT	20,00	MACARRÃO- ALFABETO para sopa com corante natural, contendo cenoura em pó, espinafre e tomate em pó – Embalagem de 500g	4,1900	83,8000	GERMA NI
70	PCT	100,00	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO PCT DE 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. INGREDIENTES: Farinha de trigo integral, fibra de trigo, corante natural cúrcuma.	4,2000	420,0000	PARATI
79	UN	900,00	ÓLEO DE SOJA REFINADO – frasco de 900 ml.	4,3000	3.870,0000	COCAM AR
97	Lta	200,00	SAL REFINADO IODADO – Pacotes de 1 kg – Fardos de 20 kg. O sal deve ser obrigatoriamente iodado de acordo como preconizado pelas regulamentações da ANVISA.	1,8000	360,0000	REALTA

**VALOR TOTAL R\$ 19.483,50**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CATARINENSE COMERCIO DE**  
**ALIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 26.556.616/0001-37**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 26/2019**

Publicação Nº 1997181


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 26/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº **16.738.785/0001-34**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
9	PCT	700,00	AÇÚCAR CRISTAL PCT 5 KG – Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	10,6500	7.455,0000	CEDRO
13	PCT	500,00	ARROZ INTEGRAL – Embalagem de 1 kg – Livre de sujidades, parasitose larvas (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78)	3,5500	1.775,0000	FAZEND A
24	PCT	900,00	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, com porcentagem menor de 1,0 de gordura trans por porção (30/40g) – Embalagem de 400 gr	5,0500	4.545,0000	PARATI
26	PCT	80,00	BISCOITO SEM LEITE 400 g – Para intolerantes a lactose e alérgicos a proteína do leite. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabissulfito de sódio, aroma artificial de leite, proteinase, vitaminas (b1, b2, b6 e pp). Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio. Embalagem intacta e prazo de validade longo.	6,9500	556,0000	ELIANE
28	PCT	50,00	CACAU EM PÓ 100% caixa 200 G – Ingredientes: Cacau em pó, não contém Glúten. Embalagem intacta em bom estado de conservação, validade longa.	11,3000	565,0000	APTI
29	CX	120,00	CALDO DE GALINHA CX C/ 12	2,2500	270,0000	APTI
30	UN	300,00	CAFÉ SOLUVEL EXTRA FORTE 200 GR - Embalagem intacta, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,0000	3.600,0000	IGUACU
31	PCT	600,00	CANJICA AMARELA TIPO 1 PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	2,6500	1.590,0000	DAJU
32	PCT	300,00	CANELA EM PÓ - POTE COM 30 GR	2,6000	780,0000	APTI
33	PCT	300,00	CANELA EM RAMA – PACOTE COM 10 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	1,6500	495,0000	APTI



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

35	PCT	300,00	CRAVO DA INDIA – PACOTE COM 10 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	1,6500	495,0000	APTI
43	PCT	200,00	COCO RALADO SEM AÇÚCAR– Embalagens de 100 gr – Sem açúcar. Embalagem intacta.	4,1000	820,0000	APTI
46	UN	700,00	ERVILHA SACHÊ 200gr – As embalagens não podem estar amassadas, rasgadas ou com sujidades – Devem estar dentro do prazo de validade.	1,5200	1.064,0000	STELA DORO
47	CX	500,00	EXTRATO TOMATE CONCENTRADO CAIXA 320 gr – As caixas não podem estar amassadas, e devem estar dentro do prazo de validade.	2,6800	1.340,0000	QUERO
48	PCT	200,00	FARELO DE AVEIA em embalagens de 200 gr - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,4500	890,0000	APTI
51	PCT	400,00	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PCT 5 KG – Livre de sujidades, parasitos e larvas. Umidade máxima de 15%. (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78) - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	12,4000	4.960,0000	AURIVE RDE
55	PCT	200,00	FERMENTO P/ PÃO INSTANTANEO 125 GR - Deverá apresentar as seguintes características: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo, e substâncias nocivas. A embalagem hermeticamente fechada (sistema a vácuo), intacta, sem ferrugem, contendo 125g. A embalagem deverá conter data de fabricação, lote e a validade com no mínimo 3 meses a partir da entrega do produto. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	4,2000	840,0000	APTI
58	KG	800,00	FUBÁ DE MILHO FINO TIPO 1 – Embalagens de 1 kg - Fardos de 20 kg. Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	2,7500	2.200,0000	MONTE CLARO
67	PCT	500,00	MACARRÃO C/ OVOS TIPO CABELO DE ANJO 500 GR Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,9000	1.950,0000	ROSANE
73	Pot	300,00	MARGARINA VEGETAL COM SAL – Embalagens de polietileno c/ 1 kg – Aspecto de emulsão plástica homogênea e uniforme. Cor: amarela ou branco amarelada, cor e odor característicos. Com 60 a 70% de lipídeos, livre de gordura trans. Portaria nº 193 ANVISA.	9,1000	2.730,0000	COAMO
80	PCT	200,00	ORÉGANO – PACOTE COM 10 GR	1,8000	360,0000	APTI
92	PCT	24,00	POLVILHO DOCE – EMBALAGEM 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se	3,8800	93,1200	PRATA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			apresentar dentro do prazo de validade.			
93	KG	700,00	POLVILHO AZEDO – EMBALAGEM 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,0000	2.100,0000	PRATA
96	KG	500,00	SAGÚ PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,0000	2.000,0000	PRATA

**VALOR TOTAL R\$ 43.473,12**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA**  
**CNPJ 16.738.785/0001-34**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**EXTRATO ATA RP 27/2019**

Publicação Nº 1997182


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**
**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 27/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa **PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP**, conforme relação abaixo:

Item	Unid	Quant	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
2	CX	500,00	AVEIA EM FLOCOS REGULARES – Embalagem de 200 gramas. Embalagem intacta, sem defeitos ou rasgos. Produto em bom estado de conservação, sem bolor e dentro do prazo de validade. Ingredientes: Aveia.	3,6000	1.800,0000	2849bela
11	UN	500,00	AMIDO DE MILHO PCT 500G - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	3,4000	1.700,0000	2824bela
27	PCT	1.000,00	BISCOITO TIPO ROSQUINHA – 330 g Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, amido de milho, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Alérgicos: contém derivados de trigo e soja. Pode conter derivados de leite. Contém glúten. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem intacta, sem rasgos ou biscoitos quebrados.	3,4000	3.400,0000	PRODAS A
34	CX	500,00	CEREAL MATINAL INTEGRAL A BASE DE MILHO - Enriquecido com Vitaminas, Minerais e Fibras – Embalagem de 300 g	7,6500	3.825,0000	BELA5437
44	PCT	400,00	COLORIFICO – Pacotes de 500 gr - Aspecto: pó fino; Cor: alaranjada; Cheiro: próprio; Sabor: próprio. Acidez máxima 5%; Cloreto de sódio máximo 10%; Amido máximo 78% (Resolução ANVISA CNNPA nº 12/78).	3,7000	1.480,0000	BELA2809
49	PCT	10,00	FARINHA DE ARROZ – ISENTO DE GLÚTEN – Embalagem de 500 G - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade.	4,4500	44,5000	VITAO1776
53	PCT	120,00	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA – Pacotes de 500 G – Livre de sujidades, parasitos e larvas – Com validade de 180 dias.	4,0000	480,0000	BELA2590
57	UN	300,00	FOLHAS DE LOURO 5 G – Ingredientes: folhas de louro. Embalagem intacta e em bom estado de conservação.	1,3000	390,0000	APT12506
61	PCT	500,00	LENTILHA TIPO 1 – Pacote 500 gr - Livre de sujidades, parasitos e larvas	4,5000	2.250,0000	BELA2531
62	LTS	50,00	LEITE INTEGRAL SEM LACTOSE (0%) – EMBALAGEM 1 LITRO – A embalagem não deve estar amassada ou deteriorada e	4,0000	200,0000	LATVID A5374



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

			deve se apresentar dentro do prazo de validade.			
65	PCT	1.000,00	MACARRÃO C/ OVOS TIPO PARAFUSO PCT 500 GR - Embalagem intacta, sem rasgos ou qualquer contaminantes, deve se apresentar dentro do prazo de validade. Ingredientes: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e cúrcuma.	2,5500	2.550,0000	DIANA53 60

**VALOR TOTAL R\$ 18.119,50**

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2019.

**MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**  
**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP**  
**CNPJ 24.170.620/0001-37**

**RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL**  
**Sec. Mun. de Educação e Cultura**

**HOMOLOGAÇÃO PL 258/2019**

Publicação Nº 1997183

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

**I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 258/2019**, na modalidade Pregão de nº **11/2019** tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	75	600,00	6,6700	4.002,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	76	1.000,00	9,7400	9.740,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	83	1.000,00	6,3600	6.360,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	84	20,00	6,6000	132,0000
Di Domenico & CIA LTDA ME	1	85	1.000,00	9,1800	9.180,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	1	1.500,00	2,3600	3.540,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	5	100,00	4,2500	425,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	7	5,00	13,1900	65,9500
ANILDA SCHOENINGER ME	1	17	400,00	3,9500	1.580,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	18	80,00	2,9600	236,8000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	19	80,00	2,1900	175,2000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	25	30,00	7,5000	225,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	36	300,00	17,0000	5.100,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	37	600,00	16,2000	9.720,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	45	3.500,00	6,4500	22.575,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	86	450,00	9,3000	4.185,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	89	110,00	16,1000	1.771,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	91	300,00	10,9500	3.285,0000
ANILDA SCHOENINGER ME	1	94	180,00	26,9000	4.842,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	6	5,00	6,1500	30,7500
SCS Comercio LTDA ME	1	14	60,00	8,2800	496,8000
SCS Comercio LTDA ME	1	15	1.800,00	2,4500	4.410,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	16	1.000,00	4,5000	4.500,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	23	1.500,00	5,1000	7.650,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	50	50,00	12,0500	602,5000
SCS Comercio LTDA ME	1	52	70,00	16,7800	1.174,6000
SCS Comercio LTDA ME	1	56	500,00	5,7500	2.875,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	63	50,00	5,5900	279,5000
SCS Comercio LTDA ME	1	66	600,00	4,5000	2.700,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	71	2.000,00	5,8700	11.740,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	78	550,00	2,0100	1.105,5000
SCS Comercio LTDA ME	1	82	400,00	8,4000	3.360,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	98	1.200,00	4,5000	5.400,0000
SCS Comercio LTDA ME	1	99	200,00	2,4800	496,0000



SCS Comercio LTDA ME	1	101	400,00	3,0500	1.220,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	12	1.000,00	11,5700	11.570,0000
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	21	2.000,00	5,0200	10.040,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	3	650,00	6,1500	3.997,5000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	4	100,00	5,6500	565,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	10	200,00	6,3000	1.260,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	20	500,00	4,2000	2.100,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	40	600,00	3,8000	2.280,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	41	500,00	3,8500	1.925,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	42	600,00	4,7500	2.850,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	60	500,00	3,8800	1.940,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	64	1.800,00	6,4500	11.610,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	69	12,00	10,2500	123,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	72	800,00	6,3000	5.040,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	74	200,00	10,8900	2.178,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	77	560,00	4,7000	2.632,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	81	800,00	5,5800	4.464,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	87	50,00	10,9000	545,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	88	100,00	5,7000	570,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	90	250,00	6,1800	1.545,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	95	350,00	4,0000	1.400,0000
A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME	1	100	800,00	4,9000	3.920,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	8	500,00	6,4000	3.200,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	22	60,00	4,3800	262,8000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	38	1.000,00	2,1000	2.100,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	39	300,00	7,2500	2.175,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	54	1.100,00	5,8000	6.380,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	59	800,00	0,7900	632,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	68	20,00	4,1900	83,8000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	70	100,00	4,2000	420,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	79	900,00	4,3000	3.870,0000
CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	1	97	200,00	1,8000	360,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	9	700,00	10,6500	7.455,0000

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	13	500,00	3,5500	1.775,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	24	900,00	5,0500	4.545,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	26	80,00	6,9500	556,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	28	50,00	11,3000	565,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	29	120,00	2,2500	270,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	30	300,00	12,0000	3.600,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	31	600,00	2,6500	1.590,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	32	300,00	2,6000	780,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	33	300,00	1,6500	495,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	35	300,00	1,6500	495,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	43	200,00	4,1000	820,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	46	700,00	1,5200	1.064,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	47	500,00	2,6800	1.340,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	48	200,00	4,4500	890,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	51	400,00	12,4000	4.960,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	55	200,00	4,2000	840,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	58	800,00	2,7500	2.200,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	67	500,00	3,9000	1.950,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	73	300,00	9,1000	2.730,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	80	200,00	1,8000	360,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	92	24,00	3,8800	93,1200
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	93	700,00	3,0000	2.100,0000
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	1	96	500,00	4,0000	2.000,0000

PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	2	500,00	3,6000	1.800,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	11	500,00	3,4000	1.700,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	27	1.000,00	3,4000	3.400,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	34	500,00	7,6500	3.825,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	44	400,00	3,7000	1.480,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	49	10,00	4,4500	44,5000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	53	120,00	4,0000	480,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	57	300,00	1,3000	390,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	61	500,00	4,5000	2.250,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	62	50,00	4,0000	200,0000
PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP	1	65	1.000,00	2,5500	2.550,0000

Total dos Proponentes

Nome da Proponente

Total

**A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME****50.944,50****ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME****43.473,12****ANILDA SCHOENINGER ME****57.725,95****CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS  
LTDA****19.483,60****Di Domenico & CIA LTDA ME****29.414,00****NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA****21.610,00****PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP****18.119,50****SCS Comercio LTDA ME****48.040,65**

II - **DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

**Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 24 de abril de 2019**

**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**Prefeito Municipal**



**Lei 2097/2019**

Publicação Nº 1997206

LEI Nº 2.097/2019, DE 08 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;  
FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
Do Conselho Tutelar

Art. 1º. Fica mantido o Conselho Tutelar de Campo Erê, alterado pela Lei Municipal 1.492/2010 e demais alterações, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Campo Erê, que será exercida por 5 (cinco) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Campo Erê, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º. Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal 8.112/1990.

Art. 3º. Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 1 (um) Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 1 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

**SEÇÃO I**  
Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - Manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º. Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º. O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º. Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º. Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º. É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - Sala reservada para a recepção do público;
- III - Sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - Sala reservada para os serviços administrativos;
- V - Sala reservada para reuniões; e,
- VI - Banheiros.

§ 2º. O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º. Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º. O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º. É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º. Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, de acordo com a demanda mediante o desempenho de suas atribuições pelo menos em 8 (oito) horas semanais e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º. As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente as capacitações necessárias.

## SEÇÃO II

### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º. O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, definido por Lei Municipal, permanecendo aberto para atendimento da população, preservada a carga horária diária de 8 (oito) horas.

§ 1º. Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticas aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º. Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas aos servidores públicos municipais.

Art. 9º. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

§ 1º. O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do expediente público no dia imediatamente seguinte, conforme previsto no caput.

§ 2º. Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar e deverão se pautar na realidade do Município de Campo Erê.

§ 3º. O membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 2 (dois) dias para cada 7 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição de 30 (trinta) dias por ano civil.

§ 4º. O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º. Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador Administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º. Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

### SEÇÃO III

#### Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei Federal 9.504/1997 e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município de Campo Erê.

§ 1º. A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei Federal 9.709/1998 e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º. Para que possa exercer sua atividade de fiscalização, prevista no art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º. As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º. Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º. A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em Resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo da remuneração, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal 9.504/1997.

§ 5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º. Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezessex) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º. A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, VII, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º. O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes,



devidamente habilitados.

§ 1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º. Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá emendar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residência no Município;

IV - Experiência mínima de 1 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - Conclusão do ensino médio;

VI - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X – Não incidir nas hipóteses do art. 1º, I, da Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades);

IX – Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X – Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

XI – Atestado de saúde mental.

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o cumprimento desta obrigação.

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

#### SEÇÃO V

##### Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º. Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º. Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º. Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º. Vencido o prazo recursal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20 desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### SEÇÃO VI

##### Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º. A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

**SEÇÃO VII****Da Campanha Eleitoral**

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades); e, art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV - A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V - A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII - Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - Confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º. É vedado aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta federal, estaduais ou municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreta;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º. A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º. É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

**SEÇÃO VIII****Da Votação e Apuração dos Votos**

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º. Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º. A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º. Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

## SEÇÃO IX

### Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

## SEÇÃO X

### Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º. O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º. Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º. Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º. No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10. Quando a vacância ocorrer no último ano do mandato, em caso de inexistência de suplentes, a vaga poderá ser suprida mediante a escolha pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em processo indireto, de acordo com as normas próprias especificadas no Regimento Interno do CMDCA.

§ 11. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - A Coordenação Administrativa;

II - O Colegiado;

III - Os Serviços Auxiliares.

## SEÇÃO I

### Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar:

I - Coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - Convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - Representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - Assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - Zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - Participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - Participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - Enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - Comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - Encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - Submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - Encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - Prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - Exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO II

### Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - Exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - Definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - Organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - Organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - Propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - Participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - Eleger o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar;

IX - Destituir o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - Elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º. As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º. A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

## SEÇÃO III

### Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - O atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - Receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º. O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - Cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - Desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - Declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - Cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - Prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - Identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - Comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - Atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - Guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - Ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

#### SEÇÃO V

##### Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

#### SEÇÃO VI

##### Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º. A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local



onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º. Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º. Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º. Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

## SEÇÃO VII

### Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º. A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º. A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º. Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º. Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - Aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - Acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - Fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - Representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - Sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - Participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, § 2º, da Lei Federal 12.594/2012 (Lei do SINASE), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, XI da Constituição Federal.

§ 2º. Para o exercício da atribuição contida no inciso VIII deste artigo e no art. 136, IX, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas do Plano Plurianual, Lei das

Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º. Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º. O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - Colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - Entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - Requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - Requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - Requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - Propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - Participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º. As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º. A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.



§ 1º. Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º. O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º. Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - Nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

## SEÇÃO VIII

### Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
  - II - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
  - III - Exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal;
  - IV - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
  - V - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
  - VI - Recusar fé a documento público;
  - VII - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
  - VIII - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
  - IX - Proceder de forma desidiosa;
  - X - Descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
  - XI - Exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
  - XII - Ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
  - XIII - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
  - XIV - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
  - XV - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
  - XVI - Atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
  - XVII - Exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
  - XVIII - Entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
  - XIX - Ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
  - XX - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
  - XXI - Praticar usura sob qualquer de suas formas;
  - XXII - Celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
  - XXIII - Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
  - XXIV - Constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
  - XXV - Cometer crime contra a Administração Pública;
  - XXVI - Abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
  - XXVII - Faltar habitualmente ao trabalho;
  - XXVIII - Cometer atos de improbidade administrativa;
  - XXIX - Cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
  - XXX - Praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
  - XXXI - Proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.
- Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

## SEÇÃO IX

### Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - Destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º. Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

## SEÇÃO X

### Da Vacância

Art. 63. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - Renúncia;
- II - Posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - Transferência de residência ou domicílio para outro Município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - Aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - Falecimento;
- VI - Condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - Vacância de função;
- II - Férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º. Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º. O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

## SEÇÃO XI

### Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias.

§ 1º. No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de vencimento, o valor de R\$ 1.705,78 (hum mil e setecentos e cinco reais e setenta e oito centavos), que será revisto anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º. O vencimento deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º. A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I – Indenizações (diárias e transporte);
- II – Adicional de férias;
- III – Gratificação natalina.

Art. 70. Os acréscimos pecuniários ou as vantagens percebidas por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º. Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - Cobertura previdenciária;
- II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, as quais poderão ser concedidas em até três períodos de pelo menos 10 dias cada um;
- III - Licença-maternidade;
- IV - Licença paternidade;
- V - Gratificação natalina.

Art. 73. As reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

Art. 74. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, § 2º da Lei Federal 11.494/2007 ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

## SEÇÃO XII

### Das Férias

Art. 75. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º. Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Campo Erê.

§ 3º. Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 2 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - A remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - A remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82. O valor da remuneração de férias será o equivalente ao último vencimento recebido pelo Conselheiro Tutelar.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor do último vencimento recebido.

## SEÇÃO XIII

### Das Licenças

Art. 83. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar, com direito à remuneração integral:

I - Para maternidade;

II - Por adoção, inclusive em caso de adotante solteiro;

III - Para paternidade;

IV - Para tratamento de saúde.

§ 1º. É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença.

§ 2º. As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

## SEÇÃO XIV

### Das Concessões

Art. 84. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

I - Para participação em cursos e congressos;

II - Em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

III - Em virtude de casamento.

## SEÇÃO XV

**Do Tempo de Serviço**

Art. 85. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º. Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º. A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

**CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 86. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º. A capacitação a que se refere o § 1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

Art. 88. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90. O prazo para o atendimento do disposto no art. 5º, § 1º desta, mediante a implantação da sede própria do Conselho Tutelar, será de até 4 (quatro) anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, sem prejuízo da obrigação de manutenção de condições mínimas adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos do colegiado.

Art. 91. A Lei Orçamentária Municipal a partir de 2020 deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar no Gabinete do Prefeito, ficando no ano de 2019 vinculada ao Gabinete de Planejamento e Gestão, conforme disposto em lei.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 08 de Abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em Data Supra.

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 000784-6

**Lei 2097/2019**

Publicação Nº 1997213

LEI Nº 2.097/2019, DE 08 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;



FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### Do Conselho Tutelar

Art. 1º. Fica mantido o Conselho Tutelar de Campo Erê, alterado pela Lei Municipal 1.492/2010 e demais alterações, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Campo Erê, que será exercida por 5 (cinco) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Campo Erê, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º. Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal 8.112/1990.

Art. 3º. Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 1 (um) Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 1 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

## SEÇÃO I

### Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II – Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - Manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º. Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º. O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º. Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º. Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º. É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V – Sala reservada para reuniões; e,

VI – Banheiros.

§ 2º. O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à

intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º. Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º. O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º. É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º. Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, de acordo com a demanda mediante o desempenho de suas atribuições pelo menos em 8 (oito) horas semanais e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º. As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente as capacitações necessárias.

## SEÇÃO II

### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º. O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, definido por Lei Municipal, permanecendo aberto para atendimento da população, preservada a carga horária diária de 8 (oito) horas.

§ 1º. Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticas aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º. Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas aos servidores públicos municipais.

Art. 9º. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

§ 1º. O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do expediente público no dia imediatamente seguinte, conforme previsto no caput.

§ 2º. Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar e deverão se pautar na realidade do Município de Campo Erê.

§ 3º. O membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 2 (dois) dias para cada 7 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição de 30 (trinta) dias por ano civil.

§ 4º. O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º. Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador Administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º. Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

## SEÇÃO III



## Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei Federal 9.504/1997 e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município de Campo Erê.

§ 1º. A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei Federal 9.709/1998 e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º. Para que possa exercer sua atividade de fiscalização, prevista no art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º. As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º. Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º. A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em Resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo da remuneração, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal 9.504/1997.

§ 5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º. Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º. A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, VII, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º. O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º. Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

## SEÇÃO IV

### Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - Reconhecida idoneidade moral;  
II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;  
III - Residência no Município;  
IV - Experiência mínima de 1 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;  
V - Conclusão do ensino médio;  
VI - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;  
VII - Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;  
X - Não incidir nas hipóteses do art. 1º, I, da Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades);  
IX - Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).  
XI - Atestado de saúde mental.  
Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o cumprimento desta obrigação.

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

#### SEÇÃO V

##### Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º. Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º. Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º. Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º. Vencido o prazo recursal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20 desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### SEÇÃO VI

##### Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º. A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

#### SEÇÃO VII

##### Da Campanha Eleitoral

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades); e, art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;  
II - Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;  
III - Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados

mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV - A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V - A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII - Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - Confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º. É vedado aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta federal, estaduais ou municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º. A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º. É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO VIII

### Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º. Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º. A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º. Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos

representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

## SEÇÃO IX

### Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

## SEÇÃO X

### Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º. O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º. Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º. Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º. No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10. Quando a vacância ocorrer no último ano do mandato, em caso de inexistência de suplentes, a vaga poderá ser suprida mediante a escolha pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em processo indireto, de acordo com as normas próprias especificadas no Regimento Interno do CMDCA.

§ 11. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - A Coordenação Administrativa;

II - O Colegiado;

III - Os Serviços Auxiliares.

## SEÇÃO I

### Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar:

I - Coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - Convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - Representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;



- IV - Assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - Zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - Participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - Participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - Enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - Comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - Encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - Submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - Encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - Prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - Exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO II

### Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - Exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II - Definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III - Organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V - Organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI - Propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII - Participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII - Eleger o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar;
- IX - Destituir o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
- X - Elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;
- § 1º. As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.
- § 2º. A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

## SEÇÃO III

### Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - O atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II - For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV - Receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.
- § 1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.
- § 2º. O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

## SEÇÃO IV

## Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - Cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - Desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - Declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - Cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - Prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - Identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - Comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - Atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - Guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - Ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

## SEÇÃO V

### Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

## SEÇÃO VI

### Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º. A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º. Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º. Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º. Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

## SEÇÃO VII

## Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º. A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º. A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º. Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º. Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - Aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - Acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - Fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - Representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - Sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - Participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, § 2º, da Lei Federal 12.594/2012 (Lei do SINASE), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, XI da Constituição Federal.

§ 2º. Para o exercício da atribuição contida no inciso VIII deste artigo e no art. 136, IX, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º. Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da



Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º. O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - Colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - Entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - Requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - Requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - Requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - Propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - Participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º. As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º. A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º. Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º. O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa

e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º. Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - Nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

## SEÇÃO VIII

### Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - Exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo

colegiado ou por necessidade do serviço;  
VI - Recusar fé a documento público;  
VII - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;  
VIII - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;  
IX - Proceder de forma desidiosa;  
X - Descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;  
XI - Exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;  
XII - Ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;  
XIII - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;  
XIV - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;  
XV - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;  
XVI - Atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;  
XVII - Exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;  
XVIII - Entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;  
XIX - Ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;  
XX - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;  
XXI - Praticar usura sob qualquer de suas formas;  
XXII - Celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;  
XXIII - Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;  
XXIV - Constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;  
XXV - Cometer crime contra a Administração Pública;  
XXVI - Abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;  
XXVII - Faltar habitualmente ao trabalho;  
XXVIII - Cometer atos de improbidade administrativa;  
XXIX - Cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;  
XXX - Praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;  
XXXI - Proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

## SEÇÃO IX

### Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - Destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º. Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

## SEÇÃO X

### Da Vacância

Art. 63. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - Renúncia;
- II - Posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - Transferência de residência ou domicílio para outro Município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - Aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - Falecimento;
- VI - Condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - Vacância de função;
- II - Férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º. Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º. O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

## SEÇÃO XI

### Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias.

§ 1º. No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de vencimento, o valor de R\$ 1.705,78 (hum mil e setecentos e cinco reais e setenta e oito centavos), que será revisto anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º. O vencimento deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º. A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I – Indenizações (diárias e transporte);
- II – Adicional de férias;
- III – Gratificação natalina.

Art. 70. Os acréscimos pecuniários ou as vantagens percebidas por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º. Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - Cobertura previdenciária;
- II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, as quais poderão ser concedidas em até três períodos de pelo menos 10 dias cada um;
- III - Licença-maternidade;
- IV - Licença paternidade;
- V - Gratificação natalina.

Art. 73. As reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

Art. 74. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, § 2º da Lei Federal 11.494/2007 ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

**SEÇÃO XII****Das Férias**

Art. 75. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º. Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Campo Erê.

§ 3º. Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 2 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - A remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - A remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82. O valor da remuneração de férias será o equivalente ao último vencimento recebido pelo Conselheiro Tutelar.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor do último vencimento recebido.

**SEÇÃO XIII****Das Licenças**

Art. 83. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar, com direito à remuneração integral:

I - Para maternidade;

II - Por adoção, inclusive em caso de adotante solteiro;

III - Para paternidade;

IV - Para tratamento de saúde.

§ 1º. É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença.

§ 2º. As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

**SEÇÃO XIV****Das Concessões**

Art. 84. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

I - Para participação em cursos e congressos;

II - Em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

III - Em virtude de casamento.

**SEÇÃO XV****Do Tempo de Serviço**

Art. 85. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º. Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º. A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.



### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º. A capacitação a que se refere o § 1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Erê.

Art. 88. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90. O prazo para o atendimento do disposto no art. 5º, § 1º desta, mediante a implantação da sede própria do Conselho Tutelar, será de até 4 (quatro) anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, sem prejuízo da obrigação de manutenção de condições mínimas adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos do colegiado.

Art. 91. A Lei Orçamentária Municipal a partir de 2020 deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar no Gabinete do Prefeito, ficando no ano de 2019 vinculada ao Gabinete de Planejamento e Gestão, conforme disposto em lei.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,  
em 08 de Abril de 2019.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em Data Supra.

DÁRIO FERLIN  
Técnico em Contabilidade Matr. 000784-6

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 31\_2019

Publicação Nº 1999064

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 64/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de maio de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h15min diariamente e das 13h15min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 26 de abril de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 32\_2019

Publicação Nº 1999066

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 65/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de maio de 2019 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRONTOS (TIPO LANCHE), SOB DEMANDA, DESTINADOS A SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E URBANISMO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ABRANGENDO TODOS OS SEUS SETORES INCLUINDO CRAS, CREAS, ABRIGOS E OUTROS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h15min diariamente e das 13h15min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 26 de abril de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 04/2019

Publicação Nº 1997283

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 63/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16 de maio 2019 às 14 horas, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, CONFORME PROJETO BÁSICO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 29 de abril de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº1358/2019**

Publicação Nº 1998876

PORTARIA Nº1358/19 DE 16/04/2019

INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Sindicância para apurar eventual irregularidade da servidora Klauciane Pelentir de Lima Velho, em razão do ocorrido na escola EMEF André Rebouças - Barra do Leão.

Art. 2º A comissão permanente de sindicância nomeada pela Portaria nº 1337/2019 de 05/04/19 terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de abril de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº1366/2019**

Publicação Nº 1997741

PORTARIA Nº1366/19 DE 18/04/19

NOMEIA COMISSÃO DE CELEBRAÇÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, CONFORME ELOCUÇÃO DO SUBITEM 10.2 DA CLÁUSULA DÉCIMA - DO MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº08/2019.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão de avaliação e fiscalização, conforme elocução do subitem 10.2 da cláusula décima - do monitoramento, controle e avaliação do contrato público administrativo nº08/2019

Maria Cristina Avila – Presidente  
Alain Pedro Freitas – Membro  
Gilberto Antonio Scussiato – Membro  
Lucimar Teske França –Membro  
Adriana Helena Rossa- Membro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 18 de abril de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****PORTARIA 73/2019**

Publicação Nº 1997312

PORTARIA SAMAE CNO 073/2019, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista as necessidades administrativas e técnicas do SAMAE:

RESOLVE

Art. 1º. Autorizar o servidor DAVI DANIELEVIEZ, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, portador da CNH 02419750835 a dirigir veículos da Autarquia, quando houver necessidade de conduzir veículos da Autarquia para locomoção de pessoal em serviço e no transporte de materiais de obras, desde que devidamente autorizado pelo Diretor.

Art. 2º. A locomoção para fora do Município de Campos Novos somente será permitida mediante requerimento por escrito contendo a devida

justificativa.

Obs.: Toda e qualquer avaria que ocorrer nos veículos da Autarquia, o motorista será responsabilizado e deverá arcar com os devidos reparos, salvo a hipótese de não ser o causador do referido dano.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

## **PORTARIA 74/2019**

Publicação Nº 1997313

PORTARIA SAMAE CNO 074/2019, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor DAVI DANIELEVIEZ, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INSTRUTORES Nº 01/FCC/2019

Publicação Nº 1997759



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006



### EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INSTRUTORES Nº 01/FCC/2019

A Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais (cargos criados pela lei 6.351/2019) em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal nº 5.528/2015, para atuarem no município de Canoinhas, junto à Fundação Cultural.

#### 1. DAS VAGAS

1.1 Estarão abertas as inscrições para contratação temporária de profissionais nas seguintes áreas:

CARGO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORARIA SEMANAL	Nº VAGAS
Instrutor de Acordeon	Ensino Médio e experiência comprovada na área	R\$ 950,18	20 horas	01
Instrutor de Inglês	Ensino Médio e experiência comprovada na área	R\$ 950,18	20 horas	01
Instrutor de Artesanato	Ensino Médio e experiência comprovada na área	R\$ 950,18	20 horas	01

1.2. As atribuições de cada cargo encontram-se descritas nos Anexos I e II deste edital.

#### 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. O processo de inscrição será no período de **06 à 10 de Maio de 2019**, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, nas dependências da Casa da Cultura, localizada na Rua 12 de Setembro, nº 72, Centro, Canoinhas/SC;

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006.*



2.2. No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição, com letra de forma, de forma legível, sem rasuras, e declarará que assume a responsabilidade pelas informações prestadas, sob as penas da Lei, bem como declarará que está ciente e de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste edital, do qual não poderá alegar desconhecimento, ficando, desde já cientificado de que as informações inverídicas e incorretas por ele prestadas na ocasião da inscrição resultarão automaticamente na sua desclassificação.

2.3. Além do disposto no item 2.2., no ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia da Cédula de Identidade – RG;
- b) Original e Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Original e Fotocópia do Comprovante de escolaridade exigido;
- d) Fotocópia do comprovante de residência;
- e) Original e Fotocópia da Carteira de Trabalho;
- f) Original e Fotocópia de Comprovações de participação em cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição;

2.4. Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários;

2.5. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo de inscrição com a indicação de seu número.

### **3. DO PROCESSO SELETIVO**

3.1. O Processo Seletivo de que trata o presente edital será mediante a apresentação de títulos e de tempo de serviço na área respectiva, nos seguintes termos:

3.1.1. Cômputo de horas referente a cursos, seminários e jornadas na área específica da inscrição, tendo pontuação máxima de 1,0 pontos – conforme Anexo IV, comprovada por meio de certificados ou diplomas, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.1.2. Cômputo de tempo de serviço, tendo pontuação máxima de 1,00 pontos – conforme Anexo V - comprovado através do registro em Carteira de Trabalho ou Declaração emitida

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## *Fundação Cultural de Canoinhas* *"Helmy Wendt Mayer"*

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006*



pelo empregador, não sendo computado o tempo de estágio, monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário.

3.2. A avaliação dos títulos e do tempo de serviço será realizada pela comissão organizadora do Processo Seletivo;

3.3. A nota final será composta pelo somatório da pontuação obtida segundo item 3.1.1 com a pontuação obtida segundo o item 3.1.2., totalizando o máximo de 2,00 pontos;

3.4. Será considerado aprovado no processo seletivo o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima permitida;

3.4. A classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de pontuação, em ordem decrescente.

3.5. Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, aquele que tiver maior experiência na área;

3.6. A divulgação da listagem classificatória será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura **no dia 13/05/2019, a partir das 14 horas;**

#### **4. DOS RECURSOS**

4.1. Após a publicação do resultado classificatório, poderá o candidato apresentar recursos no prazo de 03 (três) dias úteis.

4.2. A petição deverá ser na forma escrita, tempestivamente protocolada na Casa da Cultura, mediante o protocolo do formulário de solicitação de revisão de classificação (ANEXO VI) devidamente preenchido.

4.3. O recurso será encaminhado à Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo que analisará a apresentará o parecer final, **em 05 (cinco) dias, a contar do dia do término do prazo para interposição de recurso.**

#### **5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

5.1. Após a análise dos recursos, será procedida à apuração final do Processo Seletivo, com classificação final dos candidatos aprovados.

5.2. A classificação final dos candidatos será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura **no dia 22/05/2019, a partir das 14 horas**

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## ***Fundação Cultural de Canoinhas*** ***"Helmy Wendt Mayer"***

***Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006***



### **6. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O candidato aprovado no presente processo seletivo será convocado por meio de publicação no Diário Oficial do Município e terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, para

entregar a documentação exigida no setor de Recursos Humanos e efetivamente assumir o cargo.

6.2. As contratações temporárias objeto do presente edital, serão regidas pela Lei Municipal nº 5.528/2015, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.305/1990, no que couber;

6.3. O prazo de duração das contratações temporárias de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de 6 (seis) meses;

### **7. DA DISPENSA**

7.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido

b) de ofício

7.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio do Departamento de Pessoal, fornecido pela Coordenação da Casa da Cultura, com no mínimo dez dias de antecedência;

7.1.2 Quando for de ofício, a Direção Administrativa da Fundação Cultural deverá comunicar ao servidor contratado;

7.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando houver redução do número de alunos matriculados;

7.1.4 Durante o período de atuação na Casa da Cultura, no ano letivo de 2019, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios dirigidos a Direção Administrativa, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Casa da Cultura, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado a qualquer tempo.

### **8. DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos, incluindo comprovante de escolaridade;

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS  
SANTA CATARINA



## ***Fundação Cultural de Canoinhas*** ***"Helmy Wendt Mayer"***

***Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001***



8.2. O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da ação penal cabível;

8.3. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo;

8.4. Todo processo será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como no site do município: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), incluindo-se edital de abertura, homologação de inscrições com notas da prova de títulos e homologação final, sendo de responsabilidade do candidato interessado tomar conhecimento dos atos oficiais.

8.5. A aprovação não gera direito de contratação, mas quando se fizer, deverá obedecer à ordem de classificação.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo.

8.7. Fará parte integrante do presente Edital, como anexo, a Ficha de Inscrição do presente certame;

8.8. É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone e endereço) atualizado junto a Fundação Cultural de Canoinhas;

**Roberto das Neves**  
**Gestor Cultural**

**José Alfredo da Fonseca**  
**Presidente**

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: [cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br](mailto:cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br)

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA





## **Fundação Cultural de Canoinhas** **"Helmy Wendt Mayer"**

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006*



### **ANEXO I** **(Edital 01/FCC/2019)** **ATRIBUIÇÕES DO CARGO INSTRUTOR DE ACORDEON E ARTESANATO** **Conforme a Lei nº 6.351, de 03/04/2019**

#### **ATRIBUIÇÕES**

Ministrar aulas teóricas e práticas de educação artístico/cultural (música, pintura artística, escultura artística, dança, teatro, desenho geométrico e anatômico e demais cursos).

#### **ÁREA DE RESULTADOS**

Viabilizar o processo ensino/aprendizagem no campo artístico/cultural, criando condições de assimilação de conteúdos programáticos sobre teoria e prática, voltadas à execução de instrumentos musicais, pintura, dança, desenho, teatro e demais itens inerentes aos cursos ministrados.

Propiciar a participação dos discentes em apresentações artísticas internas e externas, motivando-os organizando e divulgando estes eventos.

Concorrer para o aprimoramento da capacidade de memorização e raciocínio lógico do aluno, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos, através da elaboração de exercícios teóricos e práticos de fixação e reforço de aprendizagens. Contribuir para a formação da personalidade do educando, desenvolvendo neste a sociabilidade, senso de organização, ordem e demais qualidades. Desenvolver no discente o gosto pela cultura artística, o espírito de equipe, a sociabilidade e a formação de valores como a disciplina, persistência e a autoconfiança, através da realização de exercícios de execução de escalas de trechos de difícil interpretação, frequência a ensaios, com vistas a busca do aprimoramento técnico e domínio do instrumento.

Concorrer para a mensuração dos resultados do processo de ensino/aprendizagem, através da execução de controles e levantamentos estatísticos e participação em atividades avaliatórias.

#### **DIMENSÃO DO PERFIL**

Grande dedicação para compreender, avaliar, desenvolver e/ou motivar pessoas, sensibilidade artística/cultural, facilidade de comunicação, cortesia e presteza, paciência e equilíbrio emocional.

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## **Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer"**

**Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001**



### **ANEXO II (Edital 01/FCC/2019) ATRIBUIÇÕES DO CARGO INSTRUTOR DE INGLÊS Conforme a Lei nº 6.351, de 03/04/2019**

#### **ATRIBUIÇÕES**

Coordenar, supervisionar e/ou ministrar aulas, concorrendo para mudanças de hábitos, visando a melhoria da qualidade de vida, através da conscientização da prática espontânea e permanente de atividades artístico/culturais.

#### **ÁREA DE RESULTADOS**

Promover a reformulação de metodologia de ensino de análises de resultados de processos avaliatórios e dados estatísticos. Facilitar o atendimento de novos conteúdos, através de estudos e pesquisas para a elaboração e reformulação do material didático e adequação do programa de ensino a realidade e necessidade local.

Viabilizar a participação dos discentes e docentes em apresentações internas e externas, em execuções de solos ou interpretações conjuntas, participando de festivais, récitas, concertos e outros, através da divulgação e organização desses eventos.

Possibilitar a organização e realização de eventos artísticos culturais consoantes com a realidade local, através da otimização de recursos humanos, físicos e materiais, bem como, auxiliando na concretização destas ações.

#### **DIMENSÃO DO PERFIL**

O cargo exige do ocupante grande capacidade de relacionamento interpessoal, capacidade de desenvolver e/ou motivar, sensibilidade, percepção apurada, comunicabilidade, fluência verbal e iniciativa.

#### **GERENCIAL**

Traduzida pela habilidade em conduzir os discentes e docentes para o alcance dos objetivos.

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer"

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006



### ANEXO III (Edital 01/FCC/2019)

#### Ficha de Inscrição para Processo Seletivo Simplificado

Nº Inscrição

Nome: (sem abreviações)

Nº do Documento de Identidade:

CPF:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Endereço completo para correspondência: (Rua, Avenida, Praça, etc.)

Nº:

Apto.:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

Cargo Pretendido

Descrição dos títulos (cópias deverão estar em anexo):


Rua Vidal Ramos, 632 – centro

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982

CNPJ 02.216.925/0001-08

e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

CEP 89460-000

CANOINHAS

SANTA CATARINA



## Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer"

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006




Descrição do tempo de serviço na área (carteira de trabalho ou declaração do empregador):


Declaro que atendo todas as exigências contidas no edital de abertura do processo seletivo simplificado 01/FCC/2019 e que estou de acordo com a regulamentação nele contida, bem como estou ciente de que constatada a inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que comprovadas posteriormente, serei eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de minha inscrição.

Canoinhas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Rua Vidal Ramos, 632 – centro Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982 CNPJ 02.216.925/0001-08  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006



**ANEXO IV**  
**(Edital 01/FCC/2019)**

**TABELA DE CÔMPUTO DE HORAS - CURSOS**

<b>HORAS DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO</b>	<b>PONTOS</b>
20	0,05
40	0,10
60	0,15
80	0,20
100	0,25
120	0,30
140	0,35
160	0,40
180	0,45
200	0,50
220	0,55
240	0,60
260	0,65
280	0,70
300	0,75
320	0,80
340	0,85
360	0,90
380	0,95
400	1,00

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006



**ANEXO V**  
**(Edital 01/FCC/2019)**

**TABELA DE PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	PONTOS
01	0,05
02	0,10
03	0,15
04	0,20
05	0,25
06	0,30
07	0,35
08	0,40
09	0,45
10	0,50
11	0,55
12	0,60
13	0,65
14	0,70
15	0,75
16	0,80
17	0,85
18	0,90
19	0,95
20	1,00

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001



**ANEXO VI**  
**(Edital 01/FCC/2019)**  
**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO**  
**PROCESSO SELETIVO**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**FUNÇÃO:** \_\_\_\_\_

Descreva claramente o motivo da solicitação de revisão de sua colocação na classificação, bem como citando nomes de inscritos como referência, se necessário:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**OBS.: de acordo com o edital, não será aceita documentação para anexar na inscrição, sendo considerados para classificação, os documentos apresentados até a data de término das inscrições.**

Canoinhas, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



**DECRETO Nº 089/2019**

Publicação Nº 1997258

DECRETO Nº. 089/2019

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018 e Lei nº 047 de 20/12/2013, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.600,00 m² (um mil e seiscentos metros quadrados) procedido por MIGUEL LANKE, situado na Rua Adolpho Voigt, Bairro Tricolin, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 41.472, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 11, com área de 378,00 m², lote nº 12, com área de 378,00 m², lote nº 13, com área de 480,00 m² e lote nº 14, com área de 364,00 m², todos pertencentes à quadra nº 148, conforme requerimento protocolado sob nº. 2606/2019.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 090/2019**

Publicação Nº 1997703

DECRETO Nº. 090/2019

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 6.217 de 21/05/2018, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados) procedido por IRINEU SUDOSKI, situado na Rua Alfredo Mayer, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 6.067, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12, com área de 400,00 m² e lote nº 13, com área de 400,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1183, conforme requerimento protocolado sob nº. 2631/2019.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INSTRUTORES N° 02/FCC/2019**

Publicação N° 1997761



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei n° 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei n° 3.328 de 01/08/2006

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INSTRUTORES N° 02/FCC/2019**

A Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal n° 5.528/2015 e 6.352/2019, para atuarem no município de Canoinhas, junto ao "Programa Novos Talentos", gerido pela Fundação Cultural.

**1. DAS VAGAS**

1.1 Estarão abertas as inscrições para contratação temporária de profissionais nas seguintes áreas:

EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº VAGAS
Instrutor de fanfarra	Ensino Médio e experiência comprovada na área	R\$1.900,36	40 horas	01
Instrutor maestro de fanfarra/banda	Ensino Médio e experiência comprovada na área	R\$950,18	20 horas	01

1.2. A atribuição do cargos é atuar junto ao Programa "Projeto Novos Talentos", conforme Anexo I deste edital.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. O processo de inscrição será no período de **06 à 10 de Maio de 2019**, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, nas dependências da Casa da Cultura, localizada na Rua 12 de Setembro, n° 72, Centro, Canoinhas/SC;

2.2. No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição, com letra de forma, de forma legível, sem rasuras, e declarará que assume a responsabilidade pelas

Rua Vidal Ramos, 632 – centro Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982 CNPJ 02.216.925/0001-08  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



## ***Fundação Cultural de Canoinhas*** ***"Helmy Wendt Mayer"***

***Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006***



informações prestadas, sob as penas da Lei, bem como declarará que está ciente e de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste edital, do qual não poderá alegar desconhecimento, ficando, desde já cientificado de que as informações inverídicas e incorretas por ele prestadas na ocasião da inscrição resultarão automaticamente na sua desclassificação.

2.3. Além do disposto no item 2.2., no ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia da Cédula de Identidade – RG;
- b) Original e Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Original e Fotocópia do Comprovante de escolaridade exigido;
- d) Fotocópia do comprovante de residência;
- e) Original e Fotocópia da Carteira de Trabalho;
- f) Original e Fotocópia de Comprovações de participação em cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição;

2.4. Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários;

2.5. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá o protocolo de inscrição com a indicação de seu número.

### **3. DO PROCESSO SELETIVO**

3.1. O Processo Seletivo de que trata o presente edital será mediante a apresentação de títulos e de tempo de serviço na área respectiva, nos seguintes termos:

3.1.1. Cômputo de horas referente a cursos, seminários e jornadas na área específica da inscrição, tendo pontuação máxima de 1,0 pontos – conforme Anexo III, comprovada por meio de certificados ou diplomas, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.1.2. Cômputo de tempo de serviço, tendo pontuação máxima de 1,00 pontos – conforme Anexo IV - comprovado através do registro em Carteira de Trabalho ou Declaração emitida pelo empregador, não sendo computado o tempo de estágio, monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário.

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## *Fundação Cultural de Canoinhas* *"Helmy Wendt Mayer"*

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006*



- 3.2. A avaliação dos títulos e do tempo de serviço será realizada pela comissão organizadora do Processo Seletivo;
- 3.3. A nota final será composta pelo somatório da pontuação obtida segundo item 3.1.1. com a pontuação obtida segundo o item 3.1.2., totalizando o máximo de 2,00 pontos;
- 3.4. Será considerado aprovado no processo seletivo o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima permitida;
- 3.4. A classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de pontuação, em ordem decrescente.
- 3.5. Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, aquele que tiver maior experiência na área;
- 3.6. A divulgação da listagem classificatória será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura **no dia 13/05/2019, a partir das 14 horas;**

#### **4. DOS RECURSOS**

- 4.1. Após a publicação do resultado classificatório, poderá o candidato apresentar recursos no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 4.2. A petição deverá ser na forma escrita, tempestivamente protocolada na Casa da Cultura, contendo o nome, número de inscrição do candidato e as razões fundamentadas.
- 4.3. O recurso será encaminhado à Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo que analisará a apresentará o parecer final, **em 05 (cinco) dias, a contar do dia do término do prazo para interposição de recurso.**

#### **5. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

- 5.1. Após a análise dos recursos, será procedida à apuração final do Processo Seletivo, com classificação final dos candidatos aprovados.
- 5.2. A classificação final dos candidatos será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura **no dia 22/05/2019, a partir das 14 horas**

#### **6. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. O candidato aprovado no presente processo seletivo será convocado por meio de publicação no Diário Oficial do Município e terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, para

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS  
SANTA CATARINA



## *Fundação Cultural de Canoinhas* *"Helmy Wendt Mayer"*

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001*



entregar a documentação exigida no setor de Recursos Humanos e efetivamente assumir o cargo.

6.2. As contratações temporárias objeto do presente edital, serão regidas pela Lei Municipal nº 5.528/2015, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.305/1990, no que couber;

6.3. O prazo de duração das contratações temporárias de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de 6 (seis) meses;

### **7. DA DISPENSA**

7.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido

b) de ofício

7.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio do Departamento de Pessoal, fornecido pela Coordenação da Casa da Cultura, com no mínimo dez dias de antecedência;

7.1.2 Quando for de ofício, a Direção Administrativa da Fundação Cultural deverá comunicar ao servidor contratado;

7.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando houver redução do número de alunos matriculados;

7.1.4 Durante o período de atuação junto a Fundação Cultural, no ano letivo de 2019, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios dirigidos a Direção Administrativa, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Casa da Cultura, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado a qualquer tempo.

### **8. DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos, incluindo comprovante de escolaridade;

8.2. O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da ação penal cabível;

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



***Fundação Cultural de Canoinhas***  
***"Helmy Wendt Mayer"***

***Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001***



8.3. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo;

8.4. Todo processo será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como no site do município: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), incluindo-se edital de abertura, homologação de inscrições com notas da prova de títulos e homologação final, sendo de responsabilidade do candidato interessado tomar conhecimento dos atos oficiais.

8.5. A aprovação não gera direito de contratação, mas quando se fizer, deverá obedecer à ordem de classificação.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo.

8.7. Fará parte integrante do presente Edital, como anexo, a Ficha de Inscrição do presente certame;

8.8. É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone e endereço) atualizado junto a Fundação Cultural de Canoinhas;

**Roberto das Neves**  
**Gestor Cultural**

**José Alfredo da Fonseca**  
**Presidente**

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: [cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br](mailto:cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br)

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA





## ***Fundação Cultural de Canoinhas*** ***"Helmy Wendt Mayer"***

***Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001***



### **ANEXO I**

#### **INSTRUTOR DE FANFARRA**

##### **ATRIBUIÇÕES**

Desenvolver atividades que envolvam a organização e montagem da fanfarra/ banda novos Talentos do município, levando-se em conta os instrumentos disponíveis e todos os ritmos existentes, bem como o descobrimento de novos talentos entre outras atividades;

- Promover a execução de peças musicais pelas bandas das diversas unidades escolares, dando treinamentos e ensinando aos estudantes os princípios e regras técnicas de cada instrumento musical, orientando-os na execução dos mesmos;
- Analisar a atuação dos alunos, observando-os em treinos, para detectar falhas individuais ou coletivas e carências e aptidões dos mesmos;
- Elaborar programas de atividades, baseando-se na comprovação de necessidades, capacidades e objetivos visados;
- Zelar pela boa conservação dos instrumentos musicais;
- Selecionar alunos para instruir e dar conhecimentos musicais, educacionais e sociais;
- Participar de eventos cívicos sociais;
- Reparar instrumentos, zelando por sua qualidade, seu bom estado de conservação;
- Orientar os membros da banda ou fanfarra no sentido do bom uso dos equipamentos musicais;
- Divulgar a música popular e hinário pátrio;
- Coordenar a distribuição dos músicos, de forma a obter o equilíbrio e a harmonia dos instrumentos;
- Selecionar as composições musicais que poderão ser interpretadas nos grupos desenvolvidos;
- Zelar pela disciplina dos encontros, aplicando os princípios básicos das questões éticas e de convivência social;
- Elaborar, promover e executar outras atribuições afins.

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## ***Fundação Cultural de Canoinhas*** ***"Helmy Wendt Mayer"***

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006.*



### **INSTRUTOR/MAESTRO DE FANFARRA/BANDA**

#### **ATRIBUIÇÕES**

Compete ao Maestro, as atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I – planejar e promover, através de oficinas, o ensino-aprendizado da música;

II - organizar tecnicamente provas de seleção para novos integrantes da Banda, Orquestra e/ou Coral;

III - pesquisar e preparar repertório para apresentação em eventos;

IV - determinar o direcionamento artístico e pedagógico ;

V – controlar a disciplina dos músicos e instrumentais, bem como a conservação dos uniformes, estantes e partituras, instrumentos musicais e outros;

VI – programar e realizar os ensaios da Banda, Orquestra e/ou Coral;

VII – escolher o repertório adequado e reger as apresentações da Banda, Orquestra e/ou Coral;

VIII - orientar artística e estilisticamente os músicos na leitura e escrita musical;

IX - ensaiar e reger a Banda, Orquestra e/ou Coral em apresentações dentro e fora do município;

X - reger concertos em apresentações em eventos de cunho cultural;

XI – promover o bom relacionamento entre os músicos e a comunidade;

XII - atender as programações culturais da fundação cultura Helmy Wendt Mayer.

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



## Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer"

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2006



### ANEXO II (Edital 02/FCC/2019)

#### Ficha de Inscrição para Processo Seletivo Simplificado

Nº Inscrição

Nome: (sem abreviações)

Nº do Documento de Identidade: CPF:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

Data de Nascimento: Estado Civil:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

Endereço completo para correspondência: (Rua, Avenida, Praça, etc.)

Nº: Apto.: Bairro:

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------

CEP: Cidade onde reside: Estado:

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------

Telefone: E-mail:

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

Cargo Pretendido

Rua Vidal Ramos, 632 – centro Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982 CNPJ 02.216.925/0001-08  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



## Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer"

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001



Descrição dos títulos (cópias deverão estar em anexo)


Descrição do tempo de serviço na área (carteira de trabalho ou declaração do empregador):


Rua Vidal Ramos, 632 – centro Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982 CNPJ 02.216.925/0001-08  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



## *Fundação Cultural de Canoinhas* *"Helmy Wendt Mayer"*

*Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001*



Declaro que atendo todas as exigências contidas no edital de abertura do processo seletivo simplificado 01/2018 SEMAS e que estou de acordo com a regulamentação nele contida, bem como estou ciente de que constatada a inexatidão das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que comprovadas posteriormente, serei eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes de minha inscrição.

Canoinhas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Rua Vidal Ramos, 632 – centro Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982 CNPJ 02.216.925/0001-08  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br CEP 89460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001



**ANEXO III**  
**(Edital 01/FCC/2019)**

**TABELA DE CÔMPUTO DE HORAS - CURSOS**

<b>HORAS DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO</b>	<b>PONTOS</b>
20	0,05
40	0,10
60	0,15
80	0,20
100	0,25
120	0,30
140	0,35
160	0,40
180	0,45
200	0,50
220	0,55
240	0,60
260	0,65
280	0,70
300	0,75
320	0,80
340	0,85
360	0,90
380	0,95
400	1,00

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA



**Fundação Cultural de Canoinhas**  
**"Helmy Wendt Mayer"**

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001



**ANEXO IV**  
**(Edital 01/FCC/2019)**

**TABELA DE PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	PONTOS
01	0,05
02	0,10
03	0,15
04	0,20
05	0,25
06	0,30
07	0,35
08	0,40
09	0,45
10	0,50
11	0,55
12	0,60
13	0,65
14	0,70
15	0,75
16	0,80
17	0,85
18	0,90
19	0,95
20	1,00

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA





# *Fundação Cultural de Canoinhas* *"Helmy Wendt Mayer"*

Criada pela Lei nº 2.880 de 30/06/1997 e alterada pela Lei nº 3.328 de 01/08/2001



## **ANEXO V** **(Edital 01/FCC/2019)**

### **FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**FUNÇÃO:** \_\_\_\_\_

Descreva claramente o motivo da solicitação de revisão de sua colocação na classificação, bem como citando nomes de inscritos como referência, se necessário:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**OBS.: de acordo com o edital, não será aceita documentação para anexar na inscrição, sendo considerados para classificação, os documentos apresentados até a data de término das inscrições.**

Canoinhas, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

Rua Vidal Ramos, 632 – centro  
e-mail: cultura.canoinhas@pmc.sc.gov.br

Fone / fax: (47) 3622-0609 / 3622-1982  
CEP 89460-000

CNPJ 02.216.925/0001-08  
CANOINHAS SANTA CATARINA

**PORTARIA Nº 475/2019**

Publicação Nº 1997695

PORTARIA Nº. 475/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde a AZILTON SCHIMASKI DE FARIAS, efetivo no cargo de Operador de Maquina, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, no período de 09/04/2019 a 24/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 152/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 476/2019**

Publicação Nº 1997685

PORTARIA Nº. 476/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**PRORROGAR PRAZO**

Art.1º - Fica prorrogado, por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 337/2019, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 477/2019**

Publicação Nº 1997677

PORTARIA Nº. 477/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional LUCIMARA PEPES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 20/03/2019, Conforme Comunicação Interna nº 150/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 478/2019**

Publicação Nº 1997676

PORTARIA Nº. 478/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à LUCIMARA PEPES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 20/03/2019 a 15/09/2019, conforme Comunicação Interna nº 153/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 479/2019**

Publicação Nº 1997669

PORTARIA Nº. 479/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **AUTORIZAR**

Art. 1º - Fica autorizado PATRICK TOBIAS BADAZ, efetivo no cargo de Eletricista, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 349/SMP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 480/2019**

Publicação Nº 1997663

PORTARIA Nº. 480/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a BRUNA MARIA DIAS FERREIRA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/04/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Comunicação Interna nº 392/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 481/2019**

Publicação Nº 1997655

PORTARIA Nº. 481/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora ELAINE LUCIA DE PAULA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal Educação, a partir 18/04/2019 a 18/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 391/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 482/2019**

Publicação Nº 1997640

PORTARIA Nº. 482/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**PRORROGAR**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de GISELA TERESINHA PLEWKA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, no CEI Prefeito Antônio Souza Costa, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 25/06/2019 a 16/08/2019, conforme comunicação interna nº 390/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 483/2019**

Publicação Nº 1997622

PORTARIA Nº. 483/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à VANIA MARIA BREDUN GRACIANO, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil - ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 25/06/2019 a 18/08/2019, conforme Comunicação Interna nº 389/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 484/2019**

Publicação Nº 1997615

PORTARIA Nº. 484/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 1084/2018, passando a vigor com as seguintes redações:

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de VÂNIA MARIA BREDUM GRACIANO, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/12/2018 a 18/08/2019, conforme comunicação interna nº 398/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 485/2019**

Publicação Nº 1997610

PORTARIA Nº. 485/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora ANDREA LUCIANA DOMENICO FILLIES, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 20/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora AMANDA CRISTINA HOFFMANN DA SILVA, efetiva no cargo de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 22/05/2019 a 05/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 3º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor SILMAR FERREIRA, efetivo no cargo de Agente de Trânsito, junto a Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 15/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CLAUDIO JORGE DA SILVEIRA, que exerce o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 04/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 5º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora MARIA SALETE CHACHAROVSKI, efetiva no cargo de Técnico em Higiene Bucal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 04/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 486/2019**

Publicação Nº 1997604

PORTARIA Nº. 486/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora SUELEN SCHWED, efetiva no cargo de Professor de Matemática, 10 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 01/05/2019 a 30/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a servidora ANTONIA CILMAR MELLO DE MATOS, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 04/07/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 3º - Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a servidora ROSANGELA APARECIDA PADILHA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2011/2016, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 04/07/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 4º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor LORI SEBASTIÃO ARTNER, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, a desfrutar no período de 06/05/2019 a 03/08/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 487/2019**

Publicação Nº 1997582

PORTARIA Nº. 487/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares a servidora GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria e Turismo, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 11/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 149/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 12/2019**

Publicação Nº 1997714

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 70/2019, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 12/2019, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PAVIMENTAÇÃO, DESTINADOS A DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril do ano de 2019, às 09h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA ME, representada pela Sra. Poliana Tonieto, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, representada pelo Sr. Sidnei Bosse e empresas GEOVIAS ENGENHARIA LTDA EPP, VERSAL ENGENHARIA E CONSULTORIA, DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI, LITORAL SUL PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI, TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA, EPAL ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA - EPP, MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA e AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As empresas GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA ME, MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA, LITORAL SUL PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI, TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA EPP, EPAL ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA - EPP e VERSAL ENGENHARIA E CONSULTORIA apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA ME, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA EPP, DS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E PREPARO DE DOCUMENTOS EIRELI, LITORAL SUL PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI, TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA, EPAL ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA - EPP, MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA e AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, HABILITADAS no certame e empresas GEOMAPA ENGENHARIA LTDA e VERSAL



ENGENHARIA E CONSULTORIA, INABILITADAS por não atender o item 6.9 do edital. Aberta a palavra aos participantes, o representante da empresa GEOMAPA ENGENHARIA LTDA manifestou interesse em interpor recurso. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas das empresas habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 10h30min do dia 09/05/2019. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva  
Presidente Secretário Membro Membro

DEPAI EMPREENDIMENTOS LTDA ME GEOMAPA ENGENHARIA LTDA

## **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 56/2019 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1997716

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 89/2019  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 56/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/05/2019, às 13h20min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A DESMONTAGEM E REMONTAGEM MECÂNICA DE 01 (UM) CONE REBRITADOR 90R. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 13/05/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 029-2019

Publicação Nº 1998324

DECRETO No 029, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 261.393,75 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 5 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 261.393,75 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.303.0150.2109	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-033	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	261.393,75
	Total			R\$	261.393,75

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 261.393,75 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.303.0150.2109	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-034	Aplicações Diretas	1067	00	R\$	261.393,75
	Total			R\$	261.393,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de abril de 2019

NILVO DORINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### DECRETO Nº 030-2019

Publicação Nº 1998326

DECRETO No 030, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.424,14 (quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 5 de dezembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 4.424,14 (quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO SERV GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-272	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	708,77

33900000-283	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	50,00
33900000-285	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	3.665,37
	Total			R\$	4.424,14

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 4.424,14 (quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO SERV GERAIS DA ADMINIS- TRAÇÃO	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-014	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	4.424,14
	Total	1000	00	R\$	4.424,14

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de abril de 2019

NILVO DORINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 031-2019

Publicação Nº 1998329

DECRETO Nº 031, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 05 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Outro – SIMAE, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1301.17.512.0165.1062	Ampliação e Automação da E.T.A/E.T.E	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	100.589,17
1301.17.512.0165.1063	Construção e Ampliação de Bens Imóveis de Natureza Industrial	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	128.000,00
1301.17.512.0165.1070	Aquisição de Equipamentos	FTE	DR	R\$	0,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	3000	DR	R\$	70.000,00
1301.17.512.0165.2148	Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste	FTE	DR	R\$	0,00
3.3.93.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgão	3000	DR	R\$	21.410,83
	Total			R\$	320.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superavit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superavit Financeiro	3000	00	R\$	320.000,00
Total Geral				320.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de abril de 2019

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## DECRETO Nº 032-2019

Publicação Nº 1998331

DECRETO No 032, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.708.185,68 (um milhão, setecentos e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 5 de dezembro de 201,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.708.185,68 (um milhão, setecentos e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0401.20.601.0045.1007	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-269	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	88.062,62
0601.15.451.0120.1021	APOIO A MELHORIA DE HABIT ASSENT PRECÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-284	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	1.620.123,06
	Total			R\$	1.708.185,68

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 1.708.185,68 (um milhão, setecentos e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	54	R\$	1.708.185,68
Total	1024	54	R\$	1.708.185,68

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 25 de abril de 2019

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**FMS CONTRATO 0041/2019**

Publicação N° 1997817

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 0041/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: ANDRE FALAVINHA - ME

Valor ..... : 16.095,00 (dezesesseis mil e noventa e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 26/04/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 0006/2019 Processo\_Licitatório.....: 0026 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Desinsetização de bocas de Lobo localizadas em diversos pontos do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 26 de Abril de 2019

**FMS CONTRATOS 0036 AO 0040/2019**

Publicação Nº 1997156

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 0036/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada.: RADIO CAPINZAL LIMITADA - EPP  
Valor.: 110.000,00 (cento e dez mil e reais)  
Vigência.: Início: 25/04/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação.: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0017/2019 Processo\_Licitatório.:  
0027 / 2019  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: Contratação da empresa RÁDIO CAPINZAL LTDA EPP, via  
inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações  
posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 001/2019, itens 1, 2  
e 3 (Veiculação de Matérias em jornal, rádio e site de abrangência regional) conforme  
documentação anexa, para o exercício de 2019. Com Recursos Próprios e Federal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 0037/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada.: RADIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA  
Valor.: 40.000,00 (quarenta mil reais)  
Vigência.: Início: 25/04/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação.: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0018/2019 Processo\_Licitatório.:  
0028 / 2019  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: Contratação da empresa RÁDIO BARRIGA VERDE CAPINZAL LTDA  
EPP, via inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com  
alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº  
001/2019, item 2 (Veiculação de Matérias em rádio de abrangência regional)  
conforme documentação anexa, para o exercício de 2019. Com Recursos Próprios e  
Federal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 0038/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada.: MICHEL WAGNER TEIXEIRA 03197912977  
Valor.: 30.000,00 (trinta mil reais)  
Vigência.: Início: 25/04/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação.: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0019/2019 Processo\_Licitatório.:  
00029 / 2019  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: divulgação de atos institucionais e administrativos, previsto no Item  
2 (Veiculação de Matérias em rádio de abrangência regional) nos termos do Edital  
de Credenciamento Universal nº 001/2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0039/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada.: BERNARDO DE SOUZA 09574797945  
Valor.....: 30.000,00 (trinta mil reais)  
Vigência.....: Início: 25/04/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0020/2019  
Processo\_Licitatório....: 0030 / 2019  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: divulgação de atos institucionais e administrativos, previsto no  
Item 2 (Veiculação de Matérias em rádio de abrangência regional) nos termos  
do Edital de Credenciamento Universal nº 001/2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0040/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL  
Contratada.: EDIMAR JOSE TOIGO 03114391958  
Valor.....: 30.000,00 (trinta mil reais)  
Vigência.....: Início: 25/04/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0021/2019  
Processo\_Licitatório....: 0031 / 2019  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: divulgação de atos institucionais e administrativos, previsto no  
Item 2 (Veiculação de Matérias em rádio de abrangência regional) nos termos  
do Edital de Credenciamento Universal nº 001/2019.

## FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0026/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0006/2019

Publicação Nº 1997098

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAPINZAL  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo Licitatório Nº 0026/2019  
Dispensa de Licitação Nº 0006/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Desinsetização de bocas de Lobo localizadas em diversos pontos do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.095,00 (Dezesseis mil e noventa e cinco reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A Buscando zelar pela qualidade de vida da população, a Secretaria da Saúde pretende contratar empresa especializada para realizar o serviço de desinsetização em bocas de lobo instaladas em diversos loteamentos do Município, em razão de se tratar de questão de saúde pública, evitando que se propagem doenças.

Dessa forma, o presente Memorando solicita a confecção de Dispensa de Licitação, em razão do valor, nos termos do art. 24, II.

Assim, procurando atender ao interesse da Administração Pública, mantendo o adequado atendimento aos Municípios, primando pela saúde e bem estar de todos, solicitando a confecção de Dispensa de Licitação.

Capinzal/SC, 26 de abril de 2019.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária de Saúde



**PMC CONTRATO 0112/2019**

Publicação Nº 1997383

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0112/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA.

Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 26/04/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0014/2019 Processo\_Licitatório.....: 0071 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação da profissional MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DE MELLO, cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada VM Treinamento, Capacitação e Eventos Ltda, CNPJ 10.616.945/0001-96, para ministrar Curso de Formação para Professores e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação

Capinzal, 26 de Abril de 2019

**PMC CONTRATO 0113/2019**

Publicação Nº 1997815

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0113/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: MARCIO DHEIN INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Valor ..... : 6.950,20 (seis mil novecentos e cinquenta reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 26/04/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0024/2019 Processo\_Licitatório.....: 0076 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de serviço de mão de obra profissional para prestação de serviços de transporte, relocação e organização dos enfeites Natalinos do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro até a Secretaria de Infraestrutura do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 26 de Abril de 2019

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0073/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0029/2019**

Publicação Nº 1997152

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0073/2019

Pregão Presencial Nº 0029/2019

**OBJETO:** Registro de Preço para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica e elétrica da frota de máquinas pesadas da Municipalidade. Com Recursos Próprios.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 08h25min do dia 13/05/2019.

**ABERTURA DA SESSÃO:** Dia 13/05/2019 às 08h30min.

**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 29 de Abril de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

## **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0074/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0030/2019**

Publicação Nº 1997157

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0074/2019

Pregão Presencial Nº 0030/2019

OBJETO: Registro de Preço para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 13h25min do dia 13/05/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 13/05/2019 às 13h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 29 de Abril de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

## **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0075/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0031/2019**

Publicação Nº 1997160

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0075/2019

Pregão Presencial Nº 0031/2019

OBJETO: Registro de Preço para possível contratação de horas/homens para prestação de serviços de manutenção mecânica de Equipamentos da Municipalidade. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 08h25min do dia 14/05/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 14/05/2019 às 08h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 29 de Abril de 2019.

LEIMAR BERNARDI  
Secretário Interino de Agricultura  
Município de Capinzal

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0080/2019 CONCORRENCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0001/2019**

Publicação Nº 1997406

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0080/2019  
Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0001/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Execução da Rede Coletora de Esgoto Sanitário do Entorno do Loteamento Nova Capinzal, conforme Contrato de Repasse nº 0352.423-44/2011/Ministério das Cidades do Programa Aceleração do Crescimento - PAC 2/CAIXA, firmado com o município de Capinzal. Recursos do Orçamento Geral da União - OGU.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:**

Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados, protocolo até às 08h25min do dia 29/05/2019;

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 29/05/2019 às 08h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 29 de Abril de 2019.

LEIMAR BERNARDI  
Secretário de Infraestrutura Interino  
Município de Capinzal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

**PORTARIA N º 22/2019/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 1997583

PORTARIA N º 22/2019/SIMAE-CAO, de 25 de abril de 2019.

Concede férias à servidora que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Conceder férias a servidora Francieli Aparecida da Rosa, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, padrão 05.16, nível 03, ref. B, referente, período aquisitivo de 08 de julho de 2017 a 07 de julho de 2018, com período de fruição de 27 de maio de 2019 a 15 de junho de 2019.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Portaria nº 070/2019

Publicação Nº 1997198

PORTARIA Nº 070/2019

"Concede Licença Prêmio a servidor que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 02/06/2007 a 01/06/2012.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, a Servidora Pública Municipal, Senhora IVERLEI PIRES DOS SANTOS MORETO, ocupante do Cargo de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, contados para o período de gozo do dia 13/05/2019 a 11/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 26 de Abril de 2019.

GLAUBER BURTET  
Prefeito

### Portaria nº 071/2019

Publicação Nº 1997201

PORTARIA Nº 071/2019

"Concede Licença Prêmio a servidor que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 01/06/2017.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, a Servidora Pública Municipal, Senhora IVERLEI PIRES DOS SANTOS MORETO, ocupante do Cargo de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, contados para o período de gozo do dia 12/06/2019 a 11/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 26 de Abril de 2019.

GLAUBER BURTET  
Prefeito

**Portaria nº 072/2019**

Publicação Nº 1997453

PORTARIA Nº 072/2019

"Concede Licença Prêmio a servidor que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 76, da Lei Complementar nº 001/2001, de 06 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito e, conseqüentemente, possuir direito à dita Licença Prêmio com remuneração, por um período de trinta dias, referente ao período aquisitivo de 08/02/2013 a 07/02/2018.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder trinta dias de Licença Prêmio com remuneração, a Servidora Pública Municipal, Senhora ELIZANDRA MORETO, ocupante do Cargo de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, contados para o período de gozo do dia 02/05/2019 a 31/05/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul - SC, em 26 de Abril de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 10-2019 - PROCESSO N. 26-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 13-2019

Publicação Nº 1997323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITA MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 26/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a contratação de Serviços de Horas de Esteira, Escavadeira Hidráulica e Retroescavadeira Hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2243	JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA ME	1, 2, 3
2651	TERRAPLENAGEM WEBER	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA ME	10.280.413/0001-20	JUAREZ MEDEIROS	896.552.819-49
TERRAPLENAGEM WEBER	07.911.892/0001-21	JUNIOR WEBER	063.629.529-01

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a contratação de Serviços de Horas de Esteira, Escavadeira Hidráulica e Retroescavadeira Hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. Tido em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2243 - JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE HORAS DE EQUIPAMENTO TIPO ESTEIRA DE NO MÍNIMO 13 TONELADAS, EQUIPADO COM LÂMINA E RIPPER, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	Hr		400,000	246,0000	98.400,00
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM NO MÍNIMO 13 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Hr		800,000	236,5000	189.200,00
3	SERVIÇOS DE RETROSCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM NO MÍNIMO 6 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Serv		300,000	150,0000	45.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

##### 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente,

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/7  
Processo Nº.: 26/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 25 de Fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA ME

CNPJ: 10.280.413/0001-20

TERRAPLENAGEM WEBER

CNPJ: 07.911.892/0001-21

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 11-2019 - PROCESSO N. 27-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 14-2019**

Publicação Nº 1997324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2019**

No dia 28 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2019, Processo Licitatório nº. 27/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Uso, Consumo e Descartáveis para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4535	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	1, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 20, 28, 29, 32, 34, 37, 40, 47
4295	CLEVISON KERSBAUM ME	4, 19, 31, 35, 36
4911	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	7, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 30, 33, 38, 39

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	21.593.746/0001-26	DIEGO BARBOSA DE OLIVEIRA	083.336.339-51
CLEVISON KERSBAUM ME	17.552.404/0001-90	CLEVISON KERSBAUM	026.828.969-79
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	ANDREI SCHMITZ	049.032.459-26

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Uso, Consumo e Descartáveis para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4295 - CLEVISON KERSBAUM ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA MINERAL, GALÃO DE 20 LTS, TIPO BOMBONA	Un	SANTA RITA	300,000	8,9000	2.670,00
19	ERVA MATE CHIMARRÃO, EMBALAGEM A VACUO, PURA FOLHA. EMBALAGEM DE 1 KG	Un	URUBICI	700,000	9,5000	6.650,00
31	PAPEL ALUMINIO MEDINDO 7,5MX45CM, CONTINUO	RI	MELLO	50,000	4,4500	222,50
35	PRATOS DESCARTÁVEIS PLASTIFICADAS TAMANHO nº 4, EMBALAGEM CONTENDO 100 UND	Pct	SABRINA	100,000	31,9000	3.190,00
36	PRATOS DESCARTÁVEIS PLASTIFICADAS TAMANHO nº 7, EMBALAGEM CONTENDO 100 UND	Pct	SABRINA	100,000	36,0000	3.600,00

Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/8

Processo Nº.: 27/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

1	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG	Un	SABOR DOC	270,000	9,0500	2.443,50
3	ADOÇANTE DIETÉTICO, EMBALAGEM COM 100 ML	Frs	ADOCYL	60,000	4,1000	246,00
6	BALAS DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM DE 300 GR	Pct	DORI	800,000	7,0000	5.600,00
8	BOLACHA DE LEITE, EMBALAGEM DE 400GR, LAMINADA E QUADRADA ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), acidulante ácido láctico e aromatizante. CONTÉM GLÚTEN.	Pct	ORQUIDEA	500,000	5,0000	2.500,00
9	BOLACHA DOCE TIPO ROSQUINHA, SABORES DE COCO E/OU CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 800 GR	Pct	GIRASSOL	500,000	6,4900	3.245,00
10	BOLACHA SALGADA TIPO CRACKER INTEGRAL EMBALAGEM DE 400 GRAMAS, LAMINADA E QUADRADA Ingredientes: Farinha de Trigo Enriquecida com Ferro e Ácido Fólico (Vitamina B9), Gordura Vegetal, Fibra de Trigo, Açúcar Invertido, Sal, Açúcar, Extrato de Malte, Fermentos Químicos: Bicarbonato de Amônio (INS 503ii), Pirofosfato Ácido de Sódio (INS 450i) e Bicarbonato de Sódio (INS 500ii) Emulsificante Lecitina de Soja (INS 322), Melhoradores de Farinha: Metabissulfito de Sódio (INS 223) e Protease (INS 1101i), Corante Caramelo (INS 150d), Aromatizante. Pode Conter Traços de Leite e Gergelim.	Pct	ORQUIDEA	500,000	5,6500	2.825,00
12	CAFÉ SOLUVEL TIPO TRADICIONAL EMBALAGEM DE VIDRO DE 200 GR,	Un	OURO	350,000	9,3000	3.255,00
20	ESQUEIRO	Un	BIC	100,000	3,1900	319,00
28	Leite em Pó embalagem de 400 Gr	Un	PIRACANJUB	80,000	8,4000	672,00
29	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT	Cx	PIRACANJUB	300,000	28,9500	8.685,00
32	PAPEL FILME PVC PARA EMBALAR COMIDA 15MX30CM, CONTINUO	RI	BOMPACK	120,000	4,3900	526,80
34	PIRULITO TIPO REDONDO COM PALITO EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, DIVERSOS SABORES, EMBALAGENS COM 50 UNIDADES	Pct	DORI	250,000	7,8500	1.962,50
37	ROLO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PARA FREEZER - PARA ARMAZENAR ROSCA, MEDINDO 50CMX65CM	RI	MEGAMIL	20,000	8,3000	166,00
40	ROLO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PARA FREEZER CAPACIDADE DE 7 LITROS	RI	MEGAMIL	400,000	4,6000	1.840,00
47	BOLACHA SALGADA TIPO COQUETEL EMBALAGEM DE 360 GRAMAS	Pct	ISABELA	500,000	5,7500	2.875,00

## Fornecedor: 4911 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA AMANTEIGADOS, EMBALAGEM DE 330 GRAMAS	Pct	MASPÃ	500,000	5,2500	2.625,00
11	CAFÉ EMPÓ TIPO TRADICIONAL EMBALADO EM CAIXA DE 500 GR	Cx	OURO	680,000	10,0000	6.800,00
13	CHÁ DIVERSOS SABORES, CAIXA CONTENTO 10 SACHES DE 10 GRAMAS CADA UM	Cx	PRENDA	500,000	3,6000	1.800,00
14	COLHER DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO CRISTAL, EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES, Dimensões aproximadas da embalagem: 26x16x16cm (AxLxP), Peso aproximado com embalagem: 855g	Pct	STRAW PALS	100,000	4,3500	435,00
15	COPOS DESCARTÁVEIS DE 180 ML PARA ÁGUA, BRANCO TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, LACRADOS, COM 100 UNIDADES CADA	TR	HAPPY	1.200,000	3,1500	3.780,00
16	COPOS DESCARTÁVEIS DE 300 ML PARA ÁGUA, BRANCO TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, LACRADOS, COM 100 UNIDADES CADA.	TR	MINAPLAST	300,000	5,1500	1.545,00
17	COPOS DESCARTÁVEIS DE 80 ML PARA CAFÉ, BRANCO TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, LACRADOS, COM 100 UNIDADES CADA.	TR	MINAPLAST	1.100,000	4,1500	4.565,00
18	COPOS DE ISOPOR DE 180 ML TÉRMICO, BRANCO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS, LACRADOS, COM 25 UNIDADES CADA	TR	DART	700,000	4,6000	3.220,00
21	FILTRO DE CAFÉ DE PAPEL DESCARTÁVEL TIPO COADOR COM COSTURA DUPLA, CAIXA COM 30 UNIDADES, 100% polipropileno	Cx	TRES CORAÇ	230,000	3,1000	713,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

Fornecedor: 4911 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	GARFO DESCARTAVEL DE PLASTICO CRISTAL, EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES, DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 26X16X16CM (AXLXP), PESO APROXIMADO COM EMBALAGEM: 855GR	Pct	STRAWPLAS	100,000	3,7500	375,00
25	GUARDANAPO DE PAPEL, COM FOLHAS DUPLAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 X 22 CM, PACOTE COM 50 UNIDADES	Un	SORELLA	380,000	1,5000	570,00
30	PALITOS DE DENTE CAIXA COM 100 UNIDADES	Un	BOMPACK	69,000	0,9800	67,62
33	PAPEL MANTEIGA, MEDINDO 7,5MX30CM, CONTINUO	RI	ALFA SEVEN	20,000	3,1300	62,60
38	ROLO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PARA FREEZER CAPACIDADE DE 2 LITROS	RI	BOMPACK	200,000	4,1500	830,00
39	ROLO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PARA FREEZER CAPACIDADE DE 5 LITROS	RI	BOMPACK	450,000	5,2000	2.340,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/8  
Processo Nº.: 27/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 28 de Fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

### Empresas Participantes:

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

CNPJ: 21.593.746/0001-26

CLEVISON KERSBAUM ME

CNPJ: 17.552.404/0001-90

JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 25.267.561/0001-82

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 6-2019 - PROCESSO N. 16-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 5-2019**

Publicação Nº 1997315

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2019**

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2019, Processo Licitatório nº. 16/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços à contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado a outros municípios, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com os itens, quantidades e especificações relacionados abaixo, bem como, de conformidade com o estabelecido no Termo de Referência Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1767	TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA	1
4741	TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIACAO ITUPORAN	2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA	08.618.041/0001-58	ALDO JEREMIAS	613.341.629-72
TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIACAO ITUPO	14.132.865/0001-16	AGRAN SICOAN LEON FACHINI	055.890.999-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços à contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado a outros municípios, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com os itens, quantidades e especificações relacionados abaixo, bem como, de conformidade com o estabelecido no Termo de Referência. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1767 - TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Transporte de alunos do Município de Chapadão do Lageado a Ituporanga, com Micro-Ônibus com capacidade para 23 passageiros	Km		20.000,000	3,8500	77.000,00

Fornecedor: 4741 - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIACAO ITUPORAN						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Transporte de alunos do Município de Chapadão do Lageado a Rio do Sul, com Micro-Ônibus com capacidade para 23 passageiros	<km		35.000,000	3,6000	126.000,00
3	Transporte de passageiros de Chapadão do Lageado a Outros Municípios, com Micro-Ônibus com capacidade para 23 passageiros;	<km		8.000,000	3,7000	29.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

**Fornecedor: 4741 - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIACAO ITUPORAN**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Transporte de passageiros de Chapadão do Lageado a Outros Municípios, com Ônibus com capacidade para 42 passageiros	Km		8.000,000	5,9500	47.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 . Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2 . Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3 . A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4 . O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5 . No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6 . No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3 . Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4 . Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1 . A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2 . Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 . O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2 . Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3 . É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 . A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3 . Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4 . Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5 . Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6 . A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. . Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1 . Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2 . Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3 . Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4 . Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

5.3.8 . Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9 . Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4 . A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5 . Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2 . Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3 . O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 . Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5 . A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1 . O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2 . O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3 . Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4 . Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8 . A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1 . Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2 . Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9 . Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10 . Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 . O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2 . Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2 . A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/7  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1 . A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2 . Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3 . O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4 . A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 7 de Fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

### Empresas Participantes:

TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ: 08.618.041/0001-58

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIACAO ITUPOR CNPJ: 14.132.865/0001-16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 7-2019 - PROCESSO N. 20-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 7-2019**

Publicação Nº 1997317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019**

No dia 14 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2019, Processo Licitatório nº. 20/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios para composição de Merenda Escolar servida na rede Municipal de Ensino do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuída/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e na Creche Municipal, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4535	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	7, 9, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 36, 37, 38, 40, 52, 55, 57, 58, 63, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 87, 88, 89, 93, 101, 103, 112, 115, 129, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 158, 159, 167
4657	ALINE RAITZ ME	31, 32, 33, 44, 45, 47, 81
5068	BR COMERCIO DE CARNES LTDA	46, 48, 49, 50, 51, 94, 95, 128, 151
4558	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	6, 8, 10, 21, 24, 41, 42, 43, 60, 61, 65, 67, 75, 80, 83, 84, 85, 98, 100, 105, 107, 110, 113, 114, 116, 119, 120, 125, 130, 163
4295	CLEVISON KERSBAUM ME	70, 74, 102, 131, 132, 137, 138, 150, 152, 156, 161, 162, 169
4481	DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	133, 134, 135, 136
4377	JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 11, 13, 14, 15, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 39, 53, 59, 62, 66, 96, 97, 106, 108, 109, 117, 118, 122, 123, 126, 127, 139, 140, 141, 142, 143, 155, 160, 164, 165, 166
4911	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	18, 54, 56, 99, 124, 149

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	21.593.746/0001-26	ROBSON NATANAEL CHIQUIO	076.844.709-73
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01	CLAITON PETRES	027.855.409-13
BR COMERCIO DE CARNES LTDA	28.665.822/0001-00	MICHEL BERNARDINO DA SILVA	078.382.949-32
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69	CLEITON DE SOUZA	072.051.509-22
CLEVISON KERSBAUM ME	17.552.404/0001-90	CLEVISON KERSBAUM	026.828.969-79
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	20.247.310/0001-12	DIMLAMARIADOSANTOSDEOLIV	683.820.579-34
JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	00.313.537/0001-01	PEDRO CAPISTRANO FERREIRA	256.275.979-68
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	ANDREI SCHMITZ	049.032.459-26

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios para composição de Merenda Escolar servida na rede Municipal de Ensino do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuída/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e na Creche Municipal, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4295 - CLEVISON KERSBAUM ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA: TIPO 1. GRUPO SECA, SUBGRUPO EXTRA-FINA, COM COLORAÇÃO BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	GARCIA	150,000	4,7500	712,50
74	FARINHA DE ROSCA. EMBALAGEM DE 1KG COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	Un	KM	30,000	8,8500	265,50
102	LEITE EMPÓ INTEGRAL, EMBALAGEM DE 400 GR SIMILAR: PIRACANJUBA, AURORA E TIROL	Un	PIRACANJUB	30,000	10,0000	300,00
131	OVO VERMELHO DE GALINHA, PRODUTO FRESCO DE AVE GALINÁCEA, TIPO GRANDE (50G), INTEGRAL, TAMANHO UNIFORME E COR BRANCA, PROVENIENTE DE AVICULTOR COM INSPEÇÃO OFICIAL, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO, CASCA LISA, POUCO POROSA, SEM MANCHAS OU SUJIDADES, SEM RACHADURAS, ISENTO DE PODRIDÃO E FUNGOS. A GEMA DEVE SE APRESENTAR TRANSLÚCIDA, FIRME, CONSISTENTE, LIVRE DE DEFEITO, OCUPANDO A PARTE CENTRAL DO OVO E SEM GERME DESENVOLVIDO. A CLARA DEVE SE APRESENTAR TRANSPARENTE, Densa, FIRME, ESPESSE, LÍMPIDA, SEM MANCHAS OU TURVAÇÃO E INTACTAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE PAPELÃO, PLÁSTICO OU ISOPOR. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS A CONTAR NO ATO DA ENTREGA.	Dz	AESTA	800,000	4,7500	3.800,00
132	PÃO BISNAGA DE LEITE, PACOTE COM 300G, CONTENDO 6 UNIDADES CADA. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	Un	KM	800,000	5,0000	4.000,00
137	PÃO FRANCES - PESO APROXIMADO DE 50G. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU IF. FEITO NO DIA DA ENTREGA.	Kg	KM	500,000	9,2500	4.625,00
138	PÃO INTEGRAL FATIADO SEM LEITE E SEM AÇÚCAR, EMBALAGEM PESO MÍNIMO DE 400 GR. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA.	Un	KM	400,000	6,7000	2.680,00
150	PRESUNTO MAGRO, FATIADO E REFRIGERADO, FATIAS FINAS EM TORNO DE 20G CADA, EMBALAGEM 200GR. DEVERÁ APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA.	Un	SABOR DO V	200,000	4,9800	996,00
152	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO - EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. FRESCO, REFRIGERADO, CORTADO EM FATIAS FINAS EM TORNO DE 20G CADA, EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE ATÓXICO E TRANSPARENTE. ISENTO DE ESTUFAMENTO, RACHADURA E MOFOS. CONTENDO 500 NA EMBALAGEM E A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO, MARCA DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ TER SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 1 MÊS DA DATA DE ENTREGA. SIMILAR: AURORA, FRIMESA, LACTOVAL, TAOZINHO	Un	SABOR DO V	600,000	11,8900	7.134,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4295 - CLEVISON KERSBAUM ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
156	ROSQUINHA DE POLVILHO SALGADA DE 80GR	Un	KM	400,000	4,0000	1.600,00
161	SARDINHA NATURAL- SARDINHAS AO PRÓPRIO SUCO C/ ÓLEO COMESTÍVEL, PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. EMBALAGEM: EM LATA COM REVESTIMENTO INTERNO APROPRIADO, VEDADA, ISENTA DE FERRUGENS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, COM PESO LÍQUIDO DE 125G. NA EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, PESO, DATA DE VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL. SIMILAR: COQUEIRO, GOMES DA COSTA E PESCADOR	Un	88 SARDINHA	100,000	3,4700	347,00
162	SASSAMI DE FRANGO, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDA SC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA REFRIGERADAS, SENDO SÓ RECEBIDO PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C)	Un	C.VALE	1.000,000	10,7900	10.790,00
169	MELADO. INGREDIENTES: MELADO DE CANA, 100 % NATURAL. EMBALAGEM 500 GR. SIMILAR: AANATUR	Un	LUIZALVENS	30,000	10,0000	300,00

**Fornecedor: 4377 - JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACATE COM UMBELINA NATURAL, POLPA FIRME AO TOQUE, CASCA LISA E BRILHANTE, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO. PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS. ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	200,000	8,5000	1.700,00
2	ABACAXI PÉROLA, IN NATURA, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, SEM APRESENTAR AVÁRIAS DE CASCA, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS. ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS. UNIDADES PESANDO NO MÍNIMO 1,5 KG.	Un	JJJ	1.000,000	6,2000	6.200,00
3	ABÓBORA CABOTIA, IN NATURA, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS, CASCA LIMPA E SEM MANCHAS, POLPA ÍNTEGRA E FIRME. ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	100,000	2,1000	210,00
4	ABOBRINHA BRASILEIRA OU ITALIANA, IN NATURA, COR VERDE BRILHANTE, FRESCO, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÂS. ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	150,000	3,0000	450,00
5	ACELGA - DE 1ª QUALIDADE, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	Un	JJJ	30,000	2,5000	75,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4377 - JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	AIPIM BRANCO DESCASCADO SEM FIAPO CONGELADO, EMBALAGEM DE 1KG, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTE ESTERÉIS, COM ETIQUETA COM O NOME DO FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E PESO DO PRODUTO. SIMILAR: SABOR DO CAMPO	Un	JJJ	150,000	5,2000	780,00
13	ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA, EXTRA, COLORAÇÃO VERDE, FRESCOS, FOLHAS FIRMES, LIMPAS E BRILHANTES E SEPARADOS EM MAÇOS PADRONIZADOS, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS, LARVAS.	Un	JJJ	250,000	1,6000	400,00
14	ALHO NACIONAL EXTRA, OS DENTES DEVEM ESTAR BEM DEFINIDOS, LIMPOS, FIRMES, SEM MANCHAS E LIVRE DE BROTO. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS. PESO EM KILOGRAMA	Kg	JJJ	100,000	22,0000	2.200,00
15	AMEIXA VERMELHA -FRUTO PROCEDENTE DE AMEIXEIRA, COM CASCA VERMELHA. DEVE SER FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO NO TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA E A POLPA. NÃO SERÃO PERMITIDAS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA.	Kg	JJJ	100,000	7,0000	700,00
25	BANANA CATURRA DE 1º QUALIDADE, FIRME SEM SINTOMAS DE MURCHA, COR AMARELO CLARO, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS NA CASCA, SEM MANCHAS, QUE NÃO ESTEJA VERDE, NEM TOTALMENTE MADURA.	Kg	JJJ	3.000,000	1,8500	5.550,00
26	BANANA MAÇÃ - QUE NÃO ESTEJA VERDE, NEM TOTALMENTE MADURA, DEVERÁ ESTAR SEMPRE PRESAS A PENCA, SEM MANCHAS OU AMASSADAS, DE 1º QUALIDADE	Kg	JJJ	400,000	5,0800	2.032,00
27	BANANA PRATA OU BRANCA, EXTRA IN NATURA, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, PROCEDENTES DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS, POLPA ÍNTEGRA E FIRME. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	2.200,000	2,6000	5.720,00
28	BATATA DOCE BRANCA - DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVA, UNIFORME, ÍNTECTA, FIRME E BEM DESENVOLVIDA, CASCA LISA, SEM MANCHAS E BROTO, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPAS DE TERRA E SEM OBJETOS ESTRANHOS	Kg	JJJ	300,000	2,4000	720,00
29	BATATA DOCE ROXA - DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVA, UNIFORME, ÍNTECTA, FIRME E BEM DESENVOLVIDA, CASCA LISA, SEM MANCHAS E BROTO, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPAS DE TERRA E SEM OBJETOS ESTRANHOS	Kg	JJJ	100,000	2,6000	260,00
30	BATATA INGLESA - LAVADA, DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, NOVA, UNIFORME, ÍNTECTA, FIRME E BEM DESENVOLVIDA, CASCA LISA, SEM MANCHAS E BROTO, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPAS DE TERRA E SEM OBJETOS ESTRANHOS	Kg	JJJ	1.500,000	2,7000	4.050,00
34	BERINGELA - DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, ÍNTECTA, FIRME, SEM PARTES MOLES, SÁ SEM RUPTURAS NA CASCA, COR CARACTERÍSTICA.	Kg	JJJ	40,000	4,0000	160,00
35	BETERRABA - DE 1º QUALIDADE, SECA E LIMPAS, NOVA, FIRME, SEM FOLHAS, SEM SINTOMA DE MURCHA, COR VERMELHA INTENSO, TAMANHO MÉDIO, SEM RUPTURAS. ISENTO DE BROTO, LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	150,000	3,0000	450,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 5/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4377 - JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
39	BROCOLIS - UNIDADE DE TAMANHO MÉDIO, BROCOLIS FRESCO, EXTRA, COM COLORAÇÃO VERDE ESCURO, SEPARADOS EM MAÇOS PADRONIZADOS, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS E LARVAS	Un	JJJ	400,000	3,0000	1.200,00
53	CENOURA - FRESCA DE 1ª QUALIDADE, IN NATURA, COR LARANJA-VIVO, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS, FRESCAS, FIRME, LISA, SEM RUGAS, DE APARÊNCIA FRESCA. ISENTO DE BROTO, LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS	Kg	JJJ	500,000	3,3000	1.650,00
59	CHEIRO VERDE - 100 GR CADA UN. CEBOLINHA, MAÇO, FRESCA, EXTRA, COM COLORAÇÃO VERDE ESCURO, SEPARADOS EM MAÇOS PADRONIZADOS, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÁS. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Un	JJJ	200,000	2,0000	400,00
62	CHUCHU - 1ª QUALIDADE, IN NATURA, POUCA RUGOSIDADE, TAMANHO MÉDIO, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS, SÁS E FRESCAS, POLPA ÍNTEGRA E FIRME. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	200,000	4,0000	800,00
66	COUVE FLOR- UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, PESO MÍNIMO DE 500 GRAMAS, TONALIDADE BRANCA OU CREME, ÍNTEGROS, NÃO MURCHOS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO, NÃO APRESENTANDO MANCHAS ESCURAS EM SUA TONALIDADE, OU CHEIRO NÃO CONDIZENTE COMO PRODUTO.	Un	JJJ	350,000	3,5000	1.225,00
96	KIWI 1ª QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, TAMANHO MÉDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	Kg	JJJ	500,000	15,0000	7.500,00
97	LARANJA PERA DE 1ª QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, COR VERDE CLARO A LARANJA, TAMANHO MÉDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	Kg	JJJ	1.500,000	2,5000	3.750,00
106	LIMÃO TAITI DE BOA QUALIDADE, SEM FERIMENTOS, FIRMES, MADURAS E COM COLORAÇÃO UNIFORME	Kg	JJJ	30,000	3,6000	108,00
108	MAÇÃ FUGI, MAÇÃ NACIONAL, PROCEDENTE DE ESPÉCIE GENUÍNA E SÁ, FRESCA, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, SEM APRESENTAR AVÁRIAS DE CASCA OU APRESENTAR MANCHAS ESCURAS DENTRO DA MESMA. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Kg	JJJ	1.600,000	6,0000	9.600,00
109	MAÇÃ GALA, MAÇÃ NACIONAL, PROCEDENTE DE ESPÉCIE GENUÍNA E SÁ, FRESCA, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, SEM APRESENTAR AVÁRIAS DE CASCA OU APRESENTAR MANCHAS ESCURAS DENTRO DA MESMA. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS. PESO EM KILOGRAMAS	Kg	JJJ	1.600,000	8,0000	12.800,00
117	MAMÃO FORMOSA, UNIDADE MÉDIA, SEM RUPTURA NA CASCA, COR DE AMARELO CLARO, TRANSPORTE EM CARRO FECHADO. PESO EM KILOGRAMAS	Kg	JJJ	1.500,000	4,5000	6.750,00
118	MANGA DE 1ª QUALIDADE, FIRME SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE APODRECIMENTO, TAMANHO MÉDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES. PESO EM KILOGRAMAS	Kg	JJJ	600,000	4,4000	2.640,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4377 - JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
122	MELANCIA IN NATURA EXTRA, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, CASCA FIRME SEM AVARIAS, POLPA FIRME DE COLORAÇÃO VERMELHA COM APARÊNCIA FRESCA E MACIA, PROCEDENTE DE ESPÉCIE GENUÍNA E Sã, FRESCA. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS. PESO EM KILOGRAMAS	Un	JJJ	1.000,000	1,9000	1.900,00
123	MELÃO DE 1ª QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, TAMANHO MÉDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO. PESO EM KILOGRAMAS	Kg	JJJ	800,000	4,0000	3.200,00
126	MILHO VERDE IN NATURA, BANDEJA COM 5 UNIDADES. MILHO VERDE, IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, CONTENDO NO MÍNIMO 05 UNIDADES EM CADA BANDEJA.	Un	JJJ	500,000	4,8000	2.400,00
127	MORANGO 1ª QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, TAMANHO NORMAL, PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO. EMBALAGEM, BANDEJA C / 250G	Un	JJJ	600,000	4,0600	2.436,00
139	PEPINO CAIPIRA, TAMANHO MÉDIO, FIRME, DE APARÊNCIA FRESCA, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA. VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES ESTÉREIS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, E PESO.	Kg	JJJ	400,000	2,4000	960,00
140	PÊRA TIPO WILLIAMS - DE 1ª QUALIDADE, CASCA Sã, LISA, SEM PICADAS DE INSETO, SEM IMPERFEIÇÕES APRESENTANDO TAMANHO E COR UNIFORMES, SEM RUPTURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ISENTO DE PARTES PÚTRIDAS. DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS, DEVENDO APRESENTAR 80 A 90% DE MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	Kg	JJJ	350,000	10,1500	3.552,50
141	PÊSSEGO NACIONAL, IN NATURA, DE PRIMEIRA; LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA; COM POLPA FIRME E ÍNTEGRA. VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES ESTÉREIS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, E PESO.	Kg	JJJ	200,000	5,5000	1.100,00
142	PIMENTÃO VERDE, TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO E FIRME, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADA, TAMANHO MÉDIO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES, CORPOS ESTRANHOS E UMIDADE. VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES ESTÉREIS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, E PESO. VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES ESTÉREIS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, E PESO.	Kg	JJJ	180,000	5,0000	900,00
143	PINHÃO IN NATURA, ALIMENTO SECO SEM UMIDADE, DEVERÁ ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS; CASCA NÃO ESTAR DANIFICADA, SEM RUPTURAS	Kg	JJJ	150,000	3,7200	558,00
155	REPOLHO VERDE IN NATURA EXTRA, UNIDADE MÉDIA PESANDO ENTRE 2.000 GR, FRESCO, FIRME, ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS.	Un	JJJ	400,000	3,0000	1.200,00
160	SALSINHA, COR VERDE ESCURO, SEM MANCHAS PRETAS, OU FINAL DE APODRECIMENTO, FIRME, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO. SEPARADAS EM MAÇOS PADRONIZADOS DE 0,100 GR	MÇS	JJJ	200,000	1,6400	328,00
164	TOMATE, TAMANHO MÉDIO, COM APROXIMADAMENTE 80% DE MADURAÇÃO, SEM FERIMENTOS, TENROS, SEM MANCHAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME.	Kg	JJJ	800,000	3,6000	2.880,00
165	UVA NIAGARA ROXA E BRANCA, 1ª QUALIDADE, FIRME, SEM MANCHAS PRETAS, SEM SINAL DE MURCHOS, TAMANHO MÉDIO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	Kg	JJJ	400,000	5,9000	2.360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4377 - JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
166	VAGEM-DE 1ª QUALIDADE, FIRME, SECOS E LIMPOS, NOVO, SEM SINTOMAS DE MANCHA E MURCHOS, COR VERDE ESCURO A VERDE CLARO, TAMANHO MEDIO, EM PERFEITA CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO	Kg	JJJ	90,000	7,4500	670,50

**Fornecedor: 4481 - DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
133	PÃO COM 7 GRÃOS. FATIADO SEM LEITE E SEM AÇÚCAR, EMBALAGEM PESO MÍNIMO DE 400 GR. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA	Un	PRÓPRIA	200,000	5,2600	1.052,00
134	PÃO DE CENTEIO, FATIADO SEM LEITE E SEM AÇÚCAR, EMBALAGEM PESO MÍNIMO DE 400 GR. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA	Un	PRÓPRIA	400,000	6,7100	2.684,00
135	PÃO DE SANDUÍCHE, EMBALAGEM PESO MÍNIMO 500 GR. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA.	Un	PRÓPRIA	1.000,000	5,3800	5.380,00
136	PÃO DOCE COM FAROFA: CADA UNIDADE MÉDIA DEVE PESAR ENTRE 60 G. FRESCO, MACIO, SEM PRESENÇA DE SUJIDADES. NÃO DEVE SER EMBALADO QUENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO SIM OU SIF. FEITO NO DIA DA ENTREGA/VALIDADE MÍNIMA DE 5 DIAS A CONTAR DA ENTREGA.	Un	PRÓPRIA	7.000,000	0,7100	4.970,00

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	AÇÚCAR BAUNILHA EMBALAGEM DE 40 GR (POTE)	Un	APTI	30,000	2,6900	80,70
9	AÇÚCAR REFINADO: DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. EMB. 5 KG, EM POLIETILENO LEITOSA ORIGINAL DO FABRICANTE, DEVENDO ESTAR INTACTA E APRESENTANDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Pct	SABOR DOC	500,000	10,0000	5.000,00
16	AMENDOIN NATURAL HUNNER, EMBALAGEM DE 500 GR. COR, ODO, SABOR CARACTERÍSTICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO): VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE. ISENTO DE: MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS, MATERIAL ESTRANHO SEM UMIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	SUPER10	200,000	3,7600	752,00
17	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM DE 500 GR. PROVENIENTE DO MILHO, MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E DE PARASITOS, NÃO PODEM ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, COR BRANCO, DEVEM PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL DO PRODUTO DEVERÁ SER DE CAIXA DE PAPELÃO COM SACO INTERNO DE PAPEL OU SACO DE POLIETILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Un	NEILAR'	40,000	2,5400	101,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 8/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	ARROZ BRANCO: TIPO 1, SEM GLUTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS, COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE E COM VALOR NUTRICIONAL NA PORÇÃO DE 50G CONTENDO NO MÍNIMO DE 37G DE CARBOIDRATOS, 4G DE PROTEÍNAS E 0 DE GORDURAS TOTAIS. COM RENDIMENTO APÓS O COZIMENTO DE NO MÍNIMO 2.5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCCÃO, DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, GRÃOS INTEGROS, LONGOS E FINOS, SOLTOS APÓS COZIMENTO, TIPO 1. EMBALAGEM DE 5 KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Pct	TIO ROMÃO	200,000	12,5500	2.510,00
20	ARROZ INTEGRAL : TIPO 1, LONGO, FINO, INTEGRAL, EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES ATÓXICOS, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	KI ARROZ	250,000	3,7500	937,50
22	AVEIA EM FLOCOS FINOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 200 GR.	Un	NEILAR	150,000	3,0500	457,50
23	AVEIA EM FLOCOS MÉDIOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. . EMBALAGEM DE 200 GR.	Un	NEILAR	150,000	2,9900	448,50
36	BICARBONATO DE SÓDIO. EMBALAGEM 100 GR.	Un	NEILAR	30,000	1,6800	50,40
37	BISCOITO DE GERGELIM. EMBALAGEM DE 400 GR. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, GERGELIM, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, EXTRATO DE MALTE, FERMENTOS QUÍMICOS, BICARBONATO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO. CONTÉM GLUTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM CEVADA, DERIVADOS DE SOJA E DE TRIGO. PODE CONTER AVELÃ E LEITE. SIMILAR: ISABELA	Un	ORQUIDEA	400,000	5,3800	2.152,00
38	BISCOITO TIPO MAISENA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR REFINADO, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL REFINADO, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO) MELHORADOR DE FARINHA (METABISSULFITO DE SÓDIO), ESTABILIZANTE (LECITINA DE SOJA), AROMATIZANTE ARTIFICIAL, ANTIOXIDANTE (ÁCIDO CÍTRICO). PESO LÍQUIDO DE 400 GR, TENDO DUPLA EMBALAGEM E EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA E CAIXA DE PAPELÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: ISABELA	Un	DIANA	700,000	3,9800	2.786,00
40	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL. GRÃO TORRADO E MOÍDO, ASPECTO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS/ LARVAS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADOS À VÁCUO EM EMBALAGEM DE 500G. REGISTROS OBRIGATÓRIOS NOS MINISTÉRIOS COMPETENTES E SELO ABIC. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. EMBALAGEM 500 GR SIMILAR: MELLITA, TRÊS CORAÇÕES, IGUAÇU	Un	OURO	600,000	7,9900	4.794,00
52	CEBOLA BRANCA DE CABEÇA, FRESCA, EXTRA, COM AS EXTREMIDADES FIRMES, COR BRILHANTE, HASTE BEM SECA. ISENTOS DE BROTO, ENFERMIDADES, LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA. SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, INSETOS, PARASITAS E LARVAS	Kg	IN NATURA	500,000	2,4500	1.225,00
55	CHÁ DE CAMOMILA COM 10 UNIDADES SACHÊ.	Un	neilar	250,000	3,1900	797,50
57	CHÁ DE ERVA DOCE COM 10 UNIDADES SACHÊ	Un	neilar	250,000	3,1900	797,50
58	CHÁ DE HORTELÃ COM 10 UNIDADES SACHÊ.	Un	neilar	250,000	3,1900	797,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 9/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	COCO RALADO, UMIDO, EM FLOCOS FINOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ALUMINIZADA OU DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 100G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	apti	100,000	3,5000	350,00
64	COLORÍFICO EM PÓ FINO HOMOGÊNEO: OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS, DESSEÇADOS E MOÍDO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, INCLUSIVE À SUA ESPÉCIE. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 100 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	apti	700,000	2,1300	1.491,00
71	FARINHA DE MILHO AMARELA (FINA), PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR UMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14% P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2% P/P, COM NO MÍNIMO DE 6% P/P DE PROTEÍNA - EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	sinha	100,000	2,5400	254,00
72	FARINHA DE MILHO AMARELA (GROSSA), PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR UMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14% P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2% P/P, COM NO MÍNIMO DE 6% P/P DE PROTEÍNA - EMBALAGEM DE 1KG COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	sinha	80,000	2,7400	219,20
73	FARINHA DE MILHO AMARELA (MÉDIA), PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR UMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14% P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2% P/P, COM NO MÍNIMO DE 6% P/P DE PROTEÍNA - EMBALAGEM DE 1KG COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	sinha	80,000	2,7400	219,20
76	FARINHA INTEGRAL - EMBALAGEM DE 1KG - PRODUTO 100% INTEGRAL, TEOR MÍNIMO DE FIBRAS DE 8,5 G DE FIBRA ALIMENTAR, ÁCIDO FÓLICO DE 75 MG, POR 100G DE PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS LEIS ESPECÍFICAS VIGENTES. SIMILAR: NORDESTE, ORQUIDEA, PAN FÁCIL	Un	orquidea	50,000	4,0500	202,50
77	FEIJÃO PRETO: TIPO 1, CLASSE MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: CALDÃO, URBANO	Kg	rio belo	500,000	4,7600	2.380,00
78	FEIJÃO VERMELHO: TIPO 1, CLASSE MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: CALDÃO, URBANO	Kg	caldao	100,000	6,2400	624,00
79	FERMENTO BIOLÓGICO: INSTANTÂNEO, OBTIDO DE LEVEDURAS POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO; GRANULADO E SECO (QUE NÃO NECESSITE DE REFRIGERAÇÃO); NÃO DEVE CONTER NENHUM TIPO DE CONSERVANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO CONTENDO 125 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO DA ENTREGA. SIMILAR: FLEISCHMANN	Un	brugmann	80,000	4,8900	391,20
87	GELÉIA, SABOR ABACAXI. SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, COM POLPA DE FRUTA NATURAL, EM EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICO, ATÓXICA, DE 320 GR, DEVENDO CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: RITTER	Un	da colina	100,000	9,9000	990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
88	GELEIA, SABOR MORANGO: SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, COM POLPA DE FRUTA NATURAL, EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICO, ATÓXICA, DE 320 GR, DEVENDO CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: RITTER	Un	da colina	250,000	9,9000	2.475,00
89	GELÉIA, SABOR UVA: SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, COM POLPA DE FRUTA NATURAL, EM EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICO, ATÓXICA, DE 320 GR, DEVENDO CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: RITTER	Un	da colina	250,000	9,9000	2.475,00
93	GRANOLA INTEGRAL. EMBALAGEM DE 1KG	Un	naturale	150,000	20,9000	3.135,00
101	LEITE DE VACA LONGA VIDA INTEGRAL UHT: TETRAPACK, EMBALAGEM DE 1 LITRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E O NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ SIF/ DIPOA. VALIDADE 3 MESES DA ENTREGA. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES SIMILAR: PIÁ, PIRACANJUBA, TIROL	Cx	piracanjuba	500,000	27,8200	13.910,00
103	LEITE UHT INTEGRAL DE VACA COM 0% LACTOSE: COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, EMBALAGEM TETRAPACK CONTENDO 1 LITRO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: PIÁ, PIRACANJUBA, TIROL E NINHO	Un	piracanjuba	700,000	4,0400	2.828,00
112	MACARRÃO INTEGRAL TIPO PARAFUSO - DE PRIMEIRA LINHA - EMBALAGEM DE 500G - PRODUTO OBTIDO DE FARINHA DE TRIGO 100% INTEGRAL E ÁGUA. AS MASSAS DEVEM SER FABRICADAS A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA E DE PARASITOS. TEOR MINIMO DE FIBRAS DE 5,5G DE FIBRA ALIMENTAR POR 100G DE PRODUTO. O PRODUTO DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS LEIS ESPECIFICAS VIGENTES. SIMILAR: GALO, ORQUIDEA	Un	orquidea	200,000	3,7700	754,00
115	MACARRÃO PARAFUSO TRICOLORI VEGETAIS: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAS TERROSAS, PARASITAS/ LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 500GR E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: RENATA, NINFA	Un	orquidea	200,000	4,3500	870,00
129	ÓLEO DE SOJA: REFINADO, OBTIDO DE ESPÉCIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONANDO EM FRASCO PLÁSTICO COM 900 ML, CONTENDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	coamo	1.000,000	3,3900	3.390,00
144	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR MANGA, PACOTE CONTENDO 04 UND. ROTULAGEM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO SUCO (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO MÍNIMO DE -12°C. PACOTE CONTENDO 400 GR SIMILAR: TRIBÔM	Pct	dafruta	60,000	7,1400	428,40
145	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR ABACAXI, PACOTE CONTENDO 04 UND. ROTULAGEM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO SUCO (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO MÍNIMO DE -12°C. PACOTE CONTENDO 400 GR SIMILAR: TRIBÔM	Pct	dafruta	80,000	7,1400	571,20
146	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR MORANGO, PACOTE CONTENDO 04 UND. ROTULAGEM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO SUCO (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO MÍNIMO DE -12°C. PACOTE CONTENDO 400 GR SIMILAR: TRIBÔM	Pct	dafruta	80,000	7,1400	571,20



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 11/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
147	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR UVA, PACOTE CONTENDO 04 UND. ROTULAGEM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DO SUÇO (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO MÍNIMO DE -12°C PACOTE CONTENDO 400 GR SIMILAR: TRIBOM	Pct	dafruta	60,000	7,1400	428,40
148	POLVILHO AZEDO: DERIVADO DE MANDIOCA, ISENTO DE PARASITAS E SUJIDADES, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Un	vó tila	400,000	7,4900	2.996,00
153	QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6(SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM COM 100G. SIMILAR: PARMISSIMO	Un	odilon	100,000	9,4600	946,00
158	SAGU, EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, TERMOSSELADA, ISENTA DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVERÁ DECLARAR A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE, NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. EMBALAGEM 500 GR	Un	caldao	50,000	4,9000	245,00
159	SAL REFINADO: IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, COM NO MÍNIMO DE 98,5% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10MG E MÁXIMO DE 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA - EMBALAGEM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: DIANA	Un	miramar	500,000	1,8000	900,00
167	VINAGRE DE ÁLCOOL: PRODUTO FERMENTADO ACÉTICO DO ÁLCOOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL DE PLÁSTICO DE 900 ML, COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA.	Un	chemim	400,000	1,2500	500,00

**Fornecedor: 4558 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO DIET: PRODUTO OBTIDO DO CACAU, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR OU ASPARTAME. EMBALAGEM DE 210G, FEITO DE MATERIAL ESPECÍFICO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, VEDADO, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E PRAZO DE VALIDADE LEGÍVEIS, DEVENDO CONTER REGISTROS OBRIGATORIOS NOS MINISTÉRIOS COMPETENTES. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: NEW CHOCO/LOWÇUCAR	Un	apti	20,000	17,7500	355,00
8	AÇÚCAR MASCADO - EMBALAGEM DE 500 GR, CONSTITUÍDO FUNDAMENTALMENTE POR SACAROSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM ASPECTO SÓLIDO, ODORE SABOR PRÓPRIOS DO PRODUTO, COM AUSÊNCIA DE INSETOS, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS E DE DÉTRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO, 0 GR, PRAZO DE VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CADA FORNECIMENTO.	Un	da magrinha	100,000	8,7100	871,00
10	ADOÇANTE DIETÉTICO DE STÉVIA 100% NATURAL. COMPOSIÇÃO ÁGUA, EDULCORANTE NATURAL GLICOSÍDEOS DE ESTEVIOL, CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. EMBALAGEM DE 80 ML SIMILAR: STEVITA	Un	low çucar	15,000	23,7700	356,55



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 12/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4558 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	ARROZ PARBOLIZADO: TIPO 1, LONGO, FINO, CONSTITUIDOS DE GRÃOS INTEIROS ISENTOS DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E MOFOS, SAFRA CORRENTE E PROCEDÊNCIA NACIONAL, EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA LIMPA NÃO VIOLADOS, RESISTENTES QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE. EMBALAGEM DE 5KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Pct	tio romão	600,000	10,9000	6.540,00
24	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICO C/500 ML, VALIDADE DE NO MÍNIMO 24 MESES, E COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS, CONTANDO DA DATA DA ENTREGA.	Un	lisboa	40,000	21,8000	872,00
41	CAFÉ SOLÚVEL, EMBALAGEM DE VIDRO, 200 GR	Un	ouro	400,000	9,9900	3.996,00
42	CANELA EMPAÚ, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, PROXIMAMENTE 10 G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	neilar	30,000	2,5000	75,00
43	CANELA EM PÓ, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, APROXIMAMENTE 35 G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	neilar	60,000	3,4500	207,00
60	CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU, EMBALAGEM DE 200 GR. SIMILAR: NESTLE 100% CACAU, APTI 100% CACAU, BRETZKE 100% CACAU	Un	apti	30,000	14,8300	444,90
61	CHOCOLATE EM PÓ 50 % DE CACAU. INGREDIENTES BÁSICOS: CACAU EM PÓ SOLÚVEL (MÍNIMO DE 50%), AÇÚCAR, AROMATIZANTE, OUTROS INGREDIENTES QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO E PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO E OUTROS ADITIVOS PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO. O AÇÚCAR EMPREGADO NO SEU PREPARO DEVE SER NORMALMENTE SACAROSE, PODENDO SER SUBSTITUÍDO PARCIALMENTE POR GLICOSE PURA OU LACTOSE. NÃO PODERÁ CONTER A ADIÇÃO DE GORDURA E ÓLEOS ESTRANHOS A QUALQUER TIPO DE CHOCOLATE, BEM COMO, À MANTEIGA DE CACAU E NÃO PODERÁ SER ADICIONADO DE AMIDO E FÉCULAS ESTRANHAS. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS: ASPECTO: PÓ HOMOGÊNEO; COR: PRÓPRIA; CHEIRO: CARACTERÍSTICO; SABOR: DOCE, PRÓPRIO. VALIDADE MÍNIMA: 10 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. DATA DE ENTREGA: NÃO PODERÁ SER SUPERIOR A 45 DIAS DA DATA DE FABRICAÇÃO. EMBALAGEM: SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO. OBS.: APRESENTAR JUNTO COM AS AMOSTRAS: FICHA TÉCNICA DO PRODUTO. PRODUTO NACIONAL, EMBALAGENS DE 1 KG. SIMILAR: CHOCOLITE 50% CACAU, APTI PREMIUN 50% CACAU	Un	apti	300,000	22,3500	6.705,00
65	COMINHO SECO EMBALAGEM 40 GR. PESO LÍQUIDO.	Un	apti	100,000	3,2500	325,00
67	CRAVO DA ÍNDIA - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 10G, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	apti	30,000	2,3500	70,50
75	FARINHA DE TRIGO: ESPECIAL, TIPO 1 BRANCA, EMBALAGEM	Un	gardenia	300,000	10,0000	3.000,00
80	FERMENTO QUÍMICO: EMBALAGEM DE 250G, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: FLEISCHMANN, ROYAL	Un	apti	300,000	5,4400	1.632,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 13/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4558 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
83	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI : PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: NEILAR, APTI	Un	neilar	30,000	10,9500	328,50
84	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO : PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: NEILAR, APTI	Un	neilar	30,000	10,9000	327,00
85	GELATINA EM PÓ SABOR UVA : PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: NEILAR, APTI	Un	neilar	30,000	10,9000	327,00
98	LEITE CONDENSADO ISENTO DE LACTOSE. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, E NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DATA DE VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Un	piracanjuba	20,000	4,8900	97,80
100	LEITE DE COCO TRADICIONAL. EMBALAGEM 200 ML SIMILAR: MENINA, COPRA, NORDESTE	Un	menina	50,000	4,0900	204,50
105	LENTILHA GRÃOS INTEIROS, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 G, CLASSE MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Un	jureia	50,000	5,8200	291,00
107	LOURO EM FOLHA SECA EMBALAGEM 5 GRAMAS	Un	neilar	20,000	1,2400	24,80
110	MACARRÃO ALETRIA DE SÊMOLA: MASSA TIPO ALETRIA. DEVERÁ SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 500 GR E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA SIMILAR: ISABELA, PARATI E ROSANE	Un	rosane	100,000	4,3400	434,00
113	MACARRÃO LETRINHAS: MASSA TIPO ALFABETO DE LETRAS. DEVERÁ SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 500 GR E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: ISABELA, GALO	Un	galo	50,000	4,2100	210,50
114	MACARRÃO TIPO PARAUSO DE SÊMOLA: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 1 KG E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: GALO, PARATI E ROSANE	Un	rosane	400,000	4,2000	1.680,00
116	MACARRÃO TIPO PENNE DE SÊMOLA: DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS/LARVAS. EMBALAGEM CONTENDO MATERIAL PURO, SEM MISTURA COM OUTROS TIPOS DE MACARRÃO, DE MATERIAL PLÁSTICO (POLIETILENO) ATÓXICO, DE 1 KG E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA. SIMILAR: CASAREDO, PARATI E ROSANE	Un	rosane	200,000	5,5500	1.110,00
119	MARGARINA COM OU SEM SAL, MÁXIMO DE 80% DE TEOR DE LÍPIDIOS EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. SIMILAR: VIGOR, DELICIA E DORIANA	Un	delicia	280,000	4,9200	1.377,60

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 14/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4558 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
120	MARGARINA SEM LEITE E SEM SAL. EMBALAGEM DE 250 GRAMAS SIMILAR: BECELE QUALITY ISENTA DE LACTOSE	Un	becel	300,000	4,1900	1.257,00
125	MILHO PARA PIPOCA, EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE E INCOLOR, TERMOSSELADA, ISENTA DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVERÁ DECLARAR A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, PESO LÍQUIDO, PRAZO DE VALIDADE, LOTE, NÚMERO DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. EMBALAGEM 500 GR. SIMILAR: SEVENHANI E YOKI	Un	super 10	250,000	3,3200	830,00
130	ORÉGANO. DESIDRATADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE RESISTENTE, CONTENDO 100 GR, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	apti	100,000	8,7900	879,00
163	SUCO INTEGRAL 100% NATURAL DE UVA, GARRAFA DE VIDRO. EMBALAGEM 1,5 LITRO	Un	vian	400,000	14,3400	5.736,00

**Fornecedor: 4657 - ALINE RAITZ ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	BEBIDA LÁCTEA SABOR COCO, ADOÇADO ARTIFICIALMENTE, 0% DE GORDURA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1000 ML, DE MATERIAL ATÓXICO E ESTÉRIL, FECHADA À VÁCUO. TEMPERATURA MÍNIMA DE 7°C. SIMILAR: PIÁ, TIROL, FRIMESA	Un	HOLANDES	400,000	3,9800	1.592,00
32	BEBIDA LÁCTEA SABOR MORANGO, ADOÇADO ARTIFICIALMENTE, 0% DE GORDURA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1000 ML, DE MATERIAL ATÓXICO E ESTÉRIL, FECHADA À VÁCUO. TEMPERATURA MÍNIMA DE 7°C. SIMILAR: PIÁ, TIROL, FRIMESA	Un	HOLANDES	800,000	3,4900	2.792,00
33	BEBIDA LÁCTEA SABOR SALADA DE FRUTAS SABORES VARIADOS, ADOÇADO ARTIFICIALMENTE, 0% DE GORDURA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1000 ML, DE MATERIAL ATÓXICO E ESTÉRIL, FECHADA À VÁCUO. TEMPERATURA MÍNIMA DE 7°C. SIMILAR: PIÁ, TIROL, FRIMESA	Un	HOLANDES	300,000	3,4900	1.047,00
44	CARNE SUÍNA, LOMBO, SEM TEMPERO, MAGRA E SEM GORDURA APARENTE, SEM OSSO, SADIÓ, CONGELADO, APRESENTANDO COR E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE: VESTÍGIO DE DESCONGELAMENTO, CORES VERDEADAS, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL PRÓPRIA PARA CARNES PESO LÍQUIDO DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES. A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SO RECEBIDO O PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES)	Un	DESTAQUE/A	350,000	18,9500	6.632,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 15/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

## Fornecedor: 4657 - ALINE RAITZ ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	CARNE BOVINA, MUSCULO, PEDAÇOS COM CORTE DE 3CM X 3CM. CONGELADA, SEM GORDURA OU APONEUROSE, SEM OSSO. CARNE DE COR VERMELHO-CEREJA E COM ODOR AGRADÁVEL, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL, PRÓPRIA PARA CARNES (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SO RECEBIDO O PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MINIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES	Un	DESTAQUE/P	500,000	15,9000	7.950,00
47	CARNE BOVINA MOIDA DE PRIMEIRA, PATINHO - CONGELADA, SEM GORDURA OU APONEUROSE, SEM OSSO. CARNE DE COR VERMELHO-CEREJA E COM ODOR AGRADÁVEL, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL, PRÓPRIA PARA ESTE TIPO DE CARNE, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SO RECEBIDO O PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MINIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES.	Un	DESTAQUE/P	800,000	18,7900	15.032,00
81	FILÉ DE PEIXE TILÁPIA PCT 1KG. CONGELADO, LIMPO, SADIO, CONGELADO, ÍNTEGROS, EVISCERADOS, SEM ESPINHOS, APRESENTANDO CARNE FIRME, ELÁSTICA, COR BRANCA, ROSADA E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE: VESTÍGIOS DE DESCONGELAMENTO, LIVRE DE RESÍDUOS DE VISCERAS, LÍQUIDO LEITOSO, COR ESVERDEADA, ODOR FORTE E DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, PESO LÍQUIDO DE 1 KG. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	Un	LUZITANIA	300,000	26,9900	8.097,00

## Fornecedor: 4911 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM DE 01 (UM) KG. PROVENIENTE DO MILHO, MATÉRIAS-PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E DE PARASITOS, NÃO PODEM ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, COR BRANCO, DEVEM PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL DO PRODUTO DEVERÁ SER DE CAIXA DE PAPELÃO COM SACO INTERNO DE PAPEL OU SACO DE POLIETILENO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, DEVIDAMENTE VEDADO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Un	AMAFIL	50,000	7,0500	352,50
54	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO SEM OU COM AÇÚCAR. COMPOSTO DE FLOCOS DE MILHO, EMBALAGEM CONTENDO 300G.	Un	JJ	400,000	8,9700	3.588,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 16/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

**Fornecedor: 4911 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
56	CHA DE CAPIM CIDREIRA COM 10 UNIDADES SACHE.	Un	PRENDA	300,000	3,1500	945,00
99	LEITE CONDENSADO, OBTIDO PELA DESIDRATAÇÃO PARCIAL DO LEITE DE VACA INTEGRAL, ADICIONADO DE SACAROSE OU GLICOSE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE FOLHA DE FLANDRES LIMPA, RESISTENTE, ATÓXICA, NÃO AMASSADA, NÃO ESTUFADA, CONTENDO 395G DE PESO LÍQUIDO. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, E NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DATA DE VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Un	PIRACANJUB	100,000	4,0000	400,00
124	MILHO VERDE EM GRÃOS CONGELADO. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 300 GR A 350 GR. SIMILAR: COPACOL, D'ARCY, SEARA, LAR	Un	BONARE	200,000	3,8100	762,00
149	POLVILHO DOCE: DERIVADO DE MANDIOCA, ISENTO DE PARASITAS E SUJIDADES, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GR, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	Un	AMAFIL	100,000	4,9500	495,00

**Fornecedor: 5068 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
46	CARNE BOVINA DE PATINHO, CONGELADA, PEDAÇOS COM CORTE DE 3CM X 3CM, SEM GORDURA OU APONEUROSE, SEMOSSO. CARNE DE COR VERMELHO-CEREJA E COM ODOR AGRADÁVEL, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL PRÓPRIA PARA CARNES, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SÓ RECEBIDO O PRODUTO 800 QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES	Un	machado	600,000	18,9000	11.340,00
48	CARNE BOVINA, COXÃO MOLE CONGELADA, PEDAÇOS COM CORTE DE 3CM X 3CM, SEM GORDURA OU APONEUROSE, SEMOSSO. CARNE DE COR VERMELHO-CEREJA E COM ODOR AGRADÁVEL, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL PRÓPRIA PARA ESTE TIPO DE CARNE, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DEMAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SÓ RECEBIDO PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES	Un	machado	600,000	19,8500	11.910,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 17/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

Fornecedor: 5068 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
49	CARNE DE FRANGO-TIPO COXA E SOBRECORA, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL PRÓPRIA PARA ESTE TIPO DE PRODUTO, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DE MAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SÓ RECEBIDO PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES.	Un	mister frango	300,000	8,5000	2.550,00
50	CARNE DE FRANGO-TIPO COXINHA DA ASINHA, SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTES ESTÉRIL PRÓPRIA PARA ESTE TIPO DE PRODUTO (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DE MAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SÓ RECEBIDO PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES	Un	mais frango	200,000	10,0000	2.000,00
51	CARNE DE FRANGO (FILE DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO), SABOR E ASPECTO PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU DE OUTRA COLORAÇÃO, NÃO AMOLECIDA OU PEGAJOSA, DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO, (PCT 1 KG DE FORMA QUE NÃO GRUDE NOS DE MAIS, APÓS CONGELADOS), DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULO IMPRESSO OU ETIQUETA ADESIVA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, DEVENDO TER CERTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE (REGISTRO NO SIF OU SIDASC), COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO SEIS MESES E DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO TRINTA DIAS. TRANSPORTADA EM VEÍCULOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO, SENDO SÓ RECEBIDO PRODUTO QUE ESTÁ EM TEMPERATURA ADEQUADA. (TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO, É DE -12°C. DEVENDO SER ENTREGUE DIRETAMENTE NAS UNIDADES ESCOLARES	Un	mais frango	400,000	10,8000	4.320,00
94	IOGURTE SABORES: MORANGO, COCO, AMEIXA, FRUTAS VERMELHAS. ADOÇADO ARTIFICIALMENTE, COM FIBRAS, 0% DE GORDURA, CONSISTÊNCIA CREMOSA, CONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 900 GR, DE MATERIAL ATÓXICO E ESTÉRIL, FECHADA À VÁCUO, COM TEMPERATURA MÍNIMA DE RECEBIMENTO DE 7°C. SIMILAR: TIROL, PIÁ, AURORA	Un	pia	1.500,000	6,2500	9.375,00
95	IOGURTE SEM LACTOSE SABORES, EMBALAGEM DE 900 ML. SIMILAR: TIROL, PIÁ, AURORA	Un	tirol	150,000	9,0000	1.350,00
128	NATA FRESCA PASTEURIZADA, POTES DE 300G	Un	lactovale	150,000	5,5000	825,00
151	PRESUNTO MAGRO, FATIADO E REFRIGERADO, FATIAS FINAS EM TORNO DE 20G CADA, EMBALAGEM 500GR. DEVERÁ APRESENTAR COLORAÇÃO, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 01 MÊS DA DATA DE ENTREGA.	Un	lactovale	400,000	10,0000	4.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 23/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 24/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 25/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 26/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Enxerará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 27/23  
Processo Nº.: 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 14 de Fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	CNPJ: 21.593.746/0001-26	_____
ALINE RAITZ ME	CNPJ: 23.970.820/0001-01	_____
BR COMERCIO DE CARNES LTDA	CNPJ: 28.665.822/0001-00	_____
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	CNPJ: 18.531.205/0001-69	_____
CLEVISON KERSBAUM ME	CNPJ: 17.552.404/0001-90	_____
DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME	CNPJ: 20.247.310/0001-12	_____
JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	CNPJ: 00.313.537/0001-01	_____
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 25.267.561/0001-82	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 8-2019 - PROCESSO N. 23-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 10-2019**

Publicação Nº 1997319

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 1/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2019**

No dia 21 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITA MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2019, Processo Licitatório nº. 23/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais de Limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4535	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 31, 33, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 69
4657	ALINE RAITZ ME	
4558	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	6, 7, 13, 14, 23, 24, 25, 30, 32, 36, 38, 41, 50, 51, 54, 55, 63, 67, 68, 70
4911	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	3, 17, 19, 28, 40, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 66, 71

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME	21.593.746/0001-26	ROBSON NATANAEL CHIQUIO	076.844.709-73
ALINE RAITZ ME	23.970.820/0001-01	GIORDANO BRUNO HEERDT	074.805.379-48
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME	18.531.205/0001-69	CLEITON DE SOUZA	072.051.509-22
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	LUIZ ANTONIO JUNCKES	064.386.889-59

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais de Limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGUA SANITÁRIA BASE DE HIPOCLORITO SÓDIO MINIMO 2% CLORO ATIVO, EMBALAGEM EM PVC, CAPACIDADE DE 1 LITRO	Un	sequinel	500,000	2,4000	1.200,00
2	ALCOOL ETILICO EM GEL 65° INPM, EMBALAGEM EM PVC, CAPACIDADE DE 1 LITRO.	Un	flops	280,000	6,5000	1.820,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ALCOOL ANTOSSEPTICO GEL 70% PARA ESTERELIZAR AS MÃOS, NA FRAGRANCOA ALOE VERA, EMBALAGEM DE 1 LITRO SEM DOSADOR	Un	flops	300,000	5,8900	1.767,00
5	ALCOOL ANTOSSEPTICO GEL 70% PARA ESTERELIZAR AS MÃOS, NA FRAGRANCOA ALOE VERA, EMBALAGEM DE 5 LITROS	Un	flops	60,000	29,8500	1.791,00
8	ANTIMOFO EMBALAGEM DE 1 LITRO	Un	mazzarolo	300,000	8,9300	2.679,00
9	AROMATIZANTE DE AR EM AEROSOL CONTROLA OS ODORES E PERFUMA O AMBIENTE, FRAGRANCIA LAVANDA EMBALAGEM DE 360 ML	Un	air wick	250,000	9,7500	2.437,50
10	BACIA PLASTICA DE MATERIAL RESISTENTE, CAPACIDADE 20 LITROS	Un	arquiplast	40,000	18,6000	744,00
11	BALDE CENTRIFUGA PERFECT 360, MATERIAL PLASTICO ABS, ALTA RESISTENCIA, DIMENÇÕES DO BALDE (AXLXC) 30X28,5X4 CABP 130CM, DIAMETRO DO ESCOVÃO 16,5CM, DIAMETRO DO SECADOR ROTATÓRIO 21 C, CAPACIDADE DO BALDE 8LT.	Un	bompack	16,000	85,0000	1.360,00
12	BALDE DE PLASTICO REFORÇADO, ESPESSURA DE 1,5 MM NO MINIMO COM ALÇA METÁLICA E CAPACIDADE DE 8 LITROS	Un	arquiplast	40,000	4,0000	160,00
15	CLORO PARA LIMPEZA DE CALÇADAS, PARA LIMPEZA PESADA EMBALAGEM PLASTICA DE 5 LITROS	Un	sequinel	180,000	14,5000	2.610,00
16	DESENGORDURANTE COM ESPUMA ATIVA, EMBALAGEM DE 500 ML ACIONADA POR GATILHO	Un	zavaski	250,000	9,4000	2.350,00
18	DESINFETANTE SANITARIO, HIGIENIZANTE BACTERICIDA E GERMICIDA EM PEDRA COM 35 GR APROX. A BASE DE PARADE CLOROBENZENO, PERFUMES DIVERSOS, EMBALAGEM CONTENDO UM GANCHO UMA REDE E UMA PEDRA.	Un	sany	350,000	1,6000	560,00
20	ESCOVA DE MAO COM CEPO DE MADEIRA, OVAL, COM 12 X 8 CM APROX.	Un	haracem	30,000	5,1000	153,00
21	ESCOVA TIPO REDONDA PARA LIMPAR VASO SANITÁRIO, COM CABO LONGO, CERDAS FIRMES E COM SUPORTE.	Un	haracem	70,000	7,4000	518,00
22	ESFREGÃO DE ARAME	Un	sany	70,000	2,9000	203,00
26	INSETICIDA EM AEROSOL A BASE DE AGUA MULTIINSETICIDA, NÃO CONTENDO (CFC) CLOROFLUOR CARBONO EMBALAGEM DE 300 ML	Un	raid	90,000	11,8000	1.062,00
29	GAVETEIRO	Un	arquiplast	30,000	33,2000	996,00
31	LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL, NA COR BRANCA, LISA INTERNA E EXTERNA CAPACIDADE DE 50 LITROS	Un	arquiplast	45,000	111,5000	5.017,50
33	LUSTRA MÓVEIS EMBALAGEM DE 500 ML	Un	pratik	55,000	6,9000	379,50
34	PÁ PARA LIXO, DE PLASTICO COM CABO, 17 X 17 CM APROXIMADAMENTE	Un	haracem	25,000	14,0000	350,00
35	PANO DE PIA MULTIUSO, QUE NÃO SOLTA PELOS MEDINDO 33 X 50 CM PACOTE COM 5 UNIDADES	Pct	martins	120,000	3,3000	396,00
37	PANO PARA LIMPEZA EM GERAL TIPO FLANELA, 100% ALGODÃO, COM BAINHA, MEDINDO 40 X 60 CM	Un	martins	400,000	2,2900	916,00
39	PAPEL HIGIENICO, BRANCO, SEM FALHAS, COM APARÊNCIA HOMOGENEA, PICOTADO, GOFRADO, SEM ASPEREZA, MACIO, FOLHA SIMPLES, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LARGURA MINIMA DE 10 CM, COMPRIMENTO DE 60 METROS. FARDO CONTENDO 16 PACOTES DE 4 ROLOS CADA.	FRD	fofinho	150,000	75,0000	11.250,00
42	PÓ GRANULADO PARA DESENTUPIR PIAS, RALOS E AFINS POTE COM 300 GR	PT	diabo verde	30,000	14,3000	429,00
43	PRENDEDOR DE ROUPAS DE MADEIRA PACOTE COM 12 UNIDADES	Un	gota limpa	150,000	1,4900	223,50
45	REFIL PARA RODO MÁGICO MULTIFUNCIONAL, ESPONJA EM PVA SUPER ABSORVENTE, COR AZUL, COMPATÍVEL COM O RODO, DIMENSÕES: ALTURA 6 CM, LARGURA 6 CM E COMPRIMENTO 31,5 CM	Un	nobre	150,000	15,0000	2.250,00
46	REFIL PARA RODO MÁGICO, MICROFIBRA (TIPO CENTRIFUGA)	Un	bompack	30,000	9,7700	293,10
47	RODO DE ESPUMA COM CABO PARA PASSAR CERA EM ASSOALHO DE MADEIRA	Un	haracem	10,000	13,0000	130,00
48	RODO MÁGICO MULTIFUNCIONAL PARA LAVAR E SECAR SIMULTANEAMENTE, COM ESPONJA DE PVA SUPER ABSORVENTE, COM CABO EM ALUMINIO E PRÁTICO SISTEMA DE AUTO TORÇÃO. DIMENSÕES: (L X A X P) 29 X 8,9 X 86 CM	Un	nobre	50,000	39,8500	1.992,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

**Fornecedor: 4535 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
49	RODO MÁGICO MULTIFUNCIONAL, PARA LAVAR E SECAR SIMULTANEAMENTE, COM CABO EM ALUMÍNIO INTEIRISSO E PRÁTICO SISTEMA DE AUTOTORÇÃO, DIMENSÕES (L X A X P) 31,5 X 8,9 X 86 CM	Un	nobre	30,000	45,4000	1.362,00
53	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO, BACTERICIDA PERFUMADO EMBALAGEM COM 250 ML, COM BICO ECONOMICO	Un	pratik	220,000	6,0400	1.328,80
69	VASSOURA EM CERDA DE NYLON, COM CABO REVESTIDO, COMPRIMENTO DE 1,20 M, PARA CHÃO, CEPO DE PLÁSTICO COM 50 TAFULHOS APROX., DE PRIMEIRA QUALIDADE	Un	haracem	100,000	10,1000	1.010,00

**Fornecedor: 4558 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ALVEJANTE DE ROUPAS A BASE DE HIPOCLORITO, CARBONATO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIA E ÁGUA (COM TEOR DE CLORO ATIVO DE 2 A 2,5%), EMBALAGEM DE 2 LITROS.	Un	sequinel	850,000	6,5600	5.576,00
7	AMACIANTE DE ROUPAS DE COR AZUL, COM GLICERINA DESTILADA, COM APROXIMADAMENTE 99,50 % DE GLICEROL, EMBALAGEM EM PVC COM CAPACIDADE DE 2 LITROS	Un	sequinel	300,000	5,9900	1.797,00
13	BALDE DE PLÁSTICO REFORÇADO, ESPESSURA DE 1,5 MM NO MÍNIMO COM ALÇA METÁLICA E CAPACIDADE DE 12 LITROS	Un	arqui plast	40,000	11,5900	463,60
14	CERA LÍQUIDA AMARELA	Lt	andreaia	15,000	7,6000	114,00
23	ESPONJA DE AÇO INOX	Pct	assolan	160,000	2,7800	444,80
24	ESPONJA DE LÃ DE AÇO PARA AREAR UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PACOTES COM 8 UNIDADES E PESO DE 50 A 60 GR	Un	assolan	200,000	1,8000	360,00
25	ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE (UM LADO FIBRA ABRASIVA E OUTRO ESPUMA MACIA), MEDINDO 110 X 70 X 21 MM APROX., PACOTE COM 3 UNIDADES.	Pct	brilhus	400,000	4,4500	1.780,00
30	LIXEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE DE 15 LITROS, COM TAMPACIONADA POR PEDAL, NA COR BRANCA, LISA INTERNA E EXTERNA;	Un	arqui plast	45,000	24,9500	1.122,75
32	LIXEIRA PLÁSTICA DE 30 LITROS COR NEUTRA COM TAMPACIONADA POR PEDAL, NA COR BRANCA, LISA INTERNA E EXTERNA;	Un	arqui plast	30,000	47,9000	1.437,00
36	PANO DE PRATO EM TECIDO FELPUDO 100% ALGODÃO, COR BRANCO, BORDAS COM BAINHA, MEDINDO 45 X 70 CM.	Un	martins	250,000	4,6000	1.150,00
38	PANOS DE LIMPEZA PARA CHÃO TIPO SACO 100% ALGODÃO 540 X 800 MM VARIAÇÃO 10%, ALVEJADO	Un	martins	200,000	6,8300	1.366,00
41	PASTA PARA LIMPEZA TIPO CRISTAL, NA COR ROSA, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	Un	cristal rosa	10,000	3,8000	38,00
50	RODO SIMPLES DE BORRACHA DUPLA, COMPRIMENTO DE 40 CM, COM CABO DE 1,20 M PARA SECAR PISOS.	Un	bom pack	30,000	13,3000	399,00
51	SABÃO EM BARRA GLICERINADO COM ALCOL COM EMBALAGEM COM 5 UNIDADES	Pct	zavaski	50,000	7,5000	375,00
54	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO, EM BALAGEM DE 5 LITROS, QUE CONBATE A STAPHYLOCOCCUS AUREUS E SALMONELLA CHOLERAESUIS E PROPRIEDADES ANTIMICROBIANAS, QUE IMPEDE A PROLIFERAÇÃO DE MICROORGANISMOS PATOGENICOS E ELIMINA ODORES INDESEJÁVEIS. SEM ADIÇÃO DE PERFUMES E COM SUBSTÂNCIA QUE PREVINA CONTRA O RESSECAMENTO D PELE	Un	dunamis	100,000	24,5000	2.450,00
55	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMÉSTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 100 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MÍNIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, EM ROLOS C/ 25 UNIDADES MEDINDO 75 X 1,05 M	Un	bom pack	300,000	11,8000	3.540,00
63	SAPONACEO CREMOSO COM MICRO PARTICULAS E MÁXIMA LIMPEZA EMBALAGEM DE 300 GR	Un	ultra class	100,000	5,4800	548,00
67	TOALHA LAVABO FELPUDA, COR BRANCA, 100% ALGODÃO MEDINDO 48 X 68 CM.	Un	martins	60,000	9,2000	552,00
68	VASSOURA DE PALHA	Un	haracem	150,000	24,6500	3.697,50
70	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 100% CELULOSE FARDOS COM 1000 FOLHAS NEW PAPER NA MEDIDA 20X21 CM COM DUAS DOBRAS, IDEAL PARA DISPENSER DE PAPEL TOALHA, PRÓPRIO PARA SECAR AS MÃOS. PACOTE COM 1000 UNIDADES	Pct	qualilux	600,000	12,8200	7.692,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Processo Nº.: 23/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

**Fornecedor: 4911 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALCOOLETILICO EMLIQUIDO 46° INPMOU 54° GL, EMBALAGEM EMPVC, CAPACIDADE DE 1 LITRO	Un	FLOPS	700,000	5,8200	4.074,00
17	DESINFETANTE E GERMICIDA LÍQUIDO A BASE DE PINHO EMBALAGEM FRASCO TRANSPARENTE COM 1 LITRO	Un	BELLA DONA	800,000	4,8800	3.904,00
19	DETERGENTE LIQUIDO, CONCENTRADO, VISCOSO, CLEAR, BIODEGRADAVEL, DESENGORDURANTE, PH 7, USO DOMESTICO, EM FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE COM 500 ML.	Un	GIRANDO SO	750,000	1,2500	937,50
28	LIMPA VIDROS LIQUIDOS COM BORRIFADOR EMBALAGEM DE 500 ML	Un	PRATIK	250,000	9,6900	2.422,50
40	PAPEL TOALHA, FOLHAS PICOTADAS E GOFRADAS (INTERFOLHADA) 18,5 CM X 22,0 CM APROX., RUGOSIDADE DO PAPEL, ALTA ABSORÇÃO E RESISTENCIA AO UMIDO, 100% FIBRA CELULOSICA, COR BRANCO, FARDO COM 16 PACOTES COM 2 ROLOS CADA.	FRD	SORELLA	300,000	43,9000	13.170,00
52	SABÃO EM PÓ BIODEGRADAVEL, SISTEMA EXCLUSIVO PARA ROUPAS COLORIDAS, EMBALAGEM CAIXA COM 1 KG	Un	CLASS	400,000	6,4000	2.560,00
56	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMESTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 15 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MINIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLASTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTINUA HOMOGENEA UNIFORME, EM ROLOS C/100 UND MEDINDO 39 X 58 CM	Un	PEGA LIXO	120,000	12,0000	1.440,00
57	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMESTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 30 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MINIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLASTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTINUA HOMOGENEA UNIFORME, EM ROLOS C/50 UND MEDINDO 59 X 62 CM	Un	PEGA LIXO	120,000	11,3000	1.356,00
58	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMESTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 50 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MINIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLASTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTINUA HOMOGENEA UNIFORME, EM ROLOS C/100 UND MEDINDO 39 X 58 CM	Un	PEGA LIXO	300,000	12,1000	3.630,00
59	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMESTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 50 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MINIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLASTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTINUA HOMOGENEA UNIFORME, EM ROLOS C/50 UND MEDINDO 59 X 62 CM	Un	PEGA LIXO	200,000	11,7000	2.340,00
60	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DOMESTICO, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO 50 LITROS, NA COR AZUL, DE NO MINIMO 0,10 MICRONS, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLASTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTINUA HOMOGENEA UNIFORME, EM ROLOS C/50 UND MEDINDO 63 X 80 CM	Un	PEGA LIXO	300,000	12,5000	3.750,00
64	SODA CAUSTICA EM ESCAMAS POTE DE 1 KG, COMPOSIÇÃO Na OH (HIDROXIDO DE SÓDIO EM ESCAMAS 96/98%)	Un	LIPON	10,000	17,7500	177,50
66	TOALHA LAVABO FELPUDA 100% ALGODÃO MEDINDO 48 X 68 CM CORES FORTES.	Un	MARTINS	500,000	6,0000	3.000,00
71	Vassoura esfrega piso, com aproximadamente, 94 Tufos Plástico, Cerdas Duras, com cabo longo	Un	HARACEM	60,000	20,0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

##### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

##### 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente,

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 10/10  
Processo Nº.: 23/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 21 de Fevereiro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS  
PREFEITA MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

CNPJ: 21.593.746/0001-26

ALINE RAITZ ME

CNPJ: 23.970.820/0001-01

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

CNPJ: 18.531.205/0001-69

JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 25.267.561/0001-82



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 9-2019 - PROCESSO N. 25-2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 12-2019**

Publicação Nº 1997320

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2019**

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). MARLI GORETTI KAMMERS, inscrito no CPF sob o nº. 437.795.309-53, doravante denominada ADMINIS-TRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2019, Processo Licitatório nº. 25/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de Serviços de Lavagem dos Veículos da Frota Municipal, lotados no Fundo de Saúde e nos demais Órgãos do Município de Chapadão do Lageado-SC, com fornecimento de todos os insumos necessários para a realização do serviço, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa		Itens
4883	Adilson Rodrigues	2, 3	
5065	ANDERSON TIAGO DA SILVA 07430954995	1, 4	
5073	ANGELA SILVEIRA SYPRIANY DE SOUZA 06807049900		

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
Adilson Rodrigues	28.736.069/0001-05	Adilson Rodrigues	896.287.809-72
ANDERSON TIAGO DA SILVA 07430954995	28.345.432/0001-53	Anderson Tiago da Silva	074.309.549-95
ANGELA SILVEIRA SYPRIANY DE SOUZA 06807049900	30.215.802/0001-80	Lorimar de Souza	059.186.149-66

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de Serviços de Lavagem dos Veículos da Frota Municipal, lotados no Fundo de Saúde e nos demais Órgãos do Município de Chapadão do Lageado-SC, com fornecimento de todos os insumos necessários para a realização do serviço, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

0.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4883 - Adilson Rodrigues						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Lavagem Geral de Veículos com capacidade entre 08 e 16 passageiros.	Un	230,000	34,5000		7.935,00
3	Lavagem Geral de Veículos com capacidade acima de 17 passageiros.	Un	55,000	69,9000		3.844,50



Fornecedor: 5065 - ANDERSON TIAGO DA SILVA 07430954995						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Lavação Geral de Veículos de Passeio e Utilitários com capacidade para até 07 (sete) passageiros.	Un	300,000	23,9000		7.170,00

Fornecedor: 5065 - ANDERSON TIAGO DA SILVA 07430954995						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

4 Lavação interna de veículos com capacidade de até 07 (sete) passageiros: LAVAGEM GERAL + LAVAGEM BANCOS + Consiste na limpeza do painel frontal + volante + console, painéis das portas e demais plásticos de acabamentos do interior do veículo e aplicação de produtos especiais + silicone (não gorduroso). Higienização/lavação de bancos de tecido).  
Un 15,000 198,0000 2.970,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

1.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

1.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

1.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

1.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso

de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

2.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

3.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

3.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

3.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

4.0.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

4.0.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

4.0.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

4.0.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

4.0.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

4.1.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

4.1.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

4.2.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

4.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

4.2.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

4.2.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

4.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

6.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

6.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá

comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

6.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

6.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

6.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

6.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

6.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

6.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

6.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1
- As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.0.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.0.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

10.0.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.0.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 25 de Fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
PREFEITA MUNICIPAL

MARLI GORETTI KAMMERS

E mpresas Participantes:

Adilson Rodrigues CNPJ: 28.736.069/0001-05

ANDERSON TIAGO DA SILVA 07430954995 CNPJ: 28.345.432/0001-53

ANGELA SILVEIRA SYPRIANY DE SOUZA 06807049900 CNPJ: 30.215.802/0001-80

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2019

Publicação Nº 1998889

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: AGENTE DE DEFESA CIVIL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
03º	345058	LUIS PAULO LARA
CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS - RETROESCAVADEIRA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	333858	VERLI GURALSKI DIAS
CARGO: FISIOTERAPEUTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
06º	333401	DEBORA ELIS SCHNEIDER
07º	318949	TUANNA AGNE
08º	346544	ANDRE JAGUSEWSKI DOS SANTOS
09º	342389	ANA PAULA SIMM GOBO
CARGO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
16º	340319	JESSYCA ALESSIO PREVIDI
17º	336580	NATALIA GEMA CARNIEL
18º	323807	NICOLAS FELIPE CAUS
19º	317066	DAIANE CRISTINA DALACORTE
20º	339518	FRANCINE SUELEN KLAUCK

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 26 de abril de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2019

Publicação Nº 1998891

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2019

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: MONITOR DE BIBLIOTECA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
06º	3804	LUIZ HENRIQUE BOLLIS
CARGO: MONITOR SOCIAL PEDAGOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
28º	9132	SILMARA CATTETLAN
29º	9543	MARCIA MARILEI SOEHN
CARGO: MONITOR SOCIAL DE ARTES		



Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
13º	4648	DIANA BRUNO SCHIAVINI
CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	2888	ALICE WILKEN DE PINHO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 26 de abril de 2019.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO N°. 001/2019

Publicação N° 1998886

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO N°. 001/2019

COMODADO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE – Antoninho João Munarini

OBJETO – O COMODANTE, arrendatário do imóvel rural, localizado na Linha Faxinal dos Rosas, neste Município de Chapecó, estado de Santa Catarina, com área total de 75.957m<sup>2</sup>, registrado no INCRA sob o n.º 094.448.170-97, cede ao MUNICIPIO o direito de usufruir da água do referido imóvel.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato de Comodato vigorará a partir de 01 de Janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2020.

Poderá haver rescisão do presente convênio por mútuo acordo entre as partes, por inadimplência de quaisquer cláusulas e condições ou, ainda, por superveniência de norma ou fato legal, a qualquer época. A rescisão deverá ser comunicada expressamente com antecedência de 90 (noventa) dias.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 09 de Abril de 2019 – Sandra Maria Galera, Secretaria de Educação, Antoninho João Munarini, Comodante.



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/FMAS/2019

Publicação N° 1997780

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 02/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: XAE – COMERCIO ATACADISTA DE CACHAÇAS, TECIDOS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/FMAS/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/FMAS/2019.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada, para executar e controlar a execução de projeto ocupacional de capacitação continuada, direcionado aos grupos de inclusão produtiva, atendidos pelos programas sociais Bolsa Família, PAIF do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 02/04/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 50.680,00 (cinquenta mil e seiscentos e oitenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### PORTARIA FUNDAC N°. 01.19

Publicação N° 1997547

PORTARIA N° 01/2019/FUNDAC

Dispõe sobre os procedimentos para fiscalização e apuração de infrações ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no âmbito da Fundação do Meio Ambiente de Cocal do Sul - FUNDAC

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA FUNDAC – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 871, de 28.12.2007

RESOLVE:

Art. 1º Os procedimentos de fiscalização e apuração das infrações ambientais e respectivas sanções administrativas ambientais, no âmbito da Fundação do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC, seguirão os ritos previstos na Lei Federal n° 9.605/1998, no Decreto Federal n° 6.514/2008, e a valoração das respectivas multas seguirá os anexos da Portaria n° 170/2013 FATMA-BPMA/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cocal do Sul, 26 de abril de 2019.

JOSIAS SORATO

Diretor Superintendente

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018 – PMC

Publicação Nº 1997275

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada, para elaboração do Plano Diretor de Concórdia, revisando o Plano Diretor Urbano Atual e integrando o mesmo com o Plano Diretor Rural e compatibilizando com as definições do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (em andamento), Diagnóstico Sócio Ambiental, indicando diretrizes para o Plano Plurianual (PPA), para a lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para a Lei do Orçamento Anual (LOA), dentre outros.

#### EXTRATO DO RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foi verificado o Parecer Técnico emitido pela Comissão Especial designada pelo Decreto 816/2018, verificando-se a seguinte pontuação: a licitante ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA obteve 64 (sessenta e quatro) pontos, obtendo a Nota técnica de 44,44 (quarenta e quatro vírgula quarenta e quatro); a licitante LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA EPP obteve 57 (cinquenta e sete) pontos, obtendo a Nota técnica de 39,58 (trinta e nove vírgula cinquenta e oito) e a licitante TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA EPP obteve 116 (cento e dezesseis) pontos, obtendo a Nota Técnica de 80,56 (oitenta vírgula cinquenta e seis). Devido à ausência dos representantes legais das licitantes, a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo da divulgação da fase de avaliação técnica, deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min do próximo dia 10 de maio de 2019, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 3).

Concórdia, SC, 26 de abril de 2019.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da CPL

### EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2019 – FMS

Publicação Nº 1997591

#### EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2019 – FMS

ESPÉCIE: Termo de Fomento que celebram entre si o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA e a ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CONCÓRDIA, SC, para execução do Projeto de atendimento de enfermagem e fisioterapia na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Concórdia, SC, no ano de 2019.

OBJETO: A presente parceria tem por objeto o acompanhamento e atendimento interdisciplinar especializado de fisioterapia e enfermagem para as pacientes atendidas pela ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CONCÓRDIA, SC, por meio de repasse financeiro para pagamento de despesas de pagamento de pessoal, para a Organização da Sociedade Civil, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme o artigo 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações.

VALOR: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no ano.

PRAZO: a partir da data de assinatura do Termo de Fomento até 30 de novembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 26 de abril de 2019.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 2/2019**

Publicação Nº 1994438

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 02/2019 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

OBJETO: Ref. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva para elevadores, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, não incluindo a substituição (aplicação) de peças.

VALOR TOTAL: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903916

DATA DA ASSINATURA: 22.04.2019

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2019

FORO: Comarca de Concórdia SC

**CONTRATO 3/2019**

Publicação Nº 1994428

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 03/2019 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: NATÁLIA MINUSCULI PEREIRA WAGNER

OBJETO: Ref. Elaboração de projeto arquitetônico dos móveis do plenário da Câmara de Vereadores de Concórdia.

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903606

DATA DA ASSINATURA: 29.04.2019

DATA DE VENCIMENTO: 29.06.2019

FORO: Comarca de Concórdia SC

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1994426

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 10/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

ALTERAÇÕES: Altera-se qualitativamente o pacote de sistemas desktop (Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio, Estoque Planejamento) migrando para o pacote de sistemas Cloud (Contabilidade, Compras, Contratos, Planejamento, Patrimônio, Almoxarifado, Tesouraria, Controladoria), com usuários ilimitados em nova plataforma disponível pela Contratada

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33904001

DATA ASSINATURA: 29.04.2019

DATA VENCIMENTO: 23.10.2019

FORO: Comarca de Concórdia - SC

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### CÂMARA DE VEREADORES - PORTARIA Nº 008/2019

Publicação Nº 1997353

PORTARIA Nº 008/2019  
NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO OBJETO  
DO EDITAL Nº 001/2019, E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara municipal de vereadores, de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em especial o inciso IV do artigo 42 e o artigo 9º no inciso I do Estatuto do servidor público municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. Suila Ribolli Cazarotto, para exercer o cargo de provimento efetivo de Contadora, carga horária 20 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registra se, comunica- se e publica- se.

Cordilheira Alta SC, em 26 de abril de 2019.

EVANDRO PEDERSSETTI

Presidente da Câmara

ADEMIR TRESSOLDI

Primeiro Secretário

### CÂMARA DE VEREADORES - TERMO DE POSSE

Publicação Nº 1997360

#### TERMO DE POSSE

Ao vigésimo sexto dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove, nas dependências da Câmara Municipal de Cordilheira Alta, compareceu a Sra. SUILA RIBOLLI CAZAROTTO, munida de documentação exigida e previamente solicitada, a fim de investidura no cargo de Contadora, nomeada pela Portaria nº 008/2019. Realizou-se o cerimonial de Posse conduzido pelo excelentíssimo Presidente da Câmara Evandro Pederssetti, e o Excelentíssimo Primeiro secretário da mesa vereador Ademir Tressoldi, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e suas alterações. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

EVANDRO PEDERSSETTI

Presidente do legislativo

ADEMIR TRESSOLDI

1º Secretário

SUILA RIBOLLI CAZAROTTO

Empossada

### PORTARIA Nº 199/2019

Publicação Nº 1997544

PORTARIA Nº 199/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede 07 (sete) dia de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal ALEXANDRA CRISTINA NAGINSKI, matrícula nº 1356102, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/04/2019.

Cordilheira Alta/SC, 26 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 195/2019**

Publicação Nº 1997148

PORTARIA Nº 195/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao servidor municipal OSMAR BREANCINI, matrícula nº 578402, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 24 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 198/2019**

Publicação Nº 1997543

PORTARIA Nº 198/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal, art. 36 Lei Complementar nº 18/2001.

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo I à Lei Complementar Nº 93/2013, fica adequada ao Laudo Pericial emitido pela PRONTOMED Medicina e Segurança do Trabalho.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido no mês de abril de 2019, conforme informativo da Secretaria de Infraestrutura, Adicional de Insalubridade ao Sr. DIEGO FERNANDO KAHLER, matrícula nº 1352403, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria De Infraestrutura, na ordem de 40 %, conforme Anexo VII da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TOMADA DE PREÇO 03/2019

Publicação Nº 1997542

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019

PROCESSO DE COMPRA Nº 37/2019  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019

#### DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Vistos, etc.

Trata-se de impugnação administrativa apresentada pela empresa ELETRO ZAGONEL LTDA.

A alegação da impugnante é que o edital de licitação modalidade Tomada de Preço nº 03/2019, cujo objeto é a contratação de empresa por empreitada global para manutenção da iluminação pública da Rua Amazonas e parte da Avenida Santa Catarina, conforme projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo e orçamento, o regime de execução da obra, como sendo por empreitada global, ou seja, lote único, vincula itens autônomos e distintos ferindo o princípio da competitividade e o princípio da busca pela melhor proposta.

Ainda, impugna o projeto, especificamente na parte da luminária de LED, em que a eficiência luminosa deveria ser de 100lm/w e não 85lm/w; que o índice de proteção (IP) deve ser 66 e não IP 65. Por fim, alega que a o edital deve solicitar laudos/ensaio de referida luminária. Tudo com base na portaria IN 20/2017 do INMETRO.

Requer, ao final, a Administração Pública, para que sejam acatados todos os pedidos, realizando todos os ajustes legais cabíveis no edital de convocatório.

É o breve relatório do pedido apresentado.

Inicialmente cumpre ser destacado, que esta Administração está sempre em busca do cumprimento da estrita legalidade, exercendo suas funções com vistas a todos os demais princípios que norteiam a atividade pública de administração.

Com relação ao pedido apresentado, verifica-se que é tempestivo, tendo em vista que a sessão será realizada na data de 30/04/2019, e o prazo para impugnações é de até 2 (dois) dias anteriores, sendo que o pedido foi apresentado em data de 22/04/2019, via correio eletrônico.

Data vênua, o pedido de alteração de critério de julgamento não condiz com o objetivo de contratação desta municipalidade, vez que o interesse da administração é que o objeto em questão seja entregue conforme projeto em uma única vez, ou seja, as toda a iluminação pública deve ser entregue pronta para início do funcionamento. Sendo assim, a forma mais vantajosa foi devidamente analisada por esta municipalidade, sentindo e percebendo na prática quais são as suas necessidades, tendo em vista outros projetos já licitados por empreitada global também referentes à iluminação pública.

A Administração busca a proposta mais vantajosa, vejamos:

É incontestável que nas relações negociais em geral, os contratantes, buscam a melhor proposta. Na Administração pública não deveria ser diferente. Todavia, enquanto aos particulares essa escolha é totalmente facultativa, pois dispõe livremente dos seus recursos, mesmo se disso resultar um mau negócio, o mesmo não se verifica com entidades governamentais, que estão adstritas à legislação. Portanto, ressalvados alguns casos, sendo obrigadas a realização da Licitação, em busca da proposta mais vantajosa (COSTA,2013).

Como visto, a busca da proposta mais vantajosa é imposição legal à Administração Pública, não se trata de mera faculdade. No entanto, vale ser aprimorado referido conceito e suas nuances práticas, tendo em vista que a obtenção do menor preço não é o único fim perseguido, vejamos:

A questão da proposta mais vantajosa para a administração pública, especialmente na licitação, com dispositivo legal previsto no art.3º da Lei 8666/93, traz consigo implicitamente que não se trata apenas de menor preço, mas também e especialmente a qualidade do bem ou do serviço prestado. O que atender de melhor modo ao interesse público pelo menor custo possível (COSTA,2013) (grifei).

Se o objeto do projeto for dividido por itens, com certeza haverá aumento de participantes, no entanto a pergunta que se faz é: o quanto mais vantajoso é esse tipo de contratação fracionada, com vista na eficiência da prestação do serviço para entrega integral do objeto?

Se contratados de modo separado, os itens da licitação (mão de obra e materiais) teria que, inicialmente, fazer chamado do prestador da mão de obra para identificar os itens necessários, após, realizar o pedido com o fornecedor dos materiais, concedendo prazos a ambos. Quando da chegada dos materiais, seria chamado novamente o prestador de serviços para que fizesse a implantação dos itens. Resultado: uma demora na prestação, serviço e gastos em dobro, e desrespeito escancarado do princípio da eficiência. Neste raciocínio, já se entende, data vênua, analisado o questionamento com relação aos prazos de entrega.

Assim, torna-se possível a compreensão dos fins pretendidos por esta municipalidade, quais sejam, a seleção de um particular com a

proposta vantajosa, mas isso com base no preço obtido e pensando na posterior eficiência da prestação dos serviços e entrega do objeto. Fazendo-nos lembrar da velha máxima: "o barato às vezes custa caro".

Para coadunar com o acima elencado, Costa, utilizando-se das lições do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, destaca:

Doutrinariamente, vantagem tem como substrato a adequação e satisfação do interesse coletivo por via de execução contratual. A maior vantagem possível é auferida pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. E a maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Fica configurada portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração, com vistas à satisfação dos interesses mais desejados dos seus administrados (COSTA, 2013). (grifei).

São compreensíveis os argumentos apresentados pela impugnante. Todavia, se demonstra desarrazoado com os fins pretendidos pela municipalidade e com os entendimentos doutrinários acerca da legislação pátria, ou seja, não há determinação legal que obrigue a utilização do critério menor preço por item, mas sim há obrigação de que a Administração Pública busque atingir todos os princípios que regem referida atividade.

Quanto a parte técnica, a impugnante solicita alteração da eficiência luminosa para 100lm/w, argumentando que a Instrução Normativa 20/2017 estabelece que essa eficiência é a mínima solicitada pelo INMETRO.

Não assiste razão a argumentação da impugnante.

Dá leitura detalhada da Instrução Normativa, em nenhum momento ela estabelece que a eficiência luminosa deva ser no mínimo de 100lm/w. Ela apenas estabelece uma tabela com as margens de consumo de energia em determinadas variações de eficiência luminosa.

No projeto de iluminação pública deste município, o quantitativo solicitado de eficiência luminosa é de no mínimo 85lm/w, o que parece ser razoável para fins de determinação de um mínimo aceito pela administração.

Conforme análise da tabela do anexo IV – Classe de Eficiência Energética da Instrução Normativa 20/2017, a luminária fica na Classe "C" de consumo de energia, o que não é vedado pela normativa.

Isto posto, tendo em vista o não impedimento de utilização de luminária que estabelecida na Classe "C" de eficiência energética, assim como, por ser o mínimo de eficiência luminosa solicitada no projeto, não impedindo que luminárias com maior eficiência sejam cotadas, entende-se que não há a necessidade de alteração desse quesito no projeto.

Ainda no que diz respeito aos questionamentos técnicos levantados pela impugnante, no que se refere ao item específico da luminária de LED, verifico que algumas alterações no projeto inicial devem ser feitas:

Quanto ao Índice de Proteção (IP) da estrutura da luminária, no projeto, esta municipalidade solicitou que o grau de proteção aceito seria de IP65.

Entretanto, conforme se verificou na Instrução Normativa 20/2017 do INMETRO, especificamente no anexo I-B, item A.3.2, "Os alojamentos das partes vitais (LED, sistema óptico secundário e controlador) deverão ter grau mínimo de proteção IP66".

Diante disso, esta municipalidade deve alterar o projeto inicial, solicitando IP66 da estrutura das luminárias de LED, para ficar em consonância com referida Instrução Normativa.

Mais a mais, depreende-se da leitura da Instrução Normativa 20/2017 do INMETRO, que regulamenta os requisitos técnicos para luminárias para iluminação pública viária que utilizam tecnologias LED, que alguns itens deve haver comprovação através de laudos/ensaios, os quais devem ser emitidos por laboratório certificado pelo INMETRO.

Diante disso, correta a impugnante em solicitar que esta administração exija do vencedor a apresentação de laudos/ensaios do material a ser utilizado pela vencedora para execução do projeto.

Assim, com vistas na segurança jurídica e na obtenção de material de qualidade para execução do projeto, deverão ser solicitados laudos/ensaio dos materiais apresentados na proposta comercial da empresa vencedora.

## DECISÃO

Diante de todo o exposto, decido pelo conhecimento do pedido apresentado, vez que tempestivo, no entanto, no mérito, parcial provimento, devendo-se providenciar as alterações necessárias para o projeto e o edital de licitação fiquem em conformidade com a Instrução Normativa 20/2017 do INMETRO.

Referida decisão será publicada no site da Prefeitura e no DOM SC.

Coronel Freitas – SC, 24 de abril de 2019.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO Nº1 A TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019**

Publicação Nº 1998150

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Edital de Tomada de Preço Nº 03/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA AMAZONAS E PARTE DA AVENIDA SANTA CATARINA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO E ORÇAMENTO.

Tipo: Menor Preço Global.

A prefeitura de Coronel Freitas/SC comunica que houve alteração no edital de referido pregão. O edital de retificação está disponível no site da prefeitura municipal.

A entrega dos envelopes passa a ser: até as 08:30 horas do dia 17/05/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 17/05/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de abril de 2019

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1997366



Estado de Santa Catarina  
Município de Coronel Freitas  
Processo Seletivo Público 01/2019



O **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**, destinado a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público o cargo Público, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 2.077/2015, Lei Municipal n.º 2.078/2015, Lei Municipal n.º 2.079/2015 e Lei Federal n.º 11.788/2008, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. **Cargo:** professor de educação especial, orientador educacional e operador de máquinas II. **As inscrições serão realizadas de 02/05/2019 até 22/05/2019**, exclusivamente via Internet, através do sítio eletrônico [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br). **Provas:** As provas teórico-objetivas serão aplicadas no dia 02/06/2019. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site da empresa organizadora [www.wedoservicos.com.br](http://www.wedoservicos.com.br). Coronel Freitas (SC), 29 de abril de 2019. Sr. **IZEU JONAS TOZETTO**. Prefeito Municipal.

**Correia Pinto****PREFEITURA****CONVOCAÇÃO Nº 010 -MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998234

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
010/2019 - MEDICOS

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
22	PATRICIA DE RESENDE O. CHAMMAS	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 22 de Março de 2019.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**ANEXO I**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

- ( ) 01 foto 3x4 recente  
( ) Registro Geral (identidade)  
( ) CPF  
( ) Título de eleitor  
( ) Carteira de trabalho  
( ) Cadastro do PIS/PASEP  
( ) Certificado de Reservista;  
( ) Certidão de casamento atualizada;  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

**DECLARAÇÕES**

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de inexistência de nepotismo  
( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

**CERTIDÕES**

( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>  
( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>  
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

**CONVOCAÇÃO Nº 011 - MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998239

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
011/2019 - MEDICOS**

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
24	CLEBERSON TEIXEIRA TEODORO	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 22 de Março de 2019.  
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**ANEXO I**

Nome: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
E.mail: \_\_\_\_\_  
Cargo / Função: \_\_\_\_\_  
Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

- ( ) 01 foto 3x4 recente  
( ) Registro Geral (identidade)  
( ) CPF  
( ) Título de eleitor  
( ) Carteira de trabalho  
( ) Cadastro do PIS/PASEP  
( ) Certificado de Reservista;  
( ) Certidão de casamento atualizada;  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

**DECLARAÇÕES**

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de inoccorrência de nepotismo

( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

**CERTIDÕES**

( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>

( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>

( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual

<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU

<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>

<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

**CONVOCAÇÃO Nº 012 - MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998241

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO****012/2019 - MEDICOS**

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA o candidato inscrito e aprovado abaixo relacionado, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
25	JAIME RICARDO C. CABEZAS JUNIOR	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
28	DANDARA LOURUAMA S. FERNANDES	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 29 de Março de 2019.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**ANEXO I**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

( ) 01 foto 3x4 recente

( ) Registro Geral (identidade)

( ) CPF

( ) Título de eleitor

( ) Carteira de trabalho

( ) Cadastro do PIS/PASEP

( ) Certificado de Reservista;

( ) Certidão de casamento atualizada;

( ) Comprovante de Residência;

( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade

( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar

( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);



**DECLARAÇÕES**☐ Declaração de bens☐ Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos☐ Declaração de inoccorrência de nepotismo☐ Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.**CERTIDÕES**☐ Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>☐ Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>☐ Civil e Criminal - Justiça Estadual<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>☐ Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces><http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>**CONVOCAÇÃO Nº 013 - MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998245

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
013/2019 - MEDICOS**

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
29	MAIARA FERREIRA PEIXER	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
32	RENATA COLLAÇO CASSOL	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 01 de Abril de 2019.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**ANEXO I**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

☐ 01 foto 3x4 recente☐ Registro Geral (identidade)☐ CPF☐ Título de eleitor☐ Carteira de trabalho☐ Cadastro do PIS/PASEP☐ Certificado de Reservista;☐ Certidão de casamento atualizada;☐ Comprovante de Residência;☐ Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

☐ Carteira de Motorista ☐ Comprovante de Escolaridade

**( ) Inscrição Profissional**

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar

( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as paginas c/ carimbos das vacinas);

**DECLARAÇÕES**

( ) Declaração de bens

( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos

( ) Declaração de inoccorrência de nepotismo

( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

**CERTIDÕES**

( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>

( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>

( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual

<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU

<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>

<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

**CONVOCAÇÃO Nº 014 MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998247

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
014/2019 - MEDICOS**

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
33	FERNANDO DE LARA NUNES SIQUEIRA	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
34	FERNANDA YURIANE HAYASKI	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 05 de Abril de 2019.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**ANEXO I**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

( ) 01 foto 3x4 recente

( ) Registro Geral (identidade)

( ) CPF

( ) Título de eleitor

( ) Carteira de trabalho

( ) Cadastro do PIS/PASEP

( ) Certificado de Reservista;

( ) Certidão de casamento atualizada;

- ( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

#### DECLARAÇÕES

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de inoccorrência de nepotismo  
( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

#### CERTIDÕES

- ( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>  
( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>  
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

### CONVOCAÇÃO Nº 015 - MÉDICOS - 2019

Publicação Nº 1998250

#### CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 015/2019 - MEDICOS

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
35	CAROLINA BRIGHENTE PADILHA	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
36	MAIARA DA SILVEIRA ARAUJO	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 12 de Abril de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

#### ANEXO I

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E.mail: \_\_\_\_\_

Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

- ( ) 01 foto 3x4 recente  
( ) Registro Geral (identidade)  
( ) CPF

- ( ) Título de eleitor  
( ) Carteira de trabalho  
( ) Cadastro do PIS/PASEP  
( ) Certificado de Reservista;  
( ) Certidão de casamento atualizada;  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as paginas c/ carimbos das vacinas);

#### DECLARAÇÕES

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de inoccorrência de nepotismo  
( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

#### CERTIDÕES

- ( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>  
( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>  
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

## CONVOCAÇÃO Nº 016 MÉDICOS - 2019

Publicação Nº 1998252

### CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 016/2019 - MEDICOS

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
37	CAMILLA PERES BRUDER	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
38	VICTOR FRANCO SOUTO SEVERINO	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 22 de Abril de 2019.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

#### ANEXO I

Nome: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
E.mail: \_\_\_\_\_  
Cargo / Função: \_\_\_\_\_

Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

- ( ) 01 foto 3x4 recente  
( ) Registro Geral (identidade)  
( ) CPF  
( ) Título de eleitor  
( ) Carteira de trabalho  
( ) Cadastro do PIS/PASEP  
( ) Certificado de Reservista;  
( ) Certidão de casamento atualizada;  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as paginas c/ carimbos das vacinas);

**DECLARAÇÕES**

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de incorrência de nepotismo  
( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

**CERTIDÕES**

- ( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>  
( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>  
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

**CONVOCAÇÃO Nº 017 MÉDICOS - 2019**

Publicação Nº 1998255

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
017/2019 - MEDICOS**

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 8.1 do Edital nº 005/2018, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no item 3.3.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 8.1. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo Simplificado homologado pelo Decreto 1410/2019, de 18/02/2019.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

CLASS.	NOME	CARGO
40	VALTER MAGALHÃES DE S. FILHO	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h
42	ANA CAROLINA DOS S. OLIVEIRA	02 - MEDICO CLINICO GERAL - 20 h

Correia Pinto SC, 25 de Abril de 2019.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

ANEXO I

Nome: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
E.mail: \_\_\_\_\_  
Cargo / Função: \_\_\_\_\_  
Conta Bancária (Consultar RH) Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente \_\_\_\_\_

- ( ) 01 foto 3x4 recente  
( ) Registro Geral (identidade)  
( ) CPF  
( ) Título de eleitor  
( ) Carteira de trabalho  
( ) Cadastro do PIS/PASEP  
( ) Certificado de Reservista;  
( ) Certidão de casamento atualizada;  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- ( ) Carteira de Motorista ( ) Comprovante de Escolaridade  
( ) Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- ( ) Certidão de Nascimento; ( ) comprovante de matrícula escolar  
( ) Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

#### DECLARAÇÕES

- ( ) Declaração de bens  
( ) Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos  
( ) Declaração de inoccorrência de nepotismo  
( ) se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

#### CERTIDÕES

- ( ) Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>  
( ) Civil e Criminal - Justiça Estadual  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>  
( ) Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>  
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

### DECRETO Nº 1433/2019

Publicação Nº 1998110

DECRETO Nº 1433/2019  
DE 25 DE ABRIL DE 2019

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, aprovação dos servidores no Estágio Probatório, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº 497/93 de 24 de maio de 1993, com a consequente comprovação da aptidão para o exercício do cargo efetivo;

CONSIDERANDO a exigência de homologação da avaliação de desempenho no Estágio Probatório;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 0713/1996 de 12 de dezembro de 1996 e Decreto nº 695/2013 de 06 de maio de 2013, Decreto nº 1417 de 11 de março de 2019 e Decreto nº 1420 de 13 de março de 2019; DECRETA:

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CORREIA PINTO, QUE ESPECIFICA."

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o resultado final da avaliação de desempenho no Estágio Probatório referente aos servidores abaixo especificados, em face do atendimento aos requisitos legais.

#### I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Resultado
15243	Kaquini Athayde dos Santos Martins	Agente Administrativo C	Aprovado

**II - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TRIBUTÁRIO**

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Resultado
15120	Bruna Salles Wiggers	Fiscal de Tributos B	Aprovado

**III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Resultado
15098	Dayane Santa Ana Oliveira dos Santos	Professor I (Edu. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15342	Claudia Santos Cardoso de Oliveira	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15344	Fabiana Mendes Rodrigues	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15345	Aline de Souza	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15346	Ivete dos Santos Antunes	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15347	Jamilly Oliveira Machado	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15348	Marilda Alves da Silva Lourenço	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15349	Gisele Cristina Bastos Amaral	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15437	Gisele Cristina Matos	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15426	Valdete Capistrano Sardá Canani	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15447	Patrícia Correa de Souza Barbosa	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15453	Nair Luci Felipe Lourenço	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15455	Solange Aparecida de Castro	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15454	Adriana Ines dos Santos Lucrecio	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15471	Joseane Matos Apolinário	Professor I (Ed. Infantil. e Séries Iniciais).	Aprovado
15425	Daniele Priscila dos Santos	Agente de Serviços Gerais B	Aprovado
15452	Geziele de Jesus Souza de Gois	Agente de Serviços Gerais B	Aprovado
15461	Gilson Brito Pereira	Motorista C	Aprovado

**IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Resultado
15038	Aracéli Rodrigues Alupes	Técnico em Enfermagem B	Aprovado
15417	Geseli Padilha Monteiro	Agente de Serviços Gerais B	Aprovado
15481	Paulo Ricardo Correa	Odontólogo	Aprovado

**V - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Resultado
328	Sonia Maria dos Santos Waltrick	Recepcionista	Aprovado
358	Pedro Saulo Iung	Médico	Aprovado
362	Karla Vanessa Pereira Ramos	Farmacêutico	Aprovado
363	Maria Odila da Silva de Liz	Técnico em Enfermagem A	Aprovado
366	Rafael Rodrigues Araujo	Médico	Aprovado
378	Mariza Aparecida Emerichs	Técnico em Enfermagem A	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 25 de abril de 2019.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019**

Publicação Nº 1998017

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019**

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área, segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como, pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 019/2007 que será regida pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracilio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Língua Inglesa	02/05/2019	10:00 HRS

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

**2. Requisitos Básicos para Contratação**

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

**3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA**

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

**5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO**

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
  - Ø Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
  - Ø Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
  - Ø Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 0,5 ponto para cada período já concluído.
  - Ø Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 20 (vinte) pontos.
  - Ø Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.
  - Ø Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.
  - Ø Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado

ao máximo de 120 meses.

ü Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

ü O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

ü Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

ü Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregue pelo próprio candidato.

## 6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

## 8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

9.2. O resultado e demais atos da Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Será partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 26 de abril de 2019.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

## ANEXO I

### DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor de Língua Inglesa	01	20h/s – Matutino/Vespertino no EBM Caldas Jr.	R\$ 1.278,87

## ANEXO II

### REQUERIMENTO PARA RECURSO

### IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: \_\_\_\_\_

Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_ Fone: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA  
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: \_\_\_\_\_

RAZÕES DO RECURSO:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do candidato

### **EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO Nº 0233/2019 AO CONTRATO 1079/2018 - PROCESSO 61/2018 PMCP**

Publicação Nº 1998448

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2018 PMCP  
EXTRATO DE CONTRATO  
ADITIVO DE TEMPO

Instrumentos:

Contrato nº 0233/2019 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 1079/2018 PMCP.

PARTES: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA II SEGUNDA ETAPA DA OBRA DA CANCHA DE ARREMATES, NA LOCALIDADE DE CORREIA PINTO VELHO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº2018TR001499 – PROCESSO Nº ADR2600004132/2018, ENTRE MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES.

Considerando a possibilidade de alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, o prazo para a conclusão das obras fica prorrogado em 90 dias contados a partir da assinatura deste instrumento, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

VIGÊNCIA: 26/04/2019 à 26/07/2019.

Correia Pinto, 26 de abril de 2019  
Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 0231/2019 PMCP - CONTRATAÇÃO DIRETA**

Publicação Nº 1998857

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0231/2019 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e A SERENATA LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de instrumentos musicais, referente às atividades de Banda Musical destinado às escolas públicas estaduais, distritais e municipais, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no edital.

Valor Total do Contrato: R\$ 15.672,00 (quinze mil, seiscentos e setenta e dois reais).

Vigência: de 23/04/2019 à 23/04/2020.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2019 -ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI**

Publicação Nº 1998130

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2019**

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, inscrita no CNPJ sob nº 78.474.293/0001-36, com sede na Rua Lauro Muller, 665, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo seu PRESIDENTE, Senhor JULIANO PADILHA, portador do CPF nº 038.026.839-60, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do "PROJETO ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS", regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento Público nº 001/2019 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 01.2019 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consoante com as predeterminações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;

f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) realizar todos os pagamentos mediante TRANSAÇÃO ELETRÔNICA DE VALORES, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor;

h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 74.940,00 (Setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2019/2020 - MESES					
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Out.
	18.620,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00
	Nov.	Dez.	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00	5.120,00

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 24 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar



ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2019 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – Comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.



7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

#### CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto

descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 26 de abril de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO JULIANO PADILHA

Prefeito Presidente/OSC

RITA DE CÁSSIA ALVES JULIO DAVID BRUNO GOEDERT SMASH Representante Legal

# Corupá

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2019

Publicação Nº 1998963

#### AVISO DE CANCELAMENTO

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2019

O Prefeito do Município de Corupá, Santa Catarina, torna público a todos os interessados em participar do referido certame, o CANCELAMENTO do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2019, que tem por objeto a seleção pública simplificada de pessoal para contratação em caráter temporário, para atuar na Secretaria de Administração e Fazenda para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, na função do quadro conforme anexo II do Edital, devido a necessidade de alterações no referido certame, notadamente em relação as regras de protocolo de inscrição e tabela de cargo/vaga.

Assim sendo, será publicado novo Edital oportunamente divulgado no sítio do município (<http://www.corupa.sc.gov.br>), e no sítio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site>).

Corupá, SC, 29 de abril de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 043/2019 PROCESSO SELETIVO 003/2018

Publicação Nº 1998844

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443- Fone 375-6500 - 89.278-000 - -SC [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) - [corupa@corupa.sc.gov.br](mailto:corupa@corupa.sc.gov.br)

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 043/2019

PROCESSO SELETIVO 003/2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 003/2018 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2019.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 003/2018 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

16.6. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7. O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.10. A inobservância do subitem 16.8, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo.

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Professor II – Educação Infantil	1	02/05/2019	08:30	Classificado nº 16

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,  
aos 29 dias do mês de abril de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 003/2019

Publicação Nº 1999072

Secretaria de Administração e Fazenda  
Departamento de Tributação e Fiscalização  
Edital de Notificação Fiscal Nº 003/2019

A Secretaria de Administração e Fazenda do Município de Corupá – SC, comunica todos os contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa referente a créditos tributários e não-tributários do Município, constituídos na forma da legislação em vigor, independentemente do valor, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado, e não localizados devido ao endereço postal estar incompleto, que o não pagamento dos valores pendentes até o dia 29/05/2019 implicará na Ação Judicial e/ou Protesto das certidões de dívida ativa.

O contribuinte que quiser quitar seu débito ou parcelar, antes da propositura de ação judicial e/ou protesto, deverá procurar a Prefeitura Municipal no Setor de Tributação e Fiscalização, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, Centro.

CÓDIGO DO CONTRIBUINTE	NOME	CPF/CNPJ
17319	AIRTON STISS	034.398.809-74
6687	ALICE KIEFER	021.506.749-55
21013	ALOISIO BISEWSKI	032.720.259-95
11639	ANALIS AIRES	059.600.579-21
2995	ASSOCIACAO FERROVIARIOS DE CORUPA	79.377.859/0001-74
15000	CASSIANO NABOR SEMMER	024.492.819-32
1735	CELSO MARASKI	420.240.139-53
17867	CLUBE DE TRILHEIROS RECRUTAS DA LAMA	15.300.565/0001-61
3444	COM. DE PNEUS E BOR. IRMAOS WALTER LTDA	00.968.102/0001-03
15001	DENEIS OLIVEIRA DA COSTA	901.834.019-72
2142	DIMAS GONCALVES DA LUZ	028.634.079-88
21663	EDICESAR SIDINEI ROTHSALE	069.869.089-38
6677	EGON KUHLE JUNIOR	008.138.469-60
10510	ESPOLIO DE EDIVALDO ALVARO MULLER	179.888.709-63
11047	ESPOLIO DE ROLANDO HACKBARTH	292.203.789-49
1604	GERCINO BELITZKI	384.136.479-91
8106	GERHARD SCHWARZ	292.150.569-04
18652	GERSON JUDACEFSKI	690.406.489-72
693	GILMAR AUERBACH	399.960.939-72
17891	HAROLDO WINTER	674.378.349-87
15024	HEDWIG ZINKE SCHMIDT	970.435.409-68
22126	HUMBERTO LENNERT	035.723.719-61
19367	IARA CINTHIA SCHULZE	031.781.839-22
10987	ILSON MACHADO	780.633.969-87
4103	INGO BRANDT	594.625.589-49
9520	INGOMAR VILLWOCK	310.482.509-20
4683	IRAJA ARTHUR	770.838.149-53
8580	IVONE MATHIAS	022.814.789-12
19869	JAMES JUNIOR DE LIMA	020.721.959-18

5736	JURANDIR ALVES DE SOUZA	400.034.269-04
7904	LOJAS SALFER S.A	84.683.432/0075-70
2167	LONI MUELLER	420.841.569-04
21975	LUCAS CASSIANO WALTER	103.311.209-76
1114	LUCIANO FERREIRA	753.740.999-49
10788	LUIS CARLOS LEBER	848.230.629-49
15237	LUIZ CARLINI	248.204.749-87
1331	LUIZ HUMBERTO DOS SANTOS	487.826.889-15
21687	MARCELO MATA DOS SANTOS	036.227.459-24
8281	MARCOS HORNBURG	024.391.219-67
21756	MARTIN KOHN	920.276.879-04
12074	MB INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA ME	12.494.724/0001-18
21696	MICHELI DE FATIMA URBANSKI	090.751.369-78
8439	NILTON ROSA E JUSSARA NUNES OLIVEIRA ROSA	750.567.989-91
20915	NILVO ROQUE FELTRIN	819.569.759-34
17760	ORTVIN BRAUN	685.702.879-68
9404	OTTO ROTHSA	218.218.799-53
9738	RENATO HINSCHING	004.555.279-70
22185	ROSELI OLIVEIRA	057.337.709-02
10245	SIRLENE APARECIDA RAYMUNDO	050.667.989-60
9450	SOCIEDADE COMUNITARIA RIO PAULO	03.164.348/0001-02
1779	SOCIEDADE ESP. E REC. ANTARES	83.441.964/0001-00
4613	SOCIEDADE ESP. E REC. FAIXA AZUL	83.784.207/0001-21
21617	VALDEMIRO ANACLETO	383.472.969-87
1034	VILMAR GNEWUCH	575.704.349-00

E, para que produza os efeitos legais e de direito, que o presente Edital seja devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC) e mural da Secretaria de Administração e Fazenda, a fim de dar ciência de seu teor aos contribuintes notificados.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
29 de abril de 2019.  
João Carlos Gottardi  
Prefeito Municipal

Ederson Cleiton Mahs  
Fiscal de Tributos e Posturas  
Wellington Loriel Borges  
Secretário de Administração e Fazenda

João Maria Leski  
Fiscal de Tributos e Posturas

# Cunhataí

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2019

Publicação Nº 1997809

Processo ADMINISTRATIVO nº 25/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 18/2019

Aos 26 dias do mês de abril de 2019, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, neste ato CONTRATANTE sob pessoa jurídica de direito público interno, com sua sede administrativa estabelecida na Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro - Cunhataí, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.116/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luciano Franz, brasileiro, para o Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA, o presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no Processo Licitatório nº 25/2019, Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº 18/2019, regendo-se o mesmo pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Orgânica Municipal e pela legislação pertinente, do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, lavra-se a presente ATA e Registra os Preços, conforme cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

1.1 O objeto da presente ATA é o Registro de Preço para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA, justifica-se a presente preposição na necessidade de serviços para manutenção e melhoramentos nos imóveis, ruas e outros para melhoramento nos trabalhos desenvolvidos pelos departamentos de administração, educação, saúde, agricultura, transportes, obras e serviços urbanos.

1.2. O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos serviços constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.
1	SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE PEDREIRO.	HRS	500,00	15,12
2	SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE PINTOR.	M²	500,00	5,20
3	SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE ELETRICISTA.	HRS	350,00	9,00
4	SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE LIMPEZA E CONSERTOS DE CLIMATIZADORES DE AR E APARELHOS DE AR CONDICIONADO.	UND	100,00	20,00

1.3. A administração não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa, às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

1.4 As quantidades são estimativas, podendo o governo municipal adquiri-las em quantidades maiores, menores ou ainda não as adquirir.

1.5 A validade do presente registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da data da homologação.

Parágrafo único: A presente ATA de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGISTRO DOS PREÇOS

2.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) pelo Prefeito Municipal e pelas licitantes vencedoras do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

2.2 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato de a empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Setor de Compras, convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer serviços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

2.3 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade pelo período de 12 meses.

2.3.1 A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Autorização de Fornecimento e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.4 O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

2.5 Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas por meio documental, obedecendo às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. A administração se julgar conveniente poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.6 Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o Município de Cunhataí, poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA

3.1. A entrega deverá ser efetuada de forma parcelada, conforme a Autorização de Fornecimento emitida pelo Município de Cunhataí, após o recebimento das Autorizações de Fornecimento informando as quantidades desejadas. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ao) efetuar as entregas somente após receber autorizações encaminhadas por escrito pela Administração Municipal, via fax símile e/ou e-mail.



3.2. A entrega dos SERVIÇOS deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito.

3.3 Os Serviços objeto desta licitação deverá ser entregue nos locais pré-determinados pelo departamento solicitante, sendo que a empresa deverá dispor de servidores pelo período necessário para execução dos serviços sempre que solicitado.

3.4 Imediatamente após a entrega dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos serviços fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes do item 13 e seus subitens.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ compromete-se a efetuar o pagamento Conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, após a entrega do objeto licitado/serviços prestados, pelo proponente.

4.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e serviços definitivamente aceitos e recebidos pelo Departamento compras, através de seu responsável.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

5.2. A ata de registro de preços poderá ser rescindida, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

5.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do serviço licitado;
- b) Entrega dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- d) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, assim como as de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- l) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

5.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

5.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

5.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

5.4 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.5 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação oficial.

#### CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

6.1 Pelo atraso injustificado na entrega do(s) item(ns), objeto deste edital, sujeita-se a contratada às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, na seguinte conformidade:

6.1.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, de acordo com a Autorização de Fornecimento, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

6.1.2. Pela inexecução total ou parcial deste Edital, a contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) item(ns) não entregues.

6.2. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à contratante.

6.3. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.4. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

6.4.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

6.4.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.5. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou

fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EFICÁCIA**

O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicada à respectiva súmula na imprensa oficial do Município.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

EDERSON TERRAS DE OLIVEIRA

CONTRATADO

ADELAIDE LUCIA BRUTSCHER 79890822920

CONTRATADO

GENIR JOCO HOSS 94232474900

CONTRATADO

FERNANDO BRUTSCHER SHUH 02605213960

CONTRATADO

Cunhataí - SC, em 26 de abril de 2019.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2019**

Publicação Nº 1996153

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 15/2019

Processo Administrativo nº 19/2019

Tomada de Preços nº 02/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC.

CONTRATADA: F.G CONSTRUTORA LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO DA MARGEM DO LAJEADO CUNHATAÍ, LOCALIZADA NA RUA SÃO CARLOS, CENTRO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/09/2019.

VALOR: R\$ 171.239,68 (Cento e Setenta e um mil duzentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 1.006;

Modalidade de Aplicação nº: 44.90;

Signatários: Luciano Franz e Mauro Luiz Schafer.

Cunhataí/SC, 29/04/2019.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 07/2019

Publicação Nº 1998337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 07/2019

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017. Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

#### NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA EDITAL

Número	Nome	CPF/CNPJ	Receita	Valor
409/2019	ELETROIND INSTALADORA ELETRICA INDUSTRIAL LTDA - ME	15.618.445/0001-07	300	R\$ 686,65
338/2019	PRESTADORA DE SERVICOS G. V. LTDA	05.577.498/0001-73	300	R\$ 1.524,53
389/2019	ALUIR GUETTEN	623.241.019-04	100	R\$ 1.316,19
389/2019	ALUIR GUETTEN	623.241.019-04	900	R\$ 1.475,28
351/2019	MIGUEL OZEIKA	448.914.409-10	100	R\$ 756,16
400/2019	ALEX ANTONIO CORREA	023.287.929-01	100	R\$ 521,33
361/2019	JOSE IVAN FELIPE BIANECK	018.390.189-41	300	R\$ 406,25
361/2019	JOSE IVAN FELIPE BIANECK	018.390.189-41	400	R\$ 428,61
361/2019	JOSE IVAN FELIPE BIANECK	018.390.189-41	1000	R\$ 31,03
383/2019	MARIA JOSE DE OLIVEIRA	847.964.219-04	100	R\$ 1.193,37
383/2019	MARIA JOSE DE OLIVEIRA	847.964.219-04	1000	R\$ 259,60
382/2019	RENI PEPPE MENEGOTTO E MAICO P. MENEGOTT	044.008.419-95	100	R\$ 585,87
371/2019	DIVIVIDROS DIVISORIAS LTDA - ME	19.326.939/0001-79	400	R\$ 2.279,46
412/2019	SERGIO A ARAUJO	679.401.029-15	100	R\$ 248,17
403/2019	MARIA MARTARELLO ME	03.092.866/0001-68	300	R\$ 1.279,57
403/2019	MARIA MARTARELLO ME	03.092.866/0001-68	3800	R\$ 47,28
355/2019	EDENILSON DOS REIS	22.640.053/0001-00	3800	R\$ 240,51
355/2019	EDENILSON DOS REIS	22.640.053/0001-00	5000	R\$ 31,00

#### Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço 400

Receitas Diversas: 1000

Taxas Corpo de Bombeiros Militar 3800

Taxas de Bombeiros 3400

Taxas Vigilância Sanitária 3600

Taxa Protocolo 5000

Curitibanos (SC), 26 de abril de 2019

Francisco B. Pereira Jr  
Fiscal de TributoS

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019**

Publicação Nº 1997652

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE BALANÇA PARA PESAGEM DE BOVINOS A SER INSTALADA NA COMUNIDADE MADRE PAULINA PARA USO DOS PRODUTORES RURAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 10/05/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 10/05/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 25 de Abril de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2019**

Publicação Nº 1999059

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2019**

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DRENAGEM DA ÁREA INDUSTRIAL DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 16/05/2019, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 16/05/2019, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 26 de Abril de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019**

Publicação Nº 1998242

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019**

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo de Educação de Curitiba e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, com o valor total de R\$ 1.450,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA PALESTRANTE JAMILLE BITENCOURT RODRIGUES, SERVIDORA DO SENAC PARA PROFERIR PALESTRA A TODOS OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO DIA 07 DE MAIO DE 2019, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XIII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXA.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XIII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 26 de abril de 2019.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva Cristiane J. Pereira Sandri

Membro Membro

Cristiano França pereira  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XIII dou como aprovada.

Curitibanos, 26 de abril de 2019.

Herlon Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

**RESOLUÇÃO N. 004/2019**

Publicação Nº 1997554

**RESOLUÇÃO N. 004/2019**

Institui a Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Curitibanos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitibanos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 5475/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de (nome do Município), sendo composta por 04 conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha para membro do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente venha a se tornar impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

I – Rita de Cássia dos Santos, representante governamental;

II – Juliana Aparecida Oliveira, representante governamental;

III – Débora Aparecida Mendes, representante da sociedade civil;

VI – Morgana Petris, representante da sociedade civil;

Parágrafo único. A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela conselheira Morgana Petris.

Art. 3º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Especial Eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

III – Comunicar ao Ministério Público.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II – Estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - Resolver os casos omissos.

Art. 6º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2019.

José Greison da Silva Rocha

Presidente do CMDCA

# Descanso

## PREFEITURA

### DECRETO 966/2019 - SF, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 18.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1998302

DECRETO Nº 966/2019-SF, de 26 de abril de 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 18.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, II, da Lei Municipal nº 1668/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
Proj./Ativ.	10.301.0037.2.060	Manut.das Atividades de Atenção Básica à Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0748		Aplicações Diretas (69) 18.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o excesso de arrecadação apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.2.4.1.8.04.1.1.01.00.00 – 0748	BL Investimento SUS Atenção Básica Portaria nº4.061 de 18 de dezembro de 2018	18.000,00
----------------------------------	---	-----------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2019, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1655/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1668/2018, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 26 de abril de 2019.

Sadi Inacio Bonamigo Prefeito Municipal	Cleber Luiz Rech Gestor - FMS
--	----------------------------------

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Assessor Técnico - ADM/RH



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATO 15 E 16-2019 - INEXIGIBILIDADE 51-2019 - PMDC

Publicação Nº 1998071

Contrato Nº.: 15/2019 - PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada.: APAE -ASSOC.DE PAIS E AMIGOS EXC.BARRAC.

Valor ..... : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 25/04/2019 Término: 31/01/2020

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 51/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REPASSE FINANCEIRO DE RECURSOS, QUE SE DESTINAM A CONTRIBUIR PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER, CULTURA, ESPORTE E OUTROS, AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA QUE FREQUENTAM AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, SENDO ELAS: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - BARRACÃO e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/GUARUJA DO SUL.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 26 de Abril de 2019

Contrato Nº.: 16/2019 - PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada.: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE

Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 25/04/2019 Término: 31/01/2020

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 51/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REPASSE FINANCEIRO DE RECURSOS, QUE SE DESTINAM A CONTRIBUIR PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER, CULTURA, ESPORTE E OUTROS, AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA QUE FREQUENTAM AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, SENDO ELAS: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - BARRACÃO e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/GUARUJA DO SUL.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 26 de Abril de 2019

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 1997325

EDITAL Nº 01/2019 – NOTIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CNPJ: 83.026.773/001-74

RUA SANTOS DUMONT, 413, CENTRO,

SETOR DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

NOME (NOTIFICADOS): DORVALINO RODRIGUES DO NASCIMENTO E TERCEIROS INTERESSADOS.

CPF/RG DO PROPRIETÁRIO: NÃO LOCALIZADOS E NÃO CONSTAM NA CERTIDÃO/TRANSCRIÇÃO Nº 3.260 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC.

De acordo com o artigo nº 20 § 1º ao §6º, artigo 31 §1º ao §9º, da Lei Federal nº. 13.465 de 11 de julho de 2017 (Regularização Fundiária Urbana - REURB), artigo 13, § 1º ao § 6º e artigo 24 § 1º ao §6º do decreto federal 9.310 de 15 de março de 2018 e decreto federal 9.597 de 04 de dezembro de 2018, o município através do Setor De Habitação e Regularização Fundiária NOTIFICA vossa (s) senhoria (s) para que haja a manifestação quanto ao processo de regularização fundiária de interesse Social (Reurb - S) conforme art. 11 da lei 13.465/2017 inciso III e art. 3º do Decreto Federal nº 9.310/2018 inciso III (núcleo urbano informal consolidado) implantado pelo município para regularização da área constante da certidão/transcrição nº 3.260 fls 221 do livro 03-a com registro na data de 04/setembro/1968 no C.R.I registro de imóveis do município de Dionísio Cerqueira denominado Loteamento Floresta sito no Bairro Floresta neste município, FICANDO CIENTE conforme reconhecido no Decreto Municipal 5834/2018, CIENTE também da demarcação urbanística, do procedimento administrativo assim como medidas/confrontações, do mapa, memorial constantes no processo nº 0301189-84.2016.8.24.0017 efetuado ainda no processo de regularização Lar Legal que tramita no Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJSC para regularização fundiária assim como eventuais alterações efetuadas, coordenadas geográficas de localização, memorial descritivo e dos confrontantes (lindeiros), posseiros residentes na referida área de sua propriedade conforme dados abaixo que constam no memorial descritivo e mapa constantes na demarcação urbanística:

PROPRIETÁRIO: DORVALINO RODRIGUES DO NASCIMENTO.

CERTIDÃO/TRANSCRIÇÃO Nº 3.260 FLS 221 DO LIVRO 03-A COM REGISTRO NA DATA DE 04/SETEMBRO/1968 COM OS SEGUINTE LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

Ao Norte: com estrada municipal e chácara nº 11 matrícula 8.745 de propriedade de Claimir Antônio Nagoski, por uma extensão de 32,28 metros conforme lote nº 01 da Quadra nº 03 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.266866 e Longitude -53.620744;

Ao Leste: com o Lote Rural nº 158 da Gleba 04 matrícula nº 7.109 de propriedade de Luiz Carlos Schultz e Marcieli Favero, por uma extensão de 118,5 metros conforme lotes 01 a 13 da Quadra nº 03 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.267384 e Longitude -53.620672;

Ao Oeste com estrada municipal e chácara nº 13 certidão/transcrição nº 484 de propriedade de Jacob Oswaldo Klein, por uma extensão de 124,05 metros conforme lotes 01 a 13 e servidão da Quadra nº 03 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.267341e Longitude -53.621007;

Ao Sul: com estrada municipal, com o Lote Rural nº 156-B da Gleba 04 matrícula nº 12.729 de propriedade de Ilmo Rauber e Irene Rauber e com o Lote Rural nº 156 da Gleba 04 matrícula nº 6.374 de propriedade de Antônio Weitbrecht e Rozani de Fatima Vazzata Weitbrecht, por uma extensão de 38,31 metros, conforme lotes 01 a 13 e servidão da Quadra nº 03 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.267920 e Longitude -53.620940;

Fica o notificado ciente que não existindo impugnação a demarcação urbanística e o processo administrativo (lei 13.465/2017 e decreto 9.310/2018 capítulos II e III) no prazo de 30 (trinta dias) será interpretada como concordância a demarcação urbanística, e o processo de regularização, art. 20 § 3º e art. 31 § 6º Lei 13.465/2017, art. 13 § 3º e art. 24 § 6º do Decreto 9.310/2018 e Decreto 9.597/2018. A ausência da impugnação no prazo citado implicará a perda de eventual direito de que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB (Decreto 9.310/2018 art. 13 §6º). Para que ninguém alegue prejuízo ou prejudicado, será publicado o presente via eletrônica e no mural do município com mapa da área em anexo com representação da quantia de quadras/lotes, confrontações e seus posseiros, já que a publicação online não abrange fotos, figuras e similares e estará presente na via publicada no mural do município ou poderá ser conferido diretamente no Setor de Habitação e Regularização no endereço abaixo. Havendo eventuais impugnações, as mesmas deverão ser encaminhadas a sede da Prefeitura Municipal no prazo citado acima no endereço Rua Santos Dumont, 413, Centro, Dionísio Cerqueira – SC, CEP 89950-000.

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
EM 29 DE ABRIL DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

EDERSON MIGUEL SCHNEIDER

RESP. PELO SETOR DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal e via eletrônica nesta mesma data e na forma da lei.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 1997339

EDITAL Nº 02/2019 – NOTIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
CNPJ: 83.026.773/001-74  
RUA SANTOS DUMONT, 413, CENTRO,  
SETOR DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

NOME (NOTIFICADOS): JACOB OSWALDO KLEIN E TERCEIROS INTERESSADOS.

CPF/RG DO PROPRIETÁRIO: NÃO LOCALIZADOS E NÃO CONSTAM NA CERTIDÃO/TRANSCRIÇÃO Nº 484 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC.

De acordo com o artigo nº 20 § 1º ao §6º, artigo 31 §1º ao §9º, da Lei Federal nº. 13.465 de 11 de julho de 2017 (Regularização Fundiária Urbana - REURB), artigo 13, § 1º ao § 6º e artigo 24 § 1º ao §6º do decreto federal 9.310 de 15 de março de 2018 e decreto federal 9.597 de 04 de dezembro de 2018, o município através do Prefeito Municipal e Setor De Habitação e Regularização Fundiária NOTIFICA vossa (s) senhoria (s) para que haja a manifestação quanto ao processo de regularização fundiária de interesse Social (Reurb - S) conforme art. 11 da lei 13.465/2017 inciso III e art. 3º do Decreto Federal nº 9.310/2018 inciso III (núcleo urbano informal consolidado) implantado pelo município para regularização da área constante da certidão/transcrição nº 484 fls 80 do livro 03 com registro na data de 25/outubro/1963 no C.R.I registro de imóveis do município de Dionísio Cerqueira denominado Loteamento Floresta sito no Bairro Floresta neste município, FICANDO CIENTE conforme reconhecido no Decreto Municipal 5834/2018, CIENTE também da demarcação urbanística, do procedimento administrativo assim como medidas/confrontações, do mapa, memorial constantes no processo nº 0301189-84.2016.8.24.0017 efetuado ainda no processo de regularização Lar Legal que tramita no Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJSC para regularização fundiária assim como eventuais alterações efetuadas, coordenadas geográficas de localização, memorial descritivo e dos confrontantes (lindeiros), posseiros residentes na referida área de sua propriedade conforme dados abaixo que constam no memorial descritivo e mapa constantes na demarcação urbanística:

PROPRIETÁRIO: JACOB OSWALDO KLEIN.

CERTIDÃO/TRANSCRIÇÃO Nº 484 FLS 80 DO LIVRO 03 COM REGISTRO NA DATA DE 25/OUTUBRO/1963 COM OS SEGUINTE LIMITES E

**CONFRONTAÇÕES:**

Ao Norte: com estrada municipal e chácara nº 10 matrícula 8.746 de propriedade de Laercio Schmeier e chácara nº 11 matrícula 8.745 de propriedade Claimir Antônio Nagoski, por uma extensão de 38,20 metros conforme lotes nº 02,03 e 04 da Quadra nº 04 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.266813 e Longitude -53.621208;

Ao Leste: com estrada municipal e chácara nº 12 certidão/transcrição nº 3.260 de propriedade de Dorvalino Rodrigues do Nascimento, por uma extensão de 124,55 metros conforme lotes 04 a 15 da Quadra nº 04 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.267431 e Longitude -53.621087;

Ao Oeste com a chácara nº 14 certidão/transc. nº 484 de propriedade de Jacob Oswaldo Klein, por linha seca de 139,89 metros conforme lotes 02,05,06,08,09,10,12,13,14 e 17 da Quadra nº 04 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.267347 e Longitude -53.621475;

Ao Sul: com estrada municipal e com o Lote Rural nº 157 da Gleba 04 matrícula nº 5.958 de propriedade de Diversino Semioni e com o Lote Rural nº 156 da Gleba 04 matrícula nº 6.374 de propriedade de Antônio Weitbrecht e Rozani de Fatima Vazzata Weitbrecht, por uma extensão de 37,75 metros, conforme lotes 15,16,17 da Quadra nº 04 de acordo com o mapa presente na Demarcação Urbanística tendo como ponto de coordenada geográfica em Graus Decimais DD com Latitude -26.268028 e Longitude -53.621352;

Fica o notificado ciente que não existindo impugnação a demarcação urbanística e o processo administrativo (lei 13.465/2017 e decreto 9.310/2018 capítulos II e III) no prazo de 30 (trinta dias) será interpretada como concordância a demarcação urbanística, e o processo de regularização, art. 20 § 3º e art. 31 § 6º Lei 13.465/2017, art. 13 § 3º e art. 24 § 6º do Decreto 9.310/2018 e Decreto 9.597/2018. A ausência da impugnação no prazo citado implicará a perda de eventual direito de que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB (Decreto 9.310/2018 art. 13 §6º). Para que ninguém alegue prejuízo ou prejudicado, será publicado o presente via eletrônica e no mural do município com mapa da área em anexo com representação da quantia de quadras/lotos, confrontações e seus posseiros, já que a publicação online não abrange fotos, figuras e similares e estará presente na via publicada no mural do município ou poderá ser conferido diretamente no Setor de Habitação e Regularização no endereço abaixo. Havendo eventuais impugnações, as mesmas deverão ser encaminhadas a sede da Prefeitura Municipal no prazo citado acima no endereço Rua Santos Dumont, 413, Centro, Dionísio Cerqueira – SC, CEP 89950-000.

MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
EM 29 DE ABRIL DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

EDERSON MIGUEL SCHNEIDER

Resp. Pelo Setor de Habitação e Regularização Fundiária

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal e via eletrônica nesta mesma data e na forma da lei.

**EXTRATO PREGÃO 52/2019 - PMDC**

Publicação Nº 1997461

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 52/2019, Edital de Pregão Nº 52/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA MAQUINAS, CAMINHOS E VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/05/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

# Dona Emma

## PREFEITURA

### AVISO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

Publicação Nº 1998042

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019  
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 14:00 horas do dia 10 de maio de 2019, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório, objetivando o “Registro de Preços para eventuais contratações de empresa/ liga/ associação para prestação de serviços de arbitragem, segurança e conselho de julgamento dos jogos de futsal e futebol de campo amador do Município de Dona Emma”. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 8 às 12 e das 13 às 17 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma (SC), 26 de abril de 2019.  
NERCI BARP  
Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO 078/2018

Publicação Nº 1998838

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 078/2018

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 052/2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 078/2018;

Considerando-se o requerimento formulado pela empresa Auto Posto Doutor Pedrinho Ltda, pleiteando, com base no item 10.3 do Edital de Pregão nº 052/2018, as revisões nos preços propostos no pregão;

Considerando-se a comprovação do aumento de custos dos combustíveis depois da contratação com a municipalidade, com o conseqüente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.775.636/0001-70, com endereço à Rua Brasília, 403, Centro – Doutor Pedrinho - CEP: 89.126-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

O valor do item 001 (ÓLEO DIESEL S500 COMUM) de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 078/2018, firmado em 18/12/2018, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 3,485 (três reais quarenta e oito centavos e cinco décimos de centavos) para R\$ 3,502 (três reais cinquenta centavos e dois décimos de centavos), o item 002 (ÓLEO DIESEL S10 ADITIVADO) passa de R\$ 3,498 (três reais quarenta e nove centavos e oito décimos de centavos) para R\$ 3,538 (três reais cinquenta e três centavos e oito décimos de centavos) e o item 003 (GASOLINA COMUM) passa de R\$ 4,197 (quatro reais dezenove centavos e sete décimos de centavos) para R\$ 4,347 (quatro reais trinta e quatro centavos e sete décimos de centavos), a contar desta data.

Parágrafo Único – O valor global estabelecido na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 078/2018, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 078/2018, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de ABRIL de 2019.

SIMONI M. M. NONES	KATIA C. P. NONES
PREFEITA MUNICIPAL	SÓCIA ADMINISTRADORA
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI ARNALDO VICENTE

# Ermo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 143, DE 22 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1999158

PORTARIA Nº 143, de 22 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019; Considerando a falta de aprovados para o cargo e a necessidade de continuidades dos serviços na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir DENISE FRANCISCO DA SILVA, CPF nº 833.560.459-20 em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início na data da Posse e encerra-se em 13 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 016/2019

Publicação Nº 1996136

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 039/2019  
Edital de Pregão nº 016/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de Difusão Radiofônica Semanal, para o exercício 2019, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/05/2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 017/2019

Publicação Nº 1996139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 040/2019  
Edital de Pregão nº 017/2019

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 13/05/2019.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0028/2019

Publicação Nº 1997568

AVISO DE REPUBLICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO EDITAL DO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0028/2019  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que REPUBLICA e ALTERA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0028/2019 – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO AIRLESS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E TINTAS PARA PINTURAS DE RUAS E SINALIZAÇÃO ASFÁLTICA, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m, em nova data do dia 14 de Maio de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital Consolidado e seu novo Termo de Referência alterado e demais anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, 26 de Abril de 2019.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº. 02 - CONTRATO N. 39/2018

Publicação Nº 1997253

TERMO ADITIVO Nº 002

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 39/2018

CONTRATO DE SEGURO DA FROTA

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº 632.005.380-15 e Cédula de Identidade nº. 7009036166, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, conforme previa a cláusula Segunda do Contrato, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA FORNECIMENTO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO PELO PERÍODO DE UM ANO, conforme processo licitatório nº. 654/2018 na modalidade de Pregão Presencial nº. 10/2018, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT.
1	1,00	SVC	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FORD KA SEDAN 1.5 ANO 2018/2018 PLACA QIZ-7485, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREENSIVA	R\$ 1.748,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 24 de abril de 2019.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 24 dias do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	MARCELO WAIS
CPF: 503.319.819-04	CPF: 632.005.380-15
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Maria Loiva de Andrade  
ASSESSORA JURIDICA

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4731/2019

Publicação N° 1997381

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4731, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere Artigo 71, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os artigos 21 e 22 da Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Por Mérito, no valor de 1%, calculado sobre o vencimento base de cada servidor, conforme artigo 15 da Lei N.º 254, de 02 de julho de 2001 e posteriores, aos seguintes profissionais da educação:

- I. ADÉLIA DE FÁTIMA SICHELERO DE MEDEIROS;
- II. ALESSANDRA HILLESHEIM;
- III. ANA CARLA COMUNELLO TRESSOLDI;
- IV. CIDIANE MARIA REZA;
- V. CLEUSA SALETE L. PAVÃO;
- VI. ELIAMARA D. CASAGRANDA;
- VII. FÁTIMA T. B. BAGGIO;
- VIII. GENECI DE FÁTIMA DA SILVA BREGALDA;
- IX. GRACIELA CAÚZ CASAGRANDA;
- X. IRACI LORENSET DE CEZARO;
- XI. IVONE DE CEZARO;
- XII. IVONE TERESINHA SZCZEPANSKI;
- XIII. JUCILIANE MARIA G. SANTIN;
- XIV. KARINE CELLA;
- XV. NEIMAR CONSOLI;
- XVI. NEURA MARIA CAVASIN STEDILLE;
- XVII. SIRLEI SIMONATO;
- XVIII. SOLANGE APARECIDA RISSON.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de primeiro de maio de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de abril de 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4732/2019

Publicação N° 1997384

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4732, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere Artigo 71, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os artigos 21 e 22 da Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores.

#### DECRETA:

Art.1º Fica concedida Progressão Por Mérito, no valor de 1%, calculado sobre o vencimento base de cada servidor, aos seguintes servidores:

- I. DIEGO SANTANA, ocupante do cargo de Procurador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

II. IVETE RAVARENA, ocupante do Cargo de Agente de Controle Interno, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

III. JUCIANE CAROL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

IV. LUIZETE R. LORENSET, ocupante do cargo de Técnica em Tributação, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

V. VANDINEI MILAN, ocupante do cargo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

VI. ADRIANA DECONTO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo;

VII. CLAUDIOMAR CECCHIN, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

VIII. MARINÊS BORSOI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo;

IX. MAURO MALACARNE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo;

X. NEUSA LORENSET, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo;

XI. ROSELEI BORGES KOSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo;

XII. DIVONEI DE CEZARO, ocupante do Cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

XIII. JANILSON SZCZEPANSKI, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

XIV. RAFAEL J. SPAGNOLLO, ocupante do Cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

XV. VALMIR BELTRAME, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

XVI. ALCIONE CASAGRANDA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

XVII. EDIVALDO WILKOSZ, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos;

XVIII. RENI FOSSATTI, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

XIX. SIDINEI ANTONIO CELLA, ocupante do Cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

XX. SIDINEI DIECSON DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e serviços Públicos;

XXI. VANDERLEI BREGALDA, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

XXII. ALCIONE WELTER CARVALHO, ocupante do Cargo de Técnica em Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXIII. CARINE EBERLE CELLA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXIV. CRISLEI BRUNA BORSOI, ocupante do cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXV. DAIANE TRESSOLDI SCALCON, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXVI. ISABETE NERVO PARISOTTO, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXVII. JULIANA PASQUALOTTO SCARIOT, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXVIII. KATIA RAQUEL SAUGO, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXIX. KELLY CRISTINA MARIA, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXX. LOURDES BAGGIO BREGALDA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social;

XXXI. MARIVONE FATIMA LUSSA CELLA, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXXII. NEIVOR DAMO, ocupante do Cargo de motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Assistência Social;

XXXIII. ODETE MARIA CICHOWICZ, ocupante do Cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Assistência Social;

XXXIV. PRISCILA CHEMIN, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Assistência Social;

XXXV. ROLINELZA MARIA FREZA COSSA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

XXXVI. RONIVAN FRANZOSI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Assistência Social;

XXXVII. SILVANA REMUSSI, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

XXXVIII. SOLANGE FÁTIMA BAU, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de primeiro de maio de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de abril de 2019.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 4733/2019**

Publicação Nº 1997387

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4733, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ENTIDADE: 1 – MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
PROJ./ATIV. 2.011 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR	
(177) 3.3.90.00.00.00.00.0300 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 30.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, referente à fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

ENTIDADE: 1 – MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
PROJ./ATIV. 2.011 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR	
(177) 3.3.90.00.00.00.00.0300 – RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 30.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de abril de 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0005-2019 DOM

Publicação Nº 1997503

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0005/2019 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0089/2018 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de Reforma da Quadra de Areia descoberta e Playground descoberto da Av. Beira Lago S/N, Centro, Lote 10 e 3, Quadras 19 e 21 neste Município com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante. Modalidade: Tomada de Preços. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço GLOBAL. RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 16.05.2019, no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus.

Fraiburgo(SC), 26 de abril de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### Decreto nº 111 - 2019

Publicação Nº 1998052

DECRETO Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2019

APROVA UNIFICAÇÃO (REMEMBRAMENTO) DOS LOTES Nº 0343 E 0344 DA QUADRA Nº 007, DE PROPRIEDADE DE IEDA PINZ.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 0672/2019, fica aprovada a unificação dos imóveis de propriedade do Ieda Pinz, inscrita no CPF sob nº 286.540.509-78, conforme abaixo descrito:

I. área I a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0343-000, da quadra nº 007, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 0.413, com área de 900,00m², com benfeitoria de 1.153,50m², situado na Rua Arnoldo Frey, 0348, Bairro Centro;

II. área II a unificar: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0344-000, da quadra nº 007, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 1.386, com área de 900,00m², com benfeitoria de 895,83m², situado na Rua Nadarci Brandt, 0031, Bairro Centro;

Art. 2º. Os lotes unificados passam a ter a seguinte descrição: um terreno urbano identificado pelo lote nº 0346-000, da quadra nº 007, com área de 1.800,00m², com benfeitoria de 2.049,33m², situado na Rua Arnoldo Frey, 0348, Bairro Centro, inscrição imobiliária nº 000006.8.14.007.0346.000.001.

Art. 3º. Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o lote será classificado como ZCP (Zona Comercial Predominante).

Art. 4º – Os imóveis somente serão cadastrados neste Município após o registro perante o Cartório de Registro de Imóveis e apresentação das devidas matrículas ao setor de cadastros do Município

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO (SC), 26 DE ABRIL DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

**EDITAL 26042019**

Publicação Nº 1997500

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº. 0011/2019.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1012/2019

O Município de Fraiburgo intima a Empresa MISPA MISSÃO PRISCILA AQUILA, inscrita no CNPJ sob nº 18.930.404/0001-40, com endereço na ROD SP 333, 0754, Bairro ZONA RURAL, Assis, SP, da emissão da Notificação Preliminar nº 0011/2019 para a LIMPEZA DO IMÓVEL, sendo que terá o prazo de 30 (trinta) dias para Regularizar a(s) situação(ões) sobre o Lote n.º 0258-000 da Quadra n.º 041, Imóvel n.º 1293 com a inscrição imobiliária n.º 000006.9.11.041.0258.000.001 situado na RUA SANTOS DUMONT, S/N, BAIRRO SÃO JOSÉ, FRAIBURGO, SC. CEP: 89.580-000. Fraiburgo (SC). 29 de Abril de 2019.

FABIANO LEONHARDT  
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº. 0009/2019.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1972/2019

O Município de Fraiburgo intima o Senhor WAGNER BALESTRIN, inscrito no CPF sob nº 005.960.719-06, com endereço na Rua MACHADO DE ASSIS, Bairro CENTRO, Fraiburgo, SC., da emissão da Notificação Preliminar nº 0009/2019 para a Construção e/ou Reforma do Passeio/Calçada Pública, sendo que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para Regularizar a(s) situação(ões) existente sobre o Lote n.º 0327-000 da Quadra n.º 022, sendo o Imóvel n.º 543 com a inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.022.0327.000.001 situado na RUA NEREU RAMOS, 0334, BAIRRO CENTRO, FRAIBURGO, SC. CEP: 89.580-000. Fraiburgo (SC). 29 de Abril de 2019.

FABIANO LEONHARDT  
Fiscal de Obras/Posturas

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº. 0010/2019.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1973/2019

O Município de Fraiburgo intima o Senhor ROMULO BERNARDI, inscrito no CPF sob nº 149.096.189-53, com endereço na Rua REINALDO CHEROBINI, 0326, Bairro SÃO CRISTÓVAO, Nova Prata, RS., da emissão da Notificação Preliminar nº 0010/2019 para a Construção e/ou Reforma do Passeio/Calçada Pública, sendo que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para Regularizar a(s) situação(ões) existente sobre o Lote n.º 0622-000 da Quadra n.º 026, sendo o Imóvel n.º 622 com a inscrição imobiliária n.º 000006.8.14.026.0031.000.001 situado na RUA PADRE BIAGIO SIMONETTI, S/N, BAIRRO CENTRO, FRAIBURGO, SC. CEP: 89.580-000. Fraiburgo (SC). 29 de Abril de 2019.

FABIANO LEONHARDT  
Fiscal de Obras/Posturas

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 059-2019 (AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR EDUCAÇÃO INFANTIL)**

Publicação Nº 1997499

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 059/2019  
FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 007/2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 007/2018, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 007/2018 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
1	Agente de Serviços Gerais	69º	29-04-2019 às 08:00
2	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	18º ao 24º	29-04-2019 às 08:00
3	Auxiliar Educação Infantil	71º	29-04-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação



da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 003/2018 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 007/2018, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 007/2018.

2.4 – De acordo com o item 1.8 do Edital de Contratação nº 007/2018 “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – De acordo com o item 9.4 do Edital de Contratação nº 007/2018 “O candidato que não comparecer à convocação ou não aceitar a vaga ofertada na primeira convocação, voltará a compor o quadro de classificados para uma eventual segunda chamada de candidatos”

2.6 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 26 de Abril de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

## Portaria 09272019

Publicação Nº 1997340

PORTARIA Nº 0927, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01047/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE FERNANDA ZONTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.371.239-60, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09282019**

Publicação N° 1997343

PORTARIA N° 0928, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 01048/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CATARINA MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.563.289-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09292019**

Publicação N° 1997347

PORTARIA N° 0929, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 01049/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA KAROLINA ANDRIN DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.714.069-41, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09302019**

Publicação Nº 1997350

PORTARIA Nº 0930, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01050/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.803.979-44, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09312019**

Publicação Nº 1997351

PORTARIA Nº 0931, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01051/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA ANTUNES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.590.079-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09322019**

Publicação Nº 1997355

PORTARIA Nº 0932, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01052/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA CORDEIRO MOREIRA PIMENTEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.773.089-06, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09332019**

Publicação Nº 1997357

PORTARIA Nº 0933, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01053/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09342019**

Publicação Nº 1997362

PORTARIA Nº 0934, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01055/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CILEINI KELEM VELOSO MORAIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.797.519-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09352019**

Publicação Nº 1997364

PORTARIA Nº 0935, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01056/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANE DE OLIVEIRA COUTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.495.049-18, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09362019**

Publicação Nº 1997369

PORTARIA Nº 0936, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01057/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.450.109-12, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09372019**

Publicação Nº 1997375

PORTARIA Nº 0937, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01059/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDILAINI APARECIDA ROSA GHELLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 060.818.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09382019**

Publicação Nº 1997376

PORTARIA Nº 0938, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01059/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público e não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELITA RIBEIRO FULGUERI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 055.401.159-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09392019**

Publicação Nº 1997378

PORTARIA Nº 0939, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01060/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIÉLI TAVARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.245.479-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria 09402019**

Publicação Nº 1997379

PORTARIA Nº 0940, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01061/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GENECI DE LIMAS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 039.905.189-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09412019**

Publicação Nº 1997380

PORTARIA Nº 0941, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01063/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE BELON DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.966.529-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09422019**

Publicação Nº 1997385

PORTARIA Nº 0942, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01063/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE RODRIGUES LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.108.079-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09432019**

Publicação Nº 1997396

PORTARIA Nº 0943, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01065/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora Margarete Rodrigues Mumberger, que está em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IONE SUBTIL RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.278.189-41, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09442019**

Publicação Nº 1997400

PORTARIA Nº 0944, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna

nº 01065/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEFERSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 100.774.979-29, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09452019**

Publicação Nº 1997404

PORTARIA Nº 0945, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01067/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JENIFFER THAÍS ULLIRSCH VELOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 122.937.579-19, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09462019**

Publicação Nº 1997407

PORTARIA Nº 0946, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01067/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 109.143.019-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09472019**

Publicação Nº 1997408

PORTARIA Nº 0947, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01069/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIMARA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.823.539-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09482019**

Publicação Nº 1997412

PORTARIA Nº 0948, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01069/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN DOMINGUES DOS SANTOS GEREMIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.770.509-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09492019**

Publicação Nº 1997413

PORTARIA Nº 0949, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01071/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LORENI DE ALMEIDA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 825.060.609-44, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09502019**

Publicação Nº 1997415

PORTARIA Nº 0950, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01071/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA ADRIANI CONSORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.399.139-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09512019**

Publicação Nº 1997416

PORTARIA Nº 0951, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01073/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA CAMILO VICENTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.470.779-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09522019**

Publicação Nº 1997417

PORTARIA Nº 0952, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01074/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊS MEURER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.069-65, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09532019**

Publicação Nº 1997419

PORTARIA Nº 0953, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01074/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MONIQUE SEMAM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.448.129-09, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09542019**

Publicação Nº 1997422

PORTARIA Nº 0954, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01075/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NERIZA ESTER PIRES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 595.925.919-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09552019**

Publicação Nº 1997423

PORTARIA Nº 0955, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01088/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;



**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLIVETE MARIZE FUNK ALONSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.244.939-22, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09562019**

Publicação Nº 1997426

PORTARIA Nº 0956, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01078/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PÂMELA SUELLEN DE SOUZA PRESTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.841.189-07, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09572019**

Publicação Nº 1997427

PORTARIA Nº 0957, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01076/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA DA SILVA CABRAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.679.469-16, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09582019**

Publicação Nº 1997428

PORTARIA Nº 0958, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01077/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRÍCIA GOMES DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.719.179-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09592019**

Publicação Nº 1997429

PORTARIA Nº 0959, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01080/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGIANE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.770.379-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09602019**

Publicação Nº 1997431

PORTARIA Nº 0960, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01081/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de RONISE APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 059.187.489-03, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09612019**

Publicação Nº 1997433

PORTARIA Nº 0961, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01082/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SHIRLEI OLIVEIRA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.950.279-89, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09622019**

Publicação Nº 1997436

PORTARIA Nº 0962, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna

nº 01082/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUELEN OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 111.393.179-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09632019**

Publicação Nº 1997438

PORTARIA Nº 0963, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01084/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAINÁ RODRIGUES BELLI ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.814.349-21, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09642019**

Publicação Nº 1997440

PORTARIA Nº 0964, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01084/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAINARA LUANA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.332.819-12, contratada em

caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 09652019

Publicação Nº 1997442

PORTARIA Nº 0965, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01086/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.606.449-03, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria 09662019

Publicação Nº 1997445

PORTARIA Nº 0966, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01087/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas; Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA ENEIDE MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 674.829.109-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09672019**

Publicação Nº 1997449

PORTARIA Nº 0967, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01087/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ZULMIRIA AYRES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 032.815.189-07, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09682019**

Publicação Nº 1997452

PORTARIA Nº 0968, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0933/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALICE TAISE BARBOSA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.732.869-35, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09692019**

Publicação Nº 1997455

PORTARIA Nº 0969, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0934/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CAROLINE SCHADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.100.699-51, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09702019**

Publicação Nº 1997457

PORTARIA Nº 0970, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0934/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESA BARBOSA VELOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.659.189-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09712019**

Publicação Nº 1997460

PORTARIA Nº 0971, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;



Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0935/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.905.139-37, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09722019**

Publicação Nº 1997465

PORTARIA Nº 0972, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0936/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDINEIA TEODORO GONÇALVES DE ARAUJO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.641.129-54, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09732019**

Publicação Nº 1997467

PORTARIA Nº 0973, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0941/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE CAMPOLIN GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.317.769-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09742019**

Publicação N° 1997468

PORTARIA N° 0974, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 0942/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.064.859-11, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09752019**

Publicação N° 1997470

PORTARIA N° 0975, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital n° 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n° 0943/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIELE RODRIGUES FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.401.859-80, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09762019**

Publicação Nº 1997471

PORTARIA Nº 0976, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0946/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GENIR DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 770.903.229-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09772019**

Publicação Nº 1997472

PORTARIA Nº 0977, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0945/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GÉSSICA BARBOSA OLIVO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 075.414.649-96, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09782019**

Publicação Nº 1997474

PORTARIA Nº 0978, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0947/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELLEN SIQUEIRA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.858.859-09, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09792019**

Publicação Nº 1997476

PORTARIA Nº 0979, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0949/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAINE RODRIGUES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.222.489-01, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09802019**

Publicação Nº 1997478

PORTARIA Nº 0980, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0948/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE ESQUINCA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 918.670.969-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09812019**

Publicação Nº 1997481

PORTARIA Nº 0981, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0950/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE TELES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 109.976.069-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09822019**

Publicação Nº 1997483

PORTARIA Nº 0982, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0951/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LETICIA DE FATIMA RIVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.634.139-74, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09832019**

Publicação Nº 1997485

PORTARIA Nº 0983, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0952/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA CAMARGO ROQUE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 845.387.919-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 31 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09842019**

Publicação Nº 1997487

PORTARIA Nº 0984, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0954/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÔNICA APARECIDA NAZÁRIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.747.799-74, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09852019**

Publicação Nº 1997490

PORTARIA Nº 0985, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0955/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA NAZÁRIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.887.809-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09862019**

Publicação Nº 1997491

PORTARIA Nº 0986, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;



Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0956/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PRISCILA MARIA DA SILVA SPIERING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 071.483.049-62, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09872019**

Publicação Nº 1997492

PORTARIA Nº 0987, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0957/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de RENATA DE CARVALHO RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 070.194.239-81, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria 09882019**

Publicação Nº 1997494

PORTARIA Nº 0988, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0960/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.787.829-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09892019**

Publicação Nº 1997495

PORTARIA Nº 0989, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0959/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE SPIERING, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.379-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria 09902019**

Publicação Nº 1997497

PORTARIA Nº 0990, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0962/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.121.289-60, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de abril de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO ISADORA PIROLI**

Publicação Nº 1997498

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): ISADORA PIROLI

CARGO: Analista Executivo  
Classificação: 3º lugar

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;
  - III – Creatinina;
  - IV – Parcial de Urina;
  - V – TGO e TGP;
  - VI – Triglicéridio;
  - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
  - VIII – TSH (acima de 45 anos);
  - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
  - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
  - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
  - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
  - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
  - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
  - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
  - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);

XIX- Audiometria (Grupo Operacional);

XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 26 de abril de 2019.

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ISADORA PIROLI

**Frei Rogério****PREFEITURA****9º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 128 = PROC. 23 TP 01 = CONSTRULACER= ESCOLA FNDE**

Publicação Nº 1997276

NONO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2014

NONO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM: O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, na cidade de Frei Rogério- SC, inscrito no CNPJ nº 01.616.039/0001 09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor, Jair da Silva Ribeiro, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Frei Rogério, SC, portador do CPF n. 528.389.789-34, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua 31 de março, nº 1076, na cidade Lacerdópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03, neste ato representada pelo senhor Elson Leoni Chaves, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, CPF, sob o nº 705.394.649- 53, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente termo de aditamento ao contrato para a Prestação de Serviços, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Processo Licitatório nº 23/2014, Tomada de Preços nº 01/2014 e demais normas pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Aditivo de valor ao contrato nº 128/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 – De acordo com o parecer técnico e a solicitação de aditivo pedido pela empresa, considerando que o projeto em sua planilha orçamentaria apresenta um volume total de concreto inferior ao necessário para sua plena execução, considerando que nas instalações hidro sanitárias são previstas 2 torneiras para pia, durante sua instalação constatou a necessidade de mais 4 unidades, no projeto consta 6 cubas ovais em planilha apenas 3 unidades necessitando assim o acréscimo de mais 3 unidades ; considerando que o projeto prevê entrada de energia trifásica, porem os itens não constam em planilha; considerando que para iluminação são necessária 13 luminárias tipo arandelas as quais não constam em planilha; considerando que o projeto prevê a execução de ajardinamento com o plantio de grama em 730m² sendo que para a total cobertura da área são necessários o acréscimo de mais 400 m² totalizando 1.130 m²; considerando que o projeto consta a instalação de bate carteira em 267,45 metros lineares, o mesmo não consta em planilha; considerando que em projeto consta bancadas em granito com área 1 m² porem na execução fez se necessário a inclusão de mais 4,86 m²; considerando que para a conclusão do projeto de prevenção contra incêndio e pânico faz-se necessária a instalação de 16 placas de saída no modelo fotoluminescente e para o abrigo de gás é necessária uma porta em alumínio com área de 6,63m², sendo que em planilha consta apenas 3,315m²; considerando e por solicitação da administração municipal para seja construído muro aos fundos com total de 195 m² para total fechamento da área edificada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES**

3.1 – Levando em consideração o Parecer Técnico e a solicitação pela empresa faz necessária o seu aditivo de acordo com planilha em anexo fica assim aditivado o valor total de R\$ 99.997,17 (noventa e nove mil novecentos e noventa e sete reais e dezessete centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO EMBASAMENTO LEGAL**

4.1 – O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 57, inciso II, e artigo 65, ambos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLAUSULAS**

5.1 - As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério SC, 23 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO Jair da Silva Ribeiro Prefeito Municipal CONTRATANTE	CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA Elson Leoni Chaves CONTRATADA
Elisangela De Lorenzi Machry Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Bernardo Ortlieb Fontana Engenheiro Civil CREA- SC 108.946-0

O presente termo aditivo cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Cristiane Boff  
OAB/SC: 35.830  
Assessora Jurídica

## **RESUMO EDITAL - 07-2019 - PR 03-2019 - SRP 02-2019 - MATERIAL DE LIMPEZA**

Publicação Nº 1999132

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019

O Município de Frei Rogério-SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 14 de maio de 2019 às 08h55min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 03/2019, sob a égide das Leis 10.520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza, para manutenção das repartições públicas municipais, pelo período de 12 meses, com entrega parcelada conforme autorizações de fornecimento. A relação dos itens está descrita no anexo I do presente edital.

Recebimento das amostras até o dia 09/05/2019 as 11h00min;  
Recebimento/protocolo dos envelopes até o dia 14/05/2019 as 08h50min  
Abertura das propostas/documentação dia 14/05/2019 as 08h55min

Informações e a íntegra do edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

## **RESUMO EDITAL - PROCESSO LICIT. 08-2019 - PR 04-2019 - ARBITRAGEM**

Publicação Nº 1999133

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2019

O Município de Frei Rogério-SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 10 de maio de 2019 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 04/2019, sob a égide das Leis 10.520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço global, tendo por objetivo a escolha da proposta mais vantajosa a esta administração visando à contratação de pessoa jurídica ou física que sejam habilitados e credenciados junto à federação catarinense de futebol/árbitros, para prestar serviços de arbitragem em jogos dos campeonatos municipais nas categorias e quantidades descritas no anexo I do edital.

Recebimento/protocolo dos envelopes até o dia 10/05/2019 as 08h50min  
Abertura das propostas/documentação dia 10/05/2019 as 09h55min.

Informações e a íntegra do edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2019 - 101 A 106

Publicação Nº 1997808

DECRETO Nº 101/2019

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Orli Antonio Farias, Prefeito em Exercício do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

Considerando a publicação de dois editais com horários diferentes, junto ao processo de licitação em questão, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado na sua integridade o Processo de Licitação nº 029/2019, Edital de Preços Presencial – Sistema de Registro de Preço nº 09/2019, em razão de publicação de dois editais, com horários diferentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de abril de 2019.

Orli Antonio Farias

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 102/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Orli Antonio Farias, Prefeito em Exercício do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 0900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 53.001,35 (cinquenta e três mil, um real e trinta e cinco centavos), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.006 – 33.90.00.00.00- Aplicações diretas R\$ 1,35

Fonte de Recursos 01.0032

12.365.1201 – 2.006 – 33.90.00.00.00- Aplicações diretas R\$ 53.000,00

Fonte de Recursos 01.0001

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.365.1201 – 2.009 – 31.90.00.00.00- Aplicações diretas R\$ 53.000,00

Fonte de Recursos 01.0001

12.361.1201 – 2.006 – 44.90.00.00.00- Aplicações diretas R\$ 1,35

Fonte de Recursos 01.0032

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de abril de 2019.

Orli Antonio Farias

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 103/2019

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;



Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a servidora Giamili Rossoni Turmina, ocupante do cargo de professor, contratada por tempo determinado através do Decreto Municipal nº 037/2019 de 11/02/2019, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito a partir ao dia 25 de abril de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 104/2019**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, PROPORCIONAL E FRACIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Joceli Villa, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, proporcional ao período de 57 (cinquenta e sete) dias, referente o período aquisitivo compreendido entre 20/03/2001 a 19/03/2006, encerrando-se assim o respectivo período aquisitivo.

Art. 2º. Fica ainda, estipulado que a concessão dar-se-á de forma fracionada em ½ turno de licença, sendo usufruída no período vespertino, ou seja, estender-se-á por 114 (cento e quatorze) dias, com início no dia 29 de abril de 2019 e término previsto para o dia 27 de agosto de 2019, encerrando-se assim o respectivo período aquisitivo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 105/2019**

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES - SEM REMUNERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 100, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedida licença para tratar de assuntos particulares – sem remuneração, para a servidora Rose Ester Miglioretto, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, com efeito, a partir do dia 04 de maio de 2019 e término previsto para o dia 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

**DECRETO Nº 106/2019**

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2018, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o senhor Paulo Cezar da Rosa, contratado por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, junto ao Magistério Público do Município de Galvão-SC, com início no dia 25 de abril de 2019 e término em 20 de dezembro de 2019, sendo as especificações contratuais conforme segue:

Carga Horária Semanal: 20 horas;  
Habilitação: Licenciatura;  
Área de Atuação: Ensino Fundamental;  
Disciplina: Ensino Integral;  
Local de Trabalho: Escola Municipal de Ensino Fundamental;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

## **PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019 FUNSAU**

Publicação Nº 1997848

### **EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 036/2019, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 003/2019, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 14 de maio de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICIPIO E SUAS UNIDADES GESTORAS, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 26 de abril de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT  
Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 037/2019**

Publicação Nº 1997852

### **MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 037/2019, Edital de Dispensa 011/2019, até às 09:00 horas do dia 02 de maio de 2019, e fará abertura das mesmas às 09:15hs do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, Conforme especificações constantes no Edital. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br).

Galvão, 26 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº058/2019

Publicação Nº 1997625

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 058/2019 PROCESSO Nº 051/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA DA SILVEIRA PEREIRA, CPF nº 058.272.069-97; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2019 VALOR: R\$ 10.065,39 DATA DA ASSINATURA: 25/04/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº059/2019

Publicação Nº 1997631

#### EXTRATO DE CONTRATO

PMG

Contrato nº. 059/2019; Processo nº 050/2019; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MARIOMAR MANOEL PEREIRA, CPF sob n.º 029.481.359-40; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2019 VALOR: R\$ 9.414,75 Data da Assinatura: 25/04/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº060/2019

Publicação Nº 1997647

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 060/2019 PROCESSO Nº 049/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA APARECIDA MACHADO, CPF nº 789.923.209-06; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, 1 E 2 SEMESTRE DE 2018; VALOR: R\$ 7.175,00 DATA DA ASSINATURA: 25/04/2018.

### PORTARIA N.º 489/2019.

Publicação Nº 1997871

PORTARIA N.º 489, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei Municipal nº 2.172/2019,

RESOLVE,

Art. 1º. DESTITUIR, nos termos do Art. 63, Inciso II, da Lei Municipal n.º 2.172/2019, ENEDINA DA SILVA PEREIRA, CPF n.º 064.110.229-17, das funções de Conselheira Tutelar em 01/05/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/05/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 493/2019.**

Publicação Nº 1998840

PORTARIA N.º 493, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que os Ofícios ADM nº 267/2019 da Secretaria de Administração e o Ofício SMEC nº. 200/2019 solicitam a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMEC nº. 200/2019.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão os servidores JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES, CLEIDE DE SOUZA E DANIEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE para, sob a presidência do primeiro, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 26 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 082/2019

Publicação Nº 1997508

PORTARIA Nº. 082 de 26 de abril de 2019

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o Memorando nº 539/2019, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;  
RESOLVE:

Art. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas de estágio obrigatório e de estágio não obrigatório.

Art. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

Art. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Márcio Ricardo Herpich, Daniel Wagner Heinig, Cleide Mafra, Bruna Christine Wiesner e Clausse Cidrea Davet, sendo presidida pelo primeiro.

Art. 40 - Competirá à comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreçar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII – Elaborar e corrigir as provas;

VIII – Avaliar títulos;

IX – Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder com a elaboração e correção das provas.

Art. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### TESTE SELETIVO Nº 006 - RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 1997154

Resultado Preliminar  
EDITAL 06/2019

Nº. INSC.	Classi.	NOME	Nota Objetiva	Nota da Redação	Média	Situação
007	1º	Franciele Regina Do Vale	9,0	9,0	9,0	Classificada
015	2º	Silviana da Silva	8,0	8,5	8,25	Classificada
020	3º	Luana Aparecida de Oliveira Falcão	8,0	8,5	8,25	Classificada
008	4º	Anne Caroline Silva	7,0	9,0	8,0	Classificada
010	5º	André Zelinski	7,0	7,5	7,25	Classificado
016	6º	Erica Regina da Costa	7,0	7,0	7,0	Classificada
011	7º	Rosimara Aparecida Rosa	5,0	7,5	6,25	Classificada
006	8º	Maykelli Rode Bondan	4,0	8,5	6,25	Classificada
013	9º	Eliana do Rocio Gusso	6,0	5,0	5,5	Desclassificada
012	10º	Elielson Garcia de Souza	5,0	6,0	5,5	Desclassificado
003	11º	Elaine Nogueira Ferreira	6,0	5,0	5,5	Desclassificada
004	12º	Karina do Nascimento Ozelami	4,0	5,0	4,5	Desclassificada
005	--	Otilia dos Santos	--	--	--	Faltante
018	--	Cilze Midia Pereira Mantovani	--	--	--	Faltante

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ  
Presidente da Comissão  
Portaria nº. 55/2019Diaime E. Hacker da Rocha  
Membro da ComissãoMarina Paula Muller  
Membro da Comissão

# Gaspar

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5.861, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1992616

PORTARIA Nº 5.861, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA NO PROCESSO LICITATÓRIO TP 10/2017, LANÇADO PELO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, considerando o disposto no artigo 5º da Portaria nº 5.459, de 27 de abril de 2018, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a partir de 30 de abril de 2019, o prazo da Comissão Especial designada através da Portaria nº 5.459, de 27 de abril de 2018, para conclusão do Processo Administrativo que apura a responsabilidade de empresa no processo licitatório TP 10/2017, lançado pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 8.731, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997488

DECRETO Nº 8.731, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA JESSICA PASSOS RODRIGUES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 28 de abril de 2019, a servidora JESSICA PASSOS RODRIGUES, inscrita no CPF nº 052.799.779-00, do cargo de provimento efetivo de Procuradora Municipal, lotada com 40 horas semanais na Procuradoria-Geral do Município, nomeada pelo Decreto nº 8.452, de 30 de outubro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-51/2016

Publicação Nº 1997513

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-51/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/06/2019. VENCIMENTO: 31/05/2020. Inexigibilidade nº.: 128/2016. OBJETO: Contratação da Empresa para Prestação de Serviços de Atualização e Manutenção de Software para as Bibliotecas da Rede Municipal de Educação. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC (76.659.820/0001-51). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 4.195,56 (quatro mil cento e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Gaspar, 24 de abril de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal de Educação

**SAMAE - GASPAR****PORTARIA Nº 33 DE 23 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997432

PORTARIA N. 33 DE 23 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA PARA A SERVIDORA MARIA ILAINE KRAHL

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder à servidora MARIA ILAINE KRAHL ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serv. Gerais, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 09/04/2019 à 08/05/2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09 de abril de 2019.

Gaspar (SC) em, 23 de abril de 2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 42/2019

Publicação Nº 1999071

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 42/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, CAPINA E LIMPEZA CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/05/2019 até 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 13/05/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2019.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 43/2019

Publicação Nº 1999073

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 43/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/05/2019 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 13/05/2019 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelsoramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelsoramos.sc.gov.br) através do link Licitações.

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2019.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

# Grão Pará

## PREFEITURA

### 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2012 HOSPITAL

Publicação Nº 1998334

#### SEXTO TERMO ADITIVO

AO CONVÊNIO N. 4/2012, DATADO DE 12 DE ABRIL DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TEREZINHA – HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO NORTE, VISANDO À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TEREZINHA – HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO NORTE, PARA MANUTENÇÃO DO REGIME DE SOBREAVISO MÉDICO DE ESPECIALIDADES PRESTADO PELO HOSPITAL SANTA TEREZINHA, NAS ESPECIALIDADES DE CLÍNICA MÉDICA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CIRURGIA GERAL, ANESTESIOLOGIA E CARDIOLOGIA, DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DIÁRIAS, INCLUSIVE AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

Termo de Convênio, que entre si fazem, de um lado, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará, CNPJ/MF n. 82.558.149/0001-55, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, SC, doravante denominada somente de “Prefeitura”, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, com interveniência da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento de Grão-Pará, e, de outro lado, a SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TEREZINHA – HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO NORTE, CNPJ/MF n. 86.437.845/0001-64, estabelecida na Rua Jacob Batista Uliano, 1370, Centro, Braço do Norte, SC, pessoa jurídica de direito privado, representada, neste ato, pelo seu Representante, Senhor PEDRO MICHELS NETO, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando conforme variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de acordo com as cláusulas e condições a seguir, mediante cláusulas e condições a seguir

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, do convênio, datado de 12 de abril de 2012, passando a ter a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Compete ao Município de Grão-Pará repassar à Sociedade Beneficente Santa Terezinha – Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte os seguintes valores: R\$ 7.599,62(sete mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos) mensais, em 12 (doze) parcelas, totalizando um valor Global de R\$ 91.195,44 (Noventa e um mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos) [...]”

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do convênio, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 02 de janeiro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

PEDRO MICHELS NETO  
Representante do Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte

DOUGLAS VAGNER  
OAB/SC 44.088  
Assessor Jurídico

### DECRETO DF 012/2019 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1998957

DECRETO DF N. 012, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.195, de 14 de novembro de 2018,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
1.006	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA

4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0387	Aplicações Diretas	R\$	29.261,50
07.00	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
2.026	MANUTENÇÃO DO INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0324	Aplicações Diretas	R\$	80.486,22

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Recurso	Valor	
0387 - Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica - Superávit Financeiro	R\$	29.261,50
0324 - Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	R\$	80.486,22

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 25 de abril de 2019.  
MÁRCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito de Grão-Pará

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## EXTRATO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N 01-2019 (RESUMO JORNAL) AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1998850

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DO Processo DE LICITAÇÃO N. 42/2019

Edital de CHAMADA PÚBLICA n. 01/2019 (OUTRAS MODALIDADES N. 01/2019) DE 27 de março de 2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO QUE OFERTEM A EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA), ENSINO FUNDAMENTAL, EJA E A APAE, DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Credenciado: GILMAR COSTA KOCH;

Valor: R\$ 19.985,00

Credenciada: ROSIMERI ASCARI LAIPELT SCHILICKMANN.

Valor R\$: 4.000,00

Valor Global da Chamada Pública: R\$23.985,00

Grão-Pará/ SC, 23 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

## FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ – FAMGP

### DECLARAÇÃO 010 DE 2019

Publicação Nº 1997382

#### DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 010/2019

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 010/2012, declara para devidos fins que forem necessários, referente ao Processo FAMGP n.º 016/2019 do empreendedor/requerente Paulo Meurer, CPF: 460.907.209-25 situado na Rodovia SC 370, Rio Pequeno nas coordenadas 676318.00 m E e 6878045.00 m S neste município, que o imóvel, do mesmo requerente, possui viabilidade ambiental quanto a sua localização, estando de acordo com a legislação ambiental vigente na data da emissão.

OBS.: Esta declaração não autoriza o corte de vegetação, processos de movimentação de terra e nem a execução de qualquer atividade que necessite de alvará ou licenciamento ambiental.

Em caso de construções novas as mesmas devem possuir tratamento de esgotamento sanitário individual de acordo com a legislação

vigente.

A área do imóvel indicada no processo encontra-se apta ambientalmente para instalação do equipamento.

Grão-Pará / SC, 04 de abril de 2019.  
VANDERLÉIA BAGIO MATUCHAKI  
Superintendente da FAMGP

## DECLARAÇÃO 011 DE 2019

Publicação Nº 1997386

### DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 011/2019

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 010/2012, declara para devidos fins que forem necessários, referente ao Processo FAMGP n.º 023/2019 do empreendedor/requerente Antonio Kuhn-Arent, CPF: 538.870.939-68 situado na Barrinha do Aiurê, Distrito de Aiurê nas coordenadas 662914.88 m E e 6889872.83 m S neste município, que o imóvel, do mesmo requerente, possui viabilidade ambiental quanto a sua localização, estando de acordo com a legislação ambiental vigente na data da emissão.

OBS.: Esta declaração não autoriza o corte de vegetação, processos de movimentação de terra e nem a execução de qualquer atividade que necessite de alvará ou licenciamento ambiental.

Em caso de construções novas as mesmas devem possuir tratamento de esgotamento sanitário individual de acordo com a legislação vigente.

A área do imóvel indicada no processo encontra-se apta ambientalmente para instalação do equipamento.

Grão-Pará / SC, 04 de abril de 2019.  
VANDERLÉIA BAGIO MATUCHAKI  
Superintendente da FAMGP

## DECLARAÇÃO 012 DE 2019

Publicação Nº 1997389

### DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 012/2019

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 010/2012, declara para devidos fins que forem necessários, referente ao Processo FAMGP n.º 024/2019 do empreendedor/requerente Maria Costa de Faveri, CPF: 716.252.409-53 situado na Estrada Geral Capivaras do Meio, Capivaras do Meio nas coordenadas 668639.00 m E e 6885652.00 m S neste município, que o imóvel, do mesmo requerente, possui viabilidade ambiental quanto a sua localização, estando de acordo com a legislação ambiental vigente na data da emissão.

OBS.: Esta declaração não autoriza o corte de vegetação, processos de movimentação de terra e nem a execução de qualquer atividade que necessite de alvará ou licenciamento ambiental.

Em caso de construções novas as mesmas devem possuir tratamento de esgotamento sanitário individual de acordo com a legislação vigente.

A área do imóvel indicada no processo encontra-se apta ambientalmente para instalação do equipamento.

Grão-Pará / SC, 05 de abril de 2019.  
VANDERLÉIA BAGIO MATUCHAKI  
Superintendente da FAMGP

## DECLARAÇÃO 013 DE 2019

Publicação Nº 1997390

### DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 013/2019

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08

de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 010/2012, declara para devidos fins que forem necessários, referente ao Processo FAMGP n.º 024/2019 do empreendedor/requerente Hamilton kulkamp Michels, CPF: 042.246.749-86 situado na Estrada Geral de Rio Cachorrinhos, Rio Cachorrinhos nas coordenadas 674011.20 m E e 6875656.47 m S neste município, que o imóvel, do mesmo requerente, possui viabilidade ambiental quanto a sua localização, estando de acordo com a legislação ambiental vigente na data da emissão.

OBS.: Esta declaração não autoriza o corte de vegetação, processos de movimentação de terra e nem a execução de qualquer atividade que necessite de alvará ou licenciamento ambiental.

Em caso de construções novas as mesmas devem possuir tratamento de esgotamento sanitário individual de acordo com a legislação vigente.

A área do imóvel indicada no processo encontra-se apta ambientalmente para instalação do equipamento.

Grão-Pará / SC, 10 de abril de 2019.

VANDERLÉIA BAGIO MATUCHAKI

Superintendente da FAMGP

## DECLARAÇÃO 014 DE 2019

Publicação Nº 1997393

### DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 014/2019

A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, inscrita no CNPJ: 23.311.650/0001-53, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.803 de 29 de novembro de 2011; Lei Municipal 2.015 de 04 de novembro de 2015; Lei Municipal 1.813 de 13 de dezembro de 2011; Lei Municipal 2.016 de 04 de novembro de 2015; Resolução CONSEMA 085/2016; Decreto Estadual 620 de 28 de novembro de 2003; Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981; Lei Federal 14.675 de 13 de abril de 2009; Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011; Decreto Estadual 14.250 de 05 de junho de 1981, Resolução CONAMA 237/1997; e Resolução CONSEMA 010/2012, declara para devidos fins que forem necessários, referente ao Processo FAMGP n.º 028/2019 do empreendedor/requerente Liana Antunes Buss Perin, CPF: 048.309.649-01 situado na Rodovia SC 370, Rio Pequeno nas coordenadas 674916.18 m E e 6876415.16 m S neste município, que o imóvel, do mesmo requerente, possui viabilidade ambiental quanto a sua localização, estando de acordo com a legislação ambiental vigente na data da emissão.

OBS.: Esta declaração não autoriza o corte de vegetação, processos de movimentação de terra e nem a execução de qualquer atividade que necessite de alvará ou licenciamento ambiental.

Em caso de construções novas as mesmas devem possuir tratamento de esgotamento sanitário individual de acordo com a legislação vigente.

A área do imóvel indicada no processo encontra-se apta ambientalmente para instalação do equipamento.

Grão-Pará / SC, 10 de abril de 2019.

VANDERLÉIA BAGIO MATUCHAKI

Superintendente da FAMGP

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 74.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1998065

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

PROCESSO Nº 74/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE CAMARAS DE AR E PROTETOR NOVOS E SERVIÇOS PARA CONSERTOS, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA PNEUS DE MAQUINAS, CAMINHÕES E VEICULOS ONIBUS E MICRO-ONIBUS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.568,00 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais)

CONTRATADO: CLAUDIR BRAMBILLA

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.070,00 (trinta e sete mil e setenta reais)

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 75.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1998066

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019

PROCESSO Nº 75/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MANTA ASFÁTICA POLIETILENO 03 MM, PRODUZIDO A BASE DE ASFÁTICA MODIFICADOS E COM POLÍMEROS, ESTRUTURA COM TECIDO DE POLIPROPILENO E ALUMÍNIO NA CAMADA SUPERIOR, ACABAMENTO INFERIOR EM POLIPROPILENO, ATENDE NORMA ABNT- NBR 9952/98 FABRICADO COM SISTEMA DE QUALIDADE CERTIFICADO NBR ISO 9001:2000, MANTA ASFÁTICA APLICADA TIPO I E II.

CONTRATADO: S. J. CONSTRUTORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais)

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO - LICITAÇÃO 20/2019

Publicação Nº 1998020

PROCESSO LICITATORIO N.º 20/2019- PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019- PMG

#### ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Avoco o presente processo licitatório.
2. Trata-se de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para aquisição de mudas de flores, árvores com flores e gramas, a serem utilizadas nas áreas públicas do município de Guaramirim (SC).
3. Verifica-se que durante a sessão pública do referido processo licitatório os licitantes presentes alegaram a existência de vícios no descritivo das árvores. Tal constatação é procedente. Inexiste no edital uma normatização sobre o tamanho e/ou estágio da planta, o que acarreta em vícios na elaboração da proposta, bem como, tal situação pode conduzir para que o produto entregue não atenda ao descritivo e/ou não atenda as necessidades da administração.
4. Por oportuno, cumpre destacar que tal situação se identifica também nas mudas de plantas (flores/grama), as quais não apresentam um tamanho mínimo, o que pode acarretar em um produto que não atenda as necessidades do município.
5. Diante disso, reconheço nulidades na formulação dos descritivos dos itens e determino a ANULAÇÃO de todo o certame.
6. Pontuo por fim que no presente processo sequer houve a aceitabilidade das propostas pelo pregoeiro, bem como ainda não ocorreu a fase de habilitação. Assim, inexistem prejuízos para os licitantes.

Guaramirim (SC), 17 de abril de 2019.  
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LUIS ANTONIO CHIODINI

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2019-PMG

Publicação Nº 1998367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 13/2019.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA - EPP, com sede na Rua Goiás, nº 318, bairro Vila Lenzi, município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina

Vigência: Início: 20/02/2019 Término: 19/02/2020.

Fornecedor: 246760 - OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA - EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1700	HR	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA.	78,0000	132.600,00
Total				R\$132.600,00	

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2019-PMG**

Publicação Nº 1998266

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA PARA OBRAS REALIZADAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES AOS SETORES DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA DE GUARAMIRIM/SC  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 21/2019.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: MARKO ALEXANDRE PERSUHN, com sede na Rua 28 de Agosto, 691, em Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 85.155.927/0001-53.

Vigência: Início: 20/03/2019 Término: 19/03/2020.

Fornecedor: 44083 - MARKO ALEXANDRE PERSUHN - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2600	UN	TELA SOLDADA 2 X 3 FERRO 3,4 20 X 20	26,6500	69.290,00
Total				R\$69.290,00	

Guaramirim (SC), 20 de março de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 28/2019-PMG**

Publicação Nº 1998351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE ROÇADA PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 30/2019.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.957.836/0001-65, Inscrição Estadual nº 254.832.946 e Inscrição Municipal nº 27643, com sede na Rua Carlos Oechsler, nº 1364, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina

Vigência: Início: 21/03/2019 Término: 20/03/2020.

Fornecedor: 322210 - SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO EIRELI EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	7500	M2	PAVER VIBROPRENSADO 10 X 20 X 8 CM , COR NATURAL , 35 MPA	28,9500	217.125,00
2	7500	M2	PAVER VIBROPRENSADO 10 X 20 X 6 CM , COR NATURAL , 35 MPA	24,9500	187.125,00
3	7500	M2	LAJOTA SEXTAVADA VIBROPRENSADO 25 X 25 X 8 CM , COR NATURAL , 35 MPA	29,8500	223.875,00
4	1000	M2	PAVER PODOTÁTIL DIRECIONAL VIBROPRENSADO ( RISCO ) 10 X 20 X 6 CM , COR VERME-LHO	34,4500	34.450,00
5	200	M2	PAVER PODOTÁTIL ALERTA VIBROPRENSADO ( BOLA ) 10 X 20 X 6 CM , COR VERMELHO	34,4500	6.890,00
6	12000	UN	MEIO FIO VIBROPRENSADO MEDINDO MÍNIMO 65 X 25 X 8 CM , COR NATURAL , 20 MPA	11,9500	143.400,00
7	500	UN	GRADE PARA BOCA DE LOBO MEDINDO MÍNIMO 40 X 60 X 7 CM , COR NATURAL	54,0000	27.000,00
8	2500	M2	PAVER VIBROPRENSADO 10 X 20 X 8 CM , COR NATURAL , 35 MPA	28,9500	72.375,00
9	2500	M2	PAVER VIBROPRENSADO 10 X 20 X 6 CM , COR NATURAL , 35 MPA	24,9500	62.375,00
10	2500	M2	LAJOTA SEXTAVADA VIBROPRENSADO 25 X 25 X 8 CM , COR NATURAL , 35 MPA	29,8500	74.625,00
11	4000	UN	MEIO FIO VIBROPRENSADO MEDINDO MÍNIMO 65 X 25 X 8 CM , COR NATURAL , 20 MPA	11,9500	47.800,00
Total				R\$1.097.040,00	

Guaramirim (SC), 21 de março de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 29/2019-PMG**

Publicação Nº 1998325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO CORTE DE GRAMA E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 29/2019.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS, sediada na Rua Marcionilo dos Santos, Corticeira, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.510.260/0001-60.

Vigência: Início: 15/04/2019 Término: 14/04/2020.

Fornecedor: 318035 - SJS PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	9000	HR	CORTE DE GRAMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	17,0000	153.000,00
2	9000	HR	SERVIÇO DE JARDINAGEM, LIMPEZA DE PÁTIOS E CALÇADAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	16,0000	144.000,00
Total				R\$297.000,00	

Guaramirim (SC), 15 de abril de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 30/2019-PMG**

Publicação Nº 1998339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE ROÇADA PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 28/2019.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS, sediada na Rua Marcionilo dos Santos, Corticeira, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.510.260/0001-60.

Vigência: Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020.

Fornecedor: 318035 - SJS PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12000	HR	SERVIÇO DE ROÇADA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	16,8000	201.600,00
Total				R\$201.600,00	

Guaramirim (SC), 26 de março de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2019-PMG**

Publicação Nº 1998320

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2019 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE PEDREIRO E SERVENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 27/2019.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.  
Fornecedor: SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS, sediada na Rua Marcionilo dos Santos, Corticeira, Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob nº 10.510.260/0001-60.

Vigência: Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020.

Fornecedor: 318035 - SJS PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12000	HR	SERVIÇO DE PEDREIRO	22,8800	274.560,00
2	12000	HR	SERVIÇO DE SERVENTE DE PEDREIRO	16,4200	197.040,00
Total				R\$471.600,00	

Guaramirim (SC), 26 de março de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2019 – FMS**

Publicação Nº 1997130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2019 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS REFERENTE À MANUTENÇÃO DE LAVADORAS.  
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.  
Contratada: ARFRIO REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÕES LTDA, sob o CNPJ nº 18.948.104/0001-98, estabelecida na Rua Athanasio Rosa, CEP 89.270-000, nº 1161, Bairro Amizade, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Valor: R\$ 1.440,00 (novecentos e dez reais).

Guaramirim (SC), 25 de abril de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2019 – PMG**

Publicação Nº 1997136

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 93/2019 – PMG

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPI PARA USO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.  
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: BRANCO COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA - ME, sob o CNPJ nº 07.903.894/0001-79, estabelecida na Rua Domingos Rodrigues da Nova, nº 154, Bairro Centro, Jaraguá do Sul-SC, CEP: 89.251-640.

Valor: R\$ 1.094,00 (mil e noventa e quatro reais).

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO CONTRATO 22/2019

Publicação Nº 1998223

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 22/2019- PMG

Processo nº: 24/2019 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PLANO DE OUTORGA PARA A CONTRATAÇÃO DE PLANO DE OUTORGA PARA A CONTRATAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: RUBENS MISSFELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.337.641/0001-43, estabelecida na Rua Benjamin Antônio Ansai, nº 82, bairro Novo Mundo, CEP 81.030-490, município de Curitiba, estado do Paraná.

Valor total: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 24/04/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 59/2018

Publicação Nº 1998170

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2018- PMG

Chamada Pública nº: 195/2018

Modalidade: Chamada Pública

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: ANTONIO CARLOS ESPANHOL, inscrito no CPF sob o nº 452.977.119-91, com endereço na Rua Estanislau Vick, lateral, s/n, Guamiranga, Guaramirim (SC)

Síntese do aditivo: a) prorrogar a vigência contratual até 30.05.2019

b) aditar em 25% os itens 01, 04, 13, 23 e 24.

Data da Assinatura: 22/04/2019 Vigência: 30/05/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 60/2018

Publicação Nº 1998171

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2018- PMG

Chamada Pública nº: 195/2018

Modalidade: Chamada Pública

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: ANTONIO CARLOS ESPANHOL, IVAN VOLZ, inscrito no CPF sob nº 082.181.589-01, com endereço na Estrada Tibagi, s/n, Guaramirim (SC)

Síntese do aditivo: a) prorrogar a vigência contratual até 30.05.2019

b) aditar em 25% os itens 08 e 09.

Data da Assinatura: 22/04/2019 Vigência: 30/05/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 61/2018**

Publicação Nº 1998173

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 61/2018- PMG

Chamada Pública nº: 195/2018

Modalidade: Chamada Pública

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: COOPERATIVA DE ARAQUARI DE AGRICULTURA FAMILIAR, inscrita no CNPJ sob nº 30.639.217/0001-07, com endereço na rua Graciliano A. Cardoso, 40, centro, Araquari (SC).

Síntese do aditivo: a) prorrogar a vigência contratual até 30.05.2019

b) aditar em 25% os itens 02, 03, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22.

Data da Assinatura: 22/04/2019 Vigência: 30/05/2019

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014-PMG**

Publicação Nº 1998276

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014 - PMG

Processo de Licitação: 01/2014 - PMG

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO PÚBLICO MILITAR, COMPOSTO POR 1 (UMA) CENTRAL DE MONITORAMENTO E 10 (DEZ) CÂMERAS, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.468.282/0001-19, estabelecida na Avenida Salvador di Bernardi, nº 700, bairro Campinas, município de São José, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato.

Data da Assinatura: 15/03/2019 Vigência no máximo 16/03/2020

GUARAMIRIM (SC), 26/04/2018

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 222/2019**

Publicação Nº 1997286

PORTARIA Nº. 222/2019

Nomeia os representantes da Prefeitura de Guaramirim para comporem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2019/2020.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Norma Regulamentadora nº. 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e com o Decreto nº. 1056/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os agentes públicos municipais, abaixo relacionados, como representantes da Prefeitura Municipal de Guaramirim, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2019/2020, no âmbito da Administração Pública Direta.

**TITULARES**

Presidente: Daniel Erthal

1º Membro: Diego Jober da Silva Cidral

**SUPLENTES**

1º Suplente: Alisson Demétrio Fernandes

2º Suplente: João Carlos Dellani de Almeida

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 223/2019**

Publicação Nº 1997288

PORTARIA Nº. 223/2019

Dar posse aos representantes eleitos pelos Servidores da Prefeitura de Guaramirim, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2019/2020.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Norma Regulamentadora nº. 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e com o Decreto nº. 1056/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Empossar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, que foram eleitos para representar os Servidores da Prefeitura Municipal de Guaramirim, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA 2019/2020, no âmbito da Administração Pública Direta.

**TITULARES**

Vice-Presidente: Flávia Vanessa Ribas da Silva

1º Membro: Terezinha Borba Machado Tenutti

**SUPLENTES**

1º Suplente: Fermio Prestes Junior

2º Suplente: Teresinha Martinelli Cardoso de Aguiar

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL - LICITAÇÃO 24/2018 - FMAS**

Publicação Nº 1998299

PROCESSO LICITATORIO N.º 20/2019- PMG  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019- PMG

**REVOGAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO**

1. Trata-se de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para Registro de Preços para a futura aquisição de produtos de higiene e alimentos diversos para o lar da criança – Marcos Valdir Moroso de Guaramirim (SC).
2. Verifica-se que a licitante vencedora dos itens 134 e 173 requereu a desclassificação dos itens e não assinou a ata de registro de preços dos referidos itens.
3. Diante disso, acolho o pedido de desistência e revogo os itens 134 e 173 do processo licitatório em epígrafe.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LUIS ANTONIO CHIODINI



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**53/2019**

Publicação Nº 1997304

DECRETO Nº 053/2019

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

03- Departamento de Cultura e Esporte:

Atividade: 0503.27.812.0032.2.018

3.3.90.00-00.00.118 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Soma ..... R\$ 10.000,00

Art 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

03- Departamento de Cultura e Esporte:

Atividade: 0503.27.812.0032.2.018

4.4.90.00-00.00.118 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Soma ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 26 de abril de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

## ALTERAÇÃO DE EDITAL - PL 08/2019 FMAS

Publicação Nº 1997823

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº. 01

1.1. O Município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, tornam público, para conhecimento dos interessados que o Edital acima mencionado teve erro de digitação, passando a seguinte redação:

### ANEXO I

### RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Itemm	Qtida	Unid	Especificação	Preço Maximo	Preço Unitário	Preço Total
01	1.500	Hora	Oficina de Artesanato, sendo: Artesanato com material reciclável; Artesanato em cuias decoradas com pedras; Artesanato em bonecos de pano; Artesanato em Feltro; Artesanato em caixas de MDF decoradas; Artesanato em EVA; Artesanato em Patchwork; Artesanato em crochê; Artesanato em Biscuit. Período de execução das oficinas será a partir de maio, sendo no mínimo 1 dia por semana - mínimo de 8 horas semanais. A empresa vencedora deverá disponibilizar no mínimo 3 profissionais por semana.	53,60		

1 - DA LICITAÇÃO

1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia 10/05/2019 às 08:30 horas, na sala de Licitações, Junto a Prefeitura Municipal na Avenida João

Pessoa, 1265 - Guarujá do Sul - SC.

1.3. A documentação do credenciamento, bem como os envelopes da habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08:15 horas no mesmo local e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital.

Os demais itens do Edital permanecem em vigor.

Guarujá do Sul, 26 de abril de 2019.

Franciane Baseggio,  
Responsável FMAS.

## EDITAL CMDCA 01\_2019

Publicação Nº 1999079

EDITAL n. 001/2019/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE GUARUJÁ DO SUL - SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guarujá do Sul – SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução Conanda n. 170/2014 e a Lei Municipal n. 2.621/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Guarujá do Sul – SC e dá outras providências.

### 1. DA FUNÇÃO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1. Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Guarujá do Sul - SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Guarujá do Sul - SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3. Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4. Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5. As vagas, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
Membro do Conselho Tutelar	05	30h/sem	R\$ 1.331,68

1.6. O horário de expediente do Conselheiro Tutelar é das 07h00min às 13h00min e das 12h00min às 18h00min, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população; os conselheiros tutelares atenderão em dois turnos, sendo o primeiro das 07h00min às 13h00min e o segundo turno das 12h00min às 18h00min; em cada turno deverão trabalhar 02 (dois) e 03 (três) conselheiros tutelares, respectivamente.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8. A jornada extraordinária do Conselheiro Tutelar, em sobreaviso, deverá ser compensada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 2.621/2019, ou a que a suceder.

1.9. As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 2.621/2019, ou as que as suceder.

1.10. Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 2.621/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

### 2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Guarujá do Sul – SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.621/2019.

2.2. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Ser considerado apto no exame de avaliação psicológica;

IV. Apresentação pública dos candidatos habilitados, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

V. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Guarujá do Sul, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o Processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do município de Guarujá do Sul - SC poderão ser efetuadas Presencial – on-line, no período das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min nas dependências da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul - SC, sito à Avenida João Pessoa, nº 1265, Guarujá do Sul - SC.

3.2. A inscrição será gratuita.

3.3. Das inscrições presencial-on-line:

3.3.1 Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos(item 5 deste edital) e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

3.3.2.1. Seguir-se-á os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos Públicos;

- b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;  
c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções.

3.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados.

3.5. Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

3.6. As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

3.7. No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 5 (cinco) deste edital.

3.8. Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 2.621/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.10. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 5 (cinco) deste edital.

3.11. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

3.12. Não serão aceitas inscrições via postal.

#### 4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

4.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, bem como comprovar a necessidade de atendimento diferenciado, juntando documentos que atestem a necessidade do atendimento solicitado.

4.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para fazer as provas deverá:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao recursos especiais necessários;

b) enviar, via upload, imagem legível do Documento de Identificação original;

c) enviar, via upload, a imagem legível do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que ateste a espécie e grau ou o nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que justifique o atendimento especial solicitado. O laudo deve conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

4.1.2. A solicitação de atendimento diferenciado será analisada pela Comissão Organizadora do certame e deferida desde que requerida no momento oportuno e devidamente comprovada, observando os critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo os candidatos comunicados da decisão através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br) conforme cronograma.

4.1.3. Para utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade de seu uso.

4.1.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal situação no momento de sua inscrição e, no dia de aplicação das provas deverá providenciar acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

#### 5. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO, A CANDIDATURA E DOCUMENTAÇÃO

5.1. Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Ficha de inscrição preenchida (Anexo I);

II. Certidão de antecedentes Policiais (Delegacia de Polícia) com fins de reconhecimento da idoneidade moral;

III. Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone, contrato de locação ou declaração de residência firmada pelo proprietário do imóvel no caso de ausência de contrato de locação), comprovando a residência no Município a no mínimo um ano da data de inscrição;

IV. Cópia da Carteira de Identidade, CPF e do Título de Eleitor;

V. 01 (uma) foto 3x4;

VI. Certidão de Nascimento ou Casamento;

VII. Comprovante de residência de no mínimo um ano na data de inscrição;

VIII. Certificado de quitação eleitoral;

IX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

X. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

XI. Certidão negativa da Justiça Federal;

XII. Certidão da Justiça Militar da União;

XIII. Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Médio;

XIV. Experiência mínima de 01 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude, com carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas que poderá ser comprovada com os seguintes documentos:

a. Declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b. Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c. Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d. Diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

XV. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

XVI. Não ter sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

XVII. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

XVIII. Não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIX. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

#### 6. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

6.1. O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

#### 7. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.2. Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

#### 8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

8.1. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

8.2. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

8.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

8.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 2.621/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

8.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br)

8.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de 03 e 04 de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no mesmo local de inscrição, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

8.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 07 de junho de 2019.

8.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 14 de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no mesmo local de inscrição, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

8.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br)

8.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 a 21 de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no mesmo local de inscrição, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, no e-mail [guaruja.cmdca@gmail.com](mailto:guaruja.cmdca@gmail.com), vedado o anonimato.

8.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 de junho de 2019.

8.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral nos dias 25 e 26 de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

8.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 de junho de 2019 a 4 de julho de 2019.

8.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova objetiva, no dia 08 de julho de 2019.

8.15 Nos dias 15 e 16 de julho de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos (datas sujeitas a alterações).

#### 9. DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será de caráter classificatório e obrigatória a todos os candidatos homologados, uma vez que não realizando a prova objetiva o candidato estará eliminado das etapas seguintes.

9.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 28/07/2019, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC.

9.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h00min.

9.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

9.1.2.3. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

9.1.2.4. Após o fechamento dos portões, os candidatos terão 10 (dez) minutos para ingressar na sala de aplicação das provas, sendo que após as 08h50min não mais será permitida a entrada de candidatos nas salas de prova.

9.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 11h30min.

9.1.2.6. Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.

9.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br)

9.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 2h30min incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.

9.1.5. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sendo que o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

9.1.6. A prova será composta de 20 (vinte) questões.

9.1.7. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo III do presente edital.

9.1.8. As questões da prova objetiva versarão sobre conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, conforme tabela a seguir:



Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente e sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes	15	0,50	7,50	6,00
2► Informática Básica	05	0,50	2,50	
TOTAL	20	-	10,00	-

9.1.9. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 6,00 (seis pontos), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das questões sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica), conforme tabela acima.

9.1.10. A divulgação das notas ocorrerá no dia 12 de agosto de 2019.

#### 9.2. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

9.2.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sob pena de não ser permitida sua entrada à sala de aplicação das provas.

9.2.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 9.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

9.2.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

9.2.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

9.2.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

9.2.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um Cartão Resposta.

9.2.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à alternativa que julgar correta, de acordo com as instruções constantes no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do Caderno de Provas.

9.2.4.2. No Cartão Resposta de todos os candidatos constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

9.2.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo para que se inscreveu, se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova e se esta corretamente numerado.

9.2.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.

9.2.6.1. Forma correta de preencher o Cartão Resposta:

9.2.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

9.2.8. O Cartão Resposta é insubstituível.

9.2.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.2.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

9.2.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

9.2.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta, através de leitura digital, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

9.2.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

9.2.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

9.2.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

9.2.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas.

9.2.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta de todos os candidatos da sala.

9.2.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

9.2.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

9.2.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

9.2.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

9.2.19. O caderno de provas e o gabarito preliminar serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização

das provas no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

9.2.20. O CMDCA de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

### 9.3. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

9.3.1. Para a realização da prova o candidato deverá ter consigo:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente.

9.3.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

9.3.3. O CMDCA de Guarujá do Sul - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

### 9.4. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água que deverá estar acondicionada em embalagem de material transparente, sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

### 9.5. SERÁ EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Apresentar-se em local diferente;
- c) Não comparecer às provas;
- d) Não apresentar documento de identificação;
- e) Ausentar-se da sala de provas sem o Fiscal da Comissão Organizadora;
- f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) Estiver portando armas;
- i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, utilizando-se de livro, anotação e impressos ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho (calculadora, bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

9.5.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

### 10. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

10.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br), enquanto o gabarito definitivo será publicado, conforme cronograma do edital, nos mesmos endereços.

10.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

### 11. DOS RECURSOS EM FACE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E DO RESULTADO PRELIMINAR

11.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado (No período de 30 e 31/07/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);
- b) Da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar (No período de 13 e 14/08/2019 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta e do Resultado Preliminar).

11.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo II).

11.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

11.4. Os candidatos deverão entregar seus recursos a Comissão do Município, no CMDCA de Guarujá do Sul - SC.

11.5. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

11.6. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

11.7. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão.

11.8. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

11.9. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br)

11.10. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

11.11. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

### 12. DA PROPAGANDA ELEITORAL

12.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

12.2. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

12.3. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

12.4. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

- 12.5. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:
- I. Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
  - II. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
  - III. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
  - IV. A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
  - V. A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
  - VI. A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
  - VII. Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
  - VIII. Confeção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
  - IX. Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;
  - X. Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
    - a. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
    - b. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
    - c. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
  - XI. Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos e outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria da rede mundial de computadores.
- 12.6. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:
- I. Utilização de espaço na mídia;
  - II. Transporte aos eleitores;
  - III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
  - IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
  - V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
  - VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".
- 12.7. A violação das regras de campanha, também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.
- 12.8. A inobservância do disposto no item 12.5 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.
- 12.9. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.
- 12.10. Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.
- 12.11. O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 12.12. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.
- 12.13. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.
- 12.14. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 03 de setembro de 2019, às 18h00min, na Câmara Municipal de Vereadores (data e horários sujeitos a alterações).

### 13. DA ELEIÇÃO

- 13.1. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.
- 13.2. A eleição será realizada no dia 06 de outubro de 2019, no horário das 8h00min às 17h00min, nas dependências do Núcleo Municipal Arco Iris, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, nº 436, Centro, Município de Guarujá do Sul – SC.
- 13.3. Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.
- 13.4. Poderão votar os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- 13.5. Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.
- 13.6. O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indecifrável.
- 13.7. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 13.8. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- 13.9. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.



- 13.10. O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 13.11. A votação se dará em urnas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, nome, número e foto do candidato com espaço para o preenchimento com "X" no candidato de sua preferência.
- 13.12. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 13.13. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 13.14. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 13.15. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 13.16. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.
- 13.17. Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
  - II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
  - III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 13.18. Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 de setembro de 2019.

#### 14. DA APURAÇÃO

- 14.1. A apuração dar-se-á no mesmo local da votação em sala anexa, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.
- 14.2. Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.3. Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
- 14.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 14.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
- 14.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 14.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

#### 15. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

- 15.1. O resultado da eleição será publicado no dia 07 de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
- 15.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 15.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020.
- 15.4. O candidato eleito deverá apresentar, no ato da sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.
- 15.5. O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da posse, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.
- 15.6. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.
- 15.7. Os candidatos eleitos e suplentes deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar.
- 15.7. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.621/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.
- 16.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.
- 16.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.
- 16.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.
- 16.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.
- 16.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 16.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
- 16.8. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
- 16.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.
- 16.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro – SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.11. Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES para no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, que será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, composta pelos seguintes membros:

I – MAURIANE FRANÇOZI, Representante da Assistência Social Municipal e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes;

II – VIRO JOSÉ WASCHNBURGER, representante da Polícia Civil e membro conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, sociedade civil;

III – FRANCIANE BASEGGIO, Representante da Administração Municipal e membro do conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes;

VI – MARIA INÊS STRAUB, Representante das Igrejas e membro do conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, sociedade civil;

V – ROSELENE SCHMIDT, colaboradora;

VI – MOACIR STRAUB, colaborador.

§ 1º. Para recebimento dos votos, a Comissão Especial Eleitoral formará mesas receptoras, tantas quantas necessárias, onde cada uma será composta de 3 (três) cidadãos de conduta ilibada, previamente escolhidos pela Comissão e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. As mesas receptoras serão presididas por um de seus integrantes, escolhido pelos mesmos, no momento de sua formação.

§ 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - organizar e coordenar todo o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar, atuando também na função de Junta Apuradora, na contagem e apuração dos votos;

II - receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;

III - receber e avaliar toda a documentação referente ao processo eleitoral;

IV - providenciar os recursos financeiros necessários à realização das eleições;

V - designar os membros das Mesas Receptoras dos votos;

VI - providenciar as credenciais para os fiscais;

VII - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

VIII - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

IX - escolher e divulgar os locais de votação;

X - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

XI - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

XIV - resolver os casos omissos.

16.12. Revogam-se as disposições ao contrário, entrando este Edital em vigor na data de sua publicação.

16.13. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Ficha de Inscrição;

ANEXO II – Cronograma;

ANEXO III – Conteúdo Programático;

ANEXO IV – Atribuições do Cargo;

ANEXO V – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

Guarujá do Sul – SC, 05 de Abril de 2019.

Mauriane Françozi

Presidente do Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

DADOS PESSOAIS

NOME:			
SEXO: FEMININO ( )		MASCULINO ( )	
DATA DE NASCIMENTO:		IDADE:	
NATURALIDADE:		NACIONALIDADE:	
RG:	ÓRGÃO EMISSOR/UF:	DATA DE EMISSÃO:	
CPF:		ESTADO CIVIL:	
FILIAÇÃO: _____			
ESCOLARIDADE:			
PROFISSÃO:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		MUNICÍPIO:	
ESTADO:		CEP:	

TELEFONE:	EMAIL:
POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA: SIM ( ) NÃO ( )	
QUAL?	

Eu, \_\_\_\_\_, acima qualificado solicito a minha Inscrição para participar do Processo de Eleição a membro do Conselho Tutelar e Declaro ainda para efeitos legais ter ciência da Lei Municipal mencionada no respectivo edital, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

Assinatura do candidato

#### PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO A ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

#### ANEXO II

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

#### CRONOGRAMA

OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município e da Ameosc.

Data	Etapas
08/04/2019	Publicação do Edital.
22/04/2019 a 24/05/2019	Inscrições.
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 e 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 a 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE.
25 e 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
28/06/2019 a 04/07/2019	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova objetiva (homologação das inscrições).
15 e 16/07/2019	Capacitação dos candidatos.
17/07/2019	Publicação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de condição especial para realização da prova objetiva.
28/07/2019	Realização da prova objetiva.
29/07/2019	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
30 e 31/07/2019	Prazo para interposição de recursos em face das questões da prova objetiva e gabarito preliminar divulgado.
07/08/2019	Publicação do gabarito final e parecer de recursos interpostos em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar divulgado.
08/08/2019	Sessão Pública para correção dos cartões resposta e identificação dos candidatos.
12/08/2019	Divulgação do Resultado Preliminar da prova objetiva.
13 e 14/08/2019	Prazo de recursos em face da correção dos cartões resposta e resultado preliminar.
16/08/2019	Parecer de recursos em face da correção dos cartões resposta e resultado preliminar
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova objetiva
Data a ser definida	Avaliação Psicológica.
03/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

**ANEXO III****EDITAL CMDCA Nº 001/2019****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- Conhecimentos específicos relativos ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – lei n. 8.069/90. Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.
- Noções básicas de Informática.

**ANEXO IV****EDITAL CMDCA Nº 001/2019****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****São atribuições do Conselho Tutelar:**

- I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;
- II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;
- III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;
- VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;
- VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;
- IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipal a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;
- X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;
- XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;
- XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;
- XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;
- XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

**ANEXO V****EDITAL CMDCA Nº 001/2019****RESOLUÇÃO Nº 01/2019 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC**

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os funcionários UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, DIEGO RODRIGO CANEI E MAYTE INDIANARA BONORA para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2019.

WILSON TREVISAN

Presidente da AMEOSC

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 57\_2019**

Publicação Nº 1999076

LEI COMPLEMENTAR N. 057/2019.

Altera dispositivos da Lei n. 1.807, de 24 de abril de 2006, Revoga Lei Complementar 007/2011 e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterado o vencimento dos cargo Professor de Ensino Médio em Magistério Pertencente no Anexo III – do Quadro em Extinção da Lei n. 1.807, de 24 de abril de 2006, que passa a ser o disposto no Anexo único desta Lei Complementar.

Paragrafo unico. A alteração de que trata o caput deste Artigo terá seus efeitos financeiros retroativos a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º O vencimento base do cargo de Professor de Ensino Médio em Magistério será atualizado, a título de revisão geral anual , sempre no mês de janeiro com o mesmo percentual de acréscimo fixado pelo Ministério da Educação para atualização do piso salarial profissional nacional, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

Paragrafo único . A concessão da revisão de que trata este artigo afasta, para o cargo a concessão da revisão geral anual concedida aos demais servidores públicos municipais.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei Federal n. 11.738/2008.

Art. 4º Com a edição desta Lei Complementar, fica revogada em toda a sua integra a Lei Complementar 007/2011 de 28/06/2011

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, em  
25 de abril de 2019.

67º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL 2.622\_2019**

Publicação Nº 1999077

LEI Nº 2.622/2019

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR O PAGAMENTO DE COTA PARTE DE PRECATÓRIO TRABALHISTA DO CONSAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar pagamento de Cota Parte do Precatório Nº0010708-61.2017.5.12.0000 – Reclamatória Trabalhista Nº0000651-70.2016.5.12.0015, enquanto membro associado do CONSAD, intimado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, no valor atualizado até 31/03/2019 de R\$5.661,89 (cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,  
26 de Abril de 2019

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 2.623\_2019**

Publicação Nº 1999078

Lei nº2. 623/2019

Autoriza o município efetuar despesas com transporte.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

Art. 1º Fica o município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, autorizado a efetuar despesas na importância de até R\$ 7.000,00(sete mil reais) destinados ao pagamento de transporte aos alunos, professores e direção da escola de educação especial Caminho Aberto (APAE) deste município, com destino até a cidade de Joinville, estado de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta dos itens orçamentários cabíveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de Abril de 2019.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal.

**RESOLUÇÃO CMDCA 05 2019**

Publicação Nº 1999075

RESOLUÇÃO N. 05/2019

SUBSTITUI O EDITAL N. 01/2019 DO CMDCA, QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE GUARUJÁ DO SUL – SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,  
Considerando que a prova referida no item 2.2, subitem II e no item 8.14 do Edital, será aplicada pela AMEOSC, o que resultou em alterações e adaptações do mesmo, RESOLVE:

Art. 1º Substituir integralmente o Edital n. 01/2019, publicado no DOM na edição n. 2796 do dia 09/04/2019, que abre as inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Município de Guarujá do Sul, pelo Edital n. 01/2019 que se encontra disponível no site oficial do município - [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br), e no site <https://ameosc.selecao.net.br/informacoes/2070/> da AMEOSC.

Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Guarujá do Sul, 24 de abril de 2019.

Mauriane Françozi

Presidente do CMDCA

Guarujá do Sul - SC

Demais conselheiros:



# Guatambú

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019

Publicação Nº 1998093

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos regulamentadores e subsidiariamente a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e que para tanto estará recebendo até às 14:00 horas do dia 09 de maio de 2019, no Departamento de Licitações, sito à Rua Ângelo Cora, S/N, Município de Guatambu, os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO referentes ao presente Edital, cuja abertura das propostas dar-se-á às 14:10 horas do mesmo dia.

#### 1 - OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de plano empresarial de internet via fibra ótica que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos para a Câmara de Vereadores desta municipalidade, conforme especificação do Termo de Referência constante no Anexo I.

#### 2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1. Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação, ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

#### 3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Guatambu/SC, sito no endereço, data e horário supracitados em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os seguintes dizeres:

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUATAMBU/SC

ENVELOPE 1 – PROPOSTA

PREGÃO 01/2019

EMPRESA:

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES GUATAMBU/SC

ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO 01/2019

EMPRESA:

#### 4 – DO CREDENCIAMENTO

Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, apartado dos envelopes:

4.1. O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.2. Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá este apresentar documento que comprove tal condição, sendo Contrato Social ou Estatuto acompanhado de Ata ou documento de delegação de poderes.

4.3. Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III, acompanhado de Contrato Social ou Estatuto juntamente com a Ata ou documento de delegação de poderes.

4.4. No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.5. Em sendo a empresa participante Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá comprovar sua condição, mediante apresentação de Certidão Simplificada de Enquadramento pela Junta Comercial competente para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito, devendo ser apresentada fora dos envelopes, no ato da entrega dos envelopes. Será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

4.6. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo IV.

4.7. Serão desconsiderados os documentos de credenciamento, Declaração de Habilitação e Comprovação do Enquadramento como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte inseridos no envelope "PROPOSTA" ou "DOCUMENTAÇÃO".

#### 5 – DA PROPOSTA

5.1. A proposta contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada em formulário impresso, com as seguintes exigências:

a) a proposta deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas.

b) fazer menção ao número deste Pregão;



- c) conter a razão social da licitante, com o número do CNPJ;
  - d) indicar o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação";
  - e) indicar o preço do item, fixo e irrevogável, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes e demais despesas.
  - f) cotação dos preços, obrigatoriamente em moeda nacional, admitindo-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 5.2. Se a proposta for omissa em relação aos prazos de que trata a alínea "d", presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital.
- 5.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.
- 5.4. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta", com poderes para esse fim.
- 5.5. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".
- 5.6. A cotação apresentada na proposta e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

## 6. DA HABILITAÇÃO

Para habilitação dos licitantes, será exigida a documentação prevista na legislação geral da administração, relativa a:

### 6.1. Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (podendo ser suprido pela via anexada junto ao credenciamento).
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- Declaração do proponente de que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público de qualquer esfera de governo, de acordo com o modelo do Anexo V.
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal conforme Anexo VI.

### 6.2. Regularidade Fiscal:

- Prova da regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11,

6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no presente edital, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

6.3.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 (art. 42 e 43, § 1º), de 14/12/2006, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que ela for declarada vencedora do certame (excluído da contagem do prazo este dia), para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e comprovação da regularização para este Pregão.

6.3.2 – A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5. O envelope de documentação deste pregão que não forem abertos serão devolvidos para a proponente, no final da sessão.

## 7. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, o pregoeiro designado receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste edital.

7.2. Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo IV e Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial competente comprovando seu enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de decair o direito.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.4. No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, à exceção do preço, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada por lote, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

7.8. É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

7.9. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10. A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.11. Esgotados os lances verbais será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.11.1. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de

contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos art. 44, da LC nº 123/2006.

7.11.2. Entende-se por empate, nos termos da LC nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

7.11.3. Para efeito do disposto no item 7.11.1., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que, após verificado o atendimento às condições de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, sendo convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.11.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 7.11.1., o objeto licitado será adjudicado, após verificado o atendimento às condições de habilitação, em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.11.5. O disposto no subitem 7.11.1., somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Caso não se realizem lances verbais, será identificada a proposta escrita de menor preço.

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação para confirmação das condições habilitatórias da licitante vencedora.

7.14.1. No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis, a partir da data em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, nos termos do § 1º, do art. 43, da LC nº 123/2006, com vistas à contratação.

7.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame.

7.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, exceto na hipótese prevista no subitem 7.14.1, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.

7.17. O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtida melhor proposta nas situações previstas nos subitens 7.12, 7.13 e 7.16.

7.18. No caso de desclassificação de todas as propostas o pregoeiro convocará as licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem outras.

7.19. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.21. Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento das propostas, que não venham causar prejuízo ao Município e nem ferir os direitos das demais licitantes.

7.22. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.23. Não havendo manifestação oportuna de nenhuma participante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste edital e oferecido menor preço.

7.24. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de Menor Preço Global, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. Havendo divergência entre os valores informados no arquivo eletrônico e a proposta impressa, prevalecerá a proposta impressa, sendo feitas as devidas correções.

8.3. O objeto deste PREGÃO será adjudicado POR MENOR GLOBAL.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

9.2. A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Licitações ou por carta AR, devendo seu recebimento ser efetuado tempestivamente. Em caso de protocolo ou recebimento via Correio intempestivo o conteúdo da impugnação não será apreciado.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Ao final da sessão do pregão, o pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da Câmara Municipal de Guatambu/SC poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

#### 11. DAS PENALIDADES

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

11.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Câmara Municipal de Guatambu/SC, poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 05 anos.

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.5. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 12. DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta de recursos do orçamento do Poder Legislativo/ Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu-SC, para o exercício de 2019 e exercícios subsequentes:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	2.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas

#### 13. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZOS:

13.1. A execução do objeto dar-se-á de acordo com a programação da Câmara de Vereadores e especificação do objeto no Termo de Referência, cujo período de abrangência será da data da adjudicação até 31/12/2019, podendo este prazo ser prorrogado de acordo com previsão legal.

13.2. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste pelo período de 12 meses, sendo que em caso de prorrogação o reajuste dar-se-á pelo índice do IGPM acumulado dos últimos 12 meses, a partir do mês subsequente à ocorrência.

#### 14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados até dia 10 do mês subsequente a execução do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

14.1.1. A referida Nota Fiscal deverá ser encaminhada até o ultimo dia útil da cada mês.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Fica reservado à autoridade competente o direito de aprovar ou anular a licitação, total ou parcialmente, mediante justificativa, sem que caiba reclamação ou indenização de qualquer espécie aos proponentes.

15.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.3. O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

15.4. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Chefe do Legislativo do MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC.

15.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

15.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

15.7. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no Departamento de Compras e Licitações no endereço da Câmara Municipal de Vereadores de GUATAMBU/SC ou através do telefone (49) 3336-0081, para os esclarecimentos necessários.

15.8 – Fazem parte do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Minuto de Contrato
- Anexo III – Modelo de Credenciamento
- Anexo IV – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos habilitatórios.
- Anexo V – Declaração de Idoneidade
- Anexo VI – Declaração que não Emprega Menores

#### 16 – DO FORO

16.1 Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão de Licitações,

administrativamente, ou no Foro da Comarca de Guatambu/SC, se for o caso.

Guatambu/SC, 25 de abril de 2019.  
Norton Solomão Schneider  
Presidente da Câmara Municipal

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica.

Roberto Luiz Paulini  
OAB/SC 12867  
Assessor Jurídico

ANEXO I  
PREGÃO 01/2019  
TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Quant.	Und.	Discriminação do produto	Preço Unit. Máximo	Max. Mensal	Total
01	8	Mês	Plano Empresarial de fornecimento de internet via fibra ótica, com 30 Mbps Full, 10 ou mais conexões, endereço de IP público e fixo, com suporte 24 horas durante os 07 dias da semana.	820,00	820,00	6.560,00

\* Não será efetuado qualquer aditivo de valor na contratação em virtude de logística de instalação ou funcionamento do objeto supracitado, devendo a empresa ter ciência de que deverá arcar com eventuais valores, se necessários para entrega do objeto.

\* Referente ao mês de maio de 2019 será feito o pagamento proporcional aos dias contratados.

ANEXO II  
PREGÃO nº 01/2019  
MINUTA DO CONTRATO

A CÂMARA DE VEREADORES DE GUATAMBU (SC) estabelecida na Rua Angelo Cora, Centro, Guatambu - SC, CEP 89.817-000, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Norton Solomão Schneider, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Porto Chalana neste Município, inscrito no CPF nº 046.368.679-98, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu diretor, Sr. \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Pregão n.º 01/2019, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de equipamento de propriedade da CONTRATADA, conforme assim discriminado:

- PLANO EMPRESARIAL DE FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓTICA, COM 30 Mbps FULL, 21 OU MAIS CONEXÕES, ENDEREÇO DE IP PÚBLICO E FIXO, COM SUPORTE 24 HORAS DURANTE OS 07 DIAS DA SEMANA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SUPORTE

O suporte durante o período de prestação será de responsabilidade da CONTRATADA, prestado de acordo com as necessidades, por solicitação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE FORNECIMENTO

O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento é de 11 (onze) meses, encerrando em 31 de dezembro de 2019.

O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

Os preços ora acordados não serão reajustados durante a vigência do contrato, podendo ser corrigidos pelos índices oficiais de inflação em caso de aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas públicas decorrentes deste contrato correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal, em rubrica específica: 3.3.90.39.00.00.00.0080 (3)- Serviços de Terceiros e Encargos - PJ.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CERTIDÕES

A CONTRATADA deverá apresentar as certidões negativas de débitos Federal, Estadual e Municipal, do INSS e FGTS.

Poderá a CONTRATADA apresentar as Certidões Negativas no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

– Fornecer o objeto ora licitado no prazo máximo de até 02 (dois) dias após a solicitação, observado o preço contratado, bem como permitir

o acompanhamento dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.

- Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento do objeto;
- É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre o objeto adquirido;
- É de responsabilidade da empresa a entrega do objeto ora licitado, vedada a subcontratação total da mesma;
- É de responsabilidade da empresa todas as despesas referentes ao fornecimento do objeto ora licitados, nas condições de qualidade e quantidade indicados no presente Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

À CONTRATANTE constituem as seguintes obrigações:

- Efetuar o pagamento ajustado;
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;
- Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 Lei 8.666/93;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Decorrido o prazo estabelecido na Cláusula Quarta e uma das partes desejar rescindir o contrato, esta deverá comunicar a outra com antecedência mínima de 30 dias.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar no serviço;

O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão;

As omissões do presente contrato serão preenchidas pelos termos da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Guatambu, Estado de Santa Catarina, para a solução de toda e qualquer questão decorrente da execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que possa produzir todos os seus efeitos de Direito.

Guatambu, SC, 25 de abril de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE GUATAMBU EMPRESA

Vereador Norton Solomão Schneider Diretor

TESTEMUNHAS:

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Visto na forma da Lei.

Roberto Luiz Paulini

OAB/SC 12867

Assessor Jurídico

ANEXO III

PREGÃO nº 01/2019

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUATAMBU/SC, na modalidade PREGÃO nº 01/2019, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura e carimbo

(representante legal)



**ANEXO IV**  
**PREGÃO nº 01/2019**  
**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., licitante no Pregão nº 01/2019, promovido pela CÂMARA DE VEREADORES DE GUATAMBU/SC, declara, por meio de seu representante, Sr(a) ....., que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

....., ..... de ..... de 2019.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**ANEXO V**  
**PREGÃO nº 01/2019**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO nº 01/2019, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

....., ..... de ..... de 2019.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**ANEXO VI**  
**PREGÃO nº 01/2019**  
**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

....., ..... de ..... de 2019

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019**

Publicação Nº 1998100

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMISSÃO PELO AGENCIAMENTO, por meio de REGISTRO DE PREÇOS regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos regulamentadores e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e que para tanto estará recebendo até às 15:00 horas do dia 09 de maio de 2019, no Departamento de Licitações, sito à Rua Ângelo Cora, S/N, Município de Guatambu, os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO referentes ao presente Edital, cuja abertura das propostas dar-se-á às 15h10min do mesmo dia.

**1 - DO OBJETO**

1.1. O presente Edital tem por objetivo receber propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS À CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso, de acordo com as necessidades e cronograma previamente estabelecido pelo Poder Legislativo de Guatambu /SC, conforme especificações e condições deste Edital, fazendo parte integrante seus anexos, especialmente:

1.1.1 - Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreos nacionais e internacionais;

1.1.2 - Assessoramento para definição de melhor roteiro, horário, frequência de voos (partida e chegada), escalas, tarifas aéreas e terrestres

nacionais, tarifas promocionais à época da retirada dos bilhetes e desembaraço de bagagens;

1.2. - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

1.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Câmara, deverá atender as seguintes exigências:

1.3.1 – Fornecer os serviços quando solicitados mediante Ordem de Fornecimento emitida pela Câmara.

1.3.2 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pela Câmara de Vereadores do Município de Guatambu/SC, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços cota mínimas ou máximas para fornecimento dos serviços.

<#2>

## 2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que preencherem as condições de credenciamento constante deste Edital, inclusive Agências de Viagens e Companhias Aéreas.

2.2. A participação na disputa da licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão do proponente às condições deste Edital.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a) Em processo de falência ou recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

c) Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.

d) Estrangeiras que não funcionem no País.

## 3 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 – Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no subitem 1.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 4 – DO CREDENCIAMENTO.

4.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.2. Tratando-se de Representante Legal: O Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, Registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.3. Tratando-se de Procurador: Deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em Cartório, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 4.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.4. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 13.6. deste Edital, a Empresa deverá apresentar a Certidão emitida pela Junta Comercial, que comprove a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte. A Certidão somente será considerada válida quando emitida dentro do ano corrente.

4.4.1. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no caso de querer utilizar-se dos benefícios da lei; ao contrário dispensa-se a apresentação da mesma (Anexo IV);

4.5. O não cumprimento dos itens 4.4 e 4.4.1. não são motivo para o não credenciamento, inabilitação ou desclassificação da proposta, mas sim, o não exercício do direito de preferência assegurando as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

4.6. A comprovação da Regularidade Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será feita nos termos do Artigo 43 da Lei Complementar 123/06.

4.7. O Representante Legal e o Procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de Identificação que contenha foto.

4.8. Será admitindo apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

## 5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS.

5.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 1 e 2.

5.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 – Proposta

Razão Social:



Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu/SC.  
Pregão Presencial nº 02/2019

Envelope nº 02 – Habilitação  
Razão Social:  
Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu/SC.  
Pregão Presencial nº 02/2019

5.3. A proposta deverá ser redigida em Língua Portuguesa, com clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, assinada pelo representante legal.

5.4. Deverá ser cotado em percentual e com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

5.5. Toda a documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

#### 6 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA (Envelope nº 01)

6.1. A proposta deverá conter os seguintes elementos:

6.1.1. O CNPJ da licitante, a razão social, o endereço, o nome legível do representante legal, seu RG e CPF.

6.1.2. Descrição do objeto da presente licitação, conforme item 1 (Objeto) e Anexo I deste Edital.

6.1.3. Deverá apresentar o percentual de desconto sobre o valor da taxa de emissão (RAV) – Remuneração Agência de Viagem – pela venda de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.

6.1.4. Nos percentuais de desconto, serão considerados até a segunda casa decimal, inclusive. O desconto será de, no mínimo, 10% (dez por cento).

6.1.6. Na proposta, para fins tão somente de classificação, será aplicado o percentual de desconto na RAV no volume de vendas estimado pela Câmara Municipal de Guatambu, pelo período de 12 meses, que é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

6.1.7. O prazo de validade da proposta será de 12 (doze) meses contados da data da apresentação e abertura da proposta.

6.1.8. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

6.1.9. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus Anexos.

6.1.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação de seus termos originais, ressalvadas aquelas:

a) Concernentes a eventuais erros de soma, divisão, multiplicação ou subtração, que poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

b) Resultantes de negociações feitas na etapa de lances verbais;

c) Destinadas a sanar erros, que por sua irrelevância, não causem danos à Administração, à finalidade e à segurança da contratação, os quais serão avaliados pelo Pregoeiro.

d) Destinadas a sanar a falta de assinatura e/ou rubrica na proposta.

6.1.11. A cotação e os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6.1.12. O percentual de desconto ofertado será aplicado sobre o valor da taxa de emissão (RAV) – Remuneração Agência de Viagem – pela venda de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.

6.1.13. A proposta deverá ser elaborada conforme o que se pede nos anexos I e V.

6.1.14. Apresentada a proposta, o Licitante estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital;

6.1.15. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.1.16. O Pregoeiro considerará como formal os erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

#### 7 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO” (Envelope nº 02)

7.1. O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.1.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda MUNICIPAL, da sede da proponente;

7.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda ESTADUAL, da sede da proponente;

7.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL;

7.1.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou outro que venha a substituí-lo;

7.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.7. Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.8. DECLARAÇÃO expressa do licitante ratificando a observância rigorosa do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal que proíbe o trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho, a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. (ANEXO III).

7.1.9. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, em vigor, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da Sede da proponente;

7.2. As cópias de certidões de regularidade emitidas via internet não precisam ser autenticadas. As referidas certidões terão sua validade

confirmada pela mesma via pela Comissão de Licitação.

7.3. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade.

7.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão, salvo legislação específica.

#### 8 - DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS

8.1. A Comissão Permanente de Licitação, quando julgar necessário, solicitará amostra e/ou prospectos a fim de obter mais esclarecimentos sobre o objeto ofertado, o que deverá ser providenciado dentro dos 03 (três) dias úteis, após o recebimento da solicitação.

#### 9 - DA CONTRATAÇÃO

##### 9.1. DA CONTRATAÇÃO:

9.1.1. A Licitante Adjudicada deverá comparecer junto a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guatambu-SC, no prazo de 05 dias, contados do Recebimento de Notificação de Homologação, para assinar a Ata de Registro de Preços ou de Termo Equivalente, sob pena de decadência desse direito.

9.1.2. A prestação dos serviços será de forma continuada e deverá ser iniciada de forma imediata, logo após a assinatura da Ata de Registro.

9.1.3. O Ata de Registro terá a vigência pelo prazo de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

9.1.4. As condições, forma, prazo de pagamento; as obrigações; prazo de vigência, bem como as demais cláusulas essenciais estão estabelecidos na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo VI, do presente Edital.

#### 10 – DO REAJUSTE

10.1. Os valores ajustados não sofrerão qualquer tipo de reajuste durante a vigência deste.

#### 11 - DO PAGAMENTO

11.1. A Câmara de Vereadores do Município de Guatambu-SC se compromete a efetuar o pagamento da seguinte forma:

11.1.1. Em até 10 (dez) dias após a realização da viagem. Caso a vencedora seja agência de viagens, deverá apresentar nota fiscal de prestação de serviço referente à Remuneração da Agência de Viagem (RAV), acompanhada do recibo, devidamente numerado, correspondente à tarifa unitária e taxa de embarque, acompanhadas de comprovante da tarifa unitária, taxa de embarque e valor de RAV correspondente;

#### 12 – DAS PENALIDADES

12.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos, pagamento de multa de 20% sobre o valor estimado da contratação e pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

d) executar o contrato com atraso injustificado: à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

e) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Câmara de Vereadores do Município de Guatambu - SC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

12.2 – Nenhum pagamento será efetuado pela Câmara de Vereadores enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### 13 - DO JULGAMENTO

13.1. A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo maior percentual de desconto/por item.

13.2. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de maior percentual de desconto e aquelas que apresentem valores sucessivos e inferiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de maior desconto. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

13.3. No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.4. A convocação para a oferta de lances, Pelo Pregoeiro, terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a licitante ofertante do menor percentual de desconto e finalizando com a ofertante do maior percentual de desconto, devendo o lance ofertado cobrir o de maior percentual; a cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de

lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.5. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

13.6. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.7. O empate mencionado no caput deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

13.8. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no item 12.7, será convocada pelo Pregoeiro, para no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

13.9. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no item 12.7, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

13.10. Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 12.7, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.11. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

13.12. Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

13.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o maior desconto ofertado.

13.14. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

13.15. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

13.16. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

13.17. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

13.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.19. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

13.20. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

**14 - DOS RECURSOS**

14.1. Caberá junto a Câmara Municipal de Guatambu – SC, recurso, com efeito suspensivo, nos casos de:

14.1.1. Habilitação ou Inabilitação do licitante.

14.1.2. Do julgamento das Propostas.

14.02. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.03. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro ao licitante vencedora.

**15 – DOS PODERES DO PREGOEIRO**

15.1 – O Pregoeiro, no decorrer do certame poderá:

15.1.1 – Advertir os licitantes;

15.1.2 – Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;

15.1.3 – Estabelecer o tempo para o oferecimento dos lances verbais;

15.1.4 – Permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de telefone celular ou outros meios;

15.1.5 – Suspender a etapa de lances e/ou determinar a suspensão da sessão, designando nova data para continuação, a seu critério;

15.1.6 – O pregoeiro tem poder de polícia, durante a sessão.

**16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas públicas decorrentes deste contrato correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal, em rubrica específica:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	2.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas

**17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. A Câmara de Vereadores do Município de Guatambu-SC do reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

17.2. Faz parte integrante deste edital de licitação:

17.2.1. ANEXO I – Especificação e Quantitativos;

17.2.2. ANEXO II – Modelo de Formulário de Cotação de Preços;

17.2.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

17.2.4. ANEXO IV – Declaração de Credenciamento;

17.2.5. ANEXO V – Declaração de Habilitação;

17.2.6. ANEXO VI – Declaração de Idoneidade;

17.2.7. ANEXO VII – Declaração de menores;

17.3. Esta licitação é regida pelas disposições da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei 8.666/93.

17.4. Mais informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guatambu, à Rua Angelo Cora S/N, Centro ou pelo telefone (049) 3336-0081.

Guatambu – SC, 25 de abril de 2019.

NORTON SOLOMÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores

Visto pela Assessoria Jurídica.

ROBERTO PAULINI

OAB/SC 12867

Assessor Jurídico

**ANEXO I****ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO**

1 – Constitui objeto desta licitação a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso, de acordo com as necessidades da Câmara de Vereadores.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	Percentual de Desconto Ofertado sobre a comissão do agenciamento %	Percentual de Desconto por extenso
------	------------------------	----------------------------	--	------------------------------------

01	TAXA DE REMUNERAÇÃO AGÊNCIA DE VIAGEM (RAV)	100,00		
02	Passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso, de acordo com as necessidades da Câmara de Vereadores.	30.000,00	Não se aplica	Não se aplica

- Os lances serão exclusivos para o item 01, sendo que o item 02 é apenas como estimativa de consumo de passagens aéreas durante a vigência o Registro de Preços;
- O valor total estimado para o item 01 é um Valor de Referência, sendo que o valor dependerá de quantas unidades serão adquiridas.
- O valor acima estimado não significa compromisso de realização da despesa.
- Não serão aceitas propostas com valores superiores a 100% de desconto, sendo que o limite é 100%.

## ANEXO II

## MODELO DE FORMULÁRIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS (PROPOSTA)

Pregão Presencial nº 02/2019

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Representante Legal:

CPF:

Identidade:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	Percentual de Desconto Ofertado sobre a comissão do agenciamento %	Percentual de Desconto por extenso
01				
02				

\* Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

Validade da Proposta: Vigência da Ata de Registro de Preços.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Representante Legal da Proponente

Assinatura

## ANEXO III

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Aos ( ), a CÂMARA DE VERADORES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Angelo Cora, S/N, de Guatambu /SC, com CNPJ sob nº 01.646.168/0001-31, neste ato representada pelo Presidente Sr. NORTON SALOMAO SCHNEIDER, portador do CPF nº , no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 005/2019, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Descrição do(s) item(s):

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)	Percentual de Desconto Ofertado sobre a comissão do agenciamento %	Percentual de Desconto por extenso
01	TAXA DE REMUNERAÇÃO AGÊNCIA DE VIAGEM (RAV)	100,00		
02	Passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo a reserva, agendamento, vendas, marcação, remarcação, endosso, reembolso, de acordo com as necessidades da Câmara de Vereadores.	30.000,00	Não se aplica	Não se aplica

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Câmara de Vereadores do Município de Guatambu, mediante emissão



da respectiva Ordem de Compra/Serviço, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2019.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 02/2019, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Câmara de Vereadores a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - A Câmara de Vereadores adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS após a realização da viagem e efetiva apresentação de Nota Fiscal de prestação de serviço referente à Remuneração da Agência de Viagem (RAV) e recibo numerado referente à Tarifa unitária e taxa de embarque, acompanhadas de comprovante da tarifa unitária, taxa de embarque e RAV, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Câmara de Vereadores:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Câmara de Vereadores, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Câmara de Vereadores a aplicação das penalidades previstas no Item 13 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Câmara de Vereadores, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

### 6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação da Câmara de Vereadores.

6.2 - A Câmara de Vereadores do Município de Guatambu emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Câmara de Vereadores do Município de Guatambu não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.13 do Edital de Pregão Presencial nº 02/2019:

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, se sujeita a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, a Câmara de Vereadores do Município de Guatambu poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. A Câmara de Vereadores do Município de Guatambu poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara de Vereadores enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas públicas decorrentes deste contrato correrão à conta do Orçamento da Câmara Municipal, em rubrica específica:

Órgão	01	Poder Legislativo Municipal
Unidade	01	Câmara Municipal de Vereadores
Proj./ativ.	2.001	Administração Geral dos bens e serviços do Poder Legislativo Municipal
Elemento	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas

**11. DO FORO**

11.1 - Integram esta Ata o edital do Pregão Presencial nº 02/2019 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

11.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Chapecó-SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guatambu -SC, 25 de abril de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE GUATAMBU EMPRESA

Presidente Norton Solomão Schneider Diretor

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto na forma da Lei.

ROBERTO PAULINI

OAB/SC 12867

Assessor Jurídico

ANEXO IV

Pregão nº 02/2019

**DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e inscrito(a) no CPF sob o nº ....., a participar da licitação instaurada pela CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUATAMBU/SC, na modalidade Pregão nº 02/2019, supra referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de ..... de 2019.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)



ANEXO V  
PREGÃO nº 02/2019  
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., licitante no Pregão nº 02/2019, promovido pela CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUATAMBU/SC, declara, por meio de seu representante, Sr(a) ....., que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

....., ..... de ..... de 2019.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

ANEXO VI  
PREGÃO nº 02/2019  
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO nº 02/2019, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

....., ..... de ..... de 2019.

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

ANEXO VII  
PREGÃO nº 02/2019  
DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENORES

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

....., ..... de ..... de 2019

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013A/2019

Publicação Nº 1997256

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013A/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº02.520.829/0001-40 neste ato representada pelo senhor GLEISON SACHET Sócio Administrador CPF nº 650.526.920-72, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 61.110,40 (sessenta e um mil cento e dez reais e quarenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

GLEISON SACHET

Sócio Administrador

CPF nº 650.526.920-72

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF:600.730.049-87

Fornecedor:	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
-------------	---

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	ACEBROFILINA XAROPE 120ML 15MG/5ML	PRATI	UND	600	2,8800	1.728,00
18	ALENDRONATO SÓDICO COMPRIMIDO 70 MG	DELTA	COM	10.000	0,1790	1.790,00
31	AMOXICILINA SUSPENSÃO 250MG 60ML 250MG/5ML	PRATI	UND	800	3,4200	2.736,00
36	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	180.000	0,0350	6.300,00
67	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR	UND	50.000	0,2880	14.400,00
90	CLONAZEPAN 2,5 EM GOTAS;	GEOLAB	Und	2.100	1,8000	3.780,00
168	IBUPROFENO 600 MG	PRATI	COM	30.000	0,1890	5.670,00
213	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	PRATI	TB	150	4,2000	630,00
264	RITMONORN 300MG	PRATI	UN	4.000	0,4100	1.640,00
277	SUCCINATO DE METOPROLOL 25MG	ACCORD	COM	20.000	0,3200	6.400,00
278	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	ACCORD	COM	20.000	0,6200	12.400,00
280	SULFAMETOXAZOL 400MG+80MG COMPRIMIDOS	PRATI	CPR	8.000	0,0930	744,00
290	TINIDAZOL+NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL	PRATI	TBO	200	7,2500	1.450,00
297	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	5.000	0,0950	475,00
298	VIT.COMPLEXO B AMPOLA IV/IM - 2ML	HYPOFARMA	AMP	1.400	0,6910	967,40
TOTAL						61.110,40

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

GLEISON SACHET

Sócio Administrador

CPF nº 650.526.920-72

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2019**

Publicação Nº 1997278

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 94.894.169/0001-86 neste ato representada pelo senhor MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS Sócio Administrador CPF nº 374.624.900-72, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 30.000,60 (trinta mil reais e sessenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Sócio Administrador

CPF nº 374.624.900-72

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
25	AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO	BRAINFARMA	UND	80.000	0,0280	2.240,00
28	AMOXACILINA 875+ CLAVULANATO POTASSICO 125MG	CELLERA	CPR	3.000	1,3100	3.930,00
57	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA GOTAS 10ML;	BRAINFARMA	Und	300	4,3700	1.311,00
83	CINARIZINA 75MG COMPRIMIDO	RANBAXY	UND	6.000	0,0870	522,00
85	CIPROFLOXACINO 200MG, CLORIDRATOS SIST. FECHADO	ISO FARMA	UN	50	27,9000	1.395,00
97	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75 MG COMPRIMIDO.	RANBAXY	COM	20.000	0,4190	8.380,00
101	CLOZAPINA 100MG	CRISTÁLIA	UN	1.000	1,7600	1.760,00
105	COMPLEXO VITAMINICO - FRUTOSE EV 10 ML	CRISTÁLIA	AMP	400	3,8000	1.520,00
127	DULCOLAX 5MG COMPRIMIDO	BRAINFARMA	COM	10.000	0,0720	720,00
155	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% EV	ISO FARMA	UNI	100	1,6500	165,00
194	MALEATO DE DESCLORFENIRAMINA 2MG COMPRIMIDO	BRAINFARMA	COM	1.000	0,0680	68,00
237	OTOSYNALAR	ELOFAR	UN	3.000	1,9000	5.700,00
246	PIROXICAN 20MG COMPRIMIDO	BRAINFARMA	UND	8.000	0,1040	832,00
271	SIMETICONA COMP	GLOBO	COM	800	0,0970	77,60
289	TIAMINA INJETAVEL AMPOLA 1ML	CITOPHARMA	AMP	200	6,9000	1.380,00
TOTAL						30.000,60

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Sócio Administrador

CPF nº 374.624.900-72

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013C/2019**

Publicação Nº 1997279

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013C/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.652.030/0001-70 neste ato representada pelo senhor EDIVAR SZYMANSKI Sócio Administrador, CPF nº 670.481.290-34, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 39.666,40 (trinta e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

EDIVAR SZYMANSKI

Sócio Administrador

CPF nº 670.481.290-34

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
4	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	PHARLAB	Und	3.500	0,1700	595,00
16	ALBENDAZOL COMPRIMIDO 400 MG	GREEN PHAR-MA	COM	300	0,2900	87,00
62	CAPTOPRIL 50 MG COMPRIMIDO	PHARLAB	COM	180.000	0,0490	8.820,00
111	DEXAMETAZONA CREME;	GREEN PHAR-MA	Und	650	1,0000	650,00
117	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	COM	3.000	0,0500	150,00
187	LIDOCAÍNA 2% GEL, 30G	PHARLAB	UND	300	2,4000	720,00
189	LORATADINA XAROPE 1 MG/ML	MARIOL	FR	300	2,6600	798,00
209	METOPROLOL TARTARATO 5MG - AMP./5ML.	CRISTALIA	AMP	100	20,0000	2.000,00
223	NIFEDIPINA 20MG	GEOLAB	COM	8.000	0,0350	280,00
234	OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO	PHARLAB	UND	300.000	0,0470	14.100,00
240	PARACETAMOL 750MG	ZYDUS	COM	80.100	0,0640	5.126,40
273	SINVASTATINA 20MG	PHARLAB	COM	120.000	0,0480	5.760,00
300	VITAMINA DO COMPLEXO B COMPRIMIDO;	VITAMED	Com	20.000	0,0290	580,00
TOTAL						39.666,40

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

EDIVAR SZYMANSKI

Sócio Administrador

CPF nº 670.481.290-34

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013D/2019**

Publicação Nº 1997281

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013D/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.607.956/0001-81 neste ato representada pelo senhor ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, Sócio Administrador, CPF nº 413.598.600-53, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 30.144,60 (trinta mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ANGELO FOLLADOR SOBRINHO

Sócio Administrador

CPF nº 413.598.600-53

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.
-------------	---

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
26	AMITRIPTILINA 75MG	EMS	UND	10.000	0,2090	2.090,00
50	BROMETO DE IPATRÓPIO 0.25MG/ML, FRASCO COM 20ML	HIPOLABOR	UND	1.000	0,6000	600,00
60	BUTILBROMETO ESCOLAPAMINA INJETÁVEL	FARMACE	UND	200	0,9150	183,00
68	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO	EMS	UNI	30.000	0,1290	3.870,00
72	CEFALOTINA 1 G FRASCO	BLAUSIEGEL	FR	100	3,9100	391,00
114	DICLOFENACO 75MG INJ	FARMACE	AMP	3.000	0,5750	1.725,00
123	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 5 MG/ML + 2 MG/ML	CRISTALIA	AMP	600	3,2500	1.950,00
154	GLIMEPRIDA 2MG;	CIMED	Com	35.000	0,0650	2.275,00
172	ISOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL	EMS	UN	1.000	0,2570	257,00
190	LORATIDINA 10MG COMPRIMIDO	GEOLAB	UND	10.000	0,0540	540,00
204	METFORMINA 850MG	GEOLAB	COM	20.000	0,0480	960,00
239	PARACETAMOL 500MG	HIPOLABOR	COM	50.100	0,0360	1.803,60
274	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDOS	SANVAL	UND	150.000	0,0900	13.500,00
TOTAL						30.144,60

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ANGELO FOLLADOR SOBRINHO

Sócio Administrador

CPF nº 413.598.600-53

Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013E/2019**

Publicação Nº 1997282

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013E/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, neste ato representado pelo senhor ANACLETO FERRARI, Sócio Administrador, CPF nº 523.140.819-00, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 105.267,20 (cento e cinco mil duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

ANACLETO FERRARI

Sócio Administrador

CPF nº 523.140.819-00

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
-------------	---

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
17	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 400MG/10ML	Teuto	UNI	200	1,0500	210,00
21	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA DE 10 ML EV	Teuto	UNI	100	0,9530	95,30
30	AMOXICILINA 500MG	Teuto	UND	20.000	0,1450	2.900,00
33	ANLODIPINO BEZILATO DE ANLODIPINO 5 MG	Teuto	Und	100.000	0,0210	2.100,00
59	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20ML GOTAS;	Hipolabor	Und	150	7,1900	1.078,50
63	CARBAMAZEPINA 200MG	Teuto	COM	100.000	0,0890	8.900,00
69	CARVEDILOL 6,25MG, COMPRIMIDO;	Torrent	COM	60.000	0,0700	4.200,00
70	CEFALEXINA 500MG	Teuto	COM	30.000	0,2490	7.470,00
71	CEFALEXINA SUSPENSÃO 250MG/5ML 60ML	Teuto	FR	700	6,1900	4.333,00
75	CEFTRIAXONE 1G, AMPOLA EV	Blau	AMP	3.000	7,2690	21.807,00
110	DEXAMETASONA 2,5 ML AMPOLA EV	Teuto	AMP	800	0,5900	472,00
113	DIAZEPAN 10MG INJETAVEL;	Teuto	Und	600	0,6050	363,00
120	DIPIRONA INJ 2ML	Teuto	AMP	7.000	0,4050	2.835,00
125	DOBUTAMINA 12,5 MG/ML AMPOLA	Teuto	AMP	100	1,1650	116,50
126	DOPAMINA 200MG AMP	União Química	AMP	100	1,6650	166,50
128	ENEMA GLICERINADO 500ML .	JP	UNI	100	4,6000	460,00
140	FENOBARBITAL 200MG/ML AMPOLA EV	Teuto	AMP	100	1,4060	140,60
145	FLUMAZENIL AMP	Teuto	AMP	100	8,6000	860,00
164	HIDROCORTISONA 100 MG EV	Teuto	UND	1.500	2,3000	3.450,00
165	HIDROCORTISONA 500 MG INJETÁVEL EV	Teuto	AMP	2.500	4,7500	11.875,00
198	MANITOL 250 ML FR	Fresenius	FR	500	3,9500	1.975,00
199	MEBENDAZOL 100MG	Sobral	COM	1.500	0,0470	70,50
200	MEBENDAZOL SUSP 30ML	Sobral	FR	100	1,1500	115,00



203	METFORMINA 500MG	Teuto	COM	40.000	0,0650	2.600,00
220	NEBIVOLOL 5MG	Torrent	UN	3.000	0,5500	1.650,00
233	OLEO MINERAL	Imec	UND	300	1,9900	597,00
243	PERMETRINA SOL 1% SHAMPOO 60ML	Nativita	UN	1.000	1,3500	1.350,00
244	PERMETRINA SOLUÇÃO 1% ESCABILIDI	Nativita	FR	50	1,4540	72,70
261	RANITIDINA 25 MG/ML - 2 ML IV/IM	Teuto	AMP	2.000	0,3850	770,00
269	SALBUTAMOL SPRAY 100MCG/DOSE C/ 200 DOSES/FRASCO	Teuto	UND	2.000	6,4000	12.800,00
281	SULFAMETOXAZOL 40MG/8MG/ML SOLUÇÃO	Teuto	UNI	150	1,1990	179,85
283	SULFATO DE MAGNÉSIO 50 % 10 ML	Isofarma	UNI	200	5,4190	1.083,80
286	SULFATO FERROSO GOTAS 25MG 30ML	Hipolabor	FR	150	0,7930	118,95
287	TENOXICAN 40MG EV	União Química	UNI	800	6,6900	5.352,00
293	TRAMADOL 100MG EV	Teuto	UND	3.000	0,9000	2.700,00
TOTAL						105.267,20

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72  
Pelo Município

ANACLETO FERRARI  
Sócio Administrador  
CPF nº 523.140.819-00  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013F/2019

Publicação Nº 1997284

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013F/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 95.368.320/0001-05, neste ato representada pela senhora MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS, Sócia Administradora, CPF nº 855.226.439-00, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 31.142,30 (trinta e um mil cento e quarenta e dois reais e trinta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS  
Sócia Administradora  
CPF nº 855.226.439-00  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	ACECLOFENACO 100MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	UND	25.000	0,1490	3.725,00
44	BICARBONATO DE SÓDIO 10ML 8,4%	SANTEC	AMP	200	0,5500	110,00
91	CLOPIDOGREL 75 MG COMP	NEO QUI-MICA	UND	51.000	0,2190	11.169,00



100	CLORPROMAZINA 25MG/5ML	CRISTALIA	UN	100	0,9900	99,00
148	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML+FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML.	NATULAB	UNI	50	4,5500	227,50
163	HEPARINA SÓDICA IV 5ML - 5.000 U.I./ML.	CRISTALIA	FR	100	12,1500	1.215,00
167	IBUPROFENO 100MG GOTAS	GEOLAB	UND	2.000	2,0900	4.180,00
175	IVERMECTINA 6MG COMP	VITAMEDIC	COM	500	0,1550	77,50
201	MELOXICAN 15 MG COMPRIMIDO.	PHARLAB	COM	10.000	0,0930	930,00
207	METOCLOPRAMIDA 10MG - COMPRIMIDO	BELFAR	UND	5.000	0,0950	475,00
214	MICONAZOL CREME VAGINAL	HIPOLABOR	UNI	100	5,5430	554,30
236	ONDANSETRONA 8MG/4ML	HYPOFARMA	ML	6.000	1,2190	7.314,00
249	PREDNISONA 5MG	SANVAL	COM	10.000	0,0660	660,00
260	RANITIDINA 15MG GOTAS - 120ML;	NATIVITA	FRA	50	3,7700	188,50
294	TRAMADOL 50MG	HIPOLABOR	UNI	1.500	0,1450	217,50
TOTAL						31.142,30

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS  
Sócia Administradora  
CPF nº 855.226.439-00  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013G/2019

Publicação Nº 1997285

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013G/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.782.733/0001-49, neste ato representada pela senhora RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, Sócia Administradora, CPF nº 488.351.100-68, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa-do, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 16.262,00 (dezesesseis mil duzentos e sessenta e dois reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO  
Sócia Administradora  
CPF nº 488.351.100-68  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Uni-tário	Preço Total
11	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COMPRIMIDO	ABBOTT	COM	10.000	0,1490	1.490,00
12	ACIDO VALPROICO 500MG COMP	ABBOTT	COM	8.000	0,3090	2.472,00
177	LEVODOPA 200 MG + BENZERAZIDA 50 MG	ROCHE	COM	15.000	0,8200	12.300,00
TOTAL						16.262,00

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO  
Sócia Administradora  
CPF nº 488.351.100-68  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013H/2019

Publicação Nº 1997290

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013H/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.816.696/0001-54, neste ato representada pelo senhor FERNANDO PARUCKER DA SILVA, Sócio Administrador, CPF nº 248.710.109-10, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 38.443,80 (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Prefeito Municipal Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00 CPF nº 248.710.109-10

Pelo Município Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87 CPF:600.730.049-87

Fornecedor:		PONTAMED FARMACEUTICA LTDA					
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total	
3	ACETATO DE RETINOL 10000UI + AMINOÁCIOS 2,5% + METIONINA 0,5% + CLORAFENICOL 0,5% POMADA	LATINOFARMA	UNI	60	8,7000	522,00	
13	ADENOSINA INJETÁVEL 6MG AMPOLA 2ML	HIPOLABOR	AMP	100	8,3590	835,90	
23	AMIODARONA 200MG	GEOLAB	COM	8.000	0,4800	3.840,00	
52	BROMOPRIDA AMPOLA EV 2ML, 5MG/ML	WASSER	AMP	400	1,4510	580,40	
64	CARBAMAZEPINA 400MG, COMPRIMIDO;	CRISTALIA	COM	15.000	0,3980	5.970,00	
89	CLONAZEPAN 2,0MG	GEOLAB	COM	60.000	0,0490	2.940,00	
92	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%-10ML	SAMTEC	AMP	200	0,2140	42,80	
93	CLORETO DE SÓDIO 20%-10ML	SAMTEC	AMP	200	0,1970	39,40	
112	DIAZEPAN 10MG	SANTISA	COM	20.500	0,0650	1.332,50	
129	ENOXOPARINA 40 MG / 0,4 ML .	MYLAN	UND	500	17,9000	8.950,00	
152	GLICOSE 25% AMPOLA	SAMTEC	AMP	400	0,2090	83,60	
215	MIDAZOLAN 15 MG AMPOLA	CRISTALIA	AMP	300	1,4220	426,60	
270	SERTRALINA 50 MG COMPRIMIDO	GEOLAB	COM	100.000	0,0990	9.900,00	
279	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG BISNAGA 30G	PRATI DO-NADUZZI	UNI	1.000	2,9200	2.920,00	
282	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% AMP. 10ML EV	SAMTEC	AMP	200	0,3030	60,60	
TOTAL						38.443,80	

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

FERNANDO PARUCKER DA SILVA  
Sócio Administrador  
CPF nº 248.710.109-10  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013I/2019

Publicação Nº 1997291

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013I/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa A G KIENEN & CIA LTDA., inscrita no CNPJ Nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada pelo senhor ADEMIR GERALDO KIENEN, Sócio Administrador, CPF nº 329.374.669-15, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 81.601,00 (oitenta e um mil seiscentos e um reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ADEMIR GERALDO KIENEN  
Sócio Administrador  
CPF nº 329.374.669-15  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		A G KIENEN & CIA LTDA.				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
37	ATENSINA 0,150 - CLONIDINA	BOEHRINGER	COM	8.000	0,2490	1.992,00
45	BICARBONATO DE SODIO 250 ML 8,4%	HYPOFARMA	FR	50	20,4500	1.022,50
54	BROMOPRIDA GOTAS	MARIOL	FR	700	1,0400	728,00
78	CETOPROFENO 100 MG COMP.	BIOSINTE-TICA	UN	6.000	0,7300	4.380,00
81	CICLOBENZAPRINA 5MG COMPRIMIDO	EMS	UNI	20.000	0,1050	2.100,00
87	CLARITROMICINA 500MG	EMS	COM	1.000	2,9000	2.900,00
94	CLORETO DE SUXAMETÔNIO EV 500 MG	BLAU	AMP	30	10,6500	319,50
119	DIMENIDRINATO 30 MG CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG, GLICOSE 1000 MG, FRUTOSE 1000 MG, VEICULO Q.S.P. 10 ML EV	TAKEDA	UNI	5.000	3,4000	17.000,00
124	DISSULFIRAN 250MG COMPRIMIDO	SANOFI	UND	10.000	0,3300	3.300,00
137	FENITOÍNA 100MG	HIPOLABOR	COM	20.000	0,1500	3.000,00
179	LEVOFLOXACINA 750MG	EUROFARMA	COM	4.000	6,4900	25.960,00
180	LEVOFLOXACINO 500MG;	EMS	COM	6.000	0,5300	3.180,00
181	LEVOMEPROMAZINA 100MG	HIPOLABOR	COM	10.000	0,6100	6.100,00
245	PETIDINA 50MG/ML, 2ML IV	U. QUIMICA	UNI	300	1,8500	555,00
272	SIMETICONA GOTAS 75 MG/ML 10 ML	HIPOLABOR	FR	500	0,7300	365,00

295	TRETONOLAMINA 0,14G CORATO DE 8 HIDROLICIQUI-NOLINA 0,0004G. FRASCO COL 8 ML.	NOVARTIS	FRA	800	10,7300	8.584,00
301	VITAMINA K 10MG/ML EV.	HIPOLABOR	UNI	100	1,1500	115,00
TOTAL						81.601,00

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ADEMIR GERALDO KIENEN  
Sócio Administrador  
CPF nº 329.374.669-15  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013J/2019

Publicação Nº 1997292

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013J/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 44.734.671/0001-51, neste ato representada pelo senhor OGARI DE CASTRO PACHECO, Sócio Administrador, CPF nº 014.645.078-72, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 86.841,90 (oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

OGARI DE CASTRO PACHECO  
Sócio Administrador  
CPF nº 014.645.078-72  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA
-------------	--

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
46	BIPERIDENO 2MG G	CRISTALIA	COM	20.000	0,1800	3.600,00
47	BIPIRIDENO 5MG/ML SOL INJETAVEL EV	CRISTALIA	AMP	100	1,7700	177,00
79	CETOPROFENO 100MG AMPOLA EV	CRISTALIA	UND	10.000	2,6000	26.000,00
99	CLORPROMAZINA 25MG	CRISTALIA	COM	5.000	0,1920	960,00
102	COLAGENASE PDA 30G	CRISTALIA	UNI	150	8,1000	1.215,00
138	FENITOÍNA 50MG/ML	CRISTALIA	DIA	200	2,2700	454,00
147	FOSFATO DE CODEINA 30MG	CRISTALIA	uni	40.000	0,7170	28.680,00
157	HALOPERIDOL 1MG	CRISTALIA	COM	800	0,1250	100,00
158	HALOPERIDOL 5MG	CRISTALIA	COM	20.000	0,1830	3.660,00
162	HEPARINA SÓDICA 5000/ 0,25 ML SC	CRISTALIA	UND	2.050	4,1000	8.405,00
169	IMIPRAMIDA 25MG	CRISTALIA	COM	8.000	0,2700	2.160,00
178	LEVODOPA+CARDIDOPA 250MG/25MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	UND	2.000	0,8200	1.640,00
182	LEVOPROMAZINA 25MG	CRISTALIA	COM	8.000	0,3200	2.560,00

219	NALOXONA 0,4MG 01 MI INJETAVEL	CRISTALIA	AMP	20	6,1500	123,00
227	NITROGLICERINA AMPOLA	CRISTALIA	AMP	50	28,2500	1.412,50
231	OLANZAPINA 10MG	CRISTALIA	UN	1.000	0,4200	420,00
232	OLANZAPINA 5MG	CRISTALIA	UN	1.000	0,2070	207,00
252	PROMETAZINA 25MG, COMPRIMIDOS;	CRISTALIA	COM	5.000	0,1030	515,00
255	PROPOFOL 10MG/ML AMP. 10ML.	CRISTALIA	AMP	20	9,4200	188,40
257	QUETIAPINA 100MG	CRISTALIA	UN	1.000	0,4400	440,00
258	QUETIAPINA 200MG	CRISTALIA	UN	1.000	0,7300	730,00
284	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML IV AMPOLA	CRISTALIA	AMP	1.500	2,1300	3.195,00
TOTAL						86.841,90

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

OGARI DE CASTRO PACHECO  
Sócio Administrador  
CPF nº 014.645.078-72  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013K/2019

Publicação Nº 1997293

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013K/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 05.782.733/0001-49, neste ato representada pela senhora ELCIO LUIS BORDIGNON, Sócio Administrador, CPF nº 972.264.769-15, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 171.816,80 (cento e oitenta e um mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ELCIO LUIS BORDIGNON  
Sócio Administrador  
CPF nº 972.264.769-15  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
-------------	---

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA DO PRODUTO	UN.MED.	QTDE CO-TADA	PREÇO UNI-TÁRIO	PREÇO TOTAL
6	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	SOBRAL	UND	120.000	0,0170	2.040,00
7	ÁCIDO FÓLICO 5MG	NATULAB	UND	20.000	0,0350	700,00
20	AMINOFILINA 100MG	HIPOLABOR	UND	10.000	0,0690	690,00
27	AMOXACILINA 400+ CLAVULANATO POTASSICO 57 MG SOLUÇÃO.	SANDOZ	FRA	2.000	7,7500	15.500,00
29	AMOXICILINA +CLAVULANATO POTASSIO 250MG/5ML SUS-PENSAO	SANDOZ	FRA	800	10,9000	8.720,00
32	AMOXICILINA+AC.CLAVUL 500MG COMP	SANDOZ	UNI	10.000	0,8900	8.900,00

41	AZITROMICINA 500MG	MEDQUI-MICA	COM	4.000	0,4500	1.800,00
42	AZITROMICINA SUSPENSÃO 40 MG/ML = 600MG/15ML	BRAINFARMA	FR	600	5,9000	3.540,00
48	BROMAZEPAN 3MG	BRAINFARMA	COM	15.000	0,0820	1.230,00
49	BROMAZEPAN 6MG	BRAINFARMA	COM	12.000	0,1140	1.368,00
58	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG, COMPRIMIDO;	UNIAO QUI-MICA	COM	2.800	0,4290	1.201,20
66	CARBONATO DE CÁLCIO 600 + VITAMINA D3 400 COMPRI-MIDO;	NATULAB	COM	200.000	0,1150	23.000,00
77	CETOCONAZOL 20MG CREME	SOBRAL	TUB	300	1,7000	510,00
84	CIPROFLOXACINA 500MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	30.000	0,1720	5.160,00
95	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG,	SANDOZ/NOVARTIS	COM	2.500	0,6040	1.510,00
118	DIMENIDRINATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 1 ML IM	UNIAO QUI-MICA	AMP	500	1,2190	609,50
121	DIPIRONA SÓDICA 500MG, COMP.	GREENPHARMA	COM	25.100	0,0710	1.782,10
122	DIPIRONA SÓDICA GOTAS 10ML	NATULAB	FR	1.100	0,6800	748,00
133	ESPIROLACTONA 25MG COMPRIMIDOS	ASPEN	COM	40.000	0,1370	5.480,00
139	FENOBARBITAL 100MG	UNIAO QUI-MICA	COM	25.000	0,0940	2.350,00
151	GLIBENCLAMIDA 5MG	MEDQUI-MICA	COM	5.000	0,0190	95,00
156	GUACO XAROPE	NATULAB	FR	500	1,8500	925,00
160	HALOPERIOL 5MG/ML AMP EV	UNIAO QUI-MICA	AMP	300	1,1000	330,00
183	LEVOTIROXINA 100MG	MERCK	COM	40.000	0,0800	3.200,00
184	LEVOTIROXINA 25 MG	MERCK	COM	30.000	0,0800	2.400,00
185	LEVOTIROXINA 50MG	MERCK	COM	50.000	0,0800	4.000,00
186	LEVOTIROXINA 75 MG	MERCK	COM	40.000	0,1490	5.960,00
195	MALEATO DE DESCLOFENIRAMINA 2MG XAROPE	NATULAB	FR	250	1,0000	250,00
208	METOCLOPRAMIDA INJ 10MG/2ML, AMP.	ISO FARMA/HALEX	AMP	1.000	0,3000	300,00
210	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO	PRATI	UND	15.000	0,0970	1.455,00
216	MIDAZOLAN 50MG AMPOLA	UNIAO QUI-MICA	AMP	200	3,2000	640,00
221	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA	SOBRAL	TB	600	1,2900	774,00
241	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML	NATULAB	UND	2.200	0,5600	1.232,00
248	PREDNISONA 20MG	BRAINFARMA	COM	10.000	0,1600	1.600,00
250	PREGABALINA 150MG	FARMOQUI-MICA	UN	3.000	1,2100	3.630,00
251	PREGABALINA 75MG	FARMOQUI-MICA	UN	3.000	0,7890	2.367,00
254	PROPATILNITRATO 10MG; COMPRIMIDOS;	FARMOQUI-MICA	COM	50.000	0,2800	14.000,00
265	RIVAROXABANA 10MG	BAYER	UN	3.000	6,6000	19.800,00
266	RIVAROXABANA 20MG	BAYER	UN	3.000	6,5900	19.770,00
268	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL	NATULAB	ENV	800	0,4300	344,00
275	SOLUCAO INJETAVEL EV DE FERRO III NA FORMA SACARATO HIDROXIDO FERRICO 20MG/ML (100MG/5ML)	UNIAO QUI-MICA	AMP	100	5,0000	500,00
276	SORO FISIOLÓGICO NASAL SPRAY	NATULAB	UN	300	2,9000	870,00
302	VITAMINAS E SAIS MINERAIS COMPRIMIDO	VITAMED	COM	8.000	0,0670	536,00
TOTAL						171.816,80

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ELCIO LUIS BORDIGNON  
Sócio Administrador  
CPF nº 972.264.769-15  
Pela Empresa



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013L/2019**

Publicação Nº 1997294

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013L/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada pelo senhor SÉRGIO JACIR PORTELA, Sócio Administrador, CPF nº 182.633.649-49, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 26.902,00 (vinte e seis mil novecentos e dois reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SÉRGIO JACIR PORTELA  
Sócio Administrador  
CPF nº 182.633.649-49  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:				PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
34	ATENOLOL 100 MG COMPRIMIDO	PRATI	COM	3.000	0,0670	201,00
43	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 U.I	TEUTO	AMP	2.000	8,9000	17.800,00
82	CILOSTAZOL 100MG	BIOSINTE-TICA	UN	3.000	0,3900	1.170,00
211	METRONIDAZOL 400G COMPRIMIDO	TEUTO	COM	8.000	0,3100	2.480,00
226	NITROFURANTOINA 100MG COMP	TEUTO	CPR	10.000	0,2170	2.170,00
267	SACCHAROMYCES BOULARDÜ 200 M G ENVELOPE CONTENDO 1 GRAMA DE PÓ (AROMAS FRUTAS, TURI FRUTI)	CIFARMA	ENV	3.000	1,0270	3.081,00
TOTAL						26.902,00

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SÉRGIO JACIR PORTELA  
Sócio Administrador  
CPF nº 182.633.649-49  
Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013M/2019**

Publicação Nº 1997295

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013M/2019**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA



24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ Nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada pelo senhor WALTER PROCHNOW JUNIOR, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 139.498.468-59, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 45.154,60 (quarenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

WALTER PROCHNOW JUNIOR  
Sócio Administrador  
CPF nº 139.498.468-59  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF:600.730.049-87

Fornecedor:		COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
10	ACIDO VALPROICO 100ML, 50MG/ML XPE	HIPOLABOR	Und	300	3,3000	990,00
14	ADRENALINA INJETÁVEL, AMPOLA	HIPOLABOR	AMP	400	1,7730	709,20
51	BROMIDRATO DE FENOTEROL 0.5%, FRASCO COM 20ML	HIPOLABOR	UND	600	3,0000	1.800,00
55	BUTILBROMETO DE ESCOPOL. + DIPIRONA INJETAVEL;5ML	HIPOLABOR	AMP	8.500	1,2500	10.625,00
106	CUMARINA 15MG + TROXERRUTINA 90MG, COMPRIMIDOS;	CIFARMA	COM	130.000	0,1220	15.860,00
134	ESPIROLACTONA 50MG COMPRIMIDOS	HIPOLABOR	COM	3.000	0,2300	690,00
135	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG COMPRIMIDO	MABRA	UND	1.000	0,7500	750,00
146	FLUOXETINA 20MG COMPRIMIDO	TEUTO	UND	80.000	0,0600	4.800,00
188	LIDOCAINA SEM VASOCONSTRITOR 2% 20 ML	HIPOLABOR	UNI	700	2,5600	1.792,00
235	OMEPRAZOL 40MG PÓ + DILUENTE 10ML	BLAU	AMP	700	5,9500	4.165,00
247	PREDNISOLONA FRASCO	HIPOLABOR	FR	400	3,5500	1.420,00
253	PROMETAZINA 25MG/ML - AMP. 2ML	SANVAL	UNI	900	1,7260	1.553,40
TOTAL						45.154,60

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

WALTER PROCHNOW JUNIOR  
Sócio Administrador  
CPF nº 139.498.468-59  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013N/2019

Publicação Nº 1997297

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013N/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ Nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada pelo senhor MAURÍCIO MACIAG, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 039.087.819-73, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro

de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 44.511,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e onze reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MAURÍCIO MACIAG

Sócio Administrador

CPF nº 039.087.819-73

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - EPP				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
108	DABIGATRANA 150MG	BOEHRINGER	UN	3.000	3,9000	11.700,00
116	DICLOFENACO SODICO 50MG COMP	VITAMED	COM	3.000	0,0220	66,00
166	HIDROXIQUINALINA+ TRIETANOLAMINA	NOVARTIS	FR	500	11,4000	5.700,00
192	MALEATO DE BRONFENIRAMINA 2MG/ 5ML + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 5MG/50ML FRASCO COM 120 ML.	ACHE	FRA	1.000	14,4900	14.490,00
193	MALEATO DE BRONFENIRAMINA 2MG/ML +CLORIDRATO DE FENILEFRINA 2,5MG/ML. FRASCO COM 20 ML.	ELOFAR	FRA	1.000	7,5000	7.500,00
202	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	APSEN	COM	30.000	0,1020	3.060,00
238	OXIBUTININA 5MG	APSEN	UN	3.000	0,6650	1.995,00
TOTAL						44.511,00

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

MAURÍCIO MACIAG

Sócio Administrador

CPF nº 039.087.819-73

Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0130/2019

Publicação Nº 1997298

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0130/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 12.889.035/0001-02, neste ato representada pelo senhor SEDINEI ROBERTO STIEVENS, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 004.421.050-70, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 49.331,90 (quarenta e nove mil trezentos e trinta e um reais e noventa centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SEDINEI ROBERTO STIEVENS  
Sócio Administrador  
CPF nº 004.421.050-70  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
-------------	--

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Uni- tário	Preço Total
5	ACICLOVIR COMP 400 MG	MERCK	COM	3.000	0,7080	2.124,00
8	ACIDO TRANEXAMICO 250MG COMP.	ZYDUS	UN	3.000	1,2000	3.600,00
53	BROMOPRIDA COMPRIMIDO 10MG	PRATI	COM	3.000	0,1650	495,00
80	CICLOBENZAPRINA 10MG COMPRIMIDOS	CIMED	UNI	30.000	0,1160	3.480,00
86	CITALOPRAM 20MG COMPRIMIDO	ZYDUS	COM	70.000	0,1400	9.800,00
88	CLINDAMICINA 500MG COMP.	UNIÃO QUIMICA	UN	500	1,0000	500,00
98	CLORPROMAZINA 100MG / COMPRIMIDO	UNIÃO QUIMICA	UND	1.800	0,1930	347,40
109	DESLANOSÍDEO AMP. 2ML IV	UNIÃO QUIMICA	AMP	100	1,4500	145,00
141	FENOBARBITAL GOTAS	UNIÃO QUIMICA	FR	50	2,9500	147,50
142	FENTANILA CITRATO 0,05MG/ML - 5ML IV/IM	HIPOLABOR	FR	200	1,5500	310,00
143	FINASTERIDA 5MG	MERCK	COM	6.000	0,2600	1.560,00
144	FLUCONAZOL 150MG	MEDQUIMICA	UND	2.000	0,2850	570,00
149	FUROSEMIDA 40MG	PRATI	COM	40.000	0,0320	1.280,00
150	FUROSEMIDA INJETÁVEL, AMPOLA;	SANTISA	AMP	300	0,4000	120,00
153	GLICOSE 50% AMP	SAMTEC	AMP	800	0,2100	168,00
159	HALOPERIDOL DECANOATO	UNIÃO QUIMICA	AMP	400	4,9000	1.960,00
176	LACTULOSE XPE 120ML	NUTRIEX	FRA	1.000	5,2800	5.280,00
197	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	ONEFARMA/CIMED	COM	80.000	0,0360	2.880,00
218	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40MG COMPR	ZYDUS	UNI	10.000	0,1700	1.700,00
222	NIFEDIPINA 10MG COMPRIMIDO	GEOLAB	UND	10.000	0,0300	300,00
224	NIMESULIDA 100MG - COMPRIMIDO	CIMED	UND	50.000	0,0540	2.700,00
225	NISTATINA SOLUÇÃO ORAL, 50 ML	PRATI	Und	100	3,7000	370,00
229	NORADRENALINA (NOREPINEFRINA) HEMITARTARATO 2MG/ML- 4ML.	HIPOLABOR	AMP	200	2,0900	418,00
230	NORFLOXACINO COMPRIMIDO 400 MG	MEDQUIMICA	COM	3.000	0,2270	681,00
259	RANITIDINA 150MG COMPRIMIDO	MEDQUIMICA	UND	10.000	0,0870	870,00
262	RISPERIDONA 1 MG COMP	UNIÃO QUIMICA	COM	20.000	0,1090	2.180,00
263	RISPERIDONA 2MG	UNIÃO QUIMICA	COM	30.000	0,1190	3.570,00
288	TERBUTALINA INJETÁVEL 0,5 MG / ML - 01 ML	UNIÃO QUIMICA	UNI	200	1,3800	276,00
292	TOPIRAMATO 50 MG	ZYDUS	CPR	10.000	0,1500	1.500,00
TOTAL						49.331,90

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

SEDINEI ROBERTO STIEVENS  
Sócio Administrador  
CPF nº 004.421.050-70  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013P/2019

Publicação Nº 1997299

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013P/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 20.590.555/0001-49, neste ato representada pelo senhor ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 072.018.949-78, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 27.989,00 (vinte e sete mil novecentos e oitenta e nove reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI  
Sócio Administrador  
CPF nº 072.018.949-78  
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

Fornecedor:		ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
38	ATORVASTAINA 40MG COMP	CIMED	UNI	6.000	0,3500	2.100,00
39	ATORVASTATINA 20 MG COMPRIMIDO.	CIMED	COM	30.000	0,1700	5.100,00
65	CARBAMAZEPINA LÍQUIDA 100ML, 20MG/ML	UNIÃO QUI-MICA	FR	100	11,3900	1.139,00
217	MIFLASONA 200MCG COM 60 CAPSULAS + INALADOR	SANDOZ	UN	1.000	19,6500	19.650,00
TOTAL						27.989,00

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI  
Sócio Administrador  
CPF nº 072.018.949-78  
Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013Q/2019

Publicação Nº 1997300

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013Q/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa AR-FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ Nº 10.869.890/0001-26, neste ato representado pelo senhor ADOLFO RODRIGUES FIORENZANO, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 020.073.289-76, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 33.236,00 (trinta e três mil duzentos e trinta e seis reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ADOLFO RODRIGUES FIORENZANO

Sócio Administrador

CPF nº 020.073.289-76

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF:600.730.049-87

Fornecedor:	AR-FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
-------------	---

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
22	AMIODARONA 100 MG	BALDACCI	UND	2.000	0,4200	840,00
56	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	PHARLAB	COM	10.000	0,2980	2.980,00
74	CEFTRIAXONA 500G AMPOLA COM ANESTESICO DE LIDOCAINA	EURO FARMA	AMP	200	6,7600	1.352,00
76	CETOCONAZOL 20 MG+ DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,5MG + SULFATO DE NEOMICINA 2,5, BISNAGA 10G.	PHARLAB	UN	200	3,1850	637,00
103	COLECALCIFEROL SOLUÇÃO ORAL (10.000 UI)	HYPERA	UND	1.000	6,4900	6.490,00
107	DABIGATRANA 100MG	BOEHRINGER	UN	3.000	3,9490	11.847,00
115	DICLOFENACO GEL 60 G	CIMED	TB	300	2,5000	750,00
131	ESPIRAMICINA 500MG	SANOFI	UN	1.000	3,3900	3.390,00
205	METILDOPA 250MG comp	EMS	COM	3.000	0,4000	1.200,00
206	METILDOPA 500MG	EMS	COM	5.000	0,7500	3.750,00
TOTAL						33.236,00

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

ADOLFO RODRIGUES FIORENZANO

Sócio Administrador

CPF nº 020.073.289-76

Pela Empresa

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013R/2019

Publicação Nº 1997301

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013R/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa F& F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ Nº 28.093.678/0001-85, neste ato representada pelo senhor FÁBIO EMANUEL REBONATTO, Sócio Administrador, CPF nº 046.973.639-90, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 49.815,50 (quarenta e nove mil oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

FÁBIO EMANUEL REBONATTO

Sócio Administrador

CPF nº 046.973.639-90

Pela Empresa



## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF:600.730.049-87

Fornecedor:	F& F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
-------------	---

Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
9	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML- AMPOLA (TRANSAMIN)	BLAU	AMP	150	3,2000	480,00
24	AMIODARONA 50MG/ML 3 ML INJETÁVEL	HIPOLABOR	AMP	100	1,8500	185,00
40	ATROPINA 0,5MG AMP	HYPOFARMA	AMP	200	0,6700	134,00
61	CAFEINA 130MG+ CARISOPRODOL 125MG+ PARACETAMOL 300MG+ DICLOFENACO SODICO 50MG	GEOLAB	UND	10.000	0,1220	1.220,00
73	CEFTRIAXONA 1G AMPOLA INTRA-MUSCULAR C/ ANESTESICO DE LIDOCAÍNA	TEUTO	AMP	2.000	8,1500	16.300,00
104	COLÍRIO ANESTÉSICO - SOLUÇÃO OFTÁLMICA C/ 10 ML GOTAS	ALLERGAN	UNI	150	7,6200	1.143,00
132	ESPIROLACTONA 100MG COMPRIMIDOS	EMS	CPR	600	0,3200	192,00
173	ISOSSORBIDA, DINITRATO ORAL 10 MG - COMPRIMIDO	SIGMA EMS	COM	4.000	0,2600	1.040,00
212	METRONIDAZOL 40MG/ML 80ML	EMS/120ML	UN	50	6,8900	344,50
228	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO INJETAVEL 50MG 02 MI	HYPOFARMA	AMP	50	11,4400	572,00
242	PAROXETINA 20 MG COMP	EMS	COM	80.000	0,1970	15.760,00
296	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG	EMS	UN	5.000	2,4890	12.445,00
TOTAL						49.815,50

AMERICO LORINI  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00  
Pelo Município

FÁBIO EMANUEL REBONATTO  
Sócio Administrador  
CPF nº 046.973.639-90  
Pela Empresa

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013S/2019**

Publicação Nº 1997302

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013S/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de outubro de 2019, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas diversas Unidades de Saúde, incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste pelo período de 6 meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal CPF nº 162.730.799-00 e a empresa VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 27.860.256/0001-25, neste ato representada pela senhora KARINA WERLANG, Administradora, CPF nº 039.084.309-17, em decorrência do processo licitatório nº 030/2019, modalidade pregão presencial nº 013/2019, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Eugenia Bucco, nos termos da IN CCI Nº 001/2015. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor total da ata R\$ 31.966,00 (trinta e um mil novecentos e sessenta e seis reais)

Herval d'Oeste, 24 de abril de 2019.

AMERICO LORINI

KARINA WERLANG

Prefeito Municipal Administradora

CPF nº 039.084.309-17

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

Pela Empresa

## Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF:600.730.049-87



Fornecedor:		VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI				
Item	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
15	ÁGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO 5ML	FARMACE	UND	2.000	0,1700	340,00
19	ALPRAZOLAN 1 MG COMPRIMIDO.	EMS	COM	10.000	0,0860	860,00
35	ATENOLOL 25 MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	COM	40.000	0,0240	960,00
96	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 75MG	EMS	COM	1.500	1,5000	2.250,00
161	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG COMPRIMIDOS	GERMED	CPR	45.000	0,2980	13.410,00
171	ISOFLAVONA DE SOJA	VITAMED	COM	2.000	0,2690	538,00
174	ITRACONAZOL 100MG	GEOLAB	UNI	1.000	0,8200	820,00
191	LOSARTANA POTÁSSICA COMPRIMIDO 50 MG	GERMED	COM	120.000	0,0440	5.280,00
196	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG + BETAMETASO-NA 0,25MG/5 ML FRASCO COM 120ML	GLOBO	FRA	1.000	3,1900	3.190,00
256	PROPRANOLOL 40MG	OSORIO DE MORAES	COM	20.000	0,0140	280,00
285	SULFATO FERROSO 40 MG	VITAMED	UND	30.000	0,0290	870,00
291	TOPIRAMATO 100MG	EMS	CPR	10.000	0,2690	2.690,00
299	VITAMINA A + VITAMINA D 3000 UI/ML + 800 UI/ML - 10 ML	SANVAL	FR	200	2,3900	478,00
TOTAL						31.966,00

AMERICO LORINI

Prefeito Municipal Administradora

CPF: 162.730.799-00

Pelo Município

KARINA WERLANG

CPF nº 039.084.309-17

Pela Empresa

**TERMO ADITIVO Nº 017/2019**

Publicação Nº 1997305

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE JACUTINGA  
ANTONIO JACINTO RODRIGUES BORGES - ME  
CNPJ/MF Nº 23.420.241/0001-95  
Rua Joaquim Bordin, 21, sala B - Centro  
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 017/2019 DE 23 DE ABRIL DE 2019

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pela Gestora do Fundo, Senhora MARISA LANGER, brasileira, Servidora Pública, portadora do CPF nº 032.784.219-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANTONIO JACINTO RODRIGUES BORGES – ME Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Joaquim Bordin, 21, sala B - Centro – Município de Jacutinga - Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 23.420.241/0001-95, doravante denominada CONTRATADA resolvem celebrar o presente Termo ADITIVO a Ata de Registro de Preços 019G/2018, que tem por objeto registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de higiene e limpeza para as diversas secretarias do município de Herval d'Oeste, pelo período de 12 (doze) meses., em decorrência do Processo Licitatório nº 043/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº 026/2018 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25 % (vinte e cinco por cento) no quantitativo do item 126 registrado para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Aditivada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
126	Toalha de papel interfolhas embalagem com no mínimo 1000 folhas, 23x22 cm - cor branca, 100% fibras virgens.	Pct	300	5,93	1.779,00





**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Com o acréscimo nos quantitativos acima o valor total dos itens registrado representa um acréscimo de R\$ 1.779,00 (mil setecentos e setenta e nove reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais**

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 23 de abril de 2019.

MARISA LANGER

Gestora

CPF: 032.784.219-90

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO N° 3253/2019

Publicação N° 1998216

DECRETO N° 3253 DE 01 DE MARÇO DE 2019

"Estabelece o Calendário de Eventos do Município de IBIAM para o ano 2019"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de IBIAM, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1°. Fica estabelecido o Calendário de Eventos Culturais, Esportivos, Turísticos e das demais áreas do Município de Ibiam para o período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro do ano 2019.

§1°. Os eventos a serem realizados no Município de Ibiam ocorrerão conforme os incisos a seguir e terão o apoio da Prefeitura Municipal:

**I – JANEIRO****II- FEVEREIRO**

08- Palestra para os funcionários da educação

17- Participação campeonato regional de Arroio Trinta -CME

Audiência Pública (acompanhamento e avaliação das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2019)

Audiência Pública da Saúde referente Terceiro Quadrimestre 2019 (LC 141/2012)

11/02/2019- Reunião coordenadores de Idosos Calmom

12/02/2019- Conferência Intermunicipal dos direitos da pessoa Idosa

13/02/2019- Oficina de Artesanato

14/02/2019- Oficina Grupo de idosos

15/02/2019- Oficina PA KUA

15/02/2019 – Oficina Teatro

18/02/2019- Oficina Curso corte e costura

25/02/2019- Oficina corte e costura

26/02/2019- Reunião COGEMAS

27/02/2019- Baile de carnaval dos idosos

**III – MARÇO**

02- Início campeonato de futsal Taça Simpatia em Campos Novos-CME

19- Início das escolinhas -CME

29- Encerramento semana da alimentação

07/03/2019- Comemoração dia mulher

11/03/2019- Oficina Corte e Costura

13/03/2019-Oficina Artesanato

14/03/2019- Encontro Idosos

18/03/2019-Oficina Corte e costura

19/03/2019- Inicio grupo dos jovens

25/03/2019- Oficina Corte e costura

26/03/2019- Oficina Grupo dos jovens

27/03/2019- Reunião COGEMAS Tangará/ Oficina Artesanato

28/03/2019- Encontro Idosos

29/03/2019- Grupo dos beneficiários BPC e Bolsa família

30/03/2019- Gincana idosos em Caçador

**IV –ABRIL**

Festividades da Páscoa

Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

Comemoração de Páscoa nas Escolas Municipais – (Secretaria de Educação- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes)

06- Dia da família na escola

13- IX Aberto de quattrilho de Ibiam- CME

15- JASTI- Jogos da terceira idade- CME

20- Campeonato aberto de futsal-CME

01/04/2019- Reunião coordenadores de Idosos Macieira/ Oficina Corte e Costura

02/04/2019- Oficina/ Grupo dos jovens e teatro

03/04/2019- Oficina Grupo Compartilhando Carinho

08/04/2019- Oficina Corte e Costura

09/04/2019- Oficina Grupo dos Jovens e teatro

10/04/2019- Oficina Artesanato

11/04/2019- Encontro Idosos

15/04/2019- Oficina Corte e Costura

16/04/2019- Páscoa nas Escolas  
17/04/2019- Oficina Grupo Compartilhando Carinho  
22/04/2019- Oficina Corte e costura  
23/04/2019- Oficina Grupo dos jovens  
24/04/2019- Reunião do COGEMAS/ Artesanato  
25/04/2019- Encontro Idosos  
Reunião grupo de gestantes  
26/04/2019- Oficina Grupo dos beneficiários BPC e bolsa família  
27/04/2019- Matinê dos idosos- Videira  
29/04/2019- Oficina Corte e Costura  
30/04/2019- Oficina Grupo dos Jovens  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde- Santo Alécio  
30/04/2019- Atividade SESI dia do trabalhador  
V –MAIO  
10- Torneio de vôlei dia das Mães –CME  
11- Início da 1ª etapa do campeonato municipal de quatrilha -CME  
Audiência Pública (acompanhamento e avaliação das metas fiscais do Primeiro Quadrimestre de 2019)  
Audiência Pública da Saúde referente Primeiro Quadrimestre 2019 ( LC 141/2012)  
Audiência Pública para Revisão do PPA e Definição de Metas para Elaboração da LDO e LOA 2020  
Encontro Despertar Feminino -SENAI  
Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde  
Oficina Tabagismo  
Campanha de vacinação contra gripe H1N1  
04/05/2019- Baile dos idosos em Pinheiro Preto  
06/05/2019- Oficina Corte e costura  
07/05/2019- Oficina Grupo dos Jovens e teatro  
08/05/2019- Festival de talentos dos Idosos/ Oficina Compartilhando Carinho  
09/05/2019- Encontro Idoso dia das mães  
13/05/2019- Oficina Corte e Costura  
Grupo de gestantes  
14/05/2019- Campanha de enfrentamento e combate a exploração sexual contra criança e adolescente  
15/05/2019- Oficina Artesanato  
20/05/2019- Oficina Corte e Costura  
21/05/2019- Oficina Grupo dos jovens e teatro  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde  
22/05/2019- Oficina Compartilhando Carinho  
23/05/2019- Encontro Idosos  
25/05/2019-Matinê dos idosos Arroio Trinta  
27/05/2019- Oficina Corte E costura  
28/05/2019- Reunião COGEMAS Salto Veloso/ Oficina Artesanato  
31/05/2019- Oficina Grupo beneficiários BPC e bolsa família  
Atividades alusivas ao dia 31 de maio – dia mundial sem tabaco.  
Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI  
VI – JUNHO  
01-Campeonato de vôlei terceira idade  
Semana do Meio Ambiente  
Encontro Despertar Feminino -SENAI  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde  
Reunião do grupo de gestantes (data a definir)  
03/06/2019-Reunião idosos Caçador/ Corte e Costura  
04/06/2019- Oficina Grupo dos jovens  
05/06/2019- Oficina Compartilhando Carinho  
06/06/2019- Encontro Idosos  
08/06/2019- Festival de Talentos idosos  
10/06/2019- Oficina Corte e costura  
11/06/2019- Oficina Grupo Jovens e teatro  
12/06/2019- Oficina Artesanato  
15/06/2019- Matinê dos idosos Rio das Antas  
17/06/2019- Oficina Corte e costura  
18/06/2019- Oficina Grupo jovens  
19/06/2019- Oficina Compartilhando carinho/ Festa junina idosos  
24/06/2019- Oficina Corte e costura  
25/06/2019- Oficina Grupo de jovens  
26/06/2019- Reunião COGEMAS Timbó Grande/ Oficina Artesanato  
27/06/2019- Encontro Idosos  
28/06/2019- Oficina Grupo do BPC e bolsa família  
Dia internacional do diabético  
Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

## VII - JULHO

06-Festa Julina

12- Feira matemática

13- Campeonato das escolinhas de futsal-CME

14/15- Festividades aniversário município

20- Passeio ciclístico

Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde

Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde

Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo

01/07/2019- Oficina Corte e costura

02/06/2019- Oficina Grupo de jovens

03/07/2019- Oficina Compartilhando Carinho

04/07/2019- Encontro Idosos

08/07/2019- Oficina Corte e costura

09/07/2019- Oficina Grupo jovens

10/07/2019- Oficina Artesanato

15/07/2019- Oficina Corte e costura

17/07/2019- Oficina Compartilhando Carinho

18/07/2019- Encontro Idosos

22/07/2019- Oficina Corte e costura

24/07/2019- Reunião COGEMAS Lebon Regis/ Oficina Artesanato

26/07/2019- Oficina Grupo BPC e bolsa família

29/07/2019- Oficina Corte costura

31/07/2019- Oficina Compartilhando carinho

Dia mundial da saúde mental

Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

## VIII – AGOSTO

Mês dos Pais

09- Torneio dia dos pais

11- Participação da copa regional dos campeões

24-Participação do grupo de dança no evento Dança Catarina

Formatura do Proerd

Semana Mundial da Amamentação

Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde

Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde

Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo

01/08/2019-Apresentação dia dos pais

03/08/2019- Matinê idosos Caçador

05/08/2019- Reunião Idosos Videira/ Oficina Corte e costura

06/08/2019- Oficina Grupo dos jovens

07/08/2019- Oficina Artesanato

12/08/2019- Oficina Corte e Costura

13/082019- Oficina Grupo dos jovens

14/08/2019- Oficina Compartilhando Carinho

15/08/2019- Encontro Idosos

17/08/2019- Matinê Idosos Ibiã

19/08/2019- Oficina Corte e Costura

20/08/2019- Oficina Grupo dos Jovens

21/08/2019- Oficina Artesanato

26/08/2019- Oficina Corte e Costura

27/08/2019- Oficina Grupo dos jovens

28/08/2019- Oficina Compartilhando Carinho

29/08/2019- Encontro Idosos

30/08/2019- Oficina Grupo BPC e bolsa família

31/08/2019-Matinê Idosos Salto Veloso

Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

## IX - SETEMBRO

07-Desfile cívico

Audiência Pública (acompanhamento e avaliação das metas fiscais do Segundo Quadrimestre de 2019)

Audiência Pública da Saúde referente Segundo Quadrimestre 2019 ( LC 141/2012)

Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo

Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde

Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde

Dia Mundial de luta da pessoa portadora de deficiência

Dia mundial do coração ( setembro vermelho)

Campanha multi vacinação

Atividades Alusivas ao dia 10 de setembro – Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio

Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

02/09/2019- Oficina Corte e Costura

03/09/2019- Oficina Grupo de Jovens  
04/09/2019- Oficina Artesanato  
09/09/2019- Oficina Corte e costura  
10/09/2019- Oficina Grupo de jovens  
11/09/2019- Oficina Compartilhando Carinho  
12/09/2019- Encontro Idosos  
14/09/2019- Festival de dança Ibiã  
16/09/2019- Oficina Corte e Costura  
17/09/2019- Oficina Grupo de jovens  
18/09/2019- Oficina Artesanato  
23/09/2019- Oficina Corte e costura  
24/09/2019- Oficina Grupo dos jovens  
25/09/2019- Reunião COGEMAS Rio das Antas/ Compartilhando Carinho  
26/09/2019- Encontro Idosos  
27/09/2019- Oficina Grupo do BPC e bolsa família  
30/09/2019- Oficina Corte e costura  
X – OUTUBRO  
Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI  
06- Campeonato municipal de futebol-CME  
19- Festa dia das crianças – escola e creche  
Campanha outubro rosa  
Dia mundial saúde mental  
Dia de Nossa Senhora Mãe do Salvador  
Dia nacional da vacinação  
Campanha poliomielite  
Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo  
Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde  
001/10/2019- Oficina Grupo de jovens  
02/10/2019- Oficina Compartilhando carinho  
05/10/2019- Matinê Idosos Lebon Régis  
07/10/2019- Reunião idosos Tangará/ Corte e Costura  
08/10/2019- Oficina Grupo dos jovens  
09/10/2019- Oficina Artesanato  
10/10/2019- Encontro Idosos  
11/10/2019- Feriado padroeira do município  
14/10/2019- Oficina Corte e costura  
15/10/2019- Dia dos professores  
16/10/2019- Oficina Compartilhando carinho  
19/10/2019- Matinê Idosos Tangará  
21/10/2019- Oficina Corte e costura  
22/10/2019- Oficina Grupo dos jovens  
23/10/2019- Oficina Artesanato  
24/10/2019- Encontro Idosos  
25/10/2019- Oficina Grupo do BPC e bolsa família  
26/10/2019- Jogos em Caçador dos Idosos  
29/10/2019- Oficina Grupo dos jovens  
30/10/2019- Reunião COGEMAS Pinheiro Preto/ Oficina Compartilhando Carinho  
XI – NOVEMBRO  
Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI  
30- 2ª Amostra de dança  
Dia internacional da Não violência contra a mulher  
Campanha novembro azul  
Dia internacional do doador de sangue  
Dia da consciência negra  
Encontro do Grupo de Gestantes- Secretaria de saúde  
Encontro do Grupo Hiperdia- Secretaria de saúde  
Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo  
04/11/2019- Oficina Corte costura  
05/11/2019- Oficina Grupo dos jovens  
06/11/2019- Oficina Artesanato  
07/11/2019- Encontro Idosos  
09/11/2019- Matinê idosos Macieira  
11/11/2019- Oficina Corte e costura  
12/11/2019- Oficina Grupo dos jovens  
13/11/2019- Oficina Compartilhando Carinho  
18/11/2019- Oficina Corte e costura  
19/11/2019- Oficina Grupo dos jovens  
20/11/2019- Oficina Artesanato

21/11/2019- Encontro Idosos  
25/11/2019- Oficina Corte e costura  
26/11/2019- Oficina Grupo dos jovens  
27/11/2019- Reunião COGEMAS Arroio Trinta/ Compartilhando Carinho  
29/11/2019- Oficina Grupo BPC e bolsa família  
XII – DEZEMBRO

Atividades preventivas referente ao Calendário Bem Estar SESI

Programação Cultural e Natalina

14 – Formatura do Pré-Escolar

Reunião do Grupo de Combate e Controle do Tabagismo

Atividades alusivas ao dia 1º de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a AIDS

Reunião do Grupo Hiperdia

Dia da família

Tarde natalina em apoio ao conselho tutelar

02/12/2019- Oficina Corte e costura

03/12/2019- Oficina Grupo dos jovens

04/12/2019- Oficina Artesanato

09/12/2019- Oficina Corte e costura/ Reunião idosos Pinheiro Preto

10/12/2019- Oficina Grupo dos jovens

11/12/2019- Oficina Compartilhando carinho

16/12/2019- Oficina Corte e costura

17/12/2019- Oficina Grupo dos jovens

18/12/2019- Oficina Artesanato

19/12/2019- Encontro Idosos

§2º. O Município de Ibiã participará dos eventos que forem organizados pela AMARP, pela SDR de Campos Novos, e ainda de eventos dos Encontros Regionais da Terceira Idade, durante o ano de 2019.

§3º. Compete a todas as Secretarias e Fundos Municipais de Ibiã, fazer as atividades que contemplam ações, campanhas e divulgação na época própria do evento previsto neste Calendário.

§4º. Os eventos custeados pelo Município de Ibiã serão abertos para todos os munícipes, sem custo e observado sempre o interesse público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagido seus efeitos a 02 Fevereiro de 2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE MARÇO DE 2019

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ibirama

## PREFEITURA

### PREGÃO ELETRÔNICO 41/2019 - TERMO DE ANULAÇÃO

Publicação Nº 1997533

26/04/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Cancelamento 3

#### TERMO DE ANULAÇÃO MUNICÍPIO DE IBIRAMA PREGÃO ELETRÔNICO 41/2019

**Processo Anulado** no dia 26/04/2019 às 09:14:02 pelo seguinte motivo: O processo foi Anulado por iniciativa do pregoeiro. Justificativa: 1. Irregularidades / incorreções nas especificação dos itens, em especial o item 02 - notebook, que acabou por gerar propostas para o pregão, as quais não tendem as especificações ali descritas, dada principalmente pelos valores máximos estabelecidos. 2. Falta de comprovação de que os itens vencedores possuem os requisitos estabelecidos no item 16.1.1 do Anexo I do Edital, no que diz respeito a "garantia "on site" dos equipamentos cotados, ainda que após diligências efetuadas. 3. Ainda eu fosse possível consultar os demais licitantes classificados, opta-se pela anulação deste processo, visando sanar as irregularidades, corrigir as especificações, garantido a isonomia, preservando a igualdade de condições e, acima de tudo obter a proposta mais vantajosa e com todas as garantias, visando a manutenção da qualidade e continuidade dos serviços. 4. Fundamentação Legal: Art. 49 da Lei 8.666/93.

#### Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
27/03/2019 15:34	28/03/2019 09:00	08/04/2019 09:00	10/04/2019 09:00	10/04/2019 09:15

#### Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	Microcomputador Baseado Em Processador Operando A 3.0 Ghz e Cache de 4 Mb, Processador Intel I5 Ou Equivalente da Amd Com Mesmo Desempenho, Bios Plug & Play Desenvolvida Pelo Fabricante do Equipamento Ou Com Direitos (copyright) Sobre Essa Bios Com Identi	3.762,97	18	UN	Cancelado
0002	Notebook, Baseado Em Processador Com Tecnologia Móvel, Processador Intel I5 2,5 Ghz Ou Equivalente da Amd Com Mesmo Desempenho, Ram de 6 Gbytes Ddr3, Bios Plug & Play Atualizável Em Campo, Desenvolvida Pelo Fabricante do Equipamento Ou Com Direitos (copyr	3.363,04	8	UN	Cancelado

#### Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
27/03/2019	EditalPe4119RpMicroENote

#### Propostas Enviadas

**0001 - MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.0 GHZ E CACHE DE 4 MB, PROCESSADOR INTEL I5 OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, BIOS PLUG & PLAY DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYRIGHT) SOBRE ESSA BIOS COM IDENTI**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Marca	Valor	LC 123/2006
Sandro Vilmar Pires Me	09.253.952/0001-91	09/04/2019 - 13:57:52	POSITIVO MASTER D2200 / POSITIVO 22MP55P	3.700,00	Sim
TECHNO SOLUÇÕES EIRELI	27.499.665/0001-48	09/04/2019 - 14:29:52	Positivo	3.762,97	Sim
Fulltech Equipamentos Ltda ME	19.554.960/0001-21	09/04/2019 - 14:50:15	Arquimedes / Corporativo A	3.762,00	Sim
JP COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS EIRELI	31.552.188/0001-04	09/04/2019 - 15:00:36	LIKETEC	3.762,97	Sim
Daten Tecnologia Ltda	04.602.789/0001-01	09/04/2019 - 15:03:51	DATEN	3.762,00	Não
J ROSA SOLUCOES EM INFORMATICA EIRELI	32.758.101/0001-12	09/04/2019 - 17:17:07	Desktop HP MT 285 G3 + Monitor AOC 9P1E	3.740,00	Sim
Mappe Brasil Ltda	13.266.239/0001-50	09/04/2019 - 17:43:25	lenovo	5.000,00	Sim
DECIO AMAURI GRIEBLER JUNIOR	33.072.482/0001-44	09/04/2019 - 18:22:09	POSITIVO	5.895,00	Sim
INFOPLAN LTDA ME	04.622.715/0001-37	09/04/2019 - 21:45:52	Positivo	3.760,00	Sim
GIGA1 COM EIRELI -ME	03.374.872/0001-08	09/04/2019 - 23:01:12	HP 400G4	3.760,00	Sim
Caure Informática e Suprimentos Ltda	11.972.582/0001-94	10/04/2019 - 08:23:14	POSITIVO	3.762,97	Sim
Claudio Vicente Cargnin	10.942.457/0001-79	10/04/2019 - 08:39:08	EASY PC - 3.0 GHZ 4MB CACHE CONF. EDITAL	3.700,00	Sim
Vertin & Piontkoski Ltda	10.894.828/0001-94	10/04/2019 - 08:49:26	Lenovo	5.620,00	Sim
Creative Informatica Ltda	05.022.996/0001-50	10/04/2019 - 08:49:49	Tcorp	3.762,97	Sim
Perform Tecnologia Eireli EPP	21.873.370/0001-03	10/04/2019 - 08:56:31	POSITIVO	3.762,97	Sim

**0002 - NOTEBOOK, BASEADO EM PROCESSADOR COM TECNOLOGIA MÓVEL, PROCESSADOR INTEL I5 2,5 GHZ OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, RAM DE 6 GBYTES DDR3, BIOS PLUG & PLAY ATUALIZÁVEL EM CAMPO, DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYR**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Marca	Valor	LC 123/2006
TECHNO SOLUÇÕES EIRELI	27.499.665/0001-48	09/04/2019 - 14:31:31	Lenovo	4.144,00	Sim
Fulltech Equipamentos Ltda ME	19.554.960/0001-21	09/04/2019 - 14:56:50	Lenovo / 330	5.000,00	Sim
JP COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS EIRELI	31.552.188/0001-04	09/04/2019 - 15:01:11	ACER	3.363,04	Sim
DECIO AMAURI GRIEBLER JUNIOR	33.072.482/0001-44	09/04/2019 - 18:29:55	VAIO	4.895,00	Sim
INFOPLAN LTDA ME	04.622.715/0001-37	09/04/2019 - 21:45:24	VAIO	3.360,00	Sim
GIGA1 COM EIRELI -ME	03.374.872/0001-08	09/04/2019 - 23:00:50	acer a315	3.360,00	Sim
Claudio Vicente Cargnin	10.942.457/0001-79	10/04/2019 - 08:42:37	LENOVO - I5	3.360,00	Sim
Vertin & Piontkoski Ltda	10.894.828/0001-94	10/04/2019 - 08:49:39	Dell	6.129,00	Sim
R.S VAREJO EIRELI	31.322.368/0001-08	10/04/2019 - 08:51:09	ACER	10.000,00	Sim

#### Lances Enviados

file:///C:/Users/Bona/Downloads/Cancelamento\_105071.html

1/4



26/04/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Cancelamento 3

**0001 - MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.0 GHZ E CACHE DE 4 MB, PROCESSADOR INTEL I5 OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, BIOS PLUG & PLAY DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYRIGHT) SOBRE ESSA BIOS COM IDENTI**

Data	Valor	CNPJ	Situação
09/04/2019 - 13:57:52	3.700,00 (proposta)	09.253.952/0001-91	Válido
09/04/2019 - 14:29:52	3.762,97 (proposta)	27.499.665/0001-48	Válido
09/04/2019 - 14:50:15	3.762,00 (proposta)	19.554.960/0001-21	Válido
09/04/2019 - 15:00:36	3.762,97 (proposta)	31.552.188/0001-04	Válido
09/04/2019 - 15:03:51	3.762,00 (proposta)	04.602.789/0001-01	Válido
09/04/2019 - 17:17:07	3.740,00 (proposta)	32.758.101/0001-12	Válido
09/04/2019 - 17:43:25	5.000,00 (proposta)	13.266.239/0001-50	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
09/04/2019 - 18:22:09	5.895,00 (proposta)	33.072.482/0001-44	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
09/04/2019 - 21:45:52	3.760,00 (proposta)	04.622.715/0001-37	Válido
09/04/2019 - 23:01:12	3.760,00 (proposta)	03.374.872/0001-08	Válido
10/04/2019 - 08:23:14	3.762,97 (proposta)	11.972.582/0001-94	Válido
10/04/2019 - 08:39:08	3.700,00 (proposta)	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 08:49:26	5.620,00 (proposta)	10.894.828/0001-94	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 08:49:49	3.762,97 (proposta)	05.022.996/0001-50	Válido
10/04/2019 - 08:56:31	3.762,97 (proposta)	21.873.370/0001-03	Válido
10/04/2019 - 09:39:24	3.690,00	09.253.952/0001-91	Válido
10/04/2019 - 09:39:49	3.689,00	21.873.370/0001-03	Válido
10/04/2019 - 09:40:07	3.685,00	09.253.952/0001-91	Válido
10/04/2019 - 09:40:23	3.684,00	21.873.370/0001-03	Válido
10/04/2019 - 09:40:33	3.675,00	09.253.952/0001-91	Válido
10/04/2019 - 09:40:38	3.500,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:41:25	3.499,00	21.873.370/0001-03	Válido
10/04/2019 - 09:41:43	3.400,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:41:52	3.674,00	32.758.101/0001-12	Válido
10/04/2019 - 09:41:56	3.300,00	04.602.789/0001-01	Válido
10/04/2019 - 09:42:41	3.498,00	19.554.960/0001-21	Válido
10/04/2019 - 09:42:49	3.353,48	21.873.370/0001-03	Válido
10/04/2019 - 09:43:37	3.000,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:43:53	2.999,00	04.602.789/0001-01	Válido
10/04/2019 - 09:45:19	2.990,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:45:41	2.980,00	31.552.188/0001-04	Válido
10/04/2019 - 09:45:49	2.857,00	04.602.789/0001-01	Válido
10/04/2019 - 09:45:51	2.900,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:45:54	2.800,00	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 09:46:21	2.500,00	04.602.789/0001-01	Válido
10/04/2019 - 09:47:06	2.499,90	31.552.188/0001-04	Válido
10/04/2019 - 09:47:25	2.482,00	04.602.789/0001-01	Válido
10/04/2019 - 09:47:53	2.480,00	31.552.188/0001-04	Válido
10/04/2019 - 09:49:04	2.950,00	27.499.665/0001-48	Válido

**0002 - NOTEBOOK, BASEADO EM PROCESSADOR COM TECNOLOGIA MÓVEL, PROCESSADOR INTEL I5 2,5 GHZ OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, RAM DE 6 GBYTES DDR3, BIOS PLUG & PLAY ATUALIZÁVEL EM CAMPO, DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYR**

Data	Valor	CNPJ	Situação
09/04/2019 - 14:31:31	4.144,00 (proposta)	27.499.665/0001-48	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
09/04/2019 - 14:56:50	5.000,00 (proposta)	19.554.960/0001-21	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
09/04/2019 - 15:01:11	3.363,04 (proposta)	31.552.188/0001-04	Válido
09/04/2019 - 18:29:55	4.895,00 (proposta)	33.072.482/0001-44	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
09/04/2019 - 21:45:24	3.360,00 (proposta)	04.622.715/0001-37	Válido
09/04/2019 - 23:00:50	3.360,00 (proposta)	03.374.872/0001-08	Válido
10/04/2019 - 08:42:37	3.360,00 (proposta)	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 08:49:39	6.129,00 (proposta)	10.894.828/0001-94	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 08:51:09	10.000,00 (proposta)	31.322.368/0001-08	Cancelado - Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:46:06	3.359,90	31.552.188/0001-04	Válido
10/04/2019 - 09:48:07	3.359,91	10.942.457/0001-79	Válido
10/04/2019 - 10:11:08	3.358,00	04.622.715/0001-37	Válido
10/04/2019 - 10:11:34	3.350,00	31.552.188/0001-04	Válido
10/04/2019 - 10:13:10	3.348,00	04.622.715/0001-37	Válido

**Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões**  
**Prazos**

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
16/04/2019 - 15:35	22/04/2019 - 18:00	25/04/2019 - 18:00

**0001 - MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.0 GHZ E CACHE DE 4 MB, PROCESSADOR INTEL I5 OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, BIOS PLUG & PLAY DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYRIGHT) SOBRE ESSA BIOS COM IDENTI**

**Intenções de Recurso**

file:///C:/Users/Bona/Downloads/Cancelamento\_105071.html

2/4

26/04/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Cancelamento 3

CPNJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
33.072.482/0001-44	10/04/2019 - 14:32:57	Solicitamos a marca e o modelo do computador, bem como o sistema operacional, pois a garantia exigida de 3 anos no site e através do telefone 0800, solicitamos que a empresa comprove que tenha oferecido esse recurso na cotação.	Deferido
27.499.665/0001-48	16/04/2019 - 08:45:06	Nao possui garantia on site conforme consta no site https://www.liketec.com.br/perguntas-frequentes	Deferido

**0002 - NOTEBOOK, BASEADO EM PROCESSADOR COM TECNOLOGIA MÓVEL, PROCESSADOR INTEL I5 2,5 GHZ OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO, RAM DE 6 GBYTES DDR3, BIOS PLUG & PLAY ATUALIZÁVEL EM CAMPO, DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYR**

**Intenções de Recurso**

CPNJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
33.072.482/0001-44	10/04/2019 - 14:34:34	Solicitamos para que seja informado a marca e o modelo do computador, pois a marca VAIO seus produtos não apresentam unidade de CD e DVD, HD com rotação de 5700rpm e o modelo ofertado terá que ser de Windows Professional 10Pro, para verificação.	Deferido

**Chat**

Data	Apelido	Frase
10/04/2019 - 09:15:19	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
10/04/2019 - 09:22:32	Sistema	O item 0001 teve uma proposta de valor unitário R\$ 5.620,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:22:32	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:24:01	Sistema	O item 0001 teve uma proposta de valor unitário R\$ 5.895,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:24:01	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:24:43	Sistema	O item 0001 teve uma proposta de valor unitário R\$ 5.000,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:24:43	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:29:24	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de valor unitário R\$ 10.000,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:29:24	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:29:50	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de valor unitário R\$ 6.129,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:29:50	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:30:39	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de valor unitário R\$ 4.895,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:30:39	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:31:19	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de valor unitário R\$ 5.000,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:31:19	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:31:37	Sistema	O item 0002 teve uma proposta de valor unitário R\$ 4.144,00 cancelado pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:31:37	Sistema	Motivo: Valor de proposta acima do estabelecido / limitado no Edital em seu item 4.4, combinado com o item 5 do Anexo I.
10/04/2019 - 09:32:19	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
10/04/2019 - 09:32:39	Pregoeiro	Bom Dia senhores licitantes,
10/04/2019 - 09:36:10	Pregoeiro	A análise das propostas neste momento, avaliou em especial os valores apresentados e algumas características básicas, de acordo com os modelos cotados e descrições apresentadas, mas queremos salientar que, ainda que declarado... (CONTINUA)
10/04/2019 - 09:36:10	Pregoeiro	(CONT. 1) vencedor deste certame, os itens passarão por avaliação técnica criteriosa para análise do atendimento de todas as especificações constantes do Edital.
10/04/2019 - 09:37:49	Pregoeiro	Ato este que ocorrerá quando da apresentação dos documentos de habilitação / propostas vencedoras, conforme Edital e que estarão passíveis de desclassificação se não o tiverem de acordo.
10/04/2019 - 09:38:48	Pregoeiro	Bons negócios a todos!
10/04/2019 - 09:38:52	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:38:52	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
10/04/2019 - 09:39:16	Sistema	O item 0001 entrou em tempo de iminência e entrará em tempo aleatório em 5 minutos.
10/04/2019 - 09:43:20	Sistema	O item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
10/04/2019 - 09:43:20	Sistema	O item 0002 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
10/04/2019 - 09:48:44	Sistema	O item 0002 entrou em tempo de iminência e entrará em tempo aleatório em 5 minutos.
10/04/2019 - 09:49:23	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
10/04/2019 - 10:19:29	Sistema	O item 0002 foi encerrado.
10/04/2019 - 10:19:46	Sistema	O item 0001 teve como vencedor JP COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS EIRELI - ME com valor unitário de R\$ 2.480,00 e marca LIKETEC.
10/04/2019 - 10:19:46	Sistema	O item 0002 teve como vencedor INFOPLAN LTDA ME - ME com valor unitário de R\$ 3.348,00 e marca VAIO.
10/04/2019 - 10:20:24	Pregoeiro	Solicitamos aos senhores licitantes, declarados vencedores, que providenciem o envio da documentação de habilitação / proposta, na forma e prazos do item VII do Edital, sob pena de inabilitação / desclassificação.
10/04/2019 - 10:21:42	Pregoeiro	Esta sessão será suspensa neste momento e terá sua reabertura no dia 16/04/2019 às 15:00h.
10/04/2019 - 10:21:46	Pregoeiro	Obrigado!
10/04/2019 - 10:24:21	Sistema	O processo foi suspenso por iniciativa do pregoeiro.
10/04/2019 - 10:24:21	Sistema	Motivo: Aguardando documentos / análise. Reabertura da sessão em 16/04/2019 às 15:00h.
16/04/2019 - 14:58:49	Sistema	A sessão foi reaberta pelo pregoeiro.
16/04/2019 - 14:58:49	Sistema	Motivo: Sequência dos trabalhos / habilitação.
16/04/2019 - 15:01:13	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado o fornecedor JP COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS EIRELI.
16/04/2019 - 15:01:41	Sistema	Para o item 0002 foi habilitado o fornecedor INFOPLAN LTDA ME.
16/04/2019 - 15:02:02	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 16/04/2019 às 15:35.
16/04/2019 - 15:39:07	Sistema	O prazo para recursos foi definido pelo pregoeiro para 22/04/2019 às 18:00, com limite de contrarrazão para 25/04/2019 às 18:00.
16/04/2019 - 15:40:58	Pregoeiro	Boa Tarde. Recursos / contra - razões deverão ser na forma do Item IX do Edital, exclusivamente pelo sistema.Obrigado!
16/04/2019 - 15:41:58	Sistema	O processo foi suspenso por iniciativa do pregoeiro.
16/04/2019 - 15:41:58	Sistema	Motivo: Aguardando recursos / contra razão.
26/04/2019 - 08:19:21	Sistema	A sessão foi reaberta pelo pregoeiro.

file:///C:/Users/Bona/Downloads/Cancelamento\_105071.html

3/4

26/04/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Cancelamento 3

Data	Apelido	Frase
26/04/2019 - 08:19:21	Sistema	Motivo: Resultado / Julgamento.
26/04/2019 - 08:20:20	Pregoeiro	Bom Dia senhores licitantes,
26/04/2019 - 08:23:27	Pregoeiro	Faço neste momento algumas considerações. 1. Foram manifestadas intensões de recursos, porém não foram formalizados os recursos na forma do item IX do Edital,
26/04/2019 - 08:25:46	Pregoeiro	2. Ainda que não apresentados os recursos, informo que foram sim objeto de análise as solicitações e questionamentos apresentados nas intensões de recursos
26/04/2019 - 08:36:49	Pregoeiro	3. Considerando ainda, a existência de deficiências/incorrecções nas especificações no item notebook, as quais foram objeto de questionamentos informais apresentados em momento imediatamente anterior (um dia antes) a abertura da... (CONTINUA)
26/04/2019 - 08:36:49	Pregoeiro	(CONT. 1) sessão pública, impossibilitando a análise e possível correção das irregularidades,
26/04/2019 - 08:52:21	Pregoeiro	4. E, por fim ainda mais relevante, após diligências efetuadas junto aos licitantes declarados vencedores dos itens, podemos observar que não foi cumprido efetivamente as disposições do item 16.1.1 do Anexo I do Edital, que... (CONTINUA)
26/04/2019 - 08:52:21	Pregoeiro	(CONT. 1) obriga que os equipamentos cotados tenham garantia on site fornecida, exercida pelo fabricante ou rede credenciada. As garantias apresentadas são disponibilizadas pela empresa vencedora do item ou ainda de uma empresa que não ...
26/04/2019 - 08:52:21	Pregoeiro	(CONT. 2) confirmou a em resposta a diligência esta condição.
26/04/2019 - 08:54:37	Pregoeiro	Isto posto, informo que o presente processo de licitação será anulado na forma do Art. 49 da Lei 8.666/93, para que se possa realizar nova licitação, procurando sanear as irregularidades presentes. Obrigado a todos.
26/04/2019 - 09:14:02	Sistema	O processo foi Anulado por iniciativa do pregoeiro.
26/04/2019 - 09:14:02	Sistema	Motivo: 1. Irregularidades / incorrecções nas especificação dos itens, em especial o item 02 - notebook, que acabou por gerar propostas para o pregão, as quais não tendem as especificações ali descritas, dada principalmente pelos... (CONTINUA)
26/04/2019 - 09:14:02	Sistema	(CONT. 1) valores máximos estabelecidos. 2. Falta de comprovação de que os itens vencedores possuem os requisitos estabelecidos no item 16.1.1 do Anexo I do Edital, no que diz respeito a "garantia "on site" dos equipamentos cotados, ainda...
26/04/2019 - 09:14:02	Sistema	(CONT. 2) que após diligências efetuadas. 3. Ainda eu fosse possível consultar os demais licitantes classificados, opta-se pela anulação deste processo, visando sanar as irregularidades, corrigir as especificações, garantido a isonomia,...
26/04/2019 - 09:14:02	Sistema	(CONT. 3) preservando a igualdade de condições e, acima de tudo obter a proposta mais vantajosa e com todas as garantias, visando a manutenção da qualidade e continuidade do serviços. 4. Fundamentação Legal: Art .49 da Lei 8.666/93.

---

AGNALDO LUIS BONA  
Pregoeiro(a)

---

ADRIANO POFFO  
Autoridade Competente (Ordenador)

---

RONY MÁRCIO PAUL  
Apoio

---

DANIEL FERNANDES PORTO  
Apoio

file:///C:/Users/Bona/Downloads/Cancelamento\_105071.html

4/4

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 022 -2019 - FMAS - PREGÃO - CARTÃO MAGNÉTICO

Publicação Nº 1997414

PROCESSO Nº. 113/2019- FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2019

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal da Infância e Adolescência

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFÍCIO EVENTUAL “CARTÃO BENEFÍCIO EVENTUAL” PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/05/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/05/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 26 de Abril de 2019.

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 024 -2019 - REGISTRO DE PREÇO - SAMAE - BORRACHARIA

Publicação Nº 1997527

PROCESSO Nº. 121/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 024/2019 - SAMAE

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, COMO: MONTAGEM, CONSERTO, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO E SOCORRO MÓVEL PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC (SAMAE), conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 17/05/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 17/05/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

MAYRA MIRANDA ROSSETTI  
DIRETORA DO SAMAE

Ilhota, 26 de abril de 2019.

**DECRETO 389/2019**

Publicação Nº 1998207

DECRETO Nº 389/2019, 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1930/2018 de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e da Lei Ordinária nº 1.931/18 Orçamentária Anual de 2019, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação de Ilhota, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), e da outras providências.

**TÍTULO – I****CAPÍTULO – I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (342) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.040 – Manutenção do Transporte Escolar - Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (370) R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

**CAPÍTULO – II****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.930, de 05 de Dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (342) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.040 – Manutenção do Transporte Escolar - Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (370) R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO – III****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.931, de 05 de Dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (342) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Atividade:1236500402.040 – Manutenção do Transporte Escolar - Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (370) R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), em conformidade com o disposto neste ato objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

**CAPÍTULO – IV****DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Atividade:1236100402.046 – Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (342) .....R\$ 10.000,00

11.02 – Departamento de Ensino Infantil,

Atividade:1236500402.040 – Manutenção do Transporte Escolar - Infantil,

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (370) .....R\$ 73.000,00

Total ..... R\$ 83.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação

11.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Protejo:1236500401.019 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (309) .....R\$ 10.000,00

11.02 – Departamento de Ensino Infantil,  
Projeto:1236500402.046 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (364) .....R\$ 73.000,00 Total .....  
..... R\$ 83.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Protejo:1236500401.019 – Aquisição de Moveis e Equipamentos Ensino Fundamental, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (309) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), 11.02 – Departamento de Ensino Infantil, Projeto:1236500402.046 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares de Ensino Infantil, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101) código reduzido (364) R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais)

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota,  
Em 10 de Abril de 2019.  
Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

## DECRETO 393/2019

Publicação Nº 1998280

DECRETO Nº 393/2019, 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1930/2018 de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e da Lei Ordinária nº 1.931/18 Orçamentária Anual de 2019, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ilhota, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), e de outras providências.

### TITULO – I

#### CAPÍTULO – I

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), na 05 – Secretaria de Finanças 05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro, Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (68) valor 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

#### CAPÍTULO – II

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.930, de 05 de Dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), na 05 – Secretaria de Finanças 05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro, Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (68) valor 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – III

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.931, de 05 de Dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o art. 17º,II e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), na 05 – Secretaria de Finanças 05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro, Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (68) valor 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – IV

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº nº. 1.931, de 05 de Dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, a seguir:



## 05 – Secretaria de Finanças

05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro

Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (68) ..... valor 70.200,00

Total ..... valor 70.200,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais), conforme especificado abaixo:

## 05 – Secretaria de Finanças

05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro

Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (66) ..... valor 70.200,00

Total ..... valor 70.200,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, 05 – Secretaria de Finanças, 05.01 – Departamento de Contabilidade, tributos, cadastro, Projeto: 0412500051.037 – Revisão do Plano Diretor e Geo-Processamento, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (100), código reduzido (66) valor 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,

Em 10 de Abril de 2019.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 044 PRG 015- 2019 MUL - ÓLEO LUBRIFICANTE - RITA B. R. ME**

Publicação Nº 1997310

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 044/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 85/2019 – MULI

Pregão Presencial: 015/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO LUBRIFICANTES, FLUIDO DE FREIO E GRAXA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: RITA BIANCHINI RISTOW

Item	Especificações	Cotação	Fornecedor
2	GRAXA LUBRIFICANTE, PARA UTILIZAÇÃO EM ROLAMENTOS E MÚLTIPLAS APLICAÇÕES, Á BASE DE SABÃO DE LÍTIO, COM CONSISTENCIA NLGI 2 E PONTO DE GOTA MINIMO DE 190 GRAUS, EMBALAGEM CONTENDO 170KG	2.283,00	RITA BIANCHINI RISTOW
8	LUBRIFICANTE PARA SISTEMA PNEUMÁTICO	10,75	RITA BIANCHINI RISTOW
9	ÓLEO LUBRIFICANTE 15 W40 - MULTIVISCOZO, PARA MOTOR DIESEL COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 15W40. DEVERÁ ATENDER A CLASSIFICAÇÃO API C14/SL OU SUPERIOR, E ACEA E5. EMBALAGEM COM 1 LITRO	9,70	RITA BIANCHINI RISTOW
10	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO 5W30 - MULTIVISCOZO, PARA MOTOR A GASOLINA, ETANOL E DIESEL. DEVERÁ ATENDER A CLASSIFICAÇÃO API SN/CF, E ACEA A3/A4. EMBALAGEM COM 1 LITROS .	13,10	RITA BIANCHINI RISTOW
12	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA UTILIZAÇÃO RM ENGRENAGENS DE CAIXAS DE MUDANÇAS E DIFERENCIAIS, COM GRAU DE VISCOSIDADE SAE 90. DEVERÁ ATENDER A CLASSIFICAÇÃO API GL 5 E MIL-L 2155D. EMBALAGEM CONTENDO 20 LITROS	170,00	RITA BIANCHINI RISTOW

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
RITA BIANCHINI RISTOW	106.417,50	Cento e seis mil e quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos

Valor: R\$ 106.417,50 (Cento e seis mil e quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

Data: 23 /04/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE DISPENSA - DJ 111 2019 - LOCAÇÃO CONSELHO TUTELAR**

Publicação Nº 1997482

Extrato do Contrato nº 025/2018  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: Dispensa de Licitação nº 111/2019

Objeto: Locação de Imóvel na Rua Isidoro Maes, nº 82, bairro Centro, Ilhota/SC. Casa de alvenaria medindo aproximadamente 110m², necessário para atender as necessidades do Conselho Tutelar, com fundamento no Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Fornecedor: Arno Freitas

Valor mensal: R\$ 1.180,00(um mil cento e oitenta reais) por mês.  
Prazo Contratual: 9 Meses  
Valor Global: R\$ 10.620,00 (dez mil seiscentos e vinte reais).

Assinatura: 24/04/2019

Vigência: 31/12/2019  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2019**

Publicação Nº 1997556

Câmara Municipal de Ilhota  
Estado de Santa Catarina  
Rua Bertoldo Simon, 98  
Centro - Ilhota - SC  
CEP: 88.320-000  
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contábil@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº16/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019  
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

CONTRATADO – WE Sol Maior Comércio e Manutenção de Som Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.434.887/0001-40, com sede à Rua Sete de Setembro, 2358, bairro centro, cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

OBJETO – FORNECIMENTO DE 1 SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO DUPLO DE MÃO DIGITAL, PARA USO NO PLENÁRIO DE CÂMARA DE VEREADORES.DA CÂMARA DE ILHOTA/SC.

VALOR – O contratante pagará à contratada o valor global de R\$ R\$ o valor de R\$ 939,80 (novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA – 30 DIAS.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº006/2019, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:  
01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA  
01.031.0001.2.001.000 Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas / Câmara de vereadores  
4.4.90.52.06.00.00.00 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação  
Ilhota, 25 de abril 2019.

Juarez Antônio da Cunha WE Sol Maior Comércio e Manutenção de Som Ltda Presidente Do Legislativo Contratada

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO 2019/10 - A/00 PROC 04/2019 SEASTH

Publicação Nº 1999069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO SEASTH 2019/10 – A/00

Contratada: FREDERICO JOÃO DE MELO

CPF: 438.244.209-53

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIL – CRAS-SUL.

Prazo: será até 12 meses Valor Total: R\$ 30.000,00

Fundamento: Processo nº 04/2019 Dispensa 01/2019 DL

Imbituba, 10 de abril de 2019

Rosiane da Silva Costa  
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação  
LOCATÁRIO

FREDERICO JOÃO DE MELO

Representante legal

LOCADOR

### EXTRATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 10/2019

Publicação Nº 1998026

EXTRATO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 10/2019

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vaga temporária de Arquiteto.

#### ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Arquiteto	Diploma de conclusão de Curso Superior em Arquitetura e registro no respectivo órgão de classe.	*RT	40h	R\$: 2.154,87

\*RT = Reserva Técnica

1.2 Para tomar posse ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

#### 2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 Período 29 de Abril a 08 de Maio de 2019.

2.2 Local: Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração. Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina e/ou via SEDEX postado no período das inscrições.

2.3 Horário: das 13h30 às 19h00.

Edital completo: Disponível na internet [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) / TRANSPARÊNCIA / CONCURSOS / EDITAIS / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 10/2019

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 05/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 (SEASTH)**

Publicação Nº 1998335

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO Nº 05/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação - SEASTH, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 13 de Maio de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA AS CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO PROGRAMA ACALENTO".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 29 de abril de 2019

Rosiane da Silva Costa

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 48/2019 DISPENSA Nº 08/2019 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 1998833

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI – SEDUCE

PROCESSO Nº 48/2019

DISPENSA Nº 08/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (CADERNO PEDAGÓGICO DE INGLÊS).

Empresa: URUMAX COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME.

CNPJ: 10.199.291/0001-42.

Valor Total: 13.586,50 (Treze mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Fundamento: Artigo 24, parágrafo II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 29 de abril de 2019.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 50/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 1998291

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI – SEDUCE

PROCESSO Nº 50/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 13 de Maio de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA EVENTOS ESPORTIVOS, COM PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ATLETAS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 29 de abril de 2019

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 118/2019**

Publicação Nº 1997842

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 118/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 337, de 23 de abril de 2019, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DE CULTURA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura – SEDUCE.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS	Diretora de Cultura	047.886.909-96

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 29/04/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 119/2019

Publicação Nº 1997903

### PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PMI/SEAD Nº 119/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 349, de 26 de abril de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Sandra Regina Botzan Maria	Prof I Ed Especial – 20h	043.351.529-57

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 29/04/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 120/2019

Publicação Nº 1997956

### PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PMI/SEAD Nº 120/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 351, de 29 de abril de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Sandra Regina Botzan Maria	Prof II Ed Infantil – 20h	043.351.529-57

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 30/04/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 121/2019

Publicação Nº 1998176

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 121/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 331, de 22 de abril de 2019, para exercer a função temporária de MÉDICO - ESF, habilitado pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2019.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
RODRIGO RENNO MARTINS TOLEDO	MÉDICO - ESF	366.210.868-22

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 29/04/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 347/2019

Publicação Nº 1997693

PORTARIA PMI/SEAD Nº 347, de 25 de abril de 2019.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, admitida em 20 de setembro de 2018 através da PORTARIA PMI/SEAD nº 595/2018, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Raquel Pacheco Felipe	Servente Merendeira - 40h	024.899.349-61	25/04/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 25 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 348/2019**

Publicação Nº 1997756

PORTARIA PMI/SEAD Nº 348, de 26 de abril de 2019.  
Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/SEAD nº 346, de 25 de abril de 2019, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/SEAD Nº 346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista a nomeação do Sr(a). ROGÉRIO MIRANDA CORDEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 632.034.130-00, para exercer o cargo de Assistente Operacional, já ter ocorrido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 310, de 15 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.  
Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAD Nº 349/2019**

Publicação Nº 1997869

PORTARIA PMI/SEAD Nº 349, de 26 de abril de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Sandra Regina Botzan Maria	Prof I Ed Especial – 20h	043.351.529-57	29/04/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.  
Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 351/2019**

Publicação Nº 1997946

PORTARIA PMI/SEAD Nº 351, de 29 de abril de 2019.  
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Sandra Regina Botzan Maria	Prof II Ed Infantil – 20h	043.351.529-57	30/04/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2019.  
Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 352/2019**

Publicação Nº 1998346

PORTARIA PMI/SEAD Nº 352, de 29 de abril de 2019.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. HERCULANO CARPES, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 578.630.249-00, admitido em 14 de maio de 1998, contrato nº 187, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	01.08.2019 a 30.08.2019
	03.08.2020 a 05.09.2020
	02.08.2021 a 31.08.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.



Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 353/2019

Publicação Nº 1998827

PORTARIA PMI/SEAD Nº 353, de 29 de abril de 2019.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ADRIANA LOPES ANTÔNIO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 803.116.959-49, admitida em 07 de março de 2003, contrato nº 1887, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.05.2019 a 31.05.2019 01.10.2019 a 29.11.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2019.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 071/2019

Publicação Nº 1997721

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 071, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Processo nº: 6078/2019,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, s/nº, Centro, Imbituba-SC, em frente ao Althoff Supermercados, a Sra. RAQUEL DANUZE MACHADO ALVES, com inscrição no CNPJ sob o nº 28.698.361/0001-72, sito na Rua Irineu Bornhausen, s/nº, Centro, Imbituba-SC, para a atividade/venda de Cachorro Quente, semanalmente, das 08:00h as 20:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato

revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO  
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

## **PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 072/2019**

Publicação Nº 1997782

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 072, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Processo nº 6120/2019,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua João Hipólito Nascimento, s/n, Centro, Imbituba-SC, em frente a Delegacia de Polícia Civil e na esquina da mesma, a ZIMBA PLACAS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 27.811.518/0001-61, sito na Rua Três de Outubro, nº 15, Centro, Imbituba-SC, para a colocação/utilização fixa de Placas Indicativas do Estabelecimento Comercial.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de abril de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO  
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1069/19

Publicação Nº 1997648

. DECRETO Nº 1069/19  
. De 26 de abril de 2019

#### CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas pelo Município as despesas empenhadas não processadas e inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Empenho Nr.1352/2018  
Carlos Juarez Machado Me  
Valor R\$ 40,00  
Despesa não realizada.

Empenho Nr.1925/2018  
Posto JR Ltda  
Valor R\$ 40,44  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 2083/2018  
Consortio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI  
Valor R\$ 0,25  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 5323/2018  
NC Comunicação SA  
Valor R\$ 200,00  
Despesa não realizada.

Empenho Nr.5521/2018  
Posto JR Ltda  
Valor R\$ 204,81  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 5584/2018  
Consortio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI  
Valor R\$ 350,04  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 5691/2018  
Isis Silva da Costa  
Valor R\$ 408,14  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 6096/2018  
Caixa Econômica Federal  
Valor R\$ 14,63  
Despesa não realizada.

Empenho Nr. 6098/2018  
Consortio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI  
Valor R\$ 102,96  
Despesa não realizada.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº

20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

## **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 093-2019**

Publicação Nº 1997719

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 093/2019

CONTRATADA: ADRIANE MACHADO FERRARI.

OBJETO DO CONTRATO: Trata-se de prestação de serviços de intervenção do Hospital Beatriz Ramos, inscrito no CNPJ sob nº 84.231.281/0001-83, com sede na Rua Desembargador Alves Pedrosa, nº 185, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto Municipal nº 967, de 18 de março de 2019 (Declara estado de perigo público e urgência na rede hospitalar do Município de Indaial, e decreta intervenção municipal por modalidade de requisição do prédio e todas as instalações físicas do Hospital Beatriz Ramos, englobando laboratório, equipamentos médicos/cirúrgicos, de exames, recursos humanos, contratos e demais máquinas, objetos e itens que façam parte do regular e efetivo funcionamento do nosocômio para o atendimento dos que dele necessitam, e dá outras providências).

VALOR DOS SERVIÇOS: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) mensais.

PRAZO: 18 de março de 2019 até 14 de setembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

## **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 094-2019**

Publicação Nº 1998292

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 094/2019

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de empresa para a realização de serviços de operacionalização de vagas de estágio.

VALOR: R\$ 3.601,50.

PRAZO: 23 de abril de 2019 até 23 de abril de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2019.

## **PORTARIA Nº 22/19**

Publicação Nº 1997200

. PORTARIA Nº 22/19

. De 26 de abril de 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 107 e 108, Inciso II da Lei Complementar 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial, considerando a C.I. Nº 085/2019 da Secretaria de Educação, recebida em 18/04/2019,

RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar comportamento do Servidor da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Designar para a condução da Sindicância a comissão permanente nomeada pelo Decreto nº 255/18.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e justificativa da Comissão.

Gabinete do Prefeito, em 26 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpra-se

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 082/2019**

Publicação N° 1997217

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 082/2019  
Edital de Dispensa nº 002/2019-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa para realização de processo seletivo para contratação de agentes comunitários de Saúde.

Entrega dos envelopes: 29/04/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1997549

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o Sr Sidemar Alessandro Borges, portador do CPF nº040.775.659-01 para o cargo de Motorista de Ambulância e, que no prazo de 05(cinco) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Processo Seletivo nº01/2017

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CNH, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 26 de abril de 2019

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

### PORTARIA 3424/2019

Publicação Nº 1997205

PORTARIA Nº 3424 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Concede Progressão Funcional à Servidora

BARBARA ABATI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão funcional a BARBARA ABATI, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento e 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA 3425/2019

Publicação Nº 1997207

PORTARIA Nº 3425 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Concede Progressão Funcional à Servidora

CAROLINA SIPP ZARDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão funcional a CAROLINA SIPP ZARDO, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3426/2019**

Publicação Nº 1997208

PORTARIA Nº 3426 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
CESAR DACOL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a CESAR DACOL, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação e 5% sobre o salário base a título de segundo curso Pós Graduação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3427/2019**

Publicação Nº 1997210

PORTARIA Nº 3427 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA ANDREOLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA ANDREOLA, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação e 5% sobre o salário base a título de segundo curso Pós Graduação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3428/2019**

Publicação Nº 1997212

PORTARIA Nº 3428 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
FABIANA MARA RUBINI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a FABIANA MARA RUBINI, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação e 5% sobre o salário base a título de segundo curso Pós Graduação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.



Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3429/2019**

Publicação Nº 1997216

PORTARIA Nº 3429 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
JANAINA APARECIDA REQUES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a JANAINA APARECIDA REQUES, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação e 5% sobre o salário base a título de segundo curso Pós Graduação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3430/2019**

Publicação Nº 1997220

PORTARIA Nº 3430 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
MICHEL LEOBET.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a MICHEL LEOBET, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3431/2019**

Publicação Nº 1997222

PORTARIA Nº 3431 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3432/2019**

Publicação Nº 1997223

PORTARIA Nº 3432 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
SABRINA PESSIN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a SABRINA PESSIN, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento, 10% sobre o salário base a título de primeiro curso Pós Graduação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3433/2019**

Publicação Nº 1997226

PORTARIA Nº 3433 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidora  
DEISI CANTU PAGANINI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a DEISI CANTU PAGANINI, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3434/2019**

Publicação Nº 1997228

PORTARIA Nº 3434 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
ROBSON FERNADO VOLPATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a ROBSON FERNADO VOLPATO, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 3435/2019**

Publicação Nº 1997229

PORTARIA Nº 3435 DE 09 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Progressão Funcional à Servidor  
VANIA APARECIDA CELLA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a VANIA APARECIDA CELLA, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA 3436/2019**

Publicação Nº 1997231

PORTARIA Nº 3436 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Concede Progressão Funcional à Servidor

ANA PAULA MICHELON MENEGON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Progressão funcional a ANA PAULA MICHELON MENEGON, sendo pago mensalmente a partir do mês de abril de 2019, 02% sobre o salário base a título de Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de abril de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016-2019

Publicação Nº 1997138

Ata de Registro de Preços nº 016/2019

Processo Administrativo nº 048/2019

Pregão Presencial nº 022/2019

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 022/2019, homologadas no dia 17 de Abril de 2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES, ATLETAS, IDOSOS, GRUPOS CULTURAIS, SERVIDORES PUBLICOS E DEMAIS MUNICÍPIES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIO, ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE/SC, conforme especificações abaixo.

#### 1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 37737 - ITAPORA TRANSPORTES COLETIVOS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
02	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO VAN EXECUTIVA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 14 LUGARES RECLINÁVEIS, AR CONDICIONADO, SOM, TV E DVD, TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011	KM		35.000,00000	R\$2,6900	R\$94.150,0000
03	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO MICRO ONIBUS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 26 LUGARES RECLINÁVEIS, AR CONDICIONADO, SOM, TV E DVD, TOMADA PARA CARREGAR CELULAR, GELADEIRA E/OU FRIGOBAR, WC (BANHEIRO), TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011	KM		35.000,00000	R\$3,7900	R\$132.650,0000
Total do Fornecedor:						R\$226.800,0000
Fornecedor: 147133 - SCHUMACHER TUR EIRELI - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
01	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO VAN CONVENCIONAL, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 14 LUGARES RECLINÁVEIS, AR CONDICIONADO, SOM, TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2011	KM		35.000,00000	R\$2,5500	R\$89.250,0000
04	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 44 LUGARES RECLINÁVEIS, AR CONDICIONADO, SOM, GELADEIRA E/OU FRIGOBAR, WC (BANHEIRO), TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2000	KM		25.000,00000	R\$5,2500	R\$131.250,0000
05	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS LEITO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 42 LUGARES RECLINÁVEIS/LEITO, AR CONDICIONADO, SOM, TV/DVD, TOMADAS PARA CARREGAR CELULAR, GELADEIRA E/OU FRIGOBAR, WC (BANHEIRO), TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2007	KM		25.000,00000	R\$5,3000	R\$132.500,0000
06	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO TIPO ÔNIBUS LEITO TOTAL DD 2 ANDARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 40 LUGARES RECLINÁVEIS/LEITO, AR CONDICIONADO, SOM, TV/DVD, TOMADAS PARA CARREGAR CELULAR, GELADEIRA E/OU FRIGOBAR, WC (BANHEIRO), TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI E ANO/MODELO NÃO INFERIOR A 2010	KM		25.000,00000	R\$5,8000	R\$145.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$498.000,0000

Total Geral dos Itens:

R\$724.800,0000

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 048/2019 - Pregão Presencial nº 022/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

## 4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A empresa vencedora deverá buscar e levar os passageiros nos locais previamente indicados nos relatórios de viagens, emitidos pelas Secretarias Municipais.

4.2. As Secretarias Municipais avisaram em no mínimo 24 (vinte e quatro) horas com antecedência a realização das viagens.

4.3. A empresa CONTRATADA deverá preencher um relatório de viagem, o qual será disponibilizado pela Administração Municipal.

4.4. Não serão pagos distâncias percorridas além dos locais solicitados.

4.5. O valor proposto pelo contratado será para todo o território brasileiro, independente da distância a ser percorrida.

4.6. A empresa CONTRATADA deverá dispor de no mínimo 02 (dois) veículos do tipo VAN e MICRO ONIBUS (Item 01, 02 e 03), para atender a demanda das Secretarias Municipais. Justifica-se, em razão de que algumas secretarias necessitaram de 02 veículos no mesmo dia.

4.7. Todas as despesas com alimentação, hospedagem ou outras despesas com os motoristas serão por conta da empresa CONTRATADA.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda os serviços não prestados ao município e realize a cobrança financeira dos serviços que não tenham sido autorizada pelo responsável pela Secretaria.

## 6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC,

por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

## 7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela prestação dos serviços, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

## 9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

**10. PENALIDADES**

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 17 de Abril de 2019.

LUCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

ITAPORA TRANSPORTES COLETIVOS LTDA EPP: \_\_\_\_\_;

SCHUMACHER TUR EIRELI – ME: \_\_\_\_\_.

**PR 027-2019**

Publicação Nº 1997134

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 13 de Maio de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SUA EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 26 de Abril de 2019.

LÚCIO MALLMANN  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PR 028-2019**

Publicação Nº 1997179

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 13 de Maio de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO PARA A FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ONIBUS DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br)>.

Iporã do Oeste/SC, 26 de Abril de 2019.

LÚCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

**PR 029-2019**

Publicação Nº 1997388

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 14 de Maio de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CORREÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <[www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br)>.

Iporã do Oeste/SC, 26 de Abril de 2019.

LÚCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 2º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 107, PP 50- BIFFI & BIFFI-GASOLINA/PM

Publicação Nº 1997434

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 107/2019

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019, do PROCESSO Nº 107/2019, homologado no dia 20 de dezembro de 2018, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2019, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.107.6007  
BIFFI & BIFFI LTDA-GASOLINA

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor HELIO BIFFI, CPF: 347.953.089-34.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Considerando o aumento ocorrido no referido item que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, conforme comprovação efetuada nos moldes do item 10.8 e seus subitem do edital, supra transcrito e solicitação recebida pelo setor de protocolos da Prefeitura, sob protocolo nº 356/2019 do dia 25 de abril de 2019 às 08:hs45min, concede-se, com fulcro no Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8.883/94 o equilíbrio financeiro conforme Decreto nº 9.101 de 20 de julho de 2017, para o item a seguir passando a vigorar da seguinte forma, no item 01 vencido pela CONTRATADA reequilíbrio de 4,5% (quatro virgula cinco por cento) que passa a ter o preço unitário de R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	L	25.000,00	SHELL	4,45	111.250,00
Valor Total Registrado					R\$ 111.250,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

### EXTRATO DO 2º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 107, PP 50- SAFRA DIESEL-ÓLEO DIESEL/PM

Publicação Nº 1997437

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 107/2019

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019, do PROCESSO Nº 107/2019, homologado no dia 20 de dezembro de 2018, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2019, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.107.7774  
SAFRA DIESEL-ÓLEO DIESEL

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, município de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado pelo Senhor RENI PERIZZOLO, CPF: 097.840.980-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Considerando o aumento ocorrido no referido item que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, conforme comprovação efetuada nos moldes do item 10.8 e seus subitem do edital, supra transcrito e solicitação recebida da empresa acima mencionada, pelo setor de protocolos da Prefeitura, sob protocolo nº 337/2019, no dia 18 de abril de 2019 às 13:hs45min, concede-se, com fulcro no Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8.883/94 o equilíbrio financeiro conforme Decreto nº 9.101 de 20 de julho de 2017, para o item a seguir passando a vigorar da seguinte forma: item 2, no item vencido pela CONTRATADA que passa a ter o preço unitário por litro de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL S10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST.S/A	3,50	700.000,00
Valor Total Registrado					R\$ 700.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

O extrato da ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

## RESOLUÇÃO Nº 08/2019

Publicação Nº 1997819

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM

#### RESOLUÇÃO Nº 08/2019

Dispõe sobre a concessão de aluguel social para a família do Sr. Vando Luiz Vargas.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 25 de abril de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4 e parágrafo único da Lei nº. 1823 de 18 de julho de 2018, os quais dispõem “Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza à manutenção do indivíduo, à unidade da família e à sobrevivência de seus membros. Contingências sociais devem ser entendidas como situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desempregos, enfermidades, situação emergencial, estado de calamidade pública, dentre outros”.

CONSIDERANDO que o artigo 28 da Lei nº. 1823 de 18 de julho de 2018 dispõe que “Demais critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais não previstos nesta Lei serão disciplinados em Resolução específica do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)”.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar para a família do Sr. Vando Luiz Vargas aluguel pelo período de 06 meses no valor de R\$ 500,00 mês em razão da particularidade do caso onde a família reside no interior onde não existe imóvel para locação, e ainda necessitar permanecer no local para cuidar dos animais e da propriedade o valor do aluguel será convertido em material de construção, sendo que o material será autorizado em empresa em que o município tem os itens licitados, considerando a situação de vulnerabilidade temporária que a família esta passando em virtude de sua residência ter sofrido incêndio.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 26 de abril de 2019.

Claudira Andreia Kammers Costa

Presidente do CMAS

**ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 36, PP Nº 17-2019-PM**

Publicação Nº 1997402

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 36/2019 <b>Data do Processo:</b> 10/04/2019
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preços, para possível aquisição de Lixeiras a serem instaladas na área urbana e rural do Município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo III deste Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2019 (Sequência: 2)**

Ao(s) 25 de Abril de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitação nº 36/2019, Licitação nº 17/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2019, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016 deram início a abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: RONAN PLÁSTICOS LTDA, LICICAMP COMERCIO LTDA ME, ANDERSON JOSÉ PALUDO MI e DAMARIS COMÉRCIO DE MATERIAIS EIRELI. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez o Srº LUIS CARLOS ROSVADOSKI representante credenciado da empresa LICICAMP COMERCIO LTDA ME, o Srº ANDREI FRANCISCO PALUDO procurador da empresa ANDERSON JOSÉ PALUDO MI, o Srº EVERTON FERNANDES procurador da empresa DAMARIS COMÉRCIO DE MATERIAIS EIRELI e o Srº RENAN RONALDO TRENTIN representante credenciado da empresa RONAN PLÁSTICOS LTDA. Todas as empresas acima citadas se credenciaram como microempresas ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilha anexa ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante: 10240 - ANDERSON JOSÉ PALUDO ME**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Lixeiras tipo cesto monobloco em plástico vazado, resistente a chuva e sol com capacidade de 80 litros, com as seguintes medidas 35 x45 x51cm	UN	50,00	PALUDO SINALIZAÇÃO:	0,0000	45,00	2.250,00
3	Suporte para lixeiras com encaixe duplo de tubo galvanizado de 03 polegadas e 1,30 m de altura, resistente ao sol e chuva.	UN	50,00	PALUDO SINALIZAÇÃO:	0,0000	22,00	1.100,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>3.350,00</b>

**Participante: 10410 - DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Lixeira tipo container em aço galvanizado (anti ferrugem), pintura interna com emborrachamento automotivo, de longa durabilidade, pintura externa martelada, com 2 tampas, medidas: 2,00 x 0,90 x 0,90m capacidade mínima de 1400 litros chapa 0,80 mm galvanizada e possuir dreno na parte inferior. Resistente a exposição e ao tempo.	UN	30,00	TDF	0,0000	1.100,00	33.000,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>33.000,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>36.350,00</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 17/2019 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 36/2019  
Data do Processo: 10/04/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 25 de Abril de 2019

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO	- ..... - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- ..... - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- ..... - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- ..... - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- ..... - Equipe de Apoio

**RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 36, PP Nº 17-2019-PM**

Publicação Nº 1997410

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**Página: 1/4  
Data: 26/04/2019**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 36/2019

Data de Abertura: 25/04/2019

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

**ITEM: 1 - Lixeira tipo container em aço galvanizado (anti ferrugem).**

Código	Classificados
--------	---------------

10240	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME
-------	-------------------------

CNPJ: 24.390.846/0001-43

10410	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP
-------	--

CNPJ: 29.134.461/0001-39

10411	LICICAMP COMERCIAL LTDA
-------	-------------------------

CNPJ: 19.036.659/0001-26

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

Página: 2/4  
 Data: 26/04/2019

**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 36/2019		Data de Abertura: 25/04/2019	
Pregoeiro: LAUDECI R FRANCIO			
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	LICICAMP COMERCIAL LTDA	1.645,0000	25/04/2019 09:08:02
1	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.600,0000	25/04/2019 09:08:02
1	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.400,0000	25/04/2019 09:08:02
2	LICICAMP COMERCIAL LTDA	1.390,0000	25/04/2019 09:08:56
2	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.389,0000	25/04/2019 09:09:03
2	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.380,0000	25/04/2019 09:09:08
3	LICICAMP COMERCIAL LTDA	1.375,0000	25/04/2019 09:09:13
3	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.370,0000	25/04/2019 09:09:17
3	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.365,0000	25/04/2019 09:09:22
4	LICICAMP COMERCIAL LTDA	1.360,0000	25/04/2019 09:09:27
4	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.350,0000	25/04/2019 09:09:30
4	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.330,0000	25/04/2019 09:09:36
5	LICICAMP COMERCIAL LTDA	Desistiu	1.360,0000 25/04/2019 09:09:40
5	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.328,0000	25/04/2019 09:09:46
5	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.320,0000	25/04/2019 09:09:50
6	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.315,0000	25/04/2019 09:09:56
6	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.310,0000	25/04/2019 09:10:00
7	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.305,0000	25/04/2019 09:10:06
7	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.300,0000	25/04/2019 09:10:18
8	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.295,0000	25/04/2019 09:10:23
8	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.290,0000	25/04/2019 09:10:28
9	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.285,0000	25/04/2019 09:10:35
9	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.270,0000	25/04/2019 09:10:40
10	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.265,0000	25/04/2019 09:10:46
10	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.260,0000	25/04/2019 09:10:52
11	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.255,0000	25/04/2019 09:10:55
11	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.250,0000	25/04/2019 09:11:00
12	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.245,0000	25/04/2019 09:11:04
12	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.240,0000	25/04/2019 09:11:16
13	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.235,0000	25/04/2019 09:11:22
13	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.230,0000	25/04/2019 09:11:28
14	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.225,0000	25/04/2019 09:11:31
14	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.210,0000	25/04/2019 09:11:37
15	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.205,0000	25/04/2019 09:11:43
15	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.200,0000	25/04/2019 09:11:47
16	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.198,0000	25/04/2019 09:11:54
16	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.195,0000	25/04/2019 09:12:01
17	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.190,0000	25/04/2019 09:12:05
17	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.185,0000	25/04/2019 09:12:11
18	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.183,0000	25/04/2019 09:12:26
18	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.180,0000	25/04/2019 09:12:30
19	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.178,0000	25/04/2019 09:12:38
19	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.175,0000	25/04/2019 09:12:43
20	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.173,0000	25/04/2019 09:12:54
20	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.170,0000	25/04/2019 09:12:59
21	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.168,0000	25/04/2019 09:13:06
21	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.165,0000	25/04/2019 09:13:11
22	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.163,0000	25/04/2019 09:13:14
22	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.150,0000	25/04/2019 09:13:19
23	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.148,0000	25/04/2019 09:13:23
23	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.145,0000	25/04/2019 09:13:28
24	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.142,0000	25/04/2019 09:13:31
24	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.140,0000	25/04/2019 09:13:34
25	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.135,0000	25/04/2019 09:13:37
25	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.130,0000	25/04/2019 09:13:41
26	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.128,0000	25/04/2019 09:13:46
26	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.125,0000	25/04/2019 09:13:50
27	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.123,0000	25/04/2019 09:13:55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

Página: 3/4  
 Data: 26/04/2019

**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 36/2019	Data de Abertura: 25/04/2019
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO	

27	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.120,0000	25/04/2019 09:14:00
28	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.115,0000	25/04/2019 09:14:07
28	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.110,0000	25/04/2019 09:14:13
29	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.108,0000	25/04/2019 09:14:19
29	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.105,0000	25/04/2019 09:14:22
30	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.104,0000	25/04/2019 09:14:28
30	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	1.102,0000	25/04/2019 09:14:32
31	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	1.100,0000	25/04/2019 09:14:38
31	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	<b>Desistiu</b> 1.102,0000	25/04/2019 09:14:41

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP pelo valor de R\$ 1.100,0000 (um mil e cem reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....

ANDERSON JOSÉ PALUDO ME - .....

LICICAMP COMERCIAL LTDA - .....

DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP - .....

**ITEM: 2 - Lixeiras tipo cesto monobloco em plástico vazado, resistente**

Código	Classificados	
10240	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	CNPJ: 24.390.846/0001-43
10410	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	CNPJ: 29.134.461/0001-39
10412	RONAN PLASTICOS LTDA	CNPJ: 18.257.589/0001-73

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	RONAN PLASTICOS LTDA	99,0000	25/04/2019 09:14:55
1	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	90,0000	25/04/2019 09:14:55
1	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	80,0000	25/04/2019 09:14:55
2	RONAN PLASTICOS LTDA	79,0000	25/04/2019 09:15:32
2	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	70,0000	25/04/2019 09:15:39
2	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	60,0000	25/04/2019 09:15:43
3	RONAN PLASTICOS LTDA	59,0000	25/04/2019 09:15:47
3	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	55,0000	25/04/2019 09:15:49
3	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	50,0000	25/04/2019 09:15:54
4	RONAN PLASTICOS LTDA	<b>Desistiu</b> 59,0000	25/04/2019 09:15:59
4	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	49,0000	25/04/2019 09:16:58
4	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	47,0000	25/04/2019 09:17:02
5	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	46,0000	25/04/2019 09:17:06
5	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	45,0000	25/04/2019 09:17:11
6	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	<b>Desistiu</b> 46,0000	25/04/2019 09:17:15

Foi declarado vencedor do item 2 deste Pregão o fornecedor ANDERSON JOSÉ PALUDO ME pelo valor de R\$ 45,0000 (quarenta e cinco reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO - .....

ANDERSON JOSÉ PALUDO ME - .....

RONAN PLASTICOS LTDA - .....

DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP - .....

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**Página: 4/4  
Data: 26/04/2019**Histórico do Pregão (Lances/Item)**

Processo/Ano: 36/2019

Data de Abertura: 25/04/2019

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

**ITEM: 3 - Suporte para lixeiras com encaixe duplo de tubo galvanizado**

Código	Classificados	
10240	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	CNPJ: 24.390.846/0001-43
10410	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	CNPJ: 29.134.461/0001-39
10412	RONAN PLASTICOS LTDA	CNPJ: 18.257.589/0001-73

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	RONAN PLASTICOS LTDA	62,0000	25/04/2019 09:17:21
1	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	50,0000	25/04/2019 09:17:21
1	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	40,0000	25/04/2019 09:17:21
2	RONAN PLASTICOS LTDA	Desistiu 62,0000	25/04/2019 09:17:35
2	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	39,0000	25/04/2019 09:17:42
2	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	35,0000	25/04/2019 09:17:46
3	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	34,0000	25/04/2019 09:17:51
3	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	32,0000	25/04/2019 09:17:54
4	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	30,0000	25/04/2019 09:17:57
4	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	29,0000	25/04/2019 09:18:01
5	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	27,0000	25/04/2019 09:18:05
5	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	26,0000	25/04/2019 09:18:09
6	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	25,0000	25/04/2019 09:18:12
6	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	24,0000	25/04/2019 09:18:16
7	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	23,0000	25/04/2019 09:18:20
7	ANDERSON JOSÉ PALUDO ME	22,0000	25/04/2019 09:20:52
8	DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP	Desistiu 23,0000	25/04/2019 09:20:57

Foi declarado vencedor do item 3 deste Pregão o fornecedor ANDERSON JOSÉ PALUDO ME pelo valor de R\$ 22,0000 (vinte e dois reais).

**Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:**

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO

- .....

ANDERSON JOSÉ PALUDO ME

- .....

RONAN PLASTICOS LTDA

- .....

DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP

- .....

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 36, PP Nº 17-2019/PM**

Publicação Nº 1997405

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 17/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 36/2019 <b>Data do Processo:</b> 10/04/2019
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 36/2019  
b ) Licitação Nr.: 17/2019-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 26/04/2019  
e ) Objeto da Licitação registro de preços, para possível aquisição de Lixeiras a serem instaladas na área urbana e rural do Município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo III deste Edital.

(em Reais R\$)  
f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ANDERSON JOSÉ PALUDO ME (10240)**

2 Lixeiras tipo cesto monobloco em plástico vazado, resistente a chuva e sol com capacidade de 80 litros, com as seguintes medidas 35 x45 x51cm - Marca: PALUDO SINALIZAÇÕES	UN	50,00	0,0000	45,00	2.250,00
3 Suporte para lixeiras com encaixe duplo de tubo galvanizado de 03 polegadas e 1,30 m de altura, resistente ao sol e chuva. - Marca: PALUDO SINALIZAÇÕES	UN	50,00	0,0000	22,00	1.100,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>3.350,00</b>

**DAMARIS COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI-EPP (10410)**

1 Lixeira tipo container em aço galvanizado (anti ferrugem), pintura interna com emborrachamento automotivo, de longa durabilidade, pintura externa martelada, com 2 tampas, medidas: 2,00 x 0,90 x 0,90m capacidade mínima de 1400 litros chapa 0,80 mm galvanizada e possuir dreno na parte inferior. Resistente a exposição e ao tempo. - Marca: TDF	UN	30,00	0,0000	1.100,00	33.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>33.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>36.350,00</b>

Ipumirim, 26 de Abril de 2019.

.....  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

.....  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 6, DL Nº 2-2019-FMS**

Publicação Nº 1997377

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2019 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 6/2019 <b>Data do Processo:</b> 24/04/2019
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do F. M. De Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 6/2019  
b ) Licitação Nr.: 2/2019-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 24/04/2019  
e ) Objeto da Licitação contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado, para o paciente menor de idade de inicia J.C.R., conforme ordem judicial proferida nos autos da Ação da nº 0000668-51.2018.8.24.0242, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Ipumirim - SC.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CASA DE RECUPERAÇÃO AGUA DA VIDA-GRAVI (7562)**

1 contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado para o paciente menor de idade de inicia J.C.R. conforme ordem judicial proferida nos autos da Ação da nº 0000668-51.2018.8.24.0242, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Ipumirim - SC.	Mês	6,00	0,0000	2.400,00	14.400,00
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>14.400,00</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>14.400,00</b>

Ipumirim, 24 de Abril de 2019.

.....  
**VALDIR ZANELLA**  
**STOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚDE**

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 154/2019

Publicação Nº 1997211

PORTARIA Nº 154/2019, DE 25/04/2019.

NOMEIA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE–SIPIA E PELO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO-SINASE.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Irineópolis, art. 65, incisos VII e IX e o disposto na Lei Complementar nº 007, de 15/10/2001 e tendo em vista a necessidade de nomear servidor para responder pelo SISTEMA COMPUTADORIZADO (software) NACIONAL QUE GERA INFORMAÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (SIPIA/SINASE) no âmbito municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora efetiva VALÉRIA ELVIRA OPAUTCHAK, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, para além das atribuições inerentes ao cargo efetivo, responder pelos sistemas de informações SIPIA/SINASE no Município, sem acréscimo em sua remuneração por esta atribuição.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 25 de Abril de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 155/2019

Publicação Nº 1997215

PORTARIA Nº 155/2019.

“DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVINCÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012 de 27/03/2012,

#### RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR a servidora GÉSSICA GRESCHACHEN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas no Município, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia I, prevista no Anexo VI - da Lei Complementar Municipal nº 057/2012.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/04/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Abril de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N. 032/2019

Publicação Nº 1997273

DECRETO Nº 032, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

“Declara Luto Oficial pelo falecimento da Ex-Primeira Dama, Senhora Marilene Sartoretto Gritti”.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII, do art. 69 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado Luto Oficial no Município de Itá, pelo período de 03 (três) dias, em função do falecimento nesta data, da Ex-Primeira Dama deste Município de Itá – SC, Senhora MARILENE SARTORETTO GRITTI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá, SC 25 de Abril de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO N. 033/2019

Publicação Nº 1997811

DECRETO Nº033/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

“Homologa o Concurso Público 001/2019 e dá outras providências.”

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Itá, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a regularidade no decorrer do Concurso Público 001/2019 para preenchimento de Vagas, no quadro de Pessoal do Município de Itá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Concurso Público 001/2019, conforme relação contida no anexo único ao presente Decreto:

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá, em 26 de Abril de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### ANEXO ÚNICO

EDITAL 001 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA ESCRITA, TÍTULOS E PRÁTICA

Mecânico | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
		Acertos	Nota					
1	1425586	Luan Maciel	15		3,00		4,92	7,92
2	1429578	Jorge Luiz Da Costa	13		2,60		5,00	7,60
3	1432228	Alceu Jose Ebeling	13		2,60		4,95	7,55
4	1422626	Marcos Maciel Da Silva	15		3,00		4,52	7,52
5	1417212	Denivaldo Chaves Cordeiro	12		2,40		5,01	7,41
6	1430178	Alex Sandro Sanders Herbich	15		3,00		4,36	7,36
7	1420042	Leandro Rigotti	13		2,60		4,33	6,93
8	1422276	Jesenei Nardino	10		2,00		4,91	6,91
9	1417661	Jolaine Marcelo Mingotti	9		1,80		5,10	6,90
10	1426529	Macley Alves Da Silva	13		2,60		4,30	6,90
11	1429450	Ackson Adriano Cristiano	9		1,80		4,93	6,73
12	1431312	Airton Jerry Denardin	11		2,20		4,25	6,45
13	1417917	Fernando Da Silva Nardino	9		1,80		4,31	6,11
14	1430489	Jean Lotti	9		1,80		3,48	5,28

## Motorista | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
		Acertos	Nota					
1	1417144	Paulo Domingos De Moraes	16		3,20		4,27	7,47
2	1429255	Jacsomar Cerutti	16		3,20		4,11	7,31
3	1422808	Clair Tulio Disner	16		3,20		4,11	7,31
4	1421363	Volnei Andre Ballico	17		3,40		3,90	7,30
5	1419658	Juliano Luiz Rodrigues	16		3,20		4,08	7,28
6	1421707	Josimar Carlos Ruchert	13		2,60		4,65	7,25
7	1417057	Rudimar De Borba	15		3,00		4,24	7,24
8	1430824	Oneido Sartoretto	14		2,80		4,39	7,19
9	1424739	Roni Aparecido De Souza	14		2,80		4,37	7,17
10	1430618	Marcos Antonio Faligurski	16		3,20		3,95	7,15
11	1418382	Claudemiro Valcarenghi	14		2,80		4,29	7,09
12	1417566	Jose Antonio Goncalves Junior	12		2,40		4,43	6,83
13	1429910	Cristiano Olbermann	14		2,80		3,97	6,77
14	1422468	Edson Roberto Dinnebier	10		2,00		4,75	6,75
15	1428736	Antonio Vanderli Chaves	16		3,20		3,52	6,72
16	1431465	Paulo Roberto Serraglio	13		2,60		4,08	6,68



17	1427117	Adolar Antunes	9	1,80	4,80	6,60
18	1424991	Julnir Antonio Gritti	11	2,20	4,39	6,59
19	1418096	Valdomiro Rocha	12	2,40	4,18	6,58
20	1420118	Leandro Normelio Tombini	11	2,20	4,21	6,41
21	1418787	Patricio Fernando Ritzel	12	2,40	3,98	6,38
22	1420534	Vinicius Leopoldo Scheffler	13	2,60	3,74	6,34
23	1432184	Jhoni Wilian Baron	12	2,40	3,85	6,25
24	1424828	Ademir Marcos Gerhardt	12	2,40	3,85	6,25
25	1422881	Eleandro Antunes	11	2,20	4,00	6,20
26	1418379	Arlan Antunes	10	2,00	4,18	6,18
27	1416971	Marcelo Danimar Dos Santos	10	2,00	4,15	6,15
28	1420131	Gleison Luis Sichelero	11	2,20	3,86	6,06
29	1419691	Lucimar Pedro Sutil	14	2,80	3,25	6,05
30	1423999	Amauri Marcos Krefta	9	1,80	4,16	5,96
31	1432199	Monica Cristina Sora	11	2,20	3,76	5,96
32	1420984	Reginaldo Dos Santos	10	2,00	3,88	5,88
33	1431899	Cezar Cristiano Miranda	9	1,80	3,31	5,11

## Operador de Máquinas (Motoniveladora) | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
			Nota					
1	1420836	Jovani Giroto	14	2,80			5,45	8,25

## Operador de Máquinas (Pá Carregadeira) | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
			Nota					
1	1419466	Geovani Jose Gusatto	10	2,00			5,36	7,36
2	1428939	Hilario Vanjura	15	3,00			3,90	6,90

## Operador de Máquinas (Retroescavadeira) | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
			Nota					
1	1424387	Ederson Oliveira	14	2,80			5,63	8,43
2	1416895	Evandro Clair Karling	14	2,80			4,72	7,52
3	1425946	Armando Luis Kusmirczuck	11	2,20			5,18	7,38
4	1430627	Evandro Antonio Mezzaroba	13	2,60			4,72	7,32

5	1430503	Noe Fabio Lauermann	14	2,80	3,63	6,43
6	1427830	Caciano Decezare	16	3,20	2,27	5,47
7	1427477	Rogério Schonell	12	2,40	2,90	5,30

## Operador de Máquinas (Trator de Esteira) | Ensino Fundamental (com Prova Prática)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Escrita				Nota Prova Prática	Nota Final
		Acertos	Nota					
1	1422541	Edenilson Antonio Reimers	17		3,40		5,54	8,94
2	1431801	Marciano Jose De Oliveira	15		3,00		5,00	8,00
3	1424049	Belmiro Jorge Bee	12		2,40		5,09	7,49
4	1431482	Ari Bavaresco	9		1,80		5,54	7,34

## Professor - Educação Física | Curso Superior (com Prova de Títulos)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO Acertos	Nota Prova Escrita			Títulos	Nota Final		
			Nota						
1	1416872	Marcia Alves Dos Santos Calvi	29		5,80	1,215	7,015		
2	1421317	Bernard Klaus Wiggers	28		5,60	1,320	6,920		
3	1425084	Deise Fatima Calvi	26		5,20	1,530	6,730		
4	1421375	Giovani Macedo	26		5,20	1,115	6,315		

## Professor - História | Curso Superior (com Prova de Títulos)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO Acertos	Nota Prova Escrita			Títulos	Nota Final		
			Nota						
1	1427093	Willian Fernando Peplow	29		5,80	1,160	6,960		
2	1429550	Fabio Wathier	25		5,00	1,575	6,575		
3	1430726	Neusa Capellaro Petry	25		5,00	1,380	6,380		
4	1421050	Ciro Fernando Franke	25		5,00	0,765	5,765		
5	1425648	Aguinaldo Elias Scha- parini	26		5,20	0,165	5,365		
6	1431880	Maicoln Viott Benetti	26		5,20	0	5,200		
7	1416978	Alencar Rampelotto Da Silva	26		5,20	0	5,200		

## Professor - Língua Inglesa | Curso Superior (com Prova de Títulos)

Posição	Nº INSC	CANDIDATO Acertos	Nota Prova Escrita			Títulos	Nota Final		
			Nota						
1	1431356	Luana Mattiello	26	5,20	0,110	5,310			

Professor - Língua Portuguesa   Curso Superior (com Prova de Títulos)								
Posição	Nº INSC	CANDIDATO Acertos	Nota Prova Escrita			Títulos	Nota Final	
			Nota					
1	1426476	Fatima Caumo	26		5,20	1,780	6,980	
2	1425842	Caciana Cauduro	25		5,00	1,695	6,695	
3	1416952	Bruna Camila Trombini Schneider	26		5,20	1,280	6,480	

Agente Administrativo   Ensino Médio Completo				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1416882	Franciele Maria Sutil da Trindade	34	8,50
2	1431099	Guilherme Bertolino Da Silva	33	8,25
3	1428604	Elimara Tessaro	31	7,75
4	1432509	Emanuela Regina Ost	31	7,75
5	1432445	Adilho Andre Pozzebon	31	7,75
6	1430402	Maiko Bispo Araujo	31	7,75
7	1423812	Thiago Taffarel Benetti	30	7,50
8	1417812	Angela Maria Cenzi	30	7,50
9	1418170	Paulo Cesar Steffen	30	7,50
10	1416986	Amanda Porn	29	7,25
11	1419190	Wesley Diogo Bonetti	29	7,25
12	1431412	Erica Fernandes Vicente	29	7,25
13	1432241	Gracielle Junkes	29	7,25
14	1418310	Elisabeth Libera Somensi	29	7,25
15	1432472	Dailene Zara Peters	28	7,00
16	1430053	Lais Laura Radomski	27	6,75
17	1431133	Cleomar Ângelo Zotti	27	6,75
18	1425778	Debora Deretti	27	6,75
19	1430836	Lucas De Valle	27	6,75
20	1431106	Alessandra Cristina Pozzebon	27	6,75
21	1417089	Karla Zanotelli	26	6,50
22	1419985	Andressa Paula Battisti	26	6,50
23	1418391	Barbara Truylio Ambrozio	26	6,50
24	1430725	Renata Sandrin	26	6,50
25	1429845	Tauane Bruna Gritti	26	6,50
26	1417824	Gilberto De Moraes Goncalves	25	6,25
27	1424234	Denise Simas	25	6,25
28	1432114	Maria Dos Santos Cardoso	25	6,25

29	1422039	Larissa Salete Salvi	25	6,25
30	1418361	Angelo Matias Lelinski	25	6,25
31	1430605	Tainara Ellin Schiavini Simon	25	6,25
32	1422763	Tais Leticia Theobald	25	6,25
33	1425963	Rafael Dill Bohn	25	6,25
34	1422632	Crisciani Ninow	24	6,00
35	1426997	Katiuska Kerscner	24	6,00
36	1416926	Edemilson Luis Gritti	24	6,00
37	1431417	Jacinei Vizzoto	24	6,00
38	1418725	Maiara Bellani Laurentino	24	6,00
39	1424977	Silviane Carla Mertins	24	6,00
40	1417261	Gabrieli Aparecida Mendes	24	6,00
41	1421559	Josimar Martini	24	6,00
42	1431495	Diego Deoti Dalla Vecchia	23	5,75
43	1432434	Giovane Paulo Soares	23	5,75
44	1423493	Vanessa Mocelin	22	5,50
45	1425225	Andreia Girardi Machado De Castro	22	5,50
46	1431380	Fabiula Pereira	22	5,50
47	1432425	Daiane Culimann	22	5,50
48	1420679	Jocilaine Lais Bordignon	22	5,50
49	1423420	Felipe Marco Maroso	22	5,50
50	1420842	Patricia Angelica Chiossi	22	5,50
51	1432154	Larisa Lorenzetti	22	5,50
52	1422954	Idianes Vanso Goncalves	22	5,50
53	1431997	Rogério Carlos Klein	22	5,50
54	1427943	Edipo Romar Gross	22	5,50
55	1421228	Juliana Marcia Salvi Junges	21	5,25
56	1429904	Juliana Sommer	21	5,25
57	1428800	Elaine Hilda Freyer	21	5,25
58	1430370	Joao Guilherme Do Nascimento	21	5,25
59	1432399	Diego Paravizi	21	5,25
60	1429311	Angelica Goreti Ruchs	21	5,25
61	1427128	Janayna Olyntho De Souza	20	5,00
62	1432065	Geremias Cezar Nespolo	20	5,00
63	1419024	Wesley Fausto Costa Mendes	20	5,00
64	1430217	Chaiane Cardozo Da Silva	20	5,00
65	1432203	Andrieli Demartini	20	5,00

66	1431967	Monalisa Angela Spagnol	20	5,00
67	1423840	Belmira Schumann Granna	20	5,00
Agente de Serviços Gerais   Ensino Fundamental				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1431538	Cleimar Mutzemberg	32	8,00
2	1431490	Andrey Vieira	31	7,75
3	1425868	Luan Andre Gonzatto	29	7,25
4	1427777	Ronan Cagliari	28	7,00
5	1432468	Samuel Biondo	27	6,75
6	1429979	Josemar Dos Santos	27	6,75
7	1421691	Robsonde Abreu Santos	26	6,50
8	1431924	Lucas Wuicik	26	6,50
9	1431678	Maximino Jose Ballico	26	6,50
10	1423064	Airton Wathier	26	6,50
11	1420963	Jorge Ferreira Crespo	25	6,25
12	1429747	Josemar Antonio Saugo	25	6,25
13	1426175	Sidmar Celio Bee	24	6,00
14	1419056	cezar reginaldo zonta	24	6,00
15	1417105	Jairo Drexler	23	5,75
16	1430339	Ana Maria Rhoden	23	5,75
17	1432103	Anderson Johann	23	5,75
18	1431152	Arlene Ballico	22	5,50
19	1416911	Marilise Cappellaro	22	5,50
20	1431144	Marineide Ballico	22	5,50
21	1418067	Jairo Jose Jungues	21	5,25
22	1423459	Sidinei Andre Grolli	21	5,25
23	1419885	Luizana Saatkamp	21	5,25
24	1420445	Gilberto Kornfuherer	20	5,00
Auxiliar Administrativo   Ensino Médio Completo				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1430224	Gabriel Germano Maraschin	36	9,00
2	1416910	Paulo Vinicius Hassemer	32	8,00
3	1430733	Rose Mara Zambon	32	8,00
4	1431318	Giullia Zamboni Figueiro	32	8,00

5	1428979	Vanessa Marquesi Coldebella	31	7,75
6	1426247	Alessandra Port	30	7,50
7	1426604	Maria Eduarda Lopes Pereira Streck	29	7,25
8	1421471	Bruno Smaniotto Bagatini	29	7,25
9	1431339	Joseane Passoni	28	7,00
10	1422848	Raquel Bohn De Oliveira	28	7,00
11	1422662	Barbara Regina De Araujo Pereira	28	7,00
12	1430608	Juliana Lucia De Vargas Steffen	28	7,00
13	1426765	Sabrina Nailse Schwaab	27	6,75
14	1429609	Marcell De Medeiros Cardoso	27	6,75
15	1432248	Claisson Munaro	27	6,75
16	1426319	Joao Pedro Bach	27	6,75
17	1431195	Leticia Lauxen Seghetto	27	6,75
18	1431135	Rodrigo Pereira Trentin	27	6,75
19	1431948	Denize Graciele Da Costa	27	6,75
20	1426399	Tais Patricia Pacheco	27	6,75
21	1418018	Wender Barros Cavalheiros	27	6,75
22	1429843	Debora Neumann	27	6,75
23	1417571	Franciele Martins De Araujo	27	6,75
24	1422272	Giofran Roger Hensel	26	6,50
25	1417077	Jessica Marina Sontag Kohler	26	6,50
26	1432443	Sandra Mara Krefta	26	6,50
27	1430077	Estela Maris Piloneto	26	6,50
28	1418712	Natali Maria Wathier	26	6,50
29	1425939	Cristiane Baroni	26	6,50
30	1432405	Jiamara Baiocco	25	6,25
31	1421651	Kleiton Acassio Noara De Souza	25	6,25
32	1428766	Eduarda Maria Gabinasio	25	6,25
33	1430263	Aislan Rodrigo Neumann	25	6,25
34	1417349	Jéssica Alessandra Mocelin	24	6,00
35	1416918	Karine Farina Andreolla	24	6,00
36	1416966	Eclair Luis Fabricio	24	6,00
37	1428871	Jaqueline Lizzi	24	6,00
38	1431935	Camile Tochetto	24	6,00
39	1420510	Leocir Lindner	24	6,00
40	1422336	Simone Fatima Lauermann De Oliveira	24	6,00
41	1419007	Edina Lorde	24	6,00

42	1418381	Ariely Cristina Martins Da Silva	23	5,75
43	1432150	Lucia Salete Dos Santos	23	5,75
44	1429560	Sandra Kornfuehrer	23	5,75
45	1426522	Thuane Paula Bavaresco	23	5,75
46	1424830	Danielle Bisol	23	5,75
47	1419530	Josiele Da Silva Vidal Moreno	23	5,75
48	1425861	Manoeli Aparecida Ribeiro Dos Santos	23	5,75
49	1423641	Cleuza Bergamin Da Silva	23	5,75
50	1420079	Dercia Aparecida Fiametti	23	5,75
51	1430651	Elieider Dalle Laste	23	5,75
52	1417715	Adir Moraes	23	5,75
53	1423852	Ilderson Jhones Marchetti De Moura	23	5,75
54	1430204	Reginaldo De Souza	22	5,50
55	1419229	Pedro Elias Tombini Sartoretto	22	5,50
56	1425645	Carine Cristina Zanella Burnier	22	5,50
57	1426470	Andreia Luisa Steffen	22	5,50
58	1428934	Aline Iesbihc Nava	22	5,50
59	1432221	Diana Richter	22	5,50
60	1418898	Gian Ritter De Moura	22	5,50
61	1431721	Lucineia Stanke Rodrigues De Moura	21	5,25
62	1429836	Natiele Carla Manfroi Berndt	21	5,25
63	1431661	Luis Fernando Araldi	20	5,00
64	1430788	Rosane Maria Bohn Lauermann	20	5,00

## Auxiliar de Classe | Curso Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1431039	Andressa Pessoa De Chaves	30	7,50
2	1425871	Nelci Maria Stroeher Mocellin	28	7,00
3	1419659	Aline Raquel Machry	26	6,50
4	1421680	Justina Ines Bresiani Taffarel	26	6,50
5	1430692	Eliane Salete Schaparini Brand	25	6,25
6	1429721	Jusara Rodrigues	25	6,25
7	1416905	Gabriela Wanlar	25	6,25
8	1430048	Michele Goncalves Martini	24	6,00
9	1420157	Tania Carla Freyer	24	6,00
10	1429242	Bruna Carla Rech	24	6,00
11	1421827	Patrini Marieli Biessek	23	5,75



12	1432512	Rosicler Fatima Mutzenberg Brust	23	5,75
13	1432139	Edna Menegatti	23	5,75
14	1425281	Lucinei Fatima Deves	23	5,75
15	1431311	Arksel Euler Goncalves	23	5,75
16	1430258	Dulceli Fatima Lauxen Rodrigues Felicio	22	5,50
17	1417492	Geovana Regina Stroher	22	5,50
18	1419321	Iandra Iara Berno Noll	22	5,50
19	1432427	Patricia Gasperin Paludo	22	5,50
20	1431702	Rubilan Gilvane Zacarias	21	5,25
21	1417075	Nazare Comelli Olschowsky	21	5,25
22	1421092	Maielen Maria Spagnol	21	5,25
23	1430888	Gisiane Seibel	21	5,25
24	1418954	Bruna Leticia Kirsten	21	5,25
25	1427435	Cecilia Mocellin Gritti	20	5,00
26	1421611	Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni	20	5,00
27	1432417	Luciano Zembrani	20	5,00

## Auxiliar de Creche | Curso Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1430880	Vanessa Pessoa De Chaves	28	7,00
2	1424106	Pricila Colpani Do Amara	27	6,75
3	1424983	Emanuela Cristina Sartoretto	26	6,50
4	1420404	Ivonete Denis Wollmann Burnier	26	6,50
5	1422285	Talita Canei	26	6,50
6	1420802	Andressa Lucia Lecardelli	26	6,50
7	1428017	Daniela Nadia Ferreira	26	6,50
8	1423380	Fabiola Lombardi	26	6,50
9	1417726	Simone Analice Brand Moraes	26	6,50
10	1417596	Denise Simon	25	6,25
11	1422463	Elisete Ilha	25	6,25
12	1428139	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	25	6,25
13	1420946	Claudia Susana Ferenz	25	6,25
14	1421525	Valdete Aparecida Furlan	25	6,25
15	1431861	Betemari Regina Bianchi	25	6,25
16	1418853	Vanessa Dall Bello	25	6,25
17	1417028	Ediane Maristela Granna	24	6,00
18	1422260	Eliz Regina Wollmann	24	6,00

19	1424363	Sandra Mara Dos Santos Taffarel	24	6,00
20	1416993	Ines Maria Leiser	24	6,00
21	1417015	Analice Malvina Dos Santos Soares	24	6,00
22	1417711	Claudia Maria Dos Santos	24	6,00
23	1430406	Aline Lúcia Lauermann dos Santos	24	6,00
24	1421668	Diana Carla De Araujo	24	6,00
25	1418507	Silizane Padilha Sales	24	6,00
26	1419935	Maristela Dalavechia	24	6,00
27	1429388	Ana Paula Bedin	23	5,75
28	1426792	Fabiane Bueno	23	5,75
29	1432205	Carla Aparecida Antunes De Lima Jung	23	5,75
30	1421833	Camila Lilian Caumo	23	5,75
31	1430300	Adriana Martiori	23	5,75
32	1426475	Vanise Maria Kieling	23	5,75
33	1429876	Gislaine Seibel Marcanzoni	23	5,75
34	1420175	Clarice Koch Covatti	22	5,50
35	1431855	Daniela Fernanda Mendonca	22	5,50
36	1427202	Daniela Cristina Stadthlober	22	5,50
37	1423126	Diana Brito Oliveira	22	5,50
38	1419650	Juliana Aparecida Batista	22	5,50
39	1416958	Rovane Hoff Carpe Da Silveira	21	5,25
40	1427385	Raquel Maria Bohrer	21	5,25
41	1422246	Ana Paula Remocri	21	5,25
42	1417512	Kelin Catia De Picoli	21	5,25
43	1422261	Ivone T. Nossal Bevilacqua	20	5,00
44	1416888	Roseclei Ilha	20	5,00
45	1423623	Diamara Paula Appelt	20	5,00
46	1430755	Divanete Fatima Talaska Rogowski	20	5,00
47	1430092	Leila Cristina Kochem Grooders	20	5,00
48	1422584	Clarice Drexler	20	5,00

## Farmacêutico | Curso Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1429671	Marcelo Henrique Fernandes De Souza	27	6,75
2	1417298	Camila Fontana Roman	26	6,50
3	1418999	Roberta Tremea	24	6,00
4	1419233	Tuane Elys Marangoni	23	5,75

5	1423114	fernanda lucia kuhn	23	5,75
6	1432209	Claide Luzia Bartniski	23	5,75
7	1431316	Carlos Francisco Ferreira Junio	21	5,25
8	1426588	Karine Mattiello	20	5,00

## Fiscal de Tributos | Curso Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1430567	Mateus Simon	31	7,75
2	1424998	Rodrigo Demoliner Teixeira	30	7,50
3	1431323	Eliseu Jonatan Wilbert	30	7,50
4	1431010	Gustavo Carneiro Falcao	30	7,50
5	1416881	Marcos Paulo Ferigollo Mocellin	30	7,50
6	1416901	Ana Conceicao	29	7,25
7	1431138	Naila Bellini Peretti	29	7,25
8	1417006	Patricia Moreira Moura	29	7,25
9	1429751	Diana Comin	29	7,25
10	1432420	NEIDIANE PIASSON DAL CIM	28	7,00
11	1431902	Pamela Maria Faccio	28	7,00
12	1416856	Jaqueline Ribeiros	28	7,00
13	1425547	Crislaine Cristina Pradella	28	7,00
14	1427941	Felipe Batisti	28	7,00
15	1417864	Paulo Junior Palma De Mattos	28	7,00
16	1430665	Thailon Vinicius Cenci	27	6,75
17	1429980	Deise Mara Gusatto	27	6,75
18	1423129	Olavio Leandro Dos Santos	27	6,75
19	1431045	Mirian Luisa Gabriel	27	6,75
20	1417050	Elizeu Studinski	27	6,75
21	1417108	Pricila Muller	27	6,75
22	1422148	Fabio Grimm	27	6,75
23	1425638	Estela Mara D'avila De Jesus	26	6,50
24	1416845	Vera Lucia Senkio	26	6,50
25	1421443	Raul Arlindo Peccini	26	6,50
26	1432117	Carla Santin	25	6,25
27	1419923	Amanda Camila Marinello	25	6,25
28	1429828	Jeferson Genevro	25	6,25
29	1430600	Tissyana Begnini	25	6,25
30	1422088	Ana Paula Cardoso	25	6,25

31	1430081	Daniel Figueiro	25	6,25
32	1427120	Aroldo Afonso Fochesatto	25	6,25
33	1417068	Leodecir Vedovatto	25	6,25
34	1430249	Sandra Adriana Martini	24	6,00
35	1425094	Luiz Alfredo Sartoretto Hugue	24	6,00
36	1431980	Fernanda Zamprogna	24	6,00
37	1424722	Guilherme Bedin	24	6,00
38	1429394	Marcia Gava Machado	23	5,75
39	1430001	Fernando Sgarbossa	23	5,75
40	1422106	Jaqueline Solivo	23	5,75
41	1420200	Ronivaldo De Oliveira	23	5,75
42	1424838	Claudiana Alves Da Silva	23	5,75
43	1429356	Fabiola Goncalves Xistiuk *	23	5,75
44	1417689	Adriane Carolina Spagnol	23	5,75
45	1432323	Marinez Oliveira Dos Santos	23	5,75
46	1418009	Cleides Fernandes	22	5,50
47	1430488	Carla Dallazen	22	5,50
48	1429332	Flavia Pavao Dalcin	22	5,50
49	1431601	Jonas Thiago Mezzaroba	22	5,50
50	1422533	Ramilo Cassio Tonello	22	5,50
51	1432191	Daniel Luis Frozza	21	5,25
52	1416861	Juliana De Barba	21	5,25
53	1421795	Beatriz Diana Casarotto	21	5,25
54	1431052	Silmara Aparecida Farias	21	5,25
55	1431887	Ademar De Vasconcelos	21	5,25
56	1430921	Caroline Licodiedoff De Souza	20	5,00
57	1430382	Claudia Bavaresco	20	5,00
58	1416847	Milena Boll	20	5,00
59	1427486	Julio Cesar Menegaz	20	5,00
60	1427769	Regianne Michelle Dias Viana	20	5,00
61	1420024	Rafaela Samara Vendrame Dutkewicz	20	5,00
62	1431366	Camila Maria Kades	20	5,00
63	1432327	Bruna Cardori Da Silva	20	5,00
64	1418283	Carlos Eduardo Bezerra Angelo	20	5,00

\* Candidata excluída do Concurso pois descumpriu os itens 4.6, 4.6.1 e 4.6.2 do Edital.

Psicólogo | Curso Superior

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
---------	---------	-----------	---------	------------

1	1418869	Kelly Priscilla Trevisol	32	8,00
2	1422999	Josiane Granoski	30	7,50
3	1417120	Gessica Regina Borgmann	28	7,00
4	1429875	Tatiane Skibinski	27	6,75
5	1425821	Franciele Luisa Pozzebon	26	6,50
6	1427108	Cleide Lea Weber	26	6,50
7	1427162	Liamara Da Silva	26	6,50
8	1425923	Cynthya Roberta Putti	25	6,25
9	1430477	Paolla Cechet	25	6,25
10	1422788	Franciele Holstak Link	25	6,25
11	1417003	Daniele Port	24	6,00
12	1426918	Elisiana Pain Dos Santos	24	6,00
13	1419504	Ana Luisa Damin	24	6,00
14	1417179	Magali Fatima Borre	23	5,75
15	1431233	Marlova Cristina Trentin	23	5,75
16	1421854	Ebrissa Paola Breda	23	5,75
17	1419695	Marcio Rodrigo Fantin	22	5,50
18	1431228	Larissa Pagnussatto	22	5,50
19	1417555	Markelli Ana Machry	22	5,50
20	1417415	Crissie Oriana Lima Ferri	22	5,50
21	1427447	Caroline Comelli	21	5,25
22	1431284	Bruna Fatima Hillesheim	20	5,00
23	1430583	Sissa Joice Zabot	20	5,00
24	1417096	Karen Regina Mocellin	20	5,00
25	1431856	Andre Severino Varela	20	5,00

## Técnico de Enfermagem - Posto de Adolfo Konder | Curso Técnico

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1421860	Danilo D' Oliveira	25	6,25
2	1421383	Aline Vargas	23	5,75
3	1423332	Juliane Martello	22	5,50
4	1422474	Leila Paula Nietiedt	20	5,00

## Técnico de Enfermagem - Posto de Santa Cruz | Curso Técnico

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1425167	Alessandra Hall	22	5,50

## Técnico em Higiene Bucal | Curso Técnico

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1426910	Francieli Cristina Cantele	28	7,00
2	1425988	Caroline Muller De Moraes	27	6,75
3	1417186	Marilei Da Silva	23	5,75
4	1431120	Janete Da Silva	22	5,50

## Zelador | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1431620	Gustavo Olinquevicz	37	9,25
2	1425221	Rosilaine De Oliveira Gaspar	35	8,75
3	1425597	Tamiris Michele dos Santos Marcondes	33	8,25
4	1421243	Fabiane Ruhmke	33	8,25
5	1431942	Marcos Paulo Gazzoni	33	8,25
6	1420921	Viviane Luvizon De Lima	32	8,00
7	1427774	Viane Nise Bohn	32	8,00
8	1432196	Elisabete Radomski	31	7,75
9	1423442	Diamara Fagundes Dos Santos	31	7,75
10	1430432	Jean Cesar Dos Anjos Vaz	31	7,75
11	1424264	Milena Teixeira Silva	31	7,75
12	1432073	Nerci Josefa Novinski	30	7,50
13	1429563	Clarice Barufke	30	7,50
14	1418543	Ricardo Silveira Frasnelli *	30	7,50
15	1416989	Indiamara De Lima	30	7,50
16	1426150	Candida Regina Da Costa	30	7,50
17	1424953	Elizabeti Loizi Röse	30	7,50
18	1430984	Maiara Cristiane Bee	30	7,50
19	1432308	Fabio Junior Andrioli Ribeiro	30	7,50
20	1418362	Angela Irma Dill Bohn	30	7,50
21	1431079	Gilmar Kornfuehrer	30	7,50
22	1420295	Marlize Cagnini	29	7,25
23	1417338	Cristiane Viecelli Dalabetta Viott	29	7,25
24	1417343	Rudinei Fatima Szczepanski	29	7,25
25	1416992	Gessica P. L. De Azevedo Haas	29	7,25
26	1417011	Guisela Da Silva	29	7,25

27	1417098	Carlos Eduardo Ferenz	29	7,25
28	1418344	Neusa Salete Gielinski Kurmann	29	7,25
29	1423237	Juliana Goncalves Da Silva	28	7,00
30	1426827	Francieli Carla Da Silva	28	7,00
31	1425783	Ana Paula Gomes Moreira Cardoso	28	7,00
32	1421215	Vanderleia Aparecida Rocha	27	6,75
33	1425793	Luciane Trentini Chaves	27	6,75
34	1421706	Joice Caroline Pereira Martins	27	6,75
35	1418609	Claudineia Alves Cardoso	27	6,75
36	1417043	Chaline C. F. Ruchert	27	6,75
37	1430841	Luis Eduardo Mello Pereira	27	6,75
38	1419482	Viviana Dallelaste	27	6,75
39	1416991	Marineide Fatima Bohn	27	6,75
40	1426479	Jefferson Caumo Ribeiro Dos Santos	27	6,75
41	1431862	Mariele Kurmann	27	6,75
42	1431313	Marli Richter Albrecht	26	6,50
43	1429852	Claudete Antonia Dalle Laste Rech	26	6,50
44	1422556	Silvana Maria Viott	26	6,50
45	1423071	Carla Cristiane Machry	26	6,50
46	1417189	Nelci Salete Araldi	26	6,50
47	1418066	Eliane Soares	26	6,50
48	1432332	Pamela Hyara Bee	26	6,50
49	1422051	Rosane Marli Keding	26	6,50
50	1430738	Eliane Sorgetz	25	6,25
51	1417042	Eduarda Cristina Ritzel	25	6,25
52	1430117	Valcir Lemes Da Silva	25	6,25
53	1424036	Katiucya Cristna De Souza Rocha	25	6,25
54	1430810	Joice Dos Santos Silva Antunes	25	6,25
55	1425886	Ivone Nadaletti	25	6,25
56	1431489	Rafaela Roy	25	6,25
57	1427570	Marines Cristina Rychcik Lopes	25	6,25
58	1429898	Dirlei Disner	25	6,25
59	1428550	Clarisse Wilske	24	6,00
60	1430771	Rosane Salete Hegler Voss	24	6,00
61	1425003	Roseli Maria Cezar	24	6,00
62	1429505	Janete Rodrigues	24	6,00
63	1427725	Carine Kuhn	24	6,00



64	1425854	Marinez Appelt Farias	24	6,00
65	1424300	Jaine Bergamin	24	6,00
66	1431898	Juliana Dos Santos	24	6,00
67	1417311	Mariana Vaz Catarina	23	5,75
68	1421234	Tatiane Trevisan	23	5,75
69	1429932	Josiane Maria Fusieger	23	5,75
70	1416870	Anna Lucia Schons	23	5,75
71	1431031	Ivanete Cristina Junges Da Silva Lopes	23	5,75
72	1426360	Abel Goncalves Da Silva	23	5,75
73	1420326	Luciana Albiero Baiocco	23	5,75
74	1432015	Jenaina Carla Olivoto Marciniak	23	5,75
75	1417284	marlone salete schimitz	22	5,50
76	1417754	Marieli Do Prado	22	5,50
77	1431816	Suzane Fatima Valcarenghi	22	5,50
78	1425803	Mariara Da Silva Dos Santos	22	5,50
79	1428500	Andressa Da Silva	21	5,25
80	1426185	Elena Aparecida Dos Santos	20	5,00

\* Vaga reservada a Pessoas com Deficiência, conforme item 3 do Edital.

Zelador - EMEB João H Pille | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Acertos	Nota Final
1	1421721	Daniel Juarez Kohler	32	8,00
2	1422560	Simone Maria Valcarenghi	30	7,50
3	1417067	Tatiane Basso	29	7,25
4	1431320	Delize Capeleto	27	6,75
5	1423639	Ligiane Carina Possa	26	6,50
6	1427766	Marli Gehlen Pichetti	26	6,50
7	1429624	Eliseu Jose Olbermann	25	6,25
8	1431281	Janete Marlene Neves	24	6,00

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá, em 26 de Abril de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030 - PROCESSO SELETIVO 001/2018**

Publicação Nº 1998036

Edital de Convocação 030 – PS 001/2018

Ficam convocados os estagiários abaixo listados, classificados no PS 001/2018, para comparecerem:

Data: 29 de Abril de 2019

Local: Secretaria Municipal de Educação

Horário: 08 h

Posição	Nome
14	Renata Wollmann Burnier
15	Leticia Lauxen Seghetto

Itá, 26 de Abril de 2019

Domingos Rodrigues dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N. 016/2019 DESIGNA OUVIDOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1996069

PORTARIA N. 016/2019

DESIGNA OUVIDOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSSELEI EDSON PERIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Federal nº 13.460 – Lei que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como responsável pela Ouvidoria Geral do Poder Legislativo de Itá, SC, o servidor atuante na função de Controlador Interno, neste caso, a servidora EDIANE SERRAGLIO, servidora efetiva, matrícula nº 64.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, Santa Catarina, 26 de abril de 2019

JUSSELEI EDSON PERIN

Presidente Câmara Municipal de Itá

Registrado e Publicado no Mural Público

# Itapema

## PREFEITURA

### PROCESSO 041.2019 - PREGÃO PRESENCIAL 04.027.2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 027/2019

Publicação Nº 1997753

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 041.2019 - PREGÃO PRESENCIAL 04.027.2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 027/2019

DO OBJETO: Registro de Preço para aquisição de premiação personalizada para as solenidades do Corpo de Bombeiros Militar da cidade de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.027.2019.

CONTRATADA: Trofeu Prime Indústria e Comercio de Trofeus LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 17.221,00 (dezesete mil, duzentos e vinte e um reais).

Itapema, 18 de abril de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA PREGÃO 005/2019

Publicação Nº 1997986

ATA DO PROCESSO DE PREGÃO N 005/2019

Ao(s) vinte e seis dias mês de abril de dois mil e dezenove, as 14 horas, na sede da Câmara Municipal de Itapema, reuniram-se o Pregoeiro servidor Sergio Luiz Bittencourt e os membros da Comissão de Apoio instituída pela Resolução Legislativa nº 002/2019 até a hora designada para início da licitação compareceu e realizou o credenciamento a empresa: Construtora Master Eireli, nesta ato representada pelo Sr. Alcenir Tobias Pereira. Aberto o envelope, a empresa ofertou o valor de R\$ 127.830,95. O senhor pregoeiro passou a fase de negociação sendo ofertado o valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). Passou-se então a verificação da documentação apresentada. Pelo exposto o senhor Pregoeiro declarou vencedora a Empresa Construtora Master Eireli pelo preço de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente Sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e representantes. Eu, Juliano de Oliveira secretariei a presente Sessão.

Sergio Luiz Bittencourt

Pregoeiro

Resolução 002/2019

### LEI 3.840, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997991

Lei Ordinária 3.840, de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre as isenções do valor IPTU descrito na Lei Ordinária 3001, de 05 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

Art. 1.º - Acresce os Incisos "III" e "X" no art.9.º da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.9.º (...);

III – Os imóveis cedidos a qualquer título em favor do possuidor, inclusive por meio de contrato de locação ou comodato, desde que este seja Associação de Moradores, Associação de Bairros, Associação de Defesa e Proteção Animal, Centro Comunitário, Templos de qualquer culto, Associação de Pais e Funcionários – APF, sem fins lucrativos e desde que utilizados em suas finalidades essenciais;

(...);

X - Os imóveis cedidos a qualquer título em favor do possuidor, inclusive por meio de contrato de locação, desde que este seja organização não governamental, com finalidade filantrópica ou de proteção e defesa dos animais, utilizados em suas finalidades essenciais e desde que reconhecida de utilidade pública por lei municipal;

..... " (NR)

Art. 2.º - Altera-se a redação do § 1.º do art.9.º da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte

redação:

“§ 1º Às isenções previstas nos incisos II, III, VII e X, serão efetivadas em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Finanças, ou pessoa por ele nomeada, em requerimento anual, junto ao Setor de Protocolo Geral do Município, até o vencimento da primeira parcela do IPTU, uma vez cumpridos os requisitos exigidos, analisado pelo cadastro multifinalitário do contribuinte e, se necessário, por parecer emitido por Assistente Social.

..... ” (NR)

Art. 3.º - Altera-se a redação do § 3.º do art.9.º da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O despacho que conceder às isenções previstas nos incisos II, III, VII e X, não gera direito adquirido.

..... ” (NR)

Art. 4.º - Altera-se a redação do § 4.º do art.9.º da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º No despacho que reconhecer o direito às isenções previstas nos incisos II, III, VII e X, poderá o Secretário Municipal de Finanças, ou pessoa por ele nomeada, com fundamento nos documentos comprobatórios e no parecer de Assistente Social, quando emitido, remir as dívidas do imóvel objeto do requerimento, relativas ao período em que, comprovadamente, o beneficiário preencher os requisitos.

..... ” (NR)

Art. 5.º - Altera-se a redação do § 5.º do art.9.º da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º Para os efeitos dos incisos II, III, VII e X deste artigo, havendo mais de uma residência estabelecida sobre o terreno, a do titular e a do possuidor serão isentadas da obrigação com o IPTU, sendo este lançado sobre a parcela restante do imóvel e suas acessões.

..... ” (NR)

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta dias) após a data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, EM 26/04/2019

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

### LEI 3.841, EM 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1998000

Lei Ordinária 3.841, de 26 de abril de 2019

Dispõe sobre as datas do pagamento do IPTU descritas na Lei Ordinária 3001, de 05 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

Art. 1.º - Altera-se a redação do art.19 da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.19 - O imposto a ser pago no exercício poderá ser parcelado em até dez (10) vezes, sendo as datas de vencimento assim fixadas:

I - para pagamento em cota única: 28 de fevereiro de cada exercício;

II - para pagamento parcelado: a primeira parcela em 28 de março, e as demais, todo o dia 28 de cada mês subsequente.

Parágrafo Único. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a dez (10) UFRM.

..... ” (NR)

Art. 2 - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta dias) após a data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 26/04/2019

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

### LEI 3.842, EM 26 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1998004

Lei Ordinária 3842, de 26 de abril de 2019

“Dispõe sobre desconto no IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana, na transferência de domicílio ou residência dos proprietários de veículos e dá outras providências”.

Art. 1.º - Fica facultado ao morador do Município de Itapema e contribuinte, a qualquer título, do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana - IPTU, que esteja em dia com o pagamento desse tributo, descontar do mesmo, no exercício seguinte, os valores pagos a

título de taxa de transferência e emplacamento dos seus veículos para este município.

§ 1.º - Para os efeitos desta Lei consideram-se veículos:

I - VEÍCULO ARTICULADO - combinação de veículos acoplados, sendo um deles automotor.

II - VEÍCULO AUTOMOTOR - todo veículo a motor de propulsão que circule por seus próprios meios, e que serve normalmente para o transporte viário de pessoas e coisas, ou para a tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas. O termo compreende os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos (ônibus elétrico).

III - VEÍCULO DE CARGA - veículo destinado ao transporte de carga, podendo transportar dois passageiros, exclusive o condutor.

IV - VEÍCULO CONJUGADO - combinação de veículos, sendo o primeiro um veículo automotor e os demais reboques ou equipamentos de trabalho agrícola, construção, terraplenagem ou pavimentação.

V - VEÍCULO DE GRANDE PORTE - veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a dez mil quilogramas e de passageiros, superior a vinte passageiros.

VI - VEÍCULO DE PASSAGEIROS - veículo destinado ao transporte de pessoas e suas bagagens.

VII - VEÍCULO MISTO - veículo automotor destinado ao transporte simultâneo de carga e passageiro.

§ 2.º - O benefício previsto no "caput" deste artigo, somente poderá ser requerido desde que:

I - A transferência do emplacamento de veículos para este Município se efetive até 20 de novembro do mesmo ano.

II - Os veículos transferidos estejam registrados em nome dos próprios moradores e contribuintes beneficiários, ou no de seus dependentes, todos residentes no mesmo endereço e inscritos no cadastro imobiliário do município;

III - Comprove, por cópia, o integral recolhimento da taxa de transferência e de emplacamento dos veículos para este município;

IV - Protocole na Prefeitura o requerimento até o dia 30 de novembro do ano de sua transferência.

§ 3.º - Não será admitido o desconto no IPTU, quando o requerimento do benefício for protocolizado após o prazo previsto no inciso IV do parágrafo anterior.

Art. 2.º - Os valores considerados para o desconto no lançamento do carnê de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana do exercício seguinte, serão aqueles gastos exclusivamente com o pagamento da transferência e emplacamento do veículo.

Parágrafo único - Não serão considerados para compor o valor do desconto, valores referentes a eventuais acréscimos de multa e juros, no ato da transferência e emplacamento, bem como não serão considerados, valores gastos com outras obrigações para regulamentação do veículo, tais como pagamentos referentes a multas de trânsito, IPVA e outras despesas.

Art. 3.º - O valor do benefício corresponderá a cada veículo transferido para este Município.

Parágrafo único: Não há limites de veículos a serem transferidos, desde que estejam registrados em nome dos próprios moradores e contribuintes beneficiários.

Art. 4.º - O desconto do IPTU será concedido uma única vez por veículo, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único - Não terá direito ao desconto, as transferências referentes aos veículos isentos do recolhimento do IPVA.

Art. 5 - O desconto previsto através da respectiva legislação se aplica, exclusivamente, sobre o valor referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano do imóvel indicado, não sendo possível estendê-lo e/ou transferi-lo, em nenhuma hipótese, para abatimento de quaisquer outros tributos ou taxas de serviços cobrados pela Municipalidade.

§ 1.º - Caso o valor do desconto seja menor que o valor integral do imposto, o saldo a ser lançado para cobrança deverá respeitar o valor mínimo de imposto no exercício.

§ 2.º - Caso o valor total do desconto exceda o valor integral do imposto, o valor excedente não irá gerar crédito para os lançamentos futuros, tampouco poderá ser transferido para outra inscrição imobiliária.

Art. 6.º - O contribuinte deverá protocolar o requerimento para o benefício descrito nesta Lei, dentro do prazo legal, e deverá anexar os seguintes documentos:

I - cópia do comprovante da efetivação da transferência do(s) veículo(s) para o Município até o dia 20 de novembro do exercício corrente;

II - cópia de documento pessoal com foto, indicando número de CPF e RG do requerente;

III - cópia do comprovante de endereço para o qual o veículo foi transferido;

IV - cópia do comprovante de pagamento integral do recolhimento das taxas de transferência e de emplacamento;

V - cópia do espelho do carnê de IPTU contendo o número da inscrição cadastral do imóvel, objeto do pedido de desconto, ou outro documento que possibilitem a identificação do respectivo imóvel.

§ 1º Será admitida a representação do contribuinte por meio de procuração, em conformidade com a legislação vigente, com firma reconhecida e poderes específicos para o fim que se destina.

§ 2º Os documentos indicados no "caput" deste artigo deverão ser apresentados integralmente no ato do protocolo do requerimento.

Art. 7.º - O Município deverá, anualmente, dar publicidade do benefício disposto nesta Lei, através da obrigatoriedade de constar nos carnês e boletos de cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), e na página oficial do Município de Itapema na Internet, as informações referentes aos requisitos legais necessários para a concessão do benefício descrito nesta Lei.

Parágrafo único. O texto a que se refere o "caput" deste artigo, deverá ter conteúdo explicativo, com o objetivo de informar os contribuintes, sobre os requisitos, prazos e forma do procedimento administrativo a ser adotado, para solicitar o benefício do desconto.

Art. 8.º - Sendo identificado, a qualquer tempo, que o desconto foi concedido de forma indevida, o mesmo será cassado, sendo devida a cobrança do valor correspondente ao tributo desde a ocorrência do fato gerador, com todos os acréscimos legais descritos na legislação vigente.

Art. 9.º - Altera-se a redação do texto da ementa do "Capítulo IV", do TÍTULO ÚNICO da Lei Ordinária n.º 3001 de 05 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"DAS ISENÇÕES, NÃO-INCIDÊNCIAS E OUTROS BENEFÍCIOS"

..... " (NR)

Art.10 - Acresce o artigo 9-A, na Lei Ordinária n.º 3001, de 05 de dezembro de 2011, que terá a seguinte redação:

"9-A - Fica facultado ao morador do Município de Itapema e contribuinte, a qualquer título, do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana - IPTU, que esteja em dia com o pagamento desse tributo, descontar do mesmo, no exercício seguinte, os valores pagos a título de taxa de transferência e emplacamento dos seus veículos para este município, conforme legislação municipal específica."

..... " (NR)

Art. 11 - As despesas decorrentes para a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 12 - Demais atos necessários ao cumprimento desta Lei, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta dias) após a data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 26/04/2019

Sidinei Moacir Florencio

Presidente

## **LEI 3.843, EM 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998015

Lei Ordinária 3843, de 26 de abril de 2018.

Dispõe sobre a proibição de fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, nos locais que especifica no Município de Itapema e dá outras providências.

Art. 1.º - Fica proibido, no Município de Itapema, o fornecimento de canudos fabricados de material plástico, aos clientes de bares, barracas de praia, hotéis, padarias, quiosques, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Parágrafo único. As disposições desta Lei aplicam-se igualmente aos clubes, salões de dança e eventos musicais de qualquer espécie, e em especial, aos que forem realizados na Orla do Município.

Art. 2.º - Em lugar dos canudos de plástico poderão ser fornecidos canudos em papel reciclável, material comestível ou biodegradáveis, embalados individualmente em envelopes hermeticamente fechados, feitos do mesmo material.

Art. 3.º - A infração às disposições desta Lei, acarretará as seguintes penalidades:

I - Em primeira autuação, advertência e intimação para cessar a irregularidade instantaneamente;

II - Em segunda autuação, multa no valor de 100 (UFRM'S) e nova intimação para cessar irregularidade instantaneamente;

III - Em terceira autuação, multa no dobro do valor da segunda autuação, e assim sucessivamente até a nona autuação, no valor de 1.000 (UFRM'S);

IV - Na décima autuação, multa no valor de 2.000 (UFRM'S) e o fechamento administrativo.

Parágrafo único: O prazo entre a primeira e a segunda autuação deverá ser de 24h:00min, e este prazo deverá ser respeitado para as demais autuações.

Art. 4.º - As despesas decorrentes para a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5.º - Demais atos necessários ao cumprimento desta Lei, serão regulamentados por Decreto.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na 180 (Cento e Oitenta Dias) após a data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Itapema, em 26/04/2019

Sidinei Moacir Florencio

Presidente



## Itapiranga

## PREFEITURA

## QUADRO DE VENCEDORES Nº 9/2019 - FMS

Publicação Nº 1997954

Pág 1 / 1

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



**Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 9 / 2019**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGENIO MEDICINAL PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULANCIAS, SAMU E RESIDENCIAIS.**

Fornecedor: 438847 - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	OXIGENIO MEDICINAL PARA CILINDRO K-7M³ PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO NAS RESIDENCIAS DE PACIENTES, SITUAÇÃO DE EMERGENCIA E AMBULANCIAS		M3	350	44,00	15.400,00
2	OXIGENIO MEDICINAL PARA CILINDRO PP-2,6 M³ PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO NAS RESIDENCIAS DE PACIENTES, SITUAÇÃO DE EMERGENCIA E AMBULANCIAS		M3	78	85,00	6.630,00
3	OXIGENIO MEDICINAL PARA CILINDRO G-1 M³ PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO NAS RESIDENCIAS DE PACIENTES, SITUAÇÃO DE EMERGENCIA E AMBULANCIAS		M3	20	176,00	3.520,00
Total por Fornecedor:						25.550,00
Total Geral:						25.550,00

## Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
438847 - WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	1, 2, 3	25.550,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-HXNXW-293991062 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

26/04/2019 15:11

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 30, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997172

DECRETO Nº 30, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

#### DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados: R\$ 220.000,00 ( Duzentos e vinte mil reais).				
Crédito Adicional				
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor	
Suplementar	Secretaria da Educação	05.001.0012.0361.0005.2018.34490000000000000000.01320322	220.000,00	
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão do excesso de arrecadação na referida fonte de recurso 1320322.				

Art. 3- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 DE ABRIL DE 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

ARNITO SARDA FILHO

Secretário da Fazenda

### EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE ABRIL DE 2019 COM A PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Nº 1997930

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 12/2019 PREGÃO PRESECIAL Nº 07/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: OBJETIVA CONCURSOS LTDA, CNPJ 00.849.426/0001-14. R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPOSTO DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Data da assinatura: 08 de abril de 2019 - Osni Francisco de Fragas – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 13/2019 PREGÃO PRESECIAL Nº 08/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI, CNPJ 05.111.060/0001-03. R\$ 586.880,00 (quinhentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. Data da assinatura: 16 de abril de 2019 - Osni Francisco de Fragas – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO CONTRATO PROCESSO 15/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP, CNPJ 77.894.863/0001-84. R\$ 49.695,96 (quarenta e nove mil seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DA PONTE PÊNSIL JOÃO STUEPP QUE LIGA O BAIRRO SANTO ANTONIO ATÉ O BAIRRO SALTO GRANDE. Data da assinatura: 15 de abril de 2019 - Osni Francisco de Fragas – Prefeito

**PORTARIA Nº 533, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998343

PORTARIA Nº 533, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o artigo 230, da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e

Considerando o Requerimento nº 4710/2018 protocolado pela Secretaria de Urbanismo, que solicita a abertura de Processo Administrativo para apurar os fatos envolvendo os servidores EDI MEICKON LUTZ e CARLOS VALENTE JACINTO que entraram em vias de fato, consistente em agressões com chutes e socos, durante o horário de expediente, no dia 07/12/2018, por volta das 13h30min.

Considerando que as situações narradas devem ser apuradas pela Comissão correspondente, a fim de aquilatar a eventual prática de infrações administrativas passíveis de responsabilização referentes às agressões mútuas na forma da Lei Complementar nº 020/2008, inclusive no que se refere a utilização de veículo oficial para fins particulares, consistentes no deslocamento para almoço.

Considerando que da suposta prática de vias de fato e/ou lesão corporal decorrente das mútuas agressões e da suposta utilização de veículo público para fins particulares, consta ainda nos documentos narrativa de injúria e ameaça, com os dizeres: “filho da puta, frouxo, eu vou te matar”.

Considerando que tais condutas, além de infrações disciplinares administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, podem se caracterizar como crime (art. 140 e 331 do Código Penal) e ato de improbidade administrativa (art. 10, XIII das Lei n. 8.429/1992).

Considerando a obrigatoriedade da autoridade, quando tiver ciência de possíveis irregularidades no serviço público, promover a sua apuração, resolve:

**DETERMINAR**

Art. 1º A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR na forma do art. 229 e seguintes do Estatuto do Servidor Público, a ser coordenada pela Comissão Permanente competente, em face do Sr. EDI MEICKON LUTZ, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS na Secretaria de Urbanismo, nomeado pela Portaria nº 1607/2017 e do Sr. CARLOS VALENTE JACINTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de CALCETEIRO na Secretaria de Urbanismo, nomeado pela Portaria nº 7.325/2010, para apurar os fatos narrados supra, e que em tese se caracterizam como infrações ao art. 196, incisos III, IX e XI e art. 197, incisos IV, XIII, XIX da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008, bem assim ao art. 140 e 331 do Código Penal, e art. 10, XIII da Lei n. 8.429/1992.

1 – Comunique-se aos servidores para que, sempre que convocados, compareçam para prestar declarações, sob pena de insubordinação, assegurando-lhes todos os seus direitos constitucionais, como o da ampla defesa e do contraditório, inclusive na forma de apresentação de defesa no prazo de 10 dias;

2 – Para a conclusão do processo administrativo disciplinar, a Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e exigido pelo interesse público, procedendo ainda, a oitiva dos servidores e outras pessoas que possam prestar informações a respeito dos fatos, a oitiva da Comunicante e a juntada de documentos;

3 – O relatório elaborado pela comissão Disciplinar será conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade dos servidores, indicando o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, se este for o caso, e será remetido juntamente ao processo administrativo disciplinar à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

4 – O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 60 (sessenta dias), a contar da notificação ao servidor, admitida a sua prorrogação por até 60 (sessenta dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 26 de abril de 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

# Jaborá

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 003 CP 01/2018

Publicação Nº 1997123

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 03

Jaborá, 26 de abril de 2019.

ILMO (A). SR. (A)  
CLAUDIA TEREZINHA ZAMPIERI  
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 30 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de EDUCADOR FÍSICO (NASF), conforme classificação no Concurso Público – Edital nº 001/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal, em 15 de junho de 2018, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

KLEBER MERCIO NORA  
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

PROTOCOLO  
Recebi 1º via em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DECRETO 1.814/2019

Publicação Nº 1997203

DECRETO Nº 1.814, de 25 de abril de 2019

REGULAMENTA O USO DO LIVRO FISCAL ELETRÔNICO, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 64/2003, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 102 da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 2º, art. 71, da Lei Complementar n. 64/2003,

DECRETA:  
Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Livro Eletrônico.

Capítulo II  
DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISS

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração Indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Jaborá, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via Internet, relativas aos serviços contratados e/ou prestados, sendo distinto para cada estabelecimento.

§ 1º Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado à pessoa jurídica;

§ 2º A qualquer tempo e desde que não iniciado procedimento fiscal, as informações prestadas poderão ser retificadas.

§ 3º Incide a obrigação de que trata o caput deste artigo, aos contribuintes que prestem serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

Art. 3º Para o contribuinte do imposto, a obrigação de enviar o arquivo eletrônico incide inclusive nos meses em que não houver movimentação tributável.

Parágrafo Único - No mês em que não adquirirem serviços sujeitos ao ISS, os tomadores que não forem contribuintes do ISSQN ficam desobrigados de enviar o arquivo eletrônico.

Art. 4º O Recibo de Declaração de ISS e o Recibo de Declaração de ISS Retido, com a apuração deste imposto, serão gerados por programa específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado gratuitamente, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaborá.

Parágrafo Único - O arquivo mensal do Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil do declarante;

II - As informações cadastrais do declarante;

III - Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;

IV - Os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos à incidência do ISS, ainda que não devido ao município de Jaborá(SC);

V - A natureza, valor e mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VII - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

Art. 5º A Guia de Pagamento do ISS dos Serviços Prestados e/ou Tomados será gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico.

Art. 6º Salvo disposição em contrário, o imposto será apurado ao fim de cada mês ou na data de encerramento das atividades, sob responsabilidade do contribuinte ou responsável pelo seu recolhimento, mediante registro das prestações de serviços realizadas ou tomadas, na forma e prazos definidos neste decreto.

§ 1º As informações prestadas possuem caráter declaratório e poderão ser utilizadas pela autoridade fiscal como elementos informativos para o lançamento.

§ 2º O contribuinte deverá escriturar, mensalmente, os documentos fiscais utilizados para acobertar as prestações de serviços e, ao final do processamento, emitir a guia para o recolhimento do imposto na rede bancária autorizada.

§ 3º Quando se revestir na qualidade de substituto ou responsável tributário, o tomador dos serviços deverá efetuar as retenções do ISS e, ao fim de cada mês, escriturar os documentos utilizados para acobertar as prestações tomadas e emitir a guia para o recolhimento do imposto na rede bancária autorizada.

§ 4º Fica dispensado do recolhimento do valor do serviço de emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), o tomador declarante, não inscrito no Cadastro Econômico do Município de Jaborá, obrigado a reter o ISS, quando este, exclusivamente, gerar e emitir eletronicamente a Guia de Pagamento de ISS - Serviços Tomados, através do Livro Eletrônico.

§ 5º A declaração deverá ser enviada, individualmente, por prestador, tomador de serviços ou responsável tributário até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da competência.

Art. 7º O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro no preenchimento da declaração já apresentada ou sua apresentação de forma incompleta ou inexistente.

Parágrafo Único - A retificação de dados ou informações já apresentadas somente obsta a aplicação de penalidade se realizada antes do início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 8º A retificação da declaração deverá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a quanto aos dados retificados, podendo ser utilizada para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º Fica sem efeito a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa, somente poderá ser efetuada nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 9º O Recibo de Declaração de ISS, os Relatórios de Declaração de Serviços Prestados e/ou Tomados e a Guia de Pagamento do ISS serão impressos e arquivados pelo prazo definido na legislação.

### Capítulo III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 10 O Livro de Registro de Serviços deverá ser escriturado e processado eletronicamente através da ferramenta específica, disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaborá, pelos Contribuintes Prestadores e Tomadores de Serviços.

Parágrafo Único - Findo o exercício fiscal, o contribuinte poderá emitir os livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, ficando desobrigados de obter a autenticação da repartição competente.

Art. 11 Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Jaborá (SC), dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha específica, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais das receitas correspondentes.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal das informações fiscais dos serviços tomados.

§ 4º Como tomador de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos dos serviços prestados por não inscritos, de todas as prestações contratadas.

Art. 12 O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do tomador de serviços, com indicação do prestador no Livro Eletrônico, observando-se o prazo para pagamento do ISS por homologação, definido anualmente em calendário fiscal.

§ 1º O não recolhimento no prazo estabelecido será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas.

§ 2º O tomador fornecerá ao prestador que sofreu a retenção o Recibo de Declaração de ISS Retido/Por Substituição do ISS retido na operação, o qual servirá, para este, como comprovante do adimplemento da obrigação.

### Capítulo IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13 A violação dos preceitos da Lei Complementar nº 94, de 17 de novembro de 2009, e, especialmente, ao disposto nos incisos I e II a seguir, sujeitará o infrator, prestador ou tomador dos serviços, à multa equivalente a 20 (vinte) Unidades Fiscais de Referência Municipal, instituída pela Lei Complementar Nº 34/97, regulamentada pelo Decreto n. 1784/2019, por mês de competência em que se verificar a violação:

I - deixar de remeter o Livro Eletrônico, independente do pagamento do imposto;

II - Escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos, que importem na apuração de imposto em montante inferior ao devido.

Parágrafo Único - A prática reiterada das infrações de que trata este artigo não configurará reincidência.

### Capítulo V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 A apuração do imposto a pagar será feita, salvo disposição em contrário, ao fim de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos em sua escrita fiscal e comercial, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISS devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º Fica dispensado de escrituração, bem como de retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISS, o serviço comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Jaborá, devidamente autenticada pelo banco arrecadador.

Art. 15 Fica vedado o recolhimento da Guia de Pagamento do ISS próprio, relativa aos serviços prestados, com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

§ 1º Quando o imposto resultar em valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais), deverá ser acumulado com o imposto correspondente ao período ou períodos subsequentes, até que o somatório seja igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais), ocasião em que será recolhido, obedecido o

prazo estabelecido na legislação para este último período de apuração, sem os acréscimos de mora.

§ 2º A critério da administração, em casos especiais e a qualquer tempo, a Fazenda Municipal poderá emitir a guia para pagamento do imposto acumulado, sem os acréscimos de mora, mesmo que não se tenha atingido o valor de R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 16 Os responsáveis pela escrita contábil e/ou fiscal de todas as pessoas jurídicas mencionadas no artigo 2º deverão efetuar os seus respectivos cadastros por meio do programa Livro Eletrônico para obter a liberação da senha de acesso ao sistema.

Art. 17 O manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contribuintes no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaborá.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2019.

Art. 19 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Jaborá, em 25 de abril de 2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 26/04/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

Publicação Nº 1998246

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

Aos vinte seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 57/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais de arbitragem em eventos esportivos escolares e comunitários promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correia de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE ARBITROS	Jerry Back Luft	775.742.570-00
JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME EPP	João Paulo Reinert	044.684.319-97

Presente a sessão a Sra. Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para acompanhar a sessão pública. Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e grande empresa. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quantidade de jogos/largadas/provas	Descrição do objeto	Valor unitário por dia (R\$)
01	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	190	Arbitragem para as modalidades de Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol na categoria INFANTIL(SUB 14) Equipe de Arbitragem: * Basquetebol, Handebol e Futsal - 02(dois) árbitros, 01(um) anotador/ cronometrista * Voleibol - 02(dois) árbitros, 01(um) anotador	139,00
02	ASSOC. JARAGUAENSE DE ARBITROS	42	Arbitragem para a modalidade de Futebol de Campo na categoria INFANTIL(SUB 14) Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro, 02(dois) bandeirinhas e 01(um) anotador	215,00
03	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	72	Arbitragem para as modalidades de Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol na categoria JUVENIL (SUB 17) Equipe de Arbitragem: * Basquetebol, Handebol e Futsal - 02(dois) árbitros, 01(um) anotador/ cronometrista * Voleibol - 02(dois) árbitros, 01(um) anotador	127,00
04	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	30	Arbitragem para a modalidade de Voleibol de Areia na categoria JUVENIL(SUB 17) Equipe de Arbitragem: 02(dois) árbitros, 01(um) anotador	98,00
05	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	115	Arbitragem para a modalidade de Futsal na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 02(dois) árbitros, 01(um) anotador/cronometrista	274,00
06	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	62	Arbitragem para a modalidade de Voleibol na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 02(dois) árbitros, 01(um) anotador	245,00
07	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	40	Arbitragem para a modalidade de Voleibol de Areia na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 02(dois) árbitros, 01(um) anotador.	204,00
08	ASSOC. JARAGUAENSE DE ARBITROS	132	Arbitragem para a modalidade de Futebol de Campo na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro, 02(dois) bandeirinhas e 01(um) anotador	427,00
09	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	50	Arbitragem para a modalidade de Futebol de Suíço na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 02 (dois) árbitro e 01(um) anotador	255,00
10	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	180	Arbitragem para a modalidade de Tênis de Mesa na categoria ESCOLAR DE 07 A 17 ANOS Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro	15,00
11	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	180	Arbitragem para a modalidade de Xadrez na categoria ESCOLAR DE 07 A 17 ANOS Equipe de Arbitragem: 02(dois) árbitros	15,00
12	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	180	Arbitragem para a modalidade de Natação na categoria ESCOLAR DE 07 A 14 ANOS Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro geral, 01(um) árbitro de largada, 02(dois) salva-vidas, 01(um) estafeta, 01(um) anunciador, 08(oito) cronometristas e 01(um) anotador.	15,00

13	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	90	Arbitragem para a modalidade de ATLETISMO PROVAS DE CAMPO na categoria ESCOLAR DE 07 A 14 ANOS Equipe de Arbitragem: 04(quatro) árbitros por prova de campo	16,00
14	JARAGUÁ EVENTOS ESP. LTDA ME EPP	90	Arbitragem para a modalidade de ATLETISMO PROVAS DE PISTA na categoria ESCOLAR DE 07 A 14 ANOS Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro de partida, 06(seis) cronometristas e 01(um) mesário e 01(um) árbitro de chegada.	16,00
15	ASSOC. JARAGUAENSE DE ARBITROS	40	Modalidade: Monitores/Staff para Eventos Escolares e Comunitários  Descrição: Monitoria para atuar em eventos escolares e comunitários da Secretaria de Cultura Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul  Atribuições: Atuar junto aos coordenadores dos Eventos no preparo e/ou condução dos trabalhos práticos. Acompanhar efetivamente as atividades as quais lhe forem atribuídas durante o evento. Auxiliar em atividades práticas dos eventos, inclusive na preparação, seleção de material, montagem das estruturas, execução e aplicação do evento e na desmontagem do evento.	144,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. A empresa JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME apresentou a Certidão Municipal Positiva, mas em seu Direito de ME/EPP e em atendimento ao item 5.5 do Edital a empresa terá o prazo de até 05(cinco) dias úteis para apresentar a nova certidão para regularizar a sua documentação. A certidão poderá ser encaminhada via e-mail no endereço id4337@jaraguadosul.sc.gov.br aos cuidados da Pregoeira, Dando prosseguimento foram adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 26 de abril de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Andréa Máximo Ferreira Malschitzky	
Jerry Back Luft	
João Paulo Reinert	

## DECRETO Nº 12.798/2019

Publicação Nº 1999135

### D E C R E T O Nº 12.798/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 9.374,46 (Nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 09.001.15.452.04501.404 - Pavimentação Rua 1090 - Alwin Koch  
 4.4.00 - INVESTIMENTOS  
 09.001.201 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.374,46

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 9.374,46 (Nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.  
 ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
 Prefeito

**DECRETO Nº 12.799/2019**

Publicação Nº 1999136

**D E C R E T O Nº 12.799/2019**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 040/2019/CMDCA/JS, de 22/04/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada JOSIANE GONZAGA DOS SANTOS para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca) gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fmdca), em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos, a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fmdca), e as Organizações da Sociedade Civil, constituída pelo Decreto Municipal Nº 12.718/2019, de 26/03/2019, em substituição à Maurina Kreutzfeldt.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 12.800/2019**

Publicação Nº 1999137

**D E C R E T O Nº 12.800/2019**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 041/2019/CMDCA/JS, de 22/04/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado ANDERSON FABIANO SCHMITT, na qualidade de Representante Governamental, para compor a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL responsável pela organização e condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul, Gestão 2020-2025, constituída pelo Decreto Municipal Nº 12.466/2018, de 28/11/2018, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 12.560/2019, de 04/02/2019, 12.572/2019, de 08/02/2019, e 12.635/2019, de 26/02/2019, em substituição à Andréa Máximo Ferreira Malschitzky.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 12.801/2019**

Publicação Nº 1999138

**D E C R E T O Nº 12.801/2019**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.003 - DEFESA CIVIL

02.003.6.122.07012.600 - Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.003.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.802/2019**

Publicação Nº 1999139

**D E C R E T O Nº 12.802/2019**

Declara de Utilidade Pública Área de FRANCISCO ROMUALDO E ANÁLIA RIBEIRO ROMUALDO e ALVINO ROMUALDO E MARIA BENTA ROMUALDO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0137/2019/Semplu, de 15 de abril de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de prolongamento de via pública (Rua 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 52,30m2, parte do imóvel contendo a área total de 450,00m2, com os demais dados identificativos na TI Nº 35.011, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 9.068, situada à Rua 59 - Irmão Leandro, bairro Vila Lenzi, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de FRANCISCO ROMUALDO E ANÁLIA RIBEIRO ROMUALDO e ALVINO ROMUALDO E MARIA BENTA ROMUALDO.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de prolongamento de via pública (Rua 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.803/2019**

Publicação Nº 1999140

**D E C R E T O Nº 12.803/2019**

Declara de Utilidade Pública Área de ANGELA MARIA PICCININI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0137/2019/Semplu, de 15 de abril de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de prolongamento de via pública (Rua 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 430,00m2, parte do imóvel contendo a área total de 1.253,15m2, com os demais dados identificativos na MI Nº 9.250, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 9.069, situada à Rua 59 - Irmão Leandro, bairro Vila Lenzi, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de ANGELA MARIA PICCININI.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de prolongamento de via pública (Rua 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 12.804/2019**

Publicação Nº 1999141

D E C R E T O Nº 12.804/2019

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 12.152/2018, de 18 de Junho de 2018, que Regulamenta o PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS, Instituído pela Lei Municipal Nº 7.616/2018, de 17 de Abril de 2018.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 171/2019/Semcel/DE, de 12 de abril de 2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º Os incisos II e III, do §1º, do artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 12.152/2018, de 18/06/2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º ...

§1º ...

I - ...

II - Diretor de Cultura;

III - Gerente de Preservação do Patrimônio Cultural; e

IV - ...

...”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 12.805/2019**

Publicação Nº 1999142

D E C R E T O Nº 12.805/2019

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de  
Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 050/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma do Museu Emílio da Silva, localizado na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 247 - Praça Ângelo Piazeria, Centro, Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal CARLOS BARATTO, Fiscal de Patrimônio Histórico, matrícula 9117, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 050/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administrações relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 12.794/2019, de 24/04/2019.



Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **DECRETO Nº 12.806/2019**

Publicação Nº 1999143

### **D E C R E T O Nº 12.806/2019**

Regulamenta a Lei Municipal Nº 7.738/2018, de 06 de Setembro de 2018, que Institui o “Programa de Pavimentação Comunitária”, Estabelece Critérios e Procedimentos para Execução, Aceitação e Medição dos Serviços de Construção de Pavimentos com Peças Pré-moldadas de Concreto de Cimento Portland, Blocos Inter-travados e Concreto em Áreas de Afetação para Fins Rodoviários, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

**DECRETA :**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal Nº 7.738/2018, de 06/09/2018, estabelecendo critérios e regras procedimentais para implantação de pavimentação em vias e logradouros públicos municipais regulares.

Art.2º Qualquer interessado poderá requerer a autorização para implantação da pavimentação.

Art.3º O pavimento é constituído por lajotas de concreto de cimento Portland com formato sextavado, justapostos, sem articulação, assentados sobre lastro de areia lavada, executados sobre sub-base ou base, de acordo com os alinhamentos, perfis, dimensões e seção transversal estabelecida pelo projeto e confinada lateralmente por sarjetas ou guias.

Art.4º A pavimentação da via ou logradouro público deve abranger a totalidade dos mesmos.

Parágrafo único. Poderá ser realizada a pavimentação parcial desde que tecnicamente viável e sejam atendidas as solicitações realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que lhe suceder.

Art.5º Fica vedada a pavimentação em vias e logradouros públicos que não possuam rede coletora de esgoto sanitário implantada.

**CAPÍTULO II**  
**DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO**

Art.6º O pedido de autorização para implantação da pavimentação deverá ser protocolizado, instruído com os seguintes documentos: ata, abaixo assinado ou documento equivalente, que comprove o real interesse dos moradores do logradouro.

Art.7º Após a entrega da solicitação, com a relação dos moradores anuentes, o solicitante receberá croqui da rua com a individualização dos imóveis e seus respectivos proprietários e medições. Ainda, receberá relação das empresas devidamente credenciadas junto à Prefeitura de Jaraguá do Sul, para fornecimento de materiais e execução da devida pavimentação.

Art.8º O requerente deverá retornar à Prefeitura de Jaraguá do Sul munido das ordens de serviço correspondentes a cada um dos imóveis, devidamente assinada pelos proprietários e empresa contratada.

Art.9º O pedido de autorização será submetido à análise técnica e aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a suceder, que se balizará pelos padrões técnicos ordinariamente adotados pela Administração Municipal em obras dessa natureza, bem como promoverá análise individualizada das ordens de serviço e determinará, através de um croqui, o trecho aderido e consequentemente executado.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a suceder, solicitará a manifestação dos demais órgãos municipais quanto às matérias abrangidas nas competências destes.

Art.10. Após o deferimento da solicitação de pavimentação encaminhada pelos moradores, as Secretarias envolvidas no processo terão o prazo de 90 (noventa) dias para realização das benfeitorias e preparo da obra.

**CAPÍTULO III**  
**DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PELOS INTERESSADOS**

Art.11. As empresas habilitadas para execução de obras de pavimentação serão credenciadas pela Prefeitura de Jaraguá do Sul.

Art.12. Compete direta e exclusivamente, aos interessados na pavimentação, a contratação e o pagamento da empresa que executará a obra.

Art.13. A contratação da empresa responsável pela obra deve se dar na forma escrita e ser na modalidade de empreitada global, para execução conforme projeto aprovado pelo Município.

Art.14. A empresa contratada deverá emitir a competente Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra.



#### **CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES DOS INTERESSADOS**

Art.15. Os interessados na pavimentação serão pessoalmente responsáveis pela execução da obra, respondendo por quaisquer danos que ocorram ao patrimônio público ou a terceiros e por eventuais custos de adequação ou conclusão, caso não realizado pela empresa por eles contratada.

Art.16. O Município fica isento de quaisquer ônus ou obrigações referentes à legislação trabalhista, tributária, comercial ou securitária decorrentes da execução da referida obra, cujo seu cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, aos interessados na pavimentação e à empresa executora por eles contratada.

Art.17. É obrigação dos interessados zelar para que a empresa contratada cumpra integralmente o contido no contrato firmado entre as partes, assim como as exigências ambientais e urbanísticas em vigor.

#### **CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE DA MUNICIPALIDADE**

Art.18. O Município poderá fiscalizar a execução das obras a qualquer momento.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o Município realizará, ao menos, duas vistorias à obra, sendo que os interessados na pavimentação devem comunicar com antecedência de 03 (três) dias a data prevista para a conclusão das etapas que ensejam as fiscalizações das obras.

Art.19. Na pavimentação em artefatos de cimento (lajotas ou paver):

I - caberá à municipalidade a verificação do sistema de drenagem pluvial, bem como sua adequação à pavimentação que será implantada;

II - a regularização da base com o nivelamento e alinhamento da via;

III - fornecimento de colchão de areia para assentamento dos artefatos de cimento;

IV - fiscalização da execução da obra.

Art.20. Na pavimentação em concreto:

I - caberá à municipalidade a verificação do sistema de drenagem pluvial, bem como sua adequação à pavimentação que será implantada;

II - a regularização da base com o nivelamento e alinhamento da via;

III - colocação das tábuas de caixaria para fechamento lateral, bem como a regularização do lançamento do concreto;

IV - fiscalização da execução da obra.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.21. Caberá aos interessados repassar e cobrar da empresa contratada para execução da obra as exigências realizadas pelo Município.

Art.22. A pavimentação de via ou logradouro público sem a autorização prevista neste Decreto configurará infração ao disposto no Código de Posturas Municipais.

Art.23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### **E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2019**

Publicação Nº 1998240

E D I T A L  
TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço Global

#### **CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações, comunica aos participantes da Tomada de Preços acima, a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, declinou do prazo de recurso quanto ao julgamento das Habilitações (anexo). Desta forma, a Comissão Especial convoca as empresas participantes do certame, para abertura das Propostas Comerciais, ficando marcada para o dia 29/04/2019 às 15:30 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 26 de abril de 2019.  
Felipe Kutzner  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto 12.779/2019

**EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2019**

Publicação Nº 1998243

EDITAL  
TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma da cobertura de uma área de 2.845,95m<sup>2</sup> (dois mil oitocentos e quarenta e cinco vírgula noventa e cinco metros quadrados), troca total de telhas, remoção e substituição do sarrafeamento, reparo, imunização e limpeza da estrutura de madeira, remoção e reinstalação de calhas, remoção e reinstalação de Sistema Preventivo Contra Descargas Atmosféricas, remoção e reinstalação das instalações elétricas e demais serviços previstos no projeto, na E.M.E.B Gertrudes S. Milbratz, localizada na Rua 501 – Pastor Alberto Schneider e Rua 858 – Amundus Rangel – Bairro Rio da Luz, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 20 de maio de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXO: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 421.668,12 (quatrocentos e vinte e um mil seiscentos e sessenta e oito reais e doze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 28 de março de 2019.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretario Municipal de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 029/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 1997308

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 029/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Jarita Inc Adm e Emp Imob Ltda	83.639.799/0001-98	26683/2019	Imóvel Cadastro 37964 localizado na Rua Alidor Gieseler Esq. R. Manoel Francisco da Costa com mato alto. Providenciar a limpeza do imóvel. L.M 5427/2009 Art. 1 e 2	15 dias
Jarita Inc Adm e Emp Imob Ltad	83.639.799/0001-98	26674/2019	Imóvel Cadastro 30273 localizado na R Alidor Gieseler- Lote 03 – com Mato Alto. Providenciar a limpeza do imóvel. L.M 5427/2009.	15 dias
Jarita Inc Adm e Emp Imob	83.639.799/0001-98	26685/2019	Imóvel Cadastro 30272 localizado na R. Manoel Francisco da Costa, Lote 02 – com mato alto. Providenciar a limpeza do imóvel. L.M 5427/2009 Art. 1 e 2.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7 da Lei Municipal 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

**EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 66/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Publicação Nº 1998249

EDITAL  
CONCORRÊNCIA N.º 66/2019  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e serviços complementares na Via Verde, Rua 500 e Ciclovia Parque Via Verde – Bairro Ilha da Figueira, com extensão total de 2.368,27( dois mil, trezentos e sessenta e oito virgula vinte e sete metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 03 de junho de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.891.402,79 (cinco milhões oitocentos e noventa e um mil quatrocentos e dois reais e setenta e nove centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 12 de abril de 2019.  
ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 010/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 1997240

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 010/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Willy Vogtmannsberger	422.719.678-72	2632/2019	Imóvel cadastro 17948, localizado na rua Joaquim Angelo Girolla nº 50, apresenta vegetação indevida (mato alto) em estado de abandono. Descumprimento da medida determinada na notificação preliminar 26602 de 20/03/2019.	R\$ 924,45	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 011/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 1997235

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 011/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
-------------	------------	------------------	--------------	----------------	-------------------------

Sociedade Desportiva e Recreativa Rio da Luz II - Salão Centenário	84.435.445/0001-94	2771/2019	Publicidade (banners) colados no vidro do imóvel 6515, tombado pelo Patrimônio histórico, e em diversos pontos da cidade. Evento "Show de Vaneira".	R\$ 369,78	30 dias
Sociedade Desportiva e Recreativa Rio da Luz II - Salão Centenário	84.435.445/0001-94	2760/2019	Banners da "3ª Festa do Peixe", fixados no vidro do imóvel 6515, tombado pelo Patrimônio Histórico na esquina das Ruas Coronel Procópio Gomes e Marechal Deodoro da Fonseca, e em diversos pontos da cidade.	R\$ 369,78	30 dias

Considera-se atuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 012/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1997241

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 012/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Atuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Francisco de Melo Batista	155.996.188-03	2786/2019	Vendedor ambulante de cadeiras na rua Elpídio Rodrigues – Tifa Martins, sem autorização da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.	R\$ 924,45	30 dias

Considera-se atuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 013/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1997238

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 013/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 56 da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Atuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Rolando Luis Redmerski	548.750.809-72	2782/2019	Imóvel apresentando mato alto, cadastro: 5917. Descumprimento da medida determinada na NP 26208/2019 para roçar o imóvel.	R\$ 3.697,80	30 dias

Considera-se atuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

**EDITAL Nº 001/2019 - PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1999134

EDITAL Nº 001/2019

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado para a contratação por tempo determinado dos seguintes profissionais: Cuidador Social e Assistente Social, Edital nº 01/2019, apresentado pela Comissão Especial designada pelo Decreto Municipal 12.653/2019 de 07 de março de 2019, e regido pelo art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar Municipal nº 102/2010 de 12 novembro de 2010, resolve HOMOLOGAR o resultado deste conforme relação dos candidatos aprovados (Anexo Único)

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019

MARIA SANTIN CAMELO Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação	ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI Prefeito Municipal
---	--

**ANEXO ÚNICO****RESULTADO HOMOLOGADO**

CARGO	NOME DO CANDIDATO APROVADO	CLASSIFICAÇÃO
Assistente Social	IZABELA CRISTINA MEDEIROS E SILVA	1
Assistente Social	AMANDA APARECIDA FERNANDES	2
Assistente Social	MARCELA VIEIRA MASSON	3
Assistente Social	PAULA EDUARDA CORRÊA	4
Assistente Social	ETIENE CRISTINA CHECO SCHICOVSKI	5
Assistente Social	CARLA KLITZKE ESPINDOLA	6
Assistente Social	CAROLINE LUIZE BENKENDORF	7
Assistente Social	ARUANA BOETTCHER DA COSTA	8
Assistente Social	ELISABETH PEREIRA BARBOSA	9
Assistente Social	MAYARA STIZZ CISZ	10
Assistente Social	ROSANIA NURNBERG	11
Assistente Social	ELISÂNGELA APARECIDA LIMA	12
Assistente Social	MARIA CÉLIA DE FAVERI GONSIORKIEWICZ	13
Assistente Social	LEONI DE FÁTIMA MIRANDA DO NASCIMENTO	14

Assistente Social	DENISE EHLERT ROSNIAK	15
Assistente Social	LETICIA DOS SANTOS SOUZA	16
Assistente Social	CARLA KLITZKE ESPINDOLA	17
Assistente Social	JUCIMERI GOSLAR	18
Assistente Social	ELIANE PEREIRA DA SILVA	19
Assistente Social	ELIZETE LUZIA PEREIRA	20
Assistente Social	GABRIELA MANSKE	21
Assistente Social	KARLA APARECIDA COELHO FERREIRA	22
Assistente Social	EMÍLIA MOSNA	23
Assistente Social	FABIANA BORGES ROLLIN	24
Assistente Social	ANNA GEOVANNA SPEZIA	25
Assistente Social	ROSANE DE MOURA	26
Assistente Social	JAMILLE SALDANHA PEREIRA	27
Assistente Social	STIVIE CRISTIANO DE SOUSA	28
Assistente Social	ANDRESSA MIDORI BAPTISTA ONUKA	29
Assistente Social	LUCIMARA BERCI	30
Assistente Social	PRISCILA BATISTA KEITEL	31
Assistente Social	ROSEMARI WISNIESKI	32
Assistente Social	ADRIANE GOMES DA SILVA	33
Assistente Social	ADILSE AP. ALVES DE MIRANDA	34
Assistente Social	CLAUDIA AVELINO DA SILVA	35
Assistente Social	SARAH DE ALMEIDA CHAPLIM	36
Assistente Social	JUCELIA APARECIDA KEMSKI	37
Assistente Social	JOSIANE DANTAS OLIVEIRA	38

Assistente Social	FERNANDA CAROLINA FOCK	39
Assistente Social	JAQUELINE BATISTA FARIA	40
Assistente Social	ROSALINA DE OLIVEIRA SOBRINHO	41
Assistente Social	FRANKLIN RODRIGO GRIGOLON	42
Assistente Social	ANA FLAVIA MACIEL ARAUJO	43
Assistente Social	MARLENE ALVES DELIMA	44

CARGO	NOME DO CANDIDATO APROVADO	CLASSIFICAÇÃO
Cuidador social	FERNANDA DA SILVA	1
Cuidador social	WILIAM DALCIN SANTOS	2
Cuidador social	FELIPE VOLKMER	3
Cuidador social	LEOMAR FRAGOSO DO NASCIMENTO	4
Cuidador social	BEATRIZ CAROLINE MEYER	5
Cuidador social	LUIS FELIPE GONTAN TIMM	6
Cuidador social	SARA LUIZA ALBANO	7
Cuidador social	CAROLINA LUANA GILGEN GONÇALVES	8
Cuidador social	ELISABETE BERTOLI	9
Cuidador social	ROBSON RENATO MORALES FONTOURA	10
Cuidador social	BRUNA CAROLINE MAAS	11
Cuidador social	DAIANE SCHRAMMEL GOULART ABREU	12
Cuidador social	ALICE SCHNEIDER SEVERO DOS SANTOS	13
Cuidador social	JHENYFFER MÁISA CAMPOS DE CAMPOS	14
Cuidador social	BRUNA JIMENEZ GARCIA JUNKES	15
Cuidador social	JOSNEI MAICON ELIAS COSTA RIVA	16
Cuidador social	MARIANA SCHMOELLER BARTH	17
Cuidador social	JOÃO LUCAS ROCKER	18
Cuidador social	ROSAMUNDA SOBREIRA GUIMARÃES SANTOS	19
Cuidador social	JOYCE CRISTIANE HINERASKE MULLER	20
Cuidador social	MARIA EDUARDA BONATTI	21
Cuidador social	GUSTAVO GESSER FARIA	22
Cuidador social	NATHASHA ISBRECHT	23
Cuidador social	JESSICA LUANE DE OLIVEIRA RIBEIRO	24
Cuidador social	SANDRA REGINA KONS	25



Cuidador social	KARINE GRACIELE SCOZ	26
Cuidador social	RODRIGO MARINHO PEREIRA	27
Cuidador social	DANIEL VIEIRA	28
Cuidador social	GLAUCIA ANDRÉIA DALLABRIDA	29
Cuidador social	PATRICIA MACHADO PIVATTO	30
Cuidador social	GABRIELLA MORETTI GADOTTI	31
Cuidador social	ARIEL MARCZAKI	32
Cuidador social	GABRIELA ALVES DE JESUS	33
Cuidador social	ISABELA KOLSCHESKI	34
Cuidador social	PAOLO ROSSI BONA	35
Cuidador social	BRUNA RAFAELA FERREIRA	36
Cuidador social	ISRAEL FREDERICO GUMS JACINTHO	37
Cuidador social	ANDRÉ BERNARDO STEFFEN	38
Cuidador social	ANDERSON GUILHERME ZIPF	39
Cuidador social	BEATRIZ GROBER BAIL TURECK	40
Cuidador social	EMANUELLY FERNANDA VIEIRA	41
Cuidador social	JOSILENE DIAS CANTANHEDE	42
Cuidador social	JAQUELINE LAVA	43
Cuidador social	JANAÍNA ROBERTA POSSER	44
Cuidador social	ANNE ISABELLE GARBIN DO NASCIMENTO	45
Cuidador social	ALESSANDRA DE SOUZA MACHADO	46
Cuidador social	QUEZIA VELLOZO RODRIGUES	47
Cuidador social	JHONATHAN JORGE CAMPOS DE CAMPOS	48
Cuidador social	BIANCA SCHMITZ	49
Cuidador social	ANDERSON JOSUÉ NAZARIO	50
Cuidador social	VICTÓRIA LENZI	51
Cuidador social	MAICO EDUARDO DE SOUZA MOREIRA	52
Cuidador social	JÉSSICA TATIANE ROLIM DE MOURA	53
Cuidador social	NATALIA APARECIDA WODZINSKY GADOTTI	54
Cuidador social	JOSANE DE SOUZA VOZNIACK	55
Cuidador social	FABIELY CRISTIANI TOZETTO	56
Cuidador social	BRUNA CAROLINE BARROS DA SILVA	57
Cuidador social	JESSICA RODRIGUES DE MELO	58

Cuidador social	TIAGO MOURA PAULA E SILVA	59
Cuidador social	INGRYD KAROLYNE MORAES ALVES	60
Cuidador social	JULIANA OENNING	61
Cuidador social	MICHELLE FRANZOI AYALA DE MOURA	62
Cuidador social	AMANDA KAJUK ALVES	63
Cuidador social	VIVIANE EUTÍMIA DE OLIVEIRA	64
Cuidador social	RICHARD FELIPE DE SOUZA	65
Cuidador social	ALINE DE FATIMA ROCHA DOS SANTOS	66
Cuidador social	CARLOS ALFONSO LAZZARI SIEVERS	67
Cuidador social	MÔNICA ISABEL LUZZANI DE OLIVEIRA	68
Cuidador social	ALVONETE DALAZEN	69
Cuidador social	MARILENE FAGUNDES BRESSANI	70
Cuidador social	ANDRÉA LOPES DA LUZ	71
Cuidador social	ELAINE APARECIDA CARDOSO RICARDO	72
Cuidador social	GABRIELLI VENCESLAU DAVID	73
Cuidador social	KAMYLLA SILVA DE SOUSA	74
Cuidador social	SAMUEL SANTOS G DE SOUZA	75
Cuidador social	JACQUELINE SANTANA DA SILVA ALVES	76
Cuidador social	ISABELLE LUANA ZAPPELLA WISCHRAL	77
Cuidador social	CELIA REGINA RIBEIRO	78
Cuidador social	KETLIN CLEILA DALPIAZ NIZER DAMAS	79
Cuidador social	PAOLA ANDRESSA ZILIO	80
Cuidador social	FERNANDA CLARA SCHUARCZ	81
Cuidador social	MATHEUS FELIPE PEREIRA	82
Cuidador social	LOURIVAL NUNES DE ANDRADE JUNIOR	83
Cuidador social	ANDERSON WILSON DA SILVA SANTOS	84
Cuidador social	EDINA CATIANE CARVALHO	85
Cuidador social	JOAREZ CARDOSO	86
Cuidador social	JULIA ISSBERNER	87
Cuidador social	HELENA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	88
Cuidador social	PATRÍCIA DA SILVA SCHECHELESKI	89
Cuidador social	JULIAN PATRIK WALDMANN	90
Cuidador social	DIRCE FELTRIN MAYER	91

Cuidador social	ROBERTO CECCATO	92
Cuidador social	CRISTINA APARECIDA MARTINS MAGGIONI	93
Cuidador social	VIVIANI MARIA ESSER	94
Cuidador social	JORDAN MONTEIRO DOS ANJOS	95
Cuidador social	JEANI MELITA DOS SANTOS RISTOW	96
Cuidador social	LUAN MIRANDA RIBEIRO	97
Cuidador social	IONÁ MAGALI DA SILVA MARQUES	98
Cuidador social	ADRIANA FIORENTIN	99
Cuidador social	GABRIELLE SOUZA MELO DE OLIVEIRA AQUINO	100
Cuidador social	THIELY POSTAI DOS SANTOS	101
Cuidador social	PAULO ROBERTO GASCHO	102
Cuidador social	DOMINIQUE RODRIGUES CRUZ	103
Cuidador social	EMILIANA DE ALMEIDA VERGÉS	104
Cuidador social	DANIEL PASOLD	105
Cuidador social	BIANCA CRISTINE CARDOZO HENNIG	106
Cuidador social	LUANA DE BORBA	107
Cuidador social	LUANA TENORIO DE OLIVEIRA	108
Cuidador social	ZONILDA IRENE PINTO	109
Cuidador social	FRANCIELLE ROSIN	110
Cuidador social	VANESSA AMARANTE	111
Cuidador social	GISLANE GALVAGNI BENELLI	112
Cuidador social	LIZANDRA MILENA DIAS BORTOLUZZI	113
Cuidador social	DIONE KOB	114
Cuidador social	LEANDRO LERMEN	115
Cuidador social	CLAUDETE APARECIDA MACHADO	116
Cuidador social	JENIFFER BILCK	117
Cuidador social	GREICE MERI FERREIRA DOS SANTOS	118
Cuidador social	IVANDENNIS LUIZ	119
Cuidador social	IONICE DAS DORES SOUZA	120
Cuidador social	SANDRA DA SILVA BATISTA	121
Cuidador social	ACASSIO MARIANO HECK	122
Cuidador social	TATIANA PEREIRA DE MELO DE SOUZA	123
Cuidador social	EDENIR CLAUDINO	124

Cuidador social	SAMANTA DOS SANTOS	125
Cuidador social	VALDETH PEREIRA MENEZES ARAÚJO	126
Cuidador social	SARA REGINA DA SILVA CAMBRUZZI	127
Cuidador social	JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO	128
Cuidador social	ADRIANI BORGES DE SOUZA SANTOS	129
Cuidador social	ELIANA REGINA PADILHA	130
Cuidador social	LUANA APARECIDA ALVES ROMANINI	131
Cuidador social	LUANA MARCHI DOS PASSOS	132
Cuidador social	JECONIAS SODRE SILVA	133
Cuidador social	CÁSSIA BIANCA DIAS DA SILVA	134
Cuidador social	AMANDA NICOLE GRABOWSKY BONGIOVANI	135
Cuidador social	DASLAN MATEUS ALVES DE MESQUITA	136
Cuidador social	LUÍS GUSTAVO FELIPI OHF	137
Cuidador social	CLEIDIANE DIAS PINTO	138
Cuidador social	DOUGLAS SILVIO SCHUMANN LUNARDI	139
Cuidador social	GABRIEL LEPREVOST SOUZA	140
Cuidador social	SUELY MAURISSENS	141
Cuidador social	JAMAIKE GISLENE GEORG	142
Cuidador social	OSNI PAULO DA SILVA **	143
Cuidador social	MAGDA KETLIN FERREIRA	144
Cuidador social	EVELYN MARQUES DE OLIVEIRA	145
Cuidador social	VANESSA DA SILVA	146
Cuidador social	RICARDO DE MIRA	147
Cuidador social	GABRIELLE MELO FERREIRA	148
Cuidador social	EDUARDA DE OLIVEIRA MICHALUCI	149
Cuidador social	ANGELICA DE SOUZA MATOS	150
Cuidador social	SUELI MARIA SCHEUER	151
Cuidador social	MARCELO DA CUNHA MELLO	152
Cuidador social	FULVIA STEFANIA DA SILVA CANNABRAVA	153
Cuidador social	ELOISA ROSA PEREIRA DALLAGNOL	154
Cuidador social	JULIANA CORRÊA SOUZA	155
Cuidador social	HELOÍSA HELENA MONARIN MARTINS	156
Cuidador social	RODRIGO PALHANO	157

Cuidador social	ODETE APARECIDA GUSKI FLORIANO	158
Cuidador social	STEVE WILLIAM LIEBL	159
Cuidador social	ANA JULIA SILVEIRA WUERZ	160
Cuidador social	LIANE JUNGES	161
Cuidador social	VALDECIR TITON	162
Cuidador social	JULIO ALEXANDRE YENDO	163
Cuidador social	ELISIANE MONIZE DALPIAZ	164
Cuidador social	ACACIA ESTAQUIO BISPO DOS SANTOS	165
Cuidador social	ARIANE DA SILVA	166
Cuidador social	TIAGO PARCIANELLO	167
Cuidador social	TALIA SOARES DA CONCEIÇÃO	168
Cuidador social	LARISSA LOHR	169
Cuidador social	CLEONICE LISCOWITZ PAWLOWSKY	170

**\*\*CLASSIFICAÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS À PCD**

CARGO	NOME DO CANDIDATO APROVADO	CLASSIFICAÇÃO
Cuidador social	OSNI PAULO DA SILVA **	1

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019-FMS**

Publicação Nº 1998237

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: Menor Preço Por Item

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de Próteses dentárias totais (superiores e/ou inferiores), destinadas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Termo de referência Anexo IX deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

**DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** Até às 13:30 hs do dia 14 de maio de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR MÁXIMO PARA AQUISIÇÃO:** R\$ 159.450,00 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 12 de abril de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 165/2019 AO CONTRATO Nº 534/2018**

Publicação Nº 1997306

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 165/2019 AO CONTRATO Nº 534/2018**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2018.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA

OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web para gestão de frota do Município de Jaraguá do Sul - SC, incluindo o fornecimento de equipamentos a título de comodato, componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, em conformidade com Termo de Referência Anexo IX e demais condições estabelecidas no Edital e demais Anexos.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido, a partir de 27/04/2018, ao item nº 01 do contrato original, a quantidade de 10 (dez) equipamentos de rastreamento e monitoramento de veículos, perfazendo um aumento 4% (quatro por cento) a quantidade original licitada. Em consequência a quantidade total de equipamentos contratados passa a ser de 260 (duzentos e sessenta). Considerando o valor pactuado no item 4.1 do contrato original de R\$ 34,32 (trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) por equipamento, o presente termo aditivo altera o valor mensal contratual para R\$ 8.923,20 (oito mil novecentos e vinte e três reais e vinte centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	55	557

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/04/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Richard Marques de Cordova

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretario Municipal da Administração

**LEI Nº 7.915/2019**

Publicação Nº 1999144

LEI Nº 7.915/2019

Revoga as Leis Municipais Nºs 5.949/2011, de 25 de Abril de 2011, e 7.400/2017, de 07 de Junho de 2017, que Dispõem Sobre a Instituição da Semana Municipal da Juventude no Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam revogadas as Leis Municipais Nºs 5.949/2011, de 25/04/2011, e 7.400/2017, de 07/06/2017, que dispõem sobre a instituição da Semana Municipal da Juventude no Município de Jaraguá do Sul.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**ORDEM DE PARALISAÇÃO DE OBRA**

Publicação Nº 1997307

**ORDEM DE PARALISAÇÃO DE OBRA**

Determinamos por meio desta, à empresa CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.991.446/0001-86, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1188 – Sala 01, Cond. Marcatto Center, Centro, no município de Jaraguá do Sul a paralisação dos serviços referentes a contratação de prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para implantação de rotatória no entroncamento das Ruas Antônio Machado e Lino Piazero no Bairro Nereu Ramos, objeto da Tomada de Preços nº 196/2018, e, formalizada pelo Contrato nº 539/2018, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, ficando, o cronograma de execução prorrogado por igual período.

A paralisação dos serviços se dá, devido a necessidade de realocação de postes no local da obra. Além disso, haverá uma adequação na

drenagem e, por isso, será necessário a aprovação desse aditivo para a continuidade dos serviços.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2019.

MARCELO GUMBOSKI  
Engº. Civil – Fiscal Designado  
CREA 110461-7

ONÉSIMO JOSÉ SELL  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CONSTRUTORA AJM EIRELI EPP  
CNPJ/MF 04.991.446/0001-86

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;  
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

## **PORTARIA Nº 341/2019**

Publicação Nº 1999145

PORTARIANº 341/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor), de 03/11/2014, e alterações; e no artigo 61, da Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, de 20/09/2018, e alterações,

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, sem remuneração, ao servidor público municipal FERNANDO ALFLEN, matrícula 10401, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de 1º de março de 2019 até 31 de dezembro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 342/2019**

Publicação Nº 1999146

PORTARIANº 342/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 160/2019/Semad/DGP/GAS, de 23/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22/04/2019 a 06/05/2019, à servidora pública municipal ALBA MARINA RIGO, matrícula 10350, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito



**PORTARIA Nº 343/2019**

Publicação Nº 1999147

PORTARIANº 343/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 161/2019/Semad/DGP/GAS, de 23/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22/04/2019 a 24/04/2019, à servidora pública municipal GENECI RODRIGERI, matrícula 7799, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 344/2019**

Publicação Nº 1999148

PORTARIANº 344/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 162/2019/Semad/DGP/GAS, de 23/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 12/04/2019; e no período de 22/04/2019 a 24/04/2019, à servidora pública municipal PRISCILA BELARMINO ARNOLD, matrícula 9233, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 345/2019**

Publicação Nº 1999149

PORTARIANº 345/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 151/2019/Semad/DGP/GAS, de 22/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22/04/2019 a 06/05/2019, à servidora pública municipal MARIANI ALMEIDA DOS SANTOS SARMAHO, matrícula 10527, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 346/2019**

Publicação Nº 1999150

PORTARIANº 346/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 152/2019/Semad/DGP/GAS, de 22/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/05/2019 a 21/05/2019, à servidora pública municipal MARIANI ALMEIDA DOS SANTOS SARMAHO, matrícula 10527, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/05/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 347/2019**

Publicação Nº 1999151

PORTARIANº 347/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 163/2019/Semad/DGP/GAS, de 24/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 22/04/2019 e 23/04/2019, ao servidor público municipal GEOVANI APARECIDO KOHELLA, matrícula 8017, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, readaptado para exercer o cargo de Telefonista, conforme Portaria Nº 1058/2018, de 19/12/2018, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 348/2019**

Publicação Nº 1999152

PORTARIANº 348/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 164/2019/Semad/DGP/GAS, de 24/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22/04/2019 a 25/04/2019, à servidora pública municipal MATILDE VISENTAINER JUNKES, matrícula 10661, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 349/2019**

Publicação Nº 1999153

PORTARIANº 349/2019

Substitui Conselheiros no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 011/2019/CMDI/JS, de 22/04/2019, e do Ofício Nº 012/2019/CMDI/JS, de 24/04/2019, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR JULIANA MARANGONI, como conselheira titular, em substituição a Claudia Regina Knetschiki; e ANA CRISTINA BORNHAUSEN, como conselheira suplente, em substituição a Edmara Maggioni, para representarem as Instituições de Ensino Superior, na qualidade de Representantes de Entidades Não Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.2º DESIGNAR ANA CLÁUDIA GESSNER, como conselheira titular, em substituição a Michel Brambilla Contessi, para representar as Organizações Não Governamentais Com Serviços e Programas de Atendimento que Tenham Inscrição Junto ao Conselho, na qualidade de Representante de Entidades Não Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.3º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 869/2018, de 26/10/2018; e parcialmente revogada a Portaria Nº 212/2018, de 29/03/2018, no que se refere a designação de Michel Brambilla Contessi.

Art.4º O mandato encerrar-se-á em 02/04/2020.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 350/2019**

Publicação Nº 1999154

PORTARIANº 350/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, no período de 02/05/2019 a 16/05/2019, KATIUSCIA MARINA OTTO CANI WOLTER, matrícula 8282, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVA DE ATOS LEGISLATIVOS, da Gerência de Atos Legislativos, da Diretoria de Decisões Administrativas, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município, em razão de licença-prêmio da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 430/2019**

Publicação Nº 1997099

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 430/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, VIVIANE PETRY SCHAPPO, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Estrada Nova	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 431/2019**

Publicação Nº 1997101

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 431/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, DOZETEIA OPUYSKIEVICZ SCHPIL, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 12/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Franciane Ramos	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 432/2019**

Publicação Nº 1997102

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 432/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ROSELI GORETE DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Franciane Ramos	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 433/2019**

Publicação Nº 1997103

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 433/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, VERA LUCIA LEITHOLDT, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Franciane Ramos	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 434/2019**

Publicação Nº 1997104

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 434/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ROSELI ZIMINGOSKI, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Gertrudes Kanzler	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 435/2019**

Publicação Nº 1997105

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 435/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, VIVIAN SCHWARZ, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Gertrudes Kanzler	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA N° 436/2019**

Publicação N° 1997106

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 436/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital N° 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, LENITA TEREZINHA ZENDRON JACOMULSKY, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Guilherme Tribess	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA N° 437/2019**

Publicação N° 1997107

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 437/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital N° 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, LAURETE DE LIMA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Guilherme Tribess	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA N° 438/2019**

Publicação N° 1997108

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA N° 438/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ARTIDES RODRIGUES JUNIOR, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Jader Marcolla	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 439/2019**

Publicação Nº 1997109

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 439/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ALINE COSTA DE SOUZA LIMA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Jader Marcolla	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 440/2019**

Publicação Nº 1997110

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 440/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, NOELI APARECIDA DE LIMA SOARES, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 12/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Márcio Klinkoski	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 441/2019**

Publicação Nº 1997111

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 441/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, SOELI PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Márcio Mauro Marcatto Filho	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 442/2019**

Publicação Nº 1997112

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 442/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ROSENILDA MADUREIRO, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Márcio Mauro Marcatto Filho	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 443/2019**

Publicação Nº 1997113

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 443/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, DILCELIA APARECIDA DAS NEVES STENGER, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Onélia Muller Ersching	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 445/2019**

Publicação Nº 1997114

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

**PORTARIA Nº 445/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, JULIANA KUFFEL DA SILVA HANK, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Onélia Muller Ersching	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 446/2019**

Publicação Nº 1997115

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

**PORTARIA Nº 446/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, FABIANA FINTA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Onélia Muller Ersching	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019  
ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 447/2019**

Publicação Nº 1997116

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

**PORTARIA Nº 447/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com

Base de Títulos, realizado através do Edital N° 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, DECLACIR FODI, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 12/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Profª Leonir Pessate Alves	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA N° 448/2019**

Publicação N° 1997117

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA N° 448/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital N° 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, JOSCELI ALVES DE LIMA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Profª Leonir Pessate Alves	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA N° 449/2019**

Publicação N° 1997118

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA N° 449/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital N° 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, INES ECCEL HECK, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Robson da Silva Breis	40

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 37/2019/CMDCA/JS**

Publicação Nº 1997920

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SETOR DE CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
LEI MUNICIPAL Nº7.301/2016

**RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 37/2019/CMDCA/JS**

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS do qual versa sobre apresentação de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – FMDCA, nas modalidades de financiamento direto e chancela, de serviços e programas governamentais inscritos junto ao CMDCA/JS.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA/JS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno do CMDCA, em especial no Art. 28, inciso X - "tomar decisões de caráter urgente ad referendum".

Considerando a Resolução 137/2010/Conanda, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente a Sessão II – Das atribuições dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Art 9º, inciso V,

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido com o Plano de Aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

Considerando a Resolução nº194/Conanda, que inclui o parágrafo 2º no artigo 16 da Resolução 137, de 21 de janeiro de 2010;

Considerando a Resolução nº 018 de 20/03/2019 que Dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do ano de 2019, em conformidade com o PPA, LDO e LOA para os exercícios de 2019;

Considerando a Lei Federal nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Considerando as doações de pessoas físicas e jurídicas ao FMDCA, com o objetivo de financiar projetos e ações voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Retificar a Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS que dispõe os critérios para apresentação de Projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – FMDCA, nas modalidades de financiamento direto e chancela, aos programas governamentais inscritos junto ao CMDCA/JS, do qual equívocos gramaticais que prejudicaram a coerência e/ou coesão da mencionada Resolução sejam corrigidos para proporcionar melhor entendimento geral, e:

- No Art. 5º seja acrescido o parágrafo 2º.
- No Art. 28 da Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS seja suprimido.
- No Art. 29 da Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS vigore como Art. 28.
- No Art. 30 da Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS vigore como Art. 29, e seja parcialmente suprimido.

Conforme segue:

**CAPÍTULO I - DO OBJETIVO**

Art.1º. Tornar público os procedimentos e critérios para inscrição de projetos que poderão ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, por programas e serviços governamentais, nas modalidades de financiamento direto ou chancela, a fim de prestar serviços que visem ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Jaraguá do Sul.

**CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS**

Art.2º. Poderão inscrever projetos para pleitear recursos do FMDCA, os programas governamentais que tenham inscrição em vigência no CMDCA, na data da apresentação do projeto.

Art.3º. Os projetos apresentados, deverão atender às crianças e adolescentes do Município de Jaraguá do Sul e estarem em conformidade com a legislação pertinente a esta Resolução, em especial a Lei nº 8.096/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências, a Lei Municipal nº 7.301/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e dá outras providências, Lei Federal nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a Resolução nº137/2010/Conanda, que dispõem sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Resolução 194/2017/Conanda, prevendo aplicação dos recursos, de acordo com os seguintes requisitos:

I. desenvolvimento de projetos complementares ou inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, não excedendo a três anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

I. projetos voltados ao serviço de acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 34 da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, observada as vedações do art.16 da Resolução nº 137/2010/Conanda;

II. programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III. programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV. desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

V. ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§1º O desenvolvimento de ações ocorrerá em conformidade com o Plano de Aplicação Financeira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.4º. Os projetos aprovados poderão ser financiados por no máximo 03 (três) anos consecutivos ou alternados, mediante reencaminhamento anual da documentação.

Art.5º. Poderão ser financiados até 02 (dois) projetos por programas e/ou serviços governamentais inscritos, junto ao CMDCA, no período de 01 de abril de 2019 a 15 de maio de 2019.

§1º Os projetos obedecerão a ordem de classificação, através de critérios objetivos, previstos no art.16, desta resolução.

§2º No caso de não haver disponibilidade financeira até o término de vigência deste prazo, o CMDCA receberá projetos apenas na modalidade de Chance-la.

### CAPÍTULO III – DO FINANCIAMENTO DIRETO

Art.6º. O financiamento direto deve ser entendido como o repasse dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação do plenário e emissão de resolução específica.

Art.7º. O CMDCA destinará valor de acordo com o plano de aplicação financeira, conforme orçamento previsto para o exercício de 2019, no valor estimado de R\$ 650.000,00 para ações de custeio e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para despesas de investimento, totalizando R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), podendo este valor ser alterado de acordo com a disponibilidade financeira e arrecadações do FMDCA, por meio de resolução própria.

§1º Os recursos na modalidade direta, poderão ser liberados totalmente ou parcialmente, na ordem de até 100% do solicitado, considerando a disponibilidade financeira no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul.

§2º O valor teto do financiamento direto por projeto será de R\$ 130.000,00 (sessenta mil reais) para custeio e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para investimento.

§3º A não utilização na totalidade dos recursos previstos no §2º poderão ser remanejados para os demais projetos conforme a ordem de classificação.

§4º Os recursos financeiros para o financiamento dos projetos a qual se refere esta Resolução, correrão no exercício de 2019 e 2020, conforme segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária 2019	Dotação Orçamentária 2020	Recurso
08.243.0900.2.900	3.3.9.0 – Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas aplicações financeiras	Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas aplicações financeiras	355	À informar	Próprios – Doações
08.243.0900.2.900	4.4.9.0 - Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas aplicações financeiras	Manutenção das ações deliberadas pelo CMDCA, previstas aplicações financeiras	356	À informar	Próprios – Doações

### CAPÍTULO IV – DA CHANCELA

Art.8º A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos através da renúncia fiscal, pelo proponente do projeto já aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo os procedimentos e critérios desta Resolução.

§1º Os recursos captados na modalidade chancela, para execução do projeto, constituirão receita do FMDCA.

Art.9º O proponente do projeto aprovado na modalidade chancela estará apto a captar recursos munido da carta de anuência que será emitida após resolução do CMDCA que disporá sobre a aprovação do projeto.

Art.10º. Os proponentes dos projetos contemplados terão 12 (doze) meses para captar recursos de pessoas físicas e/ou jurídicas, por meio de renúncias fiscais. O início da execução da captação deverá ser dentro do prazo da resolução que aprova o projeto.

Art.11. Os recursos captados em cada chancela terão um percentual de 20% (vinte por cento) retido no FMDCA.

Art.12. Quando o valor arrecadado via chancela for insuficiente para o financiamento total do projeto, poderá o proponente complementar com recursos próprios ou ainda, poderá adaptar o plano de trabalho ao valor arrecadado, observando-se as prioridades neles consignadas e a manutenção do objeto.

§1º Na modalidade chancela não há teto máximo do valor do projeto determinado.

§2º Os programas governamentais que capturem 100% do recurso necessário, através de chancela, à execução do projeto serão atendidos na quantidade de projetos apresentados.

#### CAPÍTULO V – DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS PROPONENTES

Art.13. A inscrição de projetos, será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Requerimento para Inscrição de Projeto ao FMDCA (Anexo I);
  - Formulário Padrão para Inscrição de Projeto ao FMDCA (Anexo II);
  - Planilha de Custos (Anexo III);
  - Três cotações, no mínimo, contendo a descrição detalhada de cada material e (ou) serviço, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto. A especificação técnica do material e (ou) serviço, deverá ser a mesma em todos os orçamentos e com detalhes suficientes para sua correta identificação, em especial para equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros;
  - Justificativa da falta de três cotações, quando não houverem, no mínimo três fornecedores ou fabricantes, assim como, justificativa para as vantagens apresentadas por uma das cotações, em razão da relação de custo e benefício;
- a) Alvarás Sanitário, Alvará emitido pela Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul "Bombeiros Voluntários" e/ou pelo Corpo de Bombeiros Militares, sede do programa governamental, bem como, dos locais onde serão desenvolvidas as atividades do projeto conforme resolução nº 033/2017/ CMDCA, exceto dos projetos que tratam a resolução 194/17/Conanda.

§1º. Os documentos deverão ser entregues em cópia física, numerada e assinada pelo responsável legal, a serem protocolados na Secretaria-executiva do CMDCA (Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha), em envelope fechado identificado conforme modelo abaixo:

- Órgão Público Proponente: \_\_\_\_\_
- Programa Inscrito no CMDCA: \_\_\_\_\_
- Nome do Projeto: \_\_\_\_\_

I – Após a análise pela Comissão de Análise de Projetos do CMDCA, esta poderá solicitar ao proponente informações, adequações ou complementações de documentos.

Art.14. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo respectivo profissional responsável (Fonoaudiólogo, Médico, Nutricionista, Psicólogo, entre outros) devidamente registrado em sua entidade de classe, quando for o caso.

Art.15. Em caso de projetos de Capacitação e (ou) Formação Continuada, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- Requerimento para Inscrição de Projeto ao FMDCA (Anexo I).
- Formulário Padrão para Inscrição de Projeto de capacitação e (ou) Formação Continuada ao FMDCA (Anexo IV).
- Planilha de Custos (Anexo III).
- Programação da Capacitação ou Formação Continuada visada descrita no projeto.

#### CAPÍTULO VI – DO MÉTODO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS

Art.16. Os projetos serão analisados e avaliados pela Comissão de Análise de Projetos do CMDCA, em 3 (três) fases distintas:

I. Habilitação do projeto: consiste no estrito cumprimento da entrega dos documentos referidos nos Arts.13,14 e 15 da presente resolução.

II. Análise e Emissão de Parecer: os projetos serão analisados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos, realizará visitas "in loco", assim como, poderá recorrer a quaisquer instâncias internas e externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão. Nesta etapa serão considerados os seguintes critérios:

Critério de avaliação	Aspecto Avaliado	Pontuação atribuída ao aspecto	Pontuação obtida pelo projeto
1 – Objetivos (Total 10 pontos)	1.1 Adequação ao tema, contendo informações sobre ações a serem executadas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.	2,0	
	1.2 Qualidade técnica e administrativa.	2,0	
	1.3 Quadro de profissionais.	2,0	
	1.4 Prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	2,0	
	1.5 Planejamento e avaliação das ações e metas a serem atingidas.	2,0	
2 – Condições técnicas e físicas (Total 10 pontos)	2.1 Comprovação de que o programa ou serviço governamental dispõe de condições técnicas e físicas para execução do objeto do projeto.	5,0	
	2.2 Capacidade técnico-operacional do programa ou serviço governamental, por meio de experiência comprovada de realizações, atividades ou projetos relacionados com o objeto do atual projeto proposto.	5,0	
3 - Inovação e Criatividade (Total 10 pontos)	3.1 Comprovação de que o projeto proposto é inovador e criativo.	5,0	
	3.2 Possui práticas inovadoras e criativas que promovam a garantias de direitos da criança e do adolescente.	5,0	
4 - Metodologia Aplicada (Total 10 pontos)	4.1 Cita e descreve com clareza, utiliza diversas linhas metodológicas e descreve bem suas fundamentações, demonstrando conhecimento sobre o tema.	10,0	
5 - Impacto Social (Total 10 pontos)	5.1 Benefício gerado com a implantação do projeto para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	10,0	
6 - Sustentabilidade do Projeto (Total 10 pontos)	6.1 Possibilidade de continuidade da execução do projeto após término do contrato.	10,0	
7 - Plano de Trabalho (Total 10 pontos)	7.1 Possui nexo da realidade com o objeto proposto de acordo com a Política de Atendimento a Criança e Adolescente e com o valor de repasse.	5,0	
	7.2 O plano de trabalho apresenta qualidade, de modo que haja viabilidade técnica comprovada na descrição de etapas, adequação financeira e sustentabilidade.	5,0	
8 - Análise do valor proposto (Total 10 pontos)	8.1 O valor da proposta é compatível com os preços praticados no mercado.	5,0	
	8.2 O valor é compatível com as metas/etapas do projeto e com o número de crianças e/ou adolescentes a serem atendidos.	5,0	
TOTAL GERAL DE PONTOS:		80,0	

III. Deliberação da Plenária: encaminhamento do parecer da comissão para apreciação e deliberação pela plenária do CMDCA/JS.

§1º A pontuação mínima a ser atingida para aprovação do projeto será de 41 (quarenta e um) pontos.

§2º O conselheiro titular ou suplente do CMDCA, representante do programa governamental que inscrever projeto, se membro da comissão de análise de projetos, não poderá participar da análise do mesmo.

§3º Os representantes do programa governamental, presentes na plenária, na ocasião da votação do projeto, não poderão manifestar-se, com exceção de solicitação da plenária.

§4º Os representantes do órgão ou programa proponentes só poderão manifestar-se na plenária que tenha o projeto como pauta, por solicitação de conselheiro do CMDCA.

## CAPÍTULO VII - DAS DESPESAS VEDADAS

Art.17. É vedado ao proponente as despesas previstas no projeto com:

I. utilização dos recursos em finalidade diversa daquela estabelecida no projeto;

II. custeio de despesas com publicidade, cujos informativos constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e (ou) profissionais do(s) órgão (s), de autoridades e (ou) servidores públicos;

III. financiamento de ações relacionadas às políticas públicas, em caráter continuado, e que disponham de recurso específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

IV . Demais vedações previstas no Art.16 da Resolução nº 137/2010/Conanda.

## 1. CAPÍTULO VIII – DO REPASSE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS



Art.18. Será interrompido ou anulado o repasse do recurso financeiro referente ao projeto aprovado, caso o programa proponente tiver seu registro junto ao CMDCA suspenso, cassado ou expirado.

Art.19. Os programas governamentais comprovarão a utilização dos recursos do FMDCA recebidos e aplicados, observadas as exigências da legislação e normas editadas pelo CMDCA com base nos termos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### CAPÍTULO IX – DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.20. O acompanhamento, fiscalização e a avaliação da prestação de contas das parcerias celebradas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, são de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art.21. O órgão governamental contemplado com recursos do FMDCA que não apresentar prestação de contas ou investir o recurso em desconformidade com o projeto aprovado pelo CMDCA, deverá realizar a devolução do valor investido indevidamente.

Art.22. O órgão governamental contemplado com recursos do FMDCA deverá encaminhar e apresentar ao CMDCA relatório, em conformidade com o Anexo V desta Resolução, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da última parcela recebida do repasse do FMDCA previsto no projeto.

#### CAPÍTULO X – DA DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Art.23. O órgão governamental contemplado com recursos do FMDCA, deverá participar de ações de divulgação dos resultados dos projetos financiados, em conformidade com deliberação do CMDCA (audiências públicas, plenárias, entre outros eventos), sempre que este solicitar, como forma de prestação de contas à comunidade de Jaraguá do Sul.

Art.24. O órgão governamental contemplado com recursos do FMDCA, deve obrigatoriamente mencionar a origem dos recursos financeiros obtidos em suas divulgações (imprensa falada, escrita, virtuais, placas, impressos, panfletos, reuniões, apresentações em eventos, entre outros), especificando que o projeto é financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - FMDCA.

Parágrafo único - A divulgação deverá ser realizada contendo a logomarca do FMDCA e do CMDCA como financiador e parceiro, respectivamente, em todo o material.

Art.25. Ao inscrever projeto para obtenção de recursos financeiros do FMDCA, o programa governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo CMDCA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma, desde que relacionada ao projeto ao FMDCA.

#### CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.26. O programa governamental contemplado com recursos do FMDCA que não iniciar seu projeto no cronograma previsto, perderá o financiamento, exceto se houver justificativa aprovada em plenária do CMDCA.

Art.27. O programa governamental contemplado com recursos do FMDCA, cujo projeto visou a aquisição de bens materiais permanentes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros), mas que durante e após a implantação do projeto não venha garantir e manter a continuidade do projeto deverá destinar esses materiais e (ou) equipamentos ao CMDCA, o qual destinará os bens a outro(s)programas(s) que atendam crianças e adolescentes no Município de Jaraguá do Sul, por deliberação em plenária do CMDCA.

§1º Os bens materiais permanentes serão transferidos automaticamente para o patrimônio do FMDCA, sendo necessário a colocação de etiqueta adesiva de patrimônio do FMDCA pelo setor responsável da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 28. Integram a presente Resolução os anexos I, II, III, IV e V.

Art.29. Esta Resolução poderá ser revogada em partes ou em sua totalidade, a qualquer tempo pelo CMDCA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2019.

#### ANEXO I - REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO

Jaraguá do Sul, ..... de ... ..... de 201.....

Ao Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Atendendo a Resolução nº 26/2019/CMDCA/JS retificada pela Resolução Ad Referendum nº 37/2019/CMDCA/JS, encaminhamos o projeto “ .....

..... ” para apreciação do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul - CMDCA, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA via (descrever: financiamento direto e/ou chancela).

Esclarecimentos acerca do projeto poderão ser prestados por .....

..... pelos telefones .(47) .....-  
(47) ..... e endereço eletrônico .....

Atenciosamente;

Assinatura do Gestor Responsável pela Secretaria.

#### ANEXO II - FORMULÁRIO PADRÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO AO FMDCA

1 - Dados do Proponente:

Órgão Proponente do Projeto:

Programas e Serviços Inscritos no CMDCA:

Registro no CMDCA nº:

Validade do Registro:

Endereço:

nº:

Comp.:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:
Nome do responsável pelo Programa/Serviço:
Telefones:
E-mail:
Nome do responsável técnico do projeto:
Telefone:
E-mail:

**2 - Resumo das Informações**

Feito a partir da descrição técnica do projeto, em cerca de 10 linhas indique: (a) objetivo do projeto; (b) atividades desenvolvidas; (c) pessoas beneficiadas - o público-alvo; (b) onde será desenvolvido; e (e) parceiros do projeto, se houver.

3-Valor total do projeto:

4-Valor a ser captado por financiamento direto:

5-Valor a ser captado por chancela:

6- Valor da contrapartida (caso houver):

7-Duração do projeto: (em meses)

Descrição Técnica do Projeto:

1. Nome do Projeto - Escrever o nome do projeto.

2. Justificativa - Este item deverá apresentar dados que justifiquem a necessidade da implantação do projeto, explicando a sua importância e resultados que trará para as crianças e adolescentes, suas famílias e comunidade. É uma fundamentação lógica do Objetivo Geral.

3. Objetivo Geral - Descrever qual a finalidade do projeto, levando em consideração os resultados que pretende alcançar junto ao público-alvo. Deve-se iniciar a frase utilizando verbos no infinitivo, por exemplo: "capacitar", "ensinar", "melhorar", "aumentar", etc.)

4 Objetivos Específicos - Descrever objetivos intermediários, necessários para que se alcance o objetivo geral.

5. Público beneficiado - Este item refere-se a quais e quantas pessoas serão beneficiadas, descrevendo as características deste público-alvo (faixa etária, realidade social, número de pessoas etc.).

6. Metodologia - Descrever como o Projeto será realizado do começo ao fim, após o recebimento do recurso financeiro, detalhando as atividades (passo a passo, dias de funcionamento, atividades a serem desenvolvidas, etc).

7. Recursos Humanos - Descrever quem serão as pessoas responsáveis pela execução do projeto, conforme a tabela abaixo:

Nome completo	Vínculo no Órgão proponente (CLT, estatutário, prestador de serviços, voluntário.)	Função no projeto	Função no programa inscrito no CMDCA.

8. Cronograma de Execução do Projeto: Especificar quais atividades que serão desenvolvidas mês a mês.

**ANO DE EXECUÇÃO - 2019**

Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

9. Monitoramento e Avaliação do Projeto: Descrever como serão avaliados os resultados do projeto. Importante destacar o que será feito, caso os resultados não sejam os esperados.

**ANEXO III****Planilha de Custos**

Nº Ord.	Item	Unidade	Quantidade	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média Orçamento
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

\*Anexar cópias dos orçamentos ao final do projeto

# ANEXO IV - FORMULÁRIO PADRÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO CMDCA/FMDCA – DE CAPACITAÇÕES OU FORMAÇÃO CONTINUADA-2019

1 - Dados do Proponente:		
Órgão Proponente do Projeto:		
Programa Inscrito no CMDCA:		
Registro no CMDCA nº:	Validade do Registro:	
Endereço:	nº:	
Bairro: CEP:		
Telefone:		
E-mail:		
Nome do responsável pelo Programa:		
Telefones:		
E-mail:		
Nome do responsável técnico do projeto:		
Telefone:		
E-mail:		

II - Dados Específicos da Capacitação ou Formação Continuada	
1 - Objetivo da capacitação:	
2 - Local de realização:	
3 - Promotor do evento:	
4 - Carga horária da capacitação (em horas e dias):	
6 - Valor a ser captado:	
7- O valor a ser captado será gasto em: ( ) alimentação R\$ _____ ( ) pernoite R\$ _____ ( ) inscrição R\$ _____ ( ) transporte R\$ _____	
Observações: _____	
8- Nome dos participantes: _____	
9- Será feita capacitação local, a partir da capacitação que é objeto da solicitação?  ( ) Sim ( ) Não	
Quem será capacitado: _____	
Quando: _____	
Como: _____	
10-Outras informações relevantes: _____	

\*A programação oficial do evento, preferencialmente com panfleto, com todas as informações deverá ser anexado a este formulário com os demais documentos previstos no art.15 desta Resolução.

## Anexo V RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

Nome do Projeto : \_\_\_\_\_

01. Programa beneficiado pelo projeto:		02. Período de execução:	
03. Síntese da prestação de contas			
3.1 Valor total recebido:		3.2. Valor total gasto:	
Observações:			
04. Tipo de prestação de contas			
4.1 Parcial: de ____/____/____ a ____/____/____		4.2 Final – execução do projeto: de ____/____/____ a ____/____/____.	
05. Ações e Resultados			
Ações previstas no projeto	Realização	Resultados alcançados	Resultados não alcançados
2.	( ) Sim ( ) Não		

3.	( ) Sim ( ) Não		
4.	( ) Sim ( ) Não		

06. Caso o projeto não tenha sido desenvolvido conforme o projeto enviado ao FMDCA relate os problemas no processo de execução.

07. Atividades realizadas	
7.1 Quantidade de crianças beneficiadas	
7.2 Quantidade de adolescentes beneficiados	

08. Monitoramento e avaliação das ações (descrever como foi feito o monitoramento e a avaliação das atividades que eram previstas no projeto ao FMDCA, indicando a participação das crianças e [ou] adolescentes que eram o público-alvo do projeto)

09. Autenticação
____/____/____
Nome do responsável técnico pelo projeto.
Assinatura do gestor do programa contemplado pelo FMDCA.

### **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 042/2019**

Publicação Nº 1998104

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 042/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC E FERRO FUNDIDO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/04/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 10/05/2019 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 040/2019**

Publicação Nº 1997528

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 040/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CONTROLE E REDUÇÃO DE PERDAS DE ADUTORA DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, CONTEMPLANDO INTERVENÇÕES NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO R-6, R-4 E BOA VISTA, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NOVOS, PRODUZIDOS NO PAÍS E CREDENCIADOS NO BNDES.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 29/04/2019, das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 30/05/2019

DATA DA ABERTURA: 30/05/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC – Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

# Jardinópolis

## PREFEITURA

**083/2019**

Publicação Nº 1999163

LEI COMPLEMENTAR N.º 083/19 DE 23 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jardinópolis aprovou e EU sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR.

Art. 1º Fica revisado o vencimento e subsídio dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, em 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), em atendimento ao disposto no art. 18, da Lei Complementar n.º 041/11 (Plano de Cargos e Remuneração).

Parágrafo único. O percentual de revisão fixado no caput incidirá igualmente ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e aos Secretários Municipais, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar através da presente Lei os anexos III e V, da Lei Complementar Municipal nº 041/11 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos), de 16 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da Presente Lei serão consignados recursos do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis SC,  
23 de Abril de 2019.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete.

### ANEXO III.

#### TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV		GRUPO V	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
11	940,29	21	1.581,64	31	1.709,65	41	1.486,10	51	2.568,94
12	955,39	22	1.595,66	32	1.738,14	42	1.612,18	52	2.592,97
13	1.091,31	23	1.609,91	33	1.752,37	43	1.883,74	53	2.621,46
14	1.097,64	24	1.624,17	34	1.766,63	44	1.909,52	54	2.804,75
15	1.139,76	25	1.638,39	35	1.866,35	45	2.085,19	55	3.419,32
16	1.210,98	26	1.652,64	36	2.024,32	46	2.089,96	56	3.797,80
17	1.269,68	27	1.692,84	37	2.210,46	47	2.304,23	57	3.989,20
18	1.173,19	28	1.895,57	38	2.229,02	48	2.541,83	58	4.184,91
19	1.487,99	29	2.067,67	39	2.458,55	49	2.805,95	59	4.913,54
20	1567,17	30	2.417,44	40	2.564,48	50	2.991,89	60	5.403,11
								61	17.239,07

### ANEXO V.

#### TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS COMISSIONADOS

NÍVEL	VENCIMENTO
CC-08	7.132,11
CC-07	5.815,17

CC-06	3.747,55
CC-05	2.514,72
CC-04	1.853,05
CC-03	1.639,00
CC-02	1.283,30

**084/2019**

Publicação Nº 1999164

LEI COMPLEMENTAR N.º 084/19 DE 23 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jardinópolis aprovou e EU sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR.

Art. - 1º Fica reajustado o vencimento dos Professores da rede Municipal de ensino, em 7,44% (sete vírgula quarenta e quatro por cento), sendo 3,94% corrigido pelo INPC/IBGE conforme disposto no (§ 2º do Art. 33 da Lei Complementar 042/2011 - Plano de Cargos e Remuneração) e 3,50% (três vírgula cinquenta por cento) de reajuste em atendimento a reposição proporcional conforme o piso do magistério federal, ao disposto no § 2º do Art. 33 da Lei Complementar 042/2011 (Plano de Cargos e Remuneração).

Art. - 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da Presente Lei serão consignados recursos do Orçamento vigente.

Art. - 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis SC, 23 de Abril de 2019.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete.

**085/2019**

Publicação Nº 1999165

LEI COMPLEMENTAR Nº 085/19 DE 23 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO, ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 073/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jardinópolis aprovou e EU sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR.

Art. 1º Fica revisado o vencimento e subsídio dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo, em 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), em atendimento ao disposto no art. 7º da Lei Complementar 053/2014 e subsidiariamente no Art. 18 da Lei Complementar n.º 041/11 (Plano de Cargos e Remuneração).

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar 073/2017, passando a vigorar de acordo com o reajuste previsto no Art. 1º.

Art. 3º As demais disposições constantes nas Leis Complementares 073/2017 e 053/2014 permanecem inalteradas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis-SC, em 23 de Abril de 2019.

DORILDO PEGORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI  
Chefe de Gabinete.

## ANEXO II

## QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS – SANTA CATARINA – TABELA REMUNERATÓRIA – EFETIVOS.

NOMENCLATURA	VENCIMENTO INICIAL
CARGO	R\$
Auxiliar de serviços gerais	1.024,06
Contador	2.730,82
Secretário Administrativo	1.767,72
Auditor de Controle Interno	2.519,89
Tesoureiro	1.490,37
Assessor Jurídico	6.231,73



# Joaçaba

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 120/2019/PMJ

Publicação Nº 1998305

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2019/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 39/2019/PMJ – DL 07/2019/PMJ

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX LTDA.

OBJETO: Cessão, por parte da CEDENTE, de sala comercial localizada na Rua Getulio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, para a prática das aulas de dança dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowski – CERT, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Cessão gratuita  
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses  
FISCAL: ADILSON LUIZ BULLA  
DATA DE ASSINATURA: 26.04.2019

Joaçaba – SC, 26 de abril de 2019.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CESSIONÁRIA  
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

### EXTRATO PL 39/2019/PMJ - DL 07/2019/PMJ

Publicação Nº 1998308

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2019/PMJ  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019/PMJ

#### 1 – DO OBJETO

Cessão, por parte da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX LTDA, de sala comercial localizada na Rua Getulio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, para a prática das aulas de dança dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowski - CERT.

#### 2 – DA JUSTIFICATIVA

O presente processo de dispensa de licitação para esta contratação justifica-se pela falta de espaço e estrutura da atual sala de dança do CERT, a qual teve seu telhado comprometido com infiltrações e queda parcial do forro.

O imóvel a ser utilizado possui localização estratégica, uma vez que fica próximo da escola, dispensando despesas com transporte dos alunos.

O imóvel possui também amplo espaço para o regular desenvolvimento das atividades. Além disso, não existe outro imóvel que ofereça as condições necessárias e suficientes para o regular funcionamento das aulas nas proximidades da escola.

#### 3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

#### 4 - DO CEDENTE

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº 183, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 27.146.063/0001-07, neste ato representada pelo Sr. Anderson Cristiano da Silva, inscrito no CPF/MF sob nº 700.105.419-00, portador do documento de identidade nº 3.777.807, residente e domiciliado em Herval d'Oeste, SC.

#### 5 – DO VALOR CONTRATADO

Não haverá ônus para o Município, por tratar-se de cessão gratuita.

#### 6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência máxima de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura.

Joaçaba (SC), em 26 de abril de 2019.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ANA BEATRIZ BRANCHER – Secretária

**PORTARIA Nº 4.522**

Publicação Nº 1997690

PORTARIA Nº 4.522 DE 22 DE ABRIL DE 2019  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 10 de abril de 2019, do(a) Sr.(a) JOCIMAR KADZERSKI, Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 09º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.523**

Publicação Nº 1997692

PORTARIA Nº 4.523 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NOELI MARIA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de março de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de março de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.524**

Publicação Nº 1997696

PORTARIA Nº 4.524 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCIA ROSA ABATI BORSOI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 17 de julho de 2016 a 16 de julho de 2017 (12 dias) e de 17 de julho de 2017 a 16 de julho de 2018 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 25 de março de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de março de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de abril de 2019.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.525**

Publicação Nº 1997701

PORTARIA Nº 4.525 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MAURILIA SANTOS ARMADA NETO, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de abril de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de abril de 2019.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.526**

Publicação Nº 1997702

PORTARIA Nº 4.526 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de março de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de março de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de abril de 2019.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.527**

Publicação Nº 1997704

PORTARIA Nº 4.527 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DENISE DALLA LANA LAZAROTTO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que

tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 14 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 09 (nove) dias, a partir de 01 de abril de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de abril de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 4.528

Publicação Nº 1997706

PORTARIA Nº 4.528 DE 24 DE ABRIL DE 2019

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 60 (sessenta) dias, conforme prevê o art. 140 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos da “Tomadas de Contas Especial”, instaurada pela portaria nº 3.848/2019, que apura o montante a ser ressarcido pela empresa André Lemos Vieira & Cia Ltda, conforme decisão proferida pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 3.921/2015 e solicitação da Comissão de Processo Administrativo 03.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 24 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 4.529

Publicação Nº 1997707

PORTARIA Nº 4.529 DE 24 DE ABRIL DE 2019

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANIA PAZ PADILHA durante o período de 23 de abril de 2019 a 17 de dezembro de 2019, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Chamada Pública nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar como Segundo Professor de aluno com laudo médico no Centro Educacional Roberto Trompowsky.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 24 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.530**

Publicação Nº 1997708

PORTARIA Nº 4.530 DE 24 DE ABRIL DE 2019

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SONIA DE OLIVEIRA durante o período de 24 de abril de 2019 a 20 de dezembro de 2019, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Chamada Pública nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar como Segundo Professor de aluno com laudo médico no CEI Mundo Encantado.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 24 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 4.531**

Publicação Nº 1997710

PORTARIA Nº 4.531 DE 24 DE ABRIL DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 122/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 13 de fevereiro de 2017 a 12 de fevereiro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de abril de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25 de abril de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 24 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**HOMOLOGAÇÃO PL 39/2019/PMJ - DL 07/2019/PMJ**

Publicação Nº 1998311

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 7/2019 - DL</b>  Processo Administrativo: 39/2019 Processo de Licitação: 39/2019 Data do Processo: 24/04/2019
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 39/2019  
b ) Licitação Nr.: 7/2019-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 26/04/2019  
e ) Data da Adjudicação: 26/04/2019 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Cessão, por parte da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX LTDA, de sala comercial localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, para a prática das aulas de dança dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowski - CERT.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ASSOCIACAO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX (8029)**

1 Cessão, por parte da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL INSTITUTO PHOENIX LTDA, de sala comercial localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, para a prática das aulas de dança dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowski - CERT.	MÊS	6,00	0,0000	0,0001	0,00
---	-----	------	--------	--------	------

**Total do Fornecedor: 0,00**

**Total Geral: 0,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 26 de Abril de 2019.

-----  
Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 7/2019 - DL</b>  Processo Administrativo: 39/2019 Processo de Licitação: 39/2019 Data do Processo: 24/04/2019
--	---

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Joaçaba, 26 de Abril de 2019.

-----  
Assinatura do Responsável



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 174/2019**

Publicação Nº 1997218

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 174/2019 DE 23.04.2019

"DESAVERBA PERÍODO DE LICENÇA-PREMIO NÃO GOZADA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

Art.1º. DESAVERBAR a pedido do servidor Vanderlei Pratto, Auxiliar Administrativo, o período de licença prêmio não gozada, referente ao período de 20.08.1985 à 19.08.1990, 30 (trinta) dias tendo em vista que a averbação não foi utilizada para a obtenção de outra vantagem qualquer.

Art.2º. Pedido de desaverbação feito através de parecer jurídico favorável ao pedido protocolado sob nº 1060/2019 de 10 de abril de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 23 de abril de 2019.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 175/2019**

Publicação Nº 1997224

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 175/2019 DE 23.04.2019

"DESAVERBA PERÍODO DE LICENÇA-PREMIO NÃO GOZADA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

Art.1º. DESAVERBAR a pedido do servidor Venâncio Horbach, Operador de ETA, o período de licença prêmio não gozada, referente ao período de 03.08.1983 à 02.08.1988, 90 (noventa) dias tendo em vista que a averbação não foi utilizada para a obtenção de outra vantagem qualquer.

Art.2º. Pedido de desaverbação feito através de parecer jurídico favorável ao pedido protocolado sob nº 1047/2019 de 09 de abril de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,  
Joaçaba-SC, 23 de abril de 2019.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 179/2019**

Publicação Nº 1997711

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 179/2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Adriano Feltrim, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 1008/2019 de 05 de abril de 2019, referente ao período aquisitivo de 02.04.2018 à 01.04.2019, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 180/2019**

Publicação Nº 1997718

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 180/2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Mateus Lopes de Barbas, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1009/2019 de 05 de abril de 2019, referente ao período aquisitivo de 04.01.2017 a 03.01.2019 de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 181/2019**

Publicação Nº 1997720

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 181/2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Volnei Jacob Muller, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1126/2019 de 17 de abril de 2019, referente ao período aquisitivo de 02.01.2018 a 01.01.2019, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 182/2019**

Publicação Nº 1997722

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 182/2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Caryane Ferreira Ribeiro, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 1166/2019 de 23 de abril de 2019, referente ao período aquisitivo de 23.04.2018 à 22.04.2019, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 183/2019**

Publicação Nº 1997769

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 183/2019 DE 26.04.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Cesar Lamin (Matr. 125), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Químico, P-8, N-2, Ref. A-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2017 à 01.06.2018, para serem fruídas no período de 20.05.2019 à 29.05.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de maio de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

**PORTARIA JHL 184/2019**

Publicação Nº 1997786

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 184/2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro de Paula (Matr. 172), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.E-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2017 à 30.09.2018, para serem fruídas no período de 06.05.2019 à 15.05.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de maio de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 185/2019**

Publicação Nº 1997796

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 185//2019 DE 26.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - SIMAE, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Aluir Flemming(Mat. 16), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Oficial Técnico, P-7, N-3, Ref.D-10, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.07.2017 à 30.06.2018, para serem fruídas no período de 02.05.2019 à 11.05.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de maio de 2019, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0043/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 1997214

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0043/2019  
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0032/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015  
PROCESSO Nº 0019/2015  
PROTOCOLO Nº 0980/2015

Data assinatura: 22/04/2019

Objeto: Renovação de prazo e reajuste de valor referente à locação de imóvel (terreno), para utilização como estacionamento e guarda de veículos do Simae.

Contratado: ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Valor Contratado: R\$ 2.284,68 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais, sessenta e oito centavos) mensais.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.10.00.00.00

Prazo de vigência: 08/05/2019 a 07/05/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

**RESUMO CONTRATO JHL 0044/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 1997221

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0044/2019  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0018/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2019  
PROTOCOLO JHL 0781/2019

Data assinatura: 26/04/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DA SEDE ADMINISTRATIVA, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE.

Contratado: Adagil Hidráulica e Climatização Ltda.

Valor Contratado: R\$ 1.780,00 (um mil, setecentos e oitenta reais) mensais.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.20.00.00.00

Prazo de vigência: 01/05/2019 a 30/04/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

**HOMOLOGAÇÃO PR 0018/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 1997122

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 18/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 21/2019 Processo de Licitação: 21/2019 Data do Processo: 15/03/2019
--	--

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 21/2019  
b ) Licitação Nr.: 18/2019-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 26/04/2019  
e ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DO SIMAE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZACAO LTDA - EPP (8347)**

1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO - Marca: ADAGIL	SV	12,00	0,0000	1.780,00	21.360,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>21.360,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>21.360,00</b>

Joaçaba, 26 de Abril de 2019.

-----  
Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

# Jupirá

## PREFEITURA

### ERRATA Nº 002 DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2019

Publicação Nº 1997368

PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2019  
PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2019  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ERRATA nº 002

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público a seguinte alteração no Edital de Licitação supra mencionado:

- Quando ao Item 14.:

- Onde lia-se:

- 14.1. O Objeto do presente edital deverá ser entregue diariamente e/ou imediatamente, aceitando uma tolerância de 02 (dois) dias úteis, na Prefeitura Municipal de Jupirá, sita a Rua Rio Branco, 320, Centro do Município de Jupirá – SC, conforme a necessidade da Mesma, contados, a partir da emissão/recebimento da Autorização de Fornecimento – AF. Poderá ser realizada dentro do exercício do ano de 2019/2020, a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, por seu responsável, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

- Leia-se:

- 14.1. O Objeto do presente edital deverá ser entregue imediatamente, aceitando uma tolerância de 15 (quinze) dias corridos, na Prefeitura Municipal de Jupirá, sita a Rua Rio Branco, 320, Centro do Município de Jupirá – SC, conforme a necessidade da Mesma, contados, a partir da emissão/recebimento da Autorização de Fornecimento – AF. Poderá ser realizada dentro do exercício do ano de 2019/2020, a partir da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, por seu responsável, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

As demais proposições permanecem inalteradas.

Jupirá SC, em 26 de abril de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO 21-2019

Publicação Nº 1998894

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 21/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2019

DATA DE EMISSÃO: 26/04/2019

**OBJETO:** Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios e vinculados, de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da educação infantil e creche do Centro de Educação Infantil Anjo Azul, cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos estão no tópico 02 (OBJETO) e no ANEXO I deste edital.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 10/05/2019, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

**TIPO:** pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: [licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br) ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 26 de abril de 2019.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 21/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2019

DATA DE EMISSÃO: 26/04/2019

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme condições do tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 10 de maio de 2019.

#### 01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

#### 02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios e vinculados, de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da educação infantil e creche do Centro de Educação Infantil Anjo Azul, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão no ANEXO I deste edital.

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca do produto, ficando obrigado a entregar a marca cotada durante a execução da ata, sob pena de não ser aceitas as mercadorias.

2.4 - Os itens serão contratados em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.



2.5 – PRAZO DE ENTREGA: até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

2.6 – LOCAL DE ENTREGA: onde for indicado na Autorização de Fornecimento.

2.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

2.8 – Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição e aplicar sanções administrativas.

### 03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

### 04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no ANEXO I deste Edital.

### 05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

### 06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO II como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de

eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

#### 07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 10/05/2019, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N.08/2019  
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

#### 08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2019  
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
  - b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
  - c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
  - d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
  - e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
  - g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
  - h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
  - i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
  - j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), conforme ANEXO IV.
  - k) Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
  - l) A comprovação da qualificação técnica se dará pelo ramo de atividade da empresa, compatível com o objeto da licitação.
  - m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala “Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” <http://www.portal-transparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecioneadas=link-Detalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancao%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.
  - n) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala “Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- 8.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.
- 8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.
- 8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

## 09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no ANEXO I deste edital (OBJETO).

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

## 10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos licitantes que estiverem presentes.

## 11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no ANEXO I deste edital (OBJETO).

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento



do registro.

#### 14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

#### 15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) e ANEXO I deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

#### 16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

#### 17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: [www.lacerdopolis.sc.gov.br](http://www.lacerdopolis.sc.gov.br) e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Descrição dos itens, quantidades e valores máximos;
- b) ANEXO II – Procuração;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- e) ANEXO V – Ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 26 de abril de 2019.

Sérgio Luiz Calegari  
Prefeito

#### ANEXO I

##### DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Abacaxi fruta in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	120 uni	7,15	858,00
02	Açúcar mascavo (Kg)	40 kg	11,77	470,93
03	Açúcar refinado tipo 1 (pct 5 Kg)	160 pct	12,88	2.060,80
04	Alho (pct 150 g) natura in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	30 pct	4,21	126,30
05	Amido de milho (500 g)	40 uni	4,09	163,60
06	Arroz parboilizado tipo 1 (pct 5 Kg)	120 pct	11,79	1.414,80

07	Arroz integral 1 kg (arroz integral)	50 kg	3,67	183,50
08	Banana (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	600 kg	2,59	1.554,00
09	Batata (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	400 kg	4,09	1.636,00
10	Baunilha (100 g)	40 pct	2,05	82,00
11	Beterraba (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	60 kg	4,56	273,60
12	Bife Bovino de 1ª qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	120 kg	25,61	3.073,20
13	Paleta bovina (Kg) de boa qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	80 kg	15,32	1.225,60
14	Bisteca suína (Kg) de 1ª qualidade inspecionada (SIM, SIE, SIF), congelada, com cor, cheiro e sabor próprios; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	80 kg	13,21	1.056,80
15	Bolacha doce tipo Maria (400 g)	120 pct	4,42	530,40
16	Bolacha tipo rosquinha (330 gramas), sabores diversos: leite, milho, e chocolate.	120 pct	4,39	526,80
17	Bolacha salgada Cream cracker (370 g)	120 pct	4,68	561,60
18	Bolacha salgada integral (400 g)	80 pct	5,75	460,00
19	Bolacha sem glúten e sem lactose, tipo cookies sabores diversos (150 g)	40 pct	5,94	237,60
20	Bolinhas de Milho com chocolate 500 gramas, semolina de milho, enriquecida com ferro e ácido, açúcar, cacau em pó, leite de vaca em pó, oleína de palma, açúcar invertido, manteiga de cacau, licor de cacau, complexo vitamínico, enriquecido com vitaminas, corantes, aroma idêntico ao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	100 pct	13,31	1.331,00
21	Brócolis (un) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	60 uni	5,13	307,80
22	Café solúvel granulado (200 g)	60 uni	12,05	723,00
23	Canela em rama (10 g)	30 pct	2,22	66,60
24	Carne bovina moída de 1ª qualidade, fresca, não podendo ser congelada, inspecionada (SIM, SIE, SIF), acondicionada em embalagem de 1Kg, identificadas com rotulo, data de fabricação e validade. (Kg), cortes de patinho, coxão duro ou coxão mole, sem presenças de nervos ou tendões.	200 kg	17,64	3.528,00
25	Cebola (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	80	3,88	310,40
26	Cenoura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	120	4,97	596,40
27	Chá de Ervas Sachet (10 gramas) sabores diversos (camomila, erva-doce, hortelã)	120	2,81	337,20
28	Chá mate sabores diversos (40 gramas)	100	4,82	482,00
29	Colorau em pó (500 g)	24 pct	5,31	127,44
30	Cortes de frango coxa e sobrecoxa (Kg) em pedaços, resfriados, inspecionado, de primeira qualidade, embalado em embalagens plásticas que contenham a identificação do produto data de fabricação, prazo de validade, registro de inspeção.	200 kg	6,65	1.330,00
31	Couve-flor (un) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	60 uni	4,33	259,80
32	Cravo da índia (12 g)	40 pct	2,77	110,80
33	Doce de frutas sabores diversos (1,010 kg)	80 uni	11,31	904,80
34	Ervilha congelada (350 g)	120 pct	4,74	568,80
35	Farinha de arroz kg	20 uni	5,47	109,40
36	Farinha de aveia (200 g)	20 uni	3,97	79,40
37	Farinha de mandioca torrada tipo 1 (Kg)	30 kg	5,97	179,10
38	Farinha de milho (Kg)	40 kg	3,07	122,80
39	Farinha de trigo especial (pct 5 Kg)	80 pct	12,76	1.020,80
40	Farinha de trigo integral (Kg)	20 pct	4,04	80,80
41	Farinha láctea (210 g)	50 uni	8,65	432,50
42	Feijão preto tipo 1 (Kg)	120 kg	7,04	844,80



43	Fermento biológico gelado (500 g)	20 uni	6,62	132,40
44	Fermento em pó químico (250 g)	80 uni	5,76	460,80
45	Flocos de Milho com açúcar – 500 gramas, milho, açúcar, amido de milho, sal, oleína de palma, enriquecido c vitaminas, corantes, aroma idêntico ao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lectina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	100 pct	12,97	1.297,00
46	Granola 1 kg, mix de cereal, aveia em flocos, farinha de arroz, farinha de soja, fibra de trigo, açúcar cristal, açúcar mascavo, oleína de palma, castanha do Pará, castanha de caju, linhaça, cacau em pó, coco ralado, uva passa, sal, amidos, corantes e antioxidantes, sabores diversos.	50 pct	19,98	999,00
47	Iogurte com polpa de fruta (900 ml)	300 litros	5,94	1.782,00
48	Iogurte com poupa de fruta sem lactose (900 ml)	80 litros	9,91	792,80
49	Kiwi fruta in natura	80 kg	15,98	1.278,40
50	Laranja comum ( Kg)	150 kg	3,55	532,50
51	Leite integral UHT (caixa 12 un)	100 cx	34,86	3.486,00
52	Leite especial sem lactose (embalagem tetra park com 01 litro)	150 lt	3,97	595,50
53	Lentilha (400 g)	40 pct	5,28	211,20
54	Macarrão com ovos tipo cabelo de anjo (500 g)	120 pct	4,42	530,40
55	Macarrão com ovos tipo caramujinho (500 g)	120 pct	3,29	394,80
56	Macarrão com ovos tipo Alfabeto (500 g)	120 pct	4,21	505,20
57	Macarrão integral tipo espaguete 500 gramas, farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais de cúrcuma e urucum.	40 pct	4,71	188,40
58	Maça Fuji in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	350 kg	5,89	2.061,50
59	Mamão fruta in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	180 kg	6,61	1.189,80
60	Manga fruta in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	250 kg	6,28	1.570,00
61	Manteiga (200 g)	20 uni	7,71	154,20
62	Margarina cremosa com sal, com no mínimo 80 % de lipídeos (500 g)	80 uni	5,32	425,60
63	Massa com ovos tipo espaguete (Kg)	60 kg	3,75	225,00
64	Melancia fruta in natura (Kg) natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	250 kg	1,51	377,50
65	Melão fruta in natura (Kg)	200 kg	4,82	964,00
66	Milho congelado (500 g)	120 pct	5,23	627,60
67	Milho para pipoca (500 g)	40 uni	3,11	124,40
68	Mix para bolo sem glúten embalagem 300 gramas	24 pct	12,81	307,44
69	Óleo de soja (900 ml)	200 uni	3,89	778,00
70	Orégano (50 g)	30 pct	5,65	169,50
71	Ovos (dúzia) médios, frescos, limpos, sem rachaduras, manchas ou deformações, isentos de sujidades e fungos, parasitas ou larvas Embalagem com data e aviário de origem, com registro de inspeção.	100 dz	5,94	594,00
72	Pão francês fresco (Kg)	250 kg	9,86	2.465,00
73	Pão fatiado (pct 500 g)	180 pct	5,97	1.074,60
74	Pão integral fatiado (pct 500 g)	180 pct	6,32	1.137,60
75	Peito de frango sem osso em pedaços, resfriados, inspecionado, de primeira qualidade, embalado em embalagens plásticas que contenham a identificação do produto data de fabricação, prazo de validade, registro de inspeção. (Kg)	250 kg	12,48	3.120,00
76	Pera in natura (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	50 kg	7,31	365,50
77	Polvilho azedo 500 gramas (uni)	120 pct	3,98	477,20
78	Apresentado fatiado (Kg)	40 kg	24,30	972,00
79	Queijo mozzarella fatiado (Kg)	120 kg	27,64	3.316,80
80	Repolho (uni) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	80 uni	4,33	346,40
81	Sal Iodado (Kg)	80 kg	1,78	142,40
82	Sagu (500 g)	80 pct	4,18	334,40
83	Tomate (Kg) in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	200 kg	5,79	1.158,00
84	Vinagre tinto (750 ml)	80 uni	3,84	307,20
85	Bolacha Maria sem lactose pct 400 gramas	30 pacotes	6,72	201,60

86	Macarrão sem glúten tipo Oriental (Rice vermicelli): massa alimentícia de arroz, sem ovos, tipo oriental. Embalagem 200 gr.	10 pacotes	21,02	210,20
87	Granola sem glúten e sem lactose 200 gramas	20 pacotes	13,62	272,40
88	Cereais bolinhas de chocolate sem glúten e sem lactose 270 gramas	20 pacotes	16,32	326,40
89	Cereais flocos açucarados, sem glúten e sem lactose 270 gramas	20 pacotes	15,98	319,60
90	Cereais flocos sem açúcar, natural, sem glúten e sem lactose 270 gramas.	20 pacotes	15,65	313,00
91	Farinha de Rosca: ingredientes pão torrado. Deverá conter data de fabricação e data de validade. Embalagem 500 gramas	50 pacotes	6,99	349,50
92	Gelatina em pó (1 kg), sabores diversos.	180 kg	12,98	2.336,40
93	Bolachão de Mel, pacote com 1,4 kg, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, essência de mel, fermento químico, sal, estabilizante lecitina de soja, melhora-dor de farinha.	80 pacotes	14,15	1.132,00
94	Cacau em pó: teor de Cacau 50%, a granel o kg	80 kg	19,97	199,70
95	Cacau em pó: teor de cacau 100%, sem glúten e sem lactose a granel kg	10 kg	24,97	249,70
96	Macarrão Parafuso integral, preparado a partir de farinha de trigo, fibra de trigo integral, corantes natu-rais, urucum e cúrcuma. Pacote 500 gramas	60 pacotes	4,05	243,00
97	Suco de maçã integral sem corantes e conservantes 1,5 litros	80 uni	12,69	1.015,20
98	Suco de uva integral sem corantes e conservantes 1,5 litros	180 uni	13,31	2.395,80
99	Açaí: creme de açaí tradicional, cremoso congelado: contém água, polpa de açaí, açúcar, maltodextrina, amido de milho. Embalagem de 01 litro	80 litros	20,65	1.652,00
100	Bolacha tipo Maisena integral pacote 400 gramas	100 pacotes	4,89	489,00
101	Canela em pó: composição canela em pó pura, embalagem 30 gramas	10 uni	2,99	29,90
102	Macarrão Mini Pena – Massa alimentícia de sêmola de trigo, com ovos, mini penne: contém semolina de trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, ovos, corante betacaroteno e vitaminas B1, B2 e B3. Embala-gem 500 gramas.	50 pacotes	4,80	240,00
103	Aveia em flocos, embalagem 200 gramas	20 uni	3,89	77,80
104	Aveia em flocos finos, embalagem 200 grmas	20 uni	3,82	76,40
105	Tempero verdein natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, per-furações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	40 maços	2,49	99,60
106	Batata doce in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfu-rações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	30 kg	4,56	136,80
107	Abóbora Cabotiá, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvol-vida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	40 kg	3,06	122,40
108	Abobrinha verde, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvol-vida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	60 kg	3,69	221,40
109	Alface lisa ou crespa, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou me-cânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	80 uni	2,53	202,40
110	Aipim, descascado e embalado, congelado, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	40 kg	6,74	269,60
111	Pêssego, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfu-rações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	100 kg	6,82	682,00
112	Batata salsa, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, per-furações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, parasitas ou larvas	40 kg	9,82	392,80
113	Chuchu, in natura, de 1ª qualidade, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, perfu-rações e cortes, esmagamentos, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isento de sujidades, p parasitas ou larvas	40 kg	3,84	153,60
114	Vinagre branco 750 ml	10 uni	1,99	19,90
115	Bolachão de mel, zero lactose, pacote 400 gramas	20 pacotes	5,31	106,20
116	Margarina sem lactose, com 35% de lipídeos, com ou sem sal, 500 gramas	10 uni	7,35	73,50
117	Queijo sem lactose, embalagem 150 gramas	10 uni	6,88	68,80
118	Pão sem glúten (aipim ou abóbora ou batata doce ou cenoura) embalagem 500 gramas	20 uni	12,22	244,40
			TOTAL:	83.244,21

## ANEXO II

## PROCURAÇÃO

\_\_\_\_ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> \_\_\_\_\_, por meio de \_\_\_\_ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> \_\_\_\_\_, constitui como PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_ <NOME COMPLETO, RG, CPF> \_\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> \_\_\_\_\_,

<DATA> \_\_\_\_\_

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL  
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx), sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n. \_\_\_\_ (xxxxxxxxxx), sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), \_\_\_\_ (DATA) \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. \_\_\_\_/2019

PROCESSO LICITATÓRIO n. 21/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 08/2019

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, conforme a necessidade, com recursos próprios e vinculados, de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos da educação infantil e creche do Centro de Educação Infantil Anjo Azul, cuja descrição, quantidades e valores máximos estão abaixo:

...

1.2 - Os itens serão contratados em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.3 – PRAZO DE ENTREGA: até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

1.4 – LOCAL DE ENTREGA: onde for indicado na Autorização de Fornecimento.

1.5 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, demais despesas, etc.

1.6 - Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição e aplicar sanções administrativas.

1.7 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 08/2019, Processo Licitatório n. 21/2019 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "7.5" do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

#### CLÁUSULA QUARTA - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

#### CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou

inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2019.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA	DETENTOR DA ATA
--	-----------------



## Lages

## PREFEITURA

## RELAÇÃO DE ARTISTAS EM GERAL – EDITAL N.º 004/2019

Publicação Nº 1997709



Relação de Artistas em Geral inscritos até o dia 23/04/2019, para desenvolver atividades artísticas  
Fundação Cultural de Lages – Edital n.º 004/2019

N.º	RESPONSÁVEL	ATRAÇÃO	CPF/CNPJ
01	Adriano José Ferreira Posai	Adriano Posai e Grupo Pátria Sulina	19.103.533/0001-27
02	Alberi Alves Ribeiro Júnior	Billy Jhow	008.771.429-98
03	Alcione Amaral de Oliveira	Alcione e Alcionei	064.557.619-01
04	Alessandra Santos Marcelino Moraes	Léo Moraes e Grupo Gaúcho	30.152.889/0001-93
05	Alexandre Vargas Branco	Alexandre Branco e Banda	30.905.928/0001-86
06	Alvaro Xavier da Silva Gomes	Alvaro Xavier	025.017-719-66
07	Amanda Aparecida Bianchini Moraes	Fábio Antunes e Alex Bianchini	106.743.599-92
08	Ana Maria Ataíde	Os Gaudérios do Fandango	039.735.619-66
09	André Melo de Souza	André e Eduardo	029.685.459-45
10	Andréia de Fátima Vicente	Vanderlei Xavier e Grupo	23.270.370/0001-44
11	Anildo Muniz de Lima	Estilo Campeiro	444.505.249-34
12	Antonio Rodrigues da Silva	Grupo Recordação Sertaneja	620.544.659-68
13	Aristides Rogério Alves Rodrigues	Rogério Rodrigues e Banda	295.955.099-49
14	Arlindo Claudio Sutil da Silva	Musical Raízes Sertanejas	564.217.889-04
15	Augusto Cesar Mendes	Gugah Mendes e Banda	28.022.848/0001-30
16	Banda Anjos de Plantão Ltda ME	Anjos de Plantão	15.395.563/0001-01
17	Bruna Desyree Bocon Godoi	Joel Mariano e Musical Azes de Ouro	29.252.401/0001-10
18	Bruna Desyree Bocon Godoi	Palhaço Tremendão	29.252.401/0001-10
19	Bruna Desyree Bocon Godoi	Gabriel Silva e Grupo	29.252.401/0001-10
20	Bruno Bortoluzzi	Bruno Bortoluzzi e Grupo	067.073.019-00
21	Bruno Rogério Antunes da Silva	Bruno Antunes	727.966.509-87
22	Bruno Valderas Ribeiro	Bruno Valderas e Banda	098.606.119-04
23	Célio Madruga de Oliveira	João Amorim e Grupo	15.835.268/0001-10
24	Célio Madruga de Oliveira	J.C. Kantor	15.835.268/0001-10
25	Célio Madruga de Oliveira	Maestro Madruga	15.835.268/0001-10
26	Cesar Augusto Camargo de Araujo	Cesinha	043.279.739-47
27	Claucia Correia da Silva	Glaucia Correia	24.513.239/0001-23
28	Cristina Aparecida Rosa	Daniel Dvaz	053.946.769-33
29	Dairis Kleber da Silva	Pegada da Vaneira	039.896.439-40
30	Daniel Mateus da Silva MEI	Daniel Silva	25.279.018-0001-03
31	Daniele de Souza Porto	Dani Porto e Trio	17.891.568-0001-42
32	Darci Santos da Silva	Darci Santos	067.259.129-40
33	Donisete de Fatima Paula Wolff	Zétti Gaudéria	22.410.069/0001-26
34	Éder Rosa Goulart	Éder Goulart	004.644.029-13
35	Eliandra Wolff	Show Boteco do Laurindo	096.057.729.73
36	Eliane Aparecida Wolff de Araújo	Groove Haze	868.187.409-87
37	Eliane Aparecida Wolff de Araújo	Gabriel Araújo	868.187.409-87
38	Eliane Aparecida Wolff de Araújo	Estância dos Tropicheiros	868.187.409-87
39	Eliane Aparecida Wolff de Araújo	Comparsa Crioula	868.187.409-87
40	Fabio Danilo Gabriel de Farias	Fabio Farias	050.679.044-45
41	Fabricio Vieira dos Santos	Grupo Tchê Loko	027.572.369-03
42	Fernanda Palma Melo	Grupo Moda Boa	010.091.999-51
43	Franciele Souza Bugoslawski	Franciele Souza	057.840.519-97
44	Gabriel Correia dos Anjos	Gabriel Correia	031.368.430-88



FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES  
Rua Benjamin Constant, 141 – Centro – 88501-110  
e-mail: fcl@lages.sc.gov.br facebook: facebook.com/FundacaoCulturaLages  
CNPJ: 06.193.861/0001-10  
(49) 3224 74 25 – 3224 96 83





45	Gabriel Vezaro de Mattos	Arthur Mattos	012.487.029-56
46	George Lima	Grupo Ronda Redonda	070.848.699-13
47	George Lima	George Lima e Felipe Souza	070.848.699-13
48	Giancarlo Dall Orsoletta	Giancarlo Orsoletta	15.838.457/0001-47
49	Gilmar Goulart Xavier	Gilmar Goulart	077.350.399-48
50	Gilmar Goulart Xavier	Banda TS Show	077.350.399-48
51	Gilmar Goulart Xavier	Gil e Léo	077.350.399-48
52	Gilmar José Kabus	Banda On Jack	33.091.390/0001-01
53	Giovani Santos Ribeiro	Grupo Samba Vip	049.275.279-64
54	Glauco Denni Alves Rodrigues	Glauco Denni	16.877.188/0001-90
55	Guilherme Correia Garcia	Trio Parada Dura Lageano	083.272.013-48
56	Guilherme Correia Garcia	Guilherme Garcia – Gaita Ponto Show	083.272.013-48
57	Guilherme Correia Garcia	Duo Chamamé	083.272.013-48
58	Hamilton Joaquim Rodrigues Matos	Hamilton Mattos	250.700.539-49
59	Hamon Alcantara Simões Lima Ataíde	Little Bou 235	006.248.832-56
60	Ildo Lopes de Sá	Xirú Campeiro de Grupo Redomão	422.534.899-72
61	Israel Kennedy	Israel Kennedy e Banda	056.415.939-58
62	Jaime Antunes	Jaime Antunes	439.901.699-04
63	Jair Gonçalves de Souza	Zé Carlos & Alexandre	295.958.609-30
64	Jefferson Moreira do Amaral	Jefferson Moreira	950.106.619-34
65	Jessica Jeanine Mazuço	Andrew Rosa e Grupo Tranco Fandanguero	076.394.949-31
66	João Ataíde Lima da Silva	Banda Eu Sou do Sul	655.268.509-44
67	João Pinto de Lima Neto	Lima Neto e Banda	385.405.419-04
68	Jones Andrei Campos Vieira	Jones Andrei Vieira	15.618.298/0001-75
69	José Alfredo Cardoso Correa	José Cardoso Quarteto	17.099.101/0001-64
70	José Donisete Chaves Rosa	Swing Campeiro	573.054.479-00
71	José Ernesto Alves Damasceno	Apresentador do palco	29.968.915-0001-77
72	José Florencio de Farias	José Florencio	295.070.149-34
73	José Florencio de Farias	Matheus Pereira e Grupo	295.070.149-34
74	José Maria Ribeiro dos Santos	ZÉ Moreno e Os Amigos da Querência	346.478.809-15
75	Jovane Cruz	Drops' n' Rock' n' Roll	803.206.439-72
76	Juanita Pereira Ludovichack	Juanita Canto e Encanto	054.008.109-42
77	Juliano Cruz de Farias	Presilha Serrana	069.055.999-21
78	Jucinara Moura da Silva	Nara Moura e Banda	091.145.199-41
79	Kevin do Nascimento Madruga de Oliveira	Kevin Oliveira	012.981.079-70
80	Leander Souza de Andrade	Leander Sá	27.274.827/0001-40
81	Leandro Pereira Sutil	Leandro Marx	088.356.419-00
82	Loir das Graças de Oliveira	Musical Eloísa & Cia	949.377.379-53
83	Lucas Cassiano Soares de Oliveira	Lucas Soares – Querência	29.497.254/0001-49
84	Lucas Cassiano Soares de Oliveira	Grupo Encanto Regional	29.497.254/0001-49
85	Lucas Cassiano Soares de Oliveira	Fábio Soares	29.497.254/0001-49
86	Lucas dos Santos Moura	Trio Barzinho	092.683.629-37
87	Lucia de Fátima Martins de Vargas	Grupo Embalo Fandanguero	049.484.439-64
88	Luísa Costa M. Dartora de Souza	Eloi Dartora e os Ponchianos	042.852.169-06
89	Luiz Francisco Almeida Bastos	Luiz Bastos	21.934.821/0001-75
90	Maciel Oliveira	Cantor Maciel Oliveira	042.972.209-54
91	Marcelo Tadeu Bernhard	Piano de Galpão	18.556.070/0001-96



**FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**  
 Rua Benjamin Constant, 141 – Centro – 88501-110  
 e-mail: fcl@lages.sc.gov.br facebook: facebook.com/FundacaoCulturaLages  
 CNPJ: 06.193.861/0001-10  
 (49) 3224 74 25 – 3224 96 83



92	Marcelo Tadeu Bernhard	Cordas Teclas e Canções	18.556.070/0001-96
93	Marcos da Cruz	Centro de Trad. Gaúchas Campestre Catarinense	78.490.778/0001-13
94	Marcos Ronei de Oliveira	Tio Rone e Locomotiva Campeira	853.850-779-68
95	Maria das Graças Oliveira Xavier	Os Talentos da Coxilha Rica	707.695.599-72
96	Maria Isabel Vargas Branco	Grupo Musical O Rei dos Buenachos	908.839.429-68
97	Mário Cesar C. dos Santos Silva	Apresentador palco	13.490.850.0001-00
98	Mateus Andrade da Silva	Matteus Anddrade	611.242.873-37
99	Mateus Henrique Emmer	Mateus Neto	077.999.369-16
100	Mateus Rosa	Onda Astral	012.099.829-78
101	Matheus Colossi de Souza	Blues in Box	17.832.153/0001-06
102	Maycon Douglas de Oliveira	Quarto Elemento	091.673.109-07
103	Misael Patricio Melo	Banda Embalo Cristão	070.824.199-96
104	Moacir Antunes da Silva	Peninha e Grupo	27.524.562/0001-90
105	Nilson das Neves Ribeiro	Adriano Athayde	854.807.119-20
106	Nilza Aparecida Branco	Musical Estrela da Serra	424.033.919-72
107	Osvaldino Rosa da Silva	Sertamix	422.633.369-15
108	Otávio Amorim	Otávio Amorim e Grupo	310.103.189-34
109	Paulo Eduardo Floriani Moreira	Grupo Entrevero Serrano	047.914.589-07
110	Paulo Henrique Guazzelli de Souza	Paulinho Guasselli	28.218.722/0001-36
111	Pedro Valderas de Liz Ribeiro	Pedro Valderas e Grupo Chimango	28.275.449/0001-81
112	Pedro Júnior Machado	Pedro Jr	028.856.630-27
113	Rafael Correia de Oliveira	João Lucas e Gabriel	068.888.699-03
114	Raquel da Silva Xavier P. Burigo	Os Campeiros do Sul	075.238.799-50
115	Raquel da Silva Xavier P. Burigo	Gaitaço Campeiro	075.238.799-50
116	Reginaldo Farber	Reginaldo Farber e Grupo	15.444.537/0001-18
117	Ricardo Correia	Ricardo Corrêa	017.395.369-75
118	Richard Ferreira dos Santos	Richard Sanfer e Banda D6	14.670.011/0111-93
119	Roberta Leandra Ribeiro Batista	Grupo Estrela Lageana	082.825.119-35
120	Sebastião Rogério da Silva – R Blum Show	Rogério Blum	21.157.400/0001-85
121	Target Eventos	Dançar Passarela	27.514.261/0001-86
122	Thiago de Paula	Grupo Baitaço	21.908.654/0001-98
123	Thiago de Paula	Edson Brito e Grupo Campanha	21.908.654/0001-98
124	Uiliam Michelin Bizotto	Uiliam Michelin Quarteto	24.140.395/0001-96
125	Vanessa de Souza Mendes	Banda Nova Aliança	061.761.739-22
126	Vanusa Rosa de Oliveira	Cléo e Clynton	027.637.369-39
127	Vera Lúcia Federle	Trio Planalto Serrano	708.004.649-15
128	Victor Al Colombo	Trio Serrano	044.661.119-01
129	Victor Al Colombo	Victor Al Colombo	044.661.119-01
130	Wesley Nasc. Madruga de Oliveira	Wesley Oliveira	093.879.689-52
131	William Roberto de Jesus Oliveira	William Oliver	065.407.729-04

Lages/SC, 26 de abril de 2019.



GILBERTO RONCONI  
SUPERINTENDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES



**FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**  
Rua Benjamin Constant, 141 – Centro – 88501-110  
e-mail: fcl@lages.sc.gov.br facebook: facebook.com/FundacaoCulturaLages  
CNPJ: 06.193.861/0001-10  
(49) 3224 74 25 – 3224 96 83

**RELAÇÃO DE ENTIDADES – USO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS – EDITAL N.º 005/2019**

Publicação Nº 1997723



Relação de Entidades inscritas, para desenvolver atividades no Recanto do Pinhão – Uso de Estruturas Temporárias  
Fundação Cultural de Lages – Edital n.º 005/2019

Nº	RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	CPF/CNPJ
01	Vanilda Antunes Correa	Associação Serrana dos Deficientes Físicos - ASDF	00.720.005/0001-99
02	Luzia Aparecida Wolff França	Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano - ADEVIPS	01.515.579/0001-98
03	Ildo Ghizoni	Cáritas Diocesana de Lages	84.955.655/0001-49
04	Diego Borges Espinoza	União Rural de Lages	08.848.387/0001-42
05	Genilton José Alves	Casa de Apoio as Pessoas com Câncer Maria Tereza	09.421.846/0003-31
06	Olímpia Maria Susin Buogo	Associação Bom Samaritano	04.617.128/0001-50
07	Rosana Ramos Faria de Araújo	Lions Clube de Lages Copacabana	83.703.116/0001-14
08	Clóvis Antunes de Ávila Júnior	Sociedade de Assistência Social Educacional e de Apoio aos Desamparados de Lages - SASEADLA	75.438.911/0001-02

Lages/SC, 26 de abril de 2019.



GILBERTO RONCONI  
SUPERINTENDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES



FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES  
Rua Benjamin Constant, 141 – Centro – 88501-110  
e-mail: fcl@lages.sc.gov.br facebook: facebook.com/FundacaoCulturaLages  
CNPJ: 06.193.861/0001-10  
(49) 3224 74 25 – 3224 96 83

**CÂMARA MUNICIPAL****RETIFICAÇÃO EDITAL 009/2019**

Publicação Nº 1997795

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 009/2019

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 17/05/2019

Hora: 19h00

A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O SEGUINTE TEMA: MANEJO DA ARAUCÁRIA E FLORESTAS NATIVAS.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site

[www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Sala das Sessões, 15 de abril de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

PRESIDENTE

# Laguna

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 6.051/2019 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO GESTORA DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS - COMGETUR.**

Publicação Nº 1999062

DECRETO Nº 6.051/2019, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO GESTORA DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS - COMGETUR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, e artigo 125, ambos da Lei Orgânica do Município de Laguna, na Lei Complementar nº. 58/2000,

CONSIDERANDO a necessidade de gerenciar, planejar, controlar, fiscalizar e delegar os serviços prestados pelas concessionárias no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Laguna, nos termos da Lei Complementar nº. 58/2000, e dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão, DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Gestora para a realização de atividades ligadas ao SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA, a ser constituída pelos seguintes membros:

**I – Procuradoria Geral:**

- a) Titular – Tonison Rogério Chanan Adad;
- b) Suplente – Gabriela Novaes Linhares;

**II – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos:**

- c) Titular – Rodrigo Gonçalves Rezende;
- d) Suplente – Antônio da Silveira Filho;

**III – PROCON:**

- e) Titular – Bruna Silveira Souza;
- f) Suplente – André Felipe da Rosa;

**IV – Secretaria de Assistência Social e Habitação:**

- g) Titular – Cláudia Netto Lopes da Silva;
- h) Suplente – Renata Bento dos Santos;

**V – Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social:**

- i) Titular – Humberto da Silva Costa;
- j) Suplente – Rafaela Nunes Candido Monteiro;

**VI – Secretaria de Educação e Esportes:**

- k) Titular – Tânia Preuss;
- l) Suplente – Rosilda Gonçalves Pacheco;

**VI – Secretaria de Turismo e Lazer:**

- m) Titular – Laís Coelho dos Santos;
- n) Suplente – Thiago Sebastião Laurindo;

Art. 2º Aos servidores que constituem a Comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, é devida a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA.

Parágrafo único. Os servidores suplentes somente farão jus ao pagamento da GDATA, quando forem convocados para substituir servidor titular e, enquanto perdurar a substituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito

**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1997938

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2019, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO TEMPORÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Nº 82.558.909/0001-24 com sede na Rua Walter Veterli, 239, Centro, Lauro Muller, CEP: 88880-000, Santa Catarina., neste ato representado por seu representante legal, VALDIR FONTANELLA, por meio da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e da COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, nomeada pelo Decreto Nº 047 de 18 de março de 2019, alterado pelo Decreto Nº 049 de 21 de março de 2019, torna público a Classificação Oficial, na data de 25 de abril de 2019, no endereço eletrônico concursos.unibave.net, www.lauromuller.sc.gov.br e no mural da Prefeitura Municipal, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos aos cargos supracitados no Edital 001/2019, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes no Edital.

O prazo de validade do processo seletivo será de 1 (ano), contado a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período segundo interesse da administração pública do Município de Lauro Muller. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Lauro Muller, 25 de abril de 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Secretária de Administração, Finanças e Planejamento

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Gari/Serviços Braçais)**

Nome	Nota	Posição	Resultado
ADELINA CROSETTA	8,5	1º	Classificado
PAULO CESAR BERNARDO	7,9	2º	Classificado
ERIVELTO AUGUSTO	7	3º	Classificado
DANILO CANEVER	7	4º	Classificado
VERONICA BERNARDO	6,7	5º	Classificado
SAIMON MENDES MACHADO	5,6	6º	Classificado
ROMARIO TEIXEIRA	5,4	7º	Classificado
LUCIANO DIAS SALVADOR	1,6	-	Desclassificado
RENALDO BRIGIDA MELO	0,5	-	Desclassificado
RENAN TEIXEIRA	-	-	Desclassificado

**MOTORISTA**

Nome	Nota	Posição	Resultado
DILCEU CAMPOS DA ROSA	8,8	1º	Classificado
VICENTE FERNANDES MADEIRA	8,4	2º	Classificado
RONALDO TEZZA CRUZETA	7,6	3º	Classificado
NELSON COLONHI	7,4	4º	Classificado
LUCAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS	7	5º	Classificado
DARLAN CANDIDO	7	6º	Classificado
FERNANDO SOUZA NEVES	6,6	7º	Classificado
KRAMMER SCHUCH	6,6	8º	Classificado
GABRIEL DA SILVA PEREIRA	6,4	9º	Classificado
ALAIR DOS SANTOS	6,4	10º	Classificado
VALENTIN ANDRESSON PACHECO	4,6	11º	Classificado
TEGMAR DE MORAES	4,8	-	Desclassificado
ANTENOR FARIAS FILHO	4,4	-	Desclassificado
ERIVELTON VIEIRA	4,2	-	Desclassificado
ANDERSON TAVARES	3	-	Desclassificado
EVANIR JOSE BORGES	1,6	-	Desclassificado
VALTENCIR VICENTE	0,2	-	Desclassificado
MARICELIO JOSE LUCIANO	-	-	Desclassificado

ROMILTON JUNG	-	-	Desclassificado
DEAN DE LIMA PIMENTEL	-	-	Desclassificado
VALENTIM MANOEL	-	-	Desclassificado
FRANC LUIZ NOWASKI	-	-	Desclassificado
OELINTON HENRIQUE DOS SANTOS	-	-	Desclassificado
FERNANDO CASSAO	-	-	Desclassificado

**OPERADOR DE MÁQUINA**

Nome	Nota	Posição	Resultado
MARCIEL VERONEZI	7,5	1º	Classificado
ADRIANO LEGNANI	6,4	2º	Classificado
WILSON LOCH	5,3	3º	Classificado
RUDNEI HEINZEN	5,3	4º	Classificado

**PEDREIRO**

Nome	Nota	Posição	Resultado
LUIZ ANTONIO MIRANDA	9,5	1º	Classificado
GUSTAVO FERREIRA AMANCIO	9,2	2º	Classificado
MAIOM RODOLFO VAMBOMEL	8,8	3º	Classificado
ALEXANDRE BERNARDO	7,6	4º	Classificado
CLEVERTON ADRIANO MARCILIO	5,2	5º	Classificado
VILSON FERNANDES MADEIRA	0	-	Desclassificado
JOÃO DE OLIVEIRA	-	-	Desclassificado
ANTONIO CARLOS MOREIRA NEPO-MUCENO	-	-	Desclassificado



**RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

Publicação Nº 1997486

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER**
 PROCESSO SELETIVO - 001/2019  
 ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS
**RESULTADO FINAL****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – (GARI/SERVIÇOS BRAÇAIS) - LAURO MÜLLER**

NOME	CPF	LP	MAT	ATU	CEÁ	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)
ADELINA CROSETTA	89600959900	2,00	2,50	1,60	2,40	8,50	25/05/1971	1º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34645337 / (48) 988273725
PAULO CESAR BERNARDO	05453306963	2,50	2,00	0,40	3,00	7,90	15/02/1985	2º	Classificado	Lauro Müller	(48) 998245761 / (48) 998245761
ERIVELTO AUGUSTO	07305979970	2,50	1,50	1,20	1,80	7,00	06/01/1989	3º	Classificado	Lauro Müller	(48) 996810213
DANILO CANEVER	03810218901	2,00	2,00	1,20	1,80	7,00	04/09/1982	4º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34643005 / (48) 998011821
VERONICA BERNARDO	03578489930	2,50	1,00	0,80	2,40	6,70	24/03/1978	5º	Classificado	Lauro Müller	(48) 988436171
SAIMON MENDES MACHADO	07536251998	1,50	1,50	0,80	1,80	5,60	07/11/1988	6º	Classificado	Lauro Müller	(48) 998639110
ROMARIO TEIXEIRA	09498627975	2,00	1,00	1,20	1,20	5,40	25/06/1994	7º	Classificado	Lauro Müller	(48) 988189731 / (48) 998686817
LUCIANO DIAS SALVADOR	00489369952	1,00	0,00	0,00	0,60	1,60	29/03/1981	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 999009297
RENALDO BRIGIDA MELO	05494744981	0,50	0,00	0,00	0,00	0,50	20/11/1977	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 988007376
RENAN TEIXEIRA	13307961950	-	-	-	-	-	08/06/1999	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 34645325 / (48) 88246247



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

PROCESSO SELETIVO - 001/2019  
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS



## RESULTADO FINAL

## MOTORISTA - LAURO MÜLLER

NOME	CPF	LP	MAT	ATU	CEÁ	PP	NOTA FINAL	NASC.	POSICÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)
DILCEU CAMPOS DA ROSA	79196187972	1,00	1,00	0,40	2,40	4,00	8,80	01/09/1977	1º	Classificado	Orleans	(48) 92000316 / (47) 991535510
VICENTE FERNANDES MADEIRA	03290510913	0,80	1,00	0,60	2,40	3,60	8,40	09/08/1981	2º	Classificado	Lauro Müller	(48) 998102890 / (48) 988689850
RONALDO TEZZA CRUZETA	02647474932	0,80	1,00	0,80	1,20	3,80	7,60	16/11/1991	3º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34647090 / (48) 999122150
NELSON COLONHI	02019994912	0,80	1,00	0,20	1,80	3,60	7,40	24/01/1977	4º	Classificado	Lauro Müller	(48) 988386059 / (48) 988183890
LUCAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS	057062199	1,00	0,80	0,40	1,20	3,60	7,00	08/07/1994	5º	Classificado	Lauro Müller	(48) 988695006 / (48) 988390195
DARLAN CANDIDO	0339682396687	1,00	1,00	0,80	0,60	3,60	7,00	13/06/1979	6º	Classificado	Orleans	(48) 34662265 / (48) 996469773
FERNANDO SOUZA NEVES	02452253947	1,00	0,60	0,60	1,20	3,20	6,60	05/01/1972	7º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34643090 / (48) 988533250
KRAMMER SCHUCH	02799215956	0,80	0,80	0,60	1,20	3,20	6,60	28/08/1980	8º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34647488 / (48) 991257890
GABRIEL DA SILVA PEREIRA	00195470920	0,80	0,80	0,40	1,20	3,20	6,40	09/07/1996	9º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34645654 / (48) 999008374
ALAIR DOS SANTOS	03540549956	1,00	1,00	0,80	0,60	3,00	6,40	22/05/1981	10º	Classificado	Lauro Müller	(48) 996005797 / (48) 998332672
VALENTIN ANDRESSON PACHECO	93545800991	0,40	0,40	0,60	1,20	2,00	4,60	04/06/1974	11º	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 34643459 / (48) 996037317
TEGMAR DE MORAES	14508864823	1,00	1,00	1,00	1,80	-	4,80	28/11/1967	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 988274466 / (48) 988575091
ANTENOR FARIAS FILHO	99238453972	0,80	1,00	0,80	1,80	-	4,40	02/12/1970	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 34644481 / (48) 998602418
ERIVELTON VIEIRA	05911066915	1,00	0,80	0,60	1,80	-	4,20	04/02/1989	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 34645107 / (48) 999300496
ANDERSON TAVARES	10823762934	0,80	0,40	0,60	1,20	-	3,00	05/05/1997	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 996575182 / (48) 998459872
EVANIR JOSE BORGES	40259291925	0,20	0,80	0,60	0,00	-	1,60	08/10/1961	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 988308812 / (48) 988115930
VALENCIR VICENTE	79489176925	0,00	0,00	0,20	0,00	-	0,20	24/08/1973	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 988139647 / (48) 988209059
MARICELIO JOSE LUCIANO	539333119	-	-	-	-	-	-	11/03/1964	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 998235634 / (48) 998415830
ROMILTON JUNG	803160509	-	-	-	-	-	-	06/03/1971	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 999309022 / (48) 988749264 / (48) 999309022 / (48) 988749264
DEAN DE LIMA PIMENTEL	71208640900	-	-	-	-	-	-	16/05/1974	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 34645654 / (48) 999281264 / (48) 988045785
VALENTIM MANOEL	036143299	-	-	-	-	-	-	24/05/1982	-	-	-	-
FRANC LUIZ NOWASKI	06249393919	-	-	-	-	-	-	22/04/1989	-	-	-	-
OELINTON HENRIQUE DOS SANTOS	07266611989	-	-	-	-	-	-	19/06/1989	-	-	-	-
FERNANDO CASSAO	097632189	-	-	-	-	-	-	24/04/1997	-	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER**PROCESSO SELETIVO - 001/2019  
ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS**RESULTADO FINAL****OPERADOR DE MÁQUINA - LAURO MÜLLER**

NOME	CPF	LP	MAT	ATU	CEÁ	PP	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)
MARCIEL VERONEZI	86889788915	0,80	1,00	0,80	3,00	1,90	7,50	23/11/1972	1º	Classificado	Orleans	(48) 999495833
ADRIANO LEGNANI	06621661916	1,00	1,00	0,40	1,80	2,20	6,40	16/10/1989	2º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34647253 / (48) 988365823
WILSON LOCH	53927044920	0,80	1,00	0,80	2,40	0,30	5,30	18/03/1964	3º	Classificado	Lauro Müller	(48) 988222778
RUDNEI HEINZEN	60146982991	0,40	0,80	0,40	1,80	1,90	5,30	28/05/1965	4º	Classificado	Lauro Müller	(48) 996878738


**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER**

 PROCESSO SELETIVO - 001/2019  
 ORGANIZAÇÃO: UNIBAVE - CONCURSOS

**RESULTADO FINAL**
**PEDREIRO - LAURO MÜLLER**

NOME	CPF	LP	MAT	ATU	CEÁ	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)
LUIZ ANTONIO MIRANDA	04441361939	2,50	2,00	2,00	3,00	9,50	17/05/1983	1º	Classificado	Lauro Müller	(48) 996794432
GUSTAVO FERREIRA AMANCIO	09151519950	2,50	2,50	1,20	3,00	9,20	27/06/1995	2º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34644322 / (48) 998368898
MAIOM RODOLFO VAMBOMEL	04993342993	2,50	2,50	0,80	3,00	8,80	06/09/1985	3º	Classificado	Lauro Müller	(48) 34644105 / (48) 998675108
ALEXANDRE BERNARDO	02904663932	1,50	2,50	1,20	2,40	7,60	06/10/1979	4º	Classificado	Lauro Müller	(48) 998318616
CLEVERTON ADRIANO MARCILIO	09070722917	1,00	1,00	0,80	2,40	5,20	18/05/1993	5º	Classificado	Lauro Müller	(48) 991575382
VILSON FERNANDES MADEIRA	93546149904	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15/04/1972	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 998429340
JOÃO DE OLIVEIRA	37809253972	-	-	-	-	-	12/02/1958	-	Desclassificado	Lauro Müller	(48) 988656681
ANTONIO CARLOS MOREIRA NEPOMUCENO	67282342920	-	-	-	-	-	10/05/1965	-	Desclassificado	Urussanga	(51) 981296997 / (51) 981367329

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SSC EXTRATO CONTRATUAL PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 20/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019**

Publicação Nº 1997572

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SSC

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 20/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR dos alunos da rede municipal de ensino, para o ano de 2019, de acordo com o Edital de CHAMADA PÚBLICA, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição. Contratada: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON RÉGIS - CNPJ sob n.º 11.419.727/0001-24, no valor de R\$ 407.680,00 (quatrocentos e sete mil, seiscentos e oitenta reais). Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CNPJ sob o nº 31.031.380/0001-55.

Vigência: 26/04/2019. Término: 31/12/2019.

Lebon Régis, 26/04/2019.

Cloci Aparecida Oliveira Pierdoná - Gestora

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 61/2019

Publicação Nº 1997493

DECRETO Nº 61/2019

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 38/2019 em 26 de abril de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 38/2019, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Fica designado o fiscal do Contrato do Pregão supracitado o servidor:

- Rodrigo Nogueira Palma, matrícula 109770,
- Suseleide da Cunha, matrícula 120243,
- Gláucio Muller, matrícula 90727,
- Vanessa C. M. Lopes, matrícula 148776,
- Adrielle Maria Cambrussi, matrícula 66044.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 26 de abril de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

### RETIFICAÇÃO AO EDITAL 44/2019

Publicação Nº 1998108

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

REGISTRO DE PREÇO

RETIFICAÇÃO EDITAL N.º 44/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E FILTROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. Inclusão do item 5.10 na proposta de preço: O produto ofertado deverá ser homologado por uma ou mais montadoras de veículos nacionais, apresentando cópia da homologação da mesma juntamente com a proposta. Alteração da data e abertura das propostas.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 14/05/2019; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 14/05/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 26 de abril de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 79/2019**

Publicação Nº 1997435

DECRETO N.º 79/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.365.0024.2.091 – Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Creches

(50) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501.00 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.365.0024.2.091 – Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Creches

(52) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501.00 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 151/2019**

Publicação Nº 1998261

PORTARIA N.º 151/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;  
RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora efetiva Sra. LEIDI DAIANI SPÉZIA MARTENDAL, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo, a função de auxiliar de coordenação pelo Centro de Educação Infantil Constância Erbs, no período noturno, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-4", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de



Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 152/2019**

Publicação Nº 1998264

### **PORTARIA N.º 152/2019**

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;  
RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora efetiva Sra. MARA RUBIA LEBER, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo, a função de auxiliar de coordenação pelo Centro de Educação Infantil Verônica Hess, no período noturno, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-4", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 26 de abril de 2019.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA 153/2019**

Publicação Nº 1998265

### **PORTARIA N.º 153/2019**

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;  
RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora efetiva Sra. NATALINA RINCUS MICHELUZZI, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo, a função de auxiliar de coordenação pelo Centro de Educação Infantil Constância Erbs, no período noturno, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-4", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 26 de abril de 2019.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 154/2019**

Publicação Nº 1998267

PORTARIA N.º 154/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora efetiva Sra. VANESSA BACHMANN TIRONI, além de suas atribuições inerentes ao seu cargo, a função de auxiliar de coordenação pelo Centro de Educação Infantil Verônica Hess, no período noturno, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-4", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Parágrafo único. Em razão da função gratificada concedida, fica vedado o adicional pela prestação de serviço extraordinário, conforme previsto no § 2º do artigo 40 da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 155/2019**

Publicação Nº 1998268

PORTARIA N.º 155/2019

Altera a Portaria n.º 489/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 40 da Lei Complementar n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que institui o quadro das funções gratificadas do Poder Executivo Municipal, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria n.º 489/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica concedida, em decorrência da função acima atribuída, a gratificação "FG-3", conforme anexo XIV da Lei Complementar n.º 06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### ANÁLISE DE RECURSO - PROCESSO SELETIVO 006/2019

Publicação Nº 1997961

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019 de 12 de abril de 2019.  
ANALISE DOS RECURSOS

Apreciados os recursos interpostos pelas CANDIDATAS 004 e 010, a Comissão Especial realizou a revisão da pontuação, nos termos do item 6.3 do Edital, define-se a relação nominal dos candidatos aprovados para:

Insc.	Candidato	Pós-graduação	Licenciatura plena	Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de Educação Infantil	Tempo de serviço	Pontuação Final	Colocação
007	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	3,00	2,00	1,50	24,30	30,80	1º
010	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris	3,00	2,00	2,00	14,00	21,00	2º
001	Andrea de Andrade	3,00	2,00	2,00	13,90	20,90	3º
009	Marta B. Rocha	-	2,00	2,00	15,90	19,90	4º
008	Romy Elisa Schneider	3,00	2,00	-	7,20	12,20	5º
011	Marisete de Cordova Passos Dahmer	3,00	2,00	2,00	4,40	11,40	6º
004	Amanda Luiza Ferrandin	-	2,00	-	9,00	11,00	7º
006	Tirlane Kuhn Hoffstatter	3,00	2,00	2,00	2,30	9,30	8º
002	Arlete Triques Hoffelder	3,00	2,00	2,00	2,00	9,00	9º
005	Karine Thays Ferreira Borba	-	2,00	-	3,00	5,00	10

Da análise do recurso restou a seguinte decisão:

1. manteve-se a colocação da CANDIDATA 004, realizando-se a correção quanto a pontuação para os cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de Educação Infantil, pois a mesma não apresentou a documentação para tal pontuação.
2. da correção da nota da CANDIDATA 009 quanto a da pontuação final e de sua colocação pois por um lapso havia-se considerado pontuação de pós-graduação que não foi apresentada.

Luzerna(SC), 29 de abril de 2019.

Comissão de Análise

Comissão de Análise

Comissão de Análise

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 0062019

Publicação Nº 1997966

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
NO MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019 de 12 de abril de 2019.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo por Análise de Currículo nº 006/2019 de 12 de abril de 2019, não havendo recursos pendentes depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público, para o cargo de Professor de Educação Infantil, contendo relação nominal dos candidatos após análise dos títulos apresentados:  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Insc.	Candidato	Pós-graduação	Licenciatura plena	Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de Educação Infantil	Tempo de serviço	Pontuação Final	Colocação
007	Cloci Odete Dalla Vechia Baggio	3,00	2,00	1,50	24,30	30,80	1º
010	Karen Aline de Freitas Thomaz Savaris	3,00	2,00	2,00	14,00	21,00	2º
001	Andrea de Andrade	3,00	2,00	2,00	13,90	20,90	3º
009	Marta B. Rocha	-	2,00	2,00	15,90	19,90	4º



008	Romy Elisa Schneider	3,00	2,00	-	7,20	12,20	5º
011	Marisete de Cordova Passos Dahmer	3,00	2,00	2,00	4,40	11,40	6º
004	Amanda Luiza Ferrandin	-	2,00	-	9,00	11,00	7º
006	Tirlane Kuhn Hoffstatter	3,00	2,00	2,00	2,30	9,30	8º
002	Arlete Triques Hoffelder	3,00	2,00	2,00	2,00	9,00	9º
005	Karine Thays Ferreira Borba	-	2,00	-	3,00	5,00	10

**CANDIDATO DESCLASSIFICADO**

Inscrição 003

Nome: Valeria Aparecida Maria Nunes Velho

Motivo: Não apresentou comprovante de conclusão de Licenciatura Plena completa.

Luzerna(SC), 29 de abril de 2019.

**REGINA CARIN JACOBY CUREAU**

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público de Professor de Educação Infantil, no Município de Luzerna,

Luzerna(SC), 29 de abril de 2019.

**MOISÉS DIERSMANN**

Prefeito de Luzerna

**PL 052/2019 - PP 035/2019 - UNIFORMES - PML**

Publicação N° 1997915

**MUNICIPIO DE LUZERNA****EXTRATO DE EDITAL**

Processo Licitatório nº 052/2019 - PML

Pregão Presencial nº 035/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição, de forma parcelada, de uniformes (calças, aventais e camisetas) destinados aos professores, merendeiras e auxiliares de copa e higienização da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal São Francisco, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 13 de maio de 2019.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 13 de maio de 2019.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Publicação Nº 1999090

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

CNPJ Nº: 31.075.213/0001-06

Valor Registrado: R\$ 181.986,80 (cento oitenta um mil e novecentos oitenta seis reais e oitenta centavos).

Objeto: aquisição de portas e divisórias em dry-wall destinadas a manutenção e reforma das Unidades de Saúde do Município de Mafra, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº122/2019, Pregão Presencial- RP nº 028/2019.

Data de Assinatura: 11 de abril de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de abril de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019

Publicação Nº 1999091

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: JRC-COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME

CNPJ Nº: 01.560.884/0001-00

Valor Registrado: R\$ 387.342,89 (trezentos oitenta sete mil trezentos e quarenta dois reais e oitenta nove centavos)

Objeto: aquisição de peças e mão de obra preventiva e corretiva, destinadas aos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 062/2019, Pregão Presencial- RP nº 016/2019.

Data de Assinatura: 15 de abril de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

Publicação Nº 1999092

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: AUTO PEÇAS RENE LTDA - EPP

CNPJ Nº: 01.488.404/0001-39

Valor Registrado: R\$ 302.420,21 (trezentos dois mil quatrocentos vinte reais e vinte um centavos)

Objeto: aquisição de peças e mão de obra preventiva e corretiva, destinadas aos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 062/2019, Pregão Presencial- RP nº 016/2019.

Data de Assinatura: 15 de abril de 2019.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 032/2018

Publicação Nº 1999087

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 032/2018.

Contrato nº: 032/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Contratada: MAURÍCIO PRÜES

CPF nº 988.077.069-20

Modalidade: Processo Licitatório n.º 173/2018. Dispensa Por Justificativa nº 007/2018.

Data Assinatura do termo aditivo: 15 de abril de 2019.

Valor do Item com Reajuste: R\$ 1.105,55 (um mil cento e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 025/2016**

Publicação Nº 1999088

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 025/2016

Contrato nº: 025/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CSA COMÉRCIO E SUPRIMENTOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MAQUINAS COPIADORAS LTDA

CNPJ nº 00.243.167/0001-83

Modalidade Processo Licitatório n.º 018/2016. Pregão Presencial nº 009/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 27 de março de 2018.

Prazo: com vigência até 30 de maio de 2019.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2019**

Publicação Nº 1999089

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: EMANCIPAR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

CNPJ: 14.836.123/0001-25

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do processo seletivo eleitoral de escolha de Conselheiros Tutelares do município de Mafra/SC, incluindo a elaboração do edital de divulgação do processo de escolha, inscrição dos candidatos, apreciação dos documentos e recursos apresentados, organização, elaboração e aplicação da prova, correção e análise de eventuais recursos, apuração e proclamação dos eleitos (titulares e suplentes) e elaboração do edital com o resultado dos eleitos.

Processo Licitatório n.º 192/2019 – Dispensa de Licitação nº 010/2019.

Valor: R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)

Data Assinatura: 03 de abril de 2019.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 31/12/2019.

Dotação Orçamentária:

235 – 4.15001.8.243.15.2.83.0.339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015**

Publicação Nº 1998069

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou o 4º Termo Aditivo do Termo de Convênio nº 001/2015 com a ASSOCIAÇÃO DOS ITALIANOS DE RIO NEGRO E MAFRA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.254.309/0001-08 e o CENTRO DI CULTURA ITALIANA PARANÁ/ SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.075.810/0001-60.

Data Assinatura do termo aditivo: 08 de abril de 2019.

Prazo de vigência: até 31 de dezembro de 2019.

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 026/2019

Publicação Nº 1998126

DECRETO Nº 26 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 06 de dezembro de 2018 - LOA 2019 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	168	Recurso 0200 – Valor R\$ 8.400,00
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	226	Recurso 0209 – Valor R\$ 5.240,00
VALOR: R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais)		
TOTAL .....		R\$ 13.640,00

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	164	Recurso 0200 – Valor R\$ 8.400,00
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	165	Recurso 0209 – Valor R\$ 5.240,00
VALOR: R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais)		
TOTAL .....		R\$ 13.640,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 25 de Abril de 2019.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 25 de Abril de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
Secretária de Administração



**PORTARIA 046/2019**

Publicação Nº 1998135

PORTARIA Nº 046 DE 24 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a servidora DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 24/4/2019 a 21/8/2019, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 24 de abril de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 24 de abril de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 387/2019

Publicação Nº 1997277

DECRETO Nº 387, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 4 de fevereiro a 18 de dezembro de 2019, MARLI DOS SANTOS BORDIGNON, brasileira, portadora do RG nº 123712598, para ocupar o cargo de Educadora Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 135, de 4 de fevereiro de 2019.

Maravilha – SC, 26 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 388/2019

Publicação Nº 1999172

DECRETO Nº 388, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 137/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 25 de abril a 20 de dezembro de 2019, CLAUDETE BEATRIZ HERMES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.170.449-73, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2019.

Maravilha – SC, 26 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## **Decreto nº 389/2019**

Publicação Nº 1999189

DECRETO Nº 389, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 138/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 26 de abril a 20 de dezembro de 2019, ANGELITA MILANI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 024.609.319-64, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Branca de Neve, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## **PROCESSO LICITATÓRIO N. 064/2019**

Publicação Nº 1998037

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 064/2019 - Modalidade Pregão Presencial n. 022/2019 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

RETIFICAÇÃO N. 001/2019.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2019 ao Edital de Pregão Presencial n. 022/2019, a qual passa a excluir os itens 6.2, 6.2.1, 6.2.1.1 e 6.2.1.2, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preço para aquisição de pneus novos, conforme necessidade do Município de Maravilha – SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 15 de maio de 2019 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 26 de abril de 2019. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 53.2019 PP 53.2019 (PMM)

Publicação Nº 1997346

#### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 053/2019 - PMM – Pregão Presencial n.º 053/2019.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 05.063.653/0001-33, sediada na cidade de Curitiba/PR, a Rua William Booth, n.º 2093, Boqueirão, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é a aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para a Prefeitura de Massaranduba/SC.

#### DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 24.04.2019 e, considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 26.04.2019, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

#### DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona diversas exigências editalícias, por considera-las excessivas e irrelevantes, as quais, segundo o impugnante, restringem a competitividade do certame.

A Impugnante fundamenta sua decisão em artigos da Lei nº 8.666/93, da Constituição Federal e nos Princípios Gerais do Direito.

No tocante ao questionamento da impugnação ora julgada, é cediço que a licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da licitação, atuando sempre em prol do interesse público.

É importante esclarecer, de início, que não há óbice legal para que a Administração formule, nos editais de licitação, exigências restritivas à participação de alguns interessados, ou, melhor dizendo, exigências de que não possam ser atendidas por algum ou alguns licitantes, desde que as mesmas se afigurem relevantes para o interesse público.

Com efeito, esse procedimento administrativo, quando adotado dentro do princípio da razoabilidade, encontra amparo no ordenamento jurídico, não configurando restrições ao caráter competitivo do certame licitatório. Aliás, sobre a matéria, o TCU, pelo Enunciado de Decisão nº 351, assim se posicionou: "A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público."

Nessa toada, analisando minuciosamente a impugnação apresentada, passamos a expor o entendimento da Administração Pública.

#### a) Peso operacional de no mínimo 23,5 toneladas:

A empresa informa que a escavadeira de seu portfólio possui 22.5 toneladas, ou seja, 1000 kg a menos do que o peso mínimo da máquina exigido no edital.

Ainda, a empresa informa que o referido peso restringe a competição da licitação e que inclusive a máquina que poderiam oferecer é superior aos requisitos do edital, entretanto não atende ao requisito peso.

Aduz que a diferença é insignificante e que não afeta o bom desempenho do equipamento. E, por isso, requer a retificação do edital, a fim de reduzir o peso operacional mínimo.

Esclarecemos que tal exigência está incluída dentro do poder discricionário da Administração Pública, uma vez que nos cabe a definição do objeto conforme a necessidade.

O objetivo do Município em estabelecer algumas exigências é justamente assegurar a regular execução dos serviços que serão prestados.

Dessa feita, esclarecemos que desejamos uma máquina que possua no mínimo 23,5 toneladas, pois seu peso representa um equipamento mais robusto e reforçado, composto de componentes mais fortes e, esperamos, mais resistentes.

De qualquer modo, estamos convictos que tal exigência não afeta de forma alguma a competitividade, pois na fase interna da preparação das especificações técnicas e pesquisa de preços, conseguiu-se orçamentos de diversos fornecedores que atendiam ao solicitado, cujos modelos seguem anexos provando não haver direcionamento ou favorecimento de nenhuma empresa.

b) Motor de 06 cilindros

A empresa informa que a escavadeira de seu catálogo possui 04 cilindros, ou seja, 02 cilindros a menos do que o exigido no edital.

A empresa informa que a referida diferença não traz qualquer prejuízo no desempenho da máquina. Pelo contrário, o equipamento proposto pela empresa ainda tende a ser mais eficiente, pois o motor menos faz com o que máquina seja mais leve, com praticamente o mesmo torque de força.

Entretanto, diferente do alegado, o motor é um dos principais componentes da escavadeira hidráulica.

Esteiras com dimensão máxima de 2.900 mm de largura e caçamba com capacidade de no mínimo 1,40 m3:

A empresa aduz que as referidas exigências são ilegais, por restringirem a competitividade e por possuírem pequena diferença das dimensões que possuem a máquina da licitante.

Ora. A simples exigência da Administração, que atua com seu poder discricionário, não pode ser considerada ilegal. Até porque, para primar pela aquisição de itens que garantam a qualidade do objeto, cabe a Administração definir os parâmetros desejados.

Pelo que foi demonstrando, em momento algum a Administração está ferindo o princípio da legalidade, tampouco o princípio da igualdade. As exigências previstas no edital não se mostram arbitrárias ou discriminatórias.

Pelo contrário, está sendo primado os princípios da eficiência, economicidade, entre outros.

O fato da empresa não possuir produtos nas condições exigidas no edital, não significa que está sendo violada a isonomia, pois a Administração Pública tem discricionariedade de informar a conveniência e oportunidade em adquirir os equipamentos necessários ao bom andamento da máquina pública.

Justificando ainda que o equipamento almejado pela Administração, informamos que o equipamento também irá trabalhar com matérias detonadas ou rompidas. E, por isso, faz-se necessárias caçambas maiores e reforçadas, com maior poder de carregamento, e construídas com materiais robustos para aguentar o atrito, garantindo durabilidade do equipamento.

Braço da máquina:

Quanto ao esclarecimento acerca da contradição do comprimento do braço, informamos que como há valores divergentes no edital, o mesmo será interpretado de forma que não prejudique nenhum licitante, ou seja, de no mínimo 2.400 mm.

Entretanto, tais valores não são contraditórios, e, por este motivo, não enseja necessariamente alteração do edital.

#### DA DECISÃO

Diante do exposto, e demonstrado que não houve nenhum direcionamento na elaboração do referido edital, somos pelo conhecimento da impugnação, porque tempestiva, e, no mérito, pela IMPROCEDÊNCIA, de forma a manter o edital do certame na íntegra.

Dê-se ciência a empresa impugnante.

Massaranduba (SC), 25 de abril de 2019.

Cirio Martini

Pregoeiro

### **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 53.2019 PP 53.2019 (PMM)**

Publicação Nº 1997348

#### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 053/2019 - PMM – Pregão Presencial n.º 053/2019.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por BMC HYUNDAU S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 14.168.536/0001-25, sediada na cidade de Itatiúba/RJ, a Rodovia Presidente Dutra, s/n, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é a aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para a Prefeitura de Massaranduba/SC.

#### DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 24.04.2019 e, considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 26.04.2019, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

#### DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona a exigência editalícia de a máquina estar equipada com motor da mesma marca do fabricante, por considerar excessiva e irrelevante, a qual, segundo o impugnante, restringe a competitividade do certame.

A Impugnante fundamenta sua decisão em artigos da Lei nº 8.666/93, e decisão exarada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

No tocante ao questionamento da impugnação ora julgada, é cediço que a licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da licitação, atuando sempre em prol do interesse público.

É importante esclarecer, de início, que não há óbice legal para que a Administração formule, nos editais de licitação, exigências restritivas à participação de alguns interessados, ou, melhor dizendo, exigências de que não possam ser atendidas por algum ou alguns licitantes, desde que as mesmas se afigurem relevantes para o interesse público.

Com efeito, esse procedimento administrativo, quando adotado dentro do princípio da razoabilidade, encontra amparo no ordenamento jurídico, não configurando restrições ao caráter competitivo do certame licitatório. Aliás, sobre a matéria, o TCU, pelo Enunciado de Decisão nº 351, assim se posicionou: "A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público."

Nessa toada, analisando minuciosamente a impugnação apresentada, passamos a expor o entendimento da Administração Pública.

Da necessidade do motor possuir a mesma marca do fabricante:

Conforme justificativa acostada no termo de referência que precedeu o edital do certame, informamos que a exigência decorre do princípio da eficiência e economicidade, pois traz algumas vantagens, como a celeridade no reparo quando da assistência técnica e da garantia, garantindo a funcionalidade harmônica dos componentes, evitando montagens inapropriadas, ensejando melhor funcionamento e desempenho.

Muito diferente do alegado, o motor é um dos principais componentes da escavadeira em apreço.

Uma escavadeira hidráulica tem como função precípua a escavação e carregamento de materiais, cujas funções são exercidas pela energia hidráulica, que recebe energia do motor.

Dessa forma, é vital a perfeita sincronia entre o motor e o equipamento, bem como a qualidade desse componente. Também, é importante que a assistência técnica preventiva seja feita rigorosamente, a fim de manter o equipamento em funcionamento e sejam evitadas ao máximo, as paradas mecânicas.

Inclusive, tal exigência já foi motivo de análise pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sendo validada em decisão singular exarada no @REP 18/01111240.

d) Esteiras com dimensão máxima de 2.900 mm de largura:

A empresa aduz que a exigência é ilegal, por ser constado como dimensão máxima, e não como dimensão mínima.

Ora. A simples exigência da Administração, que atua com seu poder discricionário, não pode ser considerada ilegal. Até porque, para primar pela aquisição de itens que garantam a qualidade do objeto, cabe a Administração definir os parâmetros desejados.

Pelo que foi demonstrando, em momento algum a Administração está ferindo o princípio da legalidade, tampouco o princípio da igualdade. As exigências previstas no edital não se mostram arbitrárias ou discriminatórias.

Pelo contrário, está sendo primado os princípios da eficiência, economicidade, entre outros.

O fato da empresa não possuir produtos nas condições exigidas no edital, não significa que está sendo violada a isonomia, pois a Administração Pública tem discricionariedade de informar a conveniência e oportunidade em adquirir os equipamentos necessários ao bom andamento da máquina pública.

e) Braço da máquina:

Quanto ao esclarecimento acerca da contradição do comprimento do braço, informamos que como há valores divergentes no edital, o mesmo será interpretado de forma que não prejudique nenhum licitante, ou seja, de no mínimo 2.400 mm.

Entretanto, tais valores não são contraditórios, e, por este motivo, não enseja necessariamente alteração do edital.

#### DA DECISÃO

Diante do exposto, e demonstrado que não houve nenhum direcionamento na elaboração do referido edital, somos pelo conhecimento da impugnação, porque tempestiva, e, no mérito, pela IMPROCEDÊNCIA, de forma a manter o edital do certame na íntegra.

Dê-se ciência a empresa impugnante.

Massaranduba (SC), 23 de abril de 2019.

Cirio Martini

Pregoeiro

### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 53.2019 PP 53.2019 (PMM)

Publicação Nº 1997342

#### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 053/2019 - PMM – Pregão Presencial n.º 053/2019.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por BERTINATTO MAQUINAS EIRELLI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 11.920.102/0001-41, sediada na cidade de Porto Alegre/PR, a Rua Voluntários da Pátria, 1013, bairro Floresta, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é a aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para a Prefeitura de Massaranduba/SC.

DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.  
(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 22.04.2019 e, considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 26.04.2019, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

#### DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona algumas exigências editalícias excessivas e irrelevantes, as quais, segundo o impugnante, restringem a competitividade do certame, quais sejam:

- Peso operacional,
- Especificações exatas e máximas, o que afronta a Nota Técnica 02/2017 do MP,
- Equipada com motor da mesma marca do fabricante,
- Esteiras com dimensão máxima de 2.900 mm de largura,
- Braço da máquina,

A Impugnante fundamenta sua decisão em artigos da Lei nº 8.666/93, Nota Técnica 02/2017 do MP e princípios gerais do direito administrativo.

No tocante ao questionamento da impugnação ora julgada, é cediço que a licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da licitação, atuando sempre em prol do interesse público.

É importante esclarecer, de início, que não há óbice legal para que a Administração formule, nos editais de licitação, exigências restritivas à participação de alguns interessados, ou, melhor dizendo, exigências de que não possam ser atendidas por algum ou alguns licitantes, desde que as mesmas se afigurem relevantes para o interesse público.

Com efeito, esse procedimento administrativo, quando adotado dentro do princípio da razoabilidade, encontra amparo no ordenamento jurídico, não configurando restrições ao caráter competitivo do certame licitatório. Aliás, sobre a matéria, o TCU, pelo Enunciado de Decisão nº 351, assim se posicionou: "A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público."

Nessa toada, analisando minuciosamente a impugnação apresentada, passamos a expor o entendimento da Administração Pública.

##### a) Peso operacional de no mínimo 23,5 toneladas:

A empresa informa que a escavadeira de seu portfólio possui apenas 350 kg a menos do que o peso mínimo da máquina exigido no edital.

Ainda, pela planilha acostada na exordial, a empresa informa que o referido peso restringe a competição da licitação e que a referida diferença de 350 kg não gera diminuição no desempenho e produtividade da máquina.

E, por isso, requer a retificação do edital, a fim de reduzir o peso operacional mínimo.

Esclarecemos que tal exigência está incluída dentro do poder discricionário da Administração Pública, uma vez que nos cabe a definição do objeto conforme a necessidade.

O objetivo do Município em estabelecer algumas exigências é justamente assegurar a regular execução dos serviços que serão prestados.

Dessa feita, esclarecemos que desejamos uma máquina que possua no mínimo 23,5 toneladas, pois seu peso representa um equipamento mais robusto e reforçado, composto de componentes mais fortes e, esperamos, mais resistentes.

De qualquer modo, estamos convictos que tal exigência não afeta de forma alguma a competitividade, pois na fase interna da preparação das especificações técnicas e pesquisa de preços, conseguiu-se orçamentos de diversos fornecedores que atendiam ao solicitado, cujos modelos seguem anexos provando não haver direcionamento ou favorecimento de nenhuma empresa.

##### b) Especificações exatas e máximas, o que afronta a Nota Técnica 02/2017 do MP:

A empresa informa que no edital há muitas especificações exatas e máximas, que afrontam a Nota Técnica 02/2017, as quais estão em desacordo com os princípios gerais do direito.

Entretanto, diferente do alegado, a única especificação exata existente é a de 700 mm de sapatas, que se faz necessário em razão de a escavadeira ser usada eventualmente na escavação e carregamento de macadame, conforme justificativa acostada no termo de referência que precedeu o edital do certame.

As demais exigências são todas mínimas e máximas, não restringindo, de nenhuma forma, a participação no certame, pois há diversas máquinas no mercado que atendam as especificações desejadas.



c) Equipada com motor da mesma marca do fabricante:

Quanto a esse questionamento, conforme justificativa acostada no termo de referência que precedeu o edital do certame, informamos que a exigência decorre do princípio da eficiência e economicidade, pois traz algumas vantagens, como a celeridade no reparo quando da assistência técnica e da garantia, garantindo a funcionalidade harmônica dos componentes, evitando montagens inapropriadas, ensejando melhor funcionamento e desempenho.

Muito diferente do alegado, o motor é um dos principais componentes da escavadeira em apreço.

Uma escavadeira hidráulica tem como função precípua a escavação e carregamento de materiais, cujas funções são exercidas pela energia hidráulica, que recebe energia do motor.

Dessa forma, é vital a perfeita sincronia entre o motor e o equipamento, bem como a qualidade desse componente. Também, é importante que a assistência técnica preventiva seja feita rigorosamente, a fim de manter o equipamento em funcionamento e sejam evitadas ao máximo, as paradas mecânicas.

Inclusive, tal exigência já foi motivo de análise pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sendo validada em decisão singular exarada no @REP 18/01111240.

d) Esteiras com dimensão máxima de 2.900 mm de largura:

A empresa aduz que a exigência é ilegal, por ser constado como dimensão máxima, e não como dimensão mínima.

Ora. A simples exigência da Administração, que atua com seu poder discricionário, não pode ser considerada ilegal. Até porque, para primar pela aquisição de itens que garantam a qualidade do objeto, cabe a Administração definir os parâmetros desejados.

Pelo que foi demonstrando, em momento algum a Administração está ferindo o princípio da legalidade, tampouco o princípio da igualdade. As exigências previstas no edital não se mostram arbitrárias ou discriminatórias.

Pelo contrário, está sendo primado os princípios da eficiência, economicidade, entre outros.

O fato da empresa não possuir produtos nas condições exigidas no edital, não significa que está sendo violada a isonomia, pois a Administração Pública tem discricionariedade de informar a conveniência e oportunidade em adquirir os equipamentos necessários ao bom andamento da máquina pública.

e) Braço da máquina:

Quanto ao esclarecimento acerca da contradição do comprimento do braço, informamos que como há valores divergentes no edital, o mesmo será interpretado de forma que não prejudique nenhum licitante, ou seja, de no mínimo 2.400 mm.

Entretanto, tais valores não são contraditórios, e, por este motivo, não enseja necessariamente alteração do edital.

#### DA DECISÃO

Diante do exposto, e demonstrado que não houve nenhum direcionamento na elaboração do referido edital, somos pelo conhecimento da impugnação, porque tempestiva, e, no mérito, pela IMPROCEDÊNCIA, de forma a manter o edital do certame na íntegra.

Dê-se ciência a empresa impugnante.

Massaranduba (SC), 23 de abril de 2019.

Cirio Martini

Pregoeiro

### **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 53.2019 PP 53.2019 (PMM)**

Publicação Nº 1997345

#### **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO**

Referência: Processo Licitatório n.º 053/2019 - PMM – Pregão Presencial n.º 053/2019.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 79.879.318/0001-44, sediada na cidade de Chapecó/SC, a Rua Cristóvão Colombo, 221, bairro Bela Vista, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é a aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para a Prefeitura de Massaranduba/SC.

#### **DA ADMISSIBILIDADE:**

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 22.04.2019 e, considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 26.04.2019, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

**DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:**

Em linhas gerais, o Impugnante questiona algumas exigências editalícias, as quais, segundo o impugnante, restringem a competitividade do certame, quais sejam:

- a) Peso operacional de no mínimo 23,5 toneladas;
- b) Comprimento do braço, uma vez que há divergência de tamanhos no termo de referência.

A Impugnante fundamenta sua decisão em artigos da Lei nº 8.666/93.

No tocante ao questionamento da impugnação ora julgada, é cediço que a licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da licitação, atuando sempre em prol do interesse público.

Nessa toada, analisando minuciosamente a impugnação apresentada, passamos a expor o entendimento da Administração Pública.

- a) Peso operacional de no mínimo 23,5 toneladas

A empresa informa que o peso colacionado não condiz com a realidade de mercado.

Ainda, argumenta que um equipamento de menor peso propicia maior agilidade de operação e facilita o deslocamento, manuseio e transporte. E, por isso, requer a retificação do edital, a fim de reduzir o peso operacional mínimo.

Entretanto, causa estranheza tal argumento da impugnante, visto que a própria apresentou, quando das cotações, orçamentos de máquina que atende perfeitamente o peso operacional proposto pela Impugnada, conforme documento anexo.

Ainda assim, esclarecemos que tal exigência está incluída dentro do poder discricionário da Administração Pública, uma vez que nos cabe a definição do objeto conforme a necessidade.

O objetivo do Município em estabelecer algumas exigências é justamente assegurar a regular execução dos serviços que serão prestados.

Dessa feita, esclarecemos que desejamos uma máquina que possua no mínimo 23,5 toneladas, pois seu peso representa um equipamento mais robusto e reforçado, composto de componentes mais fortes e, esperamos, mais resistentes.

De qualquer modo, estamos convictos que tal exigência não afeta de forma alguma a competitividade, na fase interna da preparação das especificações técnicas e pesquisa de preços, conseguiu-se orçamentos de diversos fornecedores que atendiam ao solicitado, inclusive da empresa Impugnante, provando não haver direcionamento ou favorecimento de nenhuma empresa.

- b) Comprimento do braço, uma vez que há divergência de tamanhos no termo de referência.

Quanto ao esclarecimento acerca da contradição do comprimento do braço, informamos que como há valores divergentes no edital, o mesmo será interpretado de forma que não prejudique nenhum licitante, ou seja, de no mínimo 2.400 mm.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto, e demonstrado que não houve nenhum direcionamento na elaboração do referido edital, somos pelo conhecimento da impugnação, porque tempestiva, e, no mérito, pela IMPROCEDÊNCIA, de forma a manter o edital do certame na íntegra.

Dê-se ciência a empresa impugnante.

Massaranduba (SC), 23 de abril de 2019.

Cirio Martini  
Pregoeiro

**Matos Costa****PREFEITURA****DECRETO 027/2019**

Publicação Nº 1998070

DECRETO N.º 27/2019 – de 25 de abril de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2231/2019 de 02 de abril de 2019:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Assistência Social de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
PROJETO	2.029	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social		
DOTAÇÃO	3.3.40.00.00.00.1100	Aplicações Diretas - 21		60.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
PROJETO	2.029	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas - 2		60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 25 de abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

**DECRETO 028/2019**

Publicação Nº 1998076

DECRETO N.º 28/2019 – de 25 de abril de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2232/2019 de 24 de abril de 2019:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas		PROJETO
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas - 153		30.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo Superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 25 de abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes  
Assistente Administrativo II

## DECRETO 029/2019

Publicação Nº 1998079

DECRETO N.º 029/2019 – de 25 de abril de 2019.

Altera nomeação de membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.062/2014;

### DECRETA

Art. 1o. – Ficam designados os membros a seguir nominados para compor o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, para um mandato de 02 (dois) anos conforme abaixo segue:

Representante das Organizações governamentais:

I - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Membro Titular - Mariza Smek de Oliveira

Membro Suplente - Joelcy Franciane Granemann

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Membro Titular - Ivonei Tomacheuski

Membro Suplente - Carlos Alexandre Marschalk

III - Representante da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura, Esporte e Turismo.

Membro Titular - Leonir Alves dos Santos

Membro Suplente - Luis Arnoldo Kaminski

Representantes da Sociedade Civil:

I - Representante de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade

Membro Titular - Alcioni Bendlin Rodrigues

Membro Suplente - Valmi Regina Schena

II- Representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento ao idoso.

Membro Titular - Olini Rodrigues Machado

Membro Suplente - Vanderleia Aparecida Farias França

III -Representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do idoso.

Membro Titular - Marinaldo Gilberto da Silva

Membro Suplente - Cecília Castilho Camargo

Art. 2o. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contidas no DECRETO Nº 027/2018, 20 de março de 2018

Matos Costa, 26 de abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes  
Assistente Administrativo II

## EDITAL 01/2019 ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1997724

Edital n. 001/2019/CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Matos Costa - Santa Catarina.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matos Costa- Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução CONANDA n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 2.226/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Matos Costa – Santa Catarina, e dá outras providências.

**1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.**

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Matos Costa – Santa Catarina, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Matos Costa- Santa Catarina, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40	R\$ 1.497,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08:00 hs às 12:00hs e das 13:30h às 17:30h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 2.226/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 2.226/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 2.226/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

**2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Matos Costa- Santa Catarina ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.226/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Matos Costa – Santa Catarina, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

**3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO**

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n.2.226/2019, a saber:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 1(um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - conclusão do ensino médio

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X – não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX – não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X – Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão da (etapa da educação exigida pela Lei Municipal);

IX. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

#### 4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

#### 5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

#### 6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 26 (vinte e seis) de abril a 26 (vinte e seis) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, na Prefeitura Municipal.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição e requerimento(anexos) para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n.2.226/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do Requerimento de inscrição(duas vias), da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 Os documentos deverão ser entregues em envelope, que será lacrado no momento da inscrição.

6.10 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e da ficha de inscrição; e a entrega da documentação exigida.

#### 7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 2.226/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 30 (trinta) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 8 (oito) de julho de 2019.

7.15 Entre os dias 20 (vinte) e 21 (vinte e um) de julho de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.

7.16 No dia 28 (vinte e oito) de julho de 2019, das 09 hs às 11hs, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota igual ou superior a 6,00(seis), na Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula.



7.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 12 (doze) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019.

7.18 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 19 (dezenove) de agosto de 2019.

7.19 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

## 8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05 (cinco) de setembro de 2019, às 18h30, no Centro de Convivência da Terceira Idade.

## 9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.



- 9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- 9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.
- 9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.
- 9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.
- 9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.
- 9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
  - II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
  - III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 9.20 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

## 10. DA APURAÇÃO

- 10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.
- 10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
- 10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
- 10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

## 11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

- 11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
- 11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.
- 11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
- 11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.
- 11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

## 12. DO CALENDÁRIO

- 12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
26/04/2019	Publicação do Edital
26/04 a 26/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 e 28/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
30/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.

19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova.
20 e 21/07/2019	Capacitação dos candidatos e aplicação da prova.
28/07/2019	Realização da prova
12/08/2019	Divulgação dos resultados
13 e 14/08/2019	Recurso dos candidatos não aprovados
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.226/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Matos Costa, 26 de abril de 2019.

Anderson Luiz Carneiro

Presidente do CMDCA

Matos Costa-SC

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Atenção: Anexar cópias dos documentos exigidos:

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

Certificado de quitação eleitoral;

Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

Certidão negativa da Justiça Federal;

Certidão da Justiça Militar da União;

Diploma ou Certificado de Conclusão da (etapa da educação exigida pela Lei Municipal);

A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESTA CIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), Estado Civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ SSP \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, vem pelo presente requerer mui respeitosamente de Vossa Senhoria, o registro de minha candidatura para pleitear uma vaga junto ao ilustre Conselho Tutelar.

Nestes termos

Pede deferimento.

Matos Costa – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## PORTARIA 330/2019

Publicação Nº 1998180

PORTARIA Nº 330/2019 – De 22 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora CAMILA CARNEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de DIGITADOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS - AMUS, Designada para responder pelo setor de Licitações, 05 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, sua filha menor, com remuneração integral, de conformidade com o insculpido no art. 120, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 22 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

## PORTARIA 331/2019

Publicação Nº 1997326

PORTARIA Nº 331/2019 – De 24 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GILSON DE OLIVEIRA, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL designado para o cargo em comissão COORDENADOR DA DIV DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS, 10(dez) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 26.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 24.04.19 á 03.05.19, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art.134 e art.135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 24 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

**PORTARIA 332/2019**

Publicação Nº 1998873

PORTARIA Nº 332/2019 – De 25 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Acatar a decisão exarada pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no PAD n.º 01/2019 e EXONERAR o servidor TIAGO MENEGASSO, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional profissional, na categoria funcional de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula n.º 914, nos termos do art. 175, inc. IV, da Lei Complementar Municipal n.º 23/2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 25 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F- Decreto n.º 29/16

**RESOLUÇÃO 01/2019 CMDCA**

Publicação Nº 1997726

Resolução 01/2019 de 25 de abril de 2019

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial Eleitoral para Eleição Unificada para o Conselho Tutelar e suas atribuições.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1536/2007 de 31 de dezembro de 2007.

CONSIDERANDO a Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Resolução 152 de 09 de agosto de 2012 do CONANDA.

CONSIDERANDO a Lei 12.696 de 25 de julho de 2012 da Presidência da República.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1536/2007 de 31 de dezembro de 2007 do CMDCA.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMDCA, realizada dia vinte e cinco de abril de 2019.

**Resolve:**

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para compor a Comissão Especial Eleitoral para Eleição Unificada para o Conselho Tutelar:

· Mariana Budin (sociedade civil), Olini Rodrigues Machado (sociedade civil), Anderson Luiz Carneiro (governamental), Claudinei Gelinski (governamental), Jairo Weingartner (colaborador) e Carim Cristina Carneiro (colaboradora).

Com as seguintes competências:

- Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 25 de abril de 2019.

ANDERSON LUIZ CARNEIRO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 009-2019

Publicação N° 1998177

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/05/2019, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2019, tem por objetivo o AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO A MORADORES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 26 de abril de 2019.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº 010.2019 FMS

Publicação Nº 1997161

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S. EMPRESAS REGISTRADAS: CLAUDIO STAUB 94194130987, valor total registrado R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de jalecos de microfibra antimicrobiana, na cor branca, gola normal, manga longa, com 02 bolsos frontais inferiores embutidos, botões com lapela, acinturados para os modelos femininos, bordado na parte superior esquerda com o brasão do município e identificação do profissional, nos tamanhos P, M, G e GG, destinados para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí - SC, com entrega parcelada, conforme solicitação, para período de 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 010/2019 - FMS. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de Abril de 2020. Mondaí – SC, 26 de Abril de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 006/2019 - PMM

Publicação Nº 1997996

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 022/2019

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 006/2019

"Chamamento Público para Credenciamento"

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019. OBJETO: Credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313/2009, Lei Complementar Municipal nº 060/2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 5.190/2019, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). CREDENCIAMENTO: a partir de 06 de maio de 2019 até 05 de maio de 2020, em horário comercial de segunda a sextas feiras. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 25 de abril de 2019 VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 032

Publicação Nº 1997747

DECRETO Nº 032/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 939.593,96 (Novecentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde

Elemento Despesa 39 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 24.593,96 (Vinte quatro mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.006 – Farmácia Básica

Elemento Despesa 40 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde

Elemento Despesa 41 – 3.1.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde

Elemento Despesa 42 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.035 – Vigilância em Saúde

Elemento Despesa 43 – 3.1.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.035 – Vigilância em Saúde

Elemento Despesa 44 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.006 – Farmácia Básica

Elemento Despesa 45 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067.0080

Valor: R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde

Elemento Despesa 46 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067.0083

Valor: R\$ 278.000,00 (Duzentos e setenta e oito mil reais)



Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Elemento Despesa 47 – 3.3.90.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recursos do superávit do exercício anterior:  
Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 26 de Abril 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## LEI ORDINÁRIA Nº 1148

Publicação Nº 1997749

LEI ORDINÁRIA Nº 1148/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
PRORROGA O REGIME DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado a chefe do Poder Executivo a promover a prorrogação da concessão da Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora da Salete e dos serviços de atendimento hospitalar, prestado pelo referido estabelecimento público, pelo prazo de um ano, contados partir da sanção e promulgação da presente Lei, na forma prevista pelo ART. 6º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 1046/2017.

Paragrafo Único: Findo o prazo de concessão estabelecido no caput, fica o Poder Executivo obrigado a prorrogar a concessão mediante nova, prévia e necessária autorização Legislativa.

Art. 2º. A critério da Administração Municipal poderão ser mantidos os eventuais contratos existentes para gestão do regime concessionário, ou alternativamente, a realização de novo certame para outorga dos serviços, sempre observando as disposições da Lei Federal n. 8.666/93.

Art. 3º. Ficam revogados os artigos 2º e 3º da Lei Municipal n. 1.100/2018, mantendo-se todas as disposições da Lei Municipal n. 1.046 de 20 de Março de 2017.

Art. 4º. A concessão autorizada por esta Lei, deverá ainda exigir da concessionária, a manutenção da farmácia hospitalar, e dos serviços de orientação nutricional.

Art. 5º. As despesas decorrentes da Execução Financeira da presente Lei correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, previstas e aprovadas no orçamento em vigor, e aprovado para o Exercício Financeiro respectivo.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 26 de Abril de 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

## LEI ORDINÁRIA Nº 1149

Publicação Nº 1997944

LEI MUNICIPAL Nº 1149/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.  
"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 939.593,96 (Novecentos e trinta e nove mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentária:

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde  
Elemento Despesa 39 – 4.4.90.00.00.00.03.0038

Valor: R\$ 24.593,96 (Vinte quatro mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.006 – Farmácia Básica  
Elemento Despesa 40 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde  
Elemento Despesa 41 – 3.1.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde  
Elemento Despesa 42 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.035 – Vigilância em Saúde  
Elemento Despesa 43 – 3.1.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.035 – Vigilância em Saúde  
Elemento Despesa 44 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.006 – Farmácia Básica  
Elemento Despesa 45 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067.0080  
Valor: R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica à Saúde  
Elemento Despesa 46 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0067.0083  
Valor: R\$ 278.000,00 (Duzentos e setenta e oito mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Elemento Despesa 47 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recursos do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 26 de Abril 2019.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇO 073/2019

Publicação N° 1997175

Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 073/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO DO TIPO SUV, conforme anexo. Data: 10/05/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇO 074/2019

Publicação N° 1997243

Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 074/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS DE CONCRETO, conforme anexo. Data: 10/05/2019 às 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA 2ª SESSÃO 19/2019 PMN

Publicação Nº 1998882

#### Ata 19/2019 PMN – Sessão 2

Aberto o certame as quatorze horas do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezenove, na sala da Administração, com a presença da comissão permanente nomeada pela portaria nº 474 de oito de fevereiro de dois mil e dezenove para conferência dos documentos apresentados para regularização e abertura dos envelopes de proposta. Estavam presentes Associação dos Produtores Orgânicos do Planalto Vale do Itajaí e Litoral - ECOFRUTAS representada por Vili Valiati e Janaina Berkenbrock Soares. Foram apresentados os Certificado de Inspeção do Estabelecimento Produtor conforme item 3.4.1 do produtor Júlio Cesar Correa, Janaina Berkenbrock Soares e Luiz Gustavo Berkenbrock o qual atendeu ao edital. A ECOFRUTAS apresentou a Certidão Negativa Municipal. Em relação ao laudo do suco de uva a COOPERBARRA apresentou o documento de regularização. A COOPAFREN e AURIVERDE não apresentaram o documento de regularização. A COOPERLAF apresentou Laudo do suco de uva sem ser de laboratório, não cumprindo com o item 3.4.3 do edital " ..... Para os itens SUCOS NATURAIS INTEGRAIS - nos sabores uva e maçã: o licitante deverá apresentar: Laudo de laboratório e ficha técnica juntamente com a habilitação." A COOPAFREN, AURIVERDE e COOPERLAF estão desclassificadas para o item 16 (Suco Integral de Uva). Abre-se prazo para recurso. Momento em que se encerra a sessão.

### ATA DA SESSÃO 16/2019 FMS

Publicação Nº 1997259

#### ATA 16/2019 FMS

ABERTO O CERTAME AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL DE DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 530/2019, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 16/2019 FMS. CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS E INFANTIS) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO "PROGRAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS WF INDÚSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS LTDA, LONGEVITA - PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA, SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES, METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS, ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES, TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA, ICOFA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP E APENAS AS EMPRESAS LONGEVITA - PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA, SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES, METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA E JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PRESENTE NO CERTAME A SRª GISELE TODESCO FUNCIONÁRIA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; ONDE A EMPRESA JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 01 COM O VALOR DE R\$ 0,35, NO ITEM 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS COM O VALOR DE R\$ 0,47, NO ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS COM O VALOR DE R\$ 0,36, NO ITEM 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ICOFA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 0,54, NO ITEM 05 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS COM O VALOR DE R\$ 0,73 (INFORMA QUE FARÁ A ENTREGA EM 3 PACOTES COM 10 UNIDADES), NO ITEM 06 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS COM O VALOR DE R\$ 0,87, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO DO EDITAL, RETORNANDO PARA ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES COM O VALOR DE R\$ 0,87 (A ENTREGA DO PRODUTO DEVERÁ SER CONFORME O APRESENTADO NA AMOSTRA), NO ITEM 07 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES COM O VALOR DE R\$ 0,89, NO ITEM 08 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES COM O VALOR DE R\$ 0,94. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL, FOI DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS POR PARTE DA EMPRESA JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS REFERENTE A DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 06 QUE NÃO ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL POR NÃO TER O FALSO TECIDO APENAS PLÁSTICO, PREJUDICANDO O REPOSICIONAMENTO DAS FITAS ADESIVAS, LOTE APRESENTADO PELO LICITANTE FOI O Nº 1936 COM A DATA DE FABRICAÇÃO DE 21/01/19 E POR PARTE DA EMPRESA WF INDÚSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS LTDA POR NÃO APRESENTAR AS AMOSTRAS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM, SENDO QUE ELE NÃO GANHOU NENHUM LANCE, MAS É FABRICANTE E TEM CONFORME O ITEM SOLICITADO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU INGLID LIMA GONÇALVES DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

**ATA DA SESSÃO 33/2019 PMN**

Publicação Nº 1997359

**ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2019 PMN**

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL DE DEZENOVE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS, ROBERTO MIGUEL CELZINSKI, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 476 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO TRINTA E TRÊS DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10 COMUM) CONTÍNUO E FRACIONADO PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: NAVEGANTES COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI, REPRESENTADA POR MARIO CRISTIANO DE SOUZA. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODAS AS DOCUMENTAÇÕES ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA DA EMPRESA, ONDE A EMPRESA ESTAVA COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADO AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE ONDE A EMPRESA: NAVEGANTES COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI, SAGROU-SE VENCEDORA NOS ITENS 1 E 2. FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS ONDE A EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MENÇÃO A INTENÇÃO DE RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 9H 40 MIN. EU PABLO ROMERO COSTA PEREIRA DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

**CONTRATO 100/2019**

Publicação Nº 1998841

**CONTRATO Nº 100/2019.****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DAIANA DIAS SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 006.763.260-21, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 101/2019**

Publicação Nº 1998848

CONTRATO Nº 101/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GIOVANNA MELATTI MOREIRA DE BRITO, inscrito no CPF sob o nº 060.872.349-50, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.



**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 129/2019**

Publicação Nº 1998854

CONTRATO Nº 129/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JHONATAS OLIVEIRA PEIXOTO, inscrito no CPF sob o nº 037.887.911-10, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.



**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 130/2019**

Publicação Nº 1998845

CONTRATO Nº 130/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ERIK MONTEIRO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 017.260.272-60, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na

função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 131/2019**

Publicação Nº 1998871

CONTRATO Nº 131/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RAFAEL LOEVE, inscrito no CPF sob o nº 011.850.180-18, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 132/2019**

Publicação Nº 1998852

CONTRATO Nº 132/2019.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado IGOR LUIZ VAZ CORREIA, inscrito no CPF sob o nº 101.097.019-41, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 133/2019

Publicação Nº 1998860

CONTRATO Nº 133/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LUIZ FELIPE APOLINARIO, inscrito no CPF sob o nº. 071.303.039-99, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 134/2019

Publicação Nº 1998862

CONTRATO Nº 134/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MATHEUS GUILHERME WITZKE, inscrito no CPF sob o nº 105.328.839-50, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS



7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 135/2019

Publicação Nº 1998872

CONTRATO Nº 135/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RODRIGO VARGAS, inscrito no CPF sob o nº 049.204.099-07, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.



**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 ( mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 136/2019**

Publicação Nº 1998853

CONTRATO Nº 136/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JAKSON CRISTIANO PETZOLD, inscrito no CPF sob o nº 031.956.679-08, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 937,17 (novecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 137/2019**

Publicação Nº 1998836

CONTRATO Nº 137/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº.

716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado BRUNO SOUZA DE BORBA, inscrito no CPF sob o nº 050.000.829-90, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 937,17 (novecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 138/2019**

Publicação Nº 1998847

CONTRATO Nº 138/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GABRIEL DE SOUZA VALERIO, inscrito no CPF sob o nº 083.734.039-06, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 937,17 (novecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 164/2019**

Publicação Nº 1998839

CONTRATO Nº 164/2019.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CRISTIANE VILLANOVA DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 785.551.400-72, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INTERPRETE DE LIBRAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais e trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**



10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 165/2019

Publicação Nº 1998846

CONTRATO Nº 165/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado FABIANA DOS ANJOS DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 069.369.137-92, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de ORIENTADOR ESCOLAR, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.453,78 (três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 166/2019

Publicação Nº 1998849

CONTRATO Nº 166/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GISLAINE CELESTRINO DE MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 006.109.270-35, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de ORIENTADOR ESCOLAR, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.453,78 (três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS



7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 32/2019

Publicação Nº 1998870

CONTRATO Nº 032/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PAULA MELISSA GOUVEA HARMMER, inscrito no CPF sob o nº 122.611.707-42, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ARTE, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 33/2019**

Publicação Nº 1998867

CONTRATO Nº 033/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado NAYARA CAROLINE LEACHENSKI, inscrito no CPF sob o nº 060.229.969-10, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período noturno, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 34/2019

Publicação Nº 1998835

CONTRATO Nº 034/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado AUGUSTO LOYOLLA NETO, inscrito no CPF sob o nº 040.504.298-10, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 35/2019**

Publicação Nº 1998869

CONTRATO Nº 035/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PAMELA ARRUIZ LIMA, inscrito no CPF sob o nº 058.403.279-05, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato. E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 36/2019**

Publicação Nº 1998861

CONTRATO Nº 036/2019.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LUIZ FERNANDO SOARES, inscrito no CPF sob o nº 004.460.309-61, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período noturno, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 37/2019

Publicação Nº 1998851

CONTRATO Nº 037/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado HENRIQUE PITT, inscrito no CPF sob o nº 000.888.220-79, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.



Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 38/2019

Publicação Nº 1998858

CONTRATO Nº 038/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOSIANE MARIA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 676.336.179-34, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 39/2019

Publicação Nº 1998868

CONTRATO Nº 039/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado OSVALDO CORREA DE MELLO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 011.033.907-08, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 405/2019**

Publicação Nº 1998023

CONTRATO Nº 405/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RENATA LUIZ, inscrito no CPF sob o nº 817.821.289-72, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 406/2019**

Publicação Nº 1997853

CONTRATO Nº 406/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº.

716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado EDMARA DE SOUZA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 953.482.399-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 407/2019**

Publicação Nº 1997993

**CONTRATO Nº 407/2019**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LORENA MONTEIRO RODRIGUES FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 017.260.262-99, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 408/2019**

Publicação Nº 1997801

CONTRATO Nº 408/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 034.748.919-28, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**



10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 409/2019

Publicação Nº 1997891

CONTRATO Nº 409/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado INDIANARA SOLANGE RODRIGUES CRISPIM, inscrito no CPF sob o nº 086.149.199-80, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 410/2019

Publicação Nº 1998024

CONTRATO Nº 410/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RENATA SILVA DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 305.177.798-62, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 411/2019**

Publicação Nº 1997995

CONTRATO Nº 411/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARCOS ANTONIO CRUZ TARESZKIEWICZ, inscrito no CPF sob o nº 319.890.399-87, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.046,67 (dois mil e quarenta e seis reais com sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 412/2019**

Publicação Nº 1997898

CONTRATO Nº 412/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JEAN FRANCISCO GONÇALVES DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 051.823.64989, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 511,67 (quinhentos e onze reais com sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato. E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 413/2019**

Publicação Nº 1998029

CONTRATO Nº 413/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ROSLI RITA FINGER MICHEL, inscrito no CPF sob o nº 520.610.869-34, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais com noventa e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 414/2019**

Publicação Nº 1997840

CONTRATO Nº 414/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DAIANE ZIMMERMANN, inscrito no CPF sob o nº 109.253.169-62, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais com noventa e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 415/2019**

Publicação Nº 1997844

CONTRATO Nº 415/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DENIS PORTELA PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 368.239.438-90, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE HISTORIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais com quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Noturno, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 416/2019

Publicação Nº 1997887

CONTRATO Nº 416/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GIONE MARIA MISTURA VOLTAN, inscrito no CPF sob o nº 565.765.100-63, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 417/2019

Publicação Nº 1997999

CONTRATO Nº 417/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARINES LOUREIRA GRUK, inscrito no CPF sob o nº 007.006.389-38, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 418/2019**

Publicação Nº 1997857

CONTRATO Nº 418/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELIANE DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 058.641.059-70, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto,

respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 419/2019

Publicação Nº 1997985

CONTRATO Nº 419/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LEANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 111.555.859-50, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 420/2019**

Publicação Nº 1997829

CONTRATO Nº 420/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº.



716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado BIANCA DE OLIVEIRA SCHNEIDER, inscrito no CPF sob o nº 101.837.22965, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 421/2019**

Publicação Nº 1997837

CONTRATO Nº 421/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CINTIA CONCEIÇÃO PINTO, inscrito no CPF sob o nº 057.410.949-88, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 422/2019**

Publicação Nº 1998012

CONTRATO Nº 422/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PATRICIA RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 082.174.009-11, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 423/2019**

Publicação Nº 1997858

CONTRATO Nº 423/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELIETE ALVES DA SILVA BEZERRA, inscrito no CPF sob o nº 028.744.328-06, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 424/2019

Publicação Nº 1997997

CONTRATO Nº 424/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARCOS DIAS MENEGHEL, inscrito no CPF sob o nº 092.683.789-30, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMATICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 917,19(novecentos e dezessete reais com dezenove centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 425/2019**

Publicação Nº 1997981

CONTRATO Nº 425/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JULIANA DA COSTA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 046.858.469-23, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de INSTRUTOR DE INFORMATICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto,



respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 917,19(novecentos e dezessete reais com dezenove centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 426/2019

Publicação Nº 1997888

CONTRATO Nº 426/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado IARA ALINE DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 088.863.669-57, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação

e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 511,67 (quinhentos e onze reais com sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato. E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 427/2019

Publicação Nº 1997972

CONTRATO Nº 427/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº.



716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOSE RICARDO PERDIGÃO TECIONI, inscrito no CPF sob o nº 316.834.668-37, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMATICA NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.046,68 (dois mil e quarenta e seis reais com sessenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 427/2019**

Publicação Nº 1998021

CONTRATO Nº 427/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN, inscrito no CPF sob o nº 083.442.319-73, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMATICA NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.023,34 (mil e vinte e três reais com trinta e quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 428/2019**

Publicação Nº 1997988

CONTRATO Nº 428/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LEANDRO RODRIGUES BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 112.143.599-81, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMATICA NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.535,01 (mil quinhentos e trinta e cinco reais com um centavo), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 429/2019

Publicação Nº 1997970

CONTRATO Nº 429/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JONAS WALTRIK, inscrito no CPF sob o nº 048.630.959-29, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMATICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 430/2019

Publicação Nº 1998032

CONTRATO Nº 430/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RUDY MARIO LEHMANN JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 479.471.289-87, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMATICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS



7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 431/2019

Publicação Nº 1998005

CONTRATO Nº 431/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MILTON VALENTIM DOS SANTOS JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 038.589.439-24, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais com quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 432/2019**

Publicação Nº 1997877

CONTRATO Nº 432/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado EVANDRO FELIPE NUNES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 089.038.639-09, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**



2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais com noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 433/2019

Publicação Nº 1997832

CONTRATO Nº 433/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CARLOS EDUARDO MELLO, inscrito no CPF sob o nº 007.726.320-06, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 434/2019**

Publicação Nº 1997884

CONTRATO Nº 434/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GABRIELLY VIVIAN RODRIGUES MOURA, inscrito no CPF sob o nº 366.879.688-23, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.102,15 (mil cento e dois reais com quinze centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 435/2019**

Publicação Nº 1997855

CONTRATO Nº 435/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELIANE BORBA COUTO, inscrito no CPF sob o nº 560.596.399-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.102,15 (mil cento e dois reais com quinze centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 436/2019

Publicação Nº 1997892

CONTRATO Nº 436/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JACILENE RIBEIRO DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 101.264.268-21, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.



Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 437/2019

Publicação Nº 1997804

CONTRATO Nº 437/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANDRESSA RAFAELLA VIEIRA BONATO, inscrito no CPF sob o nº 081.781.149-41, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 438/2019**

Publicação Nº 1997850

CONTRATO Nº 438/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DOUGLAS ALVES SERPA, inscrito no CPF sob o nº 064.860.129-35, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto,



respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 439/2019

Publicação Nº 1997982

CONTRATO Nº 439/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado KELLEN CECILIA BARG, inscrito no CPF sob o nº 097.204.049-81, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as

atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 440/2019**

Publicação Nº 1997994

CONTRATO Nº 440/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARCIA REGINA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 909.619.519-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 441/2019**

Publicação Nº 1998025

CONTRATO Nº 441/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RITA DE CASSIA DA LUZ, inscrito no CPF sob o nº 021.489.659-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 442/2019

Publicação Nº 1997825

CONTRATO Nº 442/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANY CAROLINI DIMAS PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 085.795.589-64, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 443/2019

Publicação Nº 1998038

CONTRATO Nº 443/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 793.004.807-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS



7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 444/2019

Publicação Nº 1998001

CONTRATO Nº 444/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARISTELA LISBOA, inscrito no CPF sob o nº 014.834.239-64, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.



**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 445/2019**

Publicação Nº 1998022

CONTRATO Nº 445/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado REGINA MARIA GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 004.577.969-44, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 446/2019

Publicação Nº 1998034

CONTRATO Nº 446/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado SELMA APARECIDA DELUCA SANTHIAGO, inscrito no CPF sob o nº 046.782.949-70, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 447/2019**

Publicação Nº 1997983

CONTRATO Nº 447/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado KEYLA SILVANO MEMORIA SOUTO, inscrito no CPF sob o nº 613.491.553-06, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 448/2019**

Publicação Nº 1997830

CONTRATO Nº 448/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CAMILA DA SILVA KAULE, inscrito no CPF sob o nº 103.327.869-60, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**



10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 449/2019

Publicação Nº 1997974

CONTRATO Nº 449/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOSEANE RIBEIRO DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 201.045.278-03, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 450/2019

Publicação Nº 1997977

CONTRATO Nº 450/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOSELAINE FURTADO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 017.976.140-45, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS



7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 451/2019

Publicação Nº 1997979

CONTRATO Nº 451/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JUÇARA TEIXEIRA, inscrito no CPF sob o nº 444.588.519-34, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 452/2019**

Publicação Nº 1997980

CONTRATO Nº 452/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JUCELIA APARECIDA KIERAS TEIXEIRAS, inscrito no CPF sob o nº 620.813.069-72, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de

regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 453/2019

Publicação Nº 1997846

CONTRATO Nº 453/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DORILDE INEZ CHIAMULERA TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 763.820.609-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo

determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 454/2019**

Publicação Nº 1997803

**CONTRATO Nº 454/2019**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANA CAROLINA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 013.410.209-67, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 455/2019**

Publicação Nº 1998027

CONTRATO Nº 455/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ROSEMARI REGIANE DA SILVA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 074.660.759-83, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 456/2019

Publicação Nº 1997990

CONTRATO Nº 456/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LETICIA ANA ARAGÃO CAMILO, inscrito no CPF sob o nº 081.333.729-17, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.



Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 457/2019

Publicação Nº 1997992

CONTRATO Nº 457/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LIGIA LIMA FERREIRA DA HORA, inscrito no CPF sob o nº 018.535.824-17, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 20/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 458/2019

Publicação Nº 1998003

CONTRATO Nº 458/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARTA CRISTINA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 079.475.039-74, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 465/2019**

Publicação Nº 1998094

CONTRATO Nº 465/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARIA CRISTINA DA CRUZ DA FONSECA, inscrito no CPF sob o nº 004.852.365-83, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 466/2019**

Publicação Nº 1998101

CONTRATO Nº 466/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº.

716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ROSANA SILVA DE SANT' ANNA, inscrito no CPF sob o nº 983.355.880-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 ( mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 467/2019**

Publicação Nº 1998084

**CONTRATO Nº 467/2019**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DENISE DE AZEVEDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 583.644.710-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais com noventa e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 468/2019**

Publicação Nº 1998105

CONTRATO Nº 468/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado TEREZA DOS SANTOS INACIO, inscrito no CPF sob o nº 025.700.439-40, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**



10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 469/2019

Publicação Nº 1998074

CONTRATO Nº 469/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado AMANDA JULIANA SCHAEFER, inscrito no CPF sob o nº 092.468.479-89, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 511,67 (quinhentos e onze reais com sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Noturno, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 470/2019

Publicação Nº 1998085

CONTRATO Nº 470/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DULCENEIA DOS SANTOS ALVES, inscrito no CPF sob o nº 640.825.639-20, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 471/2019**

Publicação Nº 1998099

CONTRATO Nº 471/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PALOMA REGIANE CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 098.108.019-71, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto,

respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 472/2019

Publicação Nº 1998073

CONTRATO Nº 472/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ALESSANDRA GERALDO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 900.917.449-20, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as

atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 473/2019**

Publicação Nº 1998081

CONTRATO Nº 473/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CAMILA VICTORIA SANTANA COELHO, inscrito no CPF sob o nº 112.300.359-90, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 474/2019**

Publicação Nº 1998087

CONTRATO Nº 474/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GABRIELLE VALENTE DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 112.559.269-96, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**



10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 475/2019

Publicação Nº 1998090

CONTRATO Nº 475/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JAQUELINE MUCHALOWSKI RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 005.918.139-71, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 476/2019

Publicação Nº 1998078

CONTRATO Nº 476/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado BRUNO MORAES SILVA, inscrito no CPF sob o nº 016.490.763-71, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 477/2019**

Publicação Nº 1998091

CONTRATO Nº 477/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado KETELYN MORAIS VAILATI, inscrito no CPF sob o nº 070.839.469-81, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto,

respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 478/2019

Publicação Nº 1998088

CONTRATO Nº 478/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GISELLE RONCHI, inscrito no CPF sob o nº 067.954.649-97, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 479/2019**

Publicação Nº 1998097

CONTRATO Nº 479/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARINEZ CASAGRANDE CERUTTI, inscrito no CPF sob o nº 020.553.919-09, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 480/2019**

Publicação Nº 1998855

**CONTRATO Nº 480/2019**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOELMA CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº 053.975.169-37, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 28 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 482/2019**

Publicação Nº 1997876

CONTRATO Nº 482/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado EMERSON DE SOUZA PODOLANO, inscrito no CPF sob o nº 431.234.730-15, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 483/2019

Publicação Nº 1997836

CONTRATO Nº 483/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CATIA MARIA RIBEIRO COLIM, inscrito no CPF sob o nº 001.158.890-00, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 13/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 485/2019

Publicação Nº 1998002

CONTRATO Nº 485/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARLETE MARCONDES DE RAMOS, inscrito no CPF sob o nº 057.405.059-09, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 486/2019

Publicação Nº 1997821

CONTRATO Nº 486/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANTONIO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 003.991.869-64, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 487/2019**

Publicação Nº 1998013

CONTRATO Nº 487/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PAULO THIAGO LEITE LEITÃO, inscrito no CPF sob o nº 030.145.952-50, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 488/2019**

Publicação Nº 1997880

CONTRATO Nº 488/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.



708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES MARQUES, inscrito no CPF sob o nº 270.805.258-61, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO 489/2019**

Publicação Nº 1997833

CONTRATO Nº 489/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CARMEN LUISA SANTOS MULLER, inscrito no CPF sob o nº 401.239.010.49, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 491/2019**

Publicação Nº 1997964

CONTRATO Nº 491/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOANA DA COSTA CAMARÃO, inscrito no CPF sob o nº 170.921.672-72, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 07/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 492/2019

Publicação Nº 1997998

CONTRATO Nº 492/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARIELLY DA COSTA LEITE DE ARRUDA, inscrito no CPF sob o nº 042.338.011-74, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 494/2019

Publicação Nº 1997960

CONTRATO Nº 494/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JEANE DUARTE DE FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 079.142.724-26, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 495/2019

Publicação Nº 1998009

CONTRATO Nº 495/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado NAUANA PRISCILA PERES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 086.224.579-66, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.



**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 496/2019**

Publicação Nº 1997806

CONTRATO Nº 496/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANGELA QUINTINO TAVARES ALEXANDRE, inscrito no CPF sob o nº 017.153.979-67, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de

regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 13/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 498/2019

Publicação Nº 1997810

CONTRATO Nº 498/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANNE CAROLINE NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 092.125.226-96, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo



determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 06/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 522/2019**

Publicação Nº 1997894

**CONTRATO Nº 522/2019**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JANINE MOHR, inscrito no CPF sob o nº 063.862.159-31, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 523/2019**

Publicação Nº 1998082

CONTRATO Nº 523/2019

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DEBORA GARCIA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 120.224.289-86, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais com trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período Integral, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 523/2019

Publicação Nº 1997881

CONTRATO Nº 523/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GABRIELA MARQUES BATISTA, inscrito no CPF sob o nº 383.028.918-94, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.653,24 (mil seiscentos e cinquenta e três reais com vinte quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 524/2019

Publicação Nº 1998106

CONTRATO Nº 524/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado THAINARA MARIA ANACLETO, inscrito no CPF sob o nº 058.686.369-96, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.



**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 525/2019**

Publicação Nº 1998116

CONTRATO Nº 525/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado VERONICA FURTADO DEMARCO, inscrito no CPF sob o nº 038.815.080-74, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 526/2019**

Publicação Nº 1998118

CONTRATO Nº 526/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretario de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado YARA ELIZETE DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 080.205.959-70, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**



2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de março de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 540/2019

Publicação Nº 1998227

CONTRATO Nº 540/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado SERGIANA MICHELLE JANSEN, inscrito no CPF sob o nº 953.253.799-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 02/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (Três mil centavos noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 541/2019**

Publicação Nº 1998164

CONTRATO Nº 541/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELIADA NOGUEIRA GOMES inscrito no CPF sob o nº 073.750.179-05, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 02/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (Um mil quinhentos noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de Abril de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 542/2019**

Publicação Nº 1998205

CONTRATO Nº 542/2019.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA inscrito no CPF sob o nº 073.750.179-05, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 02/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (Um mil quinhentos noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 544/2019**

Publicação Nº 1998172

CONTRATO Nº 544/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ISIS RIBEIRO ALVES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 260.611.188-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 02/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais e trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE



respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 545/2019

Publicação Nº 1998199

CONTRATO Nº 545/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LUZIARA GOMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº. 023.286.297-41, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 03/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 552/2019**

Publicação Nº 1998224

CONTRATO Nº 552/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RUBEM SILVA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 086.426.339-21, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 03/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.



**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 02 de Abril de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 556/2019**

Publicação Nº 1998209

CONTRATO Nº 556/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado OHANA SARA PICKERT DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 106.992.779-14, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTES DE EDUCAÇÃO, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 08/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.204,31 (dois mil duzentos e quatro reais e trinta e um centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração  
Contratado

**CONTRATO 557/2019**

Publicação Nº 1998231

CONTRATO Nº 557/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA FAGIONATO, inscrito no CPF sob o nº 578.087.161-20, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 08/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 558/2019**

Publicação Nº 1998157

CONTRATO Nº 558/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANDREA CRISTINA DAS NEVES, inscrito no CPF sob o nº 024.103.129-00, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS- MAGISTERIO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 08/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.558,34 (dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período VESPERTINO E MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 559/2019**

Publicação Nº 1998158

CONTRATO Nº 559/2019.

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES, inscrito no CPF sob o nº 027.486.049-03, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS - MAGISTERIO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 08/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.279,19 (Um mil duzentos e setenta e nove reais e dezenove centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a)

CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 563/2019

Publicação Nº 1998188

CONTRATO Nº 563/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JANAINA FORLIM DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 039.421.879-57, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos e noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.



Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 564/2019

Publicação Nº 1998162

CONTRATO Nº 564/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELEINE LEA BAADER, inscrito no CPF sob o nº 915.740.999-49, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia



de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos e noventa oito reais ), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 565/2019

Publicação Nº 1998160

CONTRATO Nº 565/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DANIELA BARON KOLHER, inscrito no CPF sob o nº 007.859.109-05, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de

regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos e noventa oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 566/2019

Publicação Nº 1998193

CONTRATO Nº 566/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 711.387.491-68, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por

tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos e noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 567/2019**

Publicação Nº 1998169

CONTRATO Nº 567/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado IARA MACHADO EMILIO inscrito no CPF sob o nº 099.103.919-02, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (Um mil quinhentos noventa oito reais e noventa seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## **CONTRATO 568/2019**

Publicação Nº 1998197

CONTRATO Nº 568/2019.  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado LUCIA DINIZ inscrito no CPF sob o nº 004.432.329-89, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (Três mil reais cento noventa dois reais e noventa dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período MATUTINO/VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 569/2019**

Publicação Nº 1998203

CONTRATO Nº 569/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MAELLY CUSTODIO PIVATTO, inscrito no CPF sob o nº 062.642.459-33, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR SERIES INICIAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 12/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos e noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE



respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 11 de Abril de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 573/2019

Publicação Nº 1998155

CONTRATO Nº 573/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANA MARIA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE inscrito no CPF sob o nº 763.254.073-34, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 17/04/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (Um mil cento noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO



6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (QUARENTA) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 17 de Abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 91/2019

Publicação Nº 1998859

CONTRATO Nº 091/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado KATHRYN KLOPPPEL MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 081.586.219-96, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 92/2019**

Publicação Nº 1998865

CONTRATO Nº 092/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MORGANA APARECIDA GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 041.580.549-07, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade

as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período noturno, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 93/2019

Publicação Nº 1998856

CONTRATO Nº 093/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com

sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JOSELITO LINHARES, inscrito no CPF sob o nº 685.179.129-34, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 94/2019**

Publicação Nº 1998877

CONTRATO Nº 094/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado TATIANA NERI SIMÕES, inscrito no CPF sob o nº 218.652.378-76, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes



Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## CONTRATO 95/2019

Publicação Nº 1998863

CONTRATO Nº 095/2019.

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretaria de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MICAELLY DE OLIVEIRA MESQUITA, inscrito no CPF sob o nº 081.361.569-05, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período vespertino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 96/2019

Publicação Nº 1998879

CONTRATO Nº 096/2019.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado THABATTA AISLAINE CEDRAZ APOLINARIO, inscrito no CPF sob o nº 057.717.775-36, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (três mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.



Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 97/2019

Publicação Nº 1998834

CONTRATO Nº 097/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ALISON RICARDO FERREIRA LOPES, inscrito no CPF sob o nº 068.189.134-31, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

### CONTRATO 98/2019

Publicação Nº 1998874

CONTRATO Nº 098/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI, inscrito no CPF sob o nº 054.465.589-36, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período intermediário, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATO 99/2019**

Publicação Nº 1998843

CONTRATO Nº 099/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELIANE GOMES MAFRA, inscrito no CPF sob o nº 828.668.139-87, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 11/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período matutino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 05 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado

**CONTRATOS 412, 484, 497/2019**

Publicação Nº 1998007

CONTRATO Nº 412/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº.

708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado JEAN FRANCISCO GONÇALVES DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 051.823.64989, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/02/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 511,67 (quinhentos e onze reais com sessenta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período Matutino, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 18 de Fevereiro de 2019.

Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado



**CONTRATO Nº 484/2019****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado NATALIA FISCHER FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 055.560.679-10, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO**

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente contrato terá início na data de 14/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1023,34 (hum mil e vinte e tres reais com trinta e quatro centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

**CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO**

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período Vespertino, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS**

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR**

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO**

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 01 de março de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

CONTRATO Nº 497/2019

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado INDIARA FERREIRA DA MOTTA, inscrito no CPF sob o nº 958.026.730-87, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE INGLÊS, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

##### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

##### CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

##### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/03/2019, e término na data de 31/07/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

##### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 799,48 (setecentos e noventa e nove reais com quarenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

##### CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (DEZ) horas semanais no período noturno, de segunda a sexta-feira.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

##### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

##### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

##### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.



Navegantes, 01 de março de 2019.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues  
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa  
Secretário de Administração

Contratado

## DECRETO Nº 65 DE 25 DE ABRIL DE 2019 - ERRATA (DATA)

Publicação Nº 1997150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 65 DE 25 DE ABRIL DE 2019  
(ERRATA – DATA)

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais), das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
07 – Procuradoria Geral do Município  
02.092.0023 – 2.036 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
23 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 15.000,00  
20 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano  
15.451.0007 – 2.012 – Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano  
191 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos – 5001 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
12 - Secretaria Municipal de Educação  
12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental  
86- 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 45.000,00  
12.365.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil  
103 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
07 – Procuradoria Geral do Município  
02.092.0023 – 2.036 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 15.000,00  
20 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano  
15.451.0007 – 2.012 – Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano  
190 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos – 5001 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
02 – PREFEITURA MUNICIPAL  
12 - Secretaria Municipal de Educação  
12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental  
83- 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 45.000,00  
12.365.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil  
98 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 25 de abril de 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

## DECRETO Nº 67 DE 26 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1998829

DECRETO Nº 67 DE 26 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3349 de 10/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 82.281,39 (oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 5.000 – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

07 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0023 – 2.037 – Precatórios Judiciais

24 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 3.023,25

25 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 79.258,14

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE ABRIL DE 2019.

Emílio Vieira

Prefeito

## DISTRATO AO CONTRATO 572/2019

Publicação Nº 1998138

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 572/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, RAUL LINCONL RODRIGUES CORREIA LIMA, portador do CPF 057.796.433-00, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

### CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 258/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 15/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 15 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  RAUL LINCONL RODRIGUES CORREIA LIMA Contratado

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.549/2019**

Publicação Nº 1998181

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.549/2019**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JACKIE REINICKE, portadora do CPF 008.846.279-00, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 167/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  JACKIE REINICKE Contratada
--	--

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.550/2019**

Publicação Nº 1998229

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.550/2019**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, TERESA APARECIDA BENTO, portadora do CPF 506.192.179-87, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 168/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  TERESA APARECIDA BENTO Contratada
--	---

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.551/2019**

Publicação Nº 1998166

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.551/2019**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ELIENE FERREIRA DE ANDRADE LEMOS, portadora do CPF 858.012.751-34, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 187/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
	ELIENE FERREIRA DE ANDRADE LEMOS Contratada

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.560/2019**

Publicação Nº 1998212

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.560/2019**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSANA SILVA DE SANT ANNA, portadora do CPF 983.355.880-15, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 466/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 05/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
	ROSANA SILVA DE SANT ANNA Contratada

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.560/2019**

Publicação Nº 1998146

**DISTRATO AO CONTRATO Nº.560/2019**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ROSANA SILVA DE SANT ANNA, portadora do CPF 983.355.880-15, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_-DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 466/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 05/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas

testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 05 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  ROSANA SILVA DE SANT ANNA Contratada

## DISTRATO AO CONTRATO Nº.574/2019

Publicação Nº 1998141

### DISTRATO AO CONTRATO Nº.574/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, IZABEL SIQUEIRA DOS SANTOS LIMA, portadora do CPF 840.748.255-20, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 029/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 22/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 22 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  IZABEL SIQUEIRA DOS SANTOS LIMA Contratada
--	--	--

## DISTRATO AO CONTRATO Nº.575/2019

Publicação Nº 1998143

### DISTRATO AO CONTRATO Nº.575/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, PAULA CAROLINE GOMES DA SILVA, portadora do CPF 056.891.979-39, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 254/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 25/04/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 25 de Abril de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  PAULA CAROLINE GOMES DA SILVA Contratada
--	--	--

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 020/2019**

Publicação Nº 1997824

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

**EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE DECISÕES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**

Em razão do insucesso da entrega postal da comunicação das decisões dos processos administrativos tributários nos endereços da informados pelos próprios contribuintes.

Com fundamento nos termos do Artigo 201, da Lei Complementar nº 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, comunica o contribuinte abaixo especificados, do indeferimento do pedido de restituição de valor de IPTU, com base no art. 165,I da Lei Complementar nº 06/2002 de Navegantes.

Processo	CONTRIBUINTE	CNPJ
172/2018	Imobiliária Navegantes Ltda	82.931.510/0001-47

Navegantes, 26 de abril de 2019.

Marllon Vieira de Oliveira		
AUDITOR FISCAL		

**PORTARIA 1175, 1203, 1204/2019**

Publicação Nº 1998019

PORTARIA N º 1175 DE 15 DE ABRIL DE 2019  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) SABRINA MACHADO, do cargo de monitora de educação infantil – 30 HORAS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 15/04/2019.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 15.04.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

MARCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
PORTARIA N º 1203 DE 24 DE ABRIL DE 2019  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) ÉGINA RIBAS DE LIMA DIONIZIO, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 18/04/2019.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 18.04.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

MARCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
PORTARIA N º 1204 DE 24 DE ABRIL DE 2019  
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO, do cargo de SECRETARIA ESCOLAR – 40 HORAS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 23/04/2019.



II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 23.04.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

MARCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIAS 903, 904/2019

Publicação Nº 1998011

PORTARIA N º 903 DE 01 DE MARÇO DE 2019  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 01/2015 a Sra. Cristine Schutt Ribeiro para exercer o cargo efetivo de Secretaria Escolar, 40 h semanais, a partir de 15/03/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE MARÇO DE 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 904 DE 01 DE MARÇO DE 2019  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 01/2015 a Sra. Caroline Kimi Koyama Fujita para exercer o cargo efetivo de Monitora de Transporte Escolar, 40 h semanais, a partir de 18/03/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE MARÇO DE 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 014/2019

Publicação Nº 1998842

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 014/2019

EDITAL DE 09ª, NONA CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 032/2018, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS PROFESSOR DE ARTES, DE PORTUGUES, DDE EDUCAÇÃO FÍSICA E MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a nona chamada do Edital do Processo Seletivo 032/2018 para o provimento da função de professor de artes, português, educação física, monitor de educação infantil.

0.1. Serão chamados para o provimento a partir de 06 de maio de 2019 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 032/2018 conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
Professor de Artes	02	40 H
Professor de Língua Portuguesa	01	40 H
Professor de Educação Física	03	20 H
Monitor de Educação Infantil	02	30 H



## 2 . Das Exigências para a Contratação

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- a. 1 foto 3x4 atualizada
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- c. 2 Cópias do CPF
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp))
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – em nome do candidato, pai ou mãe, se do cônjuge, anexar a certidão de casamento (2 cópias) ou declaração de residência autenticada em cartório (2 cópias) ou as originais e as cópias.
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.
- t. CPF dos dependentes.
- u. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- v. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- w. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete )anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- x. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- y. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- z. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- aa. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- bb. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- cc. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
  - a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão cível, criminal, eleitoral 1º grau e eleitoral 2º grau
  - b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)) - criminal
  - c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- dd. Cargos comissionados devem preencher declaração de nepotismo;

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo ou Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 2. Dos candidatos a serem chamados

### 2.1. Cargo: Professor de Artes

DEVERÃO COMPARECER TODOS OS CANDIDATOS APROVADOS E QUE NÃO OCUPARAM VAGAS ATRAVES DO PROCESSO SELETIVO 032/2018.

### 2.2. Cargo: Professor de Língua Portuguesa

1.	Margarete Elsa Gross Reinke
----	-----------------------------

### 2.3. Cargo: Professor de Língua Portuguesa

2.3.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	Juliane Berkenbroch Capella
2.	Rosemeri Bernardo De Albuquerque
3.	Andrea De Cassia Silveira De Oliveira
4.	Mariana Francisco Pacheco - NH
5.	Samantha Marina Mafra- NH
6.	Thayana Nascimento- NH

#### 2.4. Cargo: Professor de Educação física

1.	Sandra Regina Cazarin Rodrigues
2.	Jose Eduardo Abreu
3.	Anderson Maicon Mokwa

##### 2.4.1. Cargo: Professor de Educação física

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	Karine Helena Morais
2.	Abelardo Pereira Dos Santos Neto
3.	Martha Agnes Calderaro
4.	Gabriel Luiz Tamanini
5.	Joyce Maciel
6.	Fabricio De Avila Honorato
7.	Jhonata Kleber Manoel
8.	Fernanda Pereira
9.	Andrius Inacio
10.	Andreia Martiniano De Moraes

#### 2.5. Cargo: Monitor de Educação Infantil

1.	Elisa Sueli Caldeira
2.	Vaneide De Souza Machado

##### 2.5.1. Cargo: Monitor de Educação Infantil

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	Viviane Benta Da Cruz
2.	Thais Carriel De Almeida
3.	Jackeline Bagatini Ribeiro
4.	Luanna Vanzuita
5.	Nathafiny Ouriques Rosa
6.	Jessica Suelen Da Silva
7.	Monica Silva Wouter Verhaert
8.	Joyce Caroline Franz
9.	Amanda Silveira Pacheco
10.	Michelle Demantova Wendhausen
11.	Andrisa Wasielewski Da Silva
12.	Marizangela Lopes Demore

#### 3. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Professor de Artes	02/05	08:10	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Língua Portuguesa	02/05	08:20	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Física	02/05	08:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Monitor de Educação Infantil	02/05	08:50	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 4. Da retirada do encaminhamento para a unidade escolar:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Professor de Artes	02/05	A PARTIR DAS 14:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Língua Portuguesa	02/05	A PARTIR DAS 14:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Física	02/05	A PARTIR DAS 14:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Monitor de Educação Infantil	02/05	A PARTIR DAS 14:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

## 5. Das Disposições Finais

5.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 26 de abril de 2019.

Emílio Vieira  
Prefeito Municipal

Márcio da Rosa  
Secretário da Administração e Logística

## ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_-\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCI-  
MENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
END \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EFETIVO ( ) ACT ( X ) COMISSIONADO ( )

## QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

( ) Sim ( ) Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

( )

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

( ) Sim ( ) Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

10 – Algum problema de visão ?

( ) Sim ( ) Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

( ) Sim ( ) Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

( ) Sim ( ) Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

( ) Sim ( ) Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

( ) Sim ( ) Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada ( ) Não adequada ( )

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCI-

MENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

END \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EFETIVO ( ) ACT ( X ) COMISSIONADO ( )

#### QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

( ) Sim ( ) Não

06 – Já esteve grávida ?

( ) Sim ( ) Não

07 – Quantos filhos?

( )

08 – Parto Normal ou Cesária ?

Normal ( ) Cesária ( ) Normal e Cesária ( )

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

( ) Sim ( ) Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

11- Tem menstruação regular ?

( ) Sim ( ) Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

14 – Algum problema de visão ?

( ) Sim ( ) Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

( ) Sim ( ) Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

( ) Sim ( ) Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

( ) Sim ( ) Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

( ) Sim ( ) Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada ( ) Não adequada ( )

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ANEXO III

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria: Municipal de Educação

Já trabalhou com carteira assinada?

( ) SIM ( ) NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

( ) PIS ou ( ) PASEP ( ) NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

( ) SIM ( ) NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: \_\_\_\_\_

Número do telefone do funcionário: \_\_\_\_\_

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:
Secretaria:
Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para

tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assinatura

Navegantes, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

NOME:

ORGÃO DE LOTAÇÃO:

CARGO/FUNÇÃO:

DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:

2. FONTES DE RENDA

DENOMINAÇÃO:

CGC/CPF:

PREFEITURA DE NAVEGANTES

83.102.855/001-50

3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)	VALOR R\$	COD:
			1.2 3.4

4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS

ENTIDADE	CARGO	PERÍODO

Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 090/2019 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019

Publicação Nº 1997199

DECRETO Nº 090, de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre a homologação dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019, de 15 de abril de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019, conforme segue:

Inscrição	Candidato	Classificação
2	Silvana Nogueira Negri	1º
1	Jackeline Cassaro	2º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim, (SC), 26 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, CONFORME PROPOSTA Nº 063050/2017 FIRMADA COM O MINISTÉRIO DA CIDADANIA, VISANDO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Publicação Nº 1997755

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal em exercício, do Município de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, CONFORME PROPOSTA Nº 063050/2017 FIRMADA COM O MINISTÉRIO DA CIDADANIA, VISANDO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 07 de maio de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 24 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_



**TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE FORMA CONTINUADA DE SERVIÇOS ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA, LEGISLATIVA E TRIBUTÁRIA**

Publicação Nº 1997338

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019

Ramirez Tápia, Prefeito Municipal em exercício de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE FORMA CONTINUADA DE SERVIÇOS ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA, LEGISLATIVA E TRIBUTÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "V", DESTE EDITAL. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 14 de maio de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail: licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 26 de abril de 2019.

RAMIREZ TÁPIA

Prefeito Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DC 137-2019 CREDITO SUPLEMENTAR SAUDE

Publicação Nº 1999159

DECRETO Nº. 137/2019 DE 15 DE ABRIL DE 2019

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento no Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, no exercício 2019, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das atividades da Saude Pública, na modalidade de aplicação 3.3.90 Aplicação Direta – na fonte 01.38 – Transferência Sistema Único de Saude SUS/União, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0061 – MAC R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 20.000,00 ( Vinte mil reais) provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saude de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saude SUS/União

Modalidade de Aplicação 3.3.93 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0061 – MAC R\$ 20.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 15 DE ABRIL DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração.

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 115-2019

Publicação Nº 1999161

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 115/2019, de 25/04/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo para 01 vaga de Auxiliar de Serviços Gerais compreendendo os serviços de: Elaboração de Edital de abertura e demais atos, compreendendo: elaboração e montagem da minuta do Edital para apresentação ao Departamento competente e análise juntamente com a Comissão de Concurso; definição de critérios para recebimento das inscrições; especificação de disciplinas e peso de provas, bem como média para aprovação; elaboração e definição dos conteúdos programáticos e/ou

referências bibliográficas; seleção e convocação de bancas examinadoras; preparação de material de apoio para as bancas examinadoras; assessoramento de especialistas, para orientações técnicas e jurídicas; emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo, número de inscrição, CPF, inscrições homologadas e não homologadas (mediante fundamentação). Aplicação de provas escritas, compreendendo: elaboração de questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo, bem como com as atribuições, dispondo de profissionais especializados, devidamente habilitados; análise técnica das questões; impressão dos Cadernos de Questões; manutenção do sigilo das questões e da segurança das provas; verificação dos locais disponibilizados pelo órgão para aplicação das provas e definição das datas; emissão de ensalamento; elaboração dos materiais de apoio para a realização das provas, tais como envelopamento dos Cartões Resposta, listas de presença, atas, etc; acondicionamento e transporte dos Cadernos de Questões e Cartões Resposta ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança, em malotes personalizados; disponibilização e treinamento do pessoal envolvido na aplicação das provas; divulgação do gabarito oficial; emissão de relatório de notas de todos os candidatos por cargo/função. Revisão de questões e recursos, compreendendo: recebimento dos recursos através de e-mail específico; encaminhamento dos pedidos de revisão às bancas examinadoras para análise; fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impetrados, com emissão de parecer individualizado; atualização dos gabaritos oficiais e das notas das provas (quando necessário). Processamento da classificação final dos candidatos, compreendendo: correção através de leitora óptica; emissão dos relatórios de notas dos candidatos compreendendo todas as etapas do certame; aplicação dos critérios de desempate de notas, de acordo com o Edital de abertura. Elaboração de dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 76/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

## Nova Trento

## PREFEITURA

## RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

Publicação Nº 1997162

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</b>  CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 46/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 65/2019 Processo de Licitação: 65/2019 Data do Processo: 26/03/2019
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 65/2019  
b ) Licitação Nr.: 46/2019-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 26/04/2019  
e ) Data da Adjucação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: CONSTITUI-SE OBJETO DO PRESENTE PREGÃO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA DIAGRAMAÇÃO (ARTE FINAL) E DESIGN GRÁFICO, PARA PUBLICAÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA DE NOVA TRENTO E FUNDOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I DO EDITAL.

					(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					
	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>DANIELE VARGAS (9508)</u></b>					
1 SERVIÇOS DE DESIGN GRAFICO E DIAGRAMAÇÃO	MES	12,00	0,0000	2.000,00	24.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>24.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>24.000,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (25) Saldo: 157.081,81

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 272, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1997399

DECRETO N.º 272, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Exonera a pedido o servidor ELTON NUENRBERG nomeado através de Concurso Público, para o cargo de provimento efetivo de Técnico Agropecuário.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012 e Edital de Concurso Público 01/2002.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor ELTON NUENRBERG nomeado para o cargo de provimento efetivo de Técnico Agropecuário, através do Edital de Concurso Público nº 01/2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto n.º 347, de 01 de outubro de 2003, com término de suas funções em 31 de março de 2019.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 29 de março de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 29 de março de 2019.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PL PM Nº 025/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

Publicação Nº 1998137

#### MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 025/2019-PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA USO NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – CENHO conforme demais especificações constantes do edital e seus anexos. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 13.05.2019, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: [licitacao@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br). Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 29 de abril de 2019. Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019**

Publicação Nº 1997650



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº005/2019**

No dia vinte e seis do mês abril do ano de 2019, no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, situada na Rua José Fabro, Nº 01 , Centro do município de Novo Horizonte, o Pregoeiro, nos termos da Lei no. 10.520, de 17 de julho de 2002, e lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 1.729 de 04 de janeiro de 2010, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 010/2019, torna pública a Ata de Registro de Preços 005/2019, que será divulgada no Mural Publico, internet ([www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br)) e DOM/SC.

**RESOLVE** registrar os preços para aquisição dos produtos/serviços, objeto do pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado, conforme relação anexa a esta ata.

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVOHORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital**, nas especificações mínimas constantes da planilha a seguir:

ITEM	QUANT POR KM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	6.000	Serviço de Transporte Rodoviário com micro-ônibus/Van capacidade de no mínimo 19 lugares, com bagageiro e ar condicionado para deslocamento de alunos, atletas, dirigentes, professores, funcionários públicos, programas mantidos pelo município, idosos (Estatuto do idoso) Eventos Culturais e demais viagens de interesse da municipalidade em eventos definidos pelo município. A empresa deverá estar em dia com todas as normas obrigatórias exigidas pelo DETER e ANTT, incluindo seguro de vida aos passageiros, ano de fabricação do veículo não pode ser inferior a 2015	3,40	20.400,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>20.400,00</b>

1.1.2. Os quantitativos apresentados acima são estimados, cabendo à administração adquiri-los conforme a demanda do Departamento até a validade da Ata de Registro de Preços, não sendo obrigado portanto a executar o objeto integralmente.

1.1.3. O objeto desta licitação terá como Órgão Gestor o Município de Novo Horizonte através dos seu Departamento de Promoção Social, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

**2. DA VALIDADE DA ATA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade 12 (doze) meses, contada a partir de sua publicação na imprensa oficial do município;

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o município não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições;

2.3. Em cada fornecimento, será emitida a Autorização de Fornecimento e o prazo de entrega do objeto desta licitação será aquele definido no edital do pregão Presencial que originou esta Ata;

2.4. A empresa detentora do menor preço registrado por item assume o compromisso de fornecer o material,





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta Ata;

### **3- DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços, proveniente do presente certame, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. (Cfm. art. 8º do Decreto Federal nº 3.931/2008);

3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;

### **4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**4.1. DA ENTREGA – A entrega do objeto licitado deverá ser efetivada imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, que será solicitado conforme a necessidade da Secretaria solicitante, que indicará o trajeto e o horário a ser realizado pela empresa vencedora.**

**4.2 – A Secretaria solicitante se compromete a entregar a lista com os passageiros para emissão do DETER com 01 (um dia útil de antecedência a data viagem)**

**4.3 – para efeitos de contagem de quilometragem, será considerado o município de Novo Horizonte, não sendo considerado o deslocamento da sede da empresa até o local onde iniciará a viagem. Referências (Prédio da Prefeitura Municipal, Ginásio de Esportes, Centro de Referência em Assistência Social e Centro Educacional Municipal Cenho)**

**4.4- a quilometragem a ser paga começa a ser contada da local de saída no município até o seu retorno no mesmo local de saída.**

4.5 – A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, se reserva o direito de não receber serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

4.6. - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da prestação de serviços.

4.7. Os quantitativos descritos no Anexo VIII, constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, em conformidade com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los totalmente;

4.8. A não entrega dos serviços dentro do prazo estabelecido no item 14.6, ensejará a revogação da Autorização de Fornecimento e a aplicação das sanções legais previstas.

### **5. DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento da presente licitação será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste pregão, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento;

5.2. O pagamento será:

5.2.1. Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, devendo constar CNPJ, o número da licitação e atestado pela Secretaria Solicitante;

5.2.2. O pagamento será efetuado através de depósito bancário contra a instituição bancária indicada pelo Contratado, **no prazo de até 10 (dez) dias da entrega e da apresentação da Nota Fiscal;**

5.2.3. O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço;

5.3. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

## **6. DO REGISTRO DOS PREÇOS**

6.1. Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços, pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pelas licitantes vencedoras do certame;

6.2. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através de intimação pessoal, via fax-simile, correio (AR) ou publicação em imprensa oficial. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem no setor de Licitações e Compras do Município de Novo Horizonte/SC, para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no item 08 desta Ata;

6.3. É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços;

6.4. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação;

6.5. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

6.6. A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no item 8 do Edital;

6.7. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão;

6.8. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## **7. DO CONTRATO E DOS PREÇOS**

7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante a emissão da Autorização de Fornecimento ou Contrato, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade e nas quantidades solicitadas pelos Departamentos interessados;

7.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar a totalidade das contratações que deles poderão advir, ou seja, a Municipalidade realizará a contratação dos itens que forem de aquisição necessária;

7.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93;

7.4. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

7.5. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição;

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. Pela recusa em aceitar a autorização de prestação dos serviços e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a adjudicada se sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

8.2. A penalidade prevista no subitem anterior não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

8.3. À proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos causados:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

- a) advertência;
- b) multa, sendo:
  - b.1) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso ou execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
  - b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto licitado;
  - b.3) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;
- c) Cancelamento da contratação e suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Novo Horizonte - SC, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral ou descumprimento parcial do Contrato;
- 8.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, podendo as multas serem descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;
- 8.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa vencedora da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Novo Horizonte/SC.

## **9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:
  - a) não cumprir as exigências do Ato Convocatório e/ou Ata de Registro de Preços;
  - b) não formalizar e/ou cumprir o contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços e/ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
  - d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
  - e) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 9.2. O cancelamento de registro, nas alíneas citadas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;
- 9.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade de cumprir as exigências deste Ato Convocatório e na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;
- 9.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita, por meio de documento oficial, via fax-simile, correio (AR) ou publicação em imprensa oficial;
- 9.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
- 9.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração à aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

## **10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 10.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93;
- 10.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 10.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
  - a) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

b) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.3.1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, ou revogação do item ou Ata de Registro de Preços.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

11.1. Retirar a Autorização de Fornecimento/Contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da convocação, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

11.2. Executar a prestação dos serviços de acordo com a necessidade de cada Departamento, mediante apresentação de requisição ou autorização de compra;

11.3. Executar o objeto dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações deste Termo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

11.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

11.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento/serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

11.6. A falha na prestação dos serviços licitados cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

11.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

11.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

11.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

11.10. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

11.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

11.11.1. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

11.12. Entregar os materiais, conforme estipulado nesta Ata e de acordo com a proposta apresentada;

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Autorização de Fornecimento ou Contrato;

12.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.**  
**Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000**  
**Fone/Fax: (49) 3362 0024**  
**CNPJ: 95.990.115/0001-87**

- 12.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;
- 12.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos pneus, câmaras de ar e protetores;
- 12.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 12.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 13.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 012/2019, ata do pregão presencial (Anexo I) e as propostas das empresas abaixo relacionadas;
- 13.2. Fica eleito o foro da Comarca de São Lourenço D'Oeste, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato;
- 13.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

E por estarem justos e contratados, firmam a presente Ata de Registro de Preços.

Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, 26 de abril de 2019.

**VANDERLEI SANAGIOTTO**  
Prefeito

**LENOIR MOSCHEN E CIA LTDA ME**  
**LENOIR MOSCHEN,**  
CPF Nº 814.564.849-15  
Sócio administrador

Pregoeiro: Idinara Cristina Massucco \_\_\_\_\_

Equipe de Apoio:

Aimar Francisco Pavelecini \_\_\_\_\_

Silvani Zillio Moschen \_\_\_\_\_

Diana de Almeida Sanagiotto \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA 17-04-2019**

Publicação Nº 1997550

Ata da 9ª (nona) Reunião Ordinária da 03ª (terceira) Sessão Legislativa, da 7ª (sétima) Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC. No dia 17 (dezessete) do mês de abril do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 19:00h (dezenove horas), com a presença de todos os vereadores foi aberta a Sessão presidida pelo Senhor Vereador Sérgio Sanagiotto, que inicialmente solicitou a leitura da ata da sessão anterior, a qual após lida sem manifestações foi votada na forma nominal sendo aprovada por unanimidade entre os Vereadores presentes e assinada pela mesa diretora. No Expediente apresentado pelo Executivo: Não tivemos matéria. No Expediente apresentado pelos Vereadores: Tivemos as indicações nº001/2019 e nº002/2019 de autoria dos vereadores da Bancada do Partido dos Trabalhadores e a indicação nº 004/2019 de autoria do vereador Jose Denez. No Expediente do Legislativo: Tivemos o Projeto nº002/2019 de autoria do Legislativo Municipal. No Expediente recebido de Diversos: Tivemos a notícia de fato da MPSC. Nos Temas Livres: tivemos 7 (sete) vereadores inscritos. O vereador Sr. Cleonir José de Lima inicialmente cumprimentou a todos os presentes comentou as indicações realizadas pelos vereadores da Bancada sobre arrumar as estradas, relatou a respeito do ofício recebido do Promotor sobre as diárias, que as viagens realizadas foram para aperfeiçoamento e aproveitando para entregar pedidos de verbas parlamentares e que muitas coisas foram conseguidas e ainda viram. O Vereador Sr. Lucimar Viero Inicialmente cumprimentou a todos os presentes relatou sobre a tubulação da estrada de acesso a propriedade do senhor Adelino Valêncio que já foi resolvido, comentou sobre o Projeto de Lei 004/2019 que esta em tramitação que se tem que trabalhar para o melhor do município sendo assim é a favor que as máquinas em questão sejam doadas a COOPERAL e que o trator é totalmente doado ,cooperativa essa que faz parte do município e que certamente trabalhará pelo município. O vereador Sr. Roberto Antunes de Lima Inicialmente cumprimentou a todos os presentes comentou sobre o curso realizado em Florianópolis nos dias 26 a 29 sobre Participação Popular e elaboração de Leis que foi muito proveitoso, foram realizadas também visitas aos deputados onde foi entregue ofícios requerendo verbas parlamentares, visitou também a Secretária de Assistência Social Trabalho e Habitação onde encaminhou ofício do cofinanciamento e ficou confirmado que as emendas impositivas do ano passado foram todas liberadas e foi enviado a Secretária de Cultura ofício para a biblioteca municipal, para finalizar comentou sobre o novo plenário com o nome do senhor Aderito Antonio Sanagiotto. O vereador Sr. Jocemar Bottin Inicialmente cumprimentou a todos que se fazem presentes, convidou para a festa do Padroeiro na Comunidade de São Marcos ,comentou sobre o Projeto de Lei 004/2019 que não é a favor que as máquinas em questão sejam doadas a COOPERAL mas que os serviços sejam assumidos pela Secretaria Municipal de agricultura e que se possam reunir com os conselhos de agricultura nas comunidades com o agrônomo e a Epagri para resolver como serão realizados os serviços com essas máquinas e qual tempo de plantio com isso podendo atender da melhor forma possível os agricultores que tem interesse. A vereadora Sra. Gelci Cremonini de Lima Inicialmente cumprimentou a todos que se fazem presentes, após fez a leitura do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei 004/2019 de autoria de Executivo Municipal o adiamento se faz necessário para poder analisar e ver um parecer de todos e se chegar a um consenso do que é melhor a se fazer. O vereador Sr. José A. Somariva Daniel inicialmente cumprimentou todos os presentes , comentou sobre sua indicação de cascalhar a estrada de acesso a comunidade de São José ,para finalizar relatou sobre o Projeto de Lei em tramitação sobre a doação das máquinas em questão para a COOPERAL. O vereador Sr. Nazareno Lorenzi Nunes Inicialmente cumprimentou a todos que se fazem presentes, comentou sobre o evento de motos que foi realizado no município e agradeceu ao senhor Santos Pandini que cedeu o espaço para que o evento fosse realizado, relatou sobre sua conversa com o Secretario da DMR sobre as estradas ,que estão trabalhando e vão procurar resolver, comentou sobre o Projeto que esta em tramitação, para que possam se reunir agricultores , vereadores, prefeito , pessoal da COOPERAL e interessados para conversar ,resolver ,firmar um compromisso sobre a doação das máquinas em questão e sobre os serviços que serão realizados pelas mesmas e que o resultado seja divulgado para toda a população . Na Ordem do Dia. Tivemos a discussão e votação do Projeto de Lei 003/2019 de autoria do Executivo Municipal após ler o parecer da comissão e discutido foi votado na forma simbólica sendo aprovado por unanimidade entre os vereadores, após tivemos a votação do requerimento de pedido de adiamento de votação do Projeto 004/2019 de autoria da vereadora Gelci Cremonini de Lima, foi votado de forma simbólica sendo aprovado por 7 (sete) votos a favor e 2 (dois) contra. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e convocou-os para a próxima Reunião Ordinária que será no dia 25 de abril de 2019 (dois mil e dezenove) às 18h30hrs, neste mesmo local, e declarou encerrada a Sessão. Para constar foi lavrado a Presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada pela mesa diretora.

Sérgio Sanagiotto  
Presidente

Cleonir José de Lima  
1º Secretário

Nazareno Lorenzi Nunes  
2º Secretário

**EXTRATO DE 3º.TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2018**

Publicação Nº 1998058

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
CONTRATATO : M. MOBILI EIRELI EPP

DO OBJETO O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação da vigência do contrato.

DA VIGÊNCIA: O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com término, portanto, em 24/05/2019.

Novo Horizonte, SC, 25 de abril de 2019.

Sérgio Sanagiotto  
Presidente

# Orleans

## PREFEITURA

**DECRETO N. 4.571 DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997473

DECRETO N. 4.571 DE 24 DE ABRIL DE 2019.

" ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO."

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

ART. 1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.01	Departamento de Educação	
2.014	Manutenção do Ensino Infantil	
F. R.	03.0181 - Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 9.602,11
Total		R\$ 9.602,11

ART 2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte fonte de recurso:

F. R.	03.0181 - Aplicações Diretas	R\$ 9.602,11
	TOTAL	R\$ 9.602,11

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 24 de abril de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração Interino**DECRETO N. 4.574 DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997477

DECRETO N. 4.574 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE ORLEANS ÁREA AZUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e Lei Municipal 2.828 de 07 de agosto de 2018.

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do Estacionamento Rotativo de Orleans Área Azul, será das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min de segunda-feira a sexta-feira e das 8h às 12h aos sábados.

Parágrafo Único. Eventuais alterações em virtude de casos excepcionais serão previstos em Decreto próprio.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 26 de abril de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração Interino



**DECRETO Nº 4.572 DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1999086

DECRETO nº 4.572 de 26 de abril de 2019.

Declara de utilidade pública de acordo com o Artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal e Artigo 5º, alíneas "H" e "M" do Decreto-lei nº 3.365/41, para fins de desapropriação, parte do imóvel matriculado sob nº 15.450 no Cartório de Registro de Imóveis de Orleans, de Propriedade de Instituto Leonardo Murialdo, destinado a utilização da estrutura para manutenção/ampliação de edifícios públicos voltados ao atendimento à comunidade na educação básica e a área total para exploração e fomento dos serviços ligados à cultura, educação, esporte e lazer aos municípios.

Jorge Luiz Koch, Prefeito de Orleans/SC, usando de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 11, XXXIV; 68, VI, e 88, I, E, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pelo Município de Orleans por via amigável ou judicial, uma gleba de terras, abaixo descrita e caracterizada, desmembrada do imóvel objeto da matrícula nº 15.450 de ordem do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Instituto Leonardo Murialdo, CNPJ nº 88.637.780/0008-00, destinado a utilização da estrutura para manutenção/ampliação de edifícios públicos voltados ao atendimento à comunidade na educação básica e a área total para exploração e fomento dos serviços ligados à cultura, educação, esporte e lazer aos municípios, a saber: área de terra de 344.720,36 m² onde estão edificadas um ginásio de esportes, um galpão, salas de aula onde funcionava o seminário São José, uma pequena Igreja e uma infraestrutura conexa de garagem, etc, totalizando aproximadamente 4.300,00 m² construídos, ainda, encontram-se no local pelo menos três nascentes da água e área de mata nativa com aproximadamente 17.063,98 m² com as seguintes confrontações: Norte em 687,66m com a Rodovia SC-108, Sul em 238,96m com terras restantes de Instituto Leonardo Murialdo, Leste em 971m com terras de Wilson Damásio Cardoso, Oeste em 1 Linha de 150,62m com Rua Padre João Leonir Dall Alba, e demais em 2 Linha de 99,91m 3 Linha de 150m 4 Linha servidão de acesso à Fundação Educacional Barriga Verde/FEBAVE em 157,43m e 5 Linha com 428,37m, com terras de Fundação Educacional Barriga Verde/FEBAVE, conforme mapa que servirá como anexo I para todos os fins.

Art. 2º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e dos exercícios vindouros se necessário, incluindo eventuais despesas de cartório não contempladas por isenção para transferência e registro da escritura.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 26 de abril de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

Jair Henrique de Souza Wagner  
Secretário de Administração Interino

ANEXO I

**DECRETO Nº 4.573 DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997475

DECRETO Nº 4.573 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO N. 004/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME"

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução n. 004/2019, do Conselho Municipal de Educação de Orleans – CME, que fixa normas para avaliação de desempenho de docentes, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 17 alínea "b" em conformidade com o artigo 19 da Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007, parte integrante do presente Decreto.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 26 de abril de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração Interino

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MAGISTÉRIO

RESOLUÇÃO Nº 004/2019

Fixa normas para avaliação de desempenho de docentes, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 17 alínea "b" em conformidade com o artigo 19 da Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

A Comissão de Avaliação de Desempenho usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.084 de 21 de março de 2017;

Considerando que a Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007, no art. 16 ao art. 19, sujeita o servidor em exercício no cargo de provimento efetivo do magistério, para conquistar o direito a Progressão por Mérito deverá ser submetido à avaliação de desempenho, a ser efetuada por comissão composta para esse fim;

Considerando que a Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007, disciplina os critérios a serem avaliados, sendo eles: assiduidade e pontualidade; experiência e dedicação ao serviço; participação extraclasse, disciplina e responsabilidade;

Considerando a necessidade de fixar normas que regulamentem a avaliação do desempenho do docente na rede pública municipal, bem como a competência da Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º O docente nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito à avaliação de desempenho durante o qual a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação.

Art. 2º A avaliação de que trata o artigo anterior será feita de acordo com as normas constantes desta Resolução, observados os seguintes fatores:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – experiência e dedicação ao serviço;
- III – participação extraclasse;
- IV – disciplina e responsabilidade.

Art. 3º Os indicadores de avaliação apontados no art. 2º desta Resolução serão apurados através dos seguintes instrumentos:

a – Formulário para Avaliação de Desempenho do docente conforme o Anexo 1, a ser preenchido pelo responsável da Unidade Escolar, com o acompanhamento do professor avaliado;

b – Controle de frequência, comprovantes de Atestados médicos e comprovantes de afastamentos permitidos por lei.

Art. 4º A comissão de Avaliação Docente deverá aferir os dados constantes dos instrumentos de avaliação tratados nesta Resolução, bem como se valer de outros indicadores que julgar necessários para elaborar relatório com parecer conclusivo.

Art. 5º A Avaliação do desempenho do docente (professores e especialistas) em exercício será realizada anualmente.

Art. 6º Ao final de cada ano letivo, a Comissão de Avaliação Docente realizará avaliações parciais que devem ser consolidadas numa avaliação final, sendo que no final de cada dois anos, só será promovido o docente que:

a – durante os dois anos letivos, não apresentar nenhuma falta injustificada, no exercício de suas funções, bem como na participação das atividades extracurriculares previstas no calendário escolar;

b – não entrar em licença de tratamento de saúde por um período superior a 60 (sessenta dias), consecutivo ou intercalado; exceto para a licença de gestação;

c – não se afastar da atividade docente para exercer outras funções fora do Quadro do Magistério;

d – não constar em seu registro de ponto, mais de 03 (três) entradas tardias e 03 (três) saídas antecipadas;

e – não constar em seu registro de ponto, mais de 06 (seis) faltas justificadas (atestados) e/ou autorizadas pela autoridade competente, exceto as previstas em lei como luto, casamento, paternidade. As doenças infectocontagiosas e outros casos isolados serão analisados pela comissão de avaliação.

f – apresentar resultado suficiente na avaliação de desempenho profissional (anexo 1).

Art. 7º Os resultados de cada avaliação parcial serão apresentados ao docente avaliado e discutidos entre o Responsável Pela Unidade Escolar e o Interessado.

Art. 8º O docente que apresentar insuficiência de desempenho na avaliação, itens experiência e dedicação ao serviço, disciplina e responsabilidade, conforme anexo, será informado pela Comissão e não será indicado para Progressão por mérito naquele período.

Art. 9º A primeira avaliação do docente para fins de progressão horizontal na carreira do magistério ocorrerá após conclusão do estágio

Probatório.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho de Servidor do Magistério do município de Orleans.

Art. 11. Excepcionalmente, a avaliação por desempenho profissional, correspondente ao período compreendido de junho de 2017 a abril de 2019, considerará apenas o artigo 6º, ou seja, avaliará: assiduidade e pontualidade;

experiência e dedicação ao serviço; participação extraclasse; disciplina e responsabilidade.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14. A Comissão de Avaliação por Desempenho do Magistério Público Municipal será composta pelos membros efetivos, nomeados no DECRETO Nº 4.084 de 21 de março de 2017, pelo Prefeito de Orleans, JORGE LUIZ KOCH.

Orleans, 24 de abril de 2019.

Comissão de Avaliação de Desempenho.

## **EDITAL CREDENCIAMENTO 4/2019 SAMAE**

Publicação Nº 1998045

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ORLEANS-SC  
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 04/2019

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna público que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO de INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS autorizadas pelo Banco Central do Brasil para prestar serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita pública de competência da Autarquia no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas.

Entrega de documentação e propostas do dia 29/04/2019 a 17/05/2019 . Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 ramal 202, por e-mail: [licitacao@samaeorleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@samaeorleans.sc.gov.br) e no site [www.samaeorleans.sc.gov.br](http://www.samaeorleans.sc.gov.br)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SAMAE ORLEANS

## **ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 71/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 1998898

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 71/2019

Motivo: Alteração nos descritivos de alguns itens e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 71/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 30/2019

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 13/05/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 14/05/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 26 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

## **PROCESSO Nº 20/2019 FMS**

Publicação Nº 1998864

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2019

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação informa as empresas interessadas que, de conformidade com a lei nº 8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS – SC, sito a Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 3886-0100, a partir do dia 08/05/2019

Maiores informações através do site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans, 26 de Abril de 2019.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA  
Secretaria de Saúde

## PROCESSO Nº 21/2019 FMS

Publicação Nº 1998866

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019  
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2019

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação informa as empresas interessadas que, de conformidade com a lei nº 8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RX CONFORME LEI MUNICIPAL DE Nº 2.701 DE 21/03/2017 NO EXERCÍCIO DO ANO DE 2019.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas na PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS – SC, sito a Rua XV de Novembro, nº 282, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 3886-0100, a partir do dia 08/05/2019.

Maiores informações através do site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans, 26 de Abril de 2019.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA  
Secretaria de Saúde

## PROCESSO Nº 83/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1998905

PROCESSO Nº 83/2019  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 38/2019  
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONJUNTO MUSICAL PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 13/05/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 14/05/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 26 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 84/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1998924

PROCESSO Nº 84/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 26/2019

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGENS EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE 12 VÍDEOS INSTITUCIONAIS COM TEMPO ENTRE 2 (DOIS) MINUTOS A 4 (QUATRO) MINUTOS COM USO DE DRONE.

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

EMPRESA: DANIEL DEBIASI CASCAES 72837705934

VALOR TOTAL: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

Dotação: 17/2019 – Manutenção da Administração Geral

Orleans - SC, 26 de Fevereiro de 2019.  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO Nº 03 DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998341

Resolução nº 03 de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre a classificação da contratação de Conselheiras Tutelares em caráter emergencial.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMCA, do município de Orleans, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 2.122 de 02 de outubro de 2007,

Resolve:

Art. 1º Divulgar a lista de classificados para a contratação de Conselheiras Tutelares em caráter emergencial:

- 1º Gabriela Borghezani Nicoladelli;
- 2º Lucas da Silva;
- 3º Maria Helena Mattei Andrade;
- 4º Rayani Joaquim;
- 5º Jaqueline Bussulo Carrer;
- 6º Michelle Zomer Finilli;
- 7º Carolina Teixeira Carrer;
- 8º Paula Ediane Lima da Luz;
- 9º Shana Cascaes Alberton Tamagno;
- 10º Cristiane Candido dos Santos Leite;
- 11º Priscilla Luiz Sampaio;
- 12º Emanuela Ghisi Goulart;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Orleans, 26 de abril de 2019.  
Annye Mayara Bittencourt Bagio  
Presidente do CMDCA

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### PREGÃO 018/2019

Publicação Nº 1998185

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 018/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de veículo 0 km, picape cabine dupla, para uso da Secretaria de Habitação e Captação de Recursos. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 16/05/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 26/04/2019.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Paial

## PREFEITURA

### ATA DE ANALISE DOCUMENTAÇÃO PL 025-2019 CONCORRÊNCIA 001-2019

Publicação Nº 1997268

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2019, DO MUNICÍPIO DE PAIAL. Às 08h30min do dia 26 de Abril de 2019, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 006/2019, sob a Presidência do Senhor Renan Vizzoto estando presentes os membros Senhores Amauri José Auziliero e Mirian Dargas para o ato de análise da documentação de habilitação da empresa participante, referente a Concorencia n. 001/2019, Processo Licitatório 025/2019. Da análise restou em: a) Inabilitar a empresa MULTIPLICANDO SAÚDE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, por descumprir a exigência contida no item 6.1.1.2 (Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e, 6.1.1.4 (Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante) do Edital. Ante o exposto, considerando que a empresa MULTIPLICANDO SAÚDE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME foi a única empresa a apresentar envelopes, fica concedida a mesma o prazo de 08 (oito) dias úteis para que apresente a documentação faltante, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da Lei 8666/93. Intime-se o participante da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão. A presente Ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Paial- Santa Catarina e na página do Município, na internet [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br), servindo a publicação como prazo de início para a contagem de prazo.

Renan Vizzoto  
Presidente

Amauri José Auziliero  
Membro

Mirian Dargas  
Membro

### EXTRATO DE CONTRATO 031-2019 ENGENHARIA

Publicação Nº 1997239

#### EXTRATO CONTRATO

Contrato Nº: 31/2019

Contratante...:PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: DAL FORNO E MARTINS ENGENHARIA LTDA

Dispensa de Licitação: Nº 009/2019

Valor : ..... : R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos Reais)

Vigência ..... : Início: 22/04/2019 Término:31/12/2019.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA DESENVOLVER PROJETO ESTRUTURAL E ELÉTRICO NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PAIAL, conforme especificação abaixo:

- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA DESENVOLVER PROJETO ESTRUTURAL E ELÉTRICO NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PAIAL SENDO:

- PROJETO ELETRICO TOTAL 1.865,55 M2

- PROJETO PREVENCAO DE INCENDIOS TOTAL: 1865,55 M2

- PROJETO HIDROSSANITARIO TOTAL 1.8655,55 M2

- PROJETO ESTRUTURAL DA AMPLIACAO 474,84 M2 .

LEOCIR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL EM EXERCÍCIO



# Palhoça

## PREFEITURA

### ABERTURA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL 002/SMS/2019

Publicação Nº 1998275

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA (SC)  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO  
EDITAL 002/SMS/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica aos interessados que a partir do dia 29 de abril de 2019 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público – Edital 002/SMS/2019, para contratação, em caráter temporário de

Cirurgião Dentista ESF

Médico Cirurgião Geral

Médico Clínico Geral

Médico Clínico Geral Emergência

Médico Neurologista Pediatra

Médico Ortopedista

Médico Pediatra

Médico Pediatra Emergência

Período de Inscrição: 29 de abril a 13 de maio de 2019.

Maiores informações: site <https://palhoca.atende.net>

Valor da taxa de inscrição: R\$ 80,00

Palhoça (SC), 26 de abril de 2019.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito de Palhoça

Rosinei de Souza Horacio

Secretário Municipal de Saúde

### LEI Nº 4.734, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1998931

LEI Nº 4.734, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS. Denomina vias no Loteamento Firenze Business Park, Bairro Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as vias públicas, localizadas no Loteamento Firenze Business Park no Bairro Pachecos, neste Município conforme matrícula imobiliária nº47.672, com os seguintes nomes:

I – RUA A – Alça de Acesso, com extensão de área de aproximadamente de 589,00 metros de comprimento e largura composta por 12,00 metros ;

II – RUA B – Avenida Central Firenze, com extensão de área de aproximadamente 930,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

III – RUA C – Avenida do Comércio, com extensão de área de aproximadamente 930,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

IV – RUA D – Rua 1ª Transversal Firenze, com extensão de área de aproximadamente 197,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

V – RUA E – Rua 2ª Transversal Firenze, com extensão de área de aproximadamente 197,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VI – RUA F – Rua 3ª Transversal Firenze, com extensão de área de aproximadamente 210,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VII – RUA G – Avenida Norte-Sul, com extensão de área de aproximadamente 235,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

VIII – RUA H – Rua Artur Sell, com extensão de área de aproximadamente 96,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura, no Bairro Pachecos e com extensão de aproximadamente 120,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura, no Bairro Nova Palhoça;

IX – RUA I – Avenida Logística, com extensão de área de aproximadamente 407,00 metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

Parágrafo único. A localização das vias públicas de que trata este artigo, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º A localização das referidas vias públicas de que trata os artigos anteriores, obedecem ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 25 de abril de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 4.735, DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998934

LEI Nº 4.735, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

EDUCAÇÃO. Denomina Escola Profissional na Região Sul do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "Escola Profissional Professora Maria Aparecida Espíndula Juttel", integrada à rede municipal de educação, a escola profissional localizada na Região Sul, na comunidade do bairro Praia do Sonho, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 25 de abril de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 35/2019**

Publicação Nº 1997501

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 35/2019

ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 218696/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar n. 24238/2018 em desfavor do (a) servidor (a) MLL, sob Portaria n. 22/2018, para substituir o Servidor Dativo Jeferson Luiz Ostrowski.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 12 de abril de 2019.

André José Silveira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 1101/2019.**

Publicação Nº 1998875

PORTARIA Nº. 1101/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JAIRO SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Luciano Kuhn, que se encontra em LE.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1102/2019.**

Publicação Nº 1998878

PORTARIA Nº. 1102/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA LUISA DUARTE DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Professor Guilherme Wiethorn Filho, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Caroline Heyse Niebich, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1103/2019.**

Publicação Nº 1998880

PORTARIA Nº. 1103/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE DE OLIVEIRA CARVALHO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta

Prefeitura, no período de 18/02/2019 a 13/12/2019. Vaga transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1104/2019.**

Publicação Nº 1998883

PORTARIA Nº. 1104/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE COELHO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Olga Cerino, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1105/2019.**

Publicação Nº 1998885

PORTARIA Nº. 1105/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LAISE MARQUES DE SOUZA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Jean Kindermann, que se encontra em direção escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1106/2019.**

Publicação Nº 1998888

PORTARIA Nº. 1106/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IGOR SMANIOTTO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Nadia Helena Andrade, que se encontra em direção escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1107/2019.**

Publicação Nº 1998890

PORTARIA Nº. 1107/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DIOGO TAVARES GOMES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Sandra Ap. Nogueira, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1108/2019.**

Publicação Nº 1998892

PORTARIA Nº. 1108/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTOFER MACHADO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/

semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Adriana Gomes Gonçalves, que se encontra em exercendo suas funções junto a FMEC.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1110/2019.**

Publicação Nº 1998901

PORTARIA Nº. 1110/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR MARLON FLECK, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Francisco Antonio de S. Marins, que se encontra no SITRAMPA.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1111/2019.**

Publicação Nº 1998900

PORTARIA Nº. 1111/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR RANIERI VENTURA BINHOTTI de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1112/2019.**

Publicação Nº 1998902

PORTARIA Nº. 1112/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RODOLFO CRUZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Professora Adriana Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Angela Maria Maciel, que se encontra em LPAP.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1113/2019.**

Publicação Nº 1998904

PORTARIA Nº. 1113/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RODRIGO DA ROSA MADEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Professora Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento do titular Tânia Soares, que se encontra em direção escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1114/2019.**

Publicação Nº 1998906

PORTARIA Nº. 1114/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CARINE FABRICIO PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) GE Professora Najla Carone Guedert, com carga horária de 20 (vinte)



horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1115/2019.**

Publicação Nº 1998908

PORTARIA Nº. 1115/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR CAREN ALESSANDRA TAPIA ARAUJO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Professor Guilherme Wiethorn Filho, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1116/2019.**

Publicação Nº 1998910

PORTARIA Nº. 1116/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR ELENICE FERNANDES CAMARGO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Chamada Publica nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2019 a 13/12/2019. Vaga excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1117/2019.**

Publicação Nº 1998911

PORTARIA Nº. 1117/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE APARECIDA KNUTEZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2019 a 22/02/2019. Vaga excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1118/2019.**

Publicação Nº 1998912

PORTARIA Nº. 1118/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FABIANO FORESTI, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1119/2019.**

Publicação Nº 1998913

PORTARIA Nº. 1119/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE APARECIDA KNUTEZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 22/02/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1120/2019.**

Publicação Nº 1998916

PORTARIA Nº. 1120/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1121/2019.**

Publicação Nº 1998918

PORTARIA Nº. 1121/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR MICHEL LUIS MARQUES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1122/2019.**

Publicação Nº 1998920

PORTARIA Nº. 1122/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NICOLE MERLOTTI, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Professora Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1123/2019.**

Publicação Nº 1998921

PORTARIA Nº. 1123/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA REGINA BATISTA ANTONIO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) GE Profª. Maria Luzia Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 18 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1124/2019.**

Publicação Nº 1998922

PORTARIA Nº. 1124/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONIA CLERIA ZIEBELL MARON, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Professora Adriana Weingartner, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1125/2019.**

Publicação Nº 1998923

PORTARIA Nº. 1125/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOÃO FERNANDO LEAL MOTA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1126/2019.**

Publicação Nº 1998925

PORTARIA Nº. 1126/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MAGNA DE SENA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) EB Professora Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 05 (cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1127/2019.**

Publicação Nº 1998926

PORTARIA Nº. 1127/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DO ROSARIO BORGES DA ROSA KOCK, matrícula nº. 801482-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, a contar de 18/03/2019 a 18/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1128/2019.**

Publicação Nº 1998927

PORTARIA Nº. 1128/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE CRISTINA DOS SANTOS COLARES DE PAULA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Professora Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/02/2019 a 13/12/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1129/2019.**

Publicação Nº 1998928

PORTARIA Nº. 1129/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MAGNA DE SENA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, no (a) EB Prefeito Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Rosane Freitas, que se encontra readaptação.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1130/2019.**

Publicação Nº 1998929

PORTARIA Nº. 1130/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCIELI FERREIRA RODRIGUES JACQUES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1131/2019.**

Publicação Nº 1998930

PORTARIA Nº. 1131/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR YNGRID CARLA DOS SANTOS VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Edinalda S. de Souza, que se encontra exercendo suas funções junto ao PAD e Zeneide Petry Schweitzer, que se encontra em direção escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 1132/2019.**

Publicação Nº 1998932

PORTARIA Nº. 1132/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARTA INEZ DINIZ, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1133/2019.**

Publicação Nº 1998933

PORTARIA Nº. 1133/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DANIELA DOS PASSOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Professora Najla Carone Guedert, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Shirley Peres Knabben, que se encontra exercendo suas funções junto ao reforço escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1134/2019.**

Publicação Nº 1998936

PORTARIA Nº. 1134/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JUCINEIA MACHADO FRUTUOSO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40

(quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Lindaura Rosa Espindola, que se encontra em Direção de CEI.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1135/2019.**

Publicação Nº 1998937

PORTARIA Nº. 1135/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR MIRIAM CRISTINA DE OLIVEIRA LUCAS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Tatiane Grum Lemos, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1136/2019.**

Publicação Nº 1998938

PORTARIA Nº. 1136/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR ROSANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Professora Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 21/02/2019, face ao impedimento da titular Valdete Theodorovicz, que se encontra em Direção Escolar e Sheila Iolanda Coelho, que se encontra exercendo suas funções junto a ER Manoel de Silva.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1137/2019.**

Publicação Nº 1998939

PORTARIA Nº. 1137/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TELMA OSNILDA LEONEL, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1138/2019.**

Publicação Nº 1998940

PORTARIA Nº. 1138/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CINTIA DAROCESKI GUEDES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aquarela, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1139/2019.**

Publicação Nº 1998942

PORTARIA Nº. 1139/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SANDRA REGINA DE MACEDO MOREIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aquarela, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1140/2019.**

Publicação Nº 1998943

PORTARIA Nº. 1140/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR ROSANE CARVALHO LUIZ DE MIRANDA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aquarela, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1141/2019.**

Publicação Nº 1998944

PORTARIA Nº. 1141/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR DENIZE PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2019 a 06/08/2019, face ao impedimento da titular Márcia Martins Andre, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1142/2019.**

Publicação Nº 1998945

PORTARIA Nº. 1142/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FABIANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vó Laura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Vanessa da Silva, que se encontra se encontra em Direção de CEI.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1143/2019.**

Publicação Nº 1998946

PORTARIA Nº. 1143/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IDIANARA FATIMA GALUPO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Giane Petronilha da Silva, que se encontra em Direção Adj. Da UE.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1144/2019.**

Publicação Nº 1998947

PORTARIA Nº. 1144/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIRLENE DA COSTA ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/

semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1145/2019.**

Publicação Nº 1998948

PORTARIA Nº. 1145/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONTRATAR TANIA PATRICIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Daniella Maria Martins, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PORTARIA Nº. 1146/2019.**

Publicação Nº 1998950

PORTARIA Nº. 1146/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIELLA WEINGARTNER, matrícula nº. 128638-1, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 04/03/2014 a 04/03/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/03/2019 a 11/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1147/2019.**

Publicação Nº 1998951

PORTARIA Nº. 1147/2019.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BRUNA DA SILVA, matrícula nº. 401460-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/09/2011 a 05/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/03/2019 a 06/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

LUCIANO DALLA POZZA  
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1148/2019.**

Publicação Nº 1998952

PORTARIA Nº. 1148/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TAYSI VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 125451-2, titular do cargo de Professora da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 27/07/2005 a 27/07/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 26/03/2019 a 26/06/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1149/2019.**

Publicação Nº 1998956

PORTARIA Nº. 1149/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELBIO LOPES DE MENEZES, matrícula nº. 402145-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/06/2013 a 26/08/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/03/2019 a 06/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1150/2019.**

Publicação Nº 1998958

PORTARIA Nº. 1150/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENILDA ALAIDE DA SILVEIRA, matrícula nº. 401487-4, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/03/2019 a 07/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1151/2019.**

Publicação Nº 1998960

PORTARIA Nº. 1151/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCOS ANTÍDIO DE LIMA, matrícula nº. 401033-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/03/2019 a 18/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1152/2019.**

Publicação Nº 1998966

PORTARIA Nº. 1152/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSENI MEDEIROS, matrícula nº. 400296-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/03/2019 a 11/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1153/2019.**

Publicação Nº 1999053

PORTARIA Nº. 1153/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA REGINA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA, matrícula nº. 401661-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 03/11/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/03/2019 a 11/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1154/2019.**

Publicação Nº 1999055

PORTARIA Nº. 1154/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para THIAGO ESPÍNDOLA, matrícula nº. 400989-4, titular do cargo de Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/08/2010 a 16/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/03/2019 a 18/04/2019.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA Nº. 1155/2019.**

Publicação Nº 1999057

PORTARIA Nº. 1155/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSANE DE FATIMA BARROS DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Janaina Moreira da Silba, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1156/2019.**

Publicação Nº 1999058

PORTARIA Nº. 1156/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOSIELEN MARIANO ANTUNES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 17/06/2019, face ao impedimento da titular Andressa Haertel, que se encontra se encontra LM.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1157/2019.**

Publicação Nº 1999061

PORTARIA Nº. 1157/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JUCELENE ALCINA BATISTA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Inês Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2019 a 06/03/2019, face ao impedimento da titular Elaine Ap. Pessoa Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1158/2019.**

Publicação Nº 1999063

PORTARIA Nº. 1158/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA RODRIGUES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Dalva Neuhaus que se encontra em Direção Adj. Da UE.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1159/2019.**

Publicação Nº 1999065

PORTARIA Nº. 1159/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MICHELLE POLETTI, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2019 a 18/02/2019, face ao impedimento da titular Suelly Ferreira, que se encontra em LTS e LM.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1160/2019.**

Publicação Nº 1999067

PORTARIA Nº. 1160/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LIZANDRA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tome, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência

de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Daiany Soares, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 21 de fevereiro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

## **PREGÃO PRESENCIAL N° 066/2019**

Publicação N° 1998304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 066/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL n° 066/2019, que tem por objeto a aquisição de materiais de construção e materiais elétricos para a Secretaria de Educação deste Município, através do Sistema de Registro de Preços. A sessão pública ocorrerá às 14:00h do dia 16/05/2019, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 26 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

## **PREGÃO PRESENCIAL N° 067/2019**

Publicação N° 1998309

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 067/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL n° 067/2019, que tem por objeto a aquisição de areia e pedra pulmão para atender a Secretaria de Infraestrutura deste Município através do Sistema de Registro de Preços. A sessão pública ocorrerá às 14:00h do dia 17/05/2019, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 26 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2018**

Publicação Nº 1997763

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.

DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 755087 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
29	67725 - Dorflex (ou similar)	COMP	2.400,	R\$0,118	R\$283,20
72	2503 - Tartarato de Brimodina 0,2%, frs. c/ 5 ml	FRS	20,	R\$6,90	R\$138,00
81	72568 - Vecasten, caixa com 30cp (genérico ou similar)	COMP	750,	R\$1,68	R\$1.260,00
89	66527 - Vitamina C 1000mg c/10cp efervescentes	COMP	700,	R\$0,75	R\$525,00
90	60756 - Vitamina E 400UI, caixa com 30cp	CX	150,	R\$0,32	R\$48,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2018**

Publicação Nº 1997764

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.

DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 1641042 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
9	2094 - Azopt colírio 1%, frasco com 5 ml. (genérico ou similar)	FRS	8,99991	R\$42,371	R\$381,3352
20	67718 - Carbamazepina 400 mg, comprimidos de liberação prolongada (genérico ou similar equivalente)	COMP	420,	R\$1,446	R\$607,32
25	67084 - Depakote ER 250mg, caixa com 30 comp.	CX	25,	R\$29,04	R\$726,00
44	67739 - Levodopa + benzerazida 100 + 25mg, comprimidos birranhurados	COMP	172.892,28031	R\$0,899	R\$155.430,16
57	67741 - Onbrize 150mcg c/30capsulas + inalador	CX	24,	R\$76,71	R\$1.841,04
62	71243 - Ritalina LA 10mg c/ 30cp	CX	60,	R\$57,51	R\$3.450,60
63	3610 - Ritalina LA 20mg c/ 30cp	CX	86,	R\$153,30	R\$13.183,80
64	3611 - Ritalina LA 40mg c/30cp.	CX	15,99998	R\$169,011	R\$2.704,1726
73	67105 - Tegeretol 400mg tem que ser o referencia)	COMP	940,	R\$1,259	R\$1.183,46
75	67106 - Trileptal 300mg (tem que ser o referencia - Novartis)	COMP	240,	R\$1,545	R\$370,80
76	67745 - Trileptal 600mg (referencia - Novartis)	COMP	980,	R\$2,97	R\$2.910,60
78	72565 - Valsartana + hidroclorotiazida, 160/12,5 mg. (Diovan, genérico ou similar equivalente)	COMP	335,99904	R\$2,092	R\$702,91
86	72572 - Vildagliptina + metformina 50/850 mg. (Galvus met, genérico ou similar equivalente)	COMP	0,	R\$1,844	R\$0,00
87	72573 - Vildagliptina 50mg. (Galvus, genérico ou similar equivalente)	COMP	391,99892	R\$1,851	R\$725,59



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2018**

Publicação Nº 1997765

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2018 – Pregão  
Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA  
PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - OBJETO: Aquisição de  
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para  
uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 1964372 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
13	67715 - Biperideno 5 mg/mL, sol injetável ampolas 1ml	AMP	150,	R\$1,77	R\$265,50
21	3653 - Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	AMP	1.500,	R\$1,19	R\$1.785,00
43	72002 - Lamotrigina 100mg (genérico ou similar)	COMP	0,	R\$0,39	R\$0,00
61	1616 - Prometazina 25mg	COMP	170.000,	R\$0,09	R\$15.300,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2018**

Publicação Nº 1997767

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.

DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3531287 - LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
11	67714 - Bicalutamida 50mg	COMP	4.000,	R\$1,80	R\$7.200,00
54	2606 - Miocalven D, caixa com 60 saches	CX	20,	R\$81,00	R\$1.620,00
82	72569 - Venvanse, 30mg, caixa com 28 comp.	CX	30,	R\$204,12	R\$6.123,60
83	72570 - Venvanse, 50mg, caixa com 28 comp.	CX	23,	R\$247,80	R\$5.699,40
84	72571 - Venvanse, 70mg, caixa com 28 comp.	CX	30,	R\$247,80	R\$7.434,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2018**

Publicação Nº 1997770

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	67705 - Aminofilina 24mg/mL, ampolas 10 ml injetável IV	AMP	400,	R\$0,905	R\$362,00
5	5522 - Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml	F/AM	4.500,	R\$2,54	R\$11.430,00
8	67708 - Atropina sulfato 0,25mg/mL, ampolas 01 ml	AMP	160,	R\$0,28	R\$44,80
10	65778 - Benzilpenicilina benzatina 1200000 UI	F/AM	15.000,	R\$9,30	R\$139.500,00
12	2163 - Bicarbonato de sódio 8,4% - 10 ml	AMP	300,	R\$0,5623	R\$168,69
39	2252 - Hidroclorotiazida 25 mg	COMP	2.000.000,	R\$0,013	R\$26.000,00
68	68315 - Sulfametaxazol, associado à trimetoprima 400mg + 80mg	COMP	100.000,	R\$0,0879	R\$8.790,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2018**

Publicação Nº 1997773

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2018 – Pregão  
Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOMA/SC  
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para  
distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3589315 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	67702 - Adenosina 3mg/ml Iv, ampolas 2ml.	AMP	350,	R\$8,59	R\$3.006,50
6	67706 - Anlodipino besilato 5mg	COMP	880.000,	R\$0,02	R\$17.600,00
15	67716 - Brometo de fenoterol, 5mg/mL, solução para nebulização (gotas), frasco c/ 20ml	FRS	1.300,	R\$3,00	R\$3.900,00
34	3155 - Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.	FRS	12.900,	R\$3,10	R\$39.990,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2018**

Publicação Nº 1997775

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDILAR IMPORTACAO E DISTR. DE PROD. MED. HOSP. LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3593533 - MEDILAR IMPORTACAO E DISTR. DE PROD. MED. HOSP. LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
19	2148 - Butilbrometo de escopolamina 10 mg	COMP	140.000,	R\$0,422	R\$59.080,00
22	67720 - Cilostazol 100mg	COMP	1.520,	R\$0,505	R\$767,60
79	72566 - Valsartana 320mg. (Diovan, genérico ou similar equivalente)	COMP	300,	R\$0,697	R\$209,10

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2018**

Publicação N° 1997777

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2018 – Pregão  
Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:  
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - OBJETO:  
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o  
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3594211 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
50	2261 - Metildopa 250 mg	COMP	300.000,	R\$0,339	R\$101.700,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2018**

Publicação Nº 1997784

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.

DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 3763013 - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
26	68233 - Diclofenaco, sal sódico, 25 mg/ml, solução injetável, ampola 3 ml	AMP	7.000,	R\$0,416	R\$2.912,00
38	72555 - Glicazida MR 60mg (Diamicron, genérico ou similar equivalente)	COMP	460,	R\$1,343	R\$617,78
40	3254 - Hyperium 1mg, caixa com 30 comprimidos.	CX	22,	R\$56,13	R\$1.234,86
59	67100 - Pinavério 100mg, caixa com 30 comp. (genérico ou similar)	COMP	570,	R\$1,74	R\$991,80
60	61218 - Procoralan 5mg c/56cp	CX	12,	R\$80,57	R\$966,84
77	3515 - Valdoxan 25 mg com 28 cp	CX	16,	R\$116,58	R\$1.865,28
80	72567 - Vastarel MR 35mg. ( Vazidin ou outros similares)	COMP	840,	R\$1,34	R\$1.125,60



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2018**

Publicação Nº 1997788

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2018 – Pregão Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 39209369 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
28	67407 - Dimenidrato associado com piridoxina, Glicose, frutose (3mg+5mg=100mg+100mg/ml) solução injetável, amp. 10ml.	AMP	19.500,	R\$8,70	R\$169.650,00
30	72553 - Duloxetina, cloridrato 60mg, apresentação com caixa de 30 ou 28 comprimidos.	COMP	900,	R\$2,20	R\$1.980,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 133/2018**

Publicação N° 1997790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 133/2018 – Pregão  
Presencial 42/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:  
MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA - OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento  
de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA,  
CEAP CAPS e SAMU.  
DATA: 26/10/2018 à 25/10/2019.

Fornecedor: 39398455 - MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
33	63993 - Etarnecept de 50 mg, com 04 ampolas	CX	13,	R\$4.599,93	R\$59.799,09
53	72558 - Minoxidil (Loniten, PFIZER) 10mg com 30 comp.	CX	28,	R\$30,91	R\$865,48
74	61220 - Trayenta 5mg c/30cp	CX	6,	R\$133,81	R\$802,86

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019**

Publicação Nº 1997717

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019 –  
 Pregão Presencial 12/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e  
 a empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. -  
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e menos  
 perecíveis, para atendimento dos usuários dos CAPS II, CAPS AD  
 e CAPSi e dos servidores da rede municipal de saúde, nas  
 capacitações promovidas pelo NEPS.  
 DATA: 26/04/2019 à 25/04/2020.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP				CNPJ: 14.990.312/0001-02	
Lote 11: Menos perecíveis II					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Achromolado em Pó Solúvel, deve ser preparado com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo aparência pó fino homogêneo, cor marrom, odor característico, sabor próprio. Ingredientes: cacau em pó, açúcar e mistura vitamínica. Embalagem: 400gr do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente.					
1	240,00	UN	APTI	R\$6,2600	R\$1.502,4000
<b>Especificação:</b> Chocolate em pó, 50% de cacau. Embalagem de 200 gr. Rotulagem conforme legislação vigente.					
2	150,00	UN	SICAO	R\$13,1500	R\$1.972,5000
<b>Especificação:</b> Chocolate granulado, feito de cacau, em embalagens de 150g. A embalagem deverá informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente.Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.					
3	250,00	PCT	DORI	R\$3,7004	R\$925,1000
Lote 13: Bebidas e sucos					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.					
1	100,00	FRS	SCHIN	R\$5,4500	R\$545,0000
<b>Especificação:</b> Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros					
2	100,00	FRS	SCHIN	R\$4,8600	R\$486,0000
<b>Especificação:</b> Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.					
3	100,00	FRS	SCHIN	R\$4,7200	R\$472,0000
<b>Especificação:</b> Refresco. Especificação: preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 8 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
4	800,00	PCT	NEILAR	R\$0,7900	R\$632,0000
<b>Especificação:</b> Suco industrializado, apresentação pronto pra beber, à base de soja e néctar de fruta, sabor pêssego, composto de suco e polpa de fruta concentrados, embalagem Tetra Pack de 1000 ml.					
5	200,00	FRS	ADES	R\$4,7200	R\$944,0000
Valor Total(sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais)					R\$7.479,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019**

Publicação Nº 1997730

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019 –  
 Pregão Presencial 12/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e  
 a empresa: SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. - OBJETO:  
 Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e menos perecíveis,  
 para atendimento dos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPSi e  
 dos servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações  
 promovidas pelo NEPS.  
 DATA: 26/04/2019 à 25/04/2020.

Nome da Empresa: SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME				CNPJ: 28.177.173/0001-07	
Lote 1: Menos perecíveis.					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 400 gramas.					
1	150,00	LATA	KIOBBA	R\$8,0000	R\$1.200,0000
<b>Especificação:</b> Adoçante em Gotas Ingredientes: glicosídeos de Stéviol. Embalagem: 80 ml.					
2	40,00	FRS	Adocyl	R\$10,0000	R\$400,0000
<b>Especificação:</b> Amendoim sem casca, pacote com 500 gramas					
3	75,00	KG	ANDREIA	R\$8,2400	R\$618,0000
<b>Especificação:</b> Aveia em flocos finos: Características Técnicas: Aveia 100% natural, grãos finos, integral. Umidade máxima de 11,5%. Ingredientes: 100% aveia. Embalagem primária: sacos de polipropileno e polietileno com capacidade para até 200 gr. Observação: Não deve conter lactose.					
4	40,00	PCT	QUAKER	R\$2,4600	R\$98,4000
<b>Especificação:</b> Azeitona verde sem caroço , ingredientes :azeitonas verdes sem caroço , salmora (água e sal), e acidulante. Embalagem deve apresentar tabela com informação nutricional. Deverá conter aproximadamente peso drenado de 150 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
5	50,00	FRS	LA VIOLETERA	R\$5,3800	R\$269,0000
<b>Especificação:</b> Batata Palha - Ingredientes: batata , gordura vegetal e sal. Embalagem polipropileno ou polietileno, pacote com 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
6	55,00	PCT	TUTA	R\$9,5000	R\$522,5000
<b>Especificação:</b> Canela em pó, acondicionada em embalagem de polietileno atóxica, transparente, aproximadamente 50 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso fornecido , data de fabricação e validade. Isento de sujilidades, parasita, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
7	50,00	PCT	DU CHEF'S	R\$3,0000	R\$150,0000
<b>Especificação:</b> Ketchup, frasco com no mínimo 390 gramas					
8	36,00	FRS	BONARE	R\$3,6800	R\$132,4800
<b>Especificação:</b> Canjica Branca: Milho de primeira qualidade isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Embalagem plástica atóxica de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação					
9	72,00	PCT	BASCHIROTTTO	R\$2,5500	R\$183,6000
<b>Especificação:</b> Chá sabores diversos. Embalagem: Embalados em pacotinhos individuais , cada caixa deve conter 15 pacotinhos , devendo conter a especificação do sabor. Rotulagem conforme legislação vigente					
10	50,00	CX	Q' VITA	R\$3,1000	R\$155,0000
<b>Especificação:</b> Coador de pano em algodão para coar café, tamanho padrão para bule.					
11	36,00	UN	RABITO	R\$2,5000	R\$90,0000
<b>Especificação:</b> Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas					
12	200,00	PCT	TRES COCOS	R\$2,5600	R\$512,0000
<b>Especificação:</b> Cominho em pó, pacote com no mínimo 50gr.					
13	36,00	PCT	DU CHEF'S	R\$3,0900	R\$111,2400
<b>Especificação:</b> Cravo da índia, pacote com no mínimo 15 gr					
14	50,00	PCT	DU CHEF'S	R\$1,8300	R\$91,5000
<b>Especificação:</b> Doce de fruta, nos sabores sabor Banana, morango, goiaba e uva. Especificação: Polpa da fruta, açúcar, glicose e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno Resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção, potes de 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente. (15 potes para cada sabor).					
15	150,00	POTE	NECTAR	R\$3,1500	R\$472,5000
<b>Especificação:</b> Ervilha em Conserva . Especificação : Ervilha em conserva Embalagem : Latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado .Rotulagem conforme legislação.					
16	120,00	LATA	FRANZ	R\$1,4400	R\$172,8000
<b>Especificação:</b> Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes.					
17	280,00	UN	BONARE	R\$1,6000	R\$448,0000

<b>Especificação:</b> Filtro de papel para café nº 103, cx c/ 30 unidades					
18	120,00	CX	IGUAÇU	R\$2,5800	R\$309,6000
<b>Especificação:</b> Gelatina em pó nos sabores: Uva, Framboesa, Morango, limão e Tutti Frutti. Ingredientes Açúcar, gelatina, sal acidulante, regulador de acidez aromatizantes e corantes, 70 unidades de cada sabor, embalagem com no mínimo 30 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
19	350,00	UN	NEILAR	R\$0,6800	R\$238,0000
<b>Especificação:</b> Goiabada cascão de primeira qualidade embalagem 400 gramas. O produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes.					
20	250,00	UN	TRADELLI	R\$4,2500	R\$1.062,5000
<b>Especificação:</b> Gordura vegetal, gordura parcialmente hidrogenada, apresentar boa estabilidade oxidativa, plasticidade e facilidade no desenvolvimento da massa. Sachê de 500 gramas.					
21	100,00	UN	SOYA	R\$5,1500	R\$515,0000
<b>Especificação:</b> Leite de coco, 1ª qualidade, embalagem de 500gr.					
22	150,00	FRS	NORDESTE	R\$6,9900	R\$1.048,5000
<b>Especificação:</b> Maionese tradicional, 1ª qualidade, embalagem com 500 gr					
23	120,00	UN	MARIA	R\$3,4000	R\$408,0000
<b>Especificação:</b> Manjerição desidratado, acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, aproximadamente 5 gramas com identificação na embalagem, (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
24	40,00	PCT	DU CHEF'S	R\$1,2100	R\$48,4000
<b>Especificação:</b> Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termoselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.					
25	140,00	PCT	BASCHIROTTTO	R\$2,4500	R\$343,0000
<b>Especificação:</b> Milho verde em conserva. Embalagem: Latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação vigente.					
26	180,00	LATA	FRANZ	R\$1,2000	R\$216,0000
<b>Especificação:</b> Molho de tomate para pizza, Ingredientes: Tomate, amido modificado, açúcar, sal, cebola, orégano, extrato de levedura, conservador sorbato de potássio, realçador de sabor glutamato monossódico e aromatizante. Sachê 340gr.					
27	150,00	Sachê	FRANZ	R\$1,9900	R\$298,5000
<b>Especificação:</b> Mostarda amarela - Especificação: vinagre, mostarda, água e condimento, benzoato de sódio. Embalagem: frasco com no mínimo 190 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
28	36,00	FRS	QUERO	R\$2,4800	R\$89,2800
<b>Especificação:</b> Óleo de soja refinado - Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem primária: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml					
29	500,00	FRS	LIZA	R\$3,4100	R\$1.705,0000
<b>Especificação:</b> Orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
30	20,00	PCT	DU CHEF'S	R\$5,3000	R\$106,0000
<b>Especificação:</b> Pó para preparo de pudim, caixa com 50g, produto constituído de amido, açúcar, espessantes e outras substâncias aprovadas. sabores diversos. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes					
31	400,00	CX	NEILAR	R\$1,8000	R\$720,0000
<b>Especificação:</b> Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg.					
32	24,00	KG	ZIZO	R\$1,0500	R\$25,2000
<b>Especificação:</b> Sardinha. Especificação: Pescado em óleo, conserva. Embalagem: lata com aproximadamente 125 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
33	300,00	UN	PESCADOR	R\$2,8000	R\$840,0000
<b>Lote 2: Carne</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Carne bovina moída, fraldinha, congelada, limpa, sem nervos, sem aponevroses e sem gorduras, com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de produção e validade.					
1	350,00	KG	FRICAT	R\$20,7000	R\$7.245,0000
<b>Lote 3: Pães</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Pão de hambúrguer - embalagem com 300gr com 6 unidades - fabricado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes.					
1	200,00	KG	Caseiros Kremer	R\$11,6200	R\$2.324,0000
<b>Especificação:</b> PÃO DE MILHO FATIADO. Especificação: massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten, gordura vegetal, sal emulsificantes e conservadores. Embalagem a partir de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade e tabela com informação nutricional, conforme legislação vigente.					
2	350,00	PCT	Caseiros Kremer	R\$7,5600	R\$2.646,0000
<b>Especificação:</b> Pão de sanduíche branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de					

matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

3	450,00	PCT	Caseiros Kremer	R\$6,0800	R\$2.736,0000
---	--------	-----	-----------------	-----------	---------------

**Especificação:** Pão de sanduíche integral. Especificação: pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo integral, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e tabela com informação nutricional.

4	450,00	PCT	Caseiros Kremer	R\$7,1600	R\$3.222,0000
---	--------	-----	-----------------	-----------	---------------

**Especificação:** Pão para cachorro quente. Especificação: massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50 gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e tabela com informação nutricional

5	200,00	KG	Caseiros Kremer	R\$10,8600	R\$2.172,0000
---	--------	----	-----------------	------------	---------------

**Lote 6: Frios I**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

**Especificação:** Iogurte com polpa de frutas sabor Coco. Ingredientes: leite açúcar, preparado de Coco, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem deverá conter no mínimo 900 ml. Rotulagem conforme legislação vigente

1	500,00	UN	HOLANDES	R\$4,8200	R\$2.410,0000
---	--------	----	----------	-----------	---------------

Lote 6: Frios I					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> logurte de frutas com polpa sabor Morango Ingredientes: leite, açúcar, preparado de morango, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml . Rotulagem conforme legislação vigente.					
2	500,00	UN	HOLANDES	R\$4,8200	R\$2.410,0000
<b>Especificação:</b> logurte natural. Ingredientes: leite integral e fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml. Observação não deve conter edulcorantes artificiais. Rotulagem conforme legislação vigente.					
3	40,00	UN	HOLANDES	R\$5,2700	R\$210,8000
Lote 7: Frango					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Filé de frango do tipo Sassami. Características técnicas: Corte de Frango in - natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve possuir Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. E deve conter no máximo 2,0% de soro na embalagem. RDC n.º 13 de 02 de janeiro de 2001.					
1	250,00	KG	DANIELI	R\$9,6000	R\$2.400,0000
Lote 8: Frios II					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Linguíça calabresa, ingredientes carne suína e frango, empacotada à vácuo embalagem plástica de 3kg. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de qualidade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.					
1	150,00	KG	JCW	R\$13,4600	R\$2.019,0000
<b>Especificação:</b> Presunto cozido fatiado, sem gordura. Embalagem lacrada com 150 gramas, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.					
2	250,00	KG	JCW	R\$21,9000	R\$5.475,0000
<b>Especificação:</b> Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gramas, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente					
3	250,00	KG	Ricken	R\$24,0600	R\$6.015,0000
<b>Especificação:</b> Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio. Embalagem: devidamente identificada com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.					
4	180,00	KG	JCW	R\$6,7333	R\$1.211,9940
Lote 10: Biscoitos					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Biscoito de Água e Sal, ingredientes, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, Embalagem primária polipropileno ou polietileno, pacote de 340 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
1	350,00	PCT	DIANA	R\$3,1200	R\$1.092,0000
<b>Especificação:</b> Biscoito doce tipo maria, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, corante, fermentos químicos, emulsificante, aromatizantes. Embalagem de polipropileno ou polietileno contendo 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
2	350,00	PCT	VITORIA	R\$3,0800	R\$1.078,0000
<b>Especificação:</b> BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, corante, fermentos químicos, emulsificante, aromatizantes. Embalagem de polipropileno ou polietileno contendo 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
3	130,00	PCT	ORQUIDEA	R\$3,1900	R\$414,7000
<b>Especificação:</b> Biscoito Rosca de Coco: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ferro, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, coco e fermentos químicos. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
4	110,00	PCT	PARATI	R\$3,7500	R\$412,5000
<b>Especificação:</b> Biscoito Rosca de Leite -Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos. Embalagem polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
5	110,00	PCT	PARATI	R\$4,0709	R\$447,7990
Lote 12: Menos perecíveis III					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Amido de milho-aspecto: pó fino cor branca odor próprio. Embalagem padronizada até 500gr					
1	40,00	CX	SINHA	R\$2,6400	R\$105,6000
<b>Especificação:</b> Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.					
2	68,00	KG	SILOTI	R\$2,4200	R\$164,5600
<b>Especificação:</b> Farinha de Trigo especial. Especificação: Deverá ser fabricada a partir de grão de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa. embalagem primária: Sacos de Polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.					
3	620,00	KG	FIDALGA	R\$1,9000	R\$1.178,0000
<b>Especificação:</b> Farinha de trigo integral, fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar de 50g de produtos secos.					



Embalagem pacote com 1 kg.					
4	24,00	KG	PAN FACI L	R\$3,5500	R\$85,2000
<b>Especificação:</b> Fermento biológico fresco, embalagem com tablete de 500 gramas, hermeticamente vedada e resistente. Rotulagem conforme legislação vigente.					
5	30,00	UN	APTI	R\$11,8500	R\$355,5000
<b>Especificação:</b> Fermento em Pó Químico. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem Primária: pote de plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade, com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações "Fermento Químico" e "Conservar em lugar fresco e seco ". Rotulagem conforme legislação vigente.					
6	240,00	FRS	APTI	R\$2,1900	R\$525,6000
<b>Valor Total</b>				<b>(sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)</b>	
				<b>R\$61.956,25</b>	

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 087/2019 ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 15.000,00

Publicação Nº 1997395

Decreto 087/2019, de 25 de abril de 2019.  
Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:  
Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

10.00 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.001 Secretaria de Assistência Social

2053 Manutenção e Funcionamento do SCFV

01350135 Transferências do Sistema Único de Assistência Social/SUAS/UNIÃO

3.3.3.9.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diversas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC, 25 de abril de 2019.

Cleomar Jose Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2019 - VALDOMIRO

Publicação Nº 1997450

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 69/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2019

CONTRATO Nº. 099/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: VALDOMIRO VAIZEMANN- ME

OBJETO: SERVIÇOS DE ZELADORIA E MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PALMA SOLA-SC

VALOR MENSAL: 1.567,00

VALOR TOTAL RS: 14.103,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 26/04/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

**LEI 2030/2019 AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA Á ACEPA**

Publicação Nº 1997163

Lei 2030/2019, de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre Contribuição Financeira Para a Associação Comercial e Empresarial de Palma Sola e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), para a Associação Comercial e Empresarial de Palma Sola/SC - ACEPA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.804.276/0001-30, localizada na Avenida Crestani, nº 03, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em 8 (oito) parcelas no valor de R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais), nos meses de maio a dezembro de 2019.

Art. 2º O valor a título de contribuição financeira tem por objetivo auxiliar a Entidade na realização do Show de Prêmios, pagamento da mensalidade de associado do Ente Público e despesas contraídas mediante a parceria firmada com a Entidade na instituição e manutenção do vale alimentação aos servidores.

Art. 3º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 6º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Palma Sola/SC.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de abril de 2019.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal.

Publicada e Registrada nesta Data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

# Palmeira

## PREFEITURA

### PL\_17\_TP\_02\_CRECHE

Publicação Nº 1998174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
AVISO DE PUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE PALMEIRA torna pública para conhecimento dos interessados à abertura das Propostas de Preços da TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019 - cujo objeto refere-se à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA E MELHORIAS DA CRECHE TIPO "C", LOCALIZADA NA RUA CARMOSINO PAIM, CENTRO DE PALMEIRA", que se realizará no dia 29/04/2019, às 15h30. Palmeira, 26 de abril de 2019. VIVIANE LOPES GODOY – Presidente da Comissão de Licitação.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 07/2019 SAÚDE

Publicação N° 1997754

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2019

PROCESSO N.º 07/2019

OBJETO: execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento, conforme estabelecem as cláusulas oitava, II e Décima do Contrato de Consórcio Público, e o Art. 2º, §2º da Lei Municipal 3.993/18.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS/AMERIOS, inscrito no CNPJ nº 01.201.427/0001-10.

VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2019.

Palmitos, 26 de Abril de 2019. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

### PROCESSO 45/2019

Publicação N° 1997758

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 45/2019. Modalidade: Chamamento 01/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Data da entrega das propostas: 20/05/2019 até as 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 16 de Abril de 2019. Dair Jocely Engee – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 46/2019

Publicação N° 1997760

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 46/2019. Modalidade: Credenciamento 02/2019. Objeto: CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTES NO MUNICÍPIO DE PALMITOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES QUE PROPORCIONEM AO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PALMITOS, UMA ALIMENTAÇÃO DIVERSIFICADA E BALANCEADA, DE SEGUNDA A DOMINGO. Data final da entrega das propostas: 30/05/2019 até as 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 16 de Abril de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 47/2019

Publicação N° 1997762

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 47/2019. Modalidade: Pregão Presencial nº 27/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GULO-SEIMAS E DEMAIS ITENS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, NAS CONFRATERNIZAÇÕES MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: 10/05/2019 até as 14:00 horas. Data da abertura: 10/05/2019 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 26 de Abril de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 004-2019 - CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Publicação Nº 1997127

RESOLUÇÃO Nº 004/2019/CMDCA

Institui a Comissão Especial Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Papanduva

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Papanduva em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N. 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal N. 2.044 de, 01 de abril de 2015, a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral, conforme Lei Municipal 2.044/2015, art. 10, §1, com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Papanduva, sendo composta por 04 (quatro) conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil, e 01 (um) membro alheio ao CMDCA, aprovado em plenária do CMDCA.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

Dois representantes governamentais:

- André Gonçalves de Andrade, representante da Secretaria de Assistência Social;
- Grazieli Aparecida Goss, representante da Secretaria da Fazenda;

Dois representantes não governamentais:

- Fernanda Caroline de Paula, representante da Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Rubens Alves Jazar;
- Fátima Aparecida Soares, representante da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Maria Avelina de Oliveira Furtado;

Membro alheio ao CMDCA, aprovado em pleito do CMDCA:

- Lauro Alves, procurador jurídico da Prefeitura Municipal de Papanduva.

Parágrafo único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 6º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Papanduva, 03 de abril de 2019.

Fernanda Caroline de Paula Presidente do CMDCA		André Gonçalves de Andrade 1º Secretário
---	--	---

## **RESOLUÇÃO N° 005-2019 - CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Publicação N° 1997128

RESOLUÇÃO N° 005/2019/CMDCA

Aprova o Edital 001/2019 CMDCA, referente a eleição do Conselho Tutelar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Papanduva em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N. 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal N. 2.044 de, 01 de abril de 2015, a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar nos termos da Ata 004/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o Edital 001/2019, referente a eleição do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020-2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Papanduva, 03 de abril de 2019.

Fernanda Caroline de Paula Presidente do CMDCA		André Gonçalves de Andrade 1º Secretário
---	--	---



# Paraíso

## PREFEITURA

### CT 41/2019

Publicação Nº 1997570

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PARAISO - SC  
EXTRATO CONTRATO 41/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO 49/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS E VIABILIDADE TÉCNICA ECONÔMICA-FINANCEIRA, PARA FUTURA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA ENERGÉTICA DAS UNIDADE ADMINISTRATIVAS E CONSUMIDORAS E DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO/SC, COMPREENDENDO APROXIMADAMENTE 25 UNDADES CONSUMIDORAS."

DO VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA.

DA VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até o dia 31/12/2019.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 26 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso

### DL 17/2019

Publicação Nº 1997569

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PARAISO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS E VIABILIDADE TÉCNICA ECONÔMICA-FINANCEIRA, PARA FUTURA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA ENERGÉTICA DAS UNIDADE ADMINISTRATIVAS E CONSUMIDORAS E DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO/SC, COMPREENDENDO APROXIMADAMENTE 25 UNDADES CONSUMIDORAS.

DO VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA.

DA VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até o dia 31/12/2019.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 26 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso.

### PR 25/2019

Publicação Nº 1999179

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 14 de Maio de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONSELHO TUTELAR E GRUPAMENTO DE POLICIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 29 de Abril de 2019.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

**Passos Maia****PREFEITURA****023-2019 RECURSO ESTADUAL DE 08-04-2019**

Publicação Nº 1997909

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 1.977,52

Destinação: Procis

Data de liberação: 08/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**024-2019 RECURSO ESTADUAL DE 08-04-2019**

Publicação Nº 1997910

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 457,14

Destinação: Cofinanciamento Atenção Básica

Data de liberação: 08/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**025-2019 RECURSO ESTADUAL DE 24-04-2019**

Publicação Nº 1997913

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 7.136,67

Destinação: NASF Estadual

Data de liberação: 24/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**026-2019 RECURSO ESTADUAL DE 25-04-2019**

Publicação Nº 1997916

## Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 28.066,66

Destinação: 2ª Parcela Transporte Escolar  
Data de liberação: 25/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

#### **046-2019 RECURSO FEDERAL DE 12-04-2019**

Publicação Nº 1997905

##### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal  
Valor: R\$ 1.582,88  
Destinação: IGD Bolsa Família  
Data de liberação: 12/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

#### **047-2019 RECURSO FEDERAL DE 15-04-2019**

Publicação Nº 1997906

##### Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal  
Valor: R\$ 563,95  
Destinação: Recurso Assistência Farmacêutica Básica  
Data de liberação: 15/04/2019

Passos Maia – SC, 26 de abril de 2019  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 182, DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997688

PORTARIA Nº 182, de 25 de abril de 2019.

##### “CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o pedido de férias realizado pela servidora através de requerimento, em 18 de março de 2019;

##### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora IZABELA TOZZO FALCHETTI, ocupante do Cargo Público de Nutricionista, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2016 a 02/08/2017, para serem gozadas do dia 22/04/2019 a 06/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 25 de abril de 2019.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 183, DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997691

PORTARIA Nº 183, de 25 de abril de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o pedido de férias realizado pelo servidor através de requerimento, em 15 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANTONIO CASTIGLIONI PEREIRA DE QUEIROZ, ocupante do Emprego Público de Médico PSF, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017, para serem gozadas do dia 22/04/2019 a 06/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 25 de abril de 2019.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0027/2019**

Publicação Nº 1997177

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0027/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0007/2019

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada em pesquisa qualitativa/quantitativa com a população.

Valor: R\$5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais)

Amparo Legal: Art.24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 29 de abril de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### CONTROLES DEZEMBRO/2018

Publicação Nº 1997248

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.534.464,41	338,92
Pessoal Ativo	11.343.428,35	338,92
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.695.664,48	0,00
Obrigações Patronais	1.647.763,87	338,92
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	191.036,06	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	191.036,06	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	417.062,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	93.867,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	323.195,18	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.117.401,48	338,92
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.081.730,60	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.081.730,60	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.117.740,40	50,35
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.249.038,36	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.586.586,44	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.924.134,52	54,00

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**  
**MÊS DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	568.443,72
1.2 - ITBI	66.055,22
1.3 - ISS	883.544,43
1.4 - FPM	6.981.287,90
1.5 - IRRF	280.437,22
1.6 - ICMS	4.347.051,42
1.7 - IPI	85.284,01
1.8 - IPVA	816.370,57
1.9 - ITR	17.392,53
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.385,72
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	172.373,90
1.12 - Multas e Juros de Mora	14.220,07
<b>TOTAL</b>	<b>14.246.846,71</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.137.027,01
2.2 - Rendimento de Aplicação	75.931,67
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	2.322.144,99
<b>TOTAL</b>	<b>4.535.103,67</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	2.137.027,01	3.947.153,74	1.810.126,73
3.2 - Convênios e Transferências	2.398.076,66	2.464.530,52	66.453,86
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.535.103,67</b>	<b>6.411.684,26</b>	<b>1.876.580,59</b>

% aplicado = 27,71%

Aplicado a maior = 1.810.126,73

Paulo Lopes, 31 de janeiro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE



Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**  
 ANEXO 8 DA LRF

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO REFERÊNCIA ATÉ DEZEMBRO DE 2018	
<b>1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO</b>	
<b>1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>REALIZADA ATÉ O MÊS</b>
IPTU	568.443,72
ITBI	66.055,22
ISS	883.544,43
IRRF	280.437,22
Multas e Juros de Impostos	14.220,07
Multas e Juros da D.A. de Impostos	161.769,39
Dívida Ativa de Impostos	14.910,73
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-136.957,76
<b>SOMA</b>	<b>1.852.423,02</b>
<b>1.2. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, BASE DE CÁLCULO PARA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB</b>	
COTA PARTE FPM	7.580.318,67
COTA PARTE DO ITR	17.392,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ICMS - DESONERAÇÃO	14.385,75
COTA PARTE DO ICMS	4.347.051,42
COTA PARTE DO IPVA	816.370,57
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	85.284,01
<b>SOMA</b>	<b>12.860.802,95</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>14.713.225,97</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADAS AO ENSINO BÁSICO		
<b>CÓDIGO D.R.</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>VALOR ATÉ O MÊS</b>
00.01.0001.000000	Recursos Ordinários – MDE 25,0%	3.678.306,49
00.01.0015.000049	Salário Educação	457.614,68
00.01.0015.000052	PNATE	34.628,41
00.01.0015.000050	PDDE	3.404,13
00.03.0015.000050	Superávit Financeiro PDDE	300,00
00.01.0015.000063	Transferência FNDE – PAR	358.600,00
00.01.0018.000000	FUNDEB 60%	2.288.646,30
00.01.0019.000000	FUNDEB 40%	1.451.111,56
00.03.0019.000000	Superávit Financeiro FUNDEB 40%	39.906,16
00.01.0022.000000	Transporte Escolar Estadual	364.737,46
00.03.0022.000000	Superávit Financeiro Transporte Escolar Estadual	60.303,15
	<b>TOTAL</b>	<b>8.737.558,34</b>

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**

<b>3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO</b>					
<b>CÓDIGO DAS F.R.</b>	<b>CÓDIGO SUB-FUNÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA LEGAL</b>	<b>REALIZADA ATÉ O MÊS</b>	<b>DIFERENÇA</b>
00.01.0001.000000	361	Ensino Fundamental	1.225.955,06	1.194.969,24	-30.985,82
00.01.0001.000000	365	Ensino Infantil	0,00	59.633,83	59.633,83
00.01.0001.000000		Dedução para FUNDEB	2.452.351,43	2.452.351,43	0,00
<b>SOMA</b>			<b>3.678.306,49</b>	<b>3.706.954,50</b>	<b>28.648,01</b>
00.01.0015.000049	361	Ensino Fundamental	457.614,68	161.804,70	-295.809,98
00.01.0015.000049	365	Ensino Infantil	0,00	228.649,93	228.649,93
00.01.0015.000052	361	Ensino Fundamental	34.628,41	42.620,70	7.992,29
00.01.0015.000050	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
00.01.0015.000050	365	Ensino Infantil	3.404,13	2.000,00	-1.404,13
00.03.0015.000050	365	Ensino Infantil	300,00	300,00	0,00
00.01.0015.000063	361	Ensino Fundamental	358.600,00	179.625,50	-178.974,50
00.01.0018.000000	361	Ensino Fundamental	2.288.646,30	2.527.297,03	238.650,73
00.01.0018.000000	365	Ensino Infantil	0,00	587.192,30	587.192,30
00.01.0019.000000	361	Ensino Fundamental	1.451.111,56	284.625,34	-1.166.486,22
00.01.0019.000000	365	Ensino Infantil	0,00	213.542,36	213.542,36
00.03.0019.000000	361	Ensino Fundamental	39.906,16	39.606,16	-300,00
00.01.0022.000000	361	Ensino Fundamental	364.737,46	199.650,00	-165.087,46
00.01.0022.000000	365	Ensino Infantil	0,00	100.000,00	100.000,00
00.03.0022.000000	361	Ensino Fundamental	60.303,15	60.303,15	0,00
			<b>5.059.251,85</b>	<b>4.627.217,17</b>	<b>-432.034,68</b>
<b>TOTAL</b>			<b>8.737.558,34</b>	<b>8.334.171,67</b>	<b>-403.386,67</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% de 1.3	25,19%	0,19%
4.2. Remuneração Profissional do Magistério	60,0% do Fundeb	83,28%	23,28%
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB	100%	96,60%	3,40%

<b>5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS</b>
5.1 = $3.706.954,50 \times 100 / 14.713.225,97 = 25,19\%$
5.2 = $2.527.297,03 + 587.192,30 \times 100 / 2.288.646,30 + 1.451.111,56 = 83,28\%$
5.3 = $2.527.297,03 + 587.192,30 + 284.625,34 + 213.542,36 \times 100 / 2.288.646,30 + 1.451.111,56 = 96,60\%$

Paulo Lopes, 31 de janeiro de 2019.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**  
 Prefeito Municipal

**LICENI F. SILVANO FERMIANO**  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

**VANESSA PEREIRA**  
 Secretária da Educação

**CONTROLES OUTUBRO/2018**

Publicação Nº 1997202

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2017 A OUTUBRO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	11.769.959,30	0,00
Pessoal Ativo	11.570.220,02	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.747.178,50	0,00
Obrigações Patronais	1.823.041,52	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	199.739,28	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	199.739,28	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	90.675,87	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	90.675,87	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>11.679.283,43</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>21.560.455,50</b>	<b>-</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>21.560.455,50</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>11.679.283,43</b>	<b>54,17</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>12.936.273,30</b>	<b>60,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>12.289.459,64</b>	<b>57,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>11.642.645,97</b>	<b>54,00</b>

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**  
**MÊS DE OUTUBRO DE 2018**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	553.528,97
1.2 - ITBI	47.188,92
1.3 - ISS	677.141,96
1.4 - FPM	5.543.369,43
1.5 - IRRF	209.297,76
1.6 - ICMS	3.661.246,97
1.7 - IPI	73.202,11
1.8 - IPVA	734.376,57
1.9 - ITR	15.250,30
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	11.987,90
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	162.273,88
1.12 - Multas e Juros de Mora	12.882,33
<b>TOTAL</b>	<b>11.701.747,10</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	1.755.262,07
2.2 - Rendimento de Aplicação	54.389,57
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.751.738,45
<b>TOTAL</b>	<b>3.561.390,09</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	1.755.262,07	3.343.928,60	1.588.666,54
3.2 - Convênios e Transferências	1.806.128,02	1.676.317,37	-129.810,65
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.561.390,09</b>	<b>5.020.245,97</b>	<b>1.458.855,89</b>

% aplicado = 28,58%

Aplicado a maior = 1.588.666,54

Paulo Lopes, 30 de novembro de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**  
 ANEXO 8 DA LRF

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2018	
<b>1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO</b>	
<b>1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>REALIZADA ATÉ O MÊS</b>
IPTU	553.528,97
ITBI	47.188,92
ISS	677.141,96
IRRF	209.297,76
Multas e Juros de Impostos	12.882,33
Multas e Juros da D.A. de Impostos	149.985,22
Dívida Ativa de Impostos	12.288,66
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-136.878,11
<b>SOMA</b>	<b>1.525.435,71</b>
<b>1.2. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, BASE DE CÁLCULO PARA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB</b>	
COTA PARTE FPM	5.839.193,67
COTA PARTE DO ITR	15.250,30
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ICMS - DESONERAÇÃO	11.987,90
COTA PARTE DO ICMS	3.661.246,97
COTA PARTE DO IPVA	734.376,57
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	73.202,11
<b>SOMA</b>	<b>10.335.257,52</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>11.860.693,23</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADAS AO ENSINO BÁSICO		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR ATÉ O MÊS
00.01.0001.000000	Recursos Ordinários – MDE 25,0%	2.965.173,31
00.01.0015.000049	Salário Educação	374.830,20
00.01.0015.000052	PNATE	34.608,85
00.01.0015.000050	PDDE	3.305,73
00.01.0018.000000	FUNDEB 60%	1.875.301,49
00.01.0019.000000	FUNDEB 40%	1.174.314,64
00.03.0019.000000	Superávit Financeiro FUNDEB 40%	39.906,16
00.01.0022.000000	Transporte Escolar Estadual	324.297,24
00.03.0022.000000	Superávit Financeiro Transporte Escolar Estadual	21.077,11
	<b>TOTAL</b>	<b>6.812.814,73</b>

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**

<b>3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO</b>					
<b>CÓDIGO DAS F.R.</b>	<b>CÓDIGO SUB-FUNÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA LEGAL</b>	<b>REALIZADA ATÉ O MÊS</b>	<b>DIFERENÇA</b>
00.01.0001.000000	361	Ensino Fundamental	957.289,34	924.891,14	-32.398,20
00.01.0001.000000	365	Ensino Infantil	0,00	58.853,83	58.853,83
00.01.0001.000000		Dedução para FUNDEB	2.007.883,97	2.007.883,97	0,00
<b>SOMA</b>			<b>2.965.173,31</b>	<b>2.991.628,94</b>	<b>26.455,63</b>
00.01.0015.000049	361	Ensino Fundamental	374.830,20	161.474,11	-213.356,09
00.01.0015.000049	365	Ensino Infantil	0,00	130.989,32	130.989,32
00.01.0015.000052	361	Ensino Fundamental	34.608,85	39.822,30	5.213,45
00.01.0015.000050	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
00.01.0015.000050	365	Ensino Infantil	3.305,73	600,00	-2.705,73
00.01.0018.000000	361	Ensino Fundamental	1.875.301,49	1.961.469,06	86.167,57
00.01.0018.000000	365	Ensino Infantil	0,00	490.016,40	490.016,40
00.01.0019.000000	361	Ensino Fundamental	1.174.314,64	236.654,35	-937.660,29
00.01.0019.000000	365	Ensino Infantil	0,00	206.898,92	206.898,92
00.03.0019.000000	361	Ensino Fundamental	39.906,16	39.906,16	0,00
00.01.0022.000000	361	Ensino Fundamental	324.297,24	199.650,00	-124.647,24
00.01.0022.000000	365	Ensino Infantil	0,00	100.000,00	100.000,00
00.03.0022.000000	361	Ensino Fundamental	21.077,11	21.077,11	0,00
			<b>3.847.641,42</b>	<b>3.588.557,73</b>	<b>-259.083,69</b>
<b>TOTAL</b>			<b>6.812.814,73</b>	<b>6.580.186,67</b>	<b>-232.628,06</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% de 1.3	25,22%	0,22%
4.2. Remuneração Profissional do Magistério	60,0% do Fundeb	80,39%	20,39%
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB	100%	94,93%	-5,07%

<b>5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS</b>
5.1 = $2.991.628,94 \times 100 / 11.860.693,23 = 25,22\%$
5.2 = $1.961.469,06 + 490.016,40 \times 100 / 1.875.301,49 + 1.174.314,64 = 80,39\%$
5.3 = $1.961.469,06 + 490.016,40 + 236.654,35 + 206.898,92 \times 100 / 1.875.301,49 + 1.174.314,64 = 94,39\%$

Paulo Lopes, 30 de novembro de 2018.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**  
 Prefeito Municipal

**LICENI F. SILVANO FERMIANO**  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

**VANESSA PEREIRA**  
 Secretária da Educação

**RGF 3º QUADRIMESTRE /2018**

Publicação Nº 1997263

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	10.790.495,81	0,00
Pessoal Ativo	10.599.459,75	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.083.346,13	0,00
Obrigações Patronais	1.516.113,62	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	191.036,06	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	191.036,06	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	415.029,37	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	91.834,19	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	323.195,18	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>10.375.466,44</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.081.730,60</b>	<b>-</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>22.081.730,60</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>10.375.466,44</b>	<b>46,99</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>11.924.134,52</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>11.327.927,79</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>10.731.721,07</b>	<b>48,60</b>

PAULO LOPES, 12/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1





MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>3.496.115,21</b>	<b>3.495.898,64</b>	<b>3.506.706,40</b>	<b>3.365.263,91</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.864.437,21	1.864.292,83	1.875.100,59	1.733.658,10
Empréstimos	1.832.687,13	1.832.542,75	1.843.350,51	1.701.908,02
Internos	1.832.687,13	1.832.542,75	1.843.350,51	1.701.908,02
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	31.750,08	31.750,08	31.750,08	31.750,08
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	31.750,08	31.750,08	31.750,08	31.750,08
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	1.631.510,81	1.631.510,81	1.631.510,81	1.631.510,81
Outras Dívidas	167,19	95,00	95,00	95,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.823.399,28</b>	<b>4.910.414,92</b>	<b>5.524.577,20</b>	<b>5.285.394,85</b>
Disponibilidade de Caixa	3.823.399,28	4.910.414,92	5.524.577,20	5.285.394,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.261.620,46	5.562.206,21	5.956.622,45	5.895.823,87
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	438.221,18	651.791,29	432.045,25	610.429,02
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-327.284,07</b>	<b>-1.414.516,28</b>	<b>-2.017.870,80</b>	<b>-1.920.130,94</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>18.668.179,21</b>	<b>19.863.838,59</b>	<b>21.247.488,52</b>	<b>22.081.730,60</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>18,73%</b>	<b>17,60%</b>	<b>16,50%</b>	<b>15,24%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-1,75%</b>	<b>-7,12%</b>	<b>-9,50%</b>	<b>-8,70%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>22.401.815,05</b>	<b>23.836.606,31</b>	<b>25.496.986,22</b>	<b>26.498.076,72</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>20.161.633,55</b>	<b>21.452.945,68</b>	<b>22.947.287,60</b>	<b>23.848.269,05</b>
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	123.709,02	151.953,45	153.310,48	159.688,83
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.301.431,39	2.446.539,38	2.605.576,47	1.977.193,35
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

PAULO LOPES. 05/04/2019

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

Continuação 2/2

---

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

---

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

---

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

---

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

**MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>18.668.179,21</b>	<b>19.863.838,59</b>	<b>21.247.488,52</b>	<b>22.081.730,60</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.106.999,43</b>	<b>4.370.044,49</b>	<b>4.674.447,47</b>	<b>4.857.980,73</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.696.299,49</b>	<b>3.933.040,04</b>	<b>4.207.002,72</b>	<b>4.372.182,66</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

PAULO LOPES, 12/04/2019

\_\_\_\_\_  
 NADIR CARLOS RODRIGUES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 NILTO FETES RODRIGUES  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
 Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
 LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

**MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2018/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	146.228,69	156.892,07
Interna	146.228,69	156.892,07
Empréstimo	146.228,69	156.892,07
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>146.228,69</b>	<b>156.892,07</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.081.730,60</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)</b> <b>= (IIIa + V - Ia - IIa)</b>	<b>156.892,07</b>	<b>0,71</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.533.076,90</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>3.179.769,21</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.545.721,14</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

PAULO LOPES, 12/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
 Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
 Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
 Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.615.264,81	5.994,86	160.442,47	546.258,34	8.480,97	0,00	3.894.088,17	959.187,06	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	54.345,29	0,00	17.836,80	0,00	0,00	0,00	36.508,49	2.432,02	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	862.122,62	0,00	33.704,17	6.098,41	608,43	0,00	821.711,61	4.963,38	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	510,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,14	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	3.698.286,76	5.994,86	108.901,50	540.159,93	7.872,54	0,00	3.035.357,93	951.791,66	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.256.756,23	13.520,78	430.470,91	72.131,28	147.055,40	0,00	1.593.577,86	377.577,75	0,00	0,00
Recursos Ordinários	2.256.756,23	13.520,78	430.470,91	72.131,28	147.055,40	0,00	1.593.577,86	377.577,75	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.872.021,04	19.515,64	590.913,38	618.389,62	155.536,37	0,00	5.487.666,03	1.336.764,81	0,00	0,00

FONTE:

PAULO LOPES, 12/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2018

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida		22.081.730,60	
Receita Corrente líquida Ajustada		22.081.730,60	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		10.375.466,44	46,99
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		11.924.134,52	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		11.327.927,80	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		10.731.721,07	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.920.130,94	-8,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		26.498.076,72	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.857.980,73	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		156.892,07	0,71
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.533.076,90	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.545.721,14	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.336.764,81	5.487.666,03

FONTE:

PAULO LOPES, 12/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

## RREO - DEZEMBRO/2018

Publicação Nº 1997260

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>5.041.828,75</b>	<b>24,52</b>	<b>23.449.920,72</b>	<b>114,06</b>	<b>-2.890.989,15</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>19.357.580,51</b>	<b>19.357.580,51</b>	<b>4.364.891,10</b>	<b>22,55</b>	<b>22.081.730,60</b>	<b>114,07</b>	<b>-2.724.150,09</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.779.890,79	2.779.890,79	395.147,85	14,21	2.324.246,34	83,61	455.644,45
IMPOSTOS	2.336.871,69	2.336.871,69	324.864,86	13,90	1.833.587,08	78,46	503.284,61
TAXAS	443.019,10	443.019,10	70.282,99	15,86	490.659,26	110,75	-47.640,16
CONTRIBUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	140.206,68	17,53	813.375,66	101,67	-13.375,66
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	800.000,00	800.000,00	140.206,68	17,53	813.375,66	101,67	-13.375,66
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	41.200,37	0,00	166.905,46	0,00	-166.905,46
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	6.347,27	0,00	39.332,78	0,00	-39.332,78
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	34.853,10	0,00	127.572,68	0,00	-127.572,68
RECEITA DE SERVIÇOS	14.189,37	14.189,37	1.365,49	9,62	17.631,55	124,26	-3.442,18
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	14.189,37	14.189,37	1.365,49	9,62	17.631,55	124,26	-3.442,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.522.933,91	15.522.933,91	3.568.397,55	22,99	17.789.250,10	114,60	-2.266.316,19
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.840.593,38	7.840.593,38	2.168.928,47	27,66	9.316.995,16	118,83	-1.476.401,78
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.506.148,22	4.506.148,22	710.361,07	15,77	4.739.673,79	105,18	-233.525,57
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	9.009,12	9.009,12	0,00	0,00	0,00	0,00	9.009,12
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.161.192,31	3.161.192,31	688.908,01	21,79	3.732.581,15	118,08	-571.388,84
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	5.990,88	5.990,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.990,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.566,44	240.566,44	218.573,16	90,86	970.321,49	403,35	-729.755,05
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	21.095,17	21.095,17	12.998,98	61,62	41.178,86	195,21	-20.083,69
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	23.522,81	23.522,81	205.574,18	873,94	929.142,63	3.949,96	-905.619,82
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	195.948,46	195.948,46	0,00	0,00	0,00	0,00	195.948,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.201.351,06</b>	<b>1.201.351,06</b>	<b>676.937,65</b>	<b>56,35</b>	<b>1.368.190,12</b>	<b>113,89</b>	<b>-166.839,06</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	247.688,00	247.688,00	146.228,69	59,04	158.047,11	63,81	89.640,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	247.688,00	247.688,00	146.228,69	59,04	158.047,11	63,81	89.640,89
ALIEAÇÃO DE BENS	45.045,62	45.045,62	0,00	0,00	0,00	0,00	45.045,62
ALIEAÇÃO DE BENS MOVEIS	45.045,62	45.045,62	0,00	0,00	0,00	0,00	45.045,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	908.617,44	908.617,44	530.708,96	58,41	1.210.143,01	133,19	-301.525,57
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	433.949,22	433.949,22	358.600,00	82,64	358.600,00	82,64	75.349,22
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	474.668,22	474.668,22	172.108,96	36,26	851.543,01	179,40	-376.874,79
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>5.041.828,75</b>	<b>24,52</b>	<b>23.449.920,72</b>	<b>114,06</b>	<b>-2.890.989,15</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Contratual						
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>						
DEFIÇIT (VI)						
TOTAL VII = (V + VI)						
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS						
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>										
<b>DESPESAS CORRENTES</b>										
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>										
INVESTIMENTOS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>										
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>										
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)</b>										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.558.931,57	26.759.517,98	4.858.735,16	22.649.583,02	4.109.934,96	4.747.356,15	21.290.779,29	5.468.738,69	20.699.865,91	1.358.803,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	800.337,70	—	—	2.159.141,43	—	2.750.064,81	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.558.931,57	26.759.517,98	4.858.735,16	23.449.920,72	—	4.747.356,15	23.449.920,72	—	23.449.920,72	1.358.803,73
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 34,83

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES Prefeito Municipal	NILTO FETES RODRIGUES Secretário de Finanças	CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO Diretor de Controle Interno
LUCENI F. SILVANO FERMANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1		

**Município de PAULO LOPES - SC**  
**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (e) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>									
Legislativa	20.558.931,57	26.759.517,98	4.858.735,16	22.649.583,02	100,00	4.747.356,15	21.290.779,29	100,00	1.358.803,73
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	215.796,62	879.149,03	3,88	194.096,62	857.110,11	4,03	242.889,89
Administração	2.684.204,40	3.233.839,40	902.689,07	3.198.455,66	14,12	908.754,59	3.073.704,51	14,44	242.889,89
Administração Geral	2.149.580,48	2.666.575,48	797.762,99	2.632.800,73	11,62	803.652,51	2.508.049,58	11,78	160.134,89
Administração Financeira	534.623,92	567.263,92	104.926,08	565.654,93	2,50	105.102,08	565.654,93	2,66	158.525,90
Segurança Pública	15.513,68	5.513,68	567,84	567,84	0,00	567,84	567,84	0,00	1.608,99
Educação Especial	15.513,68	5.513,68	567,84	567,84	0,00	567,84	567,84	0,00	4.945,84
Assistência Social	514.509,42	439.459,42	72.780,78	393.189,37	1,74	77.349,63	391.804,21	1,84	4.945,84
Assistência ao Idoso	20.000,00	6.250,00	-1.250,00	5.000,00	0,02	1.250,00	5.000,00	0,02	1.385,16
Assistência Comunitária	494.509,42	433.209,42	74.030,78	388.189,37	1,71	76.099,63	386.804,21	1,82	46.405,21
Saúde	5.410.517,54	7.689.476,41	1.350.967,39	6.760.127,99	29,85	1.402.812,70	6.479.833,47	30,43	1.209.642,94
Atenção Básica	5.410.517,54	7.689.476,41	1.350.967,39	6.760.127,99	29,85	1.402.812,70	6.479.833,47	30,43	1.209.642,94
Educação	5.947.879,88	6.833.866,04	1.377.017,79	6.708.091,47	29,62	1.200.913,32	6.276.819,03	29,48	557.037,01
Educação Fundamental	4.465.868,83	5.359.494,99	1.103.591,29	5.252.478,35	23,19	984.922,31	4.912.415,05	23,07	447.079,94
Educação Infantil	1.419.011,05	1.402.361,05	252.894,78	1.385.081,40	6,12	215.459,29	1.293.872,26	6,08	108.488,79
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.209,14
Educação Especial	50.000,00	72.000,00	20.531,72	70.531,72	0,31	20.531,72	70.531,72	0,33	0,00
Cultura	66.905,00	66.905,00	0,00	65.035,00	0,29	0,00	65.035,00	0,31	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	66.905,00	66.905,00	0,00	65.035,00	0,29	0,00	65.035,00	0,31	0,00
Direitos da Cidadania	142.574,07	134.974,07	17.551,84	134.443,31	0,59	23.479,15	134.258,82	0,63	184,49
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	142.574,07	134.974,07	17.551,84	134.443,31	0,59	23.479,15	134.258,82	0,63	184,49
Urbanismo	1.500.545,83	1.682.045,83	125.883,43	1.591.931,76	7,03	208.042,30	1.591.431,76	7,47	500,00
Infra-Estrutura Urbana	1.410.879,42	1.598.379,42	108.590,39	1.516.190,73	6,69	191.239,26	1.516.190,73	7,12	82.188,69
Saneamento Básico Rural	89.666,41	83.666,41	17.303,04	75.741,03	0,33	16.803,04	75.241,03	0,35	500,00
Habitação	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	570.505,00	540.505,00	99.090,68	532.498,38	2,35	103.669,47	529.891,38	2,49	2.607,00
Extensão Rural	570.505,00	540.505,00	99.090,68	532.498,38	2,35	103.669,47	529.891,38	2,49	2.607,00
Transporte	2.208.557,63	4.628.409,01	647.776,76	2.168.954,14	9,58	576.275,75	1.675.734,09	7,87	493.220,05
Transporte Rodoviário	2.208.557,63	4.628.409,01	647.776,76	2.168.954,14	9,58	576.275,75	1.675.734,09	7,87	493.220,05
Desporto e Lazer	343.219,12	394.534,12	48.602,96	217.139,07	0,96	51.394,78	214.589,07	1,01	2.550,00
Desporto Comunitário	343.219,12	394.534,12	48.602,96	217.139,07	0,96	51.394,78	214.589,07	1,01	2.550,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.558.931,57	26.759.517,98	4.858.735,16	22.649.583,02	100,00	4.747.356,15	21.290.779,29	100,00	5.468.738,69	1.358.803,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>26.759.517,98</b>	<b>4.858.735,16</b>	<b>22.649.583,02</b>	<b>100,00</b>	<b>4.747.356,15</b>	<b>21.290.779,29</b>	<b>100,00</b>	<b>5.468.738,69</b>	<b>1.358.803,73</b>

FONTE:

PAULO LOPES , 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENIF. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANERO/2018 A DEZEMBRO/2018

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	TOTAL (últ. 12 Mes.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.735.609,08</b>	<b>2.153.232,64</b>	<b>2.108.122,15</b>	<b>2.020.066,00</b>	<b>1.991.491,10</b>	<b>2.346.626,85</b>	<b>2.001.503,08</b>	<b>1.908.840,88</b>	<b>1.728.361,21</b>	<b>1.725.937,59</b>	<b>2.082.742,79</b>	<b>2.726.615,77</b>	<b>24.529.439,94</b>
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	131.805,78	357.240,20	449.615,13	151.537,93	175.134,64	136.679,39	103.622,88	176.014,43	111.361,57	135.865,74	161.399,92	233.777,93	2.224.246,34
IPTU	16.935,17	170.896,62	201.995,08	36.026,78	23.010,98	13.973,33	13.264,02	14.834,61	16.766,07	10.750,42	8.535,26	15.750,05	542.700,39
I.S.S.	54.189,29	60.895,13	67.520,07	66.348,13	98.700,23	76.012,07	46.696,58	110.461,22	55.278,48	84.895,95	79.035,79	130.460,80	932.392,74
I.T.B.T.	1.600,00	11.605,65	6.000,00	1.605,57	8.705,57	7.915,85	4.324,70	11.747,31	3.124,70	6.895,97	8.700,17	11.163,33	78.068,79
I.R.R.F.	43.149,49	17.091,75	18.638,19	10.737,78	20.891,37	19.750,23	22.097,38	23.100,43	16.398,62	17.229,46	10.203,51	60.535,95	280.425,16
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.922,83	96.988,05	160.861,79	34.819,67	23.826,49	19.227,91	17.440,03	15.870,86	19.892,70	15.914,94	54.815,19	15.467,80	490.659,26
Contribuições	62.594,70	70.965,49	65.575,20	67.876,93	68.969,23	68.561,27	66.657,30	67.682,28	68.105,46	64.192,10	67.357,37	72.249,31	813.375,96
Recota Patrimonial	14.918,42	12.827,43	16.457,25	10.673,17	8.182,44	8.925,28	8.925,28	9.015,98	7.709,11	28.450,96	24.477,05	16.723,32	166.905,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	11.426,70	9.585,83	13.347,83	7.755,95	5.192,34	5.467,97	5.614,78	5.582,65	4.186,14	24.570,49	21.110,20	13.742,90	127.572,68
Outras Receitas Patrimoniais	3.491,72	3.341,60	3.109,43	2.917,32	2.983,10	2.977,07	3.310,50	3.433,33	3.540,97	3.890,47	3.366,85	2.980,42	39.332,78
Recota Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recota Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recota de Serviços	10.689,94	371,60	196,08	500,10	406,12	1.593,30	833,92	762,79	33,04	906,17	783,92	591,57	17.631,55
Transferências Correntes	1.513.608,93	1.709.278,61	1.440.449,75	1.696.759,14	1.635.143,58	2.011.527,90	1.725.316,68	1.559.500,74	1.445.955,24	1.492.945,86	1.819.636,41	2.193.226,60	20.216.599,44
Cota-Parte do FPM	589.867,39	771.411,14	519.279,46	544.447,51	698.169,46	625.708,93	720.769,83	536.119,12	404.341,44	459.329,27	576.972,19	1.184.152,81	7.580.319,57
Cota-Parte do ICMS	401.399,33	357.278,64	352.569,32	372.363,51	345.000,32	322.496,94	372.612,37	367.196,03	379.930,96	381.504,54	404.127,29	281.877,16	4.240.115,41
Cota-Parte do IPVA	46.629,96	98.304,32	78.422,23	73.006,60	99.225,16	76.371,83	77.460,41	90.219,46	75.330,91	68.711,69	53.310,37	28.883,63	816.370,57
Cota-Parte do ITR	56,68	1.225,67	1.316,90	2.771,98	235,45	516,35	375,06	34,87	1.339,03	743,21	1.078,56	1.063,67	17.378,67
Outras Transferências Correntes	151.957,37	204.134,47	190.626,92	381.279,59	226.956,49	693.825,17	251.764,05	251.329,22	265.182,08	251.321,52	446.871,83	348.539,77	2.717.140,29
Transferências de LC 61/1980	6.074,85	6.197,27	5.171,42	5.521,15	5.626,95	6.179,16	5.199,97	5.623,85	5.623,05	5.707,36	5.479,42	6.802,48	69.006,93
Transferências de LC 87/1996	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	1.198,31	14.385,72
Transferências do FUNDEB	315.895,04	309.698,79	291.862,59	300.599,69	298.730,82	285.230,71	295.916,08	307.179,18	313.014,88	317.644,36	327.597,84	361.310,17	3.322.581,15
Outras Receitas Correntes	2.021,31	2.140,31	1.358,25,73	96.716,73	103.638,09	119.629,95	95.967,22	95.884,46	95.186,77	37.571,76	8.618,12	209.855,04	970.321,49
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>209.156,86</b>	<b>239.214,89</b>	<b>191.591,84</b>	<b>199.983,74</b>	<b>221.890,98</b>	<b>206.494,22</b>	<b>176.362,25</b>	<b>200.198,22</b>	<b>173.553,47</b>	<b>184.795,41</b>	<b>208.433,19</b>	<b>236.034,37</b>	<b>2.277.400,32</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	209.156,86	239.214,89	191.591,84	199.983,74	221.890,98	206.494,22	176.362,25	200.198,22	173.553,47	184.795,41	208.433,19	236.034,37	2.277.400,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.526.452,22</b>	<b>1.914.017,75</b>	<b>1.916.530,31</b>	<b>1.820.082,26</b>	<b>1.769.600,12</b>	<b>2.140.132,63</b>	<b>1.825.140,83</b>	<b>1.708.642,66</b>	<b>1.554.807,74</b>	<b>1.541.142,18</b>	<b>1.874.309,60</b>	<b>2.490.581,50</b>	<b>22.081.730,60</b>

FONTE:  
PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCIEN F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.6640-1

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		247.688,00	158.047,11			89.640,89
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	6.162.560,83	2.767.333,22	1.641.763,55	1.125.569,67	3.395.227,61	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.162.560,83	2.767.333,22	1.641.763,55	1.125.569,67	3.395.227,61	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-5.914.872,83	-2.609.286,11	-	-3.305.586,72	

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2017 (A)	Em 31 Out 2018 (B)	Em 31 Dez 2018 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.496.115,21	3.506.706,40	3.365.263,91
DEDUÇÕES (II)	3.827.477,79	5.188.748,64	5.287.357,45
Disponibilidade de Caixa	3.823.399,28	5.184.226,22	5.285.394,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.261.620,46	5.791.395,76	5.895.823,87
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	438.221,18	607.169,54	610.429,02
Demais Haveres Financeiros	4.078,51	4.522,42	1.962,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Dez 2018 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENIF. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2018
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.749.021,03	19.577.684,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.779.890,79	2.324.246,34
I.P.T.U.	1.021.181,70	542.700,39
I.S.S.	860.955,71	932.392,74
I.T.B.I.	181.082,12	78.068,79
I.R.R.F.	259.012,34	280.425,16
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	457.658,92	490.659,26
Contribuições	800.000,00	813.375,66
Receita Patrimonial	0,00	140.409,05
Aplicações Financeiras (II)	0,00	74.955,38
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	66.453,67
Transferências Correntes	13.914.374,43	15.311.700,01
Cota-Parte do FPM	5.567.327,96	6.184.061,47
Cota-Parte do ICMS	3.296.640,00	3.472.093,42
Cota-Parte do IPVA	619.029,34	653.097,40
Cota-Parte do ITR	18.089,68	13.914,11
Transferências da LC 87/1996	20.270,53	11.508,60
Transferências da LC 61/1989	123.243,80	55.205,49
Transferências do FUNDEB	3.161.192,31	3.732.581,15
Outras Transferências Correntes	1.108.580,81	1.189.238,37
Demais Receitas Correntes	254.755,81	987.953,04
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	254.755,81	987.953,04
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	17.749.021,03	19.502.728,72
RECEITAS DE CAPITAL (V)	931.077,33	690.172,91
Operação de Crédito (VI)	247.688,00	158.047,11
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	45.045,62	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	45.045,62	0,00
Transferências de Capital	638.343,71	532.125,80
Convênios	638.343,71	525.686,78
Outras Transferências de Capital	0,00	6.439,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	683.389,33	532.125,80
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>18.432.410,36</b>	<b>20.034.854,52</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	13.170.948,46	12.946.903,10	12.757.862,48	12.425.833,61	25.358,35
Pessoal e Encargos Sociais	7.079.531,94	7.047.010,00	7.047.010,00	7.000.220,28	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.260,00	420,95	420,95	420,95	0,00
Outras Despesas Correntes	6.090.156,52	5.899.472,15	5.710.431,53	5.425.192,38	25.358,35
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	6.090.156,52	5.899.472,15	5.710.431,53	5.425.192,38	25.358,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	13.169.688,46	12.946.482,15	12.757.441,53	12.425.412,66	25.358,35
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.789.093,11	2.063.402,90	1.196.973,23	1.183.120,79	346.920,30
Investimentos	4.499.453,11	1.774.504,49	907.074,82	894.222,38	346.920,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	289.640,00	288.898,41	288.898,41	288.898,41	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.499.453,11	1.774.504,49	907.074,82	894.222,38	346.920,30

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	17.679.141,57	14.720.986,64	13.664.516,35	13.319.635,04	379.701,17	372.278,65	372.278,65	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
		5.963.239,66						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2018						
		VALOR INCORRIDO						
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		74.955,38						
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		420,95						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		6.037.774,09						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO						
		Em 31 Dez 2017(a)				Até o Bimestre/2018(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		3.496.115,21				3.365.263,91		
DEDUÇÕES (XXIX)		2.240.182,49				3.146.319,06		
Disponibilidade de Caixa		2.240.182,49				3.146.319,06		
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.632.889,00				3.504.205,71		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		392.706,51				357.886,65		
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		1.255.932,72				218.944,85		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.036.987,87						

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	34.819,86
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)</b>	<b>1.002.168,01</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)</b>	<b>927.633,58</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	256.156,16
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	256.156,16
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total L = (e+k)
	Inscritos		Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)			Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>									
<b>EXECUTIVO</b>									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.755,64	419.465,54	19.515,64	-	865.815,43	435.615,96	683.041,77	683.041,77	637.905,26
FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	18.755,64	419.465,54	19.515,64	0,00	865.815,43	435.615,96	683.041,77	683.041,77	637.905,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	5.185,79	0,00	0,00	326,70	0,00	0,00	0,00	326,70
GABINETE DO PREFEITO	6.150,30	39.384,37	6.510,30	0,00	31.180,18	316.160,93	310.763,12	310.763,12	43.088,29
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	0,00	6.751,12	0,00	0,00	352,50	0,00	0,00	0,00	352,50
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB	1.995,26	0,00	1.995,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.995,26
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	29,49	222.600,28	29,49	0,00	776.747,88	54.320,87	308.272,93	308.272,93	522.825,31
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	679,50	82.964,91	679,50	0,00	14.637,75	61.076,34	60.031,60	60.031,60	16.363,99
SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CCI	593,09	23.929,21	593,09	0,00	3.796,24	2.240,80	2.240,80	2.240,80	4.389,33
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.508,00	23.505,58	5.508,00	0,00	36.948,00	81,70	0,00	0,00	42.537,70
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	3.800,00	8.497,70	4.200,00	0,00	1.576,18	1.339,72	1.339,72	1.339,72	5.776,18
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	230,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	0,00	6.436,58	0,00	0,00	0,00	393,60	393,60	393,60	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>18.755,64</b>	<b>419.465,54</b>	<b>19.515,64</b>	<b>0,00</b>	<b>865.815,43</b>	<b>435.615,96</b>	<b>683.041,77</b>	<b>683.041,77</b>	<b>637.905,26</b>

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

CLAUDIAM VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

LUCENI F. SILVANO FERMINHO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I) ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	45.045,62 0,00 45.045,62	0,00 0,00 0,00				45.045,62 0,00 45.045,62
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2017 (i)	Em 2018 (j) = (lf - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llj)
Valor(III)	3.552,51	0,00				3.552,51
FONTE:						

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIAM. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	20.558.931,57
Previsão Atualizada	20.558.931,57
Receitas Realizadas	23.449.920,72
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	592.970,86
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	20.558.931,57
Créditos Adicionais	6.200.586,41
Dotação Atualizada	26.759.517,98
Despesas Empenhadas	22.649.583,02
Despesas Liquidadas	21.290.779,29
Despesas pagas	20.699.865,91
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	1.358.803,73
Superavit Orçamentário	2.159.141,43

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	22.649.583,02
Liquidadas	21.290.779,29
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	1.358.803,73

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	22.081.730,60

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	34,83
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Resultado Previdenciário	34,83
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.779.158,80	0,00
Resultado Primário	0,00	1.704.621,75	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.301.431,39	0,00	683.041,77	618.389,62
EXECUTIVO	1.301.431,39	0,00	683.041,77	618.389,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	438.221,18	0,00	418.705,54	19.515,64
EXECUTIVO	438.221,18	0,00	418.705,54	19.515,64
<b>TOTAL:</b>	<b>1.739.652,57</b>	<b>0,00</b>	<b>1.101.747,31</b>	<b>637.905,26</b>

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.225.521,89	25%	28,80
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.114.489,33	60%	83,30

Continua 1/2



Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			158.047,11	89.640,89
Despesa de Capital Líquida			2.767.333,22	3.395.227,61
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	45.045,62
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	6.752.990,99	15,00	46,09	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 05/04/2019

\_\_\_\_\_  
 NADIR CARLOS RODRIGUES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 NILTO FETES RODRIGUES  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
 Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
 LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

## RREO - OUTUBRO 2018

Publicação Nº 1997234

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>3.285.383,97</b>	<b>15,98</b>	<b>18.408.091,97</b>	<b>89,54</b>	<b>2.150.839,60</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>19.357.580,51</b>	<b>19.357.580,51</b>	<b>3.095.949,92</b>	<b>15,99</b>	<b>17.716.839,50</b>	<b>91,52</b>	<b>1.640.741,01</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.779.890,79	2.779.890,79	247.048,31	8,89	1.929.098,49	69,39	850.792,30
IMPOSTOS	2.336.871,69	2.336.871,69	211.440,67	9,05	1.508.722,22	64,56	828.149,47
TAXAS	443.019,10	443.019,10	35.607,64	8,04	420.376,27	94,89	22.642,83
CONTRIBUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	132.297,58	16,54	673.168,98	84,15	126.831,02
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	800.000,00	800.000,00	132.297,58	16,54	673.168,98	84,15	126.831,02
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	36.160,07	0,00	125.705,09		-125.705,09
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	7.421,44	0,00	32.985,51		-32.985,51
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	28.738,63	0,00	92.719,58		-92.719,58
RECEITA DE SERVIÇOS	14.189,37	14.189,37	939,21	6,62	16.266,06	114,64	-2.076,69
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	14.189,37	14.189,37	939,21	6,62	16.266,06	114,64	-2.076,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.522.933,91	15.522.933,91	2.580.560,22	16,62	14.220.852,55	91,61	1.302.081,36
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.840.593,38	7.840.593,38	1.100.879,42	14,04	7.148.066,69	91,17	692.526,69
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.506.148,22	4.506.148,22	849.021,56	18,84	4.029.112,72	89,41	477.035,50
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	9.009,12	9.009,12	0,00	0,00	0,00	0,00	9.009,12
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.161.192,31	3.161.192,31	630.659,24	19,95	3.043.673,14	96,28	117.519,17
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	5.990,88	5.990,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.990,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.566,44	240.566,44	98.944,53	41,13	751.748,33	312,49	-511.181,89
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	21.095,17	21.095,17	6.089,92	28,87	28.179,88	133,58	-7.084,71
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	23.522,81	23.522,81	92.854,61	394,74	723.568,45	3.076,03	-700.045,64
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	195.948,46	195.948,46	0,00	0,00	0,00	0,00	195.948,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.201.351,06</b>	<b>1.201.351,06</b>	<b>189.434,05</b>	<b>15,77</b>	<b>691.252,47</b>	<b>57,54</b>	<b>510.098,59</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	247.688,00	247.688,00	0,00	0,00	11.818,42	4,77	235.869,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	247.688,00	247.688,00	0,00	0,00	11.818,42	4,77	235.869,58
ALIEIAÇÃO DE BENS	45.045,62	45.045,62	0,00	0,00	0,00	0,00	45.045,62
ALIEIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	45.045,62	45.045,62	0,00	0,00	0,00	0,00	45.045,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	908.617,44	908.617,44	189.434,05	20,85	679.434,05	74,78	229.183,39
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	433.949,22	433.949,22	0,00	0,00	0,00	0,00	433.949,22
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	474.668,22	474.668,22	189.434,05	39,91	679.434,05	143,14	-204.765,83

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>3.285.383,97</b>	<b>15,98</b>	<b>18.408.091,97</b>	<b>89,54</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>3.285.383,97</b>	<b>15,98</b>	<b>18.408.091,97</b>	<b>89,54</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>3.285.383,97</b>	<b>15,98</b>	<b>18.408.091,97</b>	<b>89,54</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>617.856,16</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>252.444,04</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	617.856,16	—	—	252.444,04	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>617.856,16</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>252.444,04</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>20.558.931,57</b>	<b>24.719.877,98</b>	<b>3.112.675,48</b>	<b>17.790.847,86</b>	<b>6.929.030,12</b>	<b>3.593.623,31</b>	<b>16.543.423,14</b>	<b>8.176.454,84</b>	<b>15.995.155,37</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18.203.311,86</b>	<b>18.900.357,15</b>	<b>2.873.069,34</b>	<b>16.187.866,65</b>	<b>2.712.490,50</b>	<b>3.162.342,87</b>	<b>15.691.331,46</b>	<b>3.209.025,69</b>	<b>15.166.371,23</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.132.976,53	11.007.977,41	1.721.143,04	9.235.459,82	1.772.517,59	1.720.804,12	9.235.120,90	1.772.856,51	9.109.744,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.260,00	1.260,00	0,00	420,95	839,05	0,00	420,95	839,05	420,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.069.075,33	7.891.119,74	1.151.926,30	6.951.985,88	939.133,86	1.441.538,75	6.455.789,61	1.435.330,13	6.056.205,98
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.345.619,71</b>	<b>5.809.520,83</b>	<b>239.606,14</b>	<b>1.602.981,21</b>	<b>4.206.539,62</b>	<b>431.280,44</b>	<b>852.091,68</b>	<b>4.957.429,15</b>	<b>828.784,14</b>
INVESTIMENTOS	2.080.284,71	5.679.030,83	239.606,14	1.601.753,98	4.077.276,85	431.280,44	850.864,45	4.828.166,38	827.556,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	265.335,00	130.490,00	0,00	1.227,23	129.262,77	0,00	1.227,23	129.262,77	1.227,23

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.558.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	17.790.847,86	6.929.030,12	3.593.623,31	16.543.423,14	8.176.454,84	15.995.155,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.558.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	17.790.847,86	6.929.030,12	3.593.623,31	16.543.423,14	8.176.454,84	15.995.155,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.558.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	17.790.847,86	6.929.030,12	3.593.623,31	16.543.423,14	8.176.454,84	15.995.155,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	617.244,11	—	—	1.864.668,83	—	2.412.936,60
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.558.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	18.408.091,97	—	3.593.623,31	18.408.091,97	—	18.408.091,97
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 31,93

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.558.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	17.790.847,86	6.929.030,12	3.593.623,31	16.543.423,14	8.176.454,84
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	129.772,41	663.362,41	436.647,59	129.433,49	663.013,49	436.986,51
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	129.772,41	663.362,41	436.647,59	129.433,49	663.013,49	436.986,51
Administração	2.684.204,40	2.733.249,40	368.035,91	2.295.768,59	437.482,81	433.026,95	2.164.949,92	568.299,48
Administração Geral	2.149.580,48	2.178.625,48	283.797,15	1.835.037,74	343.587,74	347.953,19	1.704.397,07	474.228,41
Administração Financeira	534.623,92	554.623,92	84.238,76	460.728,85	93.895,07	85.073,76	460.552,85	94.071,07
Segurança Pública	15.513,68	5.513,68	0,00	0,00	5.513,68	0,00	0,00	5.513,68
Educação Especial	15.513,68	5.513,68	0,00	0,00	5.513,68	0,00	0,00	5.513,68
Assistência Social	514.509,42	464.759,42	64.442,26	320.408,59	144.350,83	75.381,44	314.454,58	150.304,84
Assistência ao Idoso	20.000,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	3.750,00	2.500,00
Assistência Comunitária	494.509,42	458.509,42	64.442,26	314.158,59	144.350,83	72.881,44	310.704,58	147.804,84
Saúde	5.410.517,54	7.066.476,41	989.782,64	5.408.160,60	1.657.315,81	1.081.790,26	5.077.020,77	1.989.455,64
Atenção Básica	5.410.517,54	7.066.476,41	989.782,64	5.408.160,60	1.657.315,81	1.081.790,26	5.077.020,77	1.989.455,64
Educação	5.947.879,88	6.219.856,04	929.078,95	5.331.073,68	888.782,36	1.210.519,59	5.075.905,71	1.143.950,33
Ensino Fundamental	4.465.868,83	4.708.494,99	751.011,08	4.148.887,06	559.607,93	948.949,51	3.947.492,74	761.002,25
Educação Infantil	1.419.011,05	1.461.361,05	178.067,87	1.132.186,62	329.174,43	261.570,08	1.078.412,97	382.948,08
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Cultura	66.905,00	66.905,00	8.093,77	65.035,00	1.870,00	8.093,77	65.035,00	1.870,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	66.905,00	66.905,00	8.093,77	65.035,00	1.870,00	8.093,77	65.035,00	1.870,00
Direitos da Cidadania	142.574,07	137.574,07	18.474,31	116.891,47	20.682,60	20.345,67	110.779,67	26.794,40
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	142.574,07	137.574,07	18.474,31	116.891,47	20.682,60	20.345,67	110.779,67	26.794,40
Urbanismo	1.500.545,83	1.568.545,83	241.411,12	1.466.038,33	102.507,50	277.220,45	1.383.389,46	185.156,37
Infra-Estrutura Urbana	1.410.879,42	1.484.879,42	228.301,78	1.407.800,34	77.279,08	264.111,11	1.324.951,47	159.927,95
Saneamento Básico Rural	89.666,41	83.666,41	13.109,34	58.437,99	25.228,42	13.109,34	58.437,99	25.228,42
Habitação	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	570.505,00	520.505,00	30.346,77	433.407,70	87.087,30	40.338,10	426.221,91	94.283,09
Extensão Rural	570.505,00	520.505,00	30.346,77	433.407,70	87.087,30	40.338,10	426.221,91	94.283,09
Transporte	2.208.557,63	4.466.059,01	288.162,96	1.521.177,38	2.944.881,63	268.280,50	1.099.468,34	3.366.600,67
Transporte Rodoviário	2.208.557,63	4.466.059,01	288.162,96	1.521.177,38	2.944.881,63	268.280,50	1.099.468,34	3.366.600,67
Desporto e Lazer	343.219,12	360.434,12	45.074,38	168.536,11	191.898,01	49.193,09	163.194,29	197.239,83
Desporto Comunitário	343.219,12	360.434,12	45.074,38	168.536,11	191.898,01	49.193,09	163.194,29	197.239,83

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.568.931,57	24.719.877,98	3.112.675,48	17.790.847,86	6.929.030,12	3.593.623,31	16.543.423,14	100,00	8.176.454,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>20.568.931,57</b>	<b>24.719.877,98</b>	<b>3.112.675,48</b>	<b>17.790.847,86</b>	<b>6.929.030,12</b>	<b>3.593.623,31</b>	<b>16.543.423,14</b>	<b>100,00</b>	<b>8.176.454,84</b>

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2017 A OUTUBRO/2018

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Maio/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	TOTAL (últ. 12 Mes.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.734.182,72</b>	<b>2.502.306,53</b>	<b>1.735.606,08</b>	<b>2.453.523,84</b>	<b>2.408.122,15</b>	<b>2.020.066,00</b>	<b>1.991.491,10</b>	<b>2.346.626,85</b>	<b>2.001.503,08</b>	<b>1.908.840,68</b>	<b>1.728.381,21</b>	<b>1.725.937,59</b>	<b>23.957.450,63</b>
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	190.414,60	179.221,71	131.605,78	357.280,20	446.615,13	151.337,93	175.134,94	136.679,39	103.822,86	176.014,43	111.361,57	135.885,74	21.634.980,83
IPTU:	11.872,24	6.188,44	16.935,17	170.896,22	201.995,08	36.026,78	23.010,98	13.973,33	13.264,02	14.834,61	16.765,07	10.750,42	2.779.860,79
I.S.S.	97.808,36	100.716,61	54.088,29	60.695,13	67.520,07	68.348,13	96.700,23	76.012,07	46.896,58	110.461,22	55.378,48	84.865,95	1.021.181,70
I.T.B.I.	19.459,00	15.011,81	1.600,00	11.605,65	600,00	1.605,57	8.705,57	7.915,85	4.324,67	11.747,31	3.124,70	6.895,97	860.865,71
I.R.R.F.	11.340,44	50.931,95	43.149,49	17.091,75	18.838,19	10.737,78	20.891,37	18.750,23	22.097,38	23.100,43	16.399,82	17.229,46	181.082,12
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	48.934,56	6.392,90	15.922,83	96.980,05	180.681,79	34.819,67	23.826,49	18.227,91	17.440,03	15.870,86	19.692,70	15.914,94	259.012,34
Contribuições	63.365,60	58.439,73	62.594,70	70.965,49	65.575,20	67.876,93	68.986,23	68.561,27	68.857,30	67.662,28	68.105,48	64.192,10	457.689,92
Recita Patrimonial	7.074,24	21.819,59	14.919,42	12.927,43	16.457,26	10.675,17	8.182,44	8.445,04	8.925,28	9.015,98	7.709,11	28.450,96	800.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.594,24	12.837,70	11.426,70	9.556,93	13.347,83	7.759,85	5.199,34	5.457,97	5.814,78	5.582,65	4.188,14	24.570,49	154.599,92
Outras Receitas Patrimoniais	1.510,00	8.981,89	3.491,72	3.341,60	3.109,43	2.917,32	2.983,10	2.977,07	3.310,50	3.433,33	3.540,97	3.890,47	111.121,52
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	1.053,55	12.265,23	10.669,94	371,60	199,08	500,10	406,12	1.583,30	833,92	762,79	33,04	906,17	43.477,40
Transferências Correntes	1.445.599,21	2.211.822,75	1.513.606,93	1.709.878,61	1.440.449,75	1.689.759,14	1.635.143,58	2.011.527,90	1.725.316,88	1.559.500,74	1.445.955,24	1.482.943,86	19.881.516,39
Cota-Parte do FPM:	463.793,06	590.945,06	589.867,39	771.141,14	519.279,46	544.447,61	668.169,48	625.708,83	720.789,83	536.119,12	404.341,44	459.239,27	7.253.831,79
Cota-Parte do ICMS:	390.643,97	385.942,05	401.935,33	357.378,64	321.569,32	372.963,91	345.000,32	324.296,84	372.912,37	379.795,03	379.590,96	381.504,54	4.400.595,96
Cota-Parte do IPI/A:	45.104,08	28.810,65	46.629,96	58.934,32	78.422,23	73.065,60	86.225,16	76.371,83	77.460,41	90.219,46	75.334,91	68.711,69	908.291,30
Cota-Parte do ITR:	1.401,71	47,42	56,68	1.225,67	1.318,90	2.721,98	235,45	516,35	375,08	34,97	1.339,03	7.428,21	16.699,43
Outras Transferências Correntes	296.644,25	599.782,52	151.957,37	204.134,47	190.026,92	381.279,59	223.956,49	693.825,17	251.784,05	251.329,22	265.182,06	251.321,52	3.724.803,63
Transferências de LC 61/1980	5.188,76	7.131,41	6.074,85	6.197,27	5.171,42	5.921,15	5.626,95	6.179,16	5.190,97	5.623,85	5.623,05	5.707,36	2.717.140,29
Transferências de LC 87/1996	1.229,27	1.229,27	1.185,31	1.198,31	1.188,91	1.188,91	1.198,91	1.188,91	1.188,91	1.188,91	1.188,91	1.188,91	14.446,44
Transferências do FUNDEB	261.614,11	288.334,37	315.896,04	309.698,79	291.862,59	308.559,69	296.730,82	285.230,71	295.916,08	307.179,18	313.014,88	317.844,36	3.161.192,31
Outras Receitas Correntes	26.655,52	19.337,52	2.021,31	2.140,31	135.825,73	99.716,73	103.638,09	116.629,85	93.947,22	95.884,46	96.198,77	3.757,76	797.741,37
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>179.457,96</b>	<b>213.985,29</b>	<b>209.156,86</b>	<b>239.214,89</b>	<b>191.591,84</b>	<b>199.983,74</b>	<b>221.890,98</b>	<b>206.494,22</b>	<b>176.362,25</b>	<b>200.198,22</b>	<b>173.553,47</b>	<b>194.705,41</b>	<b>2.277.400,32</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	179.457,96	213.985,29	209.156,86	239.214,89	191.591,84	199.983,74	221.890,98	206.494,22	176.362,25	200.198,22	173.553,47	194.705,41	2.277.400,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.554.694,76</b>	<b>2.288.321,24</b>	<b>1.526.452,22</b>	<b>1.914.308,75</b>	<b>1.916.530,31</b>	<b>1.820.082,26</b>	<b>1.769.600,12</b>	<b>2.140.132,63</b>	<b>1.825.140,83</b>	<b>1.708.642,46</b>	<b>1.554.807,74</b>	<b>1.531.232,18</b>	<b>19.357.580,51</b>

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCIEN F. SILVANO FERMIANO  
Controlador CRC/SC 35.6640-1



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	247.688,00	11.818,42			235.869,58
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.809.520,83	1.602.981,21	852.091,68	0,00	4.206.539,62
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.809.520,83	1.602.981,21	852.091,68	0,00	4.206.539,62
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.561.832,83	-1.591.162,79	-	-	-3.970.670,04

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2017 (A)	Em 31 Ago 2018 (B)	Em 31 Out 2018 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.496.115,21	3.506.706,40	3.506.706,40
DEDUÇÕES (II)	3.827.477,79	5.528.632,45	5.188.748,64
Disponibilidade de Caixa	3.823.399,28	5.524.577,20	5.184.226,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.261.620,46	5.956.622,45	5.791.395,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	438.221,18	432.045,25	607.169,54
Demais Haveres Financeiros	4.078,51	4.055,25	4.522,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Out 2018 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENIF. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.357.580,51	17.716.839,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.779.890,79	1.929.098,49
I.P.T.U.	1.021.181,70	518.415,08
I.S.S.	860.955,71	722.896,15
I.T.B.I.	181.082,12	58.125,29
I.R.R.F.	259.012,34	209.285,70
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	457.658,92	420.376,27
Contribuições	800.000,00	673.168,98
Receita Patrimonial	0,00	125.705,09
Aplicações Financeiras (II)	0,00	57.297,08
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	68.408,01
Transferências Correntes	15.522.933,91	14.220.852,55
Cota-Parte do FPM	5.567.327,96	4.730.520,10
Cota-Parte do ICMS	3.296.640,00	2.923.449,74
Cota-Parte do IPVA	619.029,34	587.502,07
Cota-Parte do ITR	18.089,68	12.200,32
Transferências da LC 87/1996	20.270,53	9.590,34
Transferências da LC 61/1989	123.243,80	45.539,98
Transferências do FUNDEB	3.161.192,31	3.043.673,14
Outras Transferências Correntes	2.717.140,29	2.868.376,86
Demais Receitas Correntes	254.755,81	768.014,39
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	254.755,81	768.014,39
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	19.357.580,51	17.659.542,42
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.201.351,06	691.252,47
Operação de Crédito (VI)	247.688,00	11.818,42
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	45.045,62	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Continua 2/4

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	24.588.127,98	17.789.199,68	16.541.774,96	15.993.507,19	418.705,54	485.945,40	446.559,27		
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.480.204,47							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00							
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2018							
		VALOR INCORRIDO							
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		57.297,08							
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		420,95							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.537.080,60							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00							
ABAXO DA LINHA		SALDO							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2017(a)				Até o Bimestre/2018(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		3.496.115,21				3.506.706,40			
DEDUÇÕES (XXIX)		3.823.399,28				5.184.226,22			
Disponibilidade de Caixa		3.823.399,28				5.184.226,22			
Disponibilidade de Caixa Bruta		4.261.620,46				5.791.395,76			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		438.221,18				607.169,54			
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-327.284,07				-1.677.519,82			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.350.235,75							

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-168.948,36
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)</b>	<b>1.519.184,11</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)</b>	<b>1.462.307,98</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	617.856,16
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	617.856,16
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)	
	Inscritos		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos	Cancelados (j)	Pagos (i)	Liquidados (h)	Saldo k = (f+g) - (h+i)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)										Em Exercícios Anteriores (f)
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
	EXECUTIVO											
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA											
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE											
	GABINETE DO PREFEITO											
	SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.											
	SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB											
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO											
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CCI											
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL											
	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER											
	SECRETARIA DE FINANÇAS											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II):												

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIAM VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1



Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	45.045,62	0,00				45.045,62	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00				0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	45.045,62	0,00				45.045,62	
DESPESAS							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2017 (i)	Em 2018 (j) = (Ib - (If + Ilg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)	
Valor(III)	3.552,51	0,00				3.552,51	

FONTE:

FONTE:

PAULO LOPES, 05/04/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de FinançasCLAUDIAM. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretor de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Município de PAULO LOPES - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		20.558.931,57		
Previsão Atualizada		20.558.931,57		
Receitas Realizadas		18.408.091,97		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		252.444,04		
DESPESAS				
Dotação Inicial		20.558.931,57		
Créditos Adicionais		4.160.946,41		
Dotação Atualizada		24.719.877,98		
Despesas Empenhadas		17.790.847,86		
Despesas Liquidadas		16.543.423,14		
Despesas pagas		15.995.155,37		
Superavit Orçamentário		1.864.668,83		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		17.790.847,86		
Despesas Liquidadas		16.543.423,14		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		21.560.455,50		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		31,93		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		31,93		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.537.080,60	0,00
Resultado Primário		0,00	1.480.204,47	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.301.431,39	0,00	446.559,27	854.872,12
EXECUTIVO	1.301.431,39	0,00	446.559,27	854.872,12
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	438.221,18	0,00	418.705,54	19.515,64
EXECUTIVO	438.221,18	0,00	418.705,54	19.515,64
TOTAL:	1.739.652,57	0,00	865.264,81	874.387,76
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.226.991,88	25%	27,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.451.485,46	60%	80,41

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2018/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			11.818,42	235.869,58
Despesa de Capital Líquida			852.091,68	4.957.429,15
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2018	2028	2038	2053
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	45.045,62
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		5.077.020,77	15,00	43,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 05/04/2019

\_\_\_\_\_  
 NADIR CARLOS RODRIGUES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 NILTO FETES RODRIGUES  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
 Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
 LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PMP

Publicação Nº 1998336

1ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2019 - PMP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa para fornecimento de mão de obra por hora para execução de serviços de pequenas reformas e manutenção de prédios públicos do Município, conforme solicitações das Secretarias, Fundos e Fundações, anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNID	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO R\$ TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra por hora para execução de serviços de pequenas reformas e manutenção de prédios públicos do Município.	Hora	12.900	R\$ 56,67	R\$ 731.043,00
TOTAL GERAL				R\$ 731.043,00	

LEIA-SE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNID	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO R\$ TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra por hora para execução de serviços de pequenas reformas e manutenção de prédios públicos do Município.	Hora	12.900	R\$ 56,67	R\$ 731.043,00
TOTAL GERAL				R\$ 731.043,00	

1.1- Os serviços de fornecimento de mão de obra por hora para execução de serviços de pequenas reformas e manutenção de prédios públicos do Município de Penha, objeto do presente Termo de Referência, serão prestados no âmbito deste Município com os seguintes postos de trabalho:

- Profissional na área de construção civil (Pedreiro);
- Auxiliar de Pedreiro (servente);
- Pintor;
- Profissional em Instalações hidráulicas (encanador);
- Serviços de Calheiro;

#### 1.2- DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS SERVIÇOS

1.2.1- Serviços a serem realizados por Profissional da Construção Civil (pedreiro):

- Realizar recomposição e construção de elementos de vedação com argamassas e alvenarias;
- Efetuar aplicação de revestimentos em paredes, pisos: azulejos, pedras, colagem de revestimentos vinílicos, melamínicos e carpetes;
- Realizar instalação de bancadas, divisores e outros elementos em banheiros, copas, etc;
- Realizar chumbamento de peças e tubulações internas;
- Efetuar recuperação e execução de caixas de passagem e inspeção, em sistemas hidrossanitários;
- Executar serviços de recomposição e construção de bases e lajes de cimento para emprego em muros, caixas d'água e sépticas, esgotos e tanques;
- Realizar execução de alvenarias;
- Realizar recomposição de calçamentos, pavimentações e complementos (meios-fios, etc.);

- Efetuar montagem de armações metálicas apropriadas para as estruturas.
- Substituição de roldanas em portas e portões de acesso comum, externos e internos bem como puxadores de portas e janelas;
- Efetuar retirada do piso danificado
- Regularizar o piso ou o contra piso;
- Serviços de manutenção e troca de forros de madeira e PVC;
- Demais serviços não especificados anteriormente correlatos a atividade.

1.2.2- Serviços a serem realizados por Auxiliar de Pedreiro (servente):

- Auxiliar o Profissional da Construção Civil (pedreiro) na execução dos serviços;

1.2.3- Serviços a serem realizados por Profissional da Pintura:

Os profissionais deverão ser capazes de pintar, emassar, lixar, incluindo:

- Serviços de pintura em geral;
- Pintura de paredes, pisos, tetos, forros, rodapés, ferragens, tubulações etc.;
- Pintura ou repintura de tubulações, tampas, caixas, equipamentos, sinalizações etc.;
- Demarcações de vagas de garagem e de estacionamentos, inclusive sinalizações horizontais e verticais;
- Pintura ou repintura de elementos metálicos (esquadrias, alambrados, grades, portões etc.), inclusive aplicação de primer.
- Demais serviços não especificados anteriormente correlatos a atividade.

1.2.4- Serviços a serem realizados por Profissional em Instalações Hidráulicas:

- Substituir componentes hidráulicos, tais como tubos, conexões, registros e outros;
- Desentupir vasos e ralos;
- Realizar a regulagem das válvulas de mictórios e vasos em todos os sanitários;
- Eliminar os vazamentos existentes nos registros, conexões, torneiras e tubulações;
- Inspeccionar os reservatórios do subsolo e limpá-los quando necessário, a critério da Administração;
- Substituir tampas de caixas de passagem, de inspeção, grelhas e outros dispositivos de proteção ao acesso ao sistema hidrossanitário;
- Remanejar ou prover ponto de utilização nas áreas internas ou externas das dependências dos edifícios da Prefeitura Municipal de Penha;
- Realizar o esgotamento de caixas de gordura, efetuando a limpeza de caixas de inspeção e de passagem;
- Substituir gaxetas das bombas hidráulicas;
- Efetuar o reaperto das bombas hidráulicas;
- Verificar a existência de vazamento nos registros e torneiras e realizar a troca quando necessário;
- Verificar a parte interna dos reservatórios de água e realizar a limpeza quando necessário
- Demais serviços não especificados anteriormente correlatos a atividade.

1.2.5- Serviços a serem realizados por Profissional Calheiro:

- Instalação, reparo e limpeza de calhas e rufos para escoamento de água nos prédios integrantes da Administração Pública Municipal.
- Demais serviços não especificados anteriormente correlatos a atividade.

Cumpramos ressaltar que a relação das atividades acima tem a finalidade de nortear as participantes na confecção de suas propostas, podendo os profissionais serem contratados individual ou em conjunto a depender da necessidade do reparo a ser realizado, as demais disposições do edital permanecem inalteradas.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENTREGA DE ENVELOPES:**

Data/Hora: 10/05/2019 às 15 horas.

Endereço: Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 180, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina – Sala do Empreendedor.

Publique-se.

Penha/SC, 26 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 - FMS**

Publicação Nº 1997791

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados na UBS Nossa Senhora de Fátima, conforme solicitação nº 204/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 10/05/2019 às 09h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08:00 ao 12:00 e da 01:30 às 17:00h.

Penha/SC, 26 de abril de 2019.  
Jaylon Jander Cordeiro da Silva  
Secretario da Administração

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 - FMEDUC**

Publicação Nº 1997812

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 – FMEDUC  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de Buffet Térmico, para atender as Unidades Escolares Municipais e Centros de Educação Infantil do Município, conforme solicitação nº 56/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 14/05/2019 às 09h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08:00 aa 12:00 e da 13:30 as 17:00h.

Penha/SC, 26 de abril de 2019.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretario da Administração

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 - PMP**

Publicação Nº 1997800

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 – PMP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de blocos de concreto e tijolos para serem utilizados em manutenção e construções realizadas pela Secretaria de Serviços Urbanos, conforme solicitação nº 501/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 10/05/2019 às 14h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08 ao 12 e da 13:30 às 17h.

Penha/SC, 26 de abril de 2019.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretario da Administração

**PORTARIA Nº 1075/2019**

Publicação Nº 1997397

PORTARIA N.º 1075/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 667/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 01/2019, (para apuração dos fatos relatados pela empresa Aguas de Penha Saneamento Spe S.A), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 26 de abril de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1076/2019**

Publicação Nº 1997398

PORTARIA N.º 1076/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria nº 669/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 04/2019, (para apuração dos fatos relatados pelo Ministério Público de Santa Catarina, perseguição entre os Conselheiros, demora de encaminhamento de relatórios ao Ministério Público, desrespeito ao sigilo de informações dos atendimentos, descaso e desrespeito em atendimentos, entre outros), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 26 de abril de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS



# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 48/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2019

Publicação Nº 1998125

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 48/2019 – Dispensa de Licitação 17/2019 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração e realização de processo seletivo, com provas escritas para cargos de nível superior completo e incompleto, compreendendo todas as atividades necessárias em conformidade com as legislações vigentes.

Dados do Contrato: Contrato nº 56/2019 / Contratado: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - CNPJ sob o nº 18.398.197/0001-24-

Data do Contrato: 26/04/2019 - Valor do Contrato: R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais). - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24 inciso II.

Peritiba SC., 26 de abril de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2019

Publicação Nº 1998165

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 33/2019, modalidade Chamada Pública nº 01/2019.

Objeto: Contratação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 2º quadrimestre de 2019, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2019

Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROINDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE IPIRA-CPAMI.

CNPJ nº: 07.224.044/0001-44.

Valor: R\$ 17.752,30 (Dezesseite mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos).

Data de Vigência: 02/05/2019 a 30/08/2019.

Município de Peritiba – SC em 26 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2019

Publicação Nº 1998167

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 33/2019, modalidade Chamada Pública nº 01/2019.

Objeto: Contratação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 2º quadrimestre de 2019, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2019

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER

CNPJ nº: 08.845.351/0001-05.

Valor: R\$ 11.576,00 (Onze mil, quinhentos e setenta e seis reais).

Data de Vigência: 02/05/2019 a 30/08/2019.

Município de Peritiba – SC em 26 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Legislativa Nº 9/2019, de 23 de abril de 2019**

Publicação Nº 1997100

PORTARIA Nº 9-2019

ATUALIZA VALORES DO VALE-ALIMENTAÇÃO

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX, do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar os valores de vale-alimentação dos servidores da Câmara Municipal de Peritiba nos termos da Lei Municipal nº 2.172, de 26 de março de 2019.

Art. 2º Fixam-se os valores nominais da seguinte forma:

Servidor com 40 horas semanais receberá R\$ 160,00 mensais;

Servidor com 20 horas semanais receberá R\$ 80,00 mensais;

Servidor com 08 horas semanais receberá R\$ 32,00 mensais.

Art. 3º Determina-se a retroatividade do recebimento a 1º de fevereiro de 2019, conforme determina a Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 23 de abril de 2019.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 19 2019 - INTEGRAL SOLUÇÕES

Publicação N° 1997051

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N° 19/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 29.212.382/0001-07. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO SÓCIO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC. Data: 25/04/2019. Vigência: até 31/12/2019. Valor: R\$ 17.500,00. Petrolândia, 29 de abril de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 027-2019 - PMP - SISTEMA DE BUFFET LIVRE

Publicação Nº 1998296

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada em alimentação (sistema de buffet livre), para a organização e fornecimento de 1 café do tipo colonial e 1 Jantar típico italiano conforme cardápio em anexo. Com fornecimento de equipamentos de cozinha, louças, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, materiais descartáveis, mobilização e desmobilização, materiais e mão de obra. De acordo com as especificações constantes do Anexo "A" e Cardápios a disposição nos Anexos "I" e "J". do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 14/05/2019

Abertura: dia 14/05/2019, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 25 de abril de 2019.

Honorino Dalapossa

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### PORTARIA 269/2019

Publicação Nº 1997744

PORTARIA Nº 269, DE 18 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 034/2019 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 034/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO A AQUISIÇÃO DE DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DA SAÚDE E AVENTAIS PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1. FACCINA DALTORA EQUIPMANETOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.584.756/0001-86, os itens e respectivos valores: nº: 01 (R\$ 66,00), 02 (R\$ 64,00), 05 (R\$ 37,50), 06 (R\$ 149,00), 07 (R\$ 147,00), 08 (R\$ 149,00), 09 (R\$ 147,00), 10 (R\$ 37,00), 11 (R\$ 26,00) e 17 (R\$ 26,00).

2. MARCELO SIMONI, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.664.811/0001-48, os itens e respectivos valores: nº: 03 (R\$ 80,00) e 04 (R\$ 80,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### PORTARIA 270/2019

Publicação Nº 1997734

PORTARIA Nº 270, DE 18 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Enfermeira, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo para a Secretaria de Saúde decorrente do Pregão Presencial nº 034/2019.

Designar a funcionária THAIS BEE, ocupante do cargo de Nutricionista, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo para a Secretaria da Educação decorrente do Pregão Presencial nº 034/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

a) Ao objeto da contratação;

- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;

- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE ABRIL DE 2019  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 272/2019**

Publicação Nº 1997733

PORTARIA Nº 272, DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
HOMOLOGA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa chamamento pública 003/2019 e adjudica o baile da escolha da rainha da 8ª Mostra Catarinense do Vinho, em favor da empresa MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI inscrita no CNPJ sob o nº. 11.662.218/0001-28.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE ABRIL DE 2019.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 273/2019**

Publicação Nº 1997735

PORTARIA Nº 273, DE 22 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Mauricio Chelest, ocupante do cargo de Secretario de Turismo, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Chamamento Público nº 003/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:



- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "As built", elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE ABRIL DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 274/2019

Publicação Nº 1997748

PORTARIA Nº 274, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 035/2019 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 035/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA DA FESTA MUNICIPAL, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1. AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.419.138/0001-80, os itens e respectivos valores: nº: 02 (R\$ 3.700,00) 03 (R\$ 8.000,00), 04 (R\$ 10.250,00), 07 (R\$ 1.880,00), 12 (R\$ 420,00), 13 (R\$ 1.000,00), 14 (R\$ 750,00) e 15 (R\$ 18.900,00).
2. MALIN EVENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 09.677.321/0001-08, o item e respectivo valor: nº: 09 (R\$ 270,00).
3. VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 79.929.774/0001-51, o item e respectivo valor: nº: 10 (R\$ 231,00).
4. BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 07.341.479/0001-79, o item e respectivo valor: 01 (R\$ 200,00).
5. LEGO FEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 05.645.469/0001-00, os itens e respectivos valores: 05 (R\$ 7.100,00), 06 (R\$ 4.050,00), 08 (R\$ 19,60) e 11 (R\$ 570,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 275/2019

Publicação Nº 1997736

PORTARIA Nº 275, DE 23 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e

efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o funcionário Mauricio Chelest, ocupante do cargo de Secretario de Turismo, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial 035/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE ABRIL DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 278/2019

Publicação Nº 1997745

PORTARIA Nº 278, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 039/2019 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 039/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSOS DE EXPEDIENTE, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1. EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 84.583.954/0001-64, os itens e respectivos valores: nº: 06 (R\$ 0,58), 11 (R\$ 1,55) e 23 (R\$ 0,43).

2. MARCELO SIMONI, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 04.664.811/0001-48, os itens e respectivos valores: nº: 01 (R\$ 0,11), 18 (R\$ 140,00) e 22 (R\$ 0,21).

3. KS IMPORT SOLUÇÕES PERSONALIZADAS ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 26.892.211/0001-70, os itens e respectivos valores: nº: 13 (R\$ 8,70), 14 (R\$ 3,30) , 17 (R\$ 125,00) , 19 (R\$ 550,00), 20 (R\$ 48,00) e 21 (R\$ 60,00).

4. POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 14.292.313/0001-75, os itens e respectivos valores: 02 (R\$ 0,48), 03 (R\$ 0,79), 04 (R\$ 0,82) , 05 (R\$ 1,25), 07 (R\$ 0,53), 08 (R\$ 10,00), 09 (R\$ 0,34), 10 (R\$ 7,05), 12 (R\$ 0,58), 15 (R\$ 1,80) e 16 (R\$ 21,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 279/2019**

Publicação Nº 1997737

PORTARIA Nº 279, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a funcionária Ana Laine Grahl, ocupante do cargo de Agente Financeiro, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 039/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I -conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) ao objeto da contratação;
- b) a forma de execução;
- c) a forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) o cronograma de serviços;
- e) as obrigações da contratante e da contratada;
- f) as condições de pagamento;
- g) as atribuições da fiscalização;
- h) as sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II -manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV -acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V -acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI -verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII -zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII -estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX -notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X -sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI -comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII -comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII -solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em

tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I –os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II –arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III –exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da

Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º A funcionária designada para fiscalização de contratos deverá ser capacitada e orientada para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 280/2019

Publicação Nº 1997746

PORTARIA Nº 280, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA ITEM QUE ESPECIFICA DA LICITAÇÃO Nº 033/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 033/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de oficinas de E.V.A e oficina Taekwondo oferecidos pelo CRAS – Centro de Referência a Assistência Social, e adjudica os objetos licitados às seguintes empresas vencedoras:

1. ADILSON FERREIRA, inscrito sob nº CPF: 069.988.039-40 o item e respectivo valor mensal: nº: 02 (R\$ 800,00);

2. RAQUEL DE FÁTIMA DE ALMEIDA DRESCH, inscrito sob nº CNPJ: 32.880.661/0001-45 o item e respectivo valor unitário: nº: 01 (R\$ 512,00);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal



**PORTARIA 281/2019**

Publicação Nº 1997738

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a funcionária Tania Zanella ocupante do cargo de Psicóloga do CRAS, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 033/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais



providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE ABRIL DE 2019  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 282/2019

Publicação Nº 1997740

PORTARIA Nº 282, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

DECLARA FRUSTRADO O CERTAME, LICITAÇÃO Nº 030/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que restou deserto o certame,

RESOLVE:

Art. 1º Declara fracassada Licitação 030/2019, referente a contratação de Software gerador de benefício para o IPREPI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 283/2019**

Publicação Nº 1997742

PORTARIA Nº 283, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 004/2019 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 004/2019, modalidade TOMADA DE PREÇOS, visando a contratação de empresa para reforma de Calçamentos e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. FOCUS SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 14.003.169/0001-00, o preço global de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 284/2019**

Publicação Nº 1997743

PORTARIA Nº 284, DE 26 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Edgar Gabriel Mazutti, ocupante do cargo de Secretario de Transportes e Obras , para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Tomada de Preço nº 004/2019.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE ABRIL DE 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### CA014\_2019

Publicação N° 1998257

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 014/2019

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: RUMAR TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA.

Valor: R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).

Vigência: 29/04/2019 a 29/06/2019

Planalto Alegre – SC, 25 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

### EDLP025\_2019

Publicação N° 1997349

#### AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO

Processo Administrativo. N°. PM – 025/2019

Modalidade: LEILÃO

Edital nº PM/LL – 025/2019

Tipo: Maior Lance

Objeto: VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO OFICIAL ON-LINE E PRESENCIAL.

Data do Leilão: 20 de Maio de 2019, com início às 10:00 Hs.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066, e nos portais eletrônicos: [www.planaltoalegre.sc.gov.br](http://www.planaltoalegre.sc.gov.br) e [www.superbid.net](http://www.superbid.net)

Planalto Alegre-SC, em 26 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 041/2019 CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2017

Publicação Nº 1998271

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 041/2019 CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2017

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA os candidatos interessados, nas vagas constantes no ANEXO I desta convocação, para comparecerem no dia 30 de abril de 2019, às 08h30min, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, Rua 15 de novembro, 525 – Centro.

Os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõe o Edital de Chamada Pública n. 001/2018.

Os candidatos devem comparecer na data e horário determinados, munidos dos documentos abaixo:

- Anexo II – Ficha de Inscrição (devidamente preenchida);
- Cópia dos documentos comprobatórios de títulos;
- Cópia do RG.

O processo de classificação dos candidatos iniciará, impreterivelmente, no horário indicado no ato convocatório, com os candidatos que apresentarem a documentação solicitada, seguida da escolha da vaga.

Não será permitido o preenchimento do formulário constante do ANEXO II no local. Não haverá disponibilidade para realização de fotocópia de documentos no local.

SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA OU COMPARECER APÓS HORÁRIO FIXADO NO ATO CONVOCATÓRIO.

Pomerode, 26 de abril de 2019.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Vaga	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
01	Professor de Disciplina Específica– Nível I - Ale-mão	Até 40h
01	Professor de Disciplina Específica– Nível I – Ensino Religioso	Até 40h

#### ANEXO II

##### FICHA DE INSCRIÇÃO

CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

TELEFONE RESIDENCIAL: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ CEL. ( ) 9 \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Marque abaixo os documentos apresentados:

TÍTULOS e DOCUMENTOS	PONTUAÇÃO
( )	Diploma Doutorado (1,0)
( )	Diploma Mestrado (0,75)
( )	Certificado Especialização (0,50)
( )	Diploma Licenciatura na área de atuação (0,40)
( )	Declaração Frequência 8º semestre (0,30)
( )	Declaração Frequência 7º semestre (0,25)

( )	Declaração Frequência 6º semestre (0,20)	
( )	Declaração Frequência 5º semestre (0,15)	
( )	Declaração Frequência 4º semestre (0,10)	
( )	Declaração Frequência 3º semestre (0,05)	
( )	Declaração Frequência 2º semestre (0,04)	
( )	Declaração Frequência 1º semestre (0,03)	
( )	RG	
PONTUAÇÃO TOTAL (PREENCHIMENTO DA BANCA EXAMINADORA)		

Declaro, sob pena da Lei, que todas as informações declaradas acima são verídicas, que li o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Edital Chamada Pública nº 001/2018 e concordo integralmente com todos os seus termos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato

## PORTARIA 23.208

Publicação Nº 1997551

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 23.208

PRORROGA CONTRATO DA SERVIDORA CLAUDIA PORTUGAL DE OLIVEIRA PARA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

PRORROGAR, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, a contratação por prazo determinado da servidora CLAUDIA PORTUGAL DE OLIVEIRA, ocupante da função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 23 de dezembro de 2017 até 03 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

## PORTARIA 25.082

Publicação Nº 1997580

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.082

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ANTONIO CHAGAS DE MORAES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ANTONIO CHAGAS DE MORAES, ocupante do cargo de ZELADOR, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EM Dr. Wundewald e CEIM Profº Rudolf Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 04.02.13 a 03.02.16, a partir de 04 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.



Município de Pomerode, 04 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.084

Publicação Nº 1997584

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.084

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CHRISTINA DO NASCIMENTO SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária da servidora CHRISTINA DO NASCIMENTO SILVA, ocupante da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA INGLESA, passando a atuar em 10 (dez) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, vinculada a matrícula, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 01 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.085

Publicação Nº 1997560

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.085

AFASTA A SERVIDORA CLARICE WOLTER, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio- Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CLARICE WOLTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 19 de março a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.086**

Publicação Nº 1997575

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.086**

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA CLAUDIA FAUSTO DE SOUZA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CLAUDIA FAUSTO DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 04 de abril a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.087**

Publicação Nº 1997579

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.087**

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA CRISTA BAUMANN KONELL, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CRISTA BAUMANN KONELL, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período 04 de abril a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.088**

Publicação Nº 1997557

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.088**

**AFASTA A SERVIDORA HELENA DA SILVA CASAGRANDE, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio- doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora HELENA DA SILVA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 05 de abril de 2019 até 15 de maio de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.089**

Publicação Nº 1997586

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.089**

**AFASTA A SERVIDORA ROSENILDES SIMPLICIO DOS SANTOS, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ESTENDIDA.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 13, da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade Estendida de 60 (sessenta) dias a servidora ROSENILDES SIMPLICIO DOS SANTOS, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 05 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.098**

Publicação Nº 1997577

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.098**

**PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA CLEUSA SPREDEMANN HOGE, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CLEUSA SPREDEMANN HOGE, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 11 de abril a 12 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.099**

Publicação Nº 1997558

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.099**

AFASTA A SERVIDORA CRISTIANE DA SILVA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora CRISTIANE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 25 de março a 08 de maio de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.100**

Publicação Nº 1997687

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.100**

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) CRISTIANE HEIN ROTHBARTH PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR ANOS INICIAIS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, CRISTIANE HEIN ROTHBARTH, para exercer a função de Professor Anos Iniciais, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, vinculada a servidora Rubia Cristine Jahnke Seiler à disposição AEE, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de abril de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA 25.101

Publicação Nº 1997684

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.101

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA DANIELLE JUST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária da servidora DANIELLE JUST, ocupante da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA LÍNGUA INGLESA, passando a atuar em 20 (vinte) horas semanais, vinculada a matrícula, na EBM Hermann Guenther e EBM Almirante Barroso, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 08 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.102

Publicação Nº 1997682

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.102

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA DENISE ZILSE DOS SANTOS, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora DENISE ZILSE DOS SANTOS, ocupante do cargo de

Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 04 de abril a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.103

Publicação Nº 1997681

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.103  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ELIZETE JETTCKE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

### RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora ELIZETE JETTCKE, ocupante do cargo Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 04.02.13 a 14.02.16, a partir de 04 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.104

Publicação Nº 1997680

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.104

SUPLEMENTA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA FRANCIELE BARATTO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

### RESOLVE:

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, SUPLEMENTAR a carga horária da servidora FRANCIELE BARATTO, ocupante do cargo de Professor – Disciplina Específica Língua Inglesa, com regime de trabalho de 10 (dez) horas semanais, EBM Dr. Amadeu da Luz, para mais 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.105**

Publicação Nº 1997678

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº25.105

AFASTA A SERVIDORA GEONILDA MARIA GONCALVES, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora GEONILDA MARIA GONCALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Dorotea Hoeft, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 11 de abril a 12 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.106**

Publicação Nº 1997689

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.106

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CRISTIANE HEIN ROTHBARTH.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

ALTERAR carga horária da servidora CRISTIANE HEIN ROTHBARTH, ocupante da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) vinculada a servidora Rubia Cristine Jahnke Seiler à disposição AEE, na EBM Olavo Bilac, e 20 (vinte) horas semanais, vinculada a matrícula na EBM Dr. Amadeu da Luz, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 16 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.107**

Publicação Nº 1997674

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro



89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 25.107

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA KELLY CRISTINA OREANO GIUSTI MEURER.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora KELLY CRISTINA OREANO GIUSTI MEURER, ocupante do cargo Pedagogo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05.12.10 a 04.12.13, a partir de 04 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.108

Publicação N° 1997672

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA N° 25.108

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) LUCIANA OTT MICHELS PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA – LÍNGUA PORTUGUESA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, LUCIANA OTT MICHELS, para exercer a função de Professor Disciplina Específica – Língua Portuguesa, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a servidora Sheila Maas em licença maternidade, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, EBM Dr. Amadeu da Luz e UEJA, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de abril de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA 25.109**

Publicação N° 1997664

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 25.109

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017- CHAMADA PÚBLICA) MONIKA SEIBEL CARDOZO MIRANDA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA- ARTES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MONIKA SEIBEL CARDOZO MIRANDA, para exercer a função de Professor Disciplina Específica – Artes, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a matrícula, na EEBM Profº Curt Brandes e EEBM Duque de Caxias, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de abril de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA 25.110**

Publicação N° 1997776

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 25.110

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PATRICIA TATIANA RAASCH.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

ALTERAR carga horária da servidora PATRICIA TATIANA RAASCH, ocupante da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - HISTÓRIA, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas na EEBM Profº Curt Brandes, vinculada a servidora Roseli Zimmer, ocupante de cargo em comissão, e ao servidor João Altair Soares dos Santos, em readaptação, na EBM Hermann Guenther, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 04 de fevereiro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.111**

Publicação Nº 1997668

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.111**

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA POLLIANNA SCHUBERT, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora POLLIANNA SCHUBERT, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Municipal Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 04 de abril a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.112**

Publicação Nº 1997659

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

**PORTARIA Nº 25.112**

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017- CHAMADA PÚBLICA) RAFAEL DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA ALEMÃ.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, RAFAEL DOS SANTOS, para exercer a função de Professor Disciplina Específica – Língua Alemã, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a servidora Carin Petter em concessão de licença maternidade, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de abril de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA 25.113**

Publicação Nº 1997653

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.113

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ROSANE SKERKE JUNG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

ALTERAR carga horária da servidora ROSANE SKERKE JUNG, ocupante da função de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA NÃO HABILITADO LÍNGUA INGLESA, passando a atuar em 32 (trinta e duas) horas semanais, vinculada a matrícula, na EBM Hermann Guenther, EBM Olavo Bilac e EBM Almirante Barroso, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 08 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.114**

Publicação Nº 1997645

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.114

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSE LUCIA CAETANO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSE LUCIA CAETANO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 11 de abril a 05 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.116**

Publicação Nº 1997643

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.116**

GRATIFICA ADRIANA PRADO SANTANA SANTOS E COLOCA A DISPOSIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 202, inciso IV, da Lei Complementar 269/2014, GRATIFICAR E COLOCAR A DISPOSIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, a servidora ADRIANA PRADO SANTANA SANTOS, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Escola de Educação Básica Municipal Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 23 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.117**

Publicação Nº 1997642

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.117**

ALTERA SUPLEMENTAÇÃO DA SERVIDORA HENRIETTE KRUEGER BLANK.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, ALTERAR SUPLEMENTAÇÃO da carga horária da servidora HENRIETTE KRUEGER BLANK, ocupante do cargo de Professor – Educação Infantil, com regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, para mais 10 (dez) horas semanais no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.118**

Publicação Nº 1997639

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.118**

REMOÇÃO POR PERMUTA DAS SERVIDORAS JERUSA KREUTZFELD PIVATTO E ROSVITA OTT.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 52, da Lei Complementar nº 269/2014, REMOVER POR PERMUTA, JERUSA KREUTZFELD PIVATTO, servidora efetiva no cargo de Professor Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais, no CEIM Ruth Koch e, ROSVITA OTT servidora efetiva no cargo de Professor Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais, no CEIM Damaris Frahm, vem mui respeitosamente requerer de comum acordo

PERMUTAR de acordo com o artigo 51 e seguintes da Lei Complementar de nº 269 de 05/12/14, passando a servidora JERUSA KREUTZFELD PIVATTO a ser lotada com 40 horas semanais, no CEIM Damaris Frahm, e a servidora ROSVITA OTT a ser lotada em 40 horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora a partir do dia 17 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.119

Publicação Nº 1997635

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

### PORTARIA Nº 25.119

CESSA GRATIFICAÇÃO DA SERVIDORA JERUSA KREUTZFELD PIVATTO PELO EXERCÍCIO DE DIREÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 28, da Lei Complementar 292/2016, CESSAR GRATIFICAÇÃO pelo Exercício de Direção de Unidade de Ensino, da servidora JERUSA KREUTZFELD PIVATTO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao CEIM Profº Reimar Ehler, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

## PORTARIA 25.120

Publicação Nº 1997632

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

### PORTARIA Nº 25.120

AFASTA A SERVIDORA SCHEILA MAAS, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença Maternidade a servidora SCHEILA MAAS, ocupante do cargo de Professor Disciplina Específica – Língua Portuguesa, com regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz e EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 02 de abril a 30 de julho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.121**

Publicação Nº 1997630

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.121**

**AFASTA A SERVIDORA SHEILA PRISCILA HORDINA TORRES, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SHEILA PRISCILA HORDINA TORRES, ocupante do cargo de Pedagogo, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 23 de abril a 12 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.122**

Publicação Nº 1997623

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.122**

**PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA SILEZIA GONCALVES, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SILEZIA GONCALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CMEI Profº Reimar Ehlert, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 11 de abril a 12 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora



**PORTARIA 25.123**

Publicação Nº 1997619

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.123

ALTERA VINCULO DA SERVIDORA SIMONE MAAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR vínculo da servidora SIMONE MAAS, ocupante da função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, vinculada a servidora Carla Eloisa Kratz Baehr à disposição AEE, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Scroeder, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 17 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.124**

Publicação Nº 1997614

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.124

ALTERA VINCULAÇÃO DA SERVIDORA SUSAN JULIETE PISKE SOARES.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR vinculação da servidora SUSAN JULIETE PISKE SOARES, ocupante da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, passando a atuar em 20 (vinte) horas semanais, vinculada a servidora Rubia Cristine Jahnke Seiler à disposição AEE, na EBM Olavo Bilac, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 02 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.125**

Publicação Nº 1997609

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.125**

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) TANIA MARA GRUETZMACHER DOEGE PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR ANOS INICIAIS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, TANIA MARA GRUETZMACHER DOEGE, para exercer a função de Professor Anos Iniciais, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, vinculada a matrícula, na EEBM Profº Curt Brandes, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de abril de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA 25.126**

Publicação Nº 1997607

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

**PORTARIA Nº 25.126**

ALTERA CARGA HORÁRIA E LOCAL DE ATUAÇÃO DA SERVIDORA JOICE POLICARPO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

ALTERAR a carga horária e local da servidora JOICE POLICARPO, ocupante da função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passando a atuar em 20 (vinte) horas semanais, no CEIM Profª Amália Gertrudes da Silva Anders, vaga vinculada a servidora Adriana Prado Santana Santos à disposição do AEE na EEBM Profº Curt Brandes, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 17 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.127**

Publicação Nº 1997590

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.127**

AFASTA A SERVIDORA SABRINA AMARILDO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO

**JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença decorrente de acidente de trabalho pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SABRINA AMARILDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 12 de março a 15 de maio de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER  
Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.130**

Publicação Nº 1997555

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.130**

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA PAULA TATIANA FELDMANN, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora PAULA TATIANA FELDMANN, ocupante do cargo de Recepcionista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, no período de 18 de abril de 2019 a 13 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE  
Desenvolvimento Social e Habitação

**PORTARIA 25.132**

Publicação Nº 1997552

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 25.132**

AFASTA O SERVIDOR ARNO SCHROEDER, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, do servidor ARNO SCHROEDER, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, no período de 16 de abril a 19 de junho de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

WILHELM ZILZ  
Secretaria de Obras

## PORTARIA 25.136

Publicação Nº 1997394

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.136

### INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

#### RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, decorrente da decisão de Sindicância Administrativa Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 24.162, de 10 de julho de 2018, sendo que restou constatado que após o ingresso da servidora no serviço público municipal, não foi comprovado qualquer evento capaz de gerar a incapacidade da servidora, visto inexistir qualquer comprovação do alegado acidente de trabalho pela servidora JOSIANE PEDRO, servidora pública do Município de Pomerode, atualmente investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, matrícula nº 426407.

Desta forma, se inexistiu algum fato capaz de gerar os sucessivos afastamentos da servidora poucos meses após ingressar no serviço público municipal, não resta alternativa senão pela conclusão de que os afastamentos se deram movidos pela doença preexistente (membro inferior direito) e sendo assim, a servidora faltou com a verdade ao alegar boa saúde no exame admissional.

Da análise dos referidos documentos é possível extrair que a aludida servidora, em tese, não observou os deveres funcionais previstos nos artigos 149, incisos II, IV e VI, cumulados com o artigo 14 e parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 269/2014, estando, portanto, sujeito às penalidades da lei.

II – Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item I (artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015).

Samara Lindamir da Silva de Oliveira- Recepcionista  
Rosane Boss Gomes - Tecnólogo Educacional  
Johanna Herzog -Recepcionista

III - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos (artigo 29 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015), podendo ser prorrogado por igual prazo.

IV – Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 25.137**

Publicação Nº 1997694

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.137

EXONERA A PEDIDO NATIELE CARDOSO CIRÍACO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ANOS INICIAIS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por pedido NATIELE CARDOSO CIRÍACO, da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na EEBM Noemi V. C. Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 10 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

**PORTARIA 25.138**

Publicação Nº 1997699

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.138

EXONERA A PEDIDO ANDREIA LEMKE FRAHM DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

**RESOLVE:**

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por pedido ANDREIA LEMKE FRAHM, da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

**RESOLUÇÃO Nº 012/2019/CMDCA**

Publicação Nº 1999180

RESOLUÇÃO Nº 012/2019/CMDCA

Dispõe sobre alteração de componentes da Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.039/2019 de 03 de abril de 2019, e em conformidade com a reunião ordinária realizada no dia 26 de abril de 2019,

#### RESOLVE

Art. 1º - ALTERAR a composição da Comissão Especial Eleitoral, no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, conforme segue:

- I - Anete Schroeder, representando a Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL;
- II – Geazi de Oliveira Viegas – representante da Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João de Pomerode
- III – Deiseleia Nitzke Resner, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;
- IV – Jonas Lieskow, representando a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 26 de Abril de 2019.

Rudi Voigt  
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

### RESOLUÇÃO Nº 013/2019/CMDCA

Publicação Nº 1999182

#### RESOLUÇÃO Nº 013/2019/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação dos Projetos do Edital CMDCA 001/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.039/2019 de 03 de abril de 2019, e em conformidade com a reunião ordinária realizada no dia 26 de abril de 2019,

#### CONSIDERANDO

O que dispõe o item 7 do Edital CMDCA 001/2019, que trata da análise dos Planos de Trabalho e todos os documentos apresentados pelas organizações da sociedade civil, realizada pelo CMDCA através da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico,

#### RESOLVE

Art. 1º - Aprovar os seguintes projetos:

1) Estação Lúdica – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais – PEAL

Objetivo: Proporcionar as crianças um contato mais rico com o mundo lúdico, incentivando o gosto pela leitura, desenvolvendo sua criatividade, imaginação e diferentes habilidades.

O projeto se propõe a atender 40 crianças de 06 a 11 anos, sendo 20 crianças no turno matutino e 20 crianças no turno vespertino.

Valor: R\$ 65.000,00

2) Fomentação das atividades dos projetos bombeiros mirins e aspirantes de Pomerode – Bombeiros Voluntários de Pomerode;

Objetivo: Promover a qualidade de vida da criança e do adolescente, através de ações que auxiliem na formação, integração e inclusão social, que são norteadas por princípio de integridade, cidadania e respeito à vida.

O projeto se propõe a atender 60 crianças/adolescentes de 10 a 14 anos.

Valor: R\$ 36.500,00

3) Melhorando a qualidade do projeto paradesportivo Pomerodense – Associação Pomerodense de Deficientes - APODEF;

Objetivo: Promover através do esporte, a inclusão de crianças e adolescentes, de forma igualitária, sem restrições, seja física, emocional ou profissional, melhorando a auto estima, com vistas a garantir a sua cidadania.

O projeto se propõe a atender 30 crianças/adolescentes de 07 a 16 anos.

Valor: R\$ 7.410,00

4) Projeto de Qualificação profissional- Assistente Administrativo – SENAI

Objetivo: Capacitar adolescentes para que tenham conhecimentos de técnicas administrativas do ambiente de trabalho, preparando-os para a entrada no mercado de trabalho e/ou para atualizar seus conhecimentos.

O projeto se propõe a atender 25 adolescentes de 14 a 17 anos.

Valor: R\$ 15.000,00

5) Projeto de Qualificação profissional - Eletricista Residencial – SENAI;

Objetivo: Capacitar os adolescentes para realizar instalações elétricas prediais, residenciais e comerciais, selecionando, manuseando, instalando e operando equipamentos, componentes e instrumentos, com uso de ferramentas apropriadas à execução das atividades sob

supervisão direta e um profissional da área, visando contribuir para a inclusão no mercado de trabalho e melhoria da renda e emprego.

O projeto se propõe a atender 25 adolescentes de 14 a 17 anos.

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 26 de Abril de 2019.

Rudi Voigt

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode



**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 002-2019**

Publicação Nº 1998040

**SAMAE POMERODE**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2019 PREGÃO PRESENCIAL 003/2019

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE HORA-MÁQUINA (RETROESCAVADEIRA) E (MINI-RETROESCAVADEIRA) COM OPERADOR E SERVIÇOS DE (CAMINHÃO BASCULANTE ¾) COM MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ÁGUA, ESGOTO E USINA DE TRIAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EDITAL.**

**Fornecedor: 469106 - JVA OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO - Serviço de caminhão basculante 3/4 com operador, combustível e manutenção, com no Maximo 5 anos de uso e com capacidade mínima de 5M3, para transporte da mini escavadeira hidráulica, transporte de material bota fora, areia, macadame, brita etc. oferecendo suporte para consertos de redes de água e esgoto. Observações: Este item é destinado exclusivamente à manutenção das redes de abastecimento de água (escavação e aterro de valas) e serviços diversos pertinentes; O serviço será solicitado mediante necessidade, inclusive aos finais de semana e feriados; O prazo de atendimento será de 01 (uma) hora após o chamado. A empresa deverá manter um preposto no município de Pomerode para atendimento imediato a fim de evitar prejuízos com desabastecimento na comunidade.	SERVIÇO		1.000,00	R\$83,00	R\$83.000,00
2	SERVIÇO DE MAQUINA RETRO-ESCAVADEIRA SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO - Serviço de retro escavadeira com operador, combustível e manutenção, máquina com no Maximo 5 anos de uso e com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4, para escavação e reaterro de valas, remoção de materiais oferecendo suporte para consertos de redes de água e esgoto.	HORAS		1.000,00	R\$110,00	R\$110.000,00

	<p>Observações: Este item é destinado exclusivamente à manutenção das redes de abastecimento de água (escavação e aterro de valas) e serviços diversos pertinentes; O serviço será solicitado mediante necessidade, inclusive aos finais de semana e feriados; O prazo de atendimento será de 01 (uma) hora após o chamado. A empresa deverá manter um preposto no município de Pomerode para atendimento imediato a fim de evitar prejuízos com desabastecimento na comunidade.</p>					
1	<p>SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE COM PREPARAÇÃO PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLAVÉIS OU NÃO COM CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 20M³ EQUIPADO COM PLATAFORMA PARA "GARIS." - Serviço de caminhão basculante, com operador, combustível e manutenção, com no Maximo 5 anos de uso e com capacidade mínima de 20M3, para transporte de material reciclável ou não equipado com plataforma para (garis) cargo auxiliar de operações II, serviços a ser realizado no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE.</p> <p>Observações: Este equipamento será destinado exclusivamente na Usina de triagem. O serviço é realizado conforme horários estipulados pela Diretoria de Reciclagem.</p>	HORAS		2.000,00	R\$83,00	R\$166.000,00
1	<p>SERVIÇO DE MAQUINA RETRO - ESCAVADEIRA PARA USINA DE TRIAGEM - Serviço de máquina retro escavadeira com no Maximo 5 anos de uso e com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4 solicitada conforme necessidade, para atuar na usina de triagem. Este serviço não é emergencial quando do agendamento será realizado com antecedência pela Diretoria de Reciclagem.</p>	HORAS		2.000,00	R\$110,00	R\$220.000,00

1	SERVIÇOS DE MINI RETRO ESCAVADEIRA PARA O SAMAÉ. - Serviços de mini retro escavadeira, ano de fabricação a partir 2011, com operador, combustível e manutenção e transporte até o local da obra, para execução de serviços de escavação, carregamento, nivelamento, com acessórios, em diversas vias municipais, conforme necessidade e do Samae. Este serviço não é emergencial quando do agendamento será realizado com antecedência pela Diretoria Técnica.	HORAS		300,00	R\$90,00	R\$27.000,00
Total do Fornecedor:						R\$606.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$606.000,00

---

**- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 002/2019**

Validade: A partir de 16.04.2019 validade (12 MESES).

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### LEI - 1151-2019 -DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA

Publicação Nº 1999095

LEI Nº 1151/2019

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO DE ESCOTEIROS BUTIA DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal O GRUPO DE ESCOTEIROS BÚTIA DA SERRA, fundado em 18 de Março de 2016, organização associativa civil, sem fins lucrativos e econômicos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.701.182/0001.96, com sede na Rua Santa Catarina, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Ponte Alta do Norte- SC, devidamente registrada no Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba- SC, sob o registro de folhas 01/25.

Art. 2º - O GRUPO DE ESCOTEIROS BUTIA DA SERRA, fica incumbido a publicar em jornal de circulação, de livre escolha, até o dia 17 de Julho de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houverem sido prestados a coletividade, do exercício do ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenham sido subvencionadas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de Abril de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Fica publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa Terezinha W. Costa

Secretaria Executiva

### LEI -1149-2019 - DIA DO ESCOTEIRO

Publicação Nº 1999093

LEI Nº 1149/2019

INSTITUI E INCLUI NO CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE PONTE ALTA DO NORTE- SC, "A SEMANA MUNICIPAL DO ESCOTEIRO" E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica instituída no Município de Ponte Alta do Norte, a semana municipal do Escoteiro, em comemoração ao Dia Mundial do Escoteiro.

Art. 2º - As comemorações dar-se-á anualmente, na semana do Dia Mundial do Escoteiro, celebrado no dia 23 de Abril, e passará a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Município de Ponte Alta do Norte -SC.

Art. 3º - Poderá serem realizadas ações entre os grupos de escoteiros, em conjunto com a sociedade civil organizada e com o Poder Público Municipal, de atividades de conscientização, incentivo e difusão da atividade escoteira, bem como incentivar a prática e a instrução dos valores e princípios escoteiros no município de Ponte Alta do Norte, através da promoção de palestras, debates e atividades educacionais escoteiras.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de Abril de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Fica publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa Terezinha W. Costa  
Secretaria Executiva

## **LEI -1150-2019 - REVERSÃO DE ÁREA - CÁRITAS**

Publicação Nº 1999094

LEI N.º 1150/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REVERTER GLEBA DE TERRAS DOADAS ATRAVÉS DA LEI n. 593/2004 AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS. PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reverter ao Patrimônio Municipal uma gleba de terras cuja doação fora realizada através da Lei Municipal n. 593/2004, a seguir descrita: Um lote de terra com área de 1.558,00 m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: ao Sudoeste com extensão de 42m<sup>2</sup> com o Posto Tangará, ao Nordeste com extensão de 38 m<sup>2</sup> com a Rua João Maria Manente, ao Noroeste com extensão de 40 m<sup>2</sup> com a Igreja Matriz e ao Sudeste com extensão de 38 m<sup>2</sup> com Posto Tangará.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias competentes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as leis 635/2005, 745/2007 e 831/2010.

Ponte Alta do Norte, 29 de Abril de 2019

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado a presente lei aos vinte e nove dias do mês de Abril de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### **AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019 CALÇAMENTO**

Publicação Nº 1997270

**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM O OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA CONSERTOS DE CALÇAMENTOS DE PEDRAS IRREGULARES, NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: 87.750,00 (Oitenta e Sete Mil Setecentos e Cinquenta Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 10:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 10/05/2019. Abertura da Sessão às 10h30min horas (horário de Brasília) do dia 10/05/2019. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) e [licitacao@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:licitacao@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 26 de Abril de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DE AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1997646

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 01/2019, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal nº 1131/1990, Lei Complementar Municipal nº 023/2003, Lei Complementar Municipal nº 081/2007, Lei Complementar Municipal nº 129/2011e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Cargos: Auxiliar Administrativo; Agente de Defesa Civil. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 29 de abril a 28 de maio de 2019 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Provas: As provas serão aplicadas no dia 09 de junho de 2019. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Ponte Serrada (SC), no site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) bem como no site da empresa organizadora [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Ponte Serrada (SC), 29 de abril de 2019. Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL. Prefeito Municipal.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 48/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019**

Publicação Nº 1997146

**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 48/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 33/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ASFALTO FRIO, CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE) E EMULSÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. O julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 10/05/2019. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 10/05/2019. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 29/04/2019. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000. Ponte Serrada, 26 de abril de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1997657

**EDITAL Nº 01/2019 DE CONCURSO PÚBLICO**

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal nº 1131/1990, Lei Complementar Municipal nº 023/2003, Lei Complementar Municipal nº 081/2007, Lei Complementar Municipal nº 129/2011 e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - NBS PROVAS, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 601, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: [nbs@nbsprovas.com.br](mailto:nbs@nbsprovas.com.br), sob a supervisão da Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público, nomeada para este fim.

0.2. O Concurso Público terá caráter eliminatório e classificatório e envolverá prova escrita objetiva, diferenciada por cargo.

0.3. Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.

1.1.

1.2.

1.3.

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio-Completo.	1+CR	-	40h	1.126,32	O
02	Agente de Defesa Civil	Curso de nível médio completo; curso de atendimento pré-hospitalar básico e/ou primeiros socorros com duração mínima de 20 horas; Curso de combate a incêndios com duração mínima de 20 horas; Curso na área de resgate veicular com duração mínima de 20 horas e Carteira Nacional de Habilitação Categoria C.	1+CR	-	40h	1.682,36	O

**0.3.1. Legendas Utilizadas:**

- Tipo de Prova "O": Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).

1.

1.1.

1.2.

1.3.

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO VI.

1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargo público estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Ponte Serrada, Lein.º 1131/1990 e suas alterações posteriores. O regime de trabalho é o Estatutário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

1.6. Os valores para inscrição no Concurso Público nº 01/2019, obedecerão aos seguintes parâmetros:

- R\$ 100,00 (Cem reais) para todos os cargos.

**2. DA DIVULGAÇÃO**

1.

2.

2.

2.1. A divulgação oficial do Edital nº 01/2019 de Abertura do Concurso Público, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no mural da sede da Prefeitura Municipal, no mural da sede da Câmara de Vereadores, em jornal de circulação local e regional, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como nos sites [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) e [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br).

2.2. Os Atos e demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Concurso Público serão divulgados nos sites [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) e [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de Ponte Serrada, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.





### 3. DA INSCRIÇÃO

3.

3.1. Para participar do Concurso Público nº 01/2019 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua posse, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.4. São condições básicas para a inscrição:

3.4.1. Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.

3.4.2. Gozo dos direitos políticos.

3.4.3. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.4.4. Quitação com as obrigações militares e eleitorais.

3.4.5. Idade mínima de dezoito anos completos na data da convocação.

3.4.6. Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.

3.5. As inscrições serão efetuadas pelo seguinte meio:

3.5.1. VIA INTERNET: através do site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br). Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.5.1.1. Acessar o site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.5.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público do Município de Ponte Serrada;

3.5.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.5.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.5.1.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.6. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Biblioteca Municipal, situada na Rua Madre Maria Theodora, S/N, Centro, Ponte Serrada/SC, no horário de atendimento das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, até o último dia de inscrição.

3.7. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Concurso Público.

3.8. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.9. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.10. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.10.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

3.11. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.11.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

3.11.2. Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.

3.11.3. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.11.4. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.11.5. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.

3.11.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) e [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br).

3.12. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das "homologadas/deferidas".

3.12.1. O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.

3.13. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "convocação para a realização das provas objetivas", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.13.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.

3.14. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.15. Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.

3.16. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Ponte Serrada não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.17. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.

3.18. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.19. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.20. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.21. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.22. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.23. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.24. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.25. O Município de Ponte Serrada, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município de Ponte Serrada e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.26. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

#### 1. DAS ISENÇÕES

##### 1.

1.1. Ficam isentos do pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso Público n.º 01/2019 do Município de Ponte Serrada os candidatos doadores de sangue e os candidatos doadores de medula óssea atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.

1.2. O candidato que requer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

1.3. Para requerer a isenção por "doação de sangue" o candidato deverá:

1.3.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VII), assinalando a opção "doador de sangue" e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.

1.3.2. O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a 2 (duas) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.

1.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

1.4. Para requerer a isenção por doação de medula óssea o candidato deverá:

1.4.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VII), assinalando a opção "Doador de Medula Óssea" e anexar ao requerimento o comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

1.5. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no Anexo III deste Edital.

1.6. A relação das isenções deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) e [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no Anexo III.

1.7. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no Anexo III, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

1.8. A NBS Serviços Especializados Eireli apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no Anexo III, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.

1.9. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, observando o horário bancário.

1.10. A constatação de falsidade da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

#### 4. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

##### 1.

##### 2.

##### 3.

##### 4.

##### 5.

5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no espaço físico de instituições de ensino no município de Ponte Serrada/SC, na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.

5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.

5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.

- 5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.
- 5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.
- 5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.
- 5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.
- 5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 5.14. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 5.15. A NBS Serviços Especializados Eireli, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.
- 5.16. Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.
- 5.17. Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários é restrito aos candidatos em prova, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.
- 5.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 5.19. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Ponte Serrada não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 5.20. Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- a) Apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento dos portões, não se admitindo qualquer tolerância.
  - b) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
  - c) Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal.
  - d) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
  - e) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
  - f) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
  - g) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
  - h) Se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização.
  - i) Não devolver integralmente o material recebido
  - j) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.
- 5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.
- 5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

## 5. DAS PROVAS

6.

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem, no mínimo, 5,00 (cinco) pontos na prova escrita objetiva.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

6.1.

6.2.

6.2.1.

6.2. Da Prova Escrita Objetiva:

1.

2.  
3.  
4.  
5.  
5.1.  
5.2.  
5.3.

6.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

4.  
5.  
5.1.  
5.2.

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática Básica	5	0,20	1,00
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

1.  
2.  
3.  
4.  
5.  
5.1.  
5.2.  
5.3.

1.  
1.1.  
1.2.  
1.3.

6.2.3. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;
- b) Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- e) For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.2.4. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.2.5. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.2.6. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.2.7. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

## 6. DOS RESULTADOS

1.  
2.  
3.  
4.  
5.  
6.  
7.

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.  
7.  
7.1.  
7.2.

7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal N°

10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.
- e) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

## 7. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, no Setor de Recursos Humanos, do Município de Ponte Serrada, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda de sua classificação.

8.3. O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;
- c) Desistir formalmente da vaga.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Ponte Serrada, obedecendo à ordem de classificação.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) e [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br) ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.4. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Concurso Público na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será convocado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso Público na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida à ordem de classificação na listagem especial e no prazo de validade do Concurso Público.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.6. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.7. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.8. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.9. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.

9.10. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.

9.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) De 25 a 40 decibéis - dB - surdez leve;
- b) De 41 a 55 - dB - surdez moderada;
- c) De 56 a 70 - dB - surdez acentuada;
- d) De 71 a 90 - dB - surdez severa;
- e) Acima de 91 - dB - surdez profunda; e



f) Anacusia;

III. Deficiência Visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) Comunicação;

b) Cuidado pessoal;

c) Habilidades sociais;

d) Utilização da comunidade;

e) Saúde e segurança;

f) Habilidades acadêmicas;

g) Lazer; e

h) Trabalho;

i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

9.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.

9.13. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.14. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.15. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

## 9. DOS RECURSOS

10.

0.1. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

a) Às disposições deste Edital;

b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;

c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova, ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial e ao indeferimento do Pedido de Isenção;

d) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;

e) Ao Resultado da Classificação Provisória.

0.2. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "d", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo V.

0.3. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "d" do Item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo IV deste Edital, devendo conter:

1) Nome do candidato;

2) Número de inscrição;

3) Número do documento de identidade;

4) Cargo/emprego para o qual se inscreveu;

5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;

6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;

7) Preenchimento completo do formulário de recurso – Anexo IV do Edital;

8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

10.1.

10.2.

10.3.

10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea "d" do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a

todos os candidatos.

0.4. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

0.5. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

0.6. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

0.7. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa e do Município de Ponte Serrada ou poderão ser direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

0.8. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

0.9. A Comissão Examinadora constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 10. DOS PROTOCOLOS

##### 11.

11.1. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) A impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;
- b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial e o Requerimento de Isenção;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

11.2. Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas "a" a "d" do item anterior devem ser protocolados meio postal, através do serviço de Sedex, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de Ponte Serrada

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.2.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.3. Os recursos, previstos na alínea "e" do Item 11.1 deste Edital, deverão ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.3.1. Diretamente no site [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), através da "Área do Candidato", em ambiente restrito, na opção "Recursos" (alínea "f"), preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário; ou

11.3.2. Por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de Ponte Serrada

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.4. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.

11.5. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.6. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Ponte Serrada não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.7. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

11.8. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

#### 11. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

##### 12.

12.1. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.2. Para a nomeação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

12.2.1. Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.

12.2.2. Gozo dos direitos políticos.

12.2.3. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

12.2.4. Quitação com as obrigações militares e eleitorais.

12.2.5. Idade mínima de dezoito anos.

12.2.6. Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.

12.2.7. Aprovação no presente concurso público.

12.3. Para fins de nomeação serão exigidos dos candidatos fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;



- d) Título de Eleitor;
- e) Carteira Nacional de Habilitação (se possuir);
- f) Certidão relativa à quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- g) Certidão Criminal (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- h) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- i) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- j) Certidão de Nascimento dos filhos até 21 anos;
- k) Cadastro de Pessoa Física para os filhos;
- l) Cartão do PIS/PASEP (frente e verso) ou equivalente;
- m) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- n) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária;
- o) Uma foto 3x4;
- p) Comprovante de endereço atualizado;
- q) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;
- r) Atestado admissional;
- s) Declaração de bens;
- t) Cartão de Conta Salário no banco indicado pelo Departamento de Recursos Humanos;
- u) Formulário de cadastro de trabalhador para o e-social (entregue pelo RH);
- v) Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e ou estabelecidos em Lei ou solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos.

12.4. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.

12.5. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

12.6. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

12.7. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ponte Serrada/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.8. Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.

12.9. O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

12.10. O candidato aprovado no Concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

## 12. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.

13.1. O Prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

13.2. A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

13.3. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

## 13. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.

14.1. Delega-se competência à NBS Serviços Especializados Eireli, como banca examinadora e executora deste Concurso Público, para:

- a) Receber e processar as inscrições;
  - b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
  - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas objetiva e prova prática;
  - d) Apreciar todos os recursos previstos neste edital;
  - e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
  - f) Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;
  - g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
  - h) Responder, em conjunto com o Município de Ponte Serrada eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 14.2. A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Ponte Serrada.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.

15.1. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.2. Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada/SC.

15.3. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.

15.4. O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.5. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.6. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.7. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público do Município de Ponte Serrada e da NBS Serviços Especializados Eireli, de acordo com a legislação vigente.

15.8. O Município de Ponte Serrada e a NBS Serviços Especializados Eireli não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br).

15.9. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o "Manual do Candidato", contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o "Manual do Candidato", prevalecerão as disposições deste Edital.

15.10. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.11. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município de Ponte Serrada.

15.12. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:

- Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- Como fiscal, na sala em que estiver realizando a prova.

15.13. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.

15.14. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC.

15.15. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Conteúdo Programático.
- Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.
- Anexo III - Cronograma do Concurso Público.
- Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
- Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.
- Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.
- Anexo VII - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.

15.16. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Serrada/SC, 26 de abril de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito do Município de Ponte Serrada

## ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Ponte Serrada, [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município.

### INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

### LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Ortografia; Gramática; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e

subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

#### MATEMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, intersecção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoraçaõ, critérios de divisibilidade, fatoraçaõ completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoraçaõ. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

##### Auxiliar Administrativo (Cargo: 01)

Relações Interpessoais: comunicação humana e relações interpessoais. O processo de comunicação. A comunicação: fatores determinantes e barreiras. A comunicação nas organizações. Administração de conflitos: desenvolvimento de trabalho em equipe. Métodos de atendimento ao público. Cliente externo e interno. Atendimento telefônico e de balcão. O perfil do profissional de atendimento. Ética, postura e cidadania: o indivíduo e as características pessoais. O papel do servidor. Interação com o público interno e externo. Adequação da indumentária. Conhecimento da estrutura e do funcionamento da administração pública do município. Redação oficial: aspectos gerais, características fundamentais, padrões, emprego e concordância dos pronomes de tratamento, ofícios, requerimentos, pareceres e outras correspondências. Noções de administração de pessoal, de material e de patrimônio. Atos administrativos de uso mais frequentes: circulares, avisos, portarias, ofícios, despachos, ordens de serviços. Procedimentos administrativos. Noções básicas de organização de arquivos e fichários. Correspondência oficial: conceito, classificação; recepção e expedição de correspondência em geral; Protocolo: conceito, sistema de protocolo. O conhecimento e uso eficiente do telefone (PABX), recebimento e transmissão de mensagens telefônicas. Ética profissional. Cidadania: direitos e deveres do cidadão. O cidadão como usuário e contribuinte. Conhecimentos Básicos de Informática: Conhecimento de teclado e teclas de atalhos para aplicativos e sistemas operacionais. Noções elementares do Sistema Operacional do Windows. Microsoft Word e Excel. Uso de correio eletrônico. Conhecimentos Básicos de Internet. Técnicas de Atendimento ao Público (telefone, atendimento eletrônico e atendimento pessoal). Noções de qualidade total. Noções básicas de organograma. Higiene e Segurança no trabalho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

##### Agente de Defesa Civil (Cargo: 02)

Ato Administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Invalidação, anulação e revogação; Prescrição. Lei Federal Nº 12.340/2010 (Conversão da Medida Provisória Nº 494/2010), que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Federal Nº 12.608, de 2012). Decreto Federal Nº 7.257/2010, que regulamenta a Medida Provisória Nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Instrução Normativa Nº 01/2012, de 24/08/2012, do Ministério da Integração Nacional que estabelece procedimentos e critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidades decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Lei Federal Nº 12.608/2012 (Conversão da Medida Provisória Nº 547/2011), que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis Nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

#### ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

##### REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL

##### OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Concurso Público(Edital nº 01/2019) do Município de Ponte Serrada, inscrição nº \_\_\_\_\_, concorrendo ao cargo de \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, - \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_,

Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

( ) Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

( ) Condição Especial para a Realização de Provas

a) ( ) Prova Ampliada

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Ponte Serrada/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)

### ANEXO III -CRONOGRAMA DO EDITAL Nº 01/2019- CONCURSO PÚBLICO

0.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
29/04/2019	Publicação do Edital.
30/04/2019	Prazo para contestação do Edital
02/05/2019	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
29/04/2019 - 08h00min à 28/05/2019 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova e para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
28/05/2019	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 22/05/2019	Prazo para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
24/05/2019	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
27/05/2019	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
28/05/2019	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
29/05/2019 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova, de candidatos inscritos em vaga especial.
30/05/2019 - 08h00min à 31/05/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
03/06/2019	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
09/06/2019	Data da Prova Escrita
10/06/2019 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
10/06/2019 - 08h00min à 11/06/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
17/06/2019 até as 23h59min	Publicação do extrato de recursos e publicação do gabarito oficial.
18/06/2019	Audiência Pública para abertura de envelopes, correção de provas e classificação provisória dos candidatos.
19/06/2019 - 08h00min à 21/06/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória.
25/06/2019	Resultado final do Concurso Público nº 01/2019.

0.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e da Comissão da NBS Serviços Especializados Eireli, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.

### ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

0.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

0.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.

0.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À  
Comissão Examinadora do Concurso Público nº 01/2019  
PONTE SERRADA/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Número da Questão: \_\_\_\_\_.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

0.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

0.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página [www.nbsprovas.com.br](http://www.nbsprovas.com.br), acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.

0.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À  
Comissão Examinadora do Concurso Público nº 01/2019  
PONTE SERRADA/SC

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.

Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.

Tipo de Recurso:

	Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
	Classificação Provisória
	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
	Itens do Edital
	Resultado da Prova de Títulos
	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:


Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Auxiliar Administrativo (Cargo: 01)

Executar serviços e atividades administrativas, em todos os setores da Administração Municipal, digitação e controle de documentos e de atos oficiais; auxiliar nos serviços burocráticos, especialmente nas áreas de recursos humanos, compras e licitações, redação oficial, inclusive de correspondências e de técnica legislativa; arquivamento e guarda de documento; operacionalização de sistemas informatizados nas diversas áreas administrativas; controlar a publicação de atos administrativos e legais e no cumprimento das disposições legais pertinentes à Administração Pública; conhecer e estudar a legislação aplicável à Administração Municipal; cooperar na execução de outros serviços e



atividades, conforme se apresentar a demanda.

Agente de Defesa Civil (Cargo: 02)

a) Desempenhar a função de motorista em veículos de emergência e de motocicletas;b) Desempenhar serviços administrativos e serviços diversos, tais como: combate a incêndios, operações de bombas, hidráulicos, manuseio com mangueiras, hidrantes, extintores e outros; socorrista e atividades de primeiros socorros; resgate de vítimas presas em ferragens e outras situações que se apresentarem; operações com produtos perigosos; busca aquática e operações com barcos; salvamento em alturas; mergulho para recuperação de bens ou vítimas; participar de cursos e aulas práticas; serviços gerais compreendendo limpeza do local de trabalho, equipamentos, veículos e outros; zelar pela conservação dos equipamentos, veículos, barcos, e materiais sob a sua guarda; captura de animais silvestres e peçonhentos; desobstrução de vias públicas em casos de intempéries; atividades administrativas em geral (campanhas de arrecadação); atividades educativas, tais como palestras em escolas, empresas e outros; outras atividades afins.

1.

#### ANEXO VII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

##### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrito (a) no Concurso Público n.º 01/2019 do Município de Ponte Serrada, inscrição n.º \_\_\_\_\_, concorrendo ao cargo de \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme Item 4 deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ☐ DOADOR DE SANGUE

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.

2) ☐ DOADOR DE MEDULA ÓSSEA

Anexar: Comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Ponte Serrada/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 011/2019 - FMS

Publicação Nº 1997303

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 011/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Item;

Objeto: REGISTRO PREÇO - Aquisição de materiais e equipamentos médicos e odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:30 horas do dia 13/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10:00 horas do dia 13/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao3@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao3@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 012/2019 - FMS

Publicação Nº 1997328

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 012/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: REGISTRO PREÇO – Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra especializada em manutenção, conserto, limpeza e reparo, em equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, para manutenção dos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do município de Porto Belo/SC.

Recebimento das Propostas: Até 09:30 horas do dia 14/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10:00 horas do dia 14/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao3@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao3@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 031/2019 - PMPB

Publicação Nº 1997553

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 031/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de óleo diesel destinado à manutenção da frota mecanizada da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 10:30 horas do dia 10/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 11:00 horas do dia 10/05/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao3@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao3@portobelo.sc.gov.br)



Porto Belo, 26 de abril de 2019.  
Emerson Luciano Stein  
Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 4.583/2019

Publicação Nº 1997097

LEI Nº 4.583, de 24 de abril de 2019.

Acrescenta parágrafo ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.471, de 28 de junho de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o § 3º ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.471, de 28 de junho de 2017, que terá a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º A carga horária dos Cargos de Advogado e de Técnico em Informática será de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 4.471, de 28 de junho de 2017, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA Nº 024/2019

Publicação Nº 1997945

PORTARIA Nº 024, de 26 de abril de 2019.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra “f” da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, a fim de identificar e apurar eventuais responsabilidades do(s) servidor(es) da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos de Porto União com relação à Notícia de Fato n. 01.2019.00008873-9, conforme solicitação do Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Presidente – Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma – Matrícula 2122501;

II- Secretária – Tatiane Parizotto – Matrícula 2138301;

III- Membro – Willian Eduardo Venancio – Matrícula 2121401.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PROCESSO 51 2019

Publicação Nº 1997421

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº51/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 10. 05.2019, registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de borracharia e serviços de recauchutagem, conserto e vulcanização de pneus das máquinas, caminhões, ônibus e equipamentos pertencentes às Secretarias do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 26 de abril de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECRETO Nº D/4.314/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997739

Decreto nº D/4.314/2019, de 26 de abril de 2019.

Anula Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI, X, XXIII e XXIV, todos do artigo 111, da Lei Orgânica do Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina; combinado com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, especialmente, tendo presentes motivos de inconsistências no Edital de Pregão Presencial nº 06/2019 (Processo Licitatório nº 19/2019 de 18 de março de 2019) e,

Considerando a decisão da desclassificação da empresa LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI – EPP, anteriormente à fase lances, interrompendo assim a ordem legal do procedimento, suprimindo do certame a fase de lances (art. 11, VI, VII e VIII do Decreto Federal 3.555/2000 e item 9 do Edital de Licitação nº 19/2019);

Considerando que a desclassificação em decorrência de suspensão de licitar com outro Município decorre de apreciação desta situação na fase própria de habilitação, conforme (art. 11, XIII do Decreto Federal 3.555/2000 e item 9.11 do Edital de Licitação nº 19/2019);

Considerando que a desclassificação prévia remete à falta de competitividade que se vislumbra pela permanência de um único participante no certame, afastando o princípio da competitividade na fase de oferta de lances;

Considerando que a apuração do preço médio na finalidade de fixar o preço máximo admitido não levou em consideração o valor pago atualmente pela prestação do serviço mensal de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) consoante o termo de referência anexado;

Considerando que a anulação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório;

Art. 1º. Fica anulado, como anulado está, o Processo Licitatório nº 19/2019, de 18 de março de 2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 26 de abril de 2019.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 26/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

### EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2019

Publicação Nº 1997925

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 16/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRÁFICA SULOESTE
OBJETO:	O objeto da presente licitação é a aquisição de calendários bimestrais em papel, com impressão frente e verso, informando as atividades da administração pública para atendimento à população, eventos comunitários e outros assuntos de interesse público, a serem entregues para a população castellense do Município de Presidente Castello Branco.
VALOR:	O valor a ser pago a CONTRATADA, é a importância de R\$ 7.000,56 (Sete mil reais e cinquenta e seis centavos), pelo fornecimento dos gêneros alimentícios.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA	31/12/2019
HOMOLOGAÇÃO:	26/04/2019

**PORTARIA Nº P/0540/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998096

Portaria nº P/0540/2019, de 26 de abril de 2019.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, no uso de suas legais atribuições, e especialmente o que dispõe o artigo 168, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e

Considerando a notícia perpetrada pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, Sra. Leila Frigo Bet, em que a Conselheira Tutelar Adriana Zambom falta e se ausenta do trabalho sem justificativa, e considerando que a sua conduta em tese, se enquadra no artigo 143, I (ausentar-se do serviço público durante o expediente, sem autorização prévia do chefe imediato) da Lei Complementar nº 001/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), sendo a infração acima descrita punida com advertência, segundo o disposto no artigo 152, também do Estatuto dos Servidores.

Considerando o disposto na Lei 1.847/2019, de 28 de março de 2019;

Resolve:

Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar possíveis ilegalidades cometidas pela Conselheira Tutelar Adriana Zambom.

Art. 2º. Designar os servidores Edenilson Domingos Zeni, Agente Administrativo III, na condição de Presidente, o servidor Giovani Durigon de Santi, Agente Administrativo II, na condição de Membro e Vanderlei Frigo, Técnico Agrícola, na condição de Membro da Comissão Processante, para apuração dos fatos acima mencionados.

Art. 3º. A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos à administração Municipal.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, SC, em 26 de abril de 2019.

Ademir Domingos Miotto,

Prefeito Municipal.

Publicada a presente Portaria em 26/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº P/0541/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998103

Portaria nº P/0541/2019, de 26 de abril de 2019.

Instaura Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual e RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 175/2018, firmado com a empresa ECO CONSTRUÇÕES LTDA ME.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Sr. Ademir Domingos Miotto, e com base no Art. 77,78 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as disposições das Cláusulas Sétima e Oitava do Contrato Administrativo supracitado; e,

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública de zelar pelo bom desempenho das atividades administrativas e cumprimento dos contratos firmados com o Município;

CONSIDERANDO os termos da notificação de rescisão unilateral datada de 15 de abril de 2019 e a defesa oferecida pela contratada datada de 23 de abril de 2019, que fazem parte integrante da presente Portaria;

CONSIDERANDO que, caso confirmado o descumprimento das obrigações pactuadas no Contrato nº 175/2018, tal fato poderá ensejar, além da rescisão contratual, a aplicação das penalidades previstas no contrato e no art. 87 da Lei 8.666/93;

Resolve:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo em face da empresa ECO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.749.201/0001-05, para apurar o descumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual e aplicações de penalidades, no que tange ao prazo de entrega da obra e sua execução.

Art. 2º. O processo administrativo encontra fundamento fático no teor da Notificação promovida em 15 de dezembro de 2019 e defesa da Contratada, que fazem parte integrante da presente Portaria.

Art. 3º. Em razão do noticiado, a contratada descumpriu o prazo de entrega da obra, previsto na Cláusula Terceira do Contrato a seguir transcrita:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO**

3.1 Após a emissão da Autorização do Serviço pelo setor de compras, a empresa vencedora responsável pela obra e serviços de engenharia terá o prazo máximo de 90 dias para entrega final da obra, observando as etapas de realização estabelecidas no cronograma físico financeiro, Anexo III do Edital.

Art. 4º. Caso confirmado o descumprimento das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei Geral de Licitações (Lei 8.666/93), bem como, aquelas previstas no Contrato nº 78/2018, nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1 A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- a) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

Art. 5º. Ficam nomeados os servidores abaixo para comporem a comissão processante, na finalidade de conduzir o processo:

- a) Ednilson Domingos Zeni – Presidente;
- b) Simone Sartori – Secretária;
- c) Giovani Durigon de Santi – Membro.

Parágrafo único. O prazo de conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a pedido da Comissão e mediante justificativa, por iguais e sucessivos períodos, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 6º. A Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo acerca do descumprimento contratual e da penalidade aplicável.

Art. 7º. Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos da Autarquia, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 8º. Determino, ainda, que a comissão processante observe na íntegra todos os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório da empresa processada, no decorrer deste processo sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, SC, em 26 de abril de 2019.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 26/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 50/2019

Publicação Nº 1997799

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 50/2019

DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 1/2019

OBJETO: CONCESSÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DOS VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, OBJETOS DE INFRAÇÃO PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI Nº. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, PEÇAS DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSOS CRIMINAIS E ORDEM JUDICIAL, VEÍCULOS ABANDONADOS EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM, DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC

EMPRESA: PWS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 31.373.417/0001-23

VIGÊNCIA: 31/12/2019

PRESIDENTE GETÚLIO, 26 DE ABRIL DE 2019.

NELSON VIRTUOSO – PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 60/2019

Publicação Nº 1999184

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - SAATE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 60/2019

DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 3/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETAS E ANÁLISES DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NO MUNICÍPIO, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 2914/2011

EMPRESA: LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP

CNPJ: 81.322.141/0001-22

VALOR: R\$ 15.460,00 (quinze mil e quatrocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

PRESIDENTE GETÚLIO, 26 DE ABRIL DE 2019.

EDSON JOSE STALLOCH – SUPERINTENDENTE



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO Nº 19/2019 AQUISIÇÃO DE PLACAS PADRÃO DE TRANSITO PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Publicação Nº 1998008

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU</b> CGC 83 102 699/0001 - 28 PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108 89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA	LICITAÇÕES E CONTRATOS
	Fls..... Rubrica

**EDITAL Pregão Presencial Nº19/2019 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 156/2019 de 21/02/2019 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 19/2019, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE TRANSITO PADRÃO PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 13/05/2019
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 13/05/2019 às 09:15:00 horas.

#### II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 19/2019.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC  
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 19/2019.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 13/05/2019 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.**

**III - DO CREDENCIAMENTO:**

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

**3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

**3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

**3.1 A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

**V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2019 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

**Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.**

**VI - DA HABILITAÇÃO**

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

- 6.1.1 Certidão Simplificada expedida pelo junta comercial do estado;
- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.**
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

**VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

**5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);**

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

**VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:**

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

**IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

**X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI**

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

**XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

**XII - DO REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

**XIII - DA CONTRATAÇÃO**

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

**XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
08.01	Transportes e Obras
2031	Manutenção das estradas
333903044	
0100000	recursos próprios

**XV - DO PAGAMENTO:**

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

**XVI - DO REAJUSTE:**

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

**XVII - DAS PENALIDADES:**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**XVIII - DA RESCISÃO**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

**19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

**XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

**XXI - DA VIGÊNCIA**

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

**XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E CONTRA  
TOS

Fls.....

Rubrica

ANEXO III - Termo de referência;  
ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).  
ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)  
ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).  
ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)  
ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)  
ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).  
ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 26 de abril de 2019.

---

**ISAMAR MELO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_



**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° ...../20....  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ...../20.....****PREGÃO PRESENCIAL N° ...../20....****PROCESSO N° ...../20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE .....**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa \_\_\_\_\_, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº ...../20.... e, do edital do Pregão Presencial em \_\_\_\_\_ epígrafe, ao Registro de Preços para .....Prefeitu  
ra Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

**LOTE.....****1º COLOCADO:**

Fornecedor: .....

Preço cotado para o item: R\$ .....

**2º COLOCADO:**

Fornecedor: .....

Preço cotado para o item: R\$ .....

**3º COLOCADO:**

Fornecedor: .....

Preço cotado para o item: R\$ .....

**DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE PLACAS PADRÃO DE TRANSITO PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$

#,##0.00{RoundingMode=HALF\_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até 31/12/2019

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação

da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Pregoeiro**

Assinaturas fornecedores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PLACAS PADRÃO DE TRANSITO PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$  
#,##0.00{RoundingMode=HALF\_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços

contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 19/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.  
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 26 de abril de 2019

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER

Assessor Jurídico  
OAB/SC 16.203



## ANEXO III

## PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

## TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS PADRÃO DE TRANSITO PARA VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 65 X 40 CM	R\$115,00	R\$ 1.150,00
2	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 100 CM X 70 CM	R\$276,00	R\$ 1.380,00
3	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 120 CM X 70 CM	R\$318,00	R\$ 1.590,00
4	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 120 CM X 200 CM	R\$785,00	R\$ 3.925,00
5	40	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE RUA DUPLA FACE	R\$107,00	R\$ 4.280,00
6	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO CADEIRANTE	R\$130,00	R\$ 650,00
7	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE FAIXA DE PEDESTRE	R\$152,00	R\$ 1.520,00
8	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE FAIXA PEDESTRE A 100 M	R\$145,00	R\$ 1.450,00
9	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE HIDRANTE DE INCENDIO	R\$118,00	R\$ 590,00
10	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE LOMBADA	R\$125,00	R\$ 2.500,00
11	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO LOMBADA A 50 M.	R\$122,00	R\$ 2.440,00
12	40	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PARE	R\$125,00	R\$ 5.000,00
13	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PASSAGEM ELEVADA	R\$150,00	R\$ 3.000,00
14	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PASSAGEM ELEVADA A 50 M	R\$150,00	R\$ 3.000,00
15	2	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE POSTO DE SAÚDE	R\$115,00	R\$ 230,00
16	8	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PROIBIDO ESTACIONAR	R\$115,00	R\$ 920,00
17	150	UNIDADE	COLUNA SIMPLES TUBO 2 POLEGADAS X 3 MM ZINCADO	R\$115,00	R\$ 17.250,00
18	10	UNIDADE	COLUNA DUPLA TUBO DE 1 POLEGADA X 1,4 MM X 3 MM ZINCADO	R\$200,00	R\$ 2.000,00
19	10	UNIDADE	COLUNA DUPLA REFORÇADA TUDO 2 POLEGADAS X 3 MM ZINCADO	R\$255,00	R\$ 2.550,00

**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----  
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----  
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----  
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,  
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor  
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**  
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA .....

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_, e CPF sob nº. --- \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

**ANEXO VI****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO VII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO VIII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º .....,  
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de  
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei  
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete  
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para  
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o  
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação  
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e  
consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO X****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL****NOME DE EMPRESA:** \_\_\_\_\_**CNPJ:** \_\_\_\_\_**INSCRIÇÃO ESTADUAL** \_\_\_\_\_**ENDEREÇO COMPLETO:** \_\_\_\_\_**RUA:** \_\_\_\_\_ **Nº.** \_\_\_\_\_**BAIRRO:** \_\_\_\_\_**CEP:** \_\_\_\_\_**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **UF:** \_\_\_\_\_**FONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_**

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas padrão de transito para vias urbanas do município de Presidente Nereu da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 65 X 40 CM		
2	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 100 CM X 70 CM		
3	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 120 CM X 70 CM		
4	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE INDICAÇÃO MEDINDO 120 CM X 200 CM		
5	40	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE RUA DUPLA FACE		
6	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO CADEIRANTE		
7	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE FAIXA DE PEDESTRE		
8	10	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE FAIXA PEDESTRE A 100 M		
9	5	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE HIDRANTE DE INCENDIO		
10	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE LOMBADA		
11	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO LOMBADA A 50 M.		
12	40	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PARE		
13	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PASSAGEM ELEVADA		
14	20	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PASSAGEM ELEVADA A 50 M		
15	2	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE POSTO DE SAÚDE		
16	8	UNIDADE	PLACA PADRÃO DE TRANSITO DE PROIBIDO ESTACIONAR		
17	150	UNIDADE	COLUNA SIMPLES TUBO 2 POLEGADAS X 3 MM ZINCADO		

18	10	UNIDADE	COLUNA DUPLA TUBO DE 1 POLEGADA X 1,4 MM X 3		
			MM ZINCADO		
19	10	UNIDADE	COLUNA DUPLA REFORÇADA TUDO 2 POLEGADAS X 3		
			MM ZINCADO		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

**LOCAL E DATA:**

**NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

**PORTARIA 192/2019**

Publicação N° 1997125

PORTARIA N°. 192 DE 22 DE ABRIL DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ELIANI APARECIDA GILLI WEISS, Conselheira Tutelar, pelo período de 22 de Abril de 2019 a 21 de Maio de 2019, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2018 à 09/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 22 de Abril de 2019.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**REPUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Publicação Nº 1998270

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2019**

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.699/0001-28 através dos seu Fundo Municipal Agropecuário, representado neste ato pelo prefeito municipal Isamar de Melo, faz saber pelo presente **EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 02/2019** que, estará efetuando o **CREDENCIAMENTO, a partir do dia 25/04/2019 até 31/12/2019 às 17:00 horas**, de interessados em prestar os serviços constantes no objeto desta inexigibilidade de licitação, Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, no Centro Administrativo Municipal, na Praça Leão Dehon, nº. 50, centro, na cidade de Presidente Nereu/SC, obedecendo a Lei de Licitações 8666/93 sob o art. 25 inciso II da e art. 13.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente certame: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.**

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: A partir de 25/04/2019 até 31/12/2019
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: de 25/04/2019 às 09:00:00 horas até 31/12/2019.

**II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:**

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá o envelope contendo os documentos exigidos para a habilitação.

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame.

**2.2.1 O recebimento do envelope da documentação e proposta comercial e credenciamentos acontecerão do dia 25/04/2019 às 09:00:00 horas até 31/12/2019, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.**

**2 -DO CREDENCIAMENTO**

2.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

- a) – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) – Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.
- d) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).
- e) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.
- g) – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.
- h) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) – Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede do credenciante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- j) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93.
- l) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

2.4 - As informações relativas à habilitação, são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.5 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Municipal.

2.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

2.7 – Quando ocorrer o credenciamento de mais de um interessado, os serviços serão prestados de maneira alternada conforme a quantidade de interessados e a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura, visando o melhor atendimento aos munícipes e respeitado o direito do credenciado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

### 3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital.

### 4 - FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização dos serviços, emitida pelo Secretário de Agricultura;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria de Finanças do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei;

### 5 - VIGÊNCIA:

5.1 – O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2019.

5.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

### 6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n°

11	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
001	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
2015	Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
339039	SERVICOS TECNICOS
51	PROFISSIONAIS
010000	Recursos Próprios
00	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

## 7 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 c) - Os serviços serão prestados em Laboratório da Credenciada.

## 8 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8.1 Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

## 9- DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

9.2 – O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

9.3 - Pelo atraso injustificado na realização das consultas, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

9.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

9.5 - Ao Gestor do Município de Agricultura fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

9.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Tabela de Valores dos serviços.
- Anexo II -Modelo de Declaração de Idoneidade.
- Anexo III -Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º.inciso XXXIII da CF).
- Anexo IV – Declaração de que concorda na prestação dos serviços.
- Anexo V – Minuta contrato (Termo de Credenciamento).

9.7 - O processo licitatório, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através do telefone (47) 3362-1108 ou fax 3362-1115, ou pessoalmente (Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu/SC) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Presidente Nereu/SC.

Presidente Nereu, 24 de abril de 2019.

**ISAMAR DE MELO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**ANEXO I****INEXIGIBILIDADE****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	500	UNIDADE	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	R\$36,00	R\$ 18.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

**ANEXO II****MODELO**

À Comissão de Licitações  
Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante) ., através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**ANEXO III****MODELO**

À Comissão de Licitações

**DECLARAÇÃO**

A empresa (ou pessoa física) .....declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público nº. 02/2019, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO**

Ao  
Município de Presidente Nereu  
Comissão de Licitação

A empresa (ou pessoa física)....., inscrita no CNPJ/CPF sob o nº .....,  
declara que concorda em prestar os serviços de fisioterapeuta, com os valores  
constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº  
04/2019 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria da Saúde, de  
segunda-feira a sexta-feira.

.....de.....de 2019

Assinatura



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOS

Fls.....  
Rubrica

## ANEXO V

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

**“REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 02/2019, “OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU PARA O EXERCÍCIO DE 2019. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”:**

Pelo presente instrumento, de um lado, O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.699/0001-28, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Presidente Nereu, doravante denominado simplesmente de **CREDENCIANTE** e, de outro, ....., (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob n.º....., estabelecida na Rua ..... em ...., neste ato representada pelo(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade com RG n.º ... e CPF n.º....., residente e domiciliado na Rua ..... em....., doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA**, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

### TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	500	UNIDADE	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE SOLO DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	R\$36,00	R\$ 18.000,00

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 02/2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica**CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA**

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento da mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- c) - Os serviços de serão prestados no Laboratório da empresa Credenciada conforme a necessidade da secretaria de agricultura municipal.

**CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA**

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31/12/2019, podendo ser encerrado antes do prazo, ou prorrogado ser for de interesse dos interessados.

**CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO**

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário de Agricultura do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Agricultura do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

**CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

**CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.**

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

**CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E  
CONTRATOSFls.....  
Rubrica

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

11	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
001	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
2015	Manutenção do Fundo Municipal Agropecuario
33903951	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01000000	Recursos Próprios

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.**

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 02/2019 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.**

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu,..... de ..... de 2019.

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997141

DECRETO Nº. 111, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0034.2.034 – Manutenção da Administração Educacional

MODALIDADE:	(178) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprios				
TOTAL			R\$	10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 26 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito MunicipalKeli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC 026787/O-2

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 08.2019

Publicação Nº 1997155

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 29 de Abril de 2019, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a candidata aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 003/2017, de 22 de Agosto de 2017, homologados os resultados dos aprovados por meio do Decreto nº 39 de 06 de Fevereiro de 2018, prorrogado seus efeitos através do Decreto nº. 02 de 03 de Janeiro de 2019, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 HORAS.

NATÁLIA ANDRESA KLAUS

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de Abril de 2019.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

Este Edital de Convocação foi Registrado e  
Publicado na forma da Lei  
Princesa/SC, 26 de Abril de 2019.  
Daiane Pagno

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 33/2019

Publicação Nº 1998279

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 33/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2019
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PESSOAS, PARA O MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 13/05/2019.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 13/05/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 26 de abril de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### AVISO RDC 34/2019

Publicação Nº 1998282

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 34/2019
Edital: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC Nº 34/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Contratação Integrada
Modalidade: Empreitada Integral
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, E EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA E MESOESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, PARA RECEBIMENTO DE 01 (UM) KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS DE 08 METROS DE COMPRIMENTO E 05 METROS DE LARGURA (MODELO DEFESA CIVIL SC), SOBRE O RIO LAJEADO MANDASSAIA NA LINHA NOVO HORIZONTE, CONFORME ANTE PROJETO DO MUNICÍPIO.
Data de Entrega dos Envelopes: Até as 09:00 horas do dia 21/05/2019.
Data da Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 21/05/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">http://www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 26 de abril de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 100/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997968

DECRETO Nº 100/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA O Sr. ANDERSON BATISTI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2019, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei

## Orgânica Municipal

## DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Engenheiro Civil, ANDERSON BATISTI, inscrito no CREA/SC – 164139-0, como Fiscal para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato Administrativo Nº 035/2019, que tem como Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, NA SEDE DO MUNICÍPIO, (CENTRO E BAIRROS), E NA UNIDADE DO FRIGORÍFICO AURORA, LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL, PRÓXIMO À SC-157; COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO; E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE CAPINA, LIMPEZA, VARRIÇÃO, PODA DE ÁRVORES, RECOLHIMENTOS DIVERSOS, PINTURAS, AJARDINAMENTOS E LIMPEZA DOS CONTAINERS. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DOS SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO, DISPONIBILIZANDO TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E AFINS, NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/04/2019

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

**DECRETO Nº 101/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997601

DECRETO Nº 101/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO SC.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.756/2018, de 19 de março de 2018,

## DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotação no orçamento do Município de Quilombo para o ano de 2019 no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.734/2018, de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	FDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02
Função	Assistência Social	08
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018
Ação	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(133)	Da: Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários
(132)	Para: Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/04/2019

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Servidor Designado

**DECRETO Nº 103/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997608

DECRETO Nº 103/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2734/2018, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2019 no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2734/2018, de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	11
Unidade	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES	02
Função	Transporte	26
Sub-função	Transporte Rodoviário	782
Programa	ACESSO PLENO	0026
Projeto	PONTES NO INTERIOR/TRANSPORTES	1.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
( )	Aplicação Direta – 4.4.90	0.3.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		15.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, na DR 03.00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em \_\_\_\_/04/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

**LEI Nº 2762/2019 - DE 26 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997612

LEI Nº 2762/2019 – DE 26 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, a todos habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no âmbito do programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, na modalidade Apoio Financeiro, nos termos da Resolução CMN nº 2.827/2001 e suas alterações, destinados à aplicação em Despesa de Capital, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a utilizar como garantia, a modo pro solvendo, as receitas e quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações

decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, Quilombo/SC - 26 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

Em \_\_/04/2019

Lei Municipal nº. 1087/1993

Adriano João Boaretto.

Servidor Designado.

## **LEI Nº 2763/2019 - DE 26 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997620

LEI Nº 2763/2019 – 26 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 2.750 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alteração da sub-função da Lei 2.750 de 07 de março de 2019, adequando ao previsto na portaria MOG nº.42 atualizada, que passa a ser a seguinte: POLICIAMENTO MILITAR-181.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal – Quilombo/SC, 26 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

Em \_\_/04/2019

Lei Municipal nº. 1087/1993

Adriano João Boaretto.

Servidor Designado.



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019

Publicação Nº 1997874

#### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeita do município de Rancho Queimado, Sra. Cleci Aparecida Veronezi, torna público aos interessados a alteração do edital de licitação relativo ao Processo Licitatório nº 32/2019 – Pregão Presencial 05/2019. Objeto da licitação: é a seleção da proposta mais vantajosa na contratação de empresa para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO MODULAR POLIESPORTIVO NA SEDE DO GINÁSIO DE ESPORTES DONA OTÍLIA SCHAPPO BUNN, conforme Termo de Referência (Anexo I), Memorial Descritivo (Anexo II) e Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro (Anexo III) e demais disposições deste edital.

#### Alterações:

1) Dar nova redação ao subitem 10.1.15, acerca da documentação habilitatória de qualificação técnica:

Onde se lê:

10.1.15 – Atestado de Capacidade Técnica demonstrando experiência com a instalação de, no mínimo, 4.000 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados) de piso modular indoor.

Leia-se:

10.1.15 – Atestado de Capacidade Técnica registrado pelo CREA/CAU, com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU vinculada ao atestado de 1 (um) serviço realizado pela empresa demonstrando experiência com a instalação de, no mínimo, 705,6 m<sup>2</sup> de piso modular indoor.

2) Dar nova redação ao subitem 10.1.16, reabrindo a data da visita técnica:

Onde se lê:

10.1.16 – Declaração da Prefeitura de Rancho Queimado de que o Responsável Técnico da licitante visitou o local do serviço e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação conforme (Anexo VIII). A visita ocorrerá a partir das 8:00 horas do dia 17/04/19 até às 16:00 horas do dia 25/04/19 e será realizada mediante agendamento através dos telefones: (48) 3275-3125 e (48) 3275-3115 e deverá ser acompanhada por um representante da Administração Municipal, que assinará a Declaração citada.

Leia-se:

10.1.16 – Declaração da Prefeitura de Rancho Queimado de que o Responsável Técnico da licitante visitou o local do serviço e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação conforme (Anexo VIII). A visita ocorrerá a partir das 8:00 horas do dia 30/04/19 até às 16:00 horas do dia 09/05/19 e será realizada mediante agendamento através dos telefones: (48) 3275-3125 e (48) 3275-3115 e deverá ser acompanhada por um representante da Administração Municipal, que assinará a Declaração citada.

3) Incluir como item 10.1.18:

10.1.18. Declaração da empresa de que, se vencedora;

a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 10.1.17.

b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

4) Incluir como item 10.1.19:

10.1.19. Apresentação de laudo ou de declaração da empresa que comprove que o material usado na obra, quando cabível, está de acordo com a Instrução Normativa n. 18 do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Nos termos do § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93, marca-se nova data para a abertura da sessão:

Data e hora para entrega e abertura dos envelopes: até às 9 horas do dia 15/05/2019.

Local: Praça Leonardo Sell, nº 40, Centro, Rancho Queimado – SC. O edital e seus anexos podem ser encontrados, na íntegra, no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### PORTARIA 126-2019 CONCEDE LIC MÉDICA ROSIMERE L GOULART

Publicação Nº 1997124

PORTARIANº 126/2019

CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Médica a ROSIMERE LOCH GOULART, a partir de 22 de abril a 21 de maio de 2019, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 25 de abril de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 33/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2019**

Publicação Nº 1998318

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - Nº 06/2019. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: aquisição de mini carregadeira (carregadeira compacta) para a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, conforme características e especificações no Anexo I, Termo de Referência. Entrega e abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 16 de maio de 2019. O edital na sua íntegra poderá ser obtido nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.rq.sc.gov.br](http://www.rq.sc.gov.br). Rancho Queimado, em 26 de abril de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.036

Publicação Nº 1998196

DECRETO Nº4.036 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

"Nomeia os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente dá outras providências".

RODRIGO PREIS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com os incisos I e II, artigo 6º da Lei Municipal nº 1.021/95, de 10 de outubro de 1995,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Rio do Campo, a saber:

#### I - Organizações Governamentais – OG:

a) Representação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular – Adenilse Losi Meurer

Suplente – Marcelo Povaluk

b) Representação da Secretaria Municipal de Saúde.

Titular – Sabrina Rocha Meurer

Suplente – Jardeu Rodrigues de Brito

c) Representação da Secretaria Municipal de Educação.

Titular – Pedro Orlando Muniz

Suplente – Taãni Brizolla Kaiper

#### II - Organizações Não Governamentais – ONG:

a) Representação da APAE.

Titular – Cassiane Winiarski da Silva

Suplente – Saulo Córdova Küster

b) Representação das APPs, representadas pela APP da EEB Fernando Ferreira de Mello.

Titular – Janete Torquato Estácio Leite

Suplente – Alanderson de Ávila Chechi

c) Representação da Associação Cultural e Beneficente São José.

Titular – Roberto Pires de Souza

Suplente – Zeferino Beiger

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Rio do Campo/SC, 26 de abril de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi

Resp. pela Sec. de Administração e Finanças

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8059, DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997296

DECRETO Nº 8059, de 16 de abril de 2019.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019, de 29.03.2019.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 060/2019, de 29 de março de 2019.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Presencial nº 060/2019, de 29.03.2019, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado, devido a não haver nenhum interessado no certame, restando a mesma deserta.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO.**

16 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 8084, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1998961

DECRETO Nº 8084, de 25 de abril de 2019.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art.1º - Concede-se ao Clube Riosulense de Vôo Livre, os veículos: VW / 15.190 EOD ESCOLAR HD AMARELA 2009 / 2010 - Placas MHQ-6611 - Frota 323; Patrimônio: 19482; Chassi: 9532882W7AR011863; Renavam: 196451353, e VW AMAROK CS 4X4 S BRANCA 2013 / 2013 - Placas MLU-0975; Frota 385 - Patrimônio 22457 - Chassi: WV1SD42H5DA053077; Renavam: 580580415, Patrimônio da Secretaria de Obras e Agricultura, por tempo determinado nos dias 27 e 28 de abril de 2019, no Morro do Tschumi, como apoio a uma das Etapas do Campeonato Catarinense de Parapente ( Vôo Livre ), com a participação de pilotos de Santa Catarina e estados vizinhos, devidamente habilitados para a referida prática esportiva, filiados à Federação de seus estados, bem como nas Associações Brasileira de Vôo Livre (ABP, CBVL).

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção dos referidos veículos cedidos por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Obras e Agricultura, os motoristas Gilmar Aparecido Avena e Roseli Machado Malkowski, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO.**

25 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8085, DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998965

DECRETO Nº 8085, de 25 de abril de 2019.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos – FMD, o veículo: FORD / F250 XL L PRATA 2005 / 2005 - Placa DJO-2704 - Frota 410; Patrimônio 23975; Chassi: 9BFFF25L55B014694; Renavam; 848616324, pelo prazo determinado no dia 28 de abril de 2019, com saída às 06h do Ginásio Municipal, para levar atletas da modalidade de Basquete 3x3, até o Parque Municipal Harry Hobus. Retorno às 19h, do mesmo dia.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desportos - FMD, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor da Fundação de Desportos.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8087, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998969

DECRETO Nº 8087, de 26 de abril de 2019.

“CONCEDE VEÍCULO E MOTORISTA DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea “a” do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se ao Clube Riosulense de Vôo Livre, o veículo: FIAT / DUCATO MAXICARGO AZUL 2005 / 2006 - Placa MFP5041 - Frota 510, Patrimônio nº 10397 - Chassi: 93W245G3362002123; Renavam; 877459789, Patrimônio da Guarda Municipal de Rio do Sul, por tempo determinado nos dias 27 e 28 de abril de 2019, no Morro do Tschumi, como apoio a uma das Etapas do Campeonato Catarinense de Parapente ( Vôo Livre ), com a participação de pilotos de Santa Catarina e estados vizinhos, devidamente habilitados para a referida prática esportiva, filiados à Federação de seus estados, bem como nas Associações Brasileira de Vôo Livre (ABP, CBVL).

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores Cladir Heck, no dia 27/04, e Robson Rassini, no dia 28, da Guarda Municipal de Rio do Sul, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8088, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998973

DECRETO Nº 8088, de 26 de abril de 2019.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos – FMD, o veículo: RENAULT / MASTER REVESCAP L3H2 - Placa: QJN-7227 - Cor Branca - Frota 518 - Chassi 93YMAFEXCKJ475839 - Ano 2018/2019 - Renavam 1164592626 - Patrimônio 2087, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, pelo prazo determinado nos dias 27 e 28 de abril de 2019, saída as 13h do Ginásio Municipal, para levar atletas da modalidade de ciclismo, da Fundação Municipal de Desportos - FMD, para a participação na Copa Soul Mountain Bike, que realizar-se-á na cidade de Imbituba. Retorno as 14h, do dia 28/04/2019.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desportos - FMD, antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor da Fundação de Desportos.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Dauri Casatti, matrícula nº 75817, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8089, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998978

DECRETO Nº 8089, de 26 de abril de 2019.

"CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO - SEADES - PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD, POR PRAZO DETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, Inciso VIII, alínea a da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Fundação Municipal de Desportos, por tempo determinado o motorista Rolfi Rudi Kusterko, no dia 28 de abril de 2019, com saída do Terminal Rodoviário, às 05h, para o transporte até a cidade de Dona Emma, dos atletas da modalidade de Corrida de Aventura da FMD, que irão participar do Evento: Corrida de Obstáculos Green X Race Cidade do Dona Emma. Retorno após o término do evento por volta das 11h.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, o motorista Rolfi Rudi Kusterko, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8090, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998982

DECRETO Nº 8090, de 26 de abril de 2019.

“CONCEDE VEÍCULO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO – FMD, E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea “a” do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se ao Clube Riosulense de Vôo Livre, o veículo: VW / 17210 NEOBUS MEGA BRANCA 2002 / 2002 - Placa MCH-6798; Frota 231 - Patrimônio 1478; Chassi: 9BWRF82W82R214051; Renavam: 790653737. Patrimônio da Fundação Municipal de Desporto - FMD, por tempo determinado no dia 27 de abril de 2019, no Morro do Tschumi, como apoio a uma das Etapas do Campeonato Catarinense de Parapente ( Vôo Livre ), com a participação de pilotos de Santa Catarina e estados vizinhos, devidamente habilitados para a referida prática esportiva, filiados à Federação de seus estados, bem como nas Associações Brasileira de Vôo Livre (ABP, CBVL).

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor Cacildo João Furlani, matrícula nº 99392, da Secretaria de Gestão de Governo – SEGOV, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8091, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998985

DECRETO Nº 8091, de 26 de abril de 2019.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Aline França, Euler Neumann, Marlise Fronza, Marlon Anderson de Souza para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 003/2019 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário – Ano letivo 2020.

Art. 2º- Além de coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8092, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998988

DECRETO Nº 8092, de 26 de abril de 2019.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Aline França, Euler Neumann, Marlise Fronza, Marlon Anderson de Souza para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 004/2019 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Professor, em caráter temporário – Programa Creche 12 meses.

Art. 2º - Além de coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 8093, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998994

DECRETO Nº 8093, de 26 de abril de 2019.

**“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Adull Simão Falchetti, Arlete de Souza, Marlise Fronza Vieira, Marlon Anderson de Souza, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público – Edital de Concurso Público nº 001/2019 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Magistério do Município de Rio do Sul – Administração Direta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, Lei Complementar n. 401 de 22 agosto de 2008 e alterações posteriores e Lei Complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito do Município de Rio do Sul

**RESUMO DO ADITIVO Nº 006/2019**

Publicação Nº 1997698

2º TERMO ADITIVO Nº 006/2019 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 148/2017, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Aos oito (08) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900 neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, estabelecida na Rua Frei Gabriel, nº 480, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88.502-030, inscrita no CNPJ sob o nº 83.719.963/0001-77, ora denominada CONTRATADA, representada por sua Gerente Comercial, Sra. Cristiane Longhi Tortelli, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 93/2017, o Contrato original de Prestação de Serviço nº 148, datado de 09 de janeiro de 2017, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso IV do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Sexta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, por 266 (duzentos e sessenta e seis) dias a partir de 09 de abril do ano de 2019, até o dia 31 de dezembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
Sra. Cristiane Longhi Tortelli

Contratado Testemunhas:  
Nome: CPF:

Nome:  
CPF:

**RESUMO DO ADITIVO Nº 021/2019**

Publicação Nº 1997264

4º TERMO ADITIVO Nº 021/2019 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2015 – RELATIVO A SERVIÇOS DE TEFEFONIA MÓVEL, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CLARO S/A.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede governamental na localizada na Praça 25 de Julho, 01, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.574/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CLARO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Flórida, 1970, Bairro Monções, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.565-001, neste ato representada por seu Gerente Executivo de Vendas, Sr. Adilson Sanches, portador do RG nº 13.065.835-0 e CPF sob o nº 150.944.348-70, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, conforme firmado no Pregão Presencial de Nº 029/2015, pactuam e contratam as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Oitava do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo uma prorrogação de 12 (doze) meses, iniciando em 08 de abril de 2019, com o seu término em 07 de abril de 2020, conforme Memorando nº 003/2019 – Departamento de Tecnologia da Informação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul/SC, 26 de março de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

CLARO S/A  
Sr. Adilson Sanches  
Contratado

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## **RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.0062228.000000**

Publicação Nº 1998014

RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.0062228.000000

Pregão Presencial Nº 150/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Gente Seguradora S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SEGURO PATRIMONIAL (FROTA E EDIFICAÇÕES) DA MUNICIPALIDADE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

Valor do Endosso – Lote 01 Frota (02 veículos automotores): R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais);

Vigência: Até 06 de dezembro de 2019.

Recurso: Orçamento Vigente

Fundamento Legal: Art. 65 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de abril de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 039/2019 - EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2019

Publicação Nº 1999155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 039/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia com vistas à recuperação de ponte na comunidade de Rio Areão, na divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Grão Pará, danificada pelas fortes chuvas ocorridas em 12 de janeiro de 2019, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita realização do objeto.

CONTRATADO: BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA. ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 94.970,73 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta reais e setenta e três centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 23/04/2019

Rio Fortuna/SC, 23 de abril de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia com vistas à recuperação de ponte na comunidade de Rio Areão, na divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Grão Pará, danificada pelas fortes chuvas ocorridas em 12 de janeiro de 2019, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita realização do objeto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA. ME

VALOR: R\$ 94.970,73 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta reais e setenta e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 23/04/2019

VIGÊNCIA: 03 MESES

Rio Fortuna/SC, 23 de abril de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### LEIS MUNICIPAIS 2019

Publicação Nº 1999168

LEI Nº 3142 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1521, Bairro Capoeiras, no município de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.294/0001-00, com interveniência da POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, com o objetivo de garantir a realização das atividades de Polícia Judiciária e de apuração de infrações penais comuns por meio das unidades de Polícia Civil localizadas no município de Rio Negrinho/SC.

Art. 2º O convênio mencionado no Art. 1º desta lei tem por objetivo auxiliar nas despesas com aquisição e manutenção de equipamentos de investigação colocados à serviço da Polícia Judiciária no Município e também contribuir com as encargos referentes às demais atividades da Delegacia de Polícia de Rio Negrinho, sendo de responsabilidade do município a disponibilização, mensal, da importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. Os valores do presente convênio poderão ser reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier substituir, após 12 (doze) meses a contar da data de início do presente convênio.

Art. 3º O convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, se for do interesse das partes.

Art. 4º O convênio poderá, a qualquer tempo de sua vigência, ser prorrogado, rescindido, alterado, mediante Termo Aditivo acordado entre as partes interessadas.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas pela dotação orçamentária das atividades do gabinete do prefeito, da seguinte forma: 02.001.0004.0122.0002.2010.3.3.50.00.00.00.00.00.00.

Art. 6º O Poder Executivo consignará no orçamento anual de cada exercício, dotação específica para atender os objetivos desta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3143 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER INCENTIVOS FISCAIS E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS À EMPRESA INDÚSTRIA DE BORRACHAS EXSAN LTDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivos fiscais e benefícios econômicos, à empresa INDÚSTRIA DE BORRACHAS EXSAN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.419.759/0001-71, na forma da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 1603/2003, Lei Complementar nº 063/2011, e da presente Lei, com a finalidade precípua de acelerar o desenvolvimento do município de Rio Negrinho e obtenção de resultados econômicos e sociais, a curto, médio e longo prazo.

Art. 2º - Os incentivos fiscais constituem-se na isenção pelo prazo de 05 (cinco) anos de impostos e taxas municipais que incidam diretamente sobre o funcionamento e atividades da empresa localizada no Município.

Art. 3º - A concessão e a manutenção dos benefícios relativos a esta Lei ficam condicionadas ao cumprimento por parte da empresa beneficiada, dos compromissos assumidos e aceitos, constantes do despacho de concessão e do parecer da CMDE.

§ 1º - As isenções previstas nesta Lei, formalizadas por Decreto, ficam condicionadas à renovação anual, mediante requerimento do interessado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cuja decisão será encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças para expedição do Alvará de Funcionamento.

§ 2º - Em caso de venda, transferência, transformação, cisão, fusão ou incorporação de empresa beneficiada por esta Lei, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

§ 3º - Nos casos previstos no inciso anterior, o sucessor assumirá todos os deveres e obrigações assumidas pelos transmitentes, pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

Art. 4º - O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos.

Parágrafo único - Como descumprimento das obrigações será entendido quaisquer infrações às normas previstas nesta Lei, na Lei nº 1603/2003 ou no despacho que conceder o benefício.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3144 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER BENEFÍCIOS ECONÔMICOS À EMPRESA "CASAGRANDE REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder Benefícios Econômicos à empresa "CASAGRANDE REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.143.636/0003-81, localizada na Rodovia BR 280, nº 3200, Bairro Industrial Sul em Rio Negrinho - SC, na forma da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 1603/2003 e da presente Lei, com a finalidade precípua de acelerar o desenvolvimento do município de Rio Negrinho e obtenção de resultados econômicos e sociais, a curto, médio e longo prazo.

Art. 2º - Os Benefícios Econômicos constituem-se na execução, de 50% (cinquenta por cento) dos serviços de infra-estrutura básica para construção de um barracão complementar na unidade já existente, localizada na Rodovia BR 280, nº 3200, Bairro Industrial Sul em Rio Negrinho - SC, com 2.450 m² de área total, para ampliação da sede, de acordo com parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, obedecidos os ditames da Lei nº 1459, de 19 de julho de 2002 e sua regulamentação.

Art. 3º - A concessão e a manutenção dos benefícios relativos a esta Lei ficam condicionadas ao cumprimento por parte da empresa beneficiada, dos compromissos assumidos e aceitos, constantes do despacho de concessão e do parecer da CMDE.

§ 1º - Em caso de venda, transferência, transformação, cisão, fusão ou incorporação de empresa beneficiada por esta Lei, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

§ 2º - Nos casos previstos no inciso anterior, o sucessor assumirá todos os deveres e obrigações assumidas pelos transmitentes, pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

Art. 4º - O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos benefícios concedidos.

Parágrafo único - Como descumprimento das obrigações será entendido quaisquer infrações às normas previstas nesta Lei, na Lei nº 1603/2003 ou no despacho que conceder o benefício.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3145 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, E AOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, concede revisão geral anual, no percentual de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento) a partir de 1º de abril de 2019, incidente sobre a remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional de Rio Negrinho.

Parágrafo único - O percentual da revisão geral anual constante do caput será calculado sobre os valores vigentes ao mês anterior dos respectivos reajustes, e estende-se aos:

I - subsídio dos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e equivalentes), do Poder Executivo;

II - honorários dos Conselheiros Tutelares de Rio Negrinho;

III - valor da bolsa auxílio dos estagiários da Administração Municipal;

IV - proventos de aposentadorias e pensões, mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Rio Negrinho, concedidos em data anterior a 20 de fevereiro de 2004;

Art. 2º - O Piso base da remuneração dos servidores públicos municipais será de R\$ 1.132,02 (um mil cento e trinta e dois reais e dois centavos).

Art. 3º - O Piso base da remuneração dos servidores do Magistério nos cargos de Professor I ou Professor II será de R\$ 2.557,74 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos).

Art. 4º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, custeados pelo Regime Próprio de Previdência Social de Rio Negrinho, concedidos a partir de 20 de fevereiro de 2004, serão reajustados em 2019, na forma e nos índices estabelecidos pelo art. 53 da Lei nº 1757/2005, com a redação dada pela Lei nº 1783/2006.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correção à conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município e do IPRERIO.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3146 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO NEGRINHO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A partir de 1º de abril de 2019, os Subsídios dos Agentes Políticos da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, passarão a vigorar com percentual de 4,67 % (quatro vírgula sessenta e sete por cento), referente à revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único - O percentual da revisão geral anual constante do caput será calculado sobre os valores vigentes no mês de março de 2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação:

I-14 - 33.19.00.00.00.00.0000 - Subsídios e encargos dos Vereadores, constante do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio



Negrinho.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3147 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO NEGRINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, concede revisão geral anual, no percentual de 4,67% (quatro vírgula sessenta e sete por cento) a partir de 1º de abril de 2019, incidente sobre a remuneração dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho.

Parágrafo único - O percentual da revisão geral anual constante do caput será calculado sobre os valores vigentes ao mês anterior dos respectivos reajustes.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta da seguinte dotação:

I-8 - 33.19.00.00.00.00.00000 - Vencimentos e Salários, constante do orçamento vigente da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3148 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

DENOMINA DE "JOÃO TURECK", "ELIAS VENÂNCIO DA SILVA" E

"MARIA MAGDALENA DA SILVA" VIAS PÚBLICAS

DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "JOÃO TURECK" a via que inicia na confluência com a Rua Dona Francisca, na coordenada (-26º 15' 47,277531"; -49º 32' 28,898808") percorrendo 105,25 metros pelo eixo da via, até a coordenada (-26º 15' 44,322156"; -49º , 32' 30,865601").

Art. 2º Fica denominada de "MARIA MAGDALENA DA SILVA" a via que inicia na confluência com a Rua "JOÃO TURECK", na coordenada (-26º 15' 45,460732"; -49º 32' 30,332326") percorrendo 41,36 metros pelo eixo da via, até a coordenada (-26º 15' 46,156023"; -49º 32' 31,592436").

Art. 3º Fica denominada de "ELIAS VENÂNCIO DA SILVA" a via que inicia na confluência com a Rua MARIA DA CRUZ TURECK, na coordenada (-26º 15' 42,869725"; -49º 32' 28,656157") percorrendo 24,30 metros pelo eixo da via, até coordenada (-26º 15' 42,465406"; -49º 32' 27,886241").

Art. 4º Cumpre ao Poder Executivo Municipal fixar placas de identificação, dar publicidade e conhecimento a população das referidas denominações, constantes do mapa parte integrante do projeto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 154 - DE 23 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2000, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO

DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos I, II e III do art. 66-A da Lei Complementar nº 016 de 04 de abril de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 36 de 28 de maio de 2007, que gradualmente passam a ter a seguinte redação:

"Art. 66 - A - .....

Para servidores com Carga Horária:	A partir de 1º/04/2019	A partir de 1º/09/2019
Igual ou superior a 30 (trinta) horas semanais	R\$ 210,00	R\$ 220,00
Igual a 20 horas e menor que 30 horas semanais;	R\$ 125,00	R\$ 132,00
Igual a 10 (dez) horas e menor que 20 (vinte) horas semanais	R\$ 85,00	R\$ 89,00

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta da dotação 3.3.9.0.00.00.00 - Aplicações Diretas, constante do orçamento geral do Município.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
Rio Negrinho, 23 de abril de 2019.  
JULIO CÉSAR RONCONI  
Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019**

Publicação Nº 1996247

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2019  
PREGÃO PRESENCIAL - RESUMO

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 13/05/2019, Pregão Presencial para registro de preços para LOCAÇÃO DE MINIESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2005, ACIMA DE 04 TONELADAS, INCLUINDO A OPERAÇÃO (TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, MANUTENÇÃO E OPERADOR) E MOTONIVELADORA ANO NÃO INFERIOR A 2005, INCLUINDO A OPERAÇÃO (TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO, COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, MANUTENÇÃO E OPERADOR), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 17 de abril de 2019.

JULIO CESAR RONCONI  
Prefeito Municipal

## **TERMOS DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 04/2019**

Publicação Nº 1997180

TERMO DE RESCISÃO N.º 04/2019

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 164/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA IMPLANTEST CONSTRUTORA EIRELI LTDA DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2018.

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.756/0001-79, com sede na Rua Richard S. de Albuquerque, n.º 200, Centro, Cidade de Rio Negrinho(SC), CEP: 89295-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JULIO CESAR RONCONI, resolveu rescindir de forma unilateral o Contrato n.º 164/2018 decorrente do processo licitatório n.º 090/2018, cujo objeto do contrato é a execução de obras, reforma e ampliação do Centro Integrado de Saúde - CIS.

Pelo presente instrumento, fica rescindido unilateralmente o Contrato n.º 164/2018, em razão de descumprimento de cláusulas previstas no contrato pela empresa contratada.

Destarte que o presente procedimento tem fulcro no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93 e cláusula 15ª do Contrato n.º 164/2018, pactuado entre o Município de Rio Negrinho e Implantest Construtora Eireli Ltda na data de 05 de dezembro de 2018.

Rio Negrinho(SC), 16 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO  
Representado pelo Prefeito Municipal  
JULIO CESAR RONCONI

WILLIAM EDUARDO WEISS  
OAB/SC 39883-B  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

**SAMAE - RIO NEGRINHO****EXTRATO DE PORTARIA 2019**

Publicação Nº 1997725

O Diretor Geral do SAMAE de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 1.811 de 05 de abril de 2019 - INTERROMPE o gozo de férias de servidor que menciona, a contar de 02 de abril de 2019.

Portaria nº 1.812 de 05 de abril de 2019 - PRORROGA contrato de admissão em caráter temporário da servidora que menciona, de 03/04/2019 a 02/04/2020 e/ou até a realização de novo concurso público.

Portaria nº 1.813 de 05 de abril de 2019 - PRORROGA contrato de admissão em caráter temporário de servidor que menciona, de 03/04/2019 a 02/04/2020 e/ou até a realização de novo concurso público.

Portaria nº 1.814 de 22 de abril de 2019 - HOMOLOGA resultado do Processo Licitatório nº 8/2019 do SAMAE;

OBJETO: Contratação de retroescavadeira com um (01) operador qualificado e um (01) auxiliar, para executar, conforme a demanda, da abertura e fechamento de valas, implantação de redes e novas ligações de água, na sede e interior.

Licitante vencedor:

OURO E PRATA REMOÇÃO DE TERRA E ENTULHO

CNPJ: 01.647.100/0001-77 ARAQUARI – SC

Item: 01 totalizando o valor de R\$ 99.000,00.

Portaria nº 1.815 de 25 de abril de 2019 - HOMOLOGA resultado do Processo Licitatório nº 6/2019 do SAMAE.

OBJETO: Aquisição de hidrômetros, para consumo da Divisão Técnica do SAMAE.

Licitante vencedor:

SAGA MEDIÇÃO LTDA

CNPJ: 08.026.075/0001-53 BOCAIUVA – MG

Lotes: 01 e 02 totalizando o valor de T\$ 144.999,00.

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://samaerne.com.br/publicacoes/portarias>.

Rio Negrinho-SC, 26 de abril de 2019.

Gilson José Reckziegel

Diretor Geral

**BALANÇO FINANCEIRO MARÇO 2019**

Publicação N° 1997727

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Prestação de Contas

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Março / 2019

Pág 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>2.449.107,49</b>	<b>9.117.675,37</b>
Ordinária		2.449.107,49	9.117.675,37
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>1.652.289,78</b>	<b>3.749.517,47</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		746.233,23	419.972,42
Inscrição de Restos a Pagar Processados		103.589,92	64.035,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		802.466,63	3.265.509,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>2.814.813,56</b>	<b>1.960.077,95</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.814.813,56	1.960.077,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>6.916.210,83</b>	<b>14.827.270,79</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.282.966,64</b>	<b>7.468.440,17</b>
Ordinária		2.282.966,64	7.468.440,17
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>287.818,62</b>	<b>1.160.401,02</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		287.818,62	1.160.401,02
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>1.050.931,94</b>	<b>3.383.616,04</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		170.698,52	132.987,29
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		64.035,35	34.967,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		816.198,07	3.215.660,93
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>3.294.493,63</b>	<b>2.814.813,56</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-1735-UACM-292781172 - Emitido por: ZENO TSHOEKE FILHO

12/04/2019 15:06:12 -03:00

Pág 2 / 2

**SAMAE - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO**

Prestação de Contas  
AN TC-05 Balanço Financeiro  
Período de Referência: Março / 2019



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.294.493,63	2.814.813,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>6.916.210,83</b>	<b>14.827.270,79</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável SAMAE - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO, Data Emissão 12/04/2019, Hora emissão 15:06:31

Notas:

ZENO TSCHOEKE FILHO  
Téc. Contab. - CRC-12.483-05

GILSON JOSE RECKZIEGEL  
Diretor Geral

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1735-UACM-292781172 - Emitido por: ZENO TSCHOEKE FILHO

12/04/2019 15:06:12 -03:00

# Romelândia

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 1997616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 802/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL OU FUTURA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA-SC, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA/SC E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRA-SONOGRAFIA E ENDOSCOPIA PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: [compras@romelandia.sc.gov.br](mailto:compras@romelandia.sc.gov.br), [www.romelandia.sc.gov.br](http://www.romelandia.sc.gov.br). Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 10/05/19. Romelândia (SC), 26/04/2019. DÉBORA GLEMBOTZKY - GESTORA MUNICIPAL DE SAÚDE.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 179/2019

Publicação Nº 1998330

PORTARIA Nº. 179, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 016 de 23 de dezembro de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão por cursos de aperfeiçoamento nos termos do artigo 45, ao artigo 48, da Lei Complementar nº 016/2010, à servidora DÉBORA BARONCHELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no importe de 2% (dois por cento) de incremento financeiro ao vencimento base.

Art. 2º A aferição da área correlata consta nos autos do processo administrativo nº 075/2019.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 26 de abril de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal de Salto Veloso

### PORTARIA Nº 180/2019

Publicação Nº 1998333

PORTARIA Nº. 180 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL PARA SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ALEXANDRE GATELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduação, Nível "E", da Secretaria de Educação, do anexo IV, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Art. 2º A avaliação de desempenho do servidor supracitado consta nos autos do processo administrativo nº 059/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 26 de abril de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 0001/2019

Publicação Nº 1997321

DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2019

AUTORIZA O REAJUSTE ANUAL REFERENTE AO VALE ALIMENTAÇÃO RECEBIDO PELOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLODOALDO JOSÉ VIGOLO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno e no artigo 8º da Lei Complementar Parlamentar n. 002/2015 de 06 de julho de 2015, em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica, promulga e faz saber a todos que:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica reajustado o valor do vale alimentação devido aos servidores do Poder Legislativo Municipal no percentual de 4,24 (quatro

vírgula vinte e quatro por cento) aplicando-se como base de reajuste os índices do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, referente ao período compreendido entre os meses outubro de 2017 a dezembro de 2018, com efeitos a partir do dia 01 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores.

Salto Veloso, 25 de abril de 2019.

Este Decreto Legislativo foi Registrado e publicado na data supra.

CLODOALDO JOSÉ VIGOLO  
Presidente



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 027/2019

Publicação Nº 1998163

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA  
EXTRATO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário completo, carroceria e chassi integrado, 0KM, de fabricação mínima de 2019, motor dianteiro movido a diesel, com no mínimo 06 cilindros, com no mínimo 230 CV de potência, com PBT mínimo de 16000 Kg, para ser utilizado no transporte escolar, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br), Site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 14/05/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 14/05/2019

Santa Cecília, 26 de Abril de 2019.  
Alessandra Aparecida Garcia  
Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO Nº 35/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 04/2019

Publicação Nº 1998018

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2019 – CHAMAMENTO PUBLICO Nº 04/2019

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 35/2019 - Chamamento Público nº 04/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para chamamento público consiste no cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 04 de junho de 2019. Abertura das propostas as 08h45min do dia 04 de junho de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 26 de abril de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

Publicação Nº 1997670

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 34/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 34/2019, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2019, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de corrimão, vidros e janelas de vidro de primeira qualidade. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 10 de maio de 2019. Abertura das propostas as 08h45min do dia 10 de maio de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 26 de abril de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 021, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997289

DECRETO Nº 021, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Comissão de Inventário, reavaliação, baixa, registro, controle e supervisão do patrimônio Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder ao inventário patrimonial, para efeito de comprovação de existência física dos bens moveis, de sua localização, bem como de sua utilização a estado de conservação;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Inventário e Supervisão do Patrimônio Público, com o objetivo de realizar o levantamento geral dos bens patrimoniais existentes no patrimônio Municipal, nomeando os seguintes membros:

Servidores: Fábio de Souza Machado, Contador; Willian Mateus Machado da Silva, Coordenador de Projetos; Aldoir Constante de Souza, Diretor I; Mara Rejane da Silva Roxo, Coordenadora de Educação Básica; Pedro Paulo de Bitencourt, Engenheiro Agrimensor.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Senhor Fábio de Souza Machado, que será responsável para organizar e convocar as reuniões, definir prazos e acompanhar em conjunto com a comissão o andamento das atividades que vierem a ocorrer.

Art. 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I – Patrimônio – conjunto de bens, direitos e obrigações suscetíveis de apreciação econômica, obtida por meio da compra, doação, permuta ou por outra forma de aquisição, devidamente identificada e registrada;

II – Bens Móveis – aqueles que, pelas suas características e natureza, podem ser transportados sem perda de forma e valor, sendo classificados como materiais permanentes;

III – Bens Inservíveis – todo material que esteja em desuso, obsoleto ou irrecuperável para o serviço público municipal;

Art. 3º A Comissão de Inventário do Patrimônio da Prefeitura tem por finalidade coordenar a realização do Inventário de Bens Permanentes e apresentar relatório, quanto aos resultados da verificação quantitativa e qualitativa dos equipamentos e materiais permanentes em uso com os registros patrimoniais e cadastrais e dos valores avaliados.

Art. 4º Compete à comissão de levantamento:

I. Conferir e relatar o patrimônio apresentado pela administração anterior;

II. Fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Prefeitura;

III. Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

IV. Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;

V. Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo;

VI. Realizar outras atividades correlatas;

Art. 5º A Comissão de Inventário de Bens Permanentes, em estreita articulação com os agentes responsáveis, coordenará as ações relativas a:

I. Verificar da existência física dos materiais permanentes em uso;

II. Levantamento da situação e estado de conservação dos bens permanentes e suas necessidades de manutenção e reparo;

III. Conciliação dos bens permanentes da Prefeitura e consolidação dos dados levantados;

IV. Apuração de qualquer irregularidade ocorrida como bem permanente, de acordo com as normas legais pertinentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de abril de 2019.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 22/2019

Publicação Nº 1997464

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 22/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 22/2019

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratada: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA.

Objeto: AQUISICAO DE VEICULO DE TRANSPORTE ESCOLAR DIARIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ONIBUS RURAL ESCOLAR (ORE).

Assinatura: 28 de março de 2019.

Vigência: 28/03/2019 até 28/03/2019.

Valor: R\$ 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº094/2019 – DE 23 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1998365

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº094/2019 – DE 23 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Férias ao Servidor Público Municipal SAMUEL CORREA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal SAMUEL CORREA, ocupante do Cargo de MÉDICO, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, para Gozo no período de 24 de abril de 2019 a 23 de maio de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal  
Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

### PORTARIA Nº095/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1998428

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº095/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor VALDECIR JOSÉ LORENZETTI e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor VALDECIR JOSÉ LORENZETTI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, no período de 24 de abril de 2019 a 26 de abril de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº096/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998509

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº096/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 24 de abril de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº097/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998657

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº097/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TECNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de agosto de 2017 a 01 de agosto de 2018, para Gozo no período de 02 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº098/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998758

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº098/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Férias ao Servidor Público Municipal EDEMILSO MENEGAT.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDEMILSO MENEGAT, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Julho de 2017 a 30 de Junho de 2018, para Gozo no período de 02 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº099/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº099/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.  
Concede Férias ao Servidor Público Municipal EDUARDO FREITAS DOS SANTOS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDUARDO FREITAS DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de maio de 2018 a 01 de maio de 2019, para Gozo no período de 02 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração



**PORTARIA Nº100/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº100/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias a Conselheira Tutelar Municipal EDINEIA KELI GOMES BORDIGNON.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 Inciso II da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de Junho de 2014 (Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a EDINEIA KELI GOMES BORDIGNON, Conselheira Tutelar Municipal, Lotada no Gabinete do Prefeito, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 10 de Janeiro de 2017 a 09 de Janeiro de 2018, para Gozo de 02 de maio de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº101/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998830

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº101/2019 – DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal JUCELIA APARECIDA DE LIMA PACAZZA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal JUCELIA APARECIDA DE LIMA PACAZZA, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 03 de maio de 2017 à 02 de maio de 2018 à serem Gozadas no período de 02 de maio de 2019 à 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 24 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº102/2019 – DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998831

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº102/2019 – DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 25 de abril de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 25 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

**PORTARIA Nº103/2019 – DE 25 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1998832

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº103/2019 – DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora TATIANE CHIMELLO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal TATIANE CHIMELLO, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 25 de abril de 2019, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 25 de abril de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### DECRETO 6.508/2019

Publicação N° 1997541

DECRETO N° 6.508, de 26 de abril de 2019.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2019.

EDÉSIO JUSTEN, Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, em atenção ao artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em ações do orçamento vigente no valor de R\$ 36.509,73 (trinta e seis mil, quinhentos e nove reais e setenta e três centavos), por conta do Excesso de arrecadação do exercício anterior, conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E ESPORTES	36.509,73
0801.12.361.0002.1010	Ampliação e Reforma de Edificações Escolares	36.509,73
4.4.90.00/0.1.80.000000	Investimentos	36.509,73

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 26 de abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

### PORTARIA N° 14.705/19

Publicação N° 1997658

Estado de Santa Catarina

Município de Santo Amaro da Imperatriz

PORTARIA N° 14.705, de 26 de ABRIL de 2019.

Substitui membro de Comissão de Monitoramento e Avaliação.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento inciso XI, do art. 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos artigos 40 e seguintes, do Decreto Municipal nº 6.043/2017, resolve:

D E S I G N A R:

Art. 1º BERNARDO LUCKMANN NETO, Secretário de Planejamento, para substituir o Secretário da Comissão de Monitoramento e Avaliação, RICARDO alexandre LOPES, Assistente Administrativo, para monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6043/2017, Plano de Trabalho e Termo de Colaboração/Fomento ou Acordo de Cooperação.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, em 26 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 72/2019

Publicação Nº 1997613

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 72/2019  
MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que receberá até as 08h30min horas do dia 30/05/2019, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JOÃO MUHLBAUER, ESTRADA CONRADO LIEBL, BAIRRO SERRA ALTA, RUA CARLOS STIEGLER, BAIRRO COLONIAL, ESTRADA PARANÁ, BAIRRO ALPINO, RUA ANTONIO DOS SANTOS, BAIRRO RIO VERMELHO ESTAÇÃO E RUA ESTANISLAU FUHRMANN, BAIRRO BRASÍLIA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO FIRMADO COM O BADESC Nº 2018 0214 01.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net), obter maiores informações e retirada do memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e projetos no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1cNSDO-CrQayH1IaSzj8ChfmzDXSacwEey?usp=sharing> na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 as 16h00.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2019.

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES  
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 - EMHAB

Publicação Nº 1999183

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019  
MENOR PREÇO GLOBAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB, através de seu Diretor Presidente, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 09 de maio de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3633-5673 ou retirar o Edital completo através do site [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net)

São Bento do Sul, 29 de abril de 2019.

Vilson Altivo Torres Fenner  
Diretor Presidente da EMHAB

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2019

Publicação Nº 1998044

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2019

OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, pelo período de maio à setembro de 2019.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 1.330.000,00.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2019.

Rosemari Ivane Strack Cândido – Secretária de Educação

**EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2019**

Publicação Nº 1998051

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2019

OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de abril a 21 de setembro de 2019.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 190.000,00.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2019.

Rosemari Ivane Strack Cândido – Secretária de Educação

**HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019**

Publicação Nº 1997341

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA  
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL N.º 02/2019  
HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 02/2019.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: MÉDICO PSIQUIATRA

NÃO HOUVE INSCRITOS CARGO: PROFESSOR DE PIANO/TECLADO/TEORIA

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação por tempo de serviço	Número de dependentes	Data de Nascimento
1º	KELLY SONIA RAMOS	7,5	0	16/02/1981
2º	SIMAAH HABIB	2,5	0	29/05/1998

**JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 73/2019**

Publicação Nº 1998047

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes (vale transporte) para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, pelo período de maio à setembro de 2019.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços. A empresa TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA com CNPJ 82.770.033/0001-85, localizada na Rua João Stoeberl, nº 119, no município de São Bento do Sul é a única empresa de transporte público que faz as linhas de transporte coletivo entre diversos bairros e localidades do município. Os alunos que estudam na Rede Pública, da educação básica que residem na zona rural ou uma distância superior a 2 ou 3 km da unidade escolar, conforme Lei nº 2893 de 19 de novembro de 2011, alterada nos artigos 27, 28 e 29 pela Lei nº 3190, de 12 de junho de 2013 tem direito a transporte escolar. O transporte escolar faz parte das metas da educação, proporcionando acesso à escola com segurança e qualidade de ensino de acordo com o Plano Municipal de Educação 2015 – 2015, Lei nº 3559/15. Meta 1 – Educação Infantil: 1.4 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública...; 1.13 Garantir o acesso à educação infantil...; Meta 2 – Ensino Fundamental: 2.1 Garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos no ensino fundamental nas redes públicas e privadas; 2.19 garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, em regime de colaboração com a união e o estado. Meta 3 – Ensino Médio: 3.2 garantir acesso e permanência dos estudantes. Portanto, sendo a única empresa credenciada, justifica-se a aquisição dos passes da mesma pela Secretaria de Educação e entregue aos estudantes que tem direito.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo

urbano municipal, conforme Decreto nº 1052, de 24 de setembro de 2018 e Termo Aditivo nº 047/2019.

V - Justificativa do Preço: o preço de R\$ 1.330.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado, para o período de maio à setembro de 2019, conforme Decreto nº 1284, de 03 de abril de 2019.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

## **JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2019**

Publicação Nº 1998055

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de abril a 21 de setembro de 2019.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho. O fornecimento de passes pela empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de abril a setembro de 2019, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino, conforme Decreto nº 1052, de 24 de setembro de 2018 e Termo Aditivo nº 047/2019.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 190.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Decreto nº 1284, de 03 de abril de 2019.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do Art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

## **LEI Nº 4059/2019**

Publicação Nº 1997679

LEI Nº 4059, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Magno Bollmann, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CEIM VEREADOR SILVIO IVENS GROSSL (CNPJ 20.872.330/0001-84), com sede na Rua Francisco Eckstein, nº 950, CEP 89.289-010, bairro Lençol, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, entidade civil, sem fins lucrativos.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal



**PORTARIAS/SEMED Nº 1157 A 1236/2019**

Publicação Nº 1997184

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

- Portaria/SEMED nº 1157, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 10 horas para 20 horas semanais, Amanda Baum, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1158, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 30 horas para 40 horas semanais, Anderson Furtado, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1159, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 10 horas para 20 horas semanais, Kelly Sacht, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1160, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Patricia Pabst, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1161, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 20 horas para 30 horas semanais, Patricia Ribeiro, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1162, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 10 horas para 20 horas semanais, Silfane Silva de Assis, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1163, 25 de abril de 2019. Concede Alteração de Carga Horária Temporária, de 20 horas para 30 horas semanais, André Reis Miranda, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1164, 25 de abril de 2019. Concede Redução de Carga Horária, de 40 horas para 20 horas semanais, Geslaine Luiz de Oliveira da Silva e Souza, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1165, 25 de abril de 2019. Concede Ampliação de Carga Horária, de 30 horas para 40 horas semanais, Carla Luciane Fuckner Kotovicz, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1166, 25 de abril de 2019. Revoga Portaria/SEMED nº 1011/2019, que concedeu Alteração de Carga Horária Temporária, a partir de 05/04/2019, Celso Vinicius Schelbauer, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1167, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Adriane Milde, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1168, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Alessandra Baptista Fragozo, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1169, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Amarildo Edmundo Pickocz, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1170, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ana Paula Dranka Taschek, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1171, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ana Paula Petreça Knop, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1172, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ana Paula Silveira Soares, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1173, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Andreia Simone Micta, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1174, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Andreia Terezinha Rosatti, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1175, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ciliane Aparecida Martins Ferreira, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1176, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Cintia Becker Cordeiro, Professor Anos Finais.
- Portaria/SEMED nº 1177, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Claudete Aparecida Stiz, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1178, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Cleia Maria Schneider Baier, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1179, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Cleidimara Neidert, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1180, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Denise Bueno, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1181, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Edeltraud Onivia Cubas Fuckner, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1182, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Eliane Aparecida de Farias Tschöke, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1183, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Eliane de Jesus Lovicki Guedes, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1184, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Eliane de Oliveira, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1185, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Elisete Aparecida Vaz, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1186, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Elizete Rossa de Souza, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1187, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Evelise Grobe, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1188, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Franciane Aparecida de Campos Becker, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1189, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Geisi Kirschbauer, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1190, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Geomara Schoeffel Sperb, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1191, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Heloiza Cristina Paes, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1192, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Isabel Cristina de Souza Salzbron, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1193, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Isabel Melânia Peitruka, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1194, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ivone Labas, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1195, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Janaina Aparecida da Cruz, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1196, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Jandira Maguerovski Franz, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1197, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Joanice de Campos, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1198, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Joanita Maguerovski Ferreira, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1199, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Josane Linhares, Atendente Educativo.
- Portaria/SEMED nº 1200, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Joseane Baum, Professor Educação Infantil.
- Portaria/SEMED nº 1201, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Josiane Regina Iankoski Ferreira Zambello, Professor Educação Infantil.



Portaria/SEMED nº 1202, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Josiele Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1203, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Jurema Biaobock, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1204, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Karin Hinkeldey, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1205, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Kelly Myucha Moes Messias, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1206, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Laide Mendes Oliveira Pscheidt, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1207, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Lilian da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1208, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Liliane Aparecida Lopes Lourenço da Silva, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1209, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Mara Lucia Berti Matos, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1210, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Márcia Agostinho, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1211, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Maridalva Furtado, Atendente de Berçário.

Portaria/SEMED nº 1212, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Monica Piechontcoski dos Santos, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1213, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Naiara Bonett de Andrade, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1214, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Nilceia Gloneki, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1215, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Ozana Carine Mecabo Lazarotto Lourenço, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1216, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Roberta Ribeiro de Oliveira, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1217, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Rosane Kosmala, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1218, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Selma Leonir Alves dos Santos Rodena, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1219, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Sheila Donisete Augustin Neppel, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1220, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Shirlei Fagundes Andruschechen, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1221, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Silmara Rodrigues Ferreira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1222, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Silvia Lobermeyer Pollum, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1223, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Simoni de Chaves Ribeiro, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1224, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Siumara Aparecida Garcia Walter, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1225, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Sonia Geise Lobato Abreu, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1226, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Tabatah Andressa Denk Frick, Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 1227, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Tatiana Stachon, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1228, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Tatiane Dacoregio Nogueira, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1229, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Thamires Roberta Lesnhak, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1230, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Vania de Andrade, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1231, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Vera Aparecida Fernandes dos Santos, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1232, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Vera Lucia Lemos Weiss, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1233, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Veronica Graczeck, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1234, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Vitor Alves, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1235, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Marielle Pruess, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1236, 25 de abril de 2019. Concede Progressão Funcional Vertical, Cintia Karine Zomer, Atendente Educativo.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2019

Publicação Nº 1997571

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 01/2019  
DISPÕE SOBRE A REPROGRAMAÇÃO DO SUPERAVIT DO ANO DE 2018 PARA O ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul (CMAS), no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da 219ª Reunião Plenária Ordinária realizada em 17 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a reprogramação do superavit do ano de 2018 para o ano de 2019, tendo as seguintes divisões específica:

§ 1º Saldo para reprogramar dos recursos do Estado – Proteção Social Básica: R\$ 96.193,84 (noventa e seis mil, cento e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Para Investimentos: R\$ 72.044,65 (setenta e dois mil, quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

- a) Aquisição de veículo automotivo: R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais); e
- b) Aquisição de móveis, toldos, equipamentos de informática e outros utensílios conforme as necessidades dos equipamentos: R\$ 14.044,65 (catorze mil, quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

II – Para Custeio: R\$ 24.149,19 (Vinte e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e dezenove centavos), sendo:

- a) Contratação de diversos prestadores de serviços tais como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática, manutenção/lavação/combustível de veículos, monitoramento eletrônico, serviços de roçadas, seguro de veículos, capacitação da equipe técnica: R\$ 14.149,19 (catorze mil, cento e quarenta e nove reais e dezenove centavos); e
- b) Aquisição de diversos materiais de consumo e expediente, como: água, luz, telefone, água mineral, alarme, internet, materiais de artesanato, lanches para oficinas desenvolvidas nas atividades dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

§ 2º Saldo para reprogramar dos recursos do Estado – Proteção Social Especial de Média Complexidade: R\$ 12.974,10 (doze mil, novecentos e setenta e quatro reais e dez centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Para Investimentos: R\$ 6.371,16 (seis mil, trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), sendo:

- a) Aquisição de móveis, equipamentos de informática, e outros de acordo com as necessidades das equipes: R\$ 6.371,16 (seis mil, trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos).

II – Para Custeio: R\$ 6.602,94 (seis mil, seiscentos e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo:

- a) Aquisição de diversos materiais de consumo, e expedientes, como: água, luz, telefone, serviços de alarme, serviços de internet, combustível, manutenção/lavação/combustível para veículos, serviços de roçadas, lanches para oficinas, artesanato, capacitações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e vale-transporte: R\$ 6.602,94 (seis mil, seiscentos e dois reais e noventa e quatro centavos).

§ 3º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Proteção Social Básica: R\$ 38.981,43 (trinta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), que serão divididos da seguinte forma:

I – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), sendo:

- a) Contratação de diversas oficinas para desenvolver o SCFV nos CRAS: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e
- b) Aquisição de diversos materiais de consumo, artesanato, lanches para oficinas desenvolvimento das atividades nos três CRAS e vale-transporte: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

II – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): R\$ 10.981,43 (dez mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), sendo:

- a) Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática, manutenção/lavação/combustível de veículo, monitoramento eletrônico, serviços de roçadas e demais necessidades para execução das atividades nos três CRAS: R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e
- b) Aquisição de diversos materiais de consumo e expediente para as diversas atividades desenvolvidas nos três CRAS: R\$ 981,43 (novecentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos).

§ 4º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Proteção Social Especial de Média Complexidade: R\$ 126.146,35 (Cento e vinte e seis mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente para desenvolver as diversas atividades do CREAS tais como: kit para moradores de rua, produtos de higiene e limpeza, entre outros: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática, manutenção/lavação/combustível de veículo, monitoramento eletrônico, contratação de empresa de segurança, serviços de roçadas e demais necessidades para execução das atividades desenvolvidas no CREAS: R\$ 17.146,35 (dezessete mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos);

III – Contratação de serviços de oficinas e grupos para o Serviço de Medidas Socioeducativa (MSE) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV – Capacitação para equipe técnica do CREAS: R\$ 9.000,00 (nove mil reais); e

V – Pagamento de técnicos das equipes de referência dos CREAS: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

§ 5º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Proteção Social Especial de Média Complexidade – Piso de Transição de Média Complexidade: R\$ 222,80 (duzentos e vinte e dois reais e oitenta centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Transferência de saldo de subvenções sociais para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), R\$ 222,80 (duzentos e vinte e dois reais e oitenta centavos).

§ 6º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Proteção Social Especial – Alta Complexidade I – Crianças/Adolescente: R\$ 755,12 (setecentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Pagamento de subsídio das Famílias Acolhedoras conforme legislação vigente: R\$ 755,12 (setecentos e cinquenta e cinco reais e doze

centavos).

§ 7º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SU-AS): R\$ 14.920,82 (Catorze mil, novecentos e vinte reais e oitenta e dois centavos). Será usado da seguinte forma. Será usado da seguinte forma:

I – Diárias Civil para servidores: R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

II – Capacitações de servidores e dos conselheiros de Assistência Social conforme previsão legal: R\$ 4.920,82 (quatro mil, novecentos e vinte reais e oitenta e dois centavos); e

III – Capacitação e diárias para o Conselho Municipal de Assistência Social: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

§ 8º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família (IGD-PBF): R\$ 48.349,64 (quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Para custeio: R\$ 24.174,82 (vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), sendo:

a) – Diárias para profissionais ligados ao Programa Bolsa Família para participar de capacitações: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

b) – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente para desenvolver as diversas atividades deste programa: R\$ 5.174,82 (cinco mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos);

c) – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de internet, sistema de informática, manutenção/lavação/combustível de veículo, monitoramento eletrônico, confecção de coletes e demais necessidades para execução das atividades desenvolvidas: R\$ 11.000,00 (onze mil reais); e

d) – Capacitação de profissionais deste programa: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

II – Para Investimentos: R\$ 24.174,82 (vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), sendo:

a) – Aquisição de diversos móveis e utensílios, tais como, computadores, telefones, cadeiras, ventiladores, armários e demais equipamentos necessários para desenvolver as atividades deste programa: R\$ 24.174,82 (vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

§ 9º – Saldo para reprogramar do recurso da União – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO): R\$ 127.792,88 (Cento e vinte e sete mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Restos a pagar de 2018: R\$ 37.328,02 (Trinta e sete mil, trezentos e vinte e oito reais e dois centavos)

II – Contratação de Equipe Técnica (Coordenador, técnico de nível superior e técnico de nível médio): R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais); e

II – Despesas diversas (Lanche, vale-transporte, folder, banner, moto-mídia, locação de veículo): R\$ 35.464,86 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)

§ 10º – Saldo para reprogramar dos recursos da União – Benefício de Prestação Continuada na Escola (BPC na Escola): R\$ 2.370,79 (dois mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos). Será utilizado da seguinte forma:

I – Confecção de materiais de divulgação do BPC Escola, tais como folders, cartilhas, bonés e outros que a comissão julgar necessário: R\$ 2.370,79 (dois mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2019

Maira Denice Gonçalves de Almeida

Presidente do CMAS de São Bento do Sul

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2019

Publicação Nº 1997574

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 02/2019

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE OS RECURSOS ADVINDOS DA UNIÃO NO ANO DE 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul (CMAS), no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da 219ª Reunião Plenária Ordinária do CMAS realizada em 17 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social referente aos recursos advindos da União no exercício de 2018.

Art. 2º – Esta Prestação de Contas compreende:

I – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família – IGD-PBF;

II – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS;

III – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho);

IV – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica;

a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

b) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

V – Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

b) Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e

VI – Piso de Alta Complexidade I – Crianças/Adolescentes; e

VII – Piso de Transição de Média Complexidade.

Paragrafo único. Esta prestação de contas compreende os recursos advindos da sistemática fundo a fundo da União referente ao exercício de 2018 e os recursos reprogramados referente ao saldo remanescente do ano de 2017.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2019

Maira Denice Gonçalves de Almeida

Presidente do CMAS de São Bento do Sul

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2019

Publicação Nº 1997576

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 03/2019

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE OS RECURSOS ADVINDOS DO ESTADO NO ANO 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul (CMAS), no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2.818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da 219ª Reunião Plenária Ordinária do CMAS realizada em 17 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos advindos do Estado referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Prestação de Contas compreende os recursos advindos da sistemática fundo a fundo para os Serviços Proteção Social Básica e Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade referente ao exercício de 2018 e os recursos reprogramados referente ao saldo remanescente do ano de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2019

Maira Denice Gonçalves de Almeida

Presidente do CMAS de São Bento do Sul

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2019

Publicação Nº 1997578

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 04/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – ANO 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2.818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da 219ª Reunião Plenária Ordinária do CMAS realizada em 17 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do Programa Bolsa Família para o ano de 2019, elaborado pela Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2019

Maira Denice Gonçalves de Almeida

Presidente do CMAS de São Bento do Sul

Plano de Ação Programa Bolsa Família 2019

Objetivo	Ação	Prazo	Responsável	Ação Utilizará recurso IGD
Socializar e informar sobre os direitos e deveres das famílias nas áreas de saúde, educação e assistência social.	Reunião com os diretores de escolas e agentes de saúde, assistentes sócias, conselho tutelar, especificando a importância do cadastro único e suas condicionalidades.	Ano 2019	3 setores	Lanche e deslocamento das técnicas responsáveis em cada setor.
Passar para as famílias importância de cumprir com as condicionalidades.	Reunião com as famílias nos setores responsáveis, e quando possível individual.	Ano 2019	3 setores	Lanche, combustível
Ampliar o acompanhamento na área da saúde.	Ampliação e cronograma fixo do acompanhamento das condicionalidades da saúde, com panfleto exclusivo da área.	Ano 2019	Saúde e Assistência Social	3000 panfletos
Ampliar o conhecimento dos programas ofertados pelo cadastro único.	Divulgação através de folders, palestras em grupos de mães, idosos, escolas, postos de saúde e associações de moradores, rádio, câmara de vereadores.	Ano 2019	3 setores	5000 folders, combustível (deslocamento das técnicas), Data show, Notebook, Pastas, Canetas, Flip-Chart branco, Pincel atômico, Banners, Rádio, moto mídia, Imã de geladeira.
Identificar famílias em descumprimento das condicionalidades	Realizar contato com as famílias, verificando o motivo do não cumprimento.	Ano 2019	3 setores	Combustível, telefone com whatsapp.
Verificar se a família está em acompanhamento do CRAS.	Enviar a relação das famílias que estão em descumprimento ao CRAS para verificar motivo e acompanhar as famílias.	Ano 2019	3 setores Assistente social	E-mail, telefone, carro.
Realizar busca ativa.	Efetuar visita domiciliar para verificar a vulnerabilidade que a família se encontra.	Ano 2019	Técnica do Cadastro Único e Assistente Social	Combustível, telefone com whatsapp,
Capacitação.	Capacitar as equipes, com cursos ofertados pelo governo federal e estadual.	Ano 2019	3 setores	Transporte, diária.
Avaliação e monitoramento.	Avaliar os resultados que foram realizados.	2 meses (novembro e dezembro)	3 setores	Combustível, telefone, E-mail.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº097/2019

Publicação Nº 1997564

PORTARIA IPRESBS Nº. 097/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, o dia 18/03/2019 e pelo período de 20/03/2019 a 22/03/2019, concedido ao servidor VITOR ALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 043/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/03/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº093/2019**

Publicação Nº 1997559

**PORTARIA IPRESBS Nº 093/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2019 a 10/05/2019, ao servidor VANDERLEI SIMÕES DA COSTA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 27/03/2019 a 10/04/2019 compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº094/2019**

Publicação Nº 1997561

**PORTARIA IPRESBS Nº 094/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/04/2019 a 24/04/2019, a servidora LILIAN DOS ANJOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 12/03/2019 a 26/03/2019 compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/04/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº095/2019**

Publicação Nº 1997562

**PORTARIA IPRESBS Nº 095/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 31/03/2019 a 30/04/2019, a servidora EUNICE DE FATIMA LOCK DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 11/03/2019 a 12/03/2019 – 18/03/2019 a 30/03/2019 - compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº096/2019**

Publicação Nº 1997563

## PORTARIA IPRESBS Nº 096/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/04/2019 a 28/04/2019, a servidora ADRIANA APARECIDA PEDROSO ROPKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 21/03/2019 a 25/03/2019 – 28/03/2019 a 06/04/2019 - compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/04/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº098/2019**

Publicação Nº 1997565

## PORTARIA IPRESBS Nº 098/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/04/2019 a 27/05/2019, ao servidor SERGIO ANTONIO JANKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 11/03/2019 a 15/03/2019 – 27/03/2019 a 05/04/2019 compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/04/2019.

São Bento do Sul, 08/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº099/2019**

Publicação Nº 1997566

## PORTARIA IPRESBS Nº 099/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/04/2019 a 09/05/2019, a servidora MARINEUSA ARNOLD WOEHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 19/03/2019 a 22/03/2019 – 09/04/2019 a 19/04/2019 compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº100/2019**

Publicação Nº 1997567

## PORTARIA IPRESBS Nº 100/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/04/2019 a 12/06/2019, ao servidor ADRIANO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado na Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 02/04/2019 a 16/04/2019 compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº101/2019**

Publicação Nº 1997618

## PORTARIA IPRESBS Nº. 101/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/04/2019 a 12/06/2019, concedido a servidora JOSELI DA SILVA E SOUZA MENEZES DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 073/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº102/2019**

Publicação Nº 1997621

## PORTARIA IPRESBS Nº. 102/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/04/2019 a 28/08/2019, concedido a servidora ANA MARIA VEIGA AUGUSTIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 041/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº103/2019**

Publicação Nº 1997624

**PORTARIA IPRESBS Nº 103/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2019 a 11/06/2019, a servidora LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora, lotada no Gabinete do Prefeito, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 27/03/2019 a 10/04/2019, compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº104/2019**

Publicação Nº 1997626

**PORTARIA IPRESBS Nº 104/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/04/2019 a 10/07/2019, a servidora VIVIANE WEISS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 12/04/2019 a 26/04/2019, compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº105/2019**

Publicação Nº 1997627

**PORTARIA IPRESBS Nº 105/2019**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/04/2019 a 27/07/2019, a servidora MAURO SIQUEIRA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 12/03/2019 – 27/03/2019 a 09/04/2019, compete a Prefeitura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº106/2019**

Publicação Nº 1997629

PORTARIA IPRESBS Nº. 106/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/04/2019 a 15/10/2019, concedido a servidora FABIANE HAELSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 283/2018, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/04/2019.

São Bento do Sul, 22/04/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº107/2019**

Publicação Nº 1997633

PORTARIA IPRESBS Nº 107/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS Nº 032/2019, a servidora RUTE DOS SANTOS COPPETI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de 06/04/2019, em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/04/2019.

São Bento do Sul, 25/04/2019

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 35/2019

Publicação Nº 1997984

ESTADO DE SANTA CATARINA,  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2019  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de kit de uniforme escolar, composto por calça, jaqueta, bermuda e camisetas. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 14/05/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações/ Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 26/04/2019– ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 77/2019

Publicação Nº 1997374

CONTRATO Nº 77/2019

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa TOCHA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 19103718000131, localizada na Rua RUA IPE 1789 - APT 01, CENTRO, CATANDUVAS, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. MARCIO FERRI, brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Rua RUA IPE 1789 - APT 01, CENTRO, na Cidade Catanduvás-SC, inscrito no CPF sob nº 853.839.619-68, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2013, MOTOR DE 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA DE 29 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA..

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire UM CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2013, MOTOR DE 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA DE 29 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA., do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens " ", do Processo Licitatório 32/2019 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 32/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	Und	CAMINHÃO USADO,FORD/CARGO 2629 BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MOTOR DE 290 CVs, COR BRANCA, CAPACIDADE DE 29 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA, DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2,90 MT DE LARGURA, 9,5 MT DE COMPRIMENTO E RAMPA ACOPLADO PARA O CARREGAMENTO EM ÓTIMO ESTADO, APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E LAUDO MECÂNICO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DO MOTOR, CAIXA, DIFERENCIAL, PARTE ELÉTRICA E ESTRUTURA FÍSICA DO CAMINHÃO E PRANCHA, COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) MESES DE GARANTIA, SEM RESTRIÇÕES	FORD/CARGO	255.000,00	255.000,00
Total						255.000,00

O valor total do contrato é de R\$ 255.000,00 ((duzentos e cinquenta e cinco mil reais)), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas



seguinte dotações orçamentárias:

2.037.4490.00 - 3890 - 162/2019 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 3000 - 169/2019 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 26/04/2019 até 31/12/2019, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 32/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 32/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº32/2019 , modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 26 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

MARCIO FERRI  
Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC/Nº 15.411  
Assessor Jurídico

Testemunhas: \_\_\_\_\_

## **EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2019 PREGÃO 24/2019**

Publicação Nº 1997989

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019  
PREGÃO No 24/2019

### **01. PREÂMBULO**

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 035 e n. 88/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 24/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 14/05/2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4– Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

### **02. OBJETO**

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORMES ESCOLARES COMPOSTO POR UMA CALÇA, UMA JAQUETA, DUAS CAMISETAS MANGA CURTA E UMA BERMUDA, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO O MODELO E TECIDO APROVADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 365/2003. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA INCENTIVAR O ENSINO APRENDIZAGEM E PROPORCIONAR MAIOR SOCIALIZAÇÃO E IGUALDADE ENTRE OS ALUNOS.

### **ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL**

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Micro-empendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	AGASALHO: TAMANHO 02, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	23,00	64,90	1492,70
2	AGASALHO: TAMANHO 04, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	26,00	67,40	1752,40
3	AGASALHO: TAMANHO 01, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	62,80	188,40



4	AGASALHO: TAMANHO 06, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	87,00	74,80	6507,60
5	AGASALHO: TAMANHO 08, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	64,00	79,90	5113,60
6	AGASALHO: TAMANHO 10, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	61,00	83,40	5087,40

7	AGASALHO: TAMANHO 12, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	52,00	88,60	4607,20
8	AGASALHO: TAMANHO 14, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	15,00	95,30	1429,50
9	AGASALHO: TAMANHO 16, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	97,10	776,80

10	AGASALHO: TAMANHO P, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	6,00	114,80	688,80
11	AGASALHO: TAMANHO M, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	118,40	947,20
12	AGASALHO: TAMANHO G, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	12,00	122,10	1465,20

13	AGASALHO: TAMANHO GG, CALÇA COMPRIDA C/ FIVETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FIVETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICÍPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	124,20	248,40
14	AGASALHO: TAMANHO EGG, CALÇA COMPRIDA C/ FIVETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FIVETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICÍPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	128,80	386,40
15	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 01 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICÍPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	4,00	22,80	91,20
16	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 02 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICÍPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	32,00	24,85	795,20

17	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 04 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	34,00	25,85	878,90
18	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 06 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	138,00	26,85	3705,30
19	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 08 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	198,00	27,85	5514,30
20	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 10 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	132,00	28,85	3808,20

21	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 12 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	106,00	29,85	3164,10
22	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 14 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	32,00	30,90	988,80
23	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 16 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	14,00	32,90	460,60
24	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO M, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	16,00	36,90	590,40

25	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO G, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	24,00	36,90	885,60
26	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO GG, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	36,90	295,20
27	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO EGG, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	37,90	75,80
28	BERMUDA TAMANHO 02, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILITE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	23,00	27,90	641,70



29	BERMUDA TAMANHO 04, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	26,00	28,90	751,40
30	BERMUDA TAMANHO 01, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	25,90	77,70
31	BERMUDA TAMANHO 06, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	87,00	30,90	2688,30
32	BERMUDA TAMANHO 08, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	64,00	31,90	2041,60

33	BERMUDA TAMANHO 10, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	61,00	33,90	2067,90
34	BERMUDA TAMANHO 12, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	52,00	35,90	1866,80
35	BERMUDA TAMANHO 14, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	15,00	37,90	568,50
36	BERMUDA TAMANHO 16, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	39,90	319,20

37	BERMUDA TAMANHO P, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	6,00	41,60	249,60
38	BERMUDA TAMANHO M, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	41,60	332,80
39	BERMUDA TAMANHO G, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	12,00	41,60	499,20
40	BERMUDA TAMANHO GG, EM TECIDO ABRIGO COLE-GIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMA-TURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFE-RIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FI-LETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFOR-ME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	47,60	95,20

41	BERMUDA TAMANHO EGG, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	47,60	142,80
			Total		64.287,90

Os itens que ultrapassarem o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca serão desclassificados, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

Anexo a proposta apresentar obrigatoriamente sob pena de desclassificação amostra dos tecidos que serão confeccionados o kit de uniforme escolar (calça, jaqueta, bermuda e camisetas), as amostras serão analisadas e avaliadas pela Secretária de Educação durante a sessão e se não aprovar, a proposta será imediatamente desclassificada.

### 03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

### 04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2019

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

ENVELOPE N.º 01 – Proposta

Empresa: Nome/Razão Social:

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2019

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

ENVELOPE N.º 02 – Documentação

Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

#### DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma

credenciada.

5 - A ausência do Credenciado , impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

## 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

f) Anexo a proposta apresentar obrigatoriamente sob pena de desclassificação amostra dos tecidos que serão confeccionados o kit de uniforme escolar (calça, jaqueta, bermuda e camisetas), as amostras serão analisadas e avaliadas pela Secretária de Educação durante a sessão e se não aprovar, a proposta será imediatamente desclassificada.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

## 06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

#### 07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso



apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### 09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 - Os kits de uniformes escolares deverão ser entregues na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sita a Rua São Bernardino, S/N, Centro, São Bernardino-SC, CEP 89.982-000, conforme a necessidade e autorização da Secretaria e que deverá ocorrer em até 30 dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria. Na entrega as peças que apresentarem defeitos serão devolvidas, e a empresa deverá substituir sob sua responsabilidade.

9.2 - A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.015.3390.00 - 1036 - 64/2019 - Manutenção da Creche 2.016.3390.00 - 1036 - 42/2019 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 2.020.3390.00 - 1036 - 79/2019 - Apoio ao Ensino Especial 2.019.3390.00 - 1036 - 73/2019 - Manutenção do Pré-Escolar

#### 12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com



o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

### 13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

### 14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

### 16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## 17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

- 17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.
- 17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.
- 17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexequível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.
- 17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.
- 17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).
- 17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site [www.saobernardino.sc.gov.br](http://www.saobernardino.sc.gov.br), no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 26/04/2019

Prefeito Municipal  
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
RUDIMAR BORCIONI  
OAB-SC 15411  
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I  
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019  
PREGÃO No 24/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF sob n.º \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... -SC, na modalidade Pregão n.º ....., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019  
PREGÃO No 24/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º ..... do município de .....-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019  
PREGÃO No 24/2019

A Empresa ..... ,com sede na ..... , inscrita no CNPJ nº ..... ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... , DECLARA,sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019  
PREGÃO No 24/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 24/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto:O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORMES ESCOLARES COMPOSTO POR UMA CALÇA, UMA JAQUETA, DUAS CAMISETAS MANGA CURTA E UMA BERMUDA, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, OBEDECENDO O MODELO E TECIDO APROVADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL N. 365/2003. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA INCENTIVAR O ENSINO APRENDIZAGEM E PROPORCIONAR MAIOR SOCIALIZAÇÃO E IGUALDADE ENTRE OS ALUNOS.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	AGASALHO: TAMANHO 02, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	23,00	64,90	1492,70

2	AGASALHO: TAMANHO 04, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	26,00	67,40	1752,40
3	AGASALHO: TAMANHO 01, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	62,80	188,40

4	AGASALHO: TAMANHO 06, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	87,00	74,80	6507,60
5	AGASALHO: TAMANHO 08, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	64,00	79,90	5113,60

6	AGASALHO: TAMANHO 10, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	61,00	83,40	5087,40
7	AGASALHO: TAMANHO 12, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	52,00	88,60	4607,20



8	AGASALHO: TAMANHO 14, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	15,00	95,30	1429,50
9	AGASALHO: TAMANHO 16, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	97,10	776,80

10	AGASALHO: TAMANHO P, CALÇA COM-PRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	6,00	114,80	688,80
11	AGASALHO: TAMANHO M, CALÇA COM-PRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	118,40	947,20

12	AGASALHO: TAMANHO G, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	12,00	122,10	1465,20
13	AGASALHO: TAMANHO GG, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	124,20	248,40

14	AGASALHO: TAMANHO EGG, CALÇA COMPRIDA C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL E JAQUETA COM FILETE VERMELHO NAS MANGAS C/ ZIPER VERMELHO EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO /LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MAQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MINIMO 100% POLIESTER, NA PARTE INFERIOR DA CALÇA ACABAMENTO EM BAINHA COM MAQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS, C/ BORDADO NA COR VERMELHO A DESCRIÇÃO: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO). ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	128,80	386,40
15	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 01 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	4,00	22,80	91,20
16	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 02 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	32,00	24,85	795,20

17	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 04 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	34,00	25,85	878,90
18	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 06 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	138,00	26,85	3705,30
19	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 08 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	198,00	27,85	5514,30

20	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 10 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	132,00	28,85	3808,20
21	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 12 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	106,00	29,85	3164,10
22	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 14 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	32,00	30,90	988,80

23	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO 16 EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	14,00	32,90	460,60
24	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO M, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	16,00	36,90	590,40
25	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO G, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	24,00	36,90	885,60



26	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO GG, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	36,90	295,20
27	CAMISETA COLEGIAL TAMANHO EGG, EM MALHA FIO 30 ANTI-PILLING, 65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE, SENDO CORPO NA COR BRANCA, MANGA CURTA NA COR BRANCA, COM A GOLA REDONDA RIBANA NA COR AZUL ROYAL, LARGURA DE 2,5 CM. BORDADO NA COR AZUL ROYAL. MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO - EDUCAÇÃO. E O BRASÃO NAS CORES DO MUNICIPIO. (BORDADO), SOLIDEZ DA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL COM ENCOLHIMENTO MÁXIMO DE 5%, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	37,90	75,80
28	BERMUDA TAMANHO 02, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	23,00	27,90	641,70

29	BERMUDA TAMANHO 04, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	26,00	28,90	751,40
30	BERMUDA TAMANHO 01, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	25,90	77,70
31	BERMUDA TAMANHO 06, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	87,00	30,90	2688,30

32	BERMUDA TAMANHO 08, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	64,00	31,90	2041,60
33	BERMUDA TAMANHO 10, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	61,00	33,90	2067,90
34	BERMUDA TAMANHO 12, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	52,00	35,90	1866,80

35	BERMUDA TAMANHO 14, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	15,00	37,90	568,50
36	BERMUDA TAMANHO 16, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	39,90	319,20
37	BERMUDA TAMANHO P, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	6,00	41,60	249,60

38	BERMUDA TAMANHO M, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	8,00	41,60	332,80
39	BERMUDA TAMANHO G, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	12,00	41,60	499,20
40	BERMUDA TAMANHO GG, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	2,00	47,60	95,20

41	BERMUDA TAMANHO EGG, EM TECIDO ABRIGO COLEGIAL, 65% POLIESTER E 35% ALGODÃO COM GRAMATURA 295/M2 NA COR AZUL MARINHO/LISO, SOLIDEZ NA COR NA LAVAGEM, ESTABILIDADE DIMENSIONAL, 40 MM CINTURA, COM ACABAMENTO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS, COSTURADO COM LINHA 120 DE NO MÍNIMO 100% POLIÉSTER, NA PARTE INFERIOR DA BERMUDA ACABAMENTO EM BAINHA COM MÁQUINA DE COBERTURA DE DUAS AGULHAS E C/ FILETE VERMELHO NA LATERAL, ETIQUETA FIXADA NO INTERIOR DA PEÇA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO E COMPOSIÇÃO DO TECIDO, CONFORME MODELO FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	Und	3,00	47,60	142,80
			Total		64.287,90

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO EM ATÉ 30(TRINTA) DIAS APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019

PREGÃO No 24/2019

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( ).

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 35/2019

PREGÃO No 24/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa \_\_\_\_\_

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

\_\_\_\_\_,  
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens " ", do Processo Licitatório Erro! Nenhuma variável de documento foi fornecida. modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº ., modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.015.3390.00 - 1036 - 64/2019 - Manutenção da Creche 2.016.3390.00 - 1036 - 42/2019 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

2.020.3390.00 - 1036 - 79/2019 - Apoio ao Ensino Especial 2.019.3390.00 - 1036 - 73/2019 - Manutenção do Pré-Escolar

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos kit de uniformes escolares, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será deDataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos kits de uniformes escolares ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os kits escolares contratado.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os serviços de confecção dos kits de uniformes escolares contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços de confecção dos kit de uniformes escolares entregues.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº . Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e sem defeitos de fábrica.



**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

I - Fiscalizar e controlar os produtos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº Erro! Nenhuma variável de documento foi fornecida. Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº , modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL NomeRespContratado  
Prefeito Municipal Fornecedor  
Município

RUDIMAR BORCIONI  
OAB/SC/Nº 15.411  
Assessor Jurídico

Testemunhas: \_\_\_\_\_

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2019**

Publicação Nº 1997272

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO</b>  CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 22/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 32/2019 Processo de Licitação: 32/2019 Data do Processo: 02/04/2019
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2019  
b) Licitação Nr.: 22/2019-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 26/04/2019  
e) Data da Adjudicação: 26/04/2019 Sequência: 1  
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR DE NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**TOCHA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA (5240)**

1. CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA, DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2,90 MT DE LARGURA, 9,5 MT DE COMPRIMENTO E RAMPA ACOPLADO PARA O CARREGAMENTO EM ÓTIMO ESTADO, APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E LAUDO MECÂNICO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DO MOTOR, CAIXA, DIFERENCIAL, PARTE ELÉTRICA E ESTRUTURA FÍSICA DO CAMINHÃO E PRANCHA, COM NO MÍNIMO 06 (SEIS) MESES DE GARANTIA. - Marca: FORD/CARGO	Und	1	-	255.000,00	255.000,00
---	-----	---	---	------------	------------

**Total do Fornecedor: 255.000,00**

**Total Geral: 255.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.037.4.4.90.00.00.00.00 (162), 2.037.4.4.90.00.00.00.00 (169)

São Bernardino, 26 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 24/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

Publicação Nº 1998909

EDITAL DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2019.

O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO/SC torna público que, o Prefeito Municipal, através deste e de acordo com o art. 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 expede o presente Edital para abertura de Processo de Dispensa de Licitação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2019, cujo objeto é contratação dos serviços da empresa TRANSGERASUL EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.859.109/0001-41, pelo valor de R\$ 16.950,00 (Dezesseis Mil e Novecentos e Cinquenta Reais) para prestação de serviço de locação de estruturas para a 14º Festa do Pão de Milho, que se realizara nos dias 03, 04 e 05 de Maio de 2019 neste Município. São Bonifácio, 26 de Abril de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO DO ART. 14 § 3 DA LEI MUNICIPAL 1475/2019 DE 04 ABRIL DE 2019 - PUBLICADA ERRONEAMENTE

Publicação Nº 1997729

LEI Nº 1.475 DE 04 DE ABRIL DE 2019.

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar do município de São Bonifácio e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO BONIFÁCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de São Bonifácio, criado pela Lei Municipal nº. 918/97 e alterado pela Lei Municipal nº 1038/2000), órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de São Bonifácio, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de São Bonifácio constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Bonifácio, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

#### SEÇÃO I

#### Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos e reuniões;

IV – Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º O município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

## SEÇÃO II

### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3o Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9o O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Bonifácio.

§ 1o O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2o Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3o Para a compensação do sobreaviso, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 01 (um) dia para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 4o O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5o Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária mensal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1o Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2o As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

### SEÇÃO III

#### Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1o A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2o Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3o O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como notificada de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4o As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5o O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1o Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2o A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3o O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4o O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5o O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6o Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7o A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8o O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1o O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral, atestada por 01(uma) autoridade dos poderes, executivo, legislativo ou judiciário, bem como da apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI – não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII – Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

#### SEÇÃO V

##### Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### SEÇÃO VI

##### Da Campanha Eleitoral



Art. 21 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
  - a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
  - b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
  - c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 22 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 21 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 23 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO VII

### Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 24 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 25 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.



§ 1o Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2o A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3o Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 26 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1o Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2o No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3o Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

## SEÇÃO VIII

### Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 27 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

## SEÇÃO IX

### Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 28 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1o Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2o Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3o O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4o Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5o Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado.

§ 6o Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7o Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8o Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9o No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 29 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III – os serviços auxiliares;

## SEÇÃO I

### Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 30 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 31 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 32 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

- II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XIII - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

## SEÇÃO II

### Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 33 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
  - II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
  - III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
  - IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
  - V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
  - VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
  - VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
  - VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
  - IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
  - X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração;
- § 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.
- § 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

## SEÇÃO III

### Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 34 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
  - II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
  - III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
  - IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
  - V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.
- § 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.
- § 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

**SEÇÃO IV****Dos Deveres**

Art. 35 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ílibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

**SEÇÃO V****Das Responsabilidades**

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 37 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 38 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 39 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

**SEÇÃO VI****Da Regra de Competência**

Art. 40 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

**SEÇÃO VII****Das Atribuições do Conselho Tutelar**

Art. 41 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 42 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar poderá participar da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 43 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e



adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 44 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 45 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 46 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 47 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 48 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 49 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 50 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 51 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 52 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 53 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 54 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 55 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 56 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

## SEÇÃO VIII

### Das Vedações

Art. 57 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

## SEÇÃO IX

### Das Penalidades

Art. 58 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

III - destituição da função.

Art. 59 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 60 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1o O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2o Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

## SEÇÃO X

### Da Vacância

Art. 61 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação



e posse do suplente na condição de titular.

Art. 62 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 30 (trinta) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 30 (trinta) dias.

Art. 63 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 64 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

## SEÇÃO XI

### Do Regime e Remuneração

Art. 65 Os Conselheiros Tutelares sujeitam-se a um regime jurídico e vínculo especial com o Município respeitados as normas da presente Lei, não sendo funcionários estatutários e nem celetistas do Município.

Art. 66 Os Conselheiros receberão a título de remuneração mensal a quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 2º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

§ 3º O membro do Conselho Tutelar fará jus ao vale alimentação no mesmo valor que for concedido aos servidores municipais.

Art. 67 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária, vinculada ao regime geral da previdência (INSS);
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina

Art. 68 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

## SEÇÃO XII

### Das Férias

Art. 69 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de (nome do Município).

§ 3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 70 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 71 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 72 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 73 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias

consecutivos.

Art. 74 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar.

Art. 75 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 76 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

### SEÇÃO XIII

#### Das Licenças

Art. 77 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Bonifácio, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

### SEÇÃO XIV

#### Das Concessões

Art. 78 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

### SEÇÃO XV

#### Do Tempo de Serviço

Art. 79 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 81 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Bonifácio.

Art. 82 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 83 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 84 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 85 Revogadas as disposições municipais em contrário.

São Bonifácio, 04 de abril de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura municipal na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 010/2019 - FMS

Publicação Nº 1999186

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 010/2019 - FMS  
Pregão Presencial SRP nº 005/2019 - FMS  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (RAIO-X) PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO CARLOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 07h30min até as 07h50min – dia 10 de maio de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 08h00min – dia 10 de maio de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 29 DE ABRIL DE 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

### AVISO DE LICITAÇÃO 011/2019 - FMS

Publicação Nº 1999187

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 011/2019 - FMS  
Pregão Presencial nº 006/2019 - FMS  
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE JALECOS PARA EQUIPE DE ENFERMAGEM DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIFORMES PARA A EQUIPE DO SAMU DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 08h30min até as 08h50min – dia 10 de maio de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 09h00min – dia 10 de maio de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 29 DE ABRIL DE 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**AVISO DE LICITAÇÃO 011/2019 - FMS**

Publicação Nº 1999188

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo ADM. nº 012/2019 - FMS  
Pregão Presencial nº 007/2019 - FMS  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EM ATENDIMENTOS DE FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 13h30min até as 13h50min – dia 10 de maio de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 14h00min – dia 10 de maio de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 29 DE ABRIL DE 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**DECRETO 046/2019**

Publicação Nº 1997859

DECRETO Nº 046/2019 DE 23 DE ABRIL DE 2019.

QUE DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA, ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA**

Art. 1º - O imóvel, objeto do presente decreto de reconhecimento e localização de área urbana, constitui-se em PARTE DO LOTE RURAL Nº 75, da seção Barra Grande, com área de 3.007,00 m², constante da matrícula nº 10.523 do Registro de Imóveis de São Carlos, SC, de propriedade de FMC – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.

Art. 2º - O imóvel, objeto do presente, passará a ter a seguinte denominação:

Imóvel: Lote urbano nº 75 da quadra nº 101, com área total de 3.007,00 m², localizado na Rodovia SC 283, Bairro Olaria, Município de São Carlos-SC.

Art. 3º. Fica declarado como ÁREA URBANA o referido imóvel pelo fato de o mesmo estar legalmente dentro do perímetro urbano conforme Lei Municipal nº 1.735/2013 de 14/10/13, e não possuir características necessárias para atender aos fins agrícolas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de Abril de 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**DECRETO 047/2019**

Publicação Nº 1997862

DECRETO Nº 047/2019 DE 24 DE ABRIL DE 2019.

QUE DISPÕE SOBRE DIVISÃO AMIGÁVEL DE LOTE URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1.º - Fica autorizado a divisão amigável do lote urbano nº (1.134 e 1.148), da quadra nº 43, situado na Rua Sete de Setembro, neste Município de São Carlos/SC, de propriedade de Lídia Schleicher Frozza, Eleandra Frozza Göttems e Elácio Décio Göttems, objeto da matrícula nº 14.019, do RI São Carlos SC, conforme descrição que segue;

Área:

Com o processo de Divisão Amigável proposto, serão criadas 02 áreas, Parte do Lote urbano nº 1.134, da quadra nº 43, com área total de 539,46 m² (Elácio Décio Göttems e Eleandra Frozza Göttems) e Lote urbano nº 1.148 e Parte do Lote urbano nº 1.134, da quadra nº 43, com área total de 686,54 m² (Lídia Schleicher Frozza, Elácio Décio Göttems e Eleandra Frozza Göttems);

Situação Atual (Conforme Matrícula):

LOTE URBANO NÚMERO 1.134, (um mil, cento e trinta e quatro), com área de 608,00 m² (seiscentos e oito metros quadrados) e LOTE URBANO 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito), com a área de 618,00 m² (seiscentos e dezoito metros quadrados), com a área total de 1.226,00 m² (um mil, duzentos e vinte e seis metros quadrados), com 01 (uma) CASA de madeira, medindo 7x12 metros, coberta com telhas de barro, e 01 (uma) CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL, com área de 113,70 m² (cento e treze metros e setenta décimos quadrados), em alvenaria, com aberturas em madeira e coberta com telhas de cerâmica, sob o nº 501 (quinhentos e um), situado na Rua Sete de Setembro, neste Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Nordeste – Com o lote urbano nº 1.133 (mat. 6.535), onde mede 40,86 metros;

Sudoeste – Com o lote urbano nº 1.149 (mat. 268), onde mede 40,86 metros;

Sudeste – Com o lote urbano nº 1.129 (mat. 584), e com o lote urbano nº 1.147 (mat. 1.209), onde mede 30 metros;

Noroeste – Com a Rua Sete de Setembro, onde mede 30,00 metros.

Proprietários: (1) LIDIA SCHLEICHER FROZZA, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 497, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 2.436.085-SESP-SC, CPF 905.115.229-91, a qual coube a área ideal de 306,78 m², com 01 CASA de madeira, e 50% da CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL, e 2) ELEANDRA FROZZA GÖTTEMS, auxiliar de escritório, RG 2.657.253-2-SESP-SC, CPF 714.735.729-91 e seu esposo ELÁCIO DÉCIO GÖTTEMS, do comércio, RG 2.035.990-0-SESP-SC, CPF 665.166.929-04, brasileiros residentes e domiciliados na Rua Sete de Setembro, nº 501, centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei nº 6515/77, aos quais coube a área ideal de 919,22 m², com 50% da CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL.

**SITUAÇÃO COM A DIVISÃO AMIGÁVEL/DENOMINAÇÃO DOS LOTES**

a) Parte do Lote urbano nº 1.134 (um mil, cento e trinta e quatro), da quadra nº 43 (quarenta e três), com área total de 539,46 m² (quinhentos e trinta e nove metros e quarenta e seis décimos quadrados), sem benfeitoria, situado na Rua Sete de Setembro, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária (1) - ZODUP\_2, nesta Cidade de São Carlos/SC, de propriedade de Elácio Décio Göttems e Eleandra Frozza Göttems, com as seguintes confrontações:

Nordeste – Com o lote urbano nº 1.133 (mat. 6.535), onde mede 40,86 metros;

Sudoeste – Com o lote urbano nº 1.148 e parte do lote urbano nº 1.134 (objeto da presente divisão amigável), onde mede 40,86 metros;

Sudeste – Com parte do lote urbano nº 1.129 (mat. 584), onde mede 12,30 metros;

Noroeste – Com a Rua Sete de Setembro, onde mede 14,50 metros;

b) Lote urbano nº 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) e Parte do Lote urbano nº 1.134 (um mil, cento e trinta e quatro), da quadra nº 43 (quarenta e três), com área total de 686,54 m² (seiscentos e oitenta e seis metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), com benfeitorias, situado na Rua Sete de Setembro, na Zona de Ocupação e Densificação Urbana Prioritária (1) ZODUP\_2, nesta Cidade de São Carlos/SC, sendo que para os proprietários Elácio Décio Göttems e Eleandra Frozza Göttems, pertence a área ideal de 379,76 m² (trezentos e setenta e nove metros e setenta e seis décimos quadrados), e 100 % (cem por cento) da Construção Residencial em Alvenaria, nº 501, medindo 113,70 m² (cento e treze metros e setenta décimos quadrados), e para a proprietária Lídia Schleicher Frozza, pertence a área ideal de 306,78 m² (trezentos e seis metros e setenta e oito décimos quadrados), e a Casa de Madeira, nº 497, medindo 7x12 m (oitenta e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações:

Nordeste – Com parte do lote urbano nº 1.134 (objeto da presente divisão amigável), onde mede 40,86 metros;

Sudoeste – Com o lote urbano nº 1.149 (mat. 268), onde mede 40,86 metros;

Sudeste – Com o lote urbano nº 1.147 (mat. 1.209) e com parte do lote urbano nº 1.129 (mat. 584), onde mede 17,70 metros;

Noroeste – Com a Rua Sete de Setembro, onde mede 15,50 metros.

Art. 2.º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos /SC, em 24 de abril de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016-2019 - ADM**

Publicação Nº 1997458

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	050/2019 RP. 016/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	ASSOCIACAO CATARINENSE DE ARBITROS - ASSCA (12280).
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM (FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL, FUTEBOL SUÍÇO, VÔLEI DE QUADRA E VOLEI DE AREIA) DESTINADOS PARA AS COMPETIÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor ..... :	R\$ 94.840,00 (noventa e quatro mil oitocentos e quarenta reais)
Vigência ..... :	26/04/2020
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019 – ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 26 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 054/2017 - ADM**

Publicação Nº 1997466

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	054/2017 – 3º TERMO ADITIVO - PRAZO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto ..... :	FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.
Valor Aditado	R\$ 328,99 (trezentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos)
Vigência: ..... :	25/10/2019
SAO CARLOS, 25 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**Lei 1848/2019**

Publicação Nº 1997170

LEI MUNICIPAL Nº 1848/2019 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, a título gratuito, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), inscrita no CNPJ n.º 78.504.271/0001-71, com sede na Rua Cerino Reischert, nº 180, Bairro Centro, neste Município, do automóvel Citroen/Aircross Startht, Ano/Modelo 2018/2019, placa PBL-2404, cor branca, Renavam 01159787694.

Parágrafo único. O bem descrito no "caput" deste artigo destina-se a realização exclusiva dos serviços da entidade.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para garantir a continuidade dos serviços prestados pela entidade, desde que haja interesse das partes.



Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC em 25 de abril de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 004/2019

Publicação Nº 1997928

PORTARIA Nº 004/2019, de 25 de Abril de 2019

Dispõe sobre a interrupção de Licença não remunerada do vereador Ademar João Brutscher e dá outras providências.

ADEMIR ANTONIO DAMIN, Presidente da Câmara de Vereadores de São Carlos, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica encerrada a licença não remunerada do vereador titular Ademar João Brutscher.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo se deu em face do exercício da função Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, por parte do aludido munícipe.

Art. 2º A reinvestidura ao cargo de vereador ocorre de forma imediata a partir de 25 de abril de 2019.

Art. 3º O senhor Gilson Rogério e Silva (suplente de vereador), fica afastado do exercício das atividades parlamentares a partir de 25 de abril de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, em 25 de Abril de 2019.

Ademir Antonio Damin

Presidente

Registre-se.

Publique-se.

### PORTARIA Nº 005/2019

Publicação Nº 1997933

PORTARIA Nº 005/2019, de 25 de Abril de 2019

Dispõe sobre nomeação de membro para Comissões Permanentes.

ADEMIR ANTONIO DAMIN, Presidente da Câmara de Vereadores de São Carlos, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Edil Ademar João Brutscher, como membro das seguintes comissões permanentes:

I – Comissão de Finanças e Orçamento;

II - Comissão de Agricultura e Meio Ambiente;

III - Comissão de Segurança Pública e Cidadania.

Parágrafo único. As comissões mencionadas neste artigo são aquelas para as quais o suplente de vereador, Gilson Rogério e Silva, foi eleito.

Art. 2º A nomeação se dá em face do retorno do vereador titular, Ademar João Brutscher, às atividades parlamentares, e a consequente cessão do exercício da vereança por parte do suplente de vereador, Gilson Rogério e Silva.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos/SC, em 25 de Abril de 2019.  
Ademir Antonio Damin  
Presidente

Registre-se.  
Publique-se.

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 741 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997121

DECRETO Nº 741 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no orçamento do exercício de 2019 para a seguinte programação de despesa:

10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	35	03.1067	60.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, da Fonte de Recursos 03.1067 - Superávit Financeiro Transferência SUS/ESTADO.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de abril de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 065, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997119

LEI COMPLEMENTAR Nº 065, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS A CRIAR GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO, A SER CONCEDIDA MENSALMENTE, AOS SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE MOTORISTA, LOTADOS E EM EFETIVO EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a gratificação de função, de forma mensal, aos servidores ocupantes do cargo de motorista, lotados e em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Saúde de São Domingos.

Art. 2º O valor da Gratificação será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e será reajustado na mesma data e no mesmo índice estabelecido para o reajuste do vencimento dos servidores públicos municipais.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por remeter, mensalmente, ao Setor de Recursos Humanos, a relação com os nomes dos servidores que farão jus aos benefícios instituídos por esta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pela dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos (SC), 24 de abril de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 707, DE 24 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997227

PORTARIA Nº 707, DE 24 DE ABRIL DE 2019.

Concede Abono Pecuniário a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 1179, de 24 de abril de 2019, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;
- Considerando que a servidora pública municipal Odila Giroto Elger possui 140 (cento e quarenta dias) de férias vencidas a ser gozada;
- Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:  
· Art. 65.

§ 1º A critério da servidora poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS
Odila Giroto Elger	Assistente Financeiro	11/01/14 a 10/01/15	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de abril de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 709, 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997697

PORTARIA Nº 709, 26 DE ABRIL DE 2019.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea f da Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal n. 017/2007 e o art. 125 da Lei Complementar n. 045/2012 em combinação com o art. 37 da Constituição Federal;

- Considerando o comunicado formulado pela Secretaria Municipal de Saúde, relatando a conduta da servidora Mariane Ribeiro Pontes;
- Considerando a determinação da Prefeita Municipal para que sejam adotadas as medidas necessárias para a apuração dos fatos nos termos previstos no Estatuto dos Servidores; na Lei Complementar Municipal n. 017/2007 e na Consolidação das Leis do Trabalho;
- Considerando o que dispõe os artigos 130 e 131 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 14 de novembro de 2012 - Estatuto dos Servidores;
- Considerando a necessidade de nomear comissão específica para averiguação dos fatos;
- Considerando a supremacia do interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em face de Mariane Ribeiro Pontes, empregada pública, ocupante do emprego de Odontóloga, matrícula nº 1814, tendo em vista as informações apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º NOMEAR a Comissão Disciplinar, conforme segue:

- I – Adriana Bressan, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de enfermeira, matrícula nº 1126, presidente;
- II - Cristiane Ansolin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula nº 1889, Membro;
- III - Adriana Lúcia Pretto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 759, membro;

IV - Anileda Nicolao Pretto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor PD/D-IV, matrícula nº 338-9, membro.

Art. 3º FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, com a apresentação do relatório pela Comissão.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de abril de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PORTARIA Nº 710, DE 26 DE ABRIL 2019.**

Publicação Nº 1997700

PORTARIA Nº 710, DE 26 DE ABRIL 2019.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao servidor público municipal Adelar da Silva, ocupante do cargo público de Operador de Máquinas, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de abril de 2019.

São Domingos (SC), 26 de abril de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda

## **PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 015/2019**

Publicação Nº 1998053

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 015/2019

TOMADA DE PREÇOS FMS N. 002/2019

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:45 horas do dia 15 de maio de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MÉDICO CLÍNICO GERAL 20 HORAS PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE SANTA PAULINA E DEMAIS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 26 de abril de 2019.

Elieze Comachio – Prefeita Municipal.

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PP 080 E 081-2019

Publicação Nº 1997132

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 080/2019 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha P-13 para consumo no ano de 2019, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em São Francisco do Sul.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30 do dia 14/05/2019.

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/05/2019, às 09h.

LICITAÇÃO Nº 081/2019 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de todos os serviços necessários para manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais da frota do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, com aplicação de peças e acessórios genuínos ou originais novos de reposição, para o período de 12 (doze) meses.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10h30 do dia 14/05/2019.

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/05/2019, às 11h.

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, das 08h às 14h, ou no site [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br).

São Francisco do Sul, 24 de abril de 2019.

Wilson Felício dos Reis  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 15.731/2019

Publicação Nº 1997581

PORTARIA nº 15.731, de 26 de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e com o Requerimento nº 008/2019/IPRESF,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade, conforme art. 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal de 1988, art. 24, c/c art. 50, ambos da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015, à servidora ARILDA PURES ROLDÃO, matrícula nº 622907, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Francisco do Sul, com proventos calculados na forma da lei, reajustados pelos mesmos índices do RGPS, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de abril de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 26 de abril de 2018.

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**RESOLUÇÃO N 13 CMDCA CONVOCAÇÃO SUPLENTE**

Publicação Nº 1997538

RESOLUÇÃO Nº 013, de 24 de abril de 2019.

Dispõe sobre a homologação de renúncia da Conselheira Tutelar Sra. Katia Regina Correa da Costa Silva e a convocação da 2ª Conselheira Tutelar Suplente Sra. Adriane Fernandes Epomuceno.

Considerando, o Edital nº002/2015 de 20 de março de 2015;

Considerando, o Edital nº001/2018 de 23 de abril de 2018, homologado em 17 de setembro de 2018;

Considerando o pedido de exoneração da Conselheira Tutelar Katia Regina Correa da Costa Silva, protocolado na data de 17/04/2019.

Considerando, a reunião extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2019;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul –CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar a renúncia da Conselheira Tutelar, Sra. Katia Regina Correa da Costa Silva, conforme protocolo Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas nº 9154/2019 de 17/04/2019;

Art. 2º - Convocar a 2ª Conselheira Tutelar Suplente, Sra. Adriane Fernandes Epomuceno, como Conselheira Tutelar Titular para recomposição do Conselho Tutelar, a partir de 02 de maio de 2019 tendo como término de mandato o dia 09 de janeiro de 2020;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Cesar Pereira

Presidente do CMDCA

Decreto Municipal nº 2.603 de 05 de maio de 2017

Publicado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_



# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO FUNCIONAL Nº 183/2019

Publicação Nº 1998145

DECRETO FUNCIONAL 183/2019

Nomeação para FC

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada MAYEVE JUDITH AMORIM para a Função de Confiança de Chefe de Divisão de Contratos, a contar de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de nomeação.

São João Batista, 25 de abril de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3597/2019

Publicação Nº 1998140

DECRETO 3597/2019

Altera o artigo 13, §§ 1º e 4º do Decreto Municipal 3118/2017, o qual regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de São João Batista-SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os §§ 1º e 4º do art. 13, do Decreto n. 3118/2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§1º A administração pública municipal designará, por Decreto, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por no mínimo três membros, sendo pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal”. [...]

“§4º O monitoramento e a avaliação de parceria poderão ser realizados por Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área-fim”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 25 de abril de 2019.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

### PORTARIA Nº 245/2019

Publicação Nº 1998149

PORTARIA Nº 245/2019

Exoneração a pedido

.

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica exonerada ELISABETH MAIER, ocupante do cargo efetivo de ADVOGADA, lotado junto a Secretária Municipal de Administração, a contar de 22 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 26 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Assessor de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 050/PMSJB/2019 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/PMSJB/2019**

Publicação N° 1997165

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 050/PMSJB/2019 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/PMSJB/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ n.º 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Edésio Pedrinho Tomasi, Secretário Municipal de Educação, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 050/PMSJB/2019 - Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2019, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CADASTRO DE RESERVA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2019, CONFORME QUADRO DE CARGOS ANEXO AO EDITAL; Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 15/05/2019. Abertura dos envelopes: 14h do dia 15/05/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br).

São João Batista, 26 de abril de 2019.

Edésio Pedrinho Tomasi  
Secretário Municipal de Educação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMSJB/2019**

Publicação Nº 1997371

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 32/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2019**

No dia 26 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2019, Processo Licitatório nº. 32/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA BANDA MUNICIPAL E ESCOLA DE DANÇA, TEATRO E MÚSICA, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
16684	PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI EPP	1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI EPP	19.211.006/0001-36	ALEXANDRE RADIN SCHMIDT	948.600.330-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA BANDA MUNICIPAL E ESCOLA DE DANÇA, TEATRO E MÚSICA, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 16684 - PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BOMBARDÃO: AFINAÇÃO BB (SI BEMOL) 3 VÁLVULAS CALIBRE 15 A 17MM CAMPANA 366 A 381MM MODELO PARA ESTUDANTE ACOMPANHA BOCAL, LIRA, ÓLEO LUBRIFICANTE	UM	MAGNUM	4,000	5.748,0000	22.992,00
3	BORBARDINO:AFINAÇÃO BB (SI BEMOL) CALIBRE 14 A 14,5,, CAMPANA 280 A 300MM MODELO PARA ESTUDANTE	UM	MAGNUM	4,000	2.720,0000	10.880,00
4	BUMBO:TAMANHO 18" PROFUNDIDADE 14"/MODELO MARCHING BAND/ ACOMPANHADO DE COLETE	UM	MAGNUM	1,000	904,0000	904,00
5	BUMBO TAMANHO 20", PROFUNDIDADE 14" MODELO MARCHING BAND/ACOMPANHADO DO COLETE	UM	MAGNUM	1,000	905,0000	905,00
6	BUMBO TAMANHO 22" PROFUNDIDADE 14" MODELO MARCHING BAND ACOMPANHADO DE COLETE.	UM	MAGNUM	1,000	930,0000	930,00
7	BUMBO TAMANHO 24", PROFUNDIDADE 14" MODELO MARCHING BAND ACOMPANHADO DE COLETE.	UM	MAGNUM	1,000	985,0000	985,00
9	FLUGELHORN: AFINAÇÃO BB (SI BEMOL) CALIBRE 11A 12MM CAMPANA 151 A 153M/ MODELO PARA ESTUDANTE	UM	MAGNUM	4,000	1.835,0000	7.340,00
12	TROMBONE DE VARA:AFINAÇÃO BB (SI BEMOL)/CALIBRE 12A14 MM/CAMPANA 203 A 216MM/MODELO PARA ESTUDANTE	UN	QUASAR	5,000	1.720,0000	8.600,00
13	TROMPETE:AFINAÇÃO BB (SI BEMOL)/CALIBRE 11A 12 MM/CAMPANA 120A130MM/MODELO PARA ESTUDANTE/ACOMPANHA BOCAL 7C, ÓLEO LUBRIFICANTE, LIRA E ESTOJO	UM	MAGNUM	7,000	1.050,0000	7.350,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/6  
Processo Nº.: 32/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 3/6  
**Processo Nº.: 32/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019**

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 4/6  
**Processo Nº.: 32/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019**

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 32/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 32/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 26 de Abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

### **Empresas Participantes:**

PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI EPP

CNPJ: 19.211.006/0001-36 \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 3598/2019**

Publicação Nº 1998153

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3598/19**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 2.033,20 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL****09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.013,20

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.020,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL****09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

4.4.90.00.00.00.00.00.0036 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.020,00

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.013,20

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 25 de Abril de 2019**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 25/04/2019

Assessoria de Comunicação

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 64/2019

Publicação Nº 1997309

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 64/2019 e do CONTRATO 28/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Ariel Wiest ME

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 14/2019

OBJETO: "contratação de empresa especializada para elaboração de mídias institucionais de caráter educativo, informativo e programas de orientação social para o município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 10.785,00

PRAZO: 16.04.2019 até 31.12.2019

São João do Oeste – 26 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2019

Publicação Nº 1998254

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 57/2019.

Partes: Município de São João do Oeste e Knapp &amp; Cia LTDA.

ORIGEM: Pregão presencial nº 36/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para perfuração e detonação de rochas nas vias públicas do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 58.000,00.

PRAZO: 29.04.2019 até 26.04.2020.

São João do Oeste – 26 de abril de 2019.

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### IL 04.19 MERENDA AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1998258

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 004.2019 Proc. Licit. 010/2019. Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 30 de abril de 2019 até 30 de maio de 2019.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE par os meses de Junho e setembro de 2019.

Vigência: até 30.09.2019 – contados a partir do credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 29 de abril de 2019.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 094 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997952

PORTARIA Nº. 094 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ERIEDNA MACIEL PEREIRA, ocupante do cargo de Professor, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 09 de Abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 084 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997927

PORTARIA Nº 084 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para MIRIAN JOSIANE MONTEIRO DE QUADROS, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### ADITIVO 13\_2019\_PREF

Publicação Nº 1997489

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 13/2019/PREF

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2018/PREF

OBJETO: Fica aditado em 25% o valor global do Contrato nº 14/2018, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento, em conformidade com o inciso I c/c §§ 1º e 2º artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e nos termos do item 19.12 e subitens do Edital de Concorrência Pública nº 58/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ASPEKTO - COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR: R\$ 35.000,00.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01 – 2.043 – 3.3.90.39.88.0080 (171) – R\$ 35.000,00.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.  
São João do Sul/SC, 26 de abril de 2019.  
Moacir Francisco Teixeira  
Prefeito Municipal

**CONT. Nº 43-2019\_PREF**

Publicação Nº 1997392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2019

OBJETO: contratação de empresa para do ramo pertinente para realizar a logística, organização de atividades, organização de eventos e locação de estrutura relativos a XII FESTA DO COLONO DE SÃO JOÃO DO SUL, que acontecerá nos dias 30, 31 de maio e 01 e 02 de junho de 2019, conforme edital e anexos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

CONTRATADA: GÁLATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA ME

VIGÊNCIA: 26/04/2019 à 31/08/2019

VALOR DO OBJETO: R\$ 168.354,00 – TOTAL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.01 – 2.036 – 3.3.90.30.23.0080 (64) – R\$ 53.650,00 e 06.01 – 2.036 – 3.3.90.30.23.3080 (173) – R\$ 114.704,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

São João do Sul - SC, em 26 de abril de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 079 DE 01 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997904

PORTARIA N.º 079 DE 01 DE ABRIL DE 2019

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DELIBERATIVO DO CISAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei n.º 1.833 de 29 de junho de 2018, que ratificou o Protocolo de Intenções com a finalidade de Instituir o Consórcio Intermunicipal CISAS; e ainda, de acordo com o Art. 27 do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Assistência Social – CISAS;

RESOLVE:

Nomear, sem ônus para o Município, para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Intermunicipal CISAS, com as atribuições previstas no Art. 35 do Estatuto daquela entidade, os seguintes membros:

I – FABIANA DA ROSA LEFFA, Assistente Social, Matrícula n.º 3961;

II – LUCIANE BITENCOURTE DE SOUZA, Psicóloga, Matrícula n.º 3979.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA N.º 080 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997911

PORTARIA N.º 080 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL DO CISAS”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei n.º 1.833 de 29 de junho de 2018, que ratificou o Protocolo de Intenções com a finalidade de Instituir o Consórcio

Intermunicipal CISAS; e ainda, de acordo com o Art. 36 do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Assistência Social – CISAS;

**RESOLVE:**

Nomear, sem ônus para o Município, para compor o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal CISAS, com as atribuições previstas no Art. 37 do Estatuto daquela entidade, os seguintes membros:

I – Titular: CARLA LUISA TEIXEIRA BARCELLOS, Técnica em Contabilidade, Matrícula n.º 1004;

II – Suplente: MARILDA DOS SANTOS BAUER, Assessora Jurídica, Matrícula n.º 3473.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 072 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997872

PORTARIA Nº 072 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

“DESIGNAR SERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do Art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Designar a Servidora FABRICIA DE JESUS RODRIGUES ALVES, ocupante do cargo efetivo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer a função de diretora na C.E.I Paraíso da Criança, a partir de 01/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 25 de março de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 074 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997885

PORTARIA Nº 074 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

“CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 090, DE 13 DE MARÇO DE 2017”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria nº 090, de 13 de março de 2017, que nomeou o Servidor JOÃO PAULO PINTO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor de Agricultura, produzindo seus efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2019

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 25 de março de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 075 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997889

PORTARIA Nº 075 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 044, de 11 de julho de 2017;

RESOLVE:

Nomear JOÃO PAULO PINTO DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Limpeza Pública, Nível DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 25 de Março de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 077 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997897

PORTARIA Nº 077 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear a Servidora GEDIANE MORAIS LOURENÇO, para exercer o cargo em Comissão de Técnico em Planejamento Educacional na Secretaria Municipal de Educação - São João do Sul, com carga horária de 20 horas semanais, produzindo seus efeitos a partir de 18 de Março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 25 de março de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 081 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997918

PORTARIA Nº 081 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"DESIGNAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do Art. 55 da Lei Orgânica do Município;



**RESOLVE:**

Designar a Servidora DANIELA SCANDOLARA MAURICIO, ocupante do cargo efetivo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer a função de diretora na C.E.I Geoslane Pereira Magnus, a partir de 01/04/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 083 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997924

PORTARIA Nº 083 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o Servidor ANTONINHO DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de Abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 085 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997929

PORTARIA Nº 085 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

**“CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO”**

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

**RESOLVE:**

Conceder Indenização de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, para o servidor JOÃO EDVAR DE COSTA, ocupante do Cargo de Operador de Equipamentos, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 090 DE 03 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997947

PORTARIA Nº 090 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 075, DE 01 DE MARÇO DE 2017"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 075, de 03 de abril de 2019, que nomeou a Servidora ELISANGELA PEREIRA PIGNATEL BIANCHINI, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Saúde, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 03 de abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 091 DE 04 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997943

PORTARIA Nº 091 DE 04 DE ABRIL DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 044, de 11 de julho de 2017;

RESOLVE:

Nomear ELISANGELA PEREIRA PIGNATEL BINCHINI, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Saúde Pública, Nível DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 093 DE 08 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997950

PORTARIA Nº 093 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora QUETILAINE SANTOS CARVALHO CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Professor, no período de 08/04/2019 a 07/05/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 08 de Abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 073 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997878

PORTARIA Nº. 073 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

“REENQUADRA SERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo a Lei Municipal nº 1.679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Reenquadrar a Sra. KEITI DE MATOS QUADROS ocupante do cargo em comissão de Gerente de Finanças, Nível DAS-3, nomeada através da Portaria nº 238 de 13 de novembro de 2017, para o cargo em comissão de Gerente de Administração, Nível DAS-4, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 25 de março de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 076 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997893

PORTARIA Nº. 076 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

“NOMEAR SERVIDOR”

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear a servidora TAMIRIS BOAVENTURA LENTZ, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Nível DAS-5, com carga horária de 40 horas semanais, produzindo seus efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
25 de março de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 078 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1997901

PORTARIA Nº. 078 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"NOMEAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear a servidora DENIZE DE MORAES PAULINO, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Nível DAS-5, com carga horária de 40 horas semanais, produzindo seus efeitos a partir de 13 de Março de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
25 de março de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

\

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao vinte cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 082 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997921

PORTARIA Nº. 082 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor ALCI ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, da seguinte forma: de 01/04/2019 a 20/04/2019 abono pecuniário, e de 21/04/2019 a 30/04/2019 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 086 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997931

PORTARIA Nº. 086 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 – Plano de Cargos e Carreira do Magistério Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, para o servidor JOÃO BATISTA CARDOSO, ocupante do cargo de professor, por 30 (trinta) dias, no período de 01/04/2019 à 30/04/2019, para cuidar de sua esposa Fabiana Magnus Savi Cardoso que passou por um procedimento cirúrgico ‘ ‘Bariátrica’ ’, que necessita de acompanhamento integral e cuidados especiais, conforme comprova atestado médico.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
01 de Abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 087 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997935

PORTARIA Nº. 087 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

‘CONCEDE LICENÇA PRÊMIO’

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 1551 de 10 de agosto de 2010;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora SANDRA SCANDOLARA DA SILVA, ocupante do cargo de Psicóloga, por 60 (sessenta) dias, no período de 01/04/2019 a 30/05/2019, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
01 de abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 088 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997937

PORTARIA Nº. 088 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

‘CONCEDE FÉRIAS’

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora FRANCISCA ROMAMA BARROS, ocupante do cargo efetivo Conselheira Tutelar, da seguinte forma: de 01/04/2019 a 20/04/2019 abono pecuniário, e de 21/04/2019 a 30/04/2019 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2019.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 089 DE 01 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997941

PORTARIA Nº. 088 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo Art. 80 da Lei 1063/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para a servidora LUCIA TROMBIM GUILHERME ROXO, ocupante do cargo efetivo de Professora, no período de 01/04/2019 á 30/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
01 de Abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 092 DE 06 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997949

PORTARIA Nº. 092 DE 06 DE ABRIL DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, ocupante do cargo de Professor, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 06 de Abril de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 13/2019 PARA PROFESSORES

Publicação Nº 1999000

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 13/2019  
CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação, comunicam que se encontram abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº 03/2018 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final. A chamada acontecerá no dia 29 de Abril de 2019 Segunda - Feira às 17h no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

#### 01- VAGA VINCULADA PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA 30H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

#### 01- VAGA VINCULADA PARA PROFESSOR ANOS INICIAIS DO 1º AO 5º ANO

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

#### 01- VAGA VINCULADA PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARGA HORÁRIA 10H E 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Apresentação da carteira ou número do CREF

#### 01- VAGA EXCEDENTE PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARGA HORÁRIA 10H E 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Apresentação da carteira ou número do CREF

#### 1-VAGA PARA PROFESSOR DE ARTE

CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte a partir da terceira fase;

#### CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

\*Graduação na área;

\*Cursando na área;

#### CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma,



declaração e histórico escolar).

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

FME- Fundo Municipal de Educação

## DECRETO Nº 213/2019

Publicação Nº 1997971

DECRET O Nº 212/2019

“QUE ABRE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Nº 4.323/2015, de 15/05/15 “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, e de acordo com o Decreto Nº 154/2019, de 28/03/2019 “Que Nomeia Membros para Comporem a Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Inquérito Administrativo”; fica aberto Processo de Inquérito Administrativo para apurar possível conduta inadequada do servidor JOSÉ LUIZ ANTUNES - Matrícula 2832, ocupante do cargo de Motorista.

Parágrafo Único – A Comissão nomeada através do Decreto Nº 145/2019, deverá concluir seus trabalhos em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, não tendo ônus para o município.

Art. 2º - De acordo com a C.I. nº 066/2019 da Secretaria Municipal da Saúde, que servem de base para abertura do Procedimento citado no artigo 1º e, dada a gravidade dos fatos fica afastado preventivamente pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de seus vencimentos o servidor JOSÉ LUIZ ANTUNES, matrícula 2832, enquanto são apurados os fatos relacionados no Processo Administrativo que será instaurado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de abril de 2019.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## ERRATA PROCESSO 14/2019 PMSJ

Publicação Nº 1999043

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 14/2019  
Tomada de Preço Nº 02/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de assessoria, consultoria e planejamento na área de mobilidade urbana, com a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São Joaquim, objetivando atender a Lei Federal nº 12.587/1.

NO EDITAL:

Onde se lê:

6.1 A licitante que se tratar de beneficiária da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal da licitante, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme Anexo II).

Leia-se:

6.1 A licitante que se tratar de beneficiária da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar Declaração firmada pelo representante legal da licitante, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme Anexo III).

São Joaquim, 26 de abril de 2019  
Lucas Silva  
Diretor de Compras

**NOTA DE ESCLARECIMENTO PROCESSO 14/2019 PMSJ**

Publicação Nº 1999049

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
NOTA DE ESCLARECIMENTO

Processo Nº 14/2019  
Tomada de Preço Nº 02/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de assessoria, consultoria e planejamento na área de mobilidade urbana, com a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São Joaquim, objetivando atender a Lei Federal nº 12.587/1.

NO EDITAL:

- Passará a ser responsável pela gestão do contrato a Gestora de Convênios e Contratos Andréa Neves de Souza - Matrícula 11004.
- E o responsável pelo edital, juntamente com o diretor de compras, passará a ser o Chefe do Executivo Municipal Giovani Nunes.

São Joaquim, 26 de abril de 2019  
Lucas Silva  
Diretor de Compras

**PP 06/2019 FME**

Publicação Nº 1997827

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Nº13/2019  
Pregão Presencial 06/2019 (Registro de Preços)

OBJETO: Contratação de empresa(s) para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Abertura: 16/05/2019 às 13:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 26 de abril de 2019  
Giovani Nunes  
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Publicação Nº 1999082

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA 01/2019.

A Secretaria de Administração no uso de suas atribuições, nos termos estabelecidos no subitem 2.1, do Edital nº 01/2019, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1. No item 2.1, Dos cargos e requisitos.

ONDE SE LÊ:

07 Vagas - Educador Social -

Leia-se

05 Vagas - Educador Social -

Retira-se a seguinte Vaga:

01 Agente de Saúde - Girassol - Bandeira

2. Acrescente-se nas atribuições e competências item 2.2:

2.3.19. As agentes de saúde precisam residir no Bairro de sua lotação. Devem apresentar comprovante de residência.

Kerlen Pitz Godinho de Lima Costa  
Secretária Municipal de Administração

Pç. João Ribeiro, Nº 01, Centro  
88600-000 São Joaquim - SC  
Fones: (49) 3233-6423 - (49) 9910-59494

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019

Publicação Nº 1997545

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019 – PR 023/2019 – Processo 054/2019 – Proc. Adm. 1464/2019 – Fornecedor: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 15 de abril de 2019.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2019

Publicação Nº 1997536

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2019 – PR 024/2019 – Processo 061/2019 – Proc. Adm. 1621/2019 – Fornecedor: PERES MÜLLER LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10, ETANOL, GNV E ARLA 32) DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 3.010.268,04 (três milhões, dez mil, duzentos e sessenta e oito reais e quatro centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2019.

### EDITAL DE CITAÇÃO

Publicação Nº 1998315

#### EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se a servidora indiciada em local incerto e não sabido, o membro-relator da Comissão designado para apurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2019 - Processo Administrativo nº 2.851/2018, instaurado por solicitação da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC, conforme memorando nº 690/2018/SME, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, a servidora KATY REGINA ESPÍNDOLA MARTINS - MATRÍCULA 10.806-5, ocupante do cargo de "Professor Horista em Noções de Informática", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria-Geral do Município de São José, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, até o dia 22 maio de 2019, no horário das 13h as 18h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ela atribuídos que caracterizam a infração disciplinar de abandono de cargo (configura abandono de cargo a ausência intencional e injustificada do servidor ao serviço, por mais de por mais de trinta dias consecutivos) prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, e nos arts. 186, II, § 1º, e 226, da Lei Municipal nº 2761/1995, sob pena de REVELIA.

São José, 26 de abril de 2019.

William Ramos Moreira  
Comissão de Processos Disciplinares  
Membro - Relator

### EDITAL Nº 003/2019/FUNDESJ – HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 1998941

#### EDITAL Nº 003/2019/FUNDESJ – HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, Prof. Renato Brittes, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a homologação da classificação final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professor por tempo determinado para o USJ, para a disciplina de FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS EM EDUCAÇÃO, referente ao Edital Externo nº 003/2019/FUNDESJ/USJ, após concluídas todas as etapas de avaliação (Prova de Títulos e Prova Didática), e encerrado o período de recursos:

Código da Disciplina	Disciplina Prevista	Curso	CPF do(a) candidato(a) inscrito(a)	Prova de Títulos	40%	Prova Didática	60%	Média Final	Classificação
1.1	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO EM DIDÁTICA E METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	467.637.590-53	9,5	3,80	Ausente	XXX	XXX	Desclassificado
			005.309.639-81	7,0	2,80	Ausente	XXX	XXX	Desclassificado
			006.482.389-03	9,5	3,80	9,16	5,50	9,30	1º lugar

São José, 26 de abril de 2019.

Prof. Renato Brittes  
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

## PORTARIA Nº 006/2019/PGM

Publicação Nº 1998317

PORTARIA Nº 006/2019/PGM

Aprova a Portaria nº 006/2019/PGM, de 26 de abril de 2019 – Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2019.

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, edita a Portaria nº 006/2019/PGM, de flagrando o Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2019, em observância da Ata de Trabalho de fl. 72, para:

I. Determinar, ex vi do que consta do Processo Administrativo nº 2.851/2018, com fulcro no artigo 200 da Lei Municipal nº 2.761/1995 c/c a atribuição administrativa prevista na Lei Complementar nº 032/2009, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora K.R.E.F. - matrícula nº 10.806-5, ocupante do cargo de "Professor Horista em Noções de Informática", lotada na Secretaria Municipal de Educação, porque teria, em tese, praticado a conduta abaixo relacionada, fatos que imputam a pena de demissão, prevista em lei:

Conduta	Fls.	Tipo Infracional
Faltas Injustificadas Abandono de Cargo	32-38; 41-50; 53-68	Arts. 146, II e III, 160, II e III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José - Lei nº 2248/91; arts. 186, II, § 1º, e 226, do Estatuto do Magistério Público Municipal de São José - Lei nº 2761/1995

II. Designar os servidores William Ramos Moreira, Juliana Graciosa Pereira, Ilson Elias, Karina da Silva Graciosa e Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 (sessenta) dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 26 de abril de 2019.  
Rodrigo João Machado William Ramos Moreira  
Procurador Geral Membro - Relator

## PORTARIA SA Nº 436/2019

Publicação Nº 1997546

PORTARIA SADM/PMSJ nº 436, de 23 de Abril de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar os Servidores para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 090/2019, decorrente do Pregão Presencial 023/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

- Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Secretaria Executiva de Controle Interno e Auditoria;
- Secretaria de Educação:

Fiscal: Maria Solange Huntemann, matrícula 33101.

Suplente: Junior Spies, matrícula 426767-2.

- Secretaria de Assistência Social:

Fiscal: Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula 428271-0.

Suplente: Glades Gonçalves Panasolo, matrícula 428038-5.

- Autarquia São José Previdência:

Fiscal: Luis Fabiano de Araujo Giannini, matrícula 440-5.

Suplente: Augusto Bousfield, matrícula 4510-1.

- Gabinete do Vice-Prefeito:

Fiscal: Amanda Reitz, matrícula 428232-9.

Suplente: Ademir Rosa, matrícula 428223-0.

- 10º Batalhão de Bombeiros Militar:

Fiscal: 1º Ten Gabriel Schmitt Laurentino, matrícula 392279-0.

Suplente: Junior Spies, matrícula 426767-2.

- Secretaria Municipal de Saúde:

Fiscal: Jailton A. Martins, matrícula 33253.

Suplente: Leonardo Wiethorn Rodrigues, matrícula 417513.

Devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do Fiscal ficará automaticamente designado o Suplente pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Suely de Andrade

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA SA Nº 466/2019**

Publicação Nº 1997537

PORTARIA SADM/PMSJ nº 466, de 25 de Abril de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Designar os Servidores para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 099/2019, decorrente do Pregão Presencial nº 024/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

- Autarquia São José Previdência:

Fiscal: Luis Fabiano de Araujo Giannini, matrícula 440-5.

Suplente: Augusto Bousfield, matrícula 451-0.

- CIA Bombeiros Militar de São José:

Fiscal: 2º Sgt Jusinei Wilson Ferreira, matrícula 921536-0.

Suplente: 3º Sgt Jeferson Cardoso Carboni, matrícula 921539-5.

- Fundação Municipal de Cultura e Turismo:

Fiscal: Wellinton Khin Demetrio Vieira, matrícula 428226-4.

Suplente: Ana Paula Cardoso Menezes, matrícula 33057-4.

- Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

Fiscal: Edson Serafim, matrícula 33245-3.

Suplente: Claiton Ribeiro, matrícula 427827-5.

- Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Fiscal: Jose Romero Santanna Farias, matrícula 176184.

Suplente: Valdenir Pauli, matrícula 317969.

- Fundação Municipal Educacional – USJ:

Fiscal: Diego Pereira Alves, matrícula 4279565.

Suplente: Gislaine Pereira, matrícula 332224.

- Gabinete do Vice-Prefeito:

Fiscal: Amanda de Oliveira Reitz, matrícula 428232-9.

Suplente: Ademir Rosa, matrícula 428223-0.

- Procuradoria Geral do Município:

Fiscal: Sandro José da Silva, matrícula 17001-1.

Suplente: Rafael Ferreira Juchem, matrícula 35284.

- Secretaria da Casa Civil:

Fiscal: Micheli Amaral, matrícula 33125.

Suplente: Maria Solange Huntemann, matrícula 33101-5.

- Secretaria Municipal da Receita:

Fiscal: Charles Augusto Tapia, matrícula 17417.

Suplente: Nahim Koerich, matrícula 163627.

- Secretaria Municipal de Administração:

Fiscal: Luiz Carlos Dams Junior, matrícula 161543.

Suplente: Camila Furlan Parucker, matrícula 430045-9.

- Secretaria Municipal de Assistência Social:

Fiscal: Iria Locks, matrícula 33197-0.

Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula 428271-0.

- Secretaria Executiva de Comunicação Social:

Fiscal: Geferson Régis, matrícula 17088.

Suplente: Rosa de Lima Hillesheim Reginaldo, matrícula 430016.

- Secretaria Municipal de Educação:

Fiscal: Renato Joaquim da Silva, matrícula 15365.

Suplente: César Henrique Jorge Brandão, matrícula 15436.

- Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Fiscal: Valdenir Vítor de Souza, matrícula 1227.

Suplente: Luiz José Ferreira, matrícula 428237-0.

- Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos:

Fiscal: Luiz Fernando de Aquino, matrícula 33157-0.

Suplente: Jackson Cristiano de Oliveira, matrícula 428219-1.

- Secretaria Municipal de Saúde:

Fiscal: Marcio Hoegenn, matrícula 4282159.

Suplente: Jailton A. Martins, matrícula 33253.

- Guarda Municipal de São José:

Fiscal: GM Tiago Gorges, matrícula 23191.

Suplente: GM Ederson dos Santos Borges, matrícula 15698.

- Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP:

Fiscal: Pedro Inácio da Silva, matrícula 426191-7.

Suplente: Leonides Fernando de Melo, matrícula 34957-7.

Devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do Fiscal ficará automaticamente designado o Suplente pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Suely de Andrade

Secretária Municipal de Administração.

## **TERMO ADITIVO/TA Nº 163/2018-01**

Publicação Nº 1997311

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 163/2018-01 – Proc. Adm. 2353/2019 – Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 163/2018. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: O Contrato nº 163/2018, cujo valor já atual é de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), com o acréscimo das apólices de Seguros o Contrato nº 163/2018 passará a vigorar com o valor anual de R\$ 129.382,24 (cento e vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Data da assinatura: 04 de abril de 2019.



**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE ABERTURA - PP 007/2019**

Publicação Nº 1998293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 062/2019

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA OS SERVIDORES E AUTORIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até às 10h:40min do dia 14/05/2019.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 14/05/2019, a partir das 11h:00min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, pelos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1380 e por meio do envio de correspondências eletrônicas para os endereços: [licitacoes@cmsj.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cmsj.sc.gov.br) e [compras@cmsj.sc.gov.br](mailto:compras@cmsj.sc.gov.br).

São José/SC, 26 de abril de 2019.  
Katia Firmo  
Diretora de Administração

**AVISO DE ABERTURA - PP 008/2019**

Publicação Nº 1997861

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 008/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 084/2019

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS – PARTE 1 (NOTEBOOKS) – PARA O PLENÁRIO E DEMAIS SETORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até às 10h:00min do dia 13/05/2019.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 13/05/2019, a partir das 10h:30min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, pelos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1380 e por meio do envio de correspondências eletrônicas para os endereços: [licitacoes@cmsj.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cmsj.sc.gov.br) e [compras@cmsj.sc.gov.br](mailto:compras@cmsj.sc.gov.br).

São José/SC, 26 de abril de 2019.

Katia Firmo

Diretora de Administração

## DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2019

Publicação Nº 1997805

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a Câmara Municipal de São José/SC.

ASSUNTO: Trata-se de Recurso interposto pela empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, referente à Sessão do Pregão Presencial nº 003/2019 – Processo Administrativo 060/2019, sendo que aos quinze (15) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10h30min, reuniram-se no Plenário da Casa Legislativa o Pregoeiro e os membros que compõem a Comissão Permanente de Licitações, tendo a participação das empresas ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA, MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, PLANETA COMÉRCIO LTDA e SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI.

Assim, o Pregoeiro, efetuando a análise jurídica do recurso, resolve decidir o que segue:

CONSIDERANDO que o critério de julgamento das propostas, conforme estipula o edital do mencionado pregão, é o “MENOR PREÇO POR LOTE”;

CONSIDERANDO que a empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, solicita ao Pregoeiro a desclassificação de todas as empresas que cotaram, ao menos, 01 (um) item acima do valor unitário nos Lotes I e II;

CONSIDERANDO que a empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA foi classificada para o Lote 1, uma vez que – já na fase de lances – ofertou o valor de R\$ 6.490,00 (seis mil quatrocentos e noventa Reais) e, na sequência, declinou, pois não apresentou um lance menor que R\$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta Reais) apresentado pela empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA, conforme se evidencia da gravação da sessão e da ata impressa e entregue a todos os licitantes;

CONSIDERANDO o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, a Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do JULGAMENTO OBJETIVO;

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

“A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);”

“Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);”

CONSIDERANDO que o objetivo da administração pública vai ao encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritos e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante;

CONSIDERANDO a orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo:

“As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. Min. José Delgado)”.

CONSIDERANDO o que o Tribunal de Contas da União decidiu no processo TC 006.754/2007, conforme transcrito abaixo:

“As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação”.

CONSIDERANDO que a empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA não foi classificada para o Lote 2 porque apresentou valor de R\$ 22.176,73 (vinte e dois mil cento e setenta e seis Reais e setenta e três centavos), ou seja, valor global acima do termo de referência do edital, bem como o fato de que outras 03 (três) empresas licitantes apresentaram valor abaixo do apresentado pela empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, quais sejam: SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, com R\$ 21.025,99; PLANETA

COMÉRCIO LTDA, com R\$ 20.613,24 e ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com R\$ 19.315,82, classificando-se, assim, as empresas que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, conforme se evidencia da gravação da sessão e da ata impressa e entregue a todos os licitantes;

CONSIDERANDO que não houve reconfiguração alguma do sistema Betha por parte dos operadores – conforme alega a empresa recorrente, e sim a desclassificação da empresa que apresentou a 4ª maior proposta - MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, classificando-se, assim, as 03 (três) melhores propostas para a fase de lances.

Diante do exposto e após análise dos documentos e propostas apresentados pelas empresas, sem nada mais evocar, ratifico na sua integra a decisão do Pregoeiro para declarar vencedoras as empresas ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA (Lote 1) e ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (Lote 2), pelos fundamentos acima expostos.

São José/SC, 24 de abril de 2019.

Bruno Gabriel Mello Machado  
Pregoeiro da CMSJ

## **JULGAMENTO Nº 001/2019**

Publicação Nº 1997814

### **DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 060/2019

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC., CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

Com base na análise procedida pelo Pregoeiro, ratifico nos mesmos termos a decisão proferida e resolvo NEGAR PROVIMENTO ao Recurso interposto pela Empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CPNJ n.º 08.310.833/0001-60M, no processo de licitação de que trata o Pregão Presencial nº 003/2019 e, conseqüentemente, adjudicar e homologar o resultado do certame, em relação ao lote 1, em favor da empresa vencedora ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.489.027/0001-88, e homologar o resultado do certame, em relação ao lote 2, em favor da empresa vencedora ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.990.312/0001-02.

São José/SC, 22 de abril de 2019.  
Michel da Silva Schlemper  
Presidente da Câmara Municipal de São José

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO DISPENSA 64/2019

Publicação Nº 1997479

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 64/19 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/19 HOMOLOGAÇÃO: 26/04/19 CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE/EMPRESA SEM FINS LUCRATIVOS COM O OBJETIVO DE FORNECER SERVIÇOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL COM POSTERIOR CERTIFICAÇÃO A NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS). VALOR DA DESPESA: R\$ 120.262,80 (cento e vinte mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações. DATA: 26/04/19 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA -Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 71/2019 PREF.

Publicação Nº 1997751

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº71/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº71/2019, Edital de Pregão Nº71/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NAS REFORMAS/REPAROS DE MUROS, CALÇADAS, MEIO FIOS, BOCAS DE LOBO, BUEIROS E OUTRAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 16 de Maio de 2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, cita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [comprascedro@prefcedro.sc.gov.br](mailto:comprascedro@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br). Antonio Plinio de Castro Silva– Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N. 70/2019 PREF.

Publicação Nº 1997280

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº70/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº70/2019, Edital de Pregão Nº70/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES/COLETA NAS RUAS DO MUNICÍPIO.. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 15 de Maio de 2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, cita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [comprascedro@prefcedro.sc.gov.br](mailto:comprascedro@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br). Antonio Plinio de Castro Silva– Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 280/2019

Publicação Nº 1999169

PORTARIA Nº 280/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável o servidor público municipal Orivan Provensi, admitido para exercer o cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, matrícula nº 3363, conforme Decreto de Nomeação nº 5.781, de 11 de abril de 2016, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 281/2019**

Publicação Nº 1999170

PORTARIA Nº 281/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Ana Paula Teixeira, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche, Nível 03, Classe B, matrícula nº 2810, o 02º (segundo) triênio, referente ao período de 14/02/2016 a 13/02/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 282/2019**

Publicação Nº 1999171

PORTARIA Nº 282/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Isete Maria Uliana Schanne, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, matrícula nº 2722, o 07º (sétimo) triênio, referente ao período de 22/02/2016 a 21/02/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 21% (vinte e um por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 283/2019**

Publicação Nº 1999173

PORTARIA Nº 283/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Divanir Teresinha Bernardini, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, matrícula nº 76, o 09º (nono) triênio, referente ao período de 10/03/2016 a 09/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 27% (vinte e sete por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 284/2019**

Publicação Nº 1999174

PORTARIA Nº 284/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Deise Cristina Demarco, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche, Nível 03, Classe B, matrícula nº 2833, o 02º (segundo) triênio, referente ao período de 04/03/2016 a 03/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 285/2019**

Publicação Nº 1999175

PORTARIA Nº 285/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 72 da Lei Municipal nº 2020/1993, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º Suspender a partir de 24 de abril de 2019, os efeitos da Portaria nº 216/2019, que concedeu licença para tratamento da saúde de familiar à servidora pública municipal, Francieli Cristina Balerini Ludwig, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2556.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 24 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 24 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 286/2019**

Publicação Nº 1999176

PORTARIA Nº 286/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 4º da Lei Complementar nº 018/2007, de 16 de novembro de 2007, Lei Complementar nº 025/2010, de 06 de setembro de 2010, e Decreto nº 5.224, de 09 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, à servidora pública municipal Marisa Mayer, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matrícula nº 2785, no período de 12 de abril a 10 de junho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 25 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 - PR Nº 002/2019 - ICSL

Publicação Nº 1997917

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/05/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA COM SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, ARTIGOS DE EVENTOS E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, FILMAGEM E DE APOIO PARA O DO 47º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO) QUE OCORRERÁ NOS DIAS 25, 26 E 27 DE JULHO DE 2019, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de Abril de 2019.  
RENNÂ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia do ICSL

### DECRETO Nº 6.262, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1997318

DECRETO Nº 6.262, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Altera o Decreto nº 6.254, de 18 de abril de 2019, que nomeia o Conselho Municipal do Turismo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com base nos incisos VII e XXXVI do art. 55, da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 2.460, de 17 de abril de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, alínea "a" e II, alínea "e" do art. 1º, do Decreto 6.254, de 18 de abril de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 1º .....

I - .....

a) Secretaria Municipal de Relações Institucionais: Winissius Segatto, servidor público municipal, ocupante do cargo de Gerente de Desenvolvimento Econômico, matrícula 3610/01.

.....

II - .....

.....

e) .....

1. Edevino Baldo - titular;

2. Alcione Antonio de Ré - suplente.

..... ". (NR)

Art. 2º As demais disposições do Decreto supramencionado permanecem inalteradas naquilo em que não conflitem com o presente ato.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.263, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997331

DECRETO Nº 6.263, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Decreta desapropriação de bens imóveis, por utilidade pública, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do artigo 2º e do artigo 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, mais o previsto no §3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1.275, estes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e de acordo com o Decreto Municipal nº 6.230, de 20 de março de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desapropriado por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável, parte da chácara número 12 (doze), denominada letra "G", no que se refere aos seguintes bens imóveis:

I - via privativa de circulação com 485,64 m² (quatrocentos e oitenta e cinco vírgula sessenta e quatro metros quadrados);

II - área pública com 697,15 m² (seiscentos e noventa e sete vírgula quinze metros quadrados), sem benfeitorias.

§ 1º Os imóveis de que trata o caput deste artigo estão localizados dentro da área maior de 5.304 m² (cinco mil, trezentos e quatro metros quadrados), com as confrontações descritas na matrícula de nº 8.654, do Ofício de Registro de Imóveis do Município e Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, cuja certidão de inteiro teor consta no Anexo I deste Decreto.

§ 2º Os imóveis mencionados no caput deste artigo são de propriedade do Sr. André Luiz Erbes, inscrito no CPF sob o nº 894.500.869-15, casado com a Sra. Senira dos Santos Erbes, representados por procurador devidamente constituído, o Sr. Vanderlei Guarnieri, inscrito no CPF sob o nº 577.472.889-72.

Art. 2º Os imóveis mencionados no caput do artigo 1º foram avaliados em R\$ 14.692,00 (quatorze mil, seiscentos e noventa e dois reais), referente ao inciso I e em R\$ 76.686,50 (setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), relativo ao inciso II do mesmo artigo, totalizando o valor de R\$ 91.378,50 (noventa e um mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme laudo de avaliação dos imóveis, expedido pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município, constante no Anexo II deste Decreto. Parágrafo único. Os Expropriados renunciaram integralmente ao valor da indenização constante no caput, conforme cláusula terceira do Termo de Acordo nº 001/2019, constante no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Os imóveis objeto desta desapropriação, serão utilizados para fins de conservação e melhoramento da via existente no Loteamento Bela Vista, Bairro Perpétuo Socorro, neste Município, denominada Servidão Ignês Libera Fabro, bem como conservação e melhoramento da área pública.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**

(Decreto nº 6.263, de 26 de abril de 2019)

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA DE Nº 8.654, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA**

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**ANEXO II**

(Decreto nº 6.263, de 26 de abril de 2019)

**LAUDO DE AVALIAÇÃO E TERMO DE ACORDO**

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 623, DE 26 DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1997953

PORTARIA Nº 623, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inc. VII, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.226, de 19 de junho de 2015, Lei nº 2.417, de 26 de setembro de 2018, Lei nº 2.353, de 16 de novembro de 2017 e Lei nº 2.399, de 25 de maio de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. Joel Begnini, ocupante do cargo de Tecnólogo em Edificações, matrícula nº 1968/01, para realizar a análise de projetos e consulta de viabilidade, respeitando os requisitos dispostos na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 e suas alterações posteriores, em especial, os Anexos: 1 (Tabela de Parâmetros para Ocupação do Solo), 2 (Tabela de Níveis de Incomodidade) e 3 (Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse), referentes aos seguintes loteamentos:

I - Loteamento Poggere, com projeto aprovado conforme Lei nº 2.226, de 19 de junho de 2015;

II - Loteamento São Francisco, com projeto aprovado conforme Lei nº 2.417, de 26 de setembro de 2018;

III - Loteamento Vila Nova, com projeto aprovado conforme Lei nº 2.353, de 16 de novembro de 2017;

IV - Loteamento Menegatti III, com projeto aprovado conforme Lei nº 2.399, de 25 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos pelo prazo de 90 (noventa) dias ou até a aprovação do Projeto de Lei de alteração do Plano Diretor Participativo, o que ocorrer primeiro.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO 9.117 NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

Publicação Nº 1998313

DECRETO Nº 9.117/2019

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e considerando as Leis Municipais nº 4.873 de 03 de outubro de 2001 e nº 7.573 de 19 de novembro de 2018, e,

Considerando o memorando interno nº 001/2019/COMDEMA contendo a indicação dos membros que farão parte do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com a seguinte composição:

#### I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) um representante da EPAGRI;

Simone Bianchini - Titular

Márcio Carlos Bender - Suplente

b) um representante da Companhia de Abastecimento e Saneamento - CASAN;

Danusa Araldi – Titular

Emerson Tretto - Suplente

c) um representante do 11º Pelotão da Polícia de Proteção Ambiental;

Everton Carlos Roncaglio – Titular

Jean Francisco Canova de Quadros - Suplente

d) um representante do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA;

Rodrigo José Eskudlark – Titular

Benhur Ayrton Pinto - Suplente

e) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;

Aureo Carvalho Sales – Titular

Alessandro de Matos Alves - Suplente

f) um representante da Vigilância Sanitária;

Sergion Klein – Titular

Rafaela Perondi - Suplente

g) um representante do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC;

Dolores Wolschick – Titular

Geovane Romeu Ribeiro - Suplente

h) um representante as Secretaria Municipal de Urbanismo.

Marli da Rosa – Titular

Adriano Sturmer – Suplente

#### II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) um representante da ACOMAR/RECICLIM;

Justina Pereira da Luz – Titular

Carmem Vieiro - Suplente

b) um representante das Instituições de Ensino Superior com sede no município;

Jacson Preuss – Titular

Eliandra Mirlei Rossi - Suplente

c) um representante do Instituto Catuetê;

Indianara Herbert – Titular  
Gilberto Fiorini - Suplente

d) um representante do Conselho das Entidades;  
Fernando Tofoli – Titular  
Ivandro Spengler - Suplente

e) um representante dos Clubes de Serviços;  
Luciana Lipert dos Passos – Titular  
Marcelo Fiorio - Suplente

f) um representante do Sindicato dos Produtores Rurais;  
Adair José Teixeira – Titular  
Jandir Antonio Anzolin - Suplente

g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;  
Lirio Lino Wathier – Titular  
Deoclides Dalla Rosa - Suplente

h) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas e Bacias Contíguas.  
Giovani Teixeira – Titular  
Gilberto Luiz Mileski – Suplente

Art. 2º As funções dos membros do Conselho serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 3.994 de 05 de agosto de 2005.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de abril de 2019.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues  
Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess  
Técnico Administrativo

## **DECRETO 9.118 ALTERA PRESIDENCIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Publicação Nº 1998321

DECRETO Nº 9.118/2019

ALTERA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA APTIDÃO E CAPACIDADE NO DESEMPENHO DO CARGO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO INSTITUÍDA PELO DECRETO 8.909 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e considerando a Lei Complementar 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e,

CONSIDERANDO o Decreto n. 8.909 de 20 de setembro de 2017, que institui Comissões de Avaliação de Estágio Probatório para avaliar os servidores públicos aprovados nos concursos públicos realizados e que encontram-se em exercício de suas funções e ainda nomeou os membros para compô-las;

CONSIDERANDO o memorando interno 141/2019/FISCO o qual relata que a servidora ocupante da presidência da Comissão que avalia os servidores das Secretarias de Administração e Finanças, Urbanismo, Assistência Social, Planejamento, Obras, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Pecuária e Piscicultura está em gozo de Licença Prêmio pelo período de 90 dias;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a presidência da Comissão que avalia os servidores das Secretarias de Administração e Finanças, Urbanismo, Assistência Social, Planejamento, Obras, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Pecuária e Piscicultura, instituída pelo Decreto n. 8.909 de 20 de setembro de 2017, passando a ser exercida pelo servidor Márcio Picollo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de abril de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

## **LEI 7.621 AUTORIZA PERMUTA DE LOTE URBANO COM O SENHOR JULIO CESAR ZANATTA E SUA ESPOSA MARINEZ ZANATTA**

Publicação Nº 1998327

LEI Nº 7.621/2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A PERMUTAR LOTE URBANO COM JULIO CESAR ZANATTA E SUA ESPOSA MARINEZ ZANATTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o Lote Urbano n. 24-B, objeto da matrícula n. 43.545, com área de 312,65m², sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, com uma área de 502,59m² do imóvel descrito como Parte da Chácara n. 30-A, objeto da matrícula n. 2.056, com área de 1.205,50m², com benfeitorias, de propriedade de Julio Cesar Zanatta e sua esposa Marinez Zanatta, já absorvida pelo prolongamento da Rua Willy Barth no bairro São Sebastião, ficando o imóvel com uma área de 702,91m², passando a área remanescente a possuir as seguintes características e confrontações:

I – Parte da Chácara n. 30-A, com área de 702,91m², localizada na Rua Willy Barth, Bairro São Sebastião, perímetro urbano de São Miguel do Oeste, confrontando: ao noroeste com parte dos lotes urbanos ns. 10 e 06 por linha seca medindo 27,64m, da subdivisão de parte da Chácara n. 30, ao nordeste com a Rua Willy Barth, por linha seca, medindo 26,33m; ao sudeste com parte da parcela "B" e com a parcela "A" por linha seca medindo 26,99m da subdivisão de parte da Chácara n 30-B e, ao sudoeste com o lote n. 12, por linha seca de 8,28m, com o lote 11, por linha seca de 15,71m e com o lote n. 10, por linha seca de 1,87m, das subdivisões de parte da Chácara n. 30.

Parágrafo único. A área de 502,59m², absorvida pela Rua Willy Barth, passa a ser bem de uso comum do povo, como via pública, com as seguintes características e confrontações:

a) Parte da Chácara n. 30-A, com área de 502,59m², sito na Rua Willy Barth, bairro São Sebastião, na cidade de São Miguel do Oeste, confrontando: ao noroeste com a Rua Willy Barth, por linha seca, medindo 18,91m; ao nordeste com a Rua Willy Barth, por linha seca medindo 27,29m; ao sudeste com parte da parcela "B" da subdivisão de Parte da Chácara n. 30-B, por linha seca de 19,29m e ao oeste com parte da chácara 30-A (remanescente) por linha seca de 26,33m.

Art. 2º As despesas relativas à permuta de imóveis de que trata a presente Lei, mormente aquelas que dizem respeito à escrituração e respectivos assentamentos registrares, correrão por conta dos respectivos permutantes, não cabendo ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus.

Art. 3º O imóvel recebido em permuta pela presente Lei, passará a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando o Setor competente da Municipalidade, encarregado de proceder a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada, na íntegra, a Lei n. 7.549/2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 26 de abril de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 10/2019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

Publicação Nº 1998262

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ESTANTES DE AÇO, SMART TV 65 POLEGADAS E SUPORTES PARA TELEVISOR) PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, TENDO EM VISTA O DESCRITIVO DO ANEXO I DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 10 de maio de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:  
[www.saomigueldooeste.sc.leg.br](http://www.saomigueldooeste.sc.leg.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de abril de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2019 - MÓVEIS PLANEJADOS**

Publicação Nº 1997244

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE</b>  <b>CNPJ: 78.484.573/0001-25</b> <b>RUA PEDRO JULIAN, 858</b> <b>C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 8/2019</b> <b>Processo de Licitação: 8/2019</b> <b>Data do Processo: 15/04/2019</b>
Folha: 1/1	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, DEVIDAMENTE MONTADOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME A DESCRIÇÃO DO ANEXO I DESTE EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 26 de Abril de 2019, às 09:07 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 2/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2019, Licitação nº 8/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****Participante: 6768 - JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mesa Imprensa e TI Mesa em MDF, tampo com espessura mínima de 40 mm, com cor nos tons de branco e ameixa ou tabaco (manter padrão existente no plenário*); gaveteiro com rodízio de silicone, corrediça telescópica, com puxadores em perfil alumínio anodizado. Medidas conforme projeto disponível no site da Câmara.	UND	1,00	JP Móveis	0,0000	5.990,00	5.990,00
2	Mesa Jurídico Mesa em material MDF, com tampo de espessura mínima de 40mm, com cor nos tons de branco e ameixa ou tabaco (manter padrão existente no plenário*), com pés painel em MDF e espessura mínima de 25 mm, com pés reguláveis, painel frontal em MDP com vidro fumê temperado (lapidado) de 6mm. Medidas conforme projeto disponível no site da Câmara.	UND	1,00	JP Móveis	0,0000	799,00	799,00

**Total do Participante ----->** **6.789,00**

**Participante: 6869 - ESQUADRIAS SAO MIGUEL DO OESTE LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Mesa sala do presidente Mesa em material MDF, cor padrão grafite, com espessura mínima de 25 mm, com tampo em vidro fumê temperado (lapidado) de 10 mm, com 4 prolongadores cada tampo; gaveteiro com rodízio de silicone, corrediça telescópica, com puxadores em perfil alumínio anodizado. Medidas conforme projeto disponível no site da Câmara.	UND	1,00		0,0000	2.790,00	2.790,00

**Total do Participante ----->** **2.790,00**

**Total Geral ----->** **9.579,00**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

São Miguel do Oeste, 26 de Abril de 2019

**COMISSÃO:**

DIOGO SALAMONI MOSER - ..... - Pregoeiro(a)  
 TIARAJU LUIS GOLDSCHMIDT - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 DEISE WOLFART - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 MARCOS FERREIRA - ..... - EQUIPE DE APOIO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº051/2019

Publicação Nº 1997139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº051/2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.204 de 11 de dezembro de 2018.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por conta do Superávit Financeiro de recursos do Co-financiamento na dotação abaixo identificada:

#### 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009-2.061– Func. e Manutenção do Co-Financiamento R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0777 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº52/2019

Publicação Nº 1997143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº52/2019

FICA CANCELADO O RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionado:

#### 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301-0009-2.058 – Funcionamento e Manutenção da Farmácia Básica

Empenho nº1382/2018 – ANGEOMED COM. DE PRODUTOS MÉDICOS HOSP. EIRELI - no valor de R\$308,00 (trezentos e oito reais).

Motivo: comunicação interna 0024/2019.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº54/2019

Publicação Nº 1997140

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº54/2019

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.4º da Lei nº 1.204 de 11 de dezembro de 2018

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.092 – Funcionamento e Manutenção do PACS R\$ 1.500,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.222, DE 22 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997957

LEI Nº 1.222, DE 22 DE ABRIL DE 2019

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$3.000,00 (três mil reais) por conta do Superávit Financeiro do Convenio Transito - SSP na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.6.182.0010.2.076 – Segurança no Trânsito R\$3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0768 – Aplicações Diretas R\$3.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2019.  
Ernei José Stähelin  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.223, DE 22 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997959

LEI Nº 1.223, DE 22 DE ABRIL DE 2019

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por conta do Superávit Financeiro do Convenio Transito – PMSC na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
07.01.6.182.0010.2.076 – Segurança no Trânsito R\$4.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.03.0767 – Aplicações Diretas R\$4.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2019.  
Ernei José Stähelin  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.224, DE 22 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997965

LEI Nº 1.224, DE 22 DE ABRIL DE 2019

“Dispõe sobre a Criação de Função Gratificada FG – Setor de Contabilidade.”

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria a Função Gratificada – FG Setor de Contabilidade, para funcionário ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que além de suas atribuições normais, vier a prestar serviços específicos que auxiliem o Contador Municipal.

Art. 2º - O Valor da Gratificação instituída no caput será de 50% (cinquenta por cento) do Cargo Efetivo.

Art. 3º - Compete as seguintes atribuições da Função Gratificada – FG Setor de Contabilidade:

I- Inserção de dados bimestralmente no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação);  
II- Inserção de dados bimestralmente no SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em saúde);  
III- Inserção de dados bimestralmente no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro);  
IV- Levantamento mensal de recursos em nível de detalhamento do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2019.  
Ernei José Stähelin  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.225, DE 22 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997969

LEI Nº 1.225, DE 22 DE ABRIL DE 2019

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste

Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$342.500,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) por conta do Superávit Financeiro recursos ordinários na dotação abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.1.106 – Construção/Aquisição da Casa

Da Cultura R\$342.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0000–Aplicações Diretas R\$342.500,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de abril de 2019.

Ernei José Stähelin

Prefeito Municipal

#### **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22.2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP**

Publicação Nº 1997167

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22.2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CONSIDERANDO a regra do art. Art. 65, § 1o, da Lei nº. 8.666/1993, que permite a os acréscimos ou supressões e condições mais vantajosas para a Administração Pública;

Quarto Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO

DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.534.555/0001-98, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à empresa PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Luiz Fagundes nº821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500 São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 22.2018, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO Nº 22/2018:

1.1- O contrato nº. 22/2018, tem por objeto Pavimentação e Drenagem Pluvial da Rua João Alberto Hoffmann.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1- De acordo com a o pedido da Contratada e o de acordo com o poder executivo, fica suprimido um valor no contrato de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e acrescido um valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Portanto o contrato original, após a supressão e acréscimo passa a ter um valor global de R\$ 56.821,04 (cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e um reais e quatro centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 22.2018 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este quarto termo aditivo.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ/MF: 00.122.311/0001-23,

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017-SECEL/PMS

Publicação Nº 1997401

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BARBARA COSMO ROSTIROLLA, inscrita no CPF sob nº. 107.793.919-18, aprovada em 44º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 29 de abril de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 25 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação e Cultura

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017-SECEL/PMS

Publicação Nº 1997403

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARCIA NOGUEIRA, inscrita no CPF sob nº. 032.183.829-71, aprovada em 31º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16h30 do dia 29 de abril de 2019, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.2 e 15.3.

Schroeder, 25 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação e Cultura

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2019-PMS

Publicação Nº 1997082

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 16/2019-PMS

Dispensa nº. 13/2019-PMS - Processo nº. 47/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AUTO ELITE LTDA - CARAGUÁ, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.270.397/0008-35, estabelecida na rua Bernardo Dornbusch nº. 800, sala 02, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-100

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada para serviço de inspeção da garantia, revisão de 30.000 km, veículo VW Gol Placas QIO 9406, lotado junto à Diretoria de Convênios do Município de Schroeder (SC), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Óleo Motor	3,5	Litro	46,00	161,00
2	Filtro de óleo	1	Unid.	54,00	54,00
3	Bujão do Câter	1	Unid.	25,00	25,00
4	Filtro de Combustível	1	Unid.	38,00	38,00
5	Filtro do Ar Condicionado	1	Unid.	44,00	44,00
6	Filtro de Ar do motor	1	Unid.	54,00	54,00
7	Palhetas do limpador Dianteiro	1	Unid.	179,00	179,00
8	Palheta do limpador traseiro	1	Unid.	49,00	49,00
9	Fluido de freio	1	Unid.	64,00	64,00
10	Gemetria e Balanceamento	1	Unid.	80,00	80,00
11	Kit lubrificação	1	Unid.	61,00	61,00
12	Flush para o motor	1	Unid.	62,00	62,00
13	Limpeza do TBI	1	Unid.	54,00	54,00
14	Tratamento anti desgaste do motor	1	Unid.	62,00	62,00
15	Higienização do ar condicionado	1	Unid.	98,00	98,00
16	Troca Fluido de Freio	1	Unid.	130,00	130,00
17	Limpeza do sistema de injeção	1	Unid.	138,00	138,00
18	Serviço de Insepção da revisão 30.000 km	1	Unid.	468,00	468,00
TOTAL R\$					1.821,00

Valor do contrato: R\$ 1.821,00 (um mil oitocentos e vinte e um reais)

Data da Assinatura: 26/04/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 218/2019, DE 29 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997424

LEI COMPLEMENTAR Nº 218/2019, DE 29 DE ABRIL DE 2019

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REAJUSTE DOS SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 096/2010 E REDEFINE AS TABELAS SALARIAIS DOS PROFESSORES "A", "B", "C", "D" e "E".

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o valor de R\$2.557,74 (dois mil quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), como base para reajuste de adequação das remunerações às determinações da Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, no que é pertinente ao piso dos profissionais integrantes do Magistério (professor "A").

Art. 2º O presente reajuste terá sua aplicação a partir de 1º de janeiro do corrente ano para fins de cálculo do retroativo aplicando - se somente aos servidores do magistério (professor "A") cujo salário encontra-se abaixo do piso nacional.

§ 1º Para os demais servidores integrantes do magistério (professores "B", "C", "D" e "E"), cujo salário encontra-se acima do piso nacional fica definido um percentual de 4,66% (quatro inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos últimos 12 meses e o valor percentual, que se fará a partir da data-base de 1º de abril de 2019.

Art. 3º O referido percentual correspondente ao mês de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, mencionado no "caput" do art. 2º, será pago em única parcela no mês de abril.

Art. 4º As tabelas remuneratórias definidas na Lei Complementar n.º 096/2010, passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei, onde já foram aplicadas as somas dos percentuais descritos nos artigos antecedentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 29 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ANEXO I - TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS

LEI COMPLEMENTAR N.º 096/2010 - ANEXO II



TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR A

ANEXO II

TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR B

ANEXO II

TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR C

ANEXO II

TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR D

ANEXO II

TABELAS SALARIAIS - PROFESSOR E

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 219/2019, DE 29 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997425

LEI COMPLEMENTAR Nº 219/2019, DE 29 DE ABRIL DE 2019

DEFINE E APLICA VALOR PERCENTUAL PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SALÁRIOS DE AGENTES PÚBLICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido o valor percentual de 4,66% (quatro inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), correspondente ao período de apuração da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos últimos 12 meses, como base para a revisão geral anual dos proventos dos servidores públicos municipais ativos e inativos, inclusive os servidores comissionados e Conselheiros Tutelares bem como os agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários), com aplicação a partir da data-base de 1º de abril de 2019.

Art. 2º Os percentuais definidos nesta Lei não se aplicam aos profissionais da carreira do Magistério municipal.

Art. 3º As tabelas remuneratórias definidas na Lei Complementar n.º 004/98 e alterações, Lei Complementar nº059/2008 e alterações, Lei Complementar n.º 060/2008 e alterações, Lei Complementar n.º 062/2008 e alterações, bem como no art. 36 da Lei n.º 1.628/2007 passam a ser as constantes no Anexo I da presente Lei, de acordo com o índice definido no artigo 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 29 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

ANEXO I

TABELAS REMUNERATÓRIAS ATUALIZADAS

1) LEI COMPLEMENTAR Nº004/98 E ALTERAÇÕES:

ANEXO IV - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS

2) LEI COMPLEMENTAR N.º 059/08 E ALTERAÇÕES:

ANEXO I

Variação entre Níveis: 2,5%, tendo como base o nível 1.

3) LEI COMPLEMENTAR Nº060/08 E ALTERAÇÕES:

ANEXO I

Definição dos cargos, requisitos, quantitativo das vagas e remuneração aplicável aos profissionais.

## 4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES:

ALTERAÇÕES NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

## 4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES

FUNÇÃO	Reajustado
FG-1	R\$ 316,36
	R\$ 632,72
	R\$ 949,08
FG-2	R\$ 474,54
	R\$ 949,08
	R\$ 1.423,59
FG-3	R\$ 632,69
	R\$ 1.265,40
	R\$ 1.898,09
FG-4	R\$ 895,35
	R\$ 1.790,65
	R\$ 2.686,00
FG-5	R\$ 1.158,21
	R\$ 2.316,30
	R\$ 3.474,64

## NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.898,07
2	R\$ 2.372,02
3	R\$ 3.891,09
4	R\$ 4.476,70
5	R\$ 5.964,67

## 5) Art. 36 da Lei n.º 1.628/2007:

Remuneração dos Conselheiros Tutelares (data-base: abril/2019): R\$ 1.726,59 (um mil e setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 07/2019-FMS

Publicação Nº 1997249

Página: 1/32

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Alavanca Sak'in reia	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	58,2000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	61,0000	2
2	Anel O'ring (tamanhos diversos).	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	2,1600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	2,7100	2
3	Anel de silicone para porta de autoclave 21 litros modelo Stermax	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	107,7400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	118,6200	2
4	Anel de silicone para porta de autoclave 50 litros modelo Fabbe Primar	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	76,7800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	145,7400	2
5	Acooplamento para micro motor-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	101,5500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	111,8500	2
6	Afiação de tesouras (modelos: iris reia; iris curva; mayo longa 14cm; tesoura curva)	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	9,5900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	8,8100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 2/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Afiação de cureta de raspagem odontológica-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	9,5900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	8,8100	2
8	Anel do compressor compatível com o aparelho Schuster S55-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	82,9700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	79,9800	2
9	Bico da seringa - Compatível com o aparelho Gnatus*	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	49,4700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	54,2300	2
10	Bico da seringa - Compatível com o aparelho Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	52,5700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
11	Bico da seringa - Compatível com o aparelho Kavo Unik=	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	58,7600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
12	Biela compressor compatível com o aparelho Schuster S55-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	101,5500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	105,0700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 3/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Bobina solenóide para autoclave-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	101,5500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	105,0700	2
14	Bateria 9V tipo 6F22 alcalina-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	13,9300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000	2
15	Bateria/pilha C alcalina-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	6,1800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	5,4200	2
16	Cadeira mocho giratória, com assento redondo e encosto. Com rodízios, regulagem de altura, coluna/pisão a gás, base giratória, revestimento em courovin, cor azul claro, espessura do assento: mínimo de 6 cm, altura máxima do assento ao piso: entre 50 e 60 cm, diâmetro do assento redondo: aproximadamente 38 cm.	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	185,1500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	203,3600	2
17	Caneta de baixa rotação ergate compatível com equipamentos das marcas Gnatus, Kavo, Olsen, Autoclavável.	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	154,1800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	237,2500	2
18	Conector do sugador - Compatível com o aparelho Gnatus-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,2800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	24,4000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 4/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Conector do sugador - Compatível com o aparelho Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,2800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	24,4000	2
20	Conector do sugador - Compatível com o aparelho Kavø Unik-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	39,6300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	32,5300	2
21	Conexão para dispositivos pneumáticos-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	16,6500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	10,8400	2
22	Chave duas intensidades-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,2800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16,9400	2
23	Conexão de latão 3,9mm para ar comprimido/água-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,1700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	10,8400	2
24	Circuito eletrônico para autoclave - Compatível com a marca Cristófoli	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	364,7200	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	321,9900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 5/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Circuito eletrônico para autoclave digital - Compatível com a marca Stermax	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	426,6500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	440,6200	2
26	Cabo siliconado de alta temperatura para autoclave	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	7,3600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	61,0000	2
27	Cuba de Inox 21 litros - Compatível com a autoclave digital Stermax Horizontal	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	401,8800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	433,8400	2
28	Cuba de Inox 12 litros - Compatível com o aparelho Stermax	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	339,9500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	305,0400	2
29	Cabeça completa para contra ângulo - compatível com os aparelhos Olsen, Gnatus e Kavo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	117,0300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	128,7900	2
30	Cabeça completa com tubos para turbina da marca Kavo, Gnatus e Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	117,0300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	128,7900	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 6/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Cooler para fotopolimerizador	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	39,6300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	8,1300	2
32	Caneta do jato de bicarbonato-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	163,4700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	101,6800	2
33	Cabo para foto espiral-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	21,6100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16,9400	2
34	Cabo PP para refletor-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	7,3600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	5,4200	2
35	Carenagem cabeçote do refletor - Compatível com o aparelho Gnatius	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	121,9800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,7300	2
36	Carenagem cabeçote do refletor - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	55,6600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	40,6700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2019**

Página: 7/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Carenagem cabeçote do refletor - Compatível com o aparelho Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	95,3600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	91,5100	2
38	Carenagem mesa equipo Kavo Unik-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	243,9700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	244,0300	2
39	Carenagem mesa equipo Gnatius -	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	169,6700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	172,8500	2
40	Carenagem mesa equipo Sierra Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	200,6300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	213,5300	2
41	Carenagem unidade de água equipo Kavo Unik-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	200,6300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	220,3100	2
42	Carenagem unidade de água equipo Gnatius-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	113,9300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,4000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 8/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Carenagem unidade de água equipo Siema Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	163,4700	1
44	Cureta dupla de dentística, em aço inox.	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	166,0800	2
45	Diáfragma para válvula de controle de pressão - Compatível com o do aparelho da marca Olsen, Gratus e Kavo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	17,2700	1
46	Espátula dupla para resina número 3, devem ter pontas ativas em formato de espátula fina anguladas e invertidas com cobertura de níquel titânio, em aço inox	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	14,9100	2
47	Espátula dupla para resina número 4, devem ter pontas ativas em formato de espátula fina anguladas e invertidas com cobertura de níquel titânio, em aço inox	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	21,6100	1
48	Emboło anti -vacuo/ alívio de pressão para Autoclave de 50 litros compatível com a autoclave da marca Fabbie Primar	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	23,7200	2
					0	21,6100	1
					0	23,7200	2
					0	45,8200	1
					0	50,8400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 9/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Espelho do refletor multifacetado-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	185,1500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	138,9600	2
50	Estofamento para cadeira odontológica (assento / encosto / cabeceira) - cor a definir	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	358,5300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	332,1600	2
51	Estofamento para mocho odontológico (assento / encosto)- cor a definir	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	120,1300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,4000	2
52	Engrenagem montado do contra ângulo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	107,7400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	118,6200	2
53	Descolador Freer duplo (sindesmótomo), feito em aço inoxidável	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	21,6100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	23,7200	2
54	Descolador de Molt (peristómo), feito em aço inoxidável	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	21,6100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	23,7200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 10/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Filtro do sugador -Compatível com o aparelho Gnatus-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,4700	2
56	Filtro do sugador -Compatível com o aparelho Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,4700	2
57	Filtro do sugador -Compatível com o aparelho Kavo Unik-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,4700	2
58	Filtro de ar com regulador para uso odontológico-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	166,5700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	155,9100	2
59	Filtro térmico para polimerizador-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	52,0100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	3,3800	2
60	Filtro azul para polimerizador-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	52,0100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	3,3800	2

Página: 11/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Filtro para destiladora de água - Compatível com a marca Cristófoli	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	29,6600	1
62	Filtro de Resistência para Destilador de água - Compatível com a marca Cristófoli	UN	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,4700	2
63	Filtro entrada de ar para compressor - Compatível com o aparelho da marca Schuster S55	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	61,8600	1
64	Fonte chaveada 12VDC para balanças -	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
65	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	46,3800	1
66	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	37,2800	2
67	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	151,0900	1
68	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	145,7400	2
69	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	151,0900	1
70	Intermediária completa para contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	145,7400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 12/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Inserto para ultrassom odontológico - Compatível com a marca Schuster	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	102,1100	1
68	Injetor do sugador-	PÇS	RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	105,0700	2
69	Indicador Biológico utilizado para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Composição do frasco plástico contendo ampola de vidro com caldo nutritivo e tira de papel impregnada com suspensão de esporos secos de Geobacillus stearothermophilus 10 <sup>6</sup> 5. Indicador biológico utilizado para monitoramento de ciclos de esterilização a vapor, contendo uma população mínima de 105 ou 106 esporos de Geobacillus stearothermophilus 10 <sup>6</sup> 5. A população está incubada em uma tira de papel, que é colocada em um frasco termoplástico, que servirá de frasco cultura. Também está contida no frasco uma ampola de vidro quebrável, contendo meio de cultura que, corretamente incubado, muda de cor na presença de esporos viáveis. Caixa com 10 ampolas. Fabricado conforme ISO 11138-1. São testes que vêm em tubos plásticos com tampa permeável ao vapor, com uma fita impregnada com uma população conhecida de esporos, separada do meio nutritivo (líquido roxo), por uma ampola de vidro. Os esporos utilizados são de Geobacillus stearothermophilus, altamente resistentes ao calor úmido e não são patogênicos. São utilizados como desafio, pois uma vez tendo sido eliminados, todos os outros esporos e formas vegetativas também serão. Obs.: o Indicador biológico deve ser compatível com os indicados para as mini incubadoras das marcas Cristófoli.	cx10	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,8900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	46,0900	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 13/32

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 26/04/2019 Válido até: 26/04/2020

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Indicador Químico Integrador Classe 5 desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Classificação: Classe 5 (ISO 11140-1) / Classe D (EN 867-1); Parâmetros: Classe 5 - 135°C por 1,5 minutos / 121°C por 21 minutos; Dimensões da tira: entre 98 e 105 x entre 15 e 22 mm (L x C); Apresentação: Embalagem com 100 unidades; Validade: 2 anos a partir da data de fabricação; Composição: Produto livre de chumbo, mercúrio, bário e látex. Resíduo comum; Quando Utilizar: Em todos os pacotes cirúrgicos, em todas as cargas em pacotes desafio, para monitorar cargas em autoclaves de acordo com a RDC 15. Para serviços não sujeitos à RDC 15 (Odontologia e Veterinária, por exemplo) sugere-se pelo menos o uso de um integrador por dia em todos os pacotes cirúrgicos ou de acordo com a padronização da instituição, em esterilização por autoclaves a vapor; Leitura do Resultado: Permite leitura imediata do resultado através da migração da tinta para a área identificada em cor; O indicador químico integrador classe 5 designado para reagir a todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor (tempo, temperatura e vapor). O indicador químico deve ser de precisão e facilidade na leitura e pode ser utilizado em todos os processos a vapor (gravidade, pré-vácuo e flash). Integrador, confeccionado em tira de papel laminado com película plástica reativa impresso com tinta composta de substância química que muda de cor após o processo de esterilização a vapor e que não seja transferida aos materiais e / ou embalagens durante o processo de esterilização, conforme norma ANSI/AAMIISO 11140-1. Leitura de resultado por interpretação de cores comparativa com padrão apresentado. O produto deverá conter informações sobre procedência, lote, data de fabricação e prazo de validade, tanto na embalagem primária quanto na secundária. Deve possuir espaço para identificação do equipamento do/b, operador, data e resultado.	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	122,6000	1
71	Junta de spray-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	9,9000	1
72	Junta de engate bordem-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	11,1400	1
73	Kit engrenagem montado / pinhão / mola fixadora do contra ângulo - Compatível com a marca Kavo	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	175,8600	1

RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)

0 134,8900 2

RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)

0 9,8200 2

RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)

0 9,8200 2

RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)

0 175,8600 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 14/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	152,5200	2
74	Kit engrenagem montado / pinhão / mola fixadora do contra ângulo - Compatível com a marca Gnatus	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	175,8600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	152,5200	2
75	Kit bobinas para reparo do cabeçote de Raio - X-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	1,733,2300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	1,287,9700	2
76	Kit biela / pistão / anel compressor - Compatível com o aparelho Schuster	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	166,5700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	166,0800	2
77	Kit biela / pistão / anel compressor - Compatível com o aparelho Schlitz	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	166,5700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	61,0000	2
78	Kit com 5 molas / palhetas para micro motor-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	55,6600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	60,3300	2
79	Kit rolamentos compressor compatível com o aparelho Schuster S55	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	89,1600	1

Página: 15/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreia

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,7300	2
80	Kit juntas compressor - Compatível com o aparelho Schuster S55	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	55,6600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
81	Kit anéis compressor - Compatível com o aparelho Schuster S55	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	95,3600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	105,0700	2
82	Kit válvula compressor - Compatível com o aparelho Schuster S55	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	82,9700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,7300	2
83	Lâmpada 12V/55W para refletor-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	40,1800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	24,4000	2
84	Lâmpada 12V / 75W para fotopolimerizador-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	64,9500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	33,8900	2
85	Led azul de potência para fotopolimerizador-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	46,3800	1

Página: 16/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	50,8400	2
86	Lâmpada para foco cirúrgico tipo dicróica-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	25,9400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,4700	2
87	Mangueteira siliconada dupla para pedal-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,4100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16,9400	2
88	Mangueteira siliconada tripla para pontas-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	21,6100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	23,7200	2
89	Mangueteira siliconada para sugador-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	17,8900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	19,6500	2
90	Micro chave final de curso-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	29,6600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	23,7200	2
91	Mangueteira PU 3,9mm-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	8,6600	1

Página: 17/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019      Data do Registro: 26/04/2019      Válido até: 26/04/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	9,8200	2
92	Mangueira PU 6 mm	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	7,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	6,1000	2
93	Mangueira PU 8 mm	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	8,6600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	6,7700	2
94	Mangueira espaguele-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	7,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	8,4700	2
95	Mangueira cristal 5/16 para sugador-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	11,1400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	11,1800	2
96	Mangueira corrugada 3/4-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,4100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	10,8400	2
97	Mangueira corrugada 5/8-	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,4100	1

Página: 18/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreia

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	10,8400	2
98	Mangueteira comugada 1.3/4-	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	19,7500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000	2
99	Manômetro para autoclave	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	61,3000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	67,7800	2
100	Mangueteira siliconada para autoclave	M	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,4100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	16,9400	2
101	Manipulo da porta para autoclave com rolamento - Compatível com aparelho da marca Siemmax	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	70,5900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	77,9500	2
102	Motor redutor para cadeira odontológica motor 24 VDC	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	525,7200	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	508,4100	2
103	Mola fixadora para contra ângulo-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1

Página: 19/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreia

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	25,7500	2
104	Placa válvula compressor com pativel com o aparelho Schuster S55	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	82,9700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,7300	2
105	Placa eletrônica central - Compatível com o aparelho Gnatus-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	426,6500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	335,5500	2
106	Placa eletrônica central - Compatível com o aparelho Kavo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	426,6500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	335,5500	2
107	Placa eletrônica central - Compatível com o aparelho Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	426,6500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	67,8300	2
108	Palhetas do suporte - Compatível com o aparelho Gnatus-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	13,5600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000	2
109	Palhetas do suporte - Compatível com o aparelho Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1



Página: 20/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 26/04/2019 Válido até: 26/04/2020

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secre

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
110	Palhetas do suporte - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	13,5600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,8700	2
111	Purgador para compressor-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	46,3800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	37,2800	2
112	Pedal de propulsão pneumático-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	101,5500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	105,0700	2
113	Protetor do refletor circular ou elíptico, confeccionado em TNT (tecido não tecido) 100% polipropileno; tamanho único; na cor branca. Pacote com 50 unidades	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	39,6300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	43,9900	2
114	Protetor do refletor - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	58,2000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	44,0600	2
115	Protetor do refletor - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	39,6300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 21/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
116	Protetor do refletor - Compatível com o refletor Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	58,2000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	50,8400	2
117	Ponteira do jato de bicarbonato - Compatível com o aparelho Schuster	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	175,8600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	145,7400	2
118	Pinça Hemostática curva (pinça Kelly) com 14 cm de comprimento, em aço inox	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
119	Ponta de ultra som modelo G1, compatível com os aparelhos das marcas Get Lax, Sonic e Schuster	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
120	Ponta de ultra som modelo P1, compatível com os aparelhos das marcas Get Lax, Sonic e Schuster	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
121	Ponta de ultra som modelo T4-S periodontia, compatível com os aparelhos das marcas Get Lax, Sonic e Schuster	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,2400	1

Página: 22/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreia

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
122	Ponteira para fotopolimerizador em fibra ótica-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	82,9700	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	84,7300	2
123	Pino de segurança para autoclave-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	11,0800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000	2
124	Pino anti vácuo para autoclave-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	11,0800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000	2
125	Pinhão para contra ângulo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	27,8000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
126	Ponteira para fotopolimerizador-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	89,1600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000	2
127	Registro de esfera - purgador compressor-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,9900	1

Página: 23/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Número do Registro de Preços: 6/2019      Data do Registro: 26/04/2019      Válido até: 26/04/2020						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreta						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	30,5000
128	Registro de água da cuba - Compatível com o aparelho Gnatu-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	46,0900
129	Registro de água da cuba - Compatível com o aparelho Olsen-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	46,0900
130	Reservatório pet de 1 litro-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	19,7500
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	14,9100
131	Rodizio mocho odontológico-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	15,4100
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	12,2000
132	Resistência para Destilador de água - Compatível com a marca Cristófoli	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	117,0300
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	128,7900
133	Resistência para autoclave de 21 litros-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	123,2200

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 24/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	118,6200	2
134	Resistência para autoclave Fabbe Primar 50L	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	160,3800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	172,8500	2
135	Resistência para Autoclave de 50 litros compatível com a autoclave da marca Fabbie Primar.	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	160,3800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	6,7700	2
136	Reservatório jato de bicarbonato da marca Schuster com aquecimento	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	138,7000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	152,5200	2
137	Rolamento contra ângulo-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,3400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	33,8900	2
138	Rolamento para turbina-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,3400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	33,8900	2
139	Rolamento para micro motor-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	30,3400	1

Página: 25/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	33,8900	2
140	Rotor completo com rolamentos para turbina de alta rotação da marca Kavo / Gnatus / Olsen (com sistema push - bottom)	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	194,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	213,5300	2
141	Rotor completo com rolamentos para turbina de alta rotação da marca Kavo / Gnatus / Olsen (com sistema saca broca)	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	194,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	213,5300	2
142	Suporte de portas - Compatível com o aparelho Gnatus-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	45,8200	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	44,0600	2
143	Spray Lubrificante para alta e baixa rotação 200 ml-	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	37,2800	2
144	Suporte de portas - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	33,4300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	37,2800	2
145	Seringa triplice completa - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	120,1300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 26/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secre					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,4000	2
146	Seringa triplice completa - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	120,1300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,4000	2
147	Seringa triplice completa - Compatível com o equipamento Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	120,1300	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	125,4000	2
148	Sensor de temperatura para autoclave - Compatível com o equipamento Stermax horizontal 21 L	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	92,2600	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	101,6800	2
149	Selo de segurança para autoclave - Compatível com o equipamento Stermax horizontal 21 L	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	18,5100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	19,6500	2
150	Tesoura cirúrgica iris curva de 11,5 cm, em aço inox	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	26,0000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	28,8000	2
151	Terminal alta rotação com registro - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	76,7800	1



Página: 27/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
152	Terminal alta rotaçãocom registro - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	76,7800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
153	Terminal alta rotação com registro - Compatível com equipamento Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	76,7800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
154	Tampa bucal para reservatório pet completo	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	52,0100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
155	Tradutor (caneta do ultrassom) - Compatível com o aparelho Schuster Jetlaxis sonic	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	231,5900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	254,2000	2
156	Transformador para ultrassom odontológico, compatível com as marcas Get Lax, Sonice e Schuster	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	55,1100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	61,0000	2
157	Teclado de membrana da autoclave	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	61,3000	1

Página: 28/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019      Data do Registro: 26/04/2019      Válido até: 26/04/2020**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	66,4300	2
158	Termostato para autoclave - Compatível com o aparelho Stermax 21 L	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	52,0100	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
159	Tampa contra ângulo -	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	46,4400	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	50,8400	2
160	Válvula do suporte de pontas - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
161	Válvula do suporte de pontas - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
162	Válvula do suporte de pontas - Compatível com o aparelho Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	70,5900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
163	Válvula de Segurança para Autoclave de 50 litros, compatível com a autoclave da marca Fabbie Primar	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	64,4000	1

Página: 29/32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

**Número do Registro de Preços: 6/2019**      **Data do Registro: 26/04/2019**      **Válido até: 26/04/2020**  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secreia

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	66,4300	2
164	Válvula de spray - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
165	Válvula de spray - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
166	Válvula de spray - Compatível com o aparelho Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
167	Válvula de redução - Compatível com o aparelho Gnatus	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
168	Válvula de redução - Compatível com o aparelho Olsen	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
169	Válvula de redução - Compatível com o aparelho Kavo Unik	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	60,6800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019**

Página: 30/32

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	64,3900	2
170	Válvula solenóide completa para autoclave	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	151,0900	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	166,0800	2
171	Válvula de controle de pressão para autoclave Modelo Stermax analógica	PÇS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	58,2000	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	57,6100	2
172	Mini-incubadora desenvolvida para incubação de indicadores biológicos auto-contidos destinados à monitorização dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor no ciclo de 24 ou 48 horas. Capacidade para incubar 04 indicadores biológicos. Características Produzida dentro dos padrões da ISO 9001:2000 - Sistema de Gestão de Qualidade, ISO 14001; Gestão Ambiental, ISO 13485 – Aparelhos Médicos e Certificado de Boas Práticas de Fabricação; Espaço livre total: 15 cm para cada lado; espaço livre para a abertura da tampa: entre 10 e 14 cm; tampa inclusa, temperatura Máxima: 60 °C; Temperatura de trabalho adequada: 15 °C a 40 °C; voltagem 220 volts. Contém: - Dispositivos de segurança que evitam danos ao equipamento e conferem segurança ao profissional - Área de incubação, possui capacidade para 04 indicadores biológicos - Led que indica quando a mini-incubadora está ligada e serve também para a iluminação da área de incubação, possibilitando a visualização do resultado. Aparelho na cor Branca.	UN	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	182,0500	1
			RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)		0	159,3000	2
173	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AUTOCLAVES, DESTILADORES DE ÁGUA E MINI-INCUBADORAS, com aplicação das peças acima descritas, sendo uma visita a cada dois meses em todas as unidades de saúde e até duas chamadas de emergência mensais nos locais definidos pela Secretaria de Saúde.	MÉS	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR (11958)		0	1,796,4200	1

Página: 31/32

RUBENS WALMORBIDA NETO ME (12618)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 32/32

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 26/04/2019		Válido até: 26/04/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretria							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019

PROCESSO Nº 13/2019

(11958) - MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIR

(12618) - RUBENS WALMORBIDA NETO ME

Schroeder, 26 de Abril de 2019.

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO - PARTE III - N. 037/2019**

Publicação Nº 1997252

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 37/2019 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2019 Data do Processo: 09/04/2019
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Da Comissão De Licitação, SÉRGIO ROHDEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 39/2019  
b ) Licitação Nr.: 37/2019-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 09/04/2019  
e ) Data da Adjudicação: 09/04/2019 Sequência: 2  
f ) Objeto da Licitação FOLHAS CARTAS TIMBRADAS, NAS MEDIDAS: 21,00 CM X 30,00 CM, FLHAS EM SULFITE (OFFSET) 90G, COM 4X0 CORES-ACABAMENTO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
--	----------------------	-------------------------	---------------------------------------

- 000502 - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP	<u>1</u>	-	<u>435,00</u>
	1		435,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.30.00.00.00.00 (10) Saldo: 50.271,50

Schroeder, 9 de Abril de 2019.



## DISPENSA DE LICITAÇÃO N.037/19

Publicação Nº 1997242

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDERCNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

## DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 37/2019 - DL

Processo Administrativo: 39/2019  
Processo de Licitação: 09/04/2019  
Data do Processo:

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIONúmero da ATA: 1/2019 (Sequência: 2)OBJETO DA LICITAÇÃO:

FOLHAS CARTAS TIMBRADAS, NAS MEDIDAS: 21,00 CM X 30,00 CM, FLHAS EM SULFITE (OFFSET) 90G, COM 4X0 CORES-ACABAMENTO.

Ao(s) 15 de Abril de 2019, às 09:15 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 52, para analisarem as documentações e as propostas recebidas ref. ao Processo Licitatório nº 39/2019, Licitação nº 37/2019 - DL, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Após análise, a comissão emitiu o seguinte parecer:

Parecer da Comissão:

PARA PERSONALIZAR AS CORRESPONDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SCHROEDER É NECESSÁRIO UTILIZAR PAPEIS CARTA TIMBRADOS. A EMPRESA KONCOR EMBALAGENS LTDA CNPJ 08697127/0001-13 APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA PORÉM "A POSTERIORI" INFORMOU QUE NÃO PODERÁ FORNECER NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO, ASSIM FOI ADJUDICADO O OBJETO DESTA LICITAÇÃO PARA O 2º COLOCADO (GRÁFICA GUARAMIRIM).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Schroeder, 15 de Abril de 2019

COMISSÃO:

SÉRGIO ROHDEN

MIRIÁ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES

LEDA MARIA OLEKSY

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação

- ..... - Secretária

- ..... - Membro

**DISPENSA DE LICITAÇÃO- PARTE II - N.037/19**

Publicação Nº 1997245

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 37/2019 - DL**

CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 39/2019  
Data: 09/04/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP  
Endereço: RUAPAULO STREIT, SN  
Cidade: Guaramirim - SC  
CNPJ: 78.218.187/0001-91

Código: 502

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** FOLHAS CARTAS TIMBRADAS, NAS MEDIDAS: 21,00 CM X 30,00 CM, FLHAS EM SULFITE (OFFSET) 90G, COM 4X0 CORES-ACABAMENTO.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	2.500,00	UN	FOLHAS CARTA TIMBRADAS, NAS MEDIDAS 21,00 CM X 30 CM FOLHAS EM SULFITE (OFFSET) 90G, COM 4X0 CORES ACABAMENTO.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

PARA PERSONALIZAR AS CORRESPONDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SCHROEDER É NECESSÁRIO UTILIZAR PAPÉIS CARTA TIMBRADOS.  
A EMPRESA KONCOR EMBALAGENS LTDA CNPJ 08697127/0001-13 APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA PORÉM "A POSTERIORI" INFORMOU QUE NÃO PODERÁ FORNECER NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO, ASSIM FOI ADJUDICADO O OBJETO DESTA LICITAÇÃO PARA O 2º COLOCADO (GRÁFICA GUARAMIRIM).

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

A EMPRESA KONCOR EMBALAGENS LTDA CNPJ 08697127/0001-13 APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA PORÉM "A POSTERIORI" INFORMOU QUE NÃO PODERÁ FORNECER NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO, ASSIM FOI ADJUDICADO O OBJETO DESTA LICITAÇÃO PARA O 2º COLOCADO (GRÁFICA GUARAMIRIM).

Schroeder, 9 de Abril de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 37/2019 - DL**Processo Nr.:** 39/2019  
**Data:** 09/04/2019

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE N. 001/2019**

Publicação Nº 1997255

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2019 - IL**

CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**Processo Nr.: 16/2019**  
**Data: 14/02/2019**

Folha: 1/2

**Fornecedor: RADIO BRASIL NOVO LTDA**  
Endereço: RUA OLIVIO DOMINGOS BRUGNAGO, 181  
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC  
CNPJ: 79.873.204/0001-97

Código: 72

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** CREDENCIAMENTO DE PRESTADORAS DE SERV. ESPEC. EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO E AM FM, EMPRESAS PERMISSONÁRIAS A PRESTAR SERV. NA REGIÃO EM ESPECIAL NO MUN. SCHROEDER, COM CAPTAÇÃO PELA POPULAÇÃO DA ZONA URBANA/RURAL P/ VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNIC. SCHROEDER, BEM COMO CAMPANHAS EDUCATIVAS E AVISOS, COM INSERÇÕES DE 30 s. CADA EM HORÁRIO ROTATIVO ENTRE 7H E 22H30MIN, DISTRIBUÍDOS NAS RÁDIO CREDENCIADAS, COM ABRANGÊNCIA MUNICIPL E REGIONAL.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	441,174	UN	INSERÇÃO DE SPOT DE 20 SEGUNDOS NA PROGRAMAÇÃO, INCLUINDO A PRODUÇÃO DO MESMO.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**JUSTIFICATIVA**

A LEI Nº 12.527/2011 REGULAMENTA O DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS DETERMINA AMPLA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO LEGISLATIVO, RAZÃO PELA QUAL É NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM RÁDIO DIFUSÃO.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O VALOR DO CREDENCIAMENTO (R\$ 15.000,00) FOI RATEADO ENTRE OS CREDENCIADOS. (INCLUSÃO DE MAIS UM CREDENCIADO "REDE PÉROLA DO VALE").

Schroeder, 14 de Fevereiro de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2019 - ILProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 2/2

14/03/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 14 de Março de 2019

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

3.740,02 (três mil setecentos e quarenta reais e dois centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2019 - IL**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: DJ COMUNICACOES E EXPLORACAO DE SERVICOS DE RADIOD

Código: 509

Endereço: R JOAO BUTSCHARDT , 210

Cidade: Guaramirim - SC

CNPJ: 03.658.136/0001-81

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** CREDENCIAMENTO DE PRESTADORAS DE SERV. ESPEC. EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO E AM FM, EMPRESAS PERMISSONÁRIAS A PRESTAR SERV. NA REGIÃO EM ESPECIAL NO MUN. SCHROEDER, COM CAPTAÇÃO PELA POPULAÇÃO DA ZONA URBANA/RURAL P/ VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNIC. SCHROEDER, BEM COMO CAMPANHAS EDUCATIVAS E AVISOS, COM INSERÇÕES DE 30 s. CADA EM HORÁRIO ROTATIVO ENTRE 7H E 22H30MIN, DISTRIBUÍDOS NAS RÁDIOS CREDENCIADAS, COM ABRANGÊNCIA MUNICIAPL E REGIONAL.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	441,174	UN	INSERÇÃO DE SPOT DE 20 SEGUNDOS NA PROGRAMAÇÃO, INCLUINDO A PRODUÇÃO DO MESMO.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**JUSTIFICATIVA**

A LEI Nº 12.527/2011 REGULAMENTA O DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS DETERMINA AMPLA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO LEGISLATIVO, RAZÃO PELA QUAL É NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM RADIODIFUSÃO.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O VALOR DO CREDENCIAMENTO (R\$ 15.000,00) FOI RATEADO ENTRE OS CREDENCIADOS. (INLCUSÃO DE MAIS UM CREDENCIADO "REDE PÉROLA DO VALE").

Schroeder, 14 de Fevereiro de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2019 - ILProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 2/2

14/03/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 14 de Março de 2019

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

3.740,02 (três mil setecentos e quarenta reais e dois centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2019 - IL**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: REDE DE COMUNICACOES PEROLA DO VALE LTDA  
Endereço: R DOMINGOS DODRIGUES DA NOVA, 252  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 75.369.587/0001-00

Código: 531

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** CREDENCIAMENTO DE PRESTADORAS DE SERV. ESPEC. EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO E AM FM, EMPRESAS PERMITIONÁRIAS A PRESTAR SERV. NA REGIÃO EM ESPECIAL NO MUN. SCHROEDER, COM CAPTAÇÃO PELA POPULAÇÃO DA ZONA URBANA/RURAL P/ VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNIC. SCHROEDER, BEM COMO CAMPANHAS EDUCATIVAS E AVISOS, COM INSERÇÕES DE 30 s. CADA EM HORÁRIO ROTATIVO ENTRE 7H E 22H30MIN, DISTRIBUÍDOS NAS RÁDIOS CREDENCIADAS, COM ABRANGÊNCIA MUNICIAPL E REGIONAL.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	441,174	UN	INSERÇÃO DE SPOT DE 20 SEGUNDOS NA PROGRAMAÇÃO, INCLUINDO A PRODUÇÃO DO MESMO.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

A LEI Nº 12.527/2011 REGULAMENTA O DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS DETERMINA AMPLA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO LEGISLATIVO, RAZÃO PELA QUAL É NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM RADIODIFUSÃO.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O VALOR DO CREDENCIAMENTO (R\$ 15.000,00) FOI RATEADO ENTRE OS CREDENCIADOS. (INLCUSÃO DE MAIS UM CREDENCIADO "REDE PÉROLA DO VALE").

Schroeder, 14 de Fevereiro de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2019 - ILProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 2/2

14/03/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 14 de Março de 2019

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

3.740,02 (três mil setecentos e quarenta reais e dois centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2019 - IL**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: CPR COMUNICACAO LTDA  
Endereço: RUA PAULO CARDOSO, 276, SALA 010  
Cidade: Massaranduba - SC  
CNPJ: 04.469.298/0001-34

Código: 532

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** CREDENCIAMENTO DE PRESTADORAS DE SERV. ESPEC. EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO E AM FM, EMPRESAS PERMISSONÁRIAS A PRESTAR SERV. NA REGIÃO EM ESPECIAL NO MUN. SCHROEDER, COM CAPTAÇÃO PELA POPULAÇÃO DA ZONA URBANA/RURAL P/ VEICULAÇÃO DE CONTEÚDO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNIC. SCHROEDER, BEM COMO CAMPANHAS EDUCATIVAS E AVISOS, COM INSERÇÕES DE 30 s. CADA EM HORÁRIO ROTATIVO ENTRE 7H E 22H30MIN, DISTRIBUÍDOS NAS RÁDIOS CREDENCIADAS, COM ABRANGÊNCIA MUNICIPL E REGIONAL.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	441,174	UN	INSERÇÃO DE SPOT DE 20 SEGUNDOS NA PROGRAMAÇÃO, INCLUINDO A PRODUÇÃO DO MESMO.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

A LEI Nº 12.527/2011 REGULAMENTA O DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS DETERMINA AMPLA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO LEGISLATIVO, RAZÃO PELA QUAL É NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM RÁDIO DIFUSÃO.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O VALOR DO CREDENCIAMENTO (R\$ 15.000,00) FOI RATEADO ENTRE OS CREDENCIADOS. (INLCUSÃO DE MAIS UM CREDENCIADO "REDE PÉROLA DO VALE").

Schroeder, 14 de Fevereiro de 2019

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2019 - ILProcesso Nr.: 16/2019  
Data: 14/02/2019

Folha: 2/2

14/03/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 14 de Março de 2019

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

3.740,02 (três mil setecentos e quarenta reais e dois centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

# Seara

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES Nº 24/2019

Publicação Nº 1997772

#### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº. 24/2019

Homologa inscrições do Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal, na forma do Edital nº. 18/2019.

O Prefeito Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital nº. 18/2019 do Processo Seletivo Público, para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal,

#### HOMOLOGA:

1. Ficam homologadas as inscrições abaixo para o Processo Seletivo Público previsto no Edital nº. 18/2019:

##### 1.1 SERVENTE INTERNO:

Nº. Inscrição	Nome do candidato	Situação
01	Raquel Chagas Lima	Deferido
02	Jocineia dos Santos	Deferido
03	Mirian Cristhiane Biffi	Deferido
04	Eleane Bloss	Deferido
08	Milânia dos Santos Medeiros	Deferido
11	Juliane Paula Lorscheitter	Deferido
12	Andressa Natalí Canal	Deferido
13	Francieli Cinara Hoch Franceschini	Deferido
14	Nadia Rosa	Deferido
15	Tais Sabrina Stevens	Deferido
16	Marlene Antunes dos Santos	Deferido
20	Aline Carniel	Deferido

##### 1.2 SERVENTE EXTERNO:

Nº. Inscrição	Nome do candidato	Situação
05	Jucimar Francisco Grolli	Deferido
07	Edervan Thiago Toffoli	Deferido
09	Renan Carlos Boni	Deferido
17	Gilberto Antonio Rodrigues Soares	Deferido
19	Jonas Burin	Deferido
22	Edivan Fagundes	Deferido
23	Ederson Lucas Alves dos Santos	Deferido
25	Wilian Mariani	Deferido

##### 1.3 PEDREIRO:

Nº. Inscrição	Nome do candidato	Situação
06	Alcedir Alberti	Deferido
10	Juracy Maciel dos Santos	Deferido
18	Fabio Eliandro Rubas	Deferido
21	Antônio Machado de Lima	Deferido
24	Valmir Witinski	Deferido

2. Nos termos do Item 9. DOS RECURSOS, do Edital nº. 18/2019, fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data de sua publicação para solicitar reconsideração quanto à homologação das inscrições.

Seara, SC., 26 de abril de 2019.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 26 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2019**

Publicação Nº 1997194

Processo Licitatório nº. 094/2019  
Edital de Tomada de Preços nº. 006/2019.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 14/05/2019, documentação e propostas referentes à contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução da obra de construção de faixas elevadas para pedestres em CBUQ em diversas ruas do município de Seara/SC. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 26 de abril de 2019.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2019**

Publicação Nº 1998828

Processo Licitatório nº. 094/2019  
Edital de Chamamento Público para credenciamento nº. 002/2019.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, a partir do dia 30/04/2019, documentação referentes ao credenciamento de empresas para prestação de serviços especializados na área da educação física e atividades esportivas (aulas de musculação), com infraestrutura de equipamentos e acompanhamento de profissional educador físico, para atendimento ao público idoso inscrito no programa disponibilizado pelo município de Seara/SC. A partir da data indicada o edital permanecerá permanentemente aberto para inscrição de interessados. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 26 de abril de 2019.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 070/2019

Publicação Nº 1997314

DECRETO Nº 070, DE 17 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhora Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 92,51 (noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

**04.04 – DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS****2.057 – Manutenção da Rede Viária Municipal**

3.3.90.00.00.00.00.00.0611(283) – Aplicações Diretas ..... R\$ 23,16

3.3.90.00.00.00.00.00.0619(284) – Aplicações Diretas ..... R\$ 9,35

**03.01 – GERENCIA DE FINANÇAS****0.002 – Encargos Gerais do Município**

3.3.90.00.00.00.00.00.0622(286) – Aplicações Diretas ..... R\$ 20,57

3.3.90.00.00.00.00.00.0623(287) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1,16

3.3.90.00.00.00.00.00.0609(288) – Aplicações Diretas ..... R\$ 10,98

**05.02 – GERENCIA DE CULTURA****2.058 – Manut. Do Esporte Amador e Estudantil**

3.3.90.00.00.00.00.00.0608(282) – Aplicações Diretas ..... R\$ 27,29

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta dos recursos de convênios das fontes 611, 619, 622, 623, 609 e 608.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 17 de abril de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

### DECRETO Nº. 071/2019

Publicação Nº 1997316

DECRETO Nº 071 DE 17 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º. Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 81,54 (oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). na seguinte dotação orçamentária:

**07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****2.024 – Atendimento de Saúde Básica**

3.3.90.00.00.00.00.00.0023(73) Aplicações Diretas ..... R\$ 81,54

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta de recursos de Convênio da fonte 23..

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação



Município de Sombrio – SC, 17 de abril de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 0120/2019

Publicação Nº 1998067

DECRETO Nº. 0120 DE 22 DE ABRIL DE 2019

“DISPÕE SOBRE MAJORAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL JUNIOR BETTU DE 30 HORAS PARA 40 HORAS SEMANAIS, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2018, , DE ACORDO COM A LEI Nº 344/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 344, de 2000, e Lei Orgânica art. 41 , VII.

DECRETA:

Art. 1º. Fica majorada a carga horária de 30 horas para 40 horas semanais do Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, o candidato aprovado no Concurso Público nº 004/2018, abaixo denominado, de acordo com o cargo e de remuneração de 100% ,conforme segue:

NOME: RAFAEL JUNIOR BETTU

CPF:096.462.949-60 RG 35.770.101 – SSP-SC

CARGO: PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos do dia 15 de março de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
22 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### DECRETO 0121/2019

Publicação Nº 1998272

DECRETO Nº 0121 DE 26 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EM CARATER DE URGÊNCIA Nº 003/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019, constituída pelos seguintes membros:

- Presidente MARISA REGINA WEBER CAPRINI
- Secretária JULEIDE WICKERT
- Membros VANUSA MUNARO
- Membros MARISETE DE SOUZA

Art. 2º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se

serviços públicos relevantes, sem custo para o Município publicação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 26 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

## DECRETO 0122/2019

Publicação Nº 1998113

DECRETO Nº 0121 DE 26 DE ABRIL DE 2019

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Joice Amann Gallina, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até a perícia ao INSS 23.05.2019, conforme requerimento agendamento nº 195772386.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 26 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

## DECRETO 0123/2019

Publicação Nº 1998131

DECRETO Nº 0123 DE 26 DE ABRIL DE 2019

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Cristiano César Kottwitz, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, até a perícia junto ao INSS, conforme 195773799.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 26 de abril de 2019.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

## DECRETO 0124/2019

Publicação Nº 1998201

DECRETO Nº. 0124, DE 26 DE ABRIL DE 2019

PRORROGA O DECRETO DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Processo Seletivo em caráter de urgência 001/2018.  
Considerando o Decreto nº 093/2019, de afastamento da servidora JOICE AMANN GALLINA, por motivo de licença tratamento saúde e do requerimento de auxílio doença INSS até a data de 23.05.2019.

Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada os Decreto 101 e 102/2019 das Servidoras Alesandra da Silva e Helena Jacobsen, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental com carga horaria de 20 horas cada, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até o 23.05.2019, conforme Requerimento Auxílio Doença INSS nº 195772386.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário  
Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 26 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

## DECRETO 075/2019

Publicação Nº 1998049

DECRETO Nº.075 DE 15 DE MARÇO DE 2019

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nos artigos 15º e 16 da Lei Municipal nº. 385, de 01 de junho de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Função de Confiança ao Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, ADILTON PIETRO BIASI, inscrito sob CPF nº799.934.519-91, ocupante do cargo efetivo de Professor de Atividades Desportivas, com Lotação na Secretaria Municipal de Educação, lotado no Departamento de Esportes, para desempenhar atividades desportivas, treinos.

Art. 2º. Para realização das Atividades elencadas no artigo 1º fica concedido Função de Confiança FC-5 correspondente a 50% do vencimento base do município.

Parágrafo Único: Fica retirada a gratificação de regência de classe.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor desde 01 de maio de 2017, e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
15 de março de 2019.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor do Departamento

## LEI MUNICIPAL Nº.1200/2019

Publicação Nº 1999080

LEI MUNICIPAL N.º.1200, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

“ALTERA O ARTIGO 59 DA LEI MUNICIPAL Nº.384/2001, DE 01 DE JUNHO DE 2001, ALTERA O ANEXO III – RELAÇÃO DE QUADROS DE PERMANENTES E O ANEXO II - QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSÍDIOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, AMBOS DA LEI MUNICIPAL Nº.1.160 DE 18 DE ABRIL DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 59, da Lei Municipal nº.384, de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Parágrafo único: Em se tratando de serviço extraordinário realizados em sábados, domingos e feriados, o acréscimo de que trata o caput será de 75% (setenta e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 2º Fica alterado o Anexo III –Quadros Permanentes, da Lei Municipal nº.1.160, que dispõe sobre nível e valores dos cargos permanentes, sendo que os níveis 13 e 16 foi reajustado 7% e o nível 11 foi reajustado com o mínimo permitido em lei, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV		GRUPO V	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
				31	1.702,16			51	3.443,18
								51A	2.796,32
11	998,00	21	1.465,71	31A	1.323,40	41	2.748,19	51B	3.709,09
12	1.106,40	22	1.702,16	32	1.881,14	42	3.050,49	52	4.372,39
13	1.300,38	23	1.835,64	33	2.167,82	43	3.386,04	53	4.993,26
14	1.361,73	24	2.004,57	34	2.317,76	44	3.754,99	54	5.387,20
15	1.445,22	25	2.225,05	35	2.572,70	45	4.171,92	55	5.979,79
16	1.532,76	26	2.469,80	36	2.855,70	46	4.630,83	56	5.979,77
17	1.713,41	27	2.741,47	37	3.169,83	47	5.140,24	57	7.367,71
18	1.901,88	28	3.043,04	38	3.518,50	48	5.705,70	58	8.346,88
19	2.111,07	29	3.377,77	39	3.905,53	49	6.333,28	59	9.077,73
20	2.343,30	30	3.749,34	40	4.335,14	50	7.029,97	60	11.921,76

Art. 3º Fica alterado o Anexo II – Quadro de Vagas e Tabela de Vencimento/Subsídios dos Cargos em Comissão de Livre Nomeação e Exoneração, da Lei Municipal nº.1.160, que dispõe sobre vagas, níveis e vencimentos, em especial ao Cód. 61022, o qual teve aumento de 7%, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

CÓD	CARGO	NÍVEL	Nº DE	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
			CARGOS	SUBSÍDIO	REPRESENTAÇÃO	
61001	SECRETÁRIO MUNI- CIPAL	-	4	-	-	-
61002	CONTADOR GERAL	CC-9	1	4.079,34	4.079,34	8.158,68
61003	DIRETOR DE DEPARTA- MENTO	CC-7	9	3.103,45	3.103,45	6.206,90
61005	ASSESSOR DE ESPOR- TES	CC-6	1	2.611,88	2.611,88	5.223,76
61006	ASSESSOR DE TRANS- PORTES	CC-6	1	2.611,88	2.611,88	5.223,76
61007	ASSESSOR JURIDICO	CC-6	1	2.611,88	2.611,88	5.223,76
61008	ASSESSOR DE ASSIS- TÊNCIA SOCIAL	CC-6	1	2.611,88	2.611,88	5.223,76
61009	DIRETOR DE ESCOLA	CC-5.1	3	2.478,57	2.478,57	4.957,14
61004	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	CC-5	1	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61010	TESOUREIRO	CC-5	1	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61011	CHEFE DE GABINETE	CC-5	1	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61012	ASSESSOR EDUCACIO- NAL	CC-5	2	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61013	ASSESSOR DE SAÚDE	CC-5	1	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61014	ASSESSOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	CC-5	1	2.333,89	2.333,89	4.667,78
61015	CHEFE DE SETOR	CC-4	6	1.656,91	1.656,91	3.313,82
61016	ASSESSOR DE PLANEJA- MENTO	CC-4	1	1.656,91	1.656,91	3.313,82
61017	ASSESSOR CULTURAL	CC-4	1	1.656,91	1.656,91	3.313,82
61018	ASSESSOR DE IMPREN- SA	CC-3	1	1.260,08	1.260,08	2.520,16
61019	COORDENADOR DAS ATIV. MANUT. CONSER- VAÇÃO	CC-3.1	2	1.346,92	1.346,92	2.693,84
61020	COORDENADOR DAS ATIV. DE DEPARTA- MENTO	CC-3	2	1.260,08	1.260,08	2.520,16
61021	SECRETÁRIO DE ESCOLA	CC-2	3	914,39	914,39	1.828,78
61022	COORDENADOR DAS ATIVIDADES DE EDU- CAÇÃO	CC-2-2	1	1.640,12	1.640,12	3.280,24
61023	COORDENADOR DAS ATIVIDADES DE ES- PORTES	CC-2.1	1	1.196,89	1.196,89	2.393,78
61024	COORDENADOR DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	CC-2	1	914,39	914,39	1.828,78
61025	RECEPCIONISTA	CC-1	1	517,23	517,23	1.034,46

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada à publicação no DOM/SC, conforme Lei Municipal nº.1027/2015.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 25 de abril de 2019.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº.1201/2019**

Publicação Nº 1999081

LEI MUNICÍPAL N.º.1201 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

**"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, na competência do Poder Executivo do município de Sul Brasil, o benefício de auxílio alimentação, mensal, de natureza indenizatória, destinado a despesas com refeição e alimentação aos servidores públicos municipais, ocupantes de cargos efetivos, de provimento em comissão, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares e estagiários.

Art. 2º. O auxílio alimentação será disponibilizado mensalmente pela Administração Pública e será limitado nos seguintes termos:

I - Aos servidores públicos municipais, ocupantes de cargos efetivos, de provimento em comissão, admitidos em caráter temporário, com carga horária de 40 horas, terão direito ao auxílio alimentação num montante de R\$80,00 (oitenta reais);

II - Aos conselheiros tutelares e estagiários, com carga horária de 20 horas, terão direito ao auxílio alimentação num montante de R\$40,00.

Art. 3º. Aos inativos, pensionistas e servidores afastados da sua ocupação laboral por prazo superior a 15 (quinze) dias, no mesmo mês e em férias, não será disponibilizado o benefício citado no artigo anterior.

§ 1º. Os afastamentos de que trata o caput, se refere aos afastamentos temporários da ocupação laboral, nas seguintes hipóteses:

- a) Licença maternidade;
- b) Licença prêmio;
- c) Licença para atividade política;
- d) Licença sem vencimentos;
- e) Licença para tratar de familiar;
- f) Cessão;
- g) Vacância;
- h) Auxílio doença;
- i) Faltas injustificadas por mais de 5 (cinco) dias no decorrer mês;
- j) Suspensões e demais penalidades disciplinares que demandem afastamento das funções.
- k) advertência

§ 2º O benefício do auxílio alimentação será concedido de forma integral aos servidores que estiverem em gozo de férias em período concessivo inferior a 15 (quinze) dias no decorrer do mês.

§ 3º Aos servidores que for concedido abono pecuniário, será concedido o auxílio alimentação de forma integral;

§ 4º O auxílio alimentação será concedido de forma proporcional em caso de contratação com período superior a 15 (quinze) dias no decorrer do mês.

Art. 4º. O Auxílio Alimentação de que trata a presente Lei:

I - Não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber;

II - Não está sujeito a incidência de quaisquer contribuições de competência do Executivo Municipal.

III - Este auxílio será reajustado por decreto executivo.

Art. 5º. Os servidores Públicos Municipais que possuírem mais de um vínculo com a Administração Pública Municipal, direta e indireta, terão seus vencimentos somados para fins de concessão do benefício.

Art. 6º. O auxílio alimentação não tem natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos e será concedido por meio de adesão do Município ao "Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT".

Art. 7º. O auxílio alimentação será concedido através de cartão magnético, e sua operacionalização será por meio da contratação de empresa especializada.

Art. 8º. As despesas da aplicação desta lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada à publicação no DOM/SC, conforme Lei Municipal nº.1027/2015, podendo ser regulamentada por Decreto Executivo.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 25 de abril de 2019.

ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração



**PREGÃO PRESENCIAL 035/2019**

Publicação Nº 1999131

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 042/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2019

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS PROJETOS SOCIAIS.

Recebimento dos envelopes: 09:00 horas do dia 13 de maio de 2019

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 13 de maio de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 29 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 028-2019

Publicação Nº 1997539

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 028/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa para Ministrar Curso de Formação para o Mundo do Trabalho na Manutenção das Atividades de Apoio Socioeducativo para Crianças e Adolescentes, conforme termo de referência anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 13/05/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [WWW.tigrinhos.sc.gov.br](http://WWW.tigrinhos.sc.gov.br). Tigrinhos (SC), 29 de abril de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 029-2019

Publicação Nº 1997540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa para Disponibilizar Profissional para Ministrar Aulas de Ballet 10 horas semanais, na Manutenção das Atividades de Apoio Socioeducativo para Crianças e Adolescentes, conforme projeto e termo de referência anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 13h30min do dia 13/05/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 13h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [WWW.tigrinhos.sc.gov.br](http://WWW.tigrinhos.sc.gov.br). Tigrinhos (SC), 29 de abril de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 013/FMS/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/FMS/2019

Publicação Nº 1997251

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 013/FMS/2019 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/FMS/2019

Objeto: Aquisição de material de construção para reforma e manutenção das unidades sanitárias e SAMU, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: CLARAIZA LTDA foi vencedora do lote: 01 no valor de R\$ 22.235,00 (Vinte e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais), lote: 04 no valor de R\$ 131.430,00 (Cento e trinta e um mil, quatrocentos e trinta reais), lote: 06 no valor de R\$ 94.500,00 (Noventa e quatro mil e quinhentos reais) e lote: 08 no valor de R\$ 18.434,00 (Dezoito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME foi vencedora do lote: 02 no valor de R\$ 63.960,00 (Sessenta e três mil, novecentos e sessenta reais), lote: 03 no valor de R\$ 31.800,00 (Trinta e um mil e oitocentos reais) e lote: 07 no valor de R\$ 84.950,00 (Oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Empresa Vencedora do Processo: ELTON LUIZ MADEIRA foi vencedora do lote: 05 no valor de R\$ 23.800,00 (Vinte e três mil, oitocentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 099/PMT/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMT/2019

Publicação Nº 1997151

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 099/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMT/19  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADA: REBELO GÁS E ÁGUA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS - CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 116.246,49 (CENTO E DEZESSEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 25 DE ABRIL DE 2019.

### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 032/PMT/19 - PROCESSO 007/PMT/19 - PREGÃO PRESENCIAL 007/PMT/19

Publicação Nº 1997480

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 032/PMT/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO 007/PMT/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: JONAS SCHUTZ

RESCISÃO: O PRESENTE TERMO DE EXTRATO DA RESCISÃO TEM POR OBJETO A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 032/PMT/2019, FIRMADO EM 30 DE JANEIRO DE 2019, COM BASE NO DISPOSTO O INCISO I, DO ART. 79 DA LEI 8.666/93 C/C A CLÁUSULA 21ª DO MENCIONADO CONTRATO, A CONTAR DE 22 DE ABRIL DE 2019.

TIJUCAS/SC, 26 DE ABRIL DE 2018.

**PROCESSO Nº 10/FMAS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMAS/2019**

Publicação Nº 1997462

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/FMAS/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMAS/2019

Objeto: Contratação de empresa para realização do Casamentão Popular Tijuquense 2019, conforme Lei Municipal nº 2090/2007, do Fundo Municipal de Assistência Social, Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 10 de maio de 2019, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbó

## PREFEITURA

### PORTARIA NºSEMFA-E0918 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1998077

PORTARIA NºSEMFA-E0918 de 07 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Gracielle Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GRACIELLE BELL, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH07-0079;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 27/02/2019 à 13/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 14/03/2019 à 28/04/2019 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA NºSEMFA-E0919 DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1998080

PORTARIA NºSEMFA-E0919 de 07 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Gracielle Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GRACIELLE BELL, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH18-0250;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 27/02/2019 à 13/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 14/03/2019 à 28/04/2019 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA NºSEMFA-E0925 DE 14 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1998098

PORTARIA NºSEMFA-E0925 de 14 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmelita Maria Bona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CARMELITA MARIA BONA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH17-0327;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 25/02/2019 à 11/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 12/03/2019 à 11/04/2019 (31 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0929 DE 21 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998111

PORTARIA NºSEMFA-E0929 de 21 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Neila Aparecida Pinto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora NEILA APARECIDA PINTO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH11-0083;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 07/03/2019 à 21/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 22/03/2019 à 31/03/2019 (10 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0930 DE 21 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998114

PORTARIA NºSEMFA-E0930 de 21 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ruth Withoft Hodecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora RUTH WITTHOFT HODECKER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH03-0117;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 19/03/2019 à 02/04/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 03/04/2019 à 16/05/2019 (44 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0931 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998115

PORTARIA NºSEMFA-E0931 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Pamela Luize Longo Fachini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora PAMELA LUIZE LONGO FACHINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme Processo RH19-0045;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 11/03/2019 à 25/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26/03/2019 à 10/04/2019 (16 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0932 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998117

PORTARIA NºSEMFA-E0932 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Laurita Pellin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora LAURITA PELLIN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0044;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 11/03/2019 à 25/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26/03/2019 à 05/05/2019 (41 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0933 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998119

PORTARIA NºSEMFA-E0933 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Kelly Vanessa Silva dos Campos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora KELLY VANESSA SILVA DOS CAMPOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0042;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 15/03/2019 à 29/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 30/03/2019 à 14/04/2019 (16 dias).



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0935 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998123

PORTARIA NºSEMFA-E0935 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mareli Anacleto Roedel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARELI ANACLETO ROEDEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0040;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/03/2019 à 20/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/03/2019 à 07/05/2019 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0936 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998124

PORTARIA NºSEMFA-E0936 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Taiza Anesi Carlini Mendes Cardoso..

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora TAIZA ANESI CARLINI MENDES CARDOSO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0039;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 25/02/2019 à 11/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 12/03/2019 à 31/03/2019 (20 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0937 DE 25 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998127

PORTARIA NºSEMFA-E0937 de 25 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Suzete Keiner Marcarini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SUZETE KEINER MARCARINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0038;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 22/02/2019 à 08/03/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 09/03/2019 à 22/04/2019 (45 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 27 2019 PMT - FORNECIMENTO E RECARGA DE GÁS**

Publicação Nº 1998340

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 27/2019 PMT

OBJETO: fornecimento/recarga de gás liquefeito de petróleo (13KG - P13) e (45KG - P45) para atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 13 de maio de 2019. ABERTURA: dia 13 de maio de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 26/04/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração.

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2016.64 TIMBOPREV**

Publicação Nº 1998347

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/64 TIMBOPREV

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº. 11.882.190/0001-34, a comparecer para assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2016/64, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 07/05/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 26 de abril de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

**DECRETO Nº 5146, DE 01 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997391

**DECRETO Nº 5146, DE 01 DE MARÇO DE 2019**

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	15.05.0010.0122.0314.2631.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
233	0.102000	RECURSOS DE IMPOSTOS - SAUDE	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.05.0010.0122.0314.2631.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
205	0.102000	RECURSOS DE IMPOSTOS - SAUDE	30.000,00
		TOTAL	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5158, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997352

**DECRETO Nº 5158, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REF.	16.03.008.244.0325.2644.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
688	0.33500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/ União	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5159, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997354

DECRETO Nº 5159, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REF.	15.01.0010.0301.0310.1622.	MODERNIZAÇÃO DAS USF	
	400000.00	DESPESAS CORRENTES	
	440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
764	0.33300	Transf. Convenio União - Saúde	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5160, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997356

DECRETO Nº 5160, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 293.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	08.01.015.452.0261.2564.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
524	0.3081700	SUPERAVIT COSIP	30.000,00
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
751	0.3081700	SUPERAVIT COSIP	263.000,00
		TOTAL	293.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5161, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997358

DECRETO Nº 5161, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	14.001.0004.0062.0300.1611.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	
	14.001.0004.0062.0300.1611.	GESTÃO DO PROCON	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	DESPESAS DE INVESTIMENTO	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS LIVRES	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5162, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997361

DECRETO Nº 5162, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 48.623,20.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 48.623,20 (quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	13.001.0018.0542.0290.2602.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS LIVRES	48.623,20
		TOTAL	48.623,20

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5163, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997363

DECRETO Nº 5163, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 2.700,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0391.0361.2696.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.001.0013.0391.0361.2696.	MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.700,00
		TOTAL	2.700,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5164, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997365

DECRETO Nº 5164, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 210.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	03.001.0004.0122.0210.2520.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
	03.001.0004.0122.0210.2520.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	210.000,00
		TOTAL	210.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5165, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997367

DECRETO Nº 5165, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	24.004.0006.0181.0380.2713.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ	
	24.004.0006.0181.0380.2713.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA CIVIL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.311000	RECURSOS VINCULADO – CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5166, DE 21 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1997370

DECRETO Nº 5166, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 12.040,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 12.040,00 (doze mil e quarenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	14.001.0004.0062.0300.2610.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	
	14.001.0004.0062.0300.2610.	GESTÃO DO PROCON	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS LIVRES	11.040,00
		TOTAL	11.040,00
	14.002.0028.0845.0211.0024.	GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS LIVRES	1.000,00
		TOTAL	1.000,00
		TOTAL DO FMDDD	12.040,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5167, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997373

DECRETO Nº 5167, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 197.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	24.004.0006.0181.0380.2713.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ	
	24.004.0006.0181.0380.2713.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA CIVIL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
755	0.311000	RECURSOS VINCULADO – CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL	2.000,00
	24.004.0006.0181.0380.1715.	MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
761	0.311000	RECURSOS VINCULADO – CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL	195.000,00
		TOTAL	197.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5169, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997502

DECRETO Nº 5169, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2019:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
550	0.300000	RECURSOS LIVRES	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	21.001.0023.0695.0355.2680.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
547	0.300000	RECURSOS LIVRES	1.000,00
		TOTAL	1.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5170, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997504

DECRETO Nº 5170, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 2.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	23.001.0006.0181.0370.2700.	FUNDO DE M. E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ	
	23.001.0006.0181.0370.2700.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA POLÍ- CIA MILITAR DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
750	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.000,00
		TOTAL	2.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5171, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997506

DECRETO Nº 5171, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 32.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.002.0013.0391.0360.1691.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.002.0013.0391.0360.1691.	OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS CORRENTES	
	440000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS SUPERÁVIT	32.500,00
		TOTAL	32.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5172, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997507

DECRETO Nº 5172, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 156,38.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 156,38 (cento e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

	19.001.0027.0813.0340. 2666.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS LIVRES	
		TOTAL	156,38
		TOTAL	156,38

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 5173, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997509

DECRETO Nº 5173, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 701.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 701.000,00 (setecentos e um mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.1622.	MODERNIZAÇÃO DAS USF	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	

	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	30.000,00
		TOTAL	30.000,00
	15.02.0010.0302.0207.1627.	MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
758	0.30200	RECURSOS DE IMPOSTOS – SAÚDE	646.000,00
		TOTAL	646.000,00
	15.04.0010.0304.0313.2629.	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
699	0.33866	TRANSF. SUS UNIAO VIG EM SAUDE	15.000,00
		TOTAL	15.000,00
	15.04.0010.0305.0313.2630.	MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
700	0.33866	TRANSF. SUS UNIAO VIG EM SAUDE	10.000,00
		TOTAL	10.000,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	701.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5174, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997510

DECRETO Nº 5174, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 103.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

20.01.008.243.0350.2670.	FUNDO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA	
20.01.008.243.0350.2670.	SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
20.01.008.243.0350.2670.	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Recursos Ordinários – SUP. FINAN	40.000,00
0.30900	Rec. FIA – IMP RENDA SUPERAVIT	63.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	103.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5176, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997511

DECRETO Nº 5176, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0320.1643	MODERNIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.36500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/ESTADO	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
16.02.008.244.0320.2640.	MANUTENÇÃO DOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.36500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/ESTADO	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
16.03.008.244.0325.2644.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.36500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/ESTADO	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	40.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5177, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997512

DECRETO Nº 5177, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 500.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.2620.	MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAUDE DA FAMILIA	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	230.000,00
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	55.000,00
		TOTAL	285.000,00
	15.01.0010.0301.0310.2621.	MANUTENÇÃO SAÚDE BUCAL	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	160.000,00
	319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	55.000,00
		TOTAL	215.000,00
		TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	500.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5178, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1997514

DECRETO Nº 5178, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	22.001.0013.0391.0361.2696.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.001.0013.0391.0361.2696.	MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	0.300000	RECURSOS DE SUPERÁVIT	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5179, DE 16 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997516

DECRETO Nº 5179, DE 16 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

17.01.009.272.0330.2650	TIMBOPREV	
17.01.009.272.0330.2650	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO	
17.01.009.272.0330.2650	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30300	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 5182, DE 18 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1997518

DECRETO Nº 5182, DE 18 DE ABRIL DE 2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 170.007,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, no valor de R\$ 170.007,00 (cento e setenta mil e sete reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0391.1723	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.1723	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.1723	AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVAÇÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO DA EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	7,00
	TOTAL	7,00
25.06.017.512.0390.2720	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	



0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	
	TOTAL	70.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	170.007,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 5156, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1997337

### DECRETO Nº 5156, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Altera a destinação de imóvel objeto da desapropriação promovida por meio do Decreto n.º 483, de 10 de maio de 2006.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, V e VII da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

CONSIDERANDO que através do Decreto n.º 483, de 10 de maio de 2006 o Município de Timbó declarou de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel, situado na rua Rio Grande e com área de 10.628,00 m² visando a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir o erro redacional no Decreto n.º. 483, de 10 de maio de 2006 que equivocadamente menciona como sendo a matrícula do imóvel desapropriado a de nº 13.624, quando o correto é 13.264, Livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca;

CONSIDERANDO que o imóvel acima descrito não está sendo utilizado pelo Município ou pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó para a destinação prevista no Decreto n. 483, de 10 de maio de 2006 em razão da inviabilidade técnica de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto no local, apurada pela equipe técnica do SAMAE;

CONSIDERANDO que a limitação técnica que prejudicou o uso da área para instalação de ETE, não inviabiliza o uso para outra finalidade de indubitável utilidade e interesse público, inclusive na área de saneamento básico;

CONSIDERANDO que a área desapropriada detém inegável valia para os serviços de saneamento básico do município de Timbó, estando localizada em local estratégico para instalação de garagem para frota e administração da coleta de resíduos sólidos, além de instalação de local adequado para a entrega voluntária de materiais recicláveis e demais produtos inclusive da política reversa;

CONSIDERANDO que a finalidade pública inicialmente conferida ao imóvel poderá ser transferida para outro imóvel, o que está sendo objeto de estudos pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó;

CONSIDERANDO que é inconteste que os municípios têm a atribuição constitucional de 'promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo' (art. 30, VIII, CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 concedeu plena autonomia ao Município (art. 18), assim explicitada por Hely Lopes Meirelles: 'a autonomia administrativa confere ao Município a faculdade de organizar e prover seus serviços públicos locais, para a satisfação das necessidades coletivas e pleno atendimento dos munícipes, no exercício dos direitos individuais, e no desempenho das atividades de cada cidadão. Essa autonomia abrange a prerrogativa de escolha das obras e serviços a serem realizados pelo Município, bem como do modo e forma de sua execução, ou de sua prestação aos usuários,' (in "Estudos e Pareceres de Direito Público, cit. por Fábio Pedro Nadal, opus cit.)

CONSIDERANDO que segundo entendimento de Fábio Pedro Nadal: 'a destinação dos bens públicos integrantes do patrimônio municipal possuem destinação cambiável, segundo os superiores interesses da comuna'. (in Possibilidade de alteração da qualificação jurídica de bem

público municipal face ao disposto no art. 180, inciso VII, da Constituição do Estado de São Paulo, publicado no sítio Jus Navigandi, da internet, em <http://jus.com.br/artigos/2014>).

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterada a destinação do imóvel desapropriado através do Decreto n. 483, de 10 de maio de 2006, originariamente adquirido para a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto, passando para instalação de serviços afetos ao saneamento urbano, dos quais destaca-se a implantação da sede administrativa da gestão de coleta de resíduos e do Ecoponto, dentre outros que o imóvel venha a comportar.

Art. 2º Fica retificado na parte final do artigo 1º do Decreto n.º 483, de 10 de maio de 2006, o número da matrícula do imóvel desapropriado, passando a conter a seguinte descrição: Matrícula n. 13.264, Livro 2.

Art. 3º Ficam mantidos e ratificados todos os demais termos e condições do Decreto n. 483, de 10 de maio de 2006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 1º de janeiro de 2019, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**EXTRATO CONTRATO 55.2019 - FMDE - JEAN HENRIQUE GAULKE**

Publicação Nº 1998349

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2019

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação

AUTORIZADO: Jean Henrique Gaulke

OBJETO: Fornecimento, de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2019, anexos e Dispensa de Licitação n.º 08/2019.

VALOR: R\$ 13.082,00 (treze mil e oitenta e sete reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2019.

ALFROH POSTAI  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO CONTRATO 56.2019 - FMDE - JUCINEI KOSLOSKI**

Publicação Nº 1998352

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2019

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação

AUTORIZADO: Jucinei Kosloski

OBJETO: Fornecimento, de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2019, anexos e Dispensa de Licitação n.º 07/2019.

VALOR: R\$ 19.998,50 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 15/04/2019.

ALFROH POSTAI  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO CONTRATO 59.2019 - FMDE - ALINOR KRIESER**

Publicação Nº 1998353

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 59/2019

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação

AUTORIZADO: Alinor Krieser

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2019, anexos e Dispensa de Licitação n.º 04/2019.

VALOR: R\$ 19.997,59 (dezenove mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 15/04/2019.

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO CONTRATO 63.2019 - FMDE - CLAUDIO KRIESER**

Publicação Nº 1998356

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2019

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Educação

AUTORIZADO: Claudio Krieser

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2019, anexos e Dispensa de Licitação n.º 14/2019.

VALOR: R\$ 19.998,93 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 16/04/2019.

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO CONTRATO 66.2019 FCT**

Publicação Nº 1998357

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2019

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADO: Jurandir Arthur Bonin.

OBJETO: Locação, pelo locador ao locatário, de dois imóveis (galpões) de alvenaria correspondente aos itens abaixo, destinados ao armazenamento e criação de peças artísticas e demais itens de decoração com temática natalina, páscoa e outros, de conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento, Dispensa de Licitação nº 08/2019 e dispositivos legais aplicáveis a espécie.

VALOR TOTAL: R\$ 48.032,64 (quarenta e oito mil, trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 24/04/2019.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**PORTARIA Nº SEMFA-E0941, DE 27 DE MARÇO DE 2.019.**

Publicação Nº 1998182

PORTARIA Nº SEMFA-E0941, de 27 de Março de 2.019.

Concede Pecúlio do servidor inativo Wilfried Reinicke, à esposa Isolde Blunk.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, resolve:

Art. 1º Conceder Pecúlio do servidor inativo WILFRIED REINICKE, à esposa isolde blunk, equivalente ao valor dos proventos de R\$ 4.715,98 (Quatro mil setecentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH19-0037 / TIMBOPREV 14/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Março de 2.019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## PORTARIA NO 1264, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1998260

PORTARIA No 1264, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Designa em substituição, representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para compor o Conselho de Contribuintes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Timbó,

### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 568, de 24 de janeiro de 2018, designado KATIA REGINA LAZARINI VILVERT - representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para compor o Conselho de Contribuintes, em substituição à Cacilde Vieira.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## PORTARIA NO 1295, DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1998278

PORTARIA No 1295, DE 10 DE ABRIL DE 2019

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais, de cargos de provimento temporário, lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Rodrigo Becker	Auxiliar Operacional I	Nº 417, de 15/08/2017	10/04/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Anésio Henrique Martins	Médico	Nº 1288, de 08/04/2019	11/04/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1302, DE 17 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998284

PORTARIA No 1302, DE 17 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017 e nº 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018 e nº 5148, de 06/03/2019,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DANIEL KRUGER (Vacância)	404134894	0	26/02/1996	106.681.629-88	44h	17/04/2019 a 07/05/2019
THAÍS PEREIRA DA SILVA DE SOUZA (Vacância)	404134893	0	27/02/1993	088.790.279-05	44h	17/04/2019 a 07/05/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
PATRICIA FAES (Vacância do cargo)	212032	5	25/03/1988	066.360.259-99	44h	17/04/2019 a 07/05/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1304, DE 18 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998286

PORTARIA No 1304, DE 18 DE ABRIL DE 2019

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, autorizadas a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Barbara Leticia Nitsche	Fisioterapeuta	05457181643 / AB
Gilmara Maria Baddaratzi Giotti	Supervisora da Divisão de Serviços e Políticas da Saúde	02173729996 / AB
Marlete Klug Sandri	Técnica em Enfermagem	02352557609 / B

Art. 2º Ficam as servidoras desde já científicas que durante o período em que estiverem de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1306, DE 23 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998288

PORTARIA No 1306, DE 23 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017 e nº 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018 e nº 5148, de 06/03/2019,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
(Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
NILCEIA ALVES DA SILVA (Vacância/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	262021	9	12/06/1985	046.103.339-96	30h	23/04/2019 a 07/05/2019

Cargo: Professor A-10

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
SIMONE CECELEIRO DOS SANTOS (Em atendimento ao Projeto Período Integral)	404134895	0	15/12/1973	684.214.199-00	20h	23/04/2019 a 07/05/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1309, DE 25 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998290

PORTARIA No 1309, DE 25 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017 e nº 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018 e nº 5148, de 06/03/2019,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)						
Cargo: Professor C-10						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
WERUSKA KARINE METZKER HART- MANN (Aumento do nú- mero de alunos)	18759	1	24/12/1968	687.075.929-49	20h	25/04/2019 a 07/05/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO SEMFA- E0950, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998218

PORTARIA No SEMFA- E0950, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal da Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Darcio Riola	Operador de Máquina	Um (01)	18.03.2019	RH07-0269
Maico Kroenke	Operador de Máquina	Um (01)	05.03.2019	RH19-0050

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração



**PORTARIA NO SEMFA- E0951, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998221

PORTARIA No SEMFA- E0951, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidora ocupante de cargo estatutário.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal da Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Samara Cristiane Lazarini Kurth	Auxiliar de Serviços Administrativos	Sete (07)	26.03.2019	RH16-0135

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA- E0953, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998228

PORTARIA No SEMFA- E0953, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Fazenda e Administração				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Graciela Inês Uber Gomes	Assessora da Fazenda e Administração	Um (01)	04.03.2019	RH18-0284
Graciela Inês Uber Gomes	Assessora da Fazenda e Administração	Dois (02)	12.03.2019	RH18-0284
Larissa Taiane Bayer	Auxiliar Operacional	Um (01)	01.03.2019	RH17-0220
Marcelo Kaipers	Técnico em Informática	Um (01)	08.03.2019	RH19-0049
Scheila Heloisa Berndt Zickuhr	Auxiliar de Serviços Administrativos	Quatro horas (04h)	26.03.2019	RH13-0215

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA- E0954, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998230

PORTARIA No SEMFA- E0954, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidor ocupante de cargo estatutário.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao servidor abaixo listado, lotada na Secretaria Municipal da Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Seis horas (06h)	20.03.2019	RH16-0062

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA- E0955, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998233

PORTARIA No SEMFA- E0955, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal da Educação				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Alessandra dos Santos Fernandes	Professora	Um (01)	27.03.2019	RH17-0073
Alice Aparecida Mota	Auxiliar Operacional	Um (01)	06.03.2019	RH02-634
Aline Burger	Educadora Infantil	Um (01)	01.03.2019	RH17-0227
Ana Paula da Silva Agostini	Educadora Infantil	Dois (02)	07.03.2019	RH17-0212
Bernardete Hartmann	Auxiliar Operacional	Sessenta (60)	26.03.2019	RH10-0169
Carla Alexandra Weiss Moser	Professora	Meio dia (1/2)	13.03.2019	RH15-0155
Dayse Fabiana Borchardt	Educadora Infantil	Quatro (04)	19.03.2019	RH11-0396
Dayse Fabiana Borchardt	Educadora Infantil	Um (01)	18.03.2019	RH11-0396
Dorothy Klug	Auxiliar Operacional	Um (01)	01.03.2019	RH19-0032
Edite Putka	Auxiliar de Recreação Infantil	Cinco horas (05h)	06.03.2019	RH14-0180
Edla Janice Perini Nones	Professora	Onze (11)	08.03.2019	RH10-0052

Fabiana Salvador Buzzi	Professora	Um (01)	18.03.2019	RH04-0209
Fabiana Salvador Buzzi	Professora	Um (01)	08.03.2019	RH04-0209
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	Um (01)	04.03.2019	RH06-0279
Janaina Cristiane Nunes	Auxiliar de Recreação Infantil	Sete (07)	04.03.2019	RH14-0181
Janara Thais Maas	Educadora Infantil	Uma hora (01h)	29.03.2019	RH17-0215
Júlio Hilário Arpini	Professor	Um (01)	20.03.2019	RH05-0445
Lucilene Amadeu do Nascimento	Auxiliar Operacional	Um (01)	22.02.2019	RH19-0034
Lucilene Amadeu do Nascimento	Auxiliar Operacional	Um (01)	18.03.2019	RH19-0034
Lucilene Amadeu do Nascimento	Auxiliar Operacional	Meio (1/2)	29.03.2019	RH19-0034
Maria de Lourdes Ochner Zink	Educadora Infantil	Um (01)	19.03.2019	RH07-0334
Maria Silvia Gonçalves Ribeiro	Auxiliar Operacional	Um (01)	18.03.2019	RH08-0374
Maristela Doroteia Schroeder Willrich	Educadora Infantil	Um (01)	26.03.2019	RH05-0387
Mayara Cristine de Borba Mastelotto	Auxiliar de Recreação Infantil	Quatro (04)	19.03.2019	RH18-0164
Mayara Cristine de Borba Mastelotto	Auxiliar de Recreação Infantil	Quatro horas (04h)	04.03.2019	RH18-0164
Pâmela Cristina Backes	Educadora Infantil	Um (01)	11.04.2019	RH17-0262
Rosane Bündchen Lazarini	Educadora Infantil	Cinco (05)	26.03.2019	RH19-0033
Sandra Mônica Ewers Mohr	Auxiliar Operacional	Um (01)	18.03.2019	RH17-0314
Siliane Maria Erban	Educadora Infantil	Um (01)	11.03.2019	RH16-0059
Siliane Maria Erban	Educadora Infantil	Um (01)	19.03.2019	RH16-0059
Solange Maria Pellin Michelson	Educadora Infantil	Um (01)	26.03.2019	RH12-0086
Sonia Teixeira Souza	Educadora Infantil	Um (01)	29.03.2019	RH12-0088
Vanessa Martoff Godinho	Auxiliar de Recreação Infantil	Dois (02)	07.03.2019	RH18-0075

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

## PORTARIA NO SEMFA-E0940, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1998178

PORTARIA No SEMFA-E0940, de 26 de março de 2019.

Autoriza o afastamento do exercício do cargo à servidora pública municipal Tatiana Sanara Mafra Viek com fundamento no art. 25, VI da Lei Complementar n. 01, de 22 de Outubro de 1993.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 196, de 19 de Dezembro de 2000 e alterações, Decreto n. 1478, de 02 de Janeiro de 2009 e com fundamento no artigo 25, VI da Lei Complementar n. 01, de 22 de Outubro de 1993 e alterações, e,

Considerando a decisão proferida pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social que deferiu o requerimento interposto pela servidora TATIANA SANARA MAFRA VIEK .

### RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR O AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO, com base no artigo 25, inciso VI da Lei Complementar n. 01, de 22 de Outubro de 1993, o servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Tatiana Sanara Mafra Viek	Dentista	01/04/2019 a 31/12/2021 Correspondentes a uma terça feira e uma quarta feira ao mês.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-E0943, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1998194

PORTARIA No SEMFA-E0943, de 27 de Março de 2019

Declara estável no serviço público municipal o servidor da Secretaria Municipal de Planejamento, trânsito meio ambiente, indústria, comércio e Serviços, por ter sido aprovado no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Roger Daniel Peyerl Drews	4041356	Agente Trânsito e Transporte	1584, de 01/04/2015	06/04/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-E0945, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1998200

PORTARIA No SEMFA-E0945, de 27 de março de 2019

Concede Licença-Prêmio, convertendo 50% em Pecúnia, às Servidoras da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder licença-prêmio, convertendo 50% em pecúnia as servidoras, a ser pago junto à folha competência Março/2019, com afastamento para gozo dos 15 dias restantes, conforme tabela abaixo.

Nome	Processo	Período Aquisitivo	Gozo de 15 dias
Simone Nolli	RH02-554	08/07/2012 a 07/07/2017	22/04/2019 a 06/05/2019
Wania de Oliveira Rossi	RH03-0037	16/03/2008 a 15/03/2013	15/03/2019 a 29/03/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-E0949, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998215

PORTARIA No SEMFA-E0949, de 27 de março de 2019

Concede Licença-Prêmio, convertendo 50% em Pecúnia, à Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder licença-prêmio, convertendo 50% em pecúnia à servidora, a ser pago junto à folha competência Março/2019, com afastamento para gozo dos 15 dias restantes, conforme tabela abaixo.

Nome	Processo	Período Aquisitivo	Gozo de 15 dias
Luize Amanda Salvador	RH13-074	10/06/2013 a 09/06/2018	25/09/2019 a 09/10/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-E0952, DE 29 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998226

PORTARIA No SEMFA-E0952, de 29 de Março de 2019

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidoras ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, às servidoras abaixo listadas, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – Fundo Municipal de Saúde, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Ana Paula da Silva	Enfermeira	Dois (02)	20.03.2019	RH19-0051
Edna Insaurriaga Cardozo Tomelin	Enfermeira	Uma hora e trinta minutos (1h30min)	26.03.2019	RH13-0043
Karina Mueller Gomes	Psicólogo	Hum (01)	29.01.2019	RH11-0075
Karina Mueller Gomes	Psicólogo	Hum (01)	30.01.2019	RH11-0075

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº 1300, DE 15 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1998281

PORTARIA Nº 1300, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018 e nº 5148, de 06/03/2019,

**RESOLVE:****Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ALCIONE MULLER	404134665	0	20/05/2019
ALINE VENTZ	164879	3	20/05/2019
AMANDA MARTINS CAMARGO	404134836	0	20/05/2019
ANA CLAUDIA ROPELATO SLOMP	404134815	0	20/05/2019
ANA PAULA DE OLIVEIRA	40408498	0	20/05/2019
ANA REGINA IASCHOMBEK	576735	1	20/05/2019
ANDREA SANCHES CAVALHEIRO	404134659	0	20/05/2019
ANDREIA CRISTIANE HILCHECHEN DA CRUZ	40408551	2	20/05/2019
BRENDA DE LIZ ANTUNES	40408515	1	20/05/2019
BRUNA POLIANA LAZZAROTTO DE ALCANTARA	40408435	1	20/05/2019
CAMILA HILTRUDES NAU	40408507	1	20/05/2019
CARLA MAYSIA WENDERLICH WESSLING	40408557	0	20/05/2019
CARLOS ALBERTO ZILSE	4041324	3	20/05/2019
CATHARINE OHANA FELIPI MAIER	40408496	0	20/05/2019
CHARLES DE OLIVEIRA	404134713	0	20/05/2019
CHEILA CRISTINA FELIPPI EVARISTO	4013689	3	20/05/2019
DANIELA NOTARI DE OLIVEIRA	40408545	2	20/05/2019
DANIELLE MORENO PARREIRA	40408489	0	20/05/2019
EDENIZE PIMENTEL	40408509	0	20/05/2019
EVELYN BARBOSA	404134835	0	20/05/2019
EVERTON JOACIR RIBEIRO	258814	3	20/05/2019
FERNANDA LOSEKANN	40408569	0	20/05/2019
FLAVIA DE ABREU LOURENÇO	404134837	0	20/05/2019
GISELI ALVES FAVELA	404134567	0	20/05/2019
ISABELA LAIS PRADE SCOZ	40408456	1	20/05/2019
JANAINA EVARISTO	404134810	0	20/05/2019
JANES OSS EMER	1068652	6	20/05/2019
JANETTE DE FREITAS	40408573	0	20/05/2019
JAQUELINE GISELE BENDOTTI	404134472	0	20/05/2019
JOSIANE SANTOS RAMOS	312991	2	20/05/2019
JOSIELE BONETTE	404134657	0	20/05/2019
JUSSARA NUNES	404134610	0	20/05/2019
KATHIA SALETE PICININI BENDOTTI	404134509	1	20/05/2019
KETLYN DE LIZ KRUGER	404134809	0	20/05/2019
LARISSA CARLA PIUNTOWSKI	40408433	1	20/05/2019
LUIZ DIEGO GRUBE	404134860	0	20/05/2019
LUIZA SCHULZE	404134474	2	20/05/2019
MAIKE SPIESS	404134832	0	20/05/2019
MAISA PRUBE VIEIRA	40408562	0	20/05/2019
MARA GUMZ	404134599	0	20/05/2019
MARCELA OBERZINER	404134833	0	20/05/2019
MARE-STELA ZUMACH	404134838	0	20/05/2019
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	404134754	0	20/05/2019
MARIA EDUARDA MENESTRINA VIEIRA NEGRI	40408455	1	20/05/2019
MARLETE KLUG SANDRI	404134813	0	20/05/2019
MICHELE ALMEIDA GUIOMARINO	4034740	1	20/05/2019
PRICYLLA HAGEMANN	40408490	1	20/05/2019



PRISCILA TUANE BATISTA	404134561	0	20/05/2019
QUEREN HAPUQUE GOMES SILVA	365378	4	20/05/2019
RENATA PAVAN ROCHA	404134600	0	20/05/2019
ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	40408559	0	20/05/2019
ROSELI APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	251151	6	20/05/2019
SOFIA ROMAY OLIVEIRA	404134814	0	20/05/2019
SUZANA BEDIN DE SOUZA	204030	2	20/05/2019
TATIANE SCHUHLLI	404134834	0	20/05/2019
VALDIR MANFRINI	40408422	1	20/05/2019
VANIA CUNHA DE GODOI	404134718	0	20/05/2019
VERA MARCIA DE LIZ	4004787	2	20/05/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº 1301, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1998283

PORTARIA Nº 1301, DE 15 DE ABRIL DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018 e nº 5148, de 06/03/2019,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ROSANE RAMOS GONZAGA	18996	1	02/05/2019
SAMARA LUIZA RIOLA	3995925	8	02/05/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de abril de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº SEMFA-E0921, DE 07 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1998086

PORTARIA Nº SEMFA-E0921, de 07 de março de 2019  
Concede Licença Prêmio à servidora Maria Rosândia Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora MARIA ROSÂNDIA DALPIAZ, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 09/02/2014 a 08/02/2019, por trinta dias (01/04/2019 à 08/02/2019), conforme Processo RH09-0213.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº SEMFA-E0923 DE 14 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998092

PORTARIA Nº SEMFA-E0923 de 14 de março de 2019

Concede Auxílio Escolar ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao 1º e 2º semestres de 2018 e 1º semestre de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

#### **RESOLVE**

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- Ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, referente ao Primeiro e Segundo semestres de 2018 e Primeiro semestre de 2019 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Adilson Guber	Gestão Hospitalar – 2º, 3º e 4º semestres - UNIASSELVI – EAD	40%	RH17-0085

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº SEMFA-E0924, DE 14 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998095

PORTARIA Nº SEMFA-E0924, de 14 de março de 2019.

Concede Licença Prêmio à servidora Lenira Werner Cristofolini Milbratz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora LENIRA WERNER CRISTOFOLINI MILBRATZ, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 19/01/2014 a 18/01/2019, por trinta dias (10/06/2019 à 09/07/2019), conforme Processo RH09-0145.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

UNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-E0934 DE 25 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998121

PORTARIA Nº SEMFA-E0934 de 25 de março de 2019

Concede Auxílio Escolar ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao 1º semestre de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- Ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao Primeiro semestre de 2019 a contar de 13/03/2019 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Lucas Eduardo Maus	Ciências Econômicas – 7º e 9º semestres - FURB	60%	RH19-0041

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0914, DE 05 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998068

PORTARIA NºSEMFA-E0914, de 05 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 20/02/2019 à 31/03/2019, por quarenta (40) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0915, DE 05 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998072

PORTARIA NºSEMFA-E0915, de 05 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Patrícia Mattiello Andreazza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora PATRÍCIA MATTIELO ANDREAZZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/03/2019 à 31/03/2019, por vinte oito (28) dias, conforme Processo RH19-0012;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0916, DE 07 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998075

PORTARIA NºSEMFA-E0916, de 07 de março de 2019.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sueli Thrun.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SUELI THRUN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 08/03/2019 à 07/05/2019, por sessenta e um (61) dias, conforme Processo RH10-0006;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0917, DE 07 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998235

PORTARIA NºSEMFA-E0917, de 07 de março de 2019.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rossana Koffke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSSANA KOFFKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08/03/2019 à 04/04/2019, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH10-0006;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0920 DE 07 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998083

PORTARIA NºSEMFA-E0920 de 07 de março de 2019.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rosa Maria Prestes Prochnow.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ROSA MARIA PRESTES PROCHNOW, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cinquenta e quatro (54) dias, a contar de 09/03/2019 a 01/05/2019, conforme Processo RH07-0275;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/02/2019 a 19/02/2019 (07 dias) e 01/03/2019 à 08/03/2019 (08 dias) somando 15 dias, e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 09/03/2019 à 01/05/2019 (54 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0922, DE 11 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998089

PORTARIA NºSEMFA-E0922, de 11 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Maria de Lurdes Linhares.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARIA DE LURDES LINHARES, ocupante do cargo de Técnico em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 06/03/2019 à 02/05/2019, por cinquenta e oito (58) dias, conforme Processo RH10-0155;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0926, DE 14 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998102

PORTARIA NºSEMFA-E0926, de 14 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rosely Steuck Schneider.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSELY STEUCK SCHNEIDER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 15/03/2019 à 11/04/2019, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH19-0011;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0927 DE 14 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998107

PORTARIA NºSEMFA-E0927 de 14 de março de 2019.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Edegar Stange.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor EDEGAR STANGE, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH15-0148;

I - Com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 14/02/2019 a 24/02/2019 (11 dias) e 25/02/2019 a 28/02/2019 (04 dias, somados (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 01/03/2019 a 05/03/2019 (05 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0928, DE 19 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998109

PORTARIA NºSEMFA-E0928, de 19 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Mirian Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17/03/2019 a 13/06/2019, por oitenta e nove (89) dias, conforme Processo RH04-0370;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0938, DE 26 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998129

PORTARIA NºSEMFA-E0938, de 26 de março de 2019.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Adriana Regina Mafra Persuhn

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ADRIANA REGINA MAFRA PERSUHN, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25/03/2019 à 25/04/2019, por trinta e dois (32) dias, conforme Processo RH19-0009;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0939 DE 26 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1998133

PORTARIA NºSEMFA-E0939 de 26 de março de 2019.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Eliomar Cimardi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ELIOMAR CIMARDI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), por dezesseis (16) dias, a contar de 02/04/2019 a 17/04/2019, conforme Processo RH18-0310;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 18/03/2019 à 01/04/2019 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 02/04/2019 à 17/04/2019 por (16 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0942, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998189

PORTARIA NºSEMFA-E0942, de 27 de março de 2019  
Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total à servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, a ser pago junto à folha Competência Março/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Osvaldo Roberto Brodewolf	RH04-0306	13/05/2011 a 12/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA NºSEMFA-E0944, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998198

PORTARIA NºSEMFA-E0944, de 27 de março de 2019  
Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei



Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total á servidora da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à folha Competência Março/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Dalila Terezinha Pacher Cardoso	RH07-0236	01/03/2012 a 28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0946, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998202

PORTARIA NºSEMFA-E0946, de 27 de março de 2019

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração a ser pago junto à folha Competência Março/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Horst Sonntag	RH19-0046	09/01/2013 a 08/01/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-E0947, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998206

PORTARIA NºSEMFA-E0947, de 27 de março de 2019

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total à servidora da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola a ser pago junto à folha Competência Março/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Fanny Yuka Nagaoka	RH02-088	01/09/2011 a 31/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**PORTARIA NºSEMFA-E0948, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1998213

PORTARIA NºSEMFA-E0948, de 27 de março de 2019

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a ser pago junto à folha Competência Março/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Cintia Volani Elert	RH02-971	08/07/2012 a 07/07/2017
Cristiane Marcela Steuck Vahldick	RH19-0016	15/05/2013 a 14/05/2018
Eduardo Espindola	RH19-0047	09/06/2008 a 08/06/2013
Roseli Werner	RH07-0299	05/08/2007 a 04/08/2012
Silvia Saul	RH19-0048	02/02/2009 a 01/02/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 004/2019**

Publicação Nº 1997185

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL N. 004/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 004/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações e Lei nº 3012 de 06 de dezembro de 2018, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 004/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO**

Data	Etapas
29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
09 a 16/05/2019	ENTREGA DOS TÍTULOS
03/06/2019	Resultado da prova de títulos
04 e 05/06/2019	Recurso da prova de títulos

11/06/2019	Resultado do recurso da prova de títulos
12/06/2019	Resultado preliminar
13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito do Poder Executivo Municipal, sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações e Lei 3012 de 06 de dezembro de 2018, conforme o cargo pretendido.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 999 de 19 de outubro de 2018

## 2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

## 3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção medica oficial;
- firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

## 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019;
- ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Superior	R\$ 100,00
Médio	R\$ 80,00
Alfabetizado	R\$ 40,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

## 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia 14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23

de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos conforme o item 10 do edital;
- b) Prova de Títulos: somatória com a Prova Objetiva, para os cargos conforme anexo I.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

## 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante

a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

## 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

## 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.

13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

## 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

## 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

## 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.



16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os cadernos de questões com defeito;
- b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;
- c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será destruído.

## 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.



17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivar a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

**22 DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DAS PROVAS**

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019, link RECURSO – Gabarito/Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

**23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

**24 DA PROVA DE TÍTULOS**

24.1 Participará da Prova de Títulos somente o candidato aprovado na Prova Objetiva, conforme os cargos no anexo I, sendo pontuados os seguintes títulos com seus respectivos pontos:

Título	Pontos	Comprovante
Título de Doutor relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos.	1,0	Diploma de conclusão de curso.
Título de Mestre relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos.	0,75	Diploma de conclusão de curso.
Pós-graduação em nível de Especialização relacionado com a área de atuação pretendida com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	0,50	Certificado de conclusão de curso.

24.1.1. A pontuação dos títulos não é cumulativa, pontuando o certificado da faixa mais elevada de titulação, que afasta a pontuação das faixas inferiores.

24.2 Declaração de conclusão não será pontuado.

24.3 A apresentação dos Títulos far-se-á da seguinte forma:

24.3.1 Entregar cópia reprográfica dos documentos comprobatórios: TÍTULOS.

24.3.2 Entregar cópia reprográfica dos documentos conforme item 24.1.

24.3.3 Todos os documentos referidos nos itens 24.3.1 deverão ser entregues em envelope lacrado.

24.3.4 O candidato deverá preencher as duas vias do protocolo de títulos (Anexo VII), recortar e apresentar no ato da entrega do mesmo.

24.3.5 O Formulário Descritivo de Títulos (Anexo VII) deverá ser preenchido com letra legível e colado na frente do envelope lacrado.

24.3.5.1 Na hipótese de alteração de nome nos certificados, anexar documento comprobatório no envelope lacrado. Certificados com nome diferente da inscrição não serão pontuados sem comprovação.

24.4 Os títulos poderão ser entregues nos dias 09 a 16 de maio de 2019, ou enviados por SEDEX.

24.5 Os títulos poderão ser entregues das 8h às 12h e das 14h às 17h. Local: TELECENTRO - Sito junto ao Parque Central de Timbó, Rua Sete de Setembro, n.º 314 - Centro – Timbó – SC.

24.5.1 Para os candidatos que enviarem por SEDEX, a data limite de postagem será dia 16 de maio de 2019, para à Fundação Universidade Regional de Blumenau (Instituto FURB / Campus 3) – Rua São Paulo, n. 2171 – Bloco B, Sala 001 - Itoupava Seca - CEP 89030-001 – Blumenau/ SC, aos cuidados da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

24.6 Não serão considerados os documentos ilegíveis, com rasuras ou emendas, nem os que não atendam às especificações contidas neste Edital.

24.7 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado poderá exigir do candidato, quando entender necessário, outros elementos comprobatórios de legitimidade e legalidade dos títulos apresentados, bem como protocolo de entrega ou comprovante de envio de SEDEX.

24.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos títulos.

24.9 As cópias reprográficas dos títulos apresentados para a Prova de Títulos constituem acervo do Processo Seletivo Público Simplificado e não serão devolvidas aos candidatos.

24.10 Serão rejeitados, liminarmente, os títulos apresentados fora do prazo divulgado no Edital ou entregues fora do ENVELOPE LACRADO.

24.11 Somente serão reconhecidos os títulos pertinentes a área de atuação pretendida.

24.12 Os títulos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecidos como tal.

24.13 Cada título será computado uma única vez, limitado a 01 (um) certificado por faixa de titulação.

24.14 Os títulos acadêmicos devem estar devidamente registrados pela instituição formadora.

24.15 Os documentos em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

## 25 DOS RECURSOS DA PROVA DE TÍTULOS

25.1 O resultado da Prova de Títulos será divulgado no dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

25.2 Caberá recurso contra o resultado da Prova de Títulos, devidamente fundamentado, sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da respectiva publicação, no período das 8h do dia 04 de junho de 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

25.3 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019, link RECURSO – Prova de Títulos, seguindo as orientações da página.

25.4 A Comissão responsável pela análise da Prova de Títulos julgará o recurso até o dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

## 26 RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

26.1 A partir de 12 de junho 2019 será divulgado o resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente

de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PPS - Edital N. 004/2019.

26.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

26.3 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PPS - Edital N. 004/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

26.4 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

26.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

26.6 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PPS - Edital N. 004/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

26.7 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

26.8 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 27 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

27.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

27.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco), conforme item 9.1 e tabela abaixo:

Cargo	Fórmula Nota Final	Etapas
Auxiliar Operacional I Auxiliar de Recreação Infantil Auxiliar de Apoio Escolar Educação Infantil e Ensino Fundamental Educador Infantil Professor - Arte - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Ciências – Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Não Habilitado) Professor - Ensino Religioso - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Espanhol - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Geografia - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - História - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Informática Educacional - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Inglês – Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor - Matemática - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado) Professor- Arte/Música Para Pré-escolar (Não Habilitado) Secretário Escolar	NF = NPO	Somente Prova Objetiva.
Professor - Arte – Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Ciências – Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Educação Física – Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Educação Jovens e Adultos (Habilitado) Professor - Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Habilitado) Professor - Ensino Religioso - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Espanhol - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Geografia - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - História - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Informática Educacional - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Inglês – Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Matemática – Para Ensino Fundamental (Habilitado) Professor - Pré-Escolar (Habilitado) Professor - Arte/Música Para Pré-escolar (Habilitado)	NF = NPO + NPT	Ser considerado aprovado na prova objetiva para somar os títulos.

Legenda: NF = Nota Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPT = Nota da Prova de Títulos

27.3. Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 28 DO RESULTADO FINAL

28.1 A partir de 18 de junho 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

28.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

28.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 29 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

29.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva e títulos;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 30 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

30.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 31 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

31.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

31.1.1 Os candidatos aprovados habilitados, serão convocados com prioridade de acordo com a ordem de classificação final.

31.1.2 Os candidatos aprovados não habilitados, serão convocados depois de esgotada a listagem de candidatos habilitados.

31.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

31.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

31.3.1 Durante a vigência do processo seletivo, a convocação, uma vez iniciada, seguirá de forma contínua e sucessiva a lista de aprovados, durante todo o ano letivo, retornando ao seu início quando da convocação para o ano letivo subsequente.

31.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

31.5 A Convocação dos candidatos aprovados será feita por Edital publicado no site oficial do município e/ou da SEMED, o qual irá estabelecer o dia e horário para comparecimento e escolha de vaga, paralelamente, poderá ser feita comunicação ao candidato, via telefone, e-mail, WhatsApp ou qualquer outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que o assunto requer que deverão ser informados pelo candidato no momento de elaborar sua ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

31.5.1 - O candidato que deixar de comparecer para fazer a escolha de vaga no prazo e horário estabelecido no edital perderá o direito à vaga, ficando excluído da listagem do processo seletivo do ano letivo em andamento.

31.5.2 – O professor que optar por determinada carga horário no momento da contratação, não poderá reduzi-la durante todo o período do contrato, sob pena de exoneração.

31.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido nas Leis Municipais 2.045/98 (para os cargos de Auxiliar Operacional, Auxiliar de Recreação Infantil; Assistente de Apoio Escolar e Secretário de Escola) e 3.012/2018 (para os cargos de Educador Infantil e de Professor).

31.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Timbó.

31.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e

telefones de contatos.

31.9 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

31.10 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

31.11 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

## 32 DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

32.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

32.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

32.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

32.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 004/2019.

32.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

32.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

32.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição
Anexo VII	Formulário Descritivo de Títulos

Timbó, 29 de abril de 2019.

Alfroth Postai  
Secretário Municipal de Educação de Timbó

### ANEXO I

#### CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

##### NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	PROVA	SALÁRIO
Auxiliar Operacional I	44h/s	CR	Alfabetizado.	Escrita	R\$ 1.043,84

##### NÍVEL MÉDIO



CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	PROVA	SALÁRIO
Auxiliar de Recreação Infantil	40h/s	CR	Ensino Médio Completo.	Escrita	R\$ 1.234,88

**NÍVEL SUPERIOR (Habilitado e não habilitado)**

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	PROVA	SALÁRIO
Auxiliar de Apoio Escolar Educação Infantil e Ensino Fundamental	20h/s	CR	Ensino Médio completo e cursando, no mínimo, 4º semestre das licenciaturas em geral.	Escrita	R\$ 1.088,12
Educador Infantil	30h/s	CR	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil.	Escrita	R\$ 1.456,80
Professor - Arte - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em Licenciatura Plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Arte - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Ciências - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com Licenciatura Plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Ciências - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em Licenciatura Plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Educação Física - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Educação Física. E Registro em Órgão de Classe - CREF	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Educação Jovens e Adultos (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena em Pedagogia	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Ensino Religioso - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com Licenciatura Plena em Ensino Religioso.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Ensino Religioso - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em Licenciatura Plena na área de atuação correlata à disciplina	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Espanhol - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Espanhol.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Espanhol - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena em Letras/Espanhol.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Geografia - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h



CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	PROVA	SALÁRIO
Professor - Geografia - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - História - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - História - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Informática Educacional - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Licenciatura Plena em Computação	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Informática Educacional - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena em computação	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Inglês - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Inglês.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Inglês - Para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior com Licenciatura Plena em Letras/Inglês.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena em Letras.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Matemática - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Matemática - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Professor - Pré-Escolar (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Arte/Música Para Pré-escolar (Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Diploma de Licenciatura Plena em Artes com habilitação em música; ou Licenciatura com habilitação em música; ou Licenciatura plena em Música.	Escrita e Títulos	R\$ 15,66/h
Professor - Arte/Música Para Pré-escolar (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade	CR	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em Licenciatura Plena na área de atuação correlata à disciplina.	Escrita	R\$ 12,09/h
Secretário Escolar	40h/s	CR	Ensino Superior completo na área da educação, administração ou secretariado	Escrita e Títulos	R\$ 2.350,07

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016;

## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

**NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I**

Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

**NÍVEL MÉDIO AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL**

Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange a recepcionar as crianças na entrada e saída do horário Escolar; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação. Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.. A referida contratação se faz necessária diante da pendência de candidatos aprovados em concurso público e pela imperiosa necessidade de atendimento à demanda reprimida dos NEI's.

**NÍVEL SUPERIORAUXILIAR DE APOIO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia, nas atividades da vida prática e diária no contexto escolar, auxiliando o aluno em: I - Cuidado pessoal: incentivar, orientar e acompanhar para desenvolver a autonomia nas atividades de escovação dos dentes, troca de fraldas, vestuário, banho e uso do sanitário; II - Refeições: quando necessário servir os alimentos, orientar o uso dos talheres, quantidade a ingerir, bem como alimentá-lo em caso de necessidade; III - Locomoção: orientar, acompanhar, monitorar e conduzir o aluno que faz o uso de cadeiras de rodas ou outro equipamento de acessibilidade, necessário para se deslocar nos diversos espaços escolares e fora dele. Realizar transposição do aluno quando necessário. A atuação do Profissional de Apoio Escolar não é de competência pedagógica, não podendo ser responsável pelo planejamento e atuação pedagógica. Contudo, deve fazer as adaptações e aplicabilidade das atividades sugeridas pelo professor regente, cabendo-lhe, diante disso: I - Conhecer antecipadamente o planejamento do professor regente, para contribuir com estratégias de intervenção junto ao educando da demanda da Educação Especial; II - Acompanhar e auxiliar o aluno da demanda da Educação Especial em suas necessidades fisiológicas, físicas (monitoramento no banheiro e na alimentação, troca de fraldas) e pedagógicas (aplicação das atividades planejadas pelo Professor regente e equipe multidisciplinar de apoio); III - Acompanhar as rotinas da turma nos ambientes durante a permanência do aluno na unidade escolar; IV - Participar de todos os eventos que envolvam a turma (viagens de estudo, conselho de classe, reuniões pedagógicas); Participar de curso e orientações prestadas pela administração e equipe de apoio multidisciplinar; auxiliar na execução de outras atividades necessárias ao regular andamento das atividades no meio escolar aonde encontra-se inserido; cumprir as determinações da chefia imediata, professor regente e equipe de apoio multidisciplinar; exercer outras atividades que, embora não narradas neste descrevo, sejam compatíveis com a natureza de seu cargo e funções aqui descritas.

**EDUCADOR INFANTIL**

Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo e em especial no que tange a estimular experiências físicas, sociais e intelectuais através de atividades espontâneas; adequar as atividades ao nível de desenvolvimento; Observar, planejar, registrar e avaliar constantemente as atividades desenvolvidas no Núcleo de Educação; atender prontamente às solicitações da coordenação, visando à troca de experiências e aperfeiçoamento do trabalho; Despertar a atenção da criança através do uso de brinquedos, contato físico carinhoso e emprego de voz suave; Participar ativamente dos centros de estudo e reuniões de equipe convocadas pela coordenação; estar atento para detectar eventuais desvios de comportamento e desenvolvimento, e leva-los ao conhecimento da direção do Núcleo de Educação através de registros escritos e contatos pessoais; Atender as demais atribuições inerentes ao cargo ou previstas na legislação ou nos regimentos e demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação.

**PROFESSOR**

Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

**SECRETÁRIO ESCOLAR**

Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; Organizar e dirigir o serviço de secretaria, coordenando o trabalho de seus auxiliares; Assinar, juntamente com o diretor da Unidade, os documentos escolares dos alunos, bem como toda a documentação da secretaria, apontando seu número de registro ou autorização do órgão competente; Participar de reuniões e elaborar relatórios; Promover reuniões com seus auxiliares; Elaborar o Plano de Ação da secretaria da Unidade, estabelecendo a função de seus auxiliares, submetendo-o a aprovação do Diretor; Organizar e manter atualizada a escrituração escolar, bem como os prontuários de legislação referente à Escola e ao ensino; Zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos; Extrair dados que interessem à escrituração escolar de documentos apresentados pelo aluno, ou responsável. Cumprir e fazer cumprir e divulgar os despachos e determinações do Diretor: Elaborar relatórios e instituir processos; Registrar e controlar a frequência dos funcionários da Escola; Responsabilizar-se pela documentação da Associação de Pais e Professores, na ausência do Auxiliar de Direção.

**ANEXO III**

**REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA**

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 004/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

**Observações:**

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

**ANEXO IV****REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA**

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 004/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;
- ☐ Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;
- ☐ Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

**ANEXO V****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM****Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)**

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

**Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)**

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Higiene pessoal; Higiene do Ambiente, cozinha e na manipulação de alimentos; Armazenamento de Alimentos; Preparo e distribuição de alimentos; Limpeza em Geral; Jardinagem; Pequenos

reparos (manutenção predial), relações humanas no trabalho e trabalho em equipe; Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### NÍVEL MÉDIO AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Literatura Infantil e recreação. Qualidade e Eficiência no serviço Público. Estatuto da Criança e do Adolescente. Administração Pública Democrática no Estado de Direito: O Novo Serviço Público no Cenário Brasileiro. Relações de afetividade da família e da escola. Higiene da criança. Cuidados essenciais. A criança e seu espaço. Prevenção de acidentes. Cuidar e Educar. Higiene. Prevenção. Espaço na Creche. Rotina. Alimentos: importância dos alimentos para saúde, contaminação (microrganismos, doenças e intoxicações), rotulagem de produtos nutrientes, medidas caseiras. Programa Nacional de Alimentação Escolar: alimentação saudável. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### NÍVEL SUPERIOR AUXILIAR DE APOIO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Os desafios da inclusão na Educação. Práticas que incluam o respeito às diferenças. Desenvolvimento das competências para a adaptação à diversidade e ao contexto de todos os alunos. Cuidado pessoal: incentivo, orientação e acompanhamento. Desenvolvimento da autonomia nas atividades: escovação dos dentes, troca de fraldas, vestuário, banho e uso do sanitário. Refeições: supervisão e apoio, aluno dependente, aluno independente, uso dos talheres, qualidade, quantidade. Locomoção nos diversos espaços escolares. Equipamentos de acessibilidade. Aluno com mobilidade reduzida, formas de apoio/auxílio, segurança no ambiente escolar. Noções de primeiros socorros. Cuidado e relacionamento com os alunos. Apoio Pedagógico-Adaptações e aplicabilidade das atividades sugeridas pelo professor regente. Rotinas da turma, eventos que envolvam a turma: viagens de estudo, conselho de classe, reuniões pedagógicas. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### EDUCADOR INFANTIL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Projeto Político Pedagógico; Profissão Docente na Educação Infantil; Planejamento do trabalho pedagógico na Educação Infantil; Observação, registro e avaliação formativa na Educação Infantil; Rotinas, tempos e espaços na Educação Infantil; Educar e Cuidar na Educação Infantil; Princípios: ético, político e estético; Culturas infantis; Linguagem oral e escrita na Educação Infantil; Ambiente de letramento; Conhecimento sobre natureza e sociedade na Educação Infantil; A criança e a matemática; A matemática na Educação Infantil; Números e Sistema de numeração; Grandezas e medidas; Espaço e forma; Jogos e brincadeiras; Linguagens da arte na infância – Artes Visuais, Música e Movimento. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – ARTE - PARA PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. O currículo e o Ensino Fundamental: visão interdisciplinar; arte e seu ensino e a sua relação com outras áreas do conhecimento. A abordagem triangular: o fazer, o apreciar e o contextualizar. Compreender a Arte: apreciação estética e fruição nas diferentes linguagens artísticas – dança, teatro, música e artes visuais. Orientação metodológica contemporânea para o ensino da arte nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O adolescente, a cotidianidade e as aulas de arte. A arte estruturada da seguinte maneira: a arte como um fazer, através da criação/produção artística; a arte como um apreciar/fruir, constituindo-se na leitura da obra de arte pela percepção/análise da mesma; a arte como contextualização/reflexão, constituindo-se no conhecimento da produção artístico estética do meio em que se vive, bem como da humanidade em geral, compreendendo-a histórica e culturalmente. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – CIÊNCIAS – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Aprender e ensinar ciências naturais: a experimentação; Ciências, conceitos e métodos científicos. Origem do Universo: teoria do Big Bang; atmosfera da Terra primitiva; estudo dos fósseis. Seres vivos: características gerais; teorias de origem da vida; primeira célula; classificação dos seres (procariontes ou eucariontes; unicelulares ou pluricelulares; autótrofos ou heterótrofos). Meio Ambiente e Sociedade - Ecologia: conceitos ecológicos; níveis de organização; ciclos biogeoquímicos; estudo das populações; sucessão ecológica; interações; cadeias, teias e pirâmides ecológicas; relações entre os seres vivos; meio biótico e abiótico; reciclagem; energias alternativas; poluição ambiental e desequilíbrio ecológico. Evolução: Lamarck e Darwin; mutação e seleção natural; formação de novas espécies; ancestral comum; biodiversidade. Classificação dos Seres Vivos (cinco Reinos): classificação e caracterização geral (filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies); regras de escrita dos nomes científicos; adaptações aos ambientes e representantes mais característicos. Os Vírus: características dos vírus; doenças causadas por vírus (virose). Reino Monera: características; reprodução; doenças e antibióticos; importância econômica e ecológica. Reino Protista: características; reprodução; doenças e tratamentos; importância econômica e ecológica. Reino Fungi: características; reprodução; doenças e tratamentos; importância econômica e ecológica. Reino Plantae: estudo dos grupos vegetais (Briófitas, Pteridófitas, Gimnospermas e Angiospermas); estruturas vegetais (raiz, caule, folha, flor, fruto e semente); importância econômica e ecológica. Reino Animalia: estudo dos Filos dos animais (Poríferos, Cnidários, Plelmintos, Nematóides, Moluscos, Anelídeos, Artrópodes Equinodermos e Cordados); zoonoses e parasitoses; importância econômica e ecológica. Citologia: célula (características, propriedades físicas e químicas); membrana, citoplasma e núcleo; organelas celulares; atividades celulares; reprodução e desenvolvimento. Biologia humana - origem e evolução do homem; anatomia e fisiologia humanas; sistemas do corpo (digestório, respiratório, circulatório, linfático, excretor, muscular, esquelético, reprodutivo e nervoso). Saúde no Ensino Fundamental - doenças carências e parasitárias: métodos de prevenção e tratamento; imunidade (anticorpos, vacina e soro). Orientação Sexual no Ensino Fundamental - concepção, objetivos, conteúdos, orientações didáticas. Genética - 1ª Lei de Mendel; polialelia; grupos sanguíneos; sexo e herança genética; anomalias cromossômicas; 2ª Lei de Mendel; interação gênica. Engenharia genética: testes de DNA; clonagem; transgênicos. Fundamentos de Química - estrutura e propriedades da matéria; estrutura atômica; elementos químicos; tabela periódica; íons; moléculas; substâncias químicas; misturas e combinações: separação de misturas; reações químicas (tipos e equações); óxidos, bases, ácidos e sais; eletroquímica; termoquímica; equilíbrio químico. Química Orgânica: cadeia carbônica; fórmulas estruturais; classes de compostos orgânicos. Fundamentos



de Física - estados físicos da matéria e mudanças de estado; Leis de Newton; força; movimento; energia cinética e potencial; gravidade; massa e peso; trabalho e potência; máquinas simples; hidrostática; movimentos ondulatórios; fenômenos luminosos; espelhos e lentes; calor e termodinâmica; eletricidade e magnetismo. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA – PARA PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Historicidade da Educação Física; Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física; Lei 9696/98 (sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física); Resolução CONFEF nº 232/2012 (sobre Especialidade Profissional em Educação Física Escolar); Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO); Abordagens/tendências pedagógicas da Educação Física Escolar; O processo de ensino-aprendizagem na Educação Física; Abordagem metodológica e didática do ensino da Educação Física; Avaliação em Educação Física; O ambiente de aprendizagem na Educação Física; Cooperação e competição na Educação Física Escolar; Aspectos contemporâneos e Educação Física; Educação Física e Inclusão; Psicomotricidade; Aprendizagem motora. Aspectos anatômicos e Fisiologia do Exercício na fase escolar. Esportes, ginásticas, jogos, lutas na escola; Brincadeiras e jogos; Atividades rítmicas e expressivas na Educação Física; Corporeidade, Cultura Corporal e Linguagem do Movimento e Atividade Física e Saúde. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos- EJA. O perfil do educador da EJA enquanto estimulador da aprendizagem. A importância da formação do professor da EJA para a qualidade do ensino. EJA: caracterização do perfil dos alunos EJA: caracterização da sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem; Importância da observação e registro como elementos fundamentais para a prática do professor; Processo de aprendizagem dos alunos e professores da EJA. Intervenção pedagógica para a promoção da aprendizagem; Relevância dos agrupamentos produtivos para o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem; Avaliação da aprendizagem dos alunos como processo contínuo. Interdisciplinaridade e suas implicações na prática docente. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino, avaliação. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Concepção acerca dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Professor, Estudante e as relações interpessoais no ambiente escolar. Função e papel da escola e o compromisso pedagógico e social. Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs - como estratégias e recursos pedagógicos diversificados para alcançar os objetivos pedagógicos. Problemas de Aprendizagem: fatores físicos, psíquicos e sociais. Educação para um mundo em Transformação. Uso de brincadeiras, atividades lúdicas e culturais no processo de aprendizagem. Alfabetização e Letramento. A Neurociência e a Educação: como o cérebro aprende. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades. Transposição Didática, Interdisciplinaridade e Contextualização. Métodos de Alfabetização. Tendências Pedagógicas. Papel do Professor no processo de ensino e aprendizagem. Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização. Gestão do currículo: conceitos, organização e abordagens teórico-metodológicas. Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno. Educação das Relações Étnico-raciais. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – ENSINO RELIGIOSO – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. História, legislação e concepções de Ensino Religioso no Brasil e Santa Catarina; Diversidade cultural religiosa e o estudo do fenômeno religioso no cotidiano escolar; O Ensino Religioso como componente curricular: objeto, objetivos, conteúdo, metodologia, linguagem e avaliação; Proposta curricular de Santa Catarina: implementação do ensino religioso: ensino fundamental. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. (2001); Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER/2009); Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010; Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

#### PROFESSOR – ESPANHOL – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Compreensão de textos. O contexto. Substantivos e adjetivos: gênero, número e grau. Verbos: tempos e modos. Artigos e contrações. Demonstrativos. Possessivos. Numerais. Advérbios e locuções adverbiais. Preposições. Conjunções. Acentuação. Sintaxe. O léxico espanhol: dificuldades específicas dos lusófonos, (heterogênicos, heterotônicos), "falsos amigos". A unidade e a diversidade da língua espanhola: "dichos, refranes y frases hechas". Conhecimento sociocultural, variantes linguísticas da língua espanhola, cultura. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – GEOGRAFIA – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. A história do pensamento geográfico - Conceitos, temas e teorias da Geografia. A questão do método e a crítica do conhecimento. Meio ambiente, natureza e pensamento geográfico. A Geografia, os Parâmetros Curriculares e a Cartografia - A Geografia no contexto dos Parâmetros Curriculares (5ª a 8ª Séries): O conhecimento geográfico e sua importância social. Categorias. Objetivos Gerais.

Metodologia. Cartografia: os mapas e as visões de mundo - Localização: coordenadas geográficas. Escalas. Projeções. Cartografia temática e representação espacial. O Espaço Mundial - A Geopolítica Mundial: Da Guerra Fria à nova ordem mundial: do mundo bipolar ao mundo multipolar. As transformações políticas no mundo contemporâneo; blocos econômicos supranacionais; a atual divisão internacional do trabalho. Meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A era da Globalização. Organismos supranacionais. A produção da globalização; a globalização e território na América Latina. Conflitos étnicos atuais, a questão das nacionalidades; movimentos separatistas; terrorismo. O Espaço Industrial: localização das indústrias (fatores determinantes); tipos de indústria; o processo de industrialização nos países pioneiros; grandes potências industriais; os países de industrialização recente e os subdesenvolvidos. Os diferentes modelos de produção industrial. A revolução técnico-científica. A produção mundial de energia e suas diferentes fontes. O Espaço Agrário: as novas relações cidade x campo; os sistemas agrícolas; a agropecuária em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A modernização das atividades agrícolas. A agricultura nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos. Os Espaços Urbano e Regional: as cidades e as metrópoles; urbanização em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; rede e hierarquia urbana; megacidades e cidades globais. Segregação no ambiente urbano. Infraestrutura e serviços urbanos. Região e organização espacial. As diferentes formas de regionalização do espaço mundial. A População e Espaço Geográfico: dinâmica, crescimento, distribuição e estrutura da população; teorias demográficas; migrações internas e externas. O Espaço da Circulação: transportes e comunicação no mundo atual. A Geografia das redes. A natureza e sua importância para o homem: Os diferentes componentes do quadro natural e seus processos (clima, vegetação, relevo, geologia, solos, hidrografia, águas oceânicas). Quadro natural: recursos e aproveitamento econômico. Domínios morfoclimáticos; natureza/questões socioculturais; problemas ambientais urbanos; mudanças ambientais globais e meio ambiente. A natureza da globalização e a globalização da natureza. Impactos das sociedades sobre o meio ambiente. Estratégias de uso e conservação na natureza. O Espaço Geográfico do Brasil - A Natureza do Território Brasileiro: grandes paisagens naturais; As dinâmicas e os processos da climatologia, da hidrografia, da geomorfologia, do relevo e dos solos; domínios morfoclimáticos; principais bacias hidrográficas e águas territoriais brasileiras. A Formação territorial do Brasil: A ocupação e a construção do território nacional. A organização do Estado brasileiro. O Brasil e suas diferentes regionalizações. Políticas territoriais. As regiões brasileiras e os contrastes regionais. O Brasil na Economia Global: O Brasil na economia-mundo. O Brasil e o mercado mundial. O Espaço Industrial Brasileiro: O processo de industrialização no Brasil. Concentração e dispersão espacial da indústria; o Sudeste como pólo industrial do país e a desconcentração industrial; as fontes de energia no Brasil. A exploração econômica dos recursos naturais. O Espaço Agrário Brasileiro: A produção agropecuária no Brasil; modernização do espaço agrário; as relações de trabalho no campo; a reforma agrária. Conflitos no campo. O Espaço Urbano Brasileiro: A organização do espaço urbano. Hierarquia e rede urbana; funções urbanas; urbanização, favelização, periferização e metropolização; estrutura interna das cidades brasileiras. Problemática socioespacial das metrópoles brasileiras. A questão do trabalho nas cidades: a expansão da economia informal. Segregação nas cidades brasileiras. A População e o Espaço Geográfico Brasileiro: Estrutura da população; dinâmica demográfica. Políticas demográficas; distribuição da população pelo território. Migrações. Questões étnicas no Brasil. Meio Ambiente: Questões e problemas ambientais no campo e nas cidades. Desenvolvimento urbano e impactos ambientais nas metrópoles brasileiras. A sustentabilidade e a conservação do meio ambiente. O planejamento ambiental no Brasil. As unidades de conservação no Brasil. Ensino da Geografia, na atualidade: Educação e Geografia. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – HISTÓRIA – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Historiografia e Metodologia da História. Povos da antiguidade. O período medieval: a Alta e a Baixa Idade Média. Império islâmico. O mundo Moderno: o antigo Regime e o absolutismo; a expansão europeia; os sistemas coloniais na América; o Renascimento; a Reforma Protestante. Brasil: povos nativos do território brasileiro; colônia, império e República. A Revolução Industrial; o iluminismo; O Mundo Contemporâneo: Revolução Francesa; Nacionalismo; Liberalismo; Imperialismo; 1ª Guerra Mundial. A Revolução russa; a crise de 1929-1933. O período entre guerras. Nazismo. Fascismo. 2ª Guerra Mundial. A Guerra Fria; Golpe de 1964 e a nova República brasileira. Crise do socialismo. Crise da social democracia. A descolonização afro-asiática; o Oriente Médio. A América Latina no século XX; a nova ordem econômica internacional. Globalização. Neoliberalismo. A 3ª Revolução Industrial. Atualidades do Brasil e do Mundo. História e cultura da África e afro-brasileira. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – INFORMÁTICA EDUCACIONAL – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Fundamentos da tecnologia educacional; Mídias computacionais; Uso de tecnologias no processo ensino/aprendizagem; Internet aplicada à educação; Objetos de Aprendizagem Computacional; Softwares para elaboração de Atividades Educacionais; Edilim (funcionamento do programa e exemplos de desenvolvimento de atividades); HotPotatoes (funcionamento do programa e exemplos de desenvolvimento de atividades); Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – INGLÊS – PARA PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa e sua relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais - língua estrangeira. Compreensão/Interpretação de textos. Relação texto-contexto. Conceito de gênero textual e de tipo de texto. Verbos: tempo, modo e voz; auxiliares modais; "phrasal verbs". Substantivos, pronomes, artigos, adjetivos possessivos e numerais. Advérbios e preposições expressando tempo, maneira e lugar. Subordinação e coordenação. Coesão. Marcadores discursivos. Discurso direto, relatado, direto livre e relatado livre. Inglês escrito e falado. Fonética: os sons das vogais e das consoantes. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o

magistério de Timbó. Compreensão e interpretação de texto. Modos de organização textual: descrição, narração e dissertação. Argumentação. Qualidades do parágrafo e da frase em geral. Unidade, coerência e ênfase. Coesão, concisão, paralelismo sintático e semântico. Coerência e coesão textual. Intertextualidade. Concisão. Clareza. Níveis de linguagem. Valor semântico e emprego dos conectivos. Frase, período e oração. Estrutura sintática da frase; ordem direta e indireta da estrutura frasal. A construção do texto: o parágrafo como unidade de composição; tópico frasal e suas diferentes feições. Como desenvolver o parágrafo. Semântica: o sentido das palavras - adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambiguidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. Hiperonímia e Hiponímia. Generalização e especificação - o concreto e o abstrato. Vocabulário: paráfrase, resumo e ampliação. A norma culta. Ortografia oficial. Pontuação. Acentuação gráfica e sinais diacríticos. Prosódia e ortoépica. Emprego das classes gramaticais. Flexões nominais. Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos; vozes verbais, locuções verbais e tempos compostos. Processos de coordenação e subordinação (valores sintáticos e semânticos). Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe de colocação: deslocamento e valor semântico-gramatical. Posição do pronome átono. Sintaxe da oração e do período. Estrutura e formação de palavras. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – MATEMÁTICA – PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Lógica - Sentenças e proposições. O uso de conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. Quantificadores. Conjuntos numéricos - Os sistemas de numeração. Números naturais, inteiros, racionais e reais. Conceitos, operações e propriedades. Operações com mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum, potenciação e radiciação. Estimativas com números e aproximações numéricas aplicadas a situações-problema. Progressões - Sequência. Progressões aritméticas e geométricas. Aplicações. Funções - Relações. Par ordenado. Plano Cartesiano. Produto cartesiano. Relações binárias. Relações de equivalência e de ordem. Representação gráfica. Aplicações de funções na resolução de problemas. Domínio, contradomínio, imagem. Sobrejeção, injeção, função inversa e função composta. Função constante e função idêntica. Análise das representações gráfica, tabular e algébrica de funções de 1º e 2º graus, polinomiais, trigonométricas, exponenciais e logarítmicas. Equações, inequações e sistemas. Inequação produto e inequação quociente. Estatística - Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Inferências e medições com base em amostras. Média, mediana e moda. Variância e desvio padrão. Aplicação de probabilidade e combinatória. Princípio multiplicativo, combinação e permutação. Proporcionalidade. Contagem. Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem e fator de correção. Juros. Matrizes. Sistemas lineares e determinantes - Aplicações de diferentes tipos de matrizes. Determinantes. Operações. Propriedades. Sistemas lineares. Geometria Analítica - Distância entre dois pontos e entre ponto e reta. Divisão de segmentos. Coeficiente angular. Condição de alinhamento. Equações da reta e da circunferência. Posições relativas. Paralelismo, Perpendicularismo. Tangência. Lugares geométricos. Elipse. Hipérbole. Parábola. Geometria - Conceitos primitivos, medidas e formas. Retas paralelas. Ângulos, triângulos, quadriláteros e demais polígonos. Circunferências e círculos. Relações métricas, áreas. Representações planas e espaciais em desenhos e mapas. Congruência e semelhança. Sólidos geométricos: Poliedros, prismas, pirâmides. Cilindro, cone e esfera. Ângulos. Definições, aplicações e propriedades. Relações métricas. Áreas e volumes. Unidades usuais. Trigonometria: razões trigonométricas no triângulo retângulo, funções trigonométricas de variável real. Equações trigonométricas simples. Resolução de problemas - A resolução de problemas como postura metodológica do professor. Construção, equação e interpretação de problemas. Ensino de Matemática, na atualidade: Educação e Matemática. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR – PRÉ-ESCOLAR

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. Concepções Pedagógicas. Concepções de Aprendizagem. A Construção do Conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade; Concepções de Educação e Escola; Visão Interdisciplinar e Transversal do Conhecimento; Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, conceitos e concepções; Currículo, tempos e espaços escolares; Projeto Político Pedagógico: fundamentos, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação. Educação Especial. Interação escolar. Correntes teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. A Literatura Infantil na Escola. Psicologia Genética (Piaget). Teoria Sócio construtivista (Vygotsky). Henri Wallon – O desenvolvimento infantil. Psicologia de Carl Rogers. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### PROFESSOR- ARTE/MÚSICA PARA PRÉ-ESCOLAR

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música. Pedagogos musicais – suas propostas e metodologias. Linguagem Musical: conhecimentos sobre os elementos da música. Função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. História da Música: noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música. Compreensão de suas principais características. Planejamento, objetivos, seleção de conteúdos, estratégias metodológicas, recursos de ensino e avaliação. Plano Municipal de Educação (2015-2024). Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### SECRETÁRIO ESCOLAR

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Organização e funcionamento da Secretaria Escolar de Educação Básica. Escrituração escolar. Arquivo, Expedição e Incineração de documentos. Processo de avaliação: (Rendimento Escolar, Aproveitamento de Estudos. Recuperação, Classificação, Reclassificação, Progressão Parcial). Frequência. Histórico Escolar e Certificado. Matrícula e Transferência. Jornada diária e ano letivo: organização. Microinformática: Conceitos e tipos de Sistemas operacionais, Software e aplicativos instalados pagos e gratuitos. Redes de computadores: conceitos básicos, conectores, meios de transmissão, padrões, tecnologias, protocolos TCP/IP. Segurança de equipamentos, de sistemas, em redes e na internet: cuidados, backup, vírus. Medidas de segurança. Modalidades e técnicas de acesso à Internet, browsers, e-mail, WebMail, funcionalidades, catálogo de endereços, utilização dos recursos. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.



público.

## ANEXO VI

### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 004/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

( ) Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

## ANEXO VII

### FORMULÁRIO DESCRITIVO DE TÍTULOS

Preenchimento obrigatório

Número de Inscrição:	
----------------------	--

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado Nº 004/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, encaminho meus títulos conforme solicitado neste edital.

TÍTULOS		PONTUAÇÃO	Preenchimento da Banca Examinadora
( )	Título de Doutor relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos. - Item 25		
( )	Título de Mestre relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos. - Item 25		
( )	Certificado de conclusão de Pós-graduação em nível de Especialização relacionado com a área de atuação pretendida com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos. - Item 25		
PONTUAÇÃO TOTAL			

Na hipótese de alteração de nome nos certificados, anexar documento comprobatório no envelope lacrado. Certificados com nome diferente da inscrição não serão pontuados sem comprovação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

-----

### PROTOCOLO DE ENTREGA DE TÍTULOS

PSPS - EDITAL 004/2019  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROTOCOLO – ENTREGA DE TÍTULOS

Candidato(a): \_\_\_\_\_

Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

o Doutorado o Mestrado o Pós Graduação

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

Assinatura do Candidato

PSPS - EDITAL 004/2019  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROTOCOLO – ENTREGA DE TÍTULOS

Candidato(a): \_\_\_\_\_

Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

o Doutorado o Mestrado o Pós Graduação

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

Assinatura e carimbo de recebimento

## PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 007/2019

Publicação Nº 1997190

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÓ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 007/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações e Lei nº 3012 de 06 de dezembro de 2018, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 007/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

### CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
09 a 16/05/2019	ENTREGA DOS TÍTULOS
03/06/2019	Resultado da prova de títulos
04 e 05/06/2019	Recurso da prova de títulos
11/06/2019	Resultado do recurso da prova de títulos
12/06/2019	Resultado preliminar
13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL
29/04/2019	Publicação do Edital

### 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito do Poder Executivo Municipal,



sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações e Lei 3012 de 06 de dezembro de 2018, conforme o cargo pretendido.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 508 de 31 de outubro de 2017 e alterações.

## 2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

## 3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção medica oficial;
- firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

## 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019;
- ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Superior	R\$ 100,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

## 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia 14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o

prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23 de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos conforme o item 10 do edital;
- b) Prova de Títulos: somatória com a Prova Objetiva, para os cargos conforme anexo I.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

## 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.



## 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

## 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.

13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

## 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

## 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

## 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- substituir os cadernos de questões com defeito;
- caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;
- se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.



16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será destruído.

## 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.)

deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivar a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

## 22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, link RECURSO – Gabarito/Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7. Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8. Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9. Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10. Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

22.11. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

### 23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1. Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2. Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

### 24 DA PROVA DE TÍTULOS

24.1. Participará da Prova de Títulos somente o candidato aprovado na Prova Objetiva, conforme os cargos no anexo I, sendo pontuados os seguintes títulos com seus respectivos pontos:

Título	Pontos	Comprovante
Título de Doutor relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos.	1,0	Diploma de conclusão de curso.
Título de Mestre relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos.	0,75	Diploma de conclusão de curso.
Pós-graduação em nível de Especialização relacionado com a área de atuação pretendida com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	0,50	Certificado de conclusão de curso.

24.1.1. A pontuação dos títulos não é cumulativa, pontuando o certificado da faixa mais elevada de titulação, que afasta a pontuação das faixas inferiores.

24.2. Declaração de conclusão não será pontuado.

24.3. A apresentação dos Títulos far-se-á da seguinte forma:

24.3.1. Entregar cópia reprográfica dos documentos comprobatórios: TÍTULOS.

24.3.2. Entregar cópia reprográfica dos documentos conforme item 24.1.

24.3.3. Todos os documentos referidos nos itens 24.3.1 deverão ser entregues em envelope lacrado.

24.3.4. O candidato deverá preencher as duas vias do protocolo de títulos (Anexo VII), recortar e apresentar no ato da entrega do mesmo.

24.3.5. O Formulário Descritivo de Títulos (Anexo VII) deverá ser preenchido com letra legível e colado na frente do envelope lacrado.

24.3.5.1 Na hipótese de alteração de nome nos certificados, anexar documento comprobatório no envelope lacrado. Certificados com nome diferente da inscrição não serão pontuados sem comprovação.

24.4 Os títulos poderão ser entregues nos dias 09 a 16 de maio de 2019, ou enviados por SEDEX.

24.5 Os títulos poderão ser entregues das 8h às 12h e das 14h às 17h. Local: TELECENTRO - Sito junto ao Parque Central de Timbó, Rua Sete de Setembro, n.º 314 - Centro – Timbó – SC.

24.5.1 Para os candidatos que enviarem por SEDEX, a data limite de postagem será dia 16 de maio de 2019, para a Fundação Universidade Regional de Blumenau (Instituto FURB / Campus 3) – Rua São Paulo, n. 2171 – Bloco B, Sala 001 - Itoupava Seca - CEP 89030-001 – Blumenau/ SC, aos cuidados da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

24.6 Não serão considerados os documentos ilegíveis, com rasuras ou emendas, nem os que não atendam às especificações contidas neste Edital.

24.7 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado poderá exigir do candidato, quando entender necessário, outros elementos comprobatórios de legitimidade e legalidade dos títulos apresentados, bem como protocolo de entrega ou comprovante de envio de SEDEX.

24.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos títulos.

24.9 As cópias reprográficas dos títulos apresentados para a Prova de Títulos constituem acervo do Processo Seletivo Público Simplificado e não serão devolvidas aos candidatos.

24.10 Serão rejeitados, liminarmente, os títulos apresentados fora do prazo divulgado no Edital ou entregues fora do ENVELOPE LACRADO.

24.11 Somente serão reconhecidos os títulos pertinentes à área de atuação pretendida.

24.12 Os títulos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecidos como tal.

24.13 Cada título será computado uma única vez, limitado a 01 (um) certificado por faixa de titulação.

24.14 Os títulos acadêmicos devem estar devidamente registrados pela instituição formadora.

24.15 Os documentos em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

## 25 DOS RECURSOS DA PROVA DE TÍTULOS

25.1 O resultado da Prova de Títulos será divulgado no dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

25.2 Caberá recurso contra o resultado da Prova de Títulos, devidamente fundamentado, sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da respectiva publicação, no período das 8h do dia 04 de junho de 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

25.3 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, link RECURSO – Prova de Títulos, seguindo as orientações da página.

25.4 A Comissão responsável pela análise da Prova de Títulos julgará o recurso até o dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

## 26 RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

26.1 A partir de 12 de junho 2019 será divulgado o resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

26.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

26.3 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

26.4 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

26.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

26.6 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concurso-externo](http://www.furb.br/concurso-externo), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

26.7 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

26.8 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 27 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

27.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

27.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco), conforme item 9.1 e tabela abaixo:

Cargos	Fórmula Nota Final	Etapas
Psicopedagogo Professor (Pedagogo) Psicólogo Fonoaudiólogo	$NF = NPO + NPT$	Ser considerado aprovado na prova objetiva para somar os títulos.

Legenda: NF = Nota Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPT = Nota da Prova de Títulos

27.3. Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 28 DO RESULTADO FINAL

28.1 A partir de 18 de junho 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

28.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

28.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 29 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

29.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva e títulos;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 30 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

30.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 30 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

30.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

30.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

30.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

30.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato

e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

30.5 A Convocação dos candidatos aprovados será feita por Edital publicado no site oficial do município e/ou da SEMED, o qual irá estabelecer o dia e horário para comparecimento e escolha de vaga, paralelamente, poderá ser feita comunicação ao candidato, via telefone, e-mail, WhatsApp ou qualquer outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que o assunto requer que deverão ser informados pelo candidato no momento de elaborar sua ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

30.5.1 O candidato que deixar de comparecer para fazer a escolha de vaga no prazo e horário estabelecido no edital perderá o direito à vaga, ficando excluído da listagem do processo seletivo do ano letivo em andamento.

30.5.2 O professor que optar por determinada carga horário no momento da contratação, não poderá reduzi-la durante todo o período do contrato, sob pena de exoneração.

30.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido nas Leis Municipais 2.045/98 (para os cargos de Psicopedagogo; Psicólogo; Fonoaudiólogo) e 3.012/2018 (para os cargos de Professor (Pedagogo)).

30.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Timbó.

30.8 - É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

30.9 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

30.10 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

30.11 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

### 31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

31.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

31.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

31.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

31.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Secretaria Municipal de Educação de Timbó – PSPS - Edital N. 007/2019.

31.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

31.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência



Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição
Anexo VII	Formulário Descritivo de Títulos

Timbó, 29 de abril de 2019.

Alfroh Postai  
Secretário Municipal de Educação de Timbó

## ANEXO I

### CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

#### NÍVEL SUPERIOR (Habilitado e não habilitado)

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	PROVA	SALÁRIO
Psicopedagogo	35h/s	01	Formação superior em psicologia com especialização em psicopedagogia e inscrição no órgão de classe	Escrita e títulos	R\$ 4.017,64
Professor (Pedagogo)	20h/s	01	Formação superior em pedagogia e especialização em educação especial	Escrita e títulos	R\$ 15,66
Psicólogo	30h/s	01	Formação superior em psicologia e especialização	Escrita e títulos	R\$ 3.742,84
Fonoaudiólogo	30h/s	01	Formação superior	Escrita e títulos	R\$ 3.742,84

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

- a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016;  
b) Plano de Saúde mediante contribuição, optativo conforme Lei Complementar nº 412 de 26 de dezembro de 2011 c/c Lei Complementar nº 486 de 31 de agosto de 2017.

## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

#### NÍVEL SUPERIOR PSICOPEDAGOGO

a) Atuar preventivamente de forma a garantir que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos; b) Avaliar as relações vinculares relativas a: professor/aluno; aluno/aluno; família/escola, fomentando as interações interpessoais para intervir nos processos do ensinar e aprender; c) Enfatizar a importância de que o planejamento deve contemplar conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante e que levem a uma aprendizagem significativa, elaborando as bases para um trabalho de orientação do aluno na construção de seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio; d) Identificar o modelo de aprendizagem do professor e do aluno e intervir, caso necessário, para torná-lo mais eficaz; e) Assessorar os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem; f) Encaminhar, quando necessário, os casos de dificuldades de aprendizagem para atendimento com especialistas em centros especializados; g) Mediar a relação entre profissionais especializados e escola nos processos terapêuticos; h) Participar de reuniões da escola com as famílias dos alunos colaborando na discussão de temas importantes para a melhoria do crescimento de todos que estão ligados àquela instituição; i) Atender, se necessário, funcionários da escola que possam necessitar de uma orientação quanto ao desempenho de suas funções no trato com os alunos; j) Participar de equipe multiprofissional em diagnóstico e intervenção das dificuldades dos estudantes encaminhados; k) Realizar diagnóstico e intervenção das dificuldades de aprendizagem dos estudantes encaminhados pelas escolas, creches e órgãos públicos; l) Orientar pais e professores na condução das ações propostas aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, adequando-a individualmente; m) Identificar alunos com produções escolares inadequadas à sua faixa etária, nos âmbitos cognitivo e social e fazer as orientações e encaminhamentos necessários; n) Realizar, em parceria com a coordenação e direção, encontros com pais e professores para discutirem e planejarem mecanismos de intervenção que favoreçam o processo de aprendizagem da comunidade envolvida; o) Acompanhar a indicação e o processo de inclusão do aluno com atendimento psicopedagógico dos centros multiprofissionais; p) Promover reuniões de estudo com professores e coordenadores que atuam nos centros; q) Participar de equipe multiprofissional em diagnóstico e intervenção das dificuldades de aprendizagem em adultos da comunidade; r) Detectar dificuldades de aprendizagem em adultos que procuram os Centros; s) Realizar intervenção com as dificuldades de aprendizagem dos adultos nesses Centros; t) Planejar junto à equipe, ações para a integração e desenvolvimento do adulto em seu ambiente de trabalho e de estudo, quando for o caso; u) Realizar trabalho psicopedagógico com idosos, preparando-os para as novas e necessárias aprendizagens nessa faixa etária. v) Em Equipes Gestoras dos Órgãos Públicos nos Níveis Municipal, Estadual e Federal; x) Realizar avaliação diagnóstica institucional com o objetivo de levantar as necessidades e prioridades da instituição; w) Avaliar a dinâmica das instituições quanto ao seu funcionamento e organização, verificando se os seus planos de ação atendem às suas necessidades e se estão em articulação com o projeto político – educacional do sistema de ensino do qual faz parte; y) Considerar as características das regiões ou instituições quanto ao seu contexto sócio-econômico-cultural, ao desenvolver o planejamento, organização e controle de estratégias para se atingir as metas propostas de qualidade nos processos do ensinar e do aprender; z) Criar meios para o diálogo entre a comunidade, família, corpo docente, discente e administrativo, para debaterem as questões ligadas ao saber, aos conflitos e à tomada de decisões importantes para a fluidez do processo de aprendizagem e a qualidade profissional e relacional dos seus membros; aa) Interpretar as leis que regem a relação ensino-aprendizagem, entendendo que a escola promove a inserção do sujeito no mundo do conhecimento, podendo ampliar sua atuação através de projetos sociais; bb) Analisar e incentivar mudanças estruturais nas instituições, objetivando a melhoria das relações da aprendizagem entre todos os seus membros; cc) Instrumentalizar as equipes gestoras dos diferentes níveis administrativos com métodos



e estratégias de atuação, considerando a importância do suporte técnico e afetivo contínuo; dd) Criar ações preventivas para promover a aprendizagem de qualquer modalidade, com o olhar multidisciplinar dirigido ao sujeito que aprende e ao que ensina.”

#### PROFESSOR (PEDAGOGO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL)

Identificar as necessidades especiais de seus educandos; definir e implementar respostas educativas as necessidades educacionais especiais; apoiar o professor de outras classes de ensino; atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas.

#### PSICÓLOGO

Estudar e intervir sobre o comportamento humano no contexto da educação; Seu objetivo final é o desenvolvimento das capacidades de indivíduos, grupos e instituições; Além disso, a definição refere-se ao termo educação no sentido mais amplo da educação, o que possibilita o desenvolvimento pessoal e coletivo; refletir e desenvolver seu trabalho em todos os níveis da psicologia, seja social, pessoal, biológico, de saúde, etc.

#### FONOAUDIÓLOGO

Cabe ao fonoaudiólogo, desenvolver ações, em parceria com os educadores, que contribuam para a promoção, aprimoramento, e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz e que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem, o que poderá ser feito por meio de: a) Capacitação e assessoria, podendo ser realizadas por meio de esclarecimentos, palestras, orientação, estudo de casos entre outros; b) Planejamento, desenvolvimento e execução de programas fonoaudiológicos; c) Orientações quanto ao uso da linguagem, motricidade oral, audição e voz; d) Observações e triagens fonoaudiológicas, com posterior devolutiva e orientação aos pais, professores e equipe técnica, sendo esta realizada como instrumento complementar e de auxílio para o levantamento e caracterização do perfil da comunidade escolar e acompanhamento da efetividade das ações realizadas e não como forma de captação de clientes.

#### ANEXO III

##### REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 007/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

##### Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 007/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;
- ☐ Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;
- ☐ Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

## ANEXO V

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

##### Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

##### Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### NÍVEL SUPERIOR PSICOPEDAGOGO

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Dificuldades de aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento infantil. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Necessidades educacionais especiais e aprendizagem escolar. Teorias da aprendizagem escolar. Conceitos fundamentais em neurociências e sua relação com a aprendizagem escolar. A Psicopedagogia no Brasil. Desenvolvimento psicológico da criança. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem nos processos educativos em diferentes contextos escolares. Jogos em Grupo na Educação Infantil. Psicogênese da Língua Escrita. A Criança e o Número. Puberdade e Adolescência, Desenvolvimento Biopsicossocial. A Criança em Desenvolvimento. A Criança e sua Arte. A Formação Social da Mente. Desenvolvimento Cognitivo. Prática psicopedagógica: considerações teóricas. Avaliação psicopedagógica da criança de 0 a 14 anos. A brincadeira e o desenho da criança de 0 a 6 anos. Contribuições da psicanálise para a avaliação psicopedagógica. Avaliação neuropsicológica na infância. Avaliação psicomotora no contexto psicopedagógico. Avaliação da linguagem pelo psicopedagogo. Programação de atividades pedagógicas para a faixa etária de 0 a 14 anos. A família diante das dificuldades escolares dos filhos. Filosofia, Sociologia e Psicologia da Educação. Psicologia do desenvolvimento da criança. A prática educativa. O Construtivismo. O desenvolvimento moral e afetivo. O papel do jogo e do brinquedo na atuação psicopedagógica. Desenvolvimento cognitivo - Piaget e Vygotsky. Modalidades de aprendizagem. Desenvolvimento psicomotor e o processo de aprendizagem. Desenvolvimento afetivo-emocional - Teoria Psicanalítica (Freud). O primeiro ano de vida (Spitz). Desenvolvimento neurológico e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Problemas específicos relacionados ao aprendizado escolar. Psicopatologia e aprendizagem. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### PROFESSOR (PEDAGOGO)

Legislação Municipal: Lei nº 3.012 de 06 de dezembro de 2018 – disciplina o contrato temporário de excepcional interesse público para o magistério de Timbó. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no 9.394/96: princípios, fins e organização da Educação Nacional; níveis e modalidades de Educação e Ensino. A especificidade do pedagogo – saberes pedagógicos e atividade docente. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diretrizes para Educação Especial. Decreto nº 7.611/2011. Transformações históricas da educação inclusiva, com vistas à construção de uma prática pedagógico-educacional inclusiva. Acesso e permanência do aluno com deficiência. Aceitação da diversidade humana, em seus aspectos sociais. Atendimento aos alunos com necessidades especiais. Mudanças na organização pedagógica da escola. Práticas inclusivas de avaliação na sala de aula. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### PSICÓLOGO

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Avaliação psicológica: fundamentos da medida psicológica, instrumentos de avaliação, avaliação e interpretação de resultados. Teorias de personalidade. Psicopatologia. Técnicas psicoterápicas. Psicodiagnóstico. Psicoterapia de problemas específicos. Fundamentos teóricos e aplicabilidade: Behaviorismo, Não-diretividade, Psicanálise, Cognitivism, Sistêmica. Funções do psicólogo escolar. Dificuldades emocionais e de relacionamento interpessoal na situação escolar. Fatores escolares: Fatores familiares. Fatores individuais. Problemas de Aprendizagem: Dislexia e outros distúrbios de desenvolvimento da linguagem, Distúrbios de linguagem escrita, Distúrbio de Déficit de Atenção-Hiperatividade, Distúrbio de Espectro Autista. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### FONOAUDIÓLOGO

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conceitos básicos; comunicação verbal e não verbal, voz, fala, linguagem, pensamentos. Fenômeno normal da linguagem oral. Processo normal do pensamento. Desenvolvimento global da criança, segundo as áreas: motoras, cognitivas, sócio emocionais. Processo de aquisição da linguagem oral e escrita. Alterações da linguagem oral em relação aos sistemas: nervoso, auditivo, e do aparelho fonador. Distúrbios fonoaudiológicos na linguagem oral e escrita. A psicomotricidade e suas implicações nos distúrbios da linguagem escrita. Elementos básicos na psicomotricidade, esquema corporal, lateralidade, tônus muscular, orientação espacial e orientação temporal. Aprendizagem e teoria da aprendizagem; causas dos distúrbios da aprendizagem. Pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita. Distúrbios da aprendizagem. A escola especial e a Fonoaudiologia. Fala: Componentes do sistema de fala normal, receptor, transmissor e efector. Desenvolvimento normal da fala e a relação das etiologias no fenômeno fonoaudiológico da fala: respiratória, articulatória, neurológica, psicológica. As patologias da fala: dislalia, disglossia, deglutição atípica, disartria, dislogia, apraxia,

anartria, gagueira - fundamentação teórica, características, etiologia, consequência. Avaliação da fala ligada a estas patologias, fundamentação teórica, recursos e prognóstico. Voz: Mecanismo de produção da voz: função respiratória, mobilidade laríngea durante a formação, sistema de ressonância, emissão dos sons na fala, articulação, estrutura da fonação. O fenômeno fonoaudiológico na voz, patologias, disfonias infantis, muda vocal, afonia alaríngea, insuficiência velo faríngea (rinofonia) - conceituação, etiologia, sintomatologia, consequência, conduta para reeducação. Audição: Desenvolvimento da função auditiva. Audição periférica e central. Escala de desenvolvimento normal da audição. Audição normal e patológica: graus e tipos de perda auditiva. Caracterização audiométrica dos diversos graus de perda. Unidade audiométrica, análise de audiogramas: disacusias mistas, condutivas e neurossensoriais. Características do desenvolvimento da linguagem e da fala no deficiente auditivo. O deficiente auditivo e a escola. Fonoaudiologia educacional. Avaliação e intervenção fonoaudiológica nas linguagens oral e escrita; Distúrbios fonoaudiológicos na linguagem oral e escrita; Dislexia, disgrafia, disortografia; Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH). Audiologia; Anatomia e fisiologia da audição; Avaliações auditivas; Habilitação e reabilitação dos distúrbios da audição; Seleção e adaptação de próteses auditivas; Fisiologia da produção vocal; Alterações vocais; Classificação, Avaliação e tratamento fonoaudiológico das disfonias; Desenvolvimento das funções estomatognáticas; Avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico em motricidade orofacial; Disfagia; Alterações de fala; Disartrias, distúrbios articulatorios, desvios fonológicos; Gagueira: Etiologia, avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico; Fissuras labiopalatinas: Etiologia, classificação, avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

## ANEXO VI

## REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 007/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

( ) Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

## ANEXO VII

## FORMULÁRIO DESCRITIVO DE TÍTULOS

Preenchimento obrigatório

Número de Inscrição:	
----------------------	--

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado Nº 007/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, encaminho meus títulos conforme solicitado neste edital.

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
( ) Título de Doutor relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos. - Item 25		Preenchimento da Banca Examinadora
( ) Título de Mestre relacionado com a área de atuação pretendida, concluído até a data da apresentação dos títulos. - Item 25		
( ) Certificado de conclusão de Pós-graduação em nível de Especialização relacionado com a área de atuação pretendida com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos. - Item 25		
PONTUAÇÃO TOTAL		

Na hipótese de alteração de nome nos certificados, anexar documento comprobatório no envelope lacrado. Certificados com nome diferente da inscrição não serão pontuados sem comprovação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

#### PROTOCOLO DE ENTREGA DE TÍTULOS

PSPS - EDITAL 007/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL  PROTOCOLO – ENTREGA DE TÍTULOS  Candidato(a): _____  Inscrição: _____  Cargo: _____  o Doutorado o Mestrado o Pós Graduação  Data: ____/____/2019.  Assinatura do Candidato	PSPS - EDITAL 007/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL  PROTOCOLO – ENTREGA DE TÍTULOS  Candidato(a): _____  Inscrição: _____  Cargo: _____  o Doutorado o Mestrado o Pós Graduação  Data: ____/____/2019.  Assinatura e carimbo de recebimento
--	--

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 005/2019

Publicação Nº 1997186

#### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 005/2019

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 005/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal da Fundação Municipal de Esportes, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 005/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

#### CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Data	Etapas
29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
12/06/2019	Resultado preliminar

13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito da Fundação Municipal de Esportes – FME, sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 508 de 31 de outubro de 2017 e alterações.

## 2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

## 3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção medica oficial;
- firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

## 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019;
- ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019,

somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

#### 4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Médio	R\$ 80,00
Alfabetizado	R\$ 40,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

#### 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição em Processo Seletivo Público Simplificado promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia



14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23 de maio 2019.



7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos conforme o item 10 do edital.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

## 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

## 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

## 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.

13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

## 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

## 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

## 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os cadernos de questões com defeito;
- b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;
- c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será destruído.

## 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

## 22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, link RECURSO – Gabarito/Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

## 24 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

24.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 12 de junho de 2019, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

## 25 DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

25.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

25.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

25.3 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

25.4 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

25.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

25.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

25.7 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 26 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

26.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco).

26.3 Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 27 DO RESULTADO FINAL

27.1 A partir de 18 de junho de 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

27.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

27.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 28 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

28.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 29 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

29.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 30 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

30.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

30.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

30.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

30.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

32.5 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

30.6 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

30.7 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

## 31 DISPOSIÇÕES FINAIS



31.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

31.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

31.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

31.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

31.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - FME - Edital N. 005/2019.

31.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

31.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição

Timbó, 29 de abril de 2019.

Márcio Elísio

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

#### ANEXO I

#### CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

##### NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar Operacional I	44 h/s	1	Alfabetizado.	R\$ 1.043,84

##### NÍVEL MÉDIO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar de Serviços Administrativos	35 h/s	CR	Nível médio completo.	R\$ 1.674,99

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016;

b) Plano de Saúde mediante contribuição, optativo conforme Lei Complementar nº 412 de 26 de dezembro de 2011 c/c Lei Complementar nº 486 de 31 de agosto de 2017.

#### ANEXO II

#### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

##### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I

Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), Serviços de fiscalização, guarda e zelo do patrimônio público, controle de acesso de visitantes, veículos e equipamentos, vistorias e rondas sistemáticas; serviços de higienização de



ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha e preparo de refeições; Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, do campo e do complexo esportivo e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

#### NÍVEL MÉDIO AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Realizar atividades administrativas e burocráticas inerentes ao Instituto, prover cálculos e simulações de aposentadoria; efetuar lançamentos e manutenção da folha de pagamento do Instituto, atualizar dados dos servidores junto ao Ministério da Previdência Social, atualizar dados referente ao cálculo atuarial, efetuar atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo, técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências; Entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Instituto, aos respectivos contribuintes; Organizar e atualizar os fichários ou listagens; Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### ANEXO III

#### REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 005/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

#### Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

#### ANEXO IV

#### REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 005/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;
- ☐ Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;
- ☐ Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

**Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)**

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

**Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)**

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conhecimentos básicos de canteiro de obra. Auxiliar em serviços de instalação elétrica e telefonia. Auxiliar em serviços de encanamentos hidráulicos e outras tubulações. Auxiliar em serviços de marcenaria, pintura e construção. Equipamentos e ferramentas utilizados em construção. Auxiliar em serviços de encadernação e biotério. Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e Trabalho em equipe. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**NÍVEL MÉDIO****AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

Legislação Municipal: Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conceito de Internet e Intranet. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. Windows 7, Word e Excel 2007. Principais navegadores para Internet. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Fundamentos básicos de administração: conceitos, características e finalidade. Funções administrativas: planejamento, organização, controle e direção. Estrutura organizacional. Comportamento organizacional. Rotinas administrativas: técnicas de arquivo e protocolo. Racionalização do trabalho. Delegação de poderes; centralização e descentralização. Liderança. Motivação. Comunicação. Etiqueta no trabalho. Relações humanas: comunicação interpessoal. Tipos de empresas. Contrato social. Postura pessoal e profissional. Técnicas administrativas e organizacionais. Processos de comunicação. Organização de Reuniões. Atendimento com qualidade. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Atendimento ao Público. Atendimento telefônico. Redação Oficial: princípios, características e qualidades, linguagem, normas e recomendações, formas e pronomes de tratamento, fechos, identificação do signatário, conceitos e definições, generalidades, tipos, partes, apresentação, forma e estrutura, padronização, diagramação. Padrão ofício, fax, correio eletrônico, Atas, pareceres, memorandos, contratos, alvará, requerimento, certidão, atestado, declaração, despacho, portaria, relatório, ordem de serviço, exposição de motivos. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**ANEXO VI****REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO**

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 005/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

**( ) Candidato doador de sangue**

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

**( ) Candidato desempregado**

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 006/2019**

Publicação Nº 1997189

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL N. 006/2019**

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 006/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal da Fundação Cultural de Timbó - FCT, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 006/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO**

Data	Etapas
29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
12/06/2019	Resultado preliminar
13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

**1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito da Fundação Cultural de Timbó, sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 508 de 31 de outubro de 2017 e alterações.

**2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS**

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

**3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO**

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção medica oficial;

- g) firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- h) na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- i) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- j) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- k) fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

#### 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- a) acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019;
- b) ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- c) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Médio / Técnico	R\$ 80,00
Alfabetizado	R\$ 40,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a

anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

## 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia 14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23 de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos conforme o item 10 do edital.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA
----------------



Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

#### 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

#### 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

#### 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.



13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

#### 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

#### 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

#### 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os cadernos de questões com defeito;

b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;

c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será

destruído.

## 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará

a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivar a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

## 22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, link RECURSO – Gabarito/Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

## 24 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

24.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 12 de junho de 2019, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

## 25 DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

25.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

25.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

25.3 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

25.4 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

25.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

25.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

25.7 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 26 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

26.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco).

26.3 Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 27 DO RESULTADO FINAL

27.1 A partir de 18 de junho 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

27.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

27.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 28 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

28.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva e prova de aptidão física;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 29 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

29.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 30 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

30.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

30.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

30.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

30.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

30.5 A nomeação dos candidatos será feita por Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via telefone, e-mail, WhatsApp ou qualquer outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que o assunto requer que deverão ser informados pelo candidato no momento de elaborar sua ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço e meios de comunicação (telefone, whatsapp, etc).

30.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido na Lei nº 2.045/98, que estabelece o Regime Jurídico Administrativo Especial para contratações temporárias pela administração.

30.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Timbó.

30.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

30.9 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

30.10 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

30.11 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

## 31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

31.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

31.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

31.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

31.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em

errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - FCT - Edital N. 006/2019.

31.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

31.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição

Timbó, 29 de abril de 2019.

Jorge Revelino Ferreira

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

#### ANEXO I

#### CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

##### NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar Operacional I	44 h/s	CR	Alfabetizado.	R\$ 1.043,84

##### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar de Serviços Administrativos	35 h/s	CR	Ensino Médio completo.	R\$ 1.674,99

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016.

#### ANEXO II

#### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

##### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I

Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), Serviços de fiscalização, guarda e zelo do patrimônio público, controle de acesso de visitantes, veículos e equipamentos, vistorias e rondas sistemáticas; serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha.

##### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.); Atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo, técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na organização de eventos culturais; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### ANEXO III

#### REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 006/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde



(CID), no qual constam os seguintes dados:  
Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_,  
, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 006/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_,  
, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para  
o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na  
condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;
- ☐ Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;
- ☐ Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

###### Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

###### Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

###### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conhecimentos básicos de canteiro de obra. Auxiliar em serviços de instalação elétrica e telefonia. Auxiliar em serviços de encanamentos hidráulicos e outras tubulações. Auxiliar em serviços de marcenaria, pintura e construção. Equipamentos e ferramentas utilizados em construção. Auxiliar em serviços de encadernação e biotério. Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e Trabalho em equipe. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

###### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conceito de Internet e Intranet. Principais aplicativos



comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. Windows 7, Word e Excel 2007. Principais navegadores para Internet. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Fundamentos básicos de administração: conceitos, características e finalidade. Funções administrativas: planejamento, organização, controle e direção. Estrutura organizacional. Comportamento organizacional. Rotinas administrativas: técnicas de arquivo e protocolo. Racionalização do trabalho. Delegação de poderes; centralização e descentralização. Liderança. Motivação. Comunicação. Etiqueta no trabalho. Relações humanas: comunicação interpessoal. Tipos de empresas. Contrato social. Postura pessoal e profissional. Técnicas administrativas e organizacionais. Processos de comunicação. Organização de Reuniões. Atendimento com qualidade. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Atendimento ao Público. Atendimento telefônico. Redação Oficial: princípios, características e qualidades, linguagem, normas e recomendações, formas e pronomes de tratamento, fechos, identificação do signatário, conceitos e definições, generalidades, tipos, partes, apresentação, forma e estrutura, padronização, diagramação. Padrão ofício, fax, correio eletrônico, Atas, pareceres, memorandos, contratos, alvará, requerimento, certidão, atestado, declaração, despacho, portaria, relatório, ordem de serviço, exposição de motivos. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

## ANEXO VI

### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 006/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

( ) Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

## PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 008/2019

Publicação Nº 1997191

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 008/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 008/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 008/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

### CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Data	Etapas
29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto

21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
12/06/2019	Resultado preliminar
13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito do Poder Executivo Municipal, sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 508 de 31 de outubro de 2017 e alterações.

## 2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

## 3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção médica oficial;
- firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

## 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019;
- ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Superior	R\$ 100,00
Médio / Técnico	R\$ 80,00
Fundamental Completo	R\$ 40,00
Fundamental Incompleto	R\$ 40,00
Alfabetizado	R\$ 40,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

## 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição do Processo Seletivo Público Simplificado públicos promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste

edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia 14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;

b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23 de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos conforme o item 10 do edital.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

## 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

## 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

## 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.

13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

## 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

## 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.



15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

#### 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os cadernos de questões com defeito;

b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;

c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será destruído.

#### 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).



17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivar a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;

- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

## 22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, link RECURSO – Gabarito/ Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

## 24 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

24.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 12 de junho de 2019, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

## 25 DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

25.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá

interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

25.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

25.3 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

25.4 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

25.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

25.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

25.7 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 26 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

26.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco).

26.3. Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 27 DO RESULTADO FINAL

27.1 A partir de 18 de junho de 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

27.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

27.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 28 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

28.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 29 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

29.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 30 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

30.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

30.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

30.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

30.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

30.5 A nomeação dos candidatos será feita por Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via telefone, e-mail, WhatsApp ou qualquer outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que o assunto requer, que deverão ser informados pelo candidato no momento de elaborar sua ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço e meios de comunicação (telefone, whatsapp, etc).

30.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido na Lei nº 2.045/98, que estabelece o Regime Jurídico Administrativo Especial para contratações temporárias pela administração.

30.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Timbó.

30.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

30.9 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

30.10 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

30.11 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

### 31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

31.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

31.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

31.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

31.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura Municipal de Timbó – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 008/2019.

31.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

31.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição

Timbó, 29 de abril de 2019.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

## ANEXO I

## CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

## NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar Operacional I	44h/s	CR	Alfabetizado	R\$ 1.043,84
Pedreiro	44h/s	CR	Alfabetizado.	R\$ 1.467,65
Soldador	44h/s	CR	Alfabetizado.	R\$ 1.533,39

## NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Operador Máquina	44h/s	CR	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria C no mínimo.	R\$ 1.790,80

## NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Motorista	44h/s	CR	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria AD no mínimo.	R\$ 1.638,29
Motorista de Ambulância	44h/s	CR	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria D no mínimo. Certificado de conclusão de curso para condução de veículo de emergência; Maior de 21 anos.	R\$ 1.638,29

## NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Agente de Saúde Pública	44h/s	CR	Nível médio completo.	R\$ 1.288,84
Atendente de Odontologia	30h/s	CR	Ensino Médio Completo; Curso técnico para exercício da função; Inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.	R\$ 1.467,65
Auxiliar de Serviços Administrativos	35 h/s	CR	Nível médio completo.	R\$ 1.674,99
Técnico em Enfermagem	30 h/s	CR	Ensino Médio Completo; Curso de Técnico em Enfermagem Reconhecido pelo MEC; Registro no COREN/SC.	R\$ 1.712,65
Técnico em Radiologia	24 h/s	CR	- Ensino Médio Completo; - Curso Técnico em Radiologia; - Inscrição no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – CRTR;	R\$ 1.533,39

## NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral/PSF**	20 h/s	CR	Ensino Superior completo na área, registro na entidade profissional competente (CRM/SC) e carteira de motorista categoria B.	R\$ 4.743,80
Enfermeiro/ESF**	30 h/s	CR	- Ensino Superior Completo em Enfermagem; - Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina; - Carteira nacional de habilitação na categoria mínima #B#.	R\$ 3.742,84
Engenheiro Civil	30 h/s	CR	- Ensino Superior completo em Engenharia Civil; - Inscrição no Conselho Regional de Engenharia de Santa Catarina. - Certificado de Conclusão de Curso em software Posição (Estação Total) ou Auto-cad ou Eberick ou de projetos hidráulicos/sanitários ou preventivos contra incêndio/elétricos;	R\$ 4.017,64

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016;

\*\*Caso o cargo seja para ESF/PSF será aplicada ampliação de jornada e indenização nos termos da Lei Municipal nº 2.103 de 19 de julho

de 2000.

## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

#### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I

Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), Serviços de fiscalização, guarda e zelo do patrimônio público, controle de acesso de visitantes, veículos e equipamentos, vistorias e rondas sistemáticas; serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

#### PEDREIRO

Executar a abertura e fechamento de bocas de lobo, valas, com a remoção e conserto do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; Executar consertos e substituição de tubos, fugar tubos, meio-fio, etc.; Executar instalações de pisos, azulejos e similares, reboco e acabamentos em geral, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Executar obras municipais; Serviços de alvenaria/carpintaria em geral; Efetuar serviços de pinturas; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### SOLDADOR

Executar serviços de solda MIG, solda de oxigênio e eletrodo (solda elétrica), realizar serviços de serralheria em geral, reparos com solda em veículos e máquinas da frota municipal, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO OPERADOR MÁQUINA

Serviços gerais de operação/condução/direção de máquinas leves e pesadas, tais como: trator de pneu, trator de esteira, retroescavadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, carregadeira, rolo compactador, capinadeira mecânica e etc., na execução de atividades; Operar retro-escavadeiras, pás-carregadeiras, trator de esteira e outras máquinas pesadas, destinadas a carregamento de caminhões, remoção de barro, reaterro, abertura de valas, colocação de tubulação, terraplenagens, abertura e conservação de ruas, etc; Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação; Manutenção, conservação, proteção e revisão dos equipamentos; Realizar reparos de emergência em máquinas e equipamentos; Zelar pela limpeza e conservação da máquina operada; Promover o abastecimento de combustível, controle dos níveis água e óleo de seus veículos ou máquinas; comunicar, ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina operada; preencher relatório diário de funcionamento da máquina; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO MOTORISTA

Serviços gerais de condução/direção de motos, veículos, caminhões, caminhão basculante, carreta para transporte de máquinas e ônibus, etc; Dirigir veículos para condução de servidores nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos; Viajar para localidades fora da sede, para conduzir servidores e usuários de serviços públicos, estudantes, etc...; transportar máquinas e equipamentos; Manutenção, conservação e proteção dos veículos, caminhões ou equipamentos sob sua responsabilidade; Verificar e controlar o nível de óleo do cárter, comparar a ficha de óleo com quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou a troca, conforme o caso; Fazer as verificações rotineiras das condições dos freios, faróis, pisca-piscas, pneus, níveis de água da bateria e do radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigirem especialização; Controlar o nível de combustível pelo hodômetro e providenciar o reabastecimento; Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pelas suas conservações; Anotar no relatório diário de uso de veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas próprias; Transmitir ordens e informações entre locais onde tenham ocorrido avarias nos sistemas; Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida; Participar e executar serviços de plantões nos feriados, finais de semana e noturnos; Executar serviços auxiliares e correlatos ao bom desempenho dos serviços públicos; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Transportar usuários do sistema público de saúde em risco mediato ou imediato de vida, para atendimento em serviços de referências; Viajar para localidades fora da sede; Manutenção, conservação e proteção dos veículos ou equipamentos sob sua responsabilidade; Verificar e controlar o nível de óleo do cárter, comparar a ficha de óleo com quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou a troca, conforme o caso; Fazer as verificações rotineiras das condições dos freios, faróis, pisca-piscas, pneus, níveis de água da bateria e do radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigirem especialização; Controlar o nível de combustível pelo hodômetro e providenciar o reabastecimento; Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pelas suas conservações; Anotar no relatório diário de uso de veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas próprias; Transmitir ordens e informações entre locais onde tenham ocorrido avarias nos sistemas; Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida; Participar e executar serviços de plantões nos feriados, finais de semana e noturnos; Executar serviços auxiliares e correlatos ao bom desempenho dos serviços públicos; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA



Atuação no programa de combate e controle de vetores; Orientação e fiscalização em vigilância sanitária de baixa complexidade; Ações de controle de zoonoses, educação em saúde, visitas domiciliares para prevenção de proliferação de vetores; emissão de relatórios administrativos e boletins; participação na equipe multidisciplinar em saúde pública referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação. Desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas ao controle das doenças/agravos, executar ações de controle de doenças/agravos interagindo com os ACS e equipe de Atenção Básica, identificar casos suspeitos dos agravos/doenças e encaminhar os pacientes para a Unidade de Saúde de referência e comunicar o fato ao responsável pela unidade de saúde, orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva, executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças, realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção, executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores, executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças, registrar as informações referentes às atividades executadas, realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais, mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário, Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares, Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos, Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva, Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território, Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores, Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis, Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde, Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros e Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

#### ATENDENTE DE ODONTOLOGIA

Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; Executar organização, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal, Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Atenção Básica, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar, Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos, Processar filme radiográfico, Selecionar moldeiras, Preparar modelos em gesso, Manipular materiais de uso odontológico realizando manutenção e conservação dos equipamentos, Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador e Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.); Atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo, técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na organização de eventos culturais; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Execução de atividades descritas para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, e de nível médio técnico, dentre estas: educação em saúde, procedimentos básicos nas unidades de saúde e domicílios, acompanhamento e assistência ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; executar outros serviços descritos no Decreto Federal nº 94.406, de 08/06/87, do COREN; participar da equipe multidisciplinar em saúde pública; referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Executar exames radiológicos sob a supervisão de profissionais da área. Orientar e preparar o paciente, de acordo com instruções médicas estabelecidas. Operar máquinas e equipamentos, preparar soluções. Revelar, fixar, lavar, secar e identificar chapas radiográficas. Efetuar limpeza e conservação dos equipamentos e instrumentos sob sua responsabilidade, seguindo normas e instruções de segurança. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho. Zelar pela guarda dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados. Referendar os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.). Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.



**NÍVEL SUPERIOR MÉDICO CLÍNICO GERAL/PSF**

Clínica geral, incluindo execução de consultas clínicas, exames físicos, procedimentos ambulatoriais, exames ectoscópicos, diagnóstico, tratamento, prognóstico e acompanhamento de patologias; Prestar assistência integral, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas de saúde da população em geral, no atendimento em unidades de saúde e/ou serviços de saúde do município; referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

**ENFERMEIRO**

Planejar e executar, no nível de sua competência, a assistência básica e ações de vigilância sanitária e epidemiológica; organizar as rotinas de trabalho a nível de unidade de saúde e comunidade; executar atividades de prevenção coletiva e individual; supervisionar e desenvolver ações para as capacitações dos ACS e profissionais de enfermagem de nível médio; execução de visitas domiciliares; prescrição de medicamentos e requisição de exames previamente estabelecidos em programas de saúde pública; participação na equipe multidisciplinar em saúde pública e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc. Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida. Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão. Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos. Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe. Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local. Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe. Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS. Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS e Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação. Conhecer e divulgar, junto aos demais profissionais, as diretrizes e normas que incidem sobre a AB em âmbito nacional, estadual, municipal e Distrito Federal, com ênfase na Política Nacional de Atenção Básica, de modo a orientar a organização do processo de trabalho na UBS. Participar e orientar o processo de territorialização, diagnóstico situacional, planejamento e programação das equipes, avaliando resultados e propondo estratégias para o alcance de metas de saúde, junto aos demais profissionais. Acompanhar, orientar e monitorar os processos de trabalho das equipes que atuam na AB sob sua gerência, contribuindo para implementação de políticas, estratégias e programas de saúde, bem como para a mediação de conflitos e resolução de problemas. Mitigar a cultura na qual as equipes, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores assumem responsabilidades pela sua própria segurança de seus colegas, pacientes e familiares, encorajando a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança. Assegurar a adequada alimentação de dados nos sistemas de informação da Atenção Básica vigente, por parte dos profissionais, verificando sua consistência, estimulando a utilização para análise e planejamento das ações, e divulgando os resultados obtidos. Estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe. Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na UBS, apoiando os processos de cuidado a partir da orientação à equipe sobre a correta utilização desses recursos. Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, ambiência da UBS), zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento. Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na UBS. Conhecer a RAS, participar e fomentar a participação dos profissionais na organização dos fluxos de usuários, com base em protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, apoiando a referência e contrarreferência entre equipes que atuam na AB e nos diferentes pontos de atenção, com garantia de encaminhamentos responsáveis. Conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais do território, e estimular a atuação intersetorial, com atenção diferenciada para as vulnerabilidades existentes no território. Identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção, e promover a Educação Permanente, seja mobilizando saberes na própria UBS, ou com parceiros. Desenvolver gestão participativa e estimular a participação dos profissionais e usuários em instâncias de controle social. Tomar as providências cabíveis no menor prazo possível quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da unidade e Exercer outras atribuições que lhe sejam designadas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, de acordo com suas competências.

**ENGENHEIRO CIVIL**

Elaborar projetos de edificações públicas e/ou de interesse social e de parcelamento do solo de acordo com as atribuições determinadas pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia); Acompanhar e fiscalizar a implantação de loteamentos e desmembramentos; Coordenar os serviços da equipe de topografia; Coordenar atividades de sondagem geotécnica; Aplicar, e oferecer apoio técnico na elaboração e revisão da legislação urbanística e de uso e ocupação do solo e revisão do Plano Diretor; Efetuar acompanhamento de obras; Elaborar memoriais descritivos, quantitativos, orçamentos e demais documentações pertinentes para a licitação de obras públicas ou para encaminhamento a órgãos estaduais ou federais; Executar vistorias e efetuar laudos técnicos; Analisar e aprovar processos de loteamentos, desmembramentos e construções; Participar de congressos técnicos, seminários, painéis, encontros e em outros eventos relacionados especificamente ao setor para aperfeiçoamento das atividades; Responder tecnicamente junto ao órgão competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), pelas ações de Engenharia pela Prefeitura, de acordo com as atribuições; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc. - executar as atribuições constantes da resolução atribuições retiradas da resolução CONFEA nº 218/73;

**ANEXO III****REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA**

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 008/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

(CID), no qual constam os seguintes dados:  
Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_,  
, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 008/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_,  
, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para  
o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na  
condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;
- ☐ Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;
- ☐ Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

###### Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

###### Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

###### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL I

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conhecimentos básicos de canteiro de obra. Auxiliar em serviços de instalação elétrica e telefonia. Auxiliar em serviços de encanamentos hidráulicos e outras tubulações. Auxiliar em serviços de marcenaria, pintura e construção. Equipamentos e ferramentas utilizados em construção. Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m2, m3, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

###### PEDREIRO

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Execução de trabalhos de alvenaria e concreto. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de

utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; normas de segurança; conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de pedreiro. Interpretação de plantas, projetos e croquis; Cálculos básicos de quantidade de materiais a serem utilizados nas construções. Normas básicas e cuidados de segurança do trabalho; Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m2, m3, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### **SOLDADOR**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Solda de peças: especificações e outros detalhes. Tipos de material empregados na soldagem. Instrumentos e equipamentos de soldagem. Equipamentos de segurança na soldagem. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerentes à especialidade. Relações humanas, noções de Qualidade e Produtividade. Conhecimento básico nos processos de soldagem MIG/MAG, TIG e eletrodo revestido. Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m2, m3, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### **NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO OPERADOR MÁQUINA**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança. Leitura dos instrumentos do painel. Manutenção básica e verificações de rotina. Lubrificação e cuidados operacionais. Ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Uso adequado de EPIs. Saúde e segurança no trabalho. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### **NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO MOTORISTA**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrica de veículos pesados para transporte de passageiros. Mecânica básica: conhecimentos elementares de mecânica de automóveis, troca e rodízio de rodas; motores, manutenção e eletricidade: regulagem de motor, regulagem e revisão de freios, trocas de bomba d'água, troca e regulagem de tensão nas correias, troca e regulagem da fricção, troca de óleo. Serviços corriqueiros de eletricidade: troca de fusíveis, lâmpadas, acessórios simples. Cortesia com o usuário. Conservação e limpeza do veículo. Noções sobre normas de segurança no trabalho. Regras gerais para circulação de trânsito, os sinais de trânsito, licenciamento de veículos, condutores de veículos. Sinalizações e conceitos. Direção Defensiva: gerenciamento de risco (conceito, via, veículo, condutor, pedestre e situações adversas). Equipamentos Obrigatórios. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrica de veículos pesados para transporte de passageiros. Mecânica básica: conhecimentos elementares de mecânica de automóveis, troca e rodízio de rodas; motores, manutenção e eletricidade: regulagem de motor, regulagem e revisão de freios, trocas de bomba d'água, troca e regulagem de tensão nas correias, troca e regulagem da fricção, troca de óleo. Serviços corriqueiros de eletricidade: troca de fusíveis, lâmpadas, acessórios simples. Cortesia com o usuário. Conservação e limpeza do veículo. Noções sobre normas de segurança no trabalho. Regras gerais para circulação de trânsito, os sinais de trânsito, licenciamento de veículos, condutores de veículos. Sinalizações e conceitos. Direção Defensiva: gerenciamento de risco (conceito, via, veículo, condutor, pedestre e situações adversas). Equipamentos Obrigatórios. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### **NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Saúde pública. Endemias e epidemias: noções básicas sobre dengue, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose; prevenção primária dessas endemias; classificação dos agentes transmissores e causadores dessas endemias; Combate aos agentes transmissores dessas endemias de acordo com as estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde. Meio ambiente (água, solo e poluição) e doenças mais comuns na comunidade. Doenças transmissíveis e não transmissíveis: Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental. Saúde Bucal. Alimentação e nutrição. Visitas domiciliares. Saúde como dever do Estado. Saúde como direito social. Participação da comunidade na gestão do SUS. Promoção da saúde: conceito e estratégias. Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais. Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso: transformações do corpo humano, planejamento familiar, gestação, o pré-natal e o ACS, riscos na gravidez, direitos da gestante, cuidados básicos ao recém-nascido, imunização, puerpério, direitos da criança, amamentação, critérios de risco infantil, crescimento e desenvolvimento, doenças mais comuns na infância, acidentes e violência contra a criança; puberdade e adolescência, direito e saúde do idoso. Atenção básica em saúde. A estratégia saúde da família. Constituição de equipe da Saúde da família. Atribuições específicas do Agente Comunitário de Saúde - ACS. Conceito de territorialização, micro área e área de abrangência, Indicadores epidemiológicos, técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doenças da população, critérios operacionais para definição de prioridades: indicadores socioeconômicos, culturais epidemiológicos, Conceito de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva. Estratégia de avaliação em saúde, conceitos, tipos, instrumentos e técnicas, Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**ATENDENTE DE ODONTOLOGIA**

Legislação Municipal: Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Histórico, Legislação e papel do ASB; SUS - Princípios e diretrizes; Políticas de Saúde no Brasil/SUS – ênfase na atenção básica; Processo de trabalho em saúde/saúde bucal - trabalho em equipe; Educação para a Saúde: processos educativos, métodos, técnicas e produção de materiais educativos; Processo Saúde/Doença; Noções de vigilância à saúde; Levantamentos Epidemiológicos: indicadores de saúde; Anatomia Bucal e Dental (Notação Dentária); Biossegurança: controle de infecção na prática odontológica/ Esterilização e Desinfecção; Equipamentos odontológicos: conservação e manutenção; Cárie dentária: etiologia, etiopatogenia, tratamento e controle; Doença periodontal: etiologia, etiopatogenia, tratamento, técnicas de controle de biofilme dentário; Prevenção da Cárie e Doença Periodontal; Fluoterapia: métodos de aplicação; Selantes Oclusais: indicação e técnica de aplicação; Noções de instrumentação clínica e cirúrgica; Noções de Radiologia: medidas de proteção ao usuário e operador; processamento radiográfico; Materiais e instrumentais odontológicos: preparo, manipulação, acondicionamento, transporte, descarte; Materiais odontológicos: manipulação de materiais forradores e restauradores. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

Legislação Municipal: Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conceito de Internet e Intranet. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. Windows 7, Word e Excel 2007. Principais navegadores para Internet. Correio eletrônico. Procedimento para a realização de cópia de segurança. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Fundamentos básicos de administração: conceitos, características e finalidade. Funções administrativas: planejamento, organização, controle e direção. Estrutura organizacional. Comportamento organizacional. Rotinas administrativas: técnicas de arquivo e protocolo. Racionalização do trabalho. Delegação de poderes; centralização e descentralização. Liderança. Motivação. Comunicação. Etiqueta no trabalho. Relações humanas: comunicação interpessoal. Tipos de empresas. Contrato social. Postura pessoal e profissional. Técnicas administrativas e organizacionais. Processos de comunicação. Organização de Reuniões. Atendimento com qualidade. Conceitos de organização de arquivos e métodos de acesso. Atendimento ao Público. Atendimento telefônico. Redação Oficial: princípios, características e qualidades, linguagem, normas e recomendações, formas e pronomes de tratamento, fechos, identificação do signatário, conceitos e definições, generalidades, tipos, partes, apresentação, forma e estrutura, padronização, diagramação. Padrão ofício, fax, correio eletrônico, Atas, pareceres, memorandos, contratos, alvará, requerimento, certidão, atestado, declaração, despacho, portaria, relatório, ordem de serviço, exposição de motivos. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Legislação Municipal: Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem. Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise). Prevenção de úlceras de pressão; Sondagens gástrica e vesical; Coleta de material para exames laboratoriais; Oxigenoterapia; Curativo; Administração de dieta oral, enteral, parenteral. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético. Preparo, acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância. Enfermagem em Saúde Pública: Processo saúde – doença; Imunizações; Vigilância epidemiológica; Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Anatomia Geral; princípios de formação de imagem; componentes da câmara escura, colgaduras, chassis; revelação e fixação, lavagem e secagem de filmes radiográficos; proteção radiológica e princípios do posicionamento. 2. Anatomia Geral e Noções Básicas radiológicas: do tórax, do abdome, do membro superior, do membro inferior, do cóccix, sacro e coluna lombar, da coluna torácica e cervical, do crânio, da face e seios paranasais, mastóides e ossos temporal. Física da Radiação (Natureza, Produção e Propriedades dos Raios X). Constituição e Funcionamento dos Aparelhos de Raios X. Constituição dos Tubos Formadores de Raios X. Filmes Radiográficos e Processamento Radiográfico. Fatores que influem na formação das imagens radiográficas. Os efeitos biológicos e os riscos associados aos Raios X. Radioproteção. Técnicas Radiográficas na Rotina Médica. Anatomia Radiográfica das principais incidências médicas. Erros nas radiografias. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**NÍVEL SUPERIOR MÉDICO CLÍNICO GERAL/PSF**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Específicos: Hipertensão Arterial; Arritmias cardíacas; Doenças coronarianas; Embolia pulmonar; Asma brônquica; Hemorragia digestiva; Úlceras e gastrites; Hepatites; Obstrução intestinal; Isquemia mesentérica; Pancreatites; Diarreias; Parasitoses; Doenças inflamatórias intestinais; Anemias; Neoplasias malignas mais prevalentes; cefaleias e enxaquecas; Convulsões; Acidente vascular encefálico; Infecção urinária; Cólica renal; Infecção das vias aéreas superiores; Pneumonia adquirida na Comunidade; Diabetes tipo I e Tipo II; Obesidade; Artrites; Lombalgia; AIDS; Síndrome Gripal e Doença Respiratória Aguda Grave; Dengue; Tabagismo; Etilismo. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

**ENFERMEIRO**

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei



orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### ENGENHEIRO CIVIL

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. História e crítica da tecnologia: engenharia moderna e contemporânea. Teoria crítica da tecnologia e dos processos de produção em canteiro. Critérios de sustentabilidade e gestão de resíduos em projeto: formação sobre eficiência energética e uso de fontes alternativas, reuso de água, gestão de resíduos (coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos). Projetos de arquitetura: conhecimento de projetos de equipamentos públicos educacionais, administrativos, esportivos, culturais e de saúde. Projeto de estruturas: cálculo estrutural, dimensionamento de estruturas convencionais, conhecimento de sistemas estruturais e suas características, especificações e normas técnicas (concreto, madeira e aço), elaboração de laudos de estrutura. Projeto de fundações: conhecimento dos tipos de fundação e sua melhor adequação ao solo e às superestruturas, conhecimento de laudos de sondagem e de pareceres geotécnicos, projeto de blocos de fundação e baldrame, especificações e normas técnicas. Projeto de instalações hidráulicas: dimensionamento de instalações e demanda de consumo, projeto de hidráulica e de esgotamento sanitário (coleta, tratamento e lançamento). Rede de gases. Projeto de prevenção de combate a incêndio, especificações e normas técnicas. Projeto de Bombeiros. Tecnologia das edificações, urbanas e ambientais e georreferenciais: conhecimento de sistemas construtivos pré-fabricados em concreto, steel-framing, modular em aço, construções industrializadas. Projeto de drenagem. Infraestrutura de urbanização como abertura de vias, abastecimento de água, esgoto sanitário, pavimentação e (especificação e dimensionamento de pavimentos), terraplenagem (corte e aterro, equipamento para transporte, desmonte e compactação de solo), drenagem (macrodrenagem e microdrenagem e seu dimensionamento), rede de distribuição de energia e iluminação pública. Noções de topografia, georeferenciamento, geoprocessamento e sistema cartográfico. Normas técnicas e legislação construtiva: conhecimento de normas técnicas de projetos de engenharia (fundação, estrutura, elétrica, hidráulica, gases), construção, legislação urbana e meio ambiente. Levantamento de quantidades e orçamentação: levantamento e quantificação de serviços e materiais de obras públicas. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais. Memória de cálculo de quantitativos, BDI e encargos sociais em obras. Realização de cronograma físico-financeiro. Curva ABC. PertCOM. Planejamento e acompanhamento de obras: contratos; programação de obras; planejamento de fluxos e instalações do canteiro de obras. Acompanhamento e fiscalização de obras; controle de materiais e de execução de serviços; vistoria e elaboração de pareceres, sistema de gestão da qualidade e segurança. Manutenção Predial: gestão e tipos de manutenção (preditiva, preventiva, corretiva). Desenho técnico e informática: normas da representação técnica de estruturas e instalações. Uso de softwares de projeto auxiliado por computador: AutoCAD, Eberick e Posição (Estação Total). Lei Federal nº 10.257/2001; Decreto Federal nº 12.342/1978. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### ANEXO VI

##### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 008/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

( ) Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 009/2019**

Publicação Nº 1997192

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL N. 009/2019**

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal do SAMAE de Timbó, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações, pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 30 de abril a 16 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo Público Simplificado 009/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO**

Data	Etapas
29/04/2019	Publicação do Edital
30/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
30/04 a 07/05/2019	Isenção da taxa de inscrição
10/05/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
13 e 14/05/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
15/05/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
16/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
20/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
21/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
22 e 23/05/2019	Recursos das inscrições
27/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
28/05/2019	Homologação dos inscritos
28/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
02/06/2019	PROVA OBJETIVA
03/06/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
04 e 05/06/2019	Recursos da prova objetiva
11/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
12/06/2019	Resultado preliminar
13 e 14/06/2019	Recurso do resultado preliminar
18/06/2019	Resultado dos recursos do resultado preliminar
18/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

**1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo Público Simplificado tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito do Poder Executivo Municipal, sob o regime jurídico Administrativo Especial nos termos da Lei 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações.

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Processo Seletivo Público Simplificado, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Processo Seletivo Público Simplificado, será de responsabilidade da Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado designada pelo Prefeito de Timbó através da portaria nº 508 de 31 de outubro de 2017 e alterações.

**2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS**

2.1 Os cargos, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e os salários para o exercício dos cargos estão estabelecidos no anexo I deste edital.

**3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO**

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- nacionalidade brasileira ou equiparada;
- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- idade mínima de dezoito anos;
- aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção médica oficial;

- g) firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- h) na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- i) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- j) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- k) fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

#### 4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Processo Seletivo Público Simplificado iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado.

4.2 Para se inscrever no Processo Seletivo Público Simplificado, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- a) acessar o endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019;
- b) ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- c) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá esperar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Processo Seletivo Público Simplificado.

4.3.1 Depois de paga a taxa de inscrição, o cargo escolhido pelo candidato não poderá ser alterado. Caso o candidato tenha feito a inscrição errada, deverá fazer nova inscrição com o cargo correto e pagar o boleto novamente.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 30 de abril de 2019 até às 23h do dia 16 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Superior	R\$ 100,00
Médio / Técnico	R\$ 80,00
Fundamental Completo	R\$ 40,00
Alfabetizado	R\$ 40,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 20 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.



4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

## 5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005 e Decreto Municipal nº 249/2005 com redação dada pelo Decreto nº 1021, de 14/01/2008.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição em Processo Seletivo Público Simplificado promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó e Autarquias, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 30 de abril de 2019 até dia 07 de maio de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 10 de maio de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, com início às 8h do dia 13 de maio de 2019 e término às 17h do dia 14 de maio de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 15 de maio de 2019, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

## 6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Municipal LC Nº 01/93, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Processo Seletivo Público Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 16 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

## 7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 21 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, no período das 8h do dia 22 de maio de 2019 às 17h do dia 23 de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 27 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

## 8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

## 9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Processo Seletivo Público Simplificado será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos conforme o item 10 do edital.

9.2. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

9.3. A FURB e a Prefeitura Municipal de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
LÍNGUA PORTUGUESA	10	0,20	2,0
CONHECIMENTOS GERAIS	05	0,20	1,0
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	25	0,28	7,0
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40		10,0

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

## 11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 02 de junho de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas matutino será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 28 de maio de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

## 12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

## 13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias da

prova objetiva.

13.5 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário específico.

#### 14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

#### 15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

#### 16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os cadernos de questões com defeito;

b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;

c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da Sala, depois de ouvida a Coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo Público Simplificado. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet ([www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno)).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado. Após este período o material será destruído.

## 17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail [concursopublico@furb.br](mailto:concursopublico@furb.br).

## 18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

## 19 DA SEGURANÇA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Público Simplificado e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Processo Seletivo Público Simplificado.

## 20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivar a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Público Simplificado, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 03 de junho de 2019, no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

## 22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 04 de junho 2019 até às 17h do dia 05 de junho de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, link RECURSO – Gabarito/ Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 11 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura



de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de língua portuguesa;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o Processo Seletivo Público Simplificado.

## 24 RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

24.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 12 e junho de 2019, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019

## 25 DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

25.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Processo Seletivo Público Simplificado poderá interpor recurso no período das 8h do dia 13 de junho de 2019 até às 17h do dia 14 de junho de 2019.

25.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

25.3 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

25.4 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

25.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019, até o dia 18 de junho de 2019.

25.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

25.7 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## 26 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,00 (dez) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

26.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 5,00 (cinco).

26.3. Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

## 27 DO RESULTADO FINAL

27.1 A partir de 18 de junho de 2019 será homologada a classificação final do Processo Seletivo Público Simplificado, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

27.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

27.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

## 28 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA



28.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo Público Simplificado de que trata este Edital.

## 29 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

29.1 O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

## 30 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

30.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

30.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Av. Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó – SC.

30.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

30.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Público Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de TIMBÓ, sendo que a nomeação é de competência do Prefeito, dentro da validade do Processo Seletivo Público Simplificado ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

30.5 A nomeação dos candidatos será feita por Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via telefone, e-mail, WhatsApp ou qualquer outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que o assunto requer, que deverão ser informados pelo candidato no momento de elaborar sua ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço e meios de comunicação (telefone, whatsapp, etc).

30.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido na Lei nº 2.045/98, que estabelece o Regime Jurídico Administrativo Especial para contratações temporárias pela administração.

30.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Timbó.

30.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

30.9 Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Público Simplificado, inclusive os portadores de deficiência, deverão apresentar atestado médico admissional e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

30.10 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo Público Simplificado os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

30.11 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo Público Simplificado, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos do Município de TIMBÓ.

## 31 DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Processo Seletivo Público Simplificado fixadas neste Edital.

31.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

31.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

31.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Processo Seletivo Público Simplificado, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

31.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou

evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno), link Prefeitura de Timbó - Processo Seletivo Público Simplificado - SAMAE - Edital N. 009/2019.

31.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado e FURB.

31.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Processo Seletivo Público Simplificado que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargos, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição

Timbó, 29 de abril de 2019.

WALDEMAR GEBAUER

DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

#### ANEXO I

#### CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO

##### NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar Operacional	44 h/s	CR	Alfabetizado	R\$ 1.043,84
Pedreiro	44h/s	CR	Alfabetizado.	R\$ 1.467,65

##### NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Motorista	44 h/s	CR	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria mínima #C#	R\$ 1.638,29
Agente de Manutenção	44 h/s	CR	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria mínima B.	R\$ 1.467,65

##### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Auxiliar de Serviços Administrativos	35 h/s	CR	Ensino médio completo	R\$ 1.674,99
Fiscal Leiturista	35 h/s	CR	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria mínima AB.	R\$ 1.467,65
Operador de ETA/ETE	44 h/s	CR	Ensino técnico ou superior na área de Química ou Saneamento ou Ambiental e registro no Conselho Regional de Química	R\$ 2.144,95

##### NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Técnico Laboratorista	35 h/s	CR	Ensino Superior completo em Química e inscrição no registro de Classe.	R\$ 2.576,49

\*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016.

#### ANEXO II

#### DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

##### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL

Serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como

serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.

#### **PEDREIRO**

Executar a abertura e fechamento de bocas de lobo, valas, com a remoção e conserto do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; Executar consertos e substituição de tubos, fugar tubos, meio-fio, etc.; Executar instalações de pisos, azulejos e similares, reboco e acabamentos em geral, relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada no almoxarifado; Executar obras municipais; Serviços de alvenaria em geral; Efetuar serviços de pinturas; Efetuar a limpeza e a manutenção dos instrumentos e equipamentos de uso diário; executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### **NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO MOTORISTA**

Serviços gerais de condução/direção de motos, veículos, caminhões, caminhão basculante, carreta para transporte de máquinas e ônibus, etc; Dirigir veículos para condução de servidores nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos; Viajar para localidades fora da sede, para conduzir servidores e usuários de serviços públicos, transportar máquinas e equipamentos; Manutenção, conservação e proteção dos veículos, caminhões ou equipamentos sob sua responsabilidade; Verificar e controlar o nível de óleo do cârter, comparar a ficha de óleo com quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou a troca, conforme o caso; Fazer as verificações rotineiras das condições dos freios, faróis, pisca-piscas, pneus, níveis de água da bateria e do radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigirem especialização; Controlar o nível de combustível pelo hodômetro e providenciar o reabastecimento; Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pelas suas conservações; Anotar no relatório diário de uso de veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas da Autarquia; Transmitir ordens e informações entre locais onde tenham ocorrido avarias nos sistemas; Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida; Participar e executar serviços de plantões nos feriados, finais de semana e noturnos; Executar serviços auxiliares e correlatos ao bom desempenho dos serviços públicos; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

#### **AGENTE DE MANUTENÇÃO**

Fazer instalação de água, registros, hidrantes, ventosas, válvulas e conexões em geral; Executar a abertura e fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; Executar nas dependências da Autarquia, conserto de válvulas torneiras e providenciar a substituição de tubos; Executar ligações domiciliares, ampliação de redes e consertos de redes e consertos de ligações, tanto de água como de esgoto; Efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros das ligações domiciliares; Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada do almoxarifado; Efetuar a limpeza e a manutenção instrumentos e equipamentos de uso diário; Efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes coletoras de água; Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com os critérios da Autarquia; Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento; Participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições do cargo; Fazer coleta de amostras de água para exames de laboratório; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### **NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.); Atendimento ao público e encaminhamento de soluções e alternativas; Assessoramento administrativo aos demais cargos de nível administrativo, técnico ou profissional; Obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados; Digitar textos previamente elaborados, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências; Entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do SAMAE, aos respectivos contribuintes; Organizar e atualizar os fichários ou listagens; Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### **FISCAL LEITURISTA**

Auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de faturas e correspondências; Atender os Usuários; Ler e anotar o consumo registrado nos hidrômetros prediais, observando a rota diária de leitura; Anotar anormalidades constatadas, tais como: alteração de cadastro, hidrômetros parados ou danificados, motivos que impossibilitem a leitura e outros considerados relevantes; Organizar e atualizar os fichários ou listagens de leituras; Renovar fichários ou listagens que se encontrarem com campos esgotados; Entregar contas de serviços, avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse da Autarquia, aos respectivos usuários; Comunicar ao setor competente os vazamentos de rede e ligações, falta de água e as ligações clandestinas, tão logo sejam constatados; Encaminhar o usuário ao escritório da Autarquia, nos casos em que as dúvidas não possam ser sanadas; Auxiliar nos serviços da carteira de Emissão e Controle de Contas, nos períodos de entre-leituras e em dias chuvosos; Encaminhar fichários e/ou listagens preenchidas, ao arquivo desativado, tão logo encerre o exercício; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### **OPERADOR DE ETA/ETE**

Operar equipamentos e dosadores de ETAs/ETEs; Efetuar análises físico-químicas e bacteriológicas; Controlar a pesagem de produtos químicos e preparar soluções químicas; Verificar o funcionamento de equipamentos de ETAs; Constar anormalidades de funcionamento de equipamentos e comunicar à chefia imediata as falhas que não tenha condições de resolver; Preencher formulários de controle inerente às estações de tratamento; Controlar estoques, bem como conferir quantidade e qualidade de produtos químicos entregues pelos fornecedores às ETAs; Executar serviços de conservação e manutenção de ETAs; Atividades descritas em função de componentes, conforme segue: Floculadores mecânicos de eixo vertical ou horizontal - Verificar condições de funcionamento de polias e correias, lubrificar mancais e rolamentos;

Decantadores - Verificar desempenho de acordo com efluentes e características físico-químicas de água; Filtros Rápidos - Controlar tempo de lavagem, com base em perdas de carga de piezômetros; Preencher formulário Boletim de Operação de Filtros; Efetuar lavagem de filtros, escovar manualmente paredes e calhas e fazer desinfecção com hipoclorito de sódio; Cloradores a Gás - Verificar ocorrências de escapamentos de cloro nos aparelhos, cilindros e canalizações, com a utilização de amônia; Verificar o funcionamento de injetores; Regular rotâmetro para obter dosagem adequada; Providenciar troca de cilindros de cloro, quando vazios ou defeituosos; Efetuar limpeza de aparelhos cloradores e de salas de cloração; Preencher formulários de controle de cloro; Verificar existência de danos em aparelhos cloradores; Limpar válvulas redutoras de pressão existentes em entradas de aparelhos cloradores; Revisar bombas de água pressurizadas; Aplicar vaselina em partes metálicas que mostrem princípios de corrosão; Dosadores de Nível Constante - Verificar condições de funcionamento de bóias, válvulas e agulhas; Regular dosagem no dosador; Extintores de Cal - Verificar colocação de peneiras em caixa de saída; Limpar peneiras ao término da jornada de trabalho; Limpar extintores após cada operação, tratando-se de cal virgem ou hidratada; Laboratório - Realiza análises físico-químicas e bacteriológicas; Controlar validade de soluções, considerando normalidades ou percentagens; Verificar periodicamente calibragem de equipamentos eletrônicos e mecânicos, conforme especificações de fabricantes; Preencher relatórios de apoio: trabalhos de rotinas, exames físico-químicos, exames bacteriológicos, controle de horário de consumo de produtos químicos, jar-test e volumes aduzidos de água; Verificar turbidez de água bruta e executar testes de jarros para determinar dosagens ótimas de sulfato de alumínio, quando houver variação na turbidez; Outras Atividades - Manter estações de Tratamento de Água em funcionamento, através de acionamento de conjunto moto-bombas de captação; Atender necessidades de demanda de redes e reservatórios; Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### NÍVEL SUPERIOR TÉCNICO LABORATORISTA

Fazer coleta de material para exames diversificados de laboratório; Realizar análises físico-químicas e exames realizados, registrar resultados e manter cópias arquivadas; Proceder análises físico-químicas e exames bacteriológicos; Documentar análises e exames realizados, registrar resultados e manter cópias arquivadas; Proceder análises físico-químicas e bacteriológicas de amostras de água procedentes de outros órgãos e de particulares; Interpretar resultados de análises, preparar e fornecer laudos e boletins; Proceder esterilização de material em uso; Zelar pela conservação e guarda de materiais e aparelhos de laboratório; Comunicar à chefia imediata as avarias apresentadas nos aparelhos e solicitar reposição de estoque de materiais; Fornecer dados estatísticos de atividades próprias; Manter limpeza e ordem do laboratório; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

#### ANEXO III

##### REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 009/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato (a) \_\_\_\_\_

#### Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 009/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na condição especial abaixo assinalada:

- ( ) Sala para amamentação;
- ( ) Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ( ) Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ( ) Maca;
- ( ) Mesa para cadeirante;
- ( ) Apoio para perna;

- ( ) Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;  
( ) Prova ampliada, tamanho da fonte \_\_\_\_\_;  
( ) Outras:

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

## ANEXO V

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

##### Língua Portuguesa (PARA TODOS OS CARGOS)

Interpretação de textos. Coesão textual. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe. Semântica. Significação das palavras. Novo Acordo Ortográfico. Todos os conteúdos se referem à norma padrão da Língua Portuguesa.

##### Conhecimentos Gerais (PARA TODOS OS CARGOS)

Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, econômicos e políticos do Brasil, Santa Catarina e do município de Timbó. Meio ambiente e desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade: artes visuais, literatura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro, esportes. Direitos sociais e direitos humanos. Cidadania e políticas públicas no Brasil.

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### NÍVEL ALFABETIZADO AUXILIAR OPERACIONAL

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conhecimentos básicos de canteiro de obra. Auxiliar em serviços de instalação elétrica e telefonia. Auxiliar em serviços de encanamentos hidráulicos e outras tubulações. Auxiliar em serviços de marcenaria, pintura e construção. Equipamentos e ferramentas utilizados em construção. Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m2, m3, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### PEDREIRO

Legislação Municipal: Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Execução de trabalhos de alvenaria e concreto. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; normas de segurança; conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de pedreiro. Interpretação de plantas, projetos e croquis; Cálculos básicos de quantidade de materiais a serem utilizados nas construções. Normas básicas e cuidados de segurança do trabalho; Conhecimentos básicos das Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR). Conhecimento básico das unidades de medida como: m2, m3, polegadas e milímetros. Equipamentos de segurança. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO MOTORISTA

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Legislação brasileira de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrica de veículos pesados para transporte de passageiros. Mecânica básica: conhecimentos elementares de mecânica de automóveis, troca e rodízio de rodas; motores, manutenção e eletricidade: regulagem de motor, regulagem e revisão de freios, trocas de bomba d'água, troca e regulagem de tensão nas correias, troca e regulagem da fricção, troca de óleo. Serviços corriqueiros de eletricidade: troca de fusíveis, lâmpadas, acessórios simples. Cortesia com o usuário. Conservação e limpeza do veículo. Noções sobre normas de segurança no trabalho. Regras gerais para circulação de trânsito, os sinais de trânsito, licenciamento de veículos, condutores de veículos. Sinalizações e conceitos. Direção Defensiva: gerenciamento de risco (conceito, via, veículo, condutor, pedestre e situações adversas). Equipamentos Obrigatórios. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

##### AGENTE DE MANUTENÇÃO

Legislação Municipal: Estatuto dos Servidores Públicos - Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. LC 212, de 21.12.2001, Decreto 470, de 30.12.2002. Limpeza, arrumação e higiene em geral. Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. Ferramentas, utensílios e técnicas empregadas na varrição e limpeza de pátios, ruas. Ferramentas, utensílios e técnicas empregadas em pequenos reparos de alvenaria, carpintaria, hidráulica e eletricidade. Noções de mecânica para pequenos reparos de máquinas e motores. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público. Materiais de construção. Noções básicas de construção civil e assentamento de tubulações de água, esgoto e drenagem. Ferramentaria. Sistema métrico linear. Cálculo de área e volume. Sistemas de água e esgoto: princípios básicos. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; conhecimentos da Função; Normas de segurança.

##### NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. LC 212, de 21.12.2001, Decreto 470, de 30.12.2002, Resoluções da Agência



Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR. Comunicação e redação oficial. Conhecimentos sobre administração: organização, sistemas e métodos; relações humanas, comportamento organizacional e trabalho em equipe; orçamento público: princípios orçamentários. Gestão de documentos físicos e digitais. Conhecimento de informática: ferramentas de informática no apoio administrativo; planilhas eletrônicas; internet e transmissão de dados. Conhecimentos matemáticos: Números naturais, inteiros, racionais e reais, operações e problemas; sistema de unidade de medida: comprimento, área, volume, capacidade, tempo; razão e proporção: regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples, desconto simples; média aritmética simples e ponderada. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### FISCAL LEITURISTA

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. LC 212, de 21.12.2001, Decreto 470, de 30.12.2002. Leitura de hidrômetro e registro no coletor; Orientações aos usuários dos serviços de água e esgoto quanto ao cumprimento das Leis e regulamentos, pertinentes aos serviços do SAMAE; Vistorias para instrução de processos e protocolos administrativos e de revisão de contas de competência do Setor e/ou Gerência; Entrega domiciliar de comunicado e/ou aviso impresso de utilidade públicas pertinentes ao SAMAE; Corte e religação d'água. Testes para verificação de vazamentos domiciliares. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### OPERADOR DE ETA/ETE

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. LC 212, de 21.12.2001, Decreto 470, de 30.12.2002, Resoluções da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR. Tratamento de Água de Abastecimento: fontes de água; processos gerais de tratamento; sedimentação simples; Aeração; coagulação; mistura; floculação; flocação; decantação; filtração rápida e lenta. Análises da água. Lavagem dos filtros. Operação de estações de tratamento de água e esgoto, manipulação de compostos químicos-Dosadores de produtos químicos: identificar os dosadores em função dos produtos químicos a serem utilizados. Operar os diversos dosadores de ETA/ETE. Conhecimento de medidas como volume, peso, vazão, etc. Análises físico-químicas: conhecimento das técnicas de análises laboratoriais de rotinas de operador, tais como, pH, turbidez, cloro, cor, flúor, "Jar test", série de sólidos, alcalinidade, temperatura, oxigênio dissolvido (OD). Equipamentos, reagentes e vidraria. Técnicas de diluição para o preparo de produtos químicos; Técnicas de preparo de soluções dos produtos químicos utilizados no tratamento de água e/ou esgoto. Controle de estoque de produto químicos utilizados no tratamento de água e/ou esgoto: formas de armazenamento dos produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor em diferentes estados (sólido, líquido e gasoso), etc.; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETA/ETE: Noções de limpeza e conservação das instalações internas e externas da ETA/ETE. Equipamentos utilizados em ETAs e ETEs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETAs e ETEs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall e macro medidores em geral, etc.). Amostragem, coleta e preservação de amostras, preparação e dissolução de amostras de água e esgoto. Acondicionamento, armazenamento e transporte de amostras. Identificação das unidades de uma ETA e ETE. Monitoramento e operação de ETA/ETE: tipos possíveis de estações de tratamento de água e esgotos. Processos físicos, químicos e biológicos em ETEs e ETAs. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### NÍVEL SUPERIOR TÉCNICO LABORATORISTA

Lei Municipal nº 2.045 de 22 de dezembro de 1998 e alterações. Conceitos Básicos de Química: Química Geral - Propriedades da matéria, reações e equações químicas. Cálculos de fórmulas e estequiométricos. Funções e ligações químicas. Equipamentos de Proteção, áreas de riscos e identificação e técnicas de manuseio de materiais e equipamentos utilizados no laboratório. Preparações de soluções, expressões de concentrações e transformações de unidades. Equilíbrio de solubilidade. Equilíbrio químico. Equilíbrio ácido-base. Química Orgânica - Conceito, classificação, nomenclatura de compostos orgânicos e suas propriedades físicas e químicas. Química Analítica - Conhecimentos sobre os procedimentos de coleta e preservação de amostras para análise. Princípios das análises quantitativas e qualitativas no controle de qualidade de água e esgotos, [pH, cor, turbidez, fluoreto, cloro residual livre, cloreto, ferro, dureza, metais, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, demanda química de oxigênio, sólidos (totais, fixos, voláteis, em suspensão e dissolvidos), nitrogênio (amoniaco e Kjeldahl), fósforo (total e solúvel), detergentes (surfactantes), metais pesados, coliformes (totais e termotolerantes), cianobactérias e cianotoxinas]. Controle de Qualidade de Águas e Esgotos: características físico-químicas e parâmetros de qualidade de água e esgotos. Técnicas e metodologias analíticas aplicadas em laboratórios: Gravimetria, titulometrias, potenciometria, cromatografias, espectrometrias e determinações físico-químicas. Controle metrológico: Validação de métodos analíticos, estatística básica, tipos de erros analíticos e gestão da qualidade em laboratórios de análises. Significado sanitário dos diversos parâmetros de análises. Análises microbiológica: Coleta e conservação de amostras, meios de culturas, ensaios bioquímicos dos principais agentes contaminantes. Parasitas de veiculação hídrica: métodos de identificação e ciclo biológico. Tratamento de Água e Esgotos: Etapas do tratamento de águas: tipos de tratamento e fundamentos teóricos. Coagulação/Floculação, cloração, fluoretação e correção do pH. Redes de distribuição. Etapas do tratamento de esgotos: tipos de tratamento e fundamentos teóricos, características dos efluentes finais, tratamento do lodo do esgoto e disposição de resíduos do tratamento. Legislação específica: controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano. Classificação dos corpos de água. Controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem não industrial. Ensaios de proficiência. Relações humanas no trabalho e ética profissional e no serviço público.

#### ANEXO VI

#### REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) Processo Seletivo Público Simplificado da Prefeitura Municipal de Timbó – Edital N. 009/2019, para o cargo de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº de inscrição \_\_\_\_\_, de acordo com a lei municipal nº 2.275/2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade

credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

( ) Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL À MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2019**

Publicação Nº 1997420

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo:25/2019 Parecer: 23/2019

Matéria: MRPLC 9/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho Conclusão: Favorável

Data: 24/04/2019

Ementa do Projeto: Altera a regra urbanística municipal alusiva à tolerância de instalação de empreendimentos intitulados Indústria/Apoio Industrial até 1000m<sup>2</sup> na Zona Residencial 1, constante da observação "8" do anexo II – Tabela de Usos.

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem retificativa a Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal que visa alterar a regra urbanística municipal alusiva à tolerância de instalação de empreendimentos intitulados Indústria/Apoio Industrial até 1000m<sup>2</sup> na Zona Residencial 1, constante da observação "8" do anexo II – Tabela de Usos.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 15 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 19 de março, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 8 de abril foi protocolizada a Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2019, alterando o texto do projeto anteriormente apresentado, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 9 de abril corrente.

Acompanham o projeto os seguintes documentos: memorando Seplan nº 130/2019, de autoria da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, no qual encaminha a ata da reunião do Conselho da Cidade realizada em 19 de novembro de 2018 (fls. 10); ata da referida reunião do Conselho da Cidade (fls. 11-23); memorando Seplan nº 693/2018, de autoria da Secretaria supra referida e endereçado à Procuradoria do Município, no qual encaminha a ata da reunião ordinária do Conselho da Cidade realizada em 27 de novembro de 2018, a lista de presença e ata da audiência pública realizada em 19 de novembro de 2018, bem como suas cópias (fls. 24-48); cópias da Lei Complementar nº483, de 26 de dezembro de 2016, objeto da presente proposição (fls. 55-96)

No dia 10 de abril os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 12 de abril, os autos do projeto foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

No dia 17 de abril o Vereador Haroldo Fiebes requereu vista dos autos, pelo prazo de 5 dias úteis.

No dia 24 de abril, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Ainda, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, I e XIII é competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre assuntos de interesse local, bem como dispor sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento. razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Poder Executivo para a proposição em análise. Nesse sentido, utiliza-se, para fins de argumentação técnica, a orientação técnica da Assessoria desta Casa (fls.99-100).

De outra banda, por se tratar de proposição visando alterar norma que faz parte do conjunto de leis que compõe o Plano Diretor, a mesma deve seguir os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 10.257/2011, em especial o da participação popular, com a realização de audiências públicas nas quais participem a população e as associações representativas dos vários seguimentos da comunidade (art. 41, inciso I),



bem como a realização de Assembleias do Conselho da Cidade, conforme determina a Resolução n.º 3 de dezembro de 2014. Pelo que se observa dos autos, os requisitos legais para a elaboração do projeto em análise foram devidamente preenchidos, tendo sido realizada a Audiência Pública, prevista no inciso I do art. 41 do Estatuto da Cidade, no dia 19 de novembro de 2018 (conforme folhas 46-48 dos autos) e atas das Assembleias do Conselho da Cidade (documentos de folhas 11-23 e 25-45 dos autos). Sendo assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor, razão pela qual não há óbices à sua tramitação nesta Casa, devendo ser observada a realização de Audiência Pública por parte do Poder Legislativo, nos termos do inciso I do art. 41 do Estatuto da Cidade. Referida audiência deve ser realizada pela Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social, nos termos do art. 61 c/c art. 57, I, a, 1 do Regimento Interno. Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa.

III – CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2019.  
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:  
Vereador Rubens Borchardt  
Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 24 de abril de 2019.  
Rubens Borchardt  
Presidente

Martinho de Souza Filho	Haroldo Fiebes
Relator	Membro

# Três Barras

## PREFEITURA

### ERRATA PUBLICAÇÕES

Publicação Nº 1997637

#### ERRATA

O Prefeito Municipal de Três Barras Estado de Santa Catarina , no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, considerando que a Leis possuem numeração sequencial e que houve equivoco e erro material na numeração da Lei Complementar de nº 215 que "Dispõe sobre a alteração de denominação de cargo em comissão e o transfere de secretaria, e da outras providências. Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25 de abril 2019 – edição nº 2809, promove a seguinte errata da numeração, sem prejuízo do conteúdo e vigência. Assim, na referida publicação,

ONDE SE LÊ:

"LEI COMPLEMENTAR Nº 215/2019"

LEIA-SE:

"LEI COMPLEMENTAR Nº 219/2019"

Luiz Divonsir Shimogui  
Prefeito Municipal

Anderson Stocloski  
Advogado

#### ERRATA

O Prefeito Municipal de Três Barras Estado de Santa Catarina , no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, considerando que a Leis possuem numeração sequencial e que houve equivoco e erro material na numeração da Lei Complementar de nº 216 que "Dispõe sobre a nova redação ao anexo II- Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Intermediário Provimento em Comissão – Grupo: Assessoramento Intermediário - Lei Complementar nº 139/2019. Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 25 de abril 2019 – edição nº 2809, promove a seguinte errata da numeração, sem prejuízo do conteúdo e vigência. Assim, na referida publicação,

ONDE SE LÊ:

"LEI COMPLEMENTAR Nº 216/2019"

LEIA-SE:

"LEI COMPLEMENTAR Nº 220/2019"

Luiz Divonsir Shimogui  
Prefeito Municipal

Anderson Stocloski  
Advogado

**PREGÃO Nº. 10/2019**

Publicação Nº 1998345

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2019.****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019.**Interessados: \* **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Aos 26 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA**, CNPJ nº **13.919.051/0001-63**, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais - PR, cito a RUA TERRA RICA, nº 42, Bairro SAO CRISTOVAO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	BLOCO DE RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL (BLOCOS COM 50X2 VIAS) EM PAPEL COPIATIVO, 1ª VIA FARMACIA (COR BRANCA) 2ª VIA PACIENTE (COR VERDE) 13,5X15,5 CM 1X0 COR.	BLOCO	ALTA DEFINICAO	2.000,00	R\$2,99

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 10/2019 – Procedimento Administrativo nº. 15/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus

2

\_\_\_\_\_  
Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO Nº. 11/2019**

Publicação Nº 1998355



Prefeitura Municipal de Três Barras

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 16/2019.****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019.**Interessados: \* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

Aos 25 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **ALVO CONFECCOES LTDA**, CNPJ nº **07.482.971/0001-64**, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA MARECHAL FLORIANO, nº 64, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Lote 1: LOTE 01					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	Jaqueta Colegial, em helanca, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	300,00	R\$65,00
2	Calça Colegial, em helanca, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	3.000,00	R\$30,00
3	Bermuda Colegial, em helanca, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	300,00	R\$30,00
Lote 2: LOTE 02					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	Japona com capuz confeccionada em tacetel, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	300,00	R\$120,00
Lote 3: LOTE 03					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	Suéter, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	300,00	R\$77,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 02 (dois) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 11/2019 – Procedimento Administrativo nº. 16/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 25 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALVO CONFECCOES LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

Luciane Tomczyk

2

Nilton Avanir Hurmus

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO Nº. 12/2019**

Publicação Nº 1998354

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 17/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO Nº. 12/2019.**

Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**  
\* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**  
\* **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**

Aos 18 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **PAPELARIA SAO BENTO LTDA**, CNPJ nº **07.634.816/0001-16**, com sede e foro na Cidade de São Bento do Sul - SC, cito a ESTRADA CRUZEIRO, nº 386, Bairro CRUZEIRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	FOLHAS FORMATO A3	RESMA	CHAMEX	12,00	R\$31,70
2	CARTUCHO DE TINTA PRETO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET 7100 - REFERENCIA 932 XL COM 22,5 ML	UNIDADE	HP	20,00	R\$165,90
3	CARTUCHO DE TINTA AMARELO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET 7100 - REFERENCIA 933 XL COM 8,5 ML	UNIDADE	HP	12,00	R\$83,90
4	CARTUCHO DE TINTA AZUL ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET 7100 - REFERENCIA 933 XL COM 8,5 ML	UNIDADE	HP	12,00	R\$83,90
5	CARTUCHO DE TINTA MARJENTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET 7100 - REFERENCIA 933 XL COM 8,5 ML	UNIDADE	HP	12,00	R\$83,90
16	CARTUCHO HP 122 CH561HL/CH561HB 2ML PRETO ORIGINAL	UNIDADE	HP	15,00	R\$57,80
17	CARTUCHO HP 122 CH562HL/CH562HB 2ML COLOR ORIGINAL	UNIDADE	HP	15,00	R\$72,68

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 12/2019 – Procedimento Administrativo nº. 17/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.





Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 18 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
PAPELARIA SAO BENTO LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus

2

\_\_\_\_\_  
Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

**PREGÃO Nº. 12/2019**

Publicação Nº 1998350



Prefeitura Municipal de Três Barras

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 17/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO Nº. 12/2019.**

Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**  
\* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**  
\* **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**

Aos 18 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **JL MARTINS INFORMATICA ME**, CNPJ nº **23.186.928/0001-08**, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais - PR, cito a RUA DULCÍDIO ANANIAS PINTO, nº 301, Bairro IPE; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
6	CARTUCHO DE TINTA EPSON T 664120 70 ML PRETO	UNIDADE	EPSON T664120	47,00	R\$60,00
7	CARTUCHO DE TINTA EPSON T 664220AL 70 ML CIANO	UNIDADE	EPSON T664220	47,00	R\$60,00
8	CARTUCHO DE TINTA EPSON T 664320 70 ML MAGENTA	UNIDADE	EPSON T664320	47,00	R\$60,00
9	CARTUCHO DE TINTA EPSON T 664420 70 ML AMARELO	UNIDADE	EPSON T664420	47,00	R\$60,00
18	CARTUCHO HP 21XL C9351CB 16 ML PRETO ORIGINAL	UNIDADE	HP 21 XL	50,00	R\$140,00
19	CARTUCHO HP 22XL C9352CB 17 ML COLOR ORIGINAL	UNIDADE	HP 22 XL	50,00	R\$165,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 12/2019 – Procedimento Administrativo nº. 17/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 18 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
JL MARTINS INFORMATICA ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus

2

\_\_\_\_\_  
Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::



**PREGÃO Nº. 12/2019**

Publicação Nº 1998348



Prefeitura Municipal de Três Barras

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 17/2019.**  
**EDITAL DE PREGÃO Nº. 12/2019.**

Interessado: \* **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**  
\* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**  
\* **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**

Aos 18 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **LEONARDO A VERZA**, CNPJ nº **07.460.912/0002-76**, com sede e foro na Cidade de Porto União - SC, cito a RUA PEDRO MAZURECHEN, nº 133, Bairro SAO PEDRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
10	CARTUCHO IMPRESSORA HP 122 XL CH563HB 8,5 ML PRETO ORIGINAL	UNIDADE	HP	15,00	R\$148,00
11	CARTUCHO IMPRESSORA HP 122 XL CH564HB 7,5 ML COLOR ORIGINAL	UNIDADE	HP	15,00	R\$150,00
12	CARTUCHO EPSON 140 T140120BR 33 ML PRETO COMPATIVEL	UNIDADE	UBJET	15,00	R\$14,10
13	CARTUCHO EPSON 140 T140220AL 15,8 ML CIANO COMPATIVEL	UNIDADE	UBJET	15,00	R\$10,75
14	CARTUCHO EPSON 140 T140320AL 15,8 ML MAGENTA COMPATIVEL	UNIDADE	UBJET	15,00	R\$10,75
15	CARTUCHO EPSON 140 T140420AL 15,8 ML AMARELO COMPATIVEL	UNIDADE	UBJET	15,00	R\$10,75

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 12/2019 – Procedimento Administrativo nº. 17/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 18 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_  
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
LEONARDO A VERZA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1

\_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus

2

\_\_\_\_\_  
Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro  
89490-000 / 47 3623 0121  
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br  
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 040/19

Publicação Nº 1997164

DECRETO 040/19 DE 25 DE ABRIL DE 2019.

RETIFICA O DECRETO 052/2016 QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1848 de 09 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no que se refere aos representantes Governamentais e Não-Governamentais, composta pelos seus membros titulares e suplentes, para cumprirem um mandato de 02 (dois) anos, conforme nominata abaixo descrita:

- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- Secretaria de Administração e Finanças:

Geziel Balcker - Titular

Jessica Franz – Suplente

- Secretaria do Planejamento Urbano:

Elienai da Silva – Titular

Wilson Hobus - Suplente

- Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Elizete Righes – Titular

Clarice schlickmann Petri – Suplente

- REPRESENTANTES NÃO – GOVERNAMENTAIS:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Vilmar da Silva – Titular

Antônio Cuchi – Suplente

- Associação Comunitária dos Agricultores de Ribeirão Kindel

Mariana Pawlowski Nass – Titular

Max Kruger – Suplente

- Associação de moradores do Bairro Liberdade:

Jackson Becker – Titular

Denízio Schwambach – Suplente

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 196/19**

Publicação Nº 1999156

PORTARIA 196/19 DE 29 DE ABRIL DE 2019.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Art. 94, Parágrafo V da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Art. 40, Parágrafo II da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SUELI MARIA DEITOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 05 (cinco) meses de licença Prêmio a que faz jus em abono pecuniário, referente aos períodos aquisitivos compreendidos entre 06/02/2008 a 06/02/2013 (dois meses) e, entre 06/02/2013 a 06/02/2018 (três) meses.

Art. 2º - A Licença Prêmio de que trata o Artigo primeiro, dá-se pela aposentadoria por tempo de serviço do servidor público municipal, concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 28 de abril de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de abril de 2019.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 197/19**

Publicação Nº 1999157

PORTARIA 197/19 DE 29 DE ABRIL DE 2019.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a comunicação da concessão de aposentadoria, enviada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, sob benefício nº 188.564.263-3.

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR do quadro funcional da Prefeitura em função de aposentadoria, a servidora pública municipal Sra. SUELI MARIA DEITOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira, a partir de 28 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 28 de abril de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de abril de 2019.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 03/2019

Publicação Nº 1997137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2019.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 03/2019, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 02/2019, que registrou os preços apresentados pela empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, com fundamento no item 11.2 do edital supra citado, item 3.5 da Ata de Registro de Preços N.º 03/2019 e artigo 14 do Decreto Municipal n.º 206/2007, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 03, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 03/2019, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 02/2019, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
01	Óleo diesel S10	Lt	MAXSUL	3,80

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 26 de abril de 2019.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIR KOFF  
AUTO POSTO FRANKOFF LTDA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli  
CPF 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Giane Smaniotto  
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO N. 37/2019 - PREGÃO N. 22/2019

Publicação Nº 1997411

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 37/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 22/2019
Tipo: Menor Preço/preço por Lote
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGENS DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 10 de maio de 2019.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 10 de maio de 2019.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: <a href="http://www.uniaodoeste.sc.gov.br">www.uniaodoeste.sc.gov.br</a> , ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br">compras@uniaodoeste.sc.gov.br</a>
União do Oeste - SC, 26 de abril de 2019.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

# Urubici

## PREFEITURA

### RESULTADO PROPOSTA TP 001/2019

Publicação N° 1998837

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12/2019

TOMADA DE PREÇO N° 001/2019

RESULTADO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da estrutura metálica de cobertura e piso para pátio poliesportivo da escola Rio Vacariano, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, conforme anexos do edital. EMPRESA VENCEDORA: Base Pré Fabricados Ltda ME. CNPJ 12.859.913/0001-47, foi declarada vencedora do certame, tendo apresentado o valor global, de R\$ 93.430,62 (noventa e três mil quatrocentos e trinta reais e sessenta e dois centavos). Abre-se prazo legal estipulado em lei para recurso. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal.

# Urussanga

## PREFEITURA

### ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2019

Publicação Nº 1997705

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

Errata do EXTRATO DE CONTRATO  
Publicado no DOM SC Nº 2809 de 25/04/2019, Pág. 1282  
Onde se lê:  
CONTRATO: 117/2019

Leia-se:  
CONTRATO: 121/2019

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2019

Publicação Nº 1997940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 117/2019  
DATA DE ASSINATURA: 12/04/2019  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 36/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL  
CNPJ/CPF: 04.572.787/0001-17  
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MASSA ASFÁLTICA, EMULSÃO DE IMPRIMAÇÃO, PINTURA DE LIGAÇÃO, COM SERVIÇO DE APLICAÇÃO E ROLAGEM DA MASSA ASFÁLTICA EM RUAS DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC  
VALOR GLOBAL: R\$ 1.909.659,50

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 126/2019

Publicação N° 1997188

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972 -

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitor de banda de percussão com aulas teóricas e praticas com encontros de no mínimo 2 (duas) vezes por semana, ministradas na sede do município de Vargeão, com no mínimo 28 horas mensais, VALOR: R\$ 16.650,00 (DEZESSEIS MIL SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Dispensa nº 08/2019 e Processo Licitatório 43/2019 e Contrato nº 126/2019

Volmir Felipe

Prefeito Municipal



**Vidal Ramos****PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 01/2019 - FUNDEMA**

Publicação Nº 1997168

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Processo Licitatório nº. 03/2019  
Dispensa de Licitação nº. 01/2019

Processo de Dispensa de Licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA TRATADA E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93.

O Presidente da Comissão de Licitação da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA TRATADA E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93.  
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

O Município de Vidal Ramos necessita Contratação de empresa para fornecimento de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA TRATADA E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, já foi feito um processo licitatório para a aquisição do objeto acima, no primeiro processo nº. 01/2019 Pregão nº. 01/2019 não acudiram interessados ficou deserta, assim sendo fica justificada a dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, V, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dentro desta excepcionalidade, dispõe o art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Ilustrativamente, o Prof. Marçal Justen Filho elenca os quatro requisitos legitimadores para esta contratação direta (art. 24, V)[2], os quais coincidem com aqueles arrolados no Manual do Tribunal de Contas da União[3]:

- Realização de licitação anterior, concluída infrutiferamente;
- Ausência de interessados em participar da licitação anterior, o que provocou a frustração da disputa;
- Risco de prejuízos para a Administração, se o processo licitatório vier a ser repetido;
- Manutenção das condições idênticas àquelas da licitação anterior.

**DO PREÇO**

O valor será de R\$ 12.779,47 (doze mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos). O valor permanece o mesmo que constava no edital de pregão citado acima.

**FUNDAMENTO LEGAL**

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores.

**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: CONTRATADA: DO CREDOR: A PARADA 1 COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ: 31.938.435/0001-05, ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO UDO DEEKE, Nº. 306. GALPÃO A, BAIRRO SANTO DO NORTE, CEP: 89.065-101, BLUMENAU/SC.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Sr. ATENOR JOSÉ LOTÉRIO, Secretário de Obras, todo teor da presente declaração, e para o Prefeito em Exercício senhor Odilmar de Souza para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 26 de abril de 2019.  
Eduardo Thechrin  
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Processo Licitatório nº. 03/2019  
Dispensa de Licitação nº. 01/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA TRATADA E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, com fulcro no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93.

Valor da contratação R\$ 12.779,47 (doze mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

NOME DO CREDOR: A PARADA 1 COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ: 31.938.435/0001-05, ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO UDO DEEKE, Nº. 306. GALPÃO A, BAIRRO SANTO DO NORTE, CEP: 89.065-101, BLUMENAU/SC.

VIDAL RAMOS, 26 de abril de 2019

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito em Exercício

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO 16.429/19

Publicação Nº 1998316

DECRETO Nº 16.429/19, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos – Edital nº 001/19 - FME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado de Títulos;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos – Edital nº 001/19 - FME, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 16.429/19/19

RESULTADO FINAL – EDITAL nº 001/2019 – FME

	Cargo: Profissional de Educação Física - Handebol								
Insc.	Nome	Data Nascim.	Graduação	Especializ.	Mestrado/ Doutorado	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
006	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	24/09/1986	2	0	0	3	0,75	5,75	1
003	PAMELA DE QUEIROZ	27/06/1989	2	0	0	0	3,5	5,5	2
004	GIOVANE PEREIRA	31/12/1982	2	0	0	2,1	0,25	4,35	3
002	ANDRESSA TAYANE LUCIANO	22/03/1996	2	0	0	2,1	0	4,1	4
	Cargo: Profissional de Educação Física - Tênis de Mesa								
Insc.	Nome	Data Nascim.	Graduação	Especializ.	Mestrado/ Doutorado	Cursos/ Congressos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
005	AURELIO TIAGO CORRÊA	19/04/1992	2	0	0	1,5	0,5	4	1
001	ADILSON DE LIMA MILANI	26/03/1993	2	0	0	1,5	0	3,5	2

**DECRETO 16.430/19**

Publicação Nº 1998314

DECRETO Nº 16.430/19, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Designa secretário para responder interinamente pela Secretária Municipal da Fazenda e pela Secretaria Municipal de Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 95, da Lei Complementar nº 129/12;

DECRETA

Art. 1º Fica designado o Secretário Adjunto da Fazenda e Controle, LUIZ CARLOS BONDICZ, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal da Fazenda e Secretário Municipal de Administração, pelo período de 29 de abril de 2019 até 3 de maio de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2019.

Videira, 26 de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 107/19**

Publicação Nº 1998914

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 107/19

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. LETICIA GOMES PIRES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. ANGELITA DE FATIMA GODOI GRIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. ROSIANE FERNANDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. DIENIFER PONTES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. ANA CLAUDIA MORESCO CONTINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. LEANDRA BETTEGA PINTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;

- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 108/19

Publicação N° 1998915

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 108/19  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. IGOR SOUZA MACHADO	AUXILIAR OPERACIONAL
2. LEANDRO MARCELO SCHNEIDER	AUXILIAR OPERACIONAL
3. SILVANO GOMES DE OLIVEIRA	AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA
4. GEOVANE DE LIMA SOLETE	AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA
5. JUCIMAR ALBERTI VALLER	MOTORISTA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 109/19

Publicação N° 1998917

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 109/19  
PROCESSO SELETIVO N° 002/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 002/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARIA CANDIDA DE ALMEIDA RALDI	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 110/19

Publicação Nº 1998919

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 110/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 003/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. CARLA MORO BALDISSERA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO SÉRIES INICIAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

**ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 41/2019 - PMV FRACASSADO**

Publicação Nº 1997372

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 - PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO "MARMITEX" PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA SECRETARIA DE DESENV. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E REALIZAM SUAS ATIVIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, foi encerrada sem vencedores, em razão da incompatibilidade do valor final apresentado pela proponente. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 26 de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3.677/19**

Publicação Nº 1998312

LEI Nº 3.677/19, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Altera a Lei nº 3.653/19 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 3.653/19, no que se refere ao tributo concernente a remissão de créditos tributários concedida a Carlos Alberto Steilein, representado por Leonete de Fátima Steilein, passando a vigorar com a seguinte redação:

CONTRIBUINTE	TRIBUTO	VALOR (R\$)	FULCRO: CTN LEI Nº 5.172/66 c/c CTM LEI Nº 69/85	PROCESSO Nº
Carlos Alberto Steilein, representado por Leonete de Fátima Steilein	IPTU/TSP de 2002 a 2018 e Contribuição de Melhoria de 2001	14.145,33	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	12647/2018

Art. 2º As demais disposições da Lei nº 3.653/19, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 25 de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0465/19**

Publicação Nº 1998300

PORTARIA nº 0465/19

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9602/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ELSON AURI BASTIAN, Operador de Máquinas e Equipamentos para Obras de Pavimentação, a partir de 3 de junho de 2019 até 3 de setembro de 2019, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 3 de junho de 2019;

Videira, 22 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0466/19**

Publicação Nº 1998307

PORTARIA nº 0466/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9601/2019,

### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor MILTO ZANCANELLI, Auxiliar Operacional, a partir de 3 de junho de 2019 até 3 de setembro de 2019, referente ao quinquênio de 11 de setembro de 2008 até 10 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 3 de junho de 2019.

Videira, 22 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0474/19**

Publicação Nº 1998303

PORTARIA nº 0474/19

Declara estável servidora que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9729/2019;

### **RESOLVE**

Art. 1º Declarar estável, a partir de 16 de abril de 2019, a servidora ELIZABETH VIECELI, Médica Ginecologista, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2019.

Videira, 23 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0475/19**

Publicação Nº 1998298

PORTARIA nº 0475/19  
Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 9725/2019;

### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso da Praça do Lazer, no Parque Rio do Peixe, no dia 4 de maio de 2019, no período das 10h00min às 15h00min, por Pladisa Planos de Saúde LTDA, para realização de um "Dia D da Saúde".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0476/19**

Publicação Nº 1998310

PORTARIA nº 0476/19

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 9904/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 276, da Lei Complementar nº 129/12,

### **RESOLVE**

Art. 1º Designar as servidoras, PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO, LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO e CAMILA REGINA ROSTIROLA, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os fatos

referidos no Processo Administrativo nº 9904/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **PORTARIA Nº 0478/19**

Publicação Nº 1998295

PORTARIA nº 0478/19

Revoga a Portaria nº 1014/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1014/18, que designa MILTO ZANCANELLI, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 3 de junho de 2019.

Videira, 25 de abril de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **INPREVID**

## **DISPENSA 004-2019**

Publicação Nº 1998122

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID  
Processo Licitatório Nº 008/2019 - DISPENSA Nº 004/2019

Contratante: INPREVID  
Contratado: SUPERVIZA SUPERMERCADOS EIRELI

Objeto: Material de higiene e limpeza.  
Valor: R\$ 536,06 (quinhentos e trinta e seis reais e seis centavos).

Videira/SC, 24 de abril 2019.  
VILSO VANZ  
Presidente do INPREVID

# Witmarsum

## PREFEITURA

### EXTRATO 18/2019 - LIXO

Publicação Nº 1997158

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 09/05/2019, às 14:15horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUO SÓLIDO NO MUNICÍPIO DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site [www.witmarsum.sc.gov.br](http://www.witmarsum.sc.gov.br) ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 26 de abril de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 662

Publicação Nº 1997847

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 662

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: GILVANIA MARIA DE CARVALHO ARNO, portador (a) da identidade nº 2.079.876 E CPF nº 666.303.399.91, brasileira, casada, professora, residente a Rua Lourenço Cavagnolli, 235 B. Vila Sesamo - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora MELANIA ZULIAN FIORENTIN, com atribuição de função junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme PT RH AJG 398/2013, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: GILVANIA M. C. ARNO  
CPF: 666.303.399.41

#### Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 658**

Publicação Nº 1997828

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 658**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DEBORA FERREIRA, portador (a) da identidade nº 2.877.464 E CPF nº 848.408.119.20, brasileira, casada, professora, residente a Rua Antonio Seraglio, 85 B. Castelo Branco - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (HISTÓRIA) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição ao professor DIONISIO KOHL, designado para desempenhar funções na Sec. Mun. De Educação, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DEBORA FERREIRA  
CPF: 848.408.119.20

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 659**

Publicação Nº 1997834

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 659**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIANE PACHECHNE, portador (a) da identidade nº 6.422.979.6 E CPF nº 925.732.319.68, brasileira, casada, professora, residente a Rua Barão do Rio Branco, 141 Centro - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (CIÊNCIAS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELIANE MULLER, com atribuição de função de Direção de Escola e CEMEI conforme PT RH AM 049/2017, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELI

Empregado: ELIANE PACHECHNE  
CPF: 925.732.319.68

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25



**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 660**

Publicação Nº 1997839

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 660**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: SOLANGE BERLANDA MARINHO DE MELLO, portador (a) da identidade nº 2.076.006.0 E CPF nº 657.487.359.20, brasileira, casada, professora, residente a Rua Apolinário da Silva Neto, 77 B. N. Sra. de Fátima - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (HISTÓRIA) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora CLAIR TEREZINHA RIBEIRO, com atribuição de função de Direção de Escola e CEMEI, conforme PT RH AM 049/2017, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: SOLANGE B. M. DE MELLO  
CPF: 657.487.359.20

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 661**

Publicação Nº 1997843

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 661**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ARIANI TURELLA JAVORNIK, portador (a) da identidade nº 6.046.010 E CPF nº 059.764.519.18, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Pará, 1035 B. Colatto - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora MELANIA ZULIAN FIORENTIN, com atribuição de função junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme PT RH AJG 398/2013, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ARIANI TURELLA JAVORNIK  
CPF: 059.764.519.18

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 663**

Publicação Nº 1997854

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 663**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: JESSICA DALLA CORTE, portador (a) da identidade nº 5.211.034 E CPF nº 075.642.599.90, brasileira, solteira, professora, residente a Rua Tancredo Neves, 237 B. João Winckler - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELISIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, com atribuição de função junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme PT RH AJG 294/2014, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: JÉSSICA DALLA CORTE  
CPF: 075.642.599.90

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 664**

Publicação Nº 1997860

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 664**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DEYVID WILTON DE OLIVEIRA, portador (a) da identidade nº 3.979.775 E CPF nº 041.578.089.67, brasileiro, União estável, professor, residente a Rua Barão do Rio Branco, 68 Centro - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELISIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, com atribuição de função junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme PT RH AJG 294/2014, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DEYVID WILTON DE OLIVEIRA  
CPF: 041.578.089.67

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 665**

Publicação Nº 1997865

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 665**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: NEIVA DE SAIBRO PINTO, portador (a) da identidade nº 3.647.804 E CPF nº 024.652.039.67, brasileiro, casada, professor, residente a Rua Campos de Palmas, 327 B. Vila Sésamo - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, atendendo a solicitação da Secretaria de Educação para uma vaga transitória, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: NEIVA DE SAIBRO PINTO  
CPF: 024.652.039.67

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 666**

Publicação Nº 1997866

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 666**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado,

nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CARLA KOHL CAMARGO, portador (a) da identidade nº 5.626.667 E CPF nº 094.479.129.82, brasileiro (a), solteira, professor, residente a Rua Mal. Deodoro , 1126 B. Colato - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (ARTES) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais. A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ZILDA DEBASTIANI, readaptada conforme Ordem de Serviço Médica, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere	Empregado: CARLA KOHL CAMARGO
JADER ADRIEL DANIELLI	CPF: 094.479.129.82

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin	Regina Amalia Gallon Tonial
CPF:460.566.619.20	CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 667**

Publicação Nº 1997870

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 667**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.



2) EMPREGADO: ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, portador (a) da identidade nº 4.757.438 E CPF nº 707.652.609.30, brasileiro, casada, professor, residente a Rua Aldérico Piccini, 58 B. Vila Sésamo - XANXERE - SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELISE ROSANE ENGERS TOFOLO, designada para desempenhar funções junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme PT RH AM 328/2018, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo;

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxere  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ANGELA M.D. FIORENTIN  
CPF: 707.652.609.30

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 668**

Publicação Nº 1997873

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 668**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: BERNADETE SALES MENDES, portador (a) da identidade nº 2.135.155 E CPF nº 625.003.769.15, brasileiro, casada, professor, residente a Rua Nereu Ramos, 961 Apto 203 Centro - XANXERE – SC.



**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SIMONE TOZZO BORDIN, em atribuição de direção de EMEB conforme PT RH AM 520/2018, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III – Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: BERNADETE SALES MENDES  
CPF: 625.003.769.15

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF: 460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 669**

Publicação Nº 1997875

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 669**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CRISTIANE APARECIDA DA LUZ SUTIL, portador (a) da identidade nº 3.867.106 E CPF nº 022.376.169.90, brasileiro, casada, professor, residente a Rua Santos Dumont, 949 B. Veneza - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora EUNICE BERNADETE TODESCHINI, readaptada conforme Ordem de Serviço Médica, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: CRISTIANE AP. DA LUZ SUTIL  
CPF: 022.376.169.90

**Testemunhas:**

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 670**

Publicação Nº 1997879

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 670**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DAIANE CANTONI DE QUADROS, portador (a) da identidade nº 4.244.403.9 E CPF nº 008.591.709.50, brasileiro, casada, professor, residente a Rua Libero Badaró, 342 B. Vista Alegre - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta

obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora MARISA DE FATIMA LINS MARTINS ARMENIO, em atribuição de Direção de Escola e SEMEI conforme PT RH AM 211/2017, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo;

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

**CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:**

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos**

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DAIANE CANTONI DE QUADROS  
CPF: 008.591.709.50

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

**CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 671**

Publicação Nº 1997882

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 671**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: DAIANE PRISCILA FROZZA, portador (a) da identidade nº 5.458.801.4 E CPF nº 070.688.669.05, brasileiro, solteira, professor, residente a Rua Linha Serrinha, Interior - XANXERE – SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:**

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:**

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora VERA LUCIA CORREA, nomeada para exercer a função de Diretora de Ações Educacionais conforme DC AM 124/2017, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III –Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: DAIANE PRISCILA FROZZA  
CPF: 070.688.669.05

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Toniai  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 672

Publicação Nº 1997886

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 672

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CILIANE FLORINDA PEREIRA, portador (a) da identidade nº 5.447.902 E CPF nº 072.947.149.75, brasileiro, solteira, professor, residente a Rua Irineu Bornhausen, 399 B. São Cristóvão - FAXINAL DOS GUEDES – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1, (SERIES INICIAIS) – 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (Um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SANDRA KOHL FAGANELLO, nomeada para exercer a função de Direção de Escola conforme PT RH 023/2019, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III -Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: CILIANE FLORINDA PEREIRA  
CPF: 072.947.149.75

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 673

Publicação Nº 1997890

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 673

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIZANDRA CAMARGO BONISSONI, portador (a) da identidade nº 3.185.492 E CPF nº 019.467.569.62, brasileiro (a), casado (a), professor (a), residente a Rua Arthur Dambroso, 117 Centro - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( ED. INFANTIL) - 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 3.003,64 (três mil e três reais e sessenta e quatro centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em cumprimento a Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público, iniciando em 08 de abril de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:



I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo;  
II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;  
III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 08 (oito) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 08 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê JADER ADRIEL DANIELLI	Empregado: ELIZANDRA C. BONISSONI CPF: 019.467.569.62
--	--

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin CPF:460.566.619.20	Regina Amalia Gallon Tonial CPF: 705.381.409-25
--	--

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 674

Publicação Nº 1997895

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 674

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: LUCIANA PATRICIA HEBEL BORDIGNON, portador (a) da identidade nº 6.117.008 E CPF nº 007.710.610.56, brasileiro (a), casado (a), professor (a), residente a Rua Ouro Preto, 680 Apto 304 A B. Tonial - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ELISE ROSANE ENGERS TOFOLO, designada para desempenhar funções junto a Secretaria Municipal de Educação, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo;  
II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;  
III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil,

de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: LUCIANA P. HEBEL BORDIGNON  
CPF: 007.710.610.56

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 675

Publicação Nº 1997899

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 675

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: CARLA CRISTIANE RIBEIRO, portador (a) da identidade nº 3.670.585 E CPF nº 023.120.369.16, brasileiro (a), solteiro (a), professor (a), residente a Rua Octaviano C. Porto – C. Militar – B. São Jorge - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora ANGELICA MATTANA SCHEIBEL, com redução de carga horária conforme PT RH AM 421/2018, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:



A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: CARLA CRISTIANE RIBEIRO  
CPF: 023.120.369.16

#### Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF: 460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 676

Publicação Nº 1997908

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 676

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIENE CARVALHO SANTOS BORBUREMA, portador (a) da identidade nº 0876.9717.37 E CPF nº 350.649.605.06, brasileiro (a), casado (a), professor (a), residente a Rua Antonio V. Giordani, 34 Apto 08 Centro - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora SEDENIR MARIA BORCHERS TORIANI, com redução de carga horária conforme PT RH AM 559/2018, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê JADER ADRIEL DANIELLI	Empregado: ELIENE C.S. BORBUREMA CPF:350.649.605.06
--	--

#### Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin CPF:460.566.619.20	Regina Amalia Gallon Tonial CPF: 705.381.409-25
--	--

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 677

Publicação Nº 1997914

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 677

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ISABEL VASEAK CHISTÉ, portador (a) da identidade nº 2.723.481 E CPF nº 933.642.889.68, brasileiro (a), casado (a), professor (a), residente a Rua Gonçalves Ledo, 220 B. Vista Alegre - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora JOSIANE ELZA CAVAGNOLI MACHADO, em atribuição de direção de CEMEI conforme PT Nº 018/2019, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as

necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: ISABEL VASEAK CHISTÉ  
CPF: 933.642.889.68

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF: 460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 678

Publicação Nº 1997919

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 678

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: ELIZANDRA APARECIDA DE ASSUNÇÃO, portador (a) da identidade nº 3.895.571 E CPF nº 007.971.539.77, brasileiro (a), divorciado (a), professor (a), residente a Linha Pesqueiro São Pedro, Interior - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora CLEUNICE APARECIDA ALVES CAMARGO, em atribuição de Direção de Escola e CEMEI conforme PT RH AM 049/2017, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê JADER ADRIEL DANIELLI	Empregado: ELIZANDRA AP. DE ASSUNÇÃO CPF: 007.971.539.77
--	---

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin CPF: 460.566.619.20	Regina Amalia Gallon Toniai CPF: 705.381.409-25
---	--

## CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 679

Publicação Nº 1997922

### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 679

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos da Lei 5859/72, Lei 5452/43 e Lei Municipal n. 3402/11, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, endereçada a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

2) EMPREGADO: KEROLYN DE OLIVEIRA MARTINS, portador (a) da identidade nº 5.873.456 E CPF nº 077.718.769.86, brasileiro (a), divorciado (a), professor (a), residente a Rua Anildo Hensel, 118 B. Castelo Branco - XANXERE – SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR, conforme – Processo Seletivo – Edital nº 0013/2018, inscrições realizadas no período de 19/10/2018 a 05/11/2018, homologado pelo Decreto nº AM 217/2018.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretária de Educação e Diretor (a) da respectiva da Unidade Escolar que estiver lotado (a).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de PROFESSOR 1 – ( SÉRIES INICIAIS) - 20 HORAS, com salário mensal de R\$ 1.496,72 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos) por mês, sem vantagens adicionais.

A contratação é por prazo determinado, em substituição a professora EUNICE TODESCHINI, readaptada conforme Ordem de Serviço Médica, iniciando em 04 de fevereiro de 2019, até 20 de dezembro de 2019, ou podendo ser rescindido a qualquer momento conforme interesse Público.

Considerando o Art. 2º da Lei Municipal nº BLB 3402/11 em sua redação como necessidade temporária de excepcional de interesse Público as contratações que visem a:

I – Substituição de servidor efetivo, afastado de suas funções, por qualquer motivo:

II – Atender situações de emergência ou de calamidade pública;

III - Garantir, na falta de professores efetivos, a continuidade das aulas nas unidades do Município ou municipalizadas, de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de outras atividades educacionais.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta feira, perfazendo um total de 20 (vinte) horas semanais.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou

culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 04 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: KEROLYN DE OLIVEIRA MARTINS  
CPF: 077.718.769.36

Testemunhas:

Melania Zulian Fiorentin  
CPF:460.566.619.20

Regina Amalia Gallon Tonial  
CPF: 705.381.409-25

### CONVOCAÇÃO REF. EDITAL 013/2018

Publicação Nº 1997667

QUADRO DE VAGAS PARA ESCOLHAS DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2019  
REF. EDITAL 013/2018

DATA DA ESCOLHA	LOCAL	TURMA	TURNO	CARGO
29/04/2019	VOLANTE			Professor 1 – Séries iniciais - 20 horas
29/04/2019	VOLANTE			Professor 1, Ed. Infantil – 40 horas
29/04/2019	VOLANTE			Professor 1, Ed. Infantil – 40 horas

A escolha ocorrerá às 08:00 h no sala de licitações da Prefeitura.

O candidato inscrito que for chamado e não estiver presente, será considerado desistente.

### CONVOCAÇÃO SELETIVO REF. EDITAL 05/2019

Publicação Nº 1997662

QUADRO DE VAGAS PARA ESCOLHAS DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2019  
REF. EDITAL 05/2019

DATA DA ESCOLHA	LOCAL	TURMA	TURNO	CARGO
29/04/2019	EMEB Vista Alegre, e Cruz e Souza		MATUTINO	Professor 1, Ingles – 20 horas
29/04/2019	DIVERSOS LOCAIS		MATUTINO E VESPERT.	Professor 1, Artes – 20 horas
29/04/2019	DIVERSOS LOCAIS		MATUTINO E VESPERT.	Professor 1, Artes,- 20 horas

A escolha ocorrerá às 08:00 h no sala de licitações da Prefeitura.

O candidato inscrito que for chamado e não estiver presente, será considerado desistente.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0058/2019

Publicação Nº 1997526

Extrato de Contrato nº 0058/2019

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: EBC CONSTRUTORA LTDA EPP

Objeto: Obras de Reforma e Recuperação da edificação do antigo CAPS, Bairro Tonial, no Município de Xanxerê-SC conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento e Projetos anexos ao presente.

Valor Total: R\$ 71.479,78

Prazo: 31/12/2019.

Xanxerê-SC, 26 de abril de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito de Xanxerê.

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA PL 023/2019 PMXV

Publicação Nº 1997274

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de empresas para a outorga de permissão de uso das instalações do Ginásio Municipal de Esportes de Linha das Palmeiras, para fins de direito de exploração de horários para práticas desportivas, quando os mesmos não estiverem sendo utilizados pelas escolinhas esportivas e campeonatos municipais, e direito à exploração para venda de bebidas e alimentos, nos termos da legislação sanitária vigente, conforme descrição constante no anexo "E" deste edital.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 279/2019, sob a Presidência do Sr. Cleidir E. Kemmrich e membros a Sra. Maira Lúcia Altenhofen e suplente Sra. Izilde J. P. Fazolo, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as seguintes empresas: CACILDO CHOINOSKI 03783754909 representada pelo Senhor CACILDO CHOINOSKI, ANGELA MARIA NARDINO 07232016921 representada pela senhora ANGELA MARIA NARDINO. Sendo que estas licitantes CACILDO CHOINOSKI 03783754909 e ANGELA MARIA NARDINO 07232016921 comprovaram o enquadramento como ME e EPP, podendo assim usufruir dos benefícios previstos pela Lei nº 123/06. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representantes presentes, o Envelope 01 – Documentação e o Envelope 02 – Proposta da licitante, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes presentes. As empresas CACILDO CHOINOSKI 03783754909 e ANGELA MARIA NARDINO 07232016921 atenderam adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 5 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foram julgadas habilitadas. As empresas CACILDO CHOINOSKI 03783754909 representada pelo Senhor CACILDO CHOINOSKI, ANGELA MARIA NARDINO 07232016921 representada pela senhora ANGELA MARIA NARDINO renunciaram por escrito do recurso pertinente a fase de habilitação. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta de Preço das licitantes habilitadas, os quais foram conferidos com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, constatando-se que as licitantes atenderam às exigências formais relativas à proposta, constantes do item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. A licitante ANGELA MARIA NARDINO 07232016921 sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o preço total de R\$ 456,00 (Quatrocentos e Cinquenta e seis) reais mensais. Em segundo lugar ficou a licitante CACILDO CHOINOSKI 03783754909 com o preço total de R\$ 305,00 (Trezentos e cinco) reais mensais. Quanto ao preço cotado pela licitante vencedora, verificou-se que o valor ficou dentro do valor mínimo mensal estipulado no subitem 9.1 do Edital. O Presidente convocou os representantes presentes para expressar verbalmente ao prazo de recurso referente à fase de proposta, onde renunciaram. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações e representantes presentes, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR E. KEMMRICH Presidente da Comissão Permanente de Licitações	MAIRA LÚCIA ALTENHOFEN Membro da Equipe de Apoio
IZILDE J. P. FAZOLO Suplente da Equipe de Apoio	
CACILDO CHOINOSKI CACILDO CHOINOSKI 03783754909	ANGELA MARIA NARDINO ANGELA MARIA NARDINO 07232016921

### ATA PL 032/2019 PMXV

Publicação Nº 1997967

#### ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 032/2019 – Pregão Presencial nº 024/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a cessão de licenciamento de uso de Sistema de Gestão Educacional, conforme especificações constantes no Anexo "C" e "E" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/141038>



Xavantina, 26 de abril de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH  
Equipe de Apoio: MAIRA LUCIA ALTENHOFEN  
CLANCELISE B. DALL BELLO

## **PORTARIA Nº080/2019**

Publicação Nº 1997651

PORTARIA Nº 080, DE 23 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias remanescentes a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, Considerando a Portaria nº 005/2018, que concedeu 30 (trinta) dias de férias; Considerando a Portaria nº 016/2018, que interrompeu parcialmente as férias concedidas e, considerando que restam dias de férias remanescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de férias remanescentes a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal CAMILA BEDIN, ocupante do cargo de Diretor(a) do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 23 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## **PORTARIA Nº081/2019**

Publicação Nº 1997656

PORTARIA Nº 081, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias a servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal CAMILA BEDIN, ocupante do cargo de Diretor(a) do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 09/01/2018 a 08/01/2019, com período de gozo de 29/04/2019 a 18/05/2019, sendo 1/3 convertido em abono pecuniário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 25 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## **PORTARIA Nº082/2019**

Publicação Nº 1997660

PORTARIA Nº 082, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias a servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal CLAUDI BABINSKI, ocupante do cargo de Chefe do Gabinete do Prefeito do Quadro de Pessoal de provimento em comissão do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, com período de gozo de 02/05/2019 a 31/05/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 25 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).



JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº083/2019**

Publicação Nº 1997661

PORTARIA Nº 083, DE 25 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias Conselheiro(a) Tutelar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 71, II da Lei Municipal nº 1683/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Sr(a). LUCAS WUICK, ocupante do cargo de Conselheiro(a) Tutelar, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, com período de gozo de 02/05/2019 a 31/05/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 25 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA Nº084/2019**

Publicação Nº 1998016

PORTARIA Nº 084, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Nomeia membros para composição da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária - JARVIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 708/1998;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros para composição da Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária – JARVIS, a saber:

a) Titulares: Lucas Caon, Dirceu Ravadelli e Patricia Moraes de Sousa;

b) Suplentes: Vagner Rodrigo Grolle, Analice Marostica Zancanaro e Monica Carpi da Silveira;

Art. 2º A investidura dos membros se dá sem ônus de remuneração e é considerado de relevante interesse social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 25 de Abril de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0027/2019

Publicação Nº 1998328

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0027/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

Objeto: o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas pelo CONTRATADO na prestação de serviços de supressão de vegetação nativa em área urbana.

Vigência: 24 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019

Valor total: R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais).

Dotação orçamentária: 3.3.93.39.99.00.00.00 - 70/2019

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 0048/2019, Dispensa de Licitação Nº. 0019/2019

Xaxim-SC, 24 de abril de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**Zortéa****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0026/2019**

Publicação Nº 1998057

Processo Licitatório Nº 0043/2019  
Dispensa de Licitação Nº 0026/2019

**RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Administração e Finanças do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação emergencial, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa GEORGE ALMEIDA ME, no valor total de R\$ 8.480,00 (oito mil quatrocentos e oitenta reais) para contratação de empresa especializada para realizar os procedimentos necessários de planejamento, elaboração, divulgação na internet, execução, realização de provas e divulgação de todas as etapas de processo seletivo de caráter temporário e concurso público para o município de Zortéa.

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 26 de Abril de 2019.  
Alcides Mantovani  
Prefeito de Zortéa

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2019.**

Publicação Nº 1997269

**Resolução CMAS Nº 002/2019**

Dispõe sobre Análise da Prestação de Contas – ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica/Investimento, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Zortéa do ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal nº 487, de 09 abril de 2014, e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 25 de abril de 2019.

**CONSIDERANDO**

- a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a política Nacional da Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica/2005 e 2012, que apresentam como diretrizes a descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os município e comando único em cada esfera de governo;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião Plenária Ordinária em 25 de abril de 2019, Conforme Ata do CMAS nº 066/2019.

**RESOLVE**

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica – Conta Investimento; Agência.0644-0, Conta: 46.202-0, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Zortéa do ano de 2019.

DESCRIÇÃO	VALOR
Recursos reprogramados de exercícios anteriores da seguinte Conta Proteção Social Básica/Investimento	R\$ 12.126,39
Valores recebidos no exercício 2018 Conta Proteção Social Básica/Investimento	R\$ 27.796,38
Valores de Rendimentos	R\$ 226,83
Valores efetivamente executados no exercício	R\$ 9.851,19
Saldo Recolhido (Devolvido) para o FEAS	R\$ 0,00
Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R\$ 30.298,41

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de Abril de 2019.  
Neori Luiz Cimadon  
Presidente do CMAS/Zortéa-SC

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 003/2019.**

Publicação Nº 1997267

**Resolução CMAS Nº 003/2019**

Dispõe sobre Análise da Prestação de Contas – ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica/Custeio, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Zortéa do ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal nº 487, de 09 abril de 2014, e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada em 25 de Abril de 2019.

**CONSIDERANDO**

- a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a política Nacional da Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica/2005 e 2012, que apresentam como diretrizes a descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os município e comando único em cada esfera de governo;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião Plenária Ordinária em 25 de Abril de 2019, Conforme Ata do CMAS nº 066/2019.

**RESOLVE**

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica – Conta Custeio; Agência 0644-0 e Conta 42.391-2, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Zortéa do ano de 2018.

DESCRIÇÃO	VALOR
Recursos reprogramados de exercícios anteriores da seguinte Conta Proteção Social Básica/Custeio	R\$ 21.063,44
Valores recebidos no exercício 2018 Conta Proteção Social Básica/Custeio	R\$ 4.291,55
Valores de rendimentos	R\$ 305,97
Valores efetivamente executados no exercício	R\$ 23.916.45
Saldo a ser recolhido ao FEAS	R\$ 0.00
Restos a Pagar	R\$ 942.00
Saldo a reprogramar para o exercício seguinte	R\$ 1.744.51

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 25 de Abril de 2019.

Neori Luiz Cimadon

PRESIDENTE DO CMAS/ZORTÉA-SC

# Associações

## AMESC

### RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 1997166

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Colaboradores no âmbito da AMESC.

O Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, aprovou, e eu promulgo a seguinte, RESOLUÇÃO:

CONSIDERANDO o ato emanado da Diretoria Executiva – AMESC em conformidade com atribuições Art. 28, Inciso XIII do Estatuto Social da AMESC.

CONSIDERANDO a falta de ato regulador sobre o assunto, assim sendo com base no que trata o Art. 55 do Estatuto Social da AMESC e o tópico levantado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2019 em consonância com edital de Convocação Nº 001/2019 Item “a”;

CONSIDERANDO aprovação em conformidade com ata Nº 002/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam reajustados os vencimentos para o exercício de 2019 ao índice acumulado nos último 12 meses do INPC de competência de 03/2018 a 02/2019 no percentual 3,9403% (Três inteiros e Nove mil, Quatrocentos e Três décimos de milésimo por cento).

Art. 2º - Tendo como efeito reajustado retroativo da competência de Março de 2019. A todos os colaboradores que tiveram atividade laboral durante o período de aquisição.

Art. 3º - Fica revogado dispositivos em contrário.

Araranguá, 29 de março de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito de Maracajá

Presidente da AMESC

## AMMVI

### TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO - OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE

Publicação Nº 1998031

TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO

I - A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada por seu Diretor Executivo, doravante denominada AMMVI;

II - OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.572.365/0001-32, com endereço na Rua Avenida Cônsul Carlos Renaux ,nº56 sala 1004, Bairro Centro, CEP 88350-002, na cidade de Brusque/SC, neste ato representada por seu presidente, Pedro Afonso Hoffmann, e-mail brusque@osbrasil.org.br , doravante designada simplesmente PARCEIRA.

CONSIDERANDO, que a AMMVI tem por finalidade a representatividade de interesses de seus associados, inclusive mediante a negociação de convênios e parcerias com instituições de diversos segmentos;

CONSIDERANDO, que este instrumento visa a regulamentação do Programa Observador Social Mirim de Educação Fiscal e Cidadania, para sua implementação aos municípios associados da AMMVI, concedendo-lhes a transferência de conhecimento técnico da PARCEIRA;

CONSIDERANDO, que a empresa PARCEIRA será beneficiada pela visibilidade do projeto, possibilitando o estreitamento de seu relacionamento com os associados da AMMVI e, conseqüentemente, refletindo no crescimento dos seus serviços;

Pelo presente TERMO DE PARCERIA, as partes acima identificadas resolvem, de comum acordo, estabelecer instrumento particular, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Visa o presente instrumento estabelecer a parceria e a cooperação entre as partes com vistas a realizar ações conjuntas ligadas a Aplicação do Programa Observador Social Mirim de Educação Fiscal e Cidadania nas Escolas da Rede Municipal dos 14 municípios associados a AMMVI, em parceria com os Observatórios Sociais da Região do Médio Vale do Itajaí, Entidades Empresariais e Prefeituras Municipais através das Secretarias Municipais de Educação e Controladorias Internas.

Objetivo principal do projeto é disseminar o Programa nas escolas do Médio Vale do Itajaí, com foco nos alunos de 4º e/ou 5º ano do ensino fundamental. O Programa será de apoio pedagógico e complemento educacional, e tem como principais objetivos:

- ☐ Instigar a motivação de valores relacionados à responsabilidade individual e coletiva em relação à importância social dos tributos como instrumento para a construção de uma sociedade mais justa;
- ☐ Combate e prevenção à corrupção;
- ☐ Reforçar atitudes individuais corretas;
- ☐ Promover a cidadania;
- ☐ Enfatizar a transparência;
- ☐ Despertar a responsabilidade social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Caberá ao Observatório Social de Brusque, em decorrência de seu conhecimento e “expertise” na aplicação do Programa Observador Social Mirim de Educação Fiscal e Cidadania, cooperar e corroborar com a AMMVI e demais parceiros na disseminação e aplicação do Programa nos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

II – Caberá a AMMVI, em decorrência do conhecimento transferido, a responsabilidade pela disseminação e aplicação do Programa Observador Social Mirim de Educação Fiscal e Cidadania nos municípios do Médio Vale do Itajaí, e envidar esforços para alcançar os objetivos do programa na referida região, visando colaborar e disseminar o Programa a seus associados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

Para a execução do objeto deste termo de parceria e cooperação fica estabelecido o custeio das cartilhas, certificados pela AMMVI.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a sua aprovação pela AMMVI, e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente Contrato de Parceria e Cooperação poderá ser alterado mediante termo aditivo competente, assim como poderá ser rescindindo em comum acordo entre as partes ou unilateralmente a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem que caiba qualquer direito de indenização na hipótese de uma das partes: (i) entrar em liquidação judicial ou extrajudicial, tiver requerido a falência ou requerer concordata; ou (ii) infringir qualquer cláusula deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará por prazo indeterminado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os conflitos, as dúvidas e os casos omissos oriundos deste instrumento serão resolvidos, administrativamente, entre as partes.

6.2 - A AMMVI providenciará a publicação do extrato do contrato no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios, conforme previsto no artigo 18 da resolução 12/16.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau (SC), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de parceria e cooperação, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brusque, SC, 26 de abril de 2019.

AMMVI José Rafael Correa	OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BRUSQUE Pedro Afonso Hoffmann – Presidente
-----------------------------	--

**FECAM****ATA Nº 001/2019 - REUNIÃO CONSELHO EXECUTIVO**

Publicação Nº 1998043

ATA nº 01/2019 – Da Reunião do Conselho Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Aos treze dias do mês de março do ano 2019 estiveram reunidos na sala de reuniões da FECAM, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os senhores prefeitos municipais membros do Conselho Executivo da FECAM, atendendo ao Edital de Convocação nº 01/2019, para a reunião do Conselho Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com a seguinte ordem do dia: 1. Posição sobre políticas regionalização; 2. Formação do Congresso de Prefeitos 2019; 3. Modelo de relacionamento com EGEM 2019 – programa de capacitação da FECAM; 4. Relatório sobre organização da FECAM: organograma e portfólio de projetos; 5. Assuntos administrativos: gestão de contratos, informações sobre finanças, processo seletivo e contratação de pessoal; 6. Proposta de alteração estatutária da FECAM; 7. Agendas de reuniões do Conselho Executivo em 2019; 8. Assuntos diversos. Estiveram presentes o Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Sr. Joares Carlos Ponticelli; 3º Vice-Presidente e Prefeito de Itapiranga, Sr. Jorge Welter; o 1º Secretário e Prefeito de Pomerode, Ércio Kriek; o 2º Secretário de Prefeito de Mafra, Wellington Roberto Bieleki; o Diretor Jurídico do Municípios de Itapoá, Sr. Leandro Machado da Silva, neste ato representando o 2º Vice-Presidente da FECAM e Prefeito de Itapoá, Sr. Marlon Roberto Neuber, conforme ofício anexo; Diretor Executivo da FECAM, Sr. Rui Braun; Coordenadora do Eixo 1 da FECAM – Fortalecimento Político-Institucional, Sra. Dayna Maressa Pamato; Coordenador do Eixo 2 – Cidades Inteligentes e Gestão Eficiente e Eixo 4 – Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da FECAM, Alison Fiuza; Coordenadora da Assistência Jurídica da FECAM, Juliana Plácido; e Secretária Executiva da FECAM, Cristiane Farias. O Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Joares Carlos Ponticelli, agradeceu a presença de todos e passou alguns informes aos prefeitos presentes, dizendo que houve uma reunião no dia de hoje, às 13h, da Comissão de Assuntos Municipais da ALESC, na qual contou com a presença da FECAM, Prefeitos e da diretora de atividades especiais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, Monique Portella, para tratar sobre a “extinção de municípios em Santa Catarina”. A representante do TCE/SC, Sra. Monique Portella, esclareceu que a pauta veio de um estudo realizado em 2017 pela área técnica do Tribunal e que analisa apenas a viabilidade econômico-financeira em 105 municípios catarinenses, com menos de 5 mil habitantes, emancipados após a Constituição de 1988. Enfatizou que o intuito do estudo não era identificar e definir quais municípios devem ser extintos – fato veiculado nas mídias –, pois para tal é necessário considerar outras variáveis, como, aspectos de vértice social e cultural. O Presidente Joares Ponticelli ressaltou que é fato que alguns municípios não tem sustentabilidade financeira, dependendo quase que inteiramente das transferências advindas do Estado e União, e salientou que é necessário que todos os municípios comecem a discutir políticas de aumento da arrecadação, como mecanismos de revisão do IPTU e atualização da planta genérica de valores. O 3º Vice-Presidente da FECAM e Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter, destacou que o ideal para melhorar a situação financeira dos municípios é que a repartição tributária volte a ser nos moldes de como era em 1988, quando da Constituição Federal, ou seja, 25% aos municípios, 25% aos Estados e 50% para a União. O Presidente ressaltou que a FECAM quer estar presente nessa discussão e já informou de uma agenda que o TCE está organizando no dia 04 de abril que tratará sobre essa e outras questões municipalistas, com o tema Federalismo e Responsabilidade Fiscal. Além disso, o Presidente Joares Ponticelli registou preocupação acerca de uma PEC anunciada pela União em que prevê a desvinculação dos recursos dos mínimos constitucionais – saúde e educação –, o que gerará forte impacto nos municípios, os quais terão de arcar com custos ainda maiores nessas áreas, uma vez que a União passará a não aplicar mais os percentuais necessários, sabendo-se estatisticamente que os municípios brasileiros já assumem valores e índices muito superiores ao mínimo constitucional previsto. O Presidente da FECAM também pediu para os prefeitos ajudarem na mobilização da XXII Marcha em Defesa dos Municípios, em Brasília, que acontecerá nos dias 08 a 11 de abril. Além disso, informou que, em conversa durante a semana com o Governador do Estado, Sr. Carlos Moisés da Silva, foi definida uma reunião com a FECAM e os Presidentes das Associações de Municípios no dia 19 de março, às 13h30, na Secretaria da Defesa Civil, para tratar sobre o funcionamento da Central de Atendimento aos Municípios. Para tanto requereu máxima mobilização de todos. Reforçou que será uma reunião de trabalho e construção conjunta do relacionamento do Estado com as regiões. Em seguida, o Presidente da FECAM passou a palavra ao Coordenador do Eixo 2 – Cidades Inteligentes e Gestão Eficiente e Eixo 4 – Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da FECAM, Alison Fiuza, que apresentou o relatório financeiro da entidade para os meses de janeiro e fevereiro de 2018. Demonstrou a comparação da arrecadação acumulada desses meses nos anos de 2017, 2018 e 2019, que correspondem, respectivamente, a R\$ 1.234.742,56, R\$ 846.690,06 e R\$ 868.611,41, conforme anexo I. O valor mais elevado de 2017 justifica-se pelo pagamento das últimas parcelas pela Confederação Nacional de Municípios – CNM da venda dos sistemas tecnológicos (SIDEMS e Transferências Constitucionais). A despesa acumulada de janeiro e fevereiro 2019 foram de R\$ 732.946,35, na qual dividem-se em despesas com pessoal, que corresponde a 47% do total; despesas administrativas, 32%; consultorias, 5%; serviços de tecnologia, 15%; e despesas financeiras, 1%. O resultado financeiro acumulado de janeiro e fevereiro de 2019 foi de R\$ 135.663,71. O 1º Secretário da FECAM e Prefeito de Pomerode, Sr. Ércio Kriek, falou que, no geral, os valores em manutenção de tecnologia são altos e, muito embora, contratualmente, o valor mencionado pelo relatório da FECAM seja baixo (R\$ 106,00 a hora), na prática esse valor pode ser maior em virtude da impossibilidade do acompanhamento e controle do contratado na execução de seu serviço. Ato seguinte, a palavra foi passada ao Diretor da FECAM, Rui Braun, que apresentou um panorama da gestão de compras e contratos da FECAM. Entregou para cada um dos presentes um relatório da gestão, conforme anexo II. Em referido documento, a administração executiva da FECAM atualizou o Conselho Executivo em relação ao pedido de informações recentemente apresentado à federação por intermédio da LAI e também, no mesmo viés, atualizou os presentes sobre notícias veiculadas na imprensa sobre a administração orçamentária da FECAM, destacadamente em 2018, quando se anotou déficit operacional em virtude de repasses extraorçamentários necessários, realizados no último bimestre do ano. Em síntese, no amplo relatório apresentado e conforme balanço anual aprovado, demonstra-se que as aplicações financeiras que são destinadas à reserva de contingência apresentaram, em 2018, valor de R\$ 1.077.761,09 e o patrimônio líquido acumulado é de R\$ 6.469.941,53. A situação póstuma ao exercício 2019 (tangenciando os meses de janeiro e fevereiro de 2019) demonstra que as diferenças entre receitas e despesas dos primeiros 60 dias oferecem um superávit financeiro positivo de R\$ 135.663,71. O contexto final de 2018 se explica em virtude de que a FECAM repassou, em caráter excepcional, recursos financeiros para suporte de despesas da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, que integra o Sistema FECAM. Tal valor, além dos acordos prévios existentes, restou na importância de R\$ 265.500,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) devidamente aprovados e autorizados por Assembleia Geral convocada pela FECAM e com vasta documentação de demonstração disponível. Do mesmo modo, a federação suportou ainda pagamento não programado da ordem de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) inerentes à sentença judicial trabalhista de anos anteriores (2015), razões pelas quais o resultado operacional do ano de 2018 apresentou déficit financeiro de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais). No plano orçamentário geral, os técnicos da FECAM demonstraram, ainda, que



no ano de 2018 a FECAM empregou recursos totais da ordem de R\$ 565.397,98 em transferências para a manutenção de ações típicas à treinamentos e capacitações, tornando-se a maior compradora de serviços da EGEM, fator antes nunca decorrido, uma vez que não havia tradição, nem necessidade de repasse de recursos para a Escola. Em outro vértice, o relatório apresentou ainda dados, estatísticas e anexos pertinentes ao rol de contratos existentes, enfatizando que em 2018 houve 113 formalizações de processos de compras e contratações, enquanto que em 2017 apenas 54 processos foram produzidos, contexto em que, especialmente em 2018, a nova direção administrativa da casa foi desafiada a criar o departamento de compras e controle e a efetivar a prática de procedimentos de compras e controles como exercício rotineiro e permanente na casa. No referido relatório constam ainda cópia de todas as justificativas tangendo processos de dispensa de contratação, modalidade prevista no Manual de Compras da FECAM. De modo geral, defendeu que a partir de 2018 os contratos e compras passaram a ser controladas e regularizadas, muito embora exista uma resolução de compras desde 2016 que dispõe sobre regras de compras. No anexo II mencionado, em seu item 8, a equipe técnica da FECAM oferece proposições e encaminhamentos administrativos e operacionais, dentre eles, sugere, em seu primeiro item, a realização de auditoria de gestão. Considerando a necessidade e interesse de transparência e as notícias veiculadas na mídia sobre o déficit ocorrido na entidade no final do exercício passado, a Diretoria deliberou pela contratação de auditoria externa para analisar as contas da FECAM em 2018 e 2019 e os contratos vigentes, desde seu nascedouro, fato comemorado pelos técnicos da entidade, uma vez que trará mais segurança, confirmação de informações financeiras e contábeis e transparência adicional para a atual diretoria e corpo técnico. A utilização da prática de realização de auditorias deve ser incorporada como ação permanente e periódica (anual) da FECAM com o fito de convalidar informações, prevenir, esclarecer, dar suporte e transparência às ações, bem como oferecer apoio e informação à administração superior da entidade e ao Conselho Fiscal. No tema seguinte, conforme o anexo III, intitulado Modelagens para o Programa de Formação da FECAM 2019, a equipe apresentou conceitos gerais para auxiliar o Conselho Executivo na formação de entendimento estratégico acerca das demandas e formas de realizar tarefas e ações inerentes à área de treinamento e capacitação. O documento oferece alternativas e divide as ações de capacitação em alguns blocos centrais: (a) Congresso de Prefeitos; (b) Eventos Estaduais; (c) Eventos de ênfase técnica e pagos, realizados regionalmente, conforme demanda; d) Eventos de instrução e orientação, antigamente nominados como "cursos gratuitos". Os demonstrativos apresentados precisam deliberar sobre as estratégias que serão adotadas pelo Conselho Executivo e o tema se conecta às parcerias, como a EGEM. Neste tópico, com relação ao modelo de relacionamento com EGEM 2019, o Presidente da FECAM suspendeu a pauta para que possa ser tratada em reunião posterior com a presença do Presidente da EGEM e Prefeito de Rio Negrinho, Júlio Ronconi. Especificamente sobre a Modelagem do Congresso de Prefeitos 2019, foram apresentados dois modelos, conforme anexo IV. A diretoria deliberou pelo modelo 1, com algumas adequações: duração de 2 dias, anexar mais alguns eventos ao congresso e, preferencialmente, que seja realizado no Centro de Eventos Petry, em virtude do custo mais baixo e a localização que favorece a logística e deslocamento. A equipe técnica da FECAM deverá apresentar o projeto de trabalho e modelo de execução do evento e a proposta será analisada na próxima reunião do Conselho Executivo. Ainda sobre o tema EGEM, o Presidente da FECAM informou que recebeu do Presidente da EGEM, Júlio Ronconi, pedido de auxílio financeiro no valor de R\$ 200.000,00, conforme anexo V, tema que restou deliberado pela discussão em momento posterior com a presença do Presidente Julio Ronconi. Ato seguinte, a Assessora Jurídica da FECAM, Juliana Plácido, apresentou um caderno contendo informações referentes a gestão e processos organizacionais havidos ao longo dos últimos 12 meses, em conformidade com o anexo VI. Neste contexto, Juliana Plácido, informou de decisão liminar prolatada em ação Civil Pública movida pelo Ministério do Trabalho contra a FECAM, na 5ª vara do trabalho de Florianópolis, para determinar a suspensão imediata do processo seletivo realizado na FECAM para contratação de assessoria jurídica, sob a alegação de que o tempo de experiência solicitado no edital (2 anos) não corresponde ao previsto na legislação trabalhista (6 meses), de forma que a Diretoria deliberou pelo cancelamento do certame de forma permanente. Em seguida, sobre a proposta de alteração do estatuto da entidade, o Presidente Joares Ponticelli evidenciou que, considerando o empoderamento das 21 Associações de Municípios e seus presidentes com o novo modelo de relacionamento com o Estado, não faz mais sentido propor as vice-presidências regionais, de modo que sugere aos técnicos a alteração do texto da proposta do estatuto. No entanto, prevalece a necessidade de ajuste do Estatuto da FECAM, seja em face da possibilidade de incorporar e/ou reconhecer consórcios e associações de municípios como entes integrantes do associativismo, seja em virtude de ajustes formais e alinhamento de conceitos e incorporação de preceitos de ordem administrativa e operacional. Nesse sentido, está sendo preparada uma proposta de nova redação do Estatuto que deverá ser distribuída para análise do Sistema em breve. O Diretor Executivo da FECAM, Rui Braun, informou o Conselho do pedido de desfiliação do município de Itapema da FECAM e os presentes solicitaram que o 1º Vice-Presidente da FECAM e Prefeito de Balneário Piçarras, Leonel José Martins, converse com a prefeita do município. Do mesmo modo, o assunto das inadimplências veio à lume. O diretor informou que 10 (dez) municípios não estão contribuindo com a FECAM mas recebem os mesmos serviços disponíveis a todos os associados. O diretor informou que os municípios inadimplentes já foram alertados sobre os atrasos e o Conselho deliberou que estabeleça o prazo de 60 dias para a regularização dos municípios. Após isso, a FECAM terá de cancelar os serviços oferecidos aos mesmos. Os mecanismos de identificação e notificação devem ser adequadamente utilizados na administração da matéria. Por fim, o Presidente Joares Ponticelli informou que estará afastado da Prefeitura de Tubarão entre os dias 20 e 30 de março por motivos de viagem internacional, de modo que resulta em seu afastamento da FECAM. Assim, o 1º Vice-Presidente e Prefeito de Balneário Piçarras, Leonel José Martins, assume interinamente a Presidência durante o período. Findos os trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, Coordenadora do Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional da FECAM, lavrei a presente ata que, após lida, levará as assinaturas competentes.

JOARES PONTICELLI  
Prefeito de Tubarão  
Presidente da FECAM  
RUI BRAUN  
Diretor Executivo  
FECAM

DAYNA MARESSA SOARES PACHECO PAMATO  
Coordenadora Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional  
FECAM

**ATA Nº 002/2019 - REUNIÃO CONSELHO POLÍTICO**

Publicação Nº 1998046

ATA nº 02/2019 – Da Reunião do Conselho Político da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Aos quatorze dias do mês de março do ano 2019 estiveram reunidos no auditório da ARIS, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os senhores prefeitos municipais de membros do Conselho Executivo, Deliberativo e Fiscal da FECAM, atendendo ao Edital de Convocação nº 02/2019, para a reunião do Conselho Político da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com a seguinte ordem do dia: 1. Informações sobre agendas institucionais; 2. Políticas de regionalização: ADRs, saúde e expectativas do municipalismo; 3. Eleição do Presidente do Conselho Deliberativo e Coordenador do Conselho Fiscal; 4. Ratificação de estratégia do programa de formação e capacitação 2019 – modelo e investimentos; 5. Proposta de alteração estatutária da FECAM; 6. Agendas de reuniões do Conselho Deliberativo e Assembleias para 2019; 7. Relatórios financeiros e administrativos; 8. Pautas de trabalho 2019. O Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Joares Carlos Ponticelli, agradeceu a presença de todos e passou alguns informes aos prefeitos presentes, retomando a discussão iniciada na reunião do dia 13 de março, da Comissão de Assuntos Municipais da ALESC, na qual contou com a presença da FECAM, Prefeitos e da diretora de atividades especiais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, Monique Portella, para tratar sobre a “extinção de municípios em Santa Catarina”, cuja pauta continuou a ser discutida na reunião do Conselho Executivo da FECAM, na tarde do mesmo dia. Assim, repassou as informações dadas pela representante do TCE/SC, Sra. Monique Portella, que esclareceu que o tema veio de um estudo realizado em 2017 pela área técnica do Tribunal e que analisa apenas a viabilidade econômico-financeira em 105 municípios catarinenses, com menos de 5 mil habitantes, emancipados após a Constituição de 1988. Enfatizou que o intuito do estudo não era identificar e definir quais municípios devem ser extintos – fato veiculado nas mídias –, pois para tal é necessário considerar outras variáveis, como, aspectos sociais e culturais. O Presidente da FECAM, Joares Ponticelli, ressaltou que é fato que alguns municípios não têm sustentabilidade financeira ideal, dependendo quase que inteiramente das transferências advindas do Estado e União, e salientou que é necessário que todos os municípios comecem a discutir políticas de aumento da arrecadação, como mecanismos de revisão do IPTU e atualização da planta genérica de valores. Além disso, informou sobre a pretensão da União em apresentar uma PEC em que prevê a desvinculação dos recursos dos mínimos constitucionais, dentre eles, – saúde e educação –, o que gerará forte impacto nos municípios, que terão de arcar, mais uma vez, com os custos das demandas nessas áreas, uma vez que a união passará a não aplicar mais os percentuais mínimos necessários aos quais hoje está obrigada. Também informou da audiência positiva havida pela FECAM com o Secretário de Educação de Santa Catarina, Sr. Natalino Uggioni, a respeito da construção de um novo modelo de gestão compartilhada com os municípios sobre o transporte escolar e da elaboração de uma prova de Santa Catarina para avaliar a educação no estado em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Em seguida, informou que, em conversa durante a semana com o Governador do Estado, Sr. Carlos Moisés da Silva, foi definida uma reunião com a FECAM e os Presidentes das Associações de Municípios para o dia 19 de março, às 13h30, na Secretaria da Defesa Civil, para tratar sobre o funcionamento da Central de Atendimento aos Municípios. Reforçou que será uma reunião de trabalho e construção conjunta do relacionamento do Estado com as regiões. O Presidente Joares Ponticelli ainda informou que a Secretaria da Fazenda não está disponibilizando informações sobre ISS, destacadamente dados e informações, mesmo havendo convênio firmado entre a FECAM e a Secretaria da Fazenda, com a justificativa de que haverá quebra de sigilo por parte da Secretaria. Após o esclarecimento dos informes gerais o Presidente da FECAM agradeceu os prefeitos Marlon Neuber (Itapoá), Ércio Kriek (Pomerode), Alcides Mantovani (Zórtea) e Lírio Dagort (Xaxim) por representarem a Presidência em eventos ligados à Federação e, assim, apontou da importância da participação ativa dos Prefeitos em assuntos relacionados à instituição. Nesse viés, reforçou o pedido para os prefeitos ajudarem na mobilização da XXII Marcha em Defesa dos Municípios, em Brasília, que acontecerá nos dias 08 a 11 de abril. Ato contínuo, a palavra foi passada para o Diretor Executivo da FECAM, Rui Braun, que comentou acerca da ratificação de estratégia do programa de formação e capacitação 2019, seu modelo e investimento, apresentando os debates ocorridos na reunião do Conselho Executivo do dia anterior. A ratificação de estratégia se pauta na Modelagem do Congresso de Prefeitos 2019, em que a diretoria deliberou pelo modelo cuja duração seja de 2 dias para os prefeitos, podendo anexar mais dois ou três eventos temáticos ao congresso. Os demais assuntos que englobam a participação da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM conquanto executora de eventos, como quantos eventos serão realizados no ano de 2019; despesas referentes aos eventos; treinamentos específicos que serão necessários; e realização de eventos gratuitos, serão tratados em reunião posterior com a Presença da Diretoria e do Presidente da EGEM e Prefeito de Rio Negrinho, Júlio César Ronconi. Porém, comentou da possível parceria entre a Escola do Legislativo e a EGEM, concretizando uma cooperação entre as Escolas viabilizando e proporcionando maior eficácia para o futuro da EGEM. O Presidente da FECAM destacou que, considerando as notícias veiculadas na mídia sobre o déficit ocorrido na entidade no final do exercício passado, a Diretoria deliberou pela contratação de auditoria externa para analisar as contas da FECAM em 2018 e 2019 e os contratos vigentes, desde seu nascedouro, fato comemorado pela equipe técnica, o que trará mais segurança e transparência para a atual diretoria e corpo técnico. Referidas auditorias serão regulares e permanentes. A Prefeita de São Cristóvão do Sul, Sisi Blind, destacou ser de extrema importância a realização de auditoria para analisar as contas da FECAM em 2018 e 2019, entretanto, explanou a sua inquietação a respeito de que na Assembleia da FECAM realizada no final do ano de 2018 foram apresentados os resultados de forma ampla e transparente e, apesar da clareza, há notícias que intentam apresentar a FECAM como se tivesse havido gestão irresponsável e ineficiente no ano de 2018, quando, em verdade, o motivo do resultado operacional negativo decorre de repasses significativos repassados à EGEM. O Presidente da AMARP e Prefeito de Videira, Dorival Carlos Borga, comentou da necessidade de seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dentro de uma gestão, e que deve-se elaborar um orçamento para a EGEM, cuja diretoria vai deliberar e administrar com base neste projeto e que não se deve simplesmente “cobrir furos”. O Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter, afirmou que acredita na reprogramação dos valores, por meio de um estudo de contas e parcerias, para que assim seja feita uma programação anual e que novas metas e uma nova condução perante os cursos oferecidos pela EGEM sejam estabelecidas. Em seguida, sobre a proposta de alteração do estatuto da entidade, o Presidente Joares Ponticelli evidenciou que, considerando o empoderamento das 21 Associações de Municípios e seus presidentes com o novo modelo de relacionamento com o Estado, não faz mais sentido propor as vice-presidências regionais, de modo que sugere aos técnicos a alteração do texto da proposta do estatuto. No entanto, prevalece a necessidade de ajuste do Estatuto da FECAM, seja em face da possibilidade de incorporar e/ou reconhecer consórcios e associações de municípios como entes integrantes do associativismo, seja em virtude de ajustes formais e alinhamento de conceitos e incorporação de preceitos de ordem administrativa e operacional. Nesse sentido, está sendo preparada uma proposta de nova redação do Estatuto que deverá ser distribuída para análise do Sistema em breve. Posteriormente, a Coordenadora do Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional da FECAM, Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, explanou sobre a proposta de Agendas das reuniões do Conselho Deliberativo, Fiscal e Assembleias 2019 (anexo I), a qual foi colocada em apreciação e foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, o Secretário Executivo da AMMVI, José Rafael Corrêa, explanou a respeito do índice de pessoal e incorporação dos custos de serviços terceirizados na folha, comentou sobre os ofícios encaminhados pelo Tribunal de Contas – TCE/SC aos jurisdicionados tratando sobre o

prazo dos balanços dos municípios, o qual permanece dia 28 de março, bem como o ofício que trata sobre os serviços terceirizados. Nesse contexto, o Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter, comentou brevemente que os serviços terceirizados não podem ser classificados como atividade finalística. A palavra foi passada ao Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, que comentou acerca dos serviços terceirizados e das várias interpretações que o TCE/SC proporcionou a respeito da inclusão ou não do cálculo de imposto de renda no custo da folha de pagamento, por exemplo. Seguidamente, a Presidente da AMURC e Prefeita de Santa Cecília, Alessandra Garcia, sugeriu que seja um assunto discutido por todos os municípios, orientados pela FECAM, visando o corte de despesas da folha. O Presidente da AMPLASC e Prefeito de Zortéa, Alcides Mantovani, explanou a respeito do crescimento de 4% da folha, bem como trouxe a ideia da criação de um grupo de trabalho, para estreitar estudos acerca do corte de despesas da folha, pois os municípios pequenos não tem conhecimento técnico de análise das questões da folha. Nesse contexto, o Presidente da FECAM, Joares Ponticelli, afirmou que este assunto deve ser tratado em audiência conjunta com o TCE/SC e Governador do Estado de Santa Catarina, matéria que deverá ser viabilizada pela equipe técnica. Logo após, o Presidente do CIGA e Prefeito de São Martinho, Robson Jean Back, falou sobre o pedido da FECAM no ano passado para a criação de Câmara Técnica do Sistema Integrado de Gestão – SIG, para acompanhar, avaliar e representar o Sistema FECAM frente ao projeto tecnológico anunciado pelo TCE/SC, no ano de 2018. Na mesma esteira, afirmou ser um tema de interesse especial de todos os municípios e sistema municipalista, pois os municípios em geral, e os pequenos em particular, não possuem uma área específica de tecnologia e/ou capacidade operacional para enfrentar os desafios na área tecnológica. Especificamente no entorno dos sistemas centrais de administração de informações (contabilidade, pessoal, licitações, patrimônio) e sua relação com a Corte de Contas, há muitos problemas para as administrações locais, seja em razão de dificuldade operacional, seja em virtude dos elevados custos financeiros envolvidos e costumeiramente assumidos pelos municípios com muita dificuldade. Após o intenso projeto de apresentação do Projeto SIG havido em 2018, com significativa disposição de energia e tempo por parte da Câmara Técnica criada pelo CIGA com apoio da FECAM, resta que a nova Presidência do TCE/SC já demonstrou que o projeto originário, centralizado e exclusivo, não é mais o formato e estratégia de interesse para o Tribunal enfrentar os desafios tecnológicos de relação com os municípios. Assim, explanou sobre a necessidade de discussão de um novo formato e estratégia do sistema em relação a matéria e solicitou um posicionamento da FECAM. Neste plano, o Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter declarou que deve-se fazer parcerias efetivas, mas que sejam realizadas com prudência, para que assim haja condições de avaliar e configurar soluções eficientes para os municípios. Ato contínuo, a Prefeita de São Cristóvão do Sul, Sisi Blind, explanou que é necessário achar uma solução perante a posição da nova diretoria do TCE, pois a reflexão sobre o projeto SIG trouxe a lume excelentes e reflexões e debates acontecidos ao longo do ano passado, demonstrando problemas existentes, delimitando vantagens e encaminhamentos e, de modo especial, indicando que os municípios não querem mais depender de terceiros que não visam o crescimento dos municípios, nem oferecem as soluções adequadas as atuais demandas e expectativas de custo dos municípios. O tema restou anotado como de importância estratégica e deverá ser enfrentado ao longo do ano, por intermédio de debates e discussões, sendo que a metodologia implementada deve continuar conferindo ao CIGA o papel técnico de promover o ambiente de discussão e encaminhamentos. Em seguida, o Presidente da FECAM passou a palavra ao Coordenador do Eixo 4 – Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da FECAM, Alison Fiuza, que apresentou o relatório financeiro da entidade para os meses de janeiro e fevereiro de 2018. Demonstrou a comparação da arrecadação acumulada desses meses nos anos de 2017, 2018 e 2019, que correspondem, respectivamente, a R\$ 1.234.742,56, R\$ 846.690,06 e R\$868.611,41. O valor mais elevado de 2017 justifica-se pelo pagamento das últimas parcelas pela Confederação Nacional de Municípios – CNM da venda dos sistemas tecnológicos (SIDEMS e Transferências Constitucionais). A despesa acumulada de janeiro e fevereiro 2019 foram de R\$ 732.946,35, na qual dividem-se em despesas com pessoal, que corresponde a 47% do total; despesas administrativas, 32%; consultorias, 5%; serviços de tecnologia, 15%; e despesas financeiras, 1%. O resultado financeiro acumulado de janeiro e fevereiro de 2019 foi de R\$ 135.663,71, conforme anexo II. Ao final da apresentação da situação de contas, os Prefeitos Alcides Mantovani (Zortéa), Ricardo Rolim de Moura (Águas Frias) e Sisi Blind (São Cristóvão do Sul) ainda discorreram sobre a necessidade de esclarecer acerca dos resultados orçamentários de 2018 e a relação desse tema com aportes financeiros à EGEM. O Presidente Joares Ponticelli ratificou, mais uma vez, que haverá diálogo entre a Diretoria da FECAM e EGEM e que todos os esforços do Conselho Executivo da FECAM estão sendo promovidos no sentido de realizar auditoria, demonstrar transparência e assegurar a boa administração da FECAM. Neste contexto, o Diretor Executivo da FECAM requereu que fosse transcrito em ata que a equipe de coordenadores da equipe técnica da FECAM e o próprio Diretor formalizaram sua posição de pedido de realização de auditoria de gestão, em apoio a deliberação do Conselho Executivo, no fito de assegurar a comprovação de informações e dados e garantir toda a transparência necessária conquanto a gestão. Por fim, o Presidente Joares Ponticelli informou que estará afastado da Prefeitura de Tubarão entre os dias 20 e 30 de março por motivos de viagem internacional, de modo que resulta em seu afastamento da FECAM. Assim, o 1º Vice-Presidente e Prefeito de Balneário Piçarras, Leonel José Martins, assume interinamente a Presidência durante o período. Findos os trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, Coordenadora do Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional da FECAM, lavrei a presente ata que, após lida, levará as assinaturas competentes.

JOARES PONTICELLI  
Prefeito de Tubarão  
Presidente da FECAM

RUI BRAUN  
Diretor Executivo  
FECAM

DAYNA MARESSA SOARES PACHECO PAMATO  
Coordenadora Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional  
FECAM



**ATA Nº 003/2019 - REUNIÃO CONSELHO EXECUTIVO**

Publicação Nº 1998048

ATA nº 03/2019 – Da Reunião do Conselho Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Aos três dias do mês de abril do ano 2019 estiveram reunidos na sala de reuniões da FECAM, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os senhores prefeitos municipais membros do Conselho Executivo da FECAM, atendendo ao Edital de Convocação nº 03/2019, para a reunião do Conselho Executivo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com a seguinte ordem do dia: 1. Diálogo entre a diretoria da FECAM e Diretoria da EGEM: presença do Presidente da EGEM, Júlio César Ronconi: a. Avaliação e definição das estratégias de relacionamento para a realização do plano de formação 2019 da FECAM, com definição de modelo de negócios e parcerias; b. Análise de pedido de apoio financeiro realizado pela EGEM, transferência de recursos e formalização de acordos operacionais. Estiveram presentes o Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Sr. Joares Carlos Ponticelli; 3º Vice-Presidente e Prefeito de Itapiranga, Sr. Jorge Welter; o 2º Secretário de Prefeito de Mafra, Wellington Roberto Bieleki; o Prefeito de Rio Negrinho e Presidente da EGEM, Sr. Julio Ronconi; o Prefeito de Luzerna e Presidente do CIM-CATARINA, Sr. Moisés Diersmann; o Prefeito de Videira, Sr. Dorival Borga; o Diretor Executivo da FECAM, Sr. Rui Braun; a Coordenadora do Eixo 1 da FECAM – Fortalecimento Político-Institucional, Sra. Dayna Maressa Pamato; o Coordenador do Eixo 2 – Cidades Inteligentes e Gestão Eficiente e Eixo 4 – Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da FECAM, Alison Fiuza; e a Secretária Executiva da FECAM, Cristiane Farias. O presidente da FECAM, Prefeito Joares Ponticelli, deu a abertura da reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra para o Prefeito de Rio Negrinho e Presidente da EGEM, Julio Ronconi, que saudou a todos os presentes e iniciou sua fala ao dizer que devido às dívidas da Escola, ações de redução de custos e novas estratégias e planejamento se fizeram necessárias. Nesse contexto, a diretoria da EGEM optou pelo parcelamento do pagamento de impostos atrasados, como por exemplo o Guia da Previdência Social – GPS e o Imposto de Renda – IR, em 24 vezes. Além disso, contratos foram rescindidos, como com a Célula 4, resultando em uma redução mensal de R\$ 11.400,00; Barateri Advogados, no valor mensal de R\$ 900,00; Akna Marketing, com uma redução mensal de R\$ 141,56; entre outros (vide apresentação em anexo). O Presidente da Escola ainda divulgou da redução salarial de alguns colaboradores da Escola (diretor, estagiária e coordenadora de formação). Outras medidas também foram tomadas, como a redução de vagas de estacionamento; congelamento do valor do vale alimentação; modificação quanto aos materiais dos cursos, sendo encaminhados em PDF aos participantes anteriormente; redução de mais de 50% no gasto de coffee break. O Presidente Julio Ronconi afirmou que, ao assumir a EGEM, a instituição contava com uma dívida pendente de R\$ 302.522,49, e que até o dia 31 de março de 2019 tinham sido pagos R\$ 107.947,29 da dívida, ou seja, a Escola ainda tem um total a pagar de R\$ 194.564,20. Nesse contexto, explanou sobre a ideia de estabelecer um contrato de prestação de serviços entre a FECAM e a EGEM, no sentido de que toda a parte de gestão dos eventos estaduais será realizada pela Escola e que a FECAM participaria com uma taxa administrativa antecipada, para que assim a EGEM consiga pagar o restante da dívida, no valor de R\$ 200 mil. Por fim, constatou que será contratada uma empresa de planejamento estratégico com o intuito de fomentar as atividades da instituição, por meio do ensino à distância, cursos de pós-graduação, expansão dos treinamentos às câmaras de vereadores e empresas privadas e por meio de parcerias. Ato contínuo, o 3º Vice-Presidente da FECAM e Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter explanou da sua preocupação a respeito do pagamento antecipado supracitado no âmbito da taxa administrativa e questionou se é possível realizar um pagamento de serviço antes da sua execução. Assim, o Presidente da EGEM afirmou que um contrato dentro da administração pública permite diversas formas de pagamento e que há maneiras de negociar. O Presidente da EGEM relatou que não pretende repartir a dívida da Escola entre os seus associados, ou seja, as 21 Associações de Municípios e a FECAM, pois acredita que a Entidade tem capacidade, se bem organizada, de reduzir custos e aumentar as receitas, fazendo com que a dívida seja quitada. Nesse sentido, ainda comentou que palestrantes contratados serão proibidos e excluídos da equipe se realizarem serviços pela EGEM e ao mesmo tempo fornecerem serviços autônomos para as Associações ou direto para o município, pois acarretaria em prejuízo para a Escola. Seguidamente, o 3º Vice-Presidente da FECAM e Prefeito de Itapiranga, Jorge Welter, sugeriu, a exemplo da AMEOSC, a fim de garantir fidelidade, de se fazer os dois primeiros cursos gratuitos e os restantes pagos, como também afirmou que o planejamento estratégico precisa estar muito claro e que seja executado com muita segurança, principalmente para o bom funcionamento das futuras gestões e para o futuro da EGEM. Em seguida, o Diretor Executivo da FECAM, Rui Braun, declarou da importância de se analisar os tipos de modelagens, para que assim, de acordo com as prioridades da diretoria, seja aplicado um filtro nos cursos a serem oferecidos, bem como afirmou que ainda não está claro como ocorrerá a divisão de lucros caso a taxa administrativa seja implementada. Assim, o Presidente da EGEM explanou que formatará em termo contratual qual o papel da FECAM, da EGEM e como a taxa administrativa se pautaria. Por fim, o Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Joares Ponticelli, concluiu a pauta afirmando que essas tratativas serão deliberadas na próxima Assembleia Geral da FECAM. Posteriormente, a palavra foi passada ao Coordenador do Eixo 2 – Cidades Inteligentes e Gestão Eficiente e Eixo 4 – Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade da FECAM, Alison Fiuza, que apresentou o diagnóstico sobre as rodovias estaduais, no âmbito da identificação de demandas de intervenção em caráter emergencial, cujas Associações ficaram responsáveis por realizar um levantamento identificando, claramente, os trechos alcançados pela intervenção, determinando o km de referência e a extensão; indicar as peculiaridades de intervenção, como por exemplo a colocação de placas, pinturas, tapa-buracos, roçada, espécie de revitalização, dentro outros; e, ainda, classificar as rodovias em pavimentadas com asfalto ou rodovias sem pavimentação. Nesse viés, Alison Fiuza constatou que os dados estão disponíveis no sistema Business Intelligence (BI), cujo acesso é feito em um Painel online com a escolha do seu Município e Associação, o qual apresenta uma análise de forma dinâmica e intuitiva do diagnóstico. Dessa forma, o Diagnóstico sobre Rodovias Estaduais realizado pela FECAM em parceria com as 21 Associação de Municípios do Estado revelou que Santa Catarina tem 6.280 quilômetros de rodovias estaduais (77,72% são pavimentadas e 20,92% não pavimentadas), sendo que 43,14% apresentam danificações, 35,12% foram consideradas em péssimas condições de estado de conservação, 7,17% em estado razoável e 14,57% em bom estado. Quanto à limpeza e roçada do acostamento, 83,76% foram consideradas péssimas, 13,75% razoável e 2,49% em boas condições. Os maiores problemas apontados são roçada, sinalização, buracos, limpeza, drenagem e pintura. O Prefeito de Videira, Dorival Borga solicitou que essas demandas sejam apresentadas de forma quantitativa. Findos os trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, Coordenadora do Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional da FECAM, lavrei a presente ata que, após lida, levará as assinaturas competentes.

JOARES CARLOS PONTICELLI

Prefeito de Tubarão  
Presidente da FECAMRUI BRAUN  
Diretor Executivo  
FECAM

DAYNA MARESSA SOARES PACHECO PAMATO  
Coordenadora Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional  
FECAM

## ATA Nº 004/2019 - REUNIÃO CONSELHO POLÍTICO E GOV

Publicação Nº 1998050

ATA nº 04/2019 – Da Reunião do Conselho Deliberativo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Aos quatro dias do mês de abril do ano 2019 estiveram reunidos na Secretaria de Estado da Defesa Civil, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os senhores prefeitos municipais de membros do Conselho Deliberativo da FECAM, atendendo ao Edital de Convocação nº 04/2019, para a reunião do Conselho Deliberativo da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com a seguinte ordem do dia: 1. 2ª reunião com Governo do Estado de Santa Catarina: infraestrutura Informações sobre agendas institucionais; 2. Parcerias entre FECAM e EGEM: avaliação, análise de pedido financeiro e parcerias 2019. O Presidente da FECAM e Prefeito de Tubarão, Joares Carlos Ponticelli, agradeceu a presença de todos e passou alguns informes aos prefeitos e demais presentes, retomando as discussões e pautas da reunião do dia 03 de abril com o Conselho Executivo da FECAM, explanando as medidas adotadas pela EGEM no sentido de redução de custos e que proporcionaram uma redução no saldo negativo da Escola. Nesse sentido, valorizou o trabalho realizado e a determinação por parte do Prefeito de Rio Negrinho e Presidente da EGEM, Julio Ronconi, e de toda a sua equipe, bem como enalteceu a conduta dos trabalhos e as propostas transparentes e audaciosas. Em relação à solicitação de aporte financeiro da FECAM para cobrir, as dívidas da Escola, na forma de adiantamento de prestação de serviços de capacitação, foi encaminhado na reunião do dia anterior que será proposto um novo modelo de cooperação técnica entre a FECAM e a EGEM, o qual será apresentado e deliberado na próxima Assembleia Geral da FECAM. Em seguida, o Presidente da FECAM, Joares Ponticelli, apresentou aos prefeitos a proposta de pauta da FECAM a ser encaminhada na Marcha a Brasília, que acontecerá nos dias 08 a 11 de abril, e apresentada ao Conselho Político da CNM e Fórum Parlamentar, como o apoio ao Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC) na Proposta de Emenda Constitucional nº 56 de 2019, que visa estender para seis anos o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016, para estabelecer a coincidência geral das eleições, a qual tem a justificativa de proporcionar uma economia de mais de R\$ 1 bilhão em recursos públicos. Nesse âmbito, o Presidente constatou que é de extrema importância que as Associações de Municípios realizem reflexões e que todos participem de debates de forma consciente e transparente. Ato contínuo, o Prefeito de Major Vieira e Presidente da AMPLANORTE, Orildo Severgnini, afirmou que a Associação é 100% favorável à unificação das eleições, pois as constantes campanhas configuram-se em um descaso com a comunidade e com os recursos públicos. Seguidamente, o Prefeito de Bom Retiro e Presidente da AMURES, Vilmar Neckel, explanou é favorável em relação a PEC, mas que tem como preocupação a forma que a informação será repassada à população, bem como declarou que a pauta do autoritarismo deve ser levada à CNM. A palavra foi passada ao Prefeito de Guaramirim, Luiz Antônio Chiodini, que afirmou da realização de um planejamento dentro das políticas públicas de desenvolvimento do município de Guaramirim e que, com a alteração das eleições, resultará em tempo hábil para realizar as obras planejadas, e nesse sentido apontou que é necessário uma condição ampla de defesa de interesse dos prefeitos e demais legisladores que administram o município. O Prefeito de Nova Trento e Presidente da GRANFPOLIS, Gian Francesco Voltolini, declarou ser a favor da extensão do mandato de prefeitos, como também argumentou ser preocupação de todos elaborar 10 medidas anticorrupção, que englobe o judiciário também. Em seguida, o Prefeita de Doutor Pedrinho e Vice-Presidente da AMMVI, Simoni Mércia Nones, declarou posição favorável da Associação para lutar pela aprovação da PEC, bem como solicitou à FECAM para que essa pauta seja levada para a Marcha a Brasília. Posteriormente, o Prefeito de Maracajá e Presidente da AMESC, Arlindo Rocha, declarou ser culpa da omissão dos prefeitos em relação ao abuso de autoridade para com os mesmos. O Prefeito de Zortéa e Presidente da AMPLASC, Alcides Mantovani, representante da CNM região Sul, afirmou que o Paraná não apresentou confiança e unanimidade com essa pauta e sugeriu que a mesma seja tratada em reunião com os presidentes das Federações, fora da CNM. Prefeito de Concórdia e Presidente da AMAUC, Rogério Luciano Pacheco, manifestou que há uma sinalização positiva dos prefeitos, mas se faz necessário verificar o posicionamento dos vereadores. Após um breve intervalo, a reunião foi retomada com a presença do Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Carlos Moisés da Silva, do Secretário da Casa Civil, Sr. Douglas Borba, e do Secretário Adjunto da Infraestrutura, Sr. Pedro Luiz Stonoga. O Governador agradeceu a presença de todos para esse momento, que também foi convocado pelo Governado do Estado, para discussão de temas relativos à infraestrutura no estado, e passou a palavra ao Presidente do BADESC, Sr. Eduardo Machado, que apresentou as novas regras do Programa Badesc Cidades. De acordo com o Presidente Eduardo Machado, o Programa tem como objetivo apoiar a realização de obras de infraestrutura e a melhoria dos serviços de responsabilidade dos municípios catarinenses, priorizando o crescimento econômico e a geração de emprego e renda ao cidadão, cujo financiamento poderá ser de até 100% do valor do investimento. Nesse contexto, explanou que serão considerados para seleção dos projetos os índices de Desenvolvimento Humano (IDH); de Participação dos Municípios no ICMS (IPM); o objeto financiável; contrato ativo ou inativo com o Badesc nos últimos cinco anos; variação populacional entre 2010 e 2018; e fator regional, ou seja, os municípios das regiões de intervenção prioritária classificados no Mapa de Elegibilidade do “Programa Crescendo Juntos”. Cada item irá contabilizar pontos para o ranqueamento dos projetos cadastrados pelas Prefeituras e, em caso de empate, serão considerados para desempate o menor IDH e o menor IPM, respectivamente. As prefeituras interessadas em adquirir financiamento com recursos do Programa BADESC Cidades têm até 30 de abril para inscrever seus projetos, os quais podem ser de habitação, sistema viário, saúde e saneamento básico, empreendimentos comunitários, transporte, apoio ao turismo, aquisição de bens imóveis e eficiência energética. A divulgação da lista classificatória dos projetos ocorre no dia três de maio de 2019 e, a partir dessa data, o município terá 30 dias corridos para apresentação da documentação financeira. Ato seguinte, o Secretário Adjunto de Infraestrutura, Sr. Pedro Luiz Stonoga, apresentou o diagnóstico sobre as rodovias estaduais, no âmbito da identificação de demandas de intervenção em caráter emergencial, cujas Associações ficaram responsáveis por realizar um levantamento identificando, claramente: a) trechos alcançados pela intervenção, determinando o km de referência e a extensão; b) indicar as peculiaridades de intervenção, como por exemplo a colocação de placas, pinturas, tapa-buracos, roçada, espécie de revitalização, dentro outros; c) classificar as rodovias em pavimentadas com asfalto ou rodovias sem pavimentação. Nesse viés, a FECAM possui alguns desses dados disponíveis no sistema Business Intelligence (BI), cujo acesso é feito em um Painel online com a escolha do Município e Associação, o qual apresenta uma análise de forma dinâmica e intuitiva do diagnóstico. Dessa forma, o Diagnóstico sobre Rodovias Estaduais realizado pela FECAM em parceria com as 21 Associação de Municípios do Estado, revelou que Santa Catarina tem 6.280 quilômetros de rodovias estaduais (77,72% são pavimentadas e 20,92% não pavimentadas), sendo que 43,14% apresentam danificações, 35,12% foram consideradas em péssimas condições de estado de conservação, 7,17% em estado razoável e 14,57% em bom estado. Quanto à limpeza e roçada do acostamento, 83,76% foram consideradas péssimas, 13,75% razoável e 2,49% em boas condições. Os maiores problemas apontados são roçada,

sinalização, buracos, limpeza, drenagem e pintura. Ato contínuo o Governador do Estado, Sr. Carlos Moisés da Silva, explicou que o investimento para aquisição das usinas de asfalto e a manutenção será de responsabilidade do Governo do Estado, por meio de financiamento junto ao BNDES, bem como declarou adesão total ao projeto, pois o prefeito conhece a realidade de seu município e de seus problemas, e muitas vezes possui os instrumentos necessários para reparar a rodovia estadual, mas não goza da legalidade a seu favor. Com a parceria, os municípios organizados em Consórcios poderão assumir a manutenção das rodovias com base em termos de cooperação e de garantia com o Governo do Estado. Nesse novo modelo municipalista anunciado pelo governador Carlos Moisés, os prefeitos e prefeitas querem termos de garantia e que o Governo do Estado assuma a responsabilidade do repasse financeiro. A proposta, reforçada pelo Governador, é para ampliar o serviço de pavimentação a um custo mais baixo. Dessa forma, o Presidente da FECAM, Sr. Joares Ponticelli, constatou que com usina própria será possível reduzir entre 40% a 50% o valor do asfalto, otimizando recurso público e melhorando as condições de trafegabilidade no Estado. O Prefeito de Itapoá e 2º Vice-Presidente da FECAM, Sr. Marlon Roberto Neuber, corroborando com os debates. Declarou que a contratação de operador de roçada pode gerar agravo na folha dos municípios, e o Prefeito de Rio Negrinho, Sr. Julio Ronconi, sugeriu a formalização de convênio com o Estado para manutenção das roçadas. O Presidente da FECAM retomou a palavra e, em nome da FECAM, solicitou ao Governo ações de ordem tributária para auxiliar na minimização dos custos, com a redução dos preços dos insumos dos produtos que compõe a fabricação de asfalto pelo setor público, requerendo a retirada total do ICMS sobre a fabricação do Cimento Asfáltico de Petróleo. Seguidamente, a FECAM entregou ao Governador Carlos Moisés da Silva ofício solicitando a continuidade do Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana – REURB, considerando o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2018, que objetiva apoio técnico as ações referentes à Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, cujo prosseguimento das ações deve considerar os 82 municípios que aderiram ao REURB no ano passado, promovendo a política de reposicionamento de uso do solo, de valorização dos espaços urbanos e de promoção do uso justo do espaço urbano, locus de vida da população catarinense, tema também pleiteado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS, através de moção ao Governo. Por conseguinte, ficou estabelecido que o próximo encontro de articulação acontecerá no dia 9 de maio, com nova rodada de conversa para definir a forma de operacionalização dos consórcios em cada região. O Governador do estado informou que os 108 convênios firmados entre municípios e Estado entre 2014 e 2018 referente ao FUNDOSOCIAL estão sendo pagos a partir dessa semana aos municípios aptos e, para os demais municípios, até 30 de junho, e pediu apoio da FECAM para mobilizar os municípios para que os mesmos regularizem a documentação. Findos os trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato, Coordenadora do Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional da FECAM, lavrei a presente ata que, após lida, levará as assinaturas competentes.

JOARES CARLOS PONTICELLI

Prefeito de Tubarão

Presidente da FECAM

RUI BRAUN

Diretor Executivo

FECAM

DAYNA MARESSA SOARES PACHECO PAMATO

Coordenadora Eixo 1 – Fortalecimento Político-Institucional

FECAM

# Consórcios

## CIMCATARINA

### AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0011/2019 - VENTILADOR DE PRESSÃO POSITIVA (TURBO VENTILADOR) PARA COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL

Publicação Nº 1997484

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0013/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Ventilador de pressão positiva (turbo ventilador) para combate a incêndio estrutural, para uso dos Bombeiros do Estado de Santa Catarina, instalados nos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2019 à 31 de maio de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 29/04/2019 até às 09:00 horas do dia 13/05/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 13/05/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 13/05/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3256 3400.Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br). Florianópolis (SC), 26 de abril de 2019.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

## CIMVI

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 44ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 1998650

Timbó, 26 de Abril de 2019.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 44ª Assembleia Geral Extraordinária a acontecer no dia 30.04.2019 (trinta de abril – terça-feira), às 15h00min, tendo por local o Auditório da AMMVI, sito à Rua Alberto Stein, nº 466 – Bairro Velha, cidade de Blumenau – SC.

#### ORDEM DO DIA

1. Autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial (Gestão de Coleta de Resíduos e Materiais Recicláveis);
2. Aprovação de Contrato de Rateio para Gestão Associada de Coleta de Resíduos e Materiais Recicláveis.

Jean Michel Grundmann  
Presidente

### EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - AUA

Publicação Nº 1997522

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 86/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 705/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor OFICINA E MANUTENÇÃO LENZI EIRELI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº13.261.453/0001-13, para a atividade de 71.00.00 – Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos, que será exercida no imóvel de rua Ministro Luiz Galotti, nº 1429, bairro São João, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Benedito Novo, 15 de abril de 2019.



Danilo Boanerges Souza  
Município de Benedito Novo  
Portaria nº 005/2018

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - AUC

Publicação Nº 1997523

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUC Nº 14/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 848/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO DE CORTE, com validade de doze meses, formulado pelo empreendedor INGO IMME LOTEAMENTO RESIDENCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.396.510/0001-49, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de rua Augusto Mass, s/nº, bairro Araponga, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 17 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - CCA

Publicação Nº 1997517

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 293/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 343/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 23/04/2023, formulado pelo empreendedor FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (CONDOMÍNIO GP 85/86), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.392.200/0001-86, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Victor Harbs, nº 235, 229 e 223, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 23 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 294/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 344/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 23/04/2023, formulado pelo empreendedor FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (CONDOMÍNIO GP 38), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.392.200/0001-86, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Rudimar Nardelli, nº 68 e 74, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 23 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 290/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 347/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 01/03/2020, formulado pelo empreendedor NELSON SCHULZE (CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CAROL II), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 652.692.849-87, para a atividade de 71.11.06 – Condomínios comerciais horizontais ou verticais, que será exercida no

imóvel de rua Cairo, s/nº, bairro Tapajós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 289/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 349/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 01/03/2020, formulado pelo empreendedor ELOISA JOEY BARTEL VON DER HAYDE, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 056.713.599-37, para a atividade de 71.11.06 – Condomínio comerciais horizontais ou verticais, que será exercida no imóvel de rua A do Loteamento RH Areias 44, nº 842 e 850, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 288/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 351/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 10/10/2019, formulado pelo empreendedor CRA INCORPORADORA EIRELI (CONDOMINIO RESIDENCIAL STOLF XII), pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 28.340.367/0001-73, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Rudimar Nardelli, nº 172 e 178, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 11 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 296/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 98/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 25/01/2023, formulado pelo empreendedor RUDIMAR STEUCK MEI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 32.121.681/0001-32, para a atividade de 16.10.00 – Fabricação de móveis de madeira, vime e junco, que será exercida no imóvel de rua Independência, nº 482, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 24 de abril de 2019.

Jaime Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

#### EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 298/2019

##### PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 97/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 28/02/2023, formulado pelo empreendedor FUR DICH INDUSTRIA DE MÓVEIS E ESQUADRIAS, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 32.289.455/0001-65, para a atividade de 16.10.00 – Fabricação de móveis de madeira, vime e junco, que será exercida no imóvel de rua Vidal Ferreira, nº 427, bairro Pomerode Fundos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 24 de abril de 2019.

Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 291/2019**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 315/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 01/03/2023, formulado pelo empreendedor T.W.I INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 02.059.180/0001-02, para a atividade de 23.21.00 – Fabricação de artigos de material plástico, que será exercida no imóvel de rua Pomeranos, nº 1541, bairro Pomeranos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Timbó, 23 de abril de 2019.

Ricardo Longo Orsi  
Município de Timbó  
Decreto nº 4817/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 292/2019**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 317/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 01/03/2023, formulado pelo empreendedor IGNIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.555.544/0001-33, para a atividade de 23.21.00 – Fabricação de artigos de material plástico, que será exercida no imóvel de rua Pomeranos, nº 1541, bairro Pomeranos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Timbó, 23 de abril de 2019.

Ricardo Longo Orsi  
Município de Timbó  
Decreto nº 4817/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 297/2019**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 49/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 17/12/2022, formulado pelo empreendedor ALEXANDRE KOEPEL 06888468908, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.952.518/0001-44, para a atividade de 15.55.00 – Fabricação de molduras, esquadrias e casas pré-fabricadas, que será exercida no imóvel de rua Jorge Becker, nº 571, bairro Barra São João, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Benedito Novo, 25 de abril de 2019.

Danilo Boanerges Souza  
Município de Benedito Novo  
Portaria nº 005/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - DANC**

Publicação Nº 1997515

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 465/2019**  
**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 322/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor ROSEMAR FACÇÃO E CONFECÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.272.377/0001-49, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Melvin Jones, nº 558, bairro Carijos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.  
Indaial/SC, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 465/2019****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 273/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor JULIANA RAMOS ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.610.748/0001-60, para a atividade de Fação de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Augusto Maass, nº 2639, bairro Arapongas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 464/2019****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 292/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor CASARÃO DOS RESÍDUOS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 04.176.861/0001-86, para a atividade de Coleta e comércio atacadista de resíduos não perigosos. Retalhos têxteis limpos, (Compra, revenda e triagem de sobras e saldos de malha), que será exercida no imóvel de rua Marechal Floriano Peixoto, nº 3423, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 467/2019****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 153/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor RAFAEL MALHAS COMÉRCIO DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 13.301.758/0001-01, para a atividade de Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudança, intermunicipal, interestadual e internacional, que será exercida no imóvel de Rodovia BR 470, nº 3860, bairro Estradinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 466/2019****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 72/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor COUTO DEDETIZADORA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 03.765.973/0001-00, para a atividade de Imunização d controle de pragas urbanas, que será exercida no imóvel de rua Blumenau, nº 1525, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 23 de abril de 2019.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 468/2019****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 129/2019 CIMVI**



O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor JVA OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 23.725.801/0001-10, para a atividade de Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas, que será exercida no imóvel de rua Alwin Blank, nº 222, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode/SC, 25 de abril de 2019.

Jaime Jensen  
Município de Pomerode  
Portaria nº 22.240/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAI

Publicação Nº 1997521

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 34/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 848/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor INGO IMME LOTEAMENTO RESIDENCIAL LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 28.396.510/0001-49, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel rua Augusto Mass, s/nº, bairro Arapongas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAO

Publicação Nº 1997520

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 74/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 811/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor Australis Lumber Serraria LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CPF/CNPJ nº 01.217.981/0001-96, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, que será exercida no imóvel rua Horacio Giovanella, nº230, bairro Pomeranos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rio dos Cedros, 16 de abril de 2019.

Lidia Mara Floriani  
Município de Rio dos Cedros  
Portaria nº 46/2019

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAP

Publicação Nº 1997519

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 52/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 121/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO RESIDENCIAL GILBERTO BONOW, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 26.629.359/0001-16, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo, que será exercida no imóvel rua Campinas, s/nº, bairro Campinha, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba, 23 de abril de 2018.

Fabiano Spezia  
Município de Massaranduba  
Portaria 078/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 1997524

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 14/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 848/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor INGO IMME LOTEAMENTO RESIDENCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.396.510/0001-49, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de rua Augusto Mass, s/nº, bairro Arapongas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 18 de abril de 2019.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

## CIS NORDESTE

### NOMEAÇÃO - EDITAL Nº 02/2019 - CISNORDESTE - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 1998061

NOMEAÇÃO

Edital nº 02/2019 – CISNORDESTE/SC

Processo Seletivo de Estágio 01/2019 – CISNORDESTE/SC

A Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no uso das atribuições previstas no art. 31, inciso III do Contrato de Consórcio Público, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 01/2019 e a classificação obtida pelos candidatos no Edital nº 02/2019 - Processo Seletivo de Estágio nº 01/2019, bem como as necessidades do CISNORDESTE/SC, resolve:

I – NOMEAR a candidata abaixo relacionada, para que tome posse como estagiária no setor jurídico do quadro do CISNORDESTE/SC.

Luana da Silva de Freitas – Estagiária  
Assessoria Jurídica

II – A NOMEADA deverá comparecer para posse, na forma, prazo e condições estabelecidas no Edital.

Joinville, 22 de abril de 2019.

Ana Maria Groff Jansen  
Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC

## CIS/AMUREL

### EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 59/2019 - MED-X SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Publicação Nº 1998887

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 59/2019.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: MÉD-X SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA - EPP.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exame clínico de ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009, Nº 01/2017 e Edital de Chamada Pública nº 01/2018).

Data da Assinatura: 22/04/2019.

Assinantes: Marco Borba Blasius pelo Contratante e, Tharcis Andreatta Brasil pelo Contratado.

**CONSÓRCIO CISAMA****CONTRATO DE RATEIO ANITA GARIBALDI 001/2019**

Publicação Nº 1997768

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº001/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.335/0001-85, com sede administrativa na Praça Paulino Granzotto, 20 – Centro, Anita Garibaldi S/C, neste ato representado por seu Prefeito, Sr João Cidinei da Silva e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 2009/2013, de 26/06/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Anita Garibaldi ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 51.445,77 (cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 4.287,15 (quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2233/2018 de 12/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	35.615,57	2.967,96
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	15.830,19	1.319,18
Valor total por ente consorciado	51.445,77	4.287,15

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.



Anita Garibaldi 02 de Janeiro de 2019.

João Cidinei da Silva

Evandro Frigo Pereira

Prefeito de Anita Garibaldi

Presidente do CISAMA

## CONTRATO DE RATEIO BOCAINA DO SUL 01 A 2019

Publicação Nº 1997774

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº01 A /2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.606.852/0001-90, com sede administrativa na Rua: João Assink, 322 – Centro – Bocaina do Sul /SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. LUIZ CARLOS SCHMULER e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 605, de 18/12/2014.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bocaina do Sul ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 45.059,40 (quarenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.754,95 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual do Município e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	31.194,33	2.599,53
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	13.865,07	1.155,42
Valor total por ente consorciado	45.059,40	3.754,95

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Bocaina do Sul, 02 de Janeiro de 2019.

Luiz Carlos Schmulder  
Prefeito de Bocaina do Sul

Evandro Frigo Pereira  
Presidente do CISAMA

## CONTRATO DE RATEIO BOM JARDIM DA SERRA 10/2019

Publicação Nº 1997778

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 10 /2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.844.754/0001-92, com sede administrativa na Rua: Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Bom Jardim da Serra, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1104/2010, de 03/05/2010.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bom Jardim ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 45.059,40 (quarenta e cinco mil cinquenta e nove reais e quarenta centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.754,95 (três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1.336/2018 de 14/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	27.451,01	2.287,58
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	12.201,26	1.016,77
Valor total por ente consorciado	45.059,40	3.754,95

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	3.743,32	311,94
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	1.663,81	138,65
Valor total por ente consorciado	5.407,13	450,59

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e devidamente publicado e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Jardim da Serra, 02 de Janeiro de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira      Evandro Frigo Pereira

Prefeito de Bom Jardim da Serra      Presidente do CISAMA

## CONTRATO DE RATEIO BOM RETIRO 03/2019

Publicação Nº 1997781

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº03/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM RETIRO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.343/0001-21, com sede administrativa na Avenida Major Generoso, 19 – Centro, Bom Retiro /SC, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício o Sr. Vilmar José Neckel e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 2262, de 09/12/2014.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Bom Retiro ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 57.832,14 (cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 4.819,34 (quatro mil oitocentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2397/2018 de 11/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	40.036,82	3.336,40
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	17.795,32	1.482,94
Valor total por ente consorciado	57.832,14	4.819,34

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Retiro, 02 de Janeiro de 2019.

Everaldo Capistrano da Cunha Prefeito em Exercício - Bom Retiro	Evandro Frigo Pereira Presidente do CISAMA
--	---

## CONTRATO DE RATEIO CAMPO BELO DO SUL 06/2019

Publicação Nº 1997787

### CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.319/0001-92, com sede administrativa na Rua: Major Teodósio Furtado, 30 – Centro, Campo Belo do Sul/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Tadeu Martins de Oliveira e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.657/2009, de 22/09/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Campo Belo ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 51.445,77 (cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 4.287,15 (quatro mil duzentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	35.615,57	2.967,96
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	15.830,19	1.319,18
Valor total por ente consorciado	51.445,77	4.287,15

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos

e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Bom Retiro, 02 de Janeiro de 2019.

Evandro Frigo Pereira Presidente do CISAMA	Tadeu Martins de Oliveira Prefeito Campo Belo do Sul
---	---

## CONTRATO DE RATEIO CERRO NEGRO 002/2019

Publicação Nº 1997798

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 002/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 95.991.097/0001-58, com sede administrativa na Rua: Orides Delfes Furtado, 739, Cerro Negro/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Ademilson Conrado e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 612/2013, de 29/01/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Cerro Negro ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 45.059,40 (quarenta e cinco mil cinquenta e nove reais e quarenta centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.754,95 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 766/2018 de 06/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	31.194,33	2.599,53
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	13.865,07	1.155,42
Valor total por ente consorciado	45.059,40	3.754,95

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos



e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Cerro Negro, 02 de Janeiro de 2019.

Evandro Frigo Pereira Presidente do CISAMA	Ademilson Conrado Prefeito Cerro Negro
---	---

## CONTRATO DE RATEIO CGRS ANITA GARIBALDI 004-2019

Publicação Nº 1998059

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº004/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.335/0001-85, com sede administrativa na Praça Paulino Granzotto, 20 – Centro, SC, CEP 88590-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. João Cidinei da Silva e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 504/2012, de 20/12/2012.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Anita Garibaldi ao CISAMA para custear as atividades de Construção do barracão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 18.471,75 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), dividido em 02 parcelas de acordo com o andamento da obra, no valor de R\$ 9.235,87 (nove mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/12/2018 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de fevereiro de 2019.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2233/2018 de 12/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Dezembro/18	Fevereiro/19	Total
4.4.71.00 – Investimentos	9.235,87	9.235,87	18.471,75
Valor total por ente consorciado	9.235,87	9.235,87	18.471,75

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do

consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages S/ C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Lages, 01 de março de 2019.

João Cidinei da Silva

Prefeito de Anita Garibaldi

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

**CONTRATO DE RATEIO CGRS CERRO NEGRO 014-2019**

Publicação Nº 1998062

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº014/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 95.991.097/0001-58, com sede administrativa na Av. Orides Delfes Furtado, 739 – Centro, SC, CEP 88.585-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Ademilson Conrado e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 504/2012, de 20/12/2012.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Cerro Negro ao CISAMA para custear as atividades de Construção do barracão de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 18.471,75 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), dividido em 02 parcelas de acordo com o andamento da obra, no valor de R\$ 9.235,87 (nove mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 28/03/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 20 de abril de 2019. Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 765/2018 de 06/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Dezembro/18	Fevereiro/19	Total
4.4.71.00 – Investimentos	9.235,87	9.235,87	18.471,75
Valor total por ente consorciado	9.235,87	9.235,87	18.471,75

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**



Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages S/ C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Lages, 01 de março de 2019.

Ademilson Conrado  
Prefeito de Cerro Negro

Luiz Carlos Xavier  
Presidente do CISAMA

**CONTRATO DE RATEIO CORREIA PINTO 0010.1/2019**

Publicação Nº 1997807

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 0010.1/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa na Avenida Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Celso Rogério Alves Ribeiro e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1531, de 02/09/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Correia Pinto ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 64.218,51 (sessenta e quatro mil duzentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 5.351,54 (cinco mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2171/2018, e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	44.458,06	3.704,84
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	19.760,45	1.646,70
Valor total por ente consorciado	64.218,51	5.351,54

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até

31 de dezembro de 2019.

DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Correia Pinto-SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Correia Pinto, 02 de Janeiro de 2019.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito de Correia Pinto

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

## CONTRATO DE RATEIO LAGES 02/2019

Publicação Nº 1997813

CONTRATO nº 02/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA. O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 13 - Centro, Lages/SC, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Fazenda, o Exmo. Sr. Antonio Cesar Alves de Arruda e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 02/2019, correlato Dispensa de Licitação nº 01/2019, com parecer jurídico nº 1334/2018, homologado em 14/01/2019, consoante as seguintes cláusulas:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 3.931, de 17/12/2012.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos, Assistência Social e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais e despesas correntes.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 76.991,25 (setenta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 6.415,94 (seis mil quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês.

Cláusula quinta – O pagamento será através de depósito bancário, conforme valor e forma estabelecidos em cláusula anterior.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta

6.1 A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 4309 de 17/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias.

6.2 Dotação Orçamentária 49, Elemento de Despesas 33717001 – conta Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração e Fazenda.

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Lages, 14 de janeiro de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda  
Secretário da Administração e Fazenda

Iran Moraes Damasceno  
Gestor

Presidente do CISAMA

Anexo I

LAGES		
Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	53.300,55	4.441,71
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	23.690,70	1.974,23
Valor total por ente consorciado	76.991,25	6.415,94

Anexo II

Primeira quinzena de Novembro

1º. Ofício para: Antonio Cesar Alves de Arruda – Secretário de Administração e Fazenda, junto com a minuta do contrato, autorização de débito e toda documentação exigida e entrega para Sra. Nelci (Cisama entregar em mãos):

- Estatuto
- Certidão negativa municipal,
- Certidão negativa estadual
- Certidão negativa federal conjunta
- Negativa do trabalho
- FGTS
- Falência e concordata
- Minuta do contrato
- Plano de trabalho
- Lei de consórcio

2º. A Sra. Nelci faz o procedimento e encaminha ao Guilherme no setor de licitações, e depois nos devolve para colhermos as assinaturas;

3º. Devolvemos ao Guilherme que encaminha ao setor de empenhos e secretaria de administração.

4º. Após ocorrer a eleição para nova diretoria, enviar por email para Guilherme a Ata eletiva.

## CONTRATO DE RATEIO OTACÍLIO COSTA 001/2019

Publicação Nº 1997816

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº001/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.326.066/0001-75, com sede administrativa na Avenida Vidal Ramos Junior, 228 – Otacílio Costa/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr Luiz Carlos Xavier e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro, Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.817, de 13/10/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Otacílio Costa ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 70.604,88 (setenta mil seiscientos e quatro reais e oitenta e oito centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 5.883,74 (cinco mil oitocentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo

a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2.605/2019 de 07/01/2019 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	48.879,31	4.073,28
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	21.725,58	1.810,47
Valor total por ente consorciado	70.604,88	5.883,74

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Otacílio Costa, 02 de Janeiro de 2019.

Luiz Carlos Xavier

Prefeito de Otacílio Costa

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

**CONTRATO DE RATEIO PALMEIRA 01/2019**

Publicação Nº 1997820

**CONTRATO ADMINISTRATIVO nº01/2019**

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALMEIRA E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA. O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.610.566/0001-06, com sede administrativa na Avenida Roberto Hemkemaier, 200 – Centro, Palmeira/SC, neste ato representado por seu Prefeita, Sra. Fernanda de Souza Cordova, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Pereira Frigo, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 545/2013 de 27/02/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Palmeira ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância

de R\$ 38.673,03 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e três reais e três centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.222,75 (três mil, duzentos e vinte e dois reais e centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 792/2018 de 26/11/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	26.773,09	2.231,09
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	11.899,94	991,66
Valor total por ente consorciado	38.673,03	3.222,75

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palmeira, 01 de Fevereiro de 2019.

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

Fernanda de Souza Cordova

Prefeita de Palmeira

## CONTRATO DE RATEIO PONTE ALTA 004/2019

Publicação Nº 1997826

### CONTRATO ADMINISTRATIVO nº004/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.755.850/0001-27, com sede administrativa na Rua Geremias Alves da Rocha, 130, Ponte Alta/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luiz Paulo Farias o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.326, de 05/04/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ponte Alta ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO



Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 45.059,40 (quarenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e quarenta centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.754,95 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1491/2018 de 18/12/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	31.194,33	2.599,53
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	13.865,07	1.155,42
Valor total por ente consorciado	45.059,40	3.754,95

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ponte Alta, 02 de Janeiro de 2019.

Luiz Paulo Farias

Prefeito de Ponte Alta

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

### CONTRATO DE RATEIO RIO RUFINO 001/2019

Publicação Nº 1997835

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº001 /2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO RUFINO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 95.991.071/0001-00, com sede administrativa na Rua: José Oselame, 209, Centro, Rio Rufino/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Thiago Costa e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 504/2012, de 20/12/2012.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 38.673,03 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e três reais e três centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.222,75 (três mil, duzentos e vinte e dois reais e centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com

vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 713/2018 de 04/11/2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	26.773,09	2.231,09
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	11.899,94	991,66
Valor total por ente consorciado	38.673,03	3.222,75

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Rio Rufino, 02 de Janeiro de 2019.

Thiago Costa

Prefeito de Rio Rufino

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

**CONTRATO DE RATEIO URUBICI 03/2019**

Publicação Nº 1997841

**CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 03/2019**

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUBICI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA. O MUNICÍPIO DE URUBICI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.843.582/0001-32, com sede administrativa na Praça Francisco Pereira de Souza, Urubici - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antônio Zilli e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº1689/2013, de 15/02/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Urubici ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 57.832,14 (cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 4.819,34 (quatro mil oitocentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a



primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2028/2018 de 08/01/2019 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	40.036,82	3.336,40
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	17.795,32	1.482,94
Valor total por ente consorciado	57.832,14	4.819,34

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Urubici, 02 de Janeiro de 2019.

Antônio Zilli

Prefeito de Urubici

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

**CONTRATO DE RATEIO URUBICI ASSISTÊNCIA SOCIAL 04/2019**

Publicação Nº 1997845

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 04/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUBICI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE URUBICI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.843.582/0001-32, com sede administrativa na Praça Francisco Pereira de Souza, Urubici - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Antônio Zilli e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº1689/2013, de 15/02/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Urubici ao CISAMA para custear as atividades de Gestão Associada do Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade na Modalidade de Abrigo Institucional para crianças e adolescentes.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 51.555,66 (Cinquenta e um mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) a ser paga em 6 (seis) parcela vencíveis no dia 10 (dez) de cada mês.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2025/2018 de 08/01/2019 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Valor
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 51.555,66

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 30 de junho de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Urubici/SC, em 06 de março de 2019.

Antônio Zilli

Prefeito de Urubici

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

## CONTRATO DE RATEIO URUPEMA 001/2019

Publicação Nº 1997851

CONTRATO Nº 001\2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUPEMA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO URUPEMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 78.492.576/0001-00, com sede administrativa na avenida Manoel Pereira de Medeiros, 155 – Centro, Urupema/SC, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício, Senhor EVANDRO FRIGO PEREIRA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor EVANDRO FRIGO PEREIRA, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 680/2009 de 09/09/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Urupema ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

CLÁUSULA QUARTA Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 38.673,03 (trinta e oito mil seiscentos e setenta e três reais e três centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 3.222,75 (três mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

CLAUSULA QUINTA Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

CLÁUSULA SEXTA A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1.040/2018 de 11 de dezembro de 2018 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	26.773,09	2.231,09
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	11.899,94	991,66
Valor total por ente consorciado	38.673,03	3.222,75

CLÁUSULA SÉTIMA Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

CLÁUSULA OITAVA Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

CLÁUSULA NONA O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA DÉCIMA Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

**DO FORO**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Prefeitura de Urupema – SC em 03 de Janeiro de 2019.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

Prefeito de Urupema

EVANDRO FRIGO PEREIRA

Presidente do CISAMA

**CONTRATO SÃO JOSÉ DO CERRITO 001/2019**

Publicação Nº 1997838

CONTRATO nº 001/2019

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.327/0001-39, com sede administrativa na Rua: Anacleto da Silva Ortiz 127, Centro, São José do Cerrito/SC, neste ato representado por seu Secretário de Agricultura, Sr. Jaison Prado dos Anjos e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de São José do Cerrito ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e

Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 51.445,77 (cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 4.287,15 (quatro mil duzentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2019 e a última parcela a ser descontada no dia 10/12/2019.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	ano	mês
3.1.71.00 - Pessoal e encargos pessoais	35.615,57	2.967,96
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	15.830,19	1.319,18
Valor total por ente consorciado	51.445,77	4.287,15

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São José do Cerrito, 02 de Janeiro de 2019.

Jaison Prado dos Anjos  
Secretário de Agricultura

Testemunhas:

Nome:  
CPF

Evandro Frigo Pereira  
Presidente do CISAMA

Nome:  
CPF:

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO SÃO JOAQUIM 04/2018**

Publicação N° 1997831

Processo 04/2018

Dispensa de Licitação 02/2018 Contrato nº03/2018

Primeiro termo aditivo ao contrato de rateio celebrado entre o Município de São Joaquim e o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.561.093/0001-98, com sede administrativa na Praça João Ribeiro, 01 - Centro, São Joaquim/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Giovani Nunes o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, Presidente, Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 4100/2012, de 19/12/2012.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de São Joaquim ao CISAMA para custear as atividades de Manutenção Administrativa (apoio administrativo, apoio a gestão de projetos), Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária, Saneamento Básico, Assistência Social, Saúde Fiscal, Educação e Meio Ambiente,) com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO VALOR**

Cláusula QUARTA - O preço global para a execução do objeto deste contrato R\$ 46.049,04 ( (Quarenta e seis mil, quarenta e nove reais e quatro centavos)

**DO ACRÉSCIMO**

Cláusula quinta - Diante do ACRÉSCIMO de serviços, conforme a seguir estabelecido:

- Continuidade dos serviços em andamento;

**DO VALOR FINAL.**

Clausula sexta - Diante do previsto na cláusula anterior, resta ACRESCIDO ao valor original do contrato o valor de R\$ 76.991,25 ( setenta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), sendo R\$ 9.238,94 ( Nove mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos) correspondente ao valor do Fundo Municipal de Educação e R\$ 67.752,31 ( Sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos) correspondente ao valor da Secretaria da Agricultura, ficando o valor total final contratado para a execução do objeto em R\$ 123.040,29 ( cento e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos), a serem pagos conforme segue:

01 parcela no valor de R\$ 5.646,09 ( Cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e nove centavos) e 11 parcelas no valor de R\$ 5.646,02 ( Cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dois centavos) da agência BB 0.656-4, conta corrente nº 001.810-4, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM e;

01 parcela no valor de R\$ 769,93 ( Setecentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos) e 11 parcelas no valor de R\$ 769,91 ( Setecentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos) da agência BB 0.656-4, conta corrente nº 020.287-8, do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**DA DOTAÇÃO**

Cláusula sétima - Os recursos para suprir o aditivo ficarão vinculados a dotação orçamentária da Secretaria da Saúde.

Secretaria da Agricultura: nº(24) 31.71.00.00.00.00, (74) 31.71.00.00.00.00, (25)

33.71.00.00.00.00 e (75) 33.71.00.00.00

Fundo Municipal da Educação: nº(48) 31.71.00.00.00.00, (53) 31.71.00.00.00.00, (49)

33.71.00.00.00.00 e (54) 33.71.00.00.00

**DA DESPESA**

Cláusula oitava - A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual e respectivos anexos do Município, nas seguintes rubricas orçamentárias:

	R\$ Agricultura	R\$ Educação
--	-----------------	--------------

3.1.71.70 - Vencimento e vantagens fixas civil/ obrigações patronais	46.904,48	6.396,07
3.3.71.70- Despesas de Custeio	20.847,83	2.842,87
Valor anual por ente consorciado	67.752,31	9.238,94
TOTAL GERAL 76.991,25		

**DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Cláusula nona O presente Termo vigorará a contar da data de 02 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Cláusula décima O presente Termo de Aditamento passa a integrar o Contrato 03/2018 permanecendo inalteradas as demais disposições nele contidas.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Joaquim, 02 de janeiro de 2019.

Consórcio/contratado	Consortiado/contratante
Evandro Frigo Pereira	Giovani Nunes
Presidente CISAMA	Prefeito de São Joaquim

**CVC****EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 003-2019 PNEUS E CORRELATOS**

Publicação Nº 1998184

**CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 003/2019- CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019- CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019- CVC

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente **Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO**, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO"** visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Jardinópolis, Nova Erechim, Quilombo, São João do Oeste, União do oeste, Serra Alta e Tunápolis

**TIPO:** Menor preço - **POR ITEM****RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08:00 do dia 30/04/2019 até às 8:00 horas do dia 14/05/2019**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08:01 às 12:00 horas do dia 14/05/2019.**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 13:30 horas do dia 14/05/2019.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**PLATAFORMA ELETRONICA:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeira: Flavia Rolim de Moura

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0357

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais se encontram disponíveis no site do **CVC** ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**1. DO OBJETO**

O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de **Pneus E Correlatos**, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Águas de Chapecó, Águas Frias, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Jardinópolis, Nova Erechim, Quilombo, São João do Oeste, União do oeste, Serra Alta e Tunápolis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CVC
1	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-20	2
2	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	3
3	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	6
4	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	7
5	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	8
6	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	9
7	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	10
8	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	11
9	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	13
10	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	15
11	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	16
12	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	18



13	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRICOLA	20
14	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22.5	21
15	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	23
16	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	24
17	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	25
18	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	27
19	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	29
20	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	30
21	1	UNIDADE	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32
22	1	UNIDADE	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	33
23	1	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36
24	1	UNIDADE	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	38
25	1	UNIDADE	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	39
26	1	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	46
27	1	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	47
28	1	UNIDADE	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	49
29	1	UNIDADE	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	50
30	1	UNIDADE	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51
31	1	UNIDADE	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52
32	1	UNIDADE	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54
33	1	UNIDADE	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	55
34	1	UNIDADE	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56
35	1	UNIDADE	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57
36	1	UNIDADE	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	58
37	1	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	59
38	1	UNIDADE	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	64
39	1	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	66
40	1	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	67
41	1	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	68
42	1	UNIDADE	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	79
43	1	UNIDADE	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	81
44	1	UNIDADE	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82
45	1	UNIDADE	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83

46	1	UNIDADE	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	84
47	1	UNIDADE	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	87
48	1	UNIDADE	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89
49	1	UNIDADE	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90
50	1	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92
51	1	UNIDADE	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95
52	1	UNIDADE	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96
53	1	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	103
54	1	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	104
55	1	UNIDADE	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107
56	1	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	108
57	1	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	109
58	1	UNIDADE	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	110
59	1	UNIDADE	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	111
60	1	UNIDADE	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	112
61	1	UNIDADE	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	113
62	1	UNIDADE	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	114
63	1	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	116
64	1	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	117
65	1	UNIDADE	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	122
66	1	UNIDADE	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	123
67	1	UNIDADE	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	125
68	1	UNIDADE	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	126
69	1	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	127
70	1	UNIDADE	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	128
71	1	UNIDADE	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	130
72	1	UNIDADE	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	131
73	1	UNIDADE	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	133

74	1	UNIDADE	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	134
75	1	UNIDADE	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	137
76	1	UNIDADE	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	140
77	1	UNIDADE	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	142
78	1	UNIDADE	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	144
79	1	UNIDADE	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	147
80	1	UNIDADE	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	152
81	1	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	158
82	1	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	159
83	1	UNIDADE	PROTETOR 1000 - 20	160
84	1	UNIDADE	PROTETOR 1400 - 24	162
85	1	UNIDADE	PROTETOR 750 -16	163
86	1	UNIDADE	PROTETOR 900- 20	164
87	1	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	165
88	1	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5	166
89	1	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	202
90	1	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	205
91	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24	501
92	1	UNIDADE	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	504
93	1	UNIDADE	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).	505
94	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	506
95	1	UNIDADE	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	507
96	1	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	206
97	1	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	207
98	1	UNIDADE	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.500KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 24 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM FORMATO DIAMANTE, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	208
99	1	UNIDADE	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 6.600KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 40 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM EM FLANCOS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	209
100	1	UNIDADE	PNEU 195/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	212
101	1	UNIDADE	PNEU 1000-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1400KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	213
102	1	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 24,5MM.	512
103	1	UNIDADE	PNEU 1400R24 G2 RADIAL COM CARÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	513
104	1	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63
105	1	UNIDADE	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78
106	1	UNIDADE	PNEU 18.4-26, 16 LONAS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	3566
107	1	UNIDADE	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO	91
108	1	UNIDADE	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	508
109	1	UNIDADE	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97
110	1	UNIDADE	Pneu 205/65 R15, Tipo A, Índice de Carga 94, Índice de Velocidade H, Aprovado pelo Inmetro, Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	3618

111	1	UNIDADE	PNEU 165/70/14 APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	3650
112	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	26
113	1	UNIDADE	PNEU 120/90 – 17	515
114	1	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106
115	1	UNIDADE	PNEU DIANTEIRO 16.6.50.8-TRATOR DE JARDIM	510
116	1	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	4
117	1	UNIDADE	PNEU NOVO ART 205/LT 225-75 R16	3651

1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2019 à 31 de maio de 2020.

1.2. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2. DAS ENTREGAS E EXECUÇÃO

2.1. **Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 114 e 116 somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC devidamente publicados até a data anterior a abertura do certame conforme a ATA DE COMPILAÇÃO DOS BENS APROVADOS Nº 003/2018 de 18 de dezembro de 2018.**

2.2. AS PROPONENTES INTERESSADAS PODERÃO CONSULTAR AS MARCAS/MODELOS JÁ APROVADAS NO SITE DO Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: [WWW.CONSORCIOCVC.SC.GOV.BR](http://WWW.CONSORCIOCVC.SC.GOV.BR) ATA DE COMPILAÇÃO DOS BENS APROVADOS Nº 003/2018 de 18 de dezembro de 2018 PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.

2.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.3.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.3.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.3.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.4. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.4.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

### 3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

### 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br)).

### 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo hábil para a apresentação das propostas.

### 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;

- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;
- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

### **CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES**

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento requerido junto à BLL, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões**.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **PARTICIPAÇÃO**

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

*Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 ou (41) 3097-4646, através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).*

### **ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Na impossibilidade de cobrir o melhor lance, poderão ser ofertados lances intermediários, na tentativa de melhorar a classificação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. **Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;**

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

#### **FECHAMENTO RANDÔMICO**

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** DE TODOS OS PARTICIPANTES DEVERÃO SER **ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS**, NO PRAZO MÁXIMO DE



**03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, **JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS**, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC**

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeira: Flavia Rolim de Moura

Telefone: (49) 3347 -0357

SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, **poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ele não atinja o valor de referência** definido pela administração pública.

## **8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.2.** No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS/MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

**8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO (quando necessário).**

**8.3.1. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS**

**ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.**

8.4. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

**9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.**

**NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:**

- A.** Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- B.** Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- C.** Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- D.** O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- E.** Conter discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- F.** Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preambulo do presente Edital;
- G.** Conter discriminado o prazo de entrega dos itens **de até 10 (dez) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador**;
- H.** Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;
- I.** Valor unitário e valor total com a quantidade estimada, **(mesmo valor da proposta cadastrada na BLL)**;
- J.** Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme **ANEXO II**;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.**

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**10. GARANTIA**

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

**11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.22, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).  
**Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.**

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes/atbhe/consultaoptante.s.app/consultaropcao.aspx>

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO III).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

11.3. **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal.** Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito a assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da

Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);**
- **Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.**

11.5. Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "**protocolo**" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## **13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

## **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

**14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser entregue em cópia física e protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.**

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o

prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO**

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 01 de junho de 2019 à 31 de maio de 2020.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante (1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante (2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante (3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no Anexo VI deste Edital) no prazo de **3 (três) dias úteis** após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal. **A disponibilização das Atas para assinatura será comunicada por correio eletrônico (email) com a utilização do mesmo endereço que o fornecedor estiver cadastrado na plataforma da BLL. As Atas serão disponibilizadas pelo acesso ao Sistema de Gerenciamento de Compras do Consórcio CVC.**

15.3. **A ata de registro de preços deverá ser assinada por certificação digital, E-CPF do representante legal da empresa ou cargo superior.**

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

16.1. Os preços **não serão reajustados** (de forma a beneficiar o fornecedor) durante a validade desta Ata.

## **17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual

número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. **Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), **No ITEM** sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. **A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.**

17.6. **De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.**

17.6.1. **Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:**

A. Advertência;

B. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a

proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## **18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
  - a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
  - b) Manter o valor de sua proposta classificada;
  - c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



**II.** Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV.** Tiver presentes razões de interesse público;

**V.** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

**VI.** For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

**VII.** Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**I.** Por razão de interesse público; ou

**II.** A pedido do fornecedor.

## **20. DA DOTAÇÃO**

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2019 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

**21.1.1.** O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, desde que acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da NF e arquivo(s) XML anexado(s).**

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do

Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:00 às 17:00hs, através dos telefones (49) 3347 0357, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 002 de 04 de janeiro de 2019

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Coronel Freitas - SC, 26 de abril de 2019.

**CARLOS ALBERTO TOZZO**  
Presidente

**ANEXO I****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

**2 – PREÇO**

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**3 – CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De 01 de junho de 2019 à 31 de maio de 2020.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS**

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**LOCAL E DATA****NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**4 – OBJETO DA PROPOSTA:**

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante  
e carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO II**

Pg 20 de 36

**1. DADOS BANCÁRIOS:**

TITULAR DA CONTA CORRENTE:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

**3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da “Ata de Registro de Preços”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

**Local e Data.**

**Nome e Assinatura do Representante da Empresa**

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMERCIAL), através de seu proprietário/administrador \_\_\_\_\_ (NOME COMPLETO)  
, \_\_\_\_\_  
(QUALIFICAÇÃO COMPLETA), \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,  
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

**OBS** – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

**Local e Data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa**

Carimbo do CNPJ:

Pg 22 de 36



**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ **(microempresa ou empresa de pequeno porte)**. Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

**Local e Data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo Representante da empresa**

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO V**

Pg 23 de 36

**1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001- 19	CARLOS ALBERTO TOZZO

**2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município De Águas De Chapecó	Rua Porto União,968 - Centro	82.804.212/0001-96	Leonir Antonio Hentges
Município De Águas Frias	Rua Sete De Setembro,512 - Centro	95.990.180/0001-02	Ricardo Rolim De Moura
Município De Caxambu Do Sul	Rua Índio Condá,55 - Centro	83.021.816/0001-29	Glauber Burtet
Município De Cordilheira Alta	Rua Celso Tozzo,27 - Centro	95.990.198/0001-04	Carlos Alberto Tozzo
Município De Coronel Freitas	Av. Santa Catarina,1022 - Centro	83.021.824/0001-75	Izeu Tozetto
Município De Formosa Do Sul	Av. Getulio Vargas,580 - Centro	80.637.424/0001-09	Rudimar Conte
Município De Jardinópolis	Av. Getúlio Vargas,815 - Centro	80.637.457/0001-40	Dorildo Pegorini
Município De Quilombo	Rua Duque De Caxias,165 - Centro	83.021.865/0001-61	Silvano De Pariz
Município De Santa Helena	Rua Dom Feliciano,476 - Centro	80.912.140/0001-75	Luiz Gluitz
Município De São João Do Oeste	Rua Encantado ,66 - Centro	80911936000103	Fernando Bisigo
Município De Serra Alta	Avenida Dom Pedro II,830 - Centro	80622319/0001-98	Darci Cerizolli
Município De Tunápolis	Rua João Castilho ,111 - Centro	78.486.198/0001-52	Renato Paulata
Município De União Do Oeste	Av. São Luiz,531 - Centro	78.505.591/0001-46	Celso Matiello

**ANEXO VI**

**ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.180/0001-02, com sede na RUA SETE DE SETEMBRO, 512 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS FRIAS-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RICARDO ROLIM DE MOURA:

Item/Quantidade: 21/4; 22/8; 26/40; 27/20; 29/12; 30/4; 31/12; 33/8; 34/8; 37/12; 40/12; 41/20; 42/4; 43/4; 44/8; 45/4; 46/4; 49/8; 50/8; 51/12; 53/48; 54/24; 56/8; 57/4; 58/2; 59/2; 61/6; 63/2; 65/4; 70/12; 74/2; 89/20; 92/4; 102/6; 107/4; 110/4;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.804.212/0001-96, com sede na RUA PORTO UNIÃO, 968 - CENTRO, na cidade de ÁGUAS DE CHAPECÓ -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, LEONIR ANTONIO HENTGES:

Item/Quantidade: 1/16; 8/16; 9/4; 11/4; 12/4; 13/4; 14/16; 19/8; 20/8; 21/8; 22/8; 24/8; 26/16; 27/16; 28/8; 29/8; 30/8; 31/8; 32/8; 33/8; 34/8; 35/8; 39/8; 40/8; 41/8; 42/8; 43/8; 45/8; 47/8; 48/8; 49/8; 53/16; 54/16; 55/8; 58/4; 59/40; 60/4; 61/4; 62/4; 63/8; 64/12; 67/4; 69/8; 70/12; 74/4; 75/4; 81/8; 83/10; 84/10; 87/10; 89/8; 95/8;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS - SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, IZEU TOZETTO:

Item/Quantidade: 1/140; 2/20; 3/20; 4/18; 5/15; 6/10; 7/10; 8/80; 12/20; 13/6; 14/40; 18/20; 19/20; 20/10; 21/16; 22/32; 24/6; 26/25; 27/50; 28/10; 29/76; 30/20; 31/10; 32/15; 33/10; 34/10; 37/16; 39/4; 40/20; 41/80; 42/10; 43/10; 44/4; 45/4; 46/8; 50/20; 52/4; 53/42; 54/31; 58/4; 59/4; 61/10; 62/4; 63/12; 64/16; 65/16; 69/20; 70/20; 74/4; 75/18; 76/6; 77/20; 78/10; 80/4; 81/4; 83/120; 84/60; 86/16; 88/20; 89/60; 90/6; 91/12; 92/2; 93/16; 94/2; 97/12; 98/2; 99/2; 102/18; 103/12;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.990.198/0001-04, com sede na RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO, na cidade de CORDILHEIRA ALTA - SC, representado por seu PREFEITO, CARLOS ALBERTO TOZZO:

Item/Quantidades 1/15; 3/10; 4/15; 5/15; 6/8; 7/5; 11/6; 12/8; 14/6; 19/10; 20/14; 21/10; 22/16; 28/12; 29/8; 32/10; 42/6; 43/8; 44/8; 45/8; 58/4; 60/10; 63/6; 65/6; 73/6; 78/4; 83/10; 85/15; 94/4; 98/4; 108/10; 112/5; 113/4;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA, 173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, RUDIMAR CONTE:

Item/Quantidade: 1/100; 2/8; 3/8; 4/6; 5/12; 6/6; 7/6; 8/14; 10/12; 11/6; 12/6; 13/6; 14/18; 16/6; 17/16; 18/18; 21/26; 23/12; 27/26; 29/30; 30/24; 32/8; 34/8; 35/14; 36/18; 37/10; 39/14; 47/8; 50/30; 53/16; 54/16; 56/14; 58/8; 59/8; 62/6; 63/6; 64/10; 65/6; 66/16; 68/6; 71/6; 73/10; 74/4; 75/8; 76/16; 78/12; 80/1; 81/1; 83/100; 84/40; 85/16; 86/20; 88/20; 89/50; 90/14; 91/8; 92/12; 94/4; 99/4;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.457/0001-40, com sede na AV. GETÚLIO VARGAS, 815 - CENTRO, na cidade de JARDINÓPOLIS-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, DORILDO PEGORINI:

Item/Quantidade:21/12; 23/8; 26/30; 27/28; 28/4; 29/46; 30/36; 35/48; 37/76; 39/30; 40/16; 45/32; 46/4; 47/8; 56/16; 57/16; 58/8; 59/12; 60/12; 61/6; 63/6; 64/36; 65/8; 67/12; 71/12; 73/4; 74/4; 98/2; 108/4; 109/20;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.840/0001-68, com sede na AV. FRANCISCO FERDINANDO LOSINA,139 - CENTRO, na cidade de NOVA ERECHIM-SC, representado por seu PREFEITO, NÉDIO ANTONIO CASSOL:

Item/Quantidade: 1/200; 3/20; 4/20; 5/30; 6/60; 7/20; 8/30; 11/20; 12/40; 13/18; 14/100; 15/20; 16/20; 17/20; 20/20; 27/200; 29/60; 31/30; 32/30; 33/60; 35/30; 38/10; 45/20; 47/20; 51/20; 53/100; 54/100; 58/20; 61/40; 63/20; 65/20; 68/20; 69/30; 73/20; 83/200; 84/50; 89/200; 93/40; 101/50; 109/20; 111/20; 112/20; 114/20; 115/5; 116/10; 117/20;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,165 - CENTRO, na cidade de QUILOMBO -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, SILVANO DE PARIZ:

Item/Quantidade: 1/40; 2/10; 3/6; 4/15; 5/8; 6/8; 7/4; 8/22; 9/6; 10/4; 11/6; 12/8; 13/4; 14/10; 15/30; 16/10; 18/35; 19/10;20/4; 23/4; 27/18; 28/52; 29/36; 30/56; 31/32;32/16; 33/64; 34/16; 35/32; 37/8; 39/30; 42/8; 46/8; 50/8; 53/32; 54/32; 55/6; 56/8; 57/12; 59/4; 61/8; 62/2; 63/16; 65/16; 70/18; 72/12; 73/2; 75/20; 78/4; 79/6; 82/6; 83/40; 86/30; 89/30; 92/8;93/32; 96/4; 97/4; 100/32; 109/16;

- Órgão Participante: **MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80911936000103, com sede na RUA ENCANTADO ,66 - CENTRO, na cidade de SÃO JOÃO DO OESTE -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO BISIGO:

Item/Quantidade: 1/50; 4/10; 8/20; 10/10; 12/10; 17/10; 18/20; 21/36; 23/2; 27/10; 28/58; 29/8; 30/8; 31/12; 32/10; 33/24; 35/16; 36/48; 37/4; 39/4; 40/10; 42/10; 47/4; 55/4; 56/4; 57/10; 69/8; 70/20; 72/4; 83/20; 84/20; 86/10; 90/5; 92/4; 94/2; 98/2; 104/8; 105/4; 106/10;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80622319/0001-98, com sede na AVENIDA DOM PEDRO II,830 - CENTRO, na cidade de SERRA ALTA-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, DARCI CERIZOLLI:

Item/Quantidade: 1/10; 4/8; 8/16; 9/16; 10/8; 11/10; 12/10; 13/10; 14/20; 19/15; 20/15; 21/10; 23/15; 26/10; 27/10; 28/20; 29/20; 30/20; 35/20; 36/10; 45/20; 50/20; 53/25; 54/18; 58/5; 60/5; 61/5; 62/5; 63/5; 64/5; 69/5; 73/5; 92/20; 93/20;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, com sede na AV. SÃO LUIZ,531 - CENTRO, na cidade de UNIÃO DO OESTE-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, CELSO MATIELLO:

Item/Quantidade: 21/12; 23/24; 25/30; 26/25; 29/46; 30/10; 31/16; 33/8; 35/34; 37/12; 45/14; 46/8; 56/22; 58/8; 59/4; 60/2; 61/6; 62/2; 63/2; 65/10; 67/2; 68/2; 69/6; 75/2; 92/8; 103/6; 104/8;

- Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na RUA JOÃO CASTILHO ,111 - CENTRO, na cidade de TUNÁPOLIS -SC, representado por seu PREFEITO , RENATO PAULATA:

Item/Quantidade: 1/80; 2/4; 3/2; 4/6; 6/8; 8/10; 9/4; 11/6; 12/6; 13/2; 16/4; 17/12; 18/20; 21/28; 26/24; 27/8; 28/8; 33/40; 35/88; 39/4; 40/8; 41/8; 42/44; 59/2; 61/4; 63/4; 65/2; 69/8; 72/4; 75/4; 83/80; 89/16; 93/12; 94/2; 98/2; 104/32; 105/4; 112/2;

8 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CVC
1	651	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	2
2	42	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	3
3	66	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	6
4	98	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	7
5	80	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	8
6	100	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	9
7	45	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	10
8	208	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	11
9	30	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	13
10	34	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	15
11	58	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	16
12	112	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	18
13	50	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	20
14	210	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	21
15	50	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	23
16	40	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	24
17	58	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	25
18	113	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	27
19	63	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	29
20	71	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	30
21	162	UNIDADE	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32
22	64	UNIDADE	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	33
23	65	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36
24	14	UNIDADE	PNEU 225/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	38
25	29	UNIDADE	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	39
26	170	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	46
27	386	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	47
28	172	UNIDADE	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	49
29	350	UNIDADE	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	50
30	186	UNIDADE	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51
31	120	UNIDADE	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52
32	97	UNIDADE	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54
33	222	UNIDADE	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	55
34	50	UNIDADE	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56
35	289	UNIDADE	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57
36	76	UNIDADE	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	58
37	138	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	59
38	10	UNIDADE	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE	64

			VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
39	94	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	66
40	74	UNIDADE	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	67
41	116	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	68
42	90	UNIDADE	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	79
43	30	UNIDADE	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81
44	20	UNIDADE	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82
45	110	UNIDADE	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83
46	32	UNIDADE	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	84
47	48	UNIDADE	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	87
48	8	UNIDADE	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89
49	16	UNIDADE	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90
50	86	UNIDADE	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92
51	32	UNIDADE	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95
52	4	UNIDADE	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96
53	279	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	103
54	237	UNIDADE	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	104
55	18	UNIDADE	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107
56	72	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	108
57	42	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	109
58	63	UNIDADE	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	110
59	76	UNIDADE	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	111
60	33	UNIDADE	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	112
61	89	UNIDADE	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	113
62	23	UNIDADE	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	114
63	87	UNIDADE	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	116
64	79	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	117

65	88	UNIDADE	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	122
66	15	UNIDADE	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	123
67	18	UNIDADE	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	125
68	28	UNIDADE	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	126
69	85	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	127
70	82	UNIDADE	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	128
71	18	UNIDADE	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	130
72	20	UNIDADE	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	131
73	47	UNIDADE	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	133
74	18	UNIDADE	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	134
75	56	UNIDADE	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	137
76	22	UNIDADE	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	140
77	20	UNIDADE	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	142
78	30	UNIDADE	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	144
79	6	UNIDADE	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	147
80	5	UNIDADE	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	152
81	13	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	158
82	6	UNIDADE	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	159
83	580	UNIDADE	PROTETOR 1000 - 20	160
84	180	UNIDADE	PROTETOR 1400 - 24	162
85	31	UNIDADE	PROTETOR 750 -16	163
86	76	UNIDADE	PROTETOR 900- 20	164
87	10	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	165
88	40	UNIDADE	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5	166
89	384	UNIDADE	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	202
90	25	UNIDADE	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	205
91	20	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24	501
92	58	UNIDADE	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	504
93	120	UNIDADE	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).	505
94	14	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-26, PARA ROLO COMPACTADOR	506
95	8	UNIDADE	PNEU 225/55R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 97, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	507
96	4	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	206
97	16	UNIDADE	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	207
98	12	UNIDADE	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.500KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 24 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM FORMATO DIAMANTE, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	208
99	6	UNIDADE	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 6.600KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 40 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM EM FLANCOS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	209
100	32	UNIDADE	PNEU 195/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	212
101	50	UNIDADE	PNEU 1000-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE	213



			CARGA 1400KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
102	24	UNIDADE	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 24,5MM.	512
103	18	UNIDADE	PNEU 1400R24 G2 RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	513
104	48	UNIDADE	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63
105	8	UNIDADE	PNEU 185/60R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78
106	10	UNIDADE	PNEU 18.4-26, 16 LONAS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	3566
107	4	UNIDADE	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO	91
108	14	UNIDADE	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	508
109	56	UNIDADE	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97
110	4	UNIDADE	Pneu 205/65 R15, Tipo A, Índice de Carga 94, Índice de Velocidade H, Aprovado pelo Inmetro, Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	3618
111	20	UNIDADE	PNEU 165/70/14 APROVADO PELO INMETRO GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	3650
112	27	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRICOLA BICO LONGO	26
113	4	UNIDADE	PNEU 120/90 – 17	515
114	20	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106
115	5	UNIDADE	PNEU DIANTEIRO 16.6.50.8-TRATOR DE JARDIM	510
116	10	UNIDADE	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	4
117	20	UNIDADE	PNEU NOVO ART 205/LT 225-75 R16	3651

## ANEXO VII

### CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL– CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 003/2019- CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - CVC

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2019**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu PRESIDENTE **Sr. CARLOS ALBERO TOZZO**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO**....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., inscrito no CNPJ sob nº ....., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica, e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) Enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida prévia defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser

aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1– A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) Manter o valor de sua proposta classificada;
- c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1– O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº.

8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1– As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 006/2019 – Consórcio CVC, Pregão Eletrônico nº 003/2019 – Consórcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2019 – Consórcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020.

11.2 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.: .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....; .....

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .... / ..... / 2019.

**CARLOS ALBERTO TOZZO**  
**Presidente**

---

**Fornecedor**

---

**Órgão Participante**



**CIAPS****TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2016/004**

Publicação Nº 1997129

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2016/004**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, (18/01/2016), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. NICANOR MORRO, Presidente do CIAPS, compareceu a Sra CAMILA ALESSANDRA COSTA - CPF nº 090.614.909-60, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo 2 do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVA, salário mensal de R\$ 1.800,83 (um mil, oitocentos reais e oitenta e três centavos), para carga horária semanal regular de quarenta (40) horas de serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossada a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 18 de janeiro de 2016.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

Camila Alessandra Costa

Empregada

**CIGAMVALI****ALTERAÇÃO DATAS - PROCESSO SELETIVO 001/19**

Publicação Nº 1998359

**ALTERAÇÃO DATAS**

A Comissão do Processo Seletivo do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Engenheiro Químico por prazo determinado para desempenhar funções junto ao Licenciamento Ambiental dos Municípios Consorciados torna pública que em razão da apresentação de recurso administrativo por um candidato, as datas para a publicação do resultado preliminar serão modificadas para os seguintes dias.

Etapas	Prazo	Data
Abertura das Inscrições	12 dias	25/03/2019 a 05/04/2019
Publicação dos Inscritos	1 dia	09/04/2019
Recurso da não homologação das inscrições	1 dia	10/04/2019
Publicação da relação final de inscritos	2 dias	12/04/2019
Análise dos currículos / critério de desempate	1 dia	15/04/2019
Publicação dos Candidatos Aprovados para Fase de Entrevista	1 dia	16/04/2019
Entrevistas	2 dias	18/04/2019 e 22/04/2019
Publicação do resultado preliminar	1 dia	02/05/2019
Recurso	1 dia	03/05/2019
Manifestação da Comissão na reconsideração	1 dia	06/05/2019
Julgamento do Recurso pelo Presidente do Consórcio e Aplicação do critério de desempate	1 dia	07/05/2019
Homologação do resultado final.	1 dia	09/05/2019
TOTAL		

Jaraguá do Sul (SC) em 26 de Abril de 2019

Fenísio Pires Junior

Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/19 do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI

**CIRSURES****EDITAL LICITAÇÃO CIRSURES 006/2019**

Publicação Nº 1998041

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL  
CIRSURES

URUSSANGA - SC

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 006/CIRSURES/2019

Objeto: Registro de preços de Material para Fabricação da Massa Asfáltica, para uso na Usina de Asfalto do Consórcio Cirsures, com frete posto no aterro sanitário, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

Recebimento dos envelopes: até às 09:00 horas do dia 08 de Maio de 2019, na sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC.

Abertura dos envelopes: às 09:30 horas do dia 08 de Maio de 2019.

Edital: O edital estará à disposição aos interessados das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC ou no site [www.cirsures.sc.gov.br](http://www.cirsures.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone: (0\*\*48) 3465-0306 ou pelo e-mail: [contabilidade@cirsures.sc.gov.br](mailto:contabilidade@cirsures.sc.gov.br)

Urussanga (SC), 26 de Abril 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Presidente do Cirsures